



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

O DOM/SC agora usa QR Code

Para simplificar a rotina de quem usa o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, agora cada edição do informativo tem um QR Code.

O principal objetivo é garantir que a edição impressa seja a mesma publicada na internet. Ou seja, o Qr Code pode ser usado para autenticar uma edição impressa.

O QR Code permite o acesso rápido à edição online, simplificando a rotina de quem acessa regularmente o Diário.

Para isso basta direcionar seu smartphone para o QR Code localizado na parte inferior direita do sumário da edição do DOM.

Quer saber mais sobre o QR Code no Diário Municipal?
Aponte seu smartphone para o QR abaixo e confira.

Serra Alta 963
Sombrio..... 964

ASSINATURA

DIGITAL



DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE
SANTA CATARINA





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2358

Segunda-feira - 09 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | | | | | |
|---------------------------|-----|------------------------------|-----|------------------------------------|-----|
| Agronômica | 4 | Flor do Sertão | 436 | Marema | 723 |
| Água Doce | 6 | Formosa do Sul | 438 | Massaranduba | 724 |
| Alfredo Wagner | 11 | Forquilha | 439 | Matos Costa | 736 |
| Alto Bela Vista | 17 | Fraiburgo | 442 | Modelo | 738 |
| Anchieta | 19 | Garopaba | 455 | Morro da Fumaça | 743 |
| Antônio Carlos | 23 | Garuva | 471 | Morro Grande | 752 |
| Apiuna | 25 | Gaspar | 474 | Navegantes | 753 |
| Arabutã | 26 | Governador Celso Ramos | 481 | Nova Itaberaba | 757 |
| Ascurra | 37 | Grão Pará | 484 | Nova Trento | 759 |
| Atalanta | 39 | Gravatal | 486 | Nova Veneza | 762 |
| Aurora | 40 | Guaraciaba | 488 | Novo Horizonte | 770 |
| Balneário Piçarras | 41 | Guaramirim | 489 | Orleans | 772 |
| Balneário Rincão | 42 | Guarujá do Sul | 499 | Otacílio Costa | 774 |
| Barra Bonita | 43 | Guatambú | 501 | Paial | 775 |
| Barra Velha | 44 | Herval d'Oeste | 502 | Palhoça | 776 |
| Bela Vista do Toldo | 47 | Ibiam | 504 | Palma Sola | 802 |
| Benedito Novo | 52 | Ibirama | 509 | Palmitos | 820 |
| Biguaçu | 60 | Ilhota | 517 | Papanduva | 821 |
| Blumenau | 64 | Imbituba | 522 | Paraíso | 823 |
| Bom Jesus do Oeste | 76 | Indaial | 525 | Passo de Torres | 825 |
| Bom Retiro | 78 | Iomerê | 527 | Passos Maia | 826 |
| Botuvera | 79 | Ipira | 532 | Paulo Lopes | 827 |
| Braço do Trombudo | 84 | Iporã do Oeste | 533 | Penha | 851 |
| Brusque | 90 | Ipumirim | 534 | Peritiba | 854 |
| Caçador | 95 | Iraceminha | 535 | Pinheiro Preto | 855 |
| Caibi | 114 | Irani | 565 | Piratuba | 860 |
| Camboriú | 115 | Iratí | 566 | Planalto Alegre | 863 |
| Campo Alegre | 117 | Itá | 567 | Pomerode | 864 |
| Campos Novos | 121 | Itaiópolis | 571 | Ponte Serrada | 866 |
| Canelinha | 140 | Itapema | 572 | Porto Belo | 868 |
| Canoinhas | 141 | Itapiranga | 575 | Porto União | 869 |
| Capinzal | 263 | Itapoá | 579 | Presidente Castello Branco | 881 |
| Catanduvas | 270 | Ituporanga | 582 | Princesa | 882 |
| Caxambu do Sul | 271 | Jaborá | 584 | Rancho Queimado | 889 |
| Chapadão do Lageado | 273 | Jacinto Machado | 585 | Rio das Antas | 890 |
| Cocal do Sul | 276 | Jaraguá do Sul | 605 | Rio do Campo | 893 |
| Concórdia | 277 | Joaçaba | 630 | Rio do Sul | 899 |
| Cordilheira Alta | 278 | Lages | 647 | Romelândia | 902 |
| Coronel Martins | 358 | Laguna | 653 | Salto Veloso | 903 |
| Correia Pinto | 363 | Lauro Muller | 661 | Santa Cecília | 904 |
| Corupá | 382 | Leoberto Leal | 662 | Santa Rosa de Lima | 905 |
| Cunha Porã | 383 | Lindóia do Sul | 663 | Santa Rosa do Sul | 909 |
| Cunhataí | 384 | Lontras | 665 | Santa Terezinha do Progresso | 910 |
| Curitibanos | 386 | Luis Alves | 666 | Santiago do Sul | 912 |
| Descanso | 389 | Luzerna | 699 | São Bento do Sul | 915 |
| Dionísio Cerqueira | 403 | Macieira | 716 | São Carlos | 925 |
| Doutor Pedrinho | 430 | Mafrá | 717 | São Cristóvão do Sul | 933 |
| Ermo | 433 | Maracajá | 718 | São Francisco do Sul | 934 |
| Faxinal dos Guedes | 434 | Maravilha | 720 | São João Batista | 983 |

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2358

Segunda-feira - 09 de Outubro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

| | | | | | |
|------------------------------|------|------------------------|------|----------------------|------|
| São João do Oeste | 988 | Sul Brasil | 1076 | Urussanga | 1097 |
| São João do Sul | 989 | Tangará | 1077 | Vargeão | 1106 |
| São José | 1008 | Tigrinhos | 1080 | Vargem Bonita | 1110 |
| São José do Cedro | 1009 | Tijucas | 1081 | Videira | 1119 |
| São Lourenço do Oeste | 1011 | Timbé do Sul | 1082 | Vitor Meireles | 1128 |
| São Miguel do Oeste | 1017 | Timbó | 1085 | Xanxerê | 1133 |
| São Pedro de Alcântara | 1018 | Trombudo Central | 1090 | Xavantina | 1134 |
| Schroeder | 1049 | Tunápolis | 1093 | Xaxim | 1135 |
| Seara | 1054 | Turvo | 1095 | | |
| Sombrio | 1057 | União do Oeste | 1096 | | |

Associações

| | |
|--------------|------|
| AMEOSC | 1139 |
|--------------|------|

Consórcios

| | |
|-------------------|------|
| CIMCATARINA | 1140 |
| CIMVI | 1144 |
| CIS/AMMVI | 1145 |
| CODEPLAN | 1148 |



Agronômica

PREFEITURA

Decreto 075/2017

DECRETO N.º 075/2017 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

“APROVA REGULAMENTO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o regulamento do Campeonato Municipal de Futebol de Campo 2017, conforme ata arquivada e aprovada pela Comissão Municipal de Esporte no dia 14 de julho de 2017.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação do orçamento do órgão :

04.01-Departamento Municipal de Educação

2.018-Manutenção da Divisão de Esportes

3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (44)

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

LEI 1107

LEI Nº 1.107/2017 DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Agronômica, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Agronômica, relativos a impostos, taxas, contribuições de melhoria e receitas em geral com vencimento até 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

§ 1º – O REFIS será administrado pela Diretoria de Administração do Município.

§ 2º – A integrará este programa os débitos de ISS de empresas optantes do simples nacional, quando da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 2º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o art. 1º desta Lei.

§ 1º - A opção poderá ser formalizada até 14 de Novembro de 2017.

§ 2º - O sujeito passivo deverá, por ocasião da opção, relacionar todos os débitos tributários ainda não confessados ou autuados.

§ 3º- Os débitos existentes em nome do optante, bem como aqueles relacionados na opção, serão consolidados tendo por base a

data do pedido de ingresso no REFIS.

§ 4º - A consolidação abrangerá todos os tributos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros moratórios, correção monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em dívida ativa, qualquer que seja a fase de cobrança.

§ 5º – Para fins de consolidação e pagamento dos débitos apurados, o optante deverá se enquadrar nas seguintes opções de pagamento/parcelamento:

I – Em parcela única com pagamento até 14 de Novembro de 2017, com desconto de 90% (noventa por cento) de juros e multas;

II – Em 03 (três) parcelas, com primeiro pagamento até 14 de Novembro de 2017 e as demais parcelas até dia 14 do mês subsequente, com desconto de 75% (setenta e cinco por cento) de juros e multas;

III – Em 12 (doze) parcelas, com primeiro pagamento até 14 de Novembro de 2017 e as demais parcelas até dia 14 do mês subsequente, com desconto de 50% (cinquenta por cento) de juros e multas;

§ 6º – O valor mínimo quando da opção pelo parcelamento correspondente a:

a) R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica;

b) R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física.

Art. 3º - A opção pelo REFIS sujeita o optante a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III – ficam suspensas as execuções já ajuizadas, enquanto perdurar o parcelamento, dos optantes do REFIS de que trata esta Lei, salvo caso de inadimplência de duas parcelas, seguindo a execução dos valores das parcelas vencidas, e o vencimento antecipado das vincendas, com a perda dos descontos de juros e multa de que trata o § 5º do art. 2º desta Lei, sobre os débitos não extintos.

IV – fica vedado o desconto previsto no § 5º do art. 2º desta Lei as infrações e débitos objetos de dolo, fraude ou simulação.

Art. 4º - Na opção pelo REFIS os créditos já parcelados serão consolidados pelo valor restante.

Art. 5º - O sujeito passivo, optante pelo REFIS será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no art. 3º, desta Lei, inclusive quanto a inadimplência;

II – prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

§ 1º – A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

§ 2º – Da decisão que excluir o optante do REFIS, caberá recurso para o Chefe do Executivo Municipal.

Art. 6º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 09 de outubro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito do Município de Agronômica

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 84/2017

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 84/2017 DE 03/10/2017
Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, portador do CPF n. 032.667.619-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI LTDA ME estabelecida na Rua Felipe Schmidt, nº 591 sala 101 bairro: Centro Catanduvas - SC CEP: 89.670-000, CNPJ n. 26.742.553/0001-03, neste ato representado por seu Sócio, Senhor FABRICIO REZENDE DE MORAIS brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 102.800.769-83 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para construção de caixa de areia no Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul, no município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 79/2017 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2017 do tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para construção de caixa de areia no Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul, no município de Água Doce, conforme item abaixo relacionado:

Item n. 01 – Construção de caixa de areia no Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul, no município de Água Doce, conforme projetos técnicos de engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 02 (dois) meses contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço).

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2017 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos

estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 12.754,97, sendo com custos e despesas R\$ 5.994,84, custo com pessoal de R\$ 5.229,54, e margem de lucro bruto de R\$ 1.530,60 .

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

- a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;
- b) as medições serão feitas a cada 30 (trinta) dias, exceto a inicial e a final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

- a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.
- b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do “de acordo” da fiscalização desta Municipalidade.
- c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
- d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.
- e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos;

ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 02 (dois) meses.

f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.

h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município e da proposta 0000016130 através da Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

1.011 – Construção ampliação e manutenção do espaço para a Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/72 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho,

etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por

sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Pregos para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2017, Processo Licitatório n. 79/2017, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce – SC, aos 03 de outubro de 2017

| | |
|----------------------|-------------------------------------|
| ANTONIO JOSÉ BISSANI | FABRÍCIO REZENDE DE MORAIS |
| Prefeito Municipal | Fabício Rezende de Moraes Eireli ME |
| CONTRATANTE | CONTRATADA |

Testemunhas:

| | |
|-----------------------|--------------------------|
| MARILUCY SARE KUSMANN | GLÁUCIA REGINA VARASCHIN |
| CPF: 023.802.499-70 | CPF: 006.597.239-21 |

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Maria Helena Lucietti
OAB/SC 38261

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.º 101/2017 DE 03-10-2017**

RESOLUÇÃO N.º 101/2017 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

FICA ESTABELECIDO SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA DO PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

James Francisco Beal, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em especial no disposto no inciso I e II, art.36 da Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno do Poder Legislativo e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1º. Fica estabelecido que todo ano próximo ao DIA DO PROFESSOR, dia 15 de outubro, será realizada uma Sessão Solene, que vise homenagear, reconhecer e valorizar os Professores e Profissionais que atuam na Educação do Município de Água Doce, SC.

Artigo 2º. Na Sessão de que trata o artigo 1º. destaca-se que o objetivo de tal Solenidade é o reconhecimento daqueles Profissionais que atuam ou atuaram na Educação do Município, com garra, carinho, amor, dedicação e muita persistência, sobretudo contribuindo com suas habilidades, inteligência e esforço para um exercício da Profissão atuante no cenário educacional do Município de Água Doce, SC.

Artigo 3º. Serão convidados os dirigentes e profissionais da educação atuantes no Município de Água Doce, SC, bem como, pessoas que contribuíram para o processo de desenvolvimento educacional do Município, inclusive familiares dos homenageados e pessoas da Comunidade simpaticizantes e incentivadoras à Educação Municipal.

Artigo 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 03 de outubro de 2017

James Francisco Beal
Presidente

RESOLUÇÃO N.º 102/2017 DE 05-10-2017

Resolução n.º 102/2017 de 05 outubro de 2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES PARA A ELEIÇÃO COM A ESCOLHA DOS VEREADORES E VEREADORAS MIRINS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

James Francisco Beal, Vereador e Presidente do Poder Legislativo Municipal, no pleno uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as disposições legais por meio da Resolução nº 087/2015 - de 03 de setembro de 2017, alterada pela Proposta de Emenda Modificativa e Aditiva n. 001/2016 de 18 de outubro de 2016, com seus respectivos artigos, Incisos e alíneas, vem tornar pública a homologação do resultado dos candidatos inscritos e aptos a concorrer ao cargo à próxima eleição para a escolha dos vereadores e vereadoras mirins do Município de Água Doce, SC, passando-se a seguinte composição:

| Candidatos da Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon | | |
|--|---|---------|
| | Nome | Idade |
| 1.º | STEFANI CRISTINA DOS SANTOS | 12 ANOS |
| 2º | NAISSARA CRISTINA SCHLINDUEIN DE OLIVEIRA | 12 ANOS |
| 3.º | JOÃO VITOR GEMELLI | 13 ANOS |
| 4º | MARIA ANDRIELI CAVALHEIRO DE SOUZA | 15 ANOS |
| 5.º | KARLOS EDUARDO CORDEIRO FERREIRA | 11 ANOS |
| 6.º | CARLOS EDUARDO WEBER CARMAZIO | 12 ANOS |
| 7.º | | |
| 8.º | | |
| 9.º | | |

| Candidatos do CEDUP | | |
|---------------------|---|---------|
| | Nome | Idade |
| 1.º | ELIAN JOAQUIM ELEUTÉRIO DA LUZ CORDEIRO | 15 ANOS |
| 2º | MATHEUS DIDOMENICO | 15 ANOS |

| Candidatos do CEM Marcelino Ivo Dalla Costa | | |
|---|-----------------------------|---------|
| | Nome | Idade |
| 1.º | ANDERSON JONATAN KOSHIRSKI | 14 ANOS |
| 2º | OÉLINTON RODRIGUES PADILHA | 12 ANOS |
| 3 | CRISTIANO CISENKO RODRIGUES | 13 ANOS |

Água Doce, 05 de outubro de 2017

James Francisco Beal
Presidente

Alfredo Wagner

PREFEITURA

251

PORTARIA Nº 251/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR SERGIO SCHWEITZER SILVESTRI.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SERGIO SCHWEITZER SILVESTRI, dia 06 a dia setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 14 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

252

PORTARIA Nº 252/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA LUANE DOS SANTOS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora LUANE DOS SANTOS, matrícula N º 3593, ocupante do cargo em comissão de Assistente gabinete, nos dias 11,12, de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com a data de sua publicação

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 19 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

253

PORTARIA Nº 253/2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JONAS HILLESHEIN.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidor JONAS HILLESHEIN, referente ao período de 03/09/2016 a 02/09/2017, a partir de 01 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 01 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

254

PORTARIA Nº 254/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA VERONICA FELETTI HEIDERSCHIEDT.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora VERONICA FELETTI HEIDERSCHIEDT matrícula nº 1302, dias 11 a 15 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com efeitos retroativos na data de 23 e 31 de agosto.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 15 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

255

PORTARIA Nº 255/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MAITE MARIZA MACHADO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora MAITE MARIZA MACHADO, matrícula N.º 3205, ocupante do cargo em comissão de Gerente do SAMU, na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento dia 25 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com a data de sua publicação

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 18 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

256

PORTARIA Nº 256/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA TATIANE DE FATIMA HASCKEL.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora TATIANE DE FATIMA HASCKEL matrícula nº 2368, dias 13 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com efeitos retroativos na data de 19,24,27 de julho.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 14 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

257

PORTARIA Nº 257/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ADRIANA SILVA DE ANDRADE.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora ADRIANA SILVA DE ANDRADE matrícula nº3362 referente ao ano de 01/07/2016 a 30/06/2017, a partir de 01/09/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 15 de setembro 2017.

Naudir Antonio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL
PUBLICADA NESTA DATA

258

PORTARIA Nº 258/2017.

CONCEDE LICENÇA – PRÊMIO DE 2 MESES AO SERVIDOR ANDREI DA CRUZ.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 111 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (dois) meses de licença prêmio ao servidor ANDREI DA CRUZ matrícula nº1748, ocupante do cargo de Vigia na Secretaria de Saúde, referente ao quinquênio de 10/07/2006 a 10/07/2011, a partir de 05/08/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com efeitos retroativos na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 29 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

259

PORTARIA Nº 259/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARINA WERLICH SCHMITZ.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora MARINA WERLICH SCHMITZ dia 15 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 16 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

260

PORTARIA Nº 260/2017.

CONCEDE LICENÇA – PRÊMIO 3 MESES AO SERVIDOR ANDREI DA CRUZ.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 111 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 03 ((três) mês de licença prêmio ao servidor ANDREI DA CRUZ matrícula nº1748, ocupante do cargo de Vigia na Secretaria de Saúde, referente ao quinquênio de 07/10/2006 a 07/10/2011, a partir de 05/10/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 29 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

261

PORTARIA Nº 261/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA DALZIRA DOS SANTOS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde a servidora DALZIRA DOS SANTOS matrícula nº158 no dia 15 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 26 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

262

PORTARIA Nº 262/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PAMELA CRISTINA DEUCHER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora PAMELA CRISTINA DEUCHER matrícula nº3977 nos dias 18,20, de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com efeitos retroativos data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 26 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

263

PORTARIA Nº 263/2017.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Nomear as servidoras Solange Machado Alves, Nadir Scheidt e Elizabeth Lamim, como membros da comissão de avaliação dos itens do Pregão Presencial nº1412017 de produtos de limpeza e higiene, a partir de 26/09/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 26 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

264

PORTARIA Nº 264/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDORA VANDERLEIA DE SOUZA HILLESHEIN.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora VANDERLEIA DE SOUZA HILLESHEIN, dia 22 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 22 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

265

PORTARIA Nº 265/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARLI COELHO KUNTZE.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias a servidora MARLI COELHO KUNTZE matrícula N.º 3202 Ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, referente ao período de 01/01/2016 a 31/12/2017, a partir de 25 de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 29 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

266

PORTARIA Nº 266/2017

PRORROGA A PORTARIA DE LICENÇA SEM VENCIMENTO SILVIA REGINA BRUCK.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Prorrogar a Portaria de licença sem vencimento da servidora SILVIA REGINA BRUCK ocupante do cargo de técnica de enfermagem requer a prorrogação da licença sem vencimento por mais dois anos de acordo com a lei complementar nº005/2003 de 25/11/2003 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Alfredo Wagner, a partir de 28 setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 29 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

267

PORTARIA Nº 267/2017.

CONCEDE LICENÇA – PRÊMIO 3 MESES AO SERVIDOR JONAS HILLESHEIN.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 111 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 03 ((três) mês de licença prêmio ao servidor JONAS HILLESHEIN matrícula nº3164, ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria de Saúde, referente ao quinquênio de 03/09/2012 a 03/09/2017, a partir de 01/10/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 29 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

268

PORTARIA Nº 268/2017.

CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECUNIA A SERVIDORA MARIA RUFINA DA CUNHA.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, férias com 1/3 em pecúnia a servidora MARIA RUFINA DA CUNHA matrícula nº3112, referente ao ano de 02/01/2016 a 02/01/2017, a partir de 01 de outubro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 29 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

269

PORTARIA Nº 269/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR SERGIO SCHWEITZER SILVESTRI.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SERGIO SCHWEITZER SILVESTRI, dias 25 e 28, de setembro de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 29 de setembro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 03

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2017

CRIA O DIA DE HOMENAGEM AO PROFESSOR ALFREDENSE. DEVENDO SER HOMENAGEADO PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER QUE POSSUAM 20 ANOS DE MAGISTÉRIO.

Edenilson Rodrigues de Souza, Presidente desta Casa Legislativa, promulga o presente Decreto Legislativo, nos termos do Art. 111, caput, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores:

Art. 1º - Fica criado o "DIA DA HOMENAGEM AO PROFESSOR ALFREDENSE", que poderá ser materializado com a entrega de Certificado ou outro Título de igual importância, em Sessão Solene na primeira quinzena do mês de outubro de cada ano.

Art. 2º - Receberá homenagem todos aqueles que tiverem o título de professor neste Município, que atuam na função por no mínimo 20 (vinte) anos, que estejam no exercício da função na rede Municipal ou Estadual, e não ter sido premiado em anos anteriores, mediante relação nominal remetida pela Instituição a que esteja vinculado até o dia 30 de setembro de cada ano.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e suas despesas correrão por conta do orçamento vigente no ente Legislativo.

Alfredo Wagner/SC, 02 de outubro de 2017.

Edenilson Rodrigues de Souza

Presidente

ERRATA

ERRATA 01/2017

ANULA A PUBLICAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO N° 003/2017
FEITA EM 06-10-2017 POR ERROS EM REDAÇÃO

Edenilson Rodrigues de Souza, Presidente desta Casa Legislativa,
anula a publicação do Decreto Legislativo 003/2017 lançada em
06-10-2017 no Diário Oficial do Município devido a erros na redação. O Decreto correto será publicado na sequência.

Alfredo Wagner, 06 de outubro de 2017.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2497, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do §1º, do art. 24º da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.251,88 (Nove mil reais, duzentos e cinquenta e um reais, oitenta e oito centavos), na seguinte ação orçamentária:

| | |
|--------------------|--------------------------------------|
| 02.00 | GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS |
| 02.01 | Gerência de Administração e Finanças |
| 06 | SEGURANÇA PÚBLICA |
| 06.182 | Defesa Civil |
| 06.182.0005 | Segurança Pública à População |
| 06.182.0005.2.105 | Convênio com Corpo de Bombeiros |
| 3 | DESPESAS CORRENTES |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes |
| 3.3.90.00.0.3.0601 | Aplicações Diretas |
| | R\$ 9.251,88 |

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2016, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.0601" - Taxa Bombeiros

R\$ 9.251,88 (Nove mil reais, duzentos e cinquenta e um reais, oitenta e oito centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 02 de Outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 2498, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do art. 24 da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016, e Art 5 Letra "A" da Lei Municipal nº 708 de 09 de dezembro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o

atendimento da despesa em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

| | |
|----------------------|--|
| 06.00 | COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 06.01 | Coordenadoria de Assistência Social |
| 08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 08.244 | Assistência Comunitária |
| 08.244.0023 | Assistência Social e Comunitária |
| 08.244.0023.1.045 | Estruturação do CRAS |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| 4.4 | Investimentos |
| 4.4.90.00.00.00.0000 | Aplicações Diretas |
| | R\$ 28.000,00 |
| 06.02 | Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS |
| 08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 08.244 | Assistência Comunitária |
| 08.244.0023 | Assistência Social e Comunitária |
| 08.244.0023.2.102 | Manutenção Atividades do CRAS |
| 3 | DESPESAS CORRENTES |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes |
| 3.3.90.00.00.00.0000 | Aplicações Diretas |
| | R\$ 5.000,00 |

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

| | |
|----------------------|--|
| 06.00 | COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 06.02 | Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS |
| 08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 08.244 | Assistência Comunitária |
| 08.244.0023 | Assistência Social e Comunitária |
| 08.244.0023.2.102 | Manutenção Atividades do CRAS |
| 3 | DESPESAS CORRENTES |
| 3.1 | Pessoal e Encargos Sociais |
| 3.1.90.00.00.00.0000 | Aplicações Diretas |
| | R\$ 5.000,00 |
| 06.01 | Coordenadoria de Assistência Social |
| 08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 08.244 | Assistência Comunitária |
| 08.244.0023 | Assistência Social e Comunitária |
| 08.244.0023.1.045 | Estruturação do CRAS |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| 4.5 | Inversões Financeiras |
| 4.5.90.00.00.00.0000 | Aplicações Diretas |
| | R\$ 28.000,00 |

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação com pedras irregulares nas Ruas "A", "B", "C" e "D"..

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de julgamento das propostas de preços da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante CONSTRUTORA MIRANDA & MARTINS LTDA sagrou-se vencedora com o valor de R\$ 136.910,00 (cento e trinta e seis mil novecentos e dez reais), a empresa CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA ficou na segunda colocação com 136.911,48 (cento e trinta e seis mil novecentos e dez reais e quarenta e oito centavos) e a empresa NIVELTER TERRAPLANAGENS E OBRAS EIRELI ME ficou na terceira colocação com o valor de 146.439,43 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso

Alto Bela Vista, SC, 05 de outubro de 2017.
VILMAR JOSÉ ZONTA
Presidente da CPL

PORTARIA Nº 125, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, SIDNEI CANCELLI, matrícula 588 ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, no período de 15 (Quinze) dias, a contar de 25 de Setembro de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gustavo Rebelatto CRM-SC 17.389.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 25 de setembro a 09 de Outubro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 02 de outubro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRET Nº 133/2017

DECRETO Nº. 133/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

· Considerando que o dia 12 de outubro (Quinta Feira) é feriado nacional conforme Portaria nº 369 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de 29 de novembro de 2016 em virtude do dia de Nossa Senhora Aparecida.

· Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público, pois os serviços essenciais continuarão a ser realizados;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais do Município de Anchieta no dia 13 de outubro de 2017 (Sexta Feira).

Art. 2º Os serviços emergenciais na área de Saúde Pública serão atendidos na Unidade de Pronto Atendimento, pelos profissionais em regime de plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 06 de outubro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 131/2017

DECRETO Nº 131 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTANCIA DE ATÉ R\$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e a Lei Municipal nº 2.336 de 06 de outubro de 2017;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais),

em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se a Atividade nº 10.301.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Média e Alta Complexidade e o Elemento de Despesa nº 3.3.40.00.00.00.00.0335 – objetivando o repasse para atendimento junto ao CEO – Centro de especialidades Odontológicas.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste ato e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.336/2017 fica aberto Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado nesta Lei e a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Média e Alta Complexidade

(....)3.3.40.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.500,00 Total R\$ 7.500,00

Art.3º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica reduzido das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.103 – Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMEOSC

/CRESIM/CAPS

(27)3.3.40.00.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.500,00 Total R\$ 7.500,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas.

Art. 14º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 06 de outubro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 132/2017

DECRETO Nº 132 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289 de 09 de dezembro de 2016 e a Lei Municipal nº 2.337 de 06 de outubro de 2017;

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em conformidade com os prescritos na Lei Municipal nº 2.337 de 06 de outubro de 2017, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução as Funcionais Programáticas: 07.01.15.452.573.1.156 – Controle e Segurança do Tráfego Urbano – Rotulas, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a Construção de Rotulas no perímetro Urbano. A fim dar garantia de melhor trafegabilidade aos motoristas e pedestres.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica aberto Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.573.1.156 – – Controle e Segurança do Tráfego Urbano – Rotulas

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2708 - Aplicações Diretas 15.700,00

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.3708 - Aplicações Diretas 7.300,00

TOTAL R\$ 23.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica reduzido das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo Orçamento, mais precisamente conforme abaixo:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0575.2.040 – Conservação e Manutenção de Vias Públicas (107)3.3.90.00.00.00.00.00.2708 - Aplicações Diretas 15.700,00

(165)3.3.90.00.00.00.00.00.3708 - Aplicações Diretas 7.300,00

TOTAL R\$ 23.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o

disposto nos artigos anteriores deste Decreto e conforme o disposto na Lei Municipal nº 2.337 de 06 de outubro de 2017, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto e conforme o disposto na Lei Municipal nº 2.337 de 06 de outubro de 2017, relativamente ao Crédito e redução introduzidas.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 06 de outubro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

LEI Nº 2.336/2017

LEI Nº. 2.336/2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ANCHIETA – (SC), A FIRMAR CONVÊNIO E PROCEDER A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA -SC, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTANCIA DE ATÉ R\$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONVENIAL

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Autorizado a Firmar o Convênio entre o Município de Anchieta – (SC) e o Município de Dionísio Cerqueira - (SC), bem como a proceder à Transferência de Recursos Financeiros para o Município de Dionísio Cerqueira - (SC), com sede na R. Santos Dumont, 413, Dionísio Cerqueira - SC, Cep: 89950-000, com inscrição do CNPJ nº. 83.026.773/0001-74, na importância de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo o valor repassado em 3 parcelas mensais, no valor de até 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ao mês, a partir da assinatura do Convênio até 31 de dezembro de 2017, objetivando o repasse para atendimento junto ao CEO – Centro de especialidades Odontológicas.

Art. 2º O presente convênio após o término do contrato terá novo projeto de Lei para ser apreciado na Câmara Municipal.

Art. 3º A Concessão será efetuada através de depósito dos recursos financeiros em conta corrente específica, individualizada e vinculada para esse fim, junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominiais e individuais por credor.

Art. 4º A entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em

razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art. 6º Os saldos não aplicados no prazo previsto nesta Lei, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 7º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário – Prefeito e o Ordenador Secundário – Tesoureiro.

Art. 8º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas;
- Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;
- Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante se houver;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas;
- Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º A Entidade conveniente além dos documentos acima citados deverá apresentar demais comprovantes em cumprimento a Instrução Normativa nº TC – 14/2012 do egrégio Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 3º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem assinados pelos Ordenadores.

Art. 9º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

TÍTULO II

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 10º. Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se a Atividade nº 10.301.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Média e Alta Complexidade e o Elemento de Despesa nº 3.3.40.00.00.00.00.0335 – objetivando o repasse para atendimento junto ao CEO – Centro de especialidades Odontológicas.

CAPÍTULO III

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 11º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado nesta Lei e a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.104 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Média e Alta Complexidade
(....)3.3.40.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.500,00 Total
..... R\$ 7.500,00

Art.12º Para o atendimento do Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.103 – Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMEOSC
/CRESIM/CAPS
(27)3.3.40.00.00.00.00.00.0335 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.500,00 Total R\$ 7.500,00

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 13º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 14º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 06 de outubro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

LEI Nº 2.337/2017

LEI Nº 2.337/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução as Funcionais Programáticas: 07.01.15.452.573.1.156 – Controle e Segurança do Tráfego Urbano – Rotulas, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a Construção de Rotulas no perímetro Urbano. A fim dar garantia de melhor trafegabilidade aos motoristas e pedestres.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta

Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.573.1.156 - – Controle e Segurança do Tráfego Urbano – Rótulas

(.....)4.4.90.00.00.00.00.2708 - Aplicações Diretas
..... 15.700,00

(.....)4.4.90.00.00.00.00.3708 - Aplicações Diretas
..... 7.300,00

TOTAL R\$ 23.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo Orçamento, mais precisamente conforme abaixo:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0575.2.040 – Conservação e Manutenção de Vias Públicas

(107)3.3.90.00.00.00.00.2708 - Aplicações Diretas
..... 15.700,00

(165)3.3.90.00.00.00.00.3708 - Aplicações Diretas
..... 7.300,00

TOTAL R\$ 23.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 06 de outubro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios

DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 113/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 085/2017; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a confecção e instalação de cortinas com sistema de abertura do tipo rolô para a Secretaria de Saúde e Assistência do Social do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 24 de outubro de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 06 de outubro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 079/2017

DECRETO Nº 079/17 DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.27.812.0002.2.024-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 4.400,00
08.01.27.812.0002.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.27.812.0002.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 11.400,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de outubro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 080/2017

DECRETO Nº 080/17 DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0010.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Art 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 40.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de outubro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 172/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 172/2017; Origem: Edital de pregão presencial nº 75/2017 – Processo Licitatório nº 103/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: EDSON PAULI ELETROTÉCNICO - EPP; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de troca com fornecimento de óleo lubrificante, óleo hidráulico, fluido de freio 500 ml, filtros e graxa, conforme necessidade, para a manutenção da frota de veículos e máquinas da prefeitura do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do Lote 1, no valor estimado de R\$ 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais). Prazo: 06/10/2017 - 06/10/2018.

Antônio Carlos, 06 de outubro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 487/2017

PORTARIA Nº 487/2017

Concede Licença Maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a

servidora EMILENE BALBINO BARBOSA, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 40H, a partir de 02 de outubro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 06 de outubro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de outubro de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 2819

DECRETO Nº 2819/2017

De 03/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-SC UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 1.400,00(Um mil e quatrocentos Reais) da seguinte classificação orçamentária:

| | | |
|---------------------|--|----------|
| 03 | Secretaria de Administração e Finanças | |
| 001 | Secretaria de Administração e Finanças | |
| 0004.0122.0301.2030 | Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças | |
| 30000000000000 | Despesas Correntes | |
| 33000000000000 | Outras Despesas Correntes | |
| 33900000000000 | Aplicações Diretas | |
| 10.000 | Recursos Ordinários | 1.400,00 |
| | TOTAL | 1.400,00 |

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de Outubro e 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2820

DECRETO Nº 2820/2017

De 03/10/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-SC UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 21.891,39(Vinte e um mil oitocentos e noventa e um Reais e trinta e nove centavos) da seguinte classificação orçamentária:

| | | |
|---------------------|--|-----------|
| 04 | Secretaria de Educação e Cultura | |
| 001 | Atividade Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior | |
| 0012.0361.0402.2047 | Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental | |
| 40000000000000 | Despesas de Capital | |
| 44000000000000 | Investimentos | |
| 44900000000000 | Aplicações Diretas | |
| 10.100 | Recursos de Impostos e de Trans. de Impostos Educação | 2.473,00 |
| | Subtotal | 2.473,00 |
| 11 | Encargos Gerais do Município | |
| 001 | Encargos Gerais do Município | |
| 0002.0061.0001.0004 | Precatórios e Sentenças Judiciais | |
| 30000000000000 | Despesas Correntes | |
| 33000000000000 | Outras Despesas Correntes | |
| 33900000000000 | Aplicações Diretas | |
| 10.000 | Recursos Ordinários | 19.418,39 |
| | Subtotal | 19.418,39 |
| | TOTAL | 21.891,39 |

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de Outubro e 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2119

DECRETO Nº 2119, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016 no valor de R\$ 3.105,02, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

| | | | | |
|-------------------|-------|---|--------------------|----------|
| Órgão | 09 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | |
| Unidade | 01 | Fundo Municipal de Saúde - FMS | | |
| Projeto Atividade | 2.078 | Serviços Médicos e Hospit. Ambul. Especializado e Diagnóstico | | |
| Modalidade | 59 | 33900000000000000030346 | Aplicações Diretas | 3.105,02 |
| TOTAL | | | | 3.105,02 |

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.3.0346 – SUS Estado – Outras Receitas Superávit Financeiro... R\$ 3.105,02

TOTALR\$ 3.105,02

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 05 de Outubro de 2017.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 05 de Outubro de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

DECRETO 2120

DECRETO Nº 2120, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 04/2017.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º- Fica designada Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 04/2017, conforme Edital, composta pelos seguintes

membros:

- I – Marlene Weimer Wiltgen - Presidente
- II – Edenice Carina Rauschkolb Patzlaff
- III –Cléia Luciane Schatz de Castro
- IV – Dirlete Marlei Berner
- V - Michele Marciane Wasem

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 06 de Outubro de 2017.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se.
Em 06 de Outubro 2017

Glaucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

DECRETO 2121

DECRETO Nº 2121, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeadas as seguintes pessoas como membros da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC:

I. Coordenação:
Harry Vanderlei Petry

II. Conselho Municipal:
Elisabeth Sigrid Wallmann
Evelacio Valério Leidow
Sabrina Mores
Edemar Elido Borgmann
Cleonir Herpich
Marcos Marinho Weimer
Ivanete Hüttel Patzlaff
Danieli Simonetti
Dalton Joel Mausolf
III. Secretaria:
Deise Morche
IV. Setor Técnico:
Leila Ana Matiello
Michael Medeiros

V. Setor Operacional
Laury Valdir Haefliger
Dirceu Wazlawick

Art. 2º Fica revogado o decreto n. 2023/2017 e demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 06 de outubro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

| | |
|---|--|
| Gláucia Pottratz Responsável pelas Publicações | Registra-se e Publica-se. Em 06 de Outubro 2017 |
|---|--|

LEI 201

LEI COMPLEMENTAR Nº 201 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

ALTERA OS §3º §4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS TITULARES DE VAGAS DO CARGO DE MOTORISTA, INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE OUTROS CARGOS ANÁLOGOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Arabutã aprovou e eu Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 63, I da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os §3º §4º do art. 3º da Lei complementar nº 109, de 19 de outubro de 2011, que dispõe sobre a remuneração de Servidores Públicos Municipais Titulares de Vagas do Cargo de Motorista, Investidos em Funções de outros cargos análogos que especifica, e dá outras providências, que passa ter a seguinte redação:

Art. 3º

§ 3º O período de investidura de ocupantes de vagas do cargo de motorista, nos cargos de Motorista de Ambulância, ou de Motorista de Ônibus, nos termos do art. 1º desta Lei se dará enquanto perdurar a vacância dos titulares no cargo e será interrompido se, no decorrer do período, houver concurso público homologado para o provimento de vagas nos últimos dois cargos.

§ 4º O prazo estabelecido no § 3º do presente artigo, poderá ser prorrogado enquanto perdurar a vacância dos titulares no cargo, por ato próprio do Poder Executivo Municipal, mediante exposição de motivos de sua prorrogação.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Arabutã – SC, 05 de Outubro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Em 05 de outubro de 2017

Gláucia Pottratz

Responsável pelas Publicações

PROCESSO SELETIVO 04/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

O Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, torna público que realizará, na forma prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições para PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS destinado ao recrutamento de pessoal para o exercício transitório das funções abaixo especificadas e relacionadas a cargos regidos pela Lei Complementar nº. 159, de 29 de

dezembro de 2014, Lei Complementar 158, de 29 de dezembro de 2014, Lei Complementar 155, de 29 de dezembro de 2014 e Lei nº. 218, de 23 de abril de 2002 e alterações.

O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado de conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVAS E TÍTULOS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3505. Endereço eletrônico: concursos@amauc.org.br.

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 11 a 26 de outubro de 2017, através do site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Arabutã www.arabuta.sc.gov.br.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período previsto no subitem 1.2 deste edital:

1.3.1. Acessar o site www.amauc.org.br ou www.arabuta.sc.gov.br e localizar o “banner” PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017;

1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital. Se o candidato optar por dois cargos, deverá efetuar duas inscrições;

1.3.3. O candidato poderá inscrever-se para até dois cargos, desde que permitidos por este edital. Para tanto, o candidato deverá ser habilitado para as áreas pretendidas e apresentar documentação para as duas opções;

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

1.3.5. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 27 de outubro de 2017.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.

1.6. No dia 30 de outubro serão publicadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.arabuta.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte da homologação para interpor recurso, acessando a área do candidato.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado.

1.8. A Secretaria Municipal da Educação disponibilizará um computador com acesso à internet para que os candidatos que necessitam possam realizar suas inscrições durante o período estabelecido no subitem 1.2 deste Edital para a realização das mesmas, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira.

1.9. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o

candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o cargo pretendido.

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.12. As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir durante o ano letivo de 2018.

1.13. São condições para a inscrição:

1.13.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do art. 12 da Constituição Federal;

1.13.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.13.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga;

1.13.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado.

1.14. Nomenclatura, vencimentos e exigência:

1.14.1 Graduação:

| Nomenclatura | Carga Horária Semanal | Venc. Inicial (R\$) |
|---|-----------------------|---------------------|
| Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais ² | 20 horas 10 horas | 1.493,04 746,52 |
| Professor de Educação Física ¹ | 20 horas 10 horas | 1.493,04 746,52 |
| Professor de Artes ² | 20 horas 10 horas | 1.493,04 746,52 |
| Professor de Letras/Língua Estrangeira-Alemão ² | 20 horas 10 horas | 1.493,04 746,52 |
| Professor de Informática ² | 20 horas 10 horas | 1.493,04 746,52 |

1.14.2. Estudantes de Nível de Ensino Superior:

| Nomenclatura | Carga Horária Semanal | Venc. Inicial (R\$) |
|---|-----------------------|---------------------|
| Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais ³ | 20 horas 10 horas | 1.096,62 548,31 |
| Professor de Educação Física ³ | 20 horas 10 horas | 1.096,62 548,31 |
| Professor de Artes ³ | 20 horas 10 horas | 1.096,62 548,31 |
| Professor de Letras/Língua Estrangeira-Alemão ³ | 20 horas 10 horas | 1.096,62 548,31 |
| Professor de Informática ³ | 20 horas 10 horas | 1.096,62 548,31 |

1.14.3 Nível Médio:

| Nomenclatura | Carga Horária Semanal | Venc. Inicial (R\$) |
|------------------|-----------------------|---------------------|
| Agente de Creche | 40 horas | 1.728,68 |
| Auxiliar de sala | 40 horas 20 horas | 1.206,08 565,86 |

(¹) Graduação/licenciatura em Educação Física e inscrição no conselho competente - CREF.

(²) Professor com graduação, com licenciatura para a docência na respectiva habilitação.

(³) Cursando Graduação na respectiva área específica com a 3ª fase concluída.

(☐) Nível médio completo.

a) Havendo majoração ou diminuição da carga horária semanal, em função da necessidade ou do interesse público da Educação Básica, haverá correspondente alteração no valor do vencimento e também do auxílio-alimentação.

b) As disciplinas de Xadrez e de Movimento serão ministradas por professor de Educação Física.

A disciplina de Brincar será ministrada por professor com graduação em Pedagogia.

2. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

2.1. A taxa para inscrição do Processo Seletivo será:

2.1.1. R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de GRADUAÇÃO;

2.1.2. R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR e ENSINO MÉDIO.

2.2. Se optar por dois cargos, o candidato deverá efetuar o pagamento de duas taxas de inscrição.

2.3. Ficam isentos do pagamento:

2.3.1. Os doadores de sangue;

2.3.2. Os doadores de medula óssea.

2.4. Documentação necessária para receber a isenção:

2.4.1. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo;

2.4.2. A comprovação da qualidade de doador de medula óssea se fará através de apresentação de documento expedido pela unidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição;

2.4.3. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados junto com o requerimento de inscrição, até o dia 20 de outubro de 2017 sob pena de indeferimento do pedido de isenção;

2.4.4. A Prefeitura de ARABUTÃ e a AMAUC não se responsabiliza se os documentos não chegarem ao destino correto;

2.4.5. O NÃO recebimento, pela AMAUC, dos documentos comprobatórios de isenção da taxa de inscrição, implicará no indeferimento da inscrição por falta de pagamento.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

3.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20 de dezembro de

1999 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo;

3.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01 (uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. Os benefícios previstos no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições previsto no subitem 1.2 deste Edital. O candidato deverá preencher o Anexo II, deste Edital, entregar na Prefeitura Municipal de ARABUTÃ, até o dia 20 de outubro de 2017, sob pena de indeferimento do pedido:

3.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

3.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;

3.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

3.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo (subitem 3.5) e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

3.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados.

3.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência

capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

4. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Após realizar a inscrição on-line, os candidatos deverão entregar, até a data final das inscrições, o envelope lacrado com os documentos, na Secretaria Municipal da Educação, na Avenida Lauro Muller, nº 210 Arabutã/SC, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, com identificação conforme modelo abaixo:

4.2. Juntamente com o envelope, o candidato deverá trazer o comprovante de inscrição para receber a autenticação de entrega dos títulos.

4.3. O candidato que não entregar a documentação solicitada nos subitens 4.10, 4.11 e 4.12 deste Edital pontuará apenas com a nota da prova escrita.

4.4. A entrega da documentação para candidatar-se a qualquer vaga é de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior a inscrição.

4.5. Não serão feitas cópias de documentos na Secretaria Municipal da Educação ou em qualquer escola da rede municipal de ensino.

4.6. Quando da inscrição em dois cargos, o candidato deverá entregar a documentação completa das duas inscrições em envelopes separados.

4.7. O candidato que optar pela inscrição para dois cargos, estabelecidos nos subitens 1.14.1, 1.14.2 e 1.14.3 deste Edital, no momento da escolha de vaga, deverá obrigatoriamente optar por apenas uma delas e, conseqüentemente, abrir mão da vaga remanescente. Podendo assumir apenas na falta de outros candidatos àquela vaga e ter compatibilidade de horário.

4.8. Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar até prazo estipulado.

4.9. Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contando da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, exceto os constantes nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do subitem 7.2 e "a", "b", "c", e "d" do subitem 7.3 deste Edital que serão arquivados nos registros pessoais do Departamento de Recursos Humanos.

4.10. Documentos obrigatórios para inscrição de professor habilitado:

4.10.1. Cópia do Diploma da graduação para o cargo, reconhecido pelo MEC; ou declaração/certidão de conclusão do curso pela instituição do ensino, observando que até a data da contratação deverá ser apresentado o referido diploma;

4.10.2. Certificação de conclusão de Nível Médio Regular ou Magistério;

4.10.3. Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de

setembro de 2017, expedida por órgão competente, em papel timbrado do setor, constando função exercida, períodos de contrato e totalização do tempo em anos, meses e dias, com data e assinado pelo responsável da emissão;

4.10.4. Cópia dos Certificados de Cursos, Formação Continuada e aperfeiçoamento realizados na área ou disciplina.

4.11. Documentos obrigatórios para inscrição de Agente de Creche e Auxiliar de Sala:

4.11.1. Cópia da certificação de conclusão de Nível Médio Regular ou magistério;

4.11.2. Declaração de Tempo de Serviço no cargo até 30 de setembro de 2017, expedida por órgão competente, em papel timbrado do setor, constando função exercida, períodos de contrato e totalização do tempo em anos, meses e dias, com data e assinado pelo responsável da emissão;

4.11.3. Cópia dos Certificados de Cursos, Formação Continuada e aperfeiçoamento realizados na área ou disciplina.

4.12. Documentos obrigatórios para inscrição de professor não habilitado (cursando graduação):

4.12.1. Cópia da declaração da fase em que está cursando a graduação, sendo que somente serão validadas as declarações com a 3ª fase concluída;

4.12.2. Declaração de conclusão do ensino médio;

4.12.3. Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de setembro de 2017, expedida por órgão competente, em papel timbrado do setor, constando função exercida, períodos de contrato e totalização do tempo em anos, meses e dias, com data e assinado pelo responsável da emissão;

4.12.4. Cópia dos Certificados de Cursos, Formação Continuada e aperfeiçoamento realizados na área ou disciplina.

5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será de provas objetivas e com valoração de títulos.

5.2. As provas serão realizadas no dia 12 de novembro de 2017 com início às 8h00min e término às 11h00min para os candidatos que efetuaram inscrição em 1 (uma) ou 02 (duas) áreas, tendo como local o Grupo Escolar Paulo Freire, situada na Avenida dos Imigrantes, Nº 157, Bairro Nicolau Petry, Arabutã/SC. Os portões serão fechados às 7h50min;

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares na escola acima mencionada, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data ou local, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites www.amauc.org.br e www.arabuta.sc.gov.br;

5.3. A duração da prova escrita será de 3h00min (três horas) para 01(uma) área ou para 02 (duas) áreas, já incluída o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), antes do fechamento dos portões, munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

5.4.1. Cédula de Identidade - RG;

5.4.2. Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

5.4.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

5.4.4. Certificado Militar;

5.4.5. Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

5.4.6. Passaporte.

5.5. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.6. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.7. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.8. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.9. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como respostas corretas.

5.10. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.

5.11. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.12. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.13. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.14. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.15. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.16. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.17. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação

constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.18. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.19. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

5.20. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova terá peso 7 com 20 questões de múltipla escolha, tendo todas o peso de 0,35 (zero vírgula trinta e cinco) pontos para cada questão, para todos os inscritos no processo seletivo, conforme abaixo:

| Conteúdo | Nº de Questões |
|-----------------------------------|----------------|
| Língua Portuguesa | 04 (quatro) |
| Raciocínio Lógico (matemática) | 03 (três) |
| Conhecimentos Gerais/Atualidades | 03 (três) |
| Conhecimentos na Área de Educação | 04 (quatro) |
| Conhecimentos Específicos | 06 (seis) |
| Total de Questões | 20 (vinte) |

6.2. O candidato que não obter no mínimo a nota 3 (três) na prova objetiva será desclassificado.

6.3. O candidato que se inscrever para duas áreas fará as provas conforme o conteúdo programático, sendo que responderá 2 (dois) cadernos de provas.

6.4. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo I deste Edital.

6.5. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação.

7.2. Para os professor:

| ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS | VALOR |
|--|--|
| a) Mestrado | 1,0 ponto – máximo um título. |
| b) Especialização e ou pós-graduação lato sensu na área específica, ou da educação | 1,0 ponto - máximo um título |
| c) Graduação | 0,5 pontos - na área específica - máximo um título |

| | |
|--|---|
| d) Estudantes de graduação, com a 3ª fase concluída, contando a partir da 4ª fase. | 0,05 – para cada fase/semestre na área específica. |
| e) Ensino Médio | 0,3 pontos – magistério 0,2 pontos – ensino médio regular máximo um título |
| f) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino. DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 30/09/17, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante. | 0,005 - por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto. |
| g) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos, emitidos no período de 2016 e 2017. | 0,05 pontos – para cada 10 horas limitado a 1 (um) ponto. |

7.3 Para Agente de Creche e Auxiliar de sala:

| ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS | VALOR |
|--|---|
| a) Especialização e pós-graduação lato sensu na área específica, ou da educação | 1,0 ponto - máximo um título - |
| b) Graduação | 0,5 pontos - na área específica - máximo um título. |
| c) Estudantes de graduação em pedagogia, com a 3ª fase concluída, contando a partir da 4ª fase. | 0,05 – para cada fase/semestre. |
| d) Ensino Médio | 0,3 pontos – magistério 0,2 pontos – ensino médio regular máximo um título |
| e) Declaração de Tempo de Serviço no cargo em Instituições de Ensino legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino. DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 30/09/17, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante. | 0,005 - por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto. |
| f) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação e de atuação específica, com registro e reconhecidos, emitidos no período de 2016 e 2017. | 0,05 pontos – para cada 10 h, limitado a 1 (um) ponto. |

7.4. O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado;

7.5. Serão pontuados como títulos, diplomas, certificado e declarações/certidões em papel timbrado da instituição, contendo

assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação.

7.5.1. Os diplomas, certificados e declarações/certidões a que se refere o subitem 7.2, 7.3, deste Edital só serão considerados se forem emitidos por:

7.5.1.1. Instituições de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo MEC;

7.5.1.2. Órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação;

7.5.1.3. Secretarias Municipais de Educação;

7.5.1.4. Para os certificados que se referem aos itens 7.2 "f" e 7.3 "f", serão considerados também se forem emitidos por Instituições privadas, desde que tenham sido presenciais.

7.6. Os professores, os auxiliares de sala e agentes de creche não habilitados serão classificados em listas separadas dos habilitados.

8. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

8.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

8.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o fechamento dos portões. Os portões serão fechados às 7h50min, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no subitem 1.2 deste Edital, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em todas as fases da classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

9.1.1. Melhor nota na prova objetiva;

9.1.2. Melhor nota em conhecimento específico;

9.1.3. Idade mais elevada;

9.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

10. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

10.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 7 (sete) pontos e terá caráter classificatório.

10.1.1. Fica desclassificado o candidato que não tirar nota mínima de 03(três) pontos na prova objetiva.

10.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

$$NPO = 7 \times NAP$$

TQP

Onde:

NPO = Nota da prova objetiva

TQP = Total de questões da prova

NAP = Número de acertos na prova

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova objetiva, acrescido da soma dos títulos (valor máximo de títulos: 3 pontos).

12. DOS RECURSOS

12.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido a Administração Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.arabuta.sc.gov.br.

12.2. Os demais recursos deverão ser interpostos de forma online, acessando a área do candidato, até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo e relativos;

12.2.1. Da homologação das inscrições;

12.2.2. Dos gabaritos divulgados nos site previstos no subitem 12.1 deste edital;

12.2.3. Do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

12.3. Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos;

12.4. Quando o recurso se relacionar às questões da prova objetiva, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

12.5. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

12.6. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

12.7. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

12.8. Caberá à Comissão do Processo Seletivo decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

12.9. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas

serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.10. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

12.11. A Comissão Processo Seletivo constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

13. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

13.1. A data e o local da escolha de vagas serão publicados nos sites www.amauc.org.br e www.arabuta.sc.gov.br com 15 dias de antecedência.

13.2. A chamada dos classificados obedecerá a ordem de classificação por categoria e área, sendo que os inscritos na categoria habilitados terão preferência na escolha de vagas em relação aos não habilitados, conforme a classificação na respectiva categoria e área, ou seja, terminada a escolha de vagas dos habilitados, havendo vagas, terão direito à escolha, de acordo com a ordem de classificação, os não habilitados nas áreas pretendidas.

13.3. O candidato que escolher e estiver ocupando vaga de ano todo, surgindo outra vaga em qualquer área, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não será consultado.

13.4. Após a escolha das vagas, surgindo novas vagas no decorrer do ano letivo, a escolha se dará pela ordem de classificação dos candidatos a partir do primeiro da lista da reserva técnica. (1º após o último que escolheu).

13.5. O levantamento de vagas a serem oferecidas aos classificados será efetuado pela Secretaria Municipal da Educação, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas e/ou turmas disponíveis aos professores efetivos do quadro do magistério público municipal, nas escolas da rede municipal de ensino e mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2018.

13.6. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha da vaga, bem como, aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, ou desistir de alguma vaga continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada sendo que será respeitada a ordem de chamada conforme disposto no item 13.4.

13.7. Na escolha de vagas é responsabilidade do classificado observar a compatibilidade de horários, turnos distância e transporte entre os locais de trabalho;

13.7.1. No caso de Auxiliar de Sala, Agente de Creche e Professores de Área, os horários serão definidos conforme necessidades das escolas.

13.8. Ocorrendo vagas no ano letivo, o classificado será chamado, via telefone constante na sua ficha de inscrição, a formalizar sua escolha, sendo de responsabilidade do candidato manter seu contato atualizado juntamente a Secretaria Municipal de Educação.

13.9. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo e AMAUC.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

14.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

14.4. O gabarito oficial e os cadernos da prova objetiva serão disponibilizados no site da AMAUC e do Município na segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

14.5. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

14.6. O candidato obriga-se a manter atualizado: telefone, e-mail e seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

14.7. A Prefeitura Municipal de Arabutã e a Secretaria Municipal da Educação não se responsabilizam por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas será seguida a listagem classificatória.

14.8. A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2018.

14.9. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Recursos Humanos, constantes no Anexo III.

14.10. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por um médico do trabalho e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

14.11. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por cargos, individualmente, ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração.

14.12. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão do Processo Seletivo designada por ato do Executivo Municipal até a data do término das inscrições.

14.13. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da Secretaria Municipal da Educação de Arabutã.

14.14. O candidato que já tiver cargo público como ativo ou inativo, somente poderá escolher carga horária até o limite máximo entre inatividade e atividade de 60 horas semanais, sendo de inteira responsabilidade do candidato a veracidade desta informação.

14.15. Ao assumir a vaga, os contratados deverão desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal da Educação e com o Projeto Político-Pedagógico das Escolas, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o

processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2018.

14.16. O contrato em vaga de substituição poderá ser prorrogado enquanto perdurar o afastamento do titular, mesmo que por motivo diverso ao que gerou o primeiro afastamento, desde que não haja interrupção entre os períodos.

14.17. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

14.18. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

14.19. Os contratados poderão ser remanejados de escolas e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.

14.20. Fazem parte do presente Edital os seguintes Anexos:

14.20.1. Anexo I – Conteúdos Programáticos;

14.20.2. Anexo II – Requerimento para Candidato Portador de Necessidades Especiais;

14.20.3. Anexo III – Documentos Necessários para Admissão.

14.20.4. Anexo IV – Declaração de Horas de Cursos de Aperfeiçoamento

14.20.5. Anexo V - Calendário / prazos previstos

14.21. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, conforme publicação de dia e local estabelecidas no subitem 13.1.1 deste Edital.

14.22. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

14.23. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, Secretaria Municipal da Educação do Município de Arbutã/SC, que executará todas as fases do processo, supervisionado pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

14.24. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Educação através do telefone (49) 34480048 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site www.amauc.org.br ou pelo telefone (49) 3482.3505 (AMAUC).

Arbutã/SC, 06 de outubro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

a) CONTEÚDOS COMUNS PARA O CARGO DE PROFESSOR:

LÍNGUA PORTUGUESA- Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal.

Sinônimos, antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia e Acentuação. Coesão e Coerência. Sintaxe. Gêneros textuais.

RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA) - Operações com números reais. Reconhecimento de fração, diferentes representações de um mesmo número racional. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação de 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume. Raciocínio lógico. Análise combinatória. Resolução de situações-problema.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES – Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais do município de Arbutã – SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do país e a nível global. Identificação de autoridades do governo municipal, estadual e federal, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades, ou de lideranças de influencia mundial. Conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global; atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial, segundo o grau de conhecimento e formação exigido para o exercício do cargo.

b) CONTEÚDOS COMUNS PARA OS CARGOS DE AGENTE DE CRECHE E AUXILIAR DE SALA:

LÍNGUA PORTUGUESA - Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; classe das palavras; substantivo, adjetivo, artigo, utilização de consoantes e de vogais; flexão dos adjetivos e dos substantivos em gênero, grau e número; pontuação e acentuação gráfica; conjugação de verbos; regência nominal e verbal; concordância nominal e verbal; língua padrão ou norma culta; ortografia; emprego dos pronomes; emprego dos verbos; sintaxe.

RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA) - Raciocínio lógico em regras de três, simples; operações básicas – adição, subtração, multiplicação e divisão; cálculos simples diversos; equações de 1º grau; cálculo de juros simples; resolução de problemas; análise combinatória; cálculo de áreas e volumes, problemas e operações de raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES – Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais do município de Arbutã – SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do país e a nível global. Identificação de autoridades do governo municipal, estadual e federal, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades, ou de lideranças de influencia mundial. Conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global; atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial, segundo o grau de conhecimento e formação exigido para o exercício do cargo.

c) CONTEÚDO PARA O CARGO DE PROFESSOR:

CONHECIMENTO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO- Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Plano Municipal de educação. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem.

d) CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS- Fases do desenvolvimento e da aprendizagem; Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Educação inclusiva; Mediação da aprendizagem; Projetos

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Declaro, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes nesta declaração são a expressão da verdade.

Estão anexadas cópias de _____ certificados de cursos, totalizando _____ horas.
_____, _____ de _____ de 2017.

ANEXO V

CALENDÁRIO / PRAZOS PREVISTOS

| Cronograma do Certame | Data |
|---|--------------------|
| Publicação da íntegra do Edital | 06/10/2017 |
| Prazo para impugnação das disposições editalícias | 09 à 10/10/2017 |
| Período de inscrições | 11 à 26/10/2017 |
| Encerramento das inscrições com isenção da taxa | 20/10/2017 |
| Divulgação dos inscritos com solicitação de isenção da taxa | 23/01/2017 |
| Prazo para recurso das inscrições com solicitação isenção de taxa | 24 e 25/10/2017 |
| Publicação da lista de isentos da taxa de inscrição | 26/10/2017 |
| Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos | 30/10/2017 |
| Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições | 31 à 01/10/2017 |
| Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições e do local de realização das provas | 06/11/2017 |
| Aplicação da prova escrita objetiva escrita | 12/11/2017 |
| Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita | 13/11/2017 |
| Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita | 14/11 e 16/11/2017 |
| Divulgação da classificação preliminar da prova objetiva escrita e de títulos | 21/11/2017 |
| Recursos contra a classificação preliminar da prova objetiva escrita e de títulos | 22 a 23/11/2017 |
| Divulgação e Homologação da classificação final da prova escrita e títulos | 27/11/2017 |

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2991, de 02/10/2017

DECRETO Nº 2991, de 02 de Outubro de 2017.

Atualiza o custo mensal da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra=SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV do art. 72, da Lei Orgânica do Município, c/c com o art. 149-A da CRFB/88 Lei nº1051/2006, e

CONSIDERANDO que o reajuste médio, devidamente autorizado pela ANEEL – Agencia Nacional de Energia, soma o percentual de 7,85% (sete vírgulas oitenta e cinco pro cento);

CONSIDERANDO que a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não sofreu qualquer reajuste desde o ano de 2015, data do Decreto nº2748/2015, que alterou a tabela que estabelece o custo mensal do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes, de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, prevista na Lei nº 1051, de 14 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO que a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não vem suprimindo as despesas oriundas da prestação de serviços a que se dispõe, qual sejam: iluminação pública das vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, da Lei nº 1051, de 14 de dezembro de 2006, que "autoriza" o reajuste da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, através de decreto, desde que o índice de reajuste aplicado não exceda o índice aplicado pela CELESC,

DECRETA:

Art. 1º - A base de cálculo da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, de que trata o art. 2º, da Lei nº 1051, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 1073, de 20 de novembro de 2007, fica reajustada no percentual de 7,85% (sete vírgulas oitenta e cinco pro cento).

Art. 2º - Atualiza a tabela prevista no artigo acima citado, passando a ter a seguinte redação:

| VALOR DA COSIP EM R\$ | | |
|-----------------------------|--------------------|------------------|
| FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA | CONTRIBUINTES | |
| | RESIDENCIAIS/RURAL | NÃO RESIDENCIAIS |
| I. 0 a 50 Kwh | 1,40 | 8,41 |
| II. 51 a 100 Kwh | 5,61 | 14,02 |
| III. 101 a 300 Kwh | 9,81 | 21,03 |
| IV. 301 a 500 Kwh | 14,02 | 28,04 |
| V. 501 a 1.000 Kwh | 23,83 | 42,06 |
| VI. 1.001 a 2.000 Kwh | 35,05 | 70,10 |
| VII. 2.001 a 5.000 Kwh | 42,06 | 112,16 |
| VIII. acima de 5.000 Kwh | 56,08 | 140,21 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra/SC em, 02 de Outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 02 de outubro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1487, de 06/10/2017

LEI Nº 1487, de 06 de Outubro de 2017.

APROVA O PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PGIRS, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (CIMVI).

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra/sc. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. Fica aprovado o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI), na forma do ANEXO I, caderno integrante à presente lei ordinária.

Art. 2º. Fica o Prefeito Municipal, autorizado a proceder mediante Decreto, as alterações no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que se fizerem necessários em decorrência de alterações promovidas no mesmo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra 06 de Outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicada a presente Lei na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 06 de outubro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1488, de 06/10/2017

LEI Nº 1488, de 06 de Outubro de 2017.

Define obrigações de Pequeno Valor para o Município de Ascurra/SC, e dá outras providências.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para efeito do que dispõe os parágrafos 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal e os artigos 87, "caput", e 97, parágrafo 12, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, entende-se por obrigação de pequeno valor os créditos de até o valor do maior benefício do regime geral da Previdência Social, em virtude de sentença judicial transitada em julgado contra o Município de Ascurra/SC e suas entidades da administração indireta.

§ 1º - Os créditos até o valor descrito no "caput" deste artigo poderão ser quitados até 180 (cento e oitenta) dias após a intimação do valor do crédito em virtude de sentença judicial com trânsito em julgado, mediante requisição de pequeno valor, sem necessidade da expedição de precatório.

§ 2º - É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago na forma do "caput" deste artigo, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe esta Lei.

§ 3º - Caso o valor da execução ultrapassar o estabelecido no "caput" deste artigo, o pagamento far-se-á integralmente por meio da expedição de precatório.

§ 4º - Em ações coletivas ou com pluralidade de autores, considerar-se-á, para fins do disposto no "caput" deste artigo, o valor global da condenação, desprezando-se os valores individualmente devidos.

Art. 2º É facultada à parte exequente a renúncia ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no "caput" do artigo 1º desta Lei, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma prevista no § 1º do mesmo artigo.

Parágrafo Único - A opção exercida pelo credor, na forma prevista no "caput" deste artigo, implica na renúncia do restante dos créditos porventura existentes, que sejam oriundos do mesmo processo e/ou mesma sentença judicial com trânsito em julgado.

Art. 3º O pagamento sem precatório, na forma prevista nesta Lei, implica na quitação total do valor devido em razão da sentença judicial com trânsito em julgado, e determina a extinção do processo de execução ou cobrança.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 06 de Outubro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 06 de outubro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1513/2017

LEI Nº1513/2017

“Institui o Programa de Capacitação de Servidores para a Prestação de Primeiros Socorros nas Creches e Escolas da Rede Municipal de Ensino no Município de Atalanta e dá Outras Providências”.

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o programa de capacitação dos servidores para prestação de primeiros socorros nas creches e escolas da Rede Municipal Pública de Ensino do Município de Atalanta.

§ 1º - O programa de capacitação mencionado no caput deste artigo será implantado no início do ano letivo subsequente ao ano da aprovação da presente Lei, e deverá preparar os servidores de quaisquer categorias lotados nas creches e escolas municipais públicas para realizar a prestação de primeiros socorros quando necessário.

§ 2º - Os servidores deverão receber capacitação básica e realizar cursos a cada dois anos, de reciclagem, aperfeiçoamento e fixação do conteúdo aprendido.

§ 3º - Ao final de cada curso, será fornecido o devido certificado ao servidor participante, o qual poderá ser utilizado para fins de progressão, conforme autoriza a Lei Municipal Complementar nº 032/2017.

Art. 2º - A capacitação que trata o artigo 1º deverá ser ministrada preferencialmente por entidades prevencionistas devidamente credenciadas.

Art. 3º - As escolas municipais e creches deverão manter, em suas dependências, material de atendimento necessário à prestação de auxílio em primeiros socorros.

Art. 4º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Câmara Municipal de Atalanta, 06 de outubro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CP 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 19 de Outubro de 2017, às 09hs, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 038/2017, na modalidade de Chamada Publica.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Finalidade:

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

Aurora, 06 de Outubro de 2017.

Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

MARCO REGULATÓRIO CHAMADA 005/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2017 – MARCO REGULATÓRIO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/2017, Decreto Municipal nº 30/2017, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO, objetivando a recepção e seleção de Planos de Trabalho de Organizações da Sociedade Civil – OSC's visando a celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO, tendo por objeto a realização de atividades de natureza continuidade, de relevante interesse público e social, nos moldes do Anexo VI, de acordo com as Leis nº 9.637, 15 de Maio de 1998, Lei nº 9.790 de 23 de Março de 1999 e demais legislações aplicáveis à espécie, bem como as condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

RETIRADA DO EDITAL E ANEXOS: Local e horário de expediente para retirada do Edital, esclarecimentos e informações aos licitantes: Secretaria de Administração e Fazenda, Assessoria Administrativa de Licitações e Contratos, sito Avenida Emanuel Pinto n.º 1655, Bairro Centro, Balneário Piçarras - Santa Catarina, das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, telefone: (0__ 47) 3347.4709 ou através do site balneariopicarras.atende.net

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES/DATA/HORA: O recebimento dos envelopes nº 01 e 02, respectivamente "Proposta de Parceria" e "Documentação", deverão ser entregues lacrados, na Assessoria Administrativa de Licitações e Contratos, Secretaria de Administração e Fazenda, localizada a Emanuel Pinto n.º 1655, Bairro Centro, Balneário Piçarras - Santa Catarina.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SE DARÁ EM SESSÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2017 ÀS 14:30h.

Balneário Piçarras 09 de outubro de 2017. Leonel José Martins

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 066/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 066/PMBR/2017

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de empresas para realização de Shows Artísticos Musicais a ser realizado no dia 07 de Outubro de 2017, no Município de Balneário Rincão/SC, com as seguintes atrações: "CRISTIAN AGUIAR & BANDA" E "ELTON & EVERTON", através dos respectivos representantes: CRISTIANO STOLK E MONSANI PRODUÇÕES – (ELTON AMARO MONSANI).

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 06/10/2017, por Rafael Motta Custódio– Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 06/10/2017, por Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 06 de Outubro de 2017.

Rafael Motta Custódio

Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 067/PMBR/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 067/PMBR/2017

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação do espetáculo teatral "PARA CONTAR ESTRELAS", a ser realizado na ação comunitária do CRAS no dia 07 de Outubro de 2017, no Município de Balneário Rincão/SC.

CONTRATADA: EMPRESA ARTISTICO CULTURAL MARQUES JOAQUIM LTDA – ME- (CIRQUINHO DO REVIRADO).

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Educação e Assistência Social.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 06/10/2017, por Rafael Motta Custódio– Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 06/10/2017, por Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 06 de Outubro de 2017.

Rafael Motta Custódio

Presidente da Comissão de Licitações

CÂMARA MUNICIPAL

SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2017

SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo e sem limitação quanto ao número de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

A Câmara de Vereadores de Balneário Rincão, situada à Avenida Leoberto Leal, nº 264, Centro, CEP: 88.828-000, no Município de Balneário Rincão – SC, através do Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeiro, TORNA PÚBLICA a SUSPENSÃO do EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 001/2017.

1. Em virtude do recebimento de impugnação ao edital julgada parcialmente procedente, e, em não havendo tempo hábil para a modificação do Edital antes da data prevista para protocolo dos envelopes, fica SUSPENSO o Processo Licitatório até que haja a nova publicação do Edital de Pregão Presencial nº. 001/2017.

2. Tão logo seja refeito o Edital, o mesmo será publicado e será remarcada uma nova data para recebimento e abertura dos envelopes de Propostas e Documentação.

Balneário Rincão, 06 de outubro de 2017.

AGUINALDO FERNANDES BORGES

Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeiro

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº76/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 76/2017

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital Tomada de Preço, objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para construção de pavilhão industrial, situada na Rua Três de Maio, centro cidade Barra Bonita/SC, conforme planilha orçamentária anexa. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 26 de outubro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 26 de outubro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 06 de outubro de 2017.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

Barra Velha

PREFEITURA

INEX 020/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 027/2017 – FUMTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 020/2017 - FUMTEC

Contratada: ACORDE PRODUÇÕES LTDA ME

Objeto: Contratação de Show nacional com artista DIOGO FERNANDES que irá acontecer no dia 08 de outubro de 2017 nas dependências da Sociedade Recreativa de Barra Velha. Valor do Contrato: R\$ 31.900,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Barra Velha, 06 de outubro de 2017.

DIOGO FERNANDES SOUZA - Contratado

VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 223, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 223, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

"Altera a LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014, QUE Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE".

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o anexo II, da Lei Complementar nº 177, de 10 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II

| Nível / Referência | 1 – (40h) | 2 – (40h) | 3 – (20h) | 4 – (10h) |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| A | 975,05 | 1.591,44 | 2.500,13 | 2.754,41 |
| B | 1.023,80 | 1.671,01 | 2.625,14 | 2.892,13 |
| C | 1.074,99 | 1.754,56 | 2.756,39 | 3.036,74 |
| D | 1.128,74 | 1.842,29 | 2.894,21 | 3.188,57 |
| E | 1.185,18 | 1.934,41 | 3.038,92 | 3.348,00 |
| F | 1.244,44 | 2.031,13 | 3.190,87 | 3.515,40 |
| G | 1.306,66 | 2.132,68 | 3.350,41 | 3.691,17 |
| H | 1.371,99 | 2.239,32 | 3.517,93 | 3.875,73 |
| I | 1.440,59 | 2.351,28 | 3.693,83 | 4.069,52 |
| J | 1.512,62 | 2.468,85 | 3.878,52 | 4.272,99 |
| K | 1.588,25 | 2.592,29 | 4.072,45 | 4.486,64 |

Art. 2º Os valores da tabela acima, não sofrerão o reajuste salarial da Lei nº 1571, de 23 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017
Altera disposições da Lei Complementar nº116, de 30 de setembro de 2011, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 43 da Lei Complementar nº 116, de 30 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.43 A função de confiança, ou chefia setorial, será exercida pelo servidor efetivo com uma gratificação de até 50% do seu salário base na ocasião da nomeação, sendo vedada sua incorporação ao vencimento do cargo efetivo.”

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de outubro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

PP 006/2017 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 008/2017 - Pregão Presencial nº 006/2017 - FMAS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por lote para contratação de serviço e aquisição de matérias destinados a execução do PROJETO NATAL MÁGICO desenvolvido pelo CRAS em parceria com FUMTEC do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 23/10/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 23/10/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 06 de outubro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 01/2017 CÂMARA MIRIM

Edital Câmara de Vereadores n. 01/2017

Eleição da Câmara Mirim de Barra Velha (SC)

REGULAMENTO DA ELEIÇÃO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conforme Resolução do Legislativo nº. 12/2013 de novembro de 2013, torna público o presente Edital que regulamenta a ELEIÇÃO DA CÂMARA MIRIM DE BARRA VELHA.

APRESENTAÇÃO

A Câmara Mirim foi instituída no âmbito do município de Barra Velha em 21 de novembro de 2013, pela Resolução do Legislativo nº. 12/2013 destinado a promover a interação entre a Câmara de Vereadores de Barra Velha e as Escolas, permitindo ao estudante, compreender o papel do Poder Legislativo dentro do contexto econômico, social e ambiental em que vive, contribuindo assim para formação da sua cidadania e o entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira.

O aluno apto a ser Vereador Mirim deve possuir idade mínima de 12 (doze) anos completos na data da inscrição da candidatura, e até 14 (quatorze) anos completos na data da posse e que estejam cursando entre o 7º ao 8º ano do Ensino Fundamental.

1. OBJETIVOS DO PROJETO CÂMARA MIRIM.

1.1. Proporcionar a circulação de informações nas escolas a respeito das atividades legislativas da Câmara de Vereadores de Barra Velha;

1.2. Possibilitar aos alunos acesso aos trabalhos desenvolvidos pelos Vereadores, bem como as propostas apresentadas no Poder Legislativo em prol da comunidade;

1.3. Proporcionar atividades para discussão sobre os diversos problemas em diferentes setores do Município que afetam a população;

1.4. Viabilizar situações em que os alunos participantes do projeto apresentem sugestões para solucionar importantes demandas nos mais diversos segmentos sociais;

1.5. Sensibilizar direção, professores, pais de alunos e a comunidade escolar sobre a importância de participarem do projeto, e contribuindo com sua participação através de sugestões para o aperfeiçoamento do projeto.

2. PÚBLICO ALVO.

Alunos do 7º e 8º ano do Ensino Fundamental das Escolas da Rede Municipal, Estadual e Particular de Ensino do Município de Barra Velha.

3. DA FAIXA ETÁRIA E DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ELEITORES.

Estão aptos a votar os alunos com idade entre 11 (onze) a 15 (quinze) anos, que estejam cursando entre o 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

4. DA FAIXA ETÁRIA E DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CANDIDATOS.

Estão aptos a se candidatarem os alunos com idade mínima de 12 (doze) anos, completos na data da inscrição da candidatura, e até 14 (quatorze) anos completos na data da posse e que estejam cursando entre o 7º e 8º ano do Ensino Fundamental.

5. PERÍODO PARA REGISTRO DAS ESCOLAS E RESPECTIVOS ELEITORES.

A Direção da escola deverá efetivar a inscrição de sua unidade escolar no período de 04/10/2017 a 10/10/2017, (preencher o Formulário e entregar na Câmara de Vereadores, no seguinte endereço);

Rua Pedro Alcântara de Freitas, n. 125 – Centro - Barra Velha/SC.
As inscrições são gratuitas.

6. PERÍODO PARA REGISTRO DAS CANDIDATURAS.

A Direção da escola deverá efetivar a inscrição de seus Candidatos no período de 10/10/2017 a 20/10/2017, e entregar as inscrições na Câmara de Vereadores no seguinte endereço:

Rua Pedro Alcântara de Freitas, n. 125 – Centro – Barra Velha/SC.
As inscrições são gratuitas.

7. DO NÚMERO DE VEREADORES MIRINS ELEITOS POR UNIDADE ESCOLAR.

Cada escola será representada por um quantitativo de Vereadores Mirins, diretamente proporcional ao número de alunos aptos a votar, conforme o que segue:

| QUANTIDADE DE ALUNOS | MÍNIMO DE CANDIDATOS |
|----------------------|---|
| Submetidos APTOS | |
| Até 340 | 01 (um) Vereador (a) Mirim |
| A partir de 341 | 02 (dois) Vereadores (a) Mirins |
| | 01 Vereador (a) Mirim do Período Matutino |
| | 01 Vereador (a) Mirim do Período Vespertino |

8. DAS DATAS:

8.1. Inscrição dos Candidatos:
10/10/2017 à 20/10/2017.

8.1. 1. Análise das Inscrições (Casa Legislativa);
21/10/2017 à 24/10/2017

8.1.2. Período de Campanha:
30/10/2017 à 16/11/2017;

8.2. Dia 17/11 votação nas escolas nos horários: das 8h às 11h30min e das 13h às 17h;

8.3. A votação ocorrerá nas escolas inscritas e haverá uma central de Eleições localizada na sede do Poder Legislativo Municipal de Barra Velha, onde ocorrerá a apuração.

Observação: Os mesários serão os próprios alunos das escolas participantes e professores.

9. DOS ELEITOS.

9.1. Serão eleitos os candidatos das 05 (cinco) escolas classificadas que obtiverem o maior número de votos em cada escola;

9.2. Em caso de empate, será escolhido o candidato de maior idade (mais velho).

10. DOS SUPLENTES.

10.1. Serão considerados suplentes os candidatos das 05 (cinco) escolas classificadas que obtiverem o maior número de votos em cada escola, em ordem decrescente, imediatamente após o candidato eleito;

10.2. Em caso de empate na suplência, será escolhido o candidato de maior idade (mais velho), da mesma escola.

11. DA ELIMINAÇÃO.

11.1. Será eliminada a escola que não atender os requisitos deste regulamento;

11.2. Será eliminado o aluno que no ato da diplomação e posse, e durante a legislatura, não estiver matriculado na escola pela qual foi eleito.

12. DA DIPLOMAÇÃO E DA POSSE.

A cerimônia de diplomação será na 2ª Sessão Solene do mês de dezembro deste ano corrente, e de posse ocorrerá na primeira Sessão Ordinária do Legislativo no mês de março do ano 2018, à escolha no Plenário da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

13. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.

| ATIVIDADES | DATA |
|---|---|
| Lançamento do Edital no site da Câmara de Vereadores, página da SEMEC e Jornais locais. | 02/10/2017 |
| Período para registros das Escolas | 04/10/2017 |
| Período para registro das Candidaturas | 10/10/2017 a 20/10/2017 |
| Data da Eleição | 17/11/2017 Das 8 h às 11h30min e das 13 h às 17 h. |
| Diplomação dos Vereadores Mirins Eleitos | 2ª sessão solene na Câmara de Vereadores do mês de Dezembro |
| Posse dos Vereadores Mirins Eleitos | 1ª sessão do Legislativo no mês de março de 2018 |

PARTICIPAÇÃO DOS NOVOS VEREADORES MIRINS ELEITOS, NA ÚLTIMA SESSÃO DO ANO DE 2017, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO, NA CÂMARA DE VEREADORES.

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

Esclarecimentos e informações adicionais sobre o conteúdo deste edital podem ser obtidos junto a Comissão Organizadora, através do telefone (47) 3446-7800.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS.

Ao se inscreverem na Eleição da Câmara Mirim, a escola e os alunos participantes, bem como os responsáveis por estes, estarão automaticamente submetendo-se às normas estabelecidas neste edital e manifestarão estarem de acordo, para todos efeitos, com a publicação e a divulgação da eleição, bem como com o repasse automático de todos os direitos de uso de eventuais imagens produzidas durante a realização da eleição, da cerimônia de posse e impressão integral do seu conteúdo na imprensa ou outros meios de comunicação.

16. CLÁUSULA DE RESERVA.

A Câmara de Vereadores de Barra Velha, por intermédio da Comissão Organizadora, se reserva o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente edital.

Barra Velha/SC, 5 de outubro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha/SC

Comissão Organizadora: Diretor Legislativo Paulo Roberto Leite

Supervisão Organizadora: Diretor-Geral Claudionir Arbigauss

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEIS 1232 A 1238

LEI Nº 1.232/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

“ALTERA A LEI 1.093/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. O art. 3º da Lei nº 1.093, de 08 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:.

Art. 3º. O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será realizado mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, em editais afixados no local de costume, inclusive através do Diário Oficial Municipal - DOM, prescindindo de concurso público ou através de empresa terceirizada, contratada nos moldes legais, quando demonstrada e justificada tal necessidade.

Art.2º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 1.093/2015, de 08 de maio de 2015 permanecem inalterados;

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 22 de Agosto de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

LEI Nº 1.233/2017 DE 29 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 140.100,00 (Cento e quarenta mil e cem reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|-----------|
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 035-12.361.0005-2.007 | 0.004 | Manutenção da Secretaria Municipal de Educação | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0701 | Aplicações Diretas | 66.000,00 |
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 054-12.365.0005-2.012 | 2.012 | Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0725 | Aplicações Diretas | 19.100,00 |
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 118-12.361.0005-2.013 | 2.013 | Construção, Ampliações e Reformas de Escolas | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0724 | Aplicações Diretas | 55.000,00 |
| TOTAL GERAL | 140.100,00 | | |

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 140.100,00 (Cento e quarenta mil e cem reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|-----------|
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 037-12.361.0005-2.008 | 0.004 | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental | |
| Dotação | 3.1.90.00.00.00.00.00.0701 | Aplicações Diretas | 66.000,00 |

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|---|-----------|
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 105-12.365.0005-2.011 | 2.012 | Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil | |
| Dotação | 3.1.90.00.00.00.00.00.0737 | Aplicações Diretas | 19.100,00 |
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 122-12.361.0005-2.010 | 2.010 | Manutenção do Transporte Escolar | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0724 | Aplicações Diretas | 55.000,00 |
| TOTAL GERAL | 140.100,00 | | |

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 29 de Agosto de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

LEI Nº 1.234/2017 DE 29 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.528,29 (Quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|-----------|
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 127-12.361.0005-2.013 | 2.013 | Construção, Ampliações e Reformas de Escolas | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0724 | Aplicações Diretas | 42.528,29 |
| TOTAL GERAL | 42.528,29 | | |

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 42.528,29 (Quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de superávit financeiro apurado em Conta Corrente 15.301-X recurso Salário Educação.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 29 de Agosto de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES

Secretário de Administração e Fazenda

DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

LEI Nº 1.235/2017 DE 29 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|---------------------------------------|-----------|
| ÓRGÃO | 03.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 03.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | |
| 019-28.846.0003-0.004 | 0.004 | Sentenças Judiciais e Trabalhistas | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 21.000,00 |
| TOTAL GERAL | 21.000,00 | | |

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|---------------------------------------|-----------|
| ÓRGÃO | 03.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 03.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | |
| 021-28.846.0003-0.005 | 0.005 | Precatórios | |
| Dotação | 3.1.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| ÓRGÃO | 03.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | |
| Unidade Orçamentária | 03.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | |
| 023-28.846.0003-0.005 | 0.005 | Precatórios | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 11.000,00 |
| TOTAL GERAL | 21.000,00 | | |

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 29 de Agosto de 2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES
Secretário de Administração e Fazenda

DAIANE DE SOUZA GOMES
Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

LEI Nº 1.236/2017 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|-----------|
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS | |
| 076-15.452.0006-2.022 | 2.022 | Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 40.000,00 |
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS | |
| 078-15.452.0006-2.023 | 2.023 | Manutenção da Ruas, Estradas, Praças, Pontes e etc. | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 60.000,00 |
| TOTAL GERAL | 100.000,00 | | |

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|-----------|
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL | |
| 030-20.606.0004-2.004 | 2.004 | Manutenção da Secretaria Mun. de Agricultura, Meio Ambiente e Desen. Rural | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | |

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|-----------|
| 093-04.121.0007-2.026 | 2.026 | Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| TOTAL GERAL | 100.000,00 | | |

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 06 de Setembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretário de Administração e Fazenda Secretária de Planejamento e Des. Econômico

LEI Nº 1.237/2017 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--------------------------|------------|
| ÓRGÃO | 08.00 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| Unidade Orçamentária | 08.01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 60-10.301.0008-2.028 | 2.028 | Ações de Atenção Básica | |
| Dotação | 3.1.90.00.00.00.00.00.0815 | Aplicações Diretas | 400.000,00 |
| TOTAL GERAL | 400.000,00 | | |

Art.2.º Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de Excesso de Arrecadação obtido através do Incremento Temporário do Componente de Custeio do Piso da Atenção Básica - PAB.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 25 de Setembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretário de Administração e Fazenda Secretária de Planejamento e Des. Econômico

LEI Nº 1.238/2017 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – SC, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 711.814,69 (Setecentos e Onze Mil, Oitocentos e Quatorze Reais e Sessenta e Nove Centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|---|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SEC. MUN. DE INFRA. E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SEC. MUN. DE INFRA. E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 91-15.452.0006 | 2.025 | Ações em Saneamento Básico | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0742 | Aplicações Diretas | 711.814,69 |
| TOTAL GERAL | 711.814,69 | | |

Art.2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 711.814,69 (Setecentos e Onze Mil, Oitocentos e Quatorze Reais e Sessenta e Nove Centavos), conforme abaixo especificado.

| | | | |
|----------------------|----------------------------|---|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SEC. MUN. DE INFRA. E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SEC. MUN. DE INFRA. E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 91-15.452.0006 | 2.025 | Ações em Saneamento Básico | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0742 | Aplicações Diretas | 711.814,69 |
| TOTAL GERAL | 711.814,69 | | |

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 25 de Setembro de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretário de Administração e Fazenda Secretária de Planejamento e Des. Econômico

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2017
ÓRGÃO GESTOR: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS

| LOTE 1: A AQUISICAO DE MEDALHAS DIVERSAS | | |
|--|--|-------------|
| PELLIZZARI TROFEUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP | | |
| Item | Produto | Valor Unit. |
| 1 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 5,0226 |
| 2 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 5,0226 |
| 3 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 5,0226 |

| | | |
|---|--|--------|
| 4 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 5,0226 |
| 5 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 4,2274 |
| 6 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 4,2274 |
| 7 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 4,2274 |

| | | |
|---------------------------------------|---|--------|
| 8 | MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO. | 4,2274 |
| Lote 2: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS DIVERSOS | | |
| 1 | TROFÉU COM 83 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 207,06 |
| 2 | TROFÉU COM 76 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 178,65 |
| 3 | TROFÉU COM 64 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 27 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 146,14 |
| 4 | TROFÉU COM ALTURA DE 40CM, BASE OITAVADA COM 14,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 21,000 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. | 104,18 |

| | | |
|----|--|--------|
| 5 | TROFÉU COM ALTURA DE 35CM, BASE OITAVADA COM 12,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 18,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. | 73,10 |
| 6 | TROFÉU COM ALTURA DE 28CM, BASE OITAVADA COM 10,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 15,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. | 60,38 |
| 7 | TROFÉU COM 45 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 113,61 |
| 8 | TROFÉU COM 41 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. | 109,21 |
| 9 | TROFÉU COM 36 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 102,58 |
| 10 | TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE GOLEIRO DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 48,17 |

| | | | | | |
|----|---|--------|----|--|--------|
| 11 | TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE JOGADOR DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 48,16 | 17 | TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM PRATA COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 522,38 |
| 12 | TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE CHUTEIRA DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 48,16 | 18 | TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM BRONZE COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 522,38 |
| 13 | TROFÉU COM 79 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 305,85 | 19 | TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 13,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 15,50 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 113,45 |
| 14 | TROFÉU COM 71 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 259,29 | 20 | TROFÉU COM 56 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 13,5 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 102,25 |
| 15 | TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 241,72 | 21 | TROFÉU COM 48 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 10,9 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 83,77 |
| 16 | TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM DOURADO COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 522,46 | | | |

| | | |
|----|--|-------|
| 22 | TROFÉU COM ALTURA DE 17 CM, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA INTERNA E EXTERNA NA COR DOURADA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 9,2 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. | 19,71 |
| 23 | TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE MOTOCROSS | 27,17 |
| 24 | TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO FIM | 27,17 |
| 25 | TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE CICLISMO | 27,17 |
| 26 | TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO REGULARIDADE | 27,17 |

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 29 de setembro de 2017 a 28 de setembro de 2018.

Benedito Novo (SC), 29 de setembro de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

LEI 1.868/2017 - AUTORIZA A INDENIZAÇÃO À SENHORA LIDIANE JOCOWSKI PINTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Lei nº 1.868, de 26 de setembro de 2017.
Autoriza a Indenização à Senhora
Lidiane Jocowski Pinto.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município autorizado a ressarcir o prejuízo ocasionado em um acidente de trânsito à Senhora Lidiane Jocowski Pinto, CPF nº 072.185.319-62, e RG nº 4.835.702-2, no valor de R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais), onde conduzia o seu Automóvel Celta Prata, ano 2011, Placa MHN5368, na Estrada Alto Liberdade e devido ao material rochoso na via pública, colidiu contra uma pedra, ocasionando danos materiais em seu automóvel.

Art. 2º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento-programa 2017.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 26 de setembro de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.
Benedito Novo, aos 26 de setembro de 2017.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Estamos pelo presente projeto de lei colhendo autorização Legislativa visando ressarcir os danos causados no automóvel de propriedade da Senhora Lidiane Jacowski Pinto, quando trafegava na Estrada Geral Liberdade sentido Alto Liberdade, colidiu contra uma pedra que se encontrava pela via pública, devido ao patrolamento realizado pela Municipalidade.

Conforme o Boletim de Ocorrência 00296-2017-00315 no dia 23 de maio de 2017, às 12:15 horas, anexo, relata que a Prefeitura havia espalhado macadame e estava passando a patrôla, quando veio a colidir numa pedra, que havia sido deixada pelos funcionários, ocasionando danos materiais no automóvel da proprietária.

Com o requerimento pelo ressarcimento do prejuízo, foram apresentados três orçamentos para o conserto, ficando nos valores de R\$ 1.173,16; R\$ 804,00 e R\$ 1.080,90, e seguindo a premissa da administração pública fica fixada a indenização pelo menor orçamento apresentado.

Colhido parecer jurídico, este também opina pela responsabilidade civil objetiva da administração pública, e a Secretaria de Obras confirmou a realização de obras de patrolamento no local no dia indicado.

Para tanto, solicitamos a compreensão e colaboração de Vossas Senhorias, submetendo-o à apreciação desta Colenda Casa Legislativa para aprovação.

Município de Benedito Novo, aos 11 de setembro de 2017.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

À Vossa Excelência
Vereador Almir Butzke
Presidente da Câmara de Vereadores
BENEDITO NOVO - SC

LEI 1.869/2017 - DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 1.869, de 04 de outubro de 2017.
DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO
MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo/SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os objetos e metas da Administração para o quadriênio 2018-2021 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Benedito Novo para o quadriênio 2018-2021 contemplará as

despesas de capital e outras delas decorrentes além das relativas aos programas de duração continuada, conforme estão expressas nas planilhas do Anexo II desta Lei.

Art. 3º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos II-A e II-B desta lei, serão estruturadas em programa, objetivo, ações, unidade de medida, meta e valor.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa serão demonstradas na forma do Anexo II-B, desta Lei.

§ 2º - Para fins desta lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II – Objetivo, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
III – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;
IV – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 4º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 5,8% para o exercício de 2018, 5,0% para o exercício de 2019, 6,3% para o exercício de 2020 e 5,9% para o exercício de 2021, conforme projeção do Banco Central do Brasil.

Art. 5º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara de Vereadores.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 9º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 04 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 04 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

LEI 1.870/2017 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 1.870, de 04 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O orçamento do Município de Benedito Novo, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019, 2020, de que trata o Art. 4º da Lei complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta Lei, e que conterá ainda:

I - Metas Anuais (Demonstrativo I);

II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (Demonstrativo II);

III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (Demonstrativo III);

IV - Evolução do Patrimônio Líquido (Demonstrativo IV);

V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (Demonstrativo V);

VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Demonstrativo VII);

VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Demonstrativo VIII);

VIII - Metas Físicas de Ações Priorizadas na LDO por Programa;

IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

X - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

XI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

XIII - Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;

XIV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

XV - Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 serão aquelas definidas e apresentadas nos demonstrativos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em

produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, diagnóstico situacional do Programa, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

VII - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

IX - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I- Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II- Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º - A reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do orçamento fiscal e poderá corresponder até 1 % da Receita Corrente Líquida prevista.

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 13 - Se a receita estimativa para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quando aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I- Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II- Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III- Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV- Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único- Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo I, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º- Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º- Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17- Os Orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência e corresponderá até 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º- Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas à menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e Demonstrativo X – Riscos Fiscais. (Art. 5º, III, “b” da LRF).

§ 2º- Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizadas na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º- A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de

recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º- Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificado com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único- As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas conforme Lei Municipal 1.695 de 05/12/2012.

Art. 23 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art.16, § 3º da LRF).

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo Único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentadas no Demonstrativo IX desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 27- A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria conjunta STN/SOF nº. 02/2009.

Parágrafo Único- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano

Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considerando crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF)

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso eles ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

- I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- III – eliminação das despesas com horas extras;
- IV – eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 37 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Benedito Novo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos,

não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2018.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 46 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Município de Benedito Novo, aos 04 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.
Benedito Novo, aos 04 de outubro de 2017.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 200/2017

DECRETO Nº 200/2017 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3681/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3696/2016 - Lei Orçamentária para 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3696/2016:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| | | |
|-------------------------|--|----------|
| 0701.12.306.0003.2017 | Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental | 1.644,54 |
| | ANULA: | |
| 3.3.90.00/0.1.00.000000 | Outras Despesas Correntes | 1.644,54 |
| | SUPLEMENTA: | |
| 4.4.90.00/0.1.00.000000 | Investimentos | 1.644,54 |

20. SECRETARIA DE GOVERNO

| | | |
|-------------------------|--|-----------|
| 2003.06.182.0006.2095 | Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM | 17.556,90 |
| | ANULA: | |
| 4.4.90.00/0.1.33.000000 | Investimentos | 17.556,90 |
| | SUPLEMENTA: | |
| 3.3.90.00/0.1.33.000000 | Outras Despesas Correntes | 17.556,90 |

26. SECRETARIA DE OBRAS, DESENV. URBANO E TRANSPORTES

| | | |
|-------------------------|------------------------------------|-----------|
| 2601.15.452.0009.2102 | Melhoria e Manutenção do Cemitério | 10.000,00 |
| | ANULA: | |
| 4.4.90.00/0.1.00.000000 | Investimentos | 10.000,00 |
| | SUPLEMENTA: | |
| 3.3.90.00/0.1.00.000000 | Outras Despesas Correntes | 10.000,00 |

27. SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

| | | |
|-------------------------|--|-----------|
| 2701.20.602.0007.2107 | Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura | 15.300,00 |
| | ANULA: | |
| 3.1.90.00/0.1.00.000000 | Pessoal e Encargos Sociais | 15.300,00 |
| | SUPLEMENTA: | |
| 4.4.90.00/0.1.00.000000 | Investimentos | 15.300,00 |

Biguaçu, 06 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2017 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2007, CONCERNENTES AO ISS, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2544/2007, O § 1º DO INCISO I DO ART. 11, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. A lista de serviços disposta no art. 42, § 5º da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações e inclusões:

"Art. 42.

[...]

§5º [...]

| Item | Subitem | Alíquota | Descrição |
|------|---------|----------|---|
| 01 | 03 | 3,0% | Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. |
| 01 | 04 | 3,0% | Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. |
| 01 | 09 | 3,0% | Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). |
| 06 | 06 | 2,0% | Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. |
| 07 | 16 | 3,0% | Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. |
| 11 | 02 | 3,0% | Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. |
| 13 | 05 | 2,0% | Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. |
| 14 | 05 | 2,0% | Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. |
| 14 | 14 | 2,0% | Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. |
| 16 | 01 | 3,0% | Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. |
| 16 | 02 | 3,0% | Outros serviços de transporte de natureza municipal. |
| 17 | 25 | 3,0% | Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). |
| 25 | 02 | 5,0% | Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. |
| 25 | 05 | 5,0% | Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. |

Art. 2º. Altera a redação dos incisos XII, XVI e XIX e acrescenta os incisos XXIII, XXIV e XXV do artigo 44, da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44.

[...]

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

[...]

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços;

[...]

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

Art. 3º. Acrescenta os §§ 5º e 6º ao artigo 48, da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48.

[...]

§5º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§6º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 4º. Acrescenta o parágrafo único ao artigo 58, da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58. [...]

Parágrafo único - A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

Art. 5º. Acrescenta-se o artigo 69-A, ao texto da Lei Complementar nº 3, de 13 de dezembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69-A. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços do art. 42, § 5º desta Lei Complementar.

§ 1º. É nula a lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 2º. A nulidade a que se refere o § 1º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ao não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

Art. 6º. Acresce o artigo 268-A ao texto da Lei Complementar nº 3, de 13 de dezembro de 2007, passando a vigorar a seguinte redação:

Art. 268-A. A autoridade fiscal poderá:

I - solicitar, por qualquer meio, ao sujeito passivo que preste esclarecimento sobre indícios de inconsistências no cumprimento de obrigação tributária, principal ou acessória, obtidos em curso de ação auxiliar de monitoramento, a partir de cruzamento de informações ou outros meios de que disponha; e

II - orientar o sujeito passivo a tomar as providências necessárias para corrigir inconsistências no cumprimento de obrigação tributária, principal ou acessória, cujo indício tenha sido constatado no curso de ação auxiliar de acompanhamento.

§ 1º Considera-se ação auxiliar:

I - de monitoramento a observação e a avaliação do comportamento fiscal-tributário do sujeito passivo, mediante controle corrente do cumprimento de obrigações a partir da análise de dados econômico-fiscais apresentados ao Fisco, sem que haja solicitação de novas informações; e

II - de acompanhamento a observação e a avaliação do comportamento fiscal-tributário do sujeito passivo, mediante controle corrente do cumprimento de obrigações a partir da análise de informações solicitadas pelo Fisco para esse fim ou obtidas mediante visita in loco, verificação de documentos e registros por amostragem, levantamento de indícios ou processamento e análise de dados e indicadores.

§ 2º Os procedimentos previstos no caput não se constituem em início de procedimento fiscal de constituição do crédito tributário, conforme art. 211, ficando dispensada a lavratura do termo a que se refere o art. 268.

§ 3º A regularização levada a efeito pelo sujeito passivo antes de eventual início de procedimento fiscal de constituição de crédito tributário, nos termos do art. 211, sujeita-se, quanto à multa, quando for o caso, somente àquela de caráter moratório prevista em lei.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente, exceto a disposição do artigo 6º, onde seus efeitos são produzidos na data da sua publicação

Art. 8º. Ficam revogadas, em razão da Lei Complementar Federal nº 157/2016, os seguintes dispositivos:

I- A integralidade da Lei Municipal nº 2544, de 27 de dezembro de 2007;

II- O § 1º do inciso I do art. 11, da Lei Complementar nº 67, de 11 de dezembro de 2013;

Biguaçu, 03 de outubro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 129/2017, de 03/10/2017.

Sancionada em 06/10/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3786/2017

LEI Nº 3786/2017 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

INSTITUI LOGOMARCA COMO SÍMBOLO PERMANENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. Nos termos do art. 2º da Lei Orgânica do Município, fica instituída como um dos símbolos oficiais do Município de Biguaçu, a logomarca e o leiaute constante no Anexo I desta Lei.

Art. 2º. O Símbolo deverá ser adotado obrigatoriamente por todas as gestões de governo do Município, de forma contínua e permanente.

Parágrafo Único: Fica autorizado o uso de todo o material que tenha até então sido produzido com símbolo anterior à vigência desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 3574, de 16 de setembro de 2015.

Biguaçu, 03 de outubro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3786/2017, de 03/10/2017.

Sancionada em 06/09/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

REVOGAÇÃO PP 21-2017-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 21/2017-FMS

O Secretário de Administração, Sr. Daniel César da Luz, por delegação de competência (Portaria nº 002/2017, de 03/01/2017), torna público para conhecimento de todos, a REVOGAÇÃO, devido à falta de empresas interessadas em apresentar proposta, do Processo Licitatório PP 21/2017-FMS, que tem por objeto: "Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia para acesso à Unidade De Saúde Do Bairro Prado".

Esta publicação e seus efeitos são retroativos a 08/05/2017.

Biguaçu, 08 de maio de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.483/2017

LEI Nº 8.483, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, até o valor de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

§ 1º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada por esta Lei, serão aplicados na execução de Despesas de Capital – Investimentos.

§ 2º Os recursos advindos da operação de crédito descrita no caput deste artigo serão obrigatoriamente aplicados na finalidade prevista no §1º deste artigo, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A operação de crédito autorizada por esta Lei será contratada observadas as seguintes condições:

I – amortização em até 96 (noventa e seis) meses, após o período de carência;

II – prazo de carência de 24 (vinte e quatro meses);

III – encargos estabelecidos pelo agente financeiro, composto de CDI acrescidos de até 2,87% a.a.

§ 1º Considerando que os preços informados refletem as condições de mercado atuais, os mesmos podem ser revistos antes da contratação, caso as condições de mercado se alterem.

§ 2º As condições da operação de crédito descritas no caput do artigo 1º desta Lei observará as normas do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, determinadas pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Para o pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a vincular em garantia da operação de crédito, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e ou do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, até o limite do valor da operação.

Parágrafo único. Para a efetivação da cessão e ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a transferir os recursos cedidos e ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal - CEF, nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos à operação de crédito descrita no caput do artigo 1º desta Lei.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos das obrigações decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.476/2017

DECRETO Nº 11.476, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0708 – Diretoria de Sistemas

Atividade 07.08.04.126.0002.2314 – Manut. Ativ. de Sistemas

Modalidade 4.4.90 (132) Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica

Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. de Infraestrutura Tecnológica

Modalidade 4.4.90 (135) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0708 – Diretoria de Sistemas

Atividade 07.08.04.126.0002.2314 – Manut. Ativ. de Sistemas

Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica
Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. de Infraestrutura Tecnológica
Modalidade 3.3.90 (134) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de setembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2014

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 047/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE 01(UMA) PONTE LOCALIZADA NA BACIA DO RIBEIRÃO GARCIA, NA RUA RUY BARBOSA, INCLUINDO OBRA DE ARTE ESPECIAL, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-024/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 13 (treze) meses, ou seja, de 05 de novembro de 2016 até 04 de dezembro de 2017.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 56.994,26 (cinquenta e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) em decorrência do reajustamento do valor contratual. Suprime a quantia de R\$ 102.806,53 (cento e dois mil oitocentos e seis reais e cinquenta e três centavos) do valor inicialmente orçado.

DATA: 28 de setembro de 2017.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2015

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 051/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA PÚBLICA CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CIASC.

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA) DA REDE DE FIBRA ÓPTICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-258/2014.

PREÇO: Inclui a quantia de R\$ 29.517,00 (vinte e nove mil quinhentos e dezessete reais), para o período de 1º de setembro de 2017 até 11 de fevereiro de 2018, em decorrência de acréscimo aos serviços de manutenção (preventiva e corretiva) a parte denominada "integração entre redes de fibra óptica", fazendo parte também a instalação, customização e manutenção dos seguintes itens estimados e serviços, que passam a integrar a rede, como sendo: SFPs para OLT; Unidade de rede óptica - ONU/ONT; Splitters ópticos; Cordão óptico, Teste óptico em fibra instalada; Fusão óptica; Preparação de cabo e caixa de emenda para fusão.

DATA: 12 de setembro de 2017.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2015

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 072/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM ÁREAS DE RISCO, NA RUA OLGA KRUTZSCH, BAIRRO ITROUPA-NORTE (LOTE 06).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-046/14.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 15 de maio de 2017 até 14 de dezembro de 2017.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 9.804,40 (nove mil oitocentos e quatro reais e quarenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 601.442,70 (seiscentos e um mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).

DATA: 06 de setembro de 2017.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2015

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 160/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA ARNOLDO JENICHEN, BAIRRO ITROUPA CENTRAL, MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC – (LOTE 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 005/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 150 (cento e cinquenta) dias, ou seja, de 08 de setembro de 2017 até 04 de fevereiro de 2018, somente para fins de pagamento.

DATA: 29 de setembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 182/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 182/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA.

OBJETO: Aquisição de vales transportes e crédito escolar municipal, conforme pedidos descritos em anexo ao processo – SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-083/2017.

PREÇO: O valor total do contrato é de R\$ 864.641,70 (oitocentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta centavos).

PRAZO: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar de 09 (nove) de agosto de 2017.

DATA: 30 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 212/2017

EXTRATO – CONTRATO Nº. 212/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA SALVA MED EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços ambulatoriais, incluindo os profissionais, 02 veículos ambulância, mobiliário e materiais ambulatoriais, para atendimento da 34ª Oktoberfest, entre os dias 04 à 22 de outubro de 2017, conforme especificações constantes no edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 107/2017.

PREÇO: O valor total deste contrato é de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de sua assinatura até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2017.

DATA: 03 de outubro de 2017.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2014

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. WALTRAUDE CORDEIRO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 359,20M², SITUADO NESTA CIDADE, À RUA CUBA, Nº. 40, BAIRRO PONTA AGUDA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. ODILON DE CAETANO.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-201/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 427,80 (quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) mensais, a contar de 1º de setembro de 2017, totalizando o valor da locação em R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

DATA: 29 de setembro de 2017.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 242/2016

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 242/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O
SR. GEORGE ALLAN MILCHERT.

OBJETO: LOCAÇÃO DE DUAS SALAS COMERCIAIS DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA, CONTENDO A PRIMEIRA SALA A METRAGEM DE 50,02M² E A SEGUNDA 44,37M², AMBAS LOCALIZADAS NA RUA 2 DE SETEMBRO, Nº 1.330, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO FISSURADO – NIAF.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-134/2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 59,64 (cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), em decorrência do reajuste do valor contratual para R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) mensais, a contar de 21 de agosto de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

DATA: 29 de setembro de 2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de segurança desarmada nos eventos Vila de Natal/2017, Vila de Páscoa/2018, Sommerfest/2018 e reveillon/2018, conforme especificações constantes neste edital - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 23 de outubro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 23 de outubro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 06/10/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2017
Objeto: Contratação Empresa Especializada para serviços de limpeza, manutenção e jardinagem dos terminais urbanos de passageiros de Blumenau e limpeza das estações de embarque, com fornecimento de materiais, com quantidades mínimas definidas neste edital, pelo período de 12 meses - SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 23 de outubro de 2017, às 9h00min. Início da sessão: dia 23 de outubro de 2017, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 09/10/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017
Objeto: Contratação Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Limpeza, durante os eventos: Vila de Natal 2017, Sommerfest 2018 e Vila de Páscoa 2018, conforme especificações constantes neste edital - PROEB, conforme especificações constantes neste edital - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 24 de outubro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 24 de outubro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 09/10/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PROCESSOS DE DISPENSA NºS 09-105/17; 09-103/17; 09-098/17; 09-100/17; 09-107/17; 09-106/17; 09-110/17; 09-116/17; 09-113/17; 09-114/17; 09-112/17; 09-097/17 - PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-110/17; 08-113/17; 08-114/17; 08-121/17; 08-100/17

Processo de Inexigibilidade: 09-105/17

Objeto: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NOS 44º JOGOS ESTUDANTIS- FMD

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: LIGA CATARINENSE DE VOLEIBOL.

VALOR: R\$ 12.760,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-103/17

Objeto: TAXA DE ANUIDADE DA MODALIDADE DE JUDO MAS/FEM - FMD

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE JUDO.

VALOR: R\$ 3.200,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-98/17

Objeto: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE - FCB

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA APC.

VALOR: R\$ 6.156,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-100/17

Objeto: SERVIÇOS DE (PALESTRANTES) - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADOS: WALTER FERREIRA DE OLIVEIRA.

VALOR: R\$ 750,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-107/17

Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTE/OFICINEIRO - SEMED

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: CAROLINE KERN.

VALOR: R\$ 3.500,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-106/17

Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTE/OFICINEIRO - SEMED

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: JORGE CASSIO COSTA NOBRIGA.

VALOR: R\$ 2.800,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-110/17

Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTE/OFICINEIRO - SEMED

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: FERNANDO RAFAEL DOS SANTOS.

VALOR: R\$ 2.000,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-116/17

Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTE/OFICINEIRO - SEMED

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: GEISON CEZARE CARDOSO - ME.

VALOR: R\$ 5.507,64

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-113/17

Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTE/OFICINEIRO - SEMED

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: O A ARTE E EDUCAÇÃO EIRELI -ME.

VALOR: R\$ 6.000,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-114/17

Objeto: CURSO CAPACITAÇÃO - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: FUND. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA - SEMUS

VALOR: R\$ 500,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-112/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA - SEMED

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: ASSOC. DESPORTIVA E CULTURAL CETISA.

VALOR: R\$ 1.437,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-97/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIVERSOS - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE BLUMENAU.

VALOR: R\$ 124.949,40

Processo de DISPENSA: 08-110/17

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: 24 INCISO IV, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

VALOR: R\$ 102.600,00

Processo de DISPENSA: 08-113/17

Objeto: CONTINUAÇÃO DE TRATAMENTO UROLOGICO - SEMUS

Artigo: 24 INCISO IV, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: DAIANE BECKER.

VALOR: R\$ 840,00

Processo de DISPENSA: 08-114/17

Objeto: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ATIVIDADE TÉCNICA - SIGST - SEDECI

Artigo: 24 INCISO XIII, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE

VALOR: R\$ 118.039,49

Processo de DISPENSA: 08-121/17

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMUS/FMS

Artigo: 24 INCISO X, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: MERCARTOR - 10 ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE TERCEIROS LTDA - ME.

VALOR: R\$ 36.600,00

Processo de DISPENSA: 08-100/17

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL - FMAS

Artigo: 24 INCISO X, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: BLU LAR IMÓVEIS LTDA ME.

VALOR: R\$ 33.600,00

PORTARIA Nº 722/2017 - FAEMA

PORTARIA Nº 722

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAR JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

ALEXANDRE BAUMGRATZ, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com suporte no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo nominados, para integrar Junta Médica Oficial Especial para realização de perícia médica para proceder exame de capacidade física e mental da servidora pública municipal Juceli Terezinha Costa Zunino, matrícula nº 86, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Ambiental, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente – FAEMA, a ser realizada na data de 30/10/2017, às 11:00 horas, sala 48, 4º andar, no SESOSP, no prédio da Prefeitura Municipal:

Dra. GABRIELA BARDINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, CRM 17451, lotada na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD (SESOSP).

Dr. IGOR RANGEL AMARAL NATALIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, CRM 17404, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS

Dr. JOHN CARLOS ZOSCHKE JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, CRM 14145, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

Blumenau(SC), 05 de outubro de 2017.

ALEXANDRE BAUMGRATZ

Presidente da FAEMA

EXTRATO Nº 478/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 478/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 479/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para o PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DE DISCENTES (EDSON TORRES, PEDRO THIAGO VENZON, GABRIELLY ZWANG BAPTISTA, FILIPE AMANDIO SCHORN, RUBIA GIRARDI, GUSTAVO ANTONIO PIAZZA E CAMILA ANDRÉA RAMOS) DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL (PPGEA) NO XXII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS. Contratada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS (CPF 29.969.193/0001-75). Forma de Pagamento: Conforme cronograma. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 2.892,75 (dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica)/ 3.3.90.39.48 (Serviço de seleção e treinamento).

Blumenau, 29 de setembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

PORTARIA Nº 6060/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6060/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MERCEDES GABRIELA RATTO REITER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MERCEDES GABRIELA RATTO REITER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de

aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00136/12-7, em 11/07/2012, prestado às seguintes entidades:

| Empresa | Período |
|---|-------------------------|
| Jorge Imiawowski ME – Farmacentral | 12/06/1992 a 31/12/1993 |
| Farmácia Fênix Ltda. – ME | 01/03/1994 a 05/08/1998 |
| FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau | 01/04/1994 a 24/02/1998 |

Totaliza o tempo de 2179 (dois mil, cento e setenta e nove) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses, e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Processo n.º 02678/09/2017.

Blumenau, 19 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6061/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6061/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDNA TERESINHA SPECK MATEUS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de EDNA TERESINHA SPECK MATEUS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1007/2017, de 14/07/2017, expedida pelo IPREV-Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no período de 01/03/1989 a 30/09/1991, um total de 935 (novecentos e trinta e cinco) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 6 (seis) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 01476/02/2017.

Blumenau, 19 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6062/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6062/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAISY MARIA EVARISTO BERNDT FRISCHKNECHT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DAISY MARIA EVARISTO BERNDT FRISCHKNECHT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00192/17-5, em 13/09/2017, prestado às seguintes entidades:

| Empresa | Período |
|---|-------------------------|
| SINTRAFITE Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau | 07/07/1986 a 23/12/1988 |
| Prefeitura Municipal de Blumenau | 01/04/1987 a 14/09/1994 |

Totaliza o tempo de 2988 (dois mil, novecentos e oitenta e oito) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 2 (dois) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 02686/09/2017.

Blumenau, 19 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6063/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6063/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA GORETI VIGARANI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA GORETI VIGARANI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00253/17-4, em 01/09/2017, prestado às seguintes entidades:

| Empresa | Período |
|----------------------------------|-------------------------|
| Universal Leaf Tabacos Ltda. | 03/03/1980 a 02/06/1980 |
| Cia. de Cigarros Souza Cruz | 01/03/1983 a 27/04/1983 |
| Prefeitura Municipal de Blumenau | 02/04/1987 a 22/08/1995 |

Totaliza o tempo de 3208 (três mil, duzentos e oito) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 9 (nove) meses, e 18 (dezoito) dias, conforme Processo n.º 02687/09/2017.

Blumenau, 20 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6064/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6064/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA SUELI EBEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SONIA SUELI EBEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00214/16-0, em 27/09/2016, prestado às seguintes entidades:

| Empresa | Período |
|---|--|
| Massa Falida de Sul Fabril S.A. | 23/07/1975 a 13/09/1978 |
| Lundgren Irmãos Tecidos S.A. - Casas Per-nanbucanas | 02/10/1978 a 28/11/1978 |
| Kuala S.A. | 20/02/1979 a 27/04/1979 12/08/1986 a 26/03/1987 |
| Cia. Hering | 07/01/1980 a 05/04/1980 |
| Universal Leaf Tabacos Ltda. | 16/04/1980 a 30/07/1980 |
| Mafisa Malharia Blumenau S.A. | 03/09/1980 a 26/11/1981 |
| Cia. de Cigarros Souza Cruz | 01/02/1982 a 23/04/1982 |
| Companhia Brasileira de Distribuição | 21/06/1982 a 16/03/1985 |
| Rovitex Indústria e Comércio de Malhas Ltda. | 24/10/1988 a 22/01/1989 |
| Panificadora Confeitaria e Lanchonete Souza Ltda. | 10/04/1989 a 16/12/1989 |
| Prefeitura Municipal de Blumenau | 17/04/1990 a 31/12/1990 05/03/2003 a 19/12/2003 11/02/2004 a 17/12/2004 01/02/2005 a 22/12/2005 02/01/2006 a 22/12/2006 01/02/2007 a 21/12/2007 06/02/2008 a 19/12/2008 16/02/2009 a 01/01/2010 |
| Restaurante Bonapetit Ltda. | 01/03/1991 a 29/04/1991 |
| Artek Tecnologia Eletrônica Ltda. – ME | 02/03/1998 a 30/05/1998 |
| A. Angeloni & Cia. Ltda. | 02/04/2001 a 05/11/2001 |

Totaliza o tempo de 6441 (seis mil, quatrocentos e quarenta e um) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, 7 (sete) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 02707/09/2017.

Blumenau, 21 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6065/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6065/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CELIA MARIA KIENOLT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de

Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

CELIA MARIA KIENOLT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.595,15 (Quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quinze centavos) a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo n.º 02680/09/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6066/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6066/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATHY ELLEN VOGEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,
De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

KATHY ELLEN VOGEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.401,35 (Mil, quatrocentos e um reais e trinta e cinco centavos), a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo n.º 02607/08/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6067/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6067/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CELENE RODRIGUES ALBERTO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com o artigo 4.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, inciso I, § 1.º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, parágrafo único, do mesmo diploma legal, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

CELENE RODRIGUES ALBERTO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.049,99 (Mil, quarenta e nove reais e onze centavos), a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo n.º 02073/05/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6068/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6068/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SORAYA WALTERS DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SORAYA WALTERS DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.416,50 (Dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo n.º 02682/09/2017.

Blumenau, 23 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6069/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6069/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES SOUZA SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-E, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA DE LOURDES SOUZA SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.269,83 (Três mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos), a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo n.º 02645/09/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6070/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6070/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HILARIO TEIXEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 102, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

HILARIO TEIXEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.553,95 (Dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos), a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo n.º 02676/09/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6071/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 6071/2017

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GIGLIOLA CAROLINE NASATO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL,

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, à

GIGLIOLA CAROLINE NASATO, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, categoria 5 do grupo ocupacional funcional, carga horária de 40 horas, faixa de vencimento "I", passando o padrão de vencimento "B", para o padrão de vencimento "C".

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1 de outubro de 2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6072/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 6072/2017

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARTINUS CHRISTEN KOEPEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL,

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, a

MARTINUS CHRISTEN KOEPEL, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, categoria 9 do grupo ocupacional especialista, carga horária de 20 horas, faixa de vencimento "II", passando o padrão de vencimento "C", para o padrão de vencimento "D".

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1 de outubro de 2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6073/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 6073/2017

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDNÉIA VANDERLÉIA HABITZREUTER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL,

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, à

SIDNÉIA VANDERLÉIA HABITZREUTER, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, categoria 5 do grupo ocupacional funcional, carga horária de 40 horas, faixa de vencimento "I", passando o padrão de vencimento "C", para o padrão de vencimento "D".

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo seus efeitos a 1 de abril de 2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6074/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6074/2017

RETIFICA A PORTARIA N.º 5336/2016 QUE CONCEDEU PENSÃO VITALÍCIA À ANELISE GRAF.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do Relatório de Instrução nº 578/2017, no sentido de regularizar a falha formal detectada no ato de pensão, resolve

RETIFICAR,

a Portaria N.º 5336/2016, de 8 de junho de 2016, que concedeu pensão vitalícia à Anelise Graf, quanto ao nome do servidor instituído que foi grafado com incorreção, passando a vigorar na forma correta, como sendo "FRANK MATHIAS OTTO GRAF".

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6075/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6075/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OSCAR RAUTENBERG.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de OSCAR RAUTENBERG, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00108/17-4, em 09/06/2017, prestado às seguintes entidades:

| Empresa | Período |
|---|---|
| Câmara Municipal de Blumenau | 19/10/2004 a 30/11/2004 10/05/2005 a 12/01/2009 15/01/2009 a 07/01/2013 |
| Contribuinte Individual | 19/10/2004 a 30/06/2005 |
| Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense | 08/01/2013 a 03/04/2014 |

Prefeitura Municipal de Blumenau

04/04/2014 a 01/07/2016

Totaliza o tempo de 4266 (quatro mil, duzentos e sessenta e seis) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 8 (oito) meses, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 02738/09/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6076/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6076/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELSA CRISTINA BEVIAN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELSA CRISTINA BEVIAN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00199/17-0, em 28/08/2017, prestado às seguintes entidades:

| Empresa | Período |
|---|---|
| Ordem Aux. de Senhoras de Itoupava Seca | 01/03/1984 a 28/05/1984 10/06/1985 a 15/12/1985 01/03/1986 a 02/02/1987 |
| Sociedade Divina Providência | 09/02/1987 a 07/07/1989 |
| SINTRAFITE Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau | 08/07/1989 a 28/02/1991 |
| FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau | 01/03/1991 a 31/07/1996 |

Totaliza o tempo de 4046 (quatro mil, quarenta e seis) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 1 (um) mês, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 02737/09/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6077/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6077/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HUMBERTO HENRIQUE LIMA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de HUMBERTO HENRIQUE LIMA, servidor público municipal, ocupante do cargo de Fiscal de Serviços Públicos, lotado no SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 749/2017, de 14/07/2017, expedida pelo IPREV-Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no período de 10/03/1988 a 15/02/1993, um total de 1796 (mil, setecentos e noventa e seis) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 11 (onze) meses, e 6 (seis) dias, conforme Processo n.º 02730/09/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6078/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6078/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HUMBERTO HENRIQUE LIMA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de HUMBERTO HENRIQUE LIMA, servidor público municipal, ocupante do cargo de Fiscal de Serviços Públicos, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 0058/2017, de 09/02/2017, expedida pela Marinha do Brasil – Comando do 1º Distrito Naval, no período de 25/07/1983 a 31/01/1987, um total de 1281 (mil, duzentos e oitenta e um) dias, correspondente a 3 (três) anos, 6 (seis) meses, e 6 (seis) dias, conforme Processo n.º 02730/09/2017.

Blumenau, 25 de setembro de 2017.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6079/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6079/2017

SUSPENDE OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 5974/2017 QUE ANULOU A APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO CONCEDIDA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR BAMBINETTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a decisão proferida pela Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no Recurso Extraordinário n. 0006796-62.2008.8.24.0008/50000, que suspendeu os efeitos da decisão n. 2681/2006, do Tribunal de Contas do Estado, no processo SPE 02/06018088, garantindo ao segurado que permaneça aposentado, até que o Supremo Tribunal Federal

profira julgamento relativo ao tema, resolve

SUSPENDER

os efeitos da Portaria Nº 5974/2017, de 13 de julho de 2017, que anulou a aposentadoria por tempo de contribuição concedida ao servidor público municipal VALDIR BAMBINETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado no SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, restabelecendo os efeitos da Portaria Nº 2055/98, de 27 de fevereiro de 1998, a contar de 26 de setembro de 2017.

Blumenau, 27 de setembro de 2017.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6080/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6080/2017

ANULA A PORTARIA Nº 5939/2017 QUE CONTOU TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ASTROGILDA HOIER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

ANULAR,

A Portaria Nº 5939/2017, de 26 de junho de 2017, que contou tempo de contribuição, para efeito de aposentadoria, a favor de MARIA ASTROGILDA HOIER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, tendo em vista que o período averbado na referida Portaria já foi utilizado junto a outro Regime Próprio de Previdência Social, que foi o IPI - Instituto de Previdência de Itajaí.

Blumenau, 28 de setembro de 2017.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6081/2017 - ISSBLU

PORTARIA N.º 6081/2017

ALTERA OS PROVENTOS DA APOSENTADORIA POR IDADE CONCEDIDA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIRLEI DE LOURDES GUERRA PELA PORTARIA Nº5230/2016.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a determinação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do Relatório de Instrução DAP 2103/2017, que constatou a existência de contagem de tempo de serviço concomitante, quando da edição da Portaria nº5556/2016, que alterou a Portaria nº 5230/2016, resolve

ALTERAR,

os proventos da aposentadoria por idade, concedida à servidora pública municipal SIRLEI DE LOURDES GUERRA, pela Portaria nº 5230/2016, de 28 de março de 2016, alterada pela Portaria nº 5556/2016, de 26 de outubro de 2016, que passam para o valor de R\$ 4.335,35 (Quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos), a contar de 1 de outubro de 2017.

Blumenau, 28 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6082/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 6082/2017

ALTERA A PORTARIA Nº 3103/2012 QUE MANDA CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS AIRTON GUERNER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o novo tempo de contribuição constante da Certidão de Tempo de Contribuição, expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20721001.1.00028/99-0, em 20/09/2017, que suprime tempo de serviço prestado junto à Prefeitura Municipal de Blumenau, resolve

ALTERAR,

a Portaria 3103/2012, de 11 de maio de 2012, que contou tempo de contribuição a favor do servidor público municipal CARLOS AIRTON GUERNER, que passa a contar com o seguinte tempo de contribuição:

| Empresa | Período |
|----------------------------------|-------------------------|
| Posto Hass Ltda. | 01/07/1976 a 05/03/1977 |
| Bradesco Seguros S.A. | 03/11/1980 a 19/02/1982 |
| Prefeitura Municipal de Blumenau | 03/09/1984 a 05/02/1995 |

Totaliza o tempo de 4525 (quatro mil, quinhentos e vinte e cinco) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 4 (quatro) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo nº 012546/05/2012.

Blumenau, 28 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6083/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 6083/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE APARECIDA DE MORAES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com o artigo 4.º, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, inciso I, § 1.º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de

2003, à

MARILENE APARECIDA DE MORAES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.049,99 (Mil, quarenta e nove reais e onze centavos), a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo nº 00018/05/2014.

Blumenau, 28 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6084/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 6084/2017

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTINA GERASIMENKO SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7º, § 1º, do mesmo diploma legal, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar nº 744, de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CRISTINA GERASIMENKO SOUZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 3.836,43 (Três mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos), a partir de 2 de outubro de 2017, conforme Processo nº 02626/09/2017.

Blumenau, 29 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6085/2017 - ISSBLU

PORTARIA Nº 6085/2017

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONETE CUCO ROQUE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de IVONETE CUCO ROQUE, servidora pública municipal,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00189/17-4, em 20/09/2017, prestado às seguintes entidades:

| Empresa | Período |
|-----------------------------------|--|
| Lojas Hering S.A. | 14/02/1978 a 25/02/1978 02/03/1982 a 17/03/1983 |
| Flamingo Ltda. | 01/04/1978 a 31/07/1979 14/01/1980 a 30/09/1981 |
| Arapuã Importação e Comércio S.A. | 03/09/1979 a 11/01/1980 |
| Banco BCN S.A. | 04/11/1985 a 28/06/1991 |
| Comercial Hirt Ltda. | 16/07/1992 a 30/11/1995 |
| Takto Móveis Ltda. - EPP | 01/02/1996 a 09/09/1996 |
| Lojas Zomer de Móveis Ltda | 20/02/1997 a 11/03/1997 |

Totaliza o tempo de 5175 (cinco mil, cento e setenta e cinco) dias, correspondente a 14 (quatorze) anos, 2 (dois) meses, e 5 (cinco) dias, conforme Processo n.º 02754/09/2017.

Blumenau, 29 de setembro de 2017.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO VAGA CONCURSO PÚBLICO.

CONVOCAÇÃO

EXMA SENHORA

CAROLINE MARIA DAHMER

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, em conformidade com o Edital de Seleção nº 001/2017 CONCURSO PÚBLICO, CONVOCA a Senhora Caroline Maria Dahmer, para assumir no prazo de 45 dias a Vaga de Médico Saúde da Família-PSF, apresentando a documentação necessária junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Bom Jesus do Oeste (SC), 06/10/2017.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Recebi/ /

CAROLINE MARIA DAHMER

CONVOCAÇÃO VAGA CONCURSO PÚBLICO.

CONVOCAÇÃO

EXMA SENHORA

DANIELA PAULA FOLETTO

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, em conformidade com o Edital de Seleção nº 001/2017 CONCURSO PÚBLICO, CONVOCA a Senhora Daniela Paula Foletto, para assumir no prazo de 45 dias a Vaga de Fiscal Tributário, apresentando a documentação necessária junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Bom Jesus do Oeste (SC), 06/10/2017.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Recebi/ /

DANIELA PAULA FOLETTO

EDITAL Nº 09/2017 DE PUBLICIDADE DE CHAMAMENTO PARA REQUISICÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO FISCAL DE 2018

EDITAL Nº. 009/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CHAMAMENTO PARA REQUISICÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO FISCAL DE 2018

O Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, localizado na Avenida Nossa Senhora de Fátima, 120, centro, através do Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger e da Secretaria de Administração e Fazenda Srª Marília Ceccon Maggi e a Assistente de Tributação Srª Janiara Keller Ceccon, com fundamento na Lei

Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011 (Código Tributário Municipal), tornam público e comunicam aos contribuintes, proprietários e/ou possuidores de imóveis situados no perímetro urbano do Município de Bom Jesus do Oeste/SC, e enquadrados no artigo 136 do CTM para tomarem as providências do artigo 137 do CTM.

Considerando o rol de isenções do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU descritas no artigo 136 da Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011 (Código Tributário Municipal), quais sejam:

- I - O imóvel pertencente ao patrimônio de particular, quando cedido gratuitamente à União, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Bom Jesus do Oeste, para a instalação de serviços públicos, enquanto perdurar a cessão, desde que efetivamente utilizados;
- II – Sociedades sem fins lucrativos, representativas de classes trabalhadoras, que não remunerem seus diretores e sócios, e que utilizem o(s) imóvel (eis) para atingir os seus fins sociais;
- III – Aposentado e pensionista que residem no município de Bom Jesus do Oeste SC, com renda familiar mensal de no mínimo 3 (três) salários mínimos nacionais, que possuam um único imóvel e que o mesmo sirva como sua residência e de sua família.
- IV – o imóvel sem edificação quando cedido ao município de Bom Jesus do Oeste, através de comodato, havendo interesse deste, para fins diversos, durante o período em que durar o empréstimo a título gratuito.
- V - o imóvel de interesse histórico, artístico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística e ambiental, tombado por ato da autoridade competente, com observância da legislação específica, respeitadas as suas características.

Considerando o que preceitua o parágrafo único do artigo 136 do CTM, de que a isenção de que trata os incisos I, II e III deste artigo, será concedida em 100% (cem por cento) do valor do imposto;

Considerando o que preceitua o artigo 137 caput e seus § 1º e § 2º para fazer jus ao benefício legal, o contribuinte que for abrangido pela Lei 820/2011, de 22 de dezembro de 2011, deverá apresentar requerimento e documentação comprobatória junto ao Setor de Tributação do município de Bom Jesus do Oeste – SC, que deverá ser renovado anualmente.

Serão beneficiados em 100% (cem por cento) de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU os seguintes imóveis:

- I - O imóvel pertencente ao patrimônio de particular, quando cedido gratuitamente à União, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Bom Jesus do Oeste, para a instalação de serviços públicos, enquanto perdurar a cessão, desde que efetivamente utilizados;
 - II – Sociedades sem fins lucrativos, representativas de classes trabalhadoras, que não remunerem seus diretores e sócios, e que utilizem o(s) imóvel (eis) para atingir os seus fins sociais;
 - III – Aposentado e pensionista que residem no município de Bom Jesus do Oeste SC, com renda familiar mensal de no mínimo 3(três) salários mínimos nacionais, que possuam um único imóvel e que o mesmo sirva como sua residência e de sua família.
- Serão abrangidos pelo benefício legal os imóveis a baixo relacionados em quanto perdurar a condição descrita, quais sejam:
- IV – o imóvel sem edificação quando cedido ao município de Bom Jesus do Oeste, através

de comodato, havendo interesse deste, para fins diversos, durante o período em que durar o empréstimo a título gratuito.

V - o imóvel de interesse histórico, artístico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística e ambiental, tombado por ato da autoridade competente, com observância da legislação específica, respeitadas as suas características.

Para fazer jus ao benefício o proprietário do imóvel que se enquadra nos critérios descritos, deverá Requerer a Isenção no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC impreterivelmente até 30 de dezembro de 2017 apresentando os seguintes documentos:

I – Requerimento;

II - Documentação comprobatória do enquadramento nas hipóteses do artigo 136, desta Lei Complementar;

III - Estudo socioeconômico realizado por Assistente Social do município para os casos do inciso “III” do artigo 136 do CTM.

Ressalta-se que este pedido de isenção deverá ser renovado anualmente, para o ano seguinte.

A Secretaria Municipal de Fazenda reserva-se o direito de fiscalizar e rever os casos que apresentarem irregularidades, podendo lançar em dívida ativa as informações enviadas em vício.

Município de Bom Jesus do Oeste/ SC, 06 de outubro de 2017.

Marilia Cecon Maggi
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

Janiara Keller Ceccon
Ass. de Tributação.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 29/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

O Município de Bom Retiro torna público O CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017 para Contratação de serviços especializados de arbitragem, visando à realização da VI Copa Portal da Serra futsal masculino, I Copa Portal da Serra futsal feminino e voleibol masculino e feminino, Taça Valdir Schweitzer, realizada pela CME de Bom Retiro, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu efeito legal.

Bom Retiro, 09 de outubro de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO N. 2.077/2017

DECRETO N. 2.077/2017

“Regulamenta os Artigos 79 a 104 da Lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016, que dispõem sobre as Infrações, penalidades e o Processo Administrativo Sanitário no Código Sanitário Municipal.”

José Luiz Colombi, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de sua atribuição legal, e com base no Art. 111 da lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016, regulamenta os Artigos 79 a 104 e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das Definições

Art. 1º - Para os efeitos deste Regulamento, os termos expressões a seguir são assim definidos:

I – ADVERTÊNCIA: ato pelo qual a autoridade de saúde, por escrito e em caráter de penalidade, repreende o infrator da norma sanitária, quando o mesmo for primário e a transgressão de pouca gravidade;

II – AGENTE PÚBLICO: pessoa designada por um órgão oficial de saúde, que age em nome do referido órgão, para cumprir e fazer cumprir a legislação de saúde;

III – APREENSÃO: retirada do produto, substância ou equipamento do local de venda, revenda e depósito, para fins de análise fiscal ou como resultado de processo administrativo específico;

IV – AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE: termo (documentos, formulário), através do qual a autoridade de saúde, após o julgamento do processo administrativo instaurado a partir do auto de infração, fixa e comunica ao infrator a aplicação da pena merecida;

V – AUTO DE INFRAÇÃO: documento (formulário), lavrado e assinado pela autoridade de saúde contra a pessoa que comete a infração sanitária, no qual descreve o ato ou fato constitutivo da transgressão e qualifica o infrator que, através dele, toma conhecimento da instauração de um processo administrativo, contra si, para apuração de sua responsabilidade;

VI – AUTO DE INTIMAÇÃO: termo (documento, formulário), através do qual a autoridade de saúde comunica à pessoa a imposição determinada, medida ou exigência de alguma providência específica de interesse da saúde pública;

VII – AUTORIDADE DE SAÚDE: todo agente público designado para exercer funções referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde pública, nos termos da lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016, e seus regulamentos e normas técnicas.

VIII – AUTUADA: pessoa contra a qual foi lavrado auto de infração ou auto de imposição de penalidade, pela autoridade de saúde;

IX – CAPACIDADE ECONÔMICA DO INFRATOR: condição da pessoa, que cometeu a infração sanitária, de poder suportar o pagamento, em dinheiro, da multa imposta pela autoridade de saúde;

X – INSTRUÇÃO DO PROCESSO: coleta, no processo, das informações necessárias à apuração da infração sanitária;

XI – INTERDIÇÃO: penalidade ou medida cautelar que consiste na proibição imposta pela autoridade de saúde à pessoa, em decorrência de infração sanitária ou de situação de perigo à saúde pública, que impede de dispor, temporária ou definitivamente, do estabelecimento, alimento, medicamento, produto ou qualquer outro bem envolvido na transgressão ou ocorrência;

XII – MEDIDA CAUTELAR: ato praticado pela autoridade de saúde visando a prevenir, conservar ou defender o interesse da saúde pública, em face de fato de gravidade ou de motivo justo que o autorize;

XIII – MULTA: sanção imposta pela autoridade de saúde ao infrator da norma sanitária, consiste na obrigação de pagar certa importância em dinheiro;

XIV – NOTIFICAÇÃO: formalização do ato de dar ciência, de dar conhecimento à pessoa ou estabelecimento, e que a autoridade de saúde lavrou auto de infração contra a mesma;

XV – OBRIGAÇÃO SUBSISTENTE: encargo imposto ao infrator, pela autoridade de saúde, independente e além do auto de infração, destinado a sanar situação de perigo ou de prejuízo à saúde;

XVI – PENALIDADE PECUNIÁRIA: obrigação de pagamento em dinheiro imposta à pessoa que cometeu a infração sanitária;

XVII – PESSOA: pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

XVIII – REABILITAÇÃO: benefício que consiste no cancelamento automático dos efeitos de reincidência, pelo decurso do prazo de 3 (três) anos, sem que a pessoa infracionada volte a cometer nova infração sanitária;

XIX – RECURSOS INTERPOSTO: pedido de revisão de decisão condenatória, ou denegatória de outro recurso, apresentado pelo infrator a outra autoridade de saúde, hierarquicamente superior, indicada neste Regulamento.

Art. 2º - As definições apresentadas no artigo anterior têm por finalidade explicar e facilitar a compreensão do texto legal, não esgotando os conceitos respectivos, nem afastando outras definições legais ou científicas aplicáveis, especialmente no que diz respeito à educação em saúde, apuração de infração, aplicação de penalidades, reconhecimento de direitos e estabelecimento de deveres.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 3º - Na forma estabelecida no artigo 99, da lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016, o infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua notificação.

Art. 4º - O servidor autuante, ao prestar as informações solicitadas pela autoridade julgadora, fornecerá todos os elementos necessários à decisão, inclusive, se for o caso, planta ou laudo demonstrativo da situação e informação sobre a capacidade econômica do infrator.

Art. 5º - O Secretário (a) de Saúde, que será a autoridade de saúde competente para julgar o auto de infração lavrado na sua área de jurisdição, antes de decidir, solicitará ao departamento de Vigilância Sanitária, informação sobre os antecedentes do infrator.

Art. 6º - O Secretário (a) de Saúde, poderá levar em consideração os argumentos da defesa ou impugnação apresentada fora do prazo legal, desde que a tenha recebido antes de decidir o processo.

Art. 7º O Prefeito Municipal, é competente para julgar os recursos interpostos contra a decisão, condenação, ao auto de infração e auto de imposição de penalidade, julgadas pelo Secretário (a) de Saúde.

Art. 8º - O Secretário (a) de Saúde, e o Prefeito Municipal, antes de julgar, decidir, poderá solicitar, de acordo com a natureza da infração, parecer técnico e apreciação dos seguintes Conselhos:

I - Conselho Municipal de Saúde – COMUSA;

II - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento – COMASB;

III - Conselho Municipal de Agricultura;

IV - Conselho Municipal das cidades – COMCIDADES.

Art. 9º - O Secretário (a) de Saúde, decidindo:

I – ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade, se julgar procedente o auto de infração;

II – remeterá obrigatoriamente o processo para reexame pelo fiscal de Vigilância Sanitária atuante, se der pela improcedência do auto de infração.

Art. 10 - O Secretario (a) de Saúde, ao julgar o auto de infração, ordenará ao Departamento de Vigilância Sanitária a lavratura do auto de imposição de penalidade, nos termos da decisão condenatória.

Art. 11- O auto de imposição de penalidade será lavrado em 2 (duas) vias, destinando-se a primeira ao infrator, e conterà:

I - o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica autuada e seu endereço;

II - o número e data do auto de infração respectivo;

III - a descrição do ato ou fato constitutivo da infração e o local;

IV - a disposição legal ou regulamentar infringida;

V - a penalidade imposta e seu fundamento legal;

VI - o prazo de 30 (dias) para interpor recurso ao Prefeito Municipal, contado da ciência do autuado;

VII - a assinatura da autoridade autuante;

VIII - a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação desta circunstância pela autoridade autuante, com a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 12 - O auto da imposição de penalidade de multa, assinalará:

I - o valor em que consiste a multa, com a advertência de que o valor sofre reajuste automático até o dia do pagamento;

II - que o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial;

III - que se o infrator efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da notificação, com desistência tácita do recurso, gozará de redução de vinte por cento no valor da multa;

IV - que o recolhimento da multa deverá ser feito à repartição fazendária municipal, pela rede bancária autorizada, através de documento hábil;

V - a advertência de que o não pagamento da multa, depois de esgotados os recursos e o prazo legal, impedirão a expedição ou renovação de alvará de qualquer natureza, pelo Departamento de vigilância sanitária, em benefício do infrator.

Art. 13 - O infrator, na impossibilidade da efetivação da providência a que se refere o inciso VIII do artigo 11, será notificado do auto de imposição de penalidade pelo correio- AR ou por edital, na forma do artigo.

Art. 14 - O Secretario (a) de Saúde, tendo em vista o benefício estabelecido pelo artigo 90, da lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016, nos casos em que a notificação do auto de imposição de multa for feita pelo correio - AR, providenciará a remessa imediata do expediente ao Departamento de Vigilância Sanitária.

Art. 15 - A pessoa multada incumbe, para usufruir do benefício do artigo 90, da lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016, fazer a prova de que o pagamento está sendo feito dentro do prazo de 30(trinta) dias, quando notificada pelo correio-AR.

Art. 16 - O Secretario (a) de Saúde, a requerimento do interessado ou de qualquer pessoa que o represente, ouvido o departamento de Vigilância Sanitária, pode converter a pena de multa em atividade educativa, nos casos de comprovada incapacidade econômica do infrator.

§ 1º - A conversão da multa em atividade educativa, de que trata este artigo, será da iniciativa do departamento de Vigilância Sanitária nos casos em que, tendo a multa sido lançada em Dívida Ativa, a sua cobrança judicial resultar frustrada por inexistência de bens.

§ 2º - O Secretario (a) de Saúde, poderá acrescentar normas técnicas visando a melhor aplicação deste artigo e seu §1º.

CAPÍTULO III

Das Infrações e Penalidades

Art. 17 - Para os efeitos deste Regulamento, considera-se infração, na forma definida no artigo 94, da lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outra que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação

da saúde.

Art. 18 - A pessoa cometerá infração sanitária mesmo no caso em que a avaria, deterioração ou alteração de produto, substância ou bem de interesse da saúde pública, decorram de força maior, eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, se deixar de tomar, no tempo devido, as providências que a situação exigir ou a autoridade de saúde determinar.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o fabricante, manipulador, beneficiador, transportador ou acondicionador, notificado pela autoridade de saúde, deve adotar as providências necessárias ao seu recolhimento, providência, ou destino conveniente, em prazo razoável fixado, que não excederá quinze dias.

CAPÍTULO IV

Da Caracterização Básica do Processo

Art. 19 - O processo Administrativo Sanitário próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos neste regulamento e na lei Complementar nº 31/2017, de 21 de Dezembro de 2016.

Art. 20 - A autoridade de Saúde poderá, nos casos em que a infração exigir pronta ação para a proteção da saúde pública, aplicar de imediato as penalidades de apreensão, inutilização, interdição e outras previstas neste Regulamento, lavrando o auto de imposição de penalidade, independentemente da tramitação normal do auto de infração respectivo.

Art. 21 - O infrator notificado do auto de infração, ou do auto de imposição de penalidade na hipótese do artigo anterior, poderá oferecer defesa ou impugnação dos mesmos no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 22 - O Departamento de Vigilância Sanitária, antes de processar o auto de infração, fará um exame prévio do mesmo, optando pela renovação ou retificação, se necessário.

Parágrafo único. O infrator será notificado da renovação ou retificação do auto de infração, com as mesmas formalidades da primeira notificação, renovando-se lhe o prazo para defesa ou impugnação.

Art. 23 - As omissões ou incorreções na lavratura do auto de Infração, não acarretarão a nulidade do mesmo, quando do processo constarem elementos suficientes à caracterização da Infração e à determinação do infrator.

Art. 24 - Quando o autuado for analfabeto, ou fisicamente incapacitado, poderá o auto ser assinado "a rogo" na presença de duas testemunhas, ou na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.

Art. 25 - As notificações feitas pelo correio serão expedidas preferencialmente com - AR.

Art. 26 - Sempre que a ciência do interessado se fizer por meio de publicação na imprensa, serão certificadas no processo a página e a data do jornal.

CAPÍTULO V

Do Recurso

Art. 27 - O infrator poderá, no prazo de 30(trinta) dias, a contar da sua intimação, recorrer da decisão condenatória e do auto de imposição de penalidade respectivo, em ultima instancia, para o Prefeito Municipal.

Art. 28 - O Prefeito Municipal, recebendo recurso da decisão condenatória do Secretário (a) de Saúde, procederá da seguinte maneira: I –manterá a decisão condenatória e enviará os autos para o Departamento de Vigilância Sanitária, para dar sequencia no processo;

II – concederá o prazo de 30 (trinta) dias para o infrator manifestar-se, se não concordar com a decisão.

Art. 29- O Prefeito municipal fará a análise da defesa, se esta for apresentada.

Art. 30 - Mantida a decisão condenatória, em última instância administrativa, o infrator será notificado.

Art. 31 - O infrator tomará ciência da decisão do recurso:

I - pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo;

II - mediante notificação, que poderá ser feita pelo correio – AR;
III - através da imprensa oficial, sendo que, neste caso, considerar-se-á efetivada cinco dias após a publicação.

Art. 32 - O Prefeito Municipal poderá, a seu critério, nos casos de maior complexidade, ou em que entender oportuno, convocar os Conselhos Municipais, conforme previsto no artigo 8º, deste Regulamento, para deliberação e parecer.

Art. 33 - Não será admitido recurso enquanto não for cumprida a obrigação subsistente, determinada por auto de intimação, cabendo à autoridade julgadora certificar-se do fato, antes do julgamento.

Art. 34 - A autoridade competente para julgar o recurso poderá, antes de decidi-lo, ouvir a autoridade julgadora, que reconsiderará ou não a decisão.

Art. 35 - O infrator tomará ciência da decisão do recurso:

I - pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo;

II - mediante notificação, que poderá ser feita pelo correio-AR, ou através da imprensa oficial, sendo que, neste caso, considerar-se-á efetivada cinco dias após a publicação.

Art. 36 - Uma vez tornada irrecorrível a decisão, o processo deverá ser encaminhado ao departamento de Vigilância Sanitária, para registro e arquivamento.

CAPÍTULO VI

Da Execução da Penalidade

Do Processamento das Multas

Art. 37 - O departamento de Vigilância Sanitária, uma vez tornada definitiva a decisão condenatória, pela não interposição, ou seja, rejeição dos recursos interpostos, receberá os autos e tomará as seguintes providências:

I - notificará a pessoa multada, pessoalmente, pelo correio-AR, ou pela imprensa (se em lugar incerto e não sabido), informando que o recolhimento deve ser feito à repartição fazendária municipal, pela rede bancária autorizada, através de documento hábil, instruindo-a sobre o prazo de pagamento;

II - feita a notificação, remeterá, com prova da realização desta, uma via do auto de imposição de penalidade à repartição fazendária municipal, para a cobrança.

Art. 38 - A Secretaria de Finanças baixará normas e orientações específicas para o recolhimento da multa e seu lançamento em Dívida Ativa, nos casos de não pagamento.

Parágrafo único: A Secretaria de Finanças encaminhará ao departamento de Vigilância Sanitária, para fins de controle, uma via do Documento de Arrecadação – DAR quitado, e relação periódica das multas lançadas em Dívida Ativa.

Art. 39 - O departamento de Vigilância Sanitária, manterá controle dos casos em que a cobrança judicial resultar frustrada por inexistência de bens, tendo em vista a conversão da multa em atividade educativa.

Art. 40 - A secretaria de finanças enviará ao departamento de vigilância sanitária, para fins de anotação no processo respectivo, à quitação da multa ou seu lançamento em Dívida Ativa, bem como os casos em que a multa poderá ser convertida em atividade educativa.

CAPÍTULO VII

Da Execução das Penalidades de Inutilização de Produto, Cancelamento do Registro, Autorização, Licença e Demais Penalidades.

Art. 41 - Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recursos sem apresentação da defesa ou apreciados os recursos, o departamento de Vigilância Sanitária tomará as providências seguintes:

I - fará publicar as penalidades aplicadas aos infratores da legislação sanitária;

II - remeterá cópia do processo ao órgão federal competente, nos casos em que a execução da penalidade e a legislação vigente o exigirem;

III - velará pela execução da penalidade aplicada;

IV - providenciará as comunicações de aplicação de penalidades ou

medidas cautelares, quando necessário, a outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Parágrafo único: A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro, da autorização para o funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos, somente ocorrerão após a publicação, na imprensa oficial, de decisão irrecorrível.

Art. 42 - A inutilização dos alimentos, bebidas, produtos e substâncias não serão efetuados enquanto não ficar constatado estarem impróprios para o consumo.

§ 1º - A Autoridade de Saúde que tiver a posse do processo para julgar recurso, poderá, no caso de condenação do produto ou substância, cuja alteração ou falsificação não implicarem em torná-lo impróprio para o consumo ou qualquer uso, determinar ou autorizar a sua distribuição a estabelecimentos assistenciais.

§ 2º - O mesmo procedimento do parágrafo anterior será aplicado aos produtos e subprodutos de animais abatidos e aos demais gêneros alimentícios, quando oriundos de estabelecimentos não licenciados ou cuja procedência não possa ser comprovada.

§ 3º - Os tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, expostos à venda em estabelecimentos de gêneros alimentícios, quando considerados impróprios para o consumo humano, não serão inutilizados, desde que possam ser destinados ao plantio ou fins industriais, a critério da autoridade de saúde e observadas às necessárias precauções.

§ 4º - Também não será inutilizado o alimento apreendido quando possível de utilização na alimentação animal, plantio, ou fins industriais não alimentícios, a critério da autoridade de saúde e observadas às necessárias precauções.

§ 5º - A Autoridade de Saúde que tiver a posse do processo em grau de recurso, poderá promover a alienação por leilão, ou por qualquer outra forma legalmente permitida, do produto ou substância de que se trata o "caput" deste artigo, quando o seu aproveitamento não for viável ou não interessar às entidades assistenciais, recolhendo-se a importância aos cofres públicos.

CAPÍTULO VIII

Do Registro de Antecedentes

Art. 43 - Fica instituída nos termos deste Regulamento, a figura da reabilitação.

§ 1º A pessoa será considerada automaticamente reabilitada, para efeitos da reincidência, três anos após o cumprimento da penalidade, caso não tenha voltado a cometer, nesse período, nova infração.

§ 2º O prazo da reabilitação será interrompido, e terá a sua contagem recomeçada, em caso de condenação por nova infração.

§ 3º Não contará para efeitos de reincidência a infração, quando a penalidade aplicada for unicamente de advertência.

Art. 44 - O Departamento de Vigilância manterá registro de todos os processos em que haja decisão condenatória definitiva, para fins de consulta e histórico do estabelecimento.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Finais

Art. 45 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Botuverá, 06 de Outubro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.078/2017

DECRETO nº 2.078/2017

“Regulamenta o Artigo 51 da lei 31/2017, que dispõem sobre a notificação no código sanitário Municipal e cria incentivo.”

José Luiz Colombi, prefeito Municipal de Botuverá, no uso das suas atribuições legais, e com base no art. 111 da Lei 31/2017, regulamenta o Artigo 51 e dá outras providências.

Art 1º A pessoa, para construir ou reformar edificação ou parte

desta, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter a análise e aprovação do projeto arquitetônico e hidrossanitário pela prefeitura, dependendo, para fins de ocupação, de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme dispositivo em regulamento.

Art 2º O dispositivo do parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

Art 3º Os projetos hidrossanitários deverão estar de acordo com a NBR 7229/93 e NBR 13969/97 e em caso de edificação destinada ao serviço de saúde deverão estar de acordo com a RDC 50/2002 e suas atualizações.

Art 4º O responsável pela execução da obra deverá ter em mãos o projeto aprovado pela prefeitura, para conferência no momento da vistoria de liberação da vigilância sanitária.

Art 5º O sistema de tratamento de efluentes, seja ele individual ou coletivo e/ou conexão à rede coletora deve estar totalmente aberto para conferência e vistoria.

Art 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 06 de Outubro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.080-2017 - PROVÁVEL EXCESSO

=====

D E C R E T O Nº 2.080/2017

=====

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme abaixo especificado:

| | |
|------------------|---|
| 04.00 | Secretaria de Educação |
| 04.01 | Divisão de Educação |
| 12-306-020-2.11 | Programa Suplementar de alimentação Escolar Pré-Escola |
| 3.3.9.0.00.00 | Aplicações Diretas |
| 0.1.00 (403) | -Recursos Ordinários R\$ 9.300,00 |
| 12-306-020-2.62 | Programa Suplementar de alimentação Escolar Creche |
| 3.3.9.0.00.00 | Aplicações Diretas |
| 0.1.00 (390) | -Recursos Ordinários R\$ 11.100,00 |
| 12-306-025-2.12 | Programa Suplementar Alimentação Escolar Ensino Fundamental |
| 3.3.9.0.00.00 | Aplicações Diretas |
| 0.1.00 (419) | -Recursos Ordinários R\$ 7.189,60 |
| 8000 | Secretaria De Agricultura |
| 8001 | Divisão de Agricultura |
| 20-606-155-2.43 | Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar |
| 3.3.9.0.00.00.00 | Aplicações Diretas |
| 0.1.00 (315) | -Recursos Ordinários R\$ 11.250,00 |
| 10000 | Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude |
| 10001 | Divisão de Cultura |

| | |
|-----------------|--|
| 13-391-060-2.20 | Apoio a Cultura e ao Patrimônio Histórico do Município |
| 4.4.9.0.00.00 | Aplicações Diretas |
| 0.1.00 (385) | -Recursos Ordinários R\$ 1.160,40 |

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 06 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 06 de outubro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.079/2017

DECRETO Nº 2.079/2017

"Regulamenta o Artigo 79 da lei 31/2017, que dispõem sobre a notificação no código sanitário Municipal."

José Luiz Colombi, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso das suas atribuições legais, e com base no art. 111 da lei 31/2017, regulamenta o Artigo 79 e dá outras providências.

Art 1º A Notificação do proprietário, responsável por estabelecimento industrial, comercial, residencial, agropecuários, estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, de qualquer natureza, se dará pela lavratura e expedição da Notificação Sanitária e/ou termo de orientação e vistoria, e/ou Auto de intimação, ao inspecionado para que faça ou deixe de fazer alguma coisa e ainda é facultado a autoridade de saúde a indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente nos referidos termos, devendo ainda conter o descrição do ato ou fato gerador, e a identificação completa do inspecionado.

Art 2º Quando o proprietário, responsável por estabelecimento industrial, comercial, residencial, agropecuários, estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, de qualquer natureza, for Notificado, o prazo concedido para o cumprimento das exigências será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por no máximo mais 60 (sessenta) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do prazo inicialmente concedido e devidamente fundamentado.

Art 3º Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida as exigências será lavrado auto de infração e instaurado processo administrativo sanitário.

Art 4º Após a ciência do fato, pela notificação sanitária e/ou termo de orientação e vistoria e/ou auto de intimação, o proprietário e/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial, residencial, agropecuários, estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências contidas nos mesmos, sob pena de ser exarado o auto de infração.

Parágrafo Único: Os documentos citados neste artigo, serão numerado sequencialmente e estará nos anexos deste regulamento.

Art 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 06 de Outubro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA CONTRATA TEMPORÁRIOS 001832017

PORTARIA Nº 0183/2017

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências "

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 03/2017

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). VANDERLEI DA SILVA, brasileira, para o cargo temporário de Servente de Obras, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Obras de do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 05 de Outubro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2017 FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

| Número do Registro de Preços: 4/2017 Data do Registro: 06/07/2017 Válido até: 06/07/2018 | | | | | | |
|---|---|-------|---|-------------|-------------|----------------|
| Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, DE A à Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACEÚTICO) | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário |
| 1 | TABELA ABC FARMA - ÉTICOS - Aquisição de Medicamentos com maior desconto na tabela ABC Farma 2017. (Medicamentos de Referência/Éticos) (19403) | UND | FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014) | | 0 | 10,0000 |
| | | | Farmácia Vida Nova - Farmácia Saúde Vital Ltda (6328) | | 0 | 9,0000 |
| 2 | TABELA ABC FARMA - GENÉRICOS - Aquisição de Medicamentos com maior desconto na tabela ABC Farma 2017. (Medicamentos Genéricos) (19404) | UND | Farmácia Vida Nova - Farmácia Saúde Vital Ltda (6328) | | 0 | 13,0000 |
| | | | FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014) | | 0 | 12,0000 |
| 3 | TABELA ABC FARMA - SIMILARES - Aquisição de Medicamentos com maior desconto na tabela ABC Farma 2017. (Medicamentos Similares) (19405) | UND | Farmácia Vida Nova - Farmácia Saúde Vital Ltda (6328) | | 0 | 16,0000 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

Página: 2/3

| | | | | | | | |
|---|---------------|------------------------------|--------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 4/2017 | | Data do Registro: 06/07/2017 | | Válido até: 06/07/2018 | | | |
| Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, DE A à Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO) | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014) | | 0 | 15,0000 | 2 |

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2017

| | | | | | | | |
|---|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 4/2017 | | Data do Registro: 06/07/2017 | | Válido até: 06/07/2018 | | | |
| Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GÊNERICOS E SIMILARES, DE A à Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO) | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2017
PROCESSO Nº 12/2017

(6014) - FARMACIA VALE AZUL LTDA
(6328) - Farmácia Vida Nova - Farmácia Saúde Vital Ltda

Braco do Trombudo, 6 de Julho de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2017 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2017

| Número do Registro de Preços: 8/2017 | | | Data do Registro: 06/04/2017 | | | Válido até: 06/04/2018 | | |
|--------------------------------------|---|-------|--|-------------|-------------|------------------------|----------|--|
| Objeto da Compra: | | | Registro de preços para eventual aquisição de doses de Sêmen Bovino, luvas e bainhas para a Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo. | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário | Classif. | |
| 1 | Sêmen bovino importado JERSEY: Sêmen bovino Jersey envasado em palheta média (0,5ml) importado e provado pelo USDA ou equivalente interbull não anterior a dezembro de 2016 que superem as seguintes características: Produção de leite maior ou igual a 500 libras; Confiabilidade de produção maior ou igual a 90%; proteína percentual maior ou igual a 0,00; PTA tipo maior ou igual 1,10; Estrutura maior ou igual a 1,25; Largura de garupa maior ou igual a 1,00. (19707) | DS | SELECT SIRES DO BRASIL GENÉTICA LTDA (6505) | SELECT SIRE | 0 | 15,0000 | 1 | |
| 2 | Sêmen bovino importado HOLANDÊS: Sêmen bovino da raça holandês envasado em palheta média (0,5ml) importado e provado pelo USDA ou equivalente interbull não anterior a dezembro de 2016 que superem as seguintes características: PTA Leite maior ou igual a 200 libras, confiabilidade de produção maior ou igual a 92%; Vida produtiva maior ou igual a 1,0; dificuldade de parto menor igual a 6,7; PTA tipo maior ou igual a 1,20; composto de úbere maior ou igual 1,25; angulosidade maior ou igual a 1,25; pernas vista lateral maior ou igual a 1,5; Estatura maior ou igual a 0,90; Força maior ou igual a 0,00; Comprimento de tetos maior ou igual a 0,00. (19708) | DS | SELECT SIRES DO BRASIL GENÉTICA LTDA (6505) | SELECT SIRE | 0 | 15,0000 | 1 | |
| 3 | Sêmen bovino RED ANGUS: Sêmen bovino da raça Red Angus, registrada na associação Nacional dos criadores Herd-Book Colars, apresentado em palheta média (0,5ML) com os seguintes dados de performance de acordo com o PROMEBIO: com índice final maior ou igual a + 2,0. (19709) | DS | SELECT SIRES DO BRASIL GENÉTICA LTDA (6505) | ANGUS BELA | 0 | 12,5000 | 1 | |
| 4 | Luvas especiais para inseminação artificial com 90CM caixa com 100 UND. (19710) | CX | SELECT SIRES DO BRASIL GENÉTICA LTDA (6505) | SELECT SIRE | 0 | 43,5000 | 1 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2017

Página: 2/3

| Número do Registro de Preços: 8/2017 | | Data do Registro: 06/04/2017 | | Válido até: 06/04/2018 | | | |
|--------------------------------------|--|--|---|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: | | Registro de preços para eventual aquisição de doses de Sêmen Bovino, luvas e bainhas para a Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo. | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 5 | Bainhas importadas para inseminação artificial pacote com 50 UND (19711) | PCT | SELECT SIRES DO BRASIL GENÉTICA LTDA (6505) | SELECT SIRE | 0 | 21,1200 | 1 |

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2017

Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 06/04/2017 Válido até: 06/04/2018
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de doses de Sêmen Bovino, luvas e bainhas para a Secretaria de Agricultura do Município de Braço do Trombudo.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2017

PROCESSO Nº 13/2017

(6505) - SELECT SIRES DO BRASIL GENÉTICA LTDA

Braço do Trombudo, 6 de Abril de 2017.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058-2017 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 058/2017

ESPÉCIE: manutenção grupo gerador ETA Central. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.339039170000.060000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 05/10/2017; VALOR: R\$ 46.000,00. CONTRATADA: Eletronema Ltda EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 05 de outubro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059-2017 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 059/2017

ESPÉCIE: manutenção em bomba HIGRA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 025/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2293.339039170000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 06/10/2017; VALOR: R\$ 42.126,86. CONTRATADA: Sidrasul Sistemas Hidráulicos Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 06 de outubro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105-2017

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 105/2017

Pregão nº 058/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS, TONER E PERFIL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Recorrente: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, conhecer o recurso apresentado pela empresa TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP, e no mérito julga-lo improcedente com fundamento no artigo 37, XXI da Constituição Federal e artigo 41 da Lei 8666/93.

03/10/2017

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Fazenda

Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

EXTRATO TERMO DE CONVENIO Nº 002-2017 - SAMAE

EXTRATO TERMO DE CONVENIO 002/2017

CONVENIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COBRANÇA DE VALOR CONTRIBUIÇÃO ESPONTÂNEA. MODALIDADE GRATUITA. PRAZO DE VIGENCIA 12 MESES ATÉ 17 JULHO 2018. DATA DA ASSINATURA: 17/07/2017. CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAOS DE BRUSQUE – APAE. CNPJ 76.852.615/0001-08.

Brusque, 06 de OUTUBRO de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 12185-2017

PORTARIA N. 12.185, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear João Bononomi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a contar de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 12186- 2017

PORTARIA N. 12.186, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Carlos Alexandre Reis para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Educação, a contar de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

JOSÉ ZANCANARO
Secretário de Educação

PORTARIA Nº 12187-2017

PORTARIA N. 12.187, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gilberto Romagnolo para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 12188-2017

PORTARIA N. 12.188, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Estevão da Silva Neto para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/TI, a contar de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI
Respondendo interinamente pela
Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 12189-2017

PORTARIA N. 12.189, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcos Vinicius Martins para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 12190-2017

PORTARIA N. 12.190, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Marciano Giraldi do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 12184 -2017

PORTARIA N. 12.184, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Demite servidor de cargo de provimento efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea d do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica DEMITIDO conforme Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2017, o servidor HUGO SCHLEBINGER CANAVESSE JUNIOR, matrícula 1002619-1, nomeado por concurso público nos termos da Portaria n. 9.198/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo de Brusque – Anexo I, da Lei Complementar n. 143/2009, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso II do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 3419-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3419/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

| Contrato | Seq | Nome do servidor | Lotação | Início gozo | Final gozo | Dias gozo |
|----------|-----|------------------------|----------------------------------|-------------|------------|-----------|
| 5860 | 0 | KARIN CRISTINA SCHWARZ | Secretaria de Orçamento e Gestão | 29/09/2017 | 28/10/2017 | 30 |

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de Setembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

PORTARIA Nº 3442-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3442/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

| Contrato | Seq | Nome do Servidor | Lotação | Início Gozo | Final Gozo | Dias Gozo |
|----------|-----|---------------------------|-----------------------|-------------|------------|-----------|
| 4124430 | 1 | GILSANDER FERREIRA ROMERO | Secretaria da Fazenda | 02/10/2017 | 11/10/2017 | 10 |
| 4118162 | 1 | SIMONE CORREA LEITE | Secretaria da Fazenda | 02/10/2017 | 19/10/2017 | 18 |

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária da Fazenda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

PORTARIA Nº 3445-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3445/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

| Contrato | Seq | Nome do Servidor | Lotação | Início Gozo | Final Gozo | Dias Gozo |
|----------|-----|------------------|----------------------------------|-------------|------------|-----------|
| 330230 | 5 | VALDIR DA SILVA | Secretaria de Orçamento e Gestão | 01/10/2017 | 30/10/2017 | 30 |

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

PORTARIA Nº 3447-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 3447/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

| Contrato | Seq | Nome do Servidor | Lotação | Início Gozo | Final Gozo | Dias Gozo |
|----------|-----|--------------------|----------------------------------|-------------|------------|-----------|
| 4287290 | 1 | SIDNEI DE OLIVEIRA | Secretaria de Orçamento e Gestão | 02/10/2017 | 31/10/2017 | 30 |

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Outubro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Caçador

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2017 – PREGÃO 67/2017

ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2017 – PREGÃO 67/2017

Fundamento Legal: disposto no art. 49 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e demais legislação.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SALAS DE AULA MODULADAS, COM E SEM BANHEIRO, SALAS MODULARES PARA COZINHAS E SETOR ADMINISTRATIVO DE ESCOLAS, BANHEIROS COMUNS E FRALDÁRIOS PRONTOS PARA USO, PARA AMPLIAÇÃO DE CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

O Município de Caçador, considerando:

a) Considerando a medida cautelar deferida no processo @LCC 17/00645738 do TCE, que sustou o edital em comento por entender estarem presentes os pressupostos necessários à concessão por ocasião do edital e do memorial descritivo que o acompanha:

b) Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios que tramitam em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93

DECIDE:

ANULAR o presente processo por interesse da administração, para deflagração de novo procedimento licitatório

Maiores informações na Diretoria de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3561-2431, e-mail: licitacao.pref@cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 05 de outubro de 2017.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.271

DECRETO Nº 7.271, de 04 de outubro de 2017.

Decreta Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 13 de outubro de 2017, sexta-feira.

Parágrafo único. Excetuam-se do ponto facultativo, os Centros Municipais de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

| Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Caçador | | | | | | |
|--|------------|---|-------------------|---|--|------------|
| 1/09/2017 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 28 - 3.390,39,99 | 100 - Recursos Ordinários | 11041 - MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMEN. LTDA | 290.000,00 |
| 3568 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,30,39 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 2.926,00 |
| 3569 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,39,19 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 300,00 |
| 3570 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.390,30,16 | 100 - Recursos Ordinários | 92 - SCA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA | 40,00 |
| 3571 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.390,30,07 | 100 - Recursos Ordinários | 9374 - PANIFICADORA E CONFITEARIA DO DÉ LTDA - ME | 774,25 |
| 3572 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 128 - 3.390,39,99 | 100 - Recursos Ordinários | 13981 - JAMES VINCIUS PORTELA DA LUZ | 3.900,00 |
| 3573 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.390,39,12 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 13326 - MÁRCIO JULIANO FUKASE SIMÃO 016879789-56 | 623,17 |
| 3574 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.390,39,99 | 100 - Recursos Ordinários | 589 - OASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO | 763,91 |
| 3575 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 171 - 3.390,30,07 | 100 - Recursos Ordinários | 10581 - COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR | 60.655,53 |
| 3576 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.390,39,99 | 100 - Recursos Ordinários | 8618 - REINBOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS) | 33,60 |
| 3577 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.390,39,99 | 100 - Recursos Ordinários | 6126 - JOÃOZINHO SAMUEL LEMOS MORAES- EPP | 3.900,00 |
| 3578 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 83 - 3.191,13,03 | 100 - Recursos Ordinários | 13434 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA | 1.382,66 |
| 3579 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 106 - 3.390,30,01 | 107 - Contribuição para a CIDE | 410 - SAFUD DIESEL LTDA | 108.872,50 |
| 3580 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.390,39,90 | 100 - Recursos Ordinários | 427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS | 425,07 |
| 3581 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.390,30,39 | 100 - Recursos Ordinários | 13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME | 591,36 |
| 3582 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.390,30,01 | 100 - Recursos Ordinários | 410 - SAFUD DIESEL LTDA | 14.877,50 |
| 3583 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 35 - 3.390,30,16 | 111 - Convênio de Trânsito - Civil | 10847 - ELMO PAPELARIA LTDA - EPP | 75,00 |
| 3584 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 38 - 4.490,52,35 | 111 - Convênio de Trânsito - Civil | 13425 - MORGADO E MARTINEZ LTDA - EPP | 1.028,78 |
| 3585 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 38 - 4.490,52,35 | 111 - Convênio de Trânsito - Civil | 13094 - N1 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - ME | 3.432,70 |
| 3586 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,14,14 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 8034 - WAGNER SEVERGININI | 180,00 |
| 3587 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,39,41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 13725 - DANIEL PEREIRA RAFAEL FILHO | 150,00 |
| 3588 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,39,41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 4630 - SANDRA ELISA MUNICINELLI | 65,00 |
| 3589 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,39,41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 13985 - GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER | 65,00 |
| 3590 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 369 - 3.390,39,50 | 100 - Recursos Ordinários | 9260 - PET SHOP E CLINICA VETERINARIA CAÇADOR LTDA | 570,83 |
| 3591 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.390,14,14 | 100 - Recursos Ordinários | 1800 - PAULO SPEROTTO | 1.200,00 |
| 3592 | Ordinário | 2012 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO | 391 - 4.490,51,99 | 164 - Transferências de Convênios Estado - Outros | 8894 - VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA | 32.283,64 |
| 3593 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 60 - 4.490,51,99 | 100 - Recursos Ordinários | 8404 - TERRANAISES LABORATORIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS | 8.865,00 |
| 3594 | Ordinário | 2012 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO | 60 - 4.490,51,99 | 100 - Recursos Ordinários | 8894 - VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA | 10.826,07 |
| 3595 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.390,39,11 | 100 - Recursos Ordinários | 5946 - GONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP | 243,10 |
| 3596 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.390,30,69 | 100 - Recursos Ordinários | 1130 - GENTE SEGURADORA SA | 1.050,00 |
| 3597 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.390,39,69 | 100 - Recursos Ordinários | 1130 - GENTE SEGURADORA SA | 1.038,58 |
| 3598 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,39,22 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 4301 - UNIDIME UNIAO DOS DIRIG. MUNIC. DE EDUCACAO DE SC | 945,00 |
| 3599 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.390,93,02 | 100 - Recursos Ordinários | 7023 - IVONETE RUPPEL MELO | 4.411,24 |
| 3600 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.390,93,02 | 100 - Recursos Ordinários | 8560 - TEREZINHA APARECIDA CORREIA DE MELLO | 2.813,44 |
| 3601 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.390,93,02 | 100 - Recursos Ordinários | 843 - LUIZ CLAUDIO DA ROSA | 4.857,50 |
| 3602 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.390,93,02 | 100 - Recursos Ordinários | 14051 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA | 472,00 |
| 3603 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,30,01 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 1921 - DETRAN TRANSITO | 158,50 |
| 3604 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.390,39,99 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 1921 - DETRAN TRANSITO | 554,75 |
| 3605</ | | | | | | |

<



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

testou@cacador.sc.gov.br

Caçador/SC

| Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | | | Usuário: Liziane Prandini | Chave de Autenticação 1175-8797-903 | Página 3 / 18 | |
|--|------|------------|---|----------------------|--------------------------------------|--|---|-------------|
| Data | Nr | Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) |
| 15/09/2017 | 3677 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 37 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 4939 - AUTO PEÇAS CACHIMIN LTDA - ME | 295,80 |
| | 3678 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 39 - 4.4.90.52.42 | 110 - Convênio de Trânsito - Militar | 110 - Convênio de Trânsito - Militar | 10632 - DUCA MOVEIS LTDA - EPP | 797,16 |
| | 3679 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 36 - 3.3.90.39.19 | 110 - Convênio de Trânsito - Militar | 110 - Convênio de Trânsito - Militar | 806 - FRANÇA & CIA LTDA - EPP | 1.107,90 |
| | 3680 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 36 - 3.3.90.30.39 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1107 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 1.070,00 |
| | 3681 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 36 - 3.3.90.39.24 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 1.750,99 |
| | 3682 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.30.24 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 5794 - AREA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME | 259,53 |
| | 3683 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.24 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 590,00 |
| | 3684 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- 1924 - C R E A - SC | 3.225,00 |
| | 3685 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 124 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE | 81,53 |
| | 3686 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE | 2.362,92 |
| | 3687 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.99 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 101 - Recursos Próprios - Educação | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHÉ HAUS LTDA | 1.874,00 |
| | 3688 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 124 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHÉ HAUS LTDA | 16.660,00 |
| | 3689 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHÉ HAUS LTDA | 29.750,00 |
| | 3690 | Estimativa | 2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 101 - Recursos Próprios - Educação | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHÉ HAUS LTDA | 9.520,00 |
| | 3691 | Estimativa | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.30.39 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME | 626,45 |
| | 3692 | Estimativa | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME | 221,85 |
| | 3693 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 16 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 465,00 |
| | 3694 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 124 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 2.790,00 |
| | 3695 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 130 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 155,00 |
| | 3696 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.30.39 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 3.150,00 |
| | 3697 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 2.600,00 |
| | 3698 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 69,00 |
| | 3699 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.30.07 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9374 - PANIFICADORA E CONFEITARIA DO DÉ LTDA - ME | 360,00 |
| | 3700 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.30.07 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9374 - PANIFICADORA E CONFEITARIA DO DÉ LTDA - ME | 355,42 |
| | 3701 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1921 - DETRAN TRANSITO | 79,25 |
| | 3702 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 69,00 |
| | 3703 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.30.07 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9374 - PANIFICADORA E CONFEITARIA DO DÉ LTDA - ME | 304,60 |
| | 3704 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.44 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 589 - OASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO | 1.266,56 |
| | 3705 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3 | | | | |

| Prefeitura Municipal de Caçador | | | | | Usuário: Liziene Prandini | | Chave de Autenticação 1175-8797-903 | | Página 4 / 18 | |
|--|------------|------------|---|------------------------------------|-------------------------------------|--|---|-----------|------------------|--|
| Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | | | | | | | | |
| Data | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) | | | |
| 10/09/2017 | 3732 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.30.16 | 100 - Recursos Ordinários | 620 - L A CN INFORMÁTICA LTDA - ME | 200,00 | | | |
| | 3733 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.30.39 | 100 - Recursos Ordinários | 13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME | 3.479,96 | | | |
| | 3734 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 8 - 4.4.90.52.42 | 100 - Recursos Ordinários | 369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME | 828,00 | | | |
| | 3735 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 8 - 4.4.90.52.42 | 100 - Recursos Ordinários | 10632 - DUCA MOVEIS LTDA - EPP | 593,34 | | | |
| | 3736 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 31 - 3.3.90.39.43 | 108 - Contribuição para a COSIP | 468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA | 204.699,41 | | | |
| | 3737 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.78 | 100 - Recursos Ordinários | 9231 - MEDESTE AMBIENTAL LTDA | 24.367,55 | | | |
| | 3738 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 13912 - OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN | 65,00 | | | |
| | 3739 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 2473 - LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA | 65,00 | | | |
| | 3740 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 180 - SAULO SPEROTTO | 1.800,00 | | | |
| | 3741 | Ordinário | 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO | 176 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 537 - ALENCAR MENDES | 1.050,00 | | | |
| | 3742 | Ordinário | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 47 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 13583 - JOSÉ CÁSSIO DOS SANTOS | 1.050,00 | | | |
| | 3743 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 13904 - ROBERTO MARTON MORAES | 1.500,00 | | | |
| | 3744 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 14072 - YOUNGARTS SISTEMAS LTDA- EPP | 6.720,00 | | | |
| | 3745 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 171 - 3.3.90.30.07 | 137 - Outras Transferências do FNDE | 10581 - COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR | 38.115,68 | | | |
| | 3746 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP | 1.797,20 | | | |
| | 3747 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.30.26 | 100 - Recursos Ordinários | 596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA | 455,24 | | | |
| | 3748 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP | 45,24 | | | |
| | 3749 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.19 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP | 481,12 | | | |
| | 3750 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.33.01 | 100 - Recursos Ordinários | 14026 - WTL TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI - EPP | 6.366,04 | | | |
| | 3751 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.30.16 | 100 - Recursos Ordinários | 915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI) | 330,00 | | | |
| | 3752 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.93.02 | 100 - Recursos Ordinários | 180 - SAULO SPEROTTO | 528,00 | | | |
| | 3753 | Ordinário | 2011 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.47.12 | 100 - Recursos Ordinários | 7471 - PASEP (PROGRAMA DE FORM. DO PATRIMÔNIO DO | 110.056,28 | | | |
| | 3754 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.39.22 | 100 - Recursos Ordinários | 14074 - FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO | 1.650,00 | | | |
| | 3755 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.93.02 | 100 - Recursos Ordinários | 13904 - ROBERTO MARTON MORAES | 744,08 | | | |
| | 3756 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.99 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 1924 - C R E A - SC | 163,06 | | | |
| | 3757 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.99 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 1924 - C R E A - SC | 81,53 | | | |
| | 3758 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 11152 - ANDRÉA CARLA COMEL | 130,00 | | | |
| | 3759 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 13799 - MARLUCE DALPIAS | 130,00 | | | |
| | 3760 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 11101 - KARINE LIA BASSO | 130,00 | | | |
| | 3761 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 5941 - ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS | 130,00 | | | |
| | 3762 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 11152 - ANDRÉA CARLA COMEL | 65,00 | | | |
| | 3763 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 11101 - KARINE LIA BASSO | 65,00 | | | |
| | 3764 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.41 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 5941 - ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS | 68,10 | | | |
| | 3765 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.75 | 100 - Recursos Ordinários | 1921 - DETRAN TRANSITO | 50,00 | | | |
| | 3766 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.47.10 | 100 - Recursos Ordinários | 2794 - RECEITA FEDERAL | 50,00 | | | |
| | 3767 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 42 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 209 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - AC F | 9.063,36 | | | |
| | 21/09/2017 | 3768 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.88 | 100 - Recursos Ordinários | 8056 - PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA. | 24.000,00 | | |
| | 3769 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.88 | 100 - Recursos Ordinários | 355 - ARTE EDITORA JORNALÍSTICA EIRELI- EPP | 23.959,68 | | | |
| | 3770 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 1354 - NEDIVAL RODRIGUES DA CRUZ | 625,00 | | | |
| | 3771 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 56 - EVALDO MARTIN SCHULZE- ME | 150,00 | | | |
| | 3772 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 356 - MARA DO AMARAL E SILVA | 625,00 | | | |
| | 3773 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 12636 - LOUISE PEREIRA RUPPEL | 625,00 | | | |
| | 3774 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 1354 - NEDIVAL RODRIGUES DA CRUZ | 300,00 | | | |
| | 3775 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 11,05 | | | |
| | 3776 | Ordinário | 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO | 176 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 537 - ALENCAR MENDES | 200,00 | | | |
| | 3777 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 93 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | 517,49 | | | |
| | 3778 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários | 10219 - NEY TINTAS LTDA - EPP | 720,00 | | | |
| | 3779 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 129 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 5472 - RAFAEL RENATO SEIDEL | 600,00 | | | |
| | 3780 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 129 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 5472 - RAFAEL RENATO SEIDEL | 200,00 | | | |
| | 3781 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.30.39 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 532,00 | | | |
| | 3782 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.12 | 100 - Recursos Ordinários | 108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI- EPP | 1.251,72 | | | |
| | 3783 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.24 | 100 - Recursos Ordinários | 56 - EVALDO MARTIN SCHULZE- ME | 650,00 | | | |
| | 22/09/2017 | 3784 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.30.16 | 100 - Recursos Ordinários | 8618 - REINOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS) | 260,00 | | |
| | 3785 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA | 11.005,00 | | | |
| | 3786 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 35 - 3.3.90.30.26 | 111 - Convênio de Trânsito - Civil | 596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA | 137,45 | | | |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>
tesouraria@caçador.sc.gov.br

| | | | |
|---------------------------|--|--|------------------|
| Usuário: Liziene Prandini | | Chave de Autenticação 1175-8797-903 | Página 6 / 18 |
|---------------------------|--|--|------------------|

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

| Data | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) |
|------------|---------|------------|---|--------------------|--------------------------------------|---|-------------|
| 28/09/2017 | 3842 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 42 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 2310 - ACESSÓRIOS RIBEIRO LTDA - ME | 280,00 |
| | 3843 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.24 | 100 - Recursos Ordinários | 3689 - SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA - ME | 6.070,00 |
| | 3844 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 106 - 3.3.90.30.01 | 107 - Contribuição para a CIDE | 9824 - STANG E STANG LTDA | 98.080,00 |
| | 3845 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 369 - 3.3.90.30.18 | 100 - Recursos Ordinários | 10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME | 113,99 |
| | 3846 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 93 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR | 57,64 |
| | 3847 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.65 | 100 - Recursos Ordinários | 1103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- | 3.012,35 |
| | 3848 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.39.17 | 100 - Recursos Ordinários | 92 - SCA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA | 112,00 |
| | 3849 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.30.99 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 30,89 |
| | 3850 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.30.99 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 5794 - AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME | 469,62 |
| | 3851 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.30.39 | 100 - Recursos Ordinários | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 570,08 |
| | 3852 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.30.39 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 465,50 |
| | 3853 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.19 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 495,00 |
| | 3854 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 162 - 3.3.90.30.39 | 136 - Salário-Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 881,60 |
| | 3855 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 162 - 3.3.90.39.19 | 136 - Salário-Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 151,30 |
| | 3856 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.30.24 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 3986 - VIDRACARIA SANRAFAEL LTDA - ME | 540,05 |
| | 3857 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 13069 - MARIA AUGUSTA NHOATO MOREIRA | 100,00 |
| | 3858 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 13066 - SIMONE CASAGRANDE | 100,00 |
| | 3859 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.48 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPT) | 195,00 |
| | 3860 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 13810 - SUZANA RIBEIRO DOS SANTOS | 100,00 |
| | 3861 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.70 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 6432 - FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL | 7.938,00 |
| | 3862 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 162 - 3.3.90.30.39 | 136 - Salário-Educação | 14051 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA | 225,50 |
| | 3863 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 162 - 3.3.90.39.19 | 136 - Salário-Educação | 14051 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA | 120,00 |
| | 3865 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.44 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO | 15.000,00 |
| | 3866 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 2945 - GERMINO COFFERRE-ME | 618,00 |
| | 3867 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 36 - 3.3.90.30.24 | 110 - Convênio de Trânsito - Militar | 5794 - AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME | 240,16 |
| | 3868 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 36 - 3.3.90.30.39 | 110 - Convênio de Trânsito - Militar | 13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME | 1.050,00 |
| | 3869 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 124 - 3.3.90.39.44 | 100 - Recursos Ordinários | 589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO | 87,60 |
| | 3870 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.70 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 6177 - FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA | 19.425,00 |
| | 3871 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 13524 - LUCAS CASTILHO 0908645902 | 258,00 |
| | 3872 | Ordinário | 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO | 176 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 537 - ALENCAR MENDES | 250,00 |
| 29/09/2017 | 3873 | Ordinário | 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO | 176 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 537 - ALENCAR MENDES | 150,00 |
| | 3864 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.11 | 100 - Recursos Ordinários | 5946 - GNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP | 243,10 |
| | 3874 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 150 - 3.3.90.39.99 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 13852 - E.C. BEUTTENMULLER - ME | 800,00 |
| | 3875 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 8 - 4.4.90.52.35 | 100 - Recursos Ordinários | 10942 - CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA - EPP | 3.840,00 |
| | 3876 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 90 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 856 - PRINT SHOW COM E SERVIÇOS LTDA ME | 98,12 |
| | 3877 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 37 - 3.3.90.30.07 | 100 - Recursos Ordinários | 9374 - PANIFICADORA E CONFEITARIA DO DE LTDA - ME | 522,00 |
| | 3878 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 13524 - LUCAS CASTILHO 0908645902 | 597,00 |
| | 3879 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 21 - 4.4.90.52.34 | 100 - Recursos Ordinários | 878 - LOJAS COLOMBO SA | 239,00 |
| | 3880 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 42 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3709 - JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU | 900,00 |
| | 3881 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 42 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 3709 - JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU | 200,00 |
| | 3882 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.93.02 | 100 - Recursos Ordinários | 14090 - JOSÉ RENATO CORDEIRO | 3.129,18 |
| | 3883 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.93.02 | 100 - Recursos Ordinários | 14089 - VILSON ARNDT | 1.738,84 |
| | 3884 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.93.02 | 100 - Recursos Ordinários | 14088 - NILSON JOAQUIM RIBAS DE MOURA | 6.882,84 |
| | 3885 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.93.02 | 100 - Recursos Ordinários | 14087 - CARISSE PEREIRA | 4.132,27 |
| | 3886 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 42 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA | 7.021,00 |
| | 3887 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 36 - 3.3.90.30.18 | 110 - Convênio de Trânsito - Militar | 338 - AGROPECUARIA BARZA LTDA - ME | 316,30 |
| | 3888 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 97 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 9687 - ALMIR SCHNEIDER E CIA LTDA- ME | 392,00 |
| | 3889 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 137 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 91.255,49 |
| | 3890 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 145 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 10.933,16 |
| | 3891 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 145 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 173.313,86 |
| | 3892 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 123 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 286.447,65 |
| | 3893 | Ordinário | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 46 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 158.770,60 |
| | 3894 | Ordinário | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 46 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 7.915,89 |
| | 3895 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 89 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 67.231,76 |
| | 3896 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 89 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 123.110,92 |

| | | |
|----------------------------------|---|-------------------------|
| Usuário: Liziane Prandini | Chave de Autenticação 1175-8797-903 | Página 7 / 18 |
|----------------------------------|---|-------------------------|

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>
tesouraria@caçador.sc.gov.br



Usuário: Liziene Prandini
 Chave de Autenticação
 1175-8797-903
 Página
 8 / 18

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

| Data | Nº Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) |
|------|------------|---|----------------------|--|---------------------------|---|-------------|
| 3952 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 153 - 3.1.91.13.03 | 118 - Transferências do FUNDEB - 60% | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 10.685,11 |
| 3953 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 147 - 3.1.91.13.03 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 553,57 |
| 3954 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 5 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 3.791,93 |
| 3955 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 362 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 22.578,82 |
| 3956 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 362 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 29.027,20 |
| 3957 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 362 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 15.867,37 |
| 3958 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 362 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 500,60 |
| 3959 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 11 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 7.227,99 |
| 3960 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 56 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 11.214,86 |
| 3961 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 83 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 7.401,62 |
| 3962 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 153 - 3.1.91.13.03 | 119 - Transferências do FUNDEB - 40% | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 25.137,17 |
| 3963 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 153 - 3.1.91.13.03 | 118 - Transferências do FUNDEB - 60% | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 66.571,58 |
| 3964 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 147 - 3.1.91.13.03 | 118 - Transferências do FUNDEB - 60% | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 39.042,75 |
| 3965 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 147 - 3.1.91.13.03 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 2.022,72 |
| 3966 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 97 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 15.967,46 |
| 3967 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 145 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 2.496,17 |
| 3968 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 145 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 4.227,80 |
| 3969 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 123 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 3.917,95 |
| 3970 | Ordinário | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 46 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 774,40 |
| 3971 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 131 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 3.000,03 |
| 3972 | Ordinário | 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA | 89 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 3.546,19 |
| 3973 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 14 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 774,40 |
| 3974 | Ordinário | 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO | 175 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 774,40 |
| 3975 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 154 - 3.1.90.13.02 | 119 - Transferências do FUNDEB - 40% | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 26.061,80 |
| 3976 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 152 - 3.1.90.13.02 | 118 - Transferências do FUNDEB - 60% | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 120.759,63 |
| 3977 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 146 - 3.1.90.13.02 | 101 - Recursos Próprios - Educação | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 1.050,02 |
| 3978 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.04.04 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 197,60 |
| 3979 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 36 - 3.3.90.30.26 | 110 - Convênio de Transição - Militar | 100 - Recursos Ordinários | 1198 - SILVIO JOSÉ DRIESSEN ME | 585,00 |
| 3980 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 37 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 83,27 |
| 3981 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.71.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 9.743,42 |
| 3982 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.71.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 16.660,79 |
| 3983 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.71.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 14.509,42 |
| 3984 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.71.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 24.797,90 |
| 3985 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.71.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 31.410,25 |
| 3986 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.71.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 42.305,93 |
| 3987 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.71.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 1.287,76 |
| 3988 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 91 - 3.2.90.21.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 10.419,06 |
| 3989 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 91 - 3.2.90.21.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 9.381,66 |
| 3990 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 91 - 3.2.90.21.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 10.662,84 |
| 3991 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 13524 - LUCAS CASTILHO 0090845902 | 81,00 |
| 3992 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.21.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 18.223,76 |
| 3993 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 91 - 3.2.90.21.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 10.100,87 |
| 3994 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 92 - 4.6.91.21.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 9.775,80 |
| 3995 | Ordinário | 2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 91 - 3.2.90.21.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 3.869,36 |
| 3996 | Estimativa | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 14032 - CENTER BOB COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA - EPP | 2.736,00 |
| 3997 | Ordinário | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 47 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 13383 - JOSÉ CÁSSIO DOS SANTOS | 300,00 |
| 3998 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 154 - 3.1.90.94.07 | 119 - Transferências do FUNDEB - 40% | 100 - Recursos Ordinários | 13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA | 888,13 |
| 3999 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 109 - 4.4.90.52.34 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 8116 - SCHUMANN MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA. | 369,00 |
| 4000 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 109 - 4.4.90.52.34 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 878 - LOJAS COLOMBO SA | 799,00 |
| 4001 | Ordinário | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.16 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 670 - DELVINO POLO | 250,00 |
| 4002 | Ordinário | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 47 - 3.3.90.39.22 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 14094 - SETE SERVIÇOS DE FEIRAS, TREINAMENTO GERENCIAL E | 877,00 |
| 4003 | Ordinário | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 48 - 3.3.90.39.99 | 134 - Transferências de Convênios União - Outros | 100 - Recursos Ordinários | 1924 - C R E A - SC | 81,53 |
| 4004 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 28 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1924 - C R E A - SC | 81,53 |
| 4005 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 128 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 775,00 |
| 4006 | Estimativa | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 42 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9754 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 1.860,00 |

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

resourcel@cacador.sc.gov.br

Usuário: Liziene Prandini
Chave de Autenticação: 1175/6797/903
Página: 9 / 18

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

| Data | Nº Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) |
|------|------------|---|----------------------|---------------------------|---------------------------|--|-------------|
| 4007 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 1.705,00 |
| 4008 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 132 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 155,00 |
| 4009 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.40 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS | 2.310,00 |
| 4010 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.40 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS | 2.890,00 |
| 4011 | Estimativa | 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO | 47 - 3.3.90.39.40 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS | 240,00 |
| 4012 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.40 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS | 7.170,00 |
| 4013 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.93.02 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 14096 - JEMERSON EDER TEODORO | 3.468,62 |
| 4014 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1924 - C R E A - SC | 81,53 |
| 4015 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 160 - 3.3.90.39.77 | 136 - Salário-Educação | 136 - Salário-Educação | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 520,00 |
| 4016 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 160 - 3.3.90.30.99 | 136 - Salário-Educação | 136 - Salário-Educação | 6423 - MELOTTI LOPES AVIAMENTOS LTDA - ME | 456,00 |
| 4017 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 162 - 3.3.90.30.01 | 136 - Salário-Educação | 136 - Salário-Educação | 9824 - STANG E STANG LTDA | 53.180,00 |
| 4018 | Estimativa | 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A | 361 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 13524 - LUCAS CASTILHO 0908645902 | 824,00 |
| 4019 | Ordinário | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 160 - 3.3.90.30.99 | 136 - Salário-Educação | 136 - Salário-Educação | 1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 2.223,40 |
| 4020 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 162 - 3.3.90.30.39 | 136 - Salário-Educação | 136 - Salário-Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 5.343,75 |
| 4021 | Estimativa | 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 162 - 3.3.90.39.19 | 136 - Salário-Educação | 136 - Salário-Educação | 7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | 525,00 |
| 4022 | Estimativa | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 132 - 3.3.90.39.81 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 180,00 |
| 4023 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.81 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1871 - BANCO DO BRASIL SA | 9,40 |
| 4024 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.81 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 1871 - BANCO DO BRASIL SA | 9,40 |
| 4025 | Estimativa | 2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO | 176 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 150,48 |
| 4026 | Estimativa | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.81 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 500,00 |
| 4027 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 132 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 13840 - CLAUDIO FAVERO JUNIOR | 800,00 |
| 4028 | Ordinário | 2001 - GABINETE DO PREFEITO | 132 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 13840 - CLAUDIO FAVERO JUNIOR | 200,00 |
| 4029 | Ordinário | 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA | 107 - 3.3.90.39.43 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA | 2.876,81 |
| 4030 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9632 - ELIANE FÁTIMA ESTANISLAWSKI | 160,00 |
| 4031 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.39.80 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 9632 - ELIANE FÁTIMA ESTANISLAWSKI | 150,00 |
| 4032 | Ordinário | 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 83 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 13434 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA | 1.382,66 |
| 4033 | Ordinário | 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 20 - 3.3.90.91.15 | 100 - Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR | 25.156,00 |

Total da Unidade Gestora:**8.000.173,39****Unidade Gestora: Fundação Municipal de Esporte**

| | | | | | | | |
|------------|-----|------------|---------------------------------------|--------------------|---------------------------|--|----------|
| 04/09/2017 | 277 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.33.01 | 100 - Recursos Ordinários | 5130 - PLANALTO TRANSPORTES LTDA | 1.590,80 |
| | 278 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 4.495,00 |
| 05/09/2017 | 279 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 130,00 |
| | 280 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 180,00 |
| | 281 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 14034 - JHONATHAN MAURÍCIO FURTADO | 600,00 |
| | 282 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.69 | 100 - Recursos Ordinários | 1921 - DETRAN TRANSITO | 138,65 |
| | 283 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 5509 - ENEMIR COROZOLA | 630,00 |
| | 284 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 8807 - TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA | 180,00 |
| 12/09/2017 | 285 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 180,00 |
| | 286 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 9625 - EDEVAN PEREGO | 150,00 |
| 15/09/2017 | 287 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 930,00 |
| | 288 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP | 53,30 |
| | 289 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários | 1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 1.117,50 |
| | 290 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.30.26 | 100 - Recursos Ordinários | 9896 - AUTOMATC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA | 43,36 |
| | 291 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 14067 - EDITE FÁTIMA CONSTANTINI - ME | 2.792,00 |
| | 292 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 8081 - DANIELE CARLOS DA SILVA | 500,00 |
| 19/09/2017 | 293 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 8081 - DANIELE CARLOS DA SILVA | 1.300,00 |
| | 294 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 1.122,20 |
| | 295 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 124,00 |
| | 296 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.33.01 | 100 - Recursos Ordinários | 5130 - PLANALTO TRANSPORTES LTDA | 177,02 |
| 20/09/2017 | 297 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 5509 - ENEMIR COROZOLA | 2.720,00 |
| | 298 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 195,00 |
| | 299 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 1.860,00 |
| | 300 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 6.200,00 |
| | 301 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 6.076,00 |
| | 302 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 180,00 |

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>
tesouraria@cacador.sc.gov.br

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

| Data | Nº Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) |
|----------------------------------|---------|------------|---------------------------------------|--------------------|---------------------------|---|-------------------|
| 25/09/2017 | 303 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 50,00 |
| | 304 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 13837 - MARA CELIS ISEBECK ANDRADE PAGNUSSATT | 450,00 |
| | 305 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.30.31 | 100 - Recursos Ordinários | 4836 - COOPERATIVA AGROIND. DOS PROD. DE HORTIF/COOPER | 195,00 |
| | 306 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.30.31 | 100 - Recursos Ordinários | 6329 - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTDA | 138,00 |
| | 307 | Estimativa | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 38.750,00 |
| | 308 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 6541 - MARCIO GONÇALVES CORDEIRO | 80,00 |
| 29/09/2017 | 309 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 272 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13053 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE | 36.511,14 |
| | 310 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 272 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13053 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE | 4.499,67 |
| | 311 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 273 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 4.081,71 |
| | 312 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 273 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 510,21 |
| | 313 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 272 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL | 2.084,03 |
| | 314 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 6215 - JULIANO GRACIANO VAZ | 975,00 |
| | 315 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 5509 - ENEMIR COROZOLA | 1.300,00 |
| | 316 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 1.170,00 |
| | 317 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 1.000,00 |
| | 318 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 14034 - JONATHAN MAURICIO FURTADO | 1.170,00 |
| 29/09/2017 | 319 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 11193 - LEANDRO JOSE MARTELO | 975,00 |
| | 320 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 5509 - ENEMIR COROZOLA | 3.220,00 |
| | 321 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.39.41 | 100 - Recursos Ordinários | 5509 - ENEMIR COROZOLA | 10.000,00 |
| | 322 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.32.02 | 100 - Recursos Ordinários | 5509 - ENEMIR COROZOLA | 600,00 |
| | 323 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 8081 - DANIELE CARLOS DA SILVA | 450,00 |
| | 324 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 11206 - CARINE MARIA BOSETTI | 975,00 |
| | 325 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 8125 - RODOLFO MACHADO SOUZA SEGUNDO | 975,00 |
| | 326 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 9625 - EDEVAN PEREGO | 600,00 |
| | 327 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 300,00 |
| | 328 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 6215 - JULIANO GRACIANO VAZ | 250,00 |
| | 329 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA | 100,00 |
| | 330 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 6541 - MARCIO GONÇALVES CORDEIRO | 80,00 |
| | 331 | Ordinário | 12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE | 274 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 14102 - EDSON JAROCKI | 120,00 |
| Total da Unidade Gestora: | | | | | | | 145.274,59 |

| Unidade Gestora: | Fundação Municipal de Cultura e Turismo | Total da Unidade Gestora: |
|----------------------------------|---|--|
| 05/09/2017 | 116 Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 8326 - VILMAR GOES 100,00 |
| 11/09/2017 | 117 Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 8326 - VILMAR GOES 75,00 |
| 15/09/2017 | 118 Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 364 - MZ2 WEB DESIGN STUDIO ME 225,00 |
| 120 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 13326 - MARCIO JULIANO FUKASE SIMÃO 016879789-56 554,00 |
| 121 | Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 3971 - SCHEILA MARIA SOARES MARINS 800,00 |
| 122 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 3971 - SCHEILA MARIA SOARES MARINS 330,00 |
| 22/09/2017 | 123 Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA 5.000,00 |
| 29/09/2017 | 124 Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 14073 - CLABOR BORRACHAS E PLÁSTICOS LTDA 4.200,00 |
| 125 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 6710 - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA 164,90 |
| 126 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 784,80 |
| 127 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 5794 - AREA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME 1.417,18 |
| 128 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 13894 - GATTO E MONTEIRO REVESTIMENTO LTDA ME 137,72 |
| 129 | Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 596 - ABOM ELETROTECNICA LTDA 296,50 |
| 130 | Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 13052 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE 32.596,31 |
| 131 | Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 13052 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE 6.782,43 |
| 132 | Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID 4.435,35 |
| 133 | Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID 554,42 |
| 134 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL 4.077,56 |
| 135 | Estimativa 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 5794 - AREA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME 176,08 |
| 136 | Ordinário 13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO | 596 - ABOM ELETROTECNICA LTDA 1.003,65 |
| Total da Unidade Gestora: | | 70.070,90 |

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.caçador.sc.gov.br>

Usuário: Liriane Prandini

Chave de Autenticação
1175-8797-903

Página
11 / 18

| Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | | | | | | | |
|--|------|------------|---------------------------------|----------------------|--|---|-------------------|-------------|--|
| Data | | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) | |
| 01/09/2017 | 2801 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.30.49 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 132 - REUNIDAS TURISMO S/A | | 606,30 | |
| | 2802 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.30.49 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 5130 - PLANALTO TRANSPORTES LTDA | | 345,68 | |
| | 2803 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.27 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | | 47.614,54 | |
| | 2804 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 202 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7383 - ANDERSON TOREZAN | | 825,00 | |
| | 2805 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.39 | 138 - Transferências do SUS - União | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | | 4.647,91 | |
| | 2806 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 11096 - DE MARCO LTDA | | 1.215,00 | |
| | 2807 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.39 | 138 - Transferências do SUS - União | 11096 - DE MARCO LTDA | | 4.115,77 | |
| | 2808 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 9.000,00 | |
| | 2809 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 202 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 9954 - GIOVANI ERNANDES TELES DE OLIVEIRA | | 150,00 | |
| | 2810 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 14015 - VIVIANE MOREIRA SPINDOLA | | 1.500,00 | |
| 05/09/2017 | 2811 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.50 | 138 - Transferências do SUS - União | 13947 - K.B.P. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA | | 36.000,00 | |
| 11/09/2017 | 2812 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 388 - 4.4.90.52.48 | 188 - Alienações de Bens - Saúde | 3722 - MAGNVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA | | 77.345,00 | |
| | 2813 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 389 - 4.4.90.52.48 | 388 - Superáv. Alienações de Bens - Saúde | 3722 - MAGNVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA | | 22.455,00 | |
| | 2814 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.04 | 138 - Transferências do SUS - União | 12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME | | 1.940,29 | |
| | 2815 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.50 | 138 - Transferências do SUS - União | 11292 - CLINICA DE FISIOTERAPIA CAÇADOR LTDA - ME | | 22.778,37 | |
| | 2816 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.50 | 138 - Transferências do SUS - União | 5796 - EQUILIBRIUM CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA - ME | | 22.778,37 | |
| | 2817 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP | | 881,59 | |
| | 2818 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP | | 91,22 | |
| | 2819 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP | | 447,79 | |
| | 2820 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 205 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 114,17 | |
| | 2821 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 5.252,78 | |
| 14/09/2017 | 2822 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 7.410,82 | |
| | 2823 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 1.818,80 | |
| | 2824 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 2.509,13 | |
| | 2825 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 14.420,66 | |
| | 2826 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 6.400,00 | |
| | 2827 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 8.115,53 | |
| | 2828 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.91.15 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR | | 1.413,03 | |
| | 2829 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 14054 - RUDINEL CITADIN | | 1.500,00 | |
| | 2830 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | | 79,25 | |
| | 2831 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.88 | 138 - Transferências do SUS - União | 348 - RADIO CAÇADORE LTDA- EPP | | 10.000,00 | |
| | 2832 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.69 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | | 277,30 | |
| | 2833 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | | 79,25 | |
| | 2834 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.69 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 1921 - DETRAN TRANSITO | | 135,68 | |
| | 2835 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.75 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 1921 - DETRAN TRANSITO | | 85,13 | |
| | 2836 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 10692 - WILLIAN SCHRODER | | 55,00 | |
| | 2837 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 14008 - RAQUEL PELISSARI BARBOSA | | 55,00 | |
| | 2838 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982 | | 3.000,00 | |
| | 2839 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.32.02 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 5358 - SOMA SC MATERIAIS HOSPITALARES LTDA | | 4.730,87 | |
| | 2840 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 205 - 3.3.90.32.02 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 3790 - PONTAMED FARMACEUTICA LTDA | | 3.900,00 | |
| | 2841 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 187 - 4.4.90.52.48 | 46 - Vigilância em Saúde | 4356 - AUTO ELITE LTDA | | 123.500,00 | |
| | 2842 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 183 - 4.4.90.52.48 | 138 - Transferências do SUS - União | 4356 - AUTO ELITE LTDA | | 117.000,00 | |
| | 2843 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 191 - 3.1.90.11.44 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 11.307,04 | |
| | 2844 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 186 - 4.4.90.52.48 | 45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial | 4038 - AUTO MECANICA GERAL LTDA | | 141.440,00 | |
| | 2845 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.39 | 138 - Transferências do SUS - União | 11096 - DE MARCO LTDA | | 335,30 | |
| | 2846 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 191 - 3.1.90.11.44 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 4.509,42 | |
| | 2847 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 191 - 3.1.90.11.01 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 8.990,11 | |
| | 2848 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.36.06 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 8704 - ADRIANA RIBAS | | 2.000,00 | |
| | 2849 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 5458 - MARCIO BASIANI | | 3.000,00 | |
| | 2850 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 10198 - ELIANE NAVROSKI | | 3.000,00 | |
| | 2851 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 192 - 3.1.91.13.03 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | | 7.565,71 | |
| | 2852 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.41 | 138 - Transferências do SUS - União | 586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA. | | 1.296,00 | |
| | 2853 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.30.26 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA | | 6.293,92 | |
| | 2854 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.16 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA | | 2.933,76 | |
| | 2855 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 14065 - CAROLLYNE NIZER CUNHA | | 200,00 | |

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

| Prefeitura Municipal de Caçador | | | | | Usuário: Líziane Prandini | | Chave de Autenticação 1175-8797-903 | Página 12 / 18 |
|---|---------|------------|---------------------------------|--------------------|--|---|--|-------------------|
| Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br | | | | | Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | |
| Data | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) | |
| 15/09/2017 | 2856 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 136,57 | |
| | 2857 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.81 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 347 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA CAÇADOR - SC | 50,65 | |
| | 2858 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 205 - 3.3.90.32.02 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13391 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP | 8.185,36 | |
| | 2859 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.24 | 138 - Transferências do SUS - União | 1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 1.856,00 | |
| | 2860 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 349 - 3.3.90.32.02 | 367 - Superavit Transferências do SUS - Estado | 1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA | 122,70 | |
| | 2861 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.32.03 | 138 - Transferências do SUS - União | 10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA | 1.800,00 | |
| | 2862 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.32.02 | 138 - Transferências do SUS - União | 10250 - MERC SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA | 619,20 | |
| | 2863 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.32.03 | 138 - Transferências do SUS - União | 10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA | 972,72 | |
| | 2864 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 14049 - NT SERVIÇOS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA - ME | 2.765,00 | |
| | 2865 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.26 | 138 - Transferências do SUS - União | 596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA | 230,00 | |
| 18/09/2017 | 2866 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.16 | 138 - Transferências do SUS - União | 596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA | 488,96 | |
| | 2867 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 136,57 | |
| | 2868 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.69 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 30,69 | |
| | 2869 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.69 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 26,37 | |
| | 2870 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 349 - 3.3.90.32.02 | 367 - Superavit Transferências do SUS - Estado | 1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA | 122,70 | |
| | 2871 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 349 - 3.3.90.32.02 | 367 - Superavit Transferências do SUS - Estado | 4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA | 217,00 | |
| | 2872 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 349 - 3.3.90.32.02 | 367 - Superavit Transferências do SUS - Estado | 8293 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP | 298,00 | |
| | 2873 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 349 - 3.3.90.32.02 | 367 - Superavit Transferências do SUS - Estado | 10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME | 263,14 | |
| | 2874 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 349 - 3.3.90.32.02 | 367 - Superavit Transferências do SUS - Estado | 1099 - EXTRA DIST. DE MED. E PROD. HOSPITALARES EIRELLI - | 1.140,48 | |
| | 2875 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 329 - 3.3.90.32.02 | 167 - Transferências do SUS - Estado | 4840 - LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPT. LTDA | 1.053,00 | |
| 19/09/2017 | 2876 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 329 - 3.3.90.32.02 | 167 - Transferências do SUS - Estado | 2992 - PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | 9.072,60 | |
| | 2877 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 329 - 3.3.90.32.02 | 167 - Transferências do SUS - Estado | 6680 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | 5.226,00 | |
| | 2878 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 183 - 4.4.90.52.87 | 138 - Transferências do SUS - União | 878 - LOJAS COLOMBO SA | 1.509,00 | |
| | 2879 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 183 - 4.4.90.52.08 | 138 - Transferências do SUS - União | 1944 - COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES | 5.075,91 | |
| | 2880 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 183 - 4.4.90.52.08 | 138 - Transferências do SUS - União | 13318 - ALFES INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP | 2.194,00 | |
| | 2881 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 183 - 4.4.90.52.08 | 138 - Transferências do SUS - União | 13318 - ALFES INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP | 1.706,00 | |
| | 2882 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 9824 - STANG E STANG LTDA | 48,00 | |
| | 2883 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 329 - 3.3.90.30.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1157 - CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP- TORTELLI | 440,00 | |
| | 2884 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 329 - 3.3.90.32.99 | 167 - Transferências do SUS - Estado | 6303 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA | 9.600,00 | |
| | 2885 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.32.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 6303 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA | 8.000,00 | |
| 19/09/2017 | 2886 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.32.03 | 138 - Transferências do SUS - União | 10250 - MERC SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA | 20.670,60 | |
| | 2887 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.32.03 | 138 - Transferências do SUS - União | 13391 - ILG COMERCIAL LTDA ME | 7.299,60 | |
| | 2888 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.50 | 138 - Transferências do SUS - União | 4129 - ECOCLINICA PELIZZARO LTDA | 17.500,00 | |
| | 2889 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.32.03 | 138 - Transferências do SUS - União | 10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA | 7.680,00 | |
| | 2890 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE | 2.000,00 | |
| | 2891 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.30.25 | 138 - Transferências do SUS - União | 878 - LOJAS COLOMBO SA | 89,90 | |
| | 2892 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.63 | 138 - Transferências do SUS - União | 364 - MZ WEB DESIGN STUDIO ME | 50,00 | |
| | 2893 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.78 | 138 - Transferências do SUS - União | 13324 - FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA | 31.945,72 | |
| | 2894 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.78 | 138 - Transferências do SUS - União | 13324 - FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA | 19.753,44 | |
| | 2895 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.78 | 138 - Transferências do SUS - União | 13324 - FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA | 19.753,44 | |
| 19/09/2017 | 2896 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.32.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 6177 - FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA | 5.775,00 | |
| | 2897 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 10142 - VILMA DE SOUZA MELLO JARCHEL | 1.500,00 | |
| | 2898 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.32.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 12252 - COMERCIAL SOETHE LTDA - ME | 4.296,00 | |
| | 2899 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.16 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA | 1.331,53 | |
| | 2900 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.32.02 | 138 - Transferências do SUS - União | 10570 - GRAMS & GRAMS LTDA | 507,00 | |
| | 2901 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.32.02 | 138 - Transferências do SUS - União | 10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÉUTICOS | 2.200,00 | |
| | 2902 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.32.02 | 138 - Transferências do SUS - União | 5679 - CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA | 5.535,60 | |
| | 2903 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.32.02 | 138 - Transferências do SUS - União | 13753 - ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS | 1.078,92 | |
| | 2904 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.41 | 138 - Transferências do SUS - União | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA | 9.520,00 | |
| | 2905 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.41 | 138 - Transferências do SUS - União | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA | 28.560,00 | |
| 19/09/2017 | 2906 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.41 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA | 13.328,00 | |
| | 2907 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.30.36 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 9647 - BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI | 604,58 | |
| | 2908 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.30.23 | 138 - Transferências do SUS - União | 10109 - DINAMO EXPRESS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP | 4.480,00 | |
| | 2909 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.16 | 138 - Transferências do SUS - União | 915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA (COMPT) | 390,00 | |
| | 2910 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.30.99 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 1428 - COMERCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA - EPP | 239,92 | |

| Prefeitura Municipal de Caçador | | | | | Usuário: Líziane Prandini | | Chave de Autenticação | Página |
|---|------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|---|---|---|----------|
| Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.caçador.sc.gov.br | | | | | | | 1175-8797-903 | 13 / 18 |
| Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | | | | | | |
| Data | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) | |
| 30/09/2017 | 2911 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 1.179,25 | |
| | 2912 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 10292 - ANDRE LEONARDO MAZZOTTI | 3.000,00 | |
| | 2913 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 670 - DELVINO POLO | 600,00 | |
| | 2914 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 670 - DELVINO POLO | 2.500,00 | |
| | 2915 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.16 | 138 - Transferências do SUS - União | 223 - ASTOR STAUDT - ME | 1.824,40 | |
| | 2916 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.16 | 138 - Transferências do SUS - União | 11067 - CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME | 1.804,80 | |
| | 2917 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 596 - ABICH ELETROTÉCNICA LTDA | 3.300,48 | |
| | 2918 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.26 | 138 - Transferências do SUS - União | 596 - ABICH ELETROTÉCNICA LTDA | 2.639,62 | |
| | 2919 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 2945 - GERMINO COFFERRI-ME | 148,00 | |
| | 2920 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 2945 - GERMINO COFFERRI-ME | 148,00 | |
| | 2921 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.30.16 | 138 - Transferências do SUS - União | 7796 - NELSON TOMASI EPP | 99,00 | |
| | 2922 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 10719 - QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA | 7.500,00 | |
| | 2923 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 329 - 3.3.90.32.02 | 167 - Transferências do SUS - Estado | 2992 - PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | 1.094,70 | |
| | 2924 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.50 | 138 - Transferências do SUS - União | 1478 - NÚCLEO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA | 5.000,00 | |
| | 2925 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 2310 - ACESSÓRIOS RIBEIRO LTDA - ME | 120,00 | |
| 02/09/2017 | 2926 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 2310 - ACESSÓRIOS RIBEIRO LTDA - ME | 120,00 | |
| | 2927 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 2310 - ACESSÓRIOS RIBEIRO LTDA - ME | 960,00 | |
| | 2928 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 409,71 | |
| | 2929 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.69 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 76,14 | |
| | 2930 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.30.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 7710 - DB SA COM DE MOV E ELETRODOMESTICOS/LOJA | 1.099,00 | |
| | 2931 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.99 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 28 - GEOVANI ERLET FAVERO - ME | 500,00 | |
| | 2932 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 7455 - PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA | 4.897,01 | |
| | 2933 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 7455 - PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA | 3.120,80 | |
| | 2934 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.99 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 9759 - IMOBILIÁRIA ARAUCÁRIA VENDA E ADM. DE IMÓVEIS | 500,00 | |
| | 2935 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.99 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 6201 - IMOVEIS ZARDO LTDA- EPP | 500,00 | |
| | 2936 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 183 - 4.4.90.52.06 | 138 - Transferências do SUS - União | 878 - LOJAS COLOMBO SA | 2.299,00 | |
| | 2937 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 188 - 4.4.90.52.12 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 760 - BENOIT ELETRODOMESTICOS LTDA. | 5.397,00 | |
| | 2938 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.30.01 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 3814 - CICERO BRASIL MOREIRA | 500,00 | |
| | 2939 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.16 | 138 - Transferências do SUS - União | 14076 - PC LINK INFORMÁTICA LTDA - ME | 228,00 | |
| | 06/09/2017 | 2940 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.16 | 138 - Transferências do SUS - União | 14077 - LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA | 1.995,90 |
| 2941 | | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.81 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 347 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA CAÇADOR - SC | 50,65 | |
| 2942 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.39 | 138 - Transferências do SUS - União | 11096 - DE MARCO LTDA | 6.659,56 | |
| 2943 | | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 273,14 | |
| 2944 | | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.69 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 273,14 | |
| 2945 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.32.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 13921 - KS IMPORT E SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA - ME | 5.040,00 | |
| 2946 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.27 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 91.450,00 | |
| 2947 | | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.65 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 1103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- | 3.916,94 | |
| 2948 | | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.69 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 50,76 | |
| 2949 | | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 273,14 | |
| 2951 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.39.77 | 138 - Transferências do SUS - União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 14.190,00 | |
| 2952 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.77 | 138 - Transferências do SUS - União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 720,00 | |
| 2953 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.72 | 138 - Transferências do SUS - União | 1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA | 8.220,00 | |
| 2954 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13019 - FABIANO MIDGINSKI | 2.000,00 | |
| 2955 | | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.30.01 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13019 - FABIANO MIDGINSKI | 2.000,00 | |
| 28/09/2017 | 2956 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.30.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 878 - LOJAS COLOMBO SA | 399,80 | |
| | 2957 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 196 - 3.3.90.30.36 | 138 - Transferências do SUS - União | 10182 - FRESNIUS KABI BRASIL LTDA | 1.020,00 | |
| | 2958 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 864 - ELIZETE FARIAS | 55,00 | |
| | 2959 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 2219 - PAULA BRUSTOLIN XAVIER | 1.250,00 | |
| | 2960 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.39 | 138 - Transferências do SUS - União | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 723,25 | |
| | 2961 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 75,65 | |
| | 2962 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.30.39 | 138 - Transferências do SUS - União | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 10.250,02 | |
| | 2963 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 197 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | 1.922,70 | |
| | 2964 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 198 - 3.3.90.39.99 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 856 - PRINT SHOW COM E SERVIÇOS LTDA ME | 42,03 | |
| | 2965 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.77 | 138 - Transferências do SUS - União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 720,00 | |
| 2966 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 201 - 3.3.90.39.77 | 138 - Transferências do SUS - União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 720,00 | | |

**Prefeitura Municipal de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

resaudat@cacador.sc.gov.br

Usuário: Liane Prandini

Chave de Autenticação
1175-6797-903

Página
14 / 18

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

| Data | Nº Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) |
|------------|---------|------------|---------------------------------|--------------------|---|---|--------------|
| 29/09/2017 | 2967 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 201 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 10244 - POLLYANA SIBELE GIOPO | 110,00 |
| | 2968 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 14085 - GRAIELE RODRIGUES PADILHA | 55,00 |
| | 2969 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.30.01 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 14054 - RUDINEI CITADIN | 2.000,00 |
| | 2970 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.30.01 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 14061 - EDUARDO ALISSON SPORR00114503982 | 2.000,00 |
| | 2971 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 10198 - ELIANE NAVROSKI | 2.000,00 |
| | 2972 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 3348 - ALVARO SANTOS DE CASTRO | 2.000,00 |
| | 2973 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 201 - 3.3.90.39.69 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 26,37 |
| | 2974 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 201 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 136,57 |
| | 2950 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.39.27 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME | 108.500,00 |
| | 2975 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 191 - 3.1.90.11.01 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 1.103.996,72 |
| | 2976 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 199 - 3.1.90.11.01 | 138 - Transferências do SUS - União | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 35.643,00 |
| | 2977 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 390 - 3.1.90.11.01 | 338 - Superávit Transferências do SUS - União | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 32.423,26 |
| | 2978 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 191 - 3.1.90.11.01 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 490.122,30 |
| | 2979 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 192 - 3.1.91.13.03 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 6.128,23 |
| | 2980 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 192 - 3.1.91.13.03 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 206.471,72 |
| | 2981 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 192 - 3.1.91.13.03 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 766,03 |
| | 2982 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 192 - 3.1.91.13.03 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 25.808,97 |
| | 2983 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 191 - 3.1.90.13.02 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL | 121.559,23 |
| | 2984 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.04.04 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL | 2.306,08 |
| | 2985 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.36.07 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 45.028,61 |
| | 2986 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 191 - 3.1.90.11.44 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 3.026,63 |
| | 2987 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 2678 - HIDRAULICOS FENIL COM DE EQUIP LTDA - ME | 3.822,20 |
| | 2988 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 5862 - DELMA LETICIA DRI FIGAGNA | 1.000,00 |
| | 2989 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.39.50 | 138 - Transferências do SUS - União | 10182 - FRESNENUS KABI BRASIL LTDA | 1.680,00 |
| | 2990 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.39.77 | 138 - Transferências do SUS - União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 720,00 |
| | 2991 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.39.99 | 138 - Transferências do SUS - União | 14084 - GUIOMAR INHOATO IDALGO | 3.612,96 |
| | 2992 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 11096 - DE MARCO LTDA | 870,00 |
| | 2993 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 11096 - DE MARCO LTDA | 870,00 |
| | 2994 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 192 - 3.1.91.92.13 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 9.249,63 |
| | 2995 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 191 - 3.1.90.92.13 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL | 26.030,99 |
| | 2996 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 191 - 3.1.90.94.07 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 19.646,58 |
| | 2998 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.32.99 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 14091 - E. TAMUSSINO E CIA LTDA | 2.603,00 |
| | 2999 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 198 - 3.3.90.14.14 | 102 - Recursos Próprios - Saúde | 4938 - CARMEN SILVA B. SELEME | 2.000,00 |
| | 3000 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 14008 - RAQUEL PELISSARI BARBOSA | 55,00 |
| | 3001 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 14008 - RAQUEL PELISSARI BARBOSA | 55,00 |
| | 3002 | Ordinário | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.14.14 | 138 - Transferências do SUS - União | 14008 - RAQUEL PELISSARI BARBOSA | 55,00 |
| | 3003 | Estimativa | 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 196 - 3.3.90.39.19 | 138 - Transferências do SUS - União | 2945 - GERMINO COFFERRI-ME | 444,00 |

Total da Unidade Gestora: 3.497.394,65

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social

| | | | | | | | |
|------------|-----|------------|--|--------------------|---|---|----------|
| 01/09/2017 | 760 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 342 - 3.3.90.30.16 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 620 - L A CN INFORMÁTICA LTDA - ME | 210,00 |
| | 761 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 13866 - SANDRA SPAUTZ GRANEMANN | 400,00 |
| | 762 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.72 | 135 - Transferências SUAS/União | 1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA | 1.622,08 |
| | 763 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.58 | 100 - Recursos Ordinários | 3643 - EMBRATEL A EMPRESA BRASILEIRA DE | 14,63 |
| 11/09/2017 | 764 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 1921 - DETRAN TRANSITO | 79,25 |
| | 765 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 260 - 3.1.90.94.07 | 100 - Recursos Ordinários | 13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE | 28,88 |
| | 766 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 465,00 |
| | 767 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 155,00 |
| 12/09/2017 | 767 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 155,00 |
| | 768 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 310,00 |
| | 769 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 9794 - EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | 310,00 |
| | 770 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.32.03 | 100 - Recursos Ordinários | 11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME | 7.388,00 |
| 15/09/2017 | 771 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.32.03 | 100 - Recursos Ordinários | 455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA | 3.723,00 |
| | 772 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.32.03 | 100 - Recursos Ordinários | 132 - REUNIDAS TURISMO S/A | 2.344,38 |
| | 773 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.33.01 | 100 - Recursos Ordinários | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 720,00 |
| | 774 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.77 | 100 - Recursos Ordinários | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 1.440,00 |
| 15/09/2017 | 775 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.77 | 135 - Transferências SUAS/União | | |



Prefeitura Municipal de Caçador
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Usuário: **Liziane Prandini**

Chave de Autenticação
1175-8797-903

Página
15 / 18

| Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | | | | | | | |
|--|---------|------------|--|--------------------|---|---|--|-------------|--|
| Data | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Fonte de Recursos | | Credor/Fornecedor | | Valor (R\$) | |
| | | | | Despesa | | | | | |
| 18/09/2017 | 776 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.39.77 | 135 - Transferências SUAS/União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | | 720,00 | |
| | 777 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.39.77 | 135 - Transferências SUAS/União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | | 720,00 | |
| | 778 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.39.77 | 135 - Transferências SUAS/União | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | | 720,00 | |
| | 779 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.30.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 810 - CAPRI TINTAS LTDA | | 1.594,00 | |
| | 780 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 376 - DISMACENTER INDUSTRIA E COM DE MOVEIS LTDA- EPP | | 92,00 | |
| | 781 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.27 | 100 - Recursos Ordinários | 1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA | | 1.000,00 | |
| | 782 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.30.22 | 135 - Transferências SUAS/União | 369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME | | 18,00 | |
| | 783 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.30.22 | 135 - Transferências SUAS/União | 13326 - MÁRCIO JULIANO FUKASE SIMÃO 01887989-56 | | 47,84 | |
| | 784 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.30.22 | 135 - Transferências SUAS/União | 9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA | | 228,11 | |
| | 785 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.30.22 | 135 - Transferências SUAS/União | 11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME | | 323,79 | |
| | 786 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 340 - 3.3.90.30.22 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME | | 325,17 | |
| | 787 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 340 - 3.3.90.30.07 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA | | 3.836,18 | |
| | 788 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 340 - 3.3.90.30.22 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 13704 - CATARIENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME | | 528,75 | |
| | 789 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 340 - 3.3.90.30.22 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA | | 127,14 | |
| | 790 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.30.39 | 135 - Transferências SUAS/União | 4774 - COLUSSI & CIA LTDA | | 170,00 | |
| 21/09/2017 | 791 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.30.01 | 135 - Transferências SUAS/União | 4084 - SILVIA LINHARES MARTELO | | 1.625,00 | |
| | 792 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.33.01 | 135 - Transferências SUAS/União | 4084 - SILVIA LINHARES MARTELO | | 149,85 | |
| | 793 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.14.14 | 135 - Transferências SUAS/União | 13942 - IZAQUE ALVES DOS SANTOS | | 640,00 | |
| | 794 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.33.01 | 135 - Transferências SUAS/União | 13942 - IZAQUE ALVES DOS SANTOS | | 140,00 | |
| | 795 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.14.14 | 135 - Transferências SUAS/União | 7414 - RAFAEL NUNES | | 160,00 | |
| | 796 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.30.01 | 135 - Transferências SUAS/União | 7414 - RAFAEL NUNES | | 150,00 | |
| | 797 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.33.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 7414 - RAFAEL NUNES | | 50,00 | |
| | 798 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.81 | 100 - Recursos Ordinários | 1871 - BANCO DO BRASIL SA | | 200,00 | |
| | 799 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.58 | 100 - Recursos Ordinários | 3643 - EMBRATEL A EMPRESA BRASILEIRA DE | | 51,48 | |
| | 800 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.30.24 | 100 - Recursos Ordinários | 13911 - HARMONIA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME | | 2.884,90 | |
| | 801 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.30.39 | 100 - Recursos Ordinários | 7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | | 184,30 | |
| | 802 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME | | 201,30 | |
| | 803 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.63 | 135 - Transferências SUAS/União | 56 - EVALDO MARTIN SCHULZE - ME | | 960,00 | |
| | 804 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.32.99 | 100 - Recursos Ordinários | 99 - OSMAR DA SILVA 589.920.229-72 | | 161,50 | |
| | 805 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.39.41 | 135 - Transferências SUAS/União | 984 - COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA | | 7.140,00 | |
| 26/09/2017 | 806 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME | | 335,00 | |
| | 807 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME | | 368,50 | |
| | 808 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.48 | 135 - Transferências SUAS/União | 13260 - GC FORMAÇÕES LTDA - ME | | 4.800,00 | |
| | 809 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.30.39 | 100 - Recursos Ordinários | 13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME | | 295,68 | |
| | 810 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.47.10 | 135 - Transferências SUAS/União | 2073 - FATMA - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE | | 64,81 | |
| | 811 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.14.14 | 135 - Transferências SUAS/União | 13937 - GISELE DE SOUZA BLEICHUVEHL ZABUR | | 195,00 | |
| | 812 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.14.14 | 135 - Transferências SUAS/União | 10287 - LAISA REGINA CHAVES | | 165,00 | |
| | 813 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.14.14 | 135 - Transferências SUAS/União | 13467 - ADRIANE CRISTINA BAGATINI | | 165,00 | |
| | 814 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 339 - 3.3.90.14.14 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 13798 - ROSÂNIA PEREIRA DOS SANTOS GOLIN | | 195,00 | |
| | 815 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 339 - 3.3.90.14.14 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 13178 - TAYLOR JONATHA VOELZ | | 165,00 | |
| | 816 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 339 - 3.3.90.14.14 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 13531 - SIDNEI CARDOSO | | 500,00 | |
| | 817 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 1103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- | | 1.686,00 | |
| | 818 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 1103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- | | 390,00 | |
| | 819 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 1103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- | | 777,00 | |
| | 820 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 317 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDEM | | 648,00 | |
| 29/09/2017 | 821 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 339 - 3.3.90.39.22 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 2266 - JUCARA S. MULLER JOAO | | 250,00 | |
| | 822 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 339 - 3.3.90.14.14 | 335 - Superávlt Transferências SUAS/União | 7120 - 3/S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA | | 120,50 | |
| | 823 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.30.16 | 135 - Transferências SUAS/União | 10847 - ELMO PAELARIA LTDA - EPP | | 33,98 | |
| | 824 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.30.16 | 135 - Transferências SUAS/União | 11086 - KLEBER MACHADO E CIA LTDA - ME (SPOTEC | | 113,79 | |
| | 825 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.30.16 | 135 - Transferências SUAS/União | 13869 - RODTEC EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI ME | | 66,39 | |
| | 826 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.30.16 | 135 - Transferências SUAS/União | 586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA | | 4.122,15 | |
| | 827 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.30.07 | 135 - Transferências SUAS/União | 586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA | | 7.291,29 | |
| | 828 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.30.07 | 135 - Transferências SUAS/União | 586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA | | 343,10 | |
| | 829 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.30.07 | 135 - Transferências SUAS/União | 586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA | | 494,01 | |
| | 830 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.30.07 | 135 - Transferências SUAS/União | | | | |

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>
 tesouraria@caçador.sc.gov.br



Usuário: Liziene Prandini
 Chave de Autenticação
 1175-8797-903

Página
 16 / 18

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

| Data | Nº Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor | Valor (R\$) |
|---------------------------|------------|--|----------------------|---|---|-------------------|-------------|
| 831 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 317 - 3.3.90.30.07 | 135 - Transferências SUAS/União | 586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA. | 996,70 | |
| 832 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 13524 - LUCAS CASTILHO 09098645902 | 88,00 | |
| 833 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 342 - 3.3.90.39.17 | 335 - Superávit Transferências SUAS/União | 7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME | 1.850,03 | |
| 834 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 14086 - SUELEN CAROLINE TRANCOSO VERGÊNIO - MEI | 2.760,00 | |
| 835 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.30.09 | 100 - Recursos Ordinários | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 265,98 | |
| 836 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 321 - 3.1.90.11.01 | 135 - Transferências SUAS/União | 13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE | 3.172,99 | |
| 837 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 260 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE | 148.727,20 | |
| 838 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 260 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE | 50.007,10 | |
| 839 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 261 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 21.675,41 | |
| 840 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 261 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 8.883,62 | |
| 841 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 261 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 2.709,43 | |
| 842 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 261 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários | 7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID | 1.110,45 | |
| 843 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 260 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 5.480,47 | |
| 844 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 260 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários | 2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL | 774,40 | |
| 845 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.36.07 | 100 - Recursos Ordinários | 13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE | 12.642,13 | |
| 846 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.30.07 | 100 - Recursos Ordinários | 586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA. | 138,17 | |
| 847 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 13524 - LUCAS CASTILHO 09098645902 | 39,00 | |
| 848 | Ordinário | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.30.04 | 135 - Transferências SUAS/União | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 198,24 | |
| 849 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.30.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 980,88 | |
| 850 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.30.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 579,18 | |
| 851 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.30.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 572,97 | |
| 852 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.30.99 | 135 - Transferências SUAS/União | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 708,45 | |
| 853 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.39.19 | 135 - Transferências SUAS/União | 12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME | 469,00 | |
| 854 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 245 - 3.3.90.39.19 | 135 - Transferências SUAS/União | 12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME | 134,00 | |
| 855 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 254 - 3.3.90.39.19 | 135 - Transferências SUAS/União | 12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME | 134,00 | |
| 856 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 319 - 3.3.90.39.19 | 135 - Transferências SUAS/União | 12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME | 335,00 | |
| 857 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 240 - 3.3.90.39.44 | 135 - Transferências SUAS/União | 589 - CASAN - CIA CATAR. DE AGUA SANEAMENTO | 700,00 | |
| 858 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 646,92 | |
| 859 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários | 147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME | 973,20 | |
| 860 | Estimativa | 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 263 - 3.3.90.39.19 | 100 - Recursos Ordinários | 12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME | 301,50 | |
| Total da Unidade Gestora: | | | | | | | 336.319,15 |

Unidade Gestora: Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA


| | | | | | | | |
|----------------------------------|----|------------|--|--------------------|---------------------------|---------------------------------------|-----------------|
| 05/09/2017 | 18 | Estimativa | 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE | 269 - 3.3.90.39.81 | 100 - Recursos Ordinários | 1871 - BANCO DO BRASIL SA | 50,00 |
| 12/09/2017 | 19 | Estimativa | 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE | 269 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 1.200,00 |
| 19/09/2017 | 20 | Estimativa | 7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE | 269 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 2.397,00 |
| Total da Unidade Gestora: | | | | | | | 3.647,00 |

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Habitação

| | | | | | | | |
|------------|---|-----------|-------------------------------------|--------------------|---------------------------|--|--------|
| 06/09/2017 | 4 | Ordinário | 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 268 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 1732 - LAÍS SUELEN NASCIMENTO DOS SANTOS | 375,00 |
| | 5 | Ordinário | 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 268 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 13646 - ROMERO COÃS SOBRINHO | 450,00 |
| | 6 | Ordinário | 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 268 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13646 - ROMERO COÃS SOBRINHO | 100,00 |
| 12/09/2017 | 7 | Ordinário | 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 268 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 13646 - ROMERO COÃS SOBRINHO | 80,00 |
| 15/09/2017 | 8 | Ordinário | 6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 268 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 13646 - ROMERO COÃS SOBRINHO | 300,00 |

Unidade Gestora: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

| | | | | | | | |
|------------|-----|-----------|--|--------------------|---------------------------|---|----------|
| 04/09/2017 | 139 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários | 12230 - PAULO ROBERTO DE DOMÊNICO - ME (HIPER 1,99) | 636,68 |
| | 140 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 3.616,85 |
| | 141 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.30.16 | 100 - Recursos Ordinários | 7796 - NELSON TOMASI EPP | 178,50 |
| | 142 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.39.59 | 100 - Recursos Ordinários | 14050 - VALDIR GUEDES DE FREITAS - ME | 1.000,00 |
| | 143 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.30.01 | 100 - Recursos Ordinários | 8326 - VILMAR GOES | 150,00 |
| | 144 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 5493 - KARINA POMPERMAIER | 400,00 |
| | 145 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários | 8326 - VILMAR GOES | 250,00 |
| 06/09/2017 | 146 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários | 191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME | 382,15 |
| | 147 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários | 2794 - RECEITA FEDERAL | 505,00 |



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Liziane Prandini

Chave de Autenticação
1175-8797-903


Página
17 / 18

| Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | | | |
|--|---------|------------|--|--------------------|---------------------------|
| Data | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos |
| 19/09/2017 | 148 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários |
| 19/09/2017 | 149 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.14.14 | 100 - Recursos Ordinários |
| 27/09/2017 | 150 | Estimativa | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.39.63 | 100 - Recursos Ordinários |
| 28/09/2017 | 151 | Estimativa | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários |
| 28/09/2017 | 152 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.39.59 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 153 | Estimativa | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.39.99 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 154 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 297 - 3.3.90.30.99 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 155 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 295 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 156 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 295 - 3.1.90.11.01 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 157 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 296 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 158 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 296 - 3.1.91.13.03 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 159 | Ordinário | 16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR | 295 - 3.1.90.13.02 | 100 - Recursos Ordinários |
| Total da Unidade Gestora: | | | | | 114.805,52 |

| Unidade Gestora: Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador | | | | | |
|--|----|------------|-------------------------|--------------------|---------------------------|
| 05/09/2017 | 26 | Ordinário | 8001 - FAMPEC - CAÇADOR | 307 - 3.3.90.39.50 | 100 - Recursos Ordinários |
| 11/09/2017 | 27 | Ordinário | 8001 - FAMPEC - CAÇADOR | 307 - 3.3.90.39.50 | 100 - Recursos Ordinários |
| 25/09/2017 | 28 | Ordinário | 8001 - FAMPEC - CAÇADOR | 307 - 3.3.90.39.50 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 29 | Ordinário | 8001 - FAMPEC - CAÇADOR | 307 - 3.3.90.39.50 | 100 - Recursos Ordinários |
| 29/09/2017 | 30 | Estimativa | 8001 - FAMPEC - CAÇADOR | 307 - 3.3.90.39.81 | 100 - Recursos Ordinários |
| Total da Unidade Gestora: | | | | | 150,00 |

| Unidade Gestora: IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|-----|------------|-----------|--|--------------------|---|---|--------------|
| 288 | 11/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.39.88 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 348 - RÁDIO CACAUÍDE LTDA - EPP | 200,00 |
| 289 | 04/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.07 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 147 - IVONICE TERESINHA PEREIRA ME | 280,00 |
| 290 | 06/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 312 - 3.1.90.91.13 | 203 - Contribuição Fundo Previdenciário | 7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR | 85.829,11 |
| 291 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.22 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 8508 - DISTRIBUIDORA ALTO VALE LTDA - EPP | 484,30 |
| 292 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.21 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 8508 - DISTRIBUIDORA ALTO VALE LTDA - EPP | 4,80 |
| 293 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.21 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 12230 - PAULO ROBERTO DE DOMÊNICO - ME (HIPER 1,99) | 462,74 |
| 294 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.22 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 12230 - PAULO ROBERTO DE DOMÊNICO - ME (HIPER 1,99) | 9,98 |
| 295 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.16 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 7796 - NELSON TOMASI EPP | 282,40 |
| 296 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.07 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 383 - SUPERMERCADO CREAL LTDA | 216,95 |
| 297 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.21 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 383 - SUPERMERCADO CREAL LTDA | 10,77 |
| 298 | 29/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.99 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 383 - SUPERMERCADO CREAL LTDA | 41,22 |
| 299 | 9/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.21 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 8508 - DISTRIBUIDORA ALTO VALE LTDA - EPP | 42,70 |
| 300 | 19/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.30.21 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 8116 - SCHUMANN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA. | 99,00 |
| 301 | 25/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.39.56 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 14081 - SILVEIRA E SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS S/S ME | 937,00 |
| 302 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.39.99 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 982 - CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL SA | 115,00 |
| 303 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.11.01 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13144 - IPASC - FOLHA EFETIVOS | 19.795,75 |
| 304 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.11.37 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13144 - IPASC - FOLHA EFETIVOS | 1.432,83 |
| 305 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.11.33 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13144 - IPASC - FOLHA EFETIVOS | 3.664,05 |
| 306 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.46.01 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13144 - IPASC - FOLHA EFETIVOS | 360,00 |
| 307 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.11.01 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13172 - IPASC - FOLHA DIRETORIA | 4.457,58 |
| 308 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.11.31 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13172 - IPASC - FOLHA DIRETORIA | 7.706,30 |
| 309 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.11.37 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13172 - IPASC - FOLHA DIRETORIA | 806,13 |
| 310 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.46.01 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13172 - IPASC - FOLHA DIRETORIA | 180,00 |
| 311 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.04.99 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13172 - IPASC - FOLHA COMISSIONADOS E CONTRATADOS | 1.229,72 |
| 312 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.46.01 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13171 - IPASC - FOLHA COMISSIONADOS E CONTRATADOS | 90,00 |
| 313 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.04.99 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13171 - IPASC - FOLHA COMISSIONADOS E CONTRATADOS | 2.526,70 |
| 314 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.46.01 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13171 - IPASC - FOLHA COMISSIONADOS E CONTRATADOS | 90,00 |
| 315 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 312 - 3.1.90.01.01 | 203 - Contribuição Fundo Previdenciário | 13166 - IPASC - FOLHA APOSENTADOS | 1.038.293,55 |
| 316 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 312 - 3.1.90.03.01 | 203 - Contribuição Fundo Previdenciário | 13165 - IPASC - FOLHA APOSENTADOS | 52.398,35 |
| 317 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 312 - 3.1.90.03.01 | 203 - Contribuição Fundo Previdenciário | 13167 - IPASC - FOLHA PENSIONISTA | 191.498,42 |
| 318 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 312 - 3.1.90.03.01 | 203 - Contribuição Fundo Previdenciário | 13168 - IPASC - FOLHA PENSIONISTA | 5.070,83 |
| 319 | 27/09/2017 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.13.02 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL | 826,40 |
| 320 | 09/09/2017 | Global | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 310 - 3.3.90.39.77 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ | 1,00 |

|  Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br tesouraria@cacador.sc.gov.br | | | | Usuário: Liziane Prandini | Chave de Autenticação 1175-8797-903 | Página 18 / 18 |
|--|---------|-----------|--|---------------------------|---|-----------------------------------|
| Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão | | | | | | |
| Data | Nr Emp. | Espécie | Unidade Orçamentária | Despesa | Fonte de Recursos | Credor/Fornecedor |
| 29/09/2017 | 321 | Ordinário | 9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR | 308 - 3.1.90.11.33 | 200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa | 13440 - ANA PAULA CARDOSO DE LIMA |
| Total da Unidade Gestora: | | | | | | 1.419.543,58 |
| Total Geral: | | | | | | 13.837.855,66 |

Caibi**PREFEITURA****DECRETO Nº 172/2017**

DECRETO Nº 172/2017, de 06 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 055/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 104/2017 na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 052/2017 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 055/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 104/2017, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 052/2017 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE TRATORES E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

| Proponente | Item | Und | Quant. Estimada | Descrição | Vlr. Unit. R\$ | Vlr. Total Item R\$ |
|-------------------------|------|-----|-----------------|--|----------------|---------------------|
| MECÂNICA BEILKE LTDA ME | 1 | Hrs | 600 | Mão de Obra – Hora/Homem CAMINHÃO 26220 PRANCHA PLACA MBR - 4034 CAMINHÃO 1113 TOCO MERCEDES PLACA MAX 9628 CAMINHÃO CARGO TOCO PLACA LWS 5164 CAMINHÃO IVECO SIMPLES PLACA MMK 7765 CAMINHÃO PAC 2 PLACA QHC 9095 CAMINHÃO IVECO TRAÇADO PLACA QHX 8560 | 80,00 | 48.000,00 |
| MECÂNICA BEILKE LTDA ME | 2 | Hrs | 320 | Mão de Obra – Hora/ Homem: TRATOR DE PNEUS VALTRA 785; TRATOR DE PNEUS MASSEY; TRATOR DE ESTEIRA D41 KOMATSU | 80,00 | 25.600,00 |

Total do proponente vencedor:

| Proponente | Valor Total |
|-------------------------|-------------|
| MECÂNICA BEILKE LTDA ME | 73.600,00 |

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 06 de outubro de 2017.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.276/2017

DECRETO N.º 3.276/2017

Decreta ponto facultativo e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o feriado nacional no dia 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida);

CONSIDERANDO que o feriado ocorrerá na quinta-feira, interrompendo assim as atividades prestadas pela Administração Pública Municipal iniciadas na segunda-feira,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos dia 13 de outubro de 2017, sexta-feira seguinte ao feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida (12/10/2017), para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Não serão suspensas, no dia descrito no artigo 1º deste Decreto, as atividades consideradas de natureza essencial, as realizadas pelas concessionárias de serviço público em regime de plantão, pelo Consórcio Eco-Camboriú quanto aos serviços de coleta de lixo e pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá manter em funcionamento os serviços junto ao Pronto Socorro do Hospital Cirúrgico Camboriú Edwirges Bernardes - HCC, localizado na Rua José Francisco Bernardes, n.º 787, Bairro Areias, Camboriú/SC, e na Unidade de Pronto Atendimento do Tabuleiro, localizada na Rua Massaranduba, s/nº, Bairro Tabuleiro, Camboriú/SC, bem como o plantão de ambulância.

Art. 3º A jornada de trabalho que, por força deste Decreto, foi suspensa, poderá ser compensada ulteriormente, ficando cada órgão do Poder Executivo com a atribuição de fazê-la de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 06 de outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Jacob
Secretário M. de Administração

PR 35/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2017-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas

no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09:30 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Outubro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 06 de outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO 016/2017 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017- FMAS – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL PARA ATENDER VULNERABILIDADE RELATIVA AO NASCIMENTO DE MEMBROS DA FAMÍLIA NA FORMA DE AUXÍLIO NATALIDADE CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2621/2013, ATENDENDO DEMANDA IDENTIFICADA E ATENDIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:30 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Outubro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO PR 007/2017 - FMA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2017- FMA

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 06 de Outubro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TERMO DE ADESAO AO PROGRAMA FEDERAL DE FORTALECIMENTO DAS OUVIDORIAS

Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias

Termo de Adesão – Municípios

O ente parceiro, Prefeitura Municipal de Camboriú, inscrito no CNPJ/MF 83.102.293.0001/45, localizado(a) na Rua Getulio Vargas, 77, Centro, Camboriú - SC, representado por Kaita Helen Testoni, Controladora Geral do Município, portadora do CPF nº 005.779.229-12, Carteira de Identidade 3.464.033 / SSP-SC, resolve aderir ao Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias, coordenado e implementado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do presente Termo, sujeitando-se às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Nos termos do Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias, instituído pela Portaria CGU nº 50.253, de 15 de dezembro de 2015.

I – Incumbe ao ente parceiro em conjunto com a CGU:

- a) cumprir os objetivos do Programa, com zelo, tempestividade e boa qualidade dos resultados apresentados, com a observância dos demais princípios da Administração Pública, buscando alcançar eficiência e êxito em suas atividades;
- b) elaborar indicadores e, quando possível, divulgar os resultados dos estudos realizados sobre o Programa;
- c) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos;
- d) realizar as ações necessárias à promoção de atividades de formação para as ouvidorias.

II – Incumbe ao ente parceiro:

- a) Prestar informações à Ouvidoria-Geral da União a respeito dos seus dirigentes, ouvidores e outros agentes públicos responsáveis pelas atividades de ouvidoria no ente, bem como atualizar tais informações, quando necessário;
- b) promover ampla divulgação do e-Ouv nas suas dependências e ambientes virtuais, dando conhecimento aos cidadãos a respeito dos procedimentos para registro de manifestações;
- c) integrar, quando necessário, o Sistema e-Ouv aos softwares que utiliza;
- d) zelar pelo uso adequado do Sistema e-Ouv, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhe compete exercer;
- e) não vender, ceder ou transferir, a qualquer título, o direito de uso do código-fonte do Sistema e-Ouv e seus conexos;
- f) apurar o fato, no caso de uso indevido do Sistema e-Ouv, com vistas a eventual responsabilização administrativa e criminal;
- g) reportar à CGU eventuais falhas identificadas no Sistema e-Ouv;
- h) incluir, obrigatoriamente, a logomarca da CGU e a expressão "desenvolvido pela Controladoria-Geral da União-CGU" em qualquer ação promocional relacionada ao Sistema e-Ouv; e
- i) adotar as ações necessárias para a realização dos seminários, cursos e treinamentos para uso do Sistema e-Ouv.

Subcláusula Primeira – O ente parceiro fica autorizado a promover as modificações, totais ou parciais, que julgar necessárias no Sistema e-Ouv, visando sua melhoria e desenvolvimento de novas funcionalidades, cabendo-lhe disponibilizá-las à CGU e ficando assegurada à CGU a propriedade do sistema cedido e das alterações implementadas.

Subcláusula Segunda – Independentemente da efetivação ou não, pela CGU, do registro do Sistema e-Ouv perante os órgãos competentes, o ente parceiro compromete-se a não registrar a solução e

a não buscar qualquer forma equivalente de proteção ou apropriação com o fim de permitir a transferência da solução a terceiros.

Subcláusula Terceira – O ente parceiro se compromete a não ceder, locar ou comercializar, no todo ou em parte, a qualquer título, o sistema que ora lhe é cedido, inclusive versão que tenha sido modificada.

Subcláusula Quarta – O ente parceiro se responsabiliza pela correta utilização e guarda de dados, de informações e do código-fonte recebido em decorrência deste Termo de Adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente Termo de Adesão, celebrado a título gratuito, não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente Termo de Adesão não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Adesão terá prazo de vigência indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

O disposto neste Termo de Adesão poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE ADESAO

O presente Termo de Adesão poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem ônus para os partícipes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou, de imediato, na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas e resilição por mútuo acordo ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que o torne inexecutável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O ente parceiro providenciará a publicação integral ou resumida deste Termo de Adesão e seus termos aditivos, se houver, no Diário Oficial ou outro instrumento legítimo de publicação, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Termo de Adesão.

Camboriú, 06 de outubro de 2017.

Kaita Helen Testoni
Controladora Geral do Município
Decreto nº. 808/2009

Campo Alegre

PREFEITURA

2ª ALTERAÇÃO PREGÃO 66/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

2ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2017 - PREGÃO PRESENCIAL

Considerando a necessidade de corrigir a descrição de itens do processo licitatório epigrafado, DECIDE:

ALTERAR a descrição dos itens 4, 9, 20, 26, 28, 32, 37, 48, 54 e 56, excluindo a exigência do Certificado e aprovação do INMETRO para estes itens do referido processo licitatório, passando a vigorar conforme segue:

| | | | |
|----|----|----|---|
| 04 | 22 | UN | CADEIRA ESTOFADA: Estrutura confeccionada em tubo industrial 7/8(parede 1,06mm). Com 4 travessas de reforço entre as pernas em tubo ¾(parede 0,90mm). Pintura por sistema eletrostático em epóxi-pó na cor preta e secagem em estufa. Fechamento dos topos com ponteiros em polipropileno 100% injetado. Assento (430x390mm) espessura 450mm e encosto(370x290mm) espessura 350mm, em compensado multilaminado anatômico. Espuma de poliuretano injetado, revestido em tecido, com acabamento das bordas em perfil PVC flexível, fixado à estrutura através de parafusos. |
| 09 | 15 | CJ | LONGARINA AUDITÓRIO DE DOIS LUGARES. Estrutura: base dos pés e colunas duplas em tubo 20X40(parede 1,50mm) e com reforço central. Barra linear transversal dupla de apoio dos assentos em tubo 30x40(parede 1,20mm). Fechamento com ponteiros. Braços individuais laterais em tubo 20x20(parede 1,06mm) com apoio em forma de protetor confeccionado em resina plástica de alto impacto fixado por rebites. Suporte do encosto, com curvatura ergonômica especial em tubo industrial SAE 1006/1020 20x20(parede 1,20mm). Soldagem dos componentes que formam a estrutura deverão ser ligados entre si através de solda pelo sistema MIG em todas as junções. Acabamento com tinta epóxi-pó, híbrida e eletrostática na cor preta. Ponteiros dos topos com sapatas em polipropileno injetado. Assento (400x400x8mm) sem abas e com curvatura anatômica anterior e posterior em resina plástica de alto impacto (PP). Encosto (410x210x8mm) em resina plástica (PP) ergonômico. A espessura do assento/encosto deve ser de 8mm em toda sua extensão. Fixados à estrutura por rebites pop de alumínio (4 no assento e 4 no encosto) 6.2x22. Altura do assento em relação ao piso 440mm e altura do encosto em relação ao piso 830mm. |
| 20 | 11 | UN | LONGARINA ESTOFADA modelo secretaria com 03 lugares com encosto e assento em compensado revestido por espuma injetada de densidade 45, revestida com tecido na cor cinza mesclado, estrutura em tubo 20X40 com ponteiros em PP, pintura epóxi a pó na cor preta e solda MIG. |
| 26 | 75 | UN | Cama Infantil - Confeccionada em estrutura de polipropileno e perfis de alumínio, com tecido vazado, em poliéster, revestido em PVC com antifungo, anti-UV, e pés antiderrapantes. Acabamento arredondado. Montagem totalmente por encaixe, sem necessidade do uso de ferramentas, parafusos, porcas ou sistemas de fixação. Fácil higienização. Que seja possível pendurar ou empilhar. Medidas: Altura: 13,5 cm Comprimento: 126 cm Largura: 61 cm Capacidade: 50 Kg. Cor azul |
| 28 | 15 | CJ | Arquivo de aço com 04 gavetas com trilho telescópio zincado, estampado na frente, um porta etiquetas e um puxador para cada gaveta, pintura epóxi-pó na cor cinza, solda mig, medidas: 1330x470x710cm. Chapa 24. |
| 32 | 8 | UN | CADEIRA ESTOFADA: Estrutura confeccionada em tubo industrial 7/8(parede 1,06mm). Com 4 travessas de reforço entre as pernas em tubo ¾(parede 0,90mm). Pintura por sistema eletrostático em epóxi-pó na cor preta e secagem em estufa. Fechamento dos topos com ponteiros em polipropileno 100% injetado. Assento (430x390mm) espessura 450mm e encosto(370x290mm) espessura 350mm, em compensado multilaminado anatômico. Espuma de poliuretano injetado, revestido em tecido, com acabamento das bordas em perfil PVC flexível, fixado à estrutura através de parafusos. |
| 37 | 5 | CJ | LONGARINA AUDITÓRIO DE DOIS LUGARES. Estrutura: base dos pés e colunas duplas em tubo 20X40(parede 1,50mm) e com reforço central. Barra linear transversal dupla de apoio dos assentos em tubo 30x40(parede 1,20mm). Fechamento com ponteiros. Braços individuais laterais em tubo 20x20(parede 1,06mm) com apoio em forma de protetor confeccionado em resina plástica de alto impacto fixado por rebites. Suporte do encosto, com curvatura ergonômica especial em tubo industrial SAE 1006/1020 20x20(parede 1,20mm). Soldagem dos componentes que formam a estrutura deverão ser ligados entre si através de solda pelo sistema MIG em todas as junções. Acabamento com tinta epóxi-pó, híbrida e eletrostática na cor preta. Ponteiros dos topos com sapatas em polipropileno injetado. Assento (400x400x8mm) sem abas e com curvatura anatômica anterior e posterior em resina plástica de alto impacto (PP). Encosto (410x210x8mm) em resina plástica (PP) ergonômico. A espessura do assento/encosto deve ser de 8mm em toda sua extensão. Fixados à estrutura por rebites pop de alumínio (4 no assento e 4 no encosto) 6.2x22. Altura do assento em relação ao piso 440mm e altura do encosto em relação ao piso 830mm. |
| 48 | 4 | UN | LONGARINA ESTOFADA modelo secretaria com 03 lugares com encosto e assento em compensado revestido por espuma injetada de densidade 45, revestida com tecido na cor cinza mesclado, estrutura em tubo 20X40 com ponteiros em PP, pintura epóxi a pó na cor preta e solda MIG. |
| 54 | 25 | UN | Cama Infantil - Confeccionada em estrutura de polipropileno e perfis de alumínio, com tecido vazado, em poliéster, revestido em PVC com antifungo, anti-UV, e pés antiderrapantes. Acabamento arredondado. Montagem totalmente por encaixe, sem necessidade do uso de ferramentas, parafusos, porcas ou sistemas de fixação. Fácil higienização. Que seja possível pendurar ou empilhar. Medidas: Altura: 13,5 cm Comprimento: 126 cm Largura: 61 cm Capacidade: 50 Kg. Cor azul |
| 56 | 5 | CJ | Arquivo de aço com 04 gavetas com trilho telescópio zincado, estampado na frente, um porta etiquetas e um puxador para cada gaveta, pintura epóxi-pó na cor cinza, solda mig, medidas: 1330x470x710cm. Chapa 24. |

Por último, ALTERAM-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

Recebimento das Propostas: das 8h do dia 09/10/2017 até as 09h45min do dia 24/10/2017;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 24/10/2017 no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor. Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM), no site www.campoalegre.sc.gov.br e no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 2ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 06 de outubro de 2017.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 10.805 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.805 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

| | | | | | | | | | |
|---------------------|---|--------------|--|--|--|--|--|--|--|
| 02.00 - | Gabinete do Prefeito | | | | | | | | |
| 02.01 - | Chefia de Gabinete | | | | | | | | |
| 04.122.0003.2.101 - | Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON | | | | | | | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | | | | | | | |
| 339014.00.896 - | Diárias – Civil | R\$ 2.000,00 | | | | | | | |

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 06 de outubro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.806 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.806 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2017, POR OCASIÃO DA PASSEATA PARA DIVULGAR O DIA DO NASCITURO "DIREITO E PROTEÇÃO A VIDA", NO DISTRITO DE FRAGOSOS, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o fechamento dos seguintes Logradouros Públicos: Rua Francisco Dranka, Rua Generoso Fragoso, Rua Victor Stachon e Rua Max Otto Becker, situadas no Distrito de Fragosos neste Município, por ocasião da passeata para divulgar o "Dia do Nascituro Direito e Proteção a Vida".

Parágrafo único. O fechamento das mencionadas ruas no caput deste artigo, acontecerá no período matutino das 09h as 10h em data de 08 de outubro de 2017 (domingo).

Art. 2º As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas dos referidos fechamentos dos Logradouros Públicos constantes nos

caput do artigo 1º deste Decreto, a fim de promoverem a Segurança Pública dos locais.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 06 de outubro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.739 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.739 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE

DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o § 1º do Artigo 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Considerando o Processo Administrativo de nº 1039-2017 iniciado em data de 20 de setembro de 2017 pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, onde consta apenso o LEMP – Laudo de Conclusão de Exame Médico Pericial emitido em data de 02 de outubro de 2017, fls. 07, devidamente assinado pelo Médico Dr. Clévio Jorge Scheffer e o Parecer Social fls. 09, emitido e devidamente assinado pela Assistente Social Srª. Elizete Teresinha Foletto Florencio;

Art. 1º Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 60 (sessenta) dias a Servidora Pública, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob o nº 129040, ocupante do Cargo Público e na Função de Auxiliar de Enfermagem, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo à Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de outubro de 2017 a 07 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo é concedida em consideração ao deferimento do requerimento fls. 03, devidamente assinado pela Servidora Pública e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 20 de setembro de 2017, sob nº 13017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 09 de outubro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 06 de outubro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.740 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.740 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 14.700 DE 15 DE SETEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º da Portaria nº 14.700 de 15 de setembro de 2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN, Matrícula Funcional

nº 000722, Registro no Sistema sob o nº 955219, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 05 (zero cinco) dias, 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 10 (dez) dias”.

Art. 2º A alteração de que trata o referido Artigo 1º, se dá em razão de engano do período aquisitivo das referidas férias da Servidora Pública Municipal.

Art. 3º As demais disposições previstas na Portaria nº 14.700 de 15 de setembro de 2017 permanecem vigentes na íntegra.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de setembro de 2017.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 06 de outubro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/10/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 84_2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 129/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de outubro de 2017 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REFLETORES E LÂMPADAS PARA MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11h e das 13h15min às 17h diariamente.

Campos Novos, 09 de outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

AVISO DE PP Nº23/2017-SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2017.

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 25 de Outubro de 2017 às 09h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS E EMBALAGENS, PARA SEREM USADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS SETORES. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h e das 13h15min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 09 de Outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 7.853/17 DE 06/10/2017 DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM (COBRADE: 1.4.1.1.0)

DECRETO Nº. 7.853/17 de 06/10/2017

DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM (COBRADE: 1.4.1.1.0)

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito Municipal de Campos Novos - SC, no uso das atribuições legais previstas no Art. 100, Inciso XXIX da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012 e,

CONSIDERANDO:

I - A estiagem que atinge área do município desde Agosto de 2017,

devido a redução das precipitações pluviométricas;

II- Que estiagem é período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda da umidade do solo é superior à sua reposição;

III – Que segundo a Ata de Reunião realizada pela Administração do Município com lideranças agrícolas houve perda de 30% à 60% das culturas de inverno (trigo, cevada, aveia e frutíferas);

IV – Que a precipitação total entre o período de 21/08/2017 à 27/09/2017 foi de apenas 142,19mm;

V- Que o parecer do Departamento de Defesa Civil e Proteção do Município, relatando a ocorrência deste fenômeno é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal caracterizada como Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas pelo desastre classificado e codificado como Estiagem – 1.4.1.1.0 - Cobrade.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Departamento de Defesa Civil e Proteção do Município de Campos Novos, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Departamento de Defesa Civil e Proteção do Município de Campos Novos.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com

a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por 180 (cento e oitenta) dias.

Prefeitura de Campos Novos - SC, registrado e publicado o presente Decreto em 06 de Outubro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.378/17 DE 05/10/2017 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.378 DE 05/10/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para cobertura de despesas com a realização do Projeto "Natal Celeiro da Paz", conforme plano de trabalho apresentado.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
Unidade: 21 DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Proj./Ativ.: 2.030 Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio
Elem. de Despesa: 87 - 3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000
- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 3º. A Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, deverá prestar contas dos recursos repassados pelo Município, no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento dos valores.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 05 de outubro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

MINUTA DE TERMO DE FOMENTO

Pelo presente Termo de Fomento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal Sr. Silvio Alexandre Zancanaro, brasileiro, casado, portador do RG nº. 2.815.072, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, residente na Rua Santa Efigênia, nº. 479, Bairro Centro, nesta cidade de Campos Novos/SC, na forma do Artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº _____, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e

a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, com sede na _____, em Campos Novos-SC, representado por seu Presidente _____, doravante denominada simplesmente de ASSOCIAÇÃO, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento tem por objetivo o auxílio financeiro a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para cobertura de despesas com a realização do Projeto "Natal Celeiro da Paz", conforme plano de trabalho apresentado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
Caberá ao MUNICÍPIO:

I – conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para cobertura de despesas com a realização do Projeto "Natal Celeiro da Paz", conforme plano de trabalho apresentado, e;

II – fiscalizar a aplicação do auxílio financeiro no objeto do Termo de Fomento;

Parágrafo único - A fiscalização da parceria será feita pela Secretaria de Indústria Comércio e Turismo, através do gestor designado, com as seguintes atribuições conforme preconizado no art. 61 da Lei 13.019/2014:

- Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO
I – receber auxílio financeiro do MUNICÍPIO creditado em conta bancária vinculada ao presente Termo de Fomento, em nome da Associação, e aplicá-lo especificamente no objeto do Termo de Fomento.

II – responsabilizar-se por toda e qualquer despesa oriunda do desenvolvimento do Termo de Fomento, seja de ordem administrativa, taxas, tarifas, manutenção, reposição entre outras, eximindo o MUNICÍPIO neste tocante.

III – prestar contas do auxílio financeiro recebido, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento dos recursos, na forma estabelecida neste instrumento.

§ 1.º. A prestação de contas dos recursos transferidos, de que trata o item I, desta cláusula, deverá ser constituída pelas seguintes peças, sendo encaminhada pela Associação, a via original ao Município de Campos Novos, e uma cópia para Câmara Municipal de Vereadores.

- Cópia do Termo de Fomento;
- Relação de pagamentos, onde conste, em ordem cronológica: a) fornecedor; b) nº. do documento fiscal; c) data da expedição do documento; d) valor do pagamento; e) nº do cheque; e) data da expedição do cheque; f) nº. da conta bancária; g) valor do cheque; h) assinatura do responsável pela Associação.
- Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, o valor da despesa, e, quando for o caso o saldo, devidamente assinado pelo representante da Associação. ;
- Extrato da conta bancária do período do recebimento do recurso até o último pagamento;
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo MUNICÍPIO.
- Cópia das notas fiscais e/ou recibos contratados com recursos do

Termo de Fomento;

§ 2.º. A falta de prestação de contas por parte do Associação, facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento é firmado da data de sua assinatura, tendo sua vigência limitada ao esaurimento do seu objeto, descrito na cláusula primeira, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste Termo de Fomento, implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

Parágrafo único – Em caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes na forma avançada através do presente Termo de Fomento correrão por conta do orçamento do Município, da seguinte forma:

Órgão: 07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade: 21 DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proj./Ativ.: 2.030 Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio

Elem. de Despesa: 87 - 3.3.50.00.00.00.00 00.01.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos - SC, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste Termo de Fomento.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campos Novos, ____ de setembro de 2017

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS ASSOCIAÇÃO

TESTEMUNHAS: 1

2

LEI Nº. 4.379/17 DE 05/10/2017 AUTORIZA O MUNICÍPIO A COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRUTURAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO ROMARIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA

LEI Nº 4.379 DE 05/10/2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO A COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRUTURAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO ROMARIA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com as estruturas necessária para a realização, garantida da ordem pública e segurança do evento Romaria de Nossa Senhora Aparecida no ano de 2017.

Art. 2º. As estruturas colocadas à disposição da população são aquelas descritas no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 05 de outubro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

ANEXO I

Detalhamento das estruturas da Romaria de Nossa Senhora Aparecida

| ITEM | TIPO | QUANTIDADE |
|------|-----------------------------|------------|
| 01 | TENDAS 10X10 | 16 |
| 02 | TRIO ELETRICO | 1 |
| 03 | SONORIZAÇÃO | 1 |
| 04 | ESTANDES ALIMENTAÇÃO | 16 |
| 05 | SEGURANÇA | 30 |
| 06 | TENDA 5X5 | 40 |
| 07 | GRADES SEPARAÇÃO | 400 M |
| 08 | BANHEIROS QUIMICOS | 50 |
| 09 | ESTANDES COMÉRCIO AMBULANTE | 102 |

PORTARIA Nº 1903/17

PORTARIA Nº 1903/17 de 27/09/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALERIA BELLOZUPKO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VALERIA BELLOZUPKO para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 20 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Setembro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Setembro de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1906/17

PORTARIA Nº 1906/17 DE 27/09/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ELIZANDRA RIETA MAIA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ELI-ZANDRA RIETA MAIA no período de 20/09/17 a 17/01/18.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Setembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1907/17

PORTARIA N° 1907/17 de 02/10/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI para exercer o cargo de INSTRUTOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Outubro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ATA 12 PREGAO PRESENCIAL 242017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 1/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2017

No dia 2 do mês de Outubro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) SAMAE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA CAETANO CARLOS, 466, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR, o Sr(a). ALEXANDRE KUNEN, inscrito no CPF sob o nº. 023.331.319-26, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 24/2017, Processo Licitatório nº. 29/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(a) REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE DE CAMPOS NOVOS/SC, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DESTE EDITAL, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

| Código | Nome da Empresa | Itens |
|--------|--|---|
| 7660 | CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME | 25, 56 |
| 7815 | FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP | 3, 7, 12, 13, 17, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 41, 42, 55, 62 |
| 7803 | JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME | 1, 4, 6, 14, 19, 20, 30, 31, 32, 33, 36, 40, 46, 47, 52, 63 |
| 6008 | LUIZ CARLOS GHIGGI - ME | |
| 7795 | RAFAEL KUHN EIRELI - ME | 2, 11, 16, 18, 24, 34, 35, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 49, 50, 58, 59, 64 |
| 6853 | SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA | 5, 8, 9, 10, 15, 27, 51, 53, 54, 57, 60, 61 |
| 7814 | VERTICE COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - EPP | 48 |

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

| Empresas | CNPJ / CPF | Nome do Representante | CPF |
|--|--------------------|------------------------------|----------------|
| CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME | 94.987.930/0001-24 | | . . . |
| FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP | 04.584.756/0001-86 | NORBERTO RISTOW | 286.245.489-34 |
| JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME | 12.532.054/0001-87 | JOSÉ THIAGO DE SOUZA | 049.352.919-58 |
| LUIZ CARLOS GHIGGI - ME | 76.840.909/0001-10 | LUIZ CARLOS GUIGGI | 385.234.779-34 |
| RAFAEL KUHN EIRELI - ME | 14.255.257/0001-07 | LEODIR DA SILVA | 430.836.179-68 |
| SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA | 07.038.642/0001-29 | VALMIR SEBASTIÃO DE OLIVEIRA | 870.835.749-87 |
| VERTICE COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - EPP | 08.763.888/0001-26 | | . . . |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE DE CAMPOS NOVOS/SC, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DESTE EDITAL, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 2/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 6853 - SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|------|------------|------------|----------------|-------------|
| 5 | BLOQUEADOR SOLAR FPS30 COM 2,8L, COM VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS. | FR | VONDER | 50,000 | 223,0000 | 11.150,00 |
| 8 | Botas em borracha preta/amarela, cano longo, com cadarço no alto do cano. CA 26629. | PR | SUPERMAX | 50,000 | 43,0000 | 2.150,00 |
| 9 | Botas para motociclistas - Bota de segurança cor preta (tipo coturno) confeccionada em vaqueta relax de alta qualidade com curtimento atravessado, 1,8/2,0 mm linhas de espessura, hidrofugado, fechamento em cadarço, cano de 25 cm, palmilha de montagem costurado junto ao cabedal (sistema Strobel), sobre-palmilha antimicrobiana 4,00 mm, sola bicomponente (PU e borracha) ou PU bidensidade (exclusivo p/ bico composite) bicolor injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de impacto. c/CA. | PR | MOTORSafe | 20,000 | 131,0000 | 2.620,00 |
| 10 | Botina de segurança cor marrom - confeccionada em vaqueta relax de alta qualidade com curtimento atravessado, 1,8/2,0 mm linhas de espessura, hidrofugado, fechamento em cadarço, com gancho, colarinho e dorso acolchoado, palmilha de montagem costurado junto ao cabedal (sistema Strobel), sobre-palmilha antimicrobiana 4,00 mm, solado PU bidensidade (tipo salto) bicolor injetado diretamente no cabedal com sistema de absorção de impacto. c/CA. | PR | RINO | 50,000 | 85,0800 | 4.254,00 |
| 15 | Capa de chuva para motociclista - Calça e jaqueta - protege da água e do vento composta por Fitas Refletivas. Com zíper e velcro de regulagem na barra. Cor preta- 100% impermeável em Nylon, gola com revestimento para maior conforto, elástico na cintura. | CJ | PANTANEIRO | 20,000 | 69,0000 | 1.380,00 |
| 27 | FITA ANTIDERRAPANTE PRETA - FITA FLEXÍVEL QUE CONSISTE DE ABRASIVOS ARTIFICIAIS EM GRÃOS (ÓXIDO DE ALUMÍNIO) APLICADOS SOBRE UM FILME DE POLIÉSTER COM ADESIVO DE BORRACHA, TAMBÉM APLICADO NO FILME DE POLIÉSTER PROTEGIDO POR UM LINER (PAPEL PROTETOR DO ADESIVO) DE PAPEL COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA; ESPESURA DE 0,5 MM; ROLOS DE 20 METROS NA LARGURA DE 50 MM = 5CM. IDEAL PARA APLICAÇÕES EM SUPERFÍCIES PLANAS DE ESCADAS, RAMPAS, CORREDORES, ETC. | UN | 954 | 20,000 | 59,5000 | 1.190,00 |
| 51 | ÓCULOS PARA ELETRICISTA- (ESPELHADO COR AMARELA) ÓCULOS DE SEGURANÇA, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO AMARELO, COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS NA MESMA PEÇA E CONFECCIONADOS DO MESMO MATERIAL. AS HASTES, DO TIPO ESPÁTULA SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E RECOBERTAS DE BORRACHA MACIA PRETA DO CENTRO ATÉ UMA DAS EXTREMIDADES E FIXADAS NA ARMAÇÃO ATRAVÉS DE PARAFUSOS METÁLICOS. CA18069/ 15967/ 18422. | UN | VONDER | 3,000 | 8,8000 | 26,40 |
| 53 | ÓCULOS DE PROTEÇÃO- ÓCULOS DE SEGURANÇA, COM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO CINZA, COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO VISOR, POSSUEM BORRACHA LARANJA E SÃO FIXADAS NA PARTE INTERNA DAS MESMAS E ALÉM DISSO, SÃO ARTICULADAS ATRAVÉS DE REBITE METÁLICO. OFERECE EXCELENTE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS, REVESTIMENTO ANTI-RISCO RESISTENTE E UM AJUSTE LEVE CONFORTÁVEL. 100% LENTES DE POLICARBONATO. OFERECE PROTEÇÃO DE 99% DOS RAIOS UVA E UVB NOCIVOS. CA 33407 | UN | VONDER | 200,000 | 3,0900 | 618,00 |
| 54 | PERNEIRA - CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO, COM FECHAMENTO AJUSTÁVEL EM VELCRO, DUAS TALAS DE PVC LATERAIS PARA SUSTENTAÇÃO COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE COSTURAS. (COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - MTE). | PR | 954 | 10,000 | 18,9000 | 189,00 |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 3/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 6853 - SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|--------|------------|----------------|-------------|
| 57 | RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2- RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS, CLASSE PFF-2(S), COM FORMATO TIPO CONCHA, TAMANHO REGULAR, COM SOLDA TÉRMICA EM SEU PERÍMETRO. SOBRE A CONCHA INTERNA DE SUSTENTAÇÃO EM MICROFIBRAS SINTÉTICAS MOLDADAS A QUENTE EM PROCESSO SEM USO DE RESINA, É MONTADO O MEIO FILTRANTE COMPOSTO POR CAMADAS DE MICROFIBRAS SINTÉTICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE. A PARTE EXTERNA DO RESPIRADOR É RECOBERTA POR UM NÃO-TECIDO, PODENDO SE APRESENTAR NAS CORES BRANCA OU VERDE, QUE PROTEGE O MEIO FILTRANTE, EVITANDO QUE AS MICROFIBRAS SE SOLTEM. NAS LATERAIS DA PEÇA, EXISTEM 04 (QUATRO) GRAMPOS METÁLICOS, SENDO DOIS DE CADA LADO, POR ONDE PASSAM AS PONTAS DE 02 (DOIS) TIRANTES ELÁSTICOS NA COR BRANCA. A PARTE SUPERIOR INTERNA DA PEÇA POSSUI UMA TIRA DE ESPUMA NA COR CINZA, E A PARTE SUPERIOR EXTERNA POSSUI UMA TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, AMBOS PARA AJUSTE NASAL, CONFERINDO AO RESPIRADOR VEDAÇÃO FACIAL. O RESPIRADOR POSSUI, EM SUA PARTE CENTRAL, UMA VÁLVULA DE EXALAÇÃO. EFICAZ PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS METÁLICOS. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO. CA5657 | UN | VONDER | 130,000 | 6,2700 | 815,10 |
| 60 | PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUGUE- FEITO DE POLÍMERO ULTRA-SOFT-HIPOALERGÊNICO - PROJETADO PARA TER OS MESMOS BENEFÍCIOS QUE O SILICONE. DEVE RESISTIR A DIVERSOS TIPOS DE SUJIDADES E LAVÁVEL. POSSUI 3 FALANGES QUE PERMITEM UMA PERFEITA ADAPTAÇÃO AOS CANAIS AUDITIVOS. BASE DO PLUG COM TRATAMENTO ANTIDERRAPANTE, PARA FACILITAR O AJUSTE E A CORRETA INSERÇÃO E REMOÇÃO. COR VERDE FLUORESCENTE PARA QUE SEJA FÁCIL A IDENTIFICAÇÃO DO PESSOAL QUE VAI USÁ-LO. FORNECIDO COM CORDÃO TÊXTIL DE POLIÉSTER. CA 35981/ 10551/ 15485/ 29847 | UN | 954 | 200,000 | 0,9000 | 180,00 |
| 61 | PROTETOR AUDITIVO TIPO ABAFADOR- PROTETOR AUDITIVO, DO TIPO CONCHA, CONSTITUÍDO POR DUAS CONCHAS EM PLÁSTICOS, APRESENTANDO ALMOFADAS DE ESPUMA EM SUAS LATERAIS E EM SEU INTERIOR, POSSUI UMA HASTE EM PLÁSTICO RÍGIDO ALMOFADADO E METAL QUE MANTÉM AS CONCHAS FIRMEMENTE SELADAS CONTRA A REGIÃO DAS ORELHAS DO USUÁRIO E QUE SUSTENTA AS CONCHAS. POSSUI UMA ÓTIMA ATENUAÇÃO DE 23 DB (NRR). CA14235 | UN | AGONA | 8,000 | 33,4900 | 267,92 |

Fornecedor: 7660 - CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|---------|------------|----------------|-------------|
| 25 | FILTRO PARA PARTÍCULAS TÓXICAS P-2 - FILTRO MECÂNICO PARA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS NÃO OLEOSOS (CLASSE P2) - COMPOSTO POR NÃO-TECIDO DE MICROFIBRAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE - PARA USO SIMULTÂNEO COM CARTUCHOS QUÍMICOS. EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM MÍNIMA DE 95% CONTRA SÓLIDO E AEROSSÓIS LÍQUIDOS QUE NÃO CONTÉM ÓLEO. É USADO COMO REFIL PARA OS CARTUCHOS QUÍMICOS. CA 7298 | UN | 3M 5N11 | 30,000 | 5,3500 | 160,50 |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 4/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 7660 - CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|-------|------------|----------------|-------------|
| 56 | RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF1- RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS, CLASSE PFF-1(S), COM FORMATO TIPO CONCHA, NA COR CINZA, COM SOLDA TÉRMICA EM SEU PERÍMETRO. SOBRE A CONCHA INTERNA DE SUSTENTAÇÃO É MONTADO O MEIO FILTRANTE, COMPOSTO POR CAMADAS DE MICROFIBRAS SINTÉTICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE E OUTRA CAMADA DE MICROFIBRAS. NAS LATERAIS DA PEÇA, EXISTEM 04 (QUATRO) GRAMPOS METÁLICOS, DOIS DE CADA LADO, POR ONDE PASSAM AS PONTAS DE 02 (DOIS) TIRANTES ELÁSTICOS. A PARTE SUPERIOR INTERNA DA PEÇA POSSUI UMA TIRA DE ESPUMA CINZA E A PARTE SUPERIOR EXTERNA POSSUI UM GRAMPO METÁLICO MOLDÁVEL PARA AJUSTE NASAL. À PARTE CENTRAL DESTES CONJUNTO, É INCORPORADO UM DISPOSITIVO PLÁSTICO BRANCO COM 01 (UMA) VÁLVULA DE EXALAÇÃO EM POLIPROPILENO. EFICAZ PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E ALÍVIO DE ODORES INCÔMODOS PROVENIENTES DE VAPORES ORGÂNICOS. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO. CA 9356 | UN | 3M | 100,000 | 11,0300 | 1.103,00 |

Fornecedor: 7795 - RAFAEL KUHN EIRELI - ME

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|------------|------------|----------------|-------------|
| 2 | Avental Descartável de Plástico - é usado por profissionais que necessitam proteger o corpo de acidentes com produtos químicos diversos, como tintura, progressivas. Este produto é de uso individual e descartável. O Avental vem com alça para ser amarrado ao pescoço e tira para ser amarrado nas costas. Composição: 100% Polietileno de Alta Densidade. Medidas Aproximadas: Largura 70cm x 92cm de Altura. | UN | BRASMO | 250,000 | 0,5000 | 125,00 |
| 11 | Capacete de segurança, tipo I e tipo II, classe B, aba total- com adesivo refletivo e logo marca do SAMAE: com identificação das funções- suspensão injetada em plástico, com regulagem através de ajuste simples e tira absorvedora de suor, possui fendas laterais para acoplagem de acessórios, protetor auditivo e protetor facial, com jugular ajustável. Proteção da cabeça do usuário contra impacto e penetração proveniente de queda de objetos sobre o crânio e choques elétricos. Cores cinza, azul Royal, verde, branco e laranja. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. CA 12354/ 12389/ 498 | UN | PLASTICOR | 50,000 | 9,5000 | 475,00 |
| 16 | Cartucho vapor orgânico para respirador - Os filtros químicos são compostos por carvão ativado granulado e aglomerados, envolvido por um recipiente plástico. | UN | 3M | 20,000 | 21,4000 | 428,00 |
| 18 | COLETE EM X REFLETIVO PARA SINALIZAÇÃO DIURNO-NOTURNO | UN | PLASTICOR | 20,000 | 8,0000 | 160,00 |
| 24 | FAIXAS REFLETIVAS PARA BAÚ DE MOTOS- NAS CORES, VERMELHO/BRANCO MEDINDO 5X30CM. | UN | 3M | 50,000 | 5,5000 | 275,00 |
| 34 | LUVA EM PVC - PARA USO EM ESGOTO- LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MALHA DE SUEDE; REVESTIMENTO NA PALMA, DORSO E DEDOS EM PVC, NOS COMPRIMENTOS DE PUNHO 66 CM, COR VERDE MUSGO. CA 30514 | PR | LDI | 120,000 | 20,5000 | 2.460,00 |
| 35 | LUVA EM RASPA- PARA USO PESADO - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO NA PALMA E DEDOS, TIRA NO POLEGAR, PUNHOS 7 CM. CA 12057 | PR | ZANEL | 50,000 | 6,5000 | 325,00 |
| 37 | LUVA DE SEGURANÇA - PARA USO GERAL DE AUXILIARES E ENCANADORES - COR PRETO - LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA SEM COSTURA, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICA, REVESTIMENTO NA PALMA, FACE PALMAR E PONTAS DOS DEDOS EM POLIURETANO, COM INSERÇÕES DE FIBRA ELÁSTICA NO PUNHO E ACABAMENTO FINAL EM FIBRAS SINTÉTICAS. CA 14628. | PR | LDI | 200,000 | 2,9000 | 580,00 |
| 38 | LUVA DE SEGURANÇA - USO GERAL PARA ENCANADORES - PARA ATIVIDADES COM PEÇAS SECAS OU MOLHADAS - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM MALHA DE ALGODÃO FELPUDO, REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE EM LÁTEX NATURAL NA PALMA, FACE PALMAR E DORSAL DOS DEDOS, ACABAMENTO CORRUGADO, PUNHO EM MALHA ELÁSTICA. CA 10431. | PR | SUPER SAFE | 200,000 | 6,5000 | 1.300,00 |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 5/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 7795 - RAFAEL KUHN EIRELI - ME

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|------------|------------|----------------|-------------|
| 39 | LUVA DE VAQUETA E DORSO EM RASPA - PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM VAQUETA NA PALMA E RASPA NO DORSO, REFORÇO INTERNO NA PALMA, ELÁSTICO NO DORSO NA ALTURA DO PUNHO, CINCO DEDOS. CA'S: 15.060 / 37.971. | UN | EXTREMO SL | 30,000 | 8,6300 | 258,90 |
| 43 | LUVA NITRÍLICA DESCARTÁVEL- PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO M C/100 UNIDADES. | PR | SUPERMAX | 6,000 | 20,5000 | 123,00 |
| 44 | LUVA NITRÍLICA DESCARTÁVEL - PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO G C/100 UNIDADES. | UN | SUPERMAX | 6,000 | 20,5000 | 123,00 |
| 45 | LUVA NITRÍLICA DESCARTÁVEL - PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO XG C/100 UNIDADES. | PR | SUPERMAX | 10,000 | 20,5000 | 205,00 |
| 49 | MACACÃO PARA SANEAMENTO: EM NYLON EMBORRACHADO, COM BOTAS SEM FORRO, CAPUZ E FECHAMENTO COM ZÍPER E BOTÃO DE PRESSÃO METÁLICO, COM LOGO MARCA DO SAMAE, E FAIXAS REFLETIVAS, PARA USO EM POÇOS DE ESGOTO. CA 28930 | UN | BRASCAMP | 40,000 | 163,0000 | 6.520,00 |
| 50 | MACACÃO DE SEGURANÇA, CONFECCIONADO EM TECIDO DE FIBRA DE POLIPROPILENO, ELÁSTICO NO CAPUZ, CINTURA, TORNOZELOS E PUNHOS. O MACACÃO É CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO (POLÍMERO MICROPOROSO RESPIRÁVEL) DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO ANTIESTÁTICO. USADO CONTRA RISCOS DE PRODUTOS QUÍMICOS. CA 20662 | UN | VICSA | 50,000 | 11,5000 | 575,00 |
| 58 | RESPIRADOR SEMIFACIAL - KIT É COMPOSTO POR 1 RESPIRADOR, CARTUCHO QUÍMICO PARA PROTEÇÃO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS, 2 FILTROS P2 E 1 RETENTOR. SUA UTILIZAÇÃO É INDICADA EM PROCESSOS DE PINTURA COM SPRAY, MANUSEIO DE TINTAS E SOLVENTES E APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS. SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS SÃO: CARTUCHO ÚNICO - MAIS LEVE FILTRO MECÂNICO E CARTUCHO QUÍMICO - PROTEÇÃO CONTRA PARTÍCULAS E VAPORES ORGÂNICOS. SISTEMA DE ELÁSTICOS SIMPLES DESLIZANTES- FÁCIL DE COLOCAR E RETIRAR O RESPIRADOR MATERIAL TEXTURIZADO. CA: 7957 | UN | 3M | 2,000 | 75,0000 | 150,00 |
| 59 | RETENTOR - PARA RESPIRADOR. CA 7957 | UN | 3M | 3,000 | 17,5000 | 52,50 |
| 64 | ÓCULOS DE PROTEÇÃO- ÓCULOS DE SEGURANÇA, COM ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL E HASTES TIPO ESPÁTULA. AS HASTES SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO VISOR, POSSUEM BORRACHA AZUL E SÃO FIXADAS NA PARTE INTERNA DAS MESMAS E ALÉM DISSO, SÃO ARTICULADAS ATRAVÉS DE REBITE METÁLICO. OFERECE EXCELENTE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS, REVESTIMENTO ANTI-RISCO RESISTENTE E UM AJUSTE LEVE CONFORTÁVEL. 100% LENTES DE POLICARBONATO. OFERECE PROTEÇÃO DE 99% DOS RAIOS UVA E UVB NOCIVOS. CA 33407 | UN | DANNY | 80,000 | 3,5000 | 280,00 |

Fornecedor: 7803 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | Apoio para os pés fabricado em polipropileno na cor cinza ou preto com textura ou esferas antiderrapante e estrutura de aço, montado sob base medindo entre 40cm a 50cm de largura e entre 30cm a 40cm de profundidade, com mecanismo de regulagem de altura de 6 a 14cm acionado com os próprios pés através de uma roldana central giratória posicionada no centro da base. Inclinação com balanço, que se ajusta de acordo com a postura do usuário e acabamento com pés de borrachas antideslizante. Capacidade de carga mínima: 40kg. Atender a NR 17. | UN | multivisão | 25,000 | 76,0000 | 1.900,00 |
| 4 | Bala Clava - Confeccionada em tecido, mantendo o rosto do piloto sempre aquecido. Pode ser utilizada seja no frio ou no calor. | UN | ninja | 20,000 | 28,0000 | 560,00 |
| 6 | Bolsa para kit de segurança: Em lona verde/preto, fundo reforçado, divisões internas e externas, fechamento com zíper, duas alças curtas e reforçadas e uma alça longa presa com mosquetões, personalização e logo marca do SAMAE em serigrafia a ser escolhida, medidas aproximadas da bolsa: 30 de altura x 15 de largura e 52cm de profundidade. | UN | eda | 20,000 | 220,0000 | 4.400,00 |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 6/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 7803 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|------|---------------|------------|----------------|-------------|
| 14 | CAPACETE PARA MOTOCICLISTA, QUEIXO ESCAMOTEÁVEL, FABRICADO EM ABS NATURAL DE ALTO IMPACTO, COM TRAVAMENTO DE ENGATE RÁPIDO NAS LATERAIS DO CAPACETE, PODENDO SER ACIONADO COM SOMENTE UMA DAS MÃOS. REVESTIMENTO DE PROTEÇÃO CONFECCIONADO EM EPS (TAMBÉM CHAMADO BERÇO) DE ALTO IMPACTO. REVESTIMENTO DE CONFORTO (FORRO) CONFECCIONADO EM CAMURÇA ANTI ALÉRGICO E ANTI MOFO. ESPUMA COM ESPESSURA DE 12MM E DENSIDADE DE 30MM. CINTA JUGULAR CONFECCIONADA EM NYLON REVESTIDA COM DUPLADO EM CAMURÇA E ENGATE RÁPIDO. VISEIRA TERMO FORMADA EM POLICARBONATO COM DUPLA CURVATURA E ESPESSURA DE 2MM, COM DOIS ESTÁGIOS DE ABERTURA, TROCA DE VISEIRAS COM PARAFUSOS PHILIPS. | UN | EBF | 20,000 | 222,0000 | 4.440,00 |
| 19 | Colete salva vidas - classe III ou IV homologado pela marinha do brasil para suportar uma pessoa com no mínimo de 110 kg de peso, o modelo deve ser tipo canga produzido para desviar uma pessoa em até 5 segundos mesmo desacordado e independentemente da posição, impedindo a pessoa de se afogar. Fabricado com tecido poliéster grosso e espuma de polietileno de célula fechada e possuir abertura nas costas para conectar cabo de segurança. | UN | ATIVA | 20,000 | 71,0000 | 1.420,00 |
| 20 | Cones em borracha sintética com 02 faixas refletivas, base medindo 38x38cm, 75cm de altura, e orifício na base superior. | UN | DELTA PLUS | 30,000 | 37,0000 | 1.110,00 |
| 30 | JAQUETA PARA MOTOCICLISTA EM POLIÉSTER CORDURA, 3 BOLSOS, PROTEÇÃO INTERNA REMOVÍVEL, ZÍPER REFORÇADO, NEOPRENE E TECIDO FLEECE NA GOLA, AJUSTES NA CINTURA, AJUSTES NOS PUNHOS EM VELCRO E ZÍPER, FAIXAS REFLETIVAS, COM PERSONALIZAÇÃO DO LOGO DO SAMAE, NA PARTE FRONTAL DO LADO ESQUERDO COM BORDADO NAS CORES AZUL E BRANCO, MEDINDO 7 X 7CM. | PÇ | TEXX | 10,000 | 380,0000 | 3.800,00 |
| 31 | LANTERNA PARA CAPACETE PARA ATMOSFERA EXPLOSIVA | PÇ | cob 3 | 10,000 | 42,0000 | 420,00 |
| 32 | LANTERNA TÁTICA HID XENON 85W 8500 LIMENS ALCANCE 2 KM: 02 MODOS DE LUMINOSIDADE (65W/85W), BATERIA RECARREGÁVEL DE 6600M AH, 11.1V, LENTES DE FILTRO PARA 3000K, ADEQUADO PARA DIAS NUBLADOS, CHUVOSOS E/OU SOB NEBLINA, PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO. LEDS INDICADORES DE POTÊNCIA DE UTILIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA DURABILIDADE DA BATERIA.COM INDICADOR DE CARGA LCD, TENSÃO DE ENTRADA 9V/16V, COR DA LANTERNA: PRETA, MALETA EM ALUMÍNIO COM PROTEÇÃO DE ESPUMA INTERNA, PESO DO KIT COMPLETO 3.1 KG MALETA E ACESSÓRIOS). CARREGADOR DE PAREDE BO VOLT, CARREGADOR VEICULAR. | UN | swat led | 10,000 | 110,0000 | 1.100,00 |
| 33 | LANTERNA RECARREGÁVEL TEM ILUMINAÇÃO TIPO TOCHA E ALCANCE DE 1000 M. DEVE SER RESISTENTE À ÁGUA E SUA BATERIA RECARREGÁVEL DURAR ININTERRUPTAMENTE POR 24 H. ? DIMENSÕES APROXIMADAS: 9X9X16 CM. CAPACIDADE: LANTERNA TIPO TOCHA COM 12 LEDS RECARREGÁVEL - 100/220V. | UN | eco 2610c | 5,000 | 82,0000 | 410,00 |
| 36 | LUVA TRICOTADA PALMA EMBORRACHADA - USO GERAL PARA ENCANADORES - LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADAS EM FIOS DE ALGODÃO, POLIÉSTER E POLIAMIDA; REVESTIDA EM LÁTEX NATURAL NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS. CA 9075 | PR | volk ca 30521 | 200,000 | 6,0000 | 1.200,00 |
| 40 | LUVA DE RASPA C/ ARAMIDA C/ FORRO -TAM:10 - PARA SOLDADOR - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM RASPA, REFORÇO EM COURO NA PALMA DA MÃO E POLEGAR, FORRADA COM TECIDO DE ALGODÃO E ESPUMA NA PALMA E DORSO DA MÃO; COSTURADA EM FIOS DE ARAMIDA; RESISTÊNCIA ANTVIBRATORIA NA PALMA E DORSO DA MÃO, COMPRIMENTO 41CM. CA 19173/ 28163/ 17034/ 20004 | PR | volk ca 37167 | 3,000 | 32,0000 | 96,00 |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 7/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 7803 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|------|---------------|------------|----------------|-------------|
| 46 | LUVA PARA MOTOCICLISTA: EM POLIÉSTER 3%, NYLON 44%, COURO SINTÉTICO 20%, KEVLAR 3%, RUBBER 14%, COURO LEGÍTIMO 3%, FIBRA DE CARBONO 3% E PVC 10%, PROTEÇÃO NOS DEDOS EM BORRACHA E TELA DE METAL, PROTEÇÃO NO DORSO DA MÃO COM FIBRA DE CARBONO, FECHAMENTO EM VELCRO, PROTEÇÃO NA PALMA DA MÃO ACOLCHOADA E FORRADA EM KEVLAR, GRIP COM SILICONE NOS DEDOS, TECIDO EM MALHA LEVE SUPERIOR, PALMA COM DUPLA CAMADA, MODELAGEM ERGONÔMICA, PUXADOR PARA ENCAIXE DA MÃO NA LUVA EM KEVLAR, COM GRIP DE SILICONE NA PALMA DA MÃO, COSTURAS REFORÇADAS. | PR | lumica | 10,000 | 210,0000 | 2.100,00 |
| 47 | LUVA PROTETOR DE MÃO- PARA MOTOCICLISTAS, 100% IMPERMEÁVEL PARA GUIDÃO DE MOTO, TÉRMICA COM REVESTIMENTO INTERNO. PARA TODAS AS MOTOS E, FIXAÇÃO AJUSTÁVEL, COR PRETA. | PR | sócouro | 10,000 | 49,9000 | 499,00 |
| 52 | ÓCULOS DE PROTEÇÃO AMPLA VISÃO- (VISOR INCOLOR) - COM LENTE DE PROTEÇÃO EM POLICARBONATO, COM TRATAMENTO ANTI-RISCO, ANTIEMBAÇANTE E UVA, VENTILAÇÃO INDIRETA, ARMAÇÃO EM SILICONE E ELÁSTICO DE MEMÓRIA AJUSTÁVEL. ACOMPANHA BOLSA EM NYLON PARA ARMAZENAGEM. LENTES EM POLICARBONATO RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS DE MATERIAIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS COMO: FRAGMENTOS DE MADEIRA, FERRO, RESPIGOS DE PRODUTOS ÁCIDOS, CÁUSTICOS, ENTRE OUTROS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB. OFERECE ÓTIMA VEDAÇÃO COBRINDO TODA A REGIÃO EM TORNO DOS OLHOS DO USUÁRIO. POSSUI SISTEMA DE VENTILAÇÃO INDIRETA. COM TIRANTE ELÁSTICO QUE PERMITE AJUSTE. (APROVADO PELA FUNDACENTRO).CA 20718 | UN | danny ca 1495 | 10,000 | 17,5000 | 175,00 |
| 63 | KIT FAROL DE MILHA 16 LEDS 8 EFEITOS BRANCO - o MODELO SLIM (FARÓIS FINOS E COMPACTOS) SOMENTE PARA VEÍCULOS. 12 VOLTS -16 LEDS DE ALTA DURABILIDADE E INTENSIDADE NA COR BRANCA MODO LUZ DIRETA: DEIXA AS LUZES SEMPRE ACESAS. MODO E EFEITOS A E B: LENTO, MÍDIO, RÁPIDO; A PISCA E B ACENDE INVERTENDO; A PISCA E B APAGA INVERTENDO; A E B PISCAM E APAGAM; A E B PISCAM E ACENDEM; SHOW DE EFEITOS. MEDIDAS APROXIMADAS DOS FARÓIS (AXLXP): 4 X 12 X 4CM. MEDIDAS APROXIMADAS DO MÓDULO (AXLXP): 2 X 6,5 X 4CM. | UN | auto poli | 3,000 | 180,0000 | 540,00 |

Fornecedor: 7814 - VERTICE COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - EPP

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|---------|------------|----------------|-------------|
| 48 | JARDINEIRA: EM NYLON EMBORRACHADO COM BOTAS SEM FORRO ACOPLADAS, BOLSO INTERNO, AJUSTE COM CORDÃO E SUSPENSÓRIO COM ENGATE, COM FAIXAS REFLETIVAS E LOGO MARCA DO SAMAE. C/CA | UN | VERTICE | 60,000 | 115,0000 | 6.900,00 |

Fornecedor: 7815 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 3 | Avental em raspa com manga - Avental de segurança confeccionado em raspa, tira em raspa e fivela metálica para ajuste, pala e elástico nas costas, modelo barbeiro. Proteção de tronco do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares. CA 31097 | UN | W.HENZ/C.A3 | 10,000 | 38,5000 | 385,00 |
| 7 | Boia Circular Rígida, classe III, diâmetro de 60cm, confeccionada em polietileno de alta resistência, na cor laranja, material imputrescível, resistente a fungos, água do mar, água doce, petróleo e seus derivados, com proteção UV, interior preenchido com poliuretano, com cabo de polipropileno de 10mm trançado na boia, fixo em quatro pontos. Carga de ruptura mínima: 500kg. Acompanhar acessório: cabo de retinida flutuante trançado com 20 metros de comprimento, monofilado, fabricado em polipropileno com 10mm de diâmetro, carga de ruptura 500kg. | UN | ATIVA | 1,000 | 100,0000 | 100,00 |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 8/15

Processo Nº.: 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

Fornecedor: 7815 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 12 | Capacete de segurança contra impacto com abafador auditivo tipo concha e protetor facial conjugado. Com adesivo refletivo e logo marca do SAMAE. Descrição do capacete: capacete de segurança, tipo II (aba frontal) classe B com o casco injetado em material plástico na cor azul Royal, com suspensão ou coroa com absorvedor de suor e com ajuste de tamanho através de catraca giratória; descrição do protetor auditivo; protetor auditivo circum-auricular composto de duas conchas e material plástico rígido, preenchidas com espuma de poliuretano e com bordas revestidas e almofadas, preenchidas com espuma; as conchas são fixadas á duas hastes plásticas móveis (basculantes) que se encaixam em fendas laterais do casco do capacete, oferecendo proteção mínima de NRR 22 DB; descrição protetor facial: o protetor facial deve ser com visor transparente e incolor, com regulagem de altura. (Todos os EPIS devem ter C.A). | UN | ULTRAMASTE | 6,000 | 49,0000 | 294,00 |
| 13 | Capacete para eletricitista - com adesivo refletivo e logo marca do SAMAE. Classe B, Tipo I, com jugular, deve possuir rigidez dielétrica de acordo com a NBR 8221 para tensão até 30.000 volts, 6 pontos de encaixe e ajuste de tamanho através de regulagem simples. Possui dois tipos de suspensão, uma composta de carneira injetada em plástico, com peça absorvente de suor em espuma de poliéster e coroa composta de duas cintas com regulagem de tamanho através de ajuste simples, a outra suspensão possui coroa composta de duas cintas cruzadas montadas em quatro "clips" de plástico e regulagem de tamanho através de cremalheira. Injetado em uma única peça de polietileno de alta densidade. Cor laranja- Proteção para cabeça contra impactos, penetração e choques elétricos. CA 365 | UN | MSA/C.A 365 | 2,000 | 50,5000 | 101,00 |
| 17 | Cinto colete ombro duplo de sustentação para roçadeira - modelo universal - para todos os tipos de roçadeiras laterais. | UN | TECMATER | 10,000 | 43,0000 | 430,00 |
| 21 | Conjunto protetor para chuva com calça uma capa de 75cm, com capuz, 1 par de botas plástica com 0,15 micras em vinil transparente. Conter elástico nas extremidades dos punhos, cintura, e nos calcanhares. CA 30354. | CJ | PREVEMAX/C | 20,000 | 25,2000 | 504,00 |
| 22 | Conjunto de segurança confeccionado em tecido 100% algodão hidrórepelente ou misto com poliéster até 65% do peso, com aplicação de hidrórepelente, formado por japonsa ¾ ou 7/8 com mangas, elástico nos punhos, ajustes por velcro, sanfonados, com luvas acopladas, de vestir pela cabeça ou com abertura frontal por zíper ou velcro ou o uso combinado destes com lapela de proteção, com tiras para ajustes ou cordonel na barra ou elástico, com capuz fixo, com visor de acetano, com fitas refletivas, com bolsos, calça com ou sem braguilha, com tiras ou cordonel elástico nas barras, ou ajuste por velcro, sanfonado. (Com certificado de aprovação - MTE). | CJ | ENGESL/C/J | 10,000 | 49,0000 | 490,00 |
| 23 | Corda em poliamida 12mm normatizada. NBR 18 | MT | ITACORDA | 60,000 | 3,2000 | 192,00 |
| 26 | FILTRO MECÂNICO P2 PARA RESPIRADOR - FILTRO MECÂNICO CLASSE P2, INDICADO CONTRA POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS ATÉ 10 VEZES O LIMITE DE TOLERÂNCIA. CA 7957 | UN | 3M/C.A 7957 | 30,000 | 5,9000 | 177,00 |
| 28 | FITA ZEBRADA EM ROLOS DE 200M X10 CM, COR AMARELA E PRETA. | RL | SEGMENTO | 100,000 | 6,7000 | 670,00 |
| 29 | GIROFLEX DE LED- LUZ DE EMERGÊNCIA SINALIZADOR 54 LEDS - COR ÂMBAR - 12 / 24V BIVOLT - COM PLUG PARA CONECTAR NO ACENDEADOR DE CIGARROS- IMÃ PARA FIXAR NO TETO DO CARRO- CONFECCIONADO EM PLÁSTICO, CIRCUITO, FIOS, LÂMPADA E MOTOR DE ROTAÇÃO - CABO ESPIRALADO DE 3,5 - 54 LEDS- CARCAÇA RESISTENTE À CHUVA. | UN | DNI | 20,000 | 114,0000 | 2.280,00 |
| 41 | LUVA DE LÁTEX AMARELA - COR AMARELA - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, REVESTIMENTO INTERNO EM ALGODÃO FLOCADO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA E FACE PALMAR DOS DEDOS, PUNHO COM VIOLA, PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES, E CONTRA AGENTES QUÍMICOS TAIS COMO: CLASSE A - TIPO 2: AGRESSIVOS BÁSICOS. CLASSE B - DETERGENTES, SABÕES, AMÔNÍACO E SIMILARES. CLASSE C - TIPO 3: ÁLCOOIS; TIPO 4: ÉTERES; TIPO 5: CETONAS; TIPO 6: ÁCIDOS ORGÂNICOS. CA: 15532. | PR | DANNY/C.A 1 | 40,000 | 2,6000 | 104,00 |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 9/15
Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017**Fornecedor: 7815 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP**

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|------|--------------|------------|----------------|-------------|
| 42 | LUVA DE LÁTEX COM PALMA DIAMANTADA - COR AMARELA - 37CM DE COMPRIMENTO - ANTIDERRAPANTE- VESTE O ANTEBRAÇO. RESISTENTE A ABRASÃO, CORTE POR LÂMINA, RASGAMENTO, PERFURAÇÃO POR PUNÇÃO. CA 9567 | PR | DANNY/C.A 9 | 150,000 | 8,9000 | 1.335,00 |
| 55 | PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA- COM CARNEIRA AJUSTÁVEL E VISOR TRANSPARENTE INCOLOR TRANSPARENTE 200MM DE ALTURA. FABRICADO EM MATERIAL LEVE E RESISTENTE; COM SUPORTE CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO; CERCA DE 195 MM DE LARGURA E 200MM (8") DE ALTURA; COM VISOR POLICARBONATO. PROTEÇÃO DA FACE DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS MULTIDIRECIONAIS COMO POEIRAS, RESPIGOS QUÍMICOS E RADIAÇÕES ÓPTICAS. CA 3473. | UN | NOVEL/C.A 11 | 5,000 | 15,0000 | 75,00 |
| 62 | SUSPENSÃO PARA O CAPACETE- CINTA CONFECCIONADA EM POLIAMIDA COM TRATAMENTO ANTIALÉRGICO, POSICIONADA EM FORMA DE CRUZ, COSTURADA E COM QUATRO PONTOS DE SUSTENTAÇÃO, SISTEMA DE AJUSTE DESLIZANTE. A PARTE DA SUSPENSÃO QUE CIRCUNDA A CABEÇA DEVERÁ SER CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE. TESTEIRA ABSORVEDORA DE SUOR, PRODUZIDA EM LAMINADO DE PVC ATÓXICO, REVESTIDA EM ESPUMA MULTIPERFURADA EM POLIURETANO. JUGULAR: FITA DE POLIAMIDA COM FECHAMENTO LATERAL. CA 12354 | UN | ULTRAMASTE | 30,000 | 6,9900 | 209,70 |

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

Disponível em www.campsnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 10/15
Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 11/15
Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 12/15
Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 13/15
Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 14/15
Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 15/15
Processo Nº.: 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 2 de Outubro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR**Empresas Participantes:**

| | | |
|--|--------------------------|-------|
| CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - ME | CNPJ: 94.987.930/0001-24 | _____ |
| FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP | CNPJ: 04.584.756/0001-86 | _____ |
| JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME | CNPJ: 12.532.054/0001-87 | _____ |
| LUIZ CARLOS GHIGGI - ME | CNPJ: 76.840.909/0001-10 | _____ |
| RAFAEL KUHN EIRELI - ME | CNPJ: 14.255.257/0001-07 | _____ |
| SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA | CNPJ: 07.038.642/0001-29 | _____ |
| VERTICE COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - EPP | CNPJ: 08.763.888/0001-26 | _____ |

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

Canelinha

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº106/PMC/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA

O Município de Canelinha SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva 1683 – Centro – Canelinha/SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo de Dispensa nº 106/PMC/17

Objeto: Contratação de empresa de software para prestação de serviços necessários a implantação, configuração e regularização das informações para o correto cumprimento das publicações junto ao Portal da Transparência do Executivo Municipal de Canelinha, referente ao exercício de 2017.

Contratado: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI ME.

Valor: R\$. 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II, Art.23 inciso I e II, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável.

MOACIR MONTIBELER - PREFEITO DO MUNICIPIO

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 6.100/2017

LEI Nº. 6.100/2017

“PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do “PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE” a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ AMIGOS DO PRÓXIMO, inscrita no CNPJ 19.946.921/0001-70, para a realização do Dia de Lazer com a Comunidade Evangélica .

Parágrafo Primeiro – O evento contará com várias atrações sem fins lucrativos, tais como, almoço, apresentações artísticas e brincadeiras para crianças.

Parágrafo Segundo – A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se ao espaço físico interno e externo para estacionamento, sendo que, especificadamente o evento designado será realizado no pavilhão gastronômico, Ginásio de Esportes e Churrasqueira. Estes espaços serão de inteira responsabilidade da parte organizadora na contratação de empresa terceirizada de segurança, visando proteger a população visitante.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei terá início às 08h00min do dia 08/10/2017, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal de Planejamento e acompanhada por pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término às 17h00min do mesmo dia, quando também, deverá ocorrer a devida vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo da ASSOCIAÇÃO CRISTÃ AMIGOS DO PRÓXIMO, realizar o pagamento da contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, além do pagamento, prévio, dos tributos referentes ao uso do espaço público, prestação de serviços e comércio ambulante, sendo, ainda, de responsabilidade do permissionário:

I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

IV - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

V - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VI - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

VIII – Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos;

IX – Somente usar a energia do Parque para barracas de acampamento, banheiros e iluminação das vias internas e externas do Parque;

X – A limpeza do Parque após o evento;

XI – Montar no local um ambulatório para prestação de primeiros socorros;

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da ASSOCIAÇÃO CRISTÃ AMIGOS DO PRÓXIMO, a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interno

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 18/2017

CONTRATADO: ATACADO OURO VERDE LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.208,98 (vinte e sete mil duzentos e oito reais e noventa e oito centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 18/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/17

HOMOLOGAÇÃO: 05/10/17

CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE

BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.680,17 (quinze mil seiscentos e oitenta reais e dezessete centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 18/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/17

HOMOLOGAÇÃO: 05/10/17

CONTRATADO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 251.746,96 (duzentos e cinquenta e um mil setecentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 18/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/17

HOMOLOGAÇÃO: 05/10/17

CONTRATADO: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.449,59 (trinta e nove mil quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 18/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/17

HOMOLOGAÇÃO: 05/10/17

CONTRATADO: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.917,50 (cinco mil novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 18/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/17

HOMOLOGAÇÃO: 05/10/17

CONTRATADO: MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.115,92 (doze mil cento e quinze reais e noventa e dois centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 18/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/17

HOMOLOGAÇÃO: 05/10/17

CONTRATADO: PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA,

FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 70.187,06 (setenta mil cento e oitenta e sete reais e seis centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 102/2017 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/17

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/17

CONTRATADO: KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

VALOR DA DESPESA: R\$ 591.854,00 (quinhentos e noventa e um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/17

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/17

CONTRATADO: JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

VALOR DA DESPESA: R\$ 69.085,00 (sessenta e nove mil e oitenta e cinco reais)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/17

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/17

CONTRATADO: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

VALOR DA DESPESA: R\$ 581.048,50 (quinhentos e oitenta e um mil e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 91/2017 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/17

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/17

CONTRATADO: Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.671.510,17 (um milhão seiscentos e setenta e um mil quinhentos e dez reais e dezessete centavos)

DATA: 06/10/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA SEGUNDA ALTERAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 17/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 157/2017
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 17/2017
2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. A data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, se mantém no dia 24/10/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 75/2017(ELETRÔNICO)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 105/2017
EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 75/2017 (ELETRÔNICO)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2017, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) COMPUTADORES COMPLETOS, 01 (UMA) CPU E 01 (UM) PROJETO MULTIMÍDIA (DATA SHOW), DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Motivo: Cancelamento para adequação de descritivo do objeto. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 26/2017 (ELETRÔNICO)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 43/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 26/2017 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/10/2017, às 09h30min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até às 08h30min do dia 25/10/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregoão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Gilberto do Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 27/2017 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 44/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 27/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/10/2017, às 09h05min, licitação para a AQUISIÇÃO DE 1.500 AMPOLAS DO MEDICAMENTO ENOXAPARINA SÓDICA, PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMÁCIA BÁSICA, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 24/10/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto do Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 28/2017 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 45/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 28/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/10/2017, às 13h30min, licitação para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO DO MOTOR DA AMBULANCIA RENAUL MASTER, ANO 2010, PLACA MID-9976, DE USO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 13h25min do dia 24/10/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto do Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO PREGÃO Nº PMC 102/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
COMUNICADO RESPOSTA RECURSO ADMINISTRATIVO
RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO, protocolado pela empresa Tânia Maria Novak Maron EIRELI - ME, contra a decisão do pregoeiro, referente a desclassificação de sua proposta no Pregão Presencial nº PMC 102/2017. Protocolo nº 5760 em 28 de setembro de 2017. Processo de licitação n.º PMC 147/2017 na modalidade de Pregão Presencial n.º PMC 102/2017. PARECER DO PREGOEIRO: Conhecer do recurso e negar provimento ao requerido pela empresa recorrente. O teor da resposta do Pregoeiro está à disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

MARCIANO FERNANDES CORREA
Pregoeiro

**PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
FINANCEIRO DO PREGÃO N° PMC 36/2016
(ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 45/2016

PREGÃO N.º FMS 36/2016 (ELETRÔNICO)

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS ITENS 74,76,86,130,177,208 E 300, DO REGISTRO DE PREÇO PARA A COMPRA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E CONSUMO, NA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, AMBULATÓRIO DE EPIDEMIOLOGIA, NOS PROGRAMAS EXISTENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o realinhamento do valor do Item: 74) PARACETAMOL 750MG, que passa de R\$ 0,0689 o comprimido para o valor de R\$ 0,0719 o comprimido (fornecedor: KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP), Item: 76) BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 MUI INJETÁVEL + DILUENTE, que passa de R\$ 2,90 a ampola para o valor de R\$ 6,50 a ampola (fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA), Item: 86) LOSARTANA POTÁSSICA+HIDROCLOROTIAZIDA 50/12,5 MG, que passa de R\$ 0,0980 o comprimido para o valor de R\$ 0,1296 o comprimido (fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA), Item: 130) CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG, que passa de R\$ 0,078 o comprimido para o valor de R\$ 0,1040 o comprimido (fornecedor: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA), Item: 177) COMPRIMIDO DE OMEPRAZOL 20 MG, que passa de R\$ 0,0379 a unidade para o valor de R\$ 0,0429 a unidade (fornecedor: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA), Item: 208) METOCLOPRAMIDA sol.Oral 4% 10ml, que passa de R\$ 0,4996 o frasco para o valor de R\$,6148 o frasco (fornecedor: KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP) e Item: 300) DICLOFENACO INJETAVÉL 75MG/3ML, que passa de R\$ 0,45 o a ampola para o valor de R\$ 0,5999 a ampola (fornecedor: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA). O realinhamento foi solicitado pelos fornecedores. A documentação para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenso ao Processo, disponível aos interessados.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 18/2017

Página: 1/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: | | Processo Administrativo: | | Total dos Itens Vencedores: | | 422.306,18 | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|--|-----------------------------|--|------------|--|----------|--|----------------|--|-------------|--|-----------|--|---------------|--|
| Licitação.....: | | 18/2017 - CC | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: | | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | | Nome do Fornecedor | | Marca | | Quantidade | | Desconto | | Preço Unitário | | Preço Total | | Situação | | Classificação | |
| Item.....: 1 - 18433 - ALFINETE - Unidade: CXA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | BACCHI | | 82,000 | | 0,0000 | | 3,7200 | | 305,04 | | Venceu | | 1 ***** | |
| 8636 | | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | BACHI | | 82,000 | | 0,0000 | | 4,9900 | | 409,18 | | Perdeu | | 2 | |
| 12704 | | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | BACCHI | | 82,000 | | 0,0000 | | 5,1300 | | 420,66 | | Perdeu | | 3 | |
| 17376 | | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | | BACCHI | | 82,000 | | 0,0000 | | 5,4900 | | 450,18 | | Perdeu | | 4 | |
| 6120 | | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | | | 82,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| 16687 | | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | | | 82,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| 16688 | | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | | | 82,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| 17626 | | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | | | 82,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| Item.....: 2 - 411047384 - ALFINETE NIQUELADO COM CABEÇA REDONDA COLORIDA, USADO PARA F - Unidade: CXA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | JOCAR | | 121,000 | | 0,0000 | | 1,9200 | | 232,32 | | Venceu | | 1 ***** | |
| 17626 | | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | JOCAR | | 121,000 | | 0,0000 | | 2,0100 | | 243,21 | | Perdeu | | 2 | |
| 8636 | | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | BRW | | 121,000 | | 0,0000 | | 2,0500 | | 248,05 | | Perdeu | | 3 | |
| 17376 | | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | | JOCAR | | 121,000 | | 0,0000 | | 2,5600 | | 309,76 | | Perdeu | | 4 | |
| 12704 | | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | JOCAR | | 121,000 | | 0,0000 | | 3,1800 | | 384,78 | | Perdeu | | 5 | |
| 6120 | | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | | | 121,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| 16687 | | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | | | 121,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| 16688 | | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | | | 121,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| Item.....: 3 - 411047146 - ALFINETE DE SEGURANÇA NIQUELADO COM TAMANHO APROXIMADO DE 2 - Unidade: CXA | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17626 | | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | JOCAR | | 5,095,000 | | 0,0000 | | 4,5000 | | 22.927,50 | | Venceu | | 1 ***** | |
| 13945 | | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | BACCHI | | 5,095,000 | | 0,0000 | | 4,6200 | | 23.538,90 | | Perdeu | | 2 | |
| 6120 | | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | | | 5,095,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| 8636 | | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | | | 5,095,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |
| 12704 | | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | | | 5,095,000 | | 0,0000 | | 0,0000 | | 0,00 | | Não cotou | | 0 | |

Página: 2/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

132/2017

18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 3 | - 411047146 | - ALFINETE DE SEGURANÇA NIQUELADO COM TAMANHO APROXIMADO DE 2 - Unidade: CXA | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 5.095,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 5.095,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 5.095,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 4 | - 17167 | - ALMOFADA P/ CARIMBO Nº3 - Unidade: UN | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Stamp | 104,000 | 0,0000 | 1,9500 | 202,80 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | J.STAMP | 104,000 | 0,0000 | 2,2600 | 235,04 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | RADEX | 104,000 | 0,0000 | 3,1600 | 328,64 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | CARBRINK | 104,000 | 0,0000 | 3,7100 | 385,84 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RADEX | 104,000 | 0,0000 | 7,0000 | 728,00 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 104,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 104,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 104,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 5 - 23152 - APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|----------|--------|--------|--------|--------|-----------|---------|
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 85,000 | 0,0000 | 2,6000 | 221,00 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | RADEX | 85,000 | 0,0000 | 3,1100 | 264,35 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | RADEX | 85,000 | 0,0000 | 3,4300 | 291,55 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | CARBRINK | 85,000 | 0,0000 | 3,8000 | 323,00 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 3/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| | | | |
|------------------|---|--------------------------|------------|
| Processo / Ano: | 132/2017 | Processo Administrativo: | 422.306,18 |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | |

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|---------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 6 - 111040792 - APONTADOR PLÁSTICO COM RESERVATÓRIO QUADRADO OU SIMILAR - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 1.340,000 | 0,0000 | 0,3200 | 428,80 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 1.340,000 | 0,0000 | 0,4600 | 616,40 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | LEONORA | 1.340,000 | 0,0000 | 0,4800 | 643,20 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 1.340,000 | 0,0000 | 0,6700 | 897,80 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEO LEO | 1.340,000 | 0,0000 | 0,7500 | 1.005,00 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | LEONORA | 1.340,000 | 0,0000 | 0,8900 | 1.192,60 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.340,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.340,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 7 - 8120 - APLICADOR DE SILICONE - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | CASSE | 582,000 | 0,0000 | 6,3300 | 3.684,06 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CLASSE | 582,000 | 0,0000 | 9,0000 | 5.238,00 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 582,000 | 0,0000 | 10,0000 | 5.820,00 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 582,000 | 0,0000 | 13,4300 | 7.816,26 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEONORA | 582,000 | 0,0000 | 13,9000 | 8.089,80 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 582,000 | 0,0000 | 18,6400 | 10.848,48 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 582,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 582,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 8 - 13981 - APLICADOR COLA QUENTE SILICONE 11MM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | CASSE | 571,000 | 0,0000 | 9,0000 | 5.139,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 571,000 | 0,0000 | 10,0000 | 5.710,00 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CLASSE | 571,000 | 0,0000 | 12,0000 | 6.852,00 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 571,000 | 0,0000 | 13,2000 | 7.537,20 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 571,000 | 0,0000 | 16,7900 | 9.587,09 | Perdeu | 5 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/89

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--------------|--|------------|------------|--|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 8 | - | 13981 | - | APLICADOR COLA QUENTE SILICONE 11MM - Unidade: UN | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEONORA | 571,000 | 0,0000 | 17,8900 | 10.215,19 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 571,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 571,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 9 | - | 13982 | - | CAIXA DE PAPELÃO PARA ARQUIVO MORTO MEDIDAS MÍNIMAS 344X125X - Unidade: UN | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SIEDSCHLAG | 3.650,000 | 0,0000 | 1,3800 | 5.037,00 | Venceu | 1 ***** |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | DELGRIS | 3.650,000 | 0,0000 | 1,4600 | 5.329,00 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BOXSUL | 3.650,000 | 0,0000 | 1,5900 | 5.803,50 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MÁXIMA | 3.650,000 | 0,0000 | 1,8800 | 6.862,00 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FRAMA | 3.650,000 | 0,0000 | 1,8900 | 6.898,50 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 3.650,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 3.650,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 3.650,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|---------------|--|-------------|---------|--|--------|--------|-----------|---------|
| Item.....: 10 | - | 8855 | - | BARBANTE FIO CRU Nº 08. ROLO COM 70M - Unidade: ROLO | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | PIRATININGA | 308,000 | 0,0000 | 2,6400 | 813,12 | Venceu | 1 ***** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | PIRATININGA | 308,000 | 0,0000 | 2,7000 | 831,60 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | KOREA | 308,000 | 0,0000 | 2,9000 | 893,20 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 308,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 308,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 308,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 308,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 308,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 5/89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 11 - 13983 - BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 7MMX30CM. - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RENDECOLA | 934,000 | 0,0000 | 0,2600 | 242,84 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Rendicolla | 934,000 | 0,0000 | 0,2600 | 242,84 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | RENDICOLLA | 934,000 | 0,0000 | 0,2800 | 261,52 | Empate | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | RENDICOLLA | 934,000 | 0,0000 | 0,2900 | 270,86 | Perdeu | 4 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CLASSE | 934,000 | 0,0000 | 0,4100 | 382,94 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 934,000 | 0,0000 | 0,4200 | 392,28 | Perdeu | 6 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | RENDICOLLA | 934,000 | 0,0000 | 0,4500 | 420,30 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 934,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 12 - 13984 - BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 11MM X 30CM. - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RENDCOLA | 1,030,000 | 0,0000 | 0,5000 | 515,00 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | RENDICOLLA | 1,030,000 | 0,0000 | 0,5500 | 566,50 | Perdeu | 2 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Rendicolla | 1,030,000 | 0,0000 | 0,6400 | 659,20 | Perdeu | 3 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CLASSE | 1,030,000 | 0,0000 | 0,6800 | 700,40 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 1,030,000 | 0,0000 | 0,7200 | 741,60 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | RENDICOLLA | 1,030,000 | 0,0000 | 0,7400 | 762,20 | Perdeu | 6 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | RENDICOLLA | 1,030,000 | 0,0000 | 1,0500 | 1,081,50 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1,030,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 13 - 13985 - BLOCO DE POST-JT GDE C/01 BLOCO DE 100 FOLHAS 102MM X 76MM - Unidade: PCT | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 1,442,000 | 0,0000 | 1,7800 | 2,566,76 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 1,442,000 | 0,0000 | 1,9500 | 2,811,90 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 1,442,000 | 0,0000 | 1,9800 | 2,855,16 | Perdeu | 3 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 1,442,000 | 0,0000 | 2,1000 | 3,028,20 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEO LEO | 1,442,000 | 0,0000 | 2,6900 | 3,878,98 | Perdeu | 5 |

Página: 6/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 13 - 13985 - BLOCO DE POST-JT GDE C/01 BLOCO DE 100 FOLHAS 102MM X 76MM - Unidade: PCT | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 1.442,000 | 0,0000 | 2,8900 | 4.167,38 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.442,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 1.442,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 14 - 13986 - BLOCO DE POST-JT PQNO PACOTE C/04 BLOCOS DE 100 FOLHAS 38MM - Unidade: PCT | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 884,000 | 0,0000 | 0,8700 | 769,08 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 884,000 | 0,0000 | 1,9500 | 1.723,80 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 884,000 | 0,0000 | 2,6900 | 2.377,96 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 884,000 | 0,0000 | 2,8900 | 2.554,76 | Perdeu | 4 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 884,000 | 0,0000 | 3,0800 | 2.722,72 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 884,000 | 0,0000 | 5,3000 | 4.685,20 | Perdeu | 6 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ADELBRÁS | 884,000 | 0,0000 | 6,1400 | 5.427,76 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 884,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 15 - 13987 - BOBINA DE PAPEL PARDO 1.20 X 80MM C/ 200M - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|--------|--------|----------|-----------|-----------|---------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | TRENTO | 59,000 | 0,0000 | 122,0000 | 7.198,00 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SAMPA | 59,000 | 0,0000 | 147,0000 | 8.673,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | 5 ESTRELAS | 59,000 | 0,0000 | 217,8800 | 12.854,92 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 59,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 59,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 59,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 59,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 59,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| | | | | | | | | |
| Item.....: 16 - 13988 - BOBINA P/ MÁQUINA DE CALCULAR 57MM X 30M CX C/ 30 UN - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ALSOMA | 40,000 | 0,0000 | 30,0000 | 1.200,00 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | REGISPEL | 40,000 | 0,0000 | 41,8000 | 1.672,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ALO FORM | 40,000 | 0,0000 | 42,4700 | 1.698,80 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 40,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 40,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 40,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 40,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 40,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| | | | | | | | | |
| Item.....: 17 - 1088 - BORRACHA BRANCA M 40 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Red Bor | 1.406,000 | 0,0000 | 0,1300 | 182,78 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | REDBOR | 1.406,000 | 0,0000 | 0,1500 | 210,90 | Perdeu | 2 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | REDBOR | 1.406,000 | 0,0000 | 0,1500 | 210,90 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | RED BOR | 1.406,000 | 0,0000 | 0,1800 | 253,08 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 1.406,000 | 0,0000 | 0,1900 | 267,14 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | VMP | 1.406,000 | 0,0000 | 0,3000 | 421,80 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.406,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.406,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| | | | | | | | | |
| Item.....: 18 - 13989 - BORRACHA VERDE TAM MEDIO TRIANGULAR - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | REDBOR | 1.435,000 | 0,0000 | 0,4000 | 574,00 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MERCUR | 1.435,000 | 0,0000 | 1,0200 | 1.463,70 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MERCUR | 1.435,000 | 0,0000 | 1,0700 | 1.535,45 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.435,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 1.435,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 8/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

132/2017

18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|---|--------------|------------|---|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 18 | - | 13989 | - | BORRACHA VERDE TAM MEDIO TRIANGULAR | - | Unidade: UN | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.435,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.435,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.435,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 19 | - | 13990 | - | CADERNO GDE. CAPA DURA. 200 FOLHAS. 10 MAT. ESPIRAL 208X280MM | - | Unidade: UN | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PANAMERICANA | 545,000 | 0,0000 | 6,9000 | 3.760,50 | Venceu | 1 **** |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | PANAMERICANA | 545,000 | 0,0000 | 7,1500 | 3.896,75 | Perdeu | 2 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Panamericana | 545,000 | 0,0000 | 7,2800 | 3.967,60 | Perdeu | 3 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | PANAMERICANA | 545,000 | 0,0000 | 7,8000 | 4.142,00 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | PANAMERICANA | 545,000 | 0,0000 | 8,2900 | 4.518,05 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PANAMERICANA | 545,000 | 0,0000 | 8,8300 | 4.812,35 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TRES B | 545,000 | 0,0000 | 9,7600 | 5.319,20 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 545,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 20 | - | 13992 | - | CADERNO 1/4 BROCHURA C/ 48 FOLHAS FORMATO 142 X 205MM | - | Unidade: UN | | |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | PANAMERICANA | 1.103,000 | 0,0000 | 0,8300 | 915,49 | Venceu | 1 **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PANAMERICANA | 1.103,000 | 0,0000 | 0,8400 | 926,52 | Perdeu | 2 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Panamericana | 1.103,000 | 0,0000 | 0,8600 | 948,58 | Perdeu | 3 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | PANAMERICANA | 1.103,000 | 0,0000 | 0,9000 | 992,70 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | PANAMERICANA | 1.103,000 | 0,0000 | 0,9500 | 1.047,85 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PANAMERICANA | 1.103,000 | 0,0000 | 1,2700 | 1.400,81 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TRES B | 1.103,000 | 0,0000 | 2,1600 | 2.382,48 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.103,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 9/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|

Item.....: 21 - 13993 - CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS 100MM X 140MM - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|--------------|---------|--------|---------|----------|-----------|---------|
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | CLASSE | 252,000 | 0,0000 | 9,0000 | 2.268,00 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CLASSE | 252,000 | 0,0000 | 12,5000 | 3.150,00 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 252,000 | 0,0000 | 13,1300 | 3.308,76 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MASTERPRINT | 252,000 | 0,0000 | 13,6400 | 3.437,28 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR OFFICE | 252,000 | 0,0000 | 14,4000 | 3.628,80 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 252,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 252,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 252,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 22 - 14122 - CANETA ESFEROGRAFICA AZUL PONTA MÉDIA - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|-----------|--------|--------|----------|-----------|---------|
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | Arte Feliz | 9.361,000 | 0,0000 | 0,3000 | 2.808,30 | Venceu | 1 ***** |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | TIP | 9.361,000 | 0,0000 | 0,3000 | 2.808,30 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | INJEX | 9.361,000 | 0,0000 | 0,3400 | 3.182,74 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | COMPACTOR | 9.361,000 | 0,0000 | 0,3400 | 3.182,74 | Perdeu | 4 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | COMPACTOR | 9.361,000 | 0,0000 | 0,3500 | 3.276,35 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 9.361,000 | 0,0000 | 0,7500 | 7.020,75 | Perdeu | 6 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 9.361,000 | 0,0000 | 0,7900 | 7.395,19 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 9.361,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 23 - 14123 - CANETA ESFEROGRAFICA PRETA PONTA MÉDIA - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|-----------|--------|--------|----------|--------|---------|
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | TIP | 7.671,000 | 0,0000 | 0,3000 | 2.301,30 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | Arte Feliz | 7.671,000 | 0,0000 | 0,3000 | 2.301,30 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | INJEX | 7.671,000 | 0,0000 | 0,3400 | 2.608,14 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | COMPACTOR | 7.671,000 | 0,0000 | 0,3400 | 2.608,14 | Perdeu | 4 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | COMPACTOR | 7.671,000 | 0,0000 | 0,3500 | 2.684,85 | Perdeu | 5 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/89

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 23 | - 14123 | - CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA PONTA MÉDIA - Unidade: UN | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BIC | 7.671,000 | 0,0000 | 0,6500 | 4.986,15 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 7.671,000 | 0,0000 | 0,7500 | 5.753,25 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRÁFICA MEDEIROS LTDA | | 7.671,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 24 | - 14124 | - CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR VERMELHA PONTA MÉDIA - Unidade: UN | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | TIP | 3.330,000 | 0,0000 | 0,3000 | 999,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Arte Feliz | 3.330,000 | 0,0000 | 0,3000 | 999,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | INJEX | 3.330,000 | 0,0000 | 0,3400 | 1.132,20 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | COMPACTOR | 3.330,000 | 0,0000 | 0,3400 | 1.132,20 | Perdeu | 4 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | COMPACTOR | 3.330,000 | 0,0000 | 0,3500 | 1.165,50 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 3.330,000 | 0,0000 | 0,7000 | 2.331,00 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 3.330,000 | 0,0000 | 0,7500 | 2.497,50 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRÁFICA MEDEIROS LTDA | | 3.330,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 25 - 411047161 - PINCEL ANATÔMICO MATERIAL PLÁSTICO C/PONTA REDONDA TIPO FELT - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|-----------|---------|--------|--------|----------|-----------|---------|
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 725,000 | 0,0000 | 0,6800 | 493,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 725,000 | 0,0000 | 0,8500 | 616,25 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 725,000 | 0,0000 | 1,0300 | 746,75 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 725,000 | 0,0000 | 1,5600 | 1.131,00 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 725,000 | 0,0000 | 1,7100 | 1.239,75 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 725,000 | 0,0000 | 2,8000 | 2.030,00 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 725,000 | 0,0000 | 3,1200 | 2.262,00 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRÁFICA MEDEIROS LTDA | | 725,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 11/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|--|--|--|--|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | | | | | |
| Item.....: 26 - 311042110 - CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA, COR AZUL, 0.7 MM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CARIMBRAS | 6.980,000 | 0.0000 | 0.3800 | 2.652,40 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Carimbrás | 6.980,000 | 0.0000 | 0.3900 | 2.722,20 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | INJEX | 6.980,000 | 0.0000 | 0.4600 | 3.210,80 | Perdeu | 3 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | TIP | 6.980,000 | 0.0000 | 0.5200 | 3.629,60 | Perdeu | 4 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | COMPACTOR | 6.980,000 | 0.0000 | 0.5500 | 3.839,00 | Perdeu | 5 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | COMPACTOR | 6.980,000 | 0.0000 | 0.9500 | 6.631,00 | Perdeu | 6 | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 6.980,000 | 0.0000 | 0.9900 | 6.910,20 | Perdeu | 7 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 6.980,000 | 0.0000 | 0.0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| Item.....: 27 - 311042111 - CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA, COR PRETA, 0.7 MM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CARIMBRAS | 5.930,000 | 0.0000 | 0.3800 | 2.253,40 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Carimbrás | 5.930,000 | 0.0000 | 0.3900 | 2.312,70 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | INJEX | 5.930,000 | 0.0000 | 0.4600 | 2.727,80 | Perdeu | 3 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | TIP | 5.930,000 | 0.0000 | 0.5200 | 3.083,60 | Perdeu | 4 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | COMPACTOR | 5.930,000 | 0.0000 | 0.5500 | 3.261,50 | Perdeu | 5 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | COMPACTOR | 5.930,000 | 0.0000 | 0.9500 | 5.633,50 | Perdeu | 6 | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 5.930,000 | 0.0000 | 0.9900 | 5.870,70 | Perdeu | 7 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 5.930,000 | 0.0000 | 0.0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| Item.....: 28 - 311042112 - CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA, COR VERMELHA, 0.7 MM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CARIMBRAS | 3.240,000 | 0.0000 | 0.3800 | 1.231,20 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Carimbrás | 3.240,000 | 0.0000 | 0.3900 | 1.263,60 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | INJEX | 3.240,000 | 0.0000 | 0.4600 | 1.490,40 | Perdeu | 3 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | TIP | 3.240,000 | 0.0000 | 0.5200 | 1.684,80 | Perdeu | 4 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | COMPACTOR | 3.240,000 | 0.0000 | 0.5500 | 1.782,00 | Perdeu | 5 | | | | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/89

422.306,18

Processo Administrativo:

132/2017

18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 28 - 311042112 - CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA, COR VERMELHA, 0.7 MM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | COMPACTOR | 3.240,000 | 0,0000 | 0,9500 | 3.078,00 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 3.240,000 | 0,0000 | 0,9900 | 3.207,60 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 3.240,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 29 - 13998 - CANETA HIDROCOR, ESTOJO C/ 12 CORES, PONTA 0.4MM - Unidade: ESTO | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 146,000 | 0,0000 | 1,2200 | 178,12 | Venceu | 1 **** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 146,000 | 0,0000 | 1,8200 | 265,72 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | TUTTI | 146,000 | 0,0000 | 2,2900 | 334,34 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEONORA | 146,000 | 0,0000 | 2,9900 | 436,54 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ACRILEX | 146,000 | 0,0000 | 6,8000 | 992,80 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARIPEL | 146,000 | 0,0000 | 8,2500 | 1.204,50 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 146,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 146,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 30 - 10789 - CANETA P/ CD PONTA GROSSA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | LYKE | 110,000 | 0,0000 | 1,1000 | 121,00 | Venceu | 1 **** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Jocar | 110,000 | 0,0000 | 1,2100 | 133,10 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 110,000 | 0,0000 | 1,2500 | 137,50 | Perdeu | 3 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 110,000 | 0,0000 | 1,4500 | 159,50 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 110,000 | 0,0000 | 1,6800 | 184,80 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 110,000 | 0,0000 | 1,7000 | 187,00 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 110,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 110,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 13/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 31 - 24415 - CANETA MARCA TEXTO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 1.469,000 | 0,0000 | 0,0880 | 129,27 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 1.469,000 | 0,0000 | 0,6500 | 954,85 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 1.469,000 | 0,0000 | 0,9000 | 1.322,10 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 1.469,000 | 0,0000 | 0,9100 | 1.336,79 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MASTERPRINT | 1.469,000 | 0,0000 | 0,9900 | 1.454,31 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 1.469,000 | 0,0000 | 1,1100 | 1.630,59 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 1.469,000 | 0,0000 | 1,2300 | 1.806,87 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.469,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 32 - 13999 - CANETA P/ E.V.A COR PRETA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 551,000 | 0,0000 | 1,6800 | 925,68 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 551,000 | 0,0000 | 2,1900 | 1.206,69 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SERTIC | 551,000 | 0,0000 | 5,3600 | 2.953,36 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 551,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 551,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 551,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 551,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 551,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 33 - 14000 - CANETA P/ E.V.A COR VERMELHA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 538,000 | 0,0000 | 1,6800 | 903,84 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 538,000 | 0,0000 | 2,1900 | 1.178,22 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SERTIC | 538,000 | 0,0000 | 5,3600 | 2.883,68 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 538,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 538,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 33 | - 14000 | - CANETA P/ E.VA.COR.VERMELHA - Unidade: UN | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 538,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 538,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 538,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 34 | - 8969 | - CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA EM ACRÍLICO COR CRISTAL - Unidade: UN | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | CARBRINK | 46,000 | 0,0000 | 26,6000 | 1.223,60 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BEL | 46,000 | 0,0000 | 26,8900 | 1.236,94 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 46,000 | 0,0000 | 36,4000 | 1.674,40 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | WALEU | 46,000 | 0,0000 | 38,7400 | 1.782,04 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | WALLEU | 46,000 | 0,0000 | 43,3200 | 1.992,72 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 46,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 46,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 46,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 35 - 14001 - CARTOPLEX DIVERSAS CORES 66 X 50CM - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|-----|-----------|--------|--------|--------|-----------|---------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | VMP | 1.270,000 | 0,0000 | 0,6800 | 863,60 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 1.270,000 | 0,0000 | 0,7600 | 965,20 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | VMP | 1.270,000 | 0,0000 | 0,7800 | 990,60 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.270,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 1.270,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.270,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.270,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.270,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 15/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|--|--|--|--|--|
| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | | | |
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | | | | | |
| Item.....: 36 - 2544 - CARTOLINA DIVERSAS CORES 66 X 50CM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ALLCART | 1,250,000 | 0,0000 | 0,3600 | 450,00 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ALO FORM | 1,250,000 | 0,0000 | 0,4500 | 562,50 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 1,250,000 | 0,0000 | 0,5800 | 725,00 | Perdeu | 3 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1,250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 1,250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1,250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1,250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1,250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| Item.....: 37 - 14125 - CARTOLINA BRANCA 66 X 50 CM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ALLCART | 980,000 | 0,0000 | 0,3400 | 333,20 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ALO FORM | 980,000 | 0,0000 | 0,4200 | 411,60 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 980,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 980,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 980,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 980,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 980,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 980,000 | 0,0000 | 0,5800 | 568,40 | Desclassif. | 0 | | | | | |
| Item.....: 38 - 32076 - CARTOLINA DIVERSAS CORES TAMANHO A4 - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 1,370,000 | 0,0000 | 0,2500 | 342,50 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 1,370,000 | 0,0000 | 0,2900 | 397,30 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1,370,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 1,370,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1,370,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|------------|------------|--|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 38 | - | 32076 | - | CARTOLINA DIVERSAS CORES TAMANHO A4 | - | Unidade: UN | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.370.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 1.370.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.370.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 39 | - | 1931 | - | CORRETIVO LÍQUIDO, A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, SECAGEM RÁPIDA | - | Unidade: UN | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Ecole | 404.000 | 0,0000 | 0,7400 | 298,96 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | RADEX | 404.000 | 0,0000 | 0,8000 | 323,20 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FRAMA | 404.000 | 0,0000 | 0,8400 | 339,36 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | FRAMA | 404.000 | 0,0000 | 0,8900 | 359,56 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | FRAMA | 404.000 | 0,0000 | 1,0800 | 436,32 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 404.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 404.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 404.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 40 - 935 - CD-R VIRGEM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 700 MB/80 MIN - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|-------|---------|--------|--------|--------|-----------|---------|
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | ELGIN | 670.000 | 0,0000 | 0,6000 | 402,00 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 670.000 | 0,0000 | 0,6800 | 455,60 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ELGIN | 670.000 | 0,0000 | 0,7900 | 529,30 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ELGIN | 670.000 | 0,0000 | 0,9200 | 616,40 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 670.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 670.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 670.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 670.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 17/89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|--|--|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | | |
| Item.....: 41 - 32295 - CD RW 700 MB 80 MIN - Unidade: UN | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 610,000 | 0,0000 | 2,3700 | 1.445,70 | Venceu | 1 ***** | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 610,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 610,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 610,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 610,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 610,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 610,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ELGIN | 610,000 | 0,0000 | 3,3300 | 2.031,30 | Desclassif. | 0 | | |
| Item.....: 42 - 8728 - DVD-R 4.7 GB - Unidade: UN | | | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | ELGIN | 1.112,000 | 0,0000 | 0,6300 | 700,56 | Venceu | 1 ***** | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 1.112,000 | 0,0000 | 0,7500 | 834,00 | Perdeu | 2 | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ELGIN | 1.112,000 | 0,0000 | 0,8400 | 934,08 | Perdeu | 3 | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ELGIN | 1.112,000 | 0,0000 | 0,9700 | 1.078,64 | Perdeu | 4 | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | CIS | 1.112,000 | 0,0000 | 1,4900 | 1.656,88 | Perdeu | 5 | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.112,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.112,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.112,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| Item.....: 43 - 9414 - ELÁSTICO EM LATEX Nº 18 EMB 100GR - Unidade: PCI | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PREMIER | 272,000 | 0,0000 | 1,5500 | 421,60 | Venceu | 1 ***** | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | REDBOR | 272,000 | 0,0000 | 2,0700 | 563,04 | Perdeu | 2 | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | FULGOR | 272,000 | 0,0000 | 3,6200 | 984,64 | Perdeu | 3 | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | RED BOR | 272,000 | 0,0000 | 3,7000 | 1.006,40 | Perdeu | 4 | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 272,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|--------|------------|---|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 43 | - | 9414 | - | ELÁSTICO EM LATEX Nº 18 EMB 100GR - Unidade: PCT | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 272,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 272,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 272,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 44 | - | 2545 | - | EMBORRACHADO E.V.A 59.5 X 40CM DIVERSAS CORES - Unidade: FL | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MILLY | 1.150,000 | 0,0000 | 0,8800 | 1.012,00 | Venceu | 1 **** |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | HAITHI | 1.150,000 | 0,0000 | 0,9800 | 1.127,00 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 1.150,000 | 0,0000 | 1,3400 | 1.541,00 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | VMP | 1.150,000 | 0,0000 | 1,3500 | 1.552,50 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.150,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 1.150,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.150,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.150,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|---------------|--|----------|---------|--------------------------------------|--------|--------|-----------|--------|
| Item.....: 45 | - | 14002 | - | COLA INSTANTÂNEA 03 GR - Unidade: UN | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 195,000 | 0,0000 | 1,1500 | 224,25 | Venceu | 1 **** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | TEKBOND | 195,000 | 0,0000 | 3,0300 | 590,85 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | TECKBOND | 195,000 | 0,0000 | 3,7800 | 737,10 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 19/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|---|---|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 46 - 14003 - CLIPES Nº 0 CX C/ 100 UN - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 903,000 | 0,0000 | 0,8600 | 776,58 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MASTER CLIPS | 903,000 | 0,0000 | 1,1000 | 993,30 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NEW | 903,000 | 0,0000 | 1,1000 | 993,30 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | XR | 903,000 | 0,0000 | 1,3300 | 1,200,99 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 903,000 | 0,0000 | 1,5800 | 1,426,74 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 903,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 903,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 903,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 47 - 14004 - CLIPES Nº 1,0 CX C/ 100 UN - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 997,000 | 0,0000 | 0,8600 | 857,42 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MASTER CLIPS | 997,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1,096,70 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NEW | 997,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1,096,70 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | XR | 997,000 | 0,0000 | 1,3300 | 1,326,01 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 997,000 | 0,0000 | 1,5800 | 1,575,26 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 997,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 997,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 997,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 48 - 14005 - CLIPES Nº 2,0 CX C/ 100 UN - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 1,076,000 | 0,0000 | 0,8600 | 925,36 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MASTER CLIPS | 1,076,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1,183,60 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NEW | 1,076,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1,183,60 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | XR | 1,076,000 | 0,0000 | 1,3300 | 1,431,08 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 1,076,000 | 0,0000 | 1,5800 | 1,700,08 | Perdeu | 5 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
|------------|--------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|

Item.....: 48 - 14005 - CLIPES Nº 2.0 CX C/ 100 UN - Unidade: CXA

| | | | | | | | | |
|-------|--|--|-----------|--------|--------|------|-----------|---|
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.076,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.076,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.076,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 49 - 14126 - CLIPES Nº 4.0 CAIXA COM 100 UNIDADE - Unidade: CXA

| | | | | | | | | |
|-------|--|--------------|---------|--------|--------|----------|-----------|---------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 959,000 | 0,0000 | 0,8600 | 824,74 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MASTER CLIPS | 959,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1.054,90 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NEW | 959,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1.054,90 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | XR | 959,000 | 0,0000 | 1,3300 | 1.275,47 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 959,000 | 0,0000 | 1,5800 | 1.515,22 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 959,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 959,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 959,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 50 - 14006 - CLIPES Nº 6.0 CX C/ 50 UN - Unidade: CXA

| | | | | | | | | |
|-------|--|--------------|---------|--------|--------|----------|-----------|---------|
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MASTER CLIPS | 930,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1.023,00 | Venceu | 1 ***** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NEW | 930,000 | 0,0000 | 1,1000 | 1.023,00 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 930,000 | 0,0000 | 1,1300 | 1.050,90 | Empate | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 930,000 | 0,0000 | 1,7000 | 1.581,00 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | XR | 930,000 | 0,0000 | 2,8000 | 2.604,00 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 930,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 930,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 930,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 21/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 51 - 14007 - CLIPES Nº 8.0 CX C/ 25 UN - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 907,000 | 0,0000 | 1,0700 | 970,49 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MASTER CLIPS | 907,000 | 0,0000 | 1,1000 | 997,70 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NEW | 907,000 | 0,0000 | 1,1000 | 997,70 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 907,000 | 0,0000 | 1,5800 | 1.433,06 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | XR | 907,000 | 0,0000 | 2,9000 | 2.630,30 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 907,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 907,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 907,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 52 - 32695 - CLIPS BINDER 15 MM. CAIXA COM 12 - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BRW | 366,000 | 0,0000 | 1,3000 | 475,80 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 366,000 | 0,0000 | 1,4800 | 541,68 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CIS | 366,000 | 0,0000 | 3,2500 | 1.189,50 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 366,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 366,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 366,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 366,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 366,000 | 0,0000 | 6,0400 | 2.210,64 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 53 - 14128 - CLIPS BINDER 25 MM. CAIXA COM 12 - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BRW | 195,000 | 0,0000 | 2,6000 | 507,00 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 195,000 | 0,0000 | 3,0000 | 585,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CIS | 195,000 | 0,0000 | 6,0000 | 1.170,00 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 195,000 | 0,0000 | 9,8100 | 1.912,95 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 22/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 53 | - 14128 | - CLIPS BINDER 25 MM. CAIXA COM 12 - Unidade: CXA | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 195,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 54 | - 14129 | - CLIPS BINDER 41 MM. CAIXA COM 12 - Unidade: CXA | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BRW | 191,000 | 0,0000 | 6,4000 | 1.222,40 | Venceu | 1 **** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 191,000 | 0,0000 | 7,0600 | 1.348,46 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CIS | 191,000 | 0,0000 | 8,7400 | 1.669,34 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 191,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 191,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 191,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 191,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 191,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|---------------|--|---|---------|--------|---------|----------|-------------|--------|
| Item.....: 55 | - 14130 | - CLIPS BINDER 51 MM. COM 12 - Unidade: CXA | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 196,000 | 0,0000 | 7,6100 | 1.491,56 | Venceu | 1 **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BRW | 196,000 | 0,0000 | 9,0000 | 1.764,00 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 196,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 196,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 196,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 196,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 196,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 196,000 | 0,0000 | 11,3600 | 2.226,56 | Desclassif. | 0 |

Página: 23/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 56 - 2203 - COLA LÍQUIDA BRANCA PARA PAPEL TUBO C/ 40 GR. - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | SM | 2.317,000 | 0.0000 | 0.5100 | 1.181,67 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 2.317,000 | 0.0000 | 0.5500 | 1.274,35 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FRAMA | 2.317,000 | 0.0000 | 0.6400 | 1.482,88 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | PIRATININGA | 2.317,000 | 0.0000 | 0.8900 | 2.062,13 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | PIRATININGA | 2.317,000 | 0.0000 | 0.9600 | 2.224,32 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 2.317,000 | 0.0000 | 0.9800 | 2.270,66 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 2.317,000 | 0.0000 | 0.0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 2.317,000 | 0.0000 | 0.0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 57 - 14131 - COLA EM BASTÃO MINIMO 08 GRAMAS - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 1.047,000 | 0.0000 | 0.4200 | 439,74 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | LEONORA | 1.047,000 | 0.0000 | 0.4900 | 513,03 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARPEL | 1.047,000 | 0.0000 | 0.5800 | 607,26 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEO LEO | 1.047,000 | 0.0000 | 0.7200 | 753,84 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | LEO E LEO | 1.047,000 | 0.0000 | 0.7200 | 753,84 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | LEONORA | 1.047,000 | 0.0000 | 0.8600 | 900,42 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.047,000 | 0.0000 | 0.0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.047,000 | 0.0000 | 0.0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 58 - 14237 - COLA PARA ISOPOR, DE 40 G - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Acrilex | 79,000 | 0.0000 | 1.0000 | 79,00 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PIRATININGA | 79,000 | 0.0000 | 1.5300 | 120,87 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARPEL | 79,000 | 0.0000 | 1.5500 | 122,45 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | PIRATININGA | 79,000 | 0.0000 | 1.6200 | 127,98 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MARPEL | 79,000 | 0.0000 | 2.2000 | 173,80 | Perdeu | 5 |

Página: 24/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|---------|------------|---|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 58 | - | 14237 | - | COLA PARA ISOPOR, DE 40 G - | Unidade: UN | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 79,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 79,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 79,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 59 | - | 2039 | - | ENVELOPE PARDO 240MM x 340MM SEM TIMBRE - | Unidade: UN | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SCRITY | 4.525,000 | 0,0000 | 0,1200 | 543,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Scrity | 4.525,000 | 0,0000 | 0,1300 | 588,25 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | FORONI | 4.525,000 | 0,0000 | 0,1900 | 859,75 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ENVOPEL | 4.525,000 | 0,0000 | 0,2100 | 950,25 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 4.525,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 4.525,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 4.525,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 4.525,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|---------------|--|---------|-----------|---|-------------|----------|-----------|---------|
| Item.....: 60 | - | 14011 | - | ENVELOPE PARDO 260MM x 360MM SEM TIMBRE - | Unidade: UN | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SCRITY | 4.570,000 | 0,0000 | 0,1500 | 685,50 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Scrity | 4.570,000 | 0,0000 | 0,1600 | 731,20 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | FORONI | 4.570,000 | 0,0000 | 0,2200 | 1.005,40 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ENVOPEL | 4.570,000 | 0,0000 | 0,2500 | 1.142,50 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 4.570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 4.570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 4.570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 4.570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 26/89

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|-------|------------|---|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 63 | - | 14132 | - | ESTILETE EM PLÁSTICO. LAMINA DE AÇO COM LARGURA DE 9,00 MM | - | Unidade: UN | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 109,000 | 0,0000 | 0,9900 | 107,91 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 109,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 109,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 64 | - | 35450 | - | ESTILETE EM PLÁSTICO. LAMINA DE AÇO COM LARGURA DE 18,00 MM | - | Unidade: UN | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Tutti | 151,000 | 0,0000 | 0,8500 | 128,35 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 151,000 | 0,0000 | 0,9900 | 149,49 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 151,000 | 0,0000 | 1,2000 | 181,20 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 151,000 | 0,0000 | 1,2800 | 193,28 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 151,000 | 0,0000 | 1,3300 | 200,83 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 151,000 | 0,0000 | 1,4600 | 220,46 | Perdeu | 6 |
| 17626 | PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 151,000 | 0,0000 | 2,4600 | 371,46 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 151,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 65 - 35493 - ETIQUETA AUTO ADESIVA BCA RETANGULAR TAM 25,4X101,6X2,160UND - Unidade: CXA

| | | | | | | | | |
|-------|--|----------|---------|--------|---------|-----------|-----------|---------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | LINK | 706,000 | 0,0000 | 23,9000 | 16.873,40 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | COLAGRIL | 706,000 | 0,0000 | 39,0000 | 27.534,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | POLIFIX | 706,000 | 0,0000 | 54,6000 | 38.547,60 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 706,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 706,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 706,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 706,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 706,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 66 - 1058 - EXTRATOR DE GRAMPO, TIPO ESPÁTULA, EM AÇO CROMADO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | MAKE+ | 304,000 | 0,0000 | 0,6800 | 206,72 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | CAVIA | 304,000 | 0,0000 | 0,7300 | 221,92 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | CARBRINK | 304,000 | 0,0000 | 0,9000 | 273,60 | Perdeu | 3 |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 304,000 | 0,0000 | 0,9100 | 276,64 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CARBRINK | 304,000 | 0,0000 | 0,9100 | 276,64 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 304,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 304,000 | 0,0000 | 1,1700 | 355,68 | Desclassif. | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BACCHI | 304,000 | 0,0000 | 2,6200 | 796,48 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 67 - 2474 - FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12X40 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DELFIX | 3.702,000 | 0,0000 | 0,4300 | 1.591,86 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | EUROCEL | 3.702,000 | 0,0000 | 0,6200 | 2.295,24 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 3.702,000 | 0,0000 | 0,6300 | 2.332,26 | Perdeu | 3 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Eurocel | 3.702,000 | 0,0000 | 0,7200 | 2.665,44 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SICAD | 3.702,000 | 0,0000 | 0,8400 | 3.109,68 | Perdeu | 5 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 3.702,000 | 0,0000 | 0,9600 | 3.553,92 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 3.702,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 3.702,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 68 - 2098 - FITA CREPE (19 X 50) - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ADELBRAS | 3.672,000 | 0,0000 | 1,8200 | 6.683,04 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DELFIX | 3.672,000 | 0,0000 | 1,9200 | 7.050,24 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | EUROCEL | 3.672,000 | 0,0000 | 1,9300 | 7.086,96 | Perdeu | 3 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Eurocel | 3.672,000 | 0,0000 | 2,1100 | 7.747,92 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SICAD | 3.672,000 | 0,0000 | 2,2700 | 8.335,44 | Perdeu | 5 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 28/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|----------|------------|-------------------------------------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 68 | - | 2098 | - | FITA CREPE (19 X 50) - Unidade: UN | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | DELFIX | 3.672,000 | 0,0000 | 4,5200 | 16.597,44 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 3.672,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 3.672,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 69 | - | 14020 | - | FITA CREPE 45MM X 50M - Unidade: UN | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | EUROCEL | 3.668,000 | 0,0000 | 5,0300 | 18.450,04 | Venceu | 1 **** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DELFIX | 3.668,000 | 0,0000 | 5,4300 | 19.917,24 | Perdeu | 2 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Eurocel | 3.668,000 | 0,0000 | 5,5100 | 20.210,68 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SICAD | 3.668,000 | 0,0000 | 6,1100 | 22.411,48 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ADELBRAS | 3.668,000 | 0,0000 | 6,3000 | 23.108,40 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | DELFIX | 3.668,000 | 0,0000 | 9,8000 | 35.946,40 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 3.668,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 3.668,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|---------------|--|---------|---------|--|--------|----------|-----------|--------|
| Item.....: 70 | - | 14021 | - | FITA DUPLA FACE 12MM X 40M - Unidade: UN | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 765,000 | 0,0000 | 2,3100 | 1.767,15 | Venceu | 1 **** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Eurocel | 765,000 | 0,0000 | 2,4400 | 1.866,60 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SICAD | 765,000 | 0,0000 | 2,8100 | 2.149,65 | Perdeu | 3 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 765,000 | 0,0000 | 3,8800 | 2.968,20 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | DELFIX | 765,000 | 0,0000 | 5,2000 | 3.978,00 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 765,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 765,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 765,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 29/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|---|---|--------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | Processo Administrativo: | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 71 - 14022 - FITA PLÁSTICA MARRON 48MM X 50M - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DELFIX | 3.658,000 | 0,0000 | 2,3900 | 8.742,62 | Venceu | 1 ***** | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 3.658,000 | 0,0000 | 2,5900 | 9.474,22 | Perdeu | 2 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | EUROCEL | 3.658,000 | 0,0000 | 2,6000 | 9.510,80 | Perdeu | 3 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ADELBRAS | 3.658,000 | 0,0000 | 3,1200 | 11.412,96 | Perdeu | 4 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SICAD | 3.658,000 | 0,0000 | 3,3800 | 12.364,04 | Perdeu | 5 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 3.658,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 3.658,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 3.658,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 72 - 311041988 - GRAMPEADOR COM ESTRUTURA METÁLICA E BSE PLÁSTICA BS/MIN 15 - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 404,000 | 0,0000 | 4,2600 | 1.721,04 | Venceu | 1 ***** | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 404,000 | 0,0000 | 9,5800 | 3.870,32 | Perdeu | 2 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 404,000 | 0,0000 | 10,5500 | 4.262,20 | Perdeu | 3 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 404,000 | 0,0000 | 11,5000 | 4.646,00 | Perdeu | 4 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 404,000 | 0,0000 | 12,4500 | 5.029,80 | Perdeu | 5 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 404,000 | 0,0000 | 12,9900 | 5.247,96 | Perdeu | 6 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 404,000 | 0,0000 | 13,6700 | 5.522,68 | Perdeu | 7 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 404,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 73 - 14025 - GRAMPEADOR PROFISSIONAL, CAPACIDADE MÍN. 150 FOLHAS - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 111,000 | 0,0000 | 59,0000 | 6.549,00 | Venceu | 1 ***** | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 111,000 | 0,0000 | 69,7400 | 7.741,14 | Perdeu | 2 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 111,000 | 0,0000 | 79,6500 | 8.841,15 | Perdeu | 3 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 111,000 | 0,0000 | 84,1100 | 9.336,21 | Perdeu | 4 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEONORA | 111,000 | 0,0000 | 85,0000 | 9.435,00 | Perdeu | 5 | |

Página: 30/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|-------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 73 - 14025 - GRAMPEADOR PROFISSIONAL, CAPACIDADE MÍN. 150 FOLHAS - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 111,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 111,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 111,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 74 - 10543 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 26x6, CAIXA C/ 5000 UND. - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 2.393,000 | 0,0000 | 1,9900 | 4.762,07 | Venceu | 1 **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 2.393,000 | 0,0000 | 2,3500 | 5.623,55 | Perdeu | 2 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | XR | 2.393,000 | 0,0000 | 2,6600 | 6.365,38 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | FRAMA | 2.393,000 | 0,0000 | 2,9100 | 6.963,63 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 2.393,000 | 0,0000 | 3,2300 | 7.729,39 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 2.393,000 | 0,0000 | 3,2700 | 7.825,11 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 2.393,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 2.393,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|---|--|--------|---------|--------|---------|----------|-----------|--------|
| Item.....: 75 - 411047149 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR 23/10, CAIXA C/ 5000 UND. - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BRW | 192,000 | 0,0000 | 9,9000 | 1.900,80 | Venceu | 1 **** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 192,000 | 0,0000 | 10,7500 | 2.064,00 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 192,000 | 0,0000 | 14,1500 | 2.716,80 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | BACCHI | 192,000 | 0,0000 | 14,5600 | 2.795,52 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 192,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 192,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 192,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 192,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 31/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|--|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | | |
| Item.....: 76 - 411047150 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR 23/13, CAIXA C/5000 UND - Unidade: UN | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BRW | 172,000 | 0,0000 | 12,0000 | 2.064,00 | Venceu | 1 ***** | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 172,000 | 0,0000 | 12,5300 | 2.155,16 | Perdeu | 2 | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 172,000 | 0,0000 | 16,4900 | 2.836,28 | Perdeu | 3 | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 172,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 172,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 172,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 172,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 172,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| Item.....: 77 - 14026 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR 9 X 10 CX 5000 UN. - Unidade: CX | | | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BACCHI | 160,000 | 0,0000 | 11,9100 | 1.905,60 | Venceu | 1 ***** | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | BACCHI | 160,000 | 0,0000 | 13,5000 | 2.160,00 | Perdeu | 2 | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BACCHI | 160,000 | 0,0000 | 17,6400 | 2.822,40 | Perdeu | 3 | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 160,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 160,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 160,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 160,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 160,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| Item.....: 78 - 14027 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 20MM P/ ATÉ 190 FLS. - Unidade: CX | | | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | GRAMPLINE | 173,000 | 0,0000 | 5,1400 | 889,22 | Venceu | 1 ***** | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 173,000 | 0,0000 | 14,0000 | 2.422,00 | Perdeu | 2 | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BACCHI | 173,000 | 0,0000 | 19,4600 | 3.366,58 | Perdeu | 3 | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 173,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 173,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 32/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|--------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 78 - 14027 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 20MM P/ ATÉ 190 FLS. - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 173,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 173,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 173,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 79 - 14135 - GRAMPO TRILHO METAL, CAIXA COM 50 UND - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 310,000 | 0,0000 | 5,1000 | 1.581,00 | Venceu | 1 **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 310,000 | 0,0000 | 5,4700 | 1.695,70 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 310,000 | 0,0000 | 7,3400 | 2.275,40 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 310,000 | 0,0000 | 7,4600 | 2.312,60 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 310,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 310,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 310,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BACCHI | 310,000 | 0,0000 | 10,3800 | 3.217,80 | Desclassif. | 0 |

| | | | | | | | | |
|--|--|----------|---------|--------|--------|----------|-----------|--------|
| Item.....: 80 - 14136 - GRAMPO TRILHO PLASTICO, CAIXA C 50 UND - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | HELOMAX | 337,000 | 0,0000 | 6,6900 | 2.254,53 | Venceu | 1 **** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 337,000 | 0,0000 | 7,8000 | 2.628,60 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | DELLO | 337,000 | 0,0000 | 7,9900 | 2.692,63 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | POLYCART | 337,000 | 0,0000 | 9,1900 | 3.097,03 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 337,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 337,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 337,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 337,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 33/89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|--|--|--|--|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | | | | | |
| Item.....: 81 - 14029 - LÂMINA DE ISOPOR DE 15MM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 105,000 | 0,0000 | 2,9000 | 304,50 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ISOLAN | 105,000 | 0,0000 | 3,6400 | 382,20 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| Item.....: 82 - 14030 - LÂMINA DE ISOPOR DE 20MM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 105,000 | 0,0000 | 4,3000 | 451,50 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ISOLAN | 105,000 | 0,0000 | 4,4700 | 469,35 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| Item.....: 83 - 14031 - LÂMINA DE ISOPOR DE 25MM - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 105,000 | 0,0000 | 5,0000 | 525,00 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ISOLAN | 105,000 | 0,0000 | 5,8900 | 618,45 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 34/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|---|------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 83 | - 14031 - LÂMINA DE ISOPOR DE 25MM - Unidade: UN | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 84 | - 311042186 - LÁPIS BORRACHA COM 12 UNIDADES - Unidade: CXA | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | LEO E LEO | 82,000 | 0,0000 | 3,7600 | 308,32 | Venceu | 1 ***** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 82,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 82,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 82,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 82,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 82,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 82,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 82,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 85 - 1961 - LÁPIS PRETO N.º 2 (FABRICAÇÃO NACIONAL) - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|-----------|--------|--------|----------|-----------|---------|
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 2.037,000 | 0,0000 | 0,1200 | 244,44 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PIRILAMPO | 2.037,000 | 0,0000 | 0,1500 | 305,55 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 2.037,000 | 0,0000 | 0,1700 | 346,29 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | LABRA | 2.037,000 | 0,0000 | 0,2400 | 488,88 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | LABRA | 2.037,000 | 0,0000 | 0,2400 | 488,88 | Perdeu | 5 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LABRA | 2.037,000 | 0,0000 | 0,2500 | 509,25 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MULTICOLOR | 2.037,000 | 0,0000 | 0,5900 | 1.201,83 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 2.037,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 35/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| | | | |
|--|--|-------------------------------------|--|
| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | |
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Página: 36/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|------------|------------|--------------------------------------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 88 | - | 11018 | - | MOLHA DEDO. GLICERINA 12G | - | Unidade: UN | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 253,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 253,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 253,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 89 | - | 14033 | - | LIVRO ATA C/ 100 FLS. 205MM X 300MM. | - | Unidade: UN | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | P.B | 666,000 | 0,0000 | 6,8000 | 4.528,80 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TILIBRA | 666,000 | 0,0000 | 10,5900 | 7.052,94 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 666,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 666,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 666,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 666,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 666,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 666,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|---------------|--|------------|--------|--|--------|-------------|-----------|---------|
| Item.....: 90 | - | 14034 | - | ORGANIZADOR PORTA CANETA TRIPLO. ACRÍLICO. | - | Unidade: UN | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | WALEU | 97,000 | 0,0000 | 4,9000 | 475,30 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | WALEU | 97,000 | 0,0000 | 5,0300 | 487,91 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | WALEU | 97,000 | 0,0000 | 5,6000 | 543,20 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | WALLEU | 97,000 | 0,0000 | 5,9900 | 581,03 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 97,000 | 0,0000 | 6,6500 | 645,05 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 97,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 97,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 97,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 38/89

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 93 | - 14037 | - PAPEL DUPLA FACE. 48CM X 66CM. DIVERSAS CORES - Unidade: FL | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 800,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 800,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 800,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 94 | - 14038 | - PAPEL FOTO BRILHANTE GLOSSY. TAM. A4. CX C/ 50 FLS - Unidade: CXA | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MASTERPRINT | 226,000 | 0,0000 | 12,9300 | 2.922,18 | Venceu | 1 **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | OFF PAPER | 226,000 | 0,0000 | 15,8000 | 3.570,80 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MASTER PRINT | 226,000 | 0,0000 | 22,2600 | 5.030,76 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 226,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 226,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 226,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 226,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 226,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 95 - 14039 - PAPEL GRANITO. BCO TAM. A4. CX C/ 50 FLS - Unidade: CXA

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|---------|--------|---------|----------|-----------|--------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | FILIPAPER | 223,000 | 0,0000 | 21,6000 | 4.816,80 | Venceu | 1 **** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | FILIPERSON | 223,000 | 0,0000 | 22,9000 | 5.106,70 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | FILIPAPER | 223,000 | 0,0000 | 25,2200 | 5.624,06 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 223,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 223,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 223,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 223,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 223,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 39/89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 96 - 14041 - PAPEL SEDA 466MM X 659MM - Unidade: FL | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 545,000 | 0,0000 | 0,1400 | 76,30 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | VMP | 545,000 | 0,0000 | 0,1400 | 76,30 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | VMP | 545,000 | 0,0000 | 0,1600 | 87,20 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 545,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 545,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 545,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 545,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 545,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 97 - 14042 - PAPEL STÊNCEL A ALCOOL UNIVERSAL, CX C/ 100 FLS - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 210,000 | 0,0000 | 39,9000 | 8.379,00 | Venceu | 1 ***** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 210,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 210,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 210,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 210,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 210,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 210,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 210,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 98 - 14043 - PAPEL CARTÃO FOSCO 280G, 50 X 70 PCTE 10 CORES - Unidade: PCTI | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | VMP | 556,000 | 0,0000 | 7,4800 | 4.158,88 | Venceu | 1 ***** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | VMP | 556,000 | 0,0000 | 8,5800 | 4.770,48 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 556,000 | 0,0000 | 11,5000 | 6.394,00 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 556,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 556,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 40/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|-------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 98 - 14043 - PAPEL CARTÃO FOSCO 280G. 50 X 70 PCTE 10 CORES - Unidade: PCT | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 556,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 556,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 556,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 99 - 14044 - PAPEL CAMURÇA 40 X 60. VÁRIAS CORES - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | VMP | 565,000 | 0,0000 | 0,4500 | 254,25 | Venceu | 1 **** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 565,000 | 0,0000 | 0,6000 | 339,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | VMP | 565,000 | 0,0000 | 0,6900 | 389,85 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 100 - 14047 - PAPEL SULFITE 75G. 210 X 297. COLORIDO. 500 FL - Unidade: RES | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | REPORT | 750,000 | 0,0000 | 21,0000 | 15.750,00 | Venceu | 1 **** |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | PRINT | 750,000 | 0,0000 | 23,9000 | 17.925,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CHAMEX | 750,000 | 0,0000 | 25,4500 | 19.087,50 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | REPORT | 750,000 | 0,0000 | 26,5000 | 19.875,00 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | CHAMEQUINHO | 750,000 | 0,0000 | 26,7500 | 20.062,50 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 750,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 750,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 750,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 41/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 101 | - 14048 | - PAPEL DE SEDA 50 X 70, VÁRIAS CORES - Unidade: FL | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | VMP | 510,000 | 0,0000 | 0,1400 | 71,40 | Venceu | 1 ***** | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 510,000 | 0,0000 | 0,1400 | 71,40 | Perdeu | 2 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 510,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 510,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 510,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 510,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 510,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 510,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 102 | - 2619 | - PAPEL LAMINADO 66 X 50 CM, VÁRIAS CORES - Unidade: FL | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | VMP | 530,000 | 0,0000 | 0,6100 | 323,30 | Venceu | 1 ***** | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 530,000 | 0,0000 | 0,6700 | 355,10 | Perdeu | 2 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | VMP | 530,000 | 0,0000 | 0,8500 | 450,50 | Perdeu | 3 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 530,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 530,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 530,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 530,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 530,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 103 | - 42148 | - PAPEL VERGÊ 85G 210X297, VÁRIAS CORES CX. C/ 50 FOLHAS - Unidade: CXA | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 591,000 | 0,0000 | 6,5000 | 3.841,50 | Venceu | 1 ***** | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | FILIPAPER | 591,000 | 0,0000 | 10,6400 | 6.288,24 | Perdeu | 2 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FILIPERSON | 591,000 | 0,0000 | 11,2000 | 6.619,20 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | OFF PAPER116 | 591,000 | 0,0000 | 11,6000 | 6.855,60 | Perdeu | 4 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | OFF PAPER | 591,000 | 0,0000 | 12,1500 | 7.180,65 | Perdeu | 5 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 42/89

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|-----------------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 103 | - 42148 | - PAPEL VERGÊ 85G 210X297. VÁRIAS CORES CX. C/ 50 FOLHAS - Unidade: CXA | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 591,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 591,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 591,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 104 | - 1919 | - PAPEL VERGE 180G. MEDINDO 210X297CM. CORES DIVERSAS. PCT C50 - Unidade: CXA | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | OFF PAPER | 585,000 | 0,0000 | 9,8000 | 5.733,00 | Venceu | 1 ***** |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | OFFPAPER | 585,000 | 0,0000 | 10,6400 | 6.224,40 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | OFF PAPER | 585,000 | 0,0000 | 11,6000 | 6.786,00 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | OFF PAPER | 585,000 | 0,0000 | 12,1500 | 7.107,75 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FILIPERSON | 585,000 | 0,0000 | 13,9500 | 8.160,75 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 585,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 585,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 585,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 105 - **14051** - **PAPEL TÉRMICO P/ FAX 215 MM X 30 M. CX C/ 20 UND. - Unidade: CXA**

| | | | | | | | | |
|-------|--|----------|---------|--------|----------|-----------|-----------|---------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MAXPRINT | 100,000 | 0,0000 | 140,0000 | 14.000,00 | Venceu | 1 ***** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MAXPRINT | 100,000 | 0,0000 | 155,2900 | 15.529,00 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | REGISPEL | 100,000 | 0,0000 | 175,0000 | 17.500,00 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 43/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|----------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 106 | - 14052 - PASTA PLÁSTICA C/ ELÁSTICO. DIVERSAS CORES - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ALAPLAST | 1.577.000 | 0,0000 | 0,9400 | 1.482,38 | Venceu | 1 ***** | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACP | 1.577.000 | 0,0000 | 1,1700 | 1.845,09 | Perdeu | 2 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | DAC | 1.577.000 | 0,0000 | 1,4300 | 2.255,11 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ACP | 1.577.000 | 0,0000 | 1,9900 | 3.138,23 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.577.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.577.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.577.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.577.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 107 | - 42522 - PASTA POLIIONDA COM ELÁSTICO TAMANHO 3 CM. DIVERSAS CORES - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ALAPLAST | 968.000 | 0,0000 | 1,6200 | 1.568,16 | Venceu | 1 ***** | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACP | 968.000 | 0,0000 | 1,8500 | 1.790,80 | Perdeu | 2 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ALAPLAST | 968.000 | 0,0000 | 2,0900 | 2.023,12 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DAC | 968.000 | 0,0000 | 2,3900 | 2.313,52 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 968.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 968.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 968.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 968.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 108 | - 14054 - PASTA POLIIONDA C/ ELÁSTICO. 5CM DIVERSAS CORES - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ALAPLAST | 1.065.000 | 0,0000 | 1,7800 | 1.895,70 | Venceu | 1 ***** | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ALAPLAST | 1.065.000 | 0,0000 | 2,2700 | 2.417,55 | Perdeu | 2 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ACP | 1.065.000 | 0,0000 | 2,6800 | 2.854,20 | Perdeu | 3 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACP | 1.065.000 | 0,0000 | 2,8600 | 3.045,90 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.065.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |

Página: 44/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|----------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 108 - 14054 - PASTA POLIIONDA C/ ELÁSTICO. 5CM DIVERSAS CORES - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.065.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.065.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.065.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 109 - 14055 - PASTA AZ. 35 X 28 X 8CM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | POLYCART | 1.315.000 | 0,0000 | 6,2900 | 8.271,35 | Venceu | 1 **** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Polycart | 1.315.000 | 0,0000 | 6,7600 | 8.889,40 | Perdeu | 2 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | FARMA | 1.315.000 | 0,0000 | 7,4400 | 9.783,60 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | FRAMA | 1.315.000 | 0,0000 | 8,5700 | 11.269,55 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 1.315.000 | 0,0000 | 8,6000 | 11.309,00 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FRAMA | 1.315.000 | 0,0000 | 8,6900 | 11.427,35 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.315.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.315.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 110 - 14056 - PASTA AZ. 35 X 28 X 5CM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | POLYCART | 710.000 | 0,0000 | 6,2900 | 4.465,90 | Venceu | 1 **** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Polycart | 710.000 | 0,0000 | 6,7600 | 4.799,60 | Perdeu | 2 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | FRAMA | 710.000 | 0,0000 | 7,4400 | 5.282,40 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | FRAMA | 710.000 | 0,0000 | 8,5700 | 6.084,70 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 710.000 | 0,0000 | 8,6500 | 6.141,50 | Perdeu | 5 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FRAMA | 710.000 | 0,0000 | 8,6900 | 6.169,90 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 710.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 710.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 46/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 113 | - 6581 | - PERCEVEJO LATONADO. CAIXA C/ 100 UND - Unidade: CXA | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 145,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 145,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 145,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 114 | - 14071 | - PORTA CLIPS C/ IMA - Unidade: UN | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|----------------|--|---|---------|--------|--------|----------|-----------|---------|
| Item.....: 115 | - 14072 | - PRANCHETA ACRÍLICA. TAM. A4 - Unidade: UN | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | CARBINK | 341,000 | 0,0000 | 6,3800 | 2.175,58 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | NOVACRIL | 341,000 | 0,0000 | 6,7000 | 2.284,70 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 341,000 | 0,0000 | 8,6500 | 2.949,65 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | WALLEU | 341,000 | 0,0000 | 9,2100 | 3.140,61 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | WALEU | 341,000 | 0,0000 | 9,6200 | 3.280,42 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 341,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 341,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 341,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 47/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | | | | | | | | |
|--|---|------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|------|
| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 116 - 2421 - RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE 30 CM. GRADUAÇÃO MILIMÉTRICA - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | WALEU | 842,000 | 0,0000 | 0,3900 | 328,38 | Venceu | 1 | **** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | BM Suplies | 842,000 | 0,0000 | 0,4700 | 395,74 | Perdeu | 2 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | WALEU | 842,000 | 0,0000 | 0,5000 | 421,00 | Perdeu | 3 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | WALEU | 842,000 | 0,0000 | 0,5100 | 429,42 | Perdeu | 4 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | WALLEU | 842,000 | 0,0000 | 0,5600 | 471,52 | Perdeu | 5 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 842,000 | 0,0000 | 0,7200 | 606,24 | Perdeu | 6 | |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | WALEU | 842,000 | 0,0000 | 1,0000 | 842,00 | Perdeu | 7 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 842,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 117 - 14138 - RÉGUA EM POLIESTER CRISTAL TRANSPARENTE COM 30 CM. ESCALA - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | BM Suplies | 845,000 | 0,0000 | 0,4700 | 397,15 | Venceu | 1 | **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MORAES | 845,000 | 0,0000 | 0,7200 | 608,40 | Perdeu | 2 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | WALEU | 845,000 | 0,0000 | 0,8900 | 752,05 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | WALLEU | 845,000 | 0,0000 | 1,1800 | 997,10 | Perdeu | 4 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | WALEU | 845,000 | 0,0000 | 1,2000 | 1,014,00 | Perdeu | 5 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 845,000 | 0,0000 | 1,2800 | 1,081,60 | Perdeu | 6 | |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | WALEU | 845,000 | 0,0000 | 1,3000 | 1,098,50 | Perdeu | 7 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 845,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 118 - 14075 - ROLOS PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO C/10 METROS. - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PLAVITEC | 158,000 | 0,0000 | 16,0000 | 2.528,00 | Venceu | 1 | **** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | POLIFIX | 158,000 | 0,0000 | 18,3300 | 2.896,14 | Perdeu | 2 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | VMP | 158,000 | 0,0000 | 24,4500 | 3.863,10 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VINITAC | 158,000 | 0,0000 | 32,4000 | 5.119,20 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 158,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |

Página: 48/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|-------|------------|---|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 118 | - | 14075 | - | ROLOS PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO C/ 10 METROS. | - | Unidade: UN | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 158,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 158,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 158,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 119 | - | 14076 | - | SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. TAM.OFÍCIO. C/ 04 FUROS | - | Unidade: UN | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | DAC | 8,900,000 | 0,0000 | 0,0600 | 534,00 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DAC | 8,900,000 | 0,0000 | 0,0900 | 801,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | DAC | 8,900,000 | 0,0000 | 0,1000 | 890,00 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACP | 8,900,000 | 0,0000 | 0,1800 | 1.602,00 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 8,900,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 8,900,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 8,900,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 8,900,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 120 - 14077 - TECIDO TNT 1.40 M LARGURA DIVERSAS CORES. - Unidade: M

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|-----------|--------|--------|----------|-----------|---------|
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ACP | 3,333,000 | 0,0000 | 0,8600 | 2.866,38 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SUL BRASIL | 3,333,000 | 0,0000 | 0,9200 | 3.066,36 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | SANTA FÉ | 3,333,000 | 0,0000 | 1,1200 | 3.732,96 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MJ TEXTIL | 3,333,000 | 0,0000 | 1,1800 | 3.932,94 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | M.J.TEXTIL | 3,333,000 | 0,0000 | 1,4000 | 4.666,20 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 3,333,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 3,333,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 3,333,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 50/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|---|--|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 123 | - 47135 | - TINTA P/ CARIMBO 42ML. NA COR AZUL - Unidade: UN | | | | | | |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 150,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | RADEX | 150,000 | 0,0000 | 1,7800 | 267,00 | Desclassif. | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | CARBRINK | 150,000 | 0,0000 | 2,6700 | 400,50 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 124 | - 14080 | - TINTA P/ TECIDO 250 ML. SOLUVEL EM AGUA. NÃO TÓXICA. DIVERSA - Unidade: UN | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACRILEX | 640,000 | 0,0000 | 8,9500 | 5.728,00 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ACRILEX | 640,000 | 0,0000 | 11,5300 | 7.379,20 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ACRILEX | 640,000 | 0,0000 | 14,1000 | 9.024,00 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 640,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACRILEX | 640,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 640,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 640,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 640,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|----------------|---|---|---------|--------|---------|-----------|-----------|---------|
| Item.....: 125 | - 14086 | - PAPEL CARBONO AZUL OU PRETO A4 CX C/ 100 FLS - Unidade: CXA | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | RADEX | 516,000 | 0,0000 | 16,2000 | 8.359,20 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | RADEX | 516,000 | 0,0000 | 27,0000 | 13.932,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CIS | 516,000 | 0,0000 | 34,3200 | 17.709,12 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 516,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 516,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 516,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 516,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 516,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 51/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 126 | - 27758 | - AGENDAS TELEFÔNICA AZ SPIRAL, CAPA DURA, APROX 75GRS/15X2 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TILIBRA | 94,000 | 0,0000 | 6,4200 | 603,48 | Venceu | 1 ***** | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SÃO DOMINGOS | 94,000 | 0,0000 | 12,1500 | 1.142,10 | Perdeu | 2 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 94,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 94,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 94,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 94,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 94,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 94,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 127 | - 14089 | - CANETA PONTA FINA P/MARCAR CDTUBO DE ENSAIO AZUL OU PRETO - Unidade: UN | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR OFFICE | 384,000 | 0,0000 | 1,9500 | 748,80 | Venceu | 1 ***** | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 384,000 | 0,0000 | 2,0900 | 802,56 | Perdeu | 2 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CIS | 384,000 | 0,0000 | 2,1600 | 829,44 | Perdeu | 3 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | BIC | 384,000 | 0,0000 | 4,6800 | 1.797,12 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 384,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 384,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 384,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 384,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 128 | - 14090 | - AGENDA ANUAL, TAM. 132 X 212 MM - Unidade: UN | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | POMBO | 217,000 | 0,0000 | 16,9000 | 3.667,30 | Venceu | 1 ***** | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TILIBRA | 217,000 | 0,0000 | 19,9000 | 4.318,30 | Perdeu | 2 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | POMBO | 217,000 | 0,0000 | 21,6800 | 4.704,56 | Perdeu | 3 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 217,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 217,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 52/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|---|------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 128 | - 14090 - AGENDA ANUAL, TAM. 132 X 212 MM - Unidade: UN | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 217,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 217,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 217,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 129 | - 14092 - PILHA ALCALINA GRANDE - Unidade: UN | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 164,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 164,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 164,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 164,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 164,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 164,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 164,000 | 0,0000 | 7,0600 | 1.157,84 | Desclassif. | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ELGIN | 164,000 | 0,0000 | 9,5200 | 1.561,28 | Desclassif. | 0 |

| | | | | | | | | |
|----------------|--|------------|---------|--------|--------|----------|-------------|---------|
| Item.....: 130 | - 14093 - PILHA ALCALINA MÉDIA - Unidade: UN | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 264,000 | 0,0000 | 3,0000 | 792,00 | Venceu | 1 ***** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | ELGIN | 264,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 264,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 264,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 264,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 264,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 264,000 | 0,0000 | 0,0000 | 1.293,60 | Desclassif. | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ELGIN | 264,000 | 0,0000 | 5,8500 | 1.544,40 | Desclassif. | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | |
|--|--------------------------------|-------------------------------------|-------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | |
| Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | |
| Fornecedor | | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 131 - 14094 - PILHA ALCALINA PEQUENA - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC | DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 1.378,000 | 0.0000 | 1,4500 | 1.998,10 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE | LTDA - ME | ELGIN | 1.378,000 | 0.0000 | 1,5600 | 2.149,68 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI | - ME | ELGIN | 1.378,000 | 0.0000 | 3,5200 | 4.850,56 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS | EIRELI-ME | ELGIN | 1.378,000 | 0.0000 | 4,0000 | 5.512,00 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS | LTDA | | 1.378,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS | LTDA - EPP | | 1.378,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA | LTDA - ME | | 1.378,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO | LTDA ME | | 1.378,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 132 - 1309 - PILHA ALCALINA PALITO - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC | DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 1.328,000 | 0.0000 | 1,3500 | 1.792,80 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE | LTDA - ME | ELGIN | 1.328,000 | 0.0000 | 1,4800 | 1.965,44 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI | - ME | ELGIN | 1.328,000 | 0.0000 | 1,5600 | 2.071,68 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS | LTDA | | 1.328,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS | LTDA - EPP | | 1.328,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA | LTDA - ME | | 1.328,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO | LTDA ME | | 1.328,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS | EIRELI-ME | | 1.328,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 133 - 28634 - BATERIA ALCALINA 09 VOLTS - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC | DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 214,000 | 0.0000 | 6,7500 | 1.444,50 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS | LTDA - EPP | ELGIN | 214,000 | 0.0000 | 8,1200 | 1.737,68 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE | LTDA - ME | ELGIN | 214,000 | 0.0000 | 8,3800 | 1.793,32 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI | - ME | ELGIN | 214,000 | 0.0000 | 8,8600 | 1.896,04 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS | LTDA | | 214,000 | 0.0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 54/89

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo: 422.306,18

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 133 | - 26634 | - BATERIA ALCALINA 09 VOLTS - Unidade: UN | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 214,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 214,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 214,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 134 | - 14095 | - BATERIA DE LÍTIO 3V GR 2032 - Unidade: UN | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ELGIN | 220,000 | 0,0000 | 1,1000 | 242,00 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | FLEX X | 220,000 | 0,0000 | 1,2800 | 281,60 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 220,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 220,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 220,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 220,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 220,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ELGIN | 220,000 | 0,0000 | 4,6000 | 1,012,00 | Desclassif. | 0 |

Item.....: 135 - 14139 - SUPORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE DE MESA, COM CORTADOR META - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|---------|--------|--------|---------|----------|-----------|---------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CAVIA | 84,000 | 0,0000 | 9,4000 | 789,60 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 84,000 | 0,0000 | 12,4500 | 1,045,80 | Perdeu | 2 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 84,000 | 0,0000 | 13,2000 | 1,108,80 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 84,000 | 0,0000 | 14,5100 | 1,218,84 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | CARBINK | 84,000 | 0,0000 | 16,0000 | 1,344,00 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 84,000 | 0,0000 | 20,0800 | 1,686,72 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 84,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 84,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 55/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 136 - 14098 - ALBUM DE FOTOGRAFIAS ESPIRAL P/40 FOTOS 10 X 15. - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PHOTO | 54,000 | 0,0000 | 22,1100 | 1.193,94 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XENT | 54,000 | 0,0000 | 22,1500 | 1.196,10 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 54,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 54,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 54,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 54,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 54,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 54,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 137 - 13849 - ALFABETO EM EVA COM 72 LETRAS 5X4X0,5 CM - Unidade: PCI | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 138 - 13850 - BALÕES LATEX NATURAL N° 7 C/ 50 UNID. COR AZUL. - Unidade: PCI | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,0500 | 546,75 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PIC PIC | 135,000 | 0,0000 | 4,4900 | 606,15 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,6800 | 631,80 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,7400 | 639,90 | Perdeu | 4 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,8000 | 648,00 | Perdeu | 5 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 56/89

422.306,18

Processo Administrativo:

132/2017

18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|------------|------------|--|----------------|--------------|-----------|---------------|
| Item.....: 138 | - | 13850 | - | BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR AZUL.. | - | Unidade: PCT | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BALLONTECH | 135,000 | 0,0000 | 6,4300 | 868,05 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 139 | - | 13851 | - | BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR BRANCO.. | - | Unidade: PCT | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,0500 | 546,75 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PIC PIC | 135,000 | 0,0000 | 4,4900 | 606,15 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,6800 | 631,80 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,7400 | 639,90 | Perdeu | 4 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,8000 | 648,00 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BALLONTECH | 135,000 | 0,0000 | 6,4300 | 868,05 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 140 - 13852 - BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR VERDE.. - Unidade: PCT

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|---------|--------|--------|--------|-----------|---------|
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,0500 | 546,75 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PIC PIC | 135,000 | 0,0000 | 4,4900 | 606,15 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,6800 | 631,80 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,7400 | 639,90 | Perdeu | 4 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,8000 | 648,00 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BALLONTECH | 135,000 | 0,0000 | 6,4300 | 868,05 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 57/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|---|---|------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 141 - 13853 - BALÕES LATEX NATURAL N° 7, C/ 50 UNID. COR VERMELHO. - Unidade: PCT | | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,0500 | 546,75 | Venceu | 1 ***** | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PIC PIC | 135,000 | 0,0000 | 4,4900 | 606,15 | Perdeu | 2 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,6800 | 631,80 | Perdeu | 3 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | HAPPY DAY | 135,000 | 0,0000 | 4,7400 | 639,90 | Perdeu | 4 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOY | 135,000 | 0,0000 | 4,8000 | 648,00 | Perdeu | 5 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BALLONTECH | 135,000 | 0,0000 | 6,4300 | 868,05 | Perdeu | 6 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 142 - 13861 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR VERMELHO. - Unidade: PCT | | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | HAPPY DAY | 109,000 | 0,0000 | 4,2800 | 466,52 | Venceu | 1 ***** | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOY | 109,000 | 0,0000 | 5,0400 | 549,36 | Perdeu | 2 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SÃO ROQUE | 109,000 | 0,0000 | 9,2800 | 1.011,52 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SÃO ROQUE | 109,000 | 0,0000 | 10,2500 | 1.117,25 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 109,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 109,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 109,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 109,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 143 - 13862 - BARRA DE ISOPOR 5 MM. - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 55,000 | 0,0000 | 1,1100 | 61,05 | Venceu | 1 ***** | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |

Página: 58/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|-----------------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 143 | - 13862 | - BARRA DE ISOPOR 5 MM. - Unidade: UN | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 144 | - 26635 | - BLOCO DE FOLHA FLIP-CHAT SERILHADO 63 X 81 CM C/ 50 FLS. - Unidade: BL | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PILAR | 50,000 | 0,0000 | 22,9000 | 1.145,00 | Venceu | 1 **** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | SD | 50,000 | 0,0000 | 29,7000 | 1.485,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SÃO DOMINGOS | 50,000 | 0,0000 | 35,8800 | 1.794,00 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SAO DOMINGOS | 50,000 | 0,0000 | 38,5500 | 1.927,50 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 145 - **14101** - **BLOCO FOLHA FLIP-CHAT 64X88 CM C/ 50 FLS. - Unidade: BL**

| | | | | | | | | |
|-------|--|--------|--------|--------|---------|----------|-----------|--------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PILAR | 50,000 | 0,0000 | 22,9000 | 1.145,00 | Venceu | 1 **** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TAMOIO | 50,000 | 0,0000 | 34,5500 | 1.727,50 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | TAMOIO | 50,000 | 0,0000 | 38,9700 | 1.948,50 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | TAMOIO | 50,000 | 0,0000 | 38,9900 | 1.949,50 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 59/89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 146 - 2606 - BOLAS DE ISOPOR 100 MM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | STYROCORT | 345,000 | 0,0000 | 1,3900 | 479,55 | Venceu | 1 ***** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 345,000 | 0,0000 | 1,4900 | 514,05 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | STRYCORTE | 345,000 | 0,0000 | 1,5300 | 527,85 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 345,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 345,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 345,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 345,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 345,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 147 - 1005 - BOLAS DE ISOPOR 50 MM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | STYROCORT | 167,000 | 0,0000 | 0,3200 | 53,44 | Venceu | 1 ***** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | STRYCORTE | 167,000 | 0,0000 | 0,3200 | 53,44 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 167,000 | 0,0000 | 0,3300 | 55,11 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 167,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 167,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 167,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 167,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 167,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 148 - 1006 - BOLAS DE ISOPOR 35MM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 67,000 | 0,0000 | 0,1500 | 10,05 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | STYROCORT | 67,000 | 0,0000 | 0,1600 | 10,72 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | STRYCORTE | 67,000 | 0,0000 | 0,1600 | 10,72 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 67,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 67,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 60/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

132/2017

18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|-------|------------|--|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 148 | - | 1006 | - | BOLAS DE ISOPOR 35MM | - | Unidade: UN | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 67,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 67,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 67,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 149 | - | 1007 | - | CANETA COM GLITTER - ESTOJO COM 10 CORES | - | Unidade: UN | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 88,000 | 0,0000 | 18,0000 | 1.584,00 | Venceu | 1 **** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CIS | 88,000 | 0,0000 | 25,0200 | 2.201,76 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 88,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 88,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 88,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 88,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 88,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 88,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|----------------|--|------------|--------|---------------------------------------|--------|-------------|-------------|--------|
| Item.....: 150 | - | 2607 | - | CAPA PARA CD DE ACRILICO TRANSPARENTE | - | Unidade: UN | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | TECNOMIDIA | 80,000 | 0,0000 | 0,5200 | 41,60 | Venceu | 1 **** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TECNOMIDIA | 80,000 | 0,0000 | 2,7200 | 217,60 | Desclassif. | 0 |

Página: 61/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|--|---|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 151 - 1008 - CAPA PARA CD DE PAPEL C 50 UNIDADE - Unidade: PCI | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SCRITY | 50,000 | 0,0000 | 4,5000 | 225,00 | Venceu | 1 ***** | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MAXPRINT | 50,000 | 0,0000 | 5,5200 | 276,00 | Perdeu | 2 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 152 - 2608 - COLA COLORIDA CXA C/ 6 UNIDADES. ATOXICA. GLICERINA. SEM SOL - Unidade: CXA | | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Splash Color | 52,000 | 0,0000 | 3,4400 | 178,88 | Venceu | 1 ***** | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PIRATININGA | 52,000 | 0,0000 | 3,8500 | 200,20 | Perdeu | 2 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | PIRATININGA | 52,000 | 0,0000 | 4,4200 | 229,84 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MARIPÉL | 52,000 | 0,0000 | 4,9000 | 254,80 | Perdeu | 4 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARIPÉL | 52,000 | 0,0000 | 5,2000 | 270,40 | Perdeu | 5 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | PIRATININGA | 52,000 | 0,0000 | 5,3000 | 275,60 | Perdeu | 6 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ACRILEX | 52,000 | 0,0000 | 6,0000 | 312,00 | Perdeu | 7 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 52,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 153 - 2609 - COLA COLORIDA COM GLITTER. CXA C/ 6 UNID. ATOXICA. GLICERINA - Unidade: CXA | | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ACRILEX | 52,000 | 0,0000 | 3,0000 | 156,00 | Venceu | 1 ***** | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 52,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 52,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 52,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PIRATININGA | 52,000 | 0,0000 | 4,8600 | 252,72 | Desclassif. | 0 | |

Página: 62/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 153 | - 2609 | - COLA COLORIDA COM GLITTER, CXA C/ 6 UNID. ATÓXICA, GLICERINA - Unidade: CXA | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | PIRATININGA | 52,000 | 0,0000 | 5,4000 | 280,80 | Desclassif. | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Splash Color | 52,000 | 0,0000 | 5,5100 | 286,52 | Desclassif. | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 52,000 | 0,0000 | 7,7500 | 403,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 154 | - 2610 | - COLA PARA EVA 35 G - Unidade: UN | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Acrilex | 100,000 | 0,0000 | 1,0000 | 100,00 | Venceu | 1 **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACRILEX | 100,000 | 0,0000 | 1,3000 | 130,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | RADEX | 100,000 | 0,0000 | 1,6200 | 162,00 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACRILEX | 100,000 | 0,0000 | 2,4400 | 244,00 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | RADEX | 100,000 | 0,0000 | 2,9000 | 290,00 | Desclassif. | 0 |

Item.....: 155 - 14369 - COLA PARA LANTEJOLA 90G - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|--------|--------|--------|--------|-----------|--------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACRILEX | 77,000 | 0,0000 | 4,1100 | 316,47 | Venceu | 1 **** |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ACRILEX | 77,000 | 0,0000 | 5,0500 | 388,85 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACRILEX | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 63/89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|--|---|--------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | Processo Administrativo: | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 156 - 13871 - COLA RELEVO C/ 6 FRASCOS DE 20G. - Unidade: CXA | | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARIEPL | 55,000 | 0,0000 | 3,9600 | 217,80 | Venceu | 1 ***** | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACRILEX | 55,000 | 0,0000 | 9,7100 | 534,05 | Perdeu | 2 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 55,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ACRILEX | 55,000 | 0,0000 | 17,4300 | 958,65 | Desclassif. | 0 | |
| Item.....: 157 - 2611 - CORRETIVO LIQUIDO CANETA A BASE DE AGUA, SEM ODOR, NAO TOXI - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 105,000 | 0,0000 | 2,0000 | 210,00 | Venceu | 1 ***** | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 105,000 | 0,0000 | 2,4700 | 259,35 | Perdeu | 2 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEONORA27 | 105,000 | 0,0000 | 2,7200 | 285,60 | Perdeu | 3 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 105,000 | 0,0000 | 3,3800 | 354,90 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 105,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 158 - 13872 - DIMENSIONAL GLITTER VÁRIAS CORES 35 ML. - Unidade: UN | | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Acrilex | 85,000 | 0,0000 | 2,2800 | 193,80 | Venceu | 1 ***** | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ACRILEX | 85,000 | 0,0000 | 5,2000 | 442,00 | Perdeu | 2 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACRILEX | 85,000 | 0,0000 | 5,2200 | 443,70 | Perdeu | 3 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACRILEX | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 64/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 158 | - 13872 | - DIMENSIONAL GLITTER VÁRIAS CORES 35 ML. - Unidade: UN | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 159 | - 13873 | - FITA DE PRESENTE, LAÇO PRONTO 2M X 3CM. - Unidade: UN | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 106,000 | 0,0000 | 0,3100 | 32,86 | Venceu | 1 **** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | VMP | 106,000 | 0,0000 | 1,3700 | 145,22 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 106,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 106,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 106,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 106,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 106,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 106,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 160 | - 36520 | - FITA DUPLA FACE 18X30 - Unidade: ROLO | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | EUROCEL | 117,000 | 0,0000 | 3,7200 | 435,24 | Venceu | 1 **** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Eurocel | 117,000 | 0,0000 | 3,9000 | 456,30 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | SICAD | 117,000 | 0,0000 | 4,4200 | 517,14 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DELFI | 117,000 | 0,0000 | 4,7800 | 559,26 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 117,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 117,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 117,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 117,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 65/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|--|--|--|--|--|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | | | | | |
| Item.....: 161 - 14370 - FITA EM TECIDO MOTIVOS DIVERSOS 10M - Unidade: ROLO | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | GITEX | 96,000 | 0,0000 | 7,9000 | 758,40 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | NAJAR | 96,000 | 0,0000 | 9,9200 | 952,32 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 96,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | INTERFITASINTERF | 96,000 | 0,0000 | 23,0000 | 2.208,00 | Desclassif. | 0 | | | | | |
| Item.....: 162 - 13874 - FITA FITILHO LARGO PLÁSTICO 10 M - Unidade: ROLO | | | | | | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 70,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 70,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 70,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 70,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 70,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 70,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 70,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | INTERFITAS | 70,000 | 0,0000 | 2,9000 | 203,00 | Desclassif. | 0 | | | | | |
| Item.....: 163 - 14140 - GRAMPEADOR DE PRESSÃO P/ MADEIRA CAP. DO CARREGADOR DE NO MI - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 58,000 | 0,0000 | 19,3500 | 1.122,30 | Venceu | 1 ***** | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | FTOOLS | 58,000 | 0,0000 | 39,0000 | 2.262,00 | Perdeu | 2 | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 58,000 | 0,0000 | 48,1000 | 2.789,80 | Perdeu | 3 | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | CIS | 58,000 | 0,0000 | 85,2400 | 4.943,92 | Perdeu | 4 | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 58,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | |

Página: 66/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|------------------|------------|--|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 163 | - | 14140 | - | GRAMPEADOR DE PRESSÃO P/ MADEIRA CAP. DO CARREGADOR DE NO MI - Unidade: UN | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 58,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 58,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 58,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 164 | - | 2612 | - | KIT DE PINTURA FACIL C/ 06 CORES - Unidade: CJ | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Rostinho Pintado | 57,000 | 0,0000 | 6,3000 | 359,10 | Venceu | 1 **** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ROSTINHO PINTADO | 57,000 | 0,0000 | 6,7500 | 384,75 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ROSTINHO PINTADO | 57,000 | 0,0000 | 7,1000 | 404,70 | Perdeu | 3 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | ROSTINHO PINTADO | 57,000 | 0,0000 | 12,0000 | 684,00 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 57,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 57,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 57,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 57,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 165 - 13876 - LACO PRONTO 1.7 X 38 CM C/ 10 UNID. - Unidade: PCT

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|--------|--------|--------|-------|-----------|--------|
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 41,000 | 0,0000 | 0,1500 | 6,15 | Venceu | 1 **** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | VMP | 41,000 | 0,0000 | 1,9200 | 78,72 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 41,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 41,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 41,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 41,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 41,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 41,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 67/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|-------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 166 | - 13877 - LÁPIS DE CERA GIZÃO CXA C/ 12 CORES. - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 540,000 | 0,0000 | 1,3700 | 739,80 | Venceu | 1 ***** | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PIRATININGA | 540,000 | 0,0000 | 1,4000 | 756,00 | Perdeu | 2 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | PIRATININGA | 540,000 | 0,0000 | 1,4300 | 772,20 | Perdeu | 3 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | PIRATININGA | 540,000 | 0,0000 | 1,6500 | 891,00 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 540,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 540,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 540,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KOALA251 | 540,000 | 0,0000 | 2,5100 | 1.355,40 | Desclassif. | 0 | |
| Item.....: 167 | - 13878 - LÁPIS DE COR SEXTAVADO C/ 12 CORES C/ CERTIFICADO FSC. - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEONORA | 561,000 | 0,0000 | 2,9900 | 1.677,39 | Venceu | 1 ***** | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LABRA | 561,000 | 0,0000 | 3,0500 | 1.711,05 | Perdeu | 2 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | LABRA | 561,000 | 0,0000 | 3,3700 | 1.890,57 | Perdeu | 3 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | LABRA | 561,000 | 0,0000 | 3,6100 | 2.025,21 | Perdeu | 4 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MULTICOLOR | 561,000 | 0,0000 | 4,6900 | 2.631,09 | Perdeu | 5 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Cis Nataraj | 561,000 | 0,0000 | 4,6900 | 2.631,09 | Perdeu | 6 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MULTICOLOR | 561,000 | 0,0000 | 5,7200 | 3.208,92 | Perdeu | 7 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 561,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 168 | - 14105 - LÁPIS EIRA 0.5 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 230,000 | 0,0000 | 1,0000 | 230,00 | Venceu | 1 ***** | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 230,000 | 0,0000 | 1,1000 | 253,00 | Perdeu | 2 | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | LEONORA | 230,000 | 0,0000 | 1,8900 | 434,70 | Perdeu | 3 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARPEL | 230,000 | 0,0000 | 2,0700 | 476,10 | Perdeu | 4 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 230,000 | 0,0000 | 3,9000 | 897,00 | Perdeu | 5 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 68/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|-----------------------|--|---------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 168 | - 14105 - LÁPISEIRA 0,5 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | FOSCA | 230,000 | 0,0000 | 4,0000 | 920,00 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 169 | - 311042002 - LÁPISEIRA 0,9 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARIPÉL | 219,000 | 0,0000 | 2,2900 | 501,51 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 219,000 | 0,0000 | 2,6000 | 569,40 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 219,000 | 0,0000 | 2,9000 | 635,10 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 219,000 | 0,0000 | 3,9000 | 854,10 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | FOSCA | 219,000 | 0,0000 | 4,0000 | 876,00 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 219,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 219,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 219,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|-----------------------|--|------------|---------|--------|--------|----------|-------------|---------|
| Item.....: 170 | - 2613 - LIVRO ATA - 50 PAGINAS - Unidade: UN | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | PB | 656,000 | 0,0000 | 4,9000 | 3.214,40 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | SD | 656,000 | 0,0000 | 5,7800 | 3.791,68 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 656,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 656,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 656,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 656,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 656,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | TILIBRA | 656,000 | 0,0000 | 7,0500 | 4.624,80 | Desclassif. | 0 |

Página: 69/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|--|---|--------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | Processo Administrativo: | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 171 - 311041997 - MASSA DE MODELAR COM 06 CORES 80G A BASE DE AMIDO / N ENDUREC - Unidade: CXA | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SPLASH | 589,000 | 0,0000 | 1,1800 | 695,02 | Venceu | 1 ***** | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Acrilex | 589,000 | 0,0000 | 1,2000 | 706,80 | Perdeu | 2 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | SPLACHI | 589,000 | 0,0000 | 1,4200 | 836,38 | Perdeu | 3 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | LEONORA | 589,000 | 0,0000 | 1,6200 | 954,18 | Perdeu | 4 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | JOCAR | 589,000 | 0,0000 | 1,7000 | 1.001,30 | Perdeu | 5 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | MARPEL | 589,000 | 0,0000 | 1,8800 | 1.107,32 | Perdeu | 6 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 589,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 589,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 172 - 2614 - REFIL PARA LAPISEIRA 0.5 C: 12 UNID - Unidade: CXA | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | FOSK | 230,000 | 0,0000 | 0,2900 | 66,70 | Venceu | 1 ***** | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 230,000 | 0,0000 | 0,4500 | 103,50 | Perdeu | 2 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SERTIC | 230,000 | 0,0000 | 0,8000 | 184,00 | Perdeu | 3 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 230,000 | 0,0000 | 2,7800 | 639,40 | Perdeu | 4 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 173 - 411047151 - REFIL PARA LAPISEIRA 0.9 c/ 12 unid. - Unidade: CXA | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | LEONORA | 274,000 | 0,0000 | 0,4000 | 109,60 | Venceu | 1 ***** | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 274,000 | 0,0000 | 0,4500 | 123,30 | Perdeu | 2 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SERTIC | 274,000 | 0,0000 | 1,2500 | 342,50 | Perdeu | 3 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 274,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 274,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |

Página: 70/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 173 | - 411047151 | - REFIL PARA LAPISEIRA 0.9 c/ 12 unid. - Unidade: CXA | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 274,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 274,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 274,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 174 | - 14107 | - REFIL P/ LAPISEIRA 0.7 C/ 12 UNID. - Unidade: CXA | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | LEONORA | 275,000 | 0,0000 | 0,4000 | 110,00 | Venceu | 1 **** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 275,000 | 0,0000 | 0,4500 | 123,75 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SERTIC | 275,000 | 0,0000 | 1,0000 | 275,00 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 275,000 | 0,0000 | 1,7900 | 492,25 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 275,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 275,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 275,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 275,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 175 - 14141 - TESOURA DE PICOTE GRANDE. MIN. 15 CM - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|--------|--------|---------|----------|-------------|--------|
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 77,000 | 0,0000 | 21,8000 | 1.678,60 | Venceu | 1 **** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 77,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 77,000 | 0,0000 | 24,0000 | 1.848,00 | Desclassif. | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CLASSE | 77,000 | 0,0000 | 35,0000 | 2.695,00 | Desclassif. | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 72/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|-----------------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 178 | - 2615 | - TINTA GUACHE 250 ML - Unidade: UN | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | PIRATININGA | 135,000 | 0,0000 | 2,8700 | 387,45 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KOALA | 135,000 | 0,0000 | 4,5400 | 612,90 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 135,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 179 | - 2616 | - PASTA SUSPENSÃO MARMORIZADA, COM VISOR - Unidade: UN | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | POLYCARD | 1.360,000 | 0,0000 | 1,0500 | 1.428,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Polycart | 1.360,000 | 0,0000 | 1,1700 | 1.591,20 | Perdeu | 2 |
| 17626 | PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | TIMPEL | 1.360,000 | 0,0000 | 1,1700 | 1.591,20 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FRAMA | 1.360,000 | 0,0000 | 1,4200 | 1.931,20 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ICL | 1.360,000 | 0,0000 | 1,4900 | 2.026,40 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | FRAMA | 1.360,000 | 0,0000 | 1,4900 | 2.026,40 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.360,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.360,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 180 | - 2617 | - PASTAS SUSPENSÃO KRAFT COM VISOR - Unidade: UN | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | TIMPEL | 1.810,000 | 0,0000 | 0,9100 | 1.647,10 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | POLYCARD | 1.810,000 | 0,0000 | 0,9400 | 1.701,40 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ICL135 | 1.810,000 | 0,0000 | 1,0400 | 1.882,40 | Perdeu | 3 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Polycart | 1.810,000 | 0,0000 | 1,1100 | 2.009,10 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | DELLO | 1.810,000 | 0,0000 | 1,1200 | 2.027,20 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | FRAMA | 1.810,000 | 0,0000 | 1,1800 | 2.135,80 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.810,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.810,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|---|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 181 - 14371 - LANTEJOULA 6MM, DIVERSAS CORES. PCTE. 100 GR - Unidade: PCT | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | HONEY | 85,000 | 0,0000 | 1,9400 | 164,90 | Venceu | 1 ***** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 85,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | S.BRILHO | 85,000 | 0,0000 | 6,9600 | 591,60 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 182 - 1009 - COLCHETE Nº 08. CAIXA COM NO MINI. 72 - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 121,000 | 0,0000 | 2,5000 | 302,50 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BACCHI | 121,000 | 0,0000 | 3,8900 | 470,69 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BACHI | 121,000 | 0,0000 | 4,7800 | 578,38 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 183 - 14144 - COLCHETE Nº 10. CAIXA COM NO MIN. 72 UNID - Unidade: CXA | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | XR | 121,000 | 0,0000 | 3,2000 | 387,20 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BACCHI | 121,000 | 0,0000 | 4,7700 | 577,17 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BACHI | 121,000 | 0,0000 | 5,8000 | 701,80 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 74/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|-----------------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 183 | - 14144 | - COLCHETE Nº 10. CAIXA COM NO MIN. 72 UNID - Unidade: CXA | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 121,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 184 | - 14145 | - PASTA SANFONADA A4. COM 12 DIVISÓRIAS - Unidade: UN | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACP | 141,000 | 0,0000 | 10,3900 | 1.464,99 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACP | 141,000 | 0,0000 | 11,0000 | 1.551,00 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DAC | 141,000 | 0,0000 | 14,0000 | 1.974,00 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | DAC | 141,000 | 0,0000 | 14,3900 | 2.028,99 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 141,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 141,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 141,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 141,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|-----------------------|--|--|---------|--------|---------|----------|-----------|---------|
| Item.....: 185 | - 14146 | - PASTA SANFONA A4. COM 31 DIVISÓRIAS - Unidade: UN | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACP | 136,000 | 0,0000 | 23,0000 | 3.128,00 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACP | 136,000 | 0,0000 | 25,7400 | 3.500,64 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | DAC | 136,000 | 0,0000 | 32,8900 | 4.473,04 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DAC | 136,000 | 0,0000 | 33,5000 | 4.556,00 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 136,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 136,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 136,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 136,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 75/89

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | |
|--|---|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|
| Processo / Ano: | 132/2017 | | | | | | | | |
| Licitação.....: | 18/2017 - CC | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | |
| Item.....: 186 - 14153 - EMBORRACHADO E.V.A.COM BOLINHAS, COM 2MM, 40 CMX60CM - Unidade: FL | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MILLY | 600,000 | 0,0000 | 2,8000 | 1.680,00 | Venceu | 1 ***** | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | HAITHI | 600,000 | 0,0000 | 3,1000 | 1.860,00 | Perdeu | 2 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 600,000 | 0,0000 | 3,7200 | 2.232,00 | Perdeu | 3 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | LEO E LEO | 600,000 | 0,0000 | 5,1400 | 3.084,00 | Perdeu | 4 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | EDUART | 600,000 | 0,0000 | 5,6900 | 3.414,00 | Perdeu | 5 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 600,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 600,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 600,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 187 - 14154 - EMBORRACHADO E.V.A.COM GLITTER, COM 2MM, 40 CM X 60 CM - Unidade: FL | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MAKE | 600,000 | 0,0000 | 2,8000 | 1.680,00 | Venceu | 1 ***** | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | HAITHI | 600,000 | 0,0000 | 3,1000 | 1.860,00 | Perdeu | 2 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 600,000 | 0,0000 | 3,9500 | 2.370,00 | Perdeu | 3 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 600,000 | 0,0000 | 4,4700 | 2.682,00 | Perdeu | 4 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MAKET | 600,000 | 0,0000 | 4,7200 | 2.832,00 | Perdeu | 5 | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 600,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 600,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 600,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | |
| Item.....: 188 - 14155 - EMBORRACHADO E.V.A.FELPUDO COM 2MM, 40CM X 60 CM - Unidade: FL | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MILLY | 625,000 | 0,0000 | 2,1500 | 1.343,75 | Venceu | 1 ***** | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | HAITHI | 625,000 | 0,0000 | 4,1000 | 2.562,50 | Perdeu | 2 | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 625,000 | 0,0000 | 5,4400 | 3.400,00 | Perdeu | 3 | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 625,000 | 0,0000 | 5,8900 | 3.681,25 | Perdeu | 4 | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | KREATEVA | 625,000 | 0,0000 | 6,7800 | 4.237,50 | Perdeu | 5 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 76/89

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|--------|------------|---|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 188 | - | 14155 | - | EMBORRACHADO E.V.A FELPUDO COM 2MM. 40CM X 60 CM | - | Unidade: FL | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 625,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 625,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 625,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 189 | - | 14156 | - | EMBORRACHADO E.V.A ILUSTRADO COM 2MM. 40CMX 60 CM | - | Unidade: FL | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MILLY | 550,000 | 0,0000 | 2,8000 | 1.540,00 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 550,000 | 0,0000 | 2,8900 | 1.589,50 | Perdeu | 2 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | HAITHI | 550,000 | 0,0000 | 3,9000 | 2.145,00 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 550,000 | 0,0000 | 5,0500 | 2.777,50 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | EDUART | 550,000 | 0,0000 | 5,6900 | 3.129,50 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 550,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 550,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 550,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 190 - 14159 - LAPIS DE COR SEXTAVADO.TAMANHO GRANDE C/ 24 CORES C/ CERTIFI - Unidade: CXA

| | | | | | | | | |
|-------|--|------------|---------|--------|---------|-----------|-----------|---------|
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | LEO LEO | 565,000 | 0,0000 | 5,7500 | 3.248,75 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | LABRA | 565,000 | 0,0000 | 8,3300 | 4.706,45 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | MULTICOLOR | 565,000 | 0,0000 | 10,6600 | 6.022,90 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MULTICOLOR | 565,000 | 0,0000 | 11,4400 | 6.463,60 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | NATARAGI | 565,000 | 0,0000 | 22,0000 | 12.430,00 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 78/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|-----------------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 193 | - 14163 | - PASTA C/ GRAMPO TRILHO. PLASTICA. TAMANHO A4 - Unidade: UN | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.255,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.255,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.255,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 194 | - 26298 | - PASTA PLÁSTICA EM L. TAMANHO OFÍCIO. VÁRIAS CORES. - Unidade: UN | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ACP | 570,000 | 0,0000 | 0,4200 | 239,40 | Venceu | 1 ***** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | ACP | 570,000 | 0,0000 | 0,4200 | 239,40 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | POLIBRAS | 570,000 | 0,0000 | 0,5900 | 336,30 | Perdeu | 3 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | DAC | 570,000 | 0,0000 | 0,6600 | 376,20 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 570,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|-----------------------|--|--|---------|--------|--------|--------|-------------|---------|
| Item.....: 195 | - 14165 | - IMÃ MAGNETICO. BOTÃO PARA QUADRO BRANCO COM CAPA - Unidade: PCT | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | STALO | 165,000 | 0,0000 | 2,5500 | 420,75 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CIS | 165,000 | 0,0000 | 3,1400 | 518,10 | Perdeu | 2 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 165,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 165,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 165,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 165,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 165,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | SERTIC | 165,000 | 0,0000 | 3,7900 | 625,35 | Desclassif. | 0 |

Página: 79/89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | |
| Modalidade.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | |
| Objeto.....: | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 196 - 14166 - SUPORTE PARA DUREX PEQUENO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 13,000 | 0,0000 | 5,1400 | 66,82 | Venceu | 1 ***** |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | CAVIA | 13,000 | 0,0000 | 5,4000 | 70,20 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 13,000 | 0,0000 | 7,4400 | 96,72 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | WALEU | 13,000 | 0,0000 | 7,7700 | 101,01 | Perdeu | 4 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 13,000 | 0,0000 | 8,2400 | 107,12 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 13,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 13,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 13,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 197 - 14169 - BOLAS DE ISOPOR 150MM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KNAUF | 60,000 | 0,0000 | 3,3500 | 201,00 | Venceu | 1 ***** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | STRYCORTE | 60,000 | 0,0000 | 3,4200 | 205,20 | Perdeu | 2 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | STYROCORT | 60,000 | 0,0000 | 4,1200 | 247,20 | Perdeu | 3 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 60,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 198 - 14170 - ESTOJO DE CANETA EM GEL COLORIDA, COM 6 CORES, - Unidade: ESTO | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | VMP | 113,000 | 0,0000 | 10,2000 | 1.152,60 | Venceu | 1 ***** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 113,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 113,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | 113,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 113,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 80/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 198 | - 14170 | - ESTOJO DE CANETA EM GEL COLORIDA, COM 6 CORES, - Unidade: ESTO | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 113,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 113,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 113,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 199 | - 14058 | - PASTA C/ ABA ELÁSTICA, EM PAPELÃO, TAM. A4 - Unidade: UN | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | ICL | 1.230,000 | 0,0000 | 0,9000 | 1.107,00 | Venceu | 1 ***** |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ICL | 1.230,000 | 0,0000 | 1,0300 | 1.266,90 | Perdeu | 2 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ICL 105 | 1.230,000 | 0,0000 | 1,0500 | 1.291,50 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | FRAMA | 1.230,000 | 0,0000 | 1,3900 | 1.709,70 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 1.230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 1.230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 1.230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 1.230,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 200 - 111040782 - PERFURADOR COM 02 FUROS, EM METAL, MIN 25 FOLHAS - Unidade: UN

| | | | | | | | | |
|-------|--|-------|---------|--------|---------|----------|-----------|---------|
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 161,000 | 0,0000 | 10,2900 | 1.656,69 | Venceu | 1 ***** |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOCAR | 161,000 | 0,0000 | 16,7400 | 2.695,14 | Perdeu | 2 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | JOCAR | 161,000 | 0,0000 | 19,0000 | 3.059,00 | Perdeu | 3 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 161,000 | 0,0000 | 20,0900 | 3.234,49 | Perdeu | 4 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | BRW | 161,000 | 0,0000 | 22,2000 | 3.574,20 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 161,000 | 0,0000 | 24,4000 | 3.928,40 | Perdeu | 6 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 161,000 | 0,0000 | 24,5000 | 3.944,50 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 161,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 82/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo / Ano: 132/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 203 - 111040786 - PINCEL ATOMICO PRETO, PONTA DE NYLON - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 722,000 | 0,0000 | 1,7000 | 1.235,90 | Perdeu | 6 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RADEX | 722,000 | 0,0000 | 3,0000 | 2.181,00 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 722,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 204 - 111040787 - PINCEL ATOMICO VERDE, PONTA DE NYLON - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 722,000 | 0,0000 | 0,6800 | 490,96 | Venceu | 1 ***** |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 722,000 | 0,0000 | 0,8500 | 613,70 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 722,000 | 0,0000 | 0,9800 | 707,56 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 722,000 | 0,0000 | 1,2500 | 902,50 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MARIEPL | 722,000 | 0,0000 | 1,3800 | 996,36 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 722,000 | 0,0000 | 1,7000 | 1.227,40 | Perdeu | 6 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RADEX | 722,000 | 0,0000 | 3,0000 | 2.166,00 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 722,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 205 - 111040788 - PINCEL ATOMICO VERMELHO, PONTA DE NYLON - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 722,000 | 0,0000 | 0,6800 | 490,96 | Venceu | 1 ***** |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 722,000 | 0,0000 | 0,8500 | 613,70 | Perdeu | 2 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 722,000 | 0,0000 | 0,9800 | 707,56 | Perdeu | 3 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 722,000 | 0,0000 | 1,1200 | 808,64 | Perdeu | 4 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MARIEPL | 722,000 | 0,0000 | 1,3800 | 996,36 | Perdeu | 5 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | JOCAR | 722,000 | 0,0000 | 1,7000 | 1.227,40 | Perdeu | 6 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RADEX | 722,000 | 0,0000 | 3,0000 | 2.166,00 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 722,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 83/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 132/2017 | | Processo Administrativo: 422.306,18 | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Licitação.....: 18/2017 - CC | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação | | | | | | | | | | |
| Item.....: 206 - 111040789 - PINCEL P/QUADRO BRANCO, AZUL, PONTA DE NYLON - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 665,000 | 0,0000 | 1,0800 | 718,20 | Venceu | 1 ***** | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 665,000 | 0,0000 | 1,5300 | 1,017,45 | Perdeu | 2 | | | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 665,000 | 0,0000 | 1,7700 | 1,177,05 | Perdeu | 3 | | | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | LYKE | 665,000 | 0,0000 | 1,8200 | 1,210,30 | Perdeu | 4 | | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 665,000 | 0,0000 | 1,9000 | 1,263,50 | Perdeu | 5 | | | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 665,000 | 0,0000 | 1,9300 | 1,283,45 | Perdeu | 6 | | | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RADEX | 665,000 | 0,0000 | 4,0000 | 2,660,00 | Perdeu | 7 | | | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 665,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | | | |
| Item.....: 207 - 111040790 - PINCEL P/QUADRO BRANCO, PRETO, PONTA DE NYLON - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 667,000 | 0,0000 | 1,0800 | 720,36 | Venceu | 1 ***** | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 667,000 | 0,0000 | 1,5300 | 1,020,51 | Perdeu | 2 | | | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 667,000 | 0,0000 | 1,7700 | 1,180,59 | Perdeu | 3 | | | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | LYKE | 667,000 | 0,0000 | 1,8200 | 1,213,94 | Perdeu | 4 | | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 667,000 | 0,0000 | 1,9000 | 1,267,30 | Perdeu | 5 | | | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 667,000 | 0,0000 | 1,9300 | 1,287,31 | Perdeu | 6 | | | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RADEX | 667,000 | 0,0000 | 4,5000 | 3,001,50 | Perdeu | 7 | | | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 667,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | | | |
| Item.....: 208 - 111040791 - PINCEL P/QUADRO BRANCO, VERMELHO, PONTA DE NYLON - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | Lyke | 665,000 | 0,0000 | 1,0800 | 718,20 | Venceu | 1 ***** | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 665,000 | 0,0000 | 1,5300 | 1,017,45 | Perdeu | 2 | | | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | LEO E LEO | 665,000 | 0,0000 | 1,7700 | 1,177,05 | Perdeu | 3 | | | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | LYKE | 665,000 | 0,0000 | 1,8200 | 1,210,30 | Perdeu | 4 | | | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BRW | 665,000 | 0,0000 | 1,9000 | 1,263,50 | Perdeu | 5 | | | | | | | | | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 84/89

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 208 - 111040791 - PINCEL P/QUADRO BRANCO, VERMELHO, PONTA DE NYLON - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 665,000 | 0,0000 | 1,9300 | 1.283,45 | Perdeu | 6 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | RADEX | 665,000 | 0,0000 | 5,8000 | 3.857,00 | Perdeu | 7 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 665,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 209 - 15063 - BALÕES LATEX NATURAL Nº 7, C/ 50 UNID., COR PRETA - Unidade: PCT | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | PIC PIC | 548,000 | 0,0000 | 4,0300 | 2.208,44 | Venceu | 1 **** |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | HAPPY DAY | 548,000 | 0,0000 | 4,6800 | 2.564,64 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | HAPPY DAY | 548,000 | 0,0000 | 4,7400 | 2.597,52 | Perdeu | 3 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOY | 548,000 | 0,0000 | 4,8000 | 2.630,40 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | JOY | 548,000 | 0,0000 | 5,3200 | 2.915,36 | Perdeu | 5 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | BALLONTEC | 548,000 | 0,0000 | 6,4200 | 3.518,16 | Perdeu | 6 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 548,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 548,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Item.....: 210 - 111040794 - GRAMPO 106/8 PARA GRAMPEADOR, CXA COM 5.000 UNID - Unidade: CXA

| | | | | | | | | |
|-------|--|-------|---------|--------|---------|----------|-----------|--------|
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | JOCAR | 186,000 | 0,0000 | 8,6500 | 1.608,90 | Venceu | 1 **** |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | JOCAR | 186,000 | 0,0000 | 18,2900 | 3.401,94 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | ACC | 186,000 | 0,0000 | 18,4600 | 3.433,56 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | ACC | 186,000 | 0,0000 | 18,9000 | 3.515,40 | Perdeu | 4 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 186,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 186,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 186,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 186,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Página: 85/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: | | 132/2017 | | Processo Administrativo: | | 422.306,18 | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|--|--------------------------|--------|------------|----------|-----------|---|----------------|--|-------------|--|----------|--|---------------|--|
| Licitação.....: | | 18/2017 - CC | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade.....: | | Concorrência p/ Compras e Serviços | | | | | | | | | | | | | | | |
| Objeto.....: | | REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | | Nome do Fornecedor | | Marca | | Quantidade | | Desconto | | Preço Unitário | | Preço Total | | Situação | | Classificação | |
| Item.....: 211 - 111040796 - ROLETE PARA CALCULADORA ELGIN MR-6124, MODELO IR40T - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MASTERPRINT | | 170,000 | 0,0000 | 4,2400 | 720,80 | Venceu | 1 | **** | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | MASTERPRINT | | 170,000 | 0,0000 | 9,1000 | 1.547,00 | Perdeu | 2 | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | | 170,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | | 170,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | | 170,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | | 170,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | | 170,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | | 170,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| Item.....: 212 - 1040186 - CORDÃO PARA CRACHÁ, COR AZUL ESCURO, LISO, 85CM, COM PRESILH - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | DAC | | 565,000 | 0,0000 | 1,1500 | 649,75 | Venceu | 1 | **** | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | KIT | | 565,000 | 0,0000 | 1,4500 | 819,25 | Perdeu | 2 | | | | | | | | |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | KIT | | 565,000 | 0,0000 | 1,4900 | 841,85 | Perdeu | 3 | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | | 565,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| Item.....: 213 - 11040204 - PRESILHAS METAL COM ALÇA PLÁSTICA PARA CRACHÁ - Unidade: UN | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | DAC | | 820,000 | 0,0000 | 0,3600 | 295,20 | Venceu | 1 | **** | | | | | | | |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | DAC | | 820,000 | 0,0000 | 0,3900 | 319,80 | Perdeu | 2 | | | | | | | | |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | DAC | | 820,000 | 0,0000 | 0,4300 | 352,60 | Perdeu | 3 | | | | | | | | |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | | 820,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | | 820,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 | | | | | | | | |

Página: 86/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 213 - 11040204 - PRESILHAS METAL COM ALÇA PLÁSTICA PARA CRACHÁ - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 820,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 820,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 820,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 214 - 42696 - PEN DRIVE 08 GB - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | SANDISK | 630,000 | 0,0000 | 19,4500 | 12.253,50 | Venceu | 1 **** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 630,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SCANDISK | 630,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 630,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 630,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 630,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 630,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SANDISK | 630,000 | 0,0000 | 20,0000 | 12.600,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 215 - 42697 - PENDRIVE 16 GB - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | SANDISK | 676,000 | 0,0000 | 22,0000 | 14.872,00 | Venceu | 1 **** |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | MULTILASER | 676,000 | 0,0000 | 28,0000 | 18.928,00 | Perdeu | 2 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | MULTILASER | 676,000 | 0,0000 | 28,5100 | 19.272,76 | Perdeu | 3 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | SANDISK | 676,000 | 0,0000 | 31,2000 | 21.091,20 | Perdeu | 4 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | SANDISK | 676,000 | 0,0000 | 32,5000 | 21.970,00 | Perdeu | 5 |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 676,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 676,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 676,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 88/89

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

422.306,18

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 132/2017

Licitação.....: 18/2017 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| Item.....: 218 | - 31862 | - CARIMBO AUTO ENTINTADO TAM. 4912 - Unidade: UN | | | | | | |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| Item.....: 219 | - 24459 | - CARIMBO AUTO ENTINTADO TAM. 4911 - Unidade: UN | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | TRODAT | 80,000 | 0,0000 | 25,0000 | 2.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

| | | | | | | | | |
|----------------|--|--|--------|--------|---------|----------|-----------|--------|
| Item.....: 220 | - 31864 | - CARIMBO AUTO ENTINTADO TAM. 4915 - Unidade: UN | | | | | | |
| 13945 | BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | TRODAT | 80,000 | 0,0000 | 50,0000 | 4.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 6120 | GRAFICA MEDEIROS LTDA | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 8636 | ATACADO OURO VERDE LTDA - ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 12704 | COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16687 | PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16688 | BOZZANO E BOZZANO LTDA ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17376 | MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME | NÃO COTADO | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17626 | PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME | | 80,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

Processo Administrativo:

Licitação.....:

Concorrência p/ Compras e Serviços
REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

| Canoinhas, | Em |/...../..... |
|-------------------------------|----|------------------------|
| ADILSON FERNANDO RIBEIRO | - | Presidente da Comissão |
| KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT | - | SECRETÁRIA |
| DIOGO CARLOS SEIDEL | - | MEMBRO TITULAR |
| ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK | - | MEMBRO TITULAR |
| LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO | - | MEMBRO SUPLENTE |
| DANIELA CRISTINA DA SILVA | - | MEMBRO SUPLENTE |
| JANICE DE FÁTIMA STEMPINHAK | - | MEMBRO SUPLENTE |
| MARINA HAAG | - | 25.933/SC |

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 102/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 147/2017
 Licitação.....: 102/2017 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

Processo Administrativo: 1.241.987,50

Total dos Itens Vencedores:

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|----------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 1 - 2785 - AREIA MÉDIA - Unidade: M3 | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | KOTELAK | 2.500,000 | 0,0000 | 73,9000 | 184.750,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Papua | 2.500,000 | 0,0000 | 74,0500 | 185.125,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.500,000 | 0,0000 | 78,0000 | 195.000,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | papua | 2.500,000 | 0,0000 | 79,2000 | 198.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 2 - 2665 - CAL VIRGEM, SACO C/ 20 KG - Unidade: SC | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Pavin | 1.500,000 | 0,0000 | 6,6900 | 10.035,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | HIDRA | 1.500,000 | 0,0000 | 6,7600 | 10.140,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.500,000 | 0,0000 | 7,0000 | 10.500,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | cibracal | 1.500,000 | 0,0000 | 7,1500 | 10.725,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 3 - 31137 - CAL HIDRATADA 20KG - Unidade: SC | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Pavin | 1.500,000 | 0,0000 | 7,2000 | 10.800,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | HIDRA | 1.500,000 | 0,0000 | 7,2300 | 10.845,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | cibracal | 1.500,000 | 0,0000 | 7,2800 | 10.920,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.500,000 | 0,0000 | 7,5000 | 11.250,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 4 - 16882 - CIMENTO COM 50 KG - Unidade: SC | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Votoran | 1.500,000 | 0,0000 | 25,5000 | 38.250,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | VOTORAN | 1.500,000 | 0,0000 | 25,9000 | 38.850,00 | Perdeu | 2 |

Página: 2/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------------|---|---------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 4 | - 16882 - CIMENTO COM 50 KG - Unidade: SC | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | votoran | 1.500,000 | 0,0000 | 25,1000 | 37.650,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.500,000 | 0,0000 | 25,9000 | 38.850,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 5 | - 22473 - PEDRA BRITA Nº 1 - Unidade: M3 | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | KOTELAK | 1.000,000 | 0,0000 | 92,0000 | 92.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 91,0000 | 91.000,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | britapar92.30 | 1.000,000 | 0,0000 | 92,3000 | 92.300,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 6 | - 2799 - BRITA Nº 2 - LIMPA - Unidade: M3 | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | KOTELAK | 1.000,000 | 0,0000 | 91,5000 | 91.500,00 | Venceu | 1 **** |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 91,0000 | 91.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 7 | - 411047479 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO. PADRÃO CELESC. 07 METROS. COM 01 CX - Unidade: UN | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | JOIARTE | 50,000 | 0,0000 | 785,0000 | 39.250,00 | Venceu | 1 **** |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/23

| Processo / Ano: 147/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.241.987,50 | | | | |
|--|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 102/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 7 - 411047479 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO. PADRÃO CELESC. 07 METROS. COM 01 CX - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 8 - 411047480 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO. PADRÃO CELESC. 08 METROS. COM 01 CX - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | JOIARTE | 15,000 | 0,0000 | 869,0000 | 13.035,00 | Venceu | 1 ***** |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 15,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 15,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 15,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 15,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 9 - 411047481 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO. PADRÃO CELESC. 09 METROS. COM 01 CX - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 10 - 411047482 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO. PADRÃO CELESC. 07 METROS. COM 02 CX - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | JOIARTE | 10,000 | 0,0000 | 1.081,0000 | 10.810,00 | Venceu | 1 ***** |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 10,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 10,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 10,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 10,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |

Página: 4/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|----------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 11 - 411047483 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO. PADRÃO CELESC. 08 METROS. COM 02 CX - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | JOIARTE | 5,000 | 0,0000 | 1,198,0000 | 5,990,00 | Venceu | 1 ***** |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 12 - 411047484 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO. PADRÃO CELESC. 09 METROS. COM 02 CX - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 5,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 13 - 44741 - RIPAPINUS - Unidade: M | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Zandonia | 5,000,000 | 0,0000 | 1,3900 | 6,950,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 5,000,000 | 0,0000 | 1,4000 | 7,000,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 5,000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 5,000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 5,000,000 | 0,0000 | 1,6000 | 8,000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 14 - 43847 - PREGO 17 X 27. - Unidade: KG | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | TX | 500,000 | 0,0000 | 7,1400 | 3,570,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | GERDAU | 500,000 | 0,0000 | 7,1500 | 3,575,00 | Perdeu | 2 |

Página: 5/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|--------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 14 - 43847 - PREGO 17 X 27. - Unidade: KG | | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 7,0000 | 3.500,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | gerdau | 500,000 | 0,0000 | 7,0700 | 3.535,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 15 - 2661 - PREGO 18 x 36 - Unidade: KG | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | TX | 500,000 | 0,0000 | 7,1800 | 3.590,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | GERDAU | 500,000 | 0,0000 | 7,1900 | 3.595,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | gerdau | 500,000 | 0,0000 | 6,9700 | 3.485,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 7,5000 | 3.750,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 16 - 11040320 - TABUA DE PINUS DE 25 CM POR 2,5 M - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Zandonia | 2.000,000 | 0,0000 | 14,5000 | 29.000,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 2.000,000 | 0,0000 | 15,9000 | 31.800,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | mad.sao.jose | 2.000,000 | 0,0000 | 11,8000 | 23.600,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 16,0000 | 32.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 17 - 11040321 - TABUA DE PINUS DE 20 CM POR 2,5 M - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Zandonia | 2.000,000 | 0,0000 | 13,8000 | 27.600,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 2.000,000 | 0,0000 | 15,9000 | 31.800,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | mad.sao.jose | 2.000,000 | 0,0000 | 9,3200 | 18.640,00 | Desclassif. | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/23

| Processo / Ano: 147/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.241.987,50 | | | | |
|--|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 102/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 17 - 11040321 - TABUA DE PINUS DE 20 CM POR 2.5 M - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 16,5000 | 33.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 18 - 9923 - TELHA FRANCESA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Sia Terezinha | 50.000,000 | 0,0000 | 1,3800 | 69.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | SANTA TEREZINHA | 50.000,000 | 0,0000 | 1,4500 | 72.500,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 50.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 50.000,000 | 0,0000 | 1,4000 | 70.000,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | cer.sta.terezinha | 50.000,000 | 0,0000 | 1,4700 | 73.500,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 19 - 37436 - GOIVAS DE BARRO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Ceaca | 10.000,000 | 0,0000 | 3,1000 | 31.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | SANTA TEREZINHA | 10.000,000 | 0,0000 | 3,1100 | 31.100,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 10.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | belem | 10.000,000 | 0,0000 | 2,1000 | 21.000,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 10.000,000 | 0,0000 | 3,5000 | 35.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 20 - 27206 - CAIBRO DE PINHEIRO 2' X 4' X 3.00M - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Zandonia | 2.000,000 | 0,0000 | 24,0000 | 48.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 2.000,000 | 0,0000 | 26,9000 | 53.800,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 28,0000 | 56.000,00 | Desclassif. | 0 |

Página: 7/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 21 - 411047485 - CAIBRO DE PINHEIRO 3' X 4' X 3.00M - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Zandonia | 2.000,000 | 0,0000 | 38,9000 | 77.800,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 2.000,000 | 0,0000 | 39,0000 | 78.000,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 45,0000 | 90.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 22 - 18248 - BARRA DE FERRO 8 MM. BARRAS C/ 12 METROS - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Importado | 500,000 | 0,0000 | 15,9800 | 7.990,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | BELGO | 500,000 | 0,0000 | 16,0300 | 8.015,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 16,0000 | 8.000,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | gerdau | 500,000 | 0,0000 | 16,5000 | 8.250,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 23 - 17505 - TJOLO 4 FUROS - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | CEACA | 70.000,000 | 0,0000 | 0,6500 | 45.500,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Roeder | 70.000,000 | 0,0000 | 0,6700 | 46.900,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 70.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 70.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 70.000,000 | 0,0000 | 0,6500 | 45.500,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 24 - 46638 - TELHA DE FIBROCIMENTO 1.53 X 1.10 X 5 MM - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Isdralit | 1.200,000 | 0,0000 | 20,7000 | 24.840,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ISDRALIT | 1.200,000 | 0,0000 | 20,7900 | 24.948,00 | Perdeu | 2 |

Página: 8/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 24 | - 46638 | - TELHA DE FIBROCIMENTO 1,53 X 1,10 X 5 MM - Unidade: UN | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | isdralit | 1.200,000 | 0,0000 | 20,3000 | 24.360,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 25 | - 46639 | - TELHA DE FIBROCIMENTO 1,83x1,10 C/ 5mm - Unidade: UN | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Isdralit | 1.200,000 | 0,0000 | 24,9000 | 29.880,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ISDRALIT | 1.200,000 | 0,0000 | 24,9400 | 29.928,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | isdralit | 1.200,000 | 0,0000 | 23,4000 | 28.080,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.200,000 | 0,0000 | 26,0000 | 31.200,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 26 | - 46640 | - TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44 X 1,10 X 5MM - Unidade: UN | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Isdralit | 1.000,000 | 0,0000 | 31,0000 | 31.000,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ISDRALIT | 1.000,000 | 0,0000 | 31,0500 | 31.050,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | isdralit | 1.000,000 | 0,0000 | 31,0000 | 31.000,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 32,0000 | 32.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 27 | - 14964 | - GOIVA DE FIBROCIMENTO 5 MM 15° MACHO E FÊMEA ARTICULADA - Unidade: UN | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Isdralit | 300,000 | 0,0000 | 29,3000 | 8.790,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ISDRALIT | 300,000 | 0,0000 | 29,3900 | 8.817,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 300,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 300,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/23

| Processo / Ano: 147/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.241.987,50 | | | | |
|--|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 102/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 27 - 14964 - GOIVA DE FIBROCIMENTO 5 MM 15º MACHO E FÊMEA ARTICULADA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 300,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 28 - 35330 - ESPIGÃO DE FIBROCIMENTO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Isdralit | 300,000 | 0,0000 | 26,0000 | 7.800,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ISDRALIT | 300,000 | 0,0000 | 26,9000 | 8.070,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 300,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 300,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | eternit | 300,000 | 0,0000 | 24,0000 | 7.200,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 29 - 311045866 - CAIBRO DE PINUS 2/4 COM 03 METROS - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Zandonia | 800,000 | 0,0000 | 13,8000 | 11.040,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 800,000 | 0,0000 | 14,9800 | 11.984,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 800,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | mad.sao.jose | 800,000 | 0,0000 | 13,0000 | 10.400,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 800,000 | 0,0000 | 14,0000 | 11.200,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 30 - 411047486 - JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO COM 2 FOLHAS (1 FIXA) SEM GRADE - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | MGN | 100,000 | 0,0000 | 265,0000 | 26.500,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALUMAZA | 100,000 | 0,0000 | 266,0000 | 26.600,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |

Página: 10/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|---------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 31 - 411047487 - JANELA DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR 5MM. DE CORRER - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 32 - 411047488 - JANELA TIPO MAXIM-AR EM ALUMÍNIO 1 FOLHAS MÍNIMAS 0.40MX0.60 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | MGN | 100,000 | 0,0000 | 79,0000 | 7.900,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | alumasa | 100,000 | 0,0000 | 60,0000 | 6.000,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 33 - 411047489 - PORTA EM ALUMÍNIO 2.10MX80CMX4CM. DIREITA. COMPLETA. COM FEC. - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALUMAZA | 100,000 | 0,0000 | 630,0000 | 63.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | MGN | 100,000 | 0,0000 | 650,0000 | 65.000,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 34 - 411047490 - PORTA EM ALUMÍNIO 2.10MX80CMX4CM. ESQUERDA. COMPLETA. COM FE - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALUMAZA | 100,000 | 0,0000 | 630,0000 | 63.000,00 | Venceu | 1 **** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | MGN | 100,000 | 0,0000 | 634,0000 | 63.400,00 | Perdeu | 2 |

Página: 11/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---|--|------------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 34 - 411047490 - PORTA EM ALUMÍNIO 2.10MX80CMX4CM. ESQUERDA. COMPLETA. COM FE - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 35 - 46858 - TUIJOLO 06 FUROS - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | CEACA | 30,000,000 | 0,0000 | 0,6300 | 18,900,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Roeder | 30,000,000 | 0,0000 | 0,6400 | 19,200,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 30,000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 30,000,000 | 0,0000 | 0,6200 | 18,600,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | cer. canaa | 30,000,000 | 0,0000 | 0,6400 | 19,200,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 36 - 37014 - FORRO PVC BRANCO - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | REAL | 1,000,000 | 0,0000 | 12,2900 | 12,290,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Real Pvc | 1,000,000 | 0,0000 | 12,3000 | 12,300,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1,000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1,000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | real pvc | 1,000,000 | 0,0000 | 12,6400 | 12,640,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 37 - 411047491 - TUBO DE PVC ÁGUA 25 - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 100,000 | 0,0000 | 10,7000 | 1,070,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 100,000 | 0,0000 | 10,7900 | 1,079,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 100,000 | 0,0000 | 10,6000 | 1,060,00 | Desclassif. | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/23

| Processo / Ano: 147/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.241.987,50 | | | | |
|--|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 102/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 37 - 411047491 - TUBO DE PVC ÁGUA 25 - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 11,5000 | 1.150,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 38 - 411047492 - TUBO PVC ÁGUA 32 - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 100,000 | 0,0000 | 22,9000 | 2.290,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 100,000 | 0,0000 | 25,0000 | 2.500,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 100,000 | 0,0000 | 22,5000 | 2.250,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 25,3600 | 2.536,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 39 - 411047493 - TUBO PVC ÁGUA 50 - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 100,000 | 0,0000 | 40,0000 | 4.000,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 100,000 | 0,0000 | 41,5000 | 4.150,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 100,000 | 0,0000 | 38,5000 | 3.850,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 48,7600 | 4.876,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 40 - 411047494 - CONEXÃO LUVA L/L 25 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 1.000,000 | 0,0000 | 0,4200 | 420,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 1.000,000 | 0,0000 | 0,4300 | 430,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 1.000,000 | 0,0000 | 0,3800 | 380,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,5000 | 500,00 | Desclassif. | 0 |

Página: 13/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 41 - 411047495 - CONEXÃO LUVA L/R 25 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 500,000 | 0,0000 | 0,6200 | 310,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 500,000 | 0,0000 | 0,6300 | 315,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 500,000 | 0,0000 | 0,7300 | 365,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,8000 | 400,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 42 - 411047496 - CONEXÃO T L/L 25 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 1.000,000 | 0,0000 | 0,4700 | 470,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 1.000,000 | 0,0000 | 0,4800 | 480,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 1.000,000 | 0,0000 | 0,4500 | 450,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,5500 | 550,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 43 - 411047497 - CONEXÃO T L/R 25 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | 0,80 | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 44 - 411047498 - CONEXÃO JOELHO L/L 25 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 1.000,000 | 0,0000 | 0,5400 | 540,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 1.000,000 | 0,0000 | 0,5500 | 550,00 | Perdeu | 2 |

Página: 14/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 44 - 411047498 - CONEXÃO JOELHO L/L 25 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 1.000,000 | 0,0000 | 0,4500 | 450,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,8500 | 850,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 45 - 411047499 - CONEXÃO JOELHO L/R 25 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 500,000 | 0,0000 | 0,8200 | 410,00 | Venceu | 1 ***** |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 46 - 411047500 - CONEXÃO LUVA L/L 32 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 500,000 | 0,0000 | 0,9900 | 495,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 500,000 | 0,0000 | 1,0000 | 500,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 500,000 | 0,0000 | 1,0500 | 525,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 47 - 411047501 - CONEXÃO LUVA L/R 32 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 500,000 | 0,0000 | 1,8000 | 900,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 500,000 | 0,0000 | 1,8400 | 920,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/23

| Processo / Ano: 147/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.241.987,50 | | | | |
|--|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 102/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 47 - 411047501 - CONEXÃO LUVA L/R 32 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 500,000 | 0,0000 | 1,9900 | 995,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 48 - 411047502 - CONEXÃO T L/L 32 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 500,000 | 0,0000 | 1,3900 | 695,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 500,000 | 0,0000 | 1,4000 | 700,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 500,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 500,000 | 0,0000 | 1,9200 | 960,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 49 - 411047503 - CONEXÃO T L/R 32 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 250,000 | 0,0000 | 1,6000 | 400,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 250,000 | 0,0000 | 1,6300 | 407,50 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 250,000 | 0,0000 | 1,7000 | 425,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 50 - 29815 - BÓIA PARA CAIXA D' ÁGUA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Vikua | 50,000 | 0,0000 | 7,9500 | 397,50 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 50,000 | 0,0000 | 8,0000 | 400,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | durin | 50,000 | 0,0000 | 6,8700 | 343,50 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 50,000 | 0,0000 | 9,0000 | 450,00 | Desclassif. | 0 |

Página: 16/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 51 - 30954 - CAIXA D'AGUA 500 LITROS POLIETILENO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Fortlev | 50,000 | 0,0000 | 138,0000 | 6.900,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | FORTLEV | 50,000 | 0,0000 | 139,0000 | 6.950,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | fortlev | 50,000 | 0,0000 | 132,0000 | 6.600,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 50,000 | 0,0000 | 147,5800 | 7.379,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 52 - 411047504 - TUBO DE PVC ESGOTO 100 MM - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 100,000 | 0,0000 | 33,9900 | 3.399,00 | Venceu | 1 **** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 100,000 | 0,0000 | 34,0000 | 3.400,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 100,000 | 0,0000 | 36,7000 | 3.670,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 41,2400 | 4.124,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 53 - 48135 - TUBO DE ESGOTO 50 MM - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 100,000 | 0,0000 | 24,5000 | 2.450,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 100,000 | 0,0000 | 24,8900 | 2.489,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 100,000 | 0,0000 | 27,0000 | 2.700,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 30,4300 | 3.043,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 54 - 24319 - TUBO DE ESGOTO PVC 40 MM - Unidade: BARR | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 100,000 | 0,0000 | 14,6000 | 1.460,00 | Venceu | 1 **** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 100,000 | 0,0000 | 14,6900 | 1.469,00 | Perdeu | 2 |

Página: 17/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------------|---|-----------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 54 | - 24319 - TUBO DE ESGOTO PVC 40 MM - Unidade: BARR | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 100,000 | 0,0000 | 14,9000 | 1.490,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100,000 | 0,0000 | 16,0000 | 1.600,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 55 | - 411047505 - JOELHO ESGOTO 100 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 400,000 | 0,0000 | 2,6500 | 1.060,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 400,000 | 0,0000 | 2,6900 | 1.076,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 400,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 400,000 | 0,0000 | 2,9900 | 1.196,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 400,000 | 0,0000 | 3,2000 | 1.280,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 56 | - 411047506 - JOELHO ESGOTO 50 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 400,000 | 0,0000 | 0,9500 | 380,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 400,000 | 0,0000 | 0,9800 | 392,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 400,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 400,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 400,000 | 0,0000 | 1,3600 | 544,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 57 | - 411047507 - JOELHO ESGOTO 40 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Plastilit | 400,000 | 0,0000 | 0,5700 | 228,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | PLASTILIT | 400,000 | 0,0000 | 0,5800 | 232,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 400,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 400,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/23

| Processo / Ano: 147/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.241.987,50 | | | | |
|--|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 102/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 57 - 411047507 - JOELHO ESGOTO 40 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | krona | 400,000 | 0,0000 | 0,6600 | 264,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 58 - 411047508 - ASSOALHO DE MADEIRA BENEFICIADO TIPO MACHO E FÊMEA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Pinus | 2.000,000 | 0,0000 | 20,8000 | 41.600,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 2.000,000 | 0,0000 | 20,8900 | 41.780,00 | Perdeu | 2 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 59 - 48580 - VIDRO LISO INCOLOR 3MM - Unidade: M2 | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 200,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 60 - 411047509 - VIDRO CANELADO 03 MM - Unidade: M2 | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 50,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |

Página: 19/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|--|--|--------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 61 - 411047510 - FIO FLEXÍVEL 10 MM AZUL - Unidade: M | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 1.000,000 | 0,0000 | 3,4400 | 3.440,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 3,4500 | 3.450,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 3,5800 | 3.580,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 62 - 411047511 - FIO FLEXÍVEL 10 MM PRETO - Unidade: M | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 1.000,000 | 0,0000 | 3,4400 | 3.440,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 3,6900 | 3.690,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 3,5200 | 3.520,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 63 - 10244 - FIO FLEXÍVEL 10 MM VERDE - Unidade: M | | | | | | | | |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 1.000,000 | 0,0000 | 3,4400 | 3.440,00 | Venceu | 1 ***** |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 3,8000 | 3.800,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 3,4700 | 3.470,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 64 - 27272 - FIO FLEXÍVEL 2,50 MM PRETO - Unidade: M | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8600 | 1.720,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8700 | 1.740,00 | Perdeu | 2 |

Página: 20/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------------|---|--------|------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 64 | - 27272 - FIO FLEXIVEL 2.50 MM PRETO - Unidade: M | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8200 | 1.640,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 65 | - 27274 - FIO FLEXIVEL 2.50 MM AZUL - Unidade: M | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8600 | 1.720,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8700 | 1.740,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8200 | 1.640,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 66 | - 411047512 - FIO FLEXIVEL 2.5 MM VERDE - Unidade: M | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8600 | 1.720,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8700 | 1.740,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,8200 | 1.640,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 67 | - 411047513 - FIO FLEXIVEL 1.5 MM PRETO - Unidade: M | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,5700 | 1.140,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 2.000,000 | 0,0000 | 0,5800 | 1.160,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 21/23

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 147/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.241.987,50 | | | | |
|--|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Licitação.....: 102/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 67 - 411047513 - FIO FLEXIVEL 1.5 MM PRETO - Unidade: M | | | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,5200 | 1.040,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 68 - 311044175 - FIO FLEXIVEL 1.5MM AZUL - Unidade: M | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 0,5700 | 570,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 1.000,000 | 0,0000 | 0,6000 | 600,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 1.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 1.000,000 | 0,0000 | 0,5800 | 580,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 69 - 8886 - FIO FLEXIVEL 1.5 MM BRANCO - Unidade: M | | | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,5700 | 1.140,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | RCM | 2.000,000 | 0,0000 | 0,6000 | 1.200,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | corfio | 2.000,000 | 0,0000 | 0,5800 | 1.160,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 70 - 26473 - TORNEIRA DE BANCADA EM METAL ROSCA 3/4 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 20,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 20,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | azzo | 20,000 | 0,0000 | 39,6500 | 793,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | AGUA DE 1/2 | 20,000 | 0,0000 | 48,0000 | 960,00 | Desclassif. | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 20,000 | 0,0000 | 48,0000 | 960,00 | Desclassif. | 0 |

Página: 22/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

1.241.987,50

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 147/2017

Licitação.....: 102/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|----------------------|--|--|------------|----------|----------------|-------------|--------------|---------------|
| Item.....: 71 | - 8898 | - TORNEIRA PARA LAVATÓRIO EM PVC - 1a LINHA - Unidade: UN | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Herc | 20,000 | 0,0000 | 9,9000 | 198,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | HERCULES | 20,000 | 0,0000 | 11,6000 | 232,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 20,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 20,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | durin | 20,000 | 0,0000 | 9,5000 | 190,00 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 72 | - 43841 | - PREGO 12 X 12 - Unidade: KG | | | | | | |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | TX | 250,000 | 0,0000 | 8,9000 | 2.225,00 | Venceu | 1 ***** |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | GERDAU | 250,000 | 0,0000 | 9,0000 | 2.250,00 | Perdeu | 2 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 250,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | gerdau | 250,000 | 0,0000 | 7,8700 | 1.967,50 | Desclassif. | 0 |
| Item.....: 73 | - 411049573 | - CAIBRO DE PINUS 4X4 - Unidade: UN | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 2.000,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | Zandonia | 2.000,000 | 0,0000 | 21,0000 | 42.000,00 | Cancelado | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | ALMA | 2.000,000 | 0,0000 | 21,9000 | 43.800,00 | Classificado | 0 |
| Item.....: 74 | - 9622 | - PORTA EXTERNA - Unidade: UN | | | | | | |
| 6010 | AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CANOINHAS) | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |
| 11828 | KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME | | 100,000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| | | | |
|------------------|---|--------------------------|--------------|
| Processo / Ano: | 147/2017 | Processo Administrativo: | 1.241.987,50 |
| Licitação.....: | 102/2017 - PR | | |
| Modalidade.....: | PREGÃO PRESENCIAL | | |
| Objeto.....: | REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB. | | |

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|---------------------------------------|-------|-------------------------------|----------|----------------|-------------|-------------|---------------|
| Item.....: 74 | - | 9622 | - PORTA EXTERNA - Unidade: UN | | | | | |
| 15772 | JOIARTE ART. DE CIM. IND. E COM. LTDA | | 100.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 16442 | MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME | | 100.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Não cotou | 0 |
| 17358 | TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME | | 100.000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,00 | Desclassif. | 0 |

| Canoinhas, | Em |/...../..... |
|---------------------------------|-------|--------------------------|
| MARCIANO FERNANDES CORREA - | | Pregoeiro(a) |
| ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHEK - | | SUPLENTE PREGOEIRO |
| ADILSON FERNANDO RIBEIRO - | | EQUIPE DE APOIO |
| KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - | | SUPLENTE EQUIPE DE APOIO |
| MARINA HAAG - | | 25.933/SC |
| VANESSA LANGER - | | CRC/SC 028524/O-0 |

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 91/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| Processo / Ano: 130/2017 | | Processo Administrativo: | | Total dos Itens Vencedores: 1.671.510,17 | | | | |
|---|--|--------------------------|------------|--|----------------|-------------|----------|---------------|
| Licitação.....: 91/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 1 - 411048718 - LIVRO MÚSICA VIVER, OUVIR E SENTIR 1º ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 473,000 | 0,0000 | 59,9900 | 28.375,27 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 2 - 411048719 - LIVRO MÚSICA VIVER, OUVIR E SENTIR 2º ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 509,000 | 0,0000 | 59,9900 | 30.534,91 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 3 - 411048720 - LIVRO MÚSICA VIVER, OUVIR E SENTIR 3º ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 446,000 | 0,0000 | 59,9900 | 26.755,54 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 4 - 411048721 - LIVRO MÚSICA VIVER, OUVIR E SENTIR 4º ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 472,000 | 0,0000 | 59,9900 | 28.315,28 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 5 - 411048722 - LIVRO MÚSICA VIVER, OUVIR E SENTIR 5º ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 484,000 | 0,0000 | 59,9900 | 29.035,16 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 6 - 2631 - COLEÇÃO EDUCACIONAL DISCOVERY NA ESCOLA - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 42,000 | 0,0000 | 2.499,0000 | 104.958,00 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 7 - 411048723 - LIVROS P/ UMA VIDA ECOLÓGICA E SUSTENTÁVEL VOL. AMARELO 1ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 473,000 | 0,0000 | 69,9000 | 33.062,70 | Venceu | 1 **** |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/6

| Processo / Ano: 130/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.671.510,17 | | | | |
|---|--|--------------------------|------------|--------------|----------------|-------------|----------|---------------|
| Licitação.....: 91/2017 - PR | | | | | | | | |
| Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | | | |
| Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 8 - 411048724 - LIVROS P/ UMA VIDA ECOLÓGICA E SUSTENTÁVEL VOL. ALARANJ 2ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 509,000 | 0,0000 | 69,9000 | 35.579,10 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 9 - 411048725 - LIVROS P/ UMA VIDA ECOLÓGICA E SUSTENTÁVEL VOL. AZUL 3ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 446,000 | 0,0000 | 69,9000 | 31.175,40 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 10 - 411048726 - LIVROS P/ UMA VIDA ECOLÓGICA E SUSTENTÁVEL VOL.VIOLETA 4ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 472,000 | 0,0000 | 69,9000 | 32.992,80 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 11 - 411048727 - LIVROS P/ UMA VIDA ECOLÓGICA E SUSTENTÁVEL VOL. VERDE 5 ANO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 484,000 | 0,0000 | 69,9000 | 33.831,60 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 12 - 2635 - COLEÇÃO BABY ZOO - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 111,000 | 0,0000 | 198,0000 | 21.978,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 13 - 411048728 - COLEÇÃO FÁBULAS PARA BRINCAR - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 111,000 | 0,0000 | 239,0000 | 26.529,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 14 - 411048729 - LIVROS CRACK: SEM ESSA DROGA! - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 1.763,000 | 0,0000 | 79,9000 | 140.863,70 | Venceu | 1 ***** |

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 130/2017 Processo Administrativo: 1.671.510,17

Licitação.....: 91/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|---|---|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
| Item.....: 15 | - 411048730 - LIVROS QUE DROGA ESSA DROGA | PERIGOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 2.384,000 | 0,0000 | 79,9000 | 190.481,60 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 16 | - 411048731 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 1 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 473,000 | 0,0000 | 40,0000 | 18.920,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 17 | - 411048732 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 2 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 509,000 | 0,0000 | 40,0000 | 20.360,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 18 | - 411048733 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 3 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 446,000 | 0,0000 | 40,0000 | 17.840,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 19 | - 411048734 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 4 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 472,000 | 0,0000 | 40,0000 | 18.880,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 20 | - 411048735 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 5 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 484,000 | 0,0000 | 40,0000 | 19.360,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 21 | - 411048736 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 6 - Unidade: UN | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 468,000 | 0,0000 | 59,9900 | 28.075,32 | Venceu | 1 ***** |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/6

| Processo / Ano: 130/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.671.510,17 | | | | |
|--|--|---|------------|--------------|----------------|-------------|----------|---------------|
| Licitação.....: 91/2017 - PR | | Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | |
| Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I. | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 22 - 411048737 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 7 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 449,000 | 0,0000 | 59,9900 | 26.935,51 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 23 - 411048738 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 8 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 406,000 | 0,0000 | 59,9900 | 24.355,94 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 24 - 411048739 - LIVRO TRÂNSITO LEGAL VOLUME 9 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 440,000 | 0,0000 | 59,9900 | 26.395,60 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 25 - 411048740 - LIVRO INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGINAS VOL 1 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 473,000 | 0,0000 | 41,0000 | 19.393,00 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 26 - 411048741 - LIVRO INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGINAS VOL 2 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 509,000 | 0,0000 | 41,0000 | 20.869,00 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 27 - 411048742 - LIVRO INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGINAS VOL 3 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 446,000 | 0,0000 | 41,0000 | 18.286,00 | Venceu | 1 **** |
| Item.....: 28 - 411048743 - LIVRO INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGINAS VOL 4 - Unidade: UN | | | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 472,000 | 0,0000 | 41,0000 | 19.352,00 | Venceu | 1 **** |

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 130/2017 Processo Administrativo: 1.671.510,17

Licitação.....: 91/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
|---------------|--|---|------------|----------|----------------|-------------|----------|---------------|
| Item.....: 29 | - 411048744 | - LIVRO INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGINAS VOL 5 - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 484,000 | 0,0000 | 41,0000 | 19.844,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 30 | - 411048745 | - LIVRO HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGINAS 6º ANO FUND. - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 468,000 | 0,0000 | 59,9900 | 28.075,32 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 31 | - 411048746 | - LIVRO HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGINAS 7º ANO FUND. - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 449,000 | 0,0000 | 59,9900 | 26.935,51 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 32 | - 411048747 | - LIVRO HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGINAS 8º ANO FUND. - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 406,000 | 0,0000 | 59,9900 | 24.355,94 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 33 | - 411048748 | - LIVRO HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGINAS 9º ANO FUND. - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 440,000 | 0,0000 | 59,9900 | 26.395,60 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 34 | - 411048749 | - LIVRO BULLYNGIO QUE É ISSO? VAMOS ENFRENTAR COM AMOR - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 1.763,000 | 0,0000 | 79,9900 | 141.022,37 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 35 | - 411048750 | - COLEÇÃO DIDA VISION I (DVD's) - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 42,000 | 0,0000 | 1.499,0000 | 62.958,00 | Venceu | 1 ***** |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| | | | | | | | | |
|------------------|--------------------|--|------------|--------------------------|----------------|--------------|----------|---------------|
| Processo / Ano: | | 130/2017 | | Processo Administrativo: | | 1.671.510,17 | | |
| Licitação.....: | | 91/2017 - PR | | | | | | |
| Modalidade.....: | | PREGÃO PRESENCIAL | | | | | | |
| Objeto.....: | | AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I. | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |

| | | | | | | | | |
|---------------|--|--|-----------|--------|----------|------------|--------|---------|
| Item.....: 36 | - 411048751 | - LIVRO EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO CONSCIENTE - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 2.384,000 | 0,0000 | 93,0000 | 221.712,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 37 | - 411048756 | - COLEÇÃO VALORES HUMANOS COM 12 VOLUMES - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 42,000 | 0,0000 | 849,0000 | 35.658,00 | Venceu | 1 ***** |
| Item.....: 38 | - 411048757 | - ARTE É INFÂNCIA - BOX COM 06 LIVROS - Unidade: UN | | | | | | |
| 15995 | Editora NXT Challenger Comércio e Repres. Ltda | DIVULGAÇÃO CULT | 185,000 | 0,0000 | 59,8000 | 11.063,00 | Venceu | 1 ***** |

| | | |
|---------------------------------|----|----------------------------------|
| Canoinhas, | Em |/...../..... |
| MARCIANO FERNANDES CORREA - | | - Pregoeiro(a) |
| ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - | | - SUPLENTE PREGOEIRO |
| ADILSON FERNANDO RIBEIRO - | | - EQUIPE DE APOIO |
| KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - | | - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO |
| MARINA HAAG - | | - 25.933/SC |
| VANESSA LANGER - | | - CRC/SC 028524/O-0 |

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 128-2017

DECRETO No 128, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.936,74 (onze mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 11.936,74 (onze mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

| | | | | | |
|-----------------------|---|------|----|-----|-----------|
| 0301.04.122.0015.2006 | MANUT. SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 33900000-217 | Aplicações Diretas | 3024 | 54 | R\$ | 11.936,74 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 3024 "Transferências de Convênios Outros - União", no valor de R\$ 11.936,74 (onze mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

| | | | | |
|---|------|----|-----|-----------|
| IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| Superávit Financeiro – Fonte Transferências de Convênios Outros - União | 3024 | 00 | R\$ | 11.936,74 |
| Total | 3024 | 00 | R\$ | 11.936,74 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de setembro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 133/2017

DECRETO No 133, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 52.435,45 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 52.435,45 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

| | | | | | |
|-----------------------|--|------|----|-----|-----------|
| 0601.15.451.0120.1044 | APIO A MELHORIA DE HABIT DE ASSENT PRECÁRIOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44900000-212 | Aplicações Diretas | 1024 | 54 | R\$ | 52.320,08 |
| 44900000-212 | Aplicações Diretas | 1024 | 54 | R\$ | 115,37 |
| | Total | 1024 | 54 | R\$ | 52.435,45 |

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 52.435,45 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

| | | | | |
|---|------|----|-----|-----------|
| IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros | 1024 | 54 | R\$ | 52.435,45 |
| Total | 1024 | 54 | R\$ | 52.435,45 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de outubro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 135-2017

DECRETO Nº 135, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

| | | | | | |
|-----------------------|-------------------------------|------|----|-----|------------|
| 0601.15.452.0120.1045 | PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44900000-207 | Aplicações Diretas | 1024 | 54 | R\$ | 122.925,00 |
| | Total | 1024 | 54 | R\$ | 122.925,00 |

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal nº 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

| | | | | |
|---|------|----|-----|------------|
| IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros | 1024 | 54 | R\$ | 122.925,00 |
| Total | 1024 | 54 | R\$ | 122.925,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 6 de outubro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

FIA PROCESSO LICITATÓRIO 0004/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017

IVAIR LOPES RODRIGUES, Presidente do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da Cia Teatral Pantomima, cujo representante é vinculado à pessoa jurídica denominada ALEXANDRE EMERIM DA SILVA OLIVEIRA, CNPJ 24.101.280/0001-92, com sede na Av. Elizeu Di Bernardi, 470, Campinas, em São José/SC, para apresentações teatrais com tema específico, "Os Sete Cabritinhos e o Lobo Mau", para alunos da rede municipal e estadual, e de Projetos Assistenciais deste município. Com Recursos Próprios.

| Item | Qtidade | Unid. | Marca | Descrição | Preço Unit. Máximo | Preço Total |
|------|---------|-------|-------|-----------|--------------------|-------------|
|------|---------|-------|-------|-----------|--------------------|-------------|

| | | | | | |
|-------|------|----|--|-----------|-----------|
| 1 | 1,00 | UN | Espectáculo teatral "Os Sete Cabritinhos e o Lobo Mau", a ser apresentado no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, para estudantes da rede municipal e estadual e de Projetos Assistenciais do Município de Capinzal, nos dias 9 e 10 de outubro de 2017 | 12.760,00 | 12.760,00 |
| Total | | | | | 12.760,00 |

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

| | |
|--|-------|
| Vencedores | |
| Fornecedor | Itens |
| ALEXANDRE EMERIM DA SILVA OLIVEIRA 03334605965 | 001 |
| R\$ 12.760,00 (Doze mil setecentos e sessenta reais) | |

JUSTIFICATIVA

Busca-se a contratação por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso III do art. 25 da lei Nº 8.666/93 e suas demais alterações, com o Empreendedor Individual Alexandre Emerim da Silva Oliveira, com o nome de Fantasia Cia. Teatral Pantomima, para a apresentação de 04 (quatro) espetáculos de peça teatral, com o tema informativo sobre a desobediência aos Pais, as consequências deste ato e os diversos medos da idade, destinada a crianças matriculadas nas redes municipais e estaduais de ensino e projetos existentes em nosso município, objetivando a orientação sobre o tema.

Os espetáculos serão apresentados nos dias 09 e 10 de outubro de 2017. Sendo que a escolha recaiu sobre a Cia Teatral Pantomima, em razão de se tratar de pessoa jurídica e única na região a trabalhar nesta linha e nesta atividade de teatro.

Os Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA definiram em reunião, como consta em ata, esta atividade para esta faixa etária e no objeto a ser apresentado. Desta forma buscou-se a empresa acima citada, por possuir todas as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal, exceto a Certidão Negativa de Débitos relativos à Dívida Ativa da União, necessária para a contratação. A empresa está aguardando a liberação da Receita Federal. As apresentações serão realizadas, porém conforme acordado com a referida empresa, a condicionante para pagamento dos espetáculos é a apresentação da CND supra citada regularizada.

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

| |
|--|
| Despesa: 11 - Prevenção de dependências cruzadas. Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente Programa: 180 - PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE DROGAS Projeto/Atividade: 2.113 - Prevenção de dependências cruzadas. Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas Recurso: 300 - Sup-Recursos Ordinários |
| Despesa: 6 - Prevenção de dependências cruzadas. Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE Função: 8 - Assistência Social Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente Programa: 180 - PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE DROGAS Projeto/Atividade: 2.113 - Prevenção de dependências cruzadas. Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas Recurso: 0 - Recursos Ordinários |

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 9 de Outubro de 2017

IVAIR LOPES RODRIGUES

Presidente

PMC CONTRATO 0280/2017

| | | |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0280/2017 | | |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: EURO TRUCK INJECAO ELETRONICA DIESEL LTDA. - EPP | | |
| Valor : 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) | | |
| Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0104/2017 Processo_Licitatório.....: 0149 / 2017 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : Aquisição de peças para recuperação do Rolo Compactador Dynapac CA 15 - 672B520 ano 1984, da Secretaria de Infraestrutura. Com Recursos Próprios | | |
| Capinzal, 6 de Outubro de 2017 | | |

PMC CONTRATO 0281/2017

| | | |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0281/2017 | | |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A | | |
| Valor : 400,00 (quatrocentos reais) | | |
| Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0105/2017 Processo_Licitatório.....: 0150 / 2017 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro de veículos novos, que integrarão a frota da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais | | |
| Capinzal, 6 de Outubro de 2017 | | |

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0143/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0101/2017 ADENDO 002 - RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0143/2017**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0101/2017**

Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar o repasse de valores referentes ao vale alimentação aos servidores do Município de Capinzal, por meio de cartão magnético, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados.

ADENDO Nº 002 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0101/2017

O Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carmelo Zocolli, 155, Centro, Capinzal, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, através do Secretário de Administração e Finanças, TORNA PÚBLICA a RETIFICAÇÃO, na totalidade, do EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial nº 0101/2017 com as devidas alterações após análise de Impugnação.

1. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica ALTERADO para o dia 23/10/2017, às 08h25, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 8h30 da mesma data.

Capinzal, 06 de outubro de 2017.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0159/2017 TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 0008/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0159/2017

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0008/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviço de impermeabilização do Telhado do Ginásio Municipal de Esportes Dileto Bertaioli, da Fundação Municipal de Esportes, com fornecimento de manta asfáltica antigranizo. Recursos Municipais.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 08:25 horas, para abertura às 08:30 horas do dia 24/10/2017.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro. Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 9 de Outubro de 2017 .

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0857/2017

PORTARIA Nº 00857, DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.380, de 21 de abril de 1989, alterada pela Lei nº 1.816, de 14 de abril de 1994 e pela Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º Designar ROMI VILARINO LIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder como Superintendente Geral da FME – Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de agosto de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PORTARIA 0895/2017

PORTARIA Nº 0895, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Nomeia membro do Conselho Tutelar na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e fundamentado no capítulo IV da Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, Lei nº 2.694, de 24 de maio de 2006 e Lei nº 2.862 de 22 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 21 de agosto de 2017, TAINARA DE MATTOS, para exercer as funções de Conselheiro Tutelar do município de Capinzal, com remuneração e regime de trabalho conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.862, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de agosto de 2017

Capinzal – SC, em 21 de agosto de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Tainara de Mattos.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Nilvo Dorini, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sr^a, Tainara de Mattos a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, nomeada pela Portaria nº 0895/2017. Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 21 de agosto de 2017

Empossado

Prefeito Municipal

TA FMS 003/2017 C01

| | | |
|--|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Aditivo Nº : TA 003/2017 C01 - Contrato Nº: 0001/2017 M | | |
| Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | | |
| Contratada...: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA. | | |
| Valor : 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais) | | |
| Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 09/01/2018 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017 | | |
| Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2017 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o ACRÉSCIMO em 25% dos itens 1 (gasolina comum) e 3 (óleo diesel S10) do contrato original de acordo com o artigo 65 da lei 8.666/93; aumentando o valor total dos referidos itens em: R\$ 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais). | | |
| Capinzal, 6 de Outubro de 2017 | | |

TA PMC CONTRATO 002/2017 C53

| | | |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Aditivo Nº : TA 002/2017 C53 - Contrato Nº: 0053/2017 | | |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: CONSTRUCOES HERVAL LTDA - EPP | | |
| Valor : 30.522,50 (trinta mil quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) | | |
| Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 16/03/2018 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0016/2017 Processo_Licitatório.....: 0024 / 2017 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo das quantidades em até 25%, referente aos itens 01 (mão de obra para confecção de boca de lobo), 02 (mão de obra execução em concerto de boca de lobo e sarjeta), 05 (mão de obra para reforma de calçamento), 06 (mão de obra para colocação de tubos de concreto 200mm / 300m), 08 (mão de obra para distribuição manual de materiais diversos) e 10 (mão de obra para servente para execução de tarefas) do contrato original. | | |
| Capinzal, 6 de Outubro de 2017 | | |

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI NO 031, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

PROJETO DE LEI No 031, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, na forma da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir.

| | | | | | |
|-----------------------|---|-----|----|-----|-----------|
| 0101 | PODER LEGISLATIVO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01 | LAGISLATIVA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01.031 | AÇÃO LEGISLATIVA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01.031.0001 | PROCESSO LEGISLATIVO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01.031.0001.1001 | AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44900000-001 | Aplicações Diretas | 00 | 00 | R\$ | 50.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 50.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma do quadro a seguir.

| | | | | | |
|-----------------------|-----------------------------------|-----|----|-----|-----------|
| 0101 | PODER LEGISLATIVO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01 | LAGISLATIVA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01.031 | AÇÃO LEGISLATIVA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01.031.0001 | PROCESSO LEGISLATIVO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 0101.01.031.0001.2004 | MANUTENÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 33900000-009 | Aplicações Diretas | 00 | 00 | R\$ | 50.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 50.000,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 28 de setembro de 2017

NILVO DONINI

Prefeito Municipal

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI No 031/2017

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL.

Submeto para análise e deliberação de Vossas Excelências o Projeto de Lei no 031/2017, de 28 de setembro de 2017, que "abre crédito adicional suplementar".

O presente projeto autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, para investimentos na aquisição de equipamentos com o objetivo de renovar e adequar os equipamentos de suporte às atividades legislativas, otimizar e melhorar os trabalhos dos servidores, assessores e vereadores no cumprimento das funções do Legislativo.

Para cobertura das despesas decorrentes do presente projeto, serão utilizados recursos orçamentários provenientes da anulação de dotação orçamentária vinculada ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores e recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

Capinzal, SC 28 de setembro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/48/2017**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/48/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: RECK E CIA LTDA ME

CNPJ DO CONTRATADO: 81.866.592/0001-20

OBJETO: SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO (POR HORA TRABALHADA) COM MINI ESCAVADEIRA.

VALOR: R\$ 119,00 (CENTO E DEZENOVE REAIS) POR HORA TRABALHADA.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2017

VIGÊNCIA: 09/10/2017 A 31/12/2017



Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0088/2017 - PREGÃO Nº 0071/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0088/2017

PREGÃO Nº 0071/2017

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para confecção de próteses dentárias para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas - SC.

Dotação Orçamentária:

2.091.3390.00 - 102 - 14/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 25 de outubro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 06 de outubro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 06 de outubro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0089/2017 - PREGÃO Nº 0072/201**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0089/2017

PREGÃO Nº 0072/2017

Objeto: Contratação de empresas especializadas para confecção de camisetas e diagramação, publicação e impressão de livros a fim de atender as necessidades por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto .

Dotação Orçamentária:

2.019.3390.00 - 101 - 26/2017 - MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME

2.018.3390.00 - 101 - 37/2017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 26 de outubro de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 06 de outubro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 06 de outubro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 169/2017

PORTARIA Nº 169/2017

"Altera Lotação de servidor que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, inciso IV e V da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a Lotação da servidora MARLENE TEREZINHA DA SILVA da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente a partir do dia 09/10/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 06 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 170/2017

PORTARIA Nº 170/2017

"Altera Lotação de servidor que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, inciso IV e V da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a Lotação da servidora ALDETE MARIA BELLEI da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes a partir do dia 09/10/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 06 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 171/2017

PORTARIA Nº 171/2017

"Altera Lotação de servidor que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, inciso IV e V da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a Lotação da servidora SIMONE HILESHAIM

BARTOLAMEI da Secretaria de Desenvolvimento Social para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente a partir do dia 09/10/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 06 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 172/2017

PORTARIA Nº 172/2017

"Altera Lotação de servidor que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, inciso IV e V da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a Lotação do servidor ITANIR MARANGONI da Secretaria de Administração para a Secretaria de Desenvolvimento Social a partir do dia 09/10/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 06 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 173/2017

PORTARIA Nº 173/2017

"Altera Lotação de servidor que especifica e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, inciso IV e V da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a Lotação do servidor CLEVALMO MERÍSIO da Secretaria de Transporte Escolar para a Secretaria Municipal de Transportes a partir do dia 09/10/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 06 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 174/2017

PORTARIA Nº 174/2017

“Altera Lotação de servidor que especifica e dá outras providências”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, inciso IV e V da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art.1º. Alterar a Lotação do servidor CLAUDIOMIRO LEONARDI da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria Obras e Serviços Públicos a partir do dia 09/10/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 06 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

410.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA N° 410/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional aos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º Os servidores relacionados nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

| NOME | CARGO | PROGRESSÃO | Do Nível | Para o Nível |
|-----------------------|---------------------------|------------------|------------|--------------|
| Simone I. da Silveira | Assistente Social | Tempo de Serviço | Nível - V | Nível - VI |
| Zilá de Souza | Agente de Serviços Gerais | Desempenho | Nível - IV | Nível - V |
| Zuleide D. Schneider | Oficial Administrativo | Desempenho | Nível - VI | Nível - VII |

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.10.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

411.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 411/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 04.10.2016 à 03.10.2017, a ACIR MELLO, matriculado sob o nº 1378/02, ocupante do cargo efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 09.10.2017 a 07.11.2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

412.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA N° 412/2017

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor do servidor público Joelsio Machado, conforme Portaria nº 391/2017, relativas ao período 2014/2015;

CONSIDERANDO a Portaria nº 405/2017 que suspendeu o gozo de férias do servidor, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que o servidor tem direito a gozar 17 (dezesete) dias de férias, referente ao período remanescente.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar o Servidor Público JOELSIO MACHADO - Matrícula nº 2509/01, ocupante do cargo efetivo de Contador na Secretaria Municipal da Fazenda, a gozar férias no período de 09/10/2017 à 25/10/2017, num total de 17 (dezesete) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 391/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de outubro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 409/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 409/2017

DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuarem como Fiscais de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Administração Municipal, em obediência ao art. 67 da Lei 8.666/93, sendo eles:

I- CONTRATO Nº 38/2017- PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 01/2017

OBJETO: O presente contrato tem por objeto aquisição de Óleo Diesel S 10 destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado.

FISCAL: Fernando Rengel

II - CONTRATO Nº 39/2017- PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Fernando Rengel

III- CONTRATO Nº 40/2017- PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Fernando Rengel

IV- CONTRATO Nº 41/2017- PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Concurso Público no Município de Chapadão do Lageado/SC.

FISCAL: Neusa Francisco Luckmann

V - CONTRATO Nº 42/2017- PM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

OBJETO: Contrato tem por objeto a locação de 01 imóvel com área de 640 m², situado no centro do município de Chapadão do Lageado-sc, para abrigar as Secretarias de Meio Ambiente e Turismo e Agricultura, Indústria e Comércio, bem como, a Creche Municipal.

FISCAL: Márcio Bittencourt

VI - CONTRATO Nº 18/2017- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Sexta do Contrato

nº 26/2016, celebrado entre as partes em 06/06/2016.

FISCAL: João Aloir França de Oliveira

VII - CONTRATO Nº 19/2017- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

CREDENCIAMENTO Nº 03/2017

OBJETO: Contrato tem por objeto o credenciamento de profissional médico (pessoa física) para prestação de serviços na área de saúde, para fins de atendimento em consultas, procedimentos ambulatoriais e exames de diagnose, bem como, de profissionais para a prestação de serviços paramédicos – Clínico Geral, sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município ou fora dele.

FISCAL: João Aloir França de Oliveira

VIII - CONTRATO Nº 20/2017- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

OBJETO: Contrato tem por objeto contratação de empresa especializada para licenciamento de softwares e serviços de informática, para uso na rede interna do órgão licitante (excetuados os módulos expressamente requisitados em ambiente web) conforme características e condições descritas no Anexo II – Termo de Referenciado presente edital.

FISCAL: Jean Carlos Aires

IX - CONTRATO Nº 21/2017- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Josir Jacó Kalbusch

X - CONTRATO Nº 22/2017- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017

CREDENCIAMENTO Nº 05/2017

OBJETO: Credenciamento de profissionais fonoaudiólogos (pessoa física) para prestação de serviços na área de saúde, para fins de atendimento em consultas, procedimentos ambulatoriais e exames de diagnose, sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município ou fora dele.

FISCAL: João Aloir França de Oliveira

XI - CONTRATO Nº 23/2017- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: Josir Jacó Kalbusch

XII - CONTRATO Nº 24/2017- FM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

FISCAL: João Aloir França de Oliveira

Art. 2º Os Fiscais ora designados deverão observar as disposições no Decreto nº 029 de 04.04.2016, para o desempenho da função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 06 de outubro de 2017.

Marli Goretti kammers

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 48/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 48/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: ADRIANO GHELLERE DA SILVA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 62/PMCS/2017.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 02/PMCS/2017.

Objeto: Contratação de "Adriano Ghellere da Silva" para apresentação artística na festividade comemorativa de emancipação política administrativa do município de Cocal do Sul, Chamada V CocalFest.

Assinatura: 11/09/2017.
Vigência: Início: 11/09/2017 Término: 31/12/2017.
Valor: R\$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais).
Dotação Orçamentária: 07.03.2.053.3.3.90.36.99 (100).

EXTRATO DO CONTRATO 58/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 58/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: MAURICIO ONOFRE.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 62/PMCS/2017.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 02/PMCS/2017.

Objeto: Contratação da banda "Periódicos Trio" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do município de Cocal do Sul, chamada V CocalFest.

Assinatura: 11/09/2017.
Vigência: Início: 11/09/2017 Término: 31/12/2017.
Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais).
Dotação Orçamentária: 07.03.2.053.3.3.90.36.99 (100).

EXTRATO DO CONTRATO 64/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 64/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: EMPRESA ARTÍSTICO CULTURAL MARQUES JOAQUIM LTDA – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 62/PMCS/2017.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 02/PMCS/2017.

Objeto: Contratação do "Festival Nacional de Teatro Revirado" para apresentação artística na festividade comemorativa da emancipação política administrativa do Município de Cocal do Sul, chamada V CocalFest.

Assinatura: 11/09/2017
Vigência: Início: 11/09/2017 Término: 31/12/2017.
Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Dotação Orçamentária: 07.03.2.053.3.3.90.39.99 (100).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 21/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 66/2016.
ADITIVO Nº: 21/2017.
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 64/PMCS/2016.
TOMADA DE PREÇOS: 07/PMCS/2017.

Objeto do contrato: Fornecimento de material e prestação de serviços para construção do almoxarifado e do refeitório na garagem de máquinas da prefeitura de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a Prorrogação e Acréscimo ao valor do contrato, firmado entre as partes em 17/11/2016.

Assinatura: 18/09/2017.
Vigência: Início: 18/09/2017 Término: 31/12/2017
Valor: R\$. 28.095,87 (vinte e oito mil e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICADO DE SORTEIO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 11/2017 – PMC PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC CREDENCIAMENTO Nº 11/2017 – PMC

COMUNICADO DE SORTEIO PÚBLICO

Em vista da promoção futura de licitação para contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade, a Prefeitura Municipal de Concórdia torna público, que fará realizar sessão pública destinada ao sorteio de profissionais que comporão a subcomissão técnica julgadora das propostas do futuro certame licitatório. A sessão pública ocorrerá no dia 20/10/2017, às 09h00min, na Sala de Licitações do Centro Administrativo Municipal, local e ocasião que serão sorteados, dentre os profissionais abaixo, 03 (três) componentes da subcomissão técnica.

Profissionais com vínculo funcional, contratual ou relação de parentesco com a Prefeitura Municipal de Concórdia:

- a) Adriana Salete Onetta;
- b) Ana Paula Heckenblaikner;
- c) Júlio Gomes Filho;
- d) Silviomar Bernardi;

Profissionais que não mantêm vínculo funcional ou contratual com

a Prefeitura Municipal de Concórdia e que representarão 1/3 (um terço) do total de componentes da subcomissão técnica:

- a) Ana Paula Roncaglio Spudeit
- b) Divaléia Salete Casagrande
- c) Edenir Fernando Rosset
- d) Éderson Carpeggiani Vilas Bôas
- e) Luís Carlos Muller Schaurich
- f) Tatiane Maria Rex Batista Sartori

Todos os profissionais relacionados foram previamente cadastrados através do Credenciamento nº 11/2017 PMC, contando, cada qual, com formação superior Comunicação, Publicidade ou Marketing. Em até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar os profissionais integrantes das relações ora expostas, mediante fundamentos jurídicos plausíveis. Informações complementares poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3441-2160.

Concórdia, SC, 06 de outubro de 2017.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 2735/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.735, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.
Autoriza conceder Título de Cidadão Concordiense ao senhor Carlos Alberto Reali.

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia autorizada a conceder Título de Cidadão Concordiense ao senhor Carlos Alberto Reali.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 6 de outubro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

DECRETO 2736/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.736, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.
Autoriza conceder Título de Cidadão Concordiense ao senhor Jacinto Secchi

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia autorizada a conceder Título de Cidadão Concordiense ao senhor Jacinto Secchi.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 6 de outubro de 2017.

Artêmio Ortigara
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 691/2017

DECRETO Nº 691/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. CLÉDIA SALETE BARBIERI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº1352101, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 04/10/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 06 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO RETIFICAÇÃO PROC.115/2017 PPR 51/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 115/2017

PREGÃO PRESENCIAL RP: 51/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA REALIZAR O TRANSPORTE EVENTUAL DOS GRUPOS DE ATLETAS, DE IDOSOS, DE CORAL E DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA EM ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E VIAGENS DE ESTUDOS.

Fica alterado o objeto do edital, conforme segue:

Onde se lê:

REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA REALIZAR O TRANSPORTE EVENTUAL DOS GRUPOS DE ATLETAS, DE IDOSOS, DE CORAL E DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA EM ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E VIAGENS DE ESTUDOS.

Leia-se:

REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA REALIZAR O TRANSPORTE EVENTUAL DOS GRUPOS DE ATLETAS, DE IDOSOS, DE CORAL, DE ALUNOS, BEM COMO DOS PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, EM ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E VIAGENS DE ESTUDOS.

Considerando a presente alteração, as datas e horários de entrega dos envelopes e abertura da sessão passam a ser as seguintes:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 do dia 24/10/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 24/10/2017.

O edital retificado poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br, ou no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 06 de outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

RELAÇÃO ITENS ADJUDICADOS SETEMBRO 2017- ADM

Página: 1/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--------------------------------------|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <div> <div> <div>Processo / Ano: 16/2017</div> <div>Licitação: 3/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 13/02/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> </div> <div> <div>Fornecedor.....: 53</div> <div>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> </div> <div> <div>Adjudicação.....: 163</div> <div>- Data: 13/02/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> </div> </div> | | | | | | | |
| 8 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 300,000 | 3,000 | 3,65 | 10,95 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 10,95 |
| <div> <div> <div>Processo / Ano: 16/2017</div> <div>Licitação: 3/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 13/02/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> </div> <div> <div>Fornecedor.....: 53</div> <div>- SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> </div> <div> <div>Adjudicação.....: 164</div> <div>- Data: 13/02/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> </div> </div> | | | | | | | |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 6,980 | 5,35 | 37,34 |
| 56 | 05-07-08272 | MAÇA. | kg | 300,000 | 2,350 | 6,60 | 15,51 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 52,85 |
| <div> <div> <div>Processo / Ano: 16/2017</div> <div>Licitação: 3/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 13/02/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> </div> <div> <div>Fornecedor.....: 135</div> <div>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> </div> <div> <div>Adjudicação.....: 165</div> <div>- Data: 13/02/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> </div> </div> | | | | | | | |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 5,345 | 4,35 | 23,25 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 23,25 |
| <div> <div> <div>Processo / Ano: 16/2017</div> <div>Licitação: 3/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 13/02/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> </div> <div> <div>Fornecedor.....: 2623</div> <div>- N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> </div> <div> <div>Adjudicação.....: 166</div> <div>- Data: 13/02/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> </div> </div> | | | | | | | |
| 4 | 05-02-08176 | PALITO SALGADO | kg | 220,000 | 2,000 | 15,90 | 31,80 |
| 12 | 05-02-08296 | SONHO COM RECHEIO DE DOCE DE LEITE | kg | 300,000 | 2,500 | 19,75 | 49,38 |
| 27 | 05-02-08385 | BOLO SIMPLES COM COBERTURA | kg | 220,000 | 3,500 | 17,80 | 62,30 |
| 31 | 05-02-08389 | MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT) | kg | 200,000 | 3,000 | 23,70 | 71,10 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 214,58 |

Página: 2/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|----------------------------|--|---|--------------------|----------------|----------------|----------------|
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 53 167 | Licitação: 3/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 8 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 300,000 | 5,000 | 3,65 | 18,25 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 5,000 | 18,25 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 135 168 | Licitação: 3/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 65 | 05-12-08135 | ESFIHA SALGADA C/ RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA BANDEJA 100UN | BAND | 220,000 | 2,000 | 76,90 | 153,80 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 2,000 | 153,80 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 53 169 | Licitação: 3/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 42 50 | 05-07-01615 05-07-08173 | CEBOLA TOMATE LONGA VIDA | kg kg | 30,000 40,000 | 6,145 6,145 | 3,23 4,88 | 19,85 29,99 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 12,290 | 49,84 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 53 170 | Licitação: 3/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 30 | 05-02-08388 | MASSA FOLHADA DOCE (CROISSANT) | kg | 200,000 | 4,250 | 22,80 | 96,90 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 4,250 | 96,90 |

Página: 3/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 171 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 41 | 05-07-00005 | ABACAXI | kg | 100,000 | 1,350 | 6,65 | 8,98 |
| 46 | 05-07-04754 | MANGA | kg | 200,000 | 3,880 | 4,55 | 17,65 |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 6,210 | 4,35 | 27,01 |
| 55 | 05-07-08262 | BANANA CATUPRRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 300,000 | 2,835 | 3,50 | 9,92 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 14,275 | 63,56 |
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 172 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 4,140 | 5,35 | 22,15 |
| 56 | 05-07-08272 | MAÇA. | kg | 300,000 | 3,955 | 6,60 | 26,10 |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 3,000 | 19,90 | 59,70 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 11,095 | 107,95 |
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 173 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 47 | 05-07-04996 | MELANCIA | kg | 300,000 | 12,800 | 1,65 | 21,12 |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 5,900 | 4,35 | 25,67 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 18,700 | 46,79 |
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 174 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 63 | 05-12-05524 | PÃO FRANCÊS | kg | 120,000 | 1,180 | 9,85 | 11,62 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 1,180 | 11,62 |

Página: 4/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação (Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|-----------------------|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 175 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 40 | 05-06-08111 | SALSICHA SUINA | kg | 100,000 | 4,000 | 8,15 | 32,60 |
| 63 | 05-12-05524 | PÃO FRANCÊS | kg | 120,000 | 1,590 | 9,85 | 15,66 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 48,26 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 176 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 4,795 | 5,35 | 25,65 |
| 56 | 05-07-08272 | MAÇA. | kg | 300,000 | 4,065 | 6,60 | 26,83 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 52,48 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 177 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 40 | 05-06-08111 | SALSICHA SUINA | kg | 100,000 | 4,000 | 8,15 | 32,60 |
| 63 | 05-12-05524 | PÃO FRANCÊS | kg | 120,000 | 1,630 | 9,85 | 16,06 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 48,66 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 178 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 40 | 05-06-08111 | SALSICHA SUINA | kg | 100,000 | 4,000 | 8,15 | 32,60 |
| 63 | 05-12-05524 | PÃO FRANCÊS | kg | 120,000 | 1,605 | 9,85 | 15,81 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 48,41 |

Página: 5/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|----------------------------|---|---|--------------------|----------------|----------------|----------------|
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 135 179 | Licitação: 3/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 7 | 05-02-08202 | GROSTOLI FOFINHO | kg | 250,000 | 4,000 | 19,68 | 78,72 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 4,000 | 78,72 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 2623 180 | Licitação: 3/2017 - PR - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 12 31 | 05-02-08296 05-02-08389 | SONHO COM RECHEIO DE DOCE DE LEITE MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT) | kg kg | 300,000 200,000 | 2,500 3,000 | 19,75 23,70 | 49,38 71,10 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 5,500 | 120,48 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 2623 181 | Licitação: 3/2017 - PR - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 27 | 05-02-08385 | BOLO SIMPLES COM COBERTURA | kg | 220,000 | 4,000 | 17,80 | 71,20 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 4,000 | 71,20 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 16/2017 2623 182 | Licitação: 3/2017 - PR - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Sim | | | |
| 12 | 05-02-08296 | SONHO COM RECHEIO DE DOCE DE LEITE | kg | 300,000 | 4,000 | 19,75 | 79,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 4,000 | 79,00 |

Página: 6/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação (Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2622 - SIPEZA FOODS LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 183 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 23 | 05-02-08344 | PASTEL COM RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA COM 100UN | BAND | 300,000 | 2,000 | 78,90 | 157,80 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 157,80 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2309 - MERCADO KA & KA LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 184 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 13 | 05-02-08297 | SUCO EM PÓ ADOÇADO 350GR SABORES DIVERSOS | un | 300,000 | 60,000 | 3,89 | 233,40 |
| 54 | 05-07-08238 | GRANOLA COM AÇÚCAR MASCADO E CASTANHA | kg | 50,000 | 5,000 | 19,80 | 99,00 |
| 57 | 05-07-08273 | GRANOLA INTEGRAL | kg | 50,000 | 5,000 | 20,90 | 104,50 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 436,90 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 185 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 55 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 300,000 | 3,172 | 3,50 | 11,10 |
| 65 | 05-12-08135 | ESFIHA SALGADA C/ RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA BANDEJA 100UN | BAND | 220,000 | 2,000 | 76,90 | 153,80 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 164,90 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 186 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 29 | 05-02-08387 | SALGADO COM RECHEIO DE QUEIJO(BOLINHA DE QUEIJO) | kg | 300,000 | 2,280 | 54,60 | 124,49 |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 3,210 | 5,35 | 17,17 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 141,66 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 7/75

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Ctde.Cotada | Ctde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 187 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 4,000 | 19,90 | 79,60 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 79,60 |
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 188 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 4,210 | 4,35 | 18,31 |
| 55 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 300,000 | 1,890 | 3,50 | 6,62 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 24,93 |
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 189 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 05-02-08202 | GROSTOLI FOFINHO | kg | 250,000 | 4,000 | 19,68 | 78,72 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 78,72 |
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 190 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 29 | 05-02-08387 | SALGADO COM RECHEIO DE QUEIJO(BOLINHA DE QUEIJO) | kg | 300,000 | 5,335 | 54,60 | 291,29 |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 2,975 | 5,35 | 15,92 |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 4,000 | 19,90 | 79,60 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 386,81 |

Página: 8/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 191 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 3,000 | 19,90 | 59,70 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 59,70 | | | | | 3,000 | | 59,70 |
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 192 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 46 | 05-07-04754 | MANGA | kg | 200,000 | 4,675 | 4,55 | 21,27 |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 5,768 | 4,35 | 25,09 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 46,36 | | | | | 10,443 | | 46,36 |
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 193 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 05-02-08202 | GROSTOLI FOFINHO | kg | 250,000 | 3,000 | 19,68 | 59,04 |
| 65 | 05-12-08135 | ESFHA SALGADA C/ RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA BANDEJA 100UN | BAND | 220,000 | 1,000 | 76,90 | 76,90 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 135,94 | | | | | 4,000 | | 135,94 |
| Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 194 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 63 | 05-12-05524 | PÃO FRANCÊS | kg | 120,000 | 1,975 | 9,85 | 19,45 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 19,45 | | | | | 1,975 | | 19,45 |

Página: 9/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|------------------------------|--|-------------------------------|-------------|
| Processo / Ano: 16/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 195 | | | | | | | |
| | | Licitação: 3/2017 - PR | | | Data de Homologação: 13/02/2017 | Registro de Preço: Sim | |
| | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | Tabela/Catálogo: | | |
| | | - Data: 13/02/2017 | | | Centro de Custo: | | |
| 42 | 05-07-01615 | CEBOLA | kg | 30,000 | 6,550 | 3,23 | 21,16 |
| 50 | 05-07-08173 | TOMATE LONGA VIDA | kg | 40,000 | 9,630 | 4,88 | 46,99 |
| | | | | T O T A I S -----> | 16,180 | | 68,15 |
| Processo / Ano: 16/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 196 | | | | | | | |
| | | Licitação: 3/2017 - PR | | | Data de Homologação: 13/02/2017 | Registro de Preço: Sim | |
| | | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | Tabela/Catálogo: | | |
| | | - Data: 13/02/2017 | | | Centro de Custo: | | |
| 44 | 05-07-04400 | LARANJA | kg | 150,000 | 1,205 | 3,20 | 3,86 |
| 46 | 05-07-04754 | MANGA | kg | 200,000 | 3,216 | 4,55 | 14,63 |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 3,396 | 4,35 | 14,77 |
| 55 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 300,000 | 3,517 | 3,50 | 12,31 |
| | | | | T O T A I S -----> | 11,334 | | 45,57 |
| Processo / Ano: 16/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 197 | | | | | | | |
| | | Licitação: 3/2017 - PR | | | Data de Homologação: 13/02/2017 | Registro de Preço: Sim | |
| | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | Tabela/Catálogo: | | |
| | | - Data: 13/02/2017 | | | Centro de Custo: | | |
| 8 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 300,000 | 6,000 | 3,65 | 21,90 |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 4,670 | 5,35 | 24,98 |
| 56 | 05-07-08272 | MAÇA. | kg | 300,000 | 4,565 | 6,60 | 30,13 |
| | | | | T O T A I S -----> | 15,235 | | 77,01 |
| Processo / Ano: 16/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 198 | | | | | | | |
| | | Licitação: 3/2017 - PR | | | Data de Homologação: 13/02/2017 | Registro de Preço: Sim | |
| | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | Tabela/Catálogo: | | |
| | | - Data: 13/02/2017 | | | Centro de Custo: | | |
| 30 | 05-02-08388 | MASSA FOLHADA DOCE (CROISSANT) | kg | 200,000 | 4,350 | 22,80 | 99,18 |
| | | | | T O T A I S -----> | 4,350 | | 99,18 |

Página: 10/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 1456 - SCS COMERCIO LTDA EPP</div> <div>Adjudicação.....: 199 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 20 | 05-02-08337 | BOMBONS PACOTES DE 1KG DE BOA QUALIDADE | kg | 100,000 | 20,000 | 39,40 | 788,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 20,000 | 788,00 |
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Adjudicação.....: 200 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 44 | 05-07-04400 | LARANJA | kg | 150,000 | 1,189 | 3,20 | 3,80 |
| 46 | 05-07-04754 | MANGA | kg | 200,000 | 3,195 | 4,55 | 14,54 |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 3,900 | 4,35 | 16,97 |
| 55 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 300,000 | 2,250 | 3,50 | 7,88 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 10,534 | 43,19 |
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Adjudicação.....: 201 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 44 | 05-07-04400 | LARANJA | kg | 150,000 | 1,210 | 3,20 | 3,87 |
| 46 | 05-07-04754 | MANGA | kg | 200,000 | 3,290 | 4,55 | 14,97 |
| 48 | 05-07-04997 | MELÃO | kg | 300,000 | 3,850 | 4,35 | 16,75 |
| 55 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 300,000 | 2,280 | 3,50 | 7,98 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 10,630 | 43,57 |
| <div>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME</div> <div>Adjudicação.....: 202 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 19 | 05-02-08335 | BOLO RECHEADO SABORES DIVERSOS | kg | 150,000 | 6,000 | 31,75 | 190,50 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 6,000 | 190,50 |

Página: 11/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME</p> <p>Adjudicação.....: 203 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 19 | 05-02-08335 | BOLO RECHEADO SABORES DIVERSOS | kg | 150,000 | 6,000 | 31,75 | 190,50 |
| 31 | 05-02-08389 | MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT) | kg | 200,000 | 4,000 | 23,70 | 94,80 |
| T O T A I S -----> | | | | 10,000 | | | 285,30 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2623 - N.N. COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - ME</p> <p>Adjudicação.....: 204 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 12 | 05-02-08296 | SONHO COM RECHEIO DE DOCE DE LEITE | kg | 300,000 | 3,000 | 19,75 | 59,25 |
| 31 | 05-02-08389 | MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT) | kg | 200,000 | 4,000 | 23,70 | 94,80 |
| T O T A I S -----> | | | | 7,000 | | | 154,05 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</p> <p>Adjudicação.....: 205 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 3,650 | 5,35 | 19,53 |
| 56 | 05-07-08272 | MAÇA. | kg | 300,000 | 3,378 | 6,60 | 22,29 |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 3,000 | 19,90 | 59,70 |
| T O T A I S -----> | | | | 10,028 | | | 101,52 |
| <p>Processo / Ano: 16/2017 Licitação: 3/2017 - PR Data de Homologação: 13/02/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP</p> <p>Adjudicação.....: 206 - Data: 13/02/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 4,000 | 19,90 | 79,60 |
| T O T A I S -----> | | | | 4,000 | | | 79,60 |

Página: 12/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un. Med. | Qtde. Cotada | Qtde. Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|----------|--------------|--------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 16/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 207 | | | | | | | |
| | | Licitação: 3/2017 - PR | | | | | |
| | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | | | |
| | | - Data: 13/02/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 13/02/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 45 | 05-07-04735 | MAMÃO | kg | 300,000 | 6,295 | 5,35 | 33,68 |
| 56 | 05-07-08272 | MAÇA. | kg | 300,000 | 4,465 | 6,60 | 29,47 |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 3,000 | 19,90 | 59,70 |
| TOTALS | | | | | 13,760 | | 122,85 |
| Processo / Ano: 16/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 208 | | | | | | | |
| | | Licitação: 3/2017 - PR | | | | | |
| | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | | | |
| | | - Data: 13/02/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 13/02/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 67 | 93-01-11196 | SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS | un | 250,000 | 4,000 | 19,90 | 79,60 |
| TOTALS | | | | | 4,000 | | 79,60 |
| Processo / Ano: 55/2017 Fornecedor.....: 23 Adjudicação.....: 19 | | | | | | | |
| | | Licitação: 15/2017 - PR | | | | | |
| | | - EBERLE E EBERLE LTDA - ME | | | | | |
| | | - Data: 10/04/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 10/04/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 44 | 22-19-08782 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEUS EM VEÍCULOS DE PASSEIO | un | 174,000 | 2,000 | 10,00 | 20,00 |
| 45 | 22-19-08784 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU D VEICULO DE PASSEIO | un | 177,000 | 4,000 | 12,00 | 48,00 |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONSRTO DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 2,000 | 14,00 | 28,00 |
| 48 | 22-19-08787 | SERVIÇO DE CONSRTO DE RODA DE VEICULO DE PASSEIO | un | 102,000 | 1,000 | 28,00 | 28,00 |
| 51 | 22-19-08790 | SERVIÇO DE GEOMETRIA EM PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 159,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| TOTALS | | | | | 11,000 | | 208,00 |
| Processo / Ano: 55/2017 Fornecedor.....: 23 Adjudicação.....: 20 | | | | | | | |
| | | Licitação: 15/2017 - PR | | | | | |
| | | - EBERLE E EBERLE LTDA - ME | | | | | |
| | | - Data: 10/04/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 10/04/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 1 | 22-19-08797 | SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 76,000 | 2,000 | 15,00 | 30,00 |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONSRTO DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 2,000 | 14,00 | 28,00 |
| 49 | 22-19-08788 | SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE VÁLVULA EM RODA DE VEICULO DE | un | 99,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |

Página: 13/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 55/2017 Fornecedor.....: 23 Adjudicação.....: 20 Licitação: 15/2017 - PR - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Data: 10/04/2017 Data de Homologação: 10/04/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 53 | 22-19-08792 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN, MASTER | un | 76,000 | 2,000 | 16,00 | 32,00 |
| 57 | 22-19-08796 | SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE VÁLVULA EM RODA DE VEICULO TIPO V | un | 76,000 | 2,000 | 15,00 | 30,00 |
| 58 | 22-19-08798 | SERVIÇO DE GEOMETRIA DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 50,000 | 2,000 | 57,00 | 114,00 |
| TOTAIS → | | | | | | | 258,00 |
| Processo / Ano: 55/2017 Fornecedor.....: 23 Adjudicação.....: 21 Licitação: 15/2017 - PR - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Data: 10/04/2017 Data de Homologação: 10/04/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 4 | 22-13-06918 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRASEIRO TRATOR | un | 70,000 | 3,000 | 92,00 | 276,00 |
| 5 | 22-13-06919 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU TRASEIRO TRATOR | un | 70,000 | 2,000 | 78,00 | 156,00 |
| 6 | 22-13-06920 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEU DE GRADE ARADORA | un | 20,000 | 2,000 | 17,00 | 34,00 |
| 7 | 22-13-06921 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE GRADE ARADORA | un | 50,000 | 2,000 | 23,00 | 46,00 |
| 9 | 22-13-06923 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEU DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO | un | 20,000 | 4,000 | 18,00 | 72,00 |
| 11 | 22-13-06925 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE DISTRIBUIDOR DE DUBO LIQUIDO | un | 45,000 | 3,000 | 22,00 | 66,00 |
| 13 | 22-13-06927 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU ARO 20 DE DISTRIBUIDOR | un | 50,000 | 3,000 | 30,00 | 90,00 |
| 15 | 22-13-06930 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PENU ARO 16 DO ESPALHADOR DE ADUBO SO | un | 30,000 | 4,000 | 18,00 | 72,00 |
| 18 | 22-13-06933 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU ARO 20 ESPALHADOR DE ADUBO SOLID | un | 30,000 | 2,000 | 25,00 | 50,00 |
| 21 | 22-13-06936 | SERVIÇO DE MONTAR PNEU ARO 20 CARRETÃO BASCULANTE | un | 30,000 | 2,000 | 25,00 | 50,00 |
| 22 | 22-13-06937 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU ARO 20 CARRETÃO BASCULANTE | un | 50,000 | 2,000 | 35,00 | 70,00 |
| 30 | 22-15-20600 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU TRASEIRO DE RETROSCAVADEIRA | un | 50,000 | 2,000 | 68,00 | 136,00 |
| 32 | 22-15-20602 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRASEIRO RETROSCAVADEIRA | un | 80,000 | 4,000 | 85,00 | 340,00 |
| 33 | 22-15-20603 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEU DE CARREGADEIRA | un | 15,000 | 2,000 | 90,00 | 180,00 |
| 34 | 22-15-20604 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE CARREGADEIRA | un | 12,000 | 2,000 | 93,00 | 186,00 |
| 36 | 22-15-20606 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 04 | un | 90,000 | 3,000 | 36,00 | 108,00 |
| 37 | 22-15-20607 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 05 | un | 80,000 | 4,000 | 45,00 | 180,00 |
| 39 | 22-15-20609 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 07 | un | 90,000 | 1,000 | 65,00 | 65,00 |
| 40 | 22-15-20610 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 10 | un | 70,000 | 2,000 | 85,00 | 170,00 |
| 43 | 22-15-20613 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU CARREGADEIRA | un | 12,000 | 2,000 | 115,00 | 230,00 |
| 45 | 22-19-08784 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU D VEICULO DE PASSEIO | un | 177,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |

Página: 14/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Ctde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Licitação: 15/2017 - PR Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 23 - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 21 - Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 4,000 | 14,00 | 56,00 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 2.657,00 |
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Licitação: 15/2017 - PR Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 23 - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 22 - Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 3 | 22-13-06917 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DIANTEIRO TRATOR | un | 70,000 | 2,000 | 75,00 | 150,00 |
| 4 | 22-13-06918 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRASEIRO TRATOR | un | 70,000 | 2,000 | 92,00 | 184,00 |
| 26 | 22-15-20596 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE MOTONIVELADORA | un | 80,000 | 6,000 | 85,00 | 510,00 |
| 27 | 22-15-20597 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE MOTONIVELADORA | un | 100,000 | 8,000 | 98,00 | 784,00 |
| 29 | 22-15-20599 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA | un | 50,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| 31 | 22-15-20601 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA | un | 70,000 | 3,000 | 55,00 | 165,00 |
| 32 | 22-15-20602 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRASEIRO RETROESCAVADEIRA | un | 80,000 | 4,000 | 85,00 | 340,00 |
| 36 | 22-15-20606 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 04 | un | 90,000 | 1,000 | 36,00 | 36,00 |
| 37 | 22-15-20607 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 05 | un | 80,000 | 2,000 | 45,00 | 90,00 |
| 38 | 22-15-20608 | SERVIÇO APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 03 | un | 80,000 | 3,000 | 55,00 | 165,00 |
| 39 | 22-15-20609 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 07 | un | 90,000 | 2,000 | 65,00 | 130,00 |
| 40 | 22-15-20610 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 10 | un | 70,000 | 2,000 | 85,00 | 170,00 |
| 45 | 22-19-08784 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU D VEICULO DE PASSEIO | un | 177,000 | 4,000 | 12,00 | 48,00 |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 3,000 | 14,00 | 42,00 |
| 50 | 22-19-08789 | SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODA DE VEICULO DE PASSEIO | un | 119,000 | 4,000 | 12,00 | 48,00 |
| 51 | 22-19-08790 | SERVIÇO DE GEOMETRIA EM PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 159,000 | 4,000 | 42,00 | 168,00 |
| 54 | 22-19-08793 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 75,000 | 2,000 | 18,00 | 36,00 |
| 58 | 22-19-08798 | SERVIÇO DE GEOMETRIA DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 50,000 | 2,000 | 57,00 | 114,00 |
| 59 | 22-19-08807 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEUS DE MOTONIVELADORA | un | 60,000 | 8,000 | 78,00 | 624,00 |
| 60 | 22-19-08808 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEU DE CAMINHÃO | un | 70,000 | 6,000 | 25,00 | 150,00 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 4.038,00 |

Página: 15/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Licitação: 15/2017 - PR Data de Homologação: 10/04/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 23 - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Adjudicação.....: 24 - Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 1 | 22-19-08797 | SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 76,000 | 4,000 | 15,00 | 60,00 |
| 53 | 22-19-08792 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN, MASTER | un | 76,000 | 4,000 | 16,00 | 64,00 |
| 54 | 22-19-08793 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 75,000 | 3,000 | 18,00 | 54,00 |
| 58 | 22-19-08798 | SERVIÇO DE GEOMETRIA DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 50,000 | 2,000 | 57,00 | 114,00 |
| TOTALS → | | | | | | | 292,00 |
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Licitação: 15/2017 - PR Data de Homologação: 10/04/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 23 - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Adjudicação.....: 25 - Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 2 | 22-13-06916 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DIANTEIRO DE TRATOR | un | 70,000 | 2,000 | 60,00 | 120,00 |
| 3 | 22-13-06917 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DIANTEIRO TRATOR | un | 70,000 | 2,000 | 75,00 | 150,00 |
| 4 | 22-13-06918 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRASEIRO TRATOR | un | 70,000 | 2,000 | 92,00 | 184,00 |
| 6 | 22-13-06920 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEU DE GRADE ARADORA | un | 20,000 | 3,000 | 17,00 | 51,00 |
| 8 | 22-13-06922 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU ARO 16 DE GRADE ARADORA | un | 30,000 | 3,000 | 18,00 | 54,00 |
| 10 | 22-13-06924 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DO DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO | un | 30,000 | 2,000 | 18,00 | 36,00 |
| 11 | 22-13-06925 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE DISTRIBUIDOR DE DUBO LIQUIDO | un | 45,000 | 5,000 | 22,00 | 110,00 |
| 13 | 22-13-06927 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU ARO 20 DE DISTRIBUIDOR | un | 50,000 | 4,000 | 30,00 | 120,00 |
| 22 | 22-13-06937 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU ARO 20 CARRETÃO BASCULANTE | un | 50,000 | 2,000 | 35,00 | 70,00 |
| 28 | 22-15-20598 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE PLAQUETA EM CAMARA DE AR | un | 40,000 | 4,000 | 63,00 | 252,00 |
| 31 | 22-15-20601 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA | un | 70,000 | 2,000 | 55,00 | 110,00 |
| 32 | 22-15-20602 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRASEIRO RETROESCAVADEIRA | un | 80,000 | 2,000 | 85,00 | 170,00 |
| 39 | 22-15-20609 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 07 | un | 90,000 | 2,000 | 65,00 | 130,00 |
| 40 | 22-15-20610 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 10 | un | 70,000 | 2,000 | 85,00 | 170,00 |
| 43 | 22-15-20613 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU CARREGADEIRA | un | 12,000 | 3,000 | 115,00 | 345,00 |
| 45 | 22-19-08784 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU D VEICULO DE PASSEIO | un | 177,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 4,000 | 14,00 | 56,00 |
| 49 | 22-19-08788 | SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE VALVULA EM RODA DE VEICULO DE | un | 99,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |
| 51 | 22-19-08790 | SERVIÇO DE GEOMETRIA EM PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 159,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| TOTALS → | | | | | | | 2.260,00 |

Página: 16/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Fornecedor.....: 23 Adjudicação.....: 26</p> <p>Licitação: 15/2017 - PR - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 29 | 22-15-20599 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA | un | 50,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| 30 | 22-15-20600 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA | un | 50,000 | 2,000 | 68,00 | 136,00 |
| 31 | 22-15-20601 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA | un | 70,000 | 4,000 | 55,00 | 220,00 |
| 32 | 22-15-20602 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRASEIRO RETROESCAVADEIRA | un | 80,000 | 4,000 | 85,00 | 340,00 |
| 36 | 22-15-20606 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 04 | un | 90,000 | 4,000 | 36,00 | 144,00 |
| 37 | 22-15-20607 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 05 | un | 80,000 | 4,000 | 45,00 | 180,00 |
| 39 | 22-15-20609 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 07 | un | 90,000 | 2,000 | 65,00 | 130,00 |
| 40 | 22-15-20610 | SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE MANCHAO COMUM VD 10 | un | 70,000 | 3,000 | 85,00 | 255,00 |
| 45 | 22-19-08784 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU D VEICULO DE PASSEIO | un | 177,000 | 4,000 | 12,00 | 48,00 |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 4,000 | 14,00 | 56,00 |
| 51 | 22-19-08790 | SERVIÇO DE GEOMETRIA EM PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 159,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| 53 | 22-19-08792 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN, MASTER | un | 76,000 | 2,000 | 16,00 | 32,00 |
| 54 | 22-19-08793 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 75,000 | 2,000 | 18,00 | 36,00 |
| 59 | 22-19-08807 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEUS DE MOTONIVELADORA | un | 60,000 | 6,000 | 78,00 | 468,00 |
| 61 | 22-19-08809 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO | un | 80,000 | 8,000 | 25,00 | 200,00 |
| 62 | 22-19-08810 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE CAMINHÃO | un | 100,000 | 12,000 | 38,00 | 456,00 |
| 63 | 22-19-08811 | SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE PLAQUETA EM CAMARA DE AR DE CAMINHÃO | un | 30,000 | 4,000 | 38,00 | 152,00 |
| TOTALS | | | | | 69,000 | | 3,021,00 |
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Fornecedor.....: 23 Adjudicação.....: 27</p> <p>Licitação: 15/2017 - PR - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 44 | 22-19-08782 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEUS EM VEICULOS DE PASSEIO | un | 174,000 | 2,000 | 10,00 | 20,00 |
| 45 | 22-19-08784 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU D VEICULO DE PASSEIO | un | 177,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 2,000 | 14,00 | 28,00 |
| 49 | 22-19-08788 | SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE VÁLVULA EM RODA DE VEICULO DE | un | 99,000 | 3,000 | 12,00 | 36,00 |
| 50 | 22-19-08789 | SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODA DE VEICULO DE PASSEIO | un | 119,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |
| 51 | 22-19-08790 | SERVIÇO DE GEOMETRIA EM PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 159,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| TOTALS | | | | | 13,000 | | 216,00 |

Página: 17/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 73/2017 Licitação: 21/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1187 - CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 3 - Data: 12/05/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 2 | 93-01-11655 | SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE TRATOR DE ESTEIRA, COM PESO OPE | h | 1.500,000 | 43.500 | 150,00 | 6.525,00 |
| <p style="text-align: center;">T O T A I S -----></p> | | | | | | | |
| 43.500 | | | | | | | 6.525,00 |
| <p>Processo / Ano: 73/2017 Licitação: 21/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1187 - CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 4 - Data: 12/05/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 1 | 93-01-10904 | SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, 21000KG | h | 1.500,000 | 244.400 | 158,00 | 38.615,20 |
| 2 | 93-01-11655 | SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE TRATOR DE ESTEIRA, COM PESO OPE | h | 1.500,000 | 167.000 | 150,00 | 25.050,00 |
| <p style="text-align: center;">T O T A I S -----></p> | | | | | | | |
| 411.400 | | | | | | | 63.665,20 |
| <p>Processo / Ano: 81/2017 Licitação: 26/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 2700 - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 4 - Data: 09/06/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 1 | 01-03-07980 | INFORMATIVO IMPRESSO COM MEDIDAS DE 24X34CM FECHADO, | un | 15.000,000 | 1.000,000 | 0,59 | 590,00 |
| <p style="text-align: center;">T O T A I S -----></p> | | | | | | | |
| 1.000,000 | | | | | | | 590,00 |
| <p>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 18 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1.810,000 | 47.000 | 38,00 | 1.786,00 |
| <p style="text-align: center;">T O T A I S -----></p> | | | | | | | |
| 47.000 | | | | | | | 1.786,00 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 18/75

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Adjudicação.....: 19 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1,810,000 | 25,500 | 38,00 | 969,00 |
| TOTALS -----> Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Adjudicação.....: 21 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1,810,000 | 20,500 | 38,00 | 779,00 |
| TOTALS -----> Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1242 - ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA - ME Adjudicação.....: 22 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 22-15-20842 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN. | h | 1,500,000 | 82,000 | 35,00 | 2.870,00 |
| TOTALS -----> Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1242 - ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA - ME Adjudicação.....: 23 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 22-15-20842 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN. | h | 1,500,000 | 43,000 | 35,00 | 1.505,00 |
| TOTALS -----> | | | | | | | |

Página: 19/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|-------------------|-------------|--|------------------|---------------------------------|-------------|------------------------|-------------|
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 84/2017 | Licitação: 28/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | |
| Fornecedor.....: | 1776 | - BR AUTO PECAS E SERVICOS MECANICOS EIRELI - ME | | | | Tabela/Catálogo: | |
| Adjudicação.....: | 24 | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 2 | 22-15-20839 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO . | h | 1.200,000 | 12,000 | 49,00 | 588,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 12,000 | 588,00 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 84/2017 | Licitação: 28/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | |
| Fornecedor.....: | 1776 | - BR AUTO PECAS E SERVICOS MECANICOS EIRELI - ME | | | | Tabela/Catálogo: | |
| Adjudicação.....: | 25 | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 2 | 22-15-20839 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO . | h | 1.200,000 | 27,000 | 49,00 | 1.323,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 27,000 | 1.323,00 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 84/2017 | Licitação: 28/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | |
| Fornecedor.....: | 474 | - ODAIR JOSE NALIN - ME | | | | Tabela/Catálogo: | |
| Adjudicação.....: | 26 | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 3 | 22-15-20836 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREV | h | 1.500,000 | 121,000 | 39,00 | 4.719,00 |
| 4 | 22-15-20837 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO | h | 1.300,000 | 8,000 | 59,00 | 472,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 129,000 | 5.191,00 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 84/2017 | Licitação: 28/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | |
| Fornecedor.....: | 1242 | - ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA - ME | | | | Tabela/Catálogo: | |
| Adjudicação.....: | 27 | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7 | 22-15-20842 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN. | h | 1.500,000 | 95,000 | 35,00 | 3.325,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 95,000 | 3.325,00 |

Página: 20/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1242 - ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA - ME Adjudicação.....: 28 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 7 | 22-15-20842 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN. | h | 1.500,000 | 39,000 | 35,00 | 1.365,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 39,000 | | | | | | | 1.365,00 |
| <p>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1776 - BR AUTO PECAS E SERVICOS MECANICOS EIRELI - ME Adjudicação.....: 29 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 2 | 22-15-20839 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO . | h | 1.200,000 | 17,000 | 49,00 | 833,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 17,000 | | | | | | | 833,00 |
| <p>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1776 - BR AUTO PECAS E SERVICOS MECANICOS EIRELI - ME Adjudicação.....: 30 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 2 | 22-15-20839 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO . | h | 1.200,000 | 11,000 | 49,00 | 539,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 11,000 | | | | | | | 539,00 |
| <p>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Adjudicação.....: 31 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1.810,000 | 24,000 | 38,00 | 912,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| 24,000 | | | | | | | 912,00 |

Página: 21/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 84/2017 Fornecedor.....: 1183 Adjudicação.....: 32 Licitação: 28/2017 - PR - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - MIE Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Centro de Custo: Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1.810,000 | 12,500 | 38,00 | 475,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 12,500 | | 475,00 |
| Processo / Ano: 84/2017 Fornecedor.....: 1183 Adjudicação.....: 33 Licitação: 28/2017 - PR - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - MIE Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Centro de Custo: Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1.810,000 | 3,500 | 38,00 | 133,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 3,500 | | 133,00 |
| Processo / Ano: 84/2017 Fornecedor.....: 474 Adjudicação.....: 35 Licitação: 28/2017 - PR - ODAIR JOSE NALIN - MIE Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Centro de Custo: Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 3 | 22-15-20836 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1.500,000 | 101,300 | 39,00 | 3.950,70 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 101,300 | | 3.950,70 |
| Processo / Ano: 84/2017 Fornecedor.....: 474 Adjudicação.....: 36 Licitação: 28/2017 - PR - ODAIR JOSE NALIN - MIE Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Centro de Custo: Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 4 | 22-15-20837 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO | h | 1.300,000 | 35,300 | 59,00 | 2.082,70 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 35,300 | | 2.082,70 |

Página: 22/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|-------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 84/2017 | | | | | | | |
| Licitação: 28/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| - ELETRO KERSTIK CONsertos DE ELEtRODOMESTICOS LTDA | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 5 | 22-15-20840 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVE | h | 1.020,000 | 9,500 | 113,00 | 1.073,50 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 9,500 | | 1.073,50 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 3,000 | 4,30 | 12,90 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 4,000 | 7,86 | 31,44 |
| 8 | 05-07-00229 | ALHO | kg | 30,000 | 0,400 | 34,00 | 13,60 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 25,000 | 3,53 | 88,25 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1,500,000 | 40,000 | 4,00 | 160,00 |
| 22 | 05-07-08227 | BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, | un | 250,000 | 8,000 | 6,83 | 54,64 |
| 28 | 05-02-08454 | CARNE SUÍNA SEM OSSO E SEM PELE, CONGELADA, ROTULADA EM EMBA | kg | 250,000 | 10,000 | 16,10 | 161,00 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 2,000 | 4,00 | 8,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 15,000 | 5,90 | 88,50 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 8,000 | 5,38 | 43,04 |
| 63 | 05-07-08260 | MARACUJÁ AZEDO, DEVE SER FIRME | kg | 400,000 | 8,000 | 12,55 | 100,40 |
| 82 | 05-02-08444 | SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR | kg | 350,000 | 15,000 | 8,80 | 132,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 139,400 | | 897,47 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| - SCS COMERCIO LTDA EPP | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 5 | 05-02-08255 | ACUCAR CRISTAL 2 KG | pt | 350,000 | 8,000 | 5,88 | 47,04 |
| 18 | 05-11-08136 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 1,000 | 4,82 | 4,82 |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 12,000 | 12,08 | 144,96 |
| 42 | 05-02-08322 | FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE 5 KG | un | 90,000 | 1,000 | 11,69 | 11,69 |

Página: 23/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 75 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| Data de Homologação: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Registro de Preço: Sim | | | | | | | |
| Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 10,000 | 7,44 | 74,40 |
| 79 | 05-10-06667 | REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BISNAGAS DE 250G | un | 450,000 | 15,000 | 5,90 | 88,50 |
| 81 | 05-08-08053 | SAL REFINADO IODADO | kg | 80,000 | 3,000 | 1,58 | 4,74 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 376,15 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 76 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| Data de Homologação: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Registro de Preço: Sim | | | | | | | |
| Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 5 | 05-02-08255 | ACUCAR CRISTAL 2 KG | pt | 350,000 | 6,000 | 5,88 | 35,28 |
| 6 | 05-02-08395 | AÇUCAR MASCADO EMBALAGEM DE 1 KG | kg | 50,000 | 3,000 | 11,84 | 35,52 |
| 9 | 05-07-00333 | AMIDO DE MILHO 1 KG | kg | 50,000 | 2,000 | 5,18 | 10,36 |
| 18 | 05-11-08136 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 3,000 | 4,82 | 14,46 |
| 20 | 05-11-08138 | BISCOITO SALGADO DE GERELIM, PACOTE 400G | un | 250,000 | 4,000 | 5,66 | 22,64 |
| 21 | 05-02-08277 | BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER (400G) | un | 370,000 | 4,000 | 4,37 | 17,48 |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 6,000 | 12,08 | 72,48 |
| 37 | 05-02-08433 | DOCE DE LEITE EM PASTA, NO RÓTULO DEVE CONTER: INFORMAÇÕES | kg | 70,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |
| 38 | 05-02-08434 | DOCE EM PASTA NATURAL DE FRUTA, SABORES DIVERSOS (KG), NO RÔ | kg | 70,000 | 2,000 | 10,78 | 21,56 |
| 43 | 05-07-08241 | FEIJAO CARIOCA TIPO 2 | kg | 80,000 | 2,000 | 6,85 | 13,70 |
| 44 | 05-07-08250 | FEIJÃO PRETO NOVO SEM SUJIDADES COM ESPECIFICAÇÃO DO FABRIC | kg | 100,000 | 4,000 | 5,95 | 23,80 |
| 45 | 05-02-08166 | FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250GR | un | 70,000 | 2,000 | 7,56 | 15,12 |
| 56 | 05-02-08438 | MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA | un | 250,000 | 4,000 | 4,97 | 19,88 |
| 57 | 05-02-08437 | MACARRÃO TIPO CONCHINHA, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA COM OVO | un | 250,000 | 4,000 | 4,44 | 17,76 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 6,000 | 7,44 | 44,64 |
| 79 | 05-10-06667 | REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BISNAGAS DE 250G | un | 450,000 | 4,000 | 5,90 | 23,60 |
| 81 | 05-08-08053 | SAL REFINADO IODADO | kg | 80,000 | 2,000 | 1,58 | 3,16 |
| 85 | 05-08-08041 | VINAGRE TINTO DE VINHO 750ML | un | 160,000 | 3,000 | 4,75 | 14,25 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 429,69 |

Página: 24/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 77 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 5 | 05-02-08255 | ACUCAR CRISTAL 2 KG | pt | 350,000 | 15,000 | 5,88 | 88,20 |
| 18 | 05-11-08136 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 10,000 | 4,82 | 48,20 |
| 20 | 05-11-08138 | BISCOITO SALGADO DE GERELIM, PACOTE 400G | un | 250,000 | 10,000 | 5,66 | 56,60 |
| 21 | 05-02-08277 | BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER (400G) | un | 370,000 | 10,000 | 4,37 | 43,70 |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 20,000 | 12,08 | 241,60 |
| 37 | 05-02-08433 | DOCE DE LEITE EM PASTA, NO RÓTULO DEVE CONTER: INFORMAÇÕES | kg | 70,000 | 5,000 | 12,00 | 60,00 |
| 44 | 05-07-08250 | FEIJÃO PRETO NOVO SEM SUJIDADES COM ESPECIFICAÇÃO DO FABRIC | kg | 100,000 | 3,000 | 5,95 | 17,85 |
| 46 | 05-02-08435 | FLOCOS DE MILHO. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN NA SUA LISTA DE INGR | pt | 350,000 | 10,000 | 31,00 | 310,00 |
| 56 | 05-02-08438 | MACARRÃO TIPO CABELO O DE ANJO MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA | un | 250,000 | 6,000 | 4,97 | 29,82 |
| 60 | 05-02-08440 | MACARRÃO TIPO PARAFUSO, CONTENDO COMO INGREDIENTES | un | 300,000 | 14,000 | 4,44 | 62,16 |
| 61 | 05-02-08441 | MACARRÃO TIPO PENNE CONTENDO COMO INGREDIENTES SÊMOLA DE | un | 300,000 | 6,000 | 4,55 | 27,30 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 6,000 | 7,44 | 44,64 |
| 79 | 05-10-06667 | REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BISMAGAS DE | un | 450,000 | 10,000 | 5,90 | 59,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | 125,000 | | 1,089,07 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 2309 Adjudicação.....: 78 Licitação: 30/2017 - PR - MERCADO KA & KA LTDA - ME Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 19 | 05-11-08137 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR LEITE (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 3,000 | 4,83 | 14,49 |
| 31 | 05-02-08455 | CEREAL INFANTIL DE ARROZ, CONTENDO FARINHA DE ARROZ, EMBA | un | 100,000 | 3,000 | 6,85 | 20,55 |
| 39 | 05-02-08321 | ERVILHA EMBALAGEM TETRA PAK DRENADA 200GR | un | 350,000 | 6,000 | 2,80 | 16,80 |
| 64 | 05-02-08411 | MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL E COM 50% DE LÍPIDIOS | kg | 70,000 | 1,000 | 5,60 | 5,60 |
| 67 | 05-02-08327 | MILHO VERDE EMBALAGEM TETRA PAK (200G) | un | 300,000 | 6,000 | 2,76 | 16,56 |
| 86 | 05-02-08460 | Biscoito Doce sem Glúten de no mínimo 100g (sem farinha de t | un | 80,000 | 5,000 | 10,75 | 53,75 |
| 87 | 05-02-08461 | Biscoito Salgado sem Glúten de no mínimo 100g (sem farinha d | un | 80,000 | 5,000 | 12,90 | 64,50 |
| T O T A I S -----> | | | | | 29,000 | | 192,25 |

Página: 25/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|-------------|--|--|------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | | Licitação: 30/2017 - PR | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 79 | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| 3 | 05-07-08265 | ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM | kg | 100,000 | 4,000 | 6,75 | 27,00 |
| 15 | 05-07-08249 | BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, | kg | 130,000 | 4,000 | 4,95 | 19,80 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1.500,000 | 11,000 | 13,50 | 148,50 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 25,000 | 230,20 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | | Licitação: 30/2017 - PR | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 80 | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| 3 | 05-07-08265 | ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM | kg | 100,000 | 3,000 | 6,75 | 20,25 |
| 15 | 05-07-08249 | BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, | kg | 130,000 | 3,000 | 4,95 | 14,85 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 3,000 | 4,15 | 12,45 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 10,000 | 4,20 | 42,00 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1.500,000 | 3,000 | 13,50 | 40,50 |
| 74 | 05-12-08142 | PÃO SEM GLUTEN, SEM FARINHA DE TRIGO, FATIADO, EM EMBALAGEM | un | 10,000 | 2,000 | 15,90 | 31,80 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 3,000 | 6,15 | 18,45 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 27,000 | 180,30 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | | Licitação: 30/2017 - PR | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 81 | | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| 3 | 05-07-08265 | ACELGA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM | kg | 100,000 | 5,000 | 6,75 | 33,75 |
| 15 | 05-07-08249 | BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, | kg | 130,000 | 6,000 | 4,95 | 29,70 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 6,000 | 4,15 | 24,90 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1.500,000 | 15,000 | 13,50 | 202,50 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 37,000 | 321,60 |

Página: 26/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | | | | | | | |
| - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 82 | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Centro de Custo: | | | | | | | |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 5,000 | 4,83 | 24,15 |
| 15 | 05-07-08249 | BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, | kg | 130,000 | 2,000 | 4,95 | 9,90 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOIDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 1,000 | 15,75 | 15,75 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 5,000 | 4,20 | 21,00 |
| 72 | 05-02-08328 | PÃO CASEIRO FATIADO (500G) | un | 200,000 | 3,000 | 6,55 | 19,65 |
| 75 | 05-02-08448 | PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G | kg | 1,500,000 | 3,000 | 9,48 | 28,44 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 1,500 | 6,15 | 9,23 |
| TOTALS | | | | | | | 132,27 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 | | | | | | | |
| - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 83 | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS, | kg | 260,000 | 4,000 | 7,86 | 31,44 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 25,000 | 3,53 | 88,25 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 2,000 | 4,00 | 8,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 15,000 | 5,90 | 88,50 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 8,000 | 5,38 | 43,04 |
| TOTALS | | | | | | | 262,93 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 | | | | | | | |
| - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 84 | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS, | kg | 260,000 | 1,000 | 7,86 | 7,86 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 8,000 | 3,53 | 28,24 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 2,500 | 4,00 | 10,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 54 | 05-07-08254 | MAÇÃ GALA DE CONSISTÊNCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR | kg | 250,000 | 6,000 | 6,30 | 37,80 |

Página: 27/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|-------------------|-------------|---|------------------|---------------------------------|-------------|------------------------|-------------|
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 86/2017 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | |
| Fornecedor.....: | 135 | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | | Tabela/Catálogo: | |
| Adjudicação.....: | 84 | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 4,000 | 5,38 | 21,52 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 22,500 | 109,12 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 86/2017 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | |
| Fornecedor.....: | 135 | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | | Tabela/Catálogo: | |
| Adjudicação.....: | 85 | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | | 3,000 | 7,86 | 23,58 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G | kg | | 30,000 | 5,90 | 177,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | | 15,000 | 5,38 | 80,70 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 82,000 | 402,88 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 86/2017 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | |
| Fornecedor.....: | 135 | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | | Tabela/Catálogo: | |
| Adjudicação.....: | 86 | - Data: 20/07/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | | 2,000 | 7,86 | 15,72 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | | 3,000 | 3,70 | 11,10 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G | kg | | 10,000 | 5,90 | 59,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | | 7,000 | 5,38 | 37,66 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 55,000 | 241,38 |

Página: 28/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|--|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 87 | | | | | | | |
| Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP - Data: 20/07/2017 | | | Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | |
| 5 | 05-02-08255 | ACUCAR CRISTAL 2 KG | pt | 350,000 | 10,000 | 5,88 | 58,80 |
| 6 | 05-02-08395 | AÇUCAR MASCAVO EMBALAGEM DE 1 KG | kg | 50,000 | 5,000 | 11,84 | 59,20 |
| 18 | 05-11-08136 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 10,000 | 4,82 | 48,20 |
| 20 | 05-11-08138 | BISCOITO SALGADO DE GERELIM, PACOTE 400G | un | 250,000 | 10,000 | 5,66 | 56,60 |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 15,000 | 12,08 | 181,20 |
| 37 | 05-02-08433 | DOCE DE LEITE EM PASTA, NO RÓTULO DEVE CONTER: INFORMAÇÕES | kg | 70,000 | 3,000 | 12,00 | 36,00 |
| 38 | 05-02-08434 | DOCE EM PASTA NATURAL DE FRUTA, SABORES DIVERSOS (KG), NO | kg | 70,000 | 3,000 | 10,78 | 32,34 |
| 42 | 05-02-08322 | RO | | | | | |
| 44 | 05-02-08322 | FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE 5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 11,69 | 23,38 |
| 46 | 05-07-08250 | FEIJÃO PRETO NOVO SEM SUJIDADES COM ESPECIFICAÇÃO DO FABRIC | kg | 100,000 | 7,000 | 5,95 | 41,65 |
| 56 | 05-02-08435 | FLOCOS DE MILHO. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN NA SUA LISTA DE INGR | pt | 350,000 | 25,000 | 31,00 | 775,00 |
| 57 | 05-02-08438 | MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA | un | 250,000 | 10,000 | 4,97 | 49,70 |
| 61 | 05-02-08437 | MACARRÃO TIPO CONCHINHA, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA COM | un | 250,000 | 10,000 | 4,44 | 44,40 |
| 71 | 05-02-08441 | MACARRÃO TIPO PENNE CONTENDO COMO INGREDIENTES SÊMOLA DE | un | 300,000 | 10,000 | 4,55 | 45,50 |
| 79 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 10,000 | 7,44 | 74,40 |
| 81 | 05-10-06667 | REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BSNAGAS DE | un | 450,000 | 10,000 | 5,90 | 59,00 |
| 85 | 05-08-08053 | SAL REFINADO IODADO | kg | 80,000 | 11,000 | 1,58 | 17,38 |
| | 05-08-08041 | VINAGRE TINTO DE VINHO 750ML | un | 160,000 | 5,000 | 4,75 | 23,75 |
| TOTAIS | | | | | 156,000 | | 1,626,50 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 2620 Adjudicação.....: 88 | | | | | | | |
| Licitação: 30/2017 - PR - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - Data: 20/07/2017 | | | Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | |
| 11 | 05-07-08225 | ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 | kg | 400,000 | 15,000 | 2,94 | 44,10 |
| 16 | 05-02-08449 | BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, PACOTE 370G | un | 370,000 | 15,000 | 4,39 | 65,85 |
| 35 | 05-08-08054 | COLORFICO VERMELHO, EM PÓ, FINO, HOMOGÊNEO, OBTIDOS DE | un | 80,000 | 2,000 | 3,91 | 7,82 |
| 40 | 05-02-00309 | FRUT | | | | | |
| 41 | 05-02-08405 | EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM TETRA PAK 340 G | un | 180,000 | 10,000 | 3,29 | 32,90 |
| 69 | 05-02-08410 | FARINHA DE MILHO PACOTE 1KG | kg | 250,000 | 7,000 | 2,99 | 20,93 |
| | | ÓLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM 900ML | un | 300,000 | 8,000 | 4,42 | 35,36 |
| TOTAIS | | | | | 57,000 | | 206,96 |

Página: 29/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Fornecedor.....: 2620 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Adjudicação.....: 89 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 11 | 05-07-08225 | ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 | kg | 400,000 | 6,000 | 2,94 | 17,64 |
| 16 | 05-02-08449 | BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, PACOTE 370G | un | 370,000 | 6,000 | 4,39 | 26,34 |
| 17 | 05-02-08404 | BISCOITO TIPO MARIA PACOTE (370G). | un | 370,000 | 6,000 | 4,45 | 26,70 |
| 35 | 05-08-08054 | COLORÍFICO VERMELHO, EM PÓ, FINO, HOMOGÊNEO, OBTIDOS DE FRUT | un | 80,000 | 2,000 | 3,91 | 7,82 |
| 40 | 05-02-00309 | EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM TETRA PAK 340 G | un | 180,000 | 6,000 | 3,29 | 19,74 |
| 41 | 05-02-08405 | FARINHA DE MILHO PACOTE 1KG | kg | 250,000 | 6,000 | 2,99 | 17,94 |
| 59 | 05-02-08436 | MACARRÃO TIPO LETRINHA MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA COM OVOS | un | 250,000 | 4,000 | 4,75 | 19,00 |
| 69 | 05-02-08410 | ÓLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM 900ML | un | 300,000 | 4,000 | 4,42 | 17,68 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 152,86 |
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Fornecedor.....: 2620 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Adjudicação.....: 90 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 11 | 05-07-08225 | ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 | kg | 400,000 | 15,000 | 2,94 | 44,10 |
| 16 | 05-02-08449 | BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, PACOTE 370G | un | 370,000 | 10,000 | 4,39 | 43,90 |
| 17 | 05-02-08404 | BISCOITO TIPO MARIA PACOTE (370G). | un | 370,000 | 10,000 | 4,45 | 44,50 |
| 40 | 05-02-00309 | EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM TETRA PAK 340 G | un | 180,000 | 12,000 | 3,29 | 39,48 |
| 58 | 05-02-08439 | MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, CONTEUDO COMO INGREDIENTES | un | 300,000 | 6,000 | 4,60 | 27,60 |
| 59 | 05-02-08436 | MACARRÃO TIPO LETRINHA MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA COM OVOS | un | 250,000 | 6,000 | 4,75 | 28,50 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 228,08 |
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Adjudicação.....: 91 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 3,000 | 7,05 | 21,15 |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 5,000 | 4,83 | 24,15 |
| 15 | 05-07-08249 | BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, | kg | 130,000 | 2,000 | 4,95 | 9,90 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 1,000 | 15,75 | 15,75 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÁ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |

Página: 30/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 91 Licitação: 30/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 34 | 05-07-08279 | CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS | kg | 180,000 | 2,000 | 4,35 | 8,70 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 5,000 | 4,20 | 21,00 |
| 68 | 05-07-08261 | MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 150,000 | 2,000 | 3,45 | 6,90 |
| 72 | 05-02-08328 | PÃO CASEIRO FATIADO (500G) | un | 200,000 | 3,000 | 6,55 | 19,65 |
| 78 | 05-07-08242 | REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 1,000 | 6,49 | 6,49 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 1,500 | 6,15 | 9,23 |
| TOTAIS | | | | | | | 147,07 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 92 Licitação: 30/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 12,000 | 7,05 | 84,60 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 14,000 | 15,75 | 220,50 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 6,000 | 4,15 | 24,90 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 20,000 | 4,20 | 84,00 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1.500,000 | 14,000 | 13,50 | 189,00 |
| 78 | 05-07-08242 | REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 2,000 | 6,49 | 12,98 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| TOTAIS | | | | | | | 646,73 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 93 Licitação: 30/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 10,000 | 7,05 | 70,50 |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 8,000 | 4,83 | 38,64 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 10,000 | 15,75 | 157,50 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 3,000 | 4,15 | 12,45 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1.500,000 | 33,000 | 13,50 | 445,50 |
| 75 | 05-02-08448 | PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G | kg | 1.500,000 | 10,000 | 9,48 | 94,80 |
| 78 | 05-07-08242 | REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 3,000 | 6,49 | 19,47 |

Página: 31/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | | | | | | | |
| - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 93 | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Centro de Custo: | | | | | | | |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 3,000 | 6,15 | 18,45 |
| TOTALS | | | | | | | 857,31 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | | | | | | | |
| - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 94 | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 10,000 | 7,05 | 70,50 |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 5,000 | 4,83 | 24,15 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 10,000 | 4,20 | 42,00 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1.500,000 | 22,000 | 13,50 | 297,00 |
| 75 | 05-02-08448 | PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G | kg | 1.500,000 | 12,000 | 9,48 | 113,76 |
| 78 | 05-07-08242 | REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 2,000 | 6,49 | 12,98 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| TOTALS | | | | | | | 595,29 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 | | | | | | | |
| - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 95 | | | | | | | |
| - Data: 20/07/2017 | | | | | | | |
| Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA, MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFETOS | kg | 300,000 | 3,000 | 4,30 | 12,90 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 4,000 | 7,86 | 31,44 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2.000,000 | 25,000 | 3,53 | 88,25 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1.500,000 | 40,000 | 4,00 | 160,00 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 2,000 | 4,00 | 8,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 8,000 | 6,15 | 49,20 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G | kg | 1.600,000 | 15,000 | 5,90 | 88,50 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1.000,000 | 8,000 | 5,38 | 43,04 |

Página: 32/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 95 Licitação: 30/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 82 | 05-02-08444 | SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR | kg | 350,000 | 15,000 | 8,80 | 132,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 617,03 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 96 Licitação: 30/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 3,000 | 4,30 | 12,90 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 1,000 | 7,86 | 7,86 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 8,000 | 3,53 | 28,24 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1,500,000 | 10,000 | 4,00 | 40,00 |
| 22 | 05-07-08227 | BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, | un | 250,000 | 2,000 | 6,83 | 13,66 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 2,500 | 4,00 | 10,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 54 | 05-07-08254 | MAÇÃ GALA DE CONSISTÊNCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR | kg | 250,000 | 6,000 | 6,30 | 37,80 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 4,000 | 5,38 | 21,52 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 175,68 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 97 Licitação: 30/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 4,000 | 4,30 | 17,20 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 3,000 | 7,86 | 23,58 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1,500,000 | 70,000 | 4,00 | 280,00 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 8,000 | 6,15 | 49,20 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 30,000 | 5,90 | 177,00 |

Página: 33/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|--|---|--|----------------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 97 | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | Centro de Custo: | | Tabela/Catálogo: | | |
| | - Data: 20/07/2017 | | | | | | |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 15,000 | 5,38 | 80,70 |
| 63 | 05-07-08260 | MARACUJÁ AZEDO, DEVE SER FIRME | kg | 400,000 | 10,000 | 12,55 | 125,50 |
| | | | | TOTAIS —————→ | 174,000 | | 874,78 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 98 | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | Centro de Custo: | | Tabela/Catálogo: | | |
| | - Data: 20/07/2017 | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFETOS | kg | 300,000 | 3,000 | 4,30 | 12,90 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 2,000 | 7,86 | 15,72 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1,500,000 | 45,000 | 4,00 | 180,00 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 3,000 | 3,70 | 11,10 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 6,000 | 6,15 | 36,90 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 10,000 | 5,90 | 59,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 7,000 | 5,38 | 37,66 |
| 82 | 05-02-08444 | SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR | kg | 350,000 | 10,000 | 8,80 | 88,00 |
| | | | | TOTAIS —————→ | 119,000 | | 559,18 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 2620 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 99 | - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME | | Centro de Custo: | | Tabela/Catálogo: | | |
| | - Data: 20/07/2017 | | | | | | |
| 11 | 05-07-08225 | ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 | kg | 400,000 | 10,000 | 2,94 | 29,40 |
| 35 | 05-08-08054 | COLORIFICO VERMELHO, EM PÓ, FINO, HOMOGÊNEO, OBTIDOS DE FRUIT | un | 80,000 | 4,000 | 3,91 | 15,64 |
| 40 | 05-02-00309 | EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM TETRA PAK 340 G | un | 180,000 | 12,000 | 3,29 | 39,48 |
| 41 | 05-02-08405 | FARINHA DE MILHO PACOTE 1KG | kg | 250,000 | 4,000 | 2,99 | 11,96 |
| | | | | TOTAIS —————→ | 30,000 | | 96,48 |

Página: 34/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 100 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 6,000 | 12,08 | 72,48 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 6,000 | 7,44 | 44,64 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 117,12 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 101 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 15,000 | 12,08 | 181,20 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 10,000 | 7,44 | 74,40 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 255,60 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 102 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 20,000 | 12,08 | 241,60 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 6,000 | 7,44 | 44,64 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 286,24 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 103 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 12,000 | 12,08 | 144,96 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 10,000 | 7,44 | 74,40 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 219,36 |

Página: 35/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|---|--|--|-------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 104 | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 20/07/2017 | | Centro de Custo: | | | | |
| 15 | 05-07-08249 | BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, | kg | 130,000 | 2,000 | 4,95 | 9,90 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 1,000 | 15,75 | 15,75 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 5,000 | 4,20 | 21,00 |
| 72 | 05-02-08328 | PÃO CASEIRO FATIADO (500G) | un | 200,000 | 3,000 | 6,55 | 19,65 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 1,500 | 6,15 | 9,23 |
| TOTALS -----> | | | | 13,500 | | | 79,68 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 105 | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 20/07/2017 | | Centro de Custo: | | | | |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 7,000 | 15,75 | 110,25 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 6,000 | 4,15 | 24,90 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1,500,000 | 84,000 | 13,50 | 1.134,00 |
| 75 | 05-02-08448 | PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G | kg | 1,500,000 | 30,000 | 9,48 | 284,40 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| TOTALS -----> | | | | 132,000 | | | 1.584,30 |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | Licitação: 30/2017 - PR | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 106 | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 20/07/2017 | | Centro de Custo: | | | | |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 10,000 | 15,75 | 157,50 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 3,000 | 4,15 | 12,45 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1,500,000 | 6,000 | 13,50 | 81,00 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 3,000 | 6,15 | 18,45 |
| TOTALS -----> | | | | 22,000 | | | 269,40 |

Página: 36/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un. Med. | Qtde. Cotada | Qtde. Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|---|--|--|------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 | - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 107 | - Data: 20/07/2017 | | Centro de Custo: | | Tabela/Catálogo: | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 16,000 | 15,75 | 252,00 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (50G) | kg | 1.500,000 | 33,000 | 13,50 | 445,50 |
| 75 | 05-02-08448 | PÃO SOVADO, TIPO HOT DOG, UNIDADE 80G | kg | 1.500,000 | 12,000 | 9,48 | 113,76 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 846,16 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 108 | - Data: 20/07/2017 | | Centro de Custo: | | Tabela/Catálogo: | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 4,000 | 7,86 | 31,44 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2.000,000 | 25,000 | 3,53 | 88,25 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 2,000 | 4,00 | 8,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G | kg | 1.600,000 | 15,000 | 5,90 | 88,50 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1.000,000 | 8,000 | 5,38 | 43,04 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 262,93 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: 86/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 | - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 109 | - Data: 20/07/2017 | | Centro de Custo: | | Tabela/Catálogo: | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 1,000 | 7,86 | 7,86 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2.000,000 | 8,000 | 3,53 | 28,24 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 2,500 | 4,00 | 10,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 2,000 | 6,15 | 12,30 |
| 54 | 05-07-08254 | MACÃ GALA DE CONSISTENCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR | kg | 250,000 | 6,000 | 6,30 | 37,80 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1.000,000 | 4,000 | 5,38 | 21,52 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 121,42 |
| | | | | | 24,500 | | |

Página: 37/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 110 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 3,000 | 7,86 | 23,58 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 30,000 | 5,90 | 177,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 15,000 | 5,38 | 80,70 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 402,88 |
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 111 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 2,000 | 7,86 | 15,72 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 3,000 | 3,70 | 11,10 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 10,000 | 5,90 | 59,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 7,000 | 5,38 | 37,66 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 241,38 |
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1536 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 112 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 50 | 05-02-08324 | LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK | un | 3,000,000 | 150,000 | 3,76 | 564,00 |
| 76 | 05-02-08376 | QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG | kg | 350,000 | 8,000 | 31,65 | 253,20 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 817,20 |

Página: 38/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|-------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1536 Adjudicação.....: 113 Licitação: 30/2017 - PR - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 50 | 05-02-08324 | LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK | un | 3,000,000 | 170,000 | 3,76 | 639,20 |
| 76 | 05-02-08376 | QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG | kg | 350,000 | 12,000 | 31,65 | 379,80 |
| TOTALS -----> | | | | | 182,000 | | 1,019,00 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1536 Adjudicação.....: 114 Licitação: 30/2017 - PR - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 50 | 05-02-08324 | LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK | un | 3,000,000 | 100,000 | 3,76 | 376,00 |
| 76 | 05-02-08376 | QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG | kg | 350,000 | 6,000 | 31,65 | 189,90 |
| TOTALS -----> | | | | | 106,000 | | 565,90 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1536 Adjudicação.....: 115 Licitação: 30/2017 - PR - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 50 | 05-02-08324 | LEITE LÍQUIDO INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK | un | 3,000,000 | 100,000 | 3,76 | 376,00 |
| 76 | 05-02-08376 | QUEIJO TIPO PRATO EMBALAGEM DE 01 KG | kg | 350,000 | 8,000 | 31,65 | 253,20 |
| TOTALS -----> | | | | | 108,000 | | 629,20 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 116 Licitação: 30/2017 - PR - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 15,000 | 7,05 | 105,75 |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPAS, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 4,000 | 4,83 | 19,32 |
| 25 | 05-02-08451 | CARNE BOVINA EM CUBOS, CONGELADA, SEM FRAGMENTOS E OSSOS, CO | un | 100,000 | 2,000 | 103,50 | 207,00 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 9,000 | 15,75 | 141,75 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 12,000 | 4,20 | 50,40 |

Página: 39/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 116 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 20/07/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 77 | 05-07-08111 | REPOLHO BRANCO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 3,000 | 3,95 | 11,85 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 570,97 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 117 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 20/07/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 10,000 | 7,05 | 70,50 |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 8,000 | 4,83 | 38,64 |
| 25 | 05-02-08451 | CARNE BOVINA EM CUBOS, CONGELADA, SEM FRAGMENTOS E OSSOS, CO | un | 100,000 | 2,000 | 103,50 | 207,00 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 10,000 | 15,75 | 157,50 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, COM CASCA, SÁ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 3,000 | 4,15 | 12,45 |
| 34 | 05-07-08279 | CHUCHU, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÁ, SEM RUPTURAS | kg | 180,000 | 3,000 | 4,35 | 13,05 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 10,000 | 4,20 | 42,00 |
| 68 | 05-07-08261 | MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 150,000 | 3,000 | 3,45 | 10,35 |
| 74 | 05-12-08142 | PÃO SEM GLÚTEN, SEM FARINHA DE TRIGO, FATIADO, EM EMBALAGEM | un | 10,000 | 3,000 | 15,90 | 47,70 |
| 77 | 05-07-08111 | REPOLHO BRANCO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 3,000 | 3,95 | 11,85 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 3,000 | 6,15 | 18,45 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 629,49 |
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 53 Adjudicação.....: 118 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP - Data: 20/07/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 20,000 | 7,05 | 141,00 |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 12,000 | 4,83 | 57,96 |
| 25 | 05-02-08451 | CARNE BOVINA EM CUBOS, CONGELADA, SEM FRAGMENTOS E OSSOS, CO | un | 100,000 | 2,000 | 103,50 | 207,00 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 10,000 | 15,75 | 157,50 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MEDIO, NOVA, COM CASCA, SÁ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 4,000 | 4,15 | 16,60 |

Página: 40/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|------------------------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 118 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 34 | 05-07-08279 | CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS | kg | 180,000 | 4,000 | 4,35 | 17,40 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 20,000 | 4,20 | 84,00 |
| 68 | 05-07-08261 | MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 150,000 | 10,000 | 3,45 | 34,50 |
| 73 | 05-07-08164 | PÃO FRANCES (60G) | kg | 1.500,000 | 15,000 | 13,50 | 202,50 |
| 77 | 05-07-08111 | REPOLHO BRANCO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 2,000 | 3,95 | 7,90 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 5,000 | 6,15 | 30,75 |
| | | | | T O T A L S -----> | | | 957,11 |
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA - EPP Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 119 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08244 | ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 950,000 | 4,000 | 7,05 | 28,20 |
| 13 | 05-07-08275 | BATATA INGLESA, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, LIMPA, GRAU MÉDIO | kg | 500,000 | 5,000 | 4,83 | 24,15 |
| 15 | 05-07-08249 | BETERRABA SEM FOLHAS COM CASCA SÃO, SEM RUPTURAS, | kg | 130,000 | 2,000 | 4,95 | 9,90 |
| 26 | 05-02-08452 | CARNE MOÍDA BOVINA RESFRIADA - RETALHOS (2") COM PESO, DATA | kg | 500,000 | 2,000 | 15,75 | 31,50 |
| 29 | 05-07-08277 | CEBOLA, TAMANHO MEDIO, NOVA, COM CASCA, SÃ, SEM RUPTURAS, LI | kg | 300,000 | 1,000 | 4,15 | 4,15 |
| 34 | 05-07-08279 | CHUCHU, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ, SEM RUPTURAS | kg | 180,000 | 2,000 | 4,35 | 8,70 |
| 48 | 05-07-08267 | LARANJA IN NATURA, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, GRAU DE | kg | 700,000 | 6,000 | 4,20 | 25,20 |
| 68 | 05-07-08261 | MORANGA CABOTIÁ, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 150,000 | 2,000 | 3,45 | 6,90 |
| 72 | 05-02-08328 | PÃO CASEIRO FATIADO (500G) | un | 200,000 | 4,000 | 6,55 | 26,20 |
| 77 | 05-07-08111 | REPOLHO BRANCO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO) | kg | 150,000 | 1,000 | 3,95 | 3,95 |
| 83 | 05-07-08247 | TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS | kg | 750,000 | 1,500 | 6,15 | 9,23 |
| | | | | T O T A L S -----> | | 30,500 | 178,08 |
| Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: | | | | | | | |
| Adjudicação.....: 120 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 20,000 | 4,30 | 86,00 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 4,000 | 7,86 | 31,44 |

Página: 41/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 120 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP - Data: 20/07/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 8 | 05-07-00229 | ALHO | kg | 30,000 | 0,400 | 34,00 | 13,60 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 25,000 | 3,53 | 88,25 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1,500,000 | 50,000 | 4,00 | 200,00 |
| 22 | 05-07-08227 | BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, | un | 250,000 | 8,000 | 6,83 | 54,64 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 1,000 | 4,00 | 4,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 8,000 | 6,15 | 49,20 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 18,000 | 5,90 | 106,20 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 8,000 | 5,38 | 43,04 |
| 66 | 05-07-08280 | MELANCIA DE 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS | kg | 350,000 | 70,000 | 1,96 | 137,20 |
| 82 | 05-02-08444 | SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR | kg | 350,000 | 15,000 | 8,80 | 132,00 |
| TOTAIS | | | | | | | 949,27 |

| | | | | | | | |
|---|-------------|--|----|-----------|--------|-------|-------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 121 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP - Data: 20/07/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA, MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 3,000 | 4,30 | 12,90 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS, | kg | 260,000 | 1,000 | 7,86 | 7,86 |
| 8 | 05-07-00229 | ALHO | kg | 30,000 | 0,500 | 34,00 | 17,00 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 10,000 | 3,53 | 36,30 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1,500,000 | 10,000 | 4,00 | 40,00 |
| 22 | 05-07-08227 | BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, | un | 250,000 | 2,000 | 6,83 | 13,66 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 2,000 | 6,15 | 12,30 |
| 54 | 05-07-08254 | MACÁ GALA DE CONSISTÊNCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR | kg | 250,000 | 8,000 | 6,30 | 50,40 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 4,000 | 5,38 | 21,52 |

Página: 42/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| <div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Fornecedor.....: 135</div> <div>Adjudicação.....: 121</div> <div>- Data: 20/07/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 20/07/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> | | | | | | | |
| 66 | 05-07-08280 | MELANCIA DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS | kg | 350,000 | 20,000 | 1,96 | 39,20 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 265,84 |
| <div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Fornecedor.....: 135</div> <div>Adjudicação.....: 122</div> <div>- Data: 20/07/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 20/07/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 20,000 | 4,30 | 86,00 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 3,000 | 7,86 | 23,58 |
| 8 | 05-07-00229 | ALHO | kg | 30,000 | 0,300 | 34,00 | 10,20 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2,000,000 | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1,500,000 | 70,000 | 4,00 | 280,00 |
| 22 | 05-07-08227 | BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, | un | 250,000 | 8,000 | 6,83 | 54,64 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 1,000 | 3,70 | 3,70 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 8,000 | 6,15 | 49,20 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS,MENOR QUE 100G | kg | 1,600,000 | 30,000 | 5,90 | 177,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1,000,000 | 15,000 | 5,38 | 80,70 |
| 66 | 05-07-08280 | MELANCIA DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS | kg | 350,000 | 70,000 | 1,96 | 137,20 |
| 82 | 05-02-08444 | SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIADA, EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR | kg | 350,000 | 15,000 | 8,80 | 132,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 1,152,12 |
| <div>Processo / Ano: 86/2017</div> <div>Fornecedor.....: 135</div> <div>Adjudicação.....: 123</div> <div>- Data: 20/07/2017</div> <div>Licitação: 30/2017 - PR</div> <div>- SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP</div> <div>Centro de Custo:</div> <div>Data de Homologação: 20/07/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA , MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 10,000 | 4,30 | 43,00 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 2,000 | 7,86 | 15,72 |
| 8 | 05-07-00229 | ALHO | kg | 30,000 | 0,200 | 34,00 | 6,80 |

Página: 43/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 123 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2.000,000 | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1.500,000 | 50,000 | 4,00 | 200,00 |
| 22 | 05-07-08227 | BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, | un | 250,000 | 6,000 | 6,83 | 40,98 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 3,000 | 3,70 | 11,10 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 6,000 | 6,15 | 36,90 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G | kg | 1.600,000 | 10,000 | 5,90 | 59,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1.000,000 | 7,000 | 5,38 | 37,66 |
| 66 | 05-07-08280 | MELANCIA DE 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS | kg | 350,000 | 50,000 | 1,96 | 98,00 |
| TOTALS | | | | | 177,200 | | 667,06 |
| <p>Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 124 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 2 | 05-07-08264 | ABOBRINHA ITALIANA, MADURA, DE TAMANHO GRANDE, SEM DEFEITOS | kg | 300,000 | 10,000 | 4,30 | 43,00 |
| 7 | 05-07-08274 | ALFACE VERDE, NOVA, PÉS BEM FORMADOS, LIMPOS. | kg | 260,000 | 2,000 | 7,86 | 15,72 |
| 8 | 05-07-00229 | ALHO | kg | 30,000 | 0,200 | 34,00 | 6,80 |
| 12 | 05-07-08262 | BANANA CATURRA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO | kg | 2.000,000 | 30,000 | 3,53 | 105,90 |
| 14 | 05-02-08232 | BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS | un | 1.500,000 | 50,000 | 4,00 | 200,00 |
| 22 | 05-07-08227 | BRÓCOLIS MAÇO (500G), SEM FUNGOS, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, | un | 250,000 | 6,000 | 6,83 | 40,98 |
| 30 | 05-07-08278 | CENOURA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, SEM RUPTURAS, LIMPA | kg | 300,000 | 3,000 | 4,00 | 12,00 |
| 33 | 05-07-08245 | CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA | un | 200,000 | 3,000 | 3,70 | 11,10 |
| 36 | 05-07-08284 | COUVE-FLOR NOVA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO | un | 250,000 | 6,000 | 6,15 | 36,90 |
| 53 | 05-07-08263 | MAÇA FUJI DE CONSISTÊNCIA FIRME SEM RUPTURAS, MENOR QUE 100G | kg | 1.600,000 | 10,000 | 5,90 | 59,00 |
| 62 | 05-07-08246 | MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, | kg | 1.000,000 | 7,000 | 5,38 | 37,66 |
| 66 | 05-07-08280 | MELANCIA DE 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO COR E CARACTERÍSTICAS | kg | 350,000 | 50,000 | 1,96 | 98,00 |
| TOTALS | | | | | 177,200 | | 667,06 |

Página: 44/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|--|---------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 125 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| | | | | | Tabela/Catálogo: | | |
| 4 | 05-03-08119 | ACHOCOLATADO INSTANTÂNEO PÓ 1 KG | kg | 100,000 | 10,000 | 13,30 | 133,00 |
| 5 | 05-02-08255 | ACUCAR CRISTAL 2 KG | pt | 350,000 | 10,000 | 5,88 | 58,80 |
| 18 | 05-11-08136 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 72,000 | 4,82 | 347,04 |
| 21 | 05-02-08277 | BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER (400G) | un | 370,000 | 48,000 | 4,37 | 209,76 |
| 23 | 05-02-08209 | CAFE SOLUVEL GRANULADO 200 GR | un | 70,000 | 8,000 | 12,80 | 102,40 |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 15,000 | 12,08 | 181,20 |
| 37 | 05-02-08433 | DOCE DE LEITE EM PASTA, NO RÓTULO DEVE CONTER: INFORMAÇÕES | kg | 70,000 | 6,000 | 12,00 | 72,00 |
| 38 | 05-02-08434 | DOCE EM PASTA NATURAL DE FRUTA, SABORES DIVERSOS (KG), NO RO | kg | 70,000 | 6,000 | 10,78 | 64,68 |
| 45 | 05-02-08166 | FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250GR | un | 70,000 | 5,000 | 7,56 | 37,80 |
| 46 | 05-02-08435 | FLOCOS DE MILHO, NÃO DEVE CONTER GLÚTEN NA SUA LISTA DE INGR | pt | 350,000 | 10,000 | 31,00 | 310,00 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 10,000 | 7,44 | 74,40 |
| 80 | 05-02-08443 | SAGU, TIPO1, PACOTE DE 500G | un | 100,000 | 10,000 | 4,38 | 43,80 |
| 81 | 05-08-08053 | SAL REFINADO IODADO | kg | 80,000 | 6,000 | 1,58 | 9,48 |
| 85 | 05-08-08041 | VINAGRE TINTO DE VINHO 750ML | un | 160,000 | 8,000 | 4,75 | 38,00 |
| | | | | TOTALS | | | 1,682,36 |
| | | | | | | | 224,000 |

| | | | | | | | |
|--|-------------|--|--|---------------|-------------------------------|-------|--------|
| Processo / Ano: 86/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 126 Licitação: 30/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| | | | | | Tabela/Catálogo: | | |
| 5 | 05-02-08255 | ACUCAR CRISTAL 2 KG | pt | 350,000 | 10,000 | 5,88 | 58,80 |
| 18 | 05-11-08136 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 10,000 | 4,82 | 48,20 |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 20,000 | 12,08 | 241,60 |
| 37 | 05-02-08433 | DOCE DE LEITE EM PASTA, NO RÓTULO DEVE CONTER: INFORMAÇÕES | kg | 70,000 | 6,000 | 12,00 | 72,00 |
| 42 | 05-02-08322 | FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE 5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 11,69 | 23,38 |
| 46 | 05-02-08435 | FLOCOS DE MILHO, NÃO DEVE CONTER GLÚTEN NA SUA LISTA DE INGR | pt | 350,000 | 10,000 | 31,00 | 310,00 |
| 60 | 05-02-08440 | MACARRÃO TIPO PARAFUSO, CONTENDO COMO INGREDIENTES SEMOLA | un | 300,000 | 10,000 | 4,44 | 44,40 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 5,000 | 7,44 | 37,20 |
| 80 | 05-02-08443 | SAGU, TIPO1, PACOTE DE 500G | un | 100,000 | 10,000 | 4,38 | 43,80 |
| 85 | 05-08-08041 | VINAGRE TINTO DE VINHO 750ML | un | 160,000 | 5,000 | 4,75 | 23,75 |
| | | | | TOTALS | | | 903,13 |
| | | | | | | | 88,000 |

Página: 45/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| <p>Processo / Ano: 86/2017 Licitação: 30/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 1456 - SCS COMERCIO LTDA EPP</p> <p>Adjudicação.....: 127 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 4 | 05-03-08119 | ACHOCOLATADO INSTANTÂNEO PÓ 1 KG | kg | 100,000 | 1,000 | 13,30 | 13,30 |
| 5 | 05-02-08255 | ACUCAR CRISTAL 2 KG | pt | 350,000 | 6,000 | 5,88 | 35,28 |
| 6 | 05-02-08395 | AÇUCAR MASCADO EMBALAGEM DE 1 KG | kg | 50,000 | 3,000 | 11,84 | 35,52 |
| 18 | 05-11-08136 | BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO (PACOTE 500G) | pt | 300,000 | 3,000 | 4,82 | 14,46 |
| 20 | 05-11-08138 | BISCOITO SALGADO DE GERELIM, PACOTE 400G | un | 250,000 | 3,000 | 5,66 | 16,98 |
| 21 | 05-02-08277 | BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER (400G) | un | 370,000 | 4,000 | 4,37 | 17,48 |
| 27 | 05-02-08453 | CARNE DE FRANGO CONGELADA - PEITO DE FRANGO SEM OSSO | kg | 700,000 | 8,000 | 12,08 | 96,64 |
| 37 | 05-02-08433 | DOCE DE LEITE EM PASTA, NO RÓTULO DEVE CONTER: INFORMAÇÕES | kg | 70,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |
| 38 | 05-02-08434 | DOCE EM PASTA NATURAL DE FRUTA, SABORES DIVERSOS (KG), NO | kg | 70,000 | 2,000 | 10,78 | 21,56 |
| 43 | 05-07-08241 | FEIJAO CARIOCA TIPO 2 | kg | 80,000 | 2,000 | 6,85 | 13,70 |
| 44 | 05-07-08250 | FELIÃO PRETO NOVO SEM SUJIDADES COM ESPECIFICAÇÃO DO FABRIC | kg | 100,000 | 4,000 | 5,95 | 23,80 |
| 45 | 05-02-08166 | FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250GR | un | 70,000 | 2,000 | 7,56 | 15,12 |
| 56 | 05-02-08438 | MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA | un | 250,000 | 3,000 | 4,97 | 14,91 |
| 57 | 05-02-08437 | MACARRÃO TIPO CONCHINHA, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA COM | un | 250,000 | 3,000 | 4,44 | 13,32 |
| 71 | 05-10-06664 | OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS | dz | 400,000 | 6,000 | 7,44 | 44,64 |
| 79 | 05-10-06667 | REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO, EMBALADO EM BISNAGAS DE | un | 450,000 | 4,000 | 5,90 | 23,60 |
| 81 | 05-08-08053 | SAL REFINADO IODADO | kg | 80,000 | 2,000 | 1,58 | 3,16 |
| 85 | 05-08-08041 | VINAGRE TINTO DE VINHO 750ML | un | 160,000 | 3,000 | 4,75 | 14,25 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 441,72 |
| <p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: 2730 - Ary Bergamin</p> <p>Adjudicação.....: 22 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 7 | 05-02-08375 | CUCA SIMPLIS DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 180,000 | 2,000 | 14,15 | 28,30 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 28,30 |

Página: 46/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 23 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| 8 | 05-07-08268 | MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM | kg | 250,000 | 7,000 | 6,23 | 43,61 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 20,000 | 8,46 | 169,20 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 212,81 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 24 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| 8 | 05-07-08268 | MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM | kg | 250,000 | 10,000 | 6,23 | 62,30 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 20,000 | 8,46 | 169,20 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 231,50 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 25 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| 8 | 05-07-08268 | MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM | kg | 250,000 | 5,000 | 6,23 | 31,15 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 8,000 | 8,46 | 67,68 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 98,83 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 26 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| 8 | 05-07-08268 | MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM | kg | 250,000 | 20,000 | 6,23 | 124,60 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 20,000 | 8,46 | 169,20 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 293,80 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 47/75

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|-------------------|-------------|---|---------------------------------|------------------------|-------------|----------------|-------------|
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 87/2017 | Licitação: 44/2017 - DL | Data de Homologação: 01/08/2017 | Registro de Preço: Não | | | |
| Fornecedor.....: | 2730 | - Ary Bergamin | | Tabela/Catálogo: | | | |
| Adjudicação.....: | 27 | - Data: 01/08/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 7 | 05-02-08375 | CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 180,000 | 2,000 | 14,15 | 28,30 |
| | | | | TOTALS -----> | | 2,000 | 28,30 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 87/2017 | Licitação: 44/2017 - DL | Data de Homologação: 01/08/2017 | Registro de Preço: Não | | | |
| Fornecedor.....: | 775 | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | Tabela/Catálogo: | | | |
| Adjudicação.....: | 28 | - Data: 01/08/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 10,000 | 3,90 | 39,00 |
| 10 | 05-02-08450 | TANGERINA MONTENEGRINA | kg | 300,000 | 15,000 | 3,83 | 57,45 |
| | | | | TOTALS -----> | | 25,000 | 96,45 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 87/2017 | Licitação: 44/2017 - DL | Data de Homologação: 01/08/2017 | Registro de Preço: Não | | | |
| Fornecedor.....: | 775 | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | Tabela/Catálogo: | | | |
| Adjudicação.....: | 29 | - Data: 01/08/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 6,000 | 3,90 | 23,40 |
| 10 | 05-02-08450 | TANGERINA MONTENEGRINA | kg | 300,000 | 10,000 | 3,83 | 38,30 |
| | | | | TOTALS -----> | | 16,000 | 61,70 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Processo / Ano: | 87/2017 | Licitação: 44/2017 - DL | Data de Homologação: 01/08/2017 | Registro de Preço: Não | | | |
| Fornecedor.....: | 775 | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | Tabela/Catálogo: | | | |
| Adjudicação.....: | 30 | - Data: 01/08/2017 | Centro de Custo: | | | | |
| <hr/> | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 15,000 | 3,90 | 58,50 |
| 10 | 05-02-08450 | TANGERINA MONTENEGRINA | kg | 300,000 | 15,000 | 3,83 | 57,45 |
| | | | | TOTALS -----> | | 30,000 | 115,95 |

Página: 48/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un. Med. | Qtde. Cotada | Qtde. Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|----------|--------------|--------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 31 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 4,000 | 3,90 | 15,60 |
| 10 | 05-02-08450 | TANGERINA MONTENEGRINA | kg | 300,000 | 4,000 | 3,83 | 15,32 |
| | | T O T A I S -----> | | | 8,000 | | 30,92 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 2730 Adjudicação.....: 32 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - Any Bergamin | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Não | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 7 | 05-02-08375 | CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 180,000 | 2,000 | 14,15 | 28,30 |
| | | T O T A I S -----> | | | 2,000 | | 28,30 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 2730 Adjudicação.....: 33 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - Any Bergamin | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Não | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 6 | 05-02-08424 | CUCA C/ RECHEIO SABORES DIVERSOS, DEVIDAMENTE EMBALADA | kg | 150,000 | 9,000 | 16,32 | 146,88 |
| | | T O T A I S -----> | | | 9,000 | | 146,88 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 2730 Adjudicação.....: 34 | | | | | | | |
| | | Licitação: 44/2017 - DL | | | | | |
| | | - Any Bergamin | | | | | |
| | | - Data: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 01/08/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Não | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 6 | 05-02-08424 | CUCA C/ RECHEIO SABORES DIVERSOS, DEVIDAMENTE EMBALADA | kg | 150,000 | 15,000 | 16,32 | 244,80 |
| | | T O T A I S -----> | | | 15,000 | | 244,80 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

Página: 49/75

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-----------------------|--|---|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 87/2017 2730 35 | Licitação: 44/2017 - DL - Ary Bergamin - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Não | | | |
| 6 | 05-02-08424 | CUCA C/ RECHEIO SABORES DIVERSOS, DEVIDAMENTE EMBALADA | kg | 150,000 | 10,000 | 16,32 | 163,20 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 10,000 | 163,20 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 87/2017 2730 36 | Licitação: 44/2017 - DL - Ary Bergamin - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Não | | | |
| 6 | 05-02-08424 | CUCA C/ RECHEIO SABORES DIVERSOS, DEVIDAMENTE EMBALADA | kg | 150,000 | 1,000 | 16,32 | 16,32 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 1,000 | 16,32 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 87/2017 2730 37 | Licitação: 44/2017 - DL - Ary Bergamin - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Não | | | |
| 7 | 05-02-08375 | CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 180,000 | 10,000 | 14,15 | 141,50 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 10,000 | 141,50 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 87/2017 2730 38 | Licitação: 44/2017 - DL - Ary Bergamin - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Não | | | |
| 7 | 05-02-08375 | CUCA SIMPLES DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 180,000 | 2,000 | 14,15 | 28,30 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 2,000 | 28,30 |
| Processo / Ano: Fornecedor.....: Adjudicação.....: | 87/2017 2526 39 | Licitação: 44/2017 - DL - SILVIA MAGGIONI TRESSOLDI - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | Data de Homologação: 01/08/2017 Registro de Preço: Tabela/Catálogo: | Não | | | |
| 2 | 05-02-08391 | BOLACHA DE MANTEIGA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 100,000 | 4,000 | 17,52 | 70,08 |

Página: 50/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: 2526 - SILVIA MAGGIONI TRESSOLDI Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 39 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 3 | 05-02-08396 | BOLACHA DE MELADO, DEVIDAMENTE EMBALADA, | kg | 80,000 | 2,000 | 17,35 | 34,70 |
| 4 | 05-02-08374 | BOLACHA DE MILHO CASEIRA DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 100,000 | 10,000 | 17,17 | 171,70 |
| 5 | 05-02-08373 | BOLACHA DOCE CASEIRA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM | kg | 100,000 | 3,000 | 17,10 | 51,30 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 327,78 |
| <p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: 2526 - SILVIA MAGGIONI TRESSOLDI Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 40 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 5 | 05-02-08373 | BOLACHA DOCE CASEIRA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM | kg | 100,000 | 18,000 | 17,10 | 307,80 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 307,80 |
| <p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: 2526 - SILVIA MAGGIONI TRESSOLDI Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 41 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 4 | 05-02-08374 | BOLACHA DE MILHO CASEIRA DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 100,000 | 8,000 | 17,17 | 137,36 |
| 5 | 05-02-08373 | BOLACHA DOCE CASEIRA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM | kg | 100,000 | 16,000 | 17,10 | 273,60 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 410,96 |
| <p>Processo / Ano: 87/2017 Licitação: 44/2017 - DL Registro de Preço: Não</p> <p>Fornecedor.....: 2526 - SILVIA MAGGIONI TRESSOLDI Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 42 - Data: 01/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 2 | 05-02-08391 | BOLACHA DE MANTEIGA, DEVIDAMENTE EMBALADA COM INFORMAÇÃO | kg | 100,000 | 20,000 | 17,52 | 350,40 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 350,40 |

Página: 51/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un. Med. | Qtde. Cotada | Qtde. Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|----------|--------------|--------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 43 Licitação: 44/2017 - DL - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 10,000 | 3,90 | 39,00 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 30,000 | 8,46 | 253,80 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 292,80 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 44 Licitação: 44/2017 - DL - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 4,000 | 3,90 | 15,60 |
| 8 | 05-07-08268 | MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM | kg | 250,000 | 6,000 | 6,23 | 37,38 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 12,000 | 8,46 | 101,52 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 154,50 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 45 Licitação: 44/2017 - DL - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 15,000 | 3,90 | 58,50 |
| 8 | 05-07-08268 | MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM | kg | 250,000 | 10,000 | 6,23 | 62,30 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 30,000 | 8,46 | 253,80 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 374,60 |
| Processo / Ano: 87/2017 Fornecedor.....: 775 Adjudicação.....: 46 Licitação: 44/2017 - DL - COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR - Data: 01/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| 1 | 05-07-08257 | BATATA DOCE, LIVRE DE DANOS CAUSADO POR PRAGAS | kg | 200,000 | 6,000 | 3,90 | 23,40 |
| 8 | 05-07-08268 | MANDIOCA LIMPA, NOVA DE 1° QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, SEM | kg | 250,000 | 7,000 | 6,23 | 43,61 |
| 9 | 05-07-08270 | SUCO CONCENTRATO DE POLPA, SABORES DIVERSOS. | LT | 300,000 | 30,000 | 8,46 | 253,80 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 320,81 |

Página: 52/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2309 Adjudicação.....: 33 | | | | | | | |
| | | Licitação: 31/2017 - PR | | | | | |
| | | - MERCADO KA & KA LTDA - ME | | | | | |
| | | - Data: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 36 | 11-04-07943 | BALDE PLÁSTICO REFORÇADO 10 L | un | 70,000 | 2,000 | 12,90 | 25,80 |
| 39 | 11-04-08004 | LIXEIRA PLÁSTICA TAM MEDIO | un | 8,000 | 2,000 | 54,50 | 109,00 |
| 74 | 11-04-20256 | CESTO PLÁSTICO QUADRADO C/ TAMPA E PEDAL 60 L | un | 15,000 | 1,000 | 87,00 | 87,00 |
| 76 | 11-04-20265 | CESTO PLÁSTICO QUADRADO C/ TAMPA E PEDAL CAP. 30 LITROS | un | 18,000 | 2,000 | 55,00 | 110,00 |
| 90 | 11-04-20314 | CESTO PLÁSTICO REDONDO C/ TAMPA CAPACIDADE: 100 LITROS | un | 55,000 | 1,000 | 80,00 | 80,00 |
| 104 | 11-04-20331 | LUVA DE BORRACHA NATURAL COM PALMA DIAMANTADA E PUNHO MÍNIMO | pr | 470,000 | 10,000 | 6,96 | 69,60 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 481,40 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2620 Adjudicação.....: 34 | | | | | | | |
| | | Licitação: 31/2017 - PR | | | | | |
| | | - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME | | | | | |
| | | - Data: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 65 | 11-04-08255 | SACO DE LIXO 100L C/ 5UN CADA COR PRETA, CLASSE 1 | pt | 1,950,000 | 30,000 | 3,54 | 106,20 |
| 69 | 11-04-20246 | DESINFETANTE DE BANHEIRO LIQUIDO 1 LITRO | un | 594,000 | 12,000 | 5,84 | 70,08 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 176,28 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2724 Adjudicação.....: 35 | | | | | | | |
| | | Licitação: 31/2017 - PR | | | | | |
| | | - TECIMAIIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - M | | | | | |
| | | - Data: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 78 | 11-04-20270 | PANO DE CHÃO DUPLO 73X44CM, TIPO ESFREGÃO, CINZA, ÓTIMA QUAL | un | 190,000 | 10,000 | 8,90 | 89,00 |
| 102 | 11-04-20329 | PANO DE PRATO, ABERTO, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, SEM ESTAMPA, | un | 400,000 | 5,000 | 3,99 | 19,95 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 108,95 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 36 | | | | | | | |
| | | Licitação: 31/2017 - PR | | | | | |
| | | - SCS COMERCIO LTDA EPP | | | | | |
| | | - Data: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | | | | | |
| | | Registro de Preço: Sim | | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 55 | 11-04-08188 | SAPONACEO CREMOSO 300ML | un | 696,000 | 24,000 | 4,68 | 112,32 |
| 58 | 11-04-08229 | VASSOURA DE PALHA REFORÇADA C/ 40 CM DE LARGURA | un | 339,000 | 6,000 | 19,80 | 118,80 |

Página: 53/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 88/2017 Licitação: 31/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1456 - SCS COMERCIO LTDA EPP Adjudicação.....: 36 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 75 | 11-04-20263 | TAPETE P/ RECEPÇÃO, PROD.EM SOLUTION - DYED NYLON 0,85X1,50M | un | 13,000 | 1,000 | 1.200,00 | 1.200,00 |
| 79 | 11-04-20272 | SABÃO EM PÓ 2 KG | pt | 540,000 | 5,000 | 13,30 | 66,50 |
| 107 | 11-10-08138 | ODORIZANTE DE AMBIENTES AEROSOL 360ML/293,6G | un | 103,000 | 3,000 | 7,00 | 21,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 1.518,62 |
| Processo / Ano: 88/2017 Licitação: 31/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1536 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP Adjudicação.....: 37 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 10 | 11-02-08213 | PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA TAM PEQUENO C/ 12UN | pt | 220,000 | 5,000 | 1,87 | 9,35 |
| 41 | 11-04-08026 | VASSOURA DE NYLON C/ 30 CM DE LARGURA C/ CABO | un | 204,000 | 12,000 | 12,25 | 147,00 |
| 44 | 11-04-08088 | FILTRO P/ CAFÉ Nº 103 C/ 30 | cx | 90,000 | 30,000 | 3,75 | 112,50 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 268,85 |
| Processo / Ano: 88/2017 Licitação: 31/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1826 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME Adjudicação.....: 38 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 49 | 11-04-08165 | ALCOOL GEL NEUTRO 500ML | un | 398,000 | 12,000 | 7,85 | 94,20 |
| 62 | 11-04-08246 | LIMPADOR MULTUISO P/ LIMPEZA EM PISOS DE 500 ML | un | 1,280,000 | 24,000 | 4,75 | 114,00 |
| 86 | 11-04-20283 | DETERGENTE NEUTRO C/ GLICERINA 500 ML | un | 1,718,000 | 12,000 | 1,89 | 22,68 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 230,88 |
| Processo / Ano: 88/2017 Licitação: 31/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 2309 - MERCADO KA & KA LTDA - ME Adjudicação.....: 39 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 19 | 11-02-20318 | BULE DE ALUMÍNIO PRODUZIDO NO MÍNIMO 99,7% ALUMÍNIO PURO | un | 2,000 | 1,000 | 27,90 | 27,90 |
| 22 | 11-02-20321 | GARRAFA TÉRMICA 1,8 LITROS, REVESTIMENTO EM INOX | un | 32,000 | 4,000 | 92,00 | 368,00 |
| 36 | 11-04-07943 | BALDE PLÁSTICO REFORÇADO 10 L | un | 70,000 | 5,000 | 12,90 | 64,50 |
| 82 | 11-04-20276 | BLOCO SANITÁRIO 35G + CESTINHA FRAGRÂNCIAS VARIADAS | un | 832,000 | 20,000 | 4,85 | 97,00 |

Página: 54/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|-------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2309 Adjudicação.....: 39 Licitação: 31/2017 - PR - MERCADO KA & KA LTDA - ME Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 93 | 11-04-20317 | CESTO PLÁSTICO TELADO P/ LIXO 9,6 L | un | 70,000 | 10,000 | 9,70 | 97,00 |
| 104 | 11-04-20331 | LUVA DE BORRACHA NATURAL COM PALMA DIAMANTADA E PUNHO MÍNIMO | pr | 470,000 | 20,000 | 6,96 | 139,20 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 793,60 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2412 Adjudicação.....: 40 Licitação: 31/2017 - PR - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 60 | 11-04-08242 | ALCOOL LIQUIDO 48° INPM 1 LITRO | un | 2.140,000 | 60,000 | 6,04 | 362,40 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 362,40 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2620 Adjudicação.....: 41 Licitação: 31/2017 - PR - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 65 | 11-04-08255 | SACO DE LIXO 100L C/ 5UN CADA COR PRETA, CLASSE 1 | pt | 1.950,000 | 50,000 | 3,54 | 177,00 |
| 69 | 11-04-20246 | DESINFETANTE DE BANHEIRO LIQUIDO 1 LITRO | un | 594,000 | 48,000 | 5,84 | 280,32 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 457,32 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2724 Adjudicação.....: 42 Licitação: 31/2017 - PR - TECIMAIIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - M Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| | | Data de Homologação: 20/07/2017 | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | Tabela/Catálogo: | | | | | |
| 18 | 11-02-20317 | TOALHA DE LAVABO 100% ALGODÃO 30CMX45CM | un | 10,000 | 5,000 | 6,36 | 31,80 |
| 20 | 11-02-20319 | TOALHA DE BANHO 70X135CM, EM 100% ALGODÃO CARACTERÍSTICAS | un | 163,000 | 10,000 | 19,93 | 199,30 |
| 21 | 11-02-20320 | TOALHA DE ROSTO FELPUDA 27 X 2 X 38 CM, EM 100% ALGODÃO | un | 111,000 | 5,000 | 11,40 | 57,00 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | 288,10 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 55/75

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 44 Licitação: 31/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 32 | 11-03-08216 | DISPENDER SABONETEIRA COM RESERVATÓRIO, P/REFIL OU RESERVAT | un | 4,000 | 4,000 | 50,00 | 200,00 |
| TOTALS -----> | | | | | | | |
| 4,000 | | | | | | | 200,00 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 1826 Adjudicação.....: 45 Licitação: 31/2017 - PR - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 103 | 11-04-20330 | PORTA-SABONETE LÍQUIDO EM ACRÍLICO, COM VÁLVULA EM PLÁSTICO | un | 3,000 | 3,000 | 11,99 | 35,97 |
| TOTALS -----> | | | | | | | |
| 3,000 | | | | | | | 35,97 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 1456 Adjudicação.....: 46 Licitação: 31/2017 - PR - SCS COMERCIO LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 58 | 11-04-08229 | VASSOURA DE PALHA REFORÇADA C/ 40 CM DE LARGURA | un | 339,000 | 100,000 | 19,80 | 1.980,00 |
| 107 | 11-10-08138 | ODORIZANTE DE AMBIENTES AEROSOL 360ML/293,6G | un | 103,000 | 28,000 | 7,00 | 196,00 |
| TOTALS -----> | | | | | | | |
| 128,000 | | | | | | | 2.176,00 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 1536 Adjudicação.....: 47 Licitação: 31/2017 - PR - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 83 | 11-04-20278 | DESENGORDURANTE 500 ML | un | 512,000 | 120,000 | 4,81 | 571,20 |
| 89 | 11-04-20312 | RODO 60 CM ESTRUTURA DE METAL C/ CABO | un | 80,000 | 10,000 | 42,00 | 420,00 |
| TOTALS -----> | | | | | | | |
| 130,000 | | | | | | | 997,20 |

Página: 56/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2412 Adjudicação.....: 48 Licitação: 31/2017 - PR - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 60 | 11-04-08242 | ALCOOL LIQUIDO 48° INPM 1 LITRO | un | 2.140,000 | 240,000 | 6,04 | 1.449,60 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 1.449,60 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2723 Adjudicação.....: 49 Licitação: 31/2017 - PR - ANTONIO JACINTO RODRIGUES BORGES - ME - Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 28 | 11-03-08209 | PAPEL TOALHA INTERF FOLHA DUPLA 2 DOBRAS 22,5X20,5 2.000 FLS | cx | 1.060,000 | 50,000 | 48,37 | 2.418,50 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 2.418,50 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 1826 Adjudicação.....: 50 Licitação: 31/2017 - PR - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS ME - Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 62 | 11-04-08246 | LIMPADOR MULTUISO P/ LIMPEZA EM PISOS DE 500 ML | un | 1.280,000 | 120,000 | 4,75 | 570,00 |
| 86 | 11-04-20283 | DETERGENTE NEUTRO C/ GLICERINA 500 ML | un | 1.718,000 | 120,000 | 1,89 | 226,80 |
| 99 | 11-04-20323 | SACO DE LIXO 20 LITROS PRETO ULTRA RESISTENTE C/ 100 UNID | pt | 120,000 | 30,000 | 15,45 | 463,50 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 1.260,30 |
| Processo / Ano: 88/2017 Fornecedor.....: 2309 Adjudicação.....: 51 Licitação: 31/2017 - PR - MERCADO KA & KAL TDA - ME - Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 29 | 11-03-08211 | BUCHA DE ESPUMA P/ BANHO - MOTIVOS INFANTIS | un | 50,000 | 30,000 | 5,40 | 162,00 |
| 30 | 11-03-08212 | SABONETE INFANTIL EM BARRA C/ CREME HIDRATANTE 80G | un | 100,000 | 20,000 | 3,90 | 78,00 |
| 31 | 11-03-08213 | SHAMPOO HIPOALÉRGICO INFANTIL 200ML | un | 50,000 | 10,000 | 13,40 | 134,00 |
| 48 | 11-04-08142 | ESPONJA MULTUISO DUPLA FACE C/ 4 UNID | un | 500,000 | 100,000 | 4,35 | 435,00 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 809,00 |

Página: 57/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|----------------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 88/2017 Licitação: 31/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 2620 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 52 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 40 | 11-04-08014 | AGUA SANITARIA 2 LITROS | un | 2.212,000 | 180,000 | 4,89 | 880,20 |
| | | | | TOTALS -----> | 180,000 | | 880,20 |
| Processo / Ano: 88/2017 Licitação: 31/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1456 - SCS COMERCIO LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 53 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 79 | 11-04-20272 | SABÃO EM PÓ 2 KG | pt | 540,000 | 50,000 | 13,30 | 665,00 |
| 97 | 11-04-20321 | LIMPA PISO LIMPEZA PESADA (CONCENTRADO) 2 LITROS | fr | 500,000 | 120,000 | 11,75 | 1.410,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 170,000 | | 2.075,00 |
| Processo / Ano: 88/2017 Licitação: 31/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 1536 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 54 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 64 | 11-04-08254 | SACO DE LIXO 30L C/ 10UN CADA COR PRETA, CLASSE 1 | pt | 1.300,000 | 100,000 | 3,10 | 310,00 |
| 70 | 11-04-20247 | SACO DE LIXO 50L C/ 10UN CADA COR PRETA, CLASSE 1 | pt | 1.050,000 | 200,000 | 3,15 | 630,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 300,000 | | 940,00 |
| Processo / Ano: 92/2017 Licitação: 35/2017 - PR Data de Homologação: 02/08/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo: Adjudicação.....: 6 - Data: 02/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 2,000 | | 62,00 |

Página: 58/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| <div>Processo / Ano: 92/2017 Licitação: 35/2017 - PR Data de Homologação: 02/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 7 - Data: 02/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 2,000 | 62,00 |
| <div>Processo / Ano: 92/2017 Licitação: 35/2017 - PR Data de Homologação: 02/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 8 - Data: 02/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 2,000 | 62,00 |
| <div>Processo / Ano: 92/2017 Licitação: 35/2017 - PR Data de Homologação: 02/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 9 - Data: 02/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 2,000 | 62,00 |
| <div>Processo / Ano: 92/2017 Licitação: 35/2017 - PR Data de Homologação: 02/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 10 - Data: 02/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 2,000 | 62,00 |

Página: 59/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 92/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 11 Licitação: 35/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Data: 02/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| TOTALS | | | | | | | |
| 2,000 | | | | | | | 62,00 |
| Processo / Ano: 92/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 12 Licitação: 35/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Data: 02/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| TOTALS | | | | | | | |
| 2,000 | | | | | | | 62,00 |
| Processo / Ano: 92/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 13 Licitação: 35/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Data: 02/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| TOTALS | | | | | | | |
| 2,000 | | | | | | | 62,00 |
| Processo / Ano: 92/2017 Fornecedor.....: 135 Adjudicação.....: 14 Licitação: 35/2017 - PR - SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP Data: 02/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 05-02-08301 | APRESUNTADO/LANCHE EMBALAGEM DE 2,5 KG | un | 90,000 | 3,000 | 31,00 | 93,00 |
| TOTALS | | | | | | | |
| 3,000 | | | | | | | 93,00 |

Página: 60/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 94/2017 Fornecedor.....: 2741 Adjudicação.....: 1 Licitação: 3/2017 - TP - TESSARI E FAGANELLO AMBIENTAL LTDA - EPP Data: 12/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 95-01-00327 | SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONTEMPLANDO A INFRAESTRUTURA N | un | 1,000 | 1,000 | 84.807,21 | 84.807,21 |
| 2 | 95-01-00328 | MONTAGEM DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE | un | 1,000 | 1,000 | 229.600,00 | 229.600,00 |
| T O T A I S -----> | | | | 2,000 | | | 314.407,21 |
| Processo / Ano: 97/2017 Fornecedor.....: 1207 Adjudicação.....: 1 Licitação: 38/2017 - PR - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS NOSSA SENHORA Data: 01/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 06-04-06938 | SEMENTE DE CAPIM SUDÃO | kg | 15.000,000 | 10.000,000 | 1,85 | 18.500,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | 10.000,000 | | 18.500,00 |
| Processo / Ano: 97/2017 Fornecedor.....: 1207 Adjudicação.....: 2 Licitação: 38/2017 - PR - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS NOSSA SENHORA Data: 01/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 06-04-06938 | SEMENTE DE CAPIM SUDÃO | kg | 15.000,000 | 2.000,000 | 1,85 | 3.700,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | 2.000,000 | | 3.700,00 |
| Processo / Ano: 98/2017 Fornecedor.....: 1477 Adjudicação.....: 1 Licitação: 39/2017 - PR - HENRIQUE MARCONI - MIE Data: 28/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 5 | 22-19-08495 | SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO | un | 362,000 | 5,000 | 32,00 | 160,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | 5,000 | | 160,00 |

Página: 61/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 98/2017 Fornecedor.....: 1477 Adjudicação.....: 2 | | | | | | | |
| | | Licitação: 39/2017 - PR | | | | | |
| | | - HENRIQUE MARCONI - ME | | | | | |
| | | - Data: 28/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| 5 | 22-19-08495 | SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO | un | 362,000 | 3,000 | 32,00 | 96,00 |
| 7 | 22-19-08714 | SERVIÇO DE LAVAGEM DO ESPALHADOR DE ADUBO SÓLIDO | un | 12,000 | 1,000 | 49,90 | 49,90 |
| 10 | 22-19-08890 | SERVIÇO DE LAVAGEM DO ESPALHADOR DE ADUBO LÍQUIDO | un | 12,000 | 1,000 | 49,90 | 49,90 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 195,80 |
| Processo / Ano: 98/2017 Fornecedor.....: 1477 Adjudicação.....: 3 | | | | | | | |
| | | Licitação: 39/2017 - PR | | | | | |
| | | - HENRIQUE MARCONI - ME | | | | | |
| | | - Data: 28/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| 6 | 22-19-08496 | SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA PARA VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE: | un | 154,000 | 8,000 | 44,50 | 356,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 356,00 |
| Processo / Ano: 98/2017 Fornecedor.....: 1477 Adjudicação.....: 5 | | | | | | | |
| | | Licitação: 39/2017 - PR | | | | | |
| | | - HENRIQUE MARCONI - ME | | | | | |
| | | - Data: 28/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| 5 | 22-19-08495 | SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO | un | 362,000 | 7,000 | 32,00 | 224,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 224,00 |
| Processo / Ano: 98/2017 Fornecedor.....: 1477 Adjudicação.....: 6 | | | | | | | |
| | | Licitação: 39/2017 - PR | | | | | |
| | | - HENRIQUE MARCONI - ME | | | | | |
| | | - Data: 28/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | | | | | |
| 5 | 22-19-08495 | SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO | un | 362,000 | 1,000 | 32,00 | 32,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 32,00 |

Página: 62/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 368 Adjudicação.....: 1 Licitação: 40/2017 - PR - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 19 | 01-04-20277 | CLIPES NIQUELADOS Nº 4/0 MEDIDAS: 1,25X13X40MM | cx | 10,000 | 3,000 | 6,00 | 18,00 |
| 38 | 01-04-20347 | CAIXA ARQUIVO MORTO PAPELÃO GIGANTE 36X25X26 (CXLXA) | un | 200,000 | 50,000 | 2,74 | 137,00 |
| 106 | 03-04-07633 | TINTA P/CARIMBO PRETA - TODOS OS TIPOS DE ALMOFADAS 40ML | un | 30,000 | 10,000 | 2,80 | 28,00 |
| 109 | 03-04-07650 | PASTA PLÁSTICA FORMATO EM L 0,15 A4- TRANSPARENTE | un | 120,000 | 50,000 | 0,52 | 26,00 |
| 111 | 03-04-07666 | VISOR PASTA SUSPENSÃO PLÁSTICO C/ETIQUETA BRANCA C/ 50 UN | cx | 18,000 | 3,000 | 4,65 | 13,95 |
| TOTAIS | | | | → | 116,000 | | 222,95 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 368 Adjudicação.....: 2 Licitação: 40/2017 - PR - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 100 | 03-04-07434 | LAPISEIRA 0,5MM FABRICAÇÃO NACIONAL | un | 5,000 | 5,000 | 3,50 | 17,50 |
| TOTAIS | | | | → | 5,000 | | 17,50 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 368 Adjudicação.....: 3 Licitação: 40/2017 - PR - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 01-04-08104 | FITA CREPE MARROM 25MMX50M | un | 500,000 | 250,000 | 3,80 | 950,00 |
| 39 | 01-04-20348 | PLÁSTICO TRANSPARENTE EM ROLO PIENCAPAR CADERNO 45CMX25M | rl | 100,000 | 50,000 | 20,40 | 1.020,00 |
| 107 | 03-04-07644 | FITA ADESIVA TRANSPARENTE POLIP 48MMX50M. | un | 560,000 | 250,000 | 1,87 | 467,50 |
| TOTAIS | | | | → | 550,000 | | 2.437,50 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 368 Adjudicação.....: 4 Licitação: 40/2017 - PR - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 11 | 01-04-20238 | CANETA MARCA TEXTO AMARELA ÓTIMA QUALIDADE | un | 36,000 | 12,000 | 1,05 | 12,60 |
| 106 | 03-04-07633 | TINTA P/CARIMBO PRETA - TODOS OS TIPOS DE ALMOFADAS 40ML | un | 30,000 | 2,000 | 2,80 | 5,60 |
| 107 | 03-04-07644 | FITA ADESIVA TRANSPARENTE POLIP 48MMX50M. | un | 560,000 | 10,000 | 1,87 | 18,70 |

Página: 63/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|-------------|---|--|-------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 368 | | Licitação: 40/2017 - PR | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 4 | | - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME | - Data: 29/08/2017 | | Tabela/Catálogo: | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| 109 | 03-04-07650 | PASTA PLASTICA FORMATO EM L 0,15 A4- TRANSPARENTE | un | 120,000 | 20,000 | 0,52 | 10,40 |
| TOTAIS | | | | | | | |
| | | | | | 44,000 | | 47,30 |
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 1297 | | Licitação: 40/2017 - PR | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 12 | | - PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP | - Data: 29/08/2017 | | Tabela/Catálogo: | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| 4 | 01-04-08059 | PAPEL ALMAÇO C/ 500 FLS | pt | 5,000 | 5,000 | 21,90 | 109,50 |
| 24 | 01-04-20285 | ATILHO DE BORRACHA Nº 18 PCT C/ 1 KG/1200 PCS (P/ DINHEIRO) | pt | 17,000 | 1,000 | 18,90 | 18,90 |
| 25 | 01-04-20288 | CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL PONTA FINA C/ FURO À 8,3CM DA PONTA | un | 300,000 | 50,000 | 0,66 | 33,00 |
| 81 | 01-05-07714 | BLOCO DE REGADO AUTOADESIVO 38MMX50MM C/ 100 FLS | un | 360,000 | 50,000 | 0,80 | 40,00 |
| 83 | 01-05-07719 | PRENDEDOR DE PAPEL PRETO 25MM C/ 12 UN | un | 5,000 | 3,000 | 4,90 | 14,70 |
| 84 | 01-05-07728 | CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA TRIPLA MOVEL | un | 9,000 | 5,000 | 31,10 | 155,50 |
| 94 | 03-04-00307 | BLOCO P/ REGADO ADESIVO MED.76MM/102MM C/ 100 FLS | un | 205,000 | 30,000 | 2,23 | 66,90 |
| 108 | 03-04-07646 | GRAMPO GALVANIZADO 26/6 C/ 5000 UN; | cx | 85,000 | 10,000 | 1,89 | 18,90 |
| 116 | 03-04-07736 | GRAMPO GALVANIZADO 26/8 C/ 5000 UN | cx | 5,000 | 5,000 | 7,05 | 35,25 |
| 121 | 11-10-00220 | ALFINETE P/ MAPA CABEÇA REDONDA COLORIDA C/ 50 UN | cx | 25,000 | 5,000 | 2,70 | 13,50 |
| 129 | 79-02-07989 | COLA BRANCA LÍQUIDA TB 40G, À BASE DE POLIACETATO DE VINILA, | un | 48,000 | 12,000 | 0,55 | 6,60 |
| TOTAIS | | | | | | | |
| | | | | | 176,000 | | 512,75 |
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 1520 | | Licitação: 40/2017 - PR | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 13 | | - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP | - Data: 29/08/2017 | | Tabela/Catálogo: | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| 31 | 01-04-20340 | EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA INOX | un | 20,000 | 10,000 | 1,00 | 10,00 |
| 32 | 01-04-20341 | GRAMPO TRILHO METAL 80MM C/ HASTE C/ FUROS C/ 50 UNID | cx | 60,000 | 20,000 | 6,69 | 133,80 |
| 76 | 01-05-06588 | RÉGUA PLÁSTICA 30 CM | pç | 35,000 | 10,000 | 0,65 | 6,50 |
| 97 | 03-04-07420 | BORRACHA BRANCA Nº 40 C/ 40 UN | cx | 1,000 | 1,000 | 5,95 | 5,95 |
| 103 | 03-04-07522 | MARCADOR P/ RETROPROJETOR PTA FINA COR PRETO/AZUL | un | 12,000 | 12,000 | 1,95 | 23,40 |
| 104 | 03-04-07523 | PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS METÁLICO P/ ATÉ 35 FLS PRETO | un | 5,000 | 2,000 | 24,00 | 48,00 |
| 105 | 03-04-07613 | PASTA SUSPENSÃO PLAST. MARMORIZADA, HASTES PLÁSTICAS C/ 25 UN | cx | 50,000 | 10,000 | 37,10 | 371,00 |
| 127 | 79-02-07860 | COLA BASTÃO | un | 24,000 | 12,000 | 0,65 | 7,80 |

Página: 64/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|---|---|--|------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 1520 | Licitação: 40/2017 - PR | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 13 | - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 29/08/2017 | Centro de Custo: | | | | | |
| 131 | 87-02-07273 | APARELHO TELEFONE S/ FIO C/ IDENTIFICADOR DE CHAMADA, | un | 15,000 | 4,000 | 89,90 | 359,60 |
| 134 | 93-01-10893 | PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/45 FLS PRETO | un | 2,000 | 2,000 | 65,00 | 130,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 83,000 | 1,096,05 |
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 2309 | Licitação: 40/2017 - PR | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 14 | - MERCADO KA & KA LTDA - ME | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 29/08/2017 | Centro de Custo: | | | | | |
| 2 | 01-01-08019 | CANETA MARCA TEXTO COR AMARELA C/ PONTA CHANFRADA | un | 144,000 | 36,000 | 1,45 | 52,20 |
| 9 | 01-04-08139 | TESOURA USO GERAL 21CM | un | 30,000 | 5,000 | 2,95 | 14,75 |
| 40 | 01-04-20350 | CARBONO FILME AZUL A4 C/ 100 FOLHAS | cx | 2,000 | 1,000 | 26,20 | 26,20 |
| 79 | 01-05-07699 | PEN DRIVE 32 GB | un | 137,000 | 5,000 | 38,00 | 190,00 |
| 85 | 02-04-01599 | CARTUCHO DE TINTA HP 122 COLORIDO 8 ML | un | 10,000 | 3,000 | 115,00 | 345,00 |
| 86 | 02-04-01600 | CARTUCHO DE TINTA HP 122 PRETO 8ML | un | 10,000 | 3,000 | 124,00 | 372,00 |
| 120 | 03-04-07856 | BOBINA TERMICA PARA CALCULADORA COMPATIVEL COM A MARCA OLIV | un | 100,000 | 30,000 | 1,50 | 45,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 83,000 | 1,045,15 |
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 2750 | Licitação: 40/2017 - PR | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 15 | - GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICAOES LTDA - ME | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 29/08/2017 | Centro de Custo: | | | | | |
| 3 | 01-04-05578 | PAPEL A-4 210X297MM 75 G/M² C/ 500 FLS | re | 3,230,000 | 100,000 | 13,15 | 1,315,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 100,000 | 1,315,00 |
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 2559 | Licitação: 40/2017 - PR | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 16 | - E M INFORMATICA LTDA - EPP | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 29/08/2017 | Centro de Custo: | | | | | |
| 10 | 01-04-08151 | UMEDECEDOR DE DEDOS | un | 24,000 | 20,000 | 1,30 | 26,00 |
| 14 | 01-04-20267 | LÁPIS PRETO Nº 2 TRIANGULAR ECO GRIP 2001 | un | 100,000 | 30,000 | 0,55 | 16,50 |

Página: 65/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2559 Adjudicação.....: 16 Licitação: 40/2017 - PR - E M INFORMATICA LTDA - EPP Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 98 | 03-04-07423 | CALCULADORA DE MESA, BATERIA SOLAR 12 DÍGITOS | un | 22,000 | 10,000 | 8,35 | 83,50 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 126,00 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2751 Adjudicação.....: 17 Licitação: 40/2017 - PR - ECOS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 17 | 01-04-20275 | CLIPES NIQUELADOS Nº 1/0 C/ 500G MEDIDAS: 1,00X9X29MM | cx | 10,000 | 5,000 | 6,40 | 32,00 |
| 28 | 01-04-20336 | LIVRO ATA SEM MARGEM 100 FLS 205MMX300MM | un | 13,000 | 3,000 | 8,70 | 26,10 |
| 34 | 01-04-20343 | MARCADOR DE PÁGINA ADESIVO 76MMX15MM BT 180 UN | un | 20,000 | 10,000 | 7,90 | 79,00 |
| 110 | 03-04-07651 | PASTA SANFONA PLÁSTICA A4 C/ 12 DIVISÓRIAS TRANSPARENTE | un | 35,000 | 5,000 | 10,60 | 53,00 |
| 113 | 03-04-07675 | PASTA PLÁSTICA PARA ARQUIVO C/ ELÁSTICO 335X245X30MM | un | 60,000 | 20,000 | 2,00 | 40,00 |
| 132 | 93-01-09414 | BOBINA PAPEL TÉRMICO P/ IMPRESSÃO RELOGIO PONTO SEM IMPRESSÃO | un | 90,000 | 10,000 | 15,09 | 150,90 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 381,00 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 1297 Adjudicação.....: 18 Licitação: 40/2017 - PR - PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 01-01-04387 | LÁPIS GRAFITE P/DESENHO 6B | un | 24,000 | 24,000 | 1,00 | 24,00 |
| 52 | 01-04-20362 | CANETA 0.3 UNI PIN FINE PRETA | un | 2,000 | 2,000 | 9,90 | 19,80 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 43,80 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 1520 Adjudicação.....: 19 Licitação: 40/2017 - PR - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 46 | 01-04-20356 | LÁPIS DE COR C/ 36 ECOLÁPIS AQUARELÁVEL | cx | 2,000 | 2,000 | 18,19 | 36,38 |
| 54 | 01-04-20364 | SOLVENTE 100ML REF.15710 | un | 10,000 | 10,000 | 5,52 | 55,20 |
| 67 | 01-04-20379 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 6 | un | 10,000 | 10,000 | 5,52 | 55,20 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

Página: 66/75

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---------------------------------------|---------|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 1520</div> <div>- TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 19</div> <div>- Data: 29/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 68 | 01-04-20380 | PINCEL CABO VERMELHO N° 8 | un | 10,000 | 10,000 | 6,20 | 62,00 |
| 69 | 01-04-20381 | PINCEL CABO VERMELHO N° 12 | un | 10,000 | 10,000 | 9,68 | 96,80 |
| 87 | 03-03-01005 | BORRACHA BRANCA N.40 | un | 10,000 | 10,000 | 0,19 | 1,90 |
| 93 | 03-03-06269 | RÉGUA DE AÇO 100CM | un | 2,000 | 2,000 | 41,86 | 83,72 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 54,000 | 391,20 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2309</div> <div>- MERCADO KA & KA LTDA - ME</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 20</div> <div>- Data: 29/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 12 | 01-04-20243 | GIZ PASTEL SECO 12 CORES | un | 2,000 | 2,000 | 55,00 | 110,00 |
| 44 | 01-04-20354 | BORRACHA BRANCA DUST FREE | un | 15,000 | 15,000 | 2,54 | 38,10 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 17,000 | 148,10 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2750</div> <div>- GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 21</div> <div>- Data: 29/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 3 | 01-04-05578 | PAPEL A-4 210X297MM 75 GM² C/ 500 FLS | re | 3,230,000 | 10,000 | 13,15 | 131,50 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 10,000 | 131,50 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2571</div> <div>- JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES EIRELI - ME</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 22</div> <div>- Data: 29/08/2017</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 41 | 01-04-20351 | PAPEL CANSON A2 DESENHO CREME 20FLS | pt | 4,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| 42 | 01-04-20352 | PAPEL CANSON A2 DESENHO BRANCO 20FLS | pt | 4,000 | 2,000 | 31,00 | 62,00 |
| 43 | 01-04-20353 | PAPEL CANSON A3 DESENHO CREME 20FLS | pt | 10,000 | 10,000 | 10,97 | 109,70 |
| 45 | 01-04-20355 | LÁPIS GRAFITE P/ DESENHO PURO 9B | un | 24,000 | 12,000 | 13,97 | 167,64 |
| 47 | 01-04-20357 | NANKIN ESCOLAR 20ML PRETO | un | 5,000 | 3,000 | 1,87 | 5,61 |
| 48 | 01-04-20358 | NANKIN ESCOLAR 20ML VERMELHO | un | 5,000 | 3,000 | 1,87 | 5,61 |

Página: 67/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--------------------------------------|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2571 Adjudicação.....: 22 - JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES EIRELI - ME - Data: 29/08/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 49 | 01-04-20359 | NANKIN ESCOLAR 20ML OURO | un | 5,000 | 3,000 | 3,10 | 9,30 |
| 50 | 01-04-20360 | NANKIN ESCOLAR 20ML PRATA | un | 5,000 | 3,000 | 3,10 | 9,30 |
| 51 | 01-04-20361 | CANETA 0.1 UNI PIN FINE PRETA | un | 2,000 | 2,000 | 13,83 | 27,66 |
| 53 | 01-04-20363 | CANETA 0.8 UNI PIN FINE PRETA | un | 2,000 | 2,000 | 13,77 | 27,54 |
| 55 | 01-04-20365 | SECANTE DE COBALTO 100ML REF.15910 | un | 3,000 | 3,000 | 6,05 | 18,15 |
| 56 | 01-04-20368 | TINTA OLEO 59ML | un | 5,000 | 5,000 | 7,50 | 37,50 |
| 57 | 01-04-20369 | BISNAGA DE TINTA A OLEO BRANCA 120ML | un | 1,000 | 1,000 | 14,27 | 14,27 |
| 58 | 01-04-20370 | ESPÁTULA TRADICIONAL PINTURA PEQUENA | un | 2,000 | 2,000 | 13,80 | 27,60 |
| 59 | 01-04-20371 | ESPÁTULA TRADICIONAL PINTURA MÉDIA | un | 2,000 | 2,000 | 13,80 | 27,60 |
| 60 | 01-04-20372 | ESPÁTULA TRADICIONAL PINTURA GRANDE | un | 2,000 | 2,000 | 13,80 | 27,60 |
| 61 | 01-04-20373 | PINCEL LINGUA DE GATO Nº 4 | un | 2,000 | 2,000 | 9,30 | 18,60 |
| 62 | 01-04-20374 | PINCEL LINGUA DE GATO Nº 8 | un | 2,000 | 2,000 | 15,80 | 31,60 |
| 63 | 01-04-20375 | PINCEL LINGUA DE GATO Nº 12 | un | 2,000 | 2,000 | 19,50 | 39,00 |
| 64 | 01-04-20376 | PINCEL 00 CERDAS CURTAS | un | 5,000 | 5,000 | 4,70 | 23,50 |
| 65 | 01-04-20377 | PINCEL 00 CERDAS LONGAS | un | 5,000 | 3,000 | 6,50 | 19,50 |
| 66 | 01-04-20378 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 2 | un | 10,000 | 5,000 | 3,97 | 19,85 |
| 70 | 01-04-20382 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 14 | un | 10,000 | 5,000 | 11,87 | 59,35 |
| 71 | 01-04-20383 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 16 | un | 10,000 | 5,000 | 13,77 | 68,85 |
| 72 | 01-04-20384 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 18 | un | 10,000 | 5,000 | 15,87 | 79,35 |
| 73 | 01-04-20385 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 0 | un | 5,000 | 5,000 | 3,97 | 19,85 |
| 74 | 01-04-20386 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 4 | un | 5,000 | 5,000 | 4,37 | 21,85 |
| 75 | 01-04-20387 | PINCEL CABO VERMELHO Nº 20 | un | 5,000 | 5,000 | 18,47 | 92,35 |
| TOTAIS | | | | | | 106,000 | 1,132,73 |

| | | | | | | | |
|---|-------------|---|----|---------|---------|---------|----------|
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 368 Adjudicação.....: 23 - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME - Data: 29/08/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 7 | 01-04-08104 | FITA CREPE MARROM 25MMX50M | un | 500,000 | 250,000 | 3,80 | 950,00 |
| 39 | 01-04-20348 | PLÁSTICO TRANSPARENTE EM ROLO PIENCAPAR CADERNO 450MMX25M | rl | 100,000 | 50,000 | 20,40 | 1,020,00 |
| 107 | 03-04-07644 | FITA ADESIVA TRANSPARENTE POLIP 48MMX50M. | un | 560,000 | 250,000 | 1,87 | 467,50 |
| TOTAIS | | | | | | 550,000 | 2,437,50 |

Página: 68/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--------------------------------|---|---|--|------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 1297 | Licitação: 40/2017 - PR | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 24 | - PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 29/08/2017 | Centro de Custo: | | | | | |
| 24 | 01-04-20285 | ATILHO DE BORRACHA Nº 18 PCT C/ 1 KG/1200 PCS (P/ DINHEIRO) | pt | 17,000 | 5,000 | 18,90 | 94,50 |
| 36 | 01-04-20345 | GRAMPO PLÁSTICO P/ PASTA SUSPENSA C/ 50 UNID | pt | 100,000 | 20,000 | 6,50 | 130,00 |
| 81 | 01-05-07714 | BLOCO DE RECADO AUTOADESIVO 38MMX50MM C/ 100 FLS | un | 360,000 | 50,000 | 0,80 | 40,00 |
| 88 | 03-03-05772 | ALFINETE NIQUELADO Nº 24 C/ 50 G | cx | 102,000 | 30,000 | 3,80 | 114,00 |
| 94 | 03-04-00307 | BLOCO P/ RECADO ADESIVO MED.76MM/102MM C/ 100 FLS | un | 205,000 | 30,000 | 2,23 | 66,90 |
| 108 | 03-04-07646 | GRAMPO GALVANIZADO 26/6 C/ 5000 UN; | cx | 85,000 | 10,000 | 1,89 | 18,90 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 464,30 |
| | | | | | | | |
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 1520 | Licitação: 40/2017 - PR | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 25 | - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 29/08/2017 | Centro de Custo: | | | | | |
| 37 | 01-04-20346 | CAIXA ARQUIVO MORTO PAPELÃO 36X14X25 (CXLXA) | un | 600,000 | 100,000 | 1,59 | 159,00 |
| 115 | 03-04-07735 | ESTILETE LARGO PLÁSTICO EMBORRACHADO, TRAVA AUTOMÁTICA | un | 57,000 | 20,000 | 5,30 | 106,00 |
| 123 | 11-13-07604 | PAPEL PARDO KRAFT 1M X 200 M GR80GM² | rl | 50,000 | 20,000 | 91,50 | 1.830,00 |
| 131 | 87-02-07273 | APARELHO TELEFONE S/ FIO C/ IDENTIFICADOR DE CHAMADA, | un | 15,000 | 2,000 | 89,90 | 179,80 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 2.274,80 |
| | | | | | | | |
| Processo / Ano: 99/2017 | | | | | | | |
| Fornecedor.....: 2309 | Licitação: 40/2017 - PR | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | Registro de Preço: Sim | | |
| Adjudicação.....: 26 | - MERCADO KA & KA LTDA - ME | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| | - Data: 29/08/2017 | Centro de Custo: | | | | | |
| 79 | 01-05-07699 | PEN DRIVE 32 GB | un | 137,000 | 50,000 | 38,00 | 1.900,00 |
| 114 | 03-04-07698 | PILHA AAA C/ 4 UN | pt | 100,000 | 30,000 | 1,50 | 45,00 |
| 122 | 11-10-20283 | PILHA PEQUENA AA PACOTE COM 4UN | un | 100,000 | 30,000 | 1,50 | 45,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | | 1.990,00 |

Página: 69/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2571</div> <div>- JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES EIRELI - ME</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 27</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 118 | 03-04-07788 | PAPEL PARDO BRANCO KRAFT 1M X 200 M GR80G/M² | un | 30,000 | 10,000 | 142,90 | 1.429,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 10,000 | 1.429,00 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2750</div> <div>- GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 28</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 3 | 01-04-05578 | PAPEL A-4 210X297MM 75 GM² C/ 500 FLS | re | 3.230,000 | 500,000 | 13,15 | 6.575,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 500,000 | 6.575,00 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2751</div> <div>- ECOS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 29</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 8 | 01-04-08125 | MARCADOR PERMANENTE RECARREGÁVEL CORES DIVERSAS | un | 500,000 | 250,000 | 0,99 | 247,50 |
| 90 | 03-03-06187 | PINCEL P/ QUADRO BRANCO CORES DIVERSAS | un | 300,000 | 200,000 | 1,15 | 230,00 |
| 92 | 03-03-06238 | PAPEL CONTACT TRANSPARENTE 45CM X 25M | rl | 100,000 | 30,000 | 32,00 | 960,00 |
| 99 | 03-04-07433 | CORRETIVO EM FITA COM TAMPA 4,2MMX10M | un | 102,000 | 12,000 | 7,15 | 85,80 |
| 132 | 93-01-09414 | BOBINA PAPEL TÉRMICO P/ IMPRESSÃO RELOGIO PONTO SEM IMPRESSÃO | un | 90,000 | 30,000 | 15,09 | 452,70 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 522,000 | 1.976,00 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017</div> <div>Licitação: 40/2017 - PR</div> <div>Data de Homologação: 29/08/2017</div> <div>Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 1297</div> <div>- PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP</div> <div>Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 30</div> <div>Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 80 | 01-05-07711 | GRAMPO TIPO COBREADO 266 C/ 5000 UNID | cx | 10,000 | 10,000 | 2,95 | 29,50 |
| 81 | 01-05-07714 | BLOCO DE RECADO AUTOADESIVO 38MMX50MM C/ 100 FLS | un | 360,000 | 10,000 | 0,80 | 8,00 |
| 84 | 01-05-07728 | CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA TRIPLA MÓVEL | un | 9,000 | 2,000 | 31,10 | 62,20 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 22,000 | 99,70 |

Página: 70/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|--------------------|-------------|----------------|-------------|
| <div>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 1520 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 31 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 105 | 03-04-07613 | PASTA SUSPENSUA PLAST. MARMORIZADA, HASTES PLÁSTICAS C/ 25 UN | cx | 50,000 | 5,000 | 37,10 | 185,50 |
| 128 | 79-02-07866 | PASTA AZ | un | 50,000 | 20,000 | 6,30 | 126,00 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 25,000 | 311,50 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2309 - MERCADO KA & KA LTDA - ME Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 32 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 40 | 01-04-20350 | CARBONO FILME AZUL A4 C/ 100 FOLHAS | cx | 2,000 | 1,000 | 26,20 | 26,20 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 1,000 | 26,20 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 2750 - GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 33 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 3 | 01-04-05578 | PAPEL A-4 210X297MM 75 GM² C/ 500 FLS | re | 3.230,000 | 10,000 | 13,15 | 131,50 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 10,000 | 131,50 |
| <div>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</div> <div>Fornecedor.....: 368 - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME Tabela/Catálogo:</div> <div>Adjudicação.....: 34 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</div> | | | | | | | |
| 15 | 01-04-20269 | CADERNO 1/4 ESPIRAL CAPA SIMPLES 48 FLS | un | 30,000 | 10,000 | 0,90 | 9,00 |
| 95 | 03-04-07363 | CADERNO GRANDE DE 200 FLS CAPA DURA | un | 30,000 | 10,000 | 6,90 | 69,00 |
| 106 | 03-04-07633 | TINTA P/ CARIMBO PRETA - TODOS OS TIPOS DE ALMOFADAS 40ML | un | 30,000 | 3,000 | 2,80 | 8,40 |
| 111 | 03-04-07666 | VISOR PASTA SUSPENSUA PLASTICO C/ETIQUETA BRANCA C/ 50 UN | cx | 18,000 | 3,000 | 4,65 | 13,95 |
| | | | | T O T A I S -----> | | 26,000 | 100,35 |

Página: 71/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 1297 Adjudicação.....: 35 Licitação: 40/2017 - PR - PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 6 | 01-04-08080 | AGENDA PERMANENTE 176 FLS TAM 145MMX205MM. | un | 25,000 | 10,000 | 19,50 | 195,00 |
| 24 | 01-04-20285 | ATILHO DE BORRACHA Nº 18 PCT C/ 1 KG/1200 PCS (P/ DINHEIRO) | pt | 17,000 | 1,000 | 18,90 | 18,90 |
| 25 | 01-04-20288 | CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL PONTA FINA CFURO À 8,3CM DA PONTA | un | 300,000 | 50,000 | 0,66 | 33,00 |
| 33 | 01-04-20342 | LIVRO ATA SEM MARGEM 50 FLS 205MMX300MM | un | 15,000 | 10,000 | 5,10 | 51,00 |
| 84 | 01-05-07728 | CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA TRIPLA MOVEL | un | 9,000 | 2,000 | 31,10 | 62,20 |
| 94 | 03-04-00307 | BLOCO P/ RECAO ADESIVO MED.76MM/102MM C/ 100 FLS | un | 205,000 | 50,000 | 2,23 | 111,50 |
| 108 | 03-04-07646 | GRAMPO GALVANIZADO 26/6 C/ 5000 UN; | cx | 85,000 | 5,000 | 1,89 | 9,45 |
| 129 | 79-02-07989 | COLA BRANCA LÍQUIDA TB 40G, À BASE DE POLIACETATO DE VINILA, | un | 48,000 | 24,000 | 0,55 | 13,20 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 494,25 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 1520 Adjudicação.....: 36 Licitação: 40/2017 - PR - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 5 | 01-04-08078 | CARTOLINA-DIVERSAS CORES(AMARELO, AZUL, VERDE, VERMELHO, ROS | un | 30,000 | 20,000 | 0,44 | 8,80 |
| 77 | 01-05-07660 | CARTOLINA BRANCA | un | 20,000 | 10,000 | 0,44 | 4,40 |
| 115 | 03-04-07735 | ESTILETE LARGO PLÁSTICO EMBORRACHADO, TRAVA AUTOMÁTICA | un | 57,000 | 2,000 | 5,30 | 10,60 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 23,80 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2309 Adjudicação.....: 37 Licitação: 40/2017 - PR - MERCADO KA & KA LTDA - ME Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 01-01-08019 | CANETA MARCA TEXTO COR AMARELA C/ PONTA CHANFRADA | un | 144,000 | 24,000 | 1,45 | 34,80 |
| 9 | 01-04-08139 | TESOURA USO GERAL 21CM | un | 30,000 | 15,000 | 2,95 | 44,25 |
| 79 | 01-05-07699 | PEN DRIVE 32 GB | un | 137,000 | 10,000 | 38,00 | 380,00 |
| TOTALS -----> | | | | | | | 459,05 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

Página: 72/75

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2559 - E M INFORMATICA LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 38 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 98 | 03-04-07423 | CALCULADORA DE MESA, BATERIA SOLAR 12 DÍGITOS | un | 22,000 | 5,000 | 8,35 | 41,75 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 41,75 |
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2750 - GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 39 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 3 | 01-04-06578 | PAPEL A-4 210X297MM 75 G/MF C/ 500 FLS | re | 3,230,000 | 20,000 | 13,15 | 263,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 263,00 |
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2751 - ECOS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 40 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 99 | 03-04-07433 | CORRETIVO EM FITA COM TAMPA 4,2MMX10M | un | 102,000 | 18,000 | 7,15 | 128,70 |
| 110 | 03-04-07651 | PASTA SANFONA PLASTICA A4 C/ 12 DIVISORIAS TRANSPARENTE | un | 35,000 | 10,000 | 10,60 | 106,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 234,70 |
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 1520 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 41 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 76 | 01-05-06588 | RÉGUA PLÁSTICA 30 CM | pç | 35,000 | 5,000 | 0,65 | 3,25 |
| 131 | 87-02-07273 | APARELHO TELEFONE S/ FIO C/ IDENTIFICADOR DE CHAMADA, | un | 15,000 | 1,000 | 89,90 | 89,90 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 93,15 |

Página: 73/75

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2309 - MERCADO KA & KA LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 42 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 79 | 01-05-07699 | PEN DRIVE 32 GB | un | 137,000 | 2,000 | 38,00 | 76,00 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | |
| 2,000 | | | | | | | 76,00 |
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2559 - E M INFORMATICA LTDA - EPP Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 43 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 10 | 01-04-08151 | UMEDECORADOR DE DEDOS | un | 24,000 | 4,000 | 1,30 | 5,20 |
| 14 | 01-04-20267 | LÁPIS PRETO Nº 2 TRIANGULAR ECO GRIP 2001 | un | 100,000 | 10,000 | 0,55 | 5,50 |
| 98 | 03-04-07423 | CALCULADORA DE MESA BATERIA SOLAR 12 DÍGITOS | un | 22,000 | 3,000 | 8,35 | 25,05 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | |
| 17,000 | | | | | | | 35,75 |
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2750 - GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 44 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 3 | 01-04-05578 | PAPEL A-4 210X297MM 75 G/M² C/ 500 FLS | re | 3,230,000 | 10,000 | 13,15 | 131,50 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | |
| 10,000 | | | | | | | 131,50 |
| <p>Processo / Ano: 99/2017 Licitação: 40/2017 - PR Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 2751 - ECOS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 45 - Data: 29/08/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 99 | 03-04-07433 | CORRETIVO EM FITA COM TAMPA 4,2MMX10M | un | 102,000 | 6,000 | 7,15 | 42,90 |
| 132 | 93-01-09414 | BOBINA PAPEL TÉRMICO P/ IMPRESSÃO RELOGIO PONTO SEM IMPRESSÃO | un | 90,000 | 10,000 | 15,09 | 150,90 |
| TOTAIS -----> | | | | | | | |
| 16,000 | | | | | | | 193,80 |

Página: 74/75

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 100/2017 Fornecedor.....: 2373 Adjudicação.....: 1 Licitação: 41/2017 - PR - COMERCIAL SOETHE LTDA - ME Data de Homologação: 30/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 30/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 11-13-07650 | TOALHA TIPO LAVABO PARA BORDAR 30X50CM, FELPA CANELADA, | un | 595,000 | 595,000 | 5,77 | 3.433,15 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 3.433,15 |
| Processo / Ano: 100/2017 Fornecedor.....: 2752 Adjudicação.....: 2 Licitação: 41/2017 - PR - GLOBAL VIDA E SAUDE LTDA - ME Data de Homologação: 30/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 30/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 3 | 79-05-07937 | CANECA CERÂMICA CORES DIVERSAS, 300ML | un | 420,000 | 350,000 | 7,00 | 2.450,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 2.450,00 |
| Processo / Ano: 100/2017 Fornecedor.....: 2074 Adjudicação.....: 3 Licitação: 41/2017 - PR - ROBERTO MISTURA ME Data de Homologação: 30/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 30/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 5 | 79-05-07939 | CONJUNTO PARA CHIMARRÃO COM 3 PECAS SENDO: | un | 365,000 | 50,000 | 18,69 | 934,50 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 934,50 |
| Processo / Ano: 105/2017 Fornecedor.....: 54 Adjudicação.....: 1 Licitação: 44/2017 - PR - CDO PRODUTOS QUIMICOS EIRELI EPP Data de Homologação: 13/09/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 13/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 2 | 09-09-07709 | POLICLORETO DE ALUMINIO - PAC 10% | kg | 8,000,000 | 500,000 | 2,20 | 1.100,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 1.100,00 |
| Processo / Ano: 105/2017 Fornecedor.....: 2767 Adjudicação.....: 2 Licitação: 44/2017 - PR - KEMHYDRA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIM Data de Homologação: 13/09/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: - Data: 13/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 09-09-03958 | HIPOCLORITO DE SÓDIO 10/12% | kg | 6,000,000 | 500,000 | 1,29 | 645,00 |

Página: 75/75

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|------------------------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 105/2017 Licitação: 44/2017 - PR Data de Homologação: 13/09/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 2767 - KEMHYDRA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIM Adjudicação.....: 2 - Data: 13/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 3 | 09-09-07710 | BARRILHA LEVE | kg | 5.000,000 | 500,000 | 2,37 | 1.185,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 1.000,000 | | 1.830,00 |
| Processo / Ano: 107/2017 Licitação: 45/2017 - PR Data de Homologação: 18/09/2017 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 660 - BRITTER RODOVIAS LTDA. Adjudicação.....: 1 - Data: 18/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 4 | 10-11-09461 | TUBO DE CONCRETO 60CMX1,00M | un | 200,000 | 60,000 | 65,80 | 3.948,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 60,000 | | 3.948,00 |
| Processo / Ano: 108/2017 Licitação: 11/2017 - IL Data de Homologação: 13/09/2017 Registro de Preço: Não Fornecedor.....: 1785 - MARCOS ANDRE ANNES Adjudicação.....: 1 - Data: 13/09/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 1 | 95-01-00330 | CONTRATAÇÃO DO SHOW INFANTIL "OS PERALTAS", | un | 1,000 | 1,000 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 1,000 | | 6.000,00 |
| | | | | TOTAL GERAL -----> | 28.345,691 | | 556.376,22 |

RELATÓRIO ITENS ADJUDICADOS SETEMBRO 2017- FMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

Relatório dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|---|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Licitação: 15/2017 - PR Data de Homologação: 10/04/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 23 - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 18 - Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 1 | 22-19-08797 | SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 76,000 | 4,000 | 15,00 | 60,00 |
| 44 | 22-19-08782 | SERVIÇO DE REMOVER SUBSTITUIR PNEUS EM VEICULOS DE PASSEIO | un | 174,000 | 4,000 | 10,00 | 40,00 |
| 45 | 22-19-08784 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU D VEICULO DE PASSEIO | un | 177,000 | 4,000 | 12,00 | 48,00 |
| 46 | 22-19-08785 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 169,000 | 3,000 | 14,00 | 42,00 |
| 49 | 22-19-08788 | SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE VÁLVULA EM RODA DE VEICULO DE | un | 99,000 | 3,000 | 12,00 | 36,00 |
| 50 | 22-19-08789 | SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODA DE VEICULO DE PASSEIO | un | 119,000 | 4,000 | 12,00 | 48,00 |
| 51 | 22-19-08790 | SERVIÇO DE GEOMETRIA EM PNEU DE VEICULO DE PASSEIO | un | 159,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| 53 | 22-19-08792 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 76,000 | 4,000 | 16,00 | 64,00 |
| 54 | 22-19-08793 | SERVIÇO DE CONserto DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 75,000 | 3,000 | 18,00 | 54,00 |
| 57 | 22-19-08796 | SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE VÁLVULA EM RODA DE VEICULO TIPO V | un | 76,000 | 3,000 | 15,00 | 45,00 |
| 58 | 22-19-08798 | SERVIÇO DE GEOMETRIA DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 50,000 | 2,000 | 57,00 | 114,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 635,00 |
| <p>Processo / Ano: 55/2017 Licitação: 15/2017 - PR Data de Homologação: 10/04/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 23 - EBERLE E EBERLE LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 23 - Data: 10/04/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 1 | 22-19-08797 | SERVIÇO DE BALANCEAMENTO DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 76,000 | 4,000 | 15,00 | 60,00 |
| 49 | 22-19-08788 | SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE VÁLVULA EM RODA DE VEICULO DE | un | 99,000 | 2,000 | 12,00 | 24,00 |
| 52 | 22-19-08791 | SERVIÇO DE REMOVER/SUBSTITUIR PNEU EM VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 72,000 | 4,000 | 15,00 | 60,00 |
| 53 | 22-19-08792 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE PNEU DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 76,000 | 2,000 | 16,00 | 32,00 |
| 58 | 22-19-08798 | SERVIÇO DE GEOMETRIA DE RODA DE VEICULO TIPO VAN MASTER | un | 50,000 | 2,000 | 57,00 | 114,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 290,00 |
| <p>Processo / Ano: 84/2017 Licitação: 28/2017 - PR Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 1183 - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME Tabela/Catálogo:</p> <p>Adjudicação.....: 20 - Data: 20/07/2017 Centro de Custo:</p> | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1,810,000 | 67,500 | 38,00 | 2.565,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 2.565,00 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA
 Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

Página: 2/4

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------------|--|---------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 84/2017 Fornecedor.....: 1183 Adjudicação.....: 34 Licitação: 28/2017 - PR - MECANICA EBERLE E DE PAULA LTDA - ME - Data: 20/07/2017 Data de Homologação: 20/07/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 6 | 22-15-20841 | SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVEN | h | 1,810,000 | 54,000 | 38,00 | 2.052,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 54,000 | | 2.052,00 |
| Processo / Ano: 98/2017 Fornecedor.....: 1477 Adjudicação.....: 4 Licitação: 39/2017 - PR - HENRIQUE MARCONI - ME - Data: 28/08/2017 Data de Homologação: 28/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 5 | 22-19-08495 | SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE VEÍCULO PEQUENO | un | 362,000 | 12,000 | 32,00 | 384,00 |
| 6 | 22-19-08496 | SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA PARA VEÍCULOS DE MEDIO PORTE: | un | 154,000 | 6,000 | 44,50 | 267,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 18,000 | | 651,00 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 368 Adjudicação.....: 5 Licitação: 40/2017 - PR - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME - Data: 29/08/2017 Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 15 | 01-04-20269 | CADERNO 1/4 ESPIRAL CAPA SIMPLES 48 FLS | un | 30,000 | 10,000 | 0,90 | 9,00 |
| 18 | 01-04-20276 | CLIPES NIQUELADOS Nº 2/0 MEDIDAS: 1,00X11X32MM | cx | 15,000 | 5,000 | 5,60 | 28,00 |
| 20 | 01-04-20278 | CLIPES NIQUELADOS Nº 6/0 C/ 500G MEDIDAS:1,50X18X47MM | cx | 2,000 | 2,000 | 6,20 | 12,40 |
| 30 | 01-04-20338 | FICHÁRIO C/ BASE METÁLICA GRAFITE 182X240X124 TAMPA POLI | un | 2,000 | 2,000 | 38,00 | 76,00 |
| 106 | 03-04-07633 | TINTA P/ CARIMBO PRETA - TODOS OS TIPOS DE ALMOFADAS 40ML | un | 30,000 | 5,000 | 2,80 | 14,00 |
| 111 | 03-04-07666 | VISOR PASTA SUSPENSÃO PLÁSTICO C/ETIQUETA BRANCA C/ 50 UN | cx | 18,000 | 5,000 | 4,65 | 23,25 |
| 133 | 93-01-10515 | PILHA ALCALINA C/2 AAA | un | 50,000 | 25,000 | 2,50 | 62,50 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | |
| | | | | | 54,000 | | 225,15 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 1297 Adjudicação.....: 6 Licitação: 40/2017 - PR - PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP - Data: 29/08/2017 Data de Homologação: 29/08/2017 Registro de Preço: Sim Tabela/Catálogo: Centro de Custo: | | | | | | | |
| 26 | 01-04-20294 | CANETA ESFER. AZUL PONTA FINA CRISTAL C/ FURO À 8,3 DA PONTA | un | 250,000 | 50,000 | 0,66 | 33,00 |
| 29 | 01-04-20337 | ORGANIZADOR DE ESCRITÓRIO P/DOCUMENTOS 330X115X290 | un | 5,000 | 5,000 | 36,00 | 180,00 |
| 82 | 01-05-07718 | GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO 28/6 25 FLS METAL | un | 15,000 | 5,000 | 9,90 | 49,50 |
| 88 | 03-03-05772 | ALFINETE NIQUELADO Nº 24 C/ 50 G | cx | 102,000 | 2,000 | 3,80 | 7,60 |
| 89 | 03-03-06125 | TESOURA ESCOLAR COLOR 13CM | un | 10,000 | 5,000 | 1,45 | 7,25 |
| 108 | 03-04-07646 | GRAMPO GALVANIZADO 28/6 C/ 5000 UN; | cx | 85,000 | 10,000 | 1,89 | 18,90 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

Página: 3/4

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|---|---------|-------------------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 1297 Adjudicação.....: 6 Licitação: 40/2017 - PR - PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 121 | 11-10-00220 | ALFINETE P/ MAPA CABEÇA REDONDA COLORIDA C/ 50 UN | cx | 25,000 | 10,000 | 2,70 | 27,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 87,000 | | 323,25 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 1520 Adjudicação.....: 7 Licitação: 40/2017 - PR - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 13 | 01-04-20250 | PAPEL CONTACT FLORAL 45CMX10M | rl | 2,000 | 2,000 | 42,00 | 84,00 |
| 76 | 01-05-06588 | RÉGUA PLÁSTICA 30 CM | pç | 35,000 | 10,000 | 0,65 | 6,50 |
| 78 | 01-05-07689 | PAPEL CONTACT TRANSPARENTE 45CM X 2 M | un | 2,000 | 2,000 | 3,50 | 7,00 |
| 105 | 03-04-07613 | PASTA SUSPENSÃO PLAST. MARMORIZADA, HASTES PLÁSTICAS C/ 25 UN | cx | 50,000 | 5,000 | 37,10 | 185,50 |
| 115 | 03-04-07735 | ESTILETE LARGO PLÁSTICO EMBORRACHADO, TRAVA AUTOMÁTICA | un | 57,000 | 5,000 | 5,30 | 26,50 |
| 131 | 87-02-07273 | APARELHO TELEFONE S/ FIO C/ IDENTIFICADOR DE CHAMADA, | un | 15,000 | 2,000 | 89,90 | 179,80 |
| | | | | TOTALS -----> | 26,000 | | 489,30 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2309 Adjudicação.....: 8 Licitação: 40/2017 - PR - MERCADO KA & KA LTDA - ME Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 9 | 01-04-08139 | TESOURA USO GERAL 21CM | un | 30,000 | 5,000 | 2,95 | 14,75 |
| 79 | 01-05-07699 | PEN DRIVE 32 GB | un | 137,000 | 3,000 | 38,00 | 114,00 |
| 124 | 11-14-07936 | SACO DE PAPEL MONO P/ PIPoca P2 17 X25 C/ 500 GRAM.40 | pt | 60,000 | 20,000 | 10,00 | 200,00 |
| 125 | 11-14-07937 | SACO DE PAPEL MONO P/ 2KG C/ 500 GRAM.40 | pt | 60,000 | 20,000 | 27,00 | 540,00 |
| 135 | 93-01-11467 | BATERIA DE LÍTIU CR2032 3 V | un | 30,000 | 10,000 | 1,00 | 10,00 |
| | | | | TOTALS -----> | 58,000 | | 878,75 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2559 Adjudicação.....: 9 Licitação: 40/2017 - PR - E M INFORMATICA LTDA - EPP Data: 29/08/2017 Centro de Custo: | | | | | | | |
| 14 | 01-04-20267 | LÁPIS PRETO Nº 2 TRIANGULAR ECO GRIP 2001 | un | 100,000 | 60,000 | 0,55 | 33,00 |
| 98 | 03-04-07423 | CALCULADORA DE MESA, BATERIA SOLAR 12 DÍGITOS | un | 22,000 | 4,000 | 8,35 | 33,40 |
| | | | | TOTALS -----> | 64,000 | | 66,40 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Relação dos Itens Adjudicados por Processo / Licitação

(Período de 01/09/2017 a 30/09/2017)

Página: 4/4

| Item | Material | Descrição do Material | Un.Med. | Qtde.Cotada | Qtde.Adjud. | Preço Unitário | Preço Total |
|---|-------------|--|-------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2571 Adjudicação.....: 10 | | | | | | | |
| | | Licitação: 40/2017 - PR | | | | | |
| | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | | | | |
| | | - JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES EIRELI - ME | | | | | |
| | | - Data: 29/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| 101 | 03-04-07472 | LAPIS DE COR DE MADEIRA LONGO 12 CORES | cx | 10,000 | 5,000 | 10,47 | 52,35 |
| 119 | 03-04-07810 | ALFABETO ILUSTRADO COMPLETO EM EVA C/ 26 LETRAS ALTURA 20CM | pt | 2,000 | 2,000 | 22,90 | 45,80 |
| 126 | 11-14-07938 | SACO DE PAPEL MONO P/ 3KG C/ 500 GRAM.40 | pt | 60,000 | 20,000 | 32,40 | 648,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 746,15 |
| Processo / Ano: 99/2017 Fornecedor.....: 2751 Adjudicação.....: 11 | | | | | | | |
| | | Licitação: 40/2017 - PR | | | | | |
| | | Data de Homologação: 29/08/2017 | | | | | |
| | | - ECOS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME | | | | | |
| | | - Data: 29/08/2017 | | | | | |
| | | Centro de Custo: | | | | | |
| | | | Registro de Preço: Sim | | | | |
| | | | Tabela/Catálogo: | | | | |
| 27 | 01-04-20335 | GRAMPO P/ GRAMPEADOR COMPATIVEL COM GP101 CX C/ 5.000 UNID | cx | 2,000 | 2,000 | 15,75 | 31,50 |
| 28 | 01-04-20336 | LIVRO ATA SEM MARGEM 100 FLS 205MMX300MM | un | 13,000 | 10,000 | 8,70 | 87,00 |
| 99 | 03-04-07433 | CORRETIVO EM FITA COM TAMPA 4,2MMX10M | un | 102,000 | 18,000 | 7,15 | 128,70 |
| 110 | 03-04-07651 | PASTA SANFONA PLASTICA A4 C/ 12 DIVISORIAS TRANSPARENTE | un | 35,000 | 5,000 | 10,60 | 53,00 |
| 112 | 03-04-07671 | ETIQUETAS P/ IMPRESSORA COMPATIVEL C/ A4348 17X31MM C/ 100FL | cx | 20,000 | 20,000 | 24,50 | 490,00 |
| 113 | 03-04-07675 | PASTA PLASTICA PARA ARQUIVO C/ ELÁSTICO 335X245X30MM | un | 60,000 | 10,000 | 2,00 | 20,00 |
| T O T A I S -----> | | | | | | | 810,20 |
| TOTAL GERAL -----> | | | | | | | 9.732,20 |

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE TERMO ADITIVO Nº 010/2017

AVISO DE CANCELAMENTO

O Município de Coronel Martins – SC comunica o cancelamento do Segundo Termo Aditivo nº 010/2017 de 28 de março de 2017, referente ao contrato nº 021/2016, onde o mesmo não produz mais seus efeitos legais, pelo motivo do falecimento do Sr. João Maria de Oliveira, cidadão do Município de Coronel Martins – SC, encaminhado ao lar pelo Setor Social do Município, com fornecimento de alimentação, vestiário, medicação, assistência médica e demais cuidados que sejam necessários ao bem estar da pessoa humana.

Coronel Martins - SC, 29 de setembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 056/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 056/2017.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2017 NÚMERO CONTRATO: 056/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/09/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de execução de "horas máquina" para reabertura e conservação de estradas municipais, corte de cascalho e terraplanagens, e serviço de caminhão prancha, com capacidade de carregamento de máquinas pesadas, sendo:

- 200 (duzentas) horas de trator de esteira com transmissão automática, peso operacional não inferior à 17.000 KG (dezessete mil kilos). Potência mínima de 230CV, Turbo alimentado, equipado com Lamina tipo angulação, ação Hidráulica, angulação à direita e esquerda, inclinação com Tilt, ano de fabricação não inferior a 2000, sendo que o valor por hora trabalhada é de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

- 200 (duzentas) horas de Escavadeira Hidráulica, com transmissão automática, peso operacional não inferior à 21.000 KG (vinte e um mil kilos). Potência mínima de 220CV, Turbo alimentado, interculada, inclinação aproximada de 70%, ação Hidráulica, ano de fabricação não inferior a 2013, sendo que o valor máximo por hora trabalhada é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

- 1.000 (mil) quilômetros (km) de serviço de caminhão prancha, com capacidade de carregamento de máquinas pesadas do tipo (escavadeira hidráulica, trator de esteira e outros), com capacidade mínima de carga de 15 toneladas, sendo que o valor máximo por quilômetro rodado é de R\$ 6,00 (seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência da data da assinatura do contrato até a execução do objeto contratado, limitando-se a 28 de setembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 24.233.685/0001-84

CONTRATADO: RJ SERVIÇOS DE MÁQUINAS EIRELI – ME

CONTRATO Nº 057/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 057/2017.

MÊS/ANO: OUTUBRO/2017 NÚMERO CONTRATO: 057/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/10/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para recuperação e fornecimento de peças genuínas/originais para motor e bomba injetora de Retro Escavadeira New Holland LB110, de uso da Secretaria Municipal de Transportes e obras do município de Coronel Martins, com garantia do objeto ora licitado de 06 meses, de acordo com as especificações contidas no Anexo "D" do presente Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato é por prazo determinado, com vigência de 06 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 25.219.169/0001-68

CONTRATADO: SERVICE CENTER GL COMÉRCIO DE PEÇAS – EIRELI EPP

CONTRATO Nº 058/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 058/2017.

MÊS/ANO: OUTUBRO/2017 NÚMERO CONTRATO: 058/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/10/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para recuperação e fornecimento de peças genuínas/originais para motor e bomba injetora do trator New Holland TL85E, de uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Coronel Martins, com garantia do objeto ora licitado de 06 meses, de acordo com as especificações contidas no Anexo "D" do presente Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato é por prazo determinado, com vigência de 06 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, findando independentemente de aviso ou notificação, podendo ainda ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 00.4123.710/0001-29

CONTRATADO: MECANICA ROMANOS LTDA - ME

DECRETO Nº 242/2017

DECRETO Nº. 242, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

AMPLIA TEMPORARIAMENTE EM CARACTER PRECÁRIO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando a pedido feito pela servidora e fundamentos disposto nos artigos 54º e 55º da Lei Complementar Municipal n. 32, de 07 de maio de 2013, que possibilita a ampliação da carga horária de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo em caráter permanente;

Considerando que a alteração da carga horaria da servidora é de interesse Público e haja visto a necessidade de cumprir a carga horaria prevista na Grade Curricular deste Município, bem como as aulas de religião e história a mesma é graduada e pós graduada para atuar nos anos finais.

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada a carga horária de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, da servidora pública abaixo relacionada, a partir de 07 de abril de 2017, admitido pelo Concurso Público nº001/2014 de 21 de março de 2014, podendo ocorrer à redução da carga horária a qualquer tempo, a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público.

Nome Cargo

Genoewa Lurdes Maculan Professor Área III- Geografia

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario, em especial ao Decreto nº. 113, de 19 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario de Administração Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 244/2017

DECRETO Nº. 244, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

AMPLIA TEMPORARIAMENTE EM CARACTER PRECÁRIO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando a necessidade temporária de cumprir com a inclusão de nossos alunos, por conta do Professor Marcos Antônio Marmenini entrar em gozo de licença prêmio, pelo período de 02/10/2017 á 31/10/2017, e com fundamentos nas Leis Complementares Municipais nº 039 de 03 de dezembro de 2013 e na nº 032 de 07 de maio de 2013, que possibilita a ampliação da carga horária de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo em caráter

temporário,

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora pública Sra. Carla Ravarena, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, admitido pelo Concurso Público nº 001/2014 de 21 de março de 2014; podendo ocorrer à redução da carga horária a qualquer tempo, a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de Outubro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 04 de Outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secr. Munic. de Administração Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 245/2017

DECRETO Nº. 245, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2017 e Lei Orçamentária Anual nº.686 de 05/12/2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito suplementar no valor de 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) de recursos oriundos do Suas/Estado na fonte 01.0065, conforme segue:

| 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
|---|--------------------|----------|---------|----------|
| 13.01.08.244.0008.2.008 MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| Categoria | Descrição | Reduzido | Fonte | Valor |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 87 | 01.0065 | 6.400,00 |

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

| 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
|---|--------------------|----------|---------|----------|
| 13.01.08.244.0008.2.008 MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| Categoria | Descrição | Reduzido | Fonte | Valor |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 61 | 01.0065 | 3.600,00 |

Art. 3º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação das receitas 4.1.3.2.5.01.99.12 e 4.1.7.2.2.99.01.00, na fonte de recursos 01.0065 Suas/Estado, no valor de 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 04 de Outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 246/2017

DECRETO Nº. 246 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

PRORROGA PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

Considerando a necessidade de manter a continuidade de eficiência para melhoria da qualidade e desenvolvimento do serviço público municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos (05/10/2019) o prazo de vigência do Concurso Público nº001/2015, a contar da homologação final do certame.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 05 de outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 247/2017

DECRETO Nº 247, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

Considerando a instauração Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2017, nos termos dos artigos 161 e 162 do Estatuto do Servidor Público Municipal de Coronel Martins (LC 040/2014);

Considerando as análises elencadas no relatório final pela comissão do Processo administrativo 001/2017 e

Considerando a sugestão de exoneração em relatório final de processo administrativo de nº 001/2017 formulado pela comissão designada pela Portaria nº 092, de 15 de agosto de 2017, publicada no DOM/SC- Edição nº 2321, de 17 de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Ana Cristina Pires da Silva, ocupante de cargo de provimento efetivo de Professora Área I Educação Infantil, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, em razão do relatório final do Processo Administrativo Disciplinar 001/2017 a partir do dia 06 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 06 de outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 248/2017

DECRETO Nº. 248, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

EXONERA ESTAGIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

Considerando a sugestão de rescisão de contrato em relatório final Do Processo Administrativo de nº 001/2017 formulado pela comissão designada pela Portaria nº 092, de 15 de agosto de 2017, publicada no DOM/SC- Edição nº 2321, de 17 de agosto de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Eliane Brena, ocupante de cargo de Professor Auxiliar Estagiário, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 06 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 06 de outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 120/2017

PORTARIA Nº 120, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor RUDINEI CHOTTÓ, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 03 de Outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 121/2017

PORTARIA Nº 121, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor RUDIMAR CAMPANHA DA TRINDADE, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Administração Planejamento e finanças, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 03 de Outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 122/2017

PORTARIA Nº 122, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor RICARDO JOSÉ PERTILLE, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Vigia na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 03 de Outubro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

MÊS/ANO: JUNHO/2016 NÚMERO CONTRATO: 019/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/06/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do Contrato nº 019/2016, que antecedeu a este Termo Aditivo constitui na EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA E MACADAME SECO NAS RUAS DÓLIO BELATTO E SANTANA; COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PELA EMPRESA, A SER EXECUTADA NA CIDADE DE CORONEL MARTINS-SC, COM EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA INTEGRAL.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 019/2016 que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de DEZEMBRO de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADO: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.

TERMO ADITIVO Nº 028/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 028/2017.

MÊS/ANO: JULHO/2016. NÚMERO CONTRATO: 019/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/06/2016

Celebram o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 019/2016, firmado em 15 de junho de 2016, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2016, modalidade Tomada de Preços nº 001/2016, conforme cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do Contrato nº 019/2016, que antecedeu a este Termo Aditivo constitui na EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA E MACADAME SECO NAS RUAS DÓLIO BELATTO E SANTANA; COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PELA EMPRESA, A SER EXECUTADA NA CIDADE DE CORONEL MARTINS-SC, COM EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA INTEGRAL.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA REPROGRAMAÇÃO DE DESPESA

2.1 O valor total para a execução da obra que era de R\$ 213.804,64 (Duzentos e treze mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos) terá uma aditivação no valor de R\$ 29.315,50 (Vinte e nove mil, trezentos e quinze reais e cinquenta centavos) passando a vigorar o valor total de R\$ 243.120,14 (Duzentos e quarenta e três mil, cento e vinte reais e quatorze centavos), devido a reprogramação de projeto "AS BUILT" da referida obra, aprovada pelo setor de engenharia do Município e Caixa Econômica Federal, conforme Clausula décima terceira do contrato 019/2016, e art. 65 da Lei 8666/9 Celebram o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 019/2016, firmado em 15 de junho de 2016, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2016, modalidade Tomada de Preços nº 001/2016, conforme cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADA: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA 01 CMDCA

ATA Nº _____/2017

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA

Aos vinte e um dias do mês de agosto tendo por local as dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, na avenida Vitória Régia, bairro Pró-flor em Correia Pinto / SC, às nove horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Assembleia Geral Extraordinária, motivados pela convocação datada de dez de agosto de dois mil e dezessete, firmada pelo seu coordenador Eder Mesquita, afim de discutir e deliberar a pauta previamente estabelecida na convocação. 1. Discussão e deliberação de agenda anual de reuniões ordinárias da Assembleia Geral; 2. Discussão e deliberação de resolução destinada a regulamentar a inscrição de organizações governamentais e não-governamentais e seus respectivos programas no CMDCA; 3. Discussão e deliberação sobre necessidade de ajustes e modificações no Edital nº 001/2017 que trata sobre processo de seleção de projetos a serem patrocinados pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência; 4. Discussão e deliberação sobre a necessidade de regulamentar através de resolução as formalidades dos convênio e prestação de contas de recursos a serem destinados através do Edital nº 001/2017; 5. Discussão e deliberação sobre a necessidade de revisão do Regimento Interno deste conselho com a edição ato normativo; 6. Outros assuntos de interesse do CMDCA a serem pautados pelos conselheiros municipais. Inicialmente o coordenador do conselho senhor Eder Mesquita deu as boas vindas e falou da satisfação de ver tamanha quantidade de conselheiros e de lideranças comunitárias que tem participação ativa na rede de defesa dos direitos da criança e do adolescente, afirmou que todos precisam estar juntos para que os objetivos sejam alcançados e que com a participação de todos, conselheiros titulares e suplentes além de membros da comunidade com atuação direta na defesa dos interesses de nossas crianças e adolescentes as ações aconteçam e que os frutos sejam colhidos por todos, e nunca na individualidade. Na sequência, todos os presentes fizeram uma rápida apresentação, falando o nome e a entidade que representam. A palavra foi aberta para a Secretária Municipal de Assistência Social que falou sobre a importância da gestão participativa nas deliberações do fundo municipal da infância e adolescência, da responsabilidade que todos devemos assumir, com a legalidade na gestão dos recursos públicos, falou ainda que se está buscando sempre é a aplicação correta de tais recursos, especialmente com a publicação do edital número 01/2017 que busca receber projetos a serem patrocinados e financiados pelo FIA, projetos estes que estejam de acordo com as diretrizes e a política de defesa dos direitos da criança e adolescente definidos na última conferência municipal. Relatou ainda a Secretária a enorme burocracia no cadastramento de projetos perante os órgãos federais, ministérios e secretarias, disse que sua equipe tem feito o possível para que nosso município se cadastre em todos os programas federais, se formas classificados e aprovados certamente teremos bons resultados, do contrário, tem-se a certeza de que as oportunidades não passarão em branco. Na sequência, com a palavra o coordenador do conselho, apresentou aos presentes um pequeno questionário, com quatro questões e solicitou que todos respondessem. O questionário tem o objetivo de levantar de forma qualificada a percepção dos conselheiros e líderes comunitários os problemas e desafios à serem enfrentados pelas entidades governamentais e não governamentais, as perguntas foram: 1. Na SUA opinião, quais os 2 principais problemas / desafios que precisam ser enfrentados pela comunidade (entidades e governo) quando o assunto são nossas crianças (0 a 12 anos)? 2. Na SUA opinião, quais os 2 principais problemas / desafios que precisam ser enfrentados pela comunidade (entidades e governo) quando o assunto são nossos adolescentes (12 a 18 anos)? 3. O que VOCÊ FARIA para dar uma solução aos problemas indicados na resposta 1, relacionado com nossas crianças? 4. O que VOCÊ FARIA para dar uma solução aos problemas indicados na resposta 2, relacionado aos nossos adolescentes? O coordenador disse que as respostas serão planilhadas e que o resultado desta pequena pesquisa será apresentado oportunamente. Na sequência passou-se a discutir a PAUTA da convocação. Item 1: Discussão e deliberação de agenda anual de reuniões ordinárias da Assembleia Geral. Várias foram as sugestões e chegou-se pela conclusão de que o conselho editará uma resolução contendo a agenda de reuniões ordinárias mensais programadas sempre para as segundas quartas-feiras de cada mês, com início sempre às nove horas da manhã e prazo de encerramento previsto para as dez horas e trinta minutos. O local para os encontros do conselho será itinerante e sempre acontecerá na sede de uma entidade devidamente cadastrada neste conselho, de modo que os participantes e o conselho possam acompanhar e conhecer as atividades desenvolvidas por cada entidade prestigiando-as com este importante encontro. A primeira reunião do conselho agendada para o dia treze de setembro acontecerá na sede da Associação Comunitária Dona Ema Sevei. Item 2: Discussão e deliberação de resolução destinada a regulamentar a inscrição de organizações governamentais e não-governamentais e seus respectivos programas no CMDCA. Com relação a este item da pauta o senhor coordenador disse que não se tem conhecimento da existência de algum regulamento editado pelo conselho municipal que defina critérios de específicos de como as entidades não governamentais possam se inscrever no conselho, assim como organizações governamentais e não governamentais possam inscrever seus serviços de atendimento à criança e ao adolescente conforme determina o Estatuto da Criança e Adolescente. Na oportunidade foi apresentado ao conselho uma minuta de resolução destinada a este objeto, ou seja, Regulamentas os procedimentos administrativos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Correia Pinto / SC, relativos ao Registro e renovação de cadastro de Organizações Não Governamentais, Inscrição e atualização de Serviços e Programas das Organizações Governamentais e Não Governamentais, que foi lida, discutida e aprovada por unanimidade pelos presentes. A proposta de resolução número 01/2017 será publicada no diário oficial dos municípios e a secretaria municipal de assistência social assumiu o encargo de dar a maior publicidade possível do material, encaminhando à todas as entidades que se tem conhecimento para que em havendo interesse possam efetivar seu registro bem como de seus programas, possibilitando inclusive o acesso a recursos do fundo municipal da criança e adolescente. Item 3. Discussão e deliberação sobre necessidade de ajustes e modificações no Edital nº 001/2017 que trata sobre processo de seleção de projetos a serem patrocinados pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência. Na sequência passou-se a discutir o edital número 01/2017 que tem por finalidade a seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações cadastradas neste conselho. Durante a discussão, chegou-se a conclusão de que: a) as entidades legalmente constituídas com sede no município não tiveram conhecimento da publicação do edital, este publicado pela gestão passada do conselho no dia da eleição e posse da nova gestão; b) que uma das exigências do edital para que as organizações tenham acesso aos recursos do fundo é que estejam previamente registradas neste conselho, e que diante da ausência de uma norma que regulamente tais registros as entidades estavam impossibilitadas de cumprirem tal exigência para poderem acessar tais recursos e que o edital possa cumprir seus objetivos; c) não esta claro no edital a forma de como deve ser prestado contas dos recursos e convênios eventualmente aprovados e liberados,

necessitando de edição de uma regulamentação afim de dar segurança jurídica às entidades bem como seus dirigentes; d) observou-se também que é necessário ampliar a divulgação do edital e prestar assessoria as entidades verificando a adequação ou não de tais organizações e de enquadramento ao edital e a resolução de estabelecerá critérios para a inscrição de entidades neste conselho; e) que o prazo previamente estabelecido no edital para apresentação de projetos encerra-se no dia 28 de agosto, daqui a sete dias, além de outras observações importantes levantadas pelos plenário decidiu-se pela edição de um aditivo ao edital número 01/2017 com os seguintes termos: I) Pela prorrogação do cronograma determinado no edital descrito no item 18, passando a vigorar com a seguinte redação: 18.1. Lançamento do Edital: 27/07/2017. 18.2. Apresentação dos projetos: até 30/09/2017. Análise pela comissão especial: até o dia 10/10/2017. 18.4. Aprovação em reunião plenária do conselho no dia 11.10.2017. Divulgação dos resultados / projetos escolhidos: até 14.10.2017. Entrega da documentação do convênio / subvenção: até 15 (quinze) dias úteis após a publicação da aprovação pelo CMDCA. II) Além do novo calendário, discutiu-se e aprovou-se inúmeras outras adequações ao edital, tendo em vista a necessidade deste estar de acordo com a legislação que dita regras sobre o Marco Regulatório das Organizações Não-governamentais. As sugestões foram apresentadas, lidas, discutidas e aprovadas por unanimidade. A resolução de nº 03/2017 que trata sobre aditivo ao Edital nº 01/2017 será publicada no diário oficial dos municípios bem como no site da Prefeitura Municipal, além de integrar a presente ata. Decidiu-se que a informação seja enviada às organizações governamentais e não governamentais que se tem conhecimento de sua ligação com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Secretária Municipal de Finanças assumiu o compromisso de buscar junto ao departamento de controle interno do município a edição de documento visando orientar as entidades sobre a prestação de contas. O documento seria apresentado na próxima reunião do CMDCA. Item 5. Com relação ao item 5 da pauta: Discussão e deliberação sobre a necessidade de revisão do Regimento Interno deste conselho com a edição ato normativo, este devido ao adiantado da hora não foi colocado em discussão permanecendo já pautado para a próxima reunião. Item 6. Foi incluído na pauta de discussões a necessidade do envolvimento do CMDCA através do FIA na programação do dia das crianças, em outubro. Em outras oportunidades o FIA sempre financiou atividades desenvolvidas por organizações, lideradas pela CDL. Tomou-se a decisão pela publicação de um edital com o objetivo oportunizar a inscrição e seleção de projeto "DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EVENTO ABERTO PARA TODAS AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS 2017", decidiu-se pelo patrocínio de apenas um projeto a ser selecionado pelas entidades que buscarem o financiamento, que o valor a ser disponibilizado será de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e que o cronograma deverá ser estabelecido de modo que possa até o dia do evento (12 de outubro ou na semana) os recursos estejam efetivamente liberados. Que o edital deveria seguir os mesmos parâmetros do edital nº 01/2017, inclusive com a publicação no diário oficial dos municípios e no site da prefeitura municipal. Discutiu-se, e após colocado em votação o edital 02/2017 foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi aberta a palavra aos presentes para comunicados gerais, fazendo uso da palavra a presidente da Apae Sra. Rosângela Wolff que convidou a todos para as festividades de comemoração aos vinte cinco anos da entidade que acontecem nesta semana. A Secretária Rita relatou sobre projetos de qualificações profissional que estão sendo implementados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. O coordenador deu por encerrada a assembleia agradecendo a presença de todos e convocando desde já para a próxima reunião ordinária agendada para o dia 13 de setembro na Associação Comunitária Dona Ema Sevei. Determinou-se a lavratura da presente ata, que foi redigida por mim e vai assinada pelos presentes.

Correia Pinto, 21 de agosto de 2017.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

Rita de Cássia Alves Júlio
Gestora FIA
Secretária Mun. de Assis. Social e Habitação

Secretária do CMDCA

ATA 02 CMDCA

ATA Nº _____/2017

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA - 13.09.2017

Aos treze dias do mês de setembro de 2017, tendo por local as dependências da Associação Comunitária Dona Ema Sevei, rua Dom Pedro I, Centro em Correia Pinto / SC, às nove horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Assembleia Geral conforme reunião convocada pela Resolução 02/2017, na forma ordinária deu-se início a reunião. Inicialmente o coordenador do conselho senhor Eder Mesquita deu as boas vindas e falou da importância da realização de reuniões itinerantes, onde os membros do conselho podem visitar, conhecendo melhor a estrutura das entidades e os serviços que prestam em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Na sequência fez uso da palavra a conselheira Arlete Dalmolin, representante da Associação Comunitária Dona Ema Sevei, que recebeu a todos na entidade, falou dos trabalhos desenvolvidos pela entidade e das dificuldades financeiras por qual passam. A associação desenvolve diversos trabalhos como no atendimento ao idoso, e em parceria com a Pastoral da Criança realizam o acompanhamento e encaminhamento de crianças com vistas a identificar crianças abaixo do peso combatendo a subnutrição. Falou também a conselheira Luzia Duarte sobre o trabalho da Pastoral da Criança e que a estratégia usada mensalmente para atrair as crianças e família para a pesagem é a distribuição de caixas de leite, mencionando já a intenção do grupo em apresentar o projeto para captação de recursos através do FIA. Ato contínuo foi lida e aprovada por todas a ata da reunião passada. Logo após a leitura da ata, passou-se aos presentes um relatório, resumido das respostas dadas pelos conselheiros sobre as dificuldades, desafios e soluções para crianças e adolescentes onde chegou-se a seguinte conclusão:

| Problemas relacionados as Crianças | Indicações | % | Soluções relacionados as CRIANÇAS | Indicações | % |
|------------------------------------|------------|-------|---|------------|-------|
| Desestruturação Familiar | 16 | 38,10 | Reestruturação e acompanhamento familiar | 10 | 31,25 |
| Falta de Atividades Esportivas | 6 | 14,29 | Atividades esportivas e de lazer / parques infantis | 4 | 12,50 |
| Falta de Programas Educacionais | 7 | 16,67 | Combate às drogas e violência doméstica | 3 | 9,38 |
| Drogas | 3 | 7,14 | Formação de pais | 3 | 9,38 |
| Ociosidade | 3 | 7,14 | Trabalho em rede | 3 | 9,38 |

| | | | | | | |
|----------------------------|----|------|--|---------------------------------|----|------|
| Falta de Amparo à Saúde | 2 | 4,76 | | Atividades no contra-turno | 2 | 6,25 |
| Fome | 2 | 4,76 | | Cursos | 2 | 6,25 |
| Violência Infantil | 2 | 4,76 | | Envolvimento Comunitário | 2 | 6,25 |
| Falta de Políticas Sociais | 1 | 2,38 | | Programas educacionais | 2 | 6,25 |
| | 42 | | | Capacitação aos órgãos públicos | 1 | 3,13 |
| | | | | | 32 | |

| Problemas relacionados aos ADOLESCENTES | Indicações | % | | Soluções relacionados aos ADOLESCENTES | Indicações | % |
|---|------------|-------|--|--|------------|-------|
| Drogas e violência | 15 | 35,71 | | Cursos Profissionalizantes | 9 | 24,32 |
| Ociosidade | 10 | 23,81 | | Combate às drogas e a violência | 7 | 18,92 |
| Desemprego e qualificação profissional | 8 | 19,05 | | Atividades esportivas | 5 | 13,51 |
| Desestruturação Familiar | 5 | 11,90 | | Geração de emprego | 5 | 13,51 |
| Falta de participação social | 2 | 4,76 | | Reestruturação e acompanhamento familiar | 3 | 8,11 |
| Falta de religião | 1 | 2,38 | | Trabalho em rede | 3 | 8,11 |
| Falta de Amparo à Saúde | 1 | 2,38 | | Atividade comunitárias - voluntariado | 2 | 5,41 |
| | 42 | | | Programas educacionais | 2 | 5,41 |
| | | | | Menos Celular + Atividades | 1 | 2,70 |
| | | | | | 37 | |

Como destacou o Presidente do conselho, trata-se de um levantamento realizado para identificar a percepção do conselho diante das situações diárias enfrentadas pela comunidade. Discutiu-se os números apresentados e como orientação foi pedido que cada conselheiro leve o diagnóstico afim de discutir internamente nas suas entidades. Como próximo item da pauta, foi questionado sobre o registro deste CMDCA perante aos outros órgãos, como conselho estadual e conselho nacional, chamando-se a atenção para o registro do conselho e o fia perante a receita federal, de modo à possibilitar o recebimento de recursos via imposto de renda. A conselheira Naiane Ribeiro da Secretaria de Assistência Social assumiu o compromisso de verificar tal situação e certificar-se sobre tais registros e inscrições. Foi relatado aos presentes o local de acesso das publicações de documentos deste conselho, no site da prefeitura municipal de Correia Pinto, todas as atas e resoluções deverão estar lá disponíveis, de modo que se cumpra a legislação de acesso à informação e da transparência. Foi apresentado aos conselheiros material elaborado pelo Controle Interno do Município de Correia Pinto e pela Secretaria Municipal de Finanças que contém informações e orientações básicas para a prestação de contas de recursos captados através do FIA, tal documento será publicado na página do CMDCA no site da Prefeitura Municipal. No que diz respeito aos Editais do FIA, foi repassado aos conselheiros a necessidade de estarmos atentos às datas do cronograma do edital 01/2017, alterado pela resolução 03/2017, onde as inscrições de projetos e programas acontecerão até o dia 30/09/2017, e do edital específico para o dia das crianças, definido pela resolução 04/2017, encerra-se no dia 05/10/2017. Evidentemente os conselheiros deverão ser chamados extraordinariamente para avaliação de cadastros de inscrições de entidades e serviços, onde foi solicitado a participação de todos. Sobre o dia das crianças, a realizar-se no dia 12/10/2017, foi repassado correspondência da CDL que busca parceria deste conselho em suas atividades, a orientação dada foi no sentido que devem apresentar projetos através da resolução 04/2017, onde o FIA disponibilizado recursos para eventos dessa natureza. Foi discutido a ideia de que abra-se um edital, em não aparecendo projeto dessa natureza, para aquisição de brinquedos infláveis para a implantação da Rua da Alegria, o projeto atenderia em agenda todas as entidades em especial, associação de moradores. Ainda se discutiu a necessidade de envolver lideranças religiosas para uma reunião no dia 27/09/2017 às 9:00 horas da manhã tendo por local a Associação Comunitária Dona Ema Sevei, podendo o local e horário serem ajustados de acordo com a disponibilidade dos espaços, em segunda opção o Centro de Eventos como local e o horário de 14:00 horas, a intenção é discutir com essas lideranças a visão destes sobre os desafios e dificuldades enfrentados por crianças e adolescentes da cidade e propor uma ação conjunto do Conselho com as Igrejas afim de que possamos agir na defesa dos interesses dos menores, em especial na reestruturação familiar. Também se discutir a necessidade de um encontro no mesmo sentido com diretores de escolas do município para debater o assunto. A palavra foi aberta aos conselheiros, avisos e recados diversos foram dados, o coordenador deu por encerrada O coordenador deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e convocando desde já para a próxima reunião ordinária agendada para o dia 11/10/2017 nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, e extraordinariamente, para o dia 27/09/2017 afim de participarem do encontro com professores e lideranças religiosas, além de já ficar incluído na pauta da deste reunião a deliberação de eventuais pedidos de inscrição / registro de organizações e projetos no Conselho para protocolos realizados até o dia da reunião, ainda o coordenador falou da possibilidade de serem convocados os conselheiros extraordinariamente para deliberarem sobre projetos e inscrições de entidades e serviços no CMDCA na forma do estabelecido nas resoluções 01, 03 e 04 de 2017. Determinou-se a lavratura da presente ata, que foi redigida por mim e vai assinada pelos presentes.

Correia Pinto, 13.09.2017.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

Rita de Cássia Alves Júlio
Gestora FIA
Secretária Mun. de Assis. Social e Habitação

Naiane Ribeiro
Secretária do CMDCA

ATA 03 CMDCA

ATA Nº _____/2017

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA - 27.09.2017

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2017, tendo por local as dependências do Centro de Eventos de Correia Pinto / SC, localizado no bairro Pereira Alves, às quatorze horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente com diretores de escolas (estaduais, municipais e particulares) além de lideranças religiosas que a Secretaria Municipal de Assistência Social possuiu cadastro e contato. A reunião foi aberta pelo coordenador do Conselho Sr. Eder Mesquita, que chamou a frente a Secretária de Assistência Social e convidou também o Vereador Josmar Silva que também se fez presente na reunião. Ambos deram as boas vindas à todos e destacaram a importância de discutir com a sociedade os desafios enfrentados pela comunidade em relação às crianças e adolescentes. Na sequência o coordenador do CMDCA apresentou à todos o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo conselho. Na oportunidade foi distribuído aos presentes o mesmo questionário aplicado aos conselheiros onde as perguntas foram repetidas: quais os desafios / problemas enfrentados por crianças e adolescentes e quais as sugestões ao enfrentamento de tais desafios. Todos foram convidados a responder o questionário. 44 formulários foram preenchidos. Na sequência foi distribuído o resultado do questionário com a avaliação / diagnóstico de situação demonstrando o resultado da visão dos conselheiros sobre o tema. O coordenador do conselho fez uma rápida explanação e disse da importância do envolvimento de TODOS para que possamos enfrentar juntos cada um dos desafios apresentados. Foi aberto a palavra a todos os presentes que exaustivamente puderam colocar seu ponto de vista sobre o assunto, desafios e possíveis soluções para os problemas apresentados. Observa-se que o resultado da avaliação resume-se na atualização do diagnóstico onde chegou-se ao seguinte resultado:

| Problemas relacionados as Crianças | Indicações | % | Soluções relacionados com as Crianças | Indicações | % |
|---|------------|-------|---|------------|-------|
| Desestruturação Familiar | 37 | 43,02 | Reestruturação e acompanhamento familiar | 17 | 23,61 |
| Falta de limites às crianças | 8 | 9,30 | Atividades esportivas e de lazer / parques infantis | 12 | 16,67 |
| Falta de Atividades Esportivas | 7 | 8,14 | Formação de pais | 6 | 8,33 |
| Dsitanciamento entre família x escola | 7 | 8,14 | Escola de pais | 6 | 8,33 |
| Ociosidade | 6 | 6,98 | Combate às drogas e violência doméstica | 5 | 6,94 |
| Falta de Programas Educacionais | 4 | 4,65 | Programas educacionais | 5 | 6,94 |
| Violência Infantil | 4 | 4,65 | Trabalho em rede | 4 | 5,56 |
| Drogas | 3 | 3,49 | Família na escola | 4 | 5,56 |
| Falta de Amparo à Saúde | 2 | 2,33 | Capacitação aos órgãos públicos | 3 | 4,17 |
| Fome | 2 | 2,33 | Atividades no contra-turno | 2 | 2,78 |
| Falta de Políticas Sociais | 1 | 1,16 | Cursos | 2 | 2,78 |
| Falta Autonomia dos Pais na Educação | 1 | 1,16 | Envolvimento Comunitário | 2 | 2,78 |
| Falta de comprometimento | 1 | 1,16 | Atividades culturais | 1 | 1,39 |
| Falta de definição de papeis família x escola | 1 | 1,16 | Orientação sexual | 1 | 1,39 |
| Evasão escolar | 1 | 1,16 | Ouvir as crianças | 1 | 1,39 |
| Sexualidade precoce | 1 | 1,16 | Programas sociais | 1 | 1,39 |
| | 86 | | | 72 | |
| | | | | | |
| Problemas relacionados aos ADOLESCENTES | Indicações | % | Soluções relacionados aos ADOLESCENTES | Indicações | % |
| Drogas e violência | 29 | 30,21 | Atividades esportivas | 13 | 16,88 |
| Ociosidade | 16 | 16,67 | Cursos Profissionalizantes | 11 | 14,29 |
| Desemprego e qualificação profissional | 10 | 10,42 | Combate às drogas e a violência | 8 | 10,39 |
| Desestruturação Familiar | 10 | 10,42 | Geração de emprego | 8 | 10,39 |
| Falta de atividades esportivas e de lazer | 9 | 9,38 | Escola de Pais | 8 | 10,39 |
| Sexualidade precoce | 7 | 7,29 | Programas educacionais | 7 | 9,09 |
| Falta de limites | 6 | 6,25 | Atividade comunitárias - voluntariado | 6 | 7,79 |
| Falta de participação social | 2 | 2,08 | Trabalho em rede | 4 | 5,19 |
| Falta de programas educacionais | 2 | 2,08 | Religião | 4 | 5,19 |
| Evasão escolar | 2 | 2,08 | Reestruturação e acompanhamento familiar | 3 | 3,90 |
| Falta da família na escola | 1 | 1,04 | Fiscalização | 1 | 1,30 |
| Falta de religião | 1 | 1,04 | Impor limites | 1 | 1,30 |
| Falta de Amparo à Saúde | 1 | 1,04 | Reforçar autoridade dos pais | 1 | 1,30 |
| | 96 | | Conselho Tutelar | 1 | 1,30 |
| | | | Menos Celular + Atividades | 1 | 1,30 |
| | | | | 77 | |

Como sugestão foi apresentado ao grupo a ideia de implantar o programa "TODO MÊS É MÊS DA CRIANÇA", a ideia é que sejam organizados grupos que ficarão responsáveis por cada mês elaborar uma cartilha contendo um texto base sobre determinado tema a ser abordado em toda comunidade. Em todas as entidades o assunto será o mesmo com discurso definido e alinhado. Evidentemente que a entidade ficará livre para encontrar a melhor forma de abordar o tema no seu público alvo. Os primeiros temas foram definidos sendo: DROGAS, USO CONTROLADO DA MÍDIA e REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR, a sugestão é que no mês de outubro o tema a ser abordado seja o uso das drogas, novembro uso controlado da mídia e dezembro reestruturação família. Que ao final de cada programa haja uma reunião devolutiva para avaliar os resultados. Três grupos de seis pessoas foram montados e na próxima reunião do conselho agendada para o dia 11 de outubro na sede da secretaria municipal de assistência social o primeiro grupo apresente ao Conselho a Proposta de Trabalho. O grupo será coordenado pela secretária Rita. Na sequência foi feito um intervalo de 10 minutos para uma pequena pausa na reunião. No retorno o tema foi o estudo dos editais do FIA e do Registro de Entidades e Serviços na forma do que determina a resolução 01/2017, todas as entidades presentes receberam orientações sobre os procedimentos estabelecidos pelos editais que foram publicados e estão disponíveis no site oficial da prefeitura de Correia Pinto. As dúvidas, especialmente dos diretores de escolas foram esclarecidas ao tempo que os conselheiros e a secretaria municipal de assistência social colocaram-se à disposição de todos para auxiliar dentro do possível o registro de entidades. Ato contínuo os conselheiros presentes foram convidados a permanecer no local, onde a reunião prosseguiu apenas com estes que passaram a analisar os pedidos de registros de organizações governamentais e não-governamentais que deram entrada até aquela data. 1º ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642.0001-65 – A entidade apresentou ao conselho a documentação completa buscando o registro de organização não-governamental, bem como a inscrição de serviço / programa. A entidade de longa data já desenvolve atividades junto à crianças e adolescentes no atendimento em especial da arrecadação e distribuição de brinquedos à todas as crianças da cidade, com atenção as mais carentes. Apresentou como serviço pretendido ao registro do serviço / programa de evento da comemoração do dia das crianças e do natal para crianças, o serviço consiste no atendimento através do lazer para crianças da cidade, numa estratégia de atrair o público para divulgar ações de prevenção de incêndio e defesa da vida, através de atividades recreativas e distribuição de material educativo além de brinquedos. 2º ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92, a entidade apresentou no dia 14 de setembro a documentação de forma incompleta, foi expedido por este conselho documento firmado pelo coordenador fazendo apontamentos sobre a documentação apresentada. Em 21 de setembro deu novamente entrada junto ao conselho a documentação, agora complementar que permitiu o encaminhamento da documentação à comissão parecerista como determina a resolução 01/2017, destaca-se no trabalho da entidade o atendimento especializado de crianças e adolescentes portadores de deficiência física e intelectual. atendimentos especializados são disponibilizados pela entidade buscando a reabilitação do público alvo, em todos os momentos a entidade tem como meta a inclusão plena de crianças e adolescentes na sociedade. 3º ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL FOCINHOS MÁGICOS - CNPJ 21.145.931/0001-58. A organização apresentou requerimento ao conselho datado de 06 de setembro de 2017 com documentação incompleta não atendendo a resolução 01/2017, na oportunidade enviado ofício a entidade fazendo apontamentos. No dia 22 de setembro deu entrada neste conselho a complementação de documentos do requerimento da entidade que busca o registro da organização e documentação para inscrição dos seus serviços que se propõem a executar. A entidade entre seus objetivos busca difundir conhecimento conservacionista, orientar e educar a população com ênfase à crianças e jovens. Nesse sentido o serviço que busca o registro visa proporcionar aa adolescentes cursos de formação profissional, buscando a qualificação dos mesmos e a inserção destes no mercado de trabalho, o serviço será implementado no município a partir da aprovação e reconhecimento por este conselho. A documentação estando de acordo foi encaminhada a comissão parecerista. 4º CASA DE PASSAGEM SÔNIA DE MORAES ALVES – Deu entrada requerimento datado de 11 de setembro de 2017 de requerimento buscando o registro de organização GOVERNAMENTAL na forma de ORGANIZAÇÃO DE ACOHLIMENTOS INSTITUCIONAL, juntou documentação porém, de forma incompleta. Em 19 de setembro de 2017 foi expedido documento fazendo apontamentos da documentação apresentada de forma incompleta e solicitando a complementação do processo. O documento foi recebido pela coordenadora da casa em 20.09.017 e o processo encontra-se aguardando o envio dos documentos para prosseguimento do processo de registro. 5º CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. A organização governamental apresentou pedido para registro de seus serviços de atendimento relacionados à crianças e adolescentes, ocorre que a documentação apresentada não atende as exigências da resolução 01/2017, assim, foi enviado documento fazendo os apontamentos sobre a ausência de documentação, que foi recebido pela organização no dia 20.09.2017, o processo aguarda a complementação dos documentos para o prosseguimento no processo de avaliação e registro do serviço prestado. Após receber os pedidos de forma completa, o coordenador deste conselho designou através da RESOLUÇÃO 05, três conselheiros responsáveis pela emissão de parecer individualizado sobre a documentação de cada organização. A comissão apresentou parecer de forma conjunta pela aprovação do registro das organizações, momento em que foi submetido ao plenário que aprovou o registro das organizações e seus serviços ficando a seguir relacionados inclusive o número do registro e o nome da organização e seu CNPJ: REGISTRO 01/2017 - ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642.0001-65, REGISTRO 02/2017 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92 e REGISTRO 03/2017 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL FOCINHOS MÁGICOS. CNPJ 21.145.931/0001-58. Os pareceres seguem anexo a presente ata e estão incluídos no processo de registro das entidades. O certificado de registro será encaminhado às entidades oportunamente, ficando aprovado pelos presentes, que com esta ata, as organizações poderão instruir os processos para captação de recursos junto ao FIA. Os registros 01 e 02 (Associação dos Bombeiros Voluntários de Correia Pinto e APAE) terão validade por 4 (quatro) anos devendo serem atualizados a cada 02 (dois) anos. Já o registro da Associação de Proteção Animal Focinhos Mágicos teve seu registro aprovado na forma do estabelecido no art. 10 § 3º da Resolução 01/2017, visto que o seu serviço está em implantação assim, seu registro será PROVISÓRIO e terá validade de 01 (um) ano. Ato contínuo o senhor coordenador deu por encerrada a reunião, onde determinou-se a lavratura da ata que vai assinada pelos presentes.

Correia Pinto, 27 de setembro de 2017.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

Rita de Cássia Alves Júlio
Gestora FIA
Secretária Mun. de Assis. Social e Habitação

Naiane Ribeiro
Secretária do CMDCA

PARECER

Considerando que os conselheiros que ao final subscrevem o presente documento foram designados pelo Coordenador do CMDCA através

da Resolução 05/2017 para emitir parecer sobre os pedidos de registro de organização não-governamental protocolados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando que a comissão recebeu a incumbência de emitir parecer sobre os pedidos formulados pelas organizações: 1º ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642.0001-65, 2º ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92 e 3º ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL FOCINHOS MÁGICOS. CNPJ 21.145.931/0001-58;

Considerando que foi utilizado para a verificação da validade dos pedidos e atendimento aos requisitos a Resolução 01/2017 deste conselho, passamos a partir de agora emitir o seguinte parecer que, é dado de forma conjunta às entidades:

Art. 1º Sobre o pedido apresentado pela ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642/0001-65, esta comissão emite parecer favorável ao registro da organização como de seu programa, sugerindo ao CMDCA a inscrição definitiva pelo prazo de 4 anos. Para tanto levou em consideração o seguinte:

i. A entidade apresentou requerimento datado de 23 de setembro de 2017 onde busca o registro da organização não-governamental e a inscrição de serviços / programas;

ii. O regime de atendimento buscado foi enquadrado na opção de "Demais programas ou ações que atendam diretamente crianças e adolescentes";

iii. A documentação apresentada atendeu rigorosamente ao disposto na resolução 01/2017;

iv. A entidade foi fundada em 13 de novembro de 2001;

v. Possui em seu estatuto social finalidade de atendimento e prestação de serviços voltados para crianças e adolescentes;

vi. Seus atos constitutivos estão de acordo com a legislação vigente;

vii. Comprovou que desempenha ao longo dos anos atividades voltadas no atendimento à crianças e adolescentes, em especial na promoção de eventos especialmente em datas comemorativas como dia das crianças e natal;

viii. Seu plano de ação prevê o atendimento direto à crianças e adolescentes.

Art. 2º Sobre o pedido apresentado pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92, esta comissão emite parecer favorável ao registro da organização como de seu programa, sugerindo ao CMDCA a inscrição definitiva pelo prazo de 4 anos. Para tanto levou em consideração o seguinte:

i. A entidade apresentou requerimento datado de 14 de setembro de 2017, com documentação incompleta, foi encaminhado ofício à entidade fazendo apontamentos sobre a ausência de documentos, em 21/09/2017 protocolou-se ofício da entidade com a finalidade de completar a documentação necessária ao registro;

ii. A associação buscou o registro da organização não governamental e a inscrição de seus serviços e programas;

iii. O regime de atendimento buscado foi enquadrado na opção de "Atenção especializada em saúde da criança e do adolescente" e "Demais programas ou ações que atendam diretamente crianças e adolescentes";

iv. A documentação apresentada atendeu rigorosamente ao disposto na resolução 01/2017;

v. A entidade foi fundada em 04/12/2004;

vi. Possui em seu estatuto social finalidade de atendimento e prestação de serviços voltados para crianças e adolescentes;

vii. Seus atos constitutivos estão de acordo com a legislação vigente;

viii. Comprovou que desempenha ao longo dos anos atividades voltadas no atendimento à crianças e adolescentes, em especial o atendimento especializado de crianças e adolescentes portadores de deficiência física e intelectual.

ix. atendimentos especializados são disponibilizados pela entidade buscando a reabilitação do público alvo e em todas as ações a entidade tem como meta a inclusão plena de crianças e adolescentes na sociedade;

x. Seu plano de ação prevê o atendimento direto à crianças e adolescentes.

Art. 3º Sobre o pedido apresentado pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL FOCINHOS MÁGICOS. CNPJ 21.145.931/0001-58, esta comissão emite parecer favorável ao registro da organização como de seu programa, sugerindo ao CMDCA a inscrição se de forma provisória pelo prazo de 1 (um) ano, e após a efetiva implantação do serviço / programa, a entidade poderá requerer o registro de forma definitiva. Para tanto levou em consideração o seguinte:

i. A entidade apresentou requerimento datado de 06 de setembro de 2017, com documentação incompleta, foi encaminhado ofício à entidade fazendo apontamentos sobre a ausência de documentos, em 22 de setembro de 2017 protocolou-se ofício da entidade com a finalidade de completar a documentação necessária ao registro;

ii. A associação buscou o registro da organização não governamental e a inscrição de seus serviços e programas;

iii. O regime de atendimento buscado foi enquadrado na opção de "Demais programas ou ações que atendam diretamente crianças e adolescentes";

iv. A documentação apresentada atendeu rigorosamente ao disposto na resolução 01/2017;

v. A entidade foi fundada em 20/08/2014;

vi. Possui em seu estatuto social finalidade de atendimento e prestação de serviços voltados para crianças e adolescentes "Difundir o conhecimento conservacionista, orientar e educar a população, com ênfase à crianças e jovens";

vii. Seus atos constitutivos estão de acordo com a legislação vigente;

viii. A entidade comprovou através de ATA datada de 23.07.2017 aprovando o desenvolvimento de curso de formação (profissionalizante) destinado à adolescentes de forma gratuita visando a formação para o mercado de trabalho. A opção é pelo atendimento inicial de 40 adolescentes com idade entre 14 a 18 anos, oportunizado a todos os interessados, estabelecendo critério de seleção a menor renda familiar.

ix. Seu plano de ação prevê o atendimento direto à crianças e adolescentes.

x. O parecer é concessão do registro provisório à entidade na forma do disposto no §3º do artigo 10, pelo prazo de 1 (um) ano, que após a implantação efetiva do serviço / programa proposto, poderá a entidade requerer sua inscrição definitiva.

Art. 4º Este é o parecer que encaminhamos ao plenário do CMDCA para apreciação em data oportuna.

Correia Pinto, 25 de setembro de 2017.

Silvia Cardoso dos Santos

Rosimere da Silva Madruga Martins

Nayane Ribeiro Coelho

ATA 04 CMDCA

ATA Nº _____/2017

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA – 06.10.2017

DEDICADA A DELIBERAÇÃO DE PROJETOS DO EDITAL 002/2017

Aos seis dias do mês de outubro de 2017, tendo por local as dependências do CREAS de Correia Pinto / SC, anexo à Secretaria de Assistência Social, às nove horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devidamente convocados pela resolução 04/2017 – Edital 002/2017 do Fia, de forma extraordinária para deliberar sobre aprovação ou rejeição de projetos apresentados com a finalidade de captação de recursos junto ao FIA “destinado à realização de evento aberto para todas as crianças do município em comemoração ao dia das crianças 2017”. O coordenador do conselho fez a abertura da reunião dando as boas vindas à todos os presentes. Destacou a importância da reunião e principalmente o significado que a pauta da reunião tem em prol das crianças do município. O coordenador fez um relato do edital 002/2017, especialmente pelo cronograma que está sendo seguido. Para a avaliação do projeto foi nomeada uma comissão especial de avaliação designada pela Resolução 06/2017 composta de membros de indicação governamental e não-governamental. Destaca-se que foi apresentado apenas 1(um) projeto e que a entidade que se propôs a realizar o evento foi ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO. A entidade propôs para o projeto o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). o título do projeto é “passaporte da alegria”. A comissão na data de ontem reuniu-se de acordo com o edital e emitiu parecer FAVORÁVEL a aprovação do projeto e consequentemente a formalização do termo de parceria. Passou-se a leitura do parecer que foi feito pela conselheira Joelma Neto de Liz. Foi aberta a palavra aos presentes que manifestaram apoio ao projeto e reforçaram a importância especialmente para as crianças. O projeto contemplará todas as crianças da cidade e isso é o principal ponto destacado. Encerrada a discussão o Coordenador do Conselho colocou em votação o projeto que foi aprovado por unanimidade. Considerando que foi apenas um projeto apresentado, desta forma selecionado e aprovado, o coordenador questionou se entre os presentes estava algum representante da organização que pretendesse apresentar recurso. Presente estava o representante da entidade Sr. Robson Riscarolli, este declinou da apresentação de questionamentos ou recursos. O coordenador do conselho disse que comunicará imediatamente a Secretaria Municipal de Assistência Social para que providencie a formalização do termo de parceria. Ficou aprovado pelos presentes que o resultado definitivo é a aprovação do único projeto apresentado. A publicação será feita no site da prefeitura municipal de Correia Pinto e no mural da Secretaria de Assistência Social como de costume. Ainda hoje o processo será encaminhado para emissão de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município. Ato contínuo o coordenador agradeceu a presença de todos nesta reunião dando por encerrada. Determinou-se a lavratura da ata. Que segue assinada por todos os presentes.

Correia Pinto, 06 de outubro de 2017.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA**PARECER**

Considerando que os conselheiros que ao final subscrevem o presente documento foram designados pelo Coordenador do CMDCA através da Resolução 06/2017 para emitir parecer sobre projetos apresentados por organizações buscando a captação de recursos junto ao FIA para realização de evento aberto a todas as crianças do município, em comemoração ao dia das crianças 2017; Considerando que foi protocolado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social no dia 27/09/2017 e encaminhado ao CMDCA no dia 29/09/2017 documentação da ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642.0001-65 projeto com o título PASSAPORTE DA ALEGRIA;

Considerando o disposto no item 11.2.1 do Edital procede-se a abertura nesta data e horário conforme dispõe o edital; Considerando que foi utilizado para a avaliação do projeto os dispositivos elencados na resolução 04/2017 que regulamentou o Edital 002/2017 do FIA – Fundo da Infância e Adolescência, passamos a partir de agora emitir o seguinte parecer:

Art. 1º Sobre o pedido apresentado pela ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642/0001-65, esta comissão emite parecer favorável à aprovação do projeto “PASSAPORTE DA ALEGRIA”. Para esta conclusão levou em consideração os seguintes pontos:

- i. A entidade apresentou projeto dentro do prazo estabelecido no Edital 002/2017 que oportunizava a organizações a apresentação de projetos destinados a realização de evento para o Dia das Crianças, desde que pudesse atender todas as crianças da cidade;
- ii. O valor solicitado junto ao CMDCA através do FIA foi de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);
- iii. O público de atendimento foi priorizado para crianças de 0 a 16 anos com quantitativo estimado para 3000 crianças e adolescentes, além de suas famílias;
- iv. O Objetivo do projeto é “Buscar atividades de orientação e conscientização de crianças e adolescentes, bem como atividades culturais e educacionais;
- v. A entidade possui capacidade técnica para a realização do evento, demonstrou e comprovou tal situação;
- vi. A entidade demonstrou no projeto e também através de convites ao conselho que participou de reuniões que o evento contará com outros parceiros, incluindo organizações governamentais e não-governamentais;
- vii. A entidade apresentou toda a documentação estabelecido no Edital, inclusive aqueles que somente seriam exigidas caso o projeto seja aprovado, estando em eventual aprovação a documentação completa e apta a conveniar;
- viii. A entidade demonstrou que a realização de eventos destinados as crianças já faz parte de seu planejamento anual com arrecadação e distribuição de brinquedos especialmente à crianças de baixa renda em toda a cidade;
- ix. O seu estatuto social contempla a realização de projetos sociais destinados à crianças e adolescentes;
- x. O projeto contemplará atividades educacionais ligadas aos objetivos sociais da entidade como educação, conscientização de crianças na prevenção de incêndios e preservação da vida, possibilitando aos participantes, atividades recreativas, culturais além da distribuição de brinquedos aos mais carentes que não puderem comparecer ao evento na praça;
- xi. Os valores apresentados pelos orçamentos estão dentro da realidade de mercado;
- xii. Em sua diretoria não há autoridades eletivas nem parentes conforme veda o edital;
- xiii. No que diz respeito aos critérios de avaliação, esta comissão assim manifesta-se:
 - a. Cumprimento dos objetivos: o projeto está adequado ao tema, foi apresentado de forma clara, pertinente e de acordo com os objetivos, atividades e resultados esperados, merecendo assim 30 pontos;
 - b. Impacto social da iniciativa: o projeto atua em dois campos: atividades de lazer e de orientação as crianças, estando assim, contribuindo para o fortalecimento da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, pois proporcionará um dia de acesso a brinquedos e serviços dedicados exclusivamente as crianças, ainda a distribuição de brinquedos aos mais carentes proporcionará condições de igualdade social. A ação proposta de panfletagem em defesa da vida pela entidade proporcionará as crianças condições claras de ação diante de emergências. Desta forma atribuímos de 30 pontos ao item.
 - c. Caráter econômico: o projeto não trará benefícios econômicos, apenas ações de educação, orientação e lazer. Portanto, não se pode atribuir pontuação neste item.

d. Inovação e Criatividade: Sobre o item avaliamos que a entidade diferentemente de anos anteriores propõe a unificação do evento. Juntando no mesmo ambiente ações de lazer, educativas e orientativas. Sobre o item atribuímos 10 pontos.

e. Dito isso, concluímos que a pontuação total do projeto alcança 70 pontos.

Art. 2º. Destaca-se que o projeto avaliado foi o único apresentado, devendo assim, visto que preencheu todos os requisitos estabelecidos pelo edital devendo ser aprovado pelo CMDCA.

Art. 3º Este é o parecer que encaminhamos ao plenário do CMDCA para apreciação em data oportuna.

Correia Pinto, 05 de outubro de 2017.

Silvia Cardoso dos Santos Joelma Neto de Liz Edenize de Fátima Rocha Nascimento

Rosimere da Silva Madruga Martins Luzia Duarte Dercedes Biazibetti

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO 13/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 13/2017 FMS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

O Município de Correia Pinto torna público, para conhecimento, que a licitação na modalidade Pregão nº. 13/2017 FMS, cujo Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, realizada em 05 de outubro de 2017, às 9 horas foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Correia Pinto/SC 06 de outubro de 2017
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

DECRETO Nº 1219/2017

DECRETO Nº 1219/2017
DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 106, de 12 de dezembro de 2012, DECRETA:

"ALTERA O DECRETO Nº 1017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO, CONSELHO FISCAL E DIRETORIA GERAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE CORREIA PINTO – FMEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º- Ficam alterados os artigos 1º, 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 1017/2015, que nomeia os membros do CONSELHO DELIBERATIVO, CONSELHO FISCAL e DIRETORIA GERAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA - FMEC, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - (...)

I - Titulares:

CLEOMARA RODRIGUES - Secretária Municipal de Educação - Presidente;
ERNANI PROBST DO AMARAL - Professor de Educação Física;
RAFAEL ATHAYDE - Representante da Cultura;

LEIRYELI GÓES - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

ELIZEU CARVALHO - Associação de Moradores.

II - Suplentes:

LUCIANO MACHADO - Professor de Educação Física;

SILVANO ANTUNES - Representante da Cultura;

SEBASTIÃO CÉLIO VARGAS MARIANO - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

NILDA CORREIA CAPISTRANO - Associação de Moradores.

Art. 2º- (...)

I - Titulares:

KAREM ROSA DOS PASSOS - Procuradora Geral do Município;

OSNI ANTONIO DO AMARAL DUARTE - Câmara de Vereadores;

OLIVEIRA PIRES BURG - Secretaria Municipal de Administração, Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda.

II - Suplentes:

ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES - Procuradoria Geral do Município;

EVERALDO DA SILVA - Câmara de Vereadores;

NATHASA AMARAL PEREIRA - Secretaria Municipal de Administração, Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda.

Art. 3º- (...)

RAFAEL ATHAYDE - Diretora Geral;

DÉBORA THEODORO SAMPAIO DA COSTA - Assessor de Diretoria;

FRANCISCO DE ASSIS ABREU - Chefe de Patrimônio Histórico e Eventos;

ROBSON AURÉLIO DA COSTA - Chefe de técnicas esportivas e esporte comunitário.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1220/2017

DECRETO Nº 1220/2017
DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2109/2017, DECRETA:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 – Manutenção da Saúde do Município

3 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

2.040. –Farmácia Básica

20 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

14.04 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

2.069 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação

33 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

34 4.4.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de outubro de 2017.

Aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1221/2017

DECRETO Nº 1221/2017

DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o Edital nº 002/2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem por objeto a seleção de projetos "destinado à realização de evento aberto para todas as crianças do município, em comemoração ao Dia das Crianças 2017",

CONSIDERANDO a necessidade de designação de gestor e de composição de Comissão de Monitoramento e Avaliação, conforme Lei Federal nº 13.019/2014,

DECRETA:

"NOMEIA GESTOR E COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO."

Art. 1º- Fica nomeada a Sra. RITA DE CÁSSIA ALVES JULIO, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, para atuar como Gestora de Controle e Fiscalização do Termo de Colaboração, firmado entre o Município de Correia Pinto através do Fundo para Infância e Adolescência e a Associação de Bombeiros Comunitários de Correia Pinto.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração descrito no art. 1º:

I – Silvia Cardoso dos Santos;

II – Raquel de Campos Piola de Freitas;

III – Keila Mesquita Rodrigues.

Parágrafo único: Cabe à Comissão de Monitoramento e Avaliação realizar o monitoramento e avaliação do Termo de Colaboração celebrado, emitindo para tanto, parecer técnico quanto à execução física do atingimento dos objetivos, bem como parecer financeiro que se relacione à correta e regular aplicação dos recursos.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de outubro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 06 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 180/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº180/2017

DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO E ESCRITURAÇÃO, PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISQN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir no município de Correia Pinto o Sistema Eletrônico de Gestão e Escrituração do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, através do Livro Eletrônico.

Art. 2º - As pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive da Administração indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no município de Correia Pinto, ficam obrigadas a adotar o Livro Eletrônico, para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via internet, até o dia 10 do mês subsequente, relativos aos serviços contratos e/ou prestados.

§ 1º - Incluindo-se na obrigação descrita no caput os estabelecimentos equiparados à pessoa jurídica e os estabelecimentos sediados em outros municípios que venham a prestar e ou tomar, no município de Correia Pinto, os serviços listados nos Anexos I e II da Lei Complementar 1210, de 19 de dezembro de 2003.

§ 2º - Poderá sofrer retificação as informações prestadas, a qualquer tempo, desde que não iniciado procedimento fiscal.

Art. 3º - O Livro Eletrônico será gerado por programa específico, disponibilizado gratuitamente via internet, no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de Correia Pinto, www.correiapinto.sc.gov.br.

Art. 4º - A apuração do imposto será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante registro de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela autoridade fiscal.

§ 1º - O Prestador de Serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas emitidas, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento o boleto e efetuar o pagamento do imposto devido.

§ 2º - O Tomador do Serviço deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISQN exigidas na legislação, emitir, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuar o pagamento do imposto devido, quando se revestir da qualidade de substituto ou responsável.

Art. 5º - No mês em que não prestarem ou que não tomarem serviços, os prestadores e os tomadores deverão informar obrigatoriamente no Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica, que consiste no encerramento da declaração mensal sem a escrituração de qualquer documento fiscal.

Art. 6º - As declarações mensais de serviços prestados, serviços tomados e declarações sem movimento, deverão ser assinados com certificação digital, através da utilização de e-CPF ou e-CNPJ do contribuinte ou e-CPF do contabilista responsável ou E-CNPJ do escritório contábil responsável.

§ 1º As declarações mensais dos serviços prestados e/ou tomados e declarações sem movimento que não forem assinadas de acordo com o disposto no caput deste artigo, serão consideradas como não entregues, sujeitando o contribuinte às penalidades previstas na legislação vigente.

§ 2º Findo o exercício fiscal, o contribuinte poderá emitir os livros fiscais em papel e promover a encadernação das folhas, ficando desobrigado de obter a autenticação da repartição competente, sem prejuízo do cumprimento do disposto no caput e § 1º deste Artigo.

§ 3º A Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento poderá fixar prazo e condições para o cancelamento de Nota Fiscal de Serviços emitida, bem como baixar demais normas regulamentares para aplicação do disposto nesta Lei Complementar.

§ 4º A obrigação acessória da utilização de e-CPF ou e-CNPJ do contribuinte ou e-CPF do contabilista responsável ou E-CNPJ do escritório contábil responsável, prevista no caput do artigo, passa a ser devida a contar de um (1) ano da publicação desta Lei Complementar.

Art. 7º - Os estabelecimentos de créditos, financiamento, investimento e bancários, dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha de taxas e serviços, disponível no programa Livro Eletrônico, declarando a Receita Bruta, detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas do Banco Central.

§ 1º - Os estabelecimentos mencionados no caput deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 2º - Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

Art. 8º - Os contribuintes beneficiados com regime especial para escrituração e emissão de documentos fiscais, ficam obrigados a entrega das declarações mensais de serviços prestados e ou tomados, devendo ainda observar as regras da Lei Complementar nº 1210/2003.

Art. 9º - O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do prestador de serviço, com a indicação do responsável pela retenção, observando-se o prazo regulamentar de pagamento.

Art. 10 - Ficam substituídas as guias de recolhimento mensal e os "carnes" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, pela Guia de Recolhimento do ISQN, emitida através do programa Livro Eletrônico.

Art. 11 - A solicitação para "Autorização" de Impressão de Documento Fiscal - "AIDF", bem como sua homologação, poderão, a qualquer tempo, ser disponibilizado e autorizado pela Administração, por meio eletrônico, no endereço eletrônico www.correiapinto.sc.gov.br.

Art. 12 - A autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF será concedida com observância nos critérios previstos na legislação vigente.

Art. 13 - A impressão das Notas Fiscais de Serviços e das Faturas de Serviços deverão conter os dados mínimos obrigatórios apontados no documento AIDF.

Art. 14 - Ficam concedidos 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da presente Lei, para que os contribuintes e tomadores de serviços façam as adaptações necessárias para o cumprimento da mesma.

Art. 15 - Findo o prazo a que se refere o artigo anterior, passará a ser obrigatória a utilização do sistema previsto nesta Lei Complementar e não será mais aceita a escrituração manual de Livros de

Registro de Serviços até então utilizada e nem a forma de pagamento do imposto devido ou retido até então vigente, passando o recolhimento a ser efetuado apenas na forma prevista neste diploma legal.

Art. 16 - O acesso ao preenchimento dos livros previstos no artigo 6º utilizará uma senha que será fornecida ao contribuinte ou ao seu preposto, vinculado ao número do CRC do contabilista responsável.

Art. 17 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei Complementar na Secretaria do Município de

Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 181/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 181/2017

DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1210/2003 QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - O artigo 3º da Lei Complementar nº 1210/2003, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 3º - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços

descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX – do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

[...]

§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no artigo 12-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2º - O artigo 6º da Lei Complementar nº 1210/2003, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 6º - Fica atribuída aos tomadores de serviços, intermediários ou terceiros interessados vinculados ao fato gerador da respectiva obrigação, a responsabilidade em caráter supletivo do cumprimento total da obrigação tributária, pela retenção do crédito tributário e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISQN devido pelos prestadores dos serviços descritos nos subitens 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.06, 1.07, 1.08, 2.01, 3.04, 3.05, todos os subitens dos itens 4 e 7, subitens 11.01, 11.02, 11.04, 12.08, 12.12, 12.13, 14.01, 14.02, 14.03, 14.04, 14.05, 14.06, 14.08, 14.12, 14.13, 16.01, 16.02, 17.01, 17.02, 17.03, 17.04, 17.05, 17.06, 17.09, 17.10, 17.11, 17.13, 17.16, 17.19, 17.20, 17.24, 22.01, 23.01, 24.01, 28.01, 31.01 e 32.01 da lista anexa; não se excluindo a responsabilidade do contribuinte em caso de cumprimento parcial da referida obrigação por parte do tomador, inclusive no que se refere a multa e acréscimos legais.

[...]

§4º [...]

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3º desta Lei Complementar.

[...]

§9º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 10º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 3º - Fica acrescido o artigo 12-A, à Lei Complementar nº 1210/2003, com a seguinte redação:

Art. 12-A O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços desta Lei Complementar.

Art. 4º- Os subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 1210/2003 passam a ter as seguintes redações:

“1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, condicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.”

Art. 5º - A Lista de Serviços instituída pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 1210/2003, fica acrescida dos subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, a vigor com as seguintes redações.

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 6º- O anexo I da presente Lei Complementar, substitui o anexo I da Lei Complementar Municipal nº 1210/2003, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza de competência do Município.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art.8º - Revoga-se o dispositivo no artigo 2º da Lei 1367/2005 e a Lei Complementar nº 1368/2005

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei Complementar na Secretaria do Município de
Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

ANEXO I

| ITEM | SERVIÇO | ALÍQ. |
|------|---|-------|
| 1 | Serviços de informática e congêneres | |
| 1.01 | Análise e desenvolvimento de sistemas | 4 |
| 1.02 | Programação | 4 |
| 1.03 | Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. | 4 |
| 1.04 | Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. | 4 |
| 1.05 | Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação | 4 |
| 1.06 | Assessoria e consultoria em informática | 4 |
| 1.07 | Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados | 4 |
| 1.08 | Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas | 4 |
| 1.09 | Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). | 4 |
| 2 | Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza | |
| 2.01 | Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza | 4 |
| 3 | Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres. | |
| 3.01 | ... | |
| 3.02 | Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda | 4 |
| 3.03 | Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. | 4 |

| | | |
|------|---|--------|
| 3.04 | Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. | 4 |
| 3.05 | Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário. | 4 |
| 4 | Serviços de saúde, assistência médica e congêneres. | |
| 4.01 | Medicina e biomedicina | 4 |
| 4.02 | Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. | 4 |
| 4.03 | Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres. | 4 |
| 4.04 | Instrumentação cirúrgica | 4 |
| 4.05 | Acupuntura | 4 |
| 4.06 | Enfermagem, inclusive serviços auxiliares. | 4 |
| 4.07 | Serviços farmacêuticos | 4 |
| 4.08 | Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. | 4 |
| 4.09 | Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental | 4 |
| 4.10 | Nutrição | 4 |
| 4.11 | Obstetrícia | 4 |
| 4.12 | Odontologia | 4 |
| 4.13 | Ortótica | 4 |
| 4.14 | Próteses sob encomenda. | 4 |
| 4.15 | Psicanálise | 4 |
| 4.16 | Psicologia | 4 |
| 4.17 | Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. | 4 |
| 4.18 | Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. | 4 |
| 4.19 | Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. | 4 |
| 4.20 | Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. | 4 |
| 4.21 | Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. | 4 |
| 4.22 | Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. | 4 4 |
| 4.23 | Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. | 4 |
| 5 | Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres. | |
| 5.01 | Medicina veterinária e zootecnia | 4 |
| 5.02 | Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária. | 4 |
| 5.03 | Laboratórios de análise na área veterinária | 4 |
| 5.04 | Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. | 4 |
| 5.05 | Bancos de sangue e de órgãos e congêneres | 4 |
| 5.06 | Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. | 4 |
| 5.07 | Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. | 4 |
| 5.08 | Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres. | 4 |
| 5.09 | Planos de atendimento e assistência médico-veterinária. | 4 |
| 6 | Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres. | |
| 6.01 | Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres. | 4 |

| | | |
|------|--|---|
| 6.02 | Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres. | 4 |
| 6.03 | Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres. | 4 |
| 6.04 | Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas | 4 |
| 6.05 | Centros de emagrecimento, spa e congêneres. | 4 |
| 6.06 | Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. | 4 |
| 7 | Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres | |
| 7.01 | Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres. | 4 |
| 7.02 | Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS) | 4 |
| 7.03 | Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. | 4 |
| 7.04 | Demolição | 4 |
| 7.05 | Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS) | 4 |
| 7.06 | Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço. | 4 |
| 7.07 | Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres. | 4 |
| 7.08 | Calafetação. | 4 |
| 7.09 | Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. | 4 |
| 7.10 | Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. | 4 |
| 7.11 | Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores. | 4 |
| 7.12 | Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos. | 4 |
| 7.13 | Detetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres. | 4 |
| 7.14 | ... | |
| 7.15 | ... | |
| 7.16 | Florestamento, reforestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. | 3 |
| 7.17 | Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres | 4 |
| 7.18 | Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres. | 4 |
| 7.19 | Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. | 4 |

| | | |
|-------|---|---|
| 7.20 | Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres. | 4 |
| 7.21 | Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilação, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais | 4 |
| 7.22 | Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres | 4 |
| 8 | Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza | |
| 8.01 | Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior. | 2 |
| 8.02 | Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. | 2 |
| 9 | Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres | |
| 9.01 | Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços) | 5 |
| 9.02 | Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres | 5 |
| 9.03 | Guias de turismo | 5 |
| 10 | Serviços de intermediação e congêneres | |
| 10.01 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada | 5 |
| 10.02 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. | 5 |
| 10.03 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária. | 5 |
| 10.04 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring) | 5 |
| 10.05 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios | 5 |
| 10.06 | Agenciamento marítimo | 5 |
| 10.07 | Agenciamento de notícias | 5 |
| 10.08 | Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios. | 5 |
| 10.09 | Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. | 5 |
| 10.10 | Distribuição de bens de terceiros | 5 |
| 11 | Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres. | |
| 11.01 | Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações. | 5 |
| 11.02 | Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. | 5 |
| 11.03 | Escolta, inclusive de veículos e cargas. | 5 |
| 11.04 | Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. | 5 |
| 12 | Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres. | |
| 12.01 | Espectáculos teatrais. | 5 |
| 12.02 | Exibições cinematográficas | 5 |

| | | |
|-------|--|---|
| 12.03 | Espectáculos circenses | 5 |
| 12.04 | Programas de auditório | 5 |
| 12.05 | Parques de diversões, centros de lazer e congêneres. | 5 |
| 12.06 | Boates, taxi-dancing e congêneres. | 5 |
| 12.07 | Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. | 5 |
| 12.08 | Feiras, exposições, congressos e congêneres. | 5 |
| 12.09 | Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não. | 5 |
| 12.10 | Corridas e competições de animais | 5 |
| 12.11 | Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. | 5 |
| 12.12 | Execução de música | 5 |
| 12.13 | Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres(*). | 5 |
| 12.14 | Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo. | 5 |
| 12.15 | Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres. | 5 |
| 12.16 | Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres | 5 |
| 12.17 | Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza. | 5 |
| 13 | Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia | |
| 13.01 | ... | |
| 13.02 | Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres. | 5 |
| 13.03 | Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres. | 5 |
| 13.04 | Reprografia, microfilmagem e digitalização. | 5 |
| 13.05 | Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. | 5 |
| 14 | Serviços relativos a bens de terceiros | |
| 14.01 | Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS) | 5 |
| 14.02 | Assistência Técnica | 5 |
| 14.03 | Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS) | 5 |
| 14.04 | Recauchutagem ou regeneração de pneus | 5 |
| 14.05 | Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. | 5 |
| 14.06 | Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido. | 5 |
| 14.07 | Colocação de molduras e congêneres | 5 |
| 14.08 | Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres | 5 |

| | | |
|-------|---|---|
| 14.09 | Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento | 5 |
| 14.10 | Tinturaria e lavanderia | 5 |
| 14.11 | Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral | 5 |
| 14.12 | Funilaria e lanternagem | 5 |
| 14.13 | Carpintaria e serralheria | 5 |
| 14.14 | Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. | 5 |
| 15 | Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito. | |
| 15.01 | Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. | 5 |
| 15.02 | Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. | 5 |
| 15.03 | Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral. | 5 |
| 15.04 | Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres. | 5 |
| 15.05 | Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais. | 5 |
| 15.06 | Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. | 5 |
| 15.07 | Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo. | 5 |
| 15.08 | Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins | 5 |
| 15.09 | Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing) | 5 |
| 15.10 | Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral | 5 |
| 15.11 | Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de títulos, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados. | 5 |
| 15.12 | Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. | 5 |

| | | |
|-------|--|---|
| 15.13 | Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio | 5 |
| 15.14 | Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. | 5 |
| 15.15 | Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. | 5 |
| 15.16 | Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. | 5 |
| 15.17 | Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. | 5 |
| 15.18 | Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renovação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário | 5 |
| 16 | Serviços de transporte de natureza municipal | |
| 16.01 | Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. | 2 |
| 16.02 | Outros serviços de transporte de natureza municipal. | 2 |
| 17 | Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres | |
| 17.01 | Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares | 5 |
| 17.02 | Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres | 5 |
| 17.03 | Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa. | 5 |
| 17.04 | Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra | 5 |
| 17.05 | Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço. | 5 |
| 17.06 | Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários. | 5 |
| 17.07 | ... | |
| 17.08 | Franquia (franchising) | 5 |
| 17.09 | Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. | 5 |
| 17.10 | Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. | 5 |

| | | |
|-------|---|---|
| 17.11 | Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICMS) | 5 |
| 17.12 | Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. | 5 |
| 17.13 | Leilão e congêneres | 5 |
| 17.14 | Advocacia | 5 |
| 17.15 | Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. | 5 |
| 17.16 | Auditoria | 5 |
| 17.17 | Análise de Organização e Métodos | 5 |
| 17.18 | Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza | 5 |
| 17.19 | Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. | 5 |
| 17.20 | Consultoria e assessoria econômica ou financeira | 5 |
| 17.21 | Estatística | 5 |
| 17.22 | Cobrança em geral | 5 |
| 17.23 | Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). | 5 |
| 17.24 | Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. | 5 |
| 17.25 | Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita. | 5 |
| 18 | Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. | |
| 18.01 | Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. | 5 |
| 19 | Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres | |
| 19.01 | Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres | 5 |
| 20 | Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários. | |
| 20.01 | Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres | 5 |
| 20.02 | Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres. | 5 |
| 20.03 | Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres. | 5 |
| 21 | Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. | |
| 21.01 | Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. | 5 |
| 22 | Serviços de exploração de rodovia | |

| | | |
|-------|---|---|
| 22.01 | Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais | 5 |
| 23 | Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. | |
| 23.01 | Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. | 5 |
| 24 | Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres. | |
| 24.01 | Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres. | 5 |
| 25 | Serviços funerários | |
| 25.01 | Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. | 5 |
| 25.02 | Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. | 5 |
| 25.03 | Planos ou convênio funerários | 5 |
| 25.04 | Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios | 5 |
| 25.05 | Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. | 5 |
| 26 | Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres | |
| 26.01 | Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres. | 5 |
| 27 | Serviços de assistência social | |
| 27.01 | Serviços de assistência social | 5 |
| 28 | Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza | |
| 28.01 | Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza | 5 |
| 29 | Serviços de biblioteconomia | |
| 29.01 | Serviços de biblioteconomia | 5 |
| 30 | Serviços de biologia, biotecnologia e química | |
| 30.01 | Serviços de biologia, biotecnologia e química | 5 |
| 31 | Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres | |
| 31.01 | Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres | 5 |
| 32 | Serviços de desenhos técnicos | |
| 32.01 | Serviços de desenhos técnicos | 5 |
| 33 | Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres | |
| 33.01 | Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres | 5 |
| 34 | Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres | |
| 34.01 | Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres | 5 |
| 35 | Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas | |
| 35.01 | Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas | 5 |
| 36 | Serviços de meteorologia | |

| | | |
|-------|--|---|
| 36.01 | Serviços de meteorologia | 5 |
| 37 | Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins | |
| 37.01 | Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins | 5 |
| 38 | Serviços de museologia | |
| 38.01 | Serviços de museologia | 5 |
| 39 | Serviços de ourivesaria e lapidação. | |
| 39.01 | Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço). | 5 |
| 40 | Serviços relativos a obras de arte sob encomenda. | |
| 40.01 | Obras de arte sob encomenda. | 5 |

LEI Nº 2108/2017

LEI Nº 2108/2017

DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1876, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA BOLSA AUXÍLIO MORADIA E ALIMENTAÇÃO PARA MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - O inciso I, do art. 3º, da Lei Municipal nº 1876, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a criação da Bolsa Auxílio Moradia e Alimentação para médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º
(...)

I – para auxílio moradia – R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais)."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

LEI Nº 2109/2017

LEI Nº 2109/2017

DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 – Manutenção da Saúde do Município
3 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
2.040. –Farmácia Básica
20 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

14.04 –FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
2.069 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação
33 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
34 4.4.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2110/2017

LEI Nº 2110/2017

DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

“INSTITUI A SEMANA FARROUPILHA NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.”

Art. 1º - Fica criada a Semana Farroupilha no Município de Correia Pinto, a ser comemorada de 13 a 20 de setembro de cada ano, em homenagem a memória dos heróis farrapos.

Art. 2º - A Semana Farroupilha tem por objetivo um momento de homenagem às tradições gaúchas.

Art. 3º - Todos os anos na Semana Farroupilha, o Executivo Municipal, em conjunto com os segmentos da comunidade, poderá promover atividades pertinentes à tradição gaúcha.

Art. 4º - A Semana Farroupilha passa a integrar o calendário oficial de eventos do Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

LEI Nº 2111/2017

LEI Nº 2111/2017

DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021.”

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V.

Art. 2º- As prioridades e metas para o exercício de 2018 a 2021 serão especificadas nos Anexos da Lei Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei Específica, enviada para apreciação e deliberação do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentária para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual, através de Projetos de Lei enviado para apreciação e deliberação do Poder Legislativo Municipal.

Art.4º - As inclusões, exclusões ou alterações de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo único – De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei orçamentária Anual.

Art.5º - Fica o Poder Executivo autorizado, através de autorização Legislativa específica, a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art.6º - A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos Programas de Governo, conforme prevê a Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.

Art.7º - O município manterá atualizado o Plano Plurianual para o exercício 2018 a 2021 e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 04 de outubro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 48/2017 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 48/2017
RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL PMCP

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 48/2017 cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 833594/2016, PROCESSO 1033709-99/2016 PRODESA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme segue: Alteração nos descritivos dos seguintes itens: 01, 02, 03, 04, 05 e 06 do anexo 01 do edital.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, altera-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, sendo para o dia 24/10/2017 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 06 de outubro de 2017.
Celso Rogerio Alves Ribeiro
Prefeito

RESOLUÇÃO 05/2017 CMDCA

RESOLUÇÃO 05/2017- CMDCA

Nomeia comissão destinada a emitir parecer sobre registro de organização não-governamental e seus serviços, bem como de programas e serviços de organizações governamentais.

O Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 9 da resolução 01/2017 que trata do registro de organizações não-governamentais e seus serviços bem como das organizações governamentais;

Considerando que deu entrada neste Conselho pedidos de registro de organizações e seus serviços: 1º ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642.0001-65, 2º ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO – CNPJ 78.499.977/0001-92 e 3º ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL FOCINHOS MÁGICOS. CNPJ 21.145.931/0001-58.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para emitir parecer sobre os pedidos apresentados pelas organizações acima citadas na forma do estabelecido na resolução 01/2017 os conselheiros:

- Silvia Cardoso dos Santos;
- Rosimere da Silva Madruga Martins;
- Nayane Ribeiro Coelho.

Art. 2º. O parecer deverá ser emitido no prazo de até 15 (quinze) dias e deverá ser endereçado ao plenário do Conselho que irá deliberar sobre a aprovação ou não do registro da entidade.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação e revogam-se as disposições em contrário especialmente, eventuais normativas e resoluções expedidas por este CMDCA que tratem sobre o tema.

Correia Pinto, 22 de setembro de 2017.
Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

RESOLUÇÃO 06/2017 CMDCA

RESOLUÇÃO 06/2017- CMDCA

Nomeia comissão destinada a emitir parecer sobre projetos apresentados na forma da resolução 04/2017 que regulamentou o chamamento público através do Edital 002/2017 – FIA destinado a seleção de projetos para realização de evento destinado para todas as crianças do município, evento em comemoração ao dia das crianças de 2017.

O Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere em especial os dispositivos do Edital 002/2017, Considerando a necessidade de designar membros para integrar a comissão de avaliação e planejamento de projetos para avaliar projetos que sejam eventualmente apresentados no atendimento as previsões do Edital 002/2017 devidamente publicado:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para emitir parecer sobre projetos a serem apresentados por organizações buscando a captação de recursos através da formalização de parcerias atendendo ao Edital 002/2017 os conselheiros:

Governamentais:

- Silvia Cardoso dos Santos;
- Joelma Neto de Liz;
- Edenize de Fátima Rosa Nascimento;

Não-governamentais

- Luzia Duarte;
- Rosimere da Silva Madruga Martins;
- Dercedes Biazibetti.

Art. 2º. O parecer deverá ser emitido e deverá ser endereçado ao plenário do Conselho que irá deliberar sobre a aprovação ou não do projeto.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Correia Pinto, 22 de setembro de 2017.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

RESOLUÇÃO 07/2017 CMDCA

RESOLUÇÃO 07/2017- CMDCA

Nomeia comissão destinada a emitir parecer sobre projetos apresentados na forma da resolução 03/2017 que regulamentou o chamamento público através do Edital 001/2017 – FIA destinado a seleção de projetos destinado à crianças e adolescentes do município.

O Coorde

nador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere em especial os dispositivos do Edital 001/2017, alterado pela resolução 003/2017,

Considerando a necessidade de designar membros para integrar a comissão de avaliação e planejamento de projetos para avaliar e emitir parecer sobre projetos que sejam eventualmente apresentados no atendimento as previsões do Edital 001/2017 devidamente publicado:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para emitir parecer sobre projetos a serem apresentados por organizações buscando a captação de recursos através da formalização de parcerias atendendo ao Edital 001/2017 os conselheiros:

Governamentais:

- Silvia Cardoso dos Santos;
- Joelma Neto de Liz;
- Edenize de Fátima Rosa Nascimento;

Não-governamentais

- Luzia Duarte;
- Rosimere da Silva Madruga Martins;
- Dercedes Biazibetti.

Art. 2º. O parecer deverá ser emitido e deverá ser endereçado ao plenário do Conselho que irá deliberar sobre a aprovação ou não do projeto.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Correia Pinto, 22 de setembro de 2017.

Eder Mesquita

Coordenador do CMDCA

RESOLUÇÃO 08/2017 CMDCA

RESOLUÇÃO 08/2017

Divulga o resultado final do processo de seleção de projetos através do Edital 02/2017 do Fia que tem o objetivo patrocinar projetos "DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EVENTO ABERTO PARA TODAS AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS 2017"

Considerando as atribuições que lhe são atribuídas pelo Edital 02/2017 o Coordenador do CMDCA faz publicar através da presente resolução o resultado final da seleção de projetos destinados a patrocinar projeto relacionado do dia das crianças 2017;

Considerando a emissão de parecer Favorável emanado pela comissão especial de seleção de projetos designada pela Resolução 06.2017;

Considerando a aprovação do projeto em reunião extraordinária do CMDCA convocado pelo Edital 02/2017 devidamente registrada em Ata e publicada na forma do que estabelece a legislação, tendo em vista que houve apenas um único projeto inscrito e que não houve interposição de recurso na forma do estabelecido nas regras do Edital 02/2017.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO AS INFORMAÇÕES DO PROJETO SELECIONADO E APROVADO PELO CMDCA, QUE APÓS A TRAMITAÇÃO LEGAL ESTÁ APTO A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA

PROJETO FINANCIADO COM RECURSOS DO FIA (Fundo da Infância e Adolescência) CMDCA de Correia Pinto – SC

Organização executora: Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Correia Pinto – SC.

CNPJ: 04.802.642-0001/65

Projeto: PASSAPORTE DA ALEGRIA

Objeto: Realização de evento aberto para todas as crianças do município em comemoração ao dia das crianças 2017

Data do projeto: 12/10/2017

Valor TOTAL do projeto: R\$ 7.000,00, incluindo evento na praça, distribuição de brinquedos nos bairros, material gráfico e sonorização.

Correia Pinto, 06 de outubro de 2017.

Eder Mesquita

Coordenador do CMDCA

Corupá

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017

ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/17

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 080/17, objeto Registro de Preço para aquisição e instalação de divisórias em gesso acartonado para o Novo Centro Administrativo contemplado no projeto do PNAFM 2.2, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Anexo I, ficando assim determinado:

Onde se lê:

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE NO 2).

6.1.2 Deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

d) Qualificação Técnica

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido materiais e executado serviços da natureza da presente licitação, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos produtos solicitados neste edital.

b) O Atestado de capacidade técnica, quando emitido pelo Município de Corupá, deverá ser fornecido pelo Secretário (a) responsável, Prefeito Municipal e Secretário de Administração e Fazenda.

Leia-se:

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE NO 2).

6.1.2 Deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

e) Qualificação Técnica

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Crea e/ou CAU, que comprove(m) que a empresa já executou serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação (fornecimento e instalação de divisórias de gesso acartonado); o(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo Crea e/ou CAU;

b) Comprovação de possuir o licitante, no seu quadro permanente, profissional(is) detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico – CAT e/ou Anotações de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, que comprove(m) execução de serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/17

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 082/17

Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MOLAS, PINOS, GRAMPOS, BUCHAS, GRAXEIRAS E SERVIÇOS DE MOLEIRO PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência do Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 09/10/2017 às 09h00min do dia 24/10/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 24/10/2017.

TIPO: Menor Preço por lote.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30min às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de outubro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO Nº 90/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2017 - O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO que fará realizar Processo Licitatório sob nº 01745/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 90/2017, do Tipo Menor Preço por item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ENFEITES DESTINADOS A DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ. Os envelopes serão recebidos até dia 06/10/2017, às 08h00min. e a abertura será no mesmo dia às 08h15 min., no Setor de Licitações do Município, na Rua Moura Brasil, 1639, Centro. Maiores informações pelo telefone (49)3646-3352. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017.

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Sexto Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 03/2017.

Partes: Município de Cunha Porã e as Empresas SADI JOSE EBERHARDT ME, TRANSWELKER LTDA ME, ARI JOSE HENN ME, TRANSPORTES GRUNITZKI LTDA ME, TRANSPORTES GRUNITZKI LTDA ME, TRANSPORTES RODOVIARIOS MAAS LTDA ME, NEUMIR PETTER E CIA LTDA, ROBSON CASSIANO NEUFELT & CIA TLDA ME.

Processo Licitatório 02488/2016, Pregão Presencial 51/2016.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar R\$ 0,17 (dezesete centavos) ao valor do quilômetro rodado, com amparo do artigo 65, da Lei nº 8.666/93

| ITEM | VALOR UNT. ATUAL R\$ | VALOR UNT. C/ REAJUSTE R\$ | PROPONENTE VENCEDOR |
|------|----------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| 1 | 3,30 KMR | 3,47 KMR | SADI JOSE EBERHARDT ME |
| 2 | 3,30 KMR | 3,47 KMR | TRANSWELKER LTDA ME |
| 3 | 3,29 KMR | 3,46 KMR | ARI JOSE HENN ME |
| 4 | 3,28 KMR | 3,45 KMR | TRANSPORTES GRUNITZKI LTDA ME |
| 7 | 3,28 KMR | 3,45 KMR | TRANSPORTES GRUNITZKI LTDA ME |
| 5 | 3,30 KMR | 3,47 KMR | TRANSPORTES RODOVIARIOS MAAS LTDA ME |
| 6 | 3,29 KMR | 3,46 KMR | NEUMIR PETTER E CIA LTDA |
| 8 | 3,28 KMR | 3,45 KMR | ROBSON CASSIANO NEUFELT & CIA TLDA ME |

Data:29/09/2017.

Jairo Rivelino Ebeling –Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 091/2017

DECRETO N.º 091/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.
DESIGNA LEILOEIRO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com o estabelecido pelo art. 51 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Público Municipal Sr. CRISTIAN KNORST, ocupante do cargo de Assessor de Compras e Licitações, lotado no Departamento de Administração, para desempenhar a função de Leiloeiro Oficial, quando o Município de Cunhataí realizar licitações na Modalidade de Leilão.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí – SC, 06 de Outubro de 2017.

Publique-se e Registre-se

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 092/2017

DECRETO N.º 092/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial em conformidade com o inciso VI, do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, que é comemorado em 12 de Outubro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica INSTITUÍDO "Ponto Facultativo" nas repartições públicas do município de Cunhataí, no dia 13 de outubro de 2017 (sexta-feira), em reconhecimento ao Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí – SC, 06 de Outubro de 2017.

Publique-se e Registre-se

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

LEILÃO Nº 01/2017, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2017.

Estado de Santa Catarina

Município de Cunhataí

Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de LEILÃO, de acordo com a Lei 8.666/e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 76/2017.

Leilão nº 01/2017.

Tipo: Maior preço por item.

Objeto: ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS ATRAVÉS DE LEILÃO, PELO MAIOR LANCE, DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 889/2017.

Início dos lances: 10:00 horas do dia 23/10/2017.

Encerramento dos lances: dia 23/10/2017.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 06 de Outubro de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/2017

PORTARIA Nº 220 DE 02 DE OUTUBRO 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº. 002/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 12 dias de licença para Tratamento de Saúde do Servidor Municipal FLAVIO BOTH do dia 02 de outubro 2017 a 13 de outubro 2017, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Professor de Ed. Física, lotado na Secretaria Municipal da Educação Esporte e Lazer, conforme Atestado Médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 02 de outubro 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA Nº 221/2017

PORTARIA Nº 221/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

Prorroga licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº. 002/2007, e considerando a comunicação de decisão da previdência social-INSS,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, pelo período de 01 de outubro de 2017 até 30 de dezembro de 2017, a licença para tratamento de saúde do servidor público municipal LUIZ SCHUSTER, ocupante do cargo de provimento temporário – ACT de Operador de Máquinas e Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, Obras, Serviços Urbanos e Desenvolvimento, conforme comunicado de decisão do INSS emitido em 29 de setembro 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 01/10/2017

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 02 de outubro 2017.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE 01 BANHEIRO NA CASA DO SR. JOSÉ AIRTON RIBEIRO, CPF Nº 982.470.939-87 QUE SERÁ TRANSFERIDA DO PARQUE DO PINHO PARA O LOTE DO PATRIMÔNIO SITUADO NA RUA JOÃO JESUS DE LIMA, CONFORME LEI Nº 5.950/2017 E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 23/10/2017.

A partir das 14:00 horas do dia 23/10/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Abril de 2017.

Marcio Damiani Poletto
Presidente do Fundo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2017

O Fundo Municipal de Saúde, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DO TFD DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 14:00 horas do dia 23/10/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 23/10/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 06 de Outubro de 2017.

Altamir Carvalho Goetten
Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 199/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 199/2017

REFERENTE: Contrato de locação de imóvel firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, com o valor total de R\$ 1.900,00 (Um mil e novecentos reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇO DA PISCINA DA UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL, CAMPUS TUBARÃO/SC, PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS DA MODALIDADE DE NATAÇÃO DA ETAPA ESTADUAL DOS JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA, NO DIA 07/10/2017. NA FORMA DO ART 24, INCISO X DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

Inciso X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso X da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 06 de outubro de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva Paula Juliana Lima Martins
Membro Membro

Roberto Carlos da Silva
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso X dou como aprovada.

Curitibanos, 06 de outubro de 2017.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 06 de outubro de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 198/2017

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 198/2017

Objeto – Contratação direta de serviços de telefonia móvel para o Município de Curitiba

Dispensa de Licitação nº 198/2017

PARECER JURÍDICO

Trata-se de exame prévio a assinatura da Contratação Direta entre o Município de Curitiba e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n. 8.666/93.

Passamos a análise dos requisitos legais para concretização da contratação direta, os quais entendemos estarem devidamente preenchidos, senão vejamos.

O município foi um dos subscritores do Protocolo de Intenções do CIMCATARINA. Através da Lei Municipal n. 5431/2015 o protocolo de intenções foi ratificado, sem qualquer ressalva.

O consórcio público foi constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inclusive, passando a integrar a administração indireta do Município de Curitiba.

O objeto da contratação está de acordo com as disposições legais e regulamentares. O protocolo de intenções, o contrato de consórcio público e o estatuto do CIMCATARINA estão de acordo com as disposições legais (Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN 274/16).

A licitação poderá ser dispensada, nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal 8.666/93, incluído pela Lei Federal 11.107/05: Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

A Lei Federal 11.107/05 prevê ainda:

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Por sua vez, o Decreto Federal n. 6017/07, prevê que:

Art. 32. O contrato de programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei no 8.666, de 1993.

Parágrafo único. O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de prestação de serviços deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

Prevê ainda o supracitado Decreto:

Art. 18. O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O contrato previsto no caput, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou

prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

Esta previsto na Portaria n. 274/16 da Secretaria do Tesouro Nacional:

Art. 5º O ente da Federação consorciado consignará em sua lei orçamentária anual ou em créditos adicionais, por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências a consórcio público.

[...]

§ 2º A contratação direta de consórcios públicos, pelo ente consorciado, será identificada por meio de modalidade de aplicação específica.

O Prejulgado n. 1776, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabelece, entre outras condições:

6. Os Gestores Públicos devem considerar as alterações promovidas pela Lei Federal nº 11.107, de 2005, na Lei nº 8.666, de 1993, pertinentes aos consórcios públicos, destacando-se:

[...]

c) é prevista dispensa de licitação para os consórcios públicos contratarem "programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada", conforme inciso XXVI da Lei n. 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei n. 11.107/2005. No mesmo sentido, a norma do inc. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005;

Dessa forma, restou examinado e aprovado a respectiva minuta do contrato de prestação de serviços, por ser realizado por dispensa de licitação, nos termos acima, estando de acordo com os as disposições legais e princípios que regem a Administração Pública em geral.

Este é o parecer.

Curitiba (SC), 05 de outubro de 2017.

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 198/2017

Objeto – Contratação direta de serviços de telefonia móvel para o Município.

Dispensa de Licitação nº198/2017

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa referente à contratação direta dos serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS pelas operadoras de telefonia que foram contratadas através de licitação, pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA (gestor dos contratos), para atender as necessidades dos entes consorciados.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, destinado prestação de serviços, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Curitiba (SC), 05 de outubro de 2017.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DO EDITAL
DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 03/2017
PUBLICADO EM 26/09/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Republicação por incorreção do Edital de Notificação de Dívida Ativa nº 03/2017 publicado em 26/09/2017

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do § 1º do Artigo 114 da Lei Complementar 028/2012 com alteração na redação conforme Lei Complementar 030/2003.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitiba não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial: 100

Taxas do Econômico: 300

Imposto Sobre Serviço 400

Receitas Diversas: 1000

Taxas Corpo de Bombeiros Militar 3800

Taxas Vigilância Sanitária 3600

Taxa Protocolo 5000

Curitiba (SC), 25 de setembro de 2017

Francisco B. Pereira Jr

Fiscal de Tributos

Descanso

PREFEITURA

LEI 1552/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 15.000,00

LEI Nº 1552/2017, de 06 de outubro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 15.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

| | | |
|----------------------------|-------------------------|--|
| Órgão: | 06.00 | SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA |
| Unidade: | 06.10 | DPTO.DE CULTURA |
| Proj./Ativ. | 13.392.0007.2.024 | Manut. Desenv. Atividades Culturais, Literárias e Artísticas |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0500 | Aplicações Diretas (66) | 15.000,00 |

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior servirá de recursos, conforme especificado abaixo:

I - A redução da dotação orçamentária;

| | | |
|----------------------------|-------------------------|--|
| Órgão: | 06.00 | SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA |
| Unidade: | 06.10 | DPTO.DE CULTURA |
| Proj./Ativ. | 13.392.0007.2.024 | Manut. Desenv. Atividades Culturais, Literárias e Artísticas |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.0500 | Aplicações Diretas (65) | 15.000,00 |

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico - Adm.RH/DP

LEI 1553/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 50.000,00

LEI Nº 1553/2017, de 06 de outubro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária vigente abaixo especificada:

| | | |
|----------------------------|--------------------|---|
| Órgão: | 12.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE |
| Unidade: | 12.22 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |
| Proj./Ativ. | 10.305.0023.2.063 | Manutenção Atividades Epidemiologia e Controle de Doenças |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0606 | Aplicações Diretas | 50.000,00 |

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior fica parcialmente cancelada a dotação orçamentária autorizada pela Lei Municipal nº 1510/2017, Decreto 856/2017-SF de 30 de janeiro de 2017, conforme especificado abaixo:

| | | |
|----------------------------|-------------------------|---|
| Órgão: | 12.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE |
| Unidade: | 12.22 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |
| Proj./Ativ. | 10.305.0023.2.063 | Manutenção Atividades Epidemiologia e Controle de Doenças |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0606 | Aplicações Diretas (54) | 50.000,00 |

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº

1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais).

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1554/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 80.000,00

LEI Nº 1554/2017, de 06 de outubro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

| | | |
|----------------------------|--------------------|---|
| Órgão: | 02.00 | CHEFIA DO PODER EXECUTIVO |
| Unidade: | 02.02 | GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL |
| Proj./Ativ. | 04.122.0002.2.002 | Manut.Ativ.Gabinete Prefeito,Vice e Assessoria Jurídica |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0612 | Aplicações Diretas | 80.000,00 |

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior fica parcialmente cancelada a dotação orçamentária autorizada pela Lei Municipal nº 1511/2017, Decreto 857/2017-SF de 30 de janeiro de 2017, conforme especificado abaixo:

| | | |
|----------------------------|--------------------------|---|
| Órgão: | 05.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO |
| Unidade: | 05.07 | DPTO.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS |
| Proj./Ativ. | 22.661.0003.1.003 | Constr.e/ou Ampl.Áreas e Pavilhões p/Novas Indústrias |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0612 | Aplicações Diretas (166) | 80.000,00 |

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional especial autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1555/2017 DISPÕE SOBRE MODIFICAÇÃO DE NOMENCLATURA DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL E CARGOS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO

LEI Nº 1555/2017, de 06 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE MODIFICAÇÃO DE NOMENCLATURA DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL E CARGOS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O nome "SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL" constante das Leis Municipais 29/87 e 101/90 passa a ser "SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

Art. 2º Os cargos passam a ser de "Secretário de Assistência Social" e de "Chefe de Divisão de Assistência Social".

Art. 3º As demais determinações permanecem inalteradas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.
Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1556/2017 DEFINE E REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI Nº1556/2017, de 06 de outubro de 2017.

DEFINE E REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas às pessoas e às famílias residentes do Município de Descanso, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§1º O benefício eventual destina-se à pessoas e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§2º Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§3º Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania.

§4º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

§5º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§6º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, adolescente, jovens, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§7º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – Assistentes sociais que compõe as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II – Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a ½ (meio) salário mínimo, e será concedido conforme §6º do Art. 2º.

§1º Entende-se por renda per capita a soma da renda de todos os integrantes da família, dividida pelo número de membros que compõem o núcleo familiar.

§2º A concessão dos benefícios eventuais pode ser requerida por qualquer membro da família, ou pessoa autorizada mediante declaração, com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, nas dependências do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Secretaria Municipal de Assistência Social.

§3º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, ou na falta de algum documento, o Assistente Social da equipe de referência ou o Assistente Social responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais na gestão, terá autonomia para a concessão do benefício, por meio de justificativa, a qual deverá constar anexa ao parecer social.

Art. 5º O requerimento será indeferido quando:

§1º A família representada pelo requerente, pelas próprias declarações prestadas por este, não preencher os requisitos legais para concessão de benefício eventual solicitado.

§2º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Art. 6º São formas de benefícios eventuais:

I – auxílio natalidade;

II – auxílio funeral;

III – situações de vulnerabilidade temporária:

a) auxílio alimentação

b) auxílio passagem

c) auxílio hospedagem temporária

IV – calamidade pública.

Art. 7º Os benefícios previstos nesta lei serão concedidos nos limites de atendimento estabelecidos em programação mensal observadas às dotações orçamentárias e os recursos mensais previamente destinados para este fim.

Art. 8º O auxílio natalidade constitui-se em bens de consumo (itens para o enxoval do nascituro) a fim de reduzir a vulnerabilidade da família.

§1º Os bens de consumo consistem em itens de vestuário e utensílios de higiene, visando garantir dignidade e respeito ao recém-nascido;

§2º Os bens de consumo consistem em um kit contendo: 01 banheira; 01 sabonete; 01 xampu; 01 cobertor infantil; 02 cueiros; 01 macacão; 02 conjuntos de pijama; 02 pares de meias; 02 pacotes de fralda; 02 pacotes de lenço umedecido.

§3º São documentos essenciais para a concessão do auxílio natalidade:

I – certidão de nascimento da criança;

II – comprovante de residência;

III – carteira de identidade e CPF do beneficiado;

IV – atestado médico comprovando o período da gestação.

§4º O auxílio natalidade deverá ser requerido durante o último mês de gestação ou em até trinta dias após o nascimento;

§5º O auxílio natalidade deverá ser prestado em até trinta dias após apresentação do requerimento.

Art. 9º O auxílio natalidade será concedido, preferencialmente, mediante a participação nos serviços ofertados na política de Assistência Social.

Art. 10. Para solicitar qualquer benefício a família deve residir no município há no mínimo seis meses, apresentando comprovante de residência ou declaração de residência.

Art. 11. O auxílio funeral constitui-se em auxílio financeiro à família, no valor de até um salário mínimo, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, para cobrir despesas de velório, sepultamento, urna fúnebre e traslado.

Art. 12. O benefício eventual de traslado atenderá somente pessoas residentes e domiciliadas no município de Descanso/SC, que venham a óbito em outros municípios ou estados, e custeará a despesa com traslado (até 300 KM) para empresas funerárias devidamente cadastradas no setor competente do município de Descanso.

Art. 13. Os benefícios componentes do auxílio funeral poderão ser cumulados pelo mesmo requerente, até o limite estabelecido no art. 11.

Art. 14. Para obtenção dos auxílios, o familiar responsável pelas despesas com o sepultamento e/ou traslado, deverá apresentar em até trinta dias do falecimento, requerimento à assistência social, acompanhado da certidão de óbito e outros documentos que demonstrem ser o responsável pelas despesas com o sepultamento.

§1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – certidão de óbito;

II – comprovante de residência;

III – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 15. Em se tratando de usuário da política de assistência social, que não possua parentes ascendentes ou descendentes, a responsabilidade pelas despesas de sepultamento e/ou traslado será do município, de forma integral.

Art. 16. Nos casos, em que a pessoa falecida residir sozinha será levada em consideração a renda familiar per capita do requerente que custear as despesas do funeral.

Art. 17. Para obtenção do auxílio funeral o requerente deve apresentar declaração de que a pessoa falecida não seja beneficiária de qualquer tipo de seguro de vida ou plano funeral.

Art. 18. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa.

§1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I – da falta de alimentação;

II – da falta de documentação;

III – da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 19. O benefício eventual na forma de auxílio alimentação destina-se a atender famílias que se encontram em situação extrema de vulnerabilidade social, envolvendo especialmente, mulheres chefes de família, crianças, idosos, pessoas com deficiência e acamadas, pessoas desempregadas, problemas de saúde que impeçam para o trabalho na forma de bens de consumo.

Parágrafo único. O auxílio alimentação constitui-se dos seguintes itens: 05 kg de farinha de trigo; 02 kg de açúcar cristal; 05 kg de arroz par-boilizado; 03 kg de feijão preto; 02 kg de macarrão com ovos; 02 kg de frango (coxa com sobrecoxa); 02 kg de farinha de milho; 01 kg de sal refinado iodado; 02 unidades de óleo de soja; 02 litros de leite integral embalagem longa vida; 02 kg de banana caturra; 01 dúzia de ovos.

Art. 20. O benefício eventual na forma de auxílio passagem destina-se a pessoa em trânsito, em passagem no Município, que não possui condições financeiras para retornar a sua cidade de origem ou a outro município.

Art. 21. O auxílio passagem será concedido aos munícipes, somente quando caracterizada situação de urgência que envolva risco social e ou individual, tais como: violência intrafamiliar, violência contra mulher, criança, adolescente, pessoa com deficiência e idoso.

Parágrafo único. Não fazem jus ao benefício pessoas que demonstrarem necessidade de deslocamento para tratamento de saúde, o qual será administrado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 22. O benefício eventual na modalidade hospedagem temporária se configura em medida emergencial de proteção ao indivíduo ou a família em situação de risco pessoal e social e será concedido aos munícipes, somente quando caracterizada situação de urgência que envolva: violência intrafamiliar, violência/negligência contra mulher, criança, adolescente, pessoa com deficiência, idoso.

Art. 23. Excepcionalmente a pessoa em trânsito, em passagem no Município, que esteja em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e/ou social, e não possui condições financeiras para retornar a sua cidade de origem ou a outro município, fará jus ao benefício de auxílio hospedagem.

§1º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – comprovante de residência;

II – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

III – comprovação da situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e/ou social e o período de concessão do benefício serão através de parecer elaborado pelos profissionais que realizaram o atendimento/acompanhamento.

§2º Os requisitos acima poderão ser desconsiderados quando se tratar de auxílio passagem destinado à pessoa em trânsito, em passagem pelo Município, sob preenchimento de documento específico.

§3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com

as demandas da família, a partir do parecer social.

Art. 24. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§1º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens de consumo ou pecúnia de forma imediata de até um salário mínimo ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer técnico e social.

§2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I – comprovante de residência;

II – carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 25. Caberá ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município:

I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II – a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV – garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V – divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI – encaminhar, ao CMAS relatório semestral de gestão dos benefícios eventuais.

VII – viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 26. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

a) periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

c) fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência.

d) fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do estado a título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e

e) as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 27. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 28. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 29. Caberá ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social, durante a elaboração, pelo Poder Executivo, de cada Projeto de Lei Orçamentária Anual, estimar a quantidade de benefícios a serem concedidos durante cada exercício financeiro. Para tanto, se utilizará de indicadores sociais do Município, levantados pelo número de atendimentos realizados pela Política de Assistência Social.

Art. 30. As despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 31. O Executivo Municipal regulamentará por Decreto, no que couber, esta Lei.

Art. 32. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 322/2001.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1557/2017 DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI Nº 1557/2017, de 06 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º O Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº. 234/99 de 08 de dezembro de 1999, passa ser regulamentado em conformidade com o disposto nesta Lei.

Art. 2º O Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº. 234/99 de 08 de dezembro de 1999, do Município de Descanso, Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a nova denominação de "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCANSO", constituído como fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, tendo como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar à gestão, os serviços, os programas, os projetos e os benefícios da política Municipal de assistência social.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, através de seu agente político, enquanto Órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCANSO", em conformidade com o

disposto na legislação vigente e acompanhamento e controle do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

§1º A proposta orçamentária do FMAS anual e plurianual do Governo Municipal será submetida à apreciação e à aprovação do CMAS.

§2º O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º Constituem recursos do “FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCANSO”:

I – recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional, Estadual e Municipais de Assistência Social;

II – PERCENTUAL da arrecadação da receita municipal resultante de impostos;

III – dotações consignadas anualmente na matéria orçamentária geral do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados na forma da legislação vigente;

IV – doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais, internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

V – receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

VI – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força de lei e de atos avençatórios com vinculação de aplicabilidade;

VII – recursos de convênios e similares firmadas com outras entidades públicas e privadas;

VIII – recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando à ampliação, cobertura e melhoria da qualidade dos serviços de atendimento aos objetivos desenvolvidos pelo respectivo Fundo;

IX – outras receitas diversas que venham ser legalmente instituídas e arrecadadas.

§1º Os recursos de que trata esta Lei, quando transferidos ao Erário Público Municipal serão compulsoriamente transferidos para a conta do Fundo.

§2º Os recursos destinados ao Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas específicas, sob a denominação “FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCANSO”, segundo orientação das legislações vigentes e vinculadas aos respectivos créditos.

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 5º Os recursos recebidos pelo “FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCANSO”, quando de suas aplicações obedecerão rigorosamente às matérias orçamentárias, as quais deverão estar rigorosamente em consonância com as planificações estabelecidas e aprovadas pelas partes avençantes, bem como, a orientação geral da norma legal vigente, sob a responsabilidade do Gestor do respectivo Fundo Municipal.

Art. 6º Nenhum recurso do “FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCANSO”, será destinado e/ou repassado a título de auxílio, contribuição e subvenção social, se não houver amparo legal na forma da legislação vigente.

Art. 7º O saldo positivo do Fundo apurado no encerramento do exercício financeiro será automaticamente transferido para o exercício seguinte.

Art. 8º Os recursos repassados pelo FMAS destinam-se ao:

I – cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial do município;

II – cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial do Município, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos, para aprimorar a capacidade instalada e fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

III – atendimento, em conjunto com o Município, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV – aprimoramento da gestão de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada - IGDSUAS, para a utilização no âmbito do Município, conforme legislação específica;

V – apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família pelo Município, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGDPBF, conforme legislação específica;

VI – atendimento das despesas de operacionalização que visem implementar ações de assistência social.

VII – custeio das despesas dos Conselheiros Municipais e Trabalhadores de Assistência Social em representações e ou participações em seminários, capacitações e eventos relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

VIII – apoio e financiamento da conferência municipal de assistência social, em conjunto com a administração municipal, e das demais conferências, com a deliberação do CMAS.

IX – o repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com as normativas vigentes.

§ 1º Os recursos de que tratam os incisos I, IV e V deverão ser transferidos, de forma regular e automática, diretamente pelo FNAS e FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 2º Os recursos de que trata o inciso I também poderão ser utilizados pelos entes federados:

a) para pagamento de profissionais que integrarem equipes de referência, nos termos do art. 6º-E da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e conforme a Resolução do CNAS nº 17, de 21 de setembro de 2016.

b) para capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas essenciais à execução de serviços, programas e projetos e benefícios de assistência social.

§ 3º Os recursos de que trata o inciso IV e V devem ser utilizados conforme cadernos de orientação do Índice de Gestão Descentralizada do IGD-Programa Bolsa Família, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS E DO FEAS PARA O FMAS

Art. 9º São condições para transferência de recursos do FNAS ao FMAS de Descanso:

I – a instituição e o funcionamento de Conselho de Assistência Social;

II – a instituição e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, devidamente constituído como unidade orçamentária;

III – a elaboração de Plano Municipal de Assistência Social; e

IV – a comprovação orçamentária de recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência

social.

Parágrafo único. O planejamento das atividades a serem desenvolvidas com recursos do FNAS e do FEAS integrará o Plano de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e aprovado pelo CMAS.

Art. 10. Os recursos transferidos do FNAS e do FEAS ao Município serão aplicados segundo prioridades estabelecidas no plano de ação, aprovado por seu respectivo conselho.

Art. 11. O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, poderá ser realizado por meio de blocos de financiamento.

Parágrafo único. Consideram-se blocos de financiamento o conjunto de serviços, programas e projetos, devidamente tipificados e agrupados, e sua gestão, na forma definida em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 12. A prestação de contas da utilização de recursos federais de que tratam os incisos I, IV e V do art. 8º, repassados para o fundo de assistência social do município, será realizada por meio de declaração anual dos entes recebedores ao ente transferidor, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo conselho de assistência social, que comprovará a execução das ações.

§ 1º Para fins de prestação de contas dos recursos federais de que trata inciso I do art. 8º, considera-se relatório de gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos transferidos, declaradas pelos entes federados em instrumento informatizado específico, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º A prestação de contas, na forma do caput, será submetida à aprovação do FNAS e posteriormente encaminhada ao FNAS e ao FEAS.

Art. 13. A utilização e prestação de contas de recursos federais e estaduais recebidos pelo fundo de assistência social do Município, de que tratam os incisos IV e V do art. 8º, observará o disposto em legislação específica.

Art. 14. Os recursos de que trata o inciso I do art. 8º poderão ser repassados pelos fundos municipais para entidades e organizações que compõem a rede socioassistencial, observados os critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos, o disposto no art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011 e a legislação aplicável.

Art. 15. Os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FNAS serão submetidos à apreciação do CMAS trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE SOCIAL

Art. 16. O Conselho Municipal de Assistência Social, no exercício das suas atribuições de acompanhamento e controle do "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCANSO", na forma da legislação vigente, adotará as seguintes medidas:

I – orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II – certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III – assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

IV – apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V – decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI – analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas intersetoriais.

VII – verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (REDESUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII – analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX – convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X – certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e propor medidas saneadoras para sua regularização, caso identifique-se irregularidades;

XI – verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas cabíveis para regularização;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O Conselho Municipal de Assistência Social será regulamentado em lei específica.

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social será elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, com revisão anual do Plano Municipal de Assistência Social.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes, ficando automaticamente ajustada a matéria orçamentária em execução relativamente ao respectivo Fundo.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1558/2017 DISPÕE SOBRE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI Nº 1558/2017, de 06 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), criado pela Lei Municipal n. 234/1999, de 08 de dezembro de 1999, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política Municipal da Assistência Social do Município de Descanso, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Descanso é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que proverá a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, nos limites de sua competência.

§1º As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social.

§2º As ações de acompanhamento e avaliação são àquelas direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social e do Plano Municipal de Assistência Social, bem como os recursos financeiros aplicados na Política de Assistência Social e no Plano Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I – elaborar seu Regimento Interno, conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II – aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social e do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III – convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV – encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como o desempenho dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, previstos na Política Municipal de Assistência Social;

VI – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII – zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do governo municipal e efetiva participação dos segmentos de representação dos conselhos;

VIII – aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social no município, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social;

X – inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social no município;

XI – informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de assistência social, para que este adote as medidas cabíveis;

XII – acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite – CIB;

XIII – divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais.

Art. 4º Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá solicitar documentos e informações junto aos seguintes órgãos de Assistência Social:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Plano municipal de assistência social;
- b) Plano de ação;
- c) Proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social;
- d) Plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);
- e) Plano de aplicação do fundo municipal;
- f) Informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), quando for o caso;
- g) Informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- h) Relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II – Entidades e Organizações de assistência social:

- a) Estatuto social;
- b) Plano de trabalho;
- c) Relatório anual de execução do plano de trabalho;
- d) Documentos contábeis.

III – Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas).

V – da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Composição

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social é composto de forma paritária entre representantes do Poder Executivo e representantes da Sociedade Civil, da seguinte maneira:

I – Representantes do Poder Executivo:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal de Agricultura;
- e) um da Secretaria Municipal de Administração.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) dois representantes dos usuários da assistência social;
- b) um representante de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
- c) dois representantes dos trabalhadores do SUAS.

§1º O CMAS será composto de um titular e um suplente de cada representação.

§2º O mandato dos conselheiros titulares e suplentes será de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

§3º Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§4º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos por meio de eleição em foro próprio, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo ser candidatos e eleitos os descritos no II, observando o seguinte:

I – ampla divulgação nos meios de comunicação e publicação na imprensa oficial, o ato de convocação do foro;

II – a nomeação e posse dos membros dos CMAS dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III – o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será regulamentado no regimento interno do CMAS.

Art. 6º São considerados usuários aqueles citados na Lei Municipal que dispõe sobre a Política de Assistência Social.

Art. 7º São consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos usuários das políticas de assistência social.

Parágrafo único. A classificação das entidades de assistência social são as definidas na lei que regula as políticas de assistência social, no âmbito do Município de Descanso.

Art. 8º São considerados trabalhadores do SUAS aqueles previstos na NOB RH e Resolução 17/2011, podendo ser adequados considerando possíveis alterações nas legislações citadas.

Art. 9º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no conselho e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e de relevante valor social.

Art. 10. Fica vedada a participação como membro do CMAS, representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 11. O CMAS reunir-se-á, preferencialmente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei e no Regimento Interno.

Art. 12. O CMAS, poderá, sempre que necessário, criar comissões temáticas;

Art. 13. O CMAS elaborará seu Planejamento Estratégico com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, que será revisado e alterado cada início de nova gestão do CMAS.

Art. 14. Devem ser programadas ações de capacitação dos conselheiros por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e

a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação e, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelo governo municipal, estadual e federal.

Art. 15. O Conselho deve estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I – ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II – demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III – articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV – racionalização dos eventos dos Conselhos, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V – garantia da construção de uma política pública efetiva.

Seção III

Do Desempenho

Art. 16. Para o bom desempenho do Conselho, é fundamental que os conselheiros:

I – sejam assíduos às reuniões;

II – participem ativamente das atividades do Conselho;

III – colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;

IV – divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;

V – contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Assistência Social;

VI – mantenham-se atualizados em assuntos referentes à área de assistência social, indicadores socioeconômicos do País, Estado e Município, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as suas especificidades;

VII – colaborem com o Conselho no exercício do controle social;

VIII – atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;

IX – desenvolvam habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental;

X – estudem e conheçam a legislação da Política de Assistência Social;

XI – aprofundem o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social;

XII – mantenham-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de assistência social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento;

XIII – busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços socioassistenciais;

XIV – mantenham-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social no município;

XV – acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social.

Seção IV

Da Organização

Art. 17. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II – Mesa Diretora;

III – Comissões.

§1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1º Secretário;

IV – 2º Secretário.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 19. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 20. O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, aprovado pela maioria absoluta dos membros do CMAS, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação e regulamentação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de maioria absoluta dos membros CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. 234/1999.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

LEI 1559 DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO

LEI Nº 1559/2017, de 06 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dos princípios, diretrizes e objetivos

DA DEFINIÇÃO, DOS USUÁRIOS E DOS OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Definição

Art. 1º Esta lei, regulamenta a política de Assistência Social, no âmbito do Município de Descanso, em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na forma de sua competência. Parágrafo único. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas.

Seção II

Dos Usuários

Art. 2º Constitui o público usuário da Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

I – famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;

II – ciclos de vida;

III – identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;

IV – desvantagem pessoal resultante de deficiências;

V – exclusão pela pobreza;

VI – falta de acesso às demais políticas públicas;

VII – uso de substâncias psicoativas;

VIII – diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;

IX – inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;

X – estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 3º A política da assistência social, no âmbito do Município de Descanso tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência

social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando garantir os mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Dos Princípios

Art. 4º A política da assistência social do Município de Descanso, rege-se pelos seguintes princípios:

I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao direito em acessar benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa e comando único das ações no Município;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações;

III – primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social;

IV – centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

CAPÍTULO III

DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º Consideram-se entidades e organizações de assistência social, no âmbito do Município de Descanso, àquelas estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, nº 8.472/93, no art. 3º, com redação alterada pela Lei nº 12.435/2011.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º Com base nas novas determinações da Política Nacional de Assistência Social o órgão responsável pela gestão local passará à nomenclatura de Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º A gestão das ações na assistência social, no âmbito do Município de Descanso, compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, e integrará o Sistema Único de Assistência Social (Suas), respeitando os objetivos e princípios estabelecidos pelo SUAS.

Art. 9º A assistência social do Município de Descanso, é composta pelos seguintes níveis de proteção social:

I – Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II – Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos e de rompimento de vínculo.

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 10. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela

rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.

§ 1º A entidade que deseja ser vinculada ao SUAS depende de prévio reconhecimento pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Descanso.

§ 2º Para o reconhecimento da entidade com vinculação ao SUAS, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social;
II - integrar o sistema de Cadastro Nacional de Entidades ou congêneres.

§ 3º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público municipal para a execução de programas, projetos e serviços de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei.

§ 4º O procedimento de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social, no âmbito do Município de Descanso, serão definidos em resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, respeitadas as obrigações estabelecidas em lei.

Seção I

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 11. A Secretaria Municipal de Assistência Social compete:

- I – coordenar e organizar o SUAS no âmbito municipal;
- II – planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- III – organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;
- IV – manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;
- V – realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;
- VI – promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;
- VII – elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;
- VIII – efetivar e acompanhar convênios, consórcios e contratos com a rede prestadora de serviços;
- IX – gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de direitos a ela vinculados;
- X – organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para trabalhadores do SUAS e conselheiros municipais vinculados a assistência social;
- XI – gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais;
- XII – elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;
- XIII – assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de Direitos a ela vinculados;
- XIV – desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços socioassistenciais;
- XV – desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;
- XVI – desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;
- XVII – elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH.

Parágrafo único. A estrutura organizacional da Secretaria de Assistência Social será estabelecida na Lei de Estrutura Administrativa Municipal n. 29/87, com as modificações introduzidas pela Lei Municipal n. 101/90.

Seção II

Dos Serviços Ofertados

Art. 12. A Proteção Social Básica compete executar os seguintes

serviços:

- I – serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF);
- II – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;
- III – serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 13. À Proteção Social Especial de média complexidade compete executar os seguintes serviços:

- I – serviço de proteção e atendimento especializado para famílias e indivíduos;
- II – serviço especializado em abordagem social;
- III – serviço de proteção social para adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade;
- IV – serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;
- V – serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Art. 14. À proteção social especial de alta complexidade compete executar serviços de acolhimento institucional nas seguintes modalidades:

- I – abrigo institucional;
- II – casa de passagem;
- III – residência inclusiva;
- IV – acolhimento em república;
- V – acolhimento em família acolhedora;
- VI – proteção em situações de calamidade pública e/ou emergência.

Art. 15. Os serviços de proteção social básica serão executados pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 16. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é órgão de referência territorializada que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no Município de Descanso, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

- I – promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;
- II – potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;
- III – contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;
- IV – desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;
- V – atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

§ 1º A unidade do CRAS contará com equipe técnica de referência, que terá obrigatoriamente os seguintes profissionais:

- a) Coordenador do CRAS;
- b) Assistente social;
- c) Psicólogo;
- d) Dois técnicos de nível médio.

§ 2º Além dos profissionais relacionados obrigatórios, a equipe do CRAS, poderá contar com os seguintes profissionais:

- a) Orientadores Sociais;
 - b) Educadores Sociais;
 - c) Demais trabalhadores do SUAS previsto em legislação específica.
- § 3º As funções constantes no § 2º, serão especificados em ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a necessidade e o programa, projeto ou serviço a ser desenvolvido.

§ 4º As habilitações e atribuições dos profissionais obrigatórios das equipes do CRAS são as estabelecidas na lei municipal que rege o estatuto dos servidores de Descanso.

Art. 18. Os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade serão executados ou referenciados para a equipe técnica responsável vinculada ao órgão gestor de Assistência Social.

Art. 19. A equipe técnica de média e alta complexidade compete

à execução, coordenação e articulação dos serviços de proteção social especial de média complexidade, por meio das seguintes ações:

I – articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socioassistenciais, demais políticas públicas e de garantia de direitos, no âmbito do Município;

II – prestar atendimento especializado às crianças, aos adolescentes, aos homens e às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;

III – prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância na rua e de rua;

IV – auxiliar e acompanhar as crianças e os adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;

V – auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto, bem como suas famílias;

VI – monitorar e acompanhar os serviços de média complexidade oferecidos no município e ou consorciados às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência, dentre outros.

Art. 20. A equipe técnica de média e alta complexidade será composta obrigatoriamente pelos seguintes profissionais:

I - assistente social;

II - psicólogo;

§ 1º Além dos profissionais relacionados no Artigo 20, a equipe técnica de média e alta complexidade poderá contar com demais trabalhadores do SUAS, elencados em legislações específicas.

§ 2º As funções constantes no § 1º, do Artigo 20, serão especificadas em ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a necessidade e o programa, projeto ou serviço a ser desenvolvido.

Art. 21. O serviço de proteção social especial de alta complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, a fim de garantir proteção integral, sendo coordenado e articulado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 22. Os serviços de alta complexidade serão implantados no Município quando se justificar por meio da demanda, sendo possível a instituição destes serviços em forma de convênio com outro município ou regionalizado, desde que garanta a convivência familiar e comunitária.

Seção III

Dos Benefícios Eventuais

Art. 23. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo CMAS e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelo Conselho.

§ 2º Os benefícios eventuais serão concedidos e articulados com a execução dos serviços socioassistenciais e são complementares ao atendimento das famílias.

§ 3º Os benefícios serão concedidos, conforme a Lei Municipal específica, mediante parecer social.

Seção IV

Dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios

Art. 24. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes

garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e a sua organização social.

Art. 26. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O regulamento instituirá os serviços socioassistenciais.

Seção V

Do Financiamento

Art. 27. O financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, do Estado e do Município, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, além daqueles que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

§ 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá participar ativamente da elaboração do PPA, LDO e LOA do município, garantindo a alocação de recursos necessários para a execução da política municipal de Assistência Social.

§ 2º Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social, Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 3º O financiamento da assistência social deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 03 (três) entes federados, devendo os recursos serem alocados no fundo municipal de assistência social e serem destinados à operacionalização, execução, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 28. Compete ao Município:

I – executar com qualidade os serviços socioassistenciais, programas e projetos;

II – destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

III – atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV – cofinanciar o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social;

V – realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. É condição para os repasses de recursos do governo Federal e Estadual, que o Município mantenha a efetiva instituição e funcionamento:

I – o Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II – o Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III – o Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, também, condição para transferência de recursos do FNAS ao Município, a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 06 de outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

PREGÃO PRESENCIAL 82/2017 AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA GRADUADA PARA REATERRO DE VALA DA REDE ADUTORA DA CASAN NO TRECHO DA SC 386, SAÍDA PARA LINHA CAMPINAS

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2017

Objeto: Aquisição de pedra brita graduada para reaterro de vala da rede adutora da Casan no trecho da SC 386, saída para Linha Campinas, nos termos do disposto no XI, do § 2º, da cláusula quarta do Convenio de Cooperação para Gestão Associada nº 04/2010. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 24/10/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 09 de Outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 76/2017

MUNICÍPIO DE DESCANSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

RETIFICAÇÃO

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos de processamento de dados, mobiliários em geral e outros, para uso nas diversas Secretarias do Município, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Retificação: O recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 09/10/2017 e não dia 06/10/2017, conforme equívoco no preâmbulo do Edital, restando válida a data publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM, dia 27/09/2017. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 05 de Outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 10/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO E ALAMBRADO NA ESCOLA PAULO HENRIQUE PISSAIA

MUNICÍPIO DE DESCANSO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2017

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra para construção de muro e alambrado na Escola Paulo Henrique Pissaia, a Rua Santo Estanislau, sede do Município de Descanso, conforme projeto e planilha orçamentária, memorial descritivo, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 25/10/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 09 de Outubro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 61/2017 - PMDC

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 61/2017, Edital de Pregão Nº 61/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, bem como EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA para VEÍCULOS DA LINHA LEVE e VEÍCULOS TIPO VAN DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 23/10/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO CMDCA 01 E 02

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Unidade de Acolhimento "Abrigo Beija Flor" do município de Dionísio Cerqueira - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 4.410 de 25 de março de 2015 –, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e

CONSIDERANDO

Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 02 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1: Aprovar, em seu teor e forma o Regimento Interno da Unidade de Acolhimento "Abrigo Beija Flor" do município de Dionísio Cerqueira - SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira 02 de outubro de 2017.

TAISE BORTOLUZZI PIASECKI

Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - DC

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Apadrinhamento da Unidade de Acolhimento "Abrigo Beija Flor" do município de Dionísio Cerqueira - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 4.410 de 25 de março de 2015 –, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e

CONSIDERANDO

Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 02 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1: Aprovar, em seu teor e forma Projeto de Apadrinhamento da Unidade de Acolhimento "Abrigo Beija Flor" do município de Dionísio Cerqueira – SC, apresentado em reunião ordinária.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira 02 de outubro de 2017.

TAISE BORTOLUZZI PIASECKI

Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - DC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Até o 2º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|--|--|--|
| Receita Corrente líquida | 41.972.313,69 | |
| DESPESAS COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 23.451.954,25 | 55,87 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 22.665.049,39 | 54,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 21.531.796,92 | 51,30 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | 698.741,44 | 1,66 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 50.366.776,43 | 120,00 |
| GARANTIA DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 9.233.909,01 | 22,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Operações de Crédito Externas e Internas | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 6.715.570,19 | 16,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 2.938.061,96 | 7,00 |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 3.228.282,41 | (3.412.386,20) |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

 THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
 Prefeito Municipal

 KELY ELENA KAIBERS
 Contadora CRC/PR 068505/O-8

 CLEONIR L. WELTER
 C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|--------------------------------------|--------------|---|--|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Exercícios Anteriores | Do Exercício | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) | (g) = (a - (b + c + d + e) - f) | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 2.217.900,18 | 41.158,65 | 824.555,19 | 7.684.897,20 | 132.596,85 | 0,00 | 1.726.085,84 | 0,00 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB 60% | (556.821,49) | 0,00 | 72.183,70 | 0,00 | 42.864,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do FUNDEB 40% | (70.652,40) | 0,00 | 13.637,10 | 0,00 | 26.634,94 | 0,00 | 136.860,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Destinados à Educação | 673.754,35 | 18.488,48 | 38.695,99 | 3.376.348,35 | 0,00 | 0,00 | 269.376,23 | 0,00 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 65.227,32 | 2.128,01 | 40.898,78 | 8.138,54 | 3.644,43 | 0,00 | 115.843,39 | 0,00 |
| Recursos Destinados à Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 2.106.392,40 | 20.542,16 | 659.139,62 | 4.300.410,31 | 59.453,46 | 0,00 | 1.203.986,22 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 5.314.223,93 | 350.217,23 | 440.625,95 | 1.246.890,83 | 55.115,75 | 0,00 | 1.597.285,05 | 0,00 |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.954,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 5.314.223,93 | 350.217,23 | 440.625,95 | 1.241.936,44 | 55.115,75 | 0,00 | 1.597.285,05 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 7.532.124,11 | 391.375,88 | 1.265.181,14 | 8.931.788,03 | 187.712,60 | 0,00 | 3.323.350,89 | 0,00 |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 28/09/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (I) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (II) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 39.664.569,27 | 40.653.235,07 | 41.972.313,69 | 0,00 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 8.726.205,24 | 8.943.711,72 | 9.233.909,01 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8% | 7.853.584,72 | 8.049.340,55 | 8.310.518,11 | 0,00 |

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (V) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (VI) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 28/09/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 | | |
|---|------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 6.641.264,83 | 6.689.524,89 | 6.581.950,51 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 86.331,89 | 82.997,29 | 77.370,21 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Dívidas Contratuais | 86.331,89 | 82.997,29 | 77.370,21 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P | 2.183.733,08 | 2.183.733,08 | 2.183.733,08 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 4.371.199,86 | 4.422.794,52 | 4.320.847,22 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 6.048.337,18 | 5.588.064,61 | 5.883.209,07 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa | 6.048.337,18 | 5.582.905,35 | 5.875.567,09 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 7.829.498,35 | 7.362.447,98 | 7.532.124,11 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 1.781.161,17 | 1.779.542,63 | 1.656.557,02 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 5.159,26 | 7.641,98 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | 592.927,65 | 1.101.460,28 | 698.741,44 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 39.664.558,64 | 40.653.235,07 | 41.972.313,69 | 0,00 |
| % da DC sobre a RCL [(I) / RCL] | 16,74% | 16,46% | 15,68% | 0,00% |
| % da DCL sobre a RCL [(III) / RCL] | 1,49% | 2,71% | 1,66% | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120% | 47.597.470,37 | 48.783.882,08 | 50.366.776,43 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108% | 42.837.723,33 | 43.905.493,88 | 45.330.098,79 | 0,00 |
| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 | | |
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVO ATUARIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS | 267.524,51 | 194.361,41 | 187.712,60 | 0,00 |
| RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 13.566.939,48 | 13.657.811,47 | 12.255.138,92 | 0,00 |

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017

Continuação 2/2

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

DIONISIO CERQUEIRA, 28/09/2017

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

FONTE:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|--|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 23.451.954,25 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 23.451.249,06 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 705,19 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 0,00 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 23.451.954,25 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 41.972.313,69 | - |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF) | - | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) | 41.972.313,69 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b) | 23.451.954,25 | 55,87 |
| LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 22.665.049,39 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 21.531.796,92 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 20.398.544,45 | 48,60 |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 28/09/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|--|-------------------------------|--------------------------------------|
| | No Quadrimestre de referência | Até o Quadrimestre de referência (a) |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimo | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimo | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (I) | 0,00 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|----------------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 41.972.313,69 | — |
| OPERAÇÕES VEDADAS(II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS | 6.715.570,19 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4% | 6.044.013,17 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 2.938.061,96 | 7,00 |

| OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR REALIZADO | |
|--|-------------------------------|--------------------------------------|
| | No Quadrimestre de referência | Até o Quadrimestre de referência (a) |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 28/09/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|----------------------|-------------------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 41.400.000,00 | 41.400.000,00 | 8.133.298,40 | 19,65 | 29.168.215,65 | 12.231.784,35 |
| RECEITAS CORRENTES | 41.076.000,00 | 41.076.000,00 | 7.992.875,72 | 19,46 | 27.031.599,80 | 14.044.400,20 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 4.560.000,00 | 4.560.000,00 | 1.072.257,07 | 23,51 | 2.803.272,04 | 1.756.727,96 |
| IMPOSTOS | 3.467.500,00 | 3.467.500,00 | 997.157,28 | 28,76 | 2.512.333,53 | 955.166,47 |
| TAXAS | 782.500,00 | 782.500,00 | 75.099,79 | 9,60 | 290.938,51 | 491.561,49 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 310.000,00 | 310.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 310.000,00 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 700.000,00 | 700.000,00 | 121.936,67 | 17,42 | 478.669,00 | 221.331,00 |
| CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO | 700.000,00 | 700.000,00 | 121.936,67 | 17,42 | 478.669,00 | 221.331,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 182.700,00 | 182.700,00 | 54.462,97 | 29,81 | 335.775,90 | -153.075,90 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS | 182.700,00 | 182.700,00 | 54.462,97 | 29,81 | 335.775,90 | -153.075,90 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 3.070.000,00 | 3.070.000,00 | 625.423,77 | 20,37 | 1.796.841,43 | 1.273.158,57 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 30.762.040,00 | 30.762.040,00 | 6.013.109,11 | 19,55 | 21.264.407,66 | 9.497.632,34 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 30.375.500,00 | 30.375.500,00 | 6.004.587,37 | 19,77 | 20.900.286,36 | 9.475.213,64 |
| TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 321.540,00 | 321.540,00 | 0,00 | 0,00 | 321.512,60 | 27,40 |
| TRANSF. DE PESSOAS | 15.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| TRANSF. DE CONV. | 50.000,00 | 50.000,00 | 8.521,74 | 17,04 | 42.608,70 | 7.391,30 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.801.260,00 | 1.801.260,00 | 105.686,13 | 5,87 | 352.633,77 | 1.448.626,23 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 268.907,70 | 268.907,70 | 40.518,78 | 15,07 | 159.639,79 | 109.267,91 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 15.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 796,58 | 14.203,42 |
| RECEITA DA DIVIDA ATIVA | 1.489.652,30 | 1.489.652,30 | 62.235,02 | 4,18 | 180.773,90 | 1.308.878,40 |
| RECEITAS DIVERSAS | 27.700,00 | 27.700,00 | 2.932,33 | 10,59 | 11.423,50 | 16.276,50 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 324.000,00 | 324.000,00 | 140.422,68 | 43,34 | 2.136.615,85 | -1.812.615,85 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120.406,08 | -120.406,08 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120.406,08 | -120.406,08 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 250.000,00 | 250.000,00 | 3.400,00 | 1,36 | 15.480,00 | 234.520,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 200.000,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.080,00 | 187.920,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 50.000,00 | 50.000,00 | 3.400,00 | 6,80 | 3.400,00 | 46.600,00 |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 20.000,00 | 20.000,00 | 424,22 | 2,12 | 1.328,26 | 18.671,74 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 54.000,00 | 54.000,00 | 136.598,46 | 252,96 | 1.999.401,51 | -1.945.401,51 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 26.000,00 | 26.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.311,16 | 18.688,84 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 28.000,00 | 28.000,00 | 136.598,46 | 487,85 | 1.992.090,35 | -1.964.090,35 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | — | — | — | — | — | — |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 41.400.000,00 | 41.400.000,00 | 8.133.298,40 | 19,65 | 29.168.215,65 | 12.231.784,35 |

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|---------|--------------------|---------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 41.400.000,00 | 41.400.000,00 | 8.133.298,40 | 19,65 | 29.168.215,65 | 70,45 | 12.231.784,35 |
| DÉFICIT (VI) | — | — | — | — | — | — | — |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | 41.400.000,00 | 41.400.000,00 | 8.133.298,40 | 19,65 | 29.168.215,65 | 70,45 | 12.231.784,35 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | — | 1.334.140,83 | — | — | 431.316,19 | — | — |
| Superávit Financeiro | — | 1.334.140,83 | — | — | 431.316,19 | — | — |
| Reabertura de Créditos Adicionais | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE |
|---|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| | | | | | | | | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | | | | | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 41.400.000,00 | 43.340.021,41 | 6.140.904,75 | 28.208.167,72 | 15.131.853,69 | 6.622.330,05 | 24.884.816,83 | 18.455.204,58 | 23.619.635,69 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 38.868.000,00 | 40.108.761,06 | 6.097.380,02 | 27.433.147,86 | 12.675.613,20 | 6.556.318,03 | 24.292.011,18 | 15.816.749,88 | 23.026.830,04 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 20.492.250,00 | 20.981.250,00 | 4.041.144,51 | 15.769.138,43 | 5.212.111,57 | 4.042.575,35 | 15.767.811,56 | 5.213.438,44 | 15.465.031,24 |
| INVESTIMENTOS | 50.000,00 | 170.000,00 | 20.322,89 | 86.268,49 | 83.731,51 | 20.720,84 | 85.368,05 | 84.631,95 | 82.257,59 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 18.325.750,00 | 18.957.511,06 | 2.035.912,62 | 11.577.740,94 | 7.379.770,12 | 2.493.022,04 | 8.438.831,57 | 10.518.679,49 | 7.479.541,21 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.522.000,00 | 3.221.260,35 | 43.524,73 | 775.019,86 | 2.446.240,49 | 66.012,02 | 592.805,65 | 2.628.454,70 | 592.805,65 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 2.022.000,00 | 33.553,37 | 535.194,62 | 2.306.065,73 | 2.306.065,73 | 6.983,04 | 409.974,79 | 2.431.285,56 | 409.974,79 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 500.000,00 | 380.000,00 | 9.971,36 | 239.825,24 | 140.174,76 | 59.028,98 | 182.830,86 | 197.169,14 | 182.830,86 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 41.400.000,00 | 43.340.021,41 | 6.140.904,75 | 28.208.167,72 | 15.131.853,69 | 6.622.330,05 | 24.884.816,83 | 18.455.204,58 | 23.619.635,69 |

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) |
|--|------------------------|---------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 41.400.000,00 | 43.340.021,41 | 6.140.904,75 | 28.208.167,72 | 15.131.853,69 | 6.622.330,05 | 24.884.816,83 | 18.455.204,58 | 23.619.635,69 |
| SUPERÁVIT (XIII) | — | — | — | 960.047,93 | — | — | 4.283.398,82 | — | 5.548.579,96 |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 41.400.000,00 | 43.340.021,41 | 6.140.904,75 | 29.168.215,65 | — | 6.622.330,05 | 29.168.215,65 | — | 29.168.215,65 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

| | | | | |
|---------------|---|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) | | R\$ 1,00 | |
| | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a) | REGISTROS EFETUADOS EM 2017 | | SALDO TOTAL (c) = (a + b) |
| | | No Bimestre | Até o Bimestre(b) | |

NADA A DECLARAR

| | | | | | | | | | | | |
|-----------------|--------------------|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| DESPESAS DE PPP | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|-----------------|--------------------|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

NADA A DECLARAR

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

| | | |
|--|--|---|
| THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES Prefeito Municipal | CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRA/SC 11527 | KELY ELENA KAIBERS Contadora CRC/PR 068505/O-8 |
|--|--|---|

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

| RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) | | | R\$ 1,00 | | | | |
|--|-------------------------|--|---------------------|--------------------|--|--------------------------------|--|
| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | | | | SALDO (c) = (a-b) | |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I) | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 250.000,00 | 15.480,00 | | | | 234.520,00 | |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 50.000,00 | 3.400,00 | | | | 46.600,00 | |
| | 200.000,00 | 12.080,00 | | | | 187.920,00 | |
| DESPESAS | | | | | | | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II) Despesas de Capital | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (f) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SALDO (h)=(d-e) | |
| | 0,00 0,00 | 0,00 0,00 | 0,00 0,00 | 0,00 0,00 | 0,00 0,00 | 0,00 0,00 | |
| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | Em 2016 (i) | Em 2017 (j) = (lf - (llf + llg)) | | | | SALDO ATUAL (k) = (lli + llii) | |
| Valor(III) | 0,00 | 15.480,00 | | | | 15.480,00 | |
| FONTE: | | | | | | | |

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (e) = (a-d) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | |
| | | | | % (b/Total b) | | | % (d/Total d) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | | | | | | |
| Legislativa | 41.400.000,00 | 43.340.021,41 | 6.140.904,75 | 28.208.167,72 | 100,00 | 6.622.330,05 | 24.884.816,83 | 18.455.204,58 |
| Ação Legislativa | 1.565.000,00 | 1.565.000,00 | 114.584,75 | 765.909,98 | 2,72 | 113.663,54 | 670.841,50 | 894.158,50 |
| Administração | 3.746.000,00 | 3.656.000,00 | 582.616,83 | 2.708.546,11 | 9,60 | 113.663,54 | 670.841,50 | 894.158,50 |
| Ação Judiciária | 8.000,00 | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 646.289,20 | 2.323.079,01 | 1.332.920,99 |
| Planejamento e Orçamento | 335.000,00 | 335.000,00 | 35.551,12 | 129.164,08 | 0,46 | 0,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| Administração Geral | 2.806.000,00 | 2.806.000,00 | 454.262,48 | 2.285.256,29 | 8,10 | 35.911,12 | 129.164,08 | 205.835,92 |
| Administração Financeira | 170.000,00 | 170.000,00 | 23.000,00 | 61.000,00 | 0,22 | 515.158,65 | 1.907.284,74 | 900.715,26 |
| Controle Interno | 125.000,00 | 121.000,00 | 29.940,38 | 85.803,67 | 0,30 | 23.000,00 | 61.000,00 | 109.000,00 |
| Administração de Receitas | 197.000,00 | 197.000,00 | 35.517,85 | 142.977,07 | 0,51 | 30.540,38 | 82.803,67 | 38.196,33 |
| Promoção Industrial | 105.000,00 | 17.000,00 | 4.345,00 | 4.345,00 | 0,02 | 37.334,05 | 138.481,52 | 58.518,48 |
| Defesa Nacional | 33.000,00 | 33.000,00 | 6.466,56 | 24.966,58 | 0,09 | 4.345,00 | 4.345,00 | 12.655,00 |
| Defesa Terrestre | 33.000,00 | 33.000,00 | 6.466,56 | 24.966,58 | 0,09 | 5.392,72 | 23.485,39 | 9.514,61 |
| Segurança Pública | 380.000,00 | 380.000,00 | 23.181,10 | 113.612,32 | 0,40 | 5.392,72 | 23.485,39 | 9.514,61 |
| Policimento | 120.000,00 | 120.000,00 | 16.581,10 | 69.757,72 | 0,25 | 27.206,19 | 94.616,79 | 285.383,21 |
| Defesa Civil | 260.000,00 | 260.000,00 | 6.600,00 | 43.854,60 | 0,16 | 18.518,71 | 61.217,35 | 58.782,65 |
| Assistência Social | 2.534.692,30 | 2.572.692,30 | 304.905,20 | 1.534.566,49 | 5,44 | 8.687,48 | 33.399,44 | 226.600,56 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 1.832.692,30 | 1.890.692,30 | 204.387,37 | 1.054.744,66 | 3,74 | 361.711,31 | 1.331.305,76 | 1.241.386,54 |
| Assistência Comunitária | 702.000,00 | 692.000,00 | 100.517,83 | 479.821,83 | 1,70 | 241.952,96 | 900.548,19 | 990.144,11 |
| Saúde | 15.172.000,00 | 15.172.000,00 | 2.537.347,57 | 10.893.082,25 | 38,62 | 119.758,35 | 430.757,57 | 251.242,43 |
| Atenção Básica | 9.184.000,00 | 9.184.000,00 | 1.697.068,95 | 6.788.367,81 | 24,07 | 2.867.265,01 | 10.066.736,87 | 5.105.263,13 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 5.988.000,00 | 5.988.000,00 | 840.278,62 | 4.104.714,44 | 14,55 | 1.808.807,64 | 6.323.364,62 | 2.860.635,38 |
| Educação | 11.067.000,00 | 10.907.000,00 | 1.781.741,94 | 6.800.514,15 | 24,11 | 1.058.457,37 | 3.743.372,25 | 2.244.627,75 |
| Administração Geral | 670.000,00 | 687.000,00 | 122.758,23 | 547.887,18 | 1,94 | 1.685.674,88 | 6.145.769,30 | 4.761.230,70 |
| Ensino Fundamental | 6.649.000,00 | 6.419.000,00 | 998.555,21 | 3.453.898,13 | 12,24 | 124.303,26 | 526.929,71 | 160.070,29 |
| Ensino Médio | 416.000,00 | 416.000,00 | 73.322,79 | 309.199,90 | 1,10 | 853.416,02 | 3.112.357,01 | 3.306.642,99 |
| Educação Infantil | 3.117.000,00 | 3.175.000,00 | 587.105,71 | 2.321.528,94 | 8,23 | 66.734,57 | 217.454,77 | 198.545,23 |
| Educação de Jovens e Adultos | 35.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 608.221,03 | 2.233.527,81 | 941.472,19 |
| Educação Especial | 30.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 18.000,00 | 0,06 | 0,00 | 10.500,00 | 30.000,00 |
| Transporte Rodoviário | 150.000,00 | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,53 | 3.000,00 | 45.000,00 | 19.500,00 |
| Cultura | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 105.000,00 |
| Diffusão Cultural | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Direitos da Cidadania | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| Urbanismo | 2.462.307,70 | 2.709.780,74 | 202.485,55 | 1.646.487,43 | 5,84 | 0,00 | 1.204.058,09 | 1.505.722,65 |
| Infra-Estrutura Urbana | 245.000,00 | 492.473,04 | 25.773,37 | 95.418,76 | 0,34 | 275.674,92 | 70.578,93 | 421.894,11 |
| Serviços Urbanos | 1.492.307,70 | 1.492.307,70 | 154.639,88 | 1.062.826,52 | 3,77 | 933,54 | 840.188,02 | 652.119,68 |
| Energia Elétrica | 725.000,00 | 725.000,00 | 22.072,30 | 488.242,15 | 1,73 | 201.108,63 | 293.291,14 | 431.708,86 |

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (e) = (a-d) |
|--|----------------------|------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 41.400.000,00 | 43.340.021,41 | 6.140.904,75 | 28.208.167,72 | 15.131.853,69 | 6.622.330,05 | 24.884.816,83 | 18.455.204,58 |
| Saneamento | 20.000,00 | 184.300,00 | 140.000,00 | 154.292,80 | 30.007,20 | 0,00 | 14.292,80 | 170.007,20 |
| Saneamento Básico Rural | 20.000,00 | 34.300,00 | 0,00 | 14.292,80 | 20.007,20 | 0,00 | 14.292,80 | 20.007,20 |
| Saneamento Básico Urbano | 0,00 | 150.000,00 | 140.000,00 | 140.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| Agricultura | 950.000,00 | 2.035.215,94 | 135.668,87 | 790.136,38 | 1.245.080,56 | 139.752,78 | 639.280,86 | 1.395.936,08 |
| Abastecimento | 50.000,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 |
| Extensão Rural | 880.000,00 | 1.211.500,00 | 135.668,87 | 790.136,38 | 421.363,62 | 139.752,78 | 639.280,86 | 572.219,14 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 20.000,00 | 807.716,94 | 0,00 | 0,00 | 807.716,94 | 0,00 | 0,00 | 807.716,94 |
| Indústria | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| Promoção Industrial | 25.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| Comércio e Serviços | 25.000,00 | 25.000,00 | 1.548,82 | 2.548,82 | 22.451,18 | 1.548,82 | 2.548,82 | 22.451,18 |
| Promoção Comercial | 25.000,00 | 25.000,00 | 1.548,82 | 2.548,82 | 22.451,18 | 1.548,82 | 2.548,82 | 22.451,18 |
| Transporte | 1.530.000,00 | 2.018.643,56 | 149.621,90 | 1.253.830,72 | 764.812,84 | 253.207,03 | 1.062.913,76 | 965.729,80 |
| Transporte Rodoviário | 1.530.000,00 | 2.018.643,56 | 149.621,90 | 1.253.830,72 | 764.812,84 | 253.207,03 | 1.062.913,76 | 965.729,80 |
| Desporto e Lazer | 385.000,00 | 326.387,87 | 51.749,84 | 242.862,42 | 83.525,45 | 53.858,78 | 226.920,63 | 99.467,24 |
| Desporto Comunitário | 385.000,00 | 326.387,87 | 51.749,84 | 242.862,42 | 83.525,45 | 53.858,78 | 226.920,63 | 99.467,24 |
| Encargos Especiais | 1.350.000,00 | 1.695.000,00 | 108.985,82 | 1.276.811,27 | 418.188,73 | 191.084,87 | 1.078.967,25 | 616.032,75 |
| Serviço da Dívida Interna | 1.050.000,00 | 1.395.000,00 | 108.985,82 | 976.811,27 | 418.188,73 | 158.441,19 | 918.916,45 | 476.083,55 |
| Outros Encargos Especiais | 300.000,00 | 300.000,00 | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | 32.643,68 | 160.050,80 | 139.949,20 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 41.400.000,00 | 43.340.021,41 | 6.140.904,75 | 28.208.167,72 | 15.131.853,69 | 6.622.330,05 | 24.884.816,83 | 18.455.204,58 |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA, 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRASC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2021 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2022 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2023 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2024 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2025 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2027 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2028 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2029 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2030 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2031 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2032 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2033 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2034 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2035 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2036 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2037 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2038 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2039 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2040 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2041 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2042 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2043 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2044 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2045 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2046 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2047 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2048 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2049 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2050 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2051 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2052 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2053 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2054 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2055 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2056 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2057 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2058 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2059 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2060 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2061 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2062 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2063 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2064 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2065 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2066 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2067 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2068 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2069 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2070 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2071 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2072 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2073 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2074 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2075 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2076 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2077 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2078 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2079 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2080 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2081 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2082 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2083 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2084 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2085 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2086 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2087 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2088 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2089 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2090 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 061

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

| PLANO PREVIDENCIÁRIO | | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | | | |
| | | | Até o Bimestre/2017 | | Até o Bimestre/2016 | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | | Até o Bimestre/2017 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2017 | Até o Bimestre/2016 |
| ADMINISTRAÇÃO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDÊNCIA (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA | | | | | |
| Valor | 0,00 | | | | | |

Continua 1/2

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

2017

1º Bimestre

Julho - Agosto

Continuação 2/2

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | Aportes Realizados | |
|---|-----------------------|------|
| | Período de Referência | |
| | 2017 | 2016 |
| Outros Aportes para o RPPS | | 0,00 |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | 0,00 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | 0,00 |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e Aplicações | 0,00 | 0,00 |
| Outros Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 |

FONTE:
DIONÍSIO CERQUEIRA, 06/10/2017

| | | |
|--------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| THYAGO WANDERLAN G.GONÇA | CLEONIR L. WELTER | KELY ELENA KAIBERS |
| Prefeito Municipal | C. Interno - CRA/SC 11527 | Contadora CRC/PR 068505/O-8 |

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u> | SALDO | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Em 31 Dez 2016 (A) | Em 30 Jun 2017 (B) | Em 31 Ago 2017 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 6.641.264,83 | 6.637.869,03 | 6.581.950,51 |
| DEDUÇÕES (II) | 6.048.337,18 | 4.625.743,47 | 5.883.209,07 |
| Disponibilidade de Caixa | 6.048.337,18 | 4.620.553,14 | 5.875.567,09 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 7.829.498,35 | 6.268.341,56 | 7.532.124,11 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 1.781.161,17 | 1.647.788,42 | 1.656.557,02 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 5.190,33 | 7.641,98 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | 592.927,65 | 2.012.125,56 | 698.741,44 |
| RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V) | 592.927,65 | 2.012.125,56 | 698.741,44 |

| <u>RESULTADO NOMINAL</u> | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|--------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| | No Bimestre (Vlc - Vlb) | Jan a Ago 2017 (Vlc - Vla) |
| VALOR | -1.313.384,12 | 105.813,79 |

| <u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u> | VALOR CORRENTE |
|---|----------------|
| META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | 0,00 |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | Até o Bimestre | | |
|---|----------------------|--|--------------------------------------|---------------------------|
| RECEITAS | | | | |
| Previsão Inicial | | 41.400.000,00 | | |
| Previsão Atualizada | | 41.400.000,00 | | |
| Receitas Realizadas | | 29.168.215,65 | | |
| Déficit Orçamentário | | 0,00 | | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | | 431.316,19 | | |
| DESPESAS | | | | |
| Dotação Inicial | | 41.400.000,00 | | |
| Créditos Adicionais | | 1.940.021,41 | | |
| Dotação Atualizada | | 43.340.021,41 | | |
| Despesas Empenhadas | | 28.208.167,72 | | |
| Despesas Liquidadas | | 24.884.816,83 | | |
| Despesas pagas | | 23.619.635,69 | | |
| Superavit Orçamentário | | 4.283.398,82 | | |
| DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | | Até o Bimestre | | |
| Despesas Empenhadas | | 28.208.167,72 | | |
| Despesas Liquidadas | | 24.884.816,83 | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | | Até o Bimestre | | |
| Receita Corrente Líquida | | 41.972.313,69 | | |
| RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | Até o Bimestre | | |
| Regime Geral de Previdência Social | | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas(I) | | 0,00 | | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas (II) | | 0,00 | | |
| Resultado Previdenciário (III) = (I - II) | | 0,00 | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas(IV) | | 0,00 | | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas (V) | | 0,00 | | |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | | 0,00 | | |
| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| Resultado Nominal | | 0,00 | 105.813,79 | 0,00 |
| Resultado Primário | | 0,00 | 4.078.607,49 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre | Pagamento até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | 13.566.939,48 | 267.682,81 | 4.336.943,46 | 8.962.313,21 |
| EXECUTIVO | 13.564.389,48 | 267.682,81 | 4.334.393,46 | 8.962.313,21 |
| LEGISLATIVO | 2.550,00 | 0,00 | 2.550,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 1.781.161,17 | 0,00 | 1.420.310,47 | 360.850,70 |
| EXECUTIVO | 1.781.131,17 | 0,00 | 1.420.310,47 | 360.820,70 |
| LEGISLATIVO | 30,00 | 0,00 | 0,00 | 30,00 |
| TOTAL: | 15.348.100,65 | 267.682,81 | 5.757.253,93 | 9.323.163,91 |

Continua 1/2

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | | Valor apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
|---|------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| | | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | | 3.746.181,63 | 25% | 21,98 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | | 3.501.767,18 | 60% | 85,22 |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | | | Valor apurado até o Bimestre | Saldo não Realizado |
| Receitas de Operações de Crédito | | | 120.406,08 | -120.406,08 |
| Despesa de Capital Líquida | | | 592.805,65 | 2.628.454,70 |
| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 2017 | 2025 | 2035 | 2050 |
| Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores | | | | |
| Receitas Previdenciárias (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário VI = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | | | Valor apurado até o Bimestre | Saldo a Realizar |
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | | 15.480,00 | 234.520,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | Valor apurado até o Bimestre | Limite Constitucional Anual | |
| | | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos | | 6.895.925,80 | 15,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | | Valor apurado no exercício corrente | | |
| Total das despesas/RCL (%) | | 0,00 | | |

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
 Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
 C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
 Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|--|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Até o Bimestre/ 2017 | Até o Bimestre/ 2016 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) | 40.893.300,00 | 26.695.823,90 | 23.847.642,23 |
| Receita Tributária | 4.560.000,00 | 2.803.272,04 | 2.607.935,32 |
| I.P.T.U. | 950.000,00 | 497.848,53 | 431.525,32 |
| I.S.S. | 1.379.500,00 | 906.851,79 | 974.506,44 |
| I.T.B.I. | 500.000,00 | 545.252,35 | 407.885,58 |
| I.R.R.F. | 638.000,00 | 562.380,86 | 504.390,46 |
| Outras Receitas Tributárias | 1.092.500,00 | 290.938,51 | 289.627,52 |
| Receita de Contribuição | 700.000,00 | 478.669,00 | 473.702,39 |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Contribuições | 700.000,00 | 478.669,00 | 473.702,39 |
| Receita Patrimonial Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 182.700,00 | 335.775,90 | 876.213,15 |
| (-) Aplicações Financeiras | 182.700,00 | 335.775,90 | 876.213,15 |
| Transferências Correntes | 30.762.040,00 | 21.264.407,66 | 18.302.310,51 |
| F.P.M. | 10.295.000,00 | 6.310.804,46 | 5.704.644,76 |
| I.P.V.A | 1.080.000,00 | 790.814,26 | 732.667,94 |
| I.C.M.S. | 5.760.000,00 | 4.398.139,39 | 3.811.117,65 |
| Convênios | 50.000,00 | 42.608,70 | 29.684,07 |
| Outras Transferências Correntes | 13.577.040,00 | 9.722.040,85 | 8.024.196,09 |
| Demais Receitas Correntes | 4.871.260,00 | 2.149.475,20 | 2.463.694,01 |
| Dívida Ativa | 1.489.652,30 | 180.773,90 | 101.247,87 |
| Diversas Receitas Correntes | 3.381.607,70 | 1.968.701,30 | 2.362.446,14 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 324.000,00 | 2.136.615,85 | 9.959.807,91 |
| Operações de Crédito (III) | 0,00 | 120.406,08 | 1.330.963,11 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 20.000,00 | 1.328,26 | 5.642,32 |
| Alienação de Ativos (V) | 250.000,00 | 15.480,00 | 683.140,00 |
| Transferências de Capital | 54.000,00 | 1.999.401,51 | 7.940.062,48 |
| Convênios | 28.000,00 | 1.992.090,35 | 6.916.697,18 |
| Outras Transferências de Capital | 26.000,00 | 7.311,16 | 1.023.365,30 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V) | 54.000,00 | 1.999.401,51 | 7.940.062,48 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI) | 40.947.300,00 | 28.695.225,41 | 31.787.704,71 |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|--|--------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Até o Bimestre/ 2017 | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2017 | Até o Bimestre/ 2016 |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 40.108.761,06 | 27.433.147,86 | 27.917.383,35 | 24.292.011,18 | 23.979.395,38 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 20.981.250,00 | 15.769.138,43 | 14.787.467,38 | 15.767.811,56 | 14.787.467,38 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 170.000,00 | 86.268,49 | 12.908,75 | 85.368,05 | 11.755,98 |
| Outras Despesas Correntes | 18.957.511,06 | 11.577.740,94 | 13.117.007,22 | 8.438.831,57 | 9.180.172,02 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX) | 39.938.761,06 | 27.346.879,37 | 27.904.474,60 | 24.206.643,13 | 23.967.639,40 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XI) | 3.221.260,35 | 775.019,86 | 14.826.472,92 | 592.805,65 | 3.091.891,43 |
| Investimentos | 2.841.260,35 | 535.194,62 | 14.627.181,18 | 409.974,79 | 2.957.070,98 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 380.000,00 | 239.825,24 | 199.291,74 | 182.830,86 | 134.820,45 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) | 2.841.260,35 | 535.194,62 | 14.627.181,18 | 409.974,79 | 2.957.070,98 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 10.000,00 | - | - | - | - |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII) | 42.790.021,41 | 27.882.073,99 | 42.531.655,78 | 24.616.617,92 | 26.924.710,38 |

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

| | | | | | |
|---|----------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII) | -1.842.721,41 | 813.151,42 | -10.743.951,07 | 4.078.607,49 | 4.862.994,33 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | - | 431.316,19 | - | 431.316,19 | 0,00 |
| Superávit Financeiro | - | 431.316,19 | - | 431.316,19 | 0,00 |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |

| | |
|--|----------------|
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | VALOR CORRENTE |
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | 0,00 |

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
|--|--|--|---------------------|-------------------|----------------------------|------------------------------------|--|---------------------|---------------------|-------------------|----------------------------|------------------------|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a+b) - (c+d) | Inscritos | | Liquidadas (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (r+g) - (r+h) | Saldo Total L=(e+k) |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2016 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2016 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | | | | | | | | | | | | |
| EXECUTIVO | | | | | | | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 307.293,22 | 1.473.867,95 | 1.420.310,47 | - | 360.850,70 | 5.539.551,00 | 8.027.388,48 | 4.367.468,64 | 4.336.943,46 | 267.682,81 | 8.962.313,21 | 9.323.163,91 |
| ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 307.263,22 | 1.473.867,95 | 1.420.310,47 | 0,00 | 360.820,70 | 5.539.551,00 | 8.024.838,48 | 4.364.918,64 | 4.334.393,46 | 267.682,81 | 8.962.313,21 | 9.323.133,91 |
| FUNDO MUNICIPAL DA ACESSORIA JURÍDICA DO | 159.958,56 | 1.021.209,98 | 949.763,29 | 0,00 | 231.405,25 | 5.300.661,03 | 7.353.774,91 | 3.660.829,79 | 3.632.482,43 | 267.682,81 | 8.754.270,70 | 8.985.675,95 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.082,64 | 4.753,77 | 4.753,75 | 0,00 | 1.082,56 | 0,00 | 30.071,87 | 3.941,23 | 3.941,23 | 0,00 | 26.130,64 | 27.213,20 |
| FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 624,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 624,00 | 624,00 |
| PODER EXECUTIVO MUNICIPAL | 14.988,87 | 67.926,55 | 55.070,00 | 0,00 | 27.825,42 | 0,00 | 13.156,71 | 5.729,53 | 5.729,53 | 0,00 | 7.427,18 | 35.252,60 |
| SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS | 0,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.095,78 | 16.993,00 | 16.993,00 | 0,00 | 102,78 | 102,78 |
| SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO I | 2.653,64 | 8.617,55 | 8.617,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 456,79 | 342,74 | 342,74 | 0,00 | 114,05 | 114,05 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FII | 115.739,38 | 40.080,50 | 14.282,23 | 0,00 | 28.451,91 | 0,00 | 279.788,08 | 503,25 | 488,25 | 0,00 | 279.299,83 | 307.751,74 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. DESENV.RURAL E MEIC | 456,80 | 528.434,68 | 427.779,32 | 0,00 | 1.284,43 | 2.086.885,08 | 4.187.821,07 | 2.399.178,12 | 2.390.674,36 | 11.520,41 | 3.872.511,38 | 3.873.795,81 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FII | 3.012,50 | 39.975,30 | 37.296,81 | 0,00 | 101.112,16 | 410.464,01 | 1.900.619,99 | 962.582,86 | 944.639,86 | 197.410,00 | 1.169.034,14 | 1.270.146,30 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 435,88 | 39.975,30 | 37.296,81 | 0,00 | 5.690,99 | 0,00 | 22.403,17 | 13.044,52 | 11.505,42 | 0,00 | 10.897,75 | 16.588,74 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73,76 | 73,76 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA | 21.608,95 | 315.061,49 | 271.147,67 | 0,00 | 65.522,77 | 2.803.311,94 | 901.327,30 | 258.514,54 | 258.168,04 | 58.752,40 | 3.387.718,80 | 3.453.241,57 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 336,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 336,39 | 336,39 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQU | 8.520,40 | 259.819,28 | 189.491,06 | 0,00 | 78.848,62 | 0,00 | 74.146,70 | 31.557,36 | 30.379,54 | 0,00 | 43.767,16 | 122.615,78 |
| FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE | 3.616,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.616,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.616,33 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 4.904,07 | 259.819,28 | 189.491,06 | 0,00 | 75.232,29 | 0,00 | 74.146,70 | 31.557,36 | 30.379,54 | 0,00 | 43.767,16 | 118.999,45 |
| HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA | 138.794,26 | 192.838,69 | 281.056,12 | 0,00 | 50.566,83 | 238.889,97 | 596.916,87 | 672.531,49 | 671.531,49 | 0,00 | 164.275,35 | 214.842,18 |
| HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIR | 138.794,26 | 192.838,69 | 281.056,12 | 0,00 | 50.566,83 | 238.889,97 | 596.916,87 | 672.531,49 | 671.531,49 | 0,00 | 164.275,35 | 214.842,18 |
| LEGISLATIVO | | | | | | | | | | | | |
| FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊN | 30,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30,00 | 0,00 | 2.550,00 | 2.550,00 | 2.550,00 | 0,00 | 0,00 | 30,00 |
| PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.550,00 | 2.550,00 | 2.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | | | |
| | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II): | 307.293,22 | 1.473.867,95 | 1.420.310,47 | 0,00 | 360.850,70 | 5.539.551,00 | 8.027.388,48 | 4.367.468,64 | 4.336.943,46 | 267.682,81 | 8.962.313,21 | 9.323.163,91 |

FONTE:

DIONÍSIO CERQUEIRA, 08/10/2017

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

| RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) | ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | PREVISÃO ATUALIZADA 2017 |
|--|---------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------------------|
| | | Set/2016 | Out/2016 | Nov/2016 | Dez/2016 | Jan/2017 | Fev/2017 | Mar/2017 | Jun/2017 | Jul/2017 | Agos/2017 | TOTAL (ÚLT. 12 MES.) | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | | 2.975.800,96 | 3.634.304,37 | 4.188.299,27 | 5.637.108,78 | 3.427.429,84 | 3.846.631,47 | 3.295.634,76 | 3.477.162,31 | 4.157.694,44 | 4.482.721,34 | 46.239.389,28 | 45.222.000,00 |
| IPTU | | 251.570,46 | 294.076,84 | 274.436,45 | 442.772,41 | 197.091,17 | 259.398,89 | 344.187,77 | 352.591,88 | 670.927,53 | 401.329,54 | 4.056.130,20 | 4.560.000,00 |
| IPI | | 34.869,92 | 29.582,20 | 30.989,77 | 33.293,66 | 975,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 128,71 | 78.997,45 | 626.594,08 | 960.000,00 |
| IR F | | 66.396,15 | 65.062,19 | 54.146,34 | 96.385,52 | 51.779,17 | 62.141,98 | 77.755,55 | 72.879,47 | 65.834,83 | 78.370,27 | 74.592,57 | 843.361,46 |
| I.R.R.F. | | 107.565,22 | 119.134,89 | 154.407,89 | 162.461,75 | 106.010,33 | 99.229,14 | 118.390,05 | 112.930,39 | 120.697,21 | 123.322,05 | 1.450.421,54 | 1.379.500,00 |
| I.S. | | 26.321,44 | 42.733,15 | 17.008,00 | 128.787,68 | 27.577,05 | 82.714,33 | 80.226,11 | 82.248,52 | 69.519,87 | 58.448,00 | 98.299,37 | 500.000,00 |
| I.T.B.I. | | 17.417,73 | 27.576,41 | 17.884,45 | 21.843,40 | 10.749,27 | 15.313,44 | 67.626,06 | 82.060,50 | 21.467,19 | 18.422,26 | 27.518,73 | 1.092.500,00 |
| Outras Receitas Tributárias | | 63.067,24 | 56.570,15 | 59.177,45 | 57.829,08 | 20.679,22 | 99.067,69 | 53.512,90 | 66.910,67 | 60.496,84 | 61.440,57 | 715.312,92 | 700.000,00 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | 106.758,52 | 93.696,99 | 165.414,99 | 184.929,29 | 63.313,03 | 52.373,97 | 58.922,25 | 34.211,20 | 31.361,38 | 23.101,59 | 886.575,69 | 182.700,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | 128.457,69 | 210.937,05 | 210.990,88 | 350.631,87 | 119.078,77 | 231.207,48 | 164.926,63 | 231.328,31 | 363.910,25 | 281.513,52 | 2.895.858,92 | 3.070.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 2.395.187,98 | 2.916.661,48 | 3.455.054,08 | 4.572.141,41 | 2.893.144,68 | 3.174.937,51 | 2.624.805,97 | 2.748.658,75 | 2.978.826,06 | 3.681.823,11 | 37.375.919,71 | 34.908.040,00 |
| Cota-Parte do FPM | | 631.369,16 | 766.415,87 | 1.398.314,96 | 2.185.905,75 | 929.539,32 | 1.191.644,39 | 746.538,22 | 899.572,13 | 1.020.409,32 | 823.815,77 | 12.748.517,76 | 12.695.000,00 |
| Cota-Parte do I.C.M.S. | | 627.082,88 | 648.690,74 | 627.894,33 | 691.046,72 | 734.265,97 | 653.673,40 | 695.515,84 | 711.339,08 | 682.197,28 | 696.315,81 | 8.092.398,01 | 7.200.000,00 |
| Cota-Parte do IPVA | | 103.204,42 | 90.008,93 | 77.852,09 | 46.782,76 | 97.947,90 | 98.767,80 | 118.004,16 | 112.223,31 | 150.401,67 | 145.039,07 | 1.306.392,86 | 1.350.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | | 3.799,44 | 22.765,51 | 461,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 98,84 | 257,56 | 27.655,40 | 30.000,00 |
| Outras Transferências Correntes | | 560.415,30 | 854.930,60 | 807.190,22 | 1.042.946,25 | 697.375,04 | 718.296,63 | 549.085,25 | 486.218,82 | 630.238,31 | 1.493.943,76 | 8.843.926,38 | 7.848.040,00 |
| Transferências da LC 61/1989 | | 8.753,41 | 9.251,89 | 9.668,96 | 10.286,85 | 9.341,30 | 10.271,69 | 9.746,65 | 9.194,80 | 10.329,23 | 9.665,74 | 113.727,34 | 120.000,00 |
| Transferências da LC 87/1996 | | 2.446,35 | 2.446,35 | 2.446,35 | 2.446,35 | 2.504,98 | 2.504,98 | 2.504,98 | 2.504,98 | 2.504,98 | 2.504,98 | 29.825,24 | 30.000,00 |
| Transferências do FUNDEB | | 458.147,02 | 522.351,59 | 531.226,13 | 592.726,73 | 522.170,17 | 499.778,62 | 514.985,78 | 529.927,18 | 495.982,88 | 510.280,42 | 6.213.473,72 | 5.635.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | 32.759,07 | 72.159,86 | 23.225,42 | 28.804,72 | 34.122,77 | 31.645,93 | 49.939,24 | 47.471,50 | 41.903,21 | 53.513,01 | 509.582,84 | 1.801.280,00 |
| DEDUÇÕES (II) | | 275.324,92 | 307.915,62 | 423.327,34 | 488.231,61 | 354.719,68 | 391.372,27 | 312.146,73 | 347.076,83 | 312.020,51 | 335.519,55 | 4.267.066,59 | 4.146.000,00 |
| Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB | | 275.324,92 | 307.915,62 | 423.327,34 | 488.231,61 | 354.719,68 | 391.372,27 | 312.146,73 | 347.076,83 | 312.020,51 | 335.519,55 | 4.267.066,59 | 4.146.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II) | | 2.700.476,04 | 3.326.388,75 | 3.764.971,93 | 5.148.877,17 | 3.072.709,96 | 3.457.259,20 | 2.983.688,03 | 3.130.085,48 | 3.845.673,93 | 4.147.201,79 | 41.972.313,69 | 41.076.000,00 |

FONTE:
DIONÍSIO CERQUEIRA, 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY EILENA KAIERS
Contadora CRC/PR 0685050-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2017/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | | | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
|---|-------------------------|-------------------------|--------------------|---|-----------------------------------|
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I) | | 0,00 | 120.406,08 | | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I) | | 0,00 | 120.406,08 | | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I) | | 0,00 | 120.406,08 | | |
| DESPEAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPEAS EMPENHADAS (e) | DESPEAS LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e) |
| DESPEAS DE CAPITAL | 3.221.260,35 | 775.019,86 | 592.805,65 | 0,00 | 2.446.240,49 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II): | 3.221.260,35 | 775.019,86 | 592.805,65 | 0,00 | 2.446.240,49 |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II) | -3.221.260,35 | -654.613,78 | - | - | -2.566.646,57 |

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 06/10/2017

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2017

LEI COMPLEMENTAR nº 137, de 03 de outubro de 2017.

Altera a Lei Complementar nº 27, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e alterou a Lei Complementar nº 17, de 20 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de DOUTOR PEDRINHO, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Doutor Pedrinho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Os itens/subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 27/2003, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, acondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Parágrafo Único – (vetado);

Art. 2º - A Lista de Serviços instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 27/2003, fica acrescida dos itens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05, a vigor com as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de

conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Parágrafo Único – Fica corrigida a numeração dos subitens dos itens 13 e 17 de classificação dos seguintes serviços descritos na Lista de Serviços instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 27/2003:

| Item | Subitem | Descrição |
|-------|---------|--|
| | | |
| 13. | | Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia. |
| 13. | 01. | (Vetado na LC nº 116, de 2003). |
| 13. | 02. | Fonografia ou gravação de sons, inclusive gravação, dublagem, mixagem e congêneres. |
| 13. | 03. | Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, gravação e congêneres. |
| 13. | 04. | Reprografia, microfilmagem e digitalização. |
| 13. | 05. | Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS. |
| 14. | | Serviços relativos a bens de terceiros. |
| | | |
| 17. | | Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres. |
| 17. | 01. | |
| 17. | 02. | |
| 17. | 03. | |
| 17. | 04. | |
| 17. | 05. | |
| 17. | 06. | |
| 17. | 07. | (Vetado na LC nº 116, de 2003). |
| 17. | 08. | Franquia (franchising). |
| 17. | 09. | Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. |
| 17. | 10. | Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. |
| 17. | 11. | Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS). |
| 17. | 12. | Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. |
| 17. | 13. | Leilão e congêneres. |
| 17. | 14. | Advocacia. |

| | | |
|-------|-------|---|
| 17. | 15. | Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. |
| 17. | 16. | Auditoria. |
| 17. | 17. | Análise de Organização e Métodos. |
| 17. | 18. | Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza. |
| 17. | 19. | Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. |
| 17. | 20. | Consultoria e assessoria econômica ou financeira. |
| 17. | 21. | Estatística. |
| 17. | 22. | Cobrança em geral. |
| 17. | 23. | Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). |
| 17. | 24. | Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. |
| 17. | 25. | Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita. |
| 18. | | Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. |
| | | |

Art. 3º - O artigo 5º da Lei Complementar nº 27/2003, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 5º - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXIII, quando o imposto será devido no local:

[...]

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

[...]

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços;

[...]

XX -

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços.

Art. 4º - A Lei Complementar nº 27, de 2003, fica acrescida do seguinte Artigo:

Art. 32-A. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços desta Lei Complementar.

Parágrafo Único – Fica corrigida a numeração dos parágrafos do artigo 32 da Lei Complementar nº 27/2003, donde aquele numerado

como “Parágrafo Único” passa a ser o “Parágrafo 5º”, mantida a mesma redação em seu texto.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Município de Doutor Pedrinho, em 03 de outubro de 2017, 29º ano de Fundação; 28º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de outubro de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER
Agente Administrativo II.

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 053/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2016.

Pelo presente instrumento contratual, de um lado o Município de Doutor Pedrinho, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Brasília, nº 02, Centro, Doutor Pedrinho/SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado por sua Prefeita Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 238, nº 277, sala 01 Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 053/2016, cujo objeto consiste na CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DA CONTRATADA à CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Quarta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por igual período, ou seja, 12 (doze) meses, de 22/10/2017 até 21/10/2018, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - Considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia de R\$ 9.315,12 (nove mil trezentos e quinze reais e doze centavos), que corresponde a 04 (quatro) parcelas trimestrais de R\$ 2.328,78 (dois mil trezentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Acrescenta-se ao Termo inicial, no que tange ao objeto, a inclusão do sistema de pesquisa aos atos do Estado, com a legislação apresentada na mesma usabilidade do banco de dados da legislação do Município. A CONTRATANTE poderá, inclusive, solicitar URL à CONTRATADA para criação de Link com a Legislação Estadual na própria página institucional do Município.

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho (SC), 06 de outubro de 2017.

SIMONI M. M. NONES CARLITO MELLO DE LIZ
PREFEITA MUNICIPAL LIZ Serviços Online Ltda.
Testemunhas:

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA**

Ata da Trigesima Segunda Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, do Segundo Período Ordinário, da Primeira Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura do Município. Em três de outubro de dois mil e dezessete (03/10/2017), com início às 19:30 hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade de seus parlamentares, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; Vice-Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; e 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, no pequeno expediente, o Presidente registrou a prévia entrega de cópia da Ata da Trigesima Primeira Sessão Ordinária realizada no dia 26/09/2017 aos Senhores Vereadores, disponibilizado na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Projeto de Lei Ordinária nº 07/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências; O Senhor Presidente encaminha o Projeto de Lei Complementar nº 07/2017 para as Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Economia e Finanças para manifestação; b) Parecer de membro do Conselho Municipal de Educação recomendando realização de processo de escolha para Direção Escolar; c) Ofício recebido da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó informando a relação de atendimentos e solicitando apoio para subvenção social. Aberto o grande expediente em tema livre, não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. A seguir, com uma proposição pautada para "Ordem do Dia", iniciou-se o encaminhamento e deliberação, na forma que segue: a) Projeto de Lei Complementar nº 02/2017 – "Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências" – o Senhor Presidente coloca o Projeto de Lei Complementar nº 02/2017 em segunda votação nominal, ficando o Projeto aprovado pela totalidade dos Parlamentares. Encerrada a Ordem do dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Luiz Henrique Stollmeier declarou que o Projeto foi aprovado, por méritos ao adiamento de Votação, pois esse tempo serviu para os Vereadores que votaram contrário na primeira votação apreciarem a matéria mais a fundo, ouvir a Comunidade, tanto os pais, professores e demais funcionários da Escola, bem como fazer encaminhamentos pela democratização do processo para gestão escolar; Que, como solicitado pela Comunidade, decidiu-se pela aprovação do projeto, atendendo as exigências para que a escola continue avançando na excelência de ensino; Que também espera que mantenha-se sempre o respeito e os cuidados que são observados dentro da Escola, reconhecendo-se os méritos de quem até então havia participado da gestão; Que muito se fala que a aprovação do Projeto se deu em virtude da pressão que a comunidade impôs, mas que isso não passa de um equívoco, pois o Vereador tem liberdade de voto e a razão da aprovação do projeto foi em torno dos avanços conquistados no processo e da real necessidade da escola, bem como pelos Parlamentares terem buscado interagir com os interessados e atender as necessidades do Povo, sendo que a presença destes nas votações apenas trouxeram uma maior segurança na deliberação; b) o Vereador Valmir Farias agradece a presença do público nas duas votações, sendo a presença destes cordiais para uma melhor apreciação e deliberação da matéria; O Vereador comenta da sua tristeza diante da primeira votação do projeto, mas se diz muito aliviado e feliz com o resultado da segunda votação; Agradece os colegas vereadores pela aprovação do projeto, que como sempre colocado pelo mesmo, será de grande valia, trazendo segurança aos pais e alunos da escola; c) o Vereador Américo Nones convida a comunidade a sempre retornar à Casa, bem como agradece, em nome do PMDB, aos colegas vereadores pela aprovação do projeto; d) o Vereador Amélio Alves Fernandes comenta que os benefícios deste projeto serão em torno de toda a comunidade, relatando brevemente sobre a sua visita a escola na última semana, para conhecer o dia letivo dos alunos e acompanhar um pouco os trabalhos que lá são desenvolvidos; Que foi grandiosa e gratificante a sua visita, sendo a escola uma referência em todo o Município; Que a aprovação do projeto era uma necessidade, sendo que um dos seus critérios para aprovar o projeto foi a economia que este trará para os próximos anos de gestão; Que agradece os colegas vereadores pela aprovação do projeto; Que sempre deve-se manter a democracia e respeito aos colegas, independentemente de sigla partidária; Sem mais vereadores inscritos, o senhor Presidente passa aos demais solicitantes, donde: a) o senhor Nilton Bruno Tomelin apresenta suas considerações como membro do Conselho Municipal de Educação, reiterando o que fora exposto no Parecer feito por ele e encaminhado à Câmara nesta data; Que o parecer contou com orientações e fundamentações quanto ao que fora sugerido por meio da Indicação nº I-017/2017 de autoria de parlamentares deste Poder Legislativo; Que sugere também a adoção de emenda à Lei Orgânica Municipal para inclusão do termo Gestão Democrática no capítulo da educação, para facilitar apreciações de matérias por meio do Conselho; Que houve alguns equívocos no momento de apreciação de textos de Lei, onde, no seu leigo entendimento jurídico, estes traziam orientações institucionais, e por conta disso causou-se pequenos conflitos desnecessários; Que se diz aliviado com a decisão conhecida nesta noite, e que sem dúvidas a senhora Patrícia faz e continuará fazendo um excelente trabalho à frente da escola; b) o senhor Gremilsom Martes registra sua indignação por parte da primeira votação do projeto de Lei Complementar nº 02, fazendo apelo aos vereadores para que sempre tenham consciência dos seus atos, pois projetos como este são muito importantes e só trarão benefícios a comunidade, não havendo razão para a não aprovação; O Vereador Jackson comenta que, diferente da opinião individual do cidadão, os parlamentares como representantes do povo, estando diante de um projeto como este, devem buscar ouvir todos os lados, pois como existem pessoas que são a favor do projeto, existem pessoas que eram contra a forma como esse projeto foi encaminhado; Que os vereadores cumprem seu papel na tentativa de achar a melhor maneira de deliberação sobre o projeto; O senhor Presidente também reitera que buscou-se implantar a gestão democrática na rede municipal, e que em nenhum momento discutiu-se a não criação do cargo, mas sim a forma com que seria preenchida a vaga; Que todos os debates que aconteceram em cima desta proposição apenas amadureceram o projeto, e deixa legado da discussão no sentido da melhoria do processo; Que muitas vezes os vereadores são mal compreendidos por parte da comunidade, mas que diante do juramento que fizeram, só buscam o bem comum; Por fim, o Senhor Presidente informa que nas duas próximas Sessões desta Casa, entrará em apreciação e deliberação o Projeto de Lei que trata sobre o Plano Plurianual do Município, e conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, a deliberação deste projeto será pauta única na Sessão. Concluída a "Palavra Livre", o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 10 de outubro do ano corrente, às 19:30 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 049, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO N.º 049, de 03 de Outubro de 2017.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 412/16, de 07/12/2016 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0058 (30) – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

12.361.0026.2.009 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0010 (24) – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0058 (Salário Educação) e da fonte 0010 (Transporte Escolar).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de outubro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 050, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº. 050, de 04 de outubro de 2017.

Fica Constituída a Comissão de Avaliação dos Valores de Mercado dos Imóveis Rurais e Urbanos para atualização dos valores venais dos terrenos e planta de valores da tabela genérica de valores para o ano de 2018.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 11 da Lei 53 de 18 de dezembro de 1997;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão para fins de avaliação dos valores de mercado dos imóveis no município de Ermo, com a finalidade de atualizar o valores venais utilizados na tributação do Imposto Sobre Transmissão de Imóveis -ITBI e na planta de valores da planta genérica de valores utilizada no calculo da tributação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana- IPTU do município de Ermo.

Art. 2º Para compor a referida Comissão, ficam nomeados os senhores: Murialdo Murilo Inácio, Ronei Santos da Silva Simão e José Valsir da Silva, sendo que a mesma será presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º A função dos conselheiros não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de outubro de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0012/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0079/2017
DISPENSA DE LICITACAO N. 0012/2017

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E AUDITORIA PARA REALINHAR AS TARIFAS E SERVIÇOS JUNTO A TEFONIA FIXA.

JUSTIFICATIVA: Tem por objeto a presente dispensa de licitação, contratar a prestação de serviços de assessoria e auditoria técnica para identificar irregularidades na telefonia fixa, fazer ajustes das cobranças indevidas no consumo do uso do sistema de telefonia fixa, visando gerenciamento especializado no intuito de redução de custos.

Como é notório o conhecimento, muitos valores inseridos nas contas telefônicas, tornam-se sobrepostas, ou seja, dão conta de cobranças bis in idem, aumentando significativamente os valores pagos mensais, a presente contratação busca como benefício reaver valores, trazendo ao final o que realmente seria de direito para cobrança das operadoras de linhas telefônicas fixas condizentes com as normas regulamentadas pela ANATEL.

Não obstante então, como nos ensina o Pré Julgado 1980, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em que a unidade gestora deve prever as contratações que realizará no curso do exercício, sendo que as despesas decorrentes de objetos não usuais ou imprevisíveis podem ser contratadas através de dispensa de licitação, desde que não ultrapassem o valor previsto no Art. 24, I e II da Lei 8.666/93.

Trazendo então os ensinamentos do Pré Julgado alhures, o artigo 24, Inciso II, da Lei Federal n. 8666/93 e suas alterações, sobre dispensa de Licitação, assim dispõe:

"...II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do Inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compras ou alienações de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez ..."

Faxinal dos Guedes/SC, em 06 de Outubro de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0079/2017
DISPENSA DE LICITACAO N. 0012/2017

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E AUDITORIA PARA REALINHAR AS TARIFAS E SERVIÇOS JUNTO A TEFONIA FIXA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93, onde consta:

"...Art.24 ...
...

"...II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compras ou alienações de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez..."

Faxinal dos Guedes/SC, em 06 de Outubro de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0079/2017
DISPENSA DE LICITACAO N. 0012/2017

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E AUDITORIA PARA REALINHAR AS TARIFAS E SERVIÇOS JUNTO A TEFONIA FIXA.

ITEM 01: ALTAMIRO DUARTE - ME
Endereço: Rua Guajuvira, n. 182, Sala 01,
Gleba São Gabriel
Capitão Leonidas Marques – PR
CNPJ/MF: 11.347.245/0001-06

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para os serviços objeto da presente dispensa de licitação a municipalidade irá repassar o importe global de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), pagáveis em três parcelas, na ordem de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pagáveis até o décimo quinto dia útil, em conta corrente indicada pelo contratado, para a vigência de 12 (doze) meses, desde que consiga-se identificar a redução de valores cobrados indevidos nas faturas de telefonia fixa.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, os valores a ser repassado, está condizente com artigo 24, inciso II, devendo, observar ainda, o artigo 62, § 4º da Lei da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes/SC, em 06 de Outubro de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0079/2017
DISPENSA DE LICITACAO N. 0012/2017

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 0012/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 06 de Outubro de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0079/2017
DISPENSA DE LICITACAO N. 0012/2017

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E AUDITORIA PARA REALINHAR AS TARIFAS E SERVIÇOS JUNTO A TEFONIA FIXA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de contratação de empresa para o realinhamento das tarifas telefônicas, visando reduzir os gastos com telefonia fixa, e demais serviços que venham a trazer benefícios, observados os princípios constantes em nossa Carta Magna e observados ainda, todas as legislações específicas, em especial a legislação de licitações públicas que venham ao encontro do Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 06 de Outubro de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0079/2017
DISPENSA DE LICITACAO N. 0012/2017

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E AUDITORIA PARA REALINHAR AS TARIFAS E SERVIÇOS JUNTO A TEFONIA FIXA.

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina

CONTRATADO:

ITEM 01: ALTAMIRO DUARTE - ME
Endereço: Rua Guajuvira, n. 182, Sala 01,
Gleba São Gabriel
Capitão Leonidas Marques – PR
CNPJ/MF: 11.347.245/0001-06

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 0012/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 0079/2017

VIGÊNCIA: doze meses.

Faxinal dos Guedes/SC, 06 de Outubro de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 1845/2017

ATA DE CREDENCIAMENTO

Processo Licitatório Nº. 1845/2017

Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 35/2017

As 09:30 horas do dia 06 de outubro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes e classificação da proposta de preço e realizar a habilitação da proponente interessada em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA ARBITRAR EVENTOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório as seguintes empresas:

| Código Fornecedor | Nome do Fornecedor |
|-------------------|-----------------------------------|
| 2394 | BENI SAMARONE DE LIMA 87058510920 |
| 3997 | NEUZA INÊS BACK - ME |

Iniciada a sessão com a presença dos representantes das empresas participantes, sendo que a empresa NEUZA INÊS BACK – ME, se enquadra como ME e a empresa BENI SAMARONE DE LIMA 87058510920 se enquadra como MEI. Iniciado o Credenciamento o representante da empresa NEUZA INÊS BACK – ME, questionou que empresa BENI SAMARONE DE LIMA 87058510920 não poderia participar pelo fato de se enquadrar como MEI e as atividades relacionadas no CNAE não se enquadraria com objeto licitado. O representante da empresa BENI SAMARONE DE LIMA 87058510920, informou contra o questionamento, que a empresa esta em fase de alteração do enquadramento passando de MEI para ME. O representante informou que empresa não se apresentou com a documentação de ME, pelo fato de que uma funcionaria da Junta Comercial de Maravilha esta em atestado, com isso, não conseguindo concluir a fase de alteração, sendo assim, o pregoeiro suspende o processo Licitatório no prazo de 2 dias úteis para análise da assessoria jurídica do Município.

Findos os trabalhos de credenciamento, o pregoeiro suspendeu a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos seis dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

| | | |
|--------------------|--------------|--------------------|
| LEANDRO NEUHAUS | DIOGO DE BEM | ROSMARI ZANELLA |
| Membro da comissão | Pregoeiro | Membro da comissão |

De acordo:

LEI Nº 672/2017

LEI Nº. 672/2017

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Flor do Sertão-SC, para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Flor do Sertão para o quadriênio 2017/2021, contempla as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas do Anexo III – Planejamento Orçamentário, desta Lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2018/2021, consolidadas por programas, são aquelas constantes dos Anexos II e III.

Art. 4º - Nos termos da Lei Orgânica do Município e Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõe os programas com seus respectivos objetivos e metas, bem como a fonte de receita para o custeio dos programas do Ente Municipal, para o quadriênio 2018 a 2021, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

Anexo I – Estimativa das Receitas;

Anexo II – Resumo de Metas das Ações;

Anexo III – Planejamento Orçamentário

Art. 5º - A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa dentro da estrutura de planejamento, será sempre proposta pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá diminuir ou aumentar as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos

Anexos desta Lei.

Art. 8º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão - SC, em 06 de Outubro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

PORTARIA Nº 242/2017

| | |
|---|--|
| PORTARIA Nº 242/2017 | |
| DISPÕE SOBRE EFETIVAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. | |
| SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei, | |

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria, EFETIVADA nesta data, como Servidora Pública Concursada, por cumprimento do período de estágio probatório, percebendo vencimento em conformidade com o quadro próprio, a seguinte servidora:

| NOME | CARGO |
|----------------------------------|-----------|
| KARIN KELLY MASSINHANI VON DENTZ | PSICOLOGA |

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 dias do mês de Outubro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4303/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4303, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e face ao disposto no Artigo 33 Lei Complementar N.º 017, de 22 de dezembro de 2006 e posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, DENISE FATIMA ZIN, do Cargo de Chefe de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nomeada através do Decreto Municipal N.º 4191, de 02 de março de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal N.º 4191, de 02 de março de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 09 de outubro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em Data Supra.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/ PMF/2017

| |
|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA |
|--|

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 137/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ/MF nº 80.954.555/0001-01, estabelecida na Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº01 – Barreiros – São José/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Davi Torres Correa, brasileiro, CI 4.004.452, e CPF 004.726.679-12;

2. ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PET. LTDA, CNPJ/MF nº 11.496.657/0001-08, estabelecida na Rodovia SCT 285, Km 38, 550, Turvo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Michel Daniel Turelly, brasileiro, CI 4261808 e CPF 053.666.839-63;

3. JOTAGESON SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ/MF nº 10.928.639/0001-95, estabelecida na Rua Cairu, 2441, Canoas/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Leandro Zanzi, brasileiro, CI 4874142 e CPF 045.841.919-21;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 137/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de Lubrificantes, Graxas, detergentes e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de

requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um

período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela

que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 137/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Marcio Vieira será o gestor/fiscal deste contrato, sendo dele a competência de fiscalizar os materiais, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 06 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Davi Torres Correa
CPF: 004.726.679-12;

JOTAGESON SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Leandro Zanzi
CPF: 045.841.919-21;

ROAMNO COM. ATAC. DE DER. DE PRET. LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Michel Daniel Turelly
CPF: 053.666.839-63

Marcio Vieira
Administrador da Garagem Municipal
Gestor/Fiscal da Ata

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002_2017 - FME

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017 – FME
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0009/2017 – FME
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Despesa com a 01 (uma) inscrição para o servidor público Sr. Pedro José Ferreira, para participar do curso de atualização de transporte coletivo de passageiros, que será realizado nos dias 09 a 16 de outubro de 2017, na cidade de Fraiburgo/SC. Contratada: CASTRANS CURSOS E TREINAMENTOS DE TRANSITO LTDA ME inscrito no CNPJ de nº06.093.127/0001-89. Valor Total: R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93
Fraiburgo(SC), 06 de outubro de 2017.

João Batista Dalanhhol – Superintendente

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0050_2017-PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0050/2017 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0228/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Despesa com 02 (duas) inscrições para os servidores públicos: -Pedro José Ferreira e Cláudio de Souza, para participarem do curso de transporte escolar, que será realizado no dia 09 a 17 de outubro de 2017, na cidade de Fraiburgo/SC. Contratada: CASTRANS CURSOS E TREINAMENTOS DE TRANSITO LTDA ME inscrito no CNPJ de nº06.093.127/0001-89. Valor Total: R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 06 de outubro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111_2017 - PMF

Aviso do Pregão Presencial nº 0111/2017– PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para revisão completa referente as 6.500 h/t, (peças e óleo) com substituição mínima das peças e óleos constantes no LOTE 1, da Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 200-8, frota nº 263. JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 20.10.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 06 de outubro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 244 - 2017

DECRETO Nº 244, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

| | | |
|--|-----|------------|
| 09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente | | |
| 09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente | | |
| 20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (104) | R\$ | 100.000,00 |
| TOTAL | R\$ | 100.000,00 |

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

| | | |
|----------------------------------|-----|------------|
| 41722010100 – Cota-Parte do ICMS | R\$ | 100.000,00 |
| | | |

| | | |
|-------|-----|------------|
| TOTAL | R\$ | 100.000,00 |
|-------|-----|------------|

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 06 DE OUTUBRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 245 - 2017

DECRETO Nº 245, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|-----|-----------|
| 08.00 – Secretaria de Saúde | | |
| 08.01 – Fundo Municipal de Saúde | | |
| 10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial | | |
| 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0418 (130) | R\$ | 16.000,00 |
| | | |
| 10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica | | |
| 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0407 (71) | R\$ | 4.000,00 |
| | | |
| TOTAL | R\$ | 20.000,00 |

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|-----|-----------|
| 08.00 – Secretaria de Saúde | | |
| 08.01 – Fundo Municipal de Saúde | | |
| 10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0418 (36) | R\$ | 16.000,00 |
| | | |
| 10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0407 (68) | R\$ | 4.000,00 |
| | | |
| TOTAL | R\$ | 20.000,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 06 DE OUTUBRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 189-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 189/2017
FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

| Código | Cargo | Convocados | Data Horário |
|--------|---|----------------------------|------------------------|
| 03 | Auxiliar Educacional da Educação Infantil | 199º ao 200º classificados | 06/10/2017 às 14 horas |

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

| Cargo / área de atuação | Requisitos de escolaridade e outros |
|--|-------------------------------------|
| Auxiliar Educacional – Educação Infantil | Ensino Médio |

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 05 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 190 -2017 (AAN) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 190/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

| Código | Cargo | Convocados | Data Horário |
|--------|------------------------------------|--------------------------|------------------------|
| 03 | AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | 30º ao 32º classificados | 06/10/2017 às 14 horas |

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será

- entregue em data e horário estabelecido neste edital;
n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);
p) Carteirinha de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

| Cargo / área de atuação | Requisitos de escolaridade e outros |
|------------------------------------|---|
| Auxiliar de Alimentação e Nutrição | Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental |

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 191-2017 (PROF EDUCAÇÃO INFANTIL) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 191/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0020/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

| Código | Cargo | Convocados | Data Horário |
|--------|---|--------------------|-----------------------|
| 01 | Professor da Educação Infantil – Habilitado | 1- Elaine Ferreira | 06/10/2017 às 9 horas |

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0020/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;

- e) Identidade;
 - f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
 - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
 - h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
 - i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
 - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
 - k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
 - m) Conta bancária (BRADESCO);
- OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
 - o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0020/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

| Cargo / área de atuação | Requisitos de escolaridade e outros |
|---|--|
| Professor da Educação Infantil - Habilitado | Obrigatório Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior, ou Formação Superior Completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena (Educação Infantil) |

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0020/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 05 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 192-2017 (PROF EDUCAÇÃO INFANTIL) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 192/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0020/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

| Código | Cargo | Convocados | Data Horário |
|--------|---|----------------------------|------------------------|
| 01 | Professor da Educação Infantil – Habilitado | 1- JUCIELEI MARTA NOGUEIRA | 06/10/2017 às 16 horas |

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e

interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0020/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0020/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0020/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

| Cargo / área de atuação | Requisitos de escolaridade e outros |
|---|--|
| Professor da Educação Infantil - Habilitado | Obrigatório Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior, ou Formação Superior Completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena (Educação Infantil) |

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0020/2017: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 05 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 193 -2017 (ASG) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 193/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0015/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0015/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

| Código | Cargo | Convocados | Data Horário |
|--------|---------------------------|--|------------------------|
| 01 | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | 1 –JOSEANE CARLA MILANI 2 – REGIANE APARECIDA BATAGLION | 09/10/2017 às 10 horas |

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 015/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 015/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- Conta bancária (BRADESCO);
- Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- Carteira de saúde atualizada (Somente para Agente de Serviços Gerais e Auxiliar de Alimentação e Nutrição)

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 0015/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

| Cargo / área de atuação | Requisitos de escolaridade e outros |
|---------------------------|-------------------------------------|
| Agente de Serviços Gerais | Ensino Fundamental completo |

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0015/2017: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Ligação via telefone e Publicado em Diário Oficial

EXTRATO DA AT17PMF142

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF142

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene pessoal para uso pelos abrigados na Casa Lar “Celio Thibes dos Santos”.

Data da Ata: 06.10.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 06.10.2017 a 30.09.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0208/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0101/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0074/2017 – PMF.

Itens Registrados:

| Item | Qtde Estimada | Unid. | Descrição | Marca | Valor Unitário-R\$ |
|------|---------------|-------|--|--------------|--------------------|
| 1 | 150 | UNID | Absorvente higiênico, com abas, c/ 8 unidades | SEMPRE LIVRE | 4,15 |
| 2 | 30 | CX | Algodão – caixa 25 gramas | YORK | 4,15 |
| 3 | 120 | UNID | Creme dental com flúor – embalagem 90 gramas | COLGATE | 4,15 |
| 4 | 100 | UNID | Creme dental infantil – 50 gramas | TANDY | 4,15 |
| 5 | 60 | POTE | Creme hidratante para cabelos – pote com 1 kg | ORIGEM | 8,31 |
| 6 | 120 | UNID | Desodorante rollon neutro – 50 ml | REXONA | 12,45 |
| 7 | 100 | UNID | Escova dental infantil – extramacia | COLGATE | 4,15 |
| 8 | 100 | UNID | Escova dental normal | COLGATE | 4,15 |
| 9 | 50 | UNID | Escova para cabelo – em formato raquete, com cabo emborrachado | MARCO BONI | 20,77 |
| 10 | 100 | UNID | Esponja para banho 112mmx70mmx23mm | BETANIN | 4,15 |
| 11 | 50 | UNID | Fio dental – Fio encerado, mínimo 100 m | JADEFROG | 8,30 |
| 12 | 50 | CX | Haste flexível – caixa com 150 unidades | YORK | 8,30 |
| 13 | 200 | UNID | Lenço umedecido, hipoalergênico, sem álcool, mínimo 50 un. | MILI | 5,81 |
| 14 | 180 | UNID | Sabonete comum – 90 gramas | PALMOLIVE | 1,66 |
| 15 | 150 | UNID | Sabonete infantil – 80 gramas | JOHNSONS | 3,32 |
| 16 | 100 | UNID | Shampoo infantil – 350 ml | TRA-LA-LA | 12,45 |
| 17 | 100 | UNID | Shampoo para cabelos normais – 350 ml | PALMOLIVE | 8,30 |

Fraiburgo (SC), 06 de outubro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

Portaria nº 27802017

PORTARIA Nº 2780, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ELAINE FERREIRA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 080.064.559-61, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 27812017

PORTARIA Nº 2781, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ELISIANE APARECIDA KELLER VIEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 028.272.949-66, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 27822017

PORTARIA Nº 2782, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ALISON PAULO ZUCCO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 045.314.019-05, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 12931, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT17PMF126, Processo Administrativo Licitatório nº 0224/2017 - PMF, Dispensa de Licitação nº 0048/2017, cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de fechamento em alvenaria para evitar a entrada de pássaros e pintura interna das paredes do Ginásio de Esportes São Cristovão, localizado na Rua Paulo Pedroso, SN, Bairro São Cristovão, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 27832017

PORTARIA Nº. 2783, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIELLI REBECCA ACSA DIAS CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 089.699.409-01, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 27842017

PORTARIA Nº 2784, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora DELIR MORAES FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.378.499-04, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE EXCLUSÃO 09.10.2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL – SUBSTITUTIVO

AO PUBLICADO NO DIA 03.10.2017 – EDIÇÃO Nº 2354

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NOTIFICA AS EMPRESAS ABAIXO RELACIONADAS DE SUA EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, SENDO QUE TERÃO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO OU REGULARIZAR DÉBITOS/PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS PARA COM O MUNICÍPIO (Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 17, inciso V; art. 30, inciso II). Resolução CGSN nº 94 de 29.11.2011, art. 15, inciso XXVI e art. 73, inciso II "d"; A SABER:

A.P. TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS LTDA.
ME-CNPJ:08.105.656/0001-80;ADAO DASILVA-50128760915-CNPJ:18.034.950/0001-00;ADELITA THIBES DE MEIRA

- 03047703965-CNPJ:18.652.531/0001-24;ADEMIR BARBOSA ACESSORIOS AUTOMOTIVOS - ME-CNPJ:23.183.850/0001-78;ADIR ANHAIA DE LIZ - 02051231982-CNPJ:16.537.898/0001-71;ADNILSON JOSE NUNES - ME-CNPJ:07.066.865/0001-08;ADRIELE RIBEIRO DA SILVA 08351456977-CNPJ:24.149.399/0001-35;ALERCIO TRANSPORTES EIRELI - ME-CNPJ:07.389.409/0001-90;ALEANCE MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA - ME-CNPJ:23.492.611/0001-08;ALFA LIA - PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME-CNPJ:04.246.661/0001-52;AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA - ME-CNPJ:25.055.988/0001-17;ANA CAROLINA VICENTE 05184882928-CNPJ:24.746.172/0001-77;ANA CLAUDIA MUMBERGER 10405548907-CNPJ:24.489.246/0001-37;ANA CLAUDIA PIMENTEL 08575637932-CNPJ:27.758.727/0001-99;ANA CRISTINA HANKE 04607781967-CNPJ:21.279.200/0001-03;ANDRE FULMANN - ME-CNPJ:97.462.097/0001-96;ANDRE SEISL ME-CNPJ:14.035.119/0001-04;ANGELA FERREIRA DE OLIVEIRA - ME-CNPJ:22.520.887/0001-81;ANILDO DE JESUS VELOZO 59439360925-CNPJ:22.087.451/0001-40;ANTONIO CARLOS RIBEIRO - ME-CNPJ:12.679.111/0001-55;ANTONIO MACIEL PEPES - ME-CNPJ:10.158.499/0001-13;ARI QUEIROZ - ME-CNPJ:12.211.698/0001-73;ATERPLAN CONCRETOS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA. - EPP-CNPJ:22.351.784/0001-35;AUGUSTINHO CONRADI - 47792191915-CNPJ:11.924.774/0001-25;AUGUSTO GILMAR ZAMBONIN 99836289968-CNPJ:26.667.732/0001-23;AUTO COLETIVO FATIMA LTDA - ME-CNPJ:09.451.108/0001-75;AUTO ELETRICA THOMAZONI LTDA.ME-CNPJ:07.943.811/0001-75;BATISTA XAVIER 02039864903-CNPJ:24.440.219/0001-70;BELLEBONI TRANSPORTES LTDA - ME-CNPJ:06.354.888/0001-47;BETTU COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - ME-CNPJ:19.560.930/0001-28;BEZANELLA MODA E VESTUARIO LTDA - ME-CNPJ:18.317.754/0001-35;BGS AUTO MECANICA LTDA ME-CNPJ:01.212.861/0001-04;BLANDIONARA DE VARGAS FORTES EIRELI - ME-CNPJ:17.794.973/0001-42;-CARIM KERON MUHLBRANDT 08546224978-CNPJ:20.807.557/0001-46;CARLOS AUGUSTO DA ROCHA 06664679868-CNPJ:25.447.872/0001-23;CAROLINI BARBOSA ALVES 05267175994-CNPJ:23.289.285/0001-28;CARROCERIAS CLAUDIO LTDA - ME-CNPJ:06.267.253/0001-02;CARVANZ INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME-CNPJ:14.789.951/0001-04;-CASAGRANDE COMERCIO ATACADISTA LTDA. ME-CNPJ:13.686.916/0001-99;CASSIANO TREVISAN SARTORI 08202213924-CNPJ:26.855.708/0001-18;CATIANE DE QUADROS FERNANDES 08686949916-CNPJ:27.178.182/0001-41;CATULINO PEREIRA DE SOUZA - 64965791991-CNPJ:19.904.018/0001-46;-CECILIA DANIS DE CASTILHO 00853903999-CNPJ:23.768.410/0001-82;CHALA TRANSPORTES LTDA ME-CNPJ:08.875.244/0001-20;CLAUDIA GONZATTI LAURINDO & CIA LTDA. ME-CNPJ:07.964.753/0001-66;CLAUDIA LAZZAROTTO 78177227904-CNPJ:25.462.678/0001-17;CLAUDIO JOSE FERREIRA 84501464968-CNPJ:22.133.597/0001-85;CLECI TONIAZZO - 65656091953-CNPJ:20.213.180/0001-05;CLEIDE STIEVEN SCHMITZ EIRELI - ME-CNPJ:06.298.005/0001-29;CLEITON TREVISAN DA FONSECA 06961926916-CNPJ:23.420.231/0001-50;CLEVERSON L. DE CASTRO SILVESTRE - ME-CNPJ:23.287.466/0001-15;-COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - ME-CNPJ:04.572.452/0001-07;COMERCIO E TRANSPORTES SUPER ECONÔMICO EIRELI ME-CNPJ:22.922.914/0001-42;CONSEST PRE- MOLDADOS LTDA ME-CNPJ:08.281.254/0001-37;CONSULTORIO VETERINARIO TORTATO LTDA - ME-CNPJ:15.156.829/0001-55;CONTABIL VIDEIRA S/S LTDA-CNPJ:08.732.197/0001-65;-CONTAGIL SERVICOS CONTABEIS LTDA-CNPJ:04.646.336/0001-87;CRISTIANO ZANCANARO EIRELI - ME-CNPJ:22.193.732/0001-88;DAVID RODRIGUES SEVERO FILHO - 48168378920-CNPJ:12.251.537/0001-03;DENISE GALVAO - 00499777921-CNPJ:17.447.852/0001-24;DENISE RIBEIRO VALENTE - ME-CNPJ:09.407.579/0001-86;DIEGO RIBEIRO CUSTODIO 08773233994-CNPJ:26.710.960/0001-39;DUDA FRIOS LTDA ME-CNPJ:14.279.322/0001-26;EDIFIKE EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA LTDA ME-CNPJ:09.500.084/0001-05;EDILBERTO PEDRO

CANEI - ME-CNPJ:03.222.046/0001-43;EDILEUSA DE MATIA - 81398026972-CNPJ:18.218.779/0001-81;EDSON COSTA MOREIRA E CIA LTDA-CNPJ:17.204.035/0001-45;EDSON DE LIMA 04879303984-CNPJ:24.410.063/0001-84;EDSON ELEUTERIO 45768706968-CNPJ:25.047.319/0001-01;EDSON ELEUTERIO FILHO - ME-CNPJ:08.941.525/0001-33;EDSON GONCALVES CORREA 04823276930-CNPJ:27.407.445/0001-47;EDSON RODRIGO COBALCHINI - ME-CNPJ:14.875.046/0001-69;EFM SERVIÇOS DE INFORMATICA EIRELI - ME-CNPJ:13.288.932/0001-23;ELAINE CRISTINE PEREIRA DE SOUZA 03011592977-CNPJ:20.972.947/0001-71;ELENICE MATIAS 04071207930-CNPJ:22.296.710/0001-43;ELIANE FRARON 04390267922-CNPJ:24.456.326/0001-96;ELIANI APARECIDA COMERLATO EIRELI ME-CNPJ:04.635.419/0001-70;ELISANGELA DE SOUZA BARELLO MODAS - ME-CNPJ:19.089.840/0001-09;ELISETTE PRESTES DOS SANTOS 03243797900-CNPJ:23.667.944/0001-12;ELIZETE SCHADE KLAUS-CNPJ:20.727.611/0001-43;EMERSON FELIPE DE ALMEIDA FERREIRA 10172073995-CNPJ:25.995.108/0001-92;FABIANO CRUZ GONÇALVES ME-CNPJ:25.067.941/0001-73;FATIMA HELENA ALMEIDA DE OLIVEIRA - 04114241906-CNPJ:15.141.296/0001-38;FELIPE MARQUES DA SILVA - 00956804977-CNPJ:11.704.535/0001-60;FERNANDO FANTIN 96084340920-CNPJ:22.131.253/0001-37;FRANCINE DALL ALBA 03445289956-CNPJ:22.451.381/0001-68;FRANCISCO AMARILDO GOMES 52197891987-CNPJ:27.254.758/0001-02;FRAYBELLA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA ME-CNPJ:08.963.731/0001-44;FRUTTIRE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS NATURAIS LTDA ME-CNPJ:04.850.321/0001-36;FUNILARIA AVENIDA EIRELI ME-CNPJ:14.212.323/0001-53;GERSON SANTO BELTRAME - ME-CNPJ:19.251.510/0001-60;GILBERTO ALVES - 89211413915-CNPJ:19.700.521/0001-80;GILMAR DIAS DE ALMEIDA - 46980016920-CNPJ:17.051.404/0001-07;GILNEI DE ANDRADE 08273559980-CNPJ:24.020.114/0001-61;GREENFORCE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME-CNPJ:19.389.231/0001-67;-GRN COMERCIO E TRANSPORTES DE CARGAS DE GAS LTDA - ME-CNPJ:07.451.204/0001-98;HELEDEANE DE MEDEIROS RIBEIRO EIRELI - ME-CNPJ:22.539.450/0001-90;IDIR TEDESCO - ME-CNPJ:82.826.843/0001-06;IMOBILIARIA FRAIBURGO LTDA - ME-CNPJ:81.323.040/0001-76;IPE AMARELO TREINAMENTO VETERINARIO LTDA - ME-CNPJ:27.734.075/0001-52;IRINEU DOS SANTOS - 70363404953-CNPJ:21.120.960/0001-65;ISABEL REGALIN ME-CNPJ:24.132.327/0001-85;IVANDIR JOSE DIAS DE ASSUNCAO - 46508848968-CNPJ:19.844.405/0001-34;IVANIR DE OLIVEIRA COMERCIO DE ROUPAS ME-CNPJ:11.943.577/0001-53;IVO PERRETTI 22242198904-CNPJ:21.711.780/0001-58;JAIR THIBES - 79005764953-CNPJ:16.455.086/0001-87;JAKSON OTAVIO SILVA 07603072964-CNPJ:23.517.144/0001-15;JANDERSON MILANI 06630377940-CNPJ:26.010.441/0001-68;JANDIR PAULO DOS SANTOS - 96111232991-CNPJ:11.525.113/0001-27;JAQUELINE ZAGO 09342112994-CNPJ:27.767.695/0001-98;JCB ADMINISTRADORA DE DESCONTO LTDA - ME-CNPJ:10.408.981/0001-64;JECIVANIA DA CRUZ LEITE RAMOS 03071056524-CNPJ:26.074.114/0001-70;JEFFERSON LUIZ FUSSEGER -CNPJ:19.822.168/0001-00;JEFFERSON JULIANO MACHADO CARLIM - 06419386918-CNPJ:21.164.772/0001-39;JHONATAN KRUPZAK 06183219932-CNPJ:23.570.843/0001-29;JOAO ADALBERTO DA SILVA ME-CNPJ:09.255.785/0001-18;JOAO DE AGOSTINHO PAULO - 029492257917-CNPJ:18.581.537/0001-58;JOAO LENON RODRIGUES 07289691903-CNPJ:24.860.168/0001-35;JOÃO MARCOS BURG - ME-CNPJ:21.593.501/0001-07;JOAO MARIA CARRAO DA SILVA 00478833911-CNPJ:23.231.298/0001-46;JOAO RICARDO QUINCAS REI - ME-CNPJ:20.703.363/0001-09;JOAO RUDINEI BELOTTO 00039321924-CNPJ:24.136.465/0001-32;JOCELI DE SOUZA - 04269339900-CNPJ:14.019.174/0001-00;JOSE ADILSON RIBEIRO STEGUE - 59439971991-CNPJ:17.572.237/0001-40;JOSE AMARILDO DOS SANTOS - 47956143934-CNPJ:14.939.287/0001-24;JR MACHADO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA ME-CNPJ:14.150.860/0001-16;JULIANA APARECIDA RIBEIRO

- ME-CNPJ:10.327.540/0001-38;JULIANA FATIMA CHECHETTO CORREA 049872247941-CNPJ:27.494.516/0001-96;JULIANO DE MORAES 06112126923-CNPJ:22.405.866/0001-15;JULIANO GASPARETTO SILVA ME-CNPJ:10.517.777/0001-81;KARIM GREICI DE LIMA - 07345742903-CNPJ:21.055.047/0001-22;KELLI FABIANI PASINI 04563451916-CNPJ:21.843.590/0001-94;LARA CHRISTINA GAMBA 08508420935-CNPJ:25.530.885/0001-61;LEANDRO CARVEICULOS LTDA - ME-CNPJ:25.332.108/0001-02;LEOPOLDO ADERBAL FAGUNDES - ME-CNPJ:08.023.270/0001-20;LIA FREY - ME-CNPJ:21.821.868/0001-22;LORECI GONCALVES BORGES ME -CNPJ:24.996.748/0001-54;LORENI MARCELINO ALVES SAO 02181280967-CNPJ:26.013.033/0001-60;LUCENIR DE FATIMA SUBTIL 00523773935-CNPJ:21.992.633/0001-01;LUCI DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA 02372935950-CNPJ:22.526.987/0001-15;LUCIANA FERNANDA VIERO DA SILVA 05253914951-CNPJ:23.192.951/0001-05;LUCIANA PUHL DOS SANTOS-CNPJ:15.537.854/0001-89;LUCIANO JOAQUIM VITOR RODRIGUES 00448992973-CNPJ:17.998.946/0001-91;LUCIANO LOPES DUARTE 09287258988-CNPJ:25.030.111/0001-71;LUCIMARA DE OLIVEIRA - 02016975997-CNPJ:13.530.885/0001-82;LUIZ CARLOS ALVES - 02980513970-CNPJ:20.461.442/0001-42;LUIZ EDUARDO GUARNIERI 06043191938-CNPJ:27.045.503/0001-30;LUIZ FERNANDES DO ROSARIO 48012122987-CNPJ:22.930.335/0001-41;MACIEIRA TRANSPORTES EIRELI - ME-CNPJ:12.870.661/0001-57;MANIA DE BRINCAR JOGOS E DIVERSOES LTDA. - ME-CNPJ:21.008.234/0001-55;MAP - COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME-CNPJ:08.093.416/0001-03;MARCENARIA FRAIBURGO LTDA - ME-CNPJ:05.036.622/0001-93;MARCIA APARECIDA GOMES 94198497915-CNPJ:27.455.392/0001-30;MARCIA APARECIDA KOJIKOWSKI BONIATTI - 77658388904-CNPJ:19.949.733/0001-03;MARCOS ADRIANO RALDI PALAORO - 08395591942-CNPJ:15.520.706/0001-51;MARCOS ANTONIO CHECCHETTO 52251039953-CNPJ:21.871.222/0001-50;MARCOS ANTONIO DA TRINDADE ME-CNPJ:12.995.146/0001-01;MARCOS DETANICO MACHADO - 06530086943-CNPJ:20.548.243/0001-76;MARCOS ELISEU DOS SANTOS & CIA LTDA - ME-CNPJ:13.374.691/0001-35;MARCOS JOSE ARAUJO 08787960966-CNPJ:27.589.543/0001-42;MARIA CRISTIANE DE ARAUJO - ME-CNPJ:10.606.121/0001-35;MARIA DO PERPETUO SOCORRO ANDRADE 14851822200-CNPJ:11.543.168/0001-60;MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA EIRELI - ME-CNPJ:22.407.866/0001-54;MARIA LUCIA DE FATIMA GAEDCKE MALLMANN 06767292907-CNPJ:26.483.324/0001-11;MARIA LUZZI CONFECÇÕES LTDA - ME-CNPJ:18.460.307/0001-30;MARIA ROSANE DE MELLO DA SILVA - 42576920900-CNPJ:15.723.522/0001-99;MASSAS ALIMENTÍCIAS ANTUNES LTDA - ME-CNPJ:10.483.861/0001-21;MATEUS CARLOS FRANCA 10238887936-CNPJ:27.050.919/0001-46;MATEUS HENRIQUE FERREIRA 09090679960-CNPJ:23.469.947/0001-41;MAURO FERREIRA DE SOUZA - ME-CNPJ:13.548.187/0001-04;MAYCON ALEXANDRE NUNES ROCHA 05897791929-CNPJ:26.912.217/0001-61;MAYKE MOACIR DAMACENO VIEBRANTZ 08701469983-CNPJ:22.411.528/0001-96;MECANICA ESJ LTDA - ME-CNPJ:06.084.148/0001-38;MEIRELES LAVACAO EIRELI - ME-CNPJ:18.978.699/0001-24;MERCADO VARELA LTDA - ME-CNPJ:04.983.403/0001-59;MF INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI - ME-CNPJ:09.165.442/0001-62;MICHAEL CARBONI 49467212900-CNPJ:17.274.939/0001-47;MIRIAN RODRIGUES LIMA 03157528904-CNPJ:13.716.090/0001-63;MOIZES MARMORARIA, ARTEFATOS & TERRAPLENAGEM LTDA ME-CNPJ:02.948.665/0001-57;MONALISA VEBER 06891495903-CNPJ:22.009.257/0001-47;MONIQUE ANGEL RODRIGUES DE OLIVEIRA - 09003448906-CNPJ:17.528.416/0001-80;MONTLUDY LTDA ME -CNPJ:05.012.843/0001-21;MOTIS CAMINHOS DO AMOR LTDA - ME-CNPJ:04.067.405/0001-06;NAARA TEIXEIRA 09167002919-CNPJ:28.402.155/0001-73;NAIR PINZ 69349908972-CNPJ:24.131.343/0001-53;NELSON RODRIGUES BELLO 89983637987-CNPJ:27.155.442/0001-63;NEWLEY RODRIGO DE OLIVEIRA 04486990951-CNPJ:23.109.766/0001-04;NOELI TEREZINHA DOS SANTOS

94721068972-CNPJ:26.025.579/0001-30;OLIVERIO DA SILVA 03445936900-CNPJ:23.067.667/0001-07;OZIAS ALMEIDA SILVA EIRELI - ME-CNPJ:22.539.249/0001-02;PAMELA ISCLATI DE MOURA 10637101979-CNPJ:26.112.440/0001-24;PANIFICADORA E CONFETARIA DOCURA LTDA - ME-CNPJ:15.524.436/0001-57;PATRICIA CRISTINA DA CUNHA 020205597900-CNPJ:21.440.024/0001-31;PAULO LUIZ PACHECO DOS SANTOS 77704100963-CNPJ:22.828.373/0001-98;PAULO RICARDO ALMEIDA 05887707950-CNPJ:26.628.239/0001-02;PAULO ROGERIO MARQUES DE OLIVEIRA - ME-CNPJ:97.367.809/0001-98;PEDRO ALEX GONÇALVES SILVEIRA - 02227695994-CNPJ:13.610.590/0001-16;R.B.J. PRESENTES E UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - ME-CNPJ:09.304.808/0001-37;RAFAEL BORGES DA SILVA 06922615913-CNPJ:27.649.542/0001-46;RAFAEL RISSON RIBAS DOS SANTOS - ME-CNPJ:25.424.948/0001-03;RAFAEL ZIMMERMANN CANDIDO 00376761997-CNPJ:24.248.815/0001-52;RAFAELA RUPPENTHAL MOREIRA 1050551969-CNPJ:26.136.658/0001-19;REINALDO MACIEL DE MELLO 00545500923-CNPJ:26.129.845/0001-75;RENATA CAMARGO FERREIRA 10259143928-CNPJ:22.408.224/0001-70;RICARDO VICENTE -CNPJ:24.583.269/0001-06;RODRIGO RAMIRO RODRIGUES DOS SANTOS 72497270015-CNPJ:23.794.267/0001-01;ROFERSON RONI ROSA - 05671076986-CNPJ:14.766.997/0001-08;ROSANE COLDEBELLA DE ASSIS 933502201920-CNPJ:23.092.130/0001-05;ROSEMARY ANTONIA RAMOS DA SILVA - 21983674915-CNPJ:14.856.384/0001-53;ROZELENE SAVIAN ME -CNPJ:73.243.958/0001-87;RUAN MICHEL MORAES DOS SANTOS 06879946917-CNPJ:23.187.071/0001-40;SALVIO SINEVAN DE SOUZA ME-CNPJ:80.994.429/0001-80;SAMARA THAIS DE OLIVEIRA 04664587970-CNPJ:24.785.601/0001-15;SANDRA RODRIGUES DE BARROS - 06660646957-CNPJ:20.127.170/0001-49;SANTO SERIGHELLI & CIA LTDA ME-CNPJ:11.520.486/0001-05;SARAH GRAFICA E EDITORA LTDA - ME-CNPJ:22.450.973/0001-65;SEBASTIAO DA SILVA - 67022642915-CNPJ:17.472.334/0001-60;SEBASTIAO VOLNY DA SILVA MATTOS 43649041987-CNPJ:25.026.697/0001-09;SERVICOS ELETRICOS VALDIR LTDA ME-CNPJ:09.271.020/0001-71;SILVANA CARDOSO DA SILVA 05711318918-CNPJ:18.293.810/0001-49;SILVANE VIEIRA TRANSPORTES ME-CNPJ:11.951.532/0001-20;SIMETRIA SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME-CNPJ:17.070.607/0001-40;SIMONE TEREZINHA LUCIANO 84537507934-CNPJ:26.641.836/0001-69;-SIRLEI DAS GRAÇAS SOUZA EIRELI ME-CNPJ:24.502.926/0001-43;SIZA DE FATIMA RIBEIRO 04607752940-CNPJ:27.036.362/0001-99;SONIA MENEGON 01944397981-CNPJ:21.918.954/0001-58;SUELLEN CAETANO FERREIRA 09570544910-CNPJ:27.549.415/0001-75;SUPERMERCADO BERTELI LTDA - ME-CNPJ:78.207.925/0001-03;SUPERMETAL ESQUADRIAS E ESTRUTURAS LTDA - ME-CNPJ:07.143.917/0001-94;-TANIA MATIAS GLIENKE 05148374977-CNPJ:27.549.859/0001-00;-TCS MECANICA INDUSTRIAL LTDA - ME-CNPJ:22.620.649/0001-48;TECGEO TECNOLOGIA EM SON-DAGENS GEOFISICAS LTDA - EPP-CNPJ:73.946.766/0001-37;-THIAGO ALAN GROTH - 08058352969-CNPJ:20.104.526/0001-29;-TIAGOLUIZFELIX-00586801952-CNPJ:12.489.623/0001-59;TRANSATNER LTDA - ME-CNPJ:21.694.563/0001-05;TRANS GMR LTDA EPP-CNPJ:11.966.316/0001-59;TRANS MANNU'S EIRELI - ME-CNPJ:17.911.701/0001-85;TRANSPORTE DE CARGAS RONANZAGO LTDA ME-CNPJ:09.347.332/0001-11;TROPICAL ARTEFATOS DE MADEIRA - EIRELI - ME-CNPJ:20.026.943/0001-09;VALDINEI LUIZ ROSA DO PRADO 03750765901-CNPJ:22.493.903/0001-94;VALERIA FORTES 06743300993-CNPJ:23.173.903/0001-70;VALERIO CHEROBIN ME.-CNPJ:95.812.905/0001-72;VALMIR KELIM GOMES 77084152920-CNPJ:14.932.852/0001-21;VALMOR FURTADO ME -CNPJ:78.996.808/0001-68;VANDERSON DUARTE DE SOUZA 10405873999-CNPJ:26.253.536/0001-02;VILMAR FREITAS ABREU 01023847035-CNPJ:27.193.989/0001-53;VITORIA MARRIE COMERCIO DE PRESENTES LTDA ME-CNPJ:11.491.077/0001-28;VITORIA MARRIE COMERCIO DE PRESENTES LTDA ME

-CNPJ:11.491.077/0002-09;VOGUE SUPERMERCADO LTDA. - ME
-CNPJ:80.501.109/0001-41;WESLEY DE MELO GONCALVES
06037659982-CNPJ:26.040.159/0001-23;WILSON RIBEIRO CAR-
DOSO - ME-CNPJ:79.418.968/0001-92;ZEFERINO FERREIRA DA
SILVA ME-CNPJ:85.169.936/0001-01;ZENIR APARECIDA PIRES
BEAL 02129516963-CNPJ:25.238.658/0001-67.

Fraiburgo-SC, 09 de outubro de 2017.

Vlademir Antonio Zonta Junior

Auditor Fiscal – Matr. 11.229

Garopaba

PREFEITURA

ATO 021 DIVULGA GABARITO DEFINITIVO DAS PROVAS DE FARMACÊUTICO E FONOAUDIÓLOGO NASF DO PROCESSO SELETIVO 001/2017

ATO 021/PS/001/2017

DIVULGA GABARITO DEFINITIVO DAS PROVAS DE FARMACEUTICO E FONOAUDIÓLOGO - NASF DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2017

Nível Superior

Farmacêutico

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| D | C | D | A | D | B | A | C | B | D | A | C | C | C | A | C | B | D | C | D |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | | | | | | | | | | | | | | | |
| A | D | B | D | D | | | | | | | | | | | | | | | |

Fonoaudiólogo - NASF

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| D | C | D | A | D | B | A | C | B | D | A | B | B | D | C | C | D | B | D | D |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | | | | | | | | | | | | | | | |
| A | D | B | D | D | | | | | | | | | | | | | | | |

Garopaba, 06 de outubro de 2017.

ATO 022 CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS DE FARMACÊUTICO E FONOAUDIÓLOGO NASF DO PROCESSO SELETIVO 001/2017

ATO 022/PS/001/2017

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS DE FARMACEUTICO E FONOAUDIÓLOGO - NASF DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2017.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, torna público o que segue:

1. Fica divulgado no anexo I deste ato, a Classificação dos Candidatos das provas de farmacêutico e fonoaudiólogo - nasf do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, em ordem decrescente de nota final.

Garopaba, 06 de outubro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

ANEXO I

| FARMACÊUTICO | | | | | | | |
|--------------|----------------------|---------------|---------|------------|-----------------|--------------|----------|
| | | NOTA DA PROVA | | | | | |
| POSIÇÃO | NOME | ESCRITA | TÍTULOS | NOTA FINAL | DATA NASCIMENTO | Nº INSCRIÇÃO | SITUAÇÃO |
| 1 | ANA AMÉLIA CASTAMANN | 5,04 | 0,00 | 5,04 | 28/09/1970 | 004625 | APROVADO |
| 2 | DANIELA SCHULZ | 4,20 | 0,00 | 4,20 | 31/03/1995 | 005238 | APROVADO |
| 3 | TATIANE ZORZO PREUSS | 2,8 | 1,00 | 3,80 | 13/04/1983 | 005444 | APROVADO |

| FONOAUDIÓLOGO - NASF | | | | | | | |
|----------------------|------------------------|---------------|---------|------------|-----------------|--------------|----------|
| | | NOTA DA PROVA | | | | | |
| POSIÇÃO | NOME | ESCRITA | TÍTULOS | NOTA FINAL | DATA NASCIMENTO | Nº INSCRIÇÃO | SITUAÇÃO |
| 1 | LUCIANA BRITO VEIGA | 4,20 | 1,50 | 5,70 | 02/12/1971 | 004893 | APROVADO |
| 2 | PATRÍCIA FUNES | 4,20 | 1,00 | 5,20 | 10/07/1969 | 004790 | APROVADO |
| 3 | SARAH DE CAMPOS LALANE | 4,76 | 0,00 | 4,76 | 25/07/1991 | 005411 | APROVADO |

EDITAL PMG/FAZ Nº001/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****EDITAL PMG/FAZ Nº. 001/2017****DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE
ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, por sua **SECRETARIA DE FAZENDA**, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, de acordo com a Lei Municipal nº 1.107/2006, e demais legislação vigente, **TORNA PÚBLICO** a realização, de processo de inscrição, para fins de licenciamento de Atividades Ambulantes, Comerciais e de Prestação de Serviços de caráter temporário (provisório), que constam do Objeto deste edital, para a temporada de Verão 2017/2018.

1. OBJETO

1.1. O presente Edital tem como objeto a realização de processo público de inscrição para o licenciamento de Atividades Ambulantes, Comerciais e de Prestação de Serviços de caráter temporário (provisório), para a temporada de Verão 2017/2018, na forma da Lei Municipal nº 1.107/2006.

1.1.1. Para efeitos deste Edital, entende-se por:

- a)** Atividade Ambulante: É toda a atividade exercida por pessoa física, sem utilização de veículo automotor ou tração animal, lucrativa, de caráter eventual ou transitório nas áreas comuns do povo, exercida para a venda das mercadorias previstas no artigo 11, da Lei Municipal nº 1.107/2006;
- b)** Atividade Eventual de Prestação de Serviços: É toda atividade exercida durante determinada época do ano, com estabelecimento fixo, em locais determinados pela Prefeitura, constante na lista de serviços prevista no artigo 15, da Lei Municipal nº 1.107/2006;
- c)** Atividade Temporária sem Estabelecimento: É toda atividade exercida durante determinada época do ano em barracas, bancas e congêneres em pontos previamente estabelecidos pela Prefeitura;
- d)** Atividade Temporária em Estabelecimento Provisório: É toda atividade exercida durante determinada época do ano, em estabelecimento provisório, trailers comerciais ou instalações pré-fabricadas previamente autorizado pela Prefeitura, localizadas em imóvel de propriedade particular, proibido a utilização de carros, caminhonetes, caminhões e demais veículos automotor;

e) Atividade Temporária com Estabelecimento: É toda a atividade exercida durante determinada época do ano, em estabelecimento fixo, instalada em edificação permanente, inclusive stands, em feiras comerciais e seus congêneres.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Para os efeitos deste EDITAL, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como área pública, exceto quando, legalmente, ocupado por particulares.

2.2. O licenciamento de atividades ambulantes se dará apenas nos locais e números de vagas previstos no Anexo V, que é parte integrante deste Edital e, está em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.107/2006.

2.2.1. A quantidade de vagas especificada no anexo V, que consiste no número máximo de pontos por local indicado no Município, poderá ser ampliada em até 20% (vinte por cento) do limite estabelecido, por conveniência e oportunidade da administração pública municipal, nos termos do artigo 11, §1º, da Lei nº 1.107/2006.

2.3. Poderão participar do processo de inscrição pessoas físicas e jurídicas, desde que satisfeitos os requisitos de legislação de regência e os preceitos deste Edital, para o exercício da atividade pretendida.

2.4. Para o exercício de atividades relacionadas ao comércio e a manipulação de alimentos e/ou bebidas, será necessária a apresentação de **CARTEIRA DE SAÚDE** válida, expedida pela autoridade municipal competente, sem a qual não será entregue o alvará de licença temporário pretendido.

2.5. A inscrição e o alvará de licença temporário são pessoais e intransferíveis.

2.6. Para o licenciamento e o desenvolvimento das atividades de prestação eventual de serviços, previstas no artigo 15, Lei nº 1.107/2006, os materiais e equipamentos utilizados na atividade temporária deverão estar em perfeito estado de conservação e uso, não podendo acarretar riscos à saúde ou a segurança dos usuários consumidores e da população em geral, sob pena de aplicação de multa e cassação da licença (alvará).

3. PRAZO

3.1. O prazo de validade dos alvarás temporários concedidos aos classificados, segundo as disposições do presente EDITAL e da legislação de regência, será de 120 (cento e vinte) dias (Art. 2º, Parágrafo único, da Lei nº 1.107/2006).

3.2. O período oficial de temporada de verão, para efeitos do computo do prazo de validade das licenças temporárias concedidas, iniciando-se em **1º/12/2017**.

3.3. É facultado à administração pública, a concessão de alvarás temporários, após o período de inscrição, desde que remanescendo vagas, sem prejuízo do disposto no artigo 15, §3º, da Lei nº 1.107/2006.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. As inscrições ao processo público disciplinado por este Edital, que serão recebidas, unicamente, de forma presencial, terão início às **13 horas do dia 09/10/2017 e se encerrarão às 18 horas do dia 27/10/2017.**

4.1.1. As inscrições serão recebidas no **Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Garopaba**, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro – Garopaba/SC, de segunda a sexta-feira (dias úteis), no horário de expediente externo (13:00 às 18:00 horas).

4.1.2. No ato da realização do processo de inscrição, deverá o(a) interessado(a) apresentar os seguintes documentos e informações:

I - Atividade de Comércio Ambulante e Prestação Eventual de Serviço:

I.1 - Obrigatórios, sobre pena de indeferimento da inscrição:

- a)** Cópia do CPF e RG;
- b)** Comprovante de Residência, sendo:
 - b.1) Conta de Luz do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;
 - b.2) Conta de Água do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;
 - b.3) Contrato de locação anual, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de vigência, com firmas reconhecidas anterior a data de publicação do edital.
- c)** Certidão Negativa de Débitos Municipais de Garopaba;
- d)** Certidão de Quitação Eleitoral;
- e)** 01 (uma) foto 3 x 4 recente;

I.2 - Facultativos, para fins de pontuação e classificação:

- a)** Cópia(frente e verso) de(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que conste a atividade licenciada, o local de desenvolvimento e a data de emissão, com no **máximo 5 (cinco) anos**;
- b)** Cópia(frente e verso) do Certificado de curso de Relações Humanas realizado há no **máximo 2 anos**;
- c)** Cópia (frente e verso) de Certificado de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no **máximo 2 anos**;
- d)** Certidão de antecedentes criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Garopaba.

I.3 - Para a realização do processo de inscrição, além dos documentos e informações previstos neste item, é obrigatório o preenchimento dos formulários que constam dos anexos I, II e VI deste Edital, que compreende:

- a)** Ficha Cadastral do Ambulante – Anexo I;
- b)** Chek-list da Documentação – Anexo II;
- c)** Declaração do candidato que tem conhecimento de todos os termos do Edital – Anexo VI.

II - Atividade Temporária sem Estabelecimento, em Estabelecimento Provisório, ou em Estabelecimento fixo:

- a)** Ficha Cadastral – Anexo III;

- b) Chek-list da Documentação – Anexo IV;
 - c) Contrato Social ou Requerimento de Empresário (Pessoa Jurídica);
 - d) CNPJ (Pessoa Jurídica);
 - e) Cópia RG e CPF (Pessoa Física);
 - f) Certidão Negativa de Débito Municipal de Garopaba;
 - g) Cópia dos alvarás de anos anteriores, quando houver;
 - h) Comprovante de residência, contrato de locação ou autorização de uso pelo proprietário do imóvel (todas com reconhecimento de firma em cartório);
- 4.1.3.** Para fins de pontuação (item 4.1.2, I.2, "b"), a apresentação de certidão de antecedentes criminais deverá observar o seguinte: **os interessados residentes fora dos limites da jurisdição da Comarca de Garopaba, deverão apresentar certidões de antecedentes criminais das Comarcas de Garopaba e da Residência de origem.**

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO

5.1. À comissão julgadora compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendem as disposições do presente Edital.

5.2. A comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação, por meio das informações nas documentações prestadas no processo.

5.3. Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas neste Edital.

5.4. No caso de empate, será classificado aquele que comprovar ter trabalhado por mais tempo, persistindo o empate será classificado o de maior idade.

5.5. Para pontuação serão considerados os seguintes critérios:

5.5.1. Cópia alvará (frente e verso) de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará) - 1,0 ponto;

5.5.2. Cópia de alvará (frente e verso) de anos anteriores para atividades diferentes (por alvará) - 0,5 ponto;

5.5.3. Cópia do Certificado (frente e verso) de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;

5.5.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais de Garopaba - 1,0 ponto;

5.5.5. Cópia de Certificado (frente e verso) de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;

5.5.6. Pais que tenham filhos deficientes físicos sob sua guarda - 1,0 ponto;

5.5.7. Residente em outro Estado da Federação - 0,5 pontos;

5.5.8. Residente no Estado de Santa Catarina - 1,0 pontos;

5.5.9. Residente no Município de Garopaba - 2,0 pontos;

5.5.10. Residente e natural do município de Garopaba - 3,0 pontos;

5.5.11. Certidão de antecedentes criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Garopaba - 1,0 ponto;

5.5.12. Certidão de Quitação Eleitoral - 1,0 ponto;

5.5.13. Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração) - 1,0 ponto negativo.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO:

6.1. Uma vez elaborada a lista com a classificação dos proponentes, o resultado será submetido à análise da Comissão Julgadora, para homologação e publicidade do ato no mural da Prefeitura Municipal, cuja publicação estará disponível a partir das 14 horas do dia **06 de novembro de 2017**.

7. OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES CLASSIFICADOS

7.1. Manter a área em torno do local de desenvolvimento da atividade comercial ou de prestação de serviços em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para a devida armazenagem de detritos.

7.2. É obrigatório a utilização de jaleco, boné e luvas conforme exigência da Vigilância Sanitária.

7.3. É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação com foto e da autorização para funcionamento.

7.4. Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança e os períodos de funcionamento pré-determinados.

7.5. É proibido alterar o local de funcionamento dos equipamentos, nos casos em que ocorre a definição de local para a atividade comercial.

7.6. É proibido depositar caixas ou objetos ao redor do ponto autorizado.

7.7. É obrigatória a remoção dos carrinhos e demais equipamentos utilizados, ao término do trabalho diário, inclusive, e, principalmente, o próprio lixo produzido e coletado.

7.8. Somente poderá operar a pessoa física e jurídica classificada, **sendo vedada à locação, sublocação ou venda.**

7.9. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo (utilizar suporte com o mínimo de 30 cm de altura).

7.10. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na **perda imediata do alvará de licença**. A venda de produtos não autorizados será considerada **infração sanitária gravíssima**.

7.11. Somente será permitida a utilização de utensílios (copos, pratos) de material descartável.

7.12. Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos).

7.13. Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bobonas com torneiras e recipiente para coletar a água utilizada.

7.14. A carteira de saúde deverá estar à disposição da Coordenadoria de Vigilância Sanitária, no local de funcionamento.

7.15. Não será permitida a utilização de equipamentos de sonorização.

7.16. A distância mínima entre pontos de mesma atividade comercial será de 100 metros.

7.17. A atividade de comércio ambulante deve respeitar rigorosamente o período de funcionamento predeterminado, qual seja das 08:00 às 20:00 horas.

8. TAXAS DE VALORES DE INSCRIÇÃO

8.1. Os valores para inscrição nas atividades pretendidas são as seguintes:

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE CARÁTER PROVISÓRIO.

| <u>I – Atividade Ambulante</u> | <u>II – Valor</u> |
|--|--------------------------|
| Diversos doces | 508,13 |
| Diversos salgadinhos | 508,13 |
| Picolé | 508,13 |
| Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas | 508,13 |
| Milho Verde/Côco Verde | 596,34 |
| | |
| <u>II – Prestação Eventual de Serviços</u> | <u>II – Valor</u> |
| Caiaque / Stand Up | 1.343,75 |
| Barco à vela | 1.343,75 |
| Cadeiras, bóias, Pedalinho/ Redes e Similares | 1.007,80 |
| Banana – boat / Disco Inflável | 2.015,58 |
| Escuna | 2.015,58 |
| <u>III – Atividade Temporária sem Estabelecimento</u> | 1.007,80 |
| <u>IV – Atividade Temporária Estabelecimento Provisório</u> | 1.343,75 |
| <u>V – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno</u> | 1.679,68 |
| <u>VI – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/Noturno</u> | 2.782,89 |

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE CARÁTER PROVISÓRIO

| <u>I – Atividade Ambulante</u> | <u>Valor</u> |
|--|---------------------|
| Diversos doces | 101,61 |
| Diversos salgadinhos | 101,61 |
| Picolé | 101,61 |
| Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas | 101,61 |
| Milho Verde/Côco Verde | 119,25 |
| | <u>Valor</u> |
| <u>II – Prestação Eventual de Serviços</u> | |
| Caiaque / Stand Up | 268,74 |
| Barco à vela | 268,74 |
| Cadeiras, bóias, Pedalinho/ Redes e Similares | 201,55 |
| Banana – boat / Disco inflável | 403,11 |
| Escuna | 403,11 |
| <u>III – Atividade Temporária sem Estabelecimento</u> | 201,55 |
| <u>IV – Atividade Temporária Estabelecimento Provisório</u> | 255,25 |
| <u>V – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno</u> | 318,16 |
| <u>VI – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/Noturno</u> | 556,57 |

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O comércio de característica sazonal, decorrente da adjudicação dos proponentes vendedores, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

9.2. Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos da Saúde Federal, Estadual e Municipal.

9.3. As autorizações e alvarás, decorrentes do presente processo não poderão ser transferidos a terceiros e devem estar sempre visíveis ao público.

9.4. A Prefeitura Municipal de Garopaba reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.5. Aplica-se ao presente processo toda a legislação vigente à matéria.

9.6. Somente poderá iniciar a atividade, o indivíduo classificado que tiver em seu poder o devido alvará de licença e ter recolhido à Fazenda Municipal as taxas referentes à Atividade Comercial autorizada.

9.7. Caso o classificado não retire as guias para pagamento das respectivas taxas até **17 de novembro de 2017**, o mesmo será desclassificado, passando sua vaga para o próximo candidato.

9.8. Todos os adjudicatários que ferirem o presente EDITAL e ou as Posturas Municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas licenças, não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade.

9.9. Após a protocolização da inscrição não será mais permitida entrega de documentos.

9.10. É expressamente proibida a ligação de energia elétrica e água para as atividades constantes no inciso II, do art. 15, Lei 1107/2006.

9.11. O requerente, quando for menor de 18 e maior de 16 anos de idade, deve procurar o Oficialato da Infância e da Juventude, no Fórum de Garopaba, para solicitar autorização para o trabalho. O desrespeito a essa orientação pode acarretar a perda do Alvará.

9.12. Não será concedido o Alvará para menores de 18 anos para o comércio de bebidas alcoólicas, atividades insalubres e perigosas.

9.13. Os interessados a exercerem atividades que incidam ICMS, deverão procurar a Secretaria da Fazenda do Estado - USEFI – Imbituba/SC, na Rua Alcino Fonseca, nº 51 – Térreo fone (48) 3255-0482, para que se cadastrem no Regime Especial de Funcionamento de Temporada.

9.13. O presente EDITAL; está a disposição no site www.garopaba.sc.gov.br, no Mural da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Finanças.

10. Este Edital possui os seguintes anexo, que ficam fazendo parte integrante: Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV, Anexo V, Anexo VI.

10.1. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 02 de outubro de 2017.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS GASPAR
Secretário de Fazenda

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO - EDITAL PMG/FAZ Nº 001/2017

Nome Requerente:_____CMC:_____

| 1. OBRIGATORIO SOBRE PENA DE INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO | SIM | NÃO |
|--|------------|------------|
| 1.1 - CÓPIA DO CPF: | | |
| 1.2 - CÓPIA RG: | | |
| 1.3 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: | | |
| 1.4 - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS DE GAROPABA | | |
| 1.5 - CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL: | | |
| 1.6 - FOTO 3X4 - RECENTE: | | |
| 2. FACULTATIVOS, PARA FINS DE PONTUAÇÃO | | |
| 2.1 - CÓPIA DE ALVARÁ DE ANOS ANTERIORES: | | |
| 2.2 - CÓPIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO: | | |
| 2.3 - COMPROVANTE DE DEFICIENTE FÍSICOS: | | |
| 2.4 - CÓPIA DE CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS: | | |
| 2.5 - CERTIF. CURSO MANIPULAÇÃO ALIMENTO: | | |
| 2.6 - SE FOR O CASO LAUDO MÉDICO QUE COMPROVE DEFICIÊNCIA DE FILHOS SOB SUA GUARDA: | | |
| 2.7-CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO FORUM DA COMARCA DE GAROPABA E DA COMARCA DE RESIDÊNCIA: | | |
| 2.8 - OUTROS: | | |

GAROPABA, _____ de _____ de 20__.

Assinatura

ANEXO III – EDITAL PMG / FAZ / 001/2017**FICHA CADASTRAL**

CONTRIBUINTE: _____ CMC: _____

DADOS DO REQUERENTE:

Nome: _____

Endereço: _____
_____ Nº. _____ Bairro: _____ Próximo a: _____
_____ Cidade: _____ UF _____

Fones: _____ RG nº.: _____

CPF nº.: _____ Título eleitor nº.: _____

DADOS DA ATIVIDADE:

Praia Pretendida: _____

Atividade Pretendida: _____

Horário de Trabalho: _____

Descrição completa do Equipamento: _____

Declaro que todas as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras, bem como, cumpro todas as normas do **EDITAL Nº. 001/ PMG/ FAZ/ 2017**

Garopaba/SC _____ / _____ / 20____

Assinatura do Servidor_____
Assinatura Requerente

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO – EDITAL PMG / FAZ/ 001/2017

Nome Requerente:_____CMC:_____

| Relação de todos os documentos necessários a entrada do processo. | SIM | NÃO |
|--|------------|------------|
| 1 – CONTRATO SOCIAL: | | |
| 2 – CNPJ: | | |
| 3 – CÓPIA DO CPF: | | |
| 4 – CÓPIA DO RG: | | |
| 5 – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: | | |
| 6 – CONTRATO DE LOCAÇÃO: | | |
| 7 – HABITE-SE: | | |
| 8 – CETIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS DE GAROPABA: | | |
| 9 - OUTROS: | | |

GAROPABA, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Requerente

ANEXO V - QUADRO DE VAGAS - EDITAL PMG/FAZ N° 001/2017**ATIVIDADE COMÉRCIO AMBULANTE:****I - Perímetro Urbano que não Praia**

10 - Carrinhos de Picolé;

II - Praia de Garopaba

12 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

15 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

10 - Carrinhos de Milho Verde;

10 - Carrinhos de Picolé;

04 - Côco Verde;

04 - Salada de Frutas;

08 - Vendedores de (Redes 3) Similares (Cangas 3 e Chapéu 2).

Obs. Do Salva vidas para Norte

III - Praia da Ferrugem

08 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

08 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

04 - Carrinhos de Milho Verde;

04 - Caixas de Picolé;

04 - Côco Verde;

03 - Salada de Frutas

10 - Vendedores de Redes e Similares.

IV - Outras Praias

08 - Refrigerantes em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

08 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

04 - Carrinho de Milho Verde;

04 - Caixas de Picolé;

03 - Côco Verde;

03 - Salada de Frutas;

10 - Vendedores de Redes e Similares

PRESTAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS

I - Caiaque:

a) 03 (três) pontos na Praia do Centro, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;

c) 01 (um) ponto nas proximidades da ponte sobre a lagoa do Siriu, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;

c) 01 (um) ponto nas demais praias, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;

II - Cadeiras, bóias, guarda-sol e material de mergulho: 06 (seis) pontos em cada praia, com no máximo 40 (quarenta) unidades, cada;

III – Banana-boat e disco inflável:

a) 04(quatro) pontos na Praia do Centro, com uma unidade, cada;

b) 01 (um) ponto nas demais praias, com uma unidade, cada;

IV - Stand Up:

a) 02 (dois) pontos em cada praia, com no máximo 08 (oito) unidades, cada;

b) 01 (um) ponto nas proximidades da ponte sobre a lagoa do Siriu, com no máximo 08 (oito) unidades, cada;

V – Pedalinho: 01 (um) ponto na Praia do Centro, com 05 (cinco) unidades, cada;

VI – Escuna: Praia do Centro; VII – Barco a Vela com capacidade máxima para 02 (duas) pessoas: 01 ponto em cada praia.

VIII - Escola de Surf: 05 (cinco) pontos em cada praia.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO - EDITAL PMG/FAZ Nº 001/2017**DECLARAÇÃO**

Eu, _____
_____, nacionalidade: _____ Estado
civil: _____, Profissão: _____,
RG nº _____ Órgão
expedidor: _____, CPF: _____,
Residente: _____ Nº _____,
Bairro: _____ Cidade: _____
UF: _____, CEP: _____ DECLARO para os
devidos e efeitos legais, que estou ciente de todas as
disposições constantes no edital nº PMG/FAZ/001/2017 “
*DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO*” e da
Lei Municipal nº 1107 de 2006 e alterações posteriores.

Garopaba, _____ / _____ / 20____.

Candidato

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO Nº 65/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2017 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. BRUNO GORGES WERLICH, brasileiro, solteiro, RG nº 4.904.081 CPF: 068.942.269-54, residente e domiciliado à Rua Pastor Georg Burger, 142 – Pirabeiraba, Joinville/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Ofício nº 368/2017, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 065/2017 até o dia 17/10/2018.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 065/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

| | |
|---|---|
| Garuva, 04 de outubro de 2017. | Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli |
| Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito | |
| Contratado | |
| Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01 | Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04 |

ADITIVO CONTRATO Nº78/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2017 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito

Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ARIANA JEGUER DA SILVA MARTINS, brasileira, solteira, técnico em enfermagem, RG nº 5.319.027-0, CPF: 065.211.089-48, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 573, Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Ofício nº 376/2017, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 078/2017 até o dia 02/04/2018.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 078/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

| | |
|---|---|
| Garuva, 04 de outubro de 2017. | Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli |
| Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito | |
| Contratado | |
| Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01 | Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04 |

CONTRATO Nº 089

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

CONTRATO Nº 089/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. GABRIELE VELOZO FREITAS DA ROCHA, brasileira, solteira, professora, RG nº 12.540.070-1, CPF:

094.093.569-46, residente e domiciliado na Rua Ari Trancoso Mato-
so, 210, Centro, Paranaguá/PR, doravante denominado Contratado,
a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pe-
las quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a ne-
cessidade contratação de profissional para exercer as funções es-
pecíficas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à
Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente de-
terminado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 64
(sessenta e quatro) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 09 de outubro de 2017, termi-
nando no dia 12 de Dezembro de 2017, observando o excepcional
interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei
Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e
noventa e oito reais e oitenta centavos) acrescidas de vantagens
pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis
aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que cou-
berem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres
do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares
Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações
posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por con-
ta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação,
Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Funda-
mental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental-
07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por in-
teresse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO,
quando cessada a necessidade temporária de excepcional interes-
se público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em
concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser
comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias,
sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descon-
tado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer
dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes
do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional
interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDU-
CAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presen-
te instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os
efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

| | |
|---|--|
| Garuva, 05 de outubro de 2017. | |
| Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito | Secretário Municipal de Administra- ção, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli |
| Contratado | |
| Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30 | Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04 |

DISTRATO Nº 014

DISTRATO Nº 014/2017

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 032/2017, pessoa
jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614,
inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado
pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DA-
VID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no
CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugê-
nio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e
pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finan-
ças, Sr. CLÉLIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador
do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64,
residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, do-
ravante denominados Distratante, e do outro, a Sra. VANESSA DE
SOUZA CHAVES, brasileira, casada, professora, RG nº 3.244.506,
CPF: 047.671.599-70, residente e domiciliada na Rua Vereador Re-
ginaldo Mews, 168 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado
Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente
aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 051/2017, cujo objeto era a pres-
tação de serviços como Técnico em Enfermagem, nos termos da
Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em
20/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obriga-
ções de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº
051/2017.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Dis-
trato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das
testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 03 de outubro de 2017.

| | |
|---|--|
| Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito | Secretário Municipal de Administra- ção, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli |
| Distratado | |
| Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01 | Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04 |

PORTARIA 149/2017

PORTARIA Nº. 149, de 05 de outubro de 2017

"DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA SOLANGE APA-
RECIDA MOTA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA,
USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS
LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

CONSIDERANDO Processo nº 1786/2017;
CONSIDERANDO parecer da junta médica do município;
CONSIDERANDO ofício 82/2017 da Secretaria Municipal de Edu-
cação,
CONSIDERANDO parecer favorável do Secretário Municipal de Ad-
ministração

RESOLVE:

Art. 1o. – Remanejar definitivamente a servidora pública municipal
SOLANGE APARECIDA MOTA DE SOUZA, da função de Professor
Nível III, lotada na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves,
para exercer funções administrativas no Pré Victoria Junqueira
Pensky da Escola Municipal Vicente Vieira, com carga horária de

40 horas semanais, e com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação, e declarar a vacância do cargo de Professor Nível III, conforme Art. 33, item IV da Lei Complementar 001/1998, regulamentado pelo Decreto nº 184 de 13 de setembro de 2017.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 02 (dois) anos da data da publicação desta portaria.

Art. 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2017 - SMAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2017 - SMAA

Partes: Município de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02), por intermédio da Secretaria de Agricultura e Aquicultura e a Associação Gasparense de Amparo e Proteção Animal - AGAPA (CNPJ nº 16.621.374/0001-64).

Objeto: Acordo de cooperação para atividades de apoio e realização do projeto de castração para cães e gatos no Município de Gaspar, realizado pela Associação Gasparense de Amparo e Proteção Animal - AGAPA

Prazo: 03 (três) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Gaspar/SC, 05 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

ANDRÉ PASQUAL WALTRICK | Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura

GABRIELA SOFIA DALSOCHIO | Presidente - AGAPA

DECRETO Nº 7.690, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.690, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEIS LOCALIZADOS NO BAIRRO FIGUEIRA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 7.958, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Amalia Seide, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Carlos Augusto Schramm, inscrito no CPF sob o nº 222.797.689-68, contendo as seguintes características:

I - um terreno com área de 482,14m² (quatrocentos e oitenta e dois metros e quatorze decímetros quadrados), ocupado pela Rua Amalia Seide; via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 2.796/06, cuja descrição é a seguinte: iniciando no ponto P03, deste segue com azimute de 166º28'14", distancia de 12,00m com o leito da Rua Amalia Seide, até o ponto P04; deste segue com azimute de 257º4'42" e distancia de 40,03m com a dita área existente 02, até o ponto P13; deste segue com azimute de 344º59'1" e distancia de 12,00m com o leito da Rua Amalia Seide, até o ponto P14; deste segue com azimute de 77º04'28" e distancia de 40,34m com a dita área existente 01, até o ponto P03; ponto inicial desta seção perfazendo o percurso um total de 104,37m, contendo uma área de 482,14m²; terreno este sem benfeitorias. O imóvel descrito com a área de 482,14m² (quatrocentos e oitenta e dois metros e quatorze decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência

de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura da Rua Amalia Seide, nominada pela Lei Municipal 2.796, de 15 de setembro de 2006.

Art. 2º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 7.958, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua João Izidório Schramm, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Carlos Augusto Schramm, inscrito no CPF sob o nº 222.797.689-68, contendo as seguintes características:

I - um terreno com área de 660,85m² (seiscentos e sessenta metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), ocupado pela Rua João Izidório Schramm; via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 1.564/95, cuja descrição é a seguinte: iniciando no ponto P07 (EX 5151.3096 e NY 417.5647), deste segue com azimute de 165º01'23", distancia de 15,49m com o leito da Rua João Izidório Schramm, até o ponto P08 (EX 5155.31 E NY 402.60); deste segue em curva com raio de 65,00m, ângulo central de 34º58'25" e distancia de 39,71m com a dita área existente 03, até o ponto P10 (EX 5117.6027 e NY 412.9049); deste segue com azimute de 343º35'55" e distancia de 33,60m com o leito da Rua João Izidório Schramm, até o ponto P11 (EX 5108.1174 e NY 445.1304); deste segue em curva com raio de 50,00m, ângulo 61º38'47" e distancia de 53,80m com a dita área existente 02, até o ponto P07 (EX 5151.3096 e NY 417.5647); ponto inicial desta seção perfazendo o percurso um total de 142,60m, contendo uma área de 660,85m²; terreno este sem benfeitorias. O imóvel descrito com a área de 660,85m² (seiscentos e sessenta metros e oitenta e cinco decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura da Rua João Izidório Schramm, nominada pela Lei Municipal 1.564, de 11 de outubro de 1995.

Art. 3º As despesas decorrentes da aquisição dos imóveis acima descritos correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - Decreto 4.567/11

P T A M

Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica

ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Carlos Augusto Schramm, inscrito no CPF nº 222.797.689-68.

Local: Rua Amália Seide.

Bairro: Figueira.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica

– Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um terreno com área de 482,14m² (Quatrocentos e oitenta e dois metros e quatorze decímetros quadrados), ocupado pela RUA AMÁLIA SEIDE; via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 2.796/06, cuja descrição é a seguinte: "Iniciando no ponto P03, deste segue com azimute de 166°28'14", distancia de 12,00m com o leito da Rua Amália Seide, até o ponto P04; deste segue com azimute de 257°4'42" e distancia de 40,03m com a dita área existente 02, até o ponto P13; deste segue com azimute de 344°59'1" e distancia de 12,00m com o leito da Rua Amália Seide, até o ponto P14; deste segue com azimute de 77°04'28" e distancia de 40,34m com a dita área existente 01, até o ponto P03; ponto inicial desta seção perfazendo o percurso um total de 104,37m, contendo uma área de 482,14m²; terreno este sem benfeitorias.", imóvel este registrado sob matrícula nº 7.958.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 482,14m² (Quatrocentos e oitenta e dois metros e quatorze decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Ata:

Em dois (2) de Agosto de 2017, às 8h30min, nas dependências da Secretaria de Planejamento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11, 6.872/16 e 7520/17,, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 9h30 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (1) uma lauda que vai devidamente e assinada.

Carlos Francisco Bornhausen
Matricula1033.

Jonas José Schramm
Matricula 7589

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS - Decreto 4.567/11
P T A M

Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica
ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Carlos Augusto Schramm, inscrito no CPF nº 222.797.689-68.

Local: Rua João Isidoro Schramm.

Bairro: Figueira.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica
– Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um terreno com área de 660,85m² (Seiscentos e sessenta metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), ocupado pela RUA JOÃO ISIDÓRIO SCHRAMM; via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 1.564/95, cuja descrição é a seguinte: "Iniciando no ponto P07 (EX 5151.3096 e NY 417.5647), deste segue com azimute de 165°01'23", distancia de 15,49m com o leito da Rua João Isidoro Schramm, até o ponto P08 (EX 5155.31 E NY 402.60); deste segue em curva com raio de 65,00m, ângulo central de 34°58'25" e distancia de 39,71m com a dita área existente

03, até o ponto P10 (EX 5117.6027 e NY 412.9049); deste segue com azimute de 343°35'55" e distancia de 33,60m com o leito da Rua João Isidoro Schramm, até o ponto P11 (EX 5108.1174 e NY 445.1304); deste segue em curva com raio de 50,00m, ângulo 61°38'47" e distancia de 53,80m com a dita área existente 02, até o ponto P07 (EX 5151.3096 e NY 417.5647); ponto inicial desta seção perfazendo o percurso um total de 142,60m, contendo uma área de 660,85m²; terreno este sem benfeitorias".imóvel este registrado sob matrícula nº 7.958.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 660,85m² (Seiscentos e sessenta metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ata:

Em dois (2) de Agosto de 2017, às 9h30min, nas dependências da Secretaria de Planejamento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11, 6.872/16 e 7520/17,, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h30 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (1) uma lauda que vai devidamente e assinada.

Carlos Francisco Bornhausen
Matricula1033.

Jonas José Schramm
Matricula 7589

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

DECRETO Nº 7.692, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.692, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR CENTRAL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 5.282, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Alberto Reinert, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Libório João Reinert, inscrito no CPF sob o nº 291.131.809-91, e a Verônica Reinert, inscrita no CPF sob o nº 770.768.189-49, contendo as seguintes características:

I – um terreno com área de 2.313,81 m² (dois mil trezentos e treze metros e oitenta e um decímetros quadrados) cuja descrição inicia-se no ponto P59 com coordenada Este 695672,11 e Norte 7027364,85, deste segue com azimute de 112°02'04" e distancia de 15,67m, até o ponto P43, com coordenada Este 695686,64 e Norte 7027358,98, confrontando com terras de Joise Andreia Lemke e Leandro José Lemke (M. 17.912 – Comarca de Gaspar),

deste segue com azimute 106°37'06" e distancia de 16,18m, até o ponto P44, com coordenada Este 695702,15 e Norte 7027354,35 deste segue com azimute de 109°22'13" e distancia de 38,00m, até o ponto P45 com coordenada Este 695738,00 e Norte 7027341,74, deste segue com azimute de 119°12'50" e distancia de 32,59m, até o ponto P46, com coordenada Este 695766,45 e Norte 7027325,84, deste segue com azimute de 127°29'04" e distancia de 48,07m, até o ponto P47, com coordenada Este 695804,60 e Norte 7027296,58, deste segue com azimute de 130°11'08" e distancia de 19,72m, até o ponto P48, com coordenada Este 695819,66 e Norte 7027283,86, deste segue com azimute de 130°11'07" e distancia de 15,00m, até o ponto P49, com coordenada Este 695831,12 e Norte 7027274,18, deste segue com azimute de 40°11'08" e distancia de 15,00m, até o ponto P50, com coordenada Este 695840,80 e Norte 7027285,64, deste segue com azimute de 310°11'09" e distancia de 15,00m, até o ponto P51, com coordenada Este 695829,34 e Norte 7027291,31, deste segue com azimute de 220°11'07" e distancia de 3,00m, até o ponto P52, com coordenada Este 695827,40 e Norte 7027293,03, deste segue com azimute de 310°11'08" e distancia de 20,00m, até o ponto P53, com coordenada Este 695812,12 e Norte 7027305,93, deste segue com azimute de 307°29'04" e distancia de 49,22m, até o ponto P54, com coordenada Este 695773,06 e Norte 7027335,89, deste segue com azimute de 299°12'50" e distancia de 34,49m, até o ponto P55, com coordenada Este 695742,96 e Norte 7027352,72, deste segue com azimute de 289°22'13" e distancia de 39,33m, até o ponto P56, com coordenada Este 695705,86 e Norte 7027365,77, deste segue com azimute de 286°37'06" e distancia de 15,91m, até o ponto P57, com coordenada Este 695690,61 e Norte 7027370,31, deste segue com azimute de 292°00'11" e distancia de 18,94m, até o ponto P58, com coordenada Este 695673,06 e Norte 7027377,41, todas as linhas confrontando com terras de Libório João Reinert (M. 5.282 – Comarca de Gaspar), deste segue com azimute 184°19'04" e distancia de 12,60m, até o ponto P59, confrontando com o leito da rua Alberto Reinert; ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo o percurso um total de 408,71m, contendo a área de 2.313,81m²; distando a partir da frente em 314,35m até a rua Bonifácio Haendchen. O imóvel descrito com a área de 2.313,81 m² (dois mil trezentos e treze metros e oitenta e um decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura da Rua Alberto Reinert, nominada pela Lei Municipal nº 1.724, de 11 de setembro de 1997.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS
LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Libório João Reinert, inscrita no CPF nº 005.083.229-00

Rua: Rua Alberto Reinert.

Bairro: Belchior Central.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Pública – Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um área situada no perímetro urbano do município de Gaspar, ocupada pela Rua Alberto Reinert, Bairro Belchior Central, contendo área de 2.313,81 m² (dois mil trezentos e treze metros e oitenta e um decímetros quadrados), "Iniciando no ponto P59 com coordenada Este 695672,11 e Norte 7027364,85, deste segue com azimute de 112°02'04" e distancia de 15,67m, até o ponto P43, com coordenada Este 695686,64 e Norte 7027358,98, confrontando com terras de Joise Andreia Lemke e Leandro José Lemke (M. 17.912 – Comarca de Gaspar), deste segue com azimute 106°37'06" e distancia de 16,18m, até o ponto P44, com coordenada Este 695702,15 e Norte 7027354,35 deste segue com azimute de 109°22'13" e distancia de 38,00m, até o ponto P45 com coordenada Este 695738,00 e Norte 7027341,74, deste segue com azimute de 119°12'50" e distancia de 32,59m, até o ponto P46, com coordenada Este 695766,45 e Norte 7027325,84, deste segue com azimute de 127°29'04" e distancia de 48,07m, até o ponto P47, com coordenada Este 695804,60 e Norte 7027296,58, deste segue com azimute de 130°11'08" e distancia de 19,72m, até o ponto P48, com coordenada Este 695819,66 e Norte 7027283,86, deste segue com azimute de 130°11'07" e distancia de 15,00m, até o ponto P49, com coordenada Este 695831,12 e Norte 7027274,18, deste segue com azimute de 40°11'08" e distancia de 15,00m, até o ponto P50, com coordenada Este 695840,80 e Norte 7027285,64, deste segue com azimute de 310°11'09" e distancia de 15,00m, até o ponto P51, com coordenada Este 695829,34 e Norte 7027291,31, deste segue com azimute de 220°11'07" e distancia de 3,00m, até o ponto P52, com coordenada Este 695827,40 e Norte 7027293,03, deste segue com azimute de 310°11'08" e distancia de 20,00m, até o ponto P53, com coordenada Este 695812,12 e Norte 7027305,93, deste segue com azimute de 307°29'04" e distancia de 49,22m, até o ponto P54, com coordenada Este 695773,06 e Norte 7027335,89, deste segue com azimute de 299°12'50" e distancia de 34,49m, até o ponto P55, com coordenada Este 695742,96 e Norte 7027352,72, deste segue com azimute de 289°22'13" e distancia de 39,33m, até o ponto P56, com coordenada Este 695705,86 e Norte 7027365,77, deste segue com azimute de 286°37'06" e distancia de 15,91m, até o ponto P57, com coordenada Este 695690,61 e Norte 7027370,31, deste segue com azimute de 292°00'11" e distancia de 18,94m, até o ponto P58, com coordenada Este 695673,06 e Norte 7027377,41, todas as linhas confrontando com terras de Libório João Reinert (M. 5.282 – Comarca de Gaspar), deste segue com azimute 184°19'04" e distancia de 12,60m, até o ponto P59, confrontando com o leito da rua Alberto Reinert; ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo o percurso um total de 408,71m, contendo a área de 2.313,81m²; distando a partir da frente em 314,35m até a rua Bonifácio Haendchen, imóvel este registrado sob certidão de transcrição nº. 5.282.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 2.313,81 m² (dois mil trezentos e treze metros e oitenta e um decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Ata:

Em vinte e quatro (24) de maio de 2017, às 10h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11 e 6.872/16, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 11h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (2) duas laudas que vai devidamente rubricada e assinada.

Carlos Francisco Bornhausen
Matricula1033.

Fabio Cardoso
Matricula 6918

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

DECRETO Nº 7.694, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.694, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR BAIXO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, imóvel matriculado sob o nº 3.680, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Vidal Flávio Dias, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Artur Solano da Costa, inscrito no CPF sob o nº 222.799.709-53, contendo as seguintes características:

I – um terreno situado nesta cidade, no Bairro Belchior Baixo, fazendo parte da Rua Vidal Flávio Dias, via reconhecida pelo município através da Lei de Nomeação nº 776/83, contendo área de 3.165,74m² (três mil cento e sessenta e cinco metros e setenta e quatro decímetros quadrados), partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Norte e mais a Oeste da área em estudo com deste segue, confrontando com terras de Artur da Costa com Az – 147°14'31'' e distância de cento e noventa e sete metros e trinta e cinco centímetros (197,35) chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando com a Rua Vidal Flávio Dias com Az – 187°16'40'' e distância de vinte e quatro metros e setenta e três centímetros (24,73m), chega-se ao ponto 03 deste segue confrontando com terras de Artur da Costa com Az – 327°14'31'' e distância de cento e noventa e oito metros e trinta e seis centímetros (198,36m), chega-se ao ponto 04 deste segue confrontando com a Rua Vidal Flávio Dias com Az – 09°39'51'' e distância de vinte e três metros e noventa e sete centímetros (23,97m), chega-se ao ponto 01 ponto inicial desta descrição. O imóvel descrito com a área 3.165,74m² (três mil cento e sessenta e cinco metros e setenta e quatro decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual foi utilizado para a abertura da Rua Vidal Flávio Dias, nominada pela Lei Municipal nº 776, de 13 de maio de 1983.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

Proprietário: Artur Solano da Costa, inscrito no CPF nº 222.799.709-53

Rua: Rua Vidal Flavio Dias.

Bairro: Belchior baixo.

Finalidade: Desapropriação Amigável.

Finalidade da Locação: Elaboração de Decreto de utilidade Publica – Desapropriação de área para a rua acima citada.

Terreno Urbano:

Um área situada no perímetro urbano do município de Gaspar, ocupada pela Rua Vidal Flavio Dias, bairro Belchior Baixo, contendo área de três mil cento e sessenta e cinco metros e setenta e quatro decímetros quadrados (3.165,74m²), partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Norte e mais a Oeste da área em estudo com deste segue, confrontando com terras de Artur da Costa com Az – 147°14'31'' e distância de cento e noventa e sete metros e trinta e cinco centímetros (197,35) chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando com a Rua Vidal Flavio Dias com Az – 187°16'40'' e distância de vinte e quatro metros e setenta e três centímetros (24,73m), chega-se ao ponto 03 deste segue confrontando com terras de Artur da Costa com Az – 327°14'31'' e distância de cento e noventa e oito metros e trinta e seis centímetros (198,36m), chega-se ao ponto 04 deste segue confrontando com a Rua Vidal Flavio Dias com Az – 09°39'51'' e distância de vinte e três metros e noventa e sete centímetros (23,97m), chega-se ao ponto 01 ponto inicial desta descrição, imóvel este registrado sob certidão de transcrição nº. 3.680.

Valor do Imóvel terreno:

Conforme projeto apresentado o imóvel possui área total de 3.165,74 m2 (três mil, cento e sessenta e cinco metros e setenta e quatro decímetros quadrados), tendo seu valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Ata:

Em vinte e quatro (24) de maio de 2017, às 9h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11 e 6.872/16, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (1) uma lauda que vai devidamente assinada.

Carlos Francisco Bornhausen
Matricula1033.

Fabio Cardoso
Matricula 6918

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

DECRETO Nº 7.704, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.704, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 01º de outubro de 2017, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo HENRIQUE DA SILVA PIRES, inscrito no CPF sob o nº 715.885.580-53, para exercício de função gratificada de Encarregado-Geral de Aquicultura, Nível II, da Secretaria Municipal da Agricultura e Aquicultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de outubro de 2017.

Gaspar, 29 de setembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.705, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.705, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.

EXONERA O SERVIDOR WELLINGTON MUCARBEL DOS SANTOS FILHO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 02 de outubro de 2017, o servidor WELLINGTON MUCARBEL DOS SANTOS FILHO, inscrito no CPF sob o nº 061.016.084-25, do cargo efetivo de Enfermeiro, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 6.455/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de setembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.708, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.708, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em substituição, os membros abaixo identificados, para integrar o Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA:

| ENTIDADE/SECRETARIA | MEMBRO ATUAL | NOVO MEMBRO |
|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| Secretaria de Assistência Social | Calisto Lopes Cerqueira Suplente | Leonardo Spizzirri Bolsoni Suplente |

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 7.400, de 20 de março de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.709, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.709, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.807, de 28 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o seguinte saldo de dotação constante do orçamento vigente na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa:

| | |
|--|--------------|
| Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa | |
| Unidade: 15 Polícia Militar - Trânsito | |
| Função: 06 Segurança Pública | |
| Subfunção: 181 Policiamento | |
| Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar | |
| Atividade: 2084 Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM | |
| Dotação: 49 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas | R\$30.000,00 |

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa:

| | |
|--|--------------|
| Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa | |
| Unidade: 15 Polícia Militar - Trânsito | |
| Função: 06 Segurança Pública | |
| Subfunção: 181 Policiamento | |
| Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar | |
| Atividade: 2084 Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM | |
| Dotação: 48 3.3.30.00.00.00.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal | R\$30.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.712, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.712, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no artigo 10, inciso I e no artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

| NOME | CARGO | C/H | COLOCAÇÃO | LOTAÇÃO |
|--|-----------------------|-----|-----------|---------------------|
| ROSA LUCINDA HINZ TEIXEIRA | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 32º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| CAROLINE FLORES DE CASTRO | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 33º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| ADRIANA CARDOSO DOS SANTOS | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 34º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| ROSELI DE FATIMA BINELLO GONCALVES COUTO | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 35º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| VERA LUCIA PEREIRA NEVES TURELA | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 36º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| NORA INES CESAR OLIVEIRA | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 37º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| MARIA SILVETI DOS SANTOS | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 38º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| GIOVANA APARECIDA ANTUNES | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 39º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| VANESSA OLARI | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 40º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| ROBERTO CARLOS MORATELLI DE OLIVEIRA | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 41º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| SHELLEN DAYANE FERREIRA SILVA | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 42º | SECRETARIA DE SAÚDE |
| JORGE LUIS SERPA | TECNICO EM ENFERMAGEM | 40 | 43º | SECRETARIA DE SAÚDE |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.713, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 7.713, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

EXONERA SOLANO FRANCISCO PEREIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 02 de outubro de 2017, o servidor SOLANO FRANCISCO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 448.280.559-91, do cargo em comissão de Diretor de Serviços Gerais, ref. 55, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 7.608, de 03 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de outubro de 2017.

Gaspar, 04 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.300, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

PORTARIA Nº 5.300, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA ADALCI TEREZINHA ESTEVÃO VASQUES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora ADALCI TEREZINHA ESTEVÃO VASQUES, inscrita no CPF sob o nº 919.999.609-04, ocupante do cargo efetivo de Professora de anos iniciais, lotada com 40 horas semanais na E.E.B. Ferandino Dagnoni, fica à disposição na SEMED - Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de outubro de 2017.

Gaspar, 02 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04-B 2017 - AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS E AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-B/2017

AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS E AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) RETHA MAXIMA LTDA -EPP, estabelecida à Rua AFONSO PENA, Nº 843 – 1ºANDAR – SALA A, TRÊS COLINAS, FRANCA/SP inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.153.269/0001-08, neste ato representado pelo(a) FLAVIA RIBEIRO COSTA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 365.106.868-48, portador(a) do RG n.º 44.611.846-1, para AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS E AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 04/2017, objeto do Processo 04/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

| ITEM | EMPRESA | QUANTIDADE | MARCA(S) | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|------------|----------|----------------|---------------|
| | RETHA MAXIMA LTDA -EPP | | | | |
| 01 | Automóvel 1.0 Flex – bicombustível (álcool e gasolina), 4 portas, para 5 lugares incluindo o motorista, cor branca, do ano da aquisição, zero km, completo, com ar-condicionado, freios ABS e EBD, airbag para motorista e passageiro, alça de segurança no teto para o passageiro, cinto de segurança dianteiro retráteis com 3 pontos de regulagem de altura, cinto de segurança traseiro lateral com 3 pontos de regulagem de altura, apoios de cabeça com regulagem de altura, barra de proteção nas portas, faróis de neblina, limpador/desembaçador do vidro traseiro, banco do motorista ou volante com regulagem de altura, painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível, para-sol com espelho do lado do passageiro, tomada de 12v, travas elétricas das portas e vidros dianteiros elétricos, transmissão manual de 5 velocidades, retrovisores externos e maçanetas na cor do veículo, alarme antifurto, rádio com entrada USB. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: -Potência de 70cv (gasolina) e 75cv (álcool); -Direção Hidráulica ou Elétrica; -Capacidade do porta-malas de 270 litros com o banco traseiro na posição normal; -3 cilindros; -Com no mínimo 01 (um) ano de garantia; -POSSUIR O SELO CONPET DE EFICIENCIA ENERGETICA VEICULAR, a ser consultado na sessão pública. | 02 | FIAT | R\$ 46.000,00 | R\$ 92.000,00 |

| | | | | | |
|----|---|----|------------|---------------|----------------|
| 02 | Automóvel utilitário 1.6 Flex – bicombustível (álcool e gasolina), cabine simples, 2 portas, cor branca, do ano da aquisição, zero km com ar-condicionado, freios ABS e EBD, airbag para motorista e passageiro, alça de segurança no teto para o passageiro, antena no teto, apoio lateral para acesso a caçamba, banco do motorista ou volante com regulagem de altura, direção hidráulica, ganchos para amarração de carga, barra de apoio para carga no teto, painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível, para-sol com espelho para o motorista e para o lado do passageiro, porta revistas no encosto do lado do passageiro, retrovisores com comando interno reguláveis eletricamente, tampa da caçamba com amortecedor e chave, suspensão elevada, tomada 12V no console central, travas elétricas das portas e vidros dianteiros elétricos, transmissão manual de 5 velocidades, , bateria de 220A, retrovisores externos e maçanetas na cor do veículo, piscas-piscas laterais no espelho retrovisor externo, com alarme antifurto, rádio com entrada USB. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: - Potência de 100cv (gasolina) e 102cv (álcool); - Direção Hidráulica ou Elétrica; - Com no mínimo 01 (um) ano de garantia; - POSSUIR O SELO CONPET DE EFICIENCIA ENERGETICA VEICULAR, a ser consultado na sessão pública. | 02 | VOLKSWAGEN | R\$ 56.000,00 | R\$ 112.000,00 |
| 03 | Automóvel 1.0 Flex – bicombustível (álcool e gasolina), 4 portas, para 5 lugares incluindo o motorista, cor branca, do ano da aquisição, zero km, completo, com ar-condicionado, freios ABS e EBD, airbag para motorista e passageiro, alça de segurança no teto para o passageiro, cinto de segurança dianteiro retráteis com 3 pontos de regulagem de altura, cinto de segurança traseiro lateral com 3 pontos de regulagem de altura, apoios de cabeça com regulagem de altura, barra de proteção nas portas, faróis de neblina, limpador/desembaçador do vidro traseiro, banco do motorista ou volante com regulagem de altura, painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível, | 01 | FIAT | R\$ 46.000,00 | R\$ 46.000,00 |

Governador Celso Ramos/SC, 14 de fevereiro de 2017.

| |
|------------------------|
| RETHA MAXIMA LTDA -EPP |
| Contratada |

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04-C 2017 - AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS E AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-C/2017

AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS E AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) RETHA MAXIMA LTDA -EPP, estabelecida à Rua AFONSO PENA, Nº 843 – 1º ANDAR – SALA A, TRÊS COLINAS, FRANCA/SP inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.153.269/0001-08, neste ato representado pelo(a) FLAVIA RIBEIRO COSTA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 365.106.868-48, portador(a) do RG nº 44.611.846-1, para AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS E AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 04/2017, objeto do Processo 04/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

| ITEM | EMPRESA | QUANTIDADE | MARCA(S) | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------------------------|------------|----------|----------------|-------------|
| | RETHA MAXIMA LTDA -EPP | | | | |

| | | | | | |
|----|--|----|------|------------------|------------------|
| 01 | <p>Automóvel 1.0 Flex – bicomustível (álcool e gasolina), 4 portas, para 5 lugares incluindo o motorista, cor branca, do ano da aquisição, zero km, completo, com ar-condicionado, freios ABS e EBD, airbag para motorista e passageiro, alça de segurança no teto para o passageiro, cinto de segurança dianteiro retráteis com 3 pontos de regulagem de altura, cinto de segurança traseiro lateral com 3 pontos de regulagem de altura, apoios de cabeça com regulagem de altura, barra de proteção nas portas, faróis de neblina, limpador/desembacador do vidro traseiro, banco do motorista ou volante com regulagem de altura, painel de instrumentos com conta-giros, velocímetro e marcador do nível de combustível, para-sol com espelho do lado do passageiro, tomada de 12v, travas elétricas das portas e vidros dianteiros elétricos, transmissão manual de 5 velocidades, retrovisores externos e maçanetas na cor do veículo, alarme antifurto, rádio com entrada USB.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Potência de 70cv (gasolina) e 75cv (álcool); -Direção Hidráulica ou Elétrica; -Capacidade do porta-malas de 270 litros com o banco traseiro na posição normal; -3 cilindros; -Com no mínimo 01 (um) ano de garantia; -POSSUIR O SELO CONPET DE EFICIENCIA ENERGETICA VEICULAR, a ser consultado na sessão pública. | 02 | FIAT | R\$ 46.000,00 | R\$ 92.000,00 |
|----|--|----|------|------------------|------------------|

Governador Celso Ramos/SC, 14 de fevereiro de 2017.

RETHA MAXIMA LTDA -EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO Nº 39/2017

DECRETO N. 39, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

“NOMEIA KARLA HONORATO HERT EM SUBSTITUIÇÃO AO EXATOR DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal da Assistência Social de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Nomear KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para tratamento de saúde, no período compreendido da licença, para, juntamente com o Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrapor cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pelo Prefeitura Municipal de Grão-Pará, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 04 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 40/2017

DECRETO N. 40, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

“NOMEIA KARLA HONORATO HERT EM SUBSTITUIÇÃO EXATOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará, no uso de suas

atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Nomear KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para tratamento de saúde, para, juntamente com o Secretário Municipal da Saúde e Saneamento, RICARDO SCHLICKMANN ASCARI, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrapor cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde, inscrito CNPJ sob o nº 02.073.207/0001-11.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 04 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 41

DECRETO N. 41, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

“NOMEIA KARLA HONORATO HERT EM SUBSTITUIÇÃO EXATOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Nomear KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para tratamento de saúde, para, juntamente com o Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o

crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrar ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito CNPJ sob o nº 01.458.972/0001-97

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 04 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIIUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 42/2017

DECRETO N. 42, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

“NOMEIA KARLA HONORATO HERT EM SUBSTITUIÇÃO EXATOR DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Nomear KARLA HONORATO HERT, em substituição ao EXATOR do Município de Grão-Pará EMIR MULLER BRATTI, em licença para tratamento de saúde, para, juntamente com o Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará, ALEXANDRE BONIN BAGGIO, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contrar ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar

instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pela Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita CNPJ sob o nº 23.311.650/0001-53

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 04 de outubro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIIUS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Gravatal

PREFEITURA

1º TERMO APOSTILAMENTO CTR 11/2017 CELK SISTEMAS - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO 1º TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 11/2017
PROCESSO LICITATORIO Nº 16/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

OBJETO: "1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 11/2017 ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017, PREGÃO Nº 11/2017, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A PESSOA JURÍDICA CELK SISTEMAS LTDA." CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: CELK SISTEMAS LTDA - CNPJ Nº 03.434.978/0001-50.

Cláusula I – O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas relativas ao Contrato Nº 11/2017, tendo como objeto "Contratação de empresa especializada no ramo de tecnologia para a saúde, para locação de software de acesso as informações de saúde, de acordo com o termo de referência anexo ao edital."

Cláusula II – As despesas relativas ao exercício de 2017 serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

(45) 3.3.90.00.00.00.00.0064 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

PMAQ = R\$ 40.000,00

PAB = R\$ 40.000,00

Cláusula Terceira - Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento.

Fundamento Legal, § 8º art.65, da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 13 de setembro de 2017.

FRANCISMARI ROSSI LESSA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

AVISO LICITAÇÃO PROC 63/2017

MUNICÍPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/17. PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/17. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, dia 23 de outubro de 2017, às 09:00hs, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL EM RUAS DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO." Mais informações na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121 – CENTRO. (048) 3648-8022 - E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br Gravatal, 06 de outubro de 2017. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA Prefeito Municipal.

AVISO LICITAÇÃO PROC 64/2017

MUNICÍPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/17. PREGÃO PRESENCIAL/RÉGISTRO DE PREÇOS Nº 42/17. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, dia 24 de outubro de 2017, às 09:00hs, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR E EVENTUAIS, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL." Mais informações na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121 – CENTRO. (048) 3648-8022 - E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br Gravatal, 06 de outubro de 2017. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA Prefeito Municipal.

DECRETO 090 - PONTO FACULTATIVO - FERIADO NOSSA SENHORA APARECIDA

DECRETO N.º 090 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo, nas repartições públicas do município de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no dia 13 de Outubro de 2017 (sexta-feira), tendo em vista o Feriado Nacional de Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de Outubro (quinta-feira).

Art. 2º - Excetuem-se ao Art.1º do referido decreto a Secretaria Municipal de Saúde, ao qual funcionará no horário normal do expediente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 06 de Outubro de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

LEI Nº 1.861

LEI ORDINÁRIA Nº 1.861

DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

proceder a anulação, no valor de R\$ 212.500,00 (Duzentos e doze mil e quinhentos reais) existente nas seguintes Dotações:

| | | |
|---|--|---------------|
| Órgão: | 02-PODER EXECUTIVO | |
| Unidade: | 03 – Secretaria Agricultura Defesa Civil Meio Ambiente | |
| Projeto/Atividade: | 2.005 MANT. DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, DEF. CIVIL E MEIO AMBIENTE | |
| Despesa: | (71) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 60.000,00 |
| Projeto/Atividade: | 2.034 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS | |
| Despesa: | (76) 3.1.71.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 5.000,00 |
| Despesa: | (77) 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 5.500,00 |
| Despesa: | (78) 3.3.71.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 4.000,00 |
| Despesa: | (79) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 11.000,00 |
| Despesa: | (80) 4.4.71.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 1.000,00 |
| Despesa: | (81) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 6.000,00 |
| Total do Projeto/atividade: R\$ 92.500,00 | | |

| | | |
|---|--|---------------|
| Órgão: | 02 – PODER EXECUTIVO | |
| Unidade: | 07 – Secretaria de Turismo, Industria e Comercio | |
| Projeto/Atividade: | 1.008 OBRAS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA | |
| Despesa: | (117) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 20.000,00 |
| Projeto/Atividade: | 2.007 MANUTENÇÃO DO FUMTUR | |
| Despesa: | (120) 3.3.50.00.00.00.00.00.0091 - | R\$ 11.000,00 |
| Total do Projeto/atividade: R\$ 31.000,00 | | |

| | | |
|---|---|---------------|
| Órgão: | 02 – PODER EXECUTIVO | |
| Unidade: | 06 – Secretaria Municipal de Infra Estrutura | |
| Projeto/Atividade: | 2.039 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | |
| Despesa: | (111) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 80.000,00 |
| Projeto/Atividade: | 2.036 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA | |
| Despesa: | (91) 3.3.71.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 9.000,00 |
| Total do Projeto/atividade: R\$ 89.000,00 | | |

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 212.500,00 (Duzentos e doze mil e quinhentos reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

| | | |
|---|--|---------------|
| Órgão: | 02 – PODER EXECUTIVO | |
| Unidade: | 03 – Secretaria Educação Cultura Esporte e Lazer | |
| Projeto/Atividade: | 2.028 MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR | |
| Despesa: | (57) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 30.000,00 |
| Total do Projeto/atividade: R\$ 30.000,00 | | |

| | | |
|--------------------|--|---------------|
| Órgão: | 02 – PODER EXECUTIVO | |
| Unidade: | 07 – Secretaria de Turismo, Industria e Comercio | |
| Projeto/Atividade: | 2.006 MANUTENÇÃO DOS SERV. DE TURISMO, INDUS. E COMERCIO | |
| Despesa: | (114) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 90.000,00 |
| Projeto/Atividade: | 2.007 MANUTENÇÃO DO FUMTUR | |
| Despesa: | (121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0091 - | R\$ 11.000,00 |

Total do Projeto/atividade: R\$ 101.000,00

| | | |
|---|---|---------------|
| Órgão: | 02 – PODER EXECUTIVO | |
| Unidade: | 11 – Fundo Municipal de Assistência Social | |
| Projeto/Atividade: | 2.041 MANUT. ATIV. De GESTÃO DOS PROGRAMAS DE ASSIST.SOCIAL | |
| Despesa: | (150) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 46.500,00 |
| Projeto/Atividade: | 2.060 MANUT. ATIV. Do Conselho Tutelar e Ciaca | |
| Despesa: | (139) 3.1.71.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 30.000,00 |
| Total do Projeto/atividade: R\$ 76.500,00 | | |

| | | |
|--|--|--------------|
| Órgão: | 02 – PODER EXECUTIVO | |
| Unidade: | 06 – Secretaria Municipal de Infra Estrutura | |
| Projeto/Atividade: | 2.054 MANUTENÇÃO SERVIÇOS DE PREVENÇÃO – BOMBEIROS | |
| Despesa: | (85) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - | R\$ 5.000,00 |
| Total do Projeto/atividade: R\$ 5.000,00 | | |

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de Outubro de 2017
Edvaldo Bez de Oliveira
Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 09/10/2017
Bruna Mendonça Leandro

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 01.2017 EURO TRUCK CONTRATO 116.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/17Con116/17 - Contrato Nº: 116/2017
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: EURO TRUCK INJECÃO ELETÔNICA DIESEL LTDA. - EPP
Valor : 630,00 (seiscentos e trinta reais)
Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (ANEIS, BRONZINAS, COMANDO BUCHAS E OUTROS) E SERVIÇOS (MANDRILHAR, RETIFICAR, LAVAGEM E OUTROS) PARA RECUPERAR MOTOR MERCEDES -BENZ OM352 DO CAMINHÃO MERCEDES-BENZ 1513 PLACAS MCO 2750. DEVIDO A PROBLEMAS NO COMANDO SERÁ NECESSÁRIO SERVIÇOS E PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR.

EXTRATOS CONTRATOS FMAS 16.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 16/2017
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: SIMONETTI PILLAR E CIA LTDA - ME
Valor : 3.491,60 (três mil quatrocentos e noventa e um reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR ABRIGAMENTO DO IDOSO JOSÉ CARLOS DE SOUZA, EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA, CONFORME AUTOS Nº 0900159-09.2016.8.24.0067.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS FMAS Nº 19.2017.DOCX

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

PROCESSO Nº 19/2017 HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR ABRIGAMENTO DO IDOSO JOSÉ CARLOS DE SOUZA, EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA, CONFORME AUTOS Nº 0900159-09.2016.8.24.0067.

CONTRATADO: SIMONETTI PILLAR E CIA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.491,60 (três mil quatrocentos e noventa e um reais e sessenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATO 21.2016 (LONI BIRCK) FMAS.DOC

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 21/2016

Art. 79, II da Lei 8.666/93

O município de Guaraciaba, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Presidente Kennedy, nº 455, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 11.456.532/0001-54, neste ato representado pela sua Ordenadora, Sra. Idione Kroth Fabbi, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 033.801.969-32, residente na rua Sete de Setembro 492, no município de Guaraciaba, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa LONI BIRCK, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 13.452.304/0001-316, com sede na Rua 13 de Maio 1060, na cidade de Cunha Porã/SC, CEP 89890-000, neste ato representado pela sua diretora LONI BIRCK, brasileira, empresária, divorciada, Carteira de Identidade 12R/2.233.623, CPF Nº 646.658.019-91, residente na Cidade de Cunha Porã, SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por acordo das partes, amparados pela Lei 8666/93, Artigo 79 inciso II, legislação complementar aplicável e cláusula nona item 9.2.2 do contrato, resolvem firmar o presente termo de rescisão de contrato, de acordo com as seguintes Cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - Tem por objeto o presente Termo de Rescisão, rescindir o Contrato nº 21/2016, firmado no dia 26 de Setembro de 2016 e Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 21/2016 celebrado em 26/12/2016 com a empresa LONI BIRCK, justificado pelo Art. 79, Inciso II da Lei 8.666/93, por acordo das partes. Por estarem assim justos e acertados, firmam o presente termo de rescisão em três vias de igual forma e teor que passam a ser cumpridas por ambas as partes.

GUARACIABA - SC, 06 de outubro de 2017.

IDIONE KROTH FABBI, LONI BIRCK,
CONTRATANTE CONTRATADA

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 184/2017 PMG

| |
|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM |
| AVISO DE LICITAÇÃO |
| Edital: Pregão Presencial 184/2017 - PMG |
| Processo Licitatório: 184/2017 – PMG |
| Tipo: Menor Preço - Por Item |
| Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED E BRAÇO DUPLO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO |
| Entrega dos Envelopes: 24/10/2017 às 14h00min |
| Abertura dos Envelopes: 24/10/2017 às 14h00min |
| O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247. |
| Guaramirim (SC), 6 de outubro de 2017. |
| |

LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 185/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 185/2017 PMG
Processo Licitatório: 185/2017 PMG
Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Entrega dos Envelopes: 24/10/2017 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 24/10/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 6 de outubro de 2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito

EXTRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA FUNCIONAMENTO DAS ESCOLHINHAS DE ESPORTES E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 129/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, com sede na Rua dos Escoteiros, nº 30, Bairro Chico de Paula, CEP: 89254-730, em Jaraguá do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.912.788/0001-62.

Vigência: Início: 31/08/2017 Término: 30/08/2018.

Fornecedor: 258032 - REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA

| Item | Qtd | Und | Descrição | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|-------|-----|-------|--|-------|----------------|-------------|
| 09 | 01 | UN | DISCO DE FIBRA OFICIAL 750 G. | VINEX | 130,00 | 130,00 |
| 10 | 01 | UN | DISCO DE FIBRA OFICIAL 1000 G. | PC | 140,00 | 140,00 |
| 11 | 01 | UN | DISCO DE FIBRA 1500 G. | VINEX | 175,00 | 175,00 |
| 12 | 01 | UN | PESO OFICIAL FEMININO 3,0 KG. | VINEX | 135,00 | 135,00 |
| 13 | 01 | UN | PESO OFICIAL FEMININO 4,0 KG. | VINEX | 145,00 | 145,00 |
| 14 | 01 | UN | PESO OFICIAL MASCULINO 5,0 KG. | VINEX | 170,00 | 170,00 |
| 15 | 01 | UN | MARTELO OFICIAL FEMININO 3,0 KG. | VINEX | 150,00 | 150,00 |
| 16 | 01 | UN | MARTELO OFICIAL FEMININO 4 KG. | VINEX | 160,00 | 160,00 |
| 17 | 01 | UN | MARTELO OFICIAL MASCULINO 5,0 KG. | VINEX | 185,00 | 185,00 |
| 18 | 02 | UN | BLOCO DE PARTIDA EM ALUMÍNIO. | VINEX | 260,00 | 520,00 |
| 19 | 01 | UN | SARRAFO OFICIAL PARA SALTO EM ALTURA. | VINEX | 370,00 | 370,00 |
| 20 | 12 | PARES | Sapatilha para atletismo - provas diversas | PC | 180,00 | 2.160,00 |
| Total | | | | | R\$4.440,00 | |

Guaramirim (SC), 06 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA FUNCIONAMENTO DAS ESCOLHINHAS DE ESPORTES E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 129/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: L MORH EIRELI, com sede na Rua Capitão Adolfo Germano de Andrade, nº 275, Sala 01, Bairro Centro, CEP: 88304-020, em Itajaí-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.261.562/0001-38.

Vigência: Início: 31/08/2017 Término: 30/08/2018.

Fornecedor: 334910 - L.MOHR LTDA - EPP

| Item | Qtd | Und | Descrição | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|-------|-----|-----|-----------------------------|-------|----------------|-------------|
| 36 | 60 | UN | TATAME DENTADO DE ENCAIXE. | HT | 68,90 | 4.134,00 |
| 37 | 40 | UN | QUIMONO REFORÇADO ALVEJADO. | TRH | 92,00 | 3.680,00 |
| Total | | | | | R\$7.814,00 | |

Guaramirim (SC), 06 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA FUNCIONAMENTO DAS ESCOLHINHAS DE ESPORTES E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 129/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: ASTOR STAUDT-ME, com sede na Av. Marcos José de Leão, nº 5835, Sala 02, Bairro Centro, CEP: 95770-000, em Feliz-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.824.383/0001-78.

Vigência: Início: 31/08/2017 Término: 30/08/2018.



| Fornecedor: 395366 - ASTOR STAUDT ME | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----|------|---|----------|----------------|-------------|--|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Marca | Valor Unitário | Valor Total | |
| 01 | 02 | UN | COLCHÃO PARA SALTO EM ALTURA. | KALANGO | 3.200,00 | 6.400,00 | |
| 02 | 01 | UN | CAIXOTE PARA ATLETISMO 30CM. | NEDEL | 210,00 | 210,00 | |
| 03 | 01 | UN | CAIXOTE para atletismo 60 cm | NEDEL | 400,00 | 400,00 | |
| 04 | 01 | UN | Caixote para Atletismo 90cm | NEDEL | 450,00 | 450,00 | |
| 05 | 01 | UN | Caixote para atletismo 1,2m | NEDEL | 650,00 | 650,00 | |
| 06 | 01 | UN | Dardo Feminino Atletismo 500gr | P. CAMPO | 360,00 | 360,00 | |
| 07 | 01 | UN | DARdo Feminino Atletismo 600gr | P. CAMPO | 390,00 | 390,00 | |
| 08 | 01 | UN | Dardo Masculino Atletismo 700 gr | P. CAMPO | 410,00 | 410,00 | |
| 21 | 02 | JOGO | Jogo de Bocha Paralímpica | BRASIL | 900,00 | 1.800,00 | |
| 22 | 03 | UN | PELOTA PARA LANÇAMENTO. | NEDEL | 20,00 | 60,00 | |
| 38 | 03 | UN | QUIMONO ADULTO. | YAMA | 160,00 | 480,00 | |
| 39 | 15 | UN | PROTETOR DE TÓRAX PARA KARATÊ. | JUGUI | 79,00 | 1.185,00 | |
| 40 | 15 | PR | BOTINHAS COM CANELEIRA PRA KARATÊ COR AZUL | JUGUI | 75,00 | 1.125,00 | |
| 41 | 15 | PR | BOTINHAS COM CANELEIRA PARA KARATÊ COR VERMELHO | JUGUI | 75,00 | 1.125,00 | |
| 42 | 15 | PR | LUVA PARA KARATÊ COR AZUL | JUGUI | 60,00 | 900,00 | |
| 43 | 15 | PR | LUVA PARA KARATÊ COR VERMELHO | JUGUI | 70,00 | 1.050,00 | |
| 46 | 20 | UN | BOLA DE TEMPO E REAÇÃO. | LIVEUP | 21,00 | 420,00 | |
| 47 | 04 | UN | DISCO DE EQUILÍBRIO. | LIVEUP | 69,00 | 276,00 | |
| 49 | 03 | UN | BOLA DE MEDICINE BALL. | MAGUSSY | 36,00 | 108,00 | |
| 50 | 03 | UN | BOLA DE MEDICINE BALL 2 KG. | MAGUSSY | 42,00 | 126,00 | |
| 51 | 02 | UN | REDE DE VÔLEI DE PRAIA OFICIAL. | NEDEL | 77,00 | 154,00 | |
| 53 | 06 | UN | BOLA DE BEACH SOCCER OFICIAL 8 GOMOS. | PENALTY | 80,00 | 480,00 | |
| 57 | 06 | UN | BOLA DE SOCIETY | PENALTY | 110,00 | 660,00 | |
| 58 | 03 | UN | TROCADOR DE VÁLVULAS PARA BOLA. | NEDEL | 34,00 | 102,00 | |
| 59 | 40 | UN | MIOLO DE SILICONE REMOVÍVEL. | NEDEL | 2,80 | 112,00 | |
| 60 | 10 | UN | BARALHO CONFECIONADO EM CARTÃO COUCHÉ. | IMPORT | 8,70 | 87,00 | |
| 62 | 18 | UN | ARCOS / BAMBOLÊS 65 CM. | CEMAR | 2,00 | 36,00 | |
| 64 | 100 | UN | Prato Flexível | NEDEL | 2,40 | 240,00 | |
| 65 | 07 | UN | ESCADA DE AGILIDADE 5M. | NEDEL | 87,00 | 609,00 | |
| 66 | 10 | JOGO | JOGO DE BOLA DE BOCHA, CONTENDO 8 BOLAS (4AZUL + 4 AMARELA) E UM BOLIM DE ALTAS RESISTÊNCIA, COM DIÂMETRO ENTRE 126/128MM E COM PESO APROXIMADO DE 1400KG. | FAISCA | 285,00 | 2.850,00 | |
| Total | | | | | R\$23.255,00 | | |

Guaramirim (SC), 06 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA FUNCIONAMENTO DAS ESCOLHINHAS DE ESPORTES E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 129/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, com sede na Rua Gisela, nº 2205, Bairro Bela Vista, CEP: 88110-110, em São José-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.710.394/0001-45.

Vigência: Início: 31/08/2017 Término: 30/08/2018.

| Fornecedor: 432920 - TRACTON IND COM LTDA EPP | | | | | | |
|---|-----|------|---------------------------------|---------|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
| 30 | 01 | JOGO | Uniforme de futsal feminino | TRACTON | 864,00 | 864,00 |
| 56 | 03 | JOGO | UNIFORME COMPLETO 22 CONJUNTOS. | TRACTON | 1.494,00 | 4.482,00 |

| | | |
|-------|--|-------------|
| Total | | R\$5.346,00 |
|-------|--|-------------|

Guaramirim (SC), 06 de outubro de 2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA FUNCIONAMENTO DAS ESCOLHINHAS DE ESPORTES E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 129/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA, com sede na Estrada Octávio Frasca, nº 695, Bairro Belém Velho, CEP: 91787-360, em Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.459.406/0001-62.

Vigência: Início: 31/08/2017 Término: 30/08/2018.

| Fornecedor: 433411 - MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA | | | | | | |
|--|-----|-----|---------------------------------|-------------|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
| 23 | 15 | UN | Bola de basquete mirim oficial | PENALTY | 153,00 | 2.295,00 |
| 24 | 12 | MT | Corda para esporte | CORDA BAMBA | 1,20 | 14,40 |
| 26 | 30 | UN | Bola de futsal sub 11 | PENALTY | 90,30 | 2.709,00 |
| 27 | 30 | UN | Bola de Futsal sub 13 | PENALTY | 95,46 | 2.863,80 |
| 28 | 12 | UN | Bola Futsal Feminino | PENALTY | 132,00 | 1.584,00 |
| 52 | 06 | UN | BOLA DE VÔLEI DE PRAIA OFICIAL. | PENALTY | 134,00 | 804,00 |
| 61 | 03 | UN | JOGO DOMINO | MASTER | 10,32 | 30,96 |
| Total | | | | | R\$10.301,16 | |

Guaramirim (SC), 06 de outubro de 2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA FUNCIONAMENTO DAS ESCOLHINHAS DE ESPORTES E EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GUARAMIRIM/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 129/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 396, Sala 04, Bairro Centro, CEP: 89300-000, em Mafra-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.459.406/0001-62.

Vigência: Início: 31/08/2017 Término: 30/08/2018.

| Fornecedor: 2985411 - IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME | | | | | | |
|---|-----|-----|-----------------------------------|---------|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
| 25 | 10 | UN | BOLA DE INICIAÇÃO Nº10. | LCM | 9,50 | 95,00 |
| 29 | 36 | UN | Bola de Futsal Adulto | PENALTY | 145,00 | 5.220,00 |
| 31 | 15 | UN | Bola de Handebol Infantil | PENALTY | 115,00 | 1.725,00 |
| 32 | 15 | UN | Bola de Handebol Juvenil Feminino | PENALTY | 118,00 | 1.770,00 |
| 33 | 10 | UN | Bola de Handebol Adulto masculino | PENALTY | 120,00 | 1.200,00 |

| | | | | | | |
|-------|-----|----|-------------------------------------|---------|--------------|----------|
| 34 | 01 | UN | COLA ESPECIAL HANDEBOL. | MAGUSSY | 85,00 | 85,00 |
| 35 | 08 | UN | CONE CONFECCIONADO EM PVC DE 75 CM. | LEADER | 18,00 | 144,00 |
| 44 | 24 | UN | BOLA DE VOLEIBOL - 65CM E 67CM | PENALTY | 160,00 | 3.840,00 |
| 45 | 24 | UN | BOLA DE VÔLEI MIRIM | PENALTY | 68,00 | 1.632,00 |
| 48 | 03 | UN | REDE PARA MINI VÔLEI. | MASTER | 67,00 | 201,00 |
| 54 | 30 | UN | BOLA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL | PENALTY | 98,00 | 2.940,00 |
| 55 | 36 | UN | BOLA FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL | PENALTY | 68,00 | 2.448,00 |
| 63 | 168 | UN | COLETE ESPORTIVO | LANCE | 4,90 | 823,20 |
| Total | | | | | R\$22.123,20 | |

Guaramirim (SC), 06 de outubro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Contratação de serviços de sonorização, iluminação e estruturas para eventos para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Edson Luiz Kamer – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.957.992/0001-40, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 298, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

| Fornecedor: 52795 - EDSON LUIZ KAMER ME | | | | | |
|---|-----|--------|---|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
| 5 | 1 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃOPARA O DESFILE DE ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO NO DIA28 DE AGOSTO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESEQUIPAMENTOS: 26 CAIXAS DE SOM 3 VIAS, 06 CAIXASDE GRAVE 18 POL, 03 APARELHOS CD, LEITOR DE MP3 EUSB, 03 PÉRIFÉRICOS, 09 AMPLIFICADORES COM POTÊNCIA ACIMA DE 1000 RMS, 20 SUPORTES PARA CAIXAS DE SOM , 03 MESAS DE SOM 08 CANAIS, 03 CAIXAS DE SOM 3VIAS MONITOR 15 POL, 03 MICROFONES SEM FIO, 03 MICROFONES COM FIO, FIAÇÃO COMPLETA , | 3.500,00 | 3.500,00 |
| 6 | 10 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO SE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃOP.A, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESE EQUIPAMENTOS: 01 MESA DE SOM 32 CANAIS, 01 APARELHO CD,LEITOR MP3 E USB, 02 EQUALIZADORES, 01 COMPRESSORDE AUDIO COM GATE, 01 CROSSOVER 4 VIAS PARAMÉTRICO, 01 PROCESSADOR DE EFEITOS, 06 AMPLIFICADORES, 04CAIXAS DE SOM 3 VIAS , 04 CAIXAS DE SOM SUB 18X2,04 CAIXAS 3 VIAS MONITOR , 01 DRUM FILL, 02 MICROFONES SEM FIO DE MÃO, 04 MICROFONE SEM FIO HEADSET, 08 MICROFONES COM FIO, 01 KIT | 1.150,00 | 11.500,00 |
| 7 | 14 | EVENTO | LOCAÇÃO DE TELÃO PROJETO COM OS SEGUINTE MATERIAIS: 01 TELA DE 2,70X2 COM PEDESTAL 01 PROJETO 2.600 LUMENS 01 NOTEBOOK 01 CABO VGA 25 MTS 01 CABO STEREO P2 P/ P10 DE 25 MTS 02 CABOS DE ENERGIA01 TÉCNICO A DISPOSIÇÃO. TEMPO ESTIMADO 6 HORAS | 350,00 | 4.900,00 |
| 11 | 6 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃODE EVENTOS, COM A DISPO-NIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESEQUIPAMENTOS: 01 MESA DE SOM 16 CANAIS, 06 CAIXASDE SOM 3 VIAS COM 500 RMS CADA , 04 CAIXAS DE SOMGRAVE 18 POL.,03 AMPLIFICADORES, 04 MICROFONES COMFIO, 01 MICROFONE SEM FIO, 01 PROCESSADOR DE EFEITOS, 02 APARELHO CDJ 200 OU SIMILAR, 01 NOTEBOOK,01 EQUALIZADOR, 04 PEDESTAIS PARA CAIXA DE SOM, 02 PEDESTAIS PARA MICROFONE, 04 MICROFONES AURICULARES SEM FIO, | 990,00 | 5.940,00 |
| Total | | | | R\$25.840,00 | |

Vigência: Início: 20/09/2017 Término: 19/09/2018.

Guaramirim (SC), 6 de outubro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Contratação de serviços de sonorização, iluminação e estruturas para eventos para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Sérgio Rossi – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.417.887/0001-78, com sede na Rua Antonio Braga, nº 88, bairro Santo Antonio, município de Joinville, estado de Santa Catarina.

| Fornecedor: 263222 - SERGIO ROSSI EPP | | | | | |
|---------------------------------------|-----|--------|---|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
| 10 | 8 | EVENTO | LOCAÇÃO DE TABLADO TELESCÓPICO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM. TABLADO 8X6 COM EXTRUTURA METÁLICA A ALTURA COM REGULAGEM DE 30CM A 1,20 MT. 01 ESCADA TEMPO ESTIMADO 10 HORAS | 1.180,00 | 9.440,00 |
| Total | | | | R\$9.440,00 | |

Vigência: Início: 20/09/2017 Término: 19/09/2018.

Guaramirim (SC), 6 de outubro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Contratação de serviços de sonorização, iluminação e estruturas para eventos para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: ABS Eventos Ltda – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.769.410/0001-55, com sede na Rua Prof. Egon Husmann, nº 322, sala 01, bairro Centro, município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina.

| Fornecedor: 357731 - ABS EVENTOS LTDA ME | | | | | |
|--|-----|--------|---|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 6 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO.P.A, ILUMINAÇÃO, EXTRUTURA DE ALUMINIO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESEQUIPAMENTOS: 01 MESADE SOM 32 CANAIS DIGITAL , 01 MESA DE SOM 32 CANAIS COM MINIMO 6 VIAS MONITOR, 01 APARELHO CD LEITORMP3 E USB, 04 EQUALIZADORES 15 E 31 BANDAS, 03 COMPRESSOR DE AUDIO COM GATE, 01 CROSSOVER 4 VIAS PARAMÉTRICO, 01 PROCESSADOR DE EFEITOS AMPLIFICADORES, 08 CAIXAS DE SOM LINE ARRAY 2X10 COM TITÂNIO, 08 CAIXAS DE SOM SUB 18X2 ,04 CAIXAS 3 VIAS MONITOR | 1.500,00 | 9.000,00 |
| 2 | 10 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃODE EVENTOS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESEQUIPAMENTOS: 01 MESA DE SOM 12 CANAIS. 04 CAIXASDE SOM 3 VIAS COM 500 RMS CADA , 02 AMPLIFICADORES, 02 MICROFONES COM FIO, 02 MICROFONES SEM FIO DEMÃO, 01 PROCESSADOR DE EFEITOS, 01 APARELHO CD LEITOR MP3 E USB, 01 EQUALIZADOR, 04 PEDESTAIS PARACAIXA DE SOM, 02 PEDESTAIS PARA MICROFONE, 01 MICROFONE AURICULAR SEM FIO, 01 PEDESTAL DE PARTITURA, FIAÇÃO COMPLETA, 01 TÉCNICO A DISPOSIÇÃO | 370,00 | 3.700,00 |

| | | | | | |
|-------|----|--------|--|--------------|-----------|
| 3 | 6 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E EXTRUTURA DE ALUMINIO PARA FESTIVALE AMOSTRA DE DANÇA, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESEQUIPAMENTOS: 01 MESA DE SOM 16 CANAIS, 04CAIXAS DE SOM LINE ARRAY 2X10 POL. C/ 01 TITÂNIO, 04 CAIXAS DE SOM GRAVE 2X18 POL, 02 CAIXAS PARAMONITOR, 06 AMPLIFICADORES, 04 MICROFONES COM FIO,02 MICROFONES SEM FIO, 02 APARELHO CDJ 200, 01 ESTABILIZADOR 300W, 01 NOTEBOOK, 01 EQUALIZADOR, 04PEDESTAIS PARA MICROFONE, | 1.500,00 | 9.000,00 |
| 4 | 8 | EVENTO | LOCAÇÃO DE TELÃO, PROJETOR E EXTRUTURA DE ALUMINIOCOM OS SEGUINTESE MATERIAIS: 01 TELA DE 3X3 01 PROJETOR 2.600 LUMENS 01 TRAVE DE ALUMINIO P30 MEDINDO 4MT DE ALTURA X 3 MT DE LARGURA 01 NOTEBOOK 01 CABO VGA 25 MTS 01 CABO STEREO P2 P/ P10 DE 25MTS 02 CABOS DE ENERGIA 01 TÉCNICO A DISPOSIÇÃO. TEMPO ESTIMADO 6 HORAS | 400,00 | 3.200,00 |
| 8 | 5 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS COM A DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESEQUIPAMENTOS: 01 MESA DE SOM 12 CANAIS, 02 CAIXASDE SOM 3 VIAS COM 500 W RMS CADA, 01 AMPLIFICADOR,02 MICROFONES COM FIO, 02 MICROFONES SEM FIO, 01PROCESSADOR DE EFEITOS, 01 APARELHO CD LEITOR MP3E USB, 1 EQUALIZADOR, 02 PEDESTAIS PARA CAIXA DE SOM, 02 PEDESTAIS PARA MICROFONE, FIAÇÃO COMPLETA,01 TÉCNICO A DISPOSIÇÃO | 340,00 | 1.700,00 |
| 12 | 10 | EVENTO | CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO P.A, ILUMINAÇÃO E EXTRUTURA DE ALUMINIO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DOS SEGUINTESE EQUIPAMENTOS: 01 MESA DE SOM 24 CANAIS COM 04 VIAS COM MONITOR, 01 APARELHO CD, LEITOR MP3 E USB, 02 EQUALIZADORES 15 E31 BANDAS, 01 COMPRESSOR DE AUDIO COM GATE, 01 CROSSOVER 4 VIAS PARAMÉTRICO, 01 PROCESSADOR DE EFEITOS, AMPLIFICADORES, 04 CAIXAS DE SOM 3 VIAS P.A,02 CAIXAS SE SOM SUB 18X2 P.A, 04 CAIXAS 3 VIAS MONITOR , 01 DRUM FILL, 01 MICROFONE SEM FIO DE MÃO, | 1.300,00 | 13.000,00 |
| Total | | | | R\$39.600,00 | |

Vigência: Início: 20/09/2017 Término: 19/09/2018.

Guaramirim (SC), 6 de outubro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO Nº 156/2017 – PMG

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2017 – PMG

Aos vinte dias do mês de setembro de 2017, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria e o Decreto Municipal nº 79, de 13 de agosto de 2010, além das demais disposições legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas e homologação, transcurso o prazo para interposição de recursos, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. Luiz Antonio Chiodini, a seguir denominado Prefeitura Municipal de Guaramirim, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), a seguir, denominada simplesmente Fornecedor(a)s, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDORA:

L.J.V. EVENTOS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.927.229/0001-34, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 7568, bairro Schroeder III, município de Schroeder, estado de Santa Catarina, CEP 89.275-000, fone (47) 3374-0300, neste ato representada pela sua sócia-administradora, a Sra. Lucimeri Doge Siewert, inscrita no CPF sob o nº 777.330.459-91 e portadora da Carteira de Identidade nº 2.762.333, expedido pela SSP/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual e futura CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURAS PARA EVENTOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Guaramirim a adquirir os serviços nele registrados, nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Os quantitativos e preços registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata, sendo o seu valor total registrado de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1. A vigência desta Ata inicia-se na data de sua assinatura e os preços registrados vigorarão pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO:

4.1. As Secretarias Requisitantes solicitarão os serviços em até 5 (cinco) dias de antecedência, indicando a data do local em que se

executará os serviços, restritos dentro dos limites do Município.

4.2. Em determinadas ocasiões as estruturas deverão ser montadas até 12 (doze) horas antes da realização do evento, para fins de testes dos equipamentos e serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

5.1. São obrigações exclusiva conta e responsabilidade da Fornecedora, além do fornecimento da mão-de-obra, das ferramentas, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços conforme o Edital vinculado a este instrumento contratual, independentemente de transcrição, afora outras não previstas e que por lei lhe couberem, as seguintes:

5.1.1. Executar os serviços objeto desta Ata com observância de todas as leis, regulamentos e normas técnicas pertinentes;

5.1.2. Responsabilizar-se por eventuais multas e quaisquer outras penalidades ou despesas decorrentes da infração de leis e posturas que se relacionarem com a prestação do serviço prestado, de forma que, em hipótese alguma, tais responsabilidades poderão ser atribuídas à Prefeitura Municipal de Guaramirim;

5.1.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Guaramirim;

5.1.4. Manter, durante toda a execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como manter a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, devendo comunicar à Prefeitura Municipal de Guaramirim, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

5.1.5. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestado de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

5.1.6. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;

5.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

5.1.8. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Prefeitura Municipal de Guaramirim e/ou terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

5.1.9. Relatar ao Fiscal do Contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providência por parte da Prefeitura Municipal de Guaramirim, especialmente se representar risco para o patrimônio público;

5.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada, na execução dos serviços, objeto desta Ata, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

5.1.11. Os empregados em serviço possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a Fornecedora, sendo esta responsável pelo pagamento de salários e demais vantagens e recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 30 e 60 do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61784, de 20 de novembro de 1987;

5.1.12. É obrigatório aos empregados em serviço a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecidos pela Fornecedora.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM:

6.1. Notificar a Fornecedora de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais e execução dos serviços.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula sétima deste instrumento.

6.3. Exigir que a Fornecedora cumpra com o exposto neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria de Administração e Finanças, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação de documentação fiscal, declaração de enquadramento ou não enquadramento no Simples Nacional, fatura devidamente atestada por servidor competente e relatório de atividades.

7.1.1. O pagamento será creditado em favor da Fornecedora, por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.1.1.1. A conta bancária deve possuir o mesmo CNPJ que a emissora da nota fiscal, ou seja, caso a nota fiscal seja emitida pela matriz, a conta bancária indicada deverá ser da empresa matriz e caso a nota fiscal seja emitida pela filial, a conta bancária deve ser de titularidade da filial.

7.1.2. O pagamento à Fornecedora somente será efetuado após a comprovação que mantém as condições de habilitação.

7.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

7.3. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à Fornecedora, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto desta Ata.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE:

8.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, o preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 1 (um) ano.

8.1.1. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

8.1.2. Para a concessão da revisão dos preços, a Fornecedora deverá comunicar à Prefeitura Municipal de Guaramirim a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

8.1.3. Caso a Prefeitura Municipal de Guaramirim já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a Fornecedora realize a entrega dos objetos, e a Fornecedora ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre pedido já formalizado e empenhado.

8.1.4. Em eventual prorrogação contratual, poderá ser concedido reajuste, após transcurso de 1 (um) ano, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

8.2. A Prefeitura Municipal de Guaramirim terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

8.2.1. Durante esse período a Fornecedora deverá efetuar a entrega do pedido pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Prefeitura Municipal de Guaramirim.

8.2.2. A Fornecedora obrigar-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

8.3. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de Guaramirim negociará com a Fornecedora sua redução.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

9.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária indicada no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

10.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Guaramirim:

a) quando a Fornecedora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) quando a Fornecedora não assinar a ata no prazo estabelecido;

c) quando a Fornecedora der causa a rescisão administrativa deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei federal nº 8.666/93;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal de Guaramirim.

10.1.2. Pela Fornecedora:

a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a Fornecedora será informada por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. A solicitação da Fornecedora para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

10.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Fornecedora, relativas ao fornecimento dos itens.

10.5. Ocorrendo rescisão da ata de registro de preço na forma do inciso I, do art. 79, da Lei federal nº 8.666/93, a Prefeitura Municipal de Guaramirim adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, e do Decreto nº 5.450/05, a Fornecedora que:

11.1.1. Apresentar documentação falsa;

11.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos;

11.1.3. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Fizer declaração falsa;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

11.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Fornecedora, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas, ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração;

11.2.1. Considerar-se-á descumprimento parcial da Ata de Registro de Preços:

a) a execução dos serviços com atraso;

b) a execução dos serviços diversos do especificado na proposta;

c) a má execução dos serviços;

d) a execução parcial dos serviços solicitados.

11.3. Considerar-se-á descumprimento total da Ata de Registro de Preços:

a) a recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou receber a Ordem de Compra/ Autorização de Fornecimento;

b) a não execução dos serviços.

11.4. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela Fornecedora, nos seguintes casos:

11.4.1. Advertência, nos casos de descumprimento parcial da Ata de Registro de Preços, a critério da Contratante;

11.4.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a Fornecedora, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

11.4.3. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, quando a Fornecedora, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

11.4.5. Multa de 10% sobre o valor adjudicado do(s) item(s), quando:

11.4.5.1. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros;

11.4.5.2. Desatender às determinações da fiscalização;

11.4.5.3. Não obedecer às condições de execução especificadas na Ata de Registro de Preços de como o serviço deve ser feito;

11.4.5.4. Não execução do objeto, dando ensejo ao cancelamento da Ata de Registro de Preços;

11.4.6. Multa de 20% sobre o valor estimado da licitação quando a Fornecedora apresentar declaração falsa.

11.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Fornecedora.

11.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Fornecedora, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.7. Aplicar-se-á as disposições previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

11.8. Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

11.9. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

11.10. A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da Fornecedora por perdas e danos causados à Administração Pública.

11.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada diante da aplicação de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Esta Ata de Registro de Preço e o Edital de Pregão Presencial Processo nº 156/2017 – PMG e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Guaramirim (SC), 20 de setembro de 2017.

L.J.V. EVENTOS LTDA – ME

Lucimeri Doge Siewert

CPF nº 777.330.459-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Luiz Antonio Chiodini

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2017 – PMG

ANEXO I - PREÇOS REGISTRADOS

| Fornecedor: 434841 - L.J.V. EVENTOS LTDA – ME | | | | | |
|---|-----|--------|---|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
| 9 | 8 | EVENTO | LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA COM CAPACIDADE MINIMA DE 212 KVA, PARA EVENTOS DA MUNICIPALIDADE COM ACOMPANHAMENTO TÉCNICO | 1.200,00 | 9.600,00 |
| Total | | | | R\$9.600,00 | |

PORTARIA FAMAG Nº 01/2017

PORTARIA FAMAG Nº 01/2017

Anula atos administrativos expedidos pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

Jiuvani Assis Assing, Gestor da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim – FAMAG, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Súmula nº 473 do STF e o art. 19 da Resolução CONAMA nº 237/1997;

RESOLVE:

Art. 1º Anular a Licença Ambiental Prévia nº 10/2015, expedida em 21 de dezembro de 2015 e a Licença Ambiental de Instalação nº 10/2015, expedida em 21 de dezembro de 2015, devido à ilegalidade de objeto que importa em violação à Lei Federal nº 12.651/2012, bem como por omissão e falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição destes atos, no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental nº 4756/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de outubro de 2017.

Jiuvani Assis Assing

Gestor da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim

Guarujá do Sul

PREFEITURA

162/2017

| | |
|---------------------|--|
| DECRETO Nº 162/2017 | Estabelece Limitação de empenho e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul – SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências. |
|---------------------|--|

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e art. 39 da Lei Municipal nº 2.505/16 de 18/10/2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 422.811,42 (quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e onze reais e quarenta e dois centavos) apurado no período de janeiro a setembro de 2017.

Parágrafo único – Do montante tratado neste artigo, o valor de R\$ 462.811,42 (quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e onze reais e quarenta e dois centavos), encontram-se bloqueados, de acordo com o Decreto 45/2017 de 10/03/2017, 65/2017 de 26/04/2017, 98/2017 de 14/06/2017 e 111/2017 de 10/07/2017, restando então o valor a ser desbloqueado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 2.º - Em cumprimento ao que determina o art. 39 da Lei Municipal nº 2.501/16 de 31/08/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam desbloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

1) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL:

ATIVIDADE: 0502.12.361.0014.2.011 – Manutenção do Transporte Escolar.

76 – 3.1.90.00-118 – Aplicações diretas R\$ 40.000,00

Soma R\$ 40.000,00

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guarujá do Sul - SC, 06 de outubro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 30/2017

PORTARIA LEGISLATIVA n. 30/2017

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDORA KELI FÁTIMA GRIEBLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, GILMAR KLAUS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede a Servidora KELI FÁTIMA GRIEBLER a percepção de 1 ½ (uma diária meia) diária com destino a Chapecó, SC, nos dias 09 e 10 de outubro para participar do curso "Preparação para o eSocial no Legislativo" promovido pela IGAM, com o objetivo de orientar os órgãos públicos quanto aos procedimentos e medidas que devem ser tomadas antes do início da obrigatoriedade do envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelo eSocial e esclarecer sobre seu funcionamento.

Art. 2º A saída será dia 09/10 às 04h00 e o retorno dia 10/10 às 16h00 conforme roteiro de viagem n. 16/2017.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária o art. 11 da Lei Complementar n. 28/2016, tendo como valor das diárias 58 UFRM, perfazendo o total de R\$ 331,49 (trezentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos).

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 06 dias do mês de outubro de 2017.

Em sua 14ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa, 2º período, 54º ano de sua Instalação Legislativa.



Gilmar Klaus
Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada na data supra.

Franciane Baseggio
Auxiliar Legislativa

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 176/2017

DECRETO N. 176/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTAR DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, inciso II do inciso IV da Lei Municipal 1.042 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 11.102,63 (Onze mil cento e dois reais e sessenta e três centavos), destinado a suprir as seguintes despesas no orçamento, conforme segue:

Órgão: 06.00 – Secretaria de transporte, obras e serviços urbanos

Unidade Orçamentária: 06.02 – obras e serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0015 – Urbanização de vias

Projeto/Atividade: 1.231 – Programa de pavimentação de ruas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 11.102,63 (Onze mil cento e dois reais e sessenta e três centavos)

Art. 2º. A fonte de recurso para atender o Crédito Adicional Especial é recursos de anulação de dotação orçamentaria no valor de R\$ 11.102,63 (Onze mil cento e dois reais e sessenta e três centavos).

Órgão: 03.00 – Secretaria de administração e fazenda

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de administração

Função: 04 – Administração

Sub Função: 122 – Administração geral

Programa: 0003 – Administração geral

Projeto/Atividade: 1.020 – Construção de centro administrativo

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.02 – Departamento da cultura

Função: 13 – Cultura

Sub Função: 392 – Difusão cultural

Programa: 0026 – Cultura

Projeto/Atividade: 2.101 – Manutenção de atividades culturais

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de esportes

Função: 27 – Desporto e lazer

Sub Função: 812 – Desporto comunitário

Programa: 0007 – Esporte e saúde

Projeto/Atividade: 1.110 – Construção de complexo esportivo

Mod. de Aplic.: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Órgão: 04.00 – Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de esportes

Função: 27 – Desporto e lazer

Sub Função: 813 – Lazer

Programa: 0007 – Esporte e saúde

Projeto/Atividade: 2.110 – Manutenção das atividades esportivas
Mod. de Aplic.: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Órgão: 06.00 – Secretaria de transporte, obras e serviços urbanos

Unidade Orçamentária: 06.02 – obras e serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0015 – Urbanização de vias

Projeto/Atividade: 1.275 – Construção de pátios

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Órgão: 06.00 – Secretaria de transporte, obras e serviços urbanos

Unidade Orçamentária: 06.02 – obras e serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0015 – Urbanização de vias

Projeto/Atividade: 1.231 – Programa de pavimentação de ruas

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Órgão: 06.00 – Secretaria de transporte, obras e serviços urbanos

Unidade Orçamentária: 06.02 – obras e serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0030 – Transporte rodoviário

Projeto/Atividade: 1.273 – Construção de abrigos de passageiros

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Órgão: 06.00 – Secretaria de transporte, obras e serviços urbanos

Unidade Orçamentária: 06.02 – obras e serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0031 – Planejamento urbano

Projeto/Atividade: 1.274 – Construção de praças públicas

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Órgão: 07.00 – Secretaria de agricultura e meio ambiente

Unidade Orçamentária: 07.03 – turismo e lazer

Função: 23 – Comércio e serviços

Sub Função: 695 – Turismo

Programa: 0017 – Turismo e lazer

Projeto/Atividade: 1.288 – Criação de parque ecológico - Eco parque

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Diretas – DR 124 com o valor de R\$ 2.102,63 (Dois mil cento e dois reais e sessenta e três centavos).

Art. 3º - Este decreto será para correção de lançamento contábil de decreto 87/2017.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu, 02 de Outubro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1261/2017

PORTARIA Nº 1261/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 06 de outubro de 2017, o Servidor ALEXANDRE DE OLIVEIRA DA LUZ (Matr. 4683), o qual exercia a função de Professor - Nível – 2 - Referência "A", Disciplina de Educação Física, 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, em substituição à servidora Marilene de Lurdes Alves, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1263/2017

PORTARIA Nº 1263/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CARMEN SOLLÁ CAMINA BOLDRINI (Matr. 544), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "I", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 30 de outubro de 2015 e 18 de outubro de 2016, para serem gozadas a partir de 18 de outubro de 2017 a 04 de novembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1264/2017

PORTARIA Nº 1264/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora Neide Ribeiro dos Santos (Matr. 95), nascida aos 06/10/1967,

ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 12/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 12/C, anexo XI, a partir de 06 de outubro de 2017, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de outubro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1265/2017

PORTARIA Nº 1265/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora NEIDE RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 95), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 12/C, 40 (quarenta) horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, nos termos do artigo 68 e seus parágrafos, previsto no Anexo XIV da Lei Complementar Nº 316/2013; referente ao período aquisitivo compreendido entre Outubro de 2011 e Outubro de 2016, num percentual acumulado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1266/2017

PORTARIA Nº 1266/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível – 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora AUGUSTA POLO BERTUSSO (Matr. 4024), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 08 de outubro de 2014 a 07 de outubro de 2017, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1267/2017

PORTARIA Nº 1267/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora SUSANA RODRIGUES BARBOSA (Matr. 3058), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "C", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 09 de outubro de 2017, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0003/2017 - RH

CONTRATO Nº 003/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. MARIZETE MORAES, brasileira, solteira, Técnica em Enfermagem, CI 4.654.975, CPF nº 018.529.230-59, COREN SC 878.841, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira – O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no inc. III - § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999; considerando que a servidora Salete Maria Balbinote está de licença para tratamento de saúde; considerando que a servidora Célia Aparecida da Silva Ramos está de licença por motivos de doença em pessoa da família; considerando que vários servidores da equipe de enfermagem tem horas para serem compensadas até dezembro de 2017; bem como o resultado do Processo Seletivo - Edital nº 003, de 25.07.2017, homologado pelo Decreto nº 3.061, de 20.09.2017; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. MARIZETE MORAES, para exercer as funções do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Cláusula Segunda – A contratada receberá os vencimentos de R\$ 2.397,94 (dois mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos), conforme Anexo Único, da Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

§ 1º - A contratada receberá adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município, conforme art. 62, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 326, de 30.08.2006, bem como Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, de 20.01.2017 e Decreto nº 3041, de 17.07.2017.

§ 2º - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira – O presente contrato terá início em 28 de setembro de 2017 e término previsto quando do retorno da servidora afastada, ou a critério da administração municipal em decisão fundamentada.

Cláusula Quarta – Poderá haver a prorrogação do contrato desde que persistam os motivos da contratação.

Cláusula Quinta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

Cláusula Sexta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:
Órgão: 03 – Fundos Municipais

Unidade orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/atividade: 2039 – Manutenção das atividades da saúde

Elemento de Despesa: 31900000 – 0102 – Aplicações Diretas

Cláusula Sétima – O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997 e alterações posteriores, Processo Seletivo – Edital nº 003, de 25 de julho de 2017, Decreto Municipal nº 3.061, de 20 de setembro de 2017 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 28 de julho de 2017.

| | |
|---|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM IVANIR ZANIN Prefeito Municipal CPF – 183.227.439-04 | MARIZETE MORAES CPF – 018.529.230-59 |
|---|---|

Testemunhas:

ALCINDO PEROSA MARIA
CPF – 637.904.409-49

IVETE GOMES DE OLIVEIRA
CPF – 015.580.459-61

RAFAEL GONZATTO ARALDI
ADVOGADO – OAB/SC 32184

DECRETO Nº 3062/2017

DECRETO Nº 3.062, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

“DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 309, de 02 de outubro de 2017;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso III, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de Agente de Serviços Gerais – Nível 2, em decorrência da aposentadoria da servidora DELCIA MARIA DOS SANTOS, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Benefício nº 1797577074.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece

no quadro geral dos servidores do Município, uma vaga para o cargo de Agente de Serviços Gerais a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE OUTUBRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DEVOLUÇÃO - TERMO ADESÃO Nº 02/2016 DEVOLUÇÃO DE EQUIPAMENTO

Conforme requerimento recebido de Vicente Perosa, brasileiro, agricultor, portador do cpf 508.421.029-49 inscrito no Bloco de Produtor nº.01079166-4 residente e domiciliado na Linha Central, denominado como Primeiro Permissionário, requerendo a devolução de um Implemento Agrícola, Distribuidor de Adubo Orgânico de 3.000 litros Patrimônio nº.3173 série nº.069, e conforme o que estabelece a cláusula sétima do referido Termo o equipamento será devolvido para a Secretaria de Agricultura do Município de Ibiã, em perfeitas condições de uso.

E por estarem de acordo, firmam o presente termo.
Vicente Perosa Ivanir Zanin
Permissionário Prefeito Municipal
Ibiã, 07 de agosto de 2017

DEVOLUÇÃO - TERMO ADESÃO Nº 05/2010 DEVOLUÇÃO DE EQUIPAMENTO

Conforme requerimento recebido de Marcos Roberto Bazzem, brasileiro, agricultor, portador do cpf 868.308.729-87 inscrito no Bloco de Produtor nº.010.896.023 residente e domiciliado na Linha União, denominado como Primeiro Permissionário, requerendo a devolução de um Implemento Agrícola, Distribuidor de Adubo Orgânico de 3.000 litros Patrimônio nº.01587, e conforme o que estabelece a cláusula sétima do referido Termo o equipamento será devolvido para a Secretaria de Agricultura do Município de Ibiã.

E por estarem de acordo, firmam o presente termo.

Marcos R. Bazzem Ivanir Zanin
Permissionário Prefeito Municipal
Ibiã, 21 de agosto de 2017

PORTARIA Nº 309/2017

PORTARIA Nº 309, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, VACÂNCIA E EXONERAÇÃO DA SERVIDORA DELCIA MARIA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, para efeitos do disposto no artigo 40 da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 97, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004 e,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, de Aposentadoria por Invalidez a servidora Delcia Maria dos Santos, conforme benefício nº 1797577074, com início de vigência a partir de 20.09.2017;

Considerando que de acordo com o disposto no inciso III, do artigo 29, da Lei Municipal nº 255/2004, a vacância do cargo decorre, dentre outras causas, da aposentadoria;

Considerando que conforme Certidão emitida pelo Departamento de Pessoal do Município a servidora teria férias proporcionais (02.11.2016 a 02.10.2017), as quais poderão ser convertidas em pecúnia quando da exoneração conforme previsto no parágrafo único, do artigo 78 da mesma Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago o cargo de Agente de Serviços Gerais, ocupado pela servidora DELCIA MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 188, nomeada pela Portaria nº 105, de 19.09.2002, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, em virtude de ter sido Aposentada por Idade conforme benefício nº 1797577074, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, fica a servidora exonerada do serviço público, cujas verbas rescisórias relativas à conversão em pecúnia das férias proporcionais serão processadas e pagas.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Portaria, serão usados recursos do orçamento municipal, no que couber.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE OUTUBRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 312/2017

PORTARIA Nº 312, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A – Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora do quadro efetivo do município ANA DOMINGA BERTELLI TRAGANCIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência E, a Função Gratificada FG-2 - Supervisor de Turma, para:

I – controlar entradas e saídas de materiais do almoxarifado;
II – efetuar, organizar e controlar a entrega de EPI'S dos servidores vinculados a Secretaria da Saúde;
III – manter atualizada a ficha de controle de entrega de EPI'S de cada servidor vinculado a Secretaria da Saúde;

IV – solicitar, junto a chefia imediata, a aquisição de EPI'S;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE OUTUBRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 314/2017

PORTARIA Nº 314, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a ARQUILINO ANTONIO DE MORAES, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas Agrícolas – Nível 2 – Referência D.

Art. 2º. O afastamento será de Conformidade com o Atestado Médico do Dr. Rodrigo Hoehr Pedrazzi – CRM-SC 12.598 RQE 7.555, no período de 03 de outubro de 2017 a 01 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 03 DE OUTUBRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

TERMO DE ADESÃO Nº 01/2017

Termo de adesão nº01/2017

Termo de Adesão de cedência de implementos agrícolas para o incremento da produção agropecuária, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ibiã representada pelo Prefeito Municipal Ivanir Zanin conforme consta.

Que fazem os produtores rurais neste município de Ibiã, sendo ARLINDO PRIMO PEROSA, brasileiro agricultor, brasileiro, agricultor, CPF nº056.328.629-68 RG 291.177, inscrito no bloco de produtor rural nº010.301.097, residente e domiciliado na Linha Santo Alécio como Primeiro Permissionário, e, os agricultores da Linha Santo Alécio e Vista Alegre, abaixo relacionados como responsáveis solidários.

Prometendo cumprir e fazer cumprir as condições e cláusulas desse Termo de Adesão.

Cláusula Primeira- Do Objeto:

Tem por objeto o presente termo de adesão a cedência, a título único de Permissão de Uso de bem móvel, dentro do regime jurídico de permissão de uso, de acordo com as cláusulas seguintes:

Clausula segunda- Dos Bens:

Os bens a serem, cedidos como permissão de uso, para serem usados, de forma universal e impessoal por todos os agricultores sediados no município de Ibiã, sob responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, penal e financeira do Primeiro Permissionário, com a solidariedade civil dos demais signatários deste Termo de Permissão de Uso, cujos bens são os seguintes:

A- UM DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO- PATRIMONIO N2192

B- Uma plantadeira de 03 linhas tração hidráulica marca Irmãos Thonnigs adquirida em convenio com Prodesa nº0304109-26/09647073-2 nº de patrimônio 01656.

C- Uma Grade Aradora marca tatu com doze discos nº de patrimônio 1155.

Clausula Terceira – Do Prazo.

O presente Termo de Adesão tem validade a contar da sua assinatura pelo período de seis anos, podendo haver prorrogações, mediante Termo Aditivo, se de interesse público.

Clausula Quarta- Dos Critérios de Homogeneidade.

Todos os agricultores do município, na forma e condições disciplinadas, poderão utilizar-se dos implementos agrícolas, preferencialmente com sua distribuição regionalizada, evitando-se maiores custos operacionais.

Clausula Quinta- Dos Relatórios Trimestrais.

O Primeiro Permissionário apresentará relatórios trimestrais dando conta da utilização dos implementos agrícolas, conforme modelo oferecido pela Secretaria da Agricultura do Município em três vias, ficando uma nos arquivos da Secretaria de Agricultura outra a ser remetida para a Câmara de Vereadores e a terceira para o arquivo do Primeiro Permissionário.

Clausula sexta – Das Despesas com a Manutenção dos Implementos Agrícolas.

Todas e quaisquer despesas decorrentes da utilização dos implementos agrícolas serão de responsabilidade do Primeiro Permissionário, cabendo-lhe haver dos agricultores beneficiados a justa remuneração dos serviços.

Clausula Sétima- Da Devolução dos Implementos Agrícolas.

No término do prazo estabelecido ou aqueles resultantes de aditivos aos implementos agrícolas deverão ser devolvidos a Secretaria de Agricultura do Município, em condições de perfeita utilização, mediante Termo de Devolução.

Parágrafo Único – Durante o prazo ou as prorrogações, o Primeiro Permissionário, responderá pela guarda dos implementos agrícolas como fiel depositário.

O Primeiro Permissionário responderá, perante quaisquer terceiros por danos ou acidentes causados.

Clausula Nona- Do Prazo a ser Cobrado do Agricultor.

O Primeiro Permissionário cobrará do agricultor que utilizar os implementos agrícolas em suas lavouras ou serviços o valor a ser estabelecido em Decreto, visando exclusivamente a cobertura dos gastos decorrentes da prestação dos serviços e outras despesas provenientes da manutenção dos implementos agrícolas.

Clausula Décima- das Disposições Gerais.

O presente termo de permissão é intransferível e quaisquer desrespeito a suas cláusulas e condições ou outros fatos supervenientes implicarão na extinção ou revogação, com aviso de trinta (30) dias, não cabendo ao Primeiro Permissionário ou aos demais agricultores solidários qualquer espécie ou forma de indenização, considerando que esta permissão reveste-se de caráter público.

Clausula Décima Primeira- Das Disposições Finais.

O presente termo de permissão baseia-se nas disposições dos artigos 142, da Lei Orgânica do Município, e no Prejulgado nº1018, do Tribunal de Santa Catarina, especialmente os aspectos de interesse

do desenvolvimento agrícola do Município e a proteção do Meio Ambiente.

E por estarem de acordo com os Termos desta declaração aderindo a mesma para todos e quaisquer efeitos legais e jurídicos, na presença das testemunhas.

Ibiam, 10 de agosto de 2017

Primeiro Permissionário

Arlindo Primo Perosa

Cpf: 056.328.629-68

TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

Termo de adesão nº02/2017

Termo de Adesão de cedência de implementos agrícolas para o incremento da produção agropecuária, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ibiam representada pelo Prefeito Municipal Ivanir Zanin conforme consta.

Que fazem os produtores rurais neste município de Ibiam, sendo Gilmar Scheneider, brasileiro agricultor, brasileiro, agricultor, CPF nº770.584.109-68, inscrito no bloco de produtor rural n.011.800.445, residente e domiciliado na Linha São Pascoal como Primeiro Permissionário, e, Rodrigo Gaio CPF 037.819.289-26, Valdemir Raizer da Costa CPF;019.528.589-17 relacionados como responsáveis solidários.

Prometendo cumprir e fazer cumprir as condições e cláusulas desse Termo de Adesão.

Cláusula Primeira- Do Objeto:

Tem por objeto o presente termo de adesão a cedência, a título único de Permissão de Uso de bem móvel, dentro do regime jurídico de permissão de uso, de acordo com as cláusulas seguintes:

Clausula segunda- Dos Bens:

Os bens a serem, cedidos como permissão de uso, para serem usados, de forma universal e im pessoal por todos os agricultores sediados no município de Ibiam, sob responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, penal e financeira do Primeiro Permissionário, com a solidariedade civil dos demais signatários deste Termo d Permissão de Uso, cujos bens são os seguintes:

A- Uma plantadeira de 03 linhas tração hidráulica marca Irmãos Thonnigs nº de patrimônio 01732.

Clausula Terceira – Do Prazo.

O presente Termo de Adesão tem validade a contar da sua assinatura pelo período de seis anos, podendo haver prorrogações, mediante Termo Aditivo, se de interesse publico.

Clausula Quarta- Dos Critérios de Homogeneidade.

Todos os agricultores do município, na forma e condições disciplinadas, poderão utilizar-se dos implementos agrícolas, preferencialmente com sua distribuição regionalizada, evitando-se maiores custos operacionais.

Clausula Quinta- Dos Relatórios Trimestrais.

O Primeiro Permissionário apresentará relatórios trimestrais dando conta da utilização dos implementos agrícolas, conforme modelo oferecido pela Secretaria da Agricultura do Município em três vias, ficando uma nos arquivos da Secretaria de Agricultura outra a ser remetida para a Câmara de Vereadores e a terceira para o arquivo do Primeiro Permissionário.

Clausula sexta – Das Despesas com a Manutenção dos Implementos Agrícolas.

Todas e quaisquer despesas decorrentes da utilização dos implementos agrícolas serão de responsabilidade do Primeiro Permissionário, cabendo-lhe haver dos agricultores beneficiados a justa remuneração dos serviços.

Clausula Sétima- Da Devolução dos Implementos Agrícolas.

No término do prazo estabelecido ou aqueles resultantes de aditivos aos implementos agrícolas deverão ser devolvidos a Secretaria de Agricultura do Município, em condições de perfeita utilização,

mediante Termo de Devolução.

Paragrafo Único – Durante o prazo ou as prorrogações, o Primeiro Permissionário, responderá pela guarda dos implementos agrícolas como fiel depositário.

O Primeiro Permissionário responderá, perante quaisquer terceiros por danos ou acidentes causados.

Clausula Nona- Do Prazo a ser Cobrado do Agricultor.

O Primeiro Permissionário cobrará do agricultor que utilizar os implementos agrícolas em suas lavouras ou serviços o valor a ser estabelecido em Decreto, visando exclusivamente a cobertura dos gastos decorrentes da prestação dos serviços e outras despesas provenientes da manutenção dos implementos agrícolas.

Clausula Décima- das Disposições Gerais.

O presente termo de permissão é intransferível e quaisquer desrespeitos as suas clausulas e condições ou outros fatos supervenientes implicarão na extinção ou revogação, com aviso de trinta (30) dias, não cabendo ao Primeiro Permissionário ou aos demais agricultores solidários qualquer espécie ou forma de indenização, considerando que esta permissão reveste-se de caráter público.

Clausula Décima Primeira- Das Disposições Finais.

O presente termo de permissão baseia-se nas disposições dos artigos 142, da Lei Orgânica do Município, e no Prejulgado nº1018, do Tribunal de Santa Catarina, especialmente os aspectos de interesse do desenvolvimento agrícola do Município e a proteção do Meio Ambiente.

E por estarem de acordo com os Termos desta declaração aderindo a mesma para todos e quaisquer efeitos legais e jurídicos, na presença das testemunhas.

Ibiam, 10 de agosto de 2017

Primeiro Permissionário

Gilmar Scheneider

Cpf: 770.584.109-68

Rodrigo Gaio

Valdemir Raizer da Costa

TERMO DE ADESÃO Nº 04/2017

Termo de adesão nº04/2017

Termo de Adesão de cedência de implementos agrícolas para o incremento da produção agropecuária, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ibiam representada pelo Prefeito Municipal Ivanir Zanin conforme consta.

Que fazem os produtores rurais neste município de Ibiam, sendo EDECARLO ZANIN, brasileiro agricultor, brasileiro, agricultor, CPF nº 854.357.169-34 inscrito no bloco de produtor rural n.011.212.128, residente e domiciliado na Linha União como Primeiro Permissionário, e, Izidoro Caon CPF ,141.848.779-15, inscrito no bloco de produtor nº010.576.029 relacionado como responsável solidário.

Prometendo cumprir e fazer cumprir as condições e cláusulas desse Termo de Adesão.

Cláusula Primeira- Do Objeto:

Tem por objeto o presente termo de adesão a cedência, a título único de Permissão de Uso de bem móvel, dentro do regime jurídico de permissão de uso, de acordo com as cláusulas seguintes:

Clausula segunda- Dos Bens:

Os bens a serem, cedidos como permissão de uso, para serem usados, de forma universal e im pessoal por todos os agricultores sediados no município de Ibiam, sob responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, penal e financeira do Primeiro Permissionário, com a solidariedade civil dos demais signatários deste Termo de Permissão de Uso, cujos bens são os seguintes:

A- Um ENLEIRADOR para limpeza número de Patrimônio 2382

B- Um perfurador solo PSMR 1650 BROCA 12 c/embreagem nº de

patrimônio 2383.

Clausula Terceira – Do Prazo.

O presente Termo de Adesão tem validade a contar da sua assinatura pelo período de seis anos, podendo haver prorrogações, mediante Termo Aditivo, se de interesse público.

Clausula Quarta- Dos Critérios de Homogeneidade.

Todos os agricultores do município, na forma e condições disciplinadas, poderão utilizar-se dos implementos agrícolas, preferencialmente com sua distribuição regionalizada, evitando-se maiores custos operacionais.

Clausula Quinta- Dos Relatórios Trimestrais.

O Primeiro Permissionário apresentará relatórios trimestrais dando conta da utilização dos implementos agrícolas, conforme modelo oferecido pela Secretaria da Agricultura do Município em três vias, ficando uma nos arquivos da Secretaria de Agricultura outra a ser remetida para a Câmara de Vereadores e a terceira para o arquivo do Primeiro Permissionário.

Clausula sexta – Das Despesas com a Manutenção dos Implementos Agrícolas.

Todas e quaisquer despesas decorrentes da utilização dos implementos agrícolas serão de responsabilidade do Primeiro Permissionário, cabendo-lhe haver dos agricultores beneficiados a justa remuneração dos serviços.

Clausula Sétima- Da Devolução dos Implementos Agrícolas.

No término do prazo estabelecido ou aqueles resultantes de aditivos aos implementos agrícolas deverão ser devolvidos a Secretaria de Agricultura do Município, em condições de perfeita utilização, mediante Termo de Devolução.

Paragrafo Único – Durante o prazo ou as prorrogações, o Primeiro Permissionário, responderá pela guarda dos implementos agrícolas como fiel depositário.

O Primeiro Permissionário responderá, perante quaisquer terceiros por danos ou acidentes causados.

Clausula Nona- Do Prazo a ser Cobrado do Agricultor.

O Primeiro Permissionário cobrará do agricultor que utilizar os implementos agrícolas em suas lavouras ou serviços o valor a ser estabelecido em Decreto, visando exclusivamente a cobertura dos gastos decorrentes da prestação dos serviços e outras despesas provenientes da manutenção dos implementos agrícolas.

Clausula Décima- das Disposições Gerais.

O presente termo de permissão é intransferível e quaisquer desrespeitos a suas cláusulas e condições ou outros fatos supervenientes implicarão na extinção ou revogação, com aviso de trinta (30) dias, não cabendo ao Primeiro Permissionário ou aos demais agricultores solidários qualquer espécie ou forma de indenização, considerando que esta permissão reveste-se de caráter público.

Clausula Décima Primeira- Das Disposições Finais.

O presente termo de permissão baseia-se nas disposições dos artigos 142, da Lei Orgânica do Município, e no Prejulgado nº1018, do Tribunal de Santa Catarina, especialmente os aspectos de interesse do desenvolvimento agrícola do Município e a proteção do Meio Ambiente.

E por estarem de acordo com os Termos desta declaração aderindo a mesma para todos e quaisquer efeitos legais e jurídicos, na presença das testemunhas.

Ibiam, 27 de agosto de 2017

Primeiro Permissionário

Edecarlo Zanin

Cpf: 854.357.169-34

Izidoro Caon

CPF:141.848.779-15

Ibirama

PREFEITURA

PORTARIA Nº 755

Portaria nº 755, de 01 de setembro de 2017.

"Exonera do Quadro de Pessoal, por Demissão através de Processo Administrativo Disciplinar".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, e ainda conforme decisão da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2017, resolve:

D E M I T I R,

Art. 1º - EVERALDO DA SILVA, sob a matrícula nº 6904-2, do cargo efetivo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, estando assim, exonerado do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 227, de 02 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 756

Portaria nº 756, de 01 de setembro de 2017.

"Concede gratificação por nível de escolaridade".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de 5% (cinco por cento), ao(a) servidor(a) DIONEY SARTOR, sob a matrícula nº 226904-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ATIVIDADES CULTURAIS, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por ter concluído o grau de escolaridade de nível superior, conforme dispõe o Art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 757

Portaria nº 757, de 01 de setembro de 2017.

"Interrompe Licença para Tratamento de Pessoas da Família".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

I N T E R R O M P E R

Art. 1º - A Licença para tratamento de Pessoa da Família, da servidora PATRÍCIA MACIEL DE OLIVEIRA, sob a matrícula nº 256340-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculada à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, retornando aos trabalhos a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 731, de 24 de agosto de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 758

Portaria nº 758, de 01 de setembro de 2017.

"Concede gratificação por nível de escolaridade".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de 5% (cinco por cento), ao(a) servidor(a) TAIARA BIANCA SALVADOR, sob a matrícula nº 30031-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, por ter concluído o grau de escolaridade de nível superior, conforme dispõe o Art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 759

Portaria nº 759, de 01 de setembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 005/2016 e ainda considerando que: a) de acordo com a Lei Complementar nº 21/2001, e alterações, no Quadro de Pessoal do Plano do Magistério há quantidade de 60 (sessenta) Professores na área de Educação Infantil e 100 (cem) Professores na área de Educação Fundamental de 1ª à 4ª série e de 5ª à 8ª série; b) destas vagas criadas, atualmente estão sendo ocupadas 60 (sessenta) vagas no ensino infantil, 79 (setenta e nove) no ensino fundamental; c) o ano letivo 2017 iniciou no dia 13 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de alunos, com novas matrículas, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes e também para substituir professores que estão em outros departamentos e na função de Diretores e Secretários das Escolas, Centro de Educação Infantil, na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Apoio Pedagógico das Escolas, em licença prêmio, sem vencimento, licença tratamento de saúde e licença maternidade; e) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário; f) que o (a) servidor (a) abaixo, estava na lista de chamada do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2016;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 005/2016 Sr (a) CARLOS HENRIQUE AMORIM, sob a matrícula nº 5045-8, para o cargo de PROFESSOR (A), lotado (a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício na E.M. Caminho da Estação e E.M. Ribeirão Areado com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição ao professor ACT Anderson Mikael Sardagna, que assumiu aulas de Educação Física.

Art. 2º - O (a) contratado (a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2017, ou com a diminuição da demanda no ano letivo de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.149,40 (mil, cento e quarenta e nove reais, quarenta centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 760

Portaria nº 760, de 04 de setembro de 2017.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - CATIARA DE SOUZA, sob a matrícula nº 6227384-0, do cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) por meio da portaria nº 578, de 05 de agosto de 2014.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 761

Portaria nº 761, de 05 de setembro de 2017.

“Conversão de Licença Prêmio em pecúnia”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 102, de 17 de agosto de 2011, resolve:

C O N V E R T E R

Art. 1º - Dois meses de Licenças Prêmios não fruídas em pecúnia, do(a) servidor(a) IZABEL PETERSEN, sob a matrícula nº 8060-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nos termos do art. 154, § 6º, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 102, de 17 de agosto de 2011.

Art. 2º - O pagamento será realizado em folha complementar, com base remuneração do cargo efetivo.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 762

Portaria nº 762, de 13 de setembro de 2017.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) JANETE CIPRIANI, matrícula nº 62409573-00, ocupante do cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, relativas ao período aquisitivo de 18/04/2016 a 17/04/2017, para serem gozadas no

período de 13/09/2017 a 02/10/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 03/10/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 763

Portaria nº 763, de 15 de setembro de 2017.

Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora JESSICA MARCILENE DOS SANTOS, sob a matrícula nº 608041-0, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculada à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 15 de setembro de 2017 e com término em 13 de março de 2018, devendo retornar aos trabalhos no dia 27 de novembro de 2017, e seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 15 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 764

Portaria nº 764, de 15 de setembro de 2017.

"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 003/2015 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - JANETE SOARES DE SOUZA, sob a matrícula nº 32816-7, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, Nível "I", referência "A", do Quadro de Pessoal da

Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 831,59 (oitocentos e trinta e um reais, cinquenta e nove centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 15 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 765

Portaria nº 765, de 15 de setembro de 2017

Concede licença para

Tratamento de saúde

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA, sob a matrícula nº 6017-1, ocupante do Emprego Público CLT de ODONTÓLOGO, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado a partir de 14 de setembro de 2017.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 15 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 766

Portaria nº 766, de 18 de setembro de 2017.

"Designa Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para averiguação das infrações em tese cometidas por servidor público".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no que dispõe os artigos 203 e seguintes, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro 2007,

RESOLVE

Art. 1º - Designar, de acordo com art. 209 da citada Lei Complementar nº 67/2013, os servidores KLAUS BRODWOLF, matrícula nº 26891-2, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, MOACIR HAJEK, matrícula nº 30180-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO e ELVIRA SCHULZE MANNCHEN, matrícula nº 6629-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, para sob a presidência do primeiro, constituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a suposta prática de reiteradas faltas ao trabalho, de forma injustificada, caracterizando inassiduidade habitual, e abandono de emprego e outros fatos que por ventura surgirem no curso do PAD, praticadas pela servidora ELIZETE PRAZER DE ANHAIA, matrícula nº 31801-2, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, acarretando, em tese, a demissão, com fundamento no art. 194, II e III, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A comissão deverá instalar-se imediatamente, devendo apurar os fatos e apresentar o Relatório no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável automaticamente por igual período, conforme prevê o art. 212, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 18 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 767

Portaria nº 767, de 18 de setembro de 2017.
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 02/02/2009 a 02/02/2014, a pedido do(a) servidor(a) MAIRON TALLES DA CUNHA, sob a matrícula nº 9466-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 18 de setembro de 2017 a 16 de dezembro de 2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 18 de dezembro de 2017, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 18 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 768

Portaria nº 768, de 18 de setembro de 2017.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) NOEL GABRIEL, matrícula nº 10960-01, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 01/02/2016, para serem gozadas no período de 18/09/2017 a 17/10/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 18/10/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 18 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 769

Portaria nº 769, de 25 de setembro de 2017.
Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora MARISE CARLOS DA SILVA, sob a matrícula nº 620432-01, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculada à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 25 de setembro de 2017 e com término em 23 de março de 2018, devendo retornar aos trabalhos no dia 24 de março de 2018, e seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 770

Portaria nº 770, de 25 de setembro de 2017.

Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora SILVIANE ADAM, sob a matrícula nº 620432-01, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, vinculada à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 25 de setembro de 2017 e com término em 23 de março de 2018, devendo retornar aos trabalhos no dia 24 de março de 2017, e seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 771

Portaria nº 771, de 29 de setembro de 2017.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) MAIARA CRISTINA DA SILVA CUNHA GARCIA, matrícula nº 6238912-00, ocupante do cargo de MEDICO, relativas ao período aquisitivo de 08/03/2016 a 07/03/2017, para serem gozadas no período de 02/10/2017 a 31/10/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 01/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 772

Portaria nº 772, de 29 de setembro de 2017.

Concede licença para

Tratamento de saúde - INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) SILVANA APARECIDA SEHNEM, sob a matrícula nº 12386-1, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSOR, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 29 de agosto de 2017.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 773

Portaria nº 773, de 29 de setembro de 2017.

"Altera Carga Horária"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea "b", c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) ALEX KREUSCH, sob a matrícula nº 6236448-3, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 20 (vinte) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 1.149,40 (mil, cento e quarenta e nove reais, quarenta centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 774

Portaria nº 774, de 29 de setembro de 2017.

"Altera Carga Horária"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea "b", c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) ADRIANA PAULINA DA VEIGA, sob a matrícula nº 62411470-1, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 20 (vinte) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 1.149,40 (mil, cento e quarenta e nove reais, quarenta centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 775

Portaria nº 775, de 29 de setembro de 2017.

"Desconto de horas inativas referente ao ponto eletrônico".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de falta(s) sem justificativa(s), conforme relatório do cartão ponto do período de julho/agosto de 2017.

| NOME | CARGO | HORAS INATIVAS |
|-----------------------------------|-----------------------|----------------|
| Daiana Zanella | Agente Administrativo | 01h16min |
| Dayane Guedes Augustinho | Enfermeiro | 01h03min |
| Fabiana Regina Radloff | Nutricionista | 04h37min |
| Graciela de Oliveira Alves | Psicólogo | 03h28min |
| Josimara Fernanda Olsson | Auxiliar Odontológico | 09h50min |
| Marco Aurelio Follador | Odontólogo | 06h28min |
| Mariana Zumblick | Odontólogo | 09h58min |
| Marlene Antonia Pacheco | Servente/Merendeira | 04h00min |
| Michelle Riane K. H. Bitten-court | Odontólogo | 01h36min |
| Orlando Almeida Reginatto | Odontólogo | 06h03min |
| Paloma Severino | Auxiliar Odontológico | 01h43min |
| Ronan Zimmer | Agente Administrativo | 01h01min |
| Sandra Metzger | Técnico em Enfermagem | 04h00min |
| Taiara Bianca Salvador | Agente Administrativo | 08h21min |

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 776

Portaria nº 776, de 29 de setembro de 2017.

"Desconto de horas inativas".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de faltas não justificadas, conforme relação anexa.

| NOME | CARGO | HORAS INATIVAS |
|----------------------------|------------------------------|----------------|
| Aline Gonçalves | Professor | 08h00min |
| Angela Elena Zibell | Servente/Merendeira | 40h00min |
| Diego Klettemberg | Professor | 16h00min |
| Doraci Werling Braatz | Servente/Merendeira | 24h00min |
| Elizete Prazer de Anhaia | Servente/Merendeira | 08h00min |
| Malena Reblin de Andrade | Professor | 24h00min |
| Moacir Morlo | Op. de Maquinas e Veículos | 08h00min |
| Noel Gabriel | Op. De Maquinas e Veículos | 04h00min |
| Pamela Giseli dos Santos | Servente/Merendeira | 28h00min |
| Sergio da Silva | Servente de Obras e Serviços | 04h00min |
| Sirlene Ap. França Junglos | Professor | 24h00min |

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 777

Portaria nº 777, de 29 de setembro de 2017.

"Altera Carga Horária"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea "b", c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) DIEGO KLET-TEMBERG, sob a matrícula nº 33049-10, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 30 (trinta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 1.724,10 (mil, setecentos e vinte e quatro reais, dez centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 778

Portaria nº 778, de 29 de setembro de 2017.
"Altera Carga Horária"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea "b", c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) RODRIGO DA ROSA, sob a matrícula nº 62417673-0, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais, oitenta centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 779

Portaria nº 779, de 29 de setembro de 2017.
Concede licença para
Tratamento de saúde - INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) OSNIR DOS SANTOS, sob a matrícula nº 11150-6, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 18 de setembro de 2017.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 780

Portaria nº 780, de 29 de setembro de 2017.
"Autoriza Desconto em Folha"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar nº 003, de 16 de março de 1992,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) GILMAR DE AZEVEDO, sob a matrícula nº 7439-1, ocupante do cargo de provimento EFETIVO de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULSO, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, o valor de R\$ 189,26 (cento e oitenta e nove reais, vinte e seis centavos), correspondente as multas de trânsito, sob nº 150329665368; 57650.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 02 (duas) parcelas iguais de 94,63 (noventa e quatro reais, sessenta e três centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 781

Portaria nº 781, de 29 de setembro de 2017.
"Autoriza Desconto em Folha"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar nº 003, de 16 de março de 1992,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) NATALICIO DOMINGOS DOS REIS, sob a matrícula nº 7439-1, ocupante do cargo de provimento EFETIVO de OPERADOR VEICULOS, vinculado(a) a Secretaria de Assistência Social e Habitação, o valor de R\$ 85,13 (oitenta e cinco reais, treze centavos), correspondente as multas de trânsito, sob nº 1503579327235.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 02 (duas) parcelas iguais de 42,57 (quarenta e dois reais, quarenta e sete centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 782

Portaria nº 782, de 29 de setembro de 2017.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) LOTHAR MARX, matrícula nº 9199-02, ocupante do cargo de MOTORISTA/SOCORRISTA, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016, para serem gozadas no período de 02/10/2017 a 31/10/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 01/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 783

Portaria nº 783, de 29 de setembro de 2017.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) EVALMIR HORSTMANN, matrícula nº 6882-03, ocupante do cargo de AUXILIAR AGROPECUARIO, relativas ao período aquisitivo de 12/09/2015 a 11/09/2016, para serem gozadas no período de 02/10/2017 a 31/10/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 01/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de setembro de 2017.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 060 - 2017 MUL - SAMAE- AQUISIÇÃO MOTOBOMBA

PROCESSO Nº. 489/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017 – SAMAE

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

| | |
|-------|--------------------------------------|
| SETOR | DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES |
|-------|--------------------------------------|

| | |
|------|------------------------------|
| TIPO | MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM |
|------|------------------------------|

| | |
|--------|--|
| OBJETO | REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MOTOBOMBA, MOTOR, ACOPLAMENTO, PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE BOMBAS E MOTORES PARA O SAMAE DO MUNICÍPIO, conforme Anexo I do Edital. |
|--------|--|

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 26/10/17 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/10/17 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 09 de Outubro de 2017.

ERRATA DO EDITAL PRG 049 - 2017 MUL - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO 2 (REPARADO)

Errata 2 do Edital Pregão 049/2017 – MUL - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS.

O Município de Ilhota comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 049/2017 - MUL, que o Edital foi retificado da seguinte forma: Onde se lê:

| Lote | Item | Especificações | Qtde. | Unid. | Vlr Unit | Vlr Tot |
|------|------|---|--------|-------|----------|-------------|
| 1 | 4 | AÇO DE CONSTRUÇÃO CA 50 9,5 MM BARRA DE 12M | 330,00 | BR | 29,0000 | 9.570,0000 |
| 1 | 5 | AÇO PARA CONSTRUÇÃO CA 50 10MM COM NO MÍNIMO 12,5 MM DE DIAMETRO BARRA DE 12M | 500,00 | BR | 35,8700 | 17.935,0000 |
| 1 | 30 | BASE ACRÍLICA SEMI BRILHO COR CLARA 18L | 100,00 | LTA | 387,4300 | 38.743,0000 |
| 1 | 31 | BASE ACRÍLICA SEMI BRILHO COR ESCURA 18L | 105,00 | LTA | 503,0700 | 52.822,3500 |
| 1 | 32 | BASE ESCURA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM 3,24 I | 55,00 | LTA | 60,4800 | 3.326,4000 |
| 1 | 33 | BASE SELADOR ACRÍLICO LATA 16,2 LITROS | 100,00 | LTA | 101,3300 | 10.133,0000 |
| 1 | 55 | CANO 100 MM 1º BARRA 6 METROS | 195,00 | BR | 48,4300 | 9.443,8500 |
| 1 | 56 | CANO 150 MM 1º BARRA 6 METROS | 215,00 | BR | 105,6700 | 22.719,0500 |
| 1 | 57 | CANO 20 MM 1º BARRA 6 METROS | 140,00 | BR | 14,7000 | 2.058,0000 |
| 1 | 58 | CANO 200 MM 1º BARRA 6 METROS | 225,00 | BR | 247,7700 | 55.748,2500 |
| 1 | 59 | CANO 25 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 24,5000 | 3.307,5000 |
| 1 | 60 | CANO 32 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 34,4300 | 4.648,0500 |
| 1 | 61 | CANO 40 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 59,2000 | 7.992,0000 |
| 1 | 62 | CANO 50 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 32,3000 | 4.360,5000 |
| 1 | 63 | CANO 75 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 46,4300 | 6.268,0500 |
| 1 | 82 | CURVA 100 MM | 145,00 | PC | 10,8900 | 1.579,0500 |
| 1 | 83 | CURVA 150 MM | 145,00 | UN | 46,7100 | 6.772,9500 |
| 1 | 84 | CURVA 20MM | 135,00 | UN | 2,0000 | 270,0000 |
| 1 | 85 | CURVA 25MM | 145,00 | UN | 2,2300 | 323,3500 |
| 1 | 86 | CURVA 32MM | 145,00 | UN | 2,8700 | 416,1500 |
| 1 | 87 | CURVA 40 MM | 145,00 | UN | 3,4700 | 503,1500 |
| 1 | 88 | CURVA 50 MM | 135,00 | UN | 4,2100 | 568,3500 |
| 1 | 89 | CURVA 75 MM | 135,00 | UN | 7,0300 | 949,0500 |
| 1 | 104 | JOELHO 100 MM | 145,00 | PC | 8,7700 | 1.271,6500 |
| 1 | 105 | JOELHO 100 45° | 165,00 | UN | 8,2700 | 1.364,5500 |



| | | | | | | |
|---|-----|--|----------|-----|----------|--------------|
| 1 | 106 | JOELHO 150 MM | 145,00 | UN | 37,5000 | 5.437,5000 |
| 1 | 107 | JOELHO 150 MM 45° | 165,00 | UN | 35,3300 | 5.829,4500 |
| 1 | 108 | JOELHO 150MM 90° | 165,00 | UN | 31,8300 | 5.251,9500 |
| 1 | 109 | JOELHO 200 MM | 145,00 | UN | 58,3300 | 8.457,8500 |
| 1 | 110 | JOELHO 25 MM | 145,00 | UN | 2,2200 | 321,9000 |
| 1 | 111 | JOELHO 25 MM 45° | 145,00 | UN | 2,4500 | 355,2500 |
| 1 | 112 | JOELHO 32 MM | 145,00 | UN | 2,4200 | 350,9000 |
| 1 | 113 | JOELHO 32 MM 45° | 145,00 | UN | 2,6600 | 385,7000 |
| 1 | 114 | JOELHO 40 MM | 145,00 | UN | 2,8500 | 413,2500 |
| 1 | 115 | JOELHO 40 MM 45° | 165,00 | UN | 2,7600 | 455,4000 |
| 1 | 116 | JOELHO 50 MM | 145,00 | UN | 3,9000 | 565,5000 |
| 1 | 117 | JOELHO 50 MM 45° | 145,00 | UN | 3,8700 | 561,1500 |
| 1 | 118 | JOELHO 75 MM | 145,00 | UN | 4,6800 | 678,6000 |
| 1 | 119 | JOELHO 75 MM 45° | 145,00 | UN | 5,5200 | 800,4000 |
| 1 | 125 | LUVA 100 MM | 165,00 | UN | 5,5000 | 907,5000 |
| 1 | 126 | LUVA 150 MM | 165,00 | UN | 15,9300 | 2.628,4500 |
| 1 | 127 | LUVA 20 MM | 135,00 | UN | 1,7300 | 233,5500 |
| 1 | 128 | LUVA 200 MM | 145,00 | UN | 20,7400 | 3.007,3000 |
| 1 | 129 | LUVA 25 MM | 135,00 | UN | 1,6500 | 222,7500 |
| 1 | 130 | LUVA 32 MM | 145,00 | UN | 2,0700 | 300,1500 |
| 1 | 131 | LUVA 40 MM | 145,00 | UN | 2,8300 | 410,3500 |
| 1 | 132 | LUVA 75 MM | 145,00 | UN | 5,8000 | 841,0000 |
| 1 | 156 | PINCEL LARANJA | 99,00 | UN | 8,6400 | 855,3600 |
| 1 | 164 | PREGO DE AÇO 19X36 MM | 200,00 | KL | 9,6700 | 1.934,0000 |
| 1 | 165 | PREGO TELHEIRO 17X27 EM AÇO RESISTENTE A CORROSAO | 220,00 | KL | 11,5000 | 2.530,0000 |
| 1 | 166 | PULVERIZADOR MANUAL COSTA 2 LITROS | 3,00 | UN | 140,5900 | 421,7700 |
| 1 | 168 | LÂMPADA PARA RETROPROJETOR | 2.000,00 | M | 56,5000 | 113.000,0000 |
| 1 | 169 | REVESTIMENTO CERÂMICO PEI 45 CM X 45 CM CORES CLARAS (com laudo do bombeiro) | 2.200,00 | M | 19,2700 | 42.394,0000 |
| 1 | 170 | REVESTIMENTO CERÂMICO PEI 50 CM X 50 CM CORES CLARAS (com laudo do bombeiro) | 2.600,00 | M | 21,7700 | 56.602,0000 |
| 1 | 178 | TE 100X150 | 195,00 | UN | 27,0800 | 5.280,6000 |
| 1 | 179 | TE 100X50 | 195,00 | UN | 9,6800 | 1.887,6000 |
| 1 | 180 | TE 100X75 | 195,00 | UN | 10,2300 | 1.994,8500 |
| 1 | 181 | TE 100X100 | 195,00 | UN | 10,7700 | 2.100,1500 |
| 1 | 182 | TE 150X150 | 205,00 | UN | 23,1900 | 4.753,9500 |
| 1 | 183 | TE 20MM | 195,00 | UN | 3,7700 | 735,1500 |
| 1 | 184 | TE 200MM | 195,00 | UN | 47,7100 | 9.303,4500 |
| 1 | 185 | TE 25 MM | 195,00 | UN | 3,0800 | 600,6000 |
| 1 | 186 | TE 32MM | 195,00 | UN | 4,5500 | 887,2500 |
| 1 | 188 | TELA PARA ALAMBRADO GALVANIZADO 2,30 M 1,80X25 METROS | 220,00 | RL | 580,6700 | 127.747,4000 |
| 1 | 200 | TINTA ACRÍLICA (ALVENARIA) A BASE D ´AGUA COR BRANCA LATA 18 LITROS | 260,00 | LTA | 252,7700 | 65.720,2000 |
| 1 | 201 | TINTA ESMALTE COLOR BRANCO 3,6 LT | 200,00 | LTA | 63,4200 | 12.684,0000 |
| 1 | 202 | TINTA FUNDO PREPARADOR DE PAREDE LATA 18 LITROS | 115,00 | LTA | 142,7700 | 16.418,5500 |
| 1 | 203 | TINTA PISO NOV EMBORRACHADA AMARELA 18 LITROS | 80,00 | LTA | 226,3900 | 18.111,2000 |
| 1 | 204 | TINTA PISO NOV EMBORRACHADA VERDE 18 LITROS | 80,00 | LTA | 232,1000 | 18.568,0000 |
| 1 | 205 | TINTA PISO 18 I CINZA ESCURO | 85,00 | LTA | 192,1700 | 16.334,4500 |
| 1 | 222 | CABO AUTO FLEX 750V 1,5 MM PRETO | 3.400,00 | M | 0,4900 | 1.666,0000 |
| 1 | 223 | CABO AUTO FLEX 750V 10,0MM PRETO | 3.300,00 | M | 3,5800 | 11.814,0000 |
| 1 | 224 | CABO AUTO FLEX 750V 2,5 MM PRETO | 3.520,00 | M | 0,8900 | 3.132,8000 |
| 1 | 225 | CABO AUTO FLEX 750V 4,0 MM PRETO | 3.400,00 | M | 1,3100 | 4.454,0000 |
| 1 | 226 | CABO AUTO FLEXIVEL 750V 6,0MM PRETO | 3.200,00 | UN | 2,0700 | 6.624,0000 |
| 1 | 227 | CABO AUTO FLEXIVEL 750V 6,0MM VERDE | 3.200,00 | M | 1,9800 | 6.336,0000 |
| 1 | 245 | INSTALAÇÃO SIMPLES LUX 10A/250V | 60,00 | UN | 3,4500 | 207,0000 |
| 1 | 246 | LAMPADA DE LED DE 40W | 1.070,00 | UN | 37,6200 | 40.253,4000 |
| 1 | 252 | QUADRO 12/16 DISJ SOBREPOR NEMA/DIN TIGRE | 17,00 | UN | 59,1200 | 1.005,0400 |
| 1 | 253 | QUADRO 18/24 DISJ SOBREPOR NEMA/DIN TIGRE | 35,00 | UN | 92,2600 | 3.229,1000 |

| | | | | | | |
|---|-----|---|-------|----|---------|----------|
| 1 | 254 | QUADRO 6/8 DISJ SOBREPOR NEMA/DIN TIGRE | 26,00 | UN | 37,0500 | 963,3000 |
|---|-----|---|-------|----|---------|----------|

Leia-se

| | | | | | | |
|---|-----|---|----------|-----|----------|--------------|
| 1 | 4 | AÇO DE CONSTRUÇÃO CA 50 10,00 MM BARRA | 330,00 | BR | 29,0000 | 9.570,0000 |
| 1 | 5 | AÇO PARA CONSTRUÇÃO CA 50 12,5 | 500,00 | BR | 35,8700 | 17.935,0000 |
| 1 | 30 | TINTA ACRILICA SEMI BRILHO COR CLARA 18L | 100,00 | LTA | 387,4300 | 38.743,0000 |
| 1 | 31 | TINTA ACRILICA SEMI BRILHO COR ESCURA 18L | 105,00 | LTA | 503,0700 | 52.822,3500 |
| 1 | 32 | TINTA ESCURA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM 3,24 I | 55,00 | LTA | 60,4800 | 3.326,4000 |
| 1 | 33 | TINTA SELADOR ACRILICO LATA 16,2 LITROS | 100,00 | LTA | 101,3300 | 10.133,0000 |
| 1 | 55 | CANO PARA ESGOTO 100 MM 1º BARRA 6 METROS | 195,00 | BR | 48,4300 | 9.443,8500 |
| 1 | 56 | CANO PARA ESGOTO 150 MM 1º BARRA 6 METROS | 215,00 | BR | 105,6700 | 22.719,0500 |
| 1 | 57 | CANO SOLDÁVEL 20 MM 1º BARRA 6 METROS | 140,00 | BR | 14,7000 | 2.058,0000 |
| 1 | 58 | CANO PARA ESGOTO 200 MM 1º BARRA 6 METROS | 225,00 | BR | 247,7700 | 55.748,2500 |
| 1 | 59 | CANO SOLDÁVEL 25 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 24,5000 | 3.307,5000 |
| 1 | 60 | CANO SOLDÁVEL 32 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 34,4300 | 4.648,0500 |
| 1 | 61 | CANO SOLDÁVEL 40 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 59,2000 | 7.992,0000 |
| 1 | 62 | CANO SOLDÁVEL 50 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 32,3000 | 4.360,5000 |
| 1 | 63 | CANO SOLDÁVEL 75 MM 1º BARRA 6 METROS | 135,00 | BR | 46,4300 | 6.268,0500 |
| 1 | 82 | CURVA PARA ESGOTO 100 MM | 145,00 | PC | 10,8900 | 1.579,0500 |
| 1 | 83 | CURVA PARA ESGOTO 150 MM | 145,00 | UN | 46,7100 | 6.772,9500 |
| 1 | 84 | CURVA SOLDÁVEL DE 20MM | 135,00 | UN | 2,0000 | 270,0000 |
| 1 | 85 | CURVA SOLDÁVEL DE 25MM | 145,00 | UN | 2,2300 | 323,3500 |
| 1 | 86 | CURVA SOLDÁVEL DE 32MM | 145,00 | UN | 2,8700 | 416,1500 |
| 1 | 87 | CURVA SOLDÁVEL DE 40 MM | 145,00 | UN | 3,4700 | 503,1500 |
| 1 | 88 | CURVA SOLDÁVEL DE 50 MM | 135,00 | UN | 4,2100 | 568,3500 |
| 1 | 89 | CURVA SOLDÁVEL DE 75 MM | 135,00 | UN | 7,0300 | 949,0500 |
| 1 | 104 | JOELHO PARA ESGOTO 100 MM | 145,00 | PC | 8,7700 | 1.271,6500 |
| 1 | 105 | JOELHO PARA ESGOTO 100 45º | 165,00 | UN | 8,2700 | 1.364,5500 |
| 1 | 106 | JOELHO PARA ESGOTO 150 MM | 145,00 | UN | 37,5000 | 5.437,5000 |
| 1 | 107 | JOELHO PARA ESGOTO 150 MM 45º | 165,00 | UN | 35,3300 | 5.829,4500 |
| 1 | 108 | JOELHO PARA ESGOTO 150MM 90º | 165,00 | UN | 31,8300 | 5.251,9500 |
| 1 | 109 | JOELHO PARA ESGOTO 200 MM | 145,00 | UN | 58,3300 | 8.457,8500 |
| 1 | 110 | JOELHO SOLDÁVEL 25 MM | 145,00 | UN | 2,2200 | 321,9000 |
| 1 | 111 | JOELHO SOLDÁVEL 25 MM 45º | 145,00 | UN | 2,4500 | 355,2500 |
| 1 | 112 | JOELHO SOLDÁVEL 32 MM | 145,00 | UN | 2,4200 | 350,9000 |
| 1 | 113 | JOELHO SOLDÁVEL 32 MM 45º | 145,00 | UN | 2,6600 | 385,7000 |
| 1 | 114 | JOELHO SOLDÁVEL 40 MM | 145,00 | UN | 2,8500 | 413,2500 |
| 1 | 115 | JOELHO SOLDÁVEL 40 MM 45º | 165,00 | UN | 2,7600 | 455,4000 |
| 1 | 116 | JOELHO SOLDÁVEL 50 MM | 145,00 | UN | 3,9000 | 565,5000 |
| 1 | 117 | JOELHO SOLDÁVEL 50 MM 45º | 145,00 | UN | 3,8700 | 561,1500 |
| 1 | 118 | JOELHO SOLDÁVEL 75 MM | 145,00 | UN | 4,6800 | 678,6000 |
| 1 | 119 | JOELHO SOLDÁVEL 75 MM 45º | 145,00 | UN | 5,5200 | 800,4000 |
| 1 | 125 | LUVA PARA ESGOTO 100 MM | 165,00 | UN | 5,5000 | 907,5000 |
| 1 | 126 | LUVA PARA ESGOTO 150 MM | 165,00 | UN | 15,9300 | 2.628,4500 |
| 1 | 127 | LUVA SOLDÁVEL 20 MM | 135,00 | UN | 1,7300 | 233,5500 |
| 1 | 128 | LUVA PARA ESGOTO 200 MM | 145,00 | UN | 20,7400 | 3.007,3000 |
| 1 | 129 | LUVA SOLDÁVEL 25 MM | 135,00 | UN | 1,6500 | 222,7500 |
| 1 | 130 | LUVA SOLDÁVEL 32 MM | 145,00 | UN | 2,0700 | 300,1500 |
| 1 | 131 | LUVA SOLDÁVEL 40 MM | 145,00 | UN | 2,8300 | 410,3500 |
| 1 | 132 | LUVA SOLDÁVEL 75 MM | 145,00 | UN | 5,8000 | 841,0000 |
| 1 | 156 | PINCEL LARANJA TAMANHO 10 CM | 99,00 | UN | 8,6400 | 855,3600 |
| 1 | 164 | PREGO DE AÇO 19X36 MM, PACOTE COM 100 UNIDADES | 200,00 | PAC | 9,6700 | 1.934,0000 |
| 1 | 165 | PREGO TELHEIRO 17X27 EM AÇO RESISTENTE A CORROSAO PACOTE COM 100 UNIDADES | 220,00 | PAC | 11,5000 | 2.530,0000 |
| 1 | 166 | PULVERIZADOR MANUAL COSTAL 20 LITROS | 3,00 | UN | 140,5900 | 421,7700 |
| 1 | 168 | LÂMPADA LED PARA RETROPROJETOR | 2.000,00 | M | 56,5000 | 113.000,0000 |
| 1 | 169 | REVESTIMENTO CERÂMICO PEI 45 CM X 45 CM CORES CLARAS | 2.200,00 | M | 19,2700 | 42.394,0000 |
| 1 | 170 | REVESTIMENTO CERÂMICO PEI 50 CM X 50 CM CORES CLARAS | 2.600,00 | M | 21,7700 | 56.602,0000 |
| 1 | 178 | TE PARA ESGOTO 100X150 | 195,00 | UN | 27,0800 | 5.280,6000 |
| 1 | 179 | TE PARA ESGOTO 100X50 | 195,00 | UN | 9,6800 | 1.887,6000 |
| 1 | 180 | TE PARA ESGOTO 100X75 | 195,00 | UN | 10,2300 | 1.994,8500 |

| | | | | | | |
|---|-----|---|----------|-----|----------|--------------|
| 1 | 181 | TE PARA ESGOTO 100X100 | 195,00 | UN | 10,7700 | 2.100,1500 |
| 1 | 182 | TE PARA ESGOTO 150X150 | 205,00 | UN | 23,1900 | 4.753,9500 |
| 1 | 183 | TE SOLDÁVEL 20MM | 195,00 | UN | 3,7700 | 735,1500 |
| 1 | 184 | TE PARA ESGOTO 200MM | 195,00 | UN | 47,7100 | 9.303,4500 |
| 1 | 185 | TE SOLDÁVEL 25 MM | 195,00 | UN | 3,0800 | 600,6000 |
| 1 | 186 | TE SOLDÁVEL 32MM | 195,00 | UN | 4,5500 | 887,2500 |
| 1 | 188 | TELA PARA ALAMBRADO GALVANIZADO 2,30 MM 1,80 X 25 METROS | 220,00 | RL | 580,6700 | 127.747,4000 |
| 1 | 200 | TINTA ACRÍLICA (ALVENARIA) A BASE D'ÁGUA COR BRANCA LATA 18 LITROS (ABRAFATI) | 260,00 | LTA | 252,7700 | 65.720,2000 |
| 1 | 201 | TINTA ESMALTE COLOR BRANCO 3,6 LT (ABRAFATI) | 200,00 | LTA | 63,4200 | 12.684,0000 |
| 1 | 202 | TINTA FUNDO PREPARADOR DE PAREDE LATA 18 LITROS (ABRAFATI) | 115,00 | LTA | 142,7700 | 16.418,5500 |
| 1 | 203 | TINTA PISO NOV EMBORRACHADA AMARELA 18 LITROS (ABRAFATI) | 80,00 | LTA | 226,3900 | 18.111,2000 |
| 1 | 204 | TINTA PISO NOV EMBORRACHADA VERDE 18 LITROS (ABRAFATI) | 80,00 | LTA | 232,1000 | 18.568,0000 |
| 1 | 205 | TINTA PISO 18 I CINZA ESCURO(ABRAFATI) | 85,00 | LTA | 192,1700 | 16.334,4500 |
| 1 | 222 | CABO AUTO FLEX 750V 1,5 MM PRETO COM NBR | 3.400,00 | M | 0,4900 | 1.666,0000 |
| 1 | 223 | CABO AUTO FLEX 750V 10,0MM PRETO COM NBR | 3.300,00 | M | 3,5800 | 11.814,0000 |
| 1 | 224 | CABO AUTO FLEX 750V 2,5 MM PRETO COM NBR | 3.520,00 | M | 0,8900 | 3.132,8000 |
| 1 | 225 | CABO AUTO FLEX 750V 4,0 MM PRETO COM NBR | 3.400,00 | M | 1,3100 | 4.454,0000 |
| 1 | 226 | CABO AUTO FLEXIVEL 750V 6,0MM PRETO COM NBR | 3.200,00 | UN | 2,0700 | 6.624,0000 |
| 1 | 227 | CABO AUTO FLEXIVEL 750V 6,0MM VERDE COM NBR | 3.200,00 | M | 1,9800 | 6.336,0000 |
| 1 | 245 | INSTALAÇÃO SIMPLES LUX 10ª/250V | 60,00 | UN | 3,4500 | 207,0000 |
| 1 | 246 | LAMPADA DE LED DE 40W DE CALHA | 1.070,00 | UN | 37,6200 | 40.253,4000 |
| 1 | 252 | QUADRO 12/16 DISJ SOBREPOR NEMA/DIN | 17,00 | UN | 59,1200 | 1.005,0400 |
| 1 | 253 | QUADRO 18/24 DISJ SOBREPOR NEMA/DIN | 35,00 | UN | 92,2600 | 3.229,1000 |
| 1 | 254 | QUADRO 6/8 DISJ SOBREPOR NEMA/DIN | 26,00 | UN | 37,0500 | 963,3000 |

Acrescenta-se

| | | | | | | |
|---|-----|--------------------------|---------|-----|--------|-----------|
| 1 | 264 | ARRAME FARPADO 500 MT | 6,00 | ROL | 260,50 | 1.563,00 |
| 1 | 265 | TELA VIVEIRO 2 MT ALTURA | 1000,00 | MET | 11,77 | 11.770,00 |

Onde se lê:

| Lote | Item | Especificações | Qtde. | Unid. | Vlr. Unit | Vlr. Tot |
|------|------|---|----------|-------|-----------|--------------|
| 1 | 101 | FORRO DE PVC 100 MM X 8MM DE ESPESSURA | 5.800,00 | M | 18,3700 | 106.546,0000 |
| 1 | 124 | LONA PLÁSTICA PRETA 6MX100M | 423,00 | UN | 449,0000 | 189.927,0000 |
| 1 | 167 | REVESTIMENTO BRILHANTE DE CERÂMICA 10X10 COM COR AZUL NAVAL | 2.000,00 | M | 56,5000 | 113.000,0000 |
| 1 | 168 | LÂMPADA PARA RETROPROJETOR | 2.000,00 | M | 56,5000 | 113.000,0000 |
| 1 | 188 | TELA PARA ALAMBRADO GALVANIZADO 2,30 M 1,80X25 METROS | 220,00 | RL | 580,6700 | 127.747,4000 |
| 1 | 189 | TELA PARA ALAMBRADO MALHA 30X1,80X25 METROS | 225,00 | RL | 508,6700 | 114.450,7500 |
| 1 | 192 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM 2,13X1,10M | 2.300,00 | UN | 56,4200 | 129.766,0000 |
| 1 | 193 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM X3, 95X1,10 | 2.600,00 | UN | 74,1800 | 192.868,0000 |
| 1 | 194 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM X 2,44X1,10 | 4.500,00 | UN | 57,2700 | 257.715,0000 |

Leia-se:

| Lote | Item | Especificações | Qtde. | Unid. | Vlr. Unit | Vlr. Tot |
|------|------|--|---------|-------|-----------|------------|
| 1 | 101 | FORRO DE PVC 100 MM X 8MM DE ESPESSURA COTA PRINCIPAL | 4350,00 | M | 18,3700 | 79.909,50 |
| 1 | 124 | LONA PLÁSTICA PRETA 6MX100M COTA PRINCIPAL | 317,00 | UN | 449,0000 | 142.333,00 |
| 1 | 167 | REVESTIMENTO BRILHANTE DE CERÂMICA 10X10 COM COR AZUL NAVAL COTA PRINCIPAL | 1500,00 | M | 56,5000 | 84.750,00 |
| 1 | 168 | LÂMPADA PARA RETROPROJETOR COTA PRINCIPAL | 1500,00 | M | 56,5000 | 84.750,00 |
| 1 | 188 | TELA PARA ALAMBRADO GALVANIZADO 2,30 M 1,80X25 METROS COTA PRINCIPAL | 165,00 | RL | 580,6700 | 95810,55 |

| | | | | | | |
|---|-----|--|---------|----|----------|------------|
| 1 | 189 | TELA PARA ALAMBRADO MALHA 30X1,80X25 METROS COTA PRINCIPAL | 167,00 | RL | 508,6700 | 84.947,89 |
| 1 | 192 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM 2,13X1,10M COTA PRINCIPAL | 1725,00 | UN | 56,4200 | 97.324,50 |
| 1 | 193 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM X3, 95X1,10 COTA PRINCIPAL | 1950,00 | UN | 74,1800 | 144.601,00 |
| 1 | 194 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM X 2,44X1,10 COTA PRINCIPAL | 3375,00 | UN | 57,2700 | 193.286,25 |

Leia-se:

| Lote | Item | Especificações | Qtde. | Unid. | Vlr. Unit | Vlr. Tot |
|------|------|--|----------|-------|-----------|----------|
| 1 | 266 | FORRO DE PVC 100 MM X 8MM DE ESPESSURA COTA RESERVADA | 1.450,00 | M | 18,3700 | 26636,50 |
| 1 | 267 | LONA PLÁSTICA PRETA 6MX100M COTA RESERVADA | 106,00 | UN | 449,0000 | 47594,00 |
| 1 | 268 | REVESTIMENTO BRILHANTE DE CERÂMICA 10X10 COM COR AZUL NAVAL COTA RESERVADA | 500,00 | M | 56,5000 | 28250,00 |
| 1 | 269 | LÂMPADA PARA RETROPROJETOR COTA RESERVADA | 500,00 | M | 56,5000 | 28250,00 |
| 1 | 270 | TELA PARA ALAMBRADO GALVANIZADO 2,30 M 1,80X25 METROS COTA RESERVADA | 55,00 | RL | 580,6700 | 31936,85 |
| 1 | 271 | TELA PARA ALAMBRADO MALHA 30X1,80X25 METROS COTA RESERVADA | 58,00 | RL | 508,6700 | 29502,86 |
| 1 | 272 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM 2,13X1,10M COTA RESERVADA | 575,00 | UN | 56,4200 | 32441,50 |
| 1 | 273 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM X3, 95X1,10 COTA RESERVADA | 650,00 | UN | 74,1800 | 48217,00 |
| 1 | 274 | TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM X 2,44X1,10 COTA RESERVADA | 1.125,00 | UN | 57,2700 | 64428,75 |

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 31 de outubro de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 09 de outubro de 2017

Francineide Pereira

Pregoeiro Oficial

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 2017/32 - A/00 PROC 57/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDUCE 2017/32 - A/00
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Prazo: 11/09/2017 à 31/12/2017 Valor Total: R\$ 36.651,00
Fundamento: Processo nº 57/2017 Pregão: 33/2017
Imbituba, 11 de setembro de 2017.

Filipe Dias Antônio
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Contratante

GENTE SEGURADORA S.A
Representante legal
Contratado

CONTRATO CIGA TERMO ADITIVO 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO 19/2016 – A/02
Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA
CNPJ: 09.427.503/0001-12
Objeto: A CONTRATADA passará a disponibilizar em relação ao 'Programa de Gestão Tributária – Integrador Municipal (REDESIM)' unicamente o sistema de tecnologia da informação e comunicação denominado 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalteradas as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

Prazo: 31/12/2017
Fundamento: Processo nº 19/2016
Imbituba, 03 de julho de 2017.
Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito de Imbituba
Contratante

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA
Representante legal
Contratado

CONTRATO SEAPI 2016/39 - A/03 PROC 162/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 39/2016 - A/03
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES
CNPJ: 83.665.141/0001-50

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por

mais 60 (sessenta) dias.

Fundamento: Processo nº 162/2014 Concorrência: 14/2014
Imbituba, 30 de setembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura
Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES
Representante legal
Contratado

EDITAL SEAD Nº 092/2017

EDITAL SEAD Nº 092/2017
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 20/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 20/2017, divulgado através do Edital nº 20/2017, de 21 de julho 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 20/2017, de 16 de agosto de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 20/2017, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 09 de Outubro a 08 de Novembro de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 06 de outubro de 2017.
Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 092/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Veterinário
Carla Ferreira da Silva Utzig

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA PROCESSO Nº 91/2017 (SEDUCE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI
ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "20 de setembro de 2017" e "06 de agosto de 2017", referente ao Edital do Pregão nº 58/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 06 de outubro de 2017 Nº 2357, ler-se-á "20 de outubro de 2017" e "06 de outubro de 2017" respectivamente.

Imbituba, 09 de outubro de 2017.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROCESSO 18.2017 PREGÃO 14.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 18/2017, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 14/2017 - SEINFRA, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 09 de outubro de 2017.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 21/2017 PREGÃO Nº 16/2017 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SEMUSA

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 16/2017, Processo Licitatório nº 21/2017, para revisão do Edital.

Imbituba, 09 de outubro de 2017.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/SEAD Nº 710/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 710, de 05 de outubro de 2017.
Dispõe sobre a demissão por Término de Contrato de Enfermeira - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 07/2015, admitida em 08 de outubro de 2015 através da PORTARIA PMI/GGP Nº 552/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

| Nome | Cargo | CPF | Demissão |
|-------------------------|-------------------------|----------------|------------|
| Patrícia Borges Martins | Enfermeira - ESF 40h | 021.173.349-03 | 06/10/2017 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 05 de outubro de 2017.
Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 056/2017

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 056, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 21574/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Ernani Cotrin, Centro, Imbituba-SC, ao lado do Hotel Sozi, ao Sr. CÍCERO FRANCELINO DA SILVA, com inscrição no CNPJ sob o nº 16.558.646/0001-29, residente na Estrada Geral, nº 60, Ibraquera, Imbituba-SC, para comércio ambulante com venda de meias, panos de pratos, de segunda-feira a sábado, em horário comercial.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento

das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de outubro de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER

Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA SEDUCE Nº 009/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-
SEDUCE

PORTARIA SEDUCE Nº. 009/2017, de 06 de outubro de 2017.

Dispõe sobre o uso de copos e pratos descartáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas na Constituição Federal e nos Artigos e Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na LDB Nº 9394/96 e considerando ainda que:

Já somos 7 bilhões de pessoas no mundo, usufruindo dos recursos naturais que a Terra, generosa, nos dá sem pedir nada em troca.

Que nossa permanência neste mundo depende da saúde do meio ambiente e a saúde do meio ambiente depende de termos consciência de nossas ações e de seus impactos para os ecossistemas e para os seres vivos (incluindo nossos próprios semelhantes).

Que somos todos parte do mesmo ciclo — ainda que a vida entre concreto nas grandes cidades, nos faça esquecer disso.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam os colaboradores das sedes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte impedidos de consumir copos e pratos descartáveis adquiridos pela Municipalidade no âmbito das respectivas sedes.

Parágrafo único: os copos descartáveis serão disponibilizados ao público, que deverão ser alertados sobre o uso consciente destes recursos.

Imbituba - SC, 06 de outubro de 2017.

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 788/17

. DECRETO Nº 788/17

. De 06 de outubro de 2017

REVOGA DECRETO Nº 786/17 ANULA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE REAIS) das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

| Dotação | Vínculo | Valor |
|---|----------|--------------|
| 04.001.0004.0122.0004.2060.331900000000 | 01000000 | 1.000.000,00 |

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

| Dotação | Vínculo | Valor |
|---|----------|--------------|
| 04.001.0004.0122.0004.2060.333910000000 | 01000000 | 1.000.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº786/17.

Município de Indaial, em 06 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 789/17

. DECRETO Nº 789/17

. De 06 de outubro de 2017

ANULA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

| Dotação | Vínculo | Valor |
|---|----------|------------|
| 23.001.0028.0843.0023.9006.346900000000 | 01000000 | 250.000,00 |

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

| Dotação | Vínculo | Valor |
|---|----------|------------|
| 23.001.0028.0843.0023.9006.332900000000 | 01000000 | 250.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2017

CONTRATO Nº 182/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 182/2017

CONTRATADA: JM EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de uma motoniveladora e uma retro-escavadeira, conforme quantitativos e especificações. VALOR: R\$ 721.400,00

PRAZO: 25 de setembro até 24 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2017

CONTRATO Nº 183/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 183/2017

CONTRATADA: EBF COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de dois caminhões, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 547.000,00

PRAZO: 25 de setembro até 24 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2017

CONTRATO Nº 181/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 181/2017

CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de uma escavadeira hidráulica, conforme quantitativos e especificações. VALOR: R\$ 369.500,00

PRAZO: 25 de setembro até 24 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2017

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS

Processo Licitatório nº 165/2017

Edital de Pregão Presencial nº 005/2017-28983

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais e contratação de mão-de-obra para execução de iluminação natalina.

Entrega dos envelopes: 24/10/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 24/10/2017 - 09h00min – Horário Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

Elaine Cristine Theilacker – Diretora Executiva

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 69/2017**

Portaria Nº 69/17

Concede Licença / Vereador Valentim Blasius.

Vereador Osvaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 42, inciso III, artigo 43, da Lei Orgânica do Município, inciso II, parágrafo 2º da emenda à LOM nº 01/03, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimento nº 233/2017, aprovado pelo Plenário na sessão de 05 de outubro de 2017, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao vereador Valentim Blasius, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 09 de outubro de 2017 a 08 de novembro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 06 de Outubro de 2017.

| | |
|---------------------|---------------|
| Osvaldo Metzner | |
| Presidente da Mesa | |
| Antônio Carlos Fink | Diego Pandini |
| 1º Secretário | 2º Secretário |

Iomerê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 41/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 41/2017 para elaboração de teste seletivo. A abertura das propostas se dará no dia 24/10/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 06 de outubro de 2017.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 17/20

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA – CT17/002.

TA17/020

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT17/002, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

| ITEM | UND. | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR UNIT.R\$ R\$ |
|------|-------|--------------------|----------|------------------|
| 02 | Litro | Gasolina aditivada | IPIRANGA | 3,98 |

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 18 de setembro de 2017.

Município de Iomerê Auto Posto Capricho Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 17/21

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA – CT17FMS/004.

TA17/021

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, 530, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT17FMS/004, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

| ITEM | UND. | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR UNIT. R\$ |
|------|-------|-------------|----------|---------------|
| 02 | Litro | Óleo diesel | IPIRANGA | 2,98 |

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 18 de setembro de 2017.

Município de Iomerê
CONTRATANTE

Auto Posto capricho Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 17/22

CONTRATAÇÃO DIRETA DO CIMCATARINA POR ENTE CONSORCIADO - ADITIVO
CT17/074 – TA17/022

Pelo presente instrumento de contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede na R. João Rech, 500 Centro, na cidade de Iomerê - SC, representado por seu Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Iomerê - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. - Aplicam-se a esta contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, a Portaria STN nº 274/2016, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 777/2014.

1.2 - A presente contratação direta do CIMCATARINA é celebrada por dispensa de licitação, por se tratar de ente consorciado, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal nº 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN nº 274/16.

1.3 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Esta contratação direta tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para complemento ao pagamento do contrato CT17/074 referente despesas dos serviços e fornecimento de materiais para perfurar poços tubulares para captação de água, visando ao bem-estar social de comunidades e amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas.

2.2 - O CONTRATADO utilizará os recursos financeiros repassados, exclusivamente para pagamento do valor das despesas da contratação indireta constantes na fatura dos serviços e fornecimento de materiais da perfuração de poços tubulares, que foi utilizada pela CONTRATANTE, em conformidade com os contratos celebrados entre o CIMCATARINA e a empresa contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$15.393,00 (quinze mil trezentos e noventa e três reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O CONTRATANTE deverá repassar através de boleto bancário, débito autorizado ou depósito em conta, o valor correspondente às

despesas de sua responsabilidade pela utilização dos serviços e materiais utilizados na perfuração de poços tubulares.

4.2 - Caso a estimativa seja deficitária ou superavitária, durante a execução das despesas deverão ocorrer os ajustes necessários ao equilíbrio das contas.

4.3 - O CONTRATADO fará o controle de recebimento e aplicação e demonstrará os saldos através de relatórios.

4.4 - Havendo atrasos nos repasses do CONTRATANTE que comprometa a execução das despesas o CONTRATADO suspenderá os serviços até regularização.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

5.1 - Os serviços e o fornecimento de materiais para perfuração de poços tubulares, foram contratados através de licitação pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para atender as necessidades dos entes consorciados. Os serviços serão prestados e os materiais fornecidos pelo fornecedor contratado e o CIMCATARINA será o gestor do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto desta contratação, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização da presente contratação ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4 - O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude desta contratação, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Repassar os recursos financeiros decorrentes dos serviços utilizados;
- e) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação terá a seguinte classificação orçamentária:

| Classificação | Denominação/Valor | | |
|---------------|---|-----|-----------|
| Orgão | Secretaria de Obras e Serviços Públicos | | |
| Unidade | Secretaria de Obras e Serviços Públicos | | |
| Funcional | 1010 – Obras de Infraestrutura Rural | | |
| Recurso | Recursos Próprios | | |
| 4.4.93.51.98 | OBRAS E INSTALAÇÕES | R\$ | 15.393,00 |

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - A presente contratação entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – A presente contratação poderá ser rescindida por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes da presente Contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam a presente Contratação em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Iomerê - SC, 21 de setembro de 2017.

| | |
|---|---|
| Município de Iomerê LUCIANO PAGANINI Prefeito Municipal | Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo |
|---|---|

Testemunhas: Paula Pasqual OAB 16164

| |
|------|
| 1ª – |
| 2ª – |

TERMO ADITIVO Nº 17/23

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – CT17/001.

TA17/023

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 81.632.093/0004-11, com endereço na rua Manoel Francisco da Costa, nº 2000 Bairro Vieiras na cidade de Jaraguá do Sul-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT17/001, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

| ITEM | UND. | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR UNIT.R\$ R\$ |
|------|-------|-----------------|-------|------------------|
| 03 | Litro | Óleo diesel S10 | Shell | 2,99 |

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 02 de outubro de 2017.

Município de Iomerê
CONTRATANTE

Agricopel Com. De Deriv. De Petróleo Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 17/24

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICO LTDA – CT17/002.

TA17/024

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT17/002, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem baixar o preço do combustível e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

| ITEM | UND. | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR UNIT.R\$ R\$ |
|------|-------|----------------|----------|------------------|
| 1 | Litro | Gasolina Comum | IPIRANGA | 3,92 |

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 02 de outubro de 2017.

Luciano Paganini Auto Posto Capricho Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 17/25

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA – CT17FMS/004.

TA17/025

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, 530, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT17FMS/004, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem baixar o preço do combustível e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

| ITEM | UND. | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR UNIT. R\$ |
|------|-------|----------------|----------|---------------|
| 1 | Litro | Gasolina Comum | IPIRANGA | 3,92 |

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 02 de outubro de 2017.

Luciano Paganini Auto Posto capricho Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

Ipira

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 003/2017-PMI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2017 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Edital de Chamada Pública, para a permissão do direito a exploração da venda de bebidas no Parque de Exposição Caminhos da Integração para o evento da EXPO Ipira a ser realizado no dia 27 à 29 de outubro de 2017. Entrega dos envelopes até as 09:00 horas do dia 20 de Outubro de 2017. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (049) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br .

Ipira (SC), 06 de outubro de 2017.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2017-PMI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2017 - PMI

Pregão Presencial nº 037/2017 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de materiais, paver, pó de pedra, pedrisco, lascão, brita mista, cimento e areia para construção de passeios públicos e demais serviços da municipalidade e também para atender ao Convênio 2017TR-1358 – ADR - Concórdia, para a realização da Mostra da Terneira a realizar-se de 27 a 29 de outubro de 2017. Entrega dos envelopes até as 08h45min horas do dia 19 de Outubro de 2017. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0423 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 06 de Outubro de 2017.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO REVOGAÇÃO PROC. 122/2017

Município de Iporã do Oeste
EXTRATO TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL

Tomada de Preços 009/2017

Processo Administrativo: 122/2017

Objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DA CONSTRUÇÃO DE SALÃO MULTIUSO DO CENTRO INTEGRADO DE ENSINO RURAL – CIER, CONFORME PROJETO ESTRUTURAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO.

Atendendo aos interesses do Município, declaro revogada a Tomada de Preços nº 009/2017, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, REVOGO em sua totalidade o Processo Administrativo 122/2017, Tomada de Preços 009/2017.

Ato motivado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente e suficiente comprovados pela CI 21/2017 e parecer jurídico 166/2017.

IPora do Oeste – SC, 06 de outubro de 2017.

Lucio Mallmann - Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO 128/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 128/2017

Inexigibilidade nº 013/2017

CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO

O Município de Iporã do Oeste – SC, torna público que fará realizar processo de CREDENCIAMENTO, fundado em inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores), objetivando o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS MUNICIPES DE IPORÃ DO OESTE/SC. O credenciamento será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial os seus artigos 196 e seguintes; as Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990; as normas gerais da Lei nº 8.666/1993 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, exclusivamente para pessoas jurídicas com unidade hospitalar localizada e sediada no Município de Iporã do Oeste, visando realização de Procedimentos Cirúrgicos Ambulatoriais e Hospitalares, em seus estabelecimentos próprios, conforme quantitativos e qualitativos descritos no termo de referente no anexo V do presente Edital.

Fica o presente edital de credenciamento aberto aos interessados no período das 10:00 horas do dia 09.10.2017 até as 17:00 horas do dia 31.12.2017, junto ao Departamento Municipal de Licitações de Iporã do Oeste – SC, situada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro.

Todos os esclarecimentos necessários relativos ao Edital, ao objeto, a descrição e outros que porventura sejam necessários, poderão ser obtidos durante horário comercial, sendo das 07:45 às 11:45 horas e das 13:15 às 17:15 horas, pelo telefone (49) 3634-1210, junto ao Departamento de Licitações Municipal, pelo site www.ipora.sc.gov.br, ou ainda, na Secretaria Municipal de Saúde ou também pelo telefone (49) 3634.1360.

Iporã do Oeste – SC, 03.10.2017

Mauro Barella - Gestor FMS

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 04/2017

Edital de Notificação nº 04/2017

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 12/08/2017 a 04/10/2017

| Rúbrica | Descrição | Valor |
|---|---|------------|
| 417213301000000 | Transferências SUS - PAB Fixo | 331.494,66 |
| 417213302000000 | Transferências SUS - ESF | 89.520,00 |
| 417213303000000 | Transferências SUS - ACS | 32.448,00 |
| 417213304000000 | Transferências SUS - Epidemiológica | 10.413,87 |
| 417213305000000 | Transferências SUS - Farmácia Básica | 3.145,00 |
| 417213306000000 | Transferências SUS - Vigilância Sanitária | 0,00 |
| 417213307000000 | Transferências SUS - SAÚDE BUCAL | 8.920,00 |
| 417213311380000 | Núcleo Apoio Saúde Família | 24.000,00 |
| 417213312000000 | Transferências SUS - MAC | 16.707,06 |
| 417213402000000 | Transferências FNAS - Média e Alta Complexidade | 40,00 |
| 417213404000000 | Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMILIA | 1.430,00 |
| 417213402000000 | Transferências FNAS - APAE | 0,00 |
| 417213405000000 | Transferências FNAS - Atenção Básica | 0,00 |
| 417213501000000 | Transferências do Salário-Educação | 70.776,81 |
| 417213503010000 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda | 10.466,40 |
| 417213503040000 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche | 7.318,80 |
| 417213503050000 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc | 3.604,00 |
| 417213504010000 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame | 11.164,48 |
| 417213504020000 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio | 2.646,22 |
| 417213504030000 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil | 1.688,54 |
| 417213506000000 | Transf Diretas do FNDE - PNAC | 0,00 |
| 424210200000001 | Transf. FNDE PAR | 0,00 |
| 424719902000000 | Transf. Convenios União - MCIDADES 799854/2013 | 0,00 |
| 424719903000000 | Transf. Convenios União - MCIDADES 797671/2013 | 0,00 |
| 424210999010000 | Transf. União Defesa Civil | 0,00 |
| 424719905000000 | Transf. De Recursos d Convênios com o MAPA | 0,00 |
| Total dos Recursos Recebidos no Período | | 625.783,84 |

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 06.10.2017
VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT
Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA DE SETEMBRO 2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Setembro
Página: 1/2

| Códigos | Especificação do Elemento | Fonte de Rec. | Pelo Orçamento | | | Autorizada | | | Realizada | | Total |
|--|--|---------------|----------------|----------------|-----------|------------|------------------|-----------|------------|--|-------|
| | | | Créd. Suplem. | Créd. Especial | Anulações | Total | Até Mês Anterior | Neste Mês | | | |
| 01 CAMARA DE VEREADORES | | | | | | | | | | | |
| 01.01 CAMARA DE VEREADORES | | | | | | | | | | | |
| 01.031.1000.2.001 | Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas da Câmara | | | | | | | | | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 0000 | 701.800,00 | 0,00 | 20.000,00 | 681.800,00 | 458.122,35 | 56.938,18 | 515.060,53 | | |
| 3.1.90.11.01.00.00.00 | vencimentos e salários | 0000 | | | | | 379.783,25 | 47.056,35 | 426.839,60 | | |
| 3.1.90.13.02.00.00.00 | Contribuições Previdenciárias - INSS | 0000 | | | | | 78.339,10 | 9.881,83 | 88.220,93 | | |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu | 0000 | 4.700,00 | 0,00 | 0,00 | 4.700,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 0000 | 80.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 100.000,00 | 57.306,15 | 16.491,58 | 73.797,73 | | |
| 3.3.90.14.14.00.00.00 | Diárias no País - Civil | 0000 | | | | | 20.402,37 | 8.375,00 | 28.777,37 | | |
| 3.3.90.30.07.00.00.00 | Gêneros de Alimentação | 0000 | | | | | 4.007,85 | 330,62 | 4.338,47 | | |
| 3.3.90.30.16.00.00.00 | Material de Expediente | 0000 | | | | | 4.295,45 | 258,90 | 4.554,35 | | |
| 3.3.90.30.21.00.00.00 | Material de Copa e Cozinha | 0000 | | | | | 2.216,22 | 220,84 | 2.437,06 | | |
| 3.3.90.30.24.00.00.00 | Material para Manutenção de Bens Imóveis | 0000 | | | | | 150,00 | 0,00 | 150,00 | | |
| 3.3.90.30.99.00.00.00 | Outros Materiais de Consumo | 0000 | | | | | 6.451,45 | 600,00 | 7.051,45 | | |
| 3.3.90.32.03.00.00.00 | Gêneros Alimentícios | 0000 | | | | | 192,97 | 0,00 | 192,97 | | |
| 3.3.90.33.01.00.00.00 | Passagens Para o País | 0000 | | | | | 1.139,69 | 0,00 | 1.139,69 | | |
| 3.3.90.39.08.00.00.00 | Manutenção de Software | 0000 | | | | | 2.610,00 | 870,00 | 3.480,00 | | |
| 3.3.90.39.11.00.00.00 | Locação de Softwares | 0000 | | | | | 4.158,00 | 0,00 | 4.158,00 | | |
| 3.3.90.39.12.00.00.00 | Locação de Máquinas e Equipamentos | 0000 | | | | | 934,32 | 130,00 | 1.064,32 | | |
| 3.3.90.39.22.00.00.00 | Exposições, Congressos e Conferências | 0000 | | | | | 1.500,00 | 0,00 | 1.500,00 | | |
| 3.3.90.39.43.00.00.00 | Serviços de Energia Elétrica | 0000 | | | | | 1.358,24 | 144,98 | 1.503,22 | | |
| 3.3.90.39.58.00.00.00 | Serviços de Telecomunicações | 0000 | | | | | 1.133,25 | 140,24 | 1.273,49 | | |
| 3.3.90.39.81.00.00.00 | Serviços Bancários | 0000 | | | | | 161,07 | 0,00 | 161,07 | | |
| 3.3.90.39.99.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0000 | | | | | 6.595,27 | 5.421,00 | 12.016,27 | | |
| 3.3.93.00.00.00.00.00 | Aplicação Direta Decorrente de Opente Órgãos | 0000 | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 | 2.100,00 | 1.400,00 | 280,00 | 1.680,00 | | |
| 3.3.93.39.99.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0000 | | | | | 1.400,00 | 280,00 | 1.680,00 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 0000 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 3.090,00 | 0,00 | 3.090,00 | | |
| 4.4.90.52.35.00.00.00 | Equipamentos de Processamento de Dados | 0000 | | | | | 3.090,00 | 0,00 | 3.090,00 | | |
| Total da Unidade Orçamentária : | | | 798.600,00 | 20.000,00 | 0,00 | 798.600,00 | 519.918,50 | 73.709,76 | 593.628,26 | | |
| Total do Órgão Orçamentário : | | | 798.600,00 | 20.000,00 | 0,00 | 798.600,00 | 519.918,50 | 73.709,76 | 593.628,26 | | |
| Total das Despesas Orçamentárias : | | | 798.600,00 | 20.000,00 | 0,00 | 798.600,00 | 519.918,50 | 73.709,76 | 593.628,26 | | |
| Despesa Extra-Orçamentária | | | | | | | | | | | |
| 48631 ISS | | | | | | | 43,50 | 0,00 | 43,50 | | |
| 41628 RETENÇÕES • EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | | | | | | | 3.548,79 | 0,00 | 3.548,79 | | |
| 44939 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL | | | | | | | 430,02 | 0,00 | 430,02 | | |
| 44938 IRRF | | | | | | | 10.610,73 | 1.333,64 | 11.944,37 | | |

06/10/2017 14:08:57 - admin

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Setembro
Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Balancete da Despesa de Setembro

| Códigos | Especificação do Elemento | Fonte de Rec. | Autorizada | | | | Realizada | |
|---------|---------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|-----------|-----------|------------------|
| | | | Pelo Orçamento | Créd. Suplem. | Créd. Especial | Anulações | Total | Até Mês Anterior |

| | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--|--|------------|-----------|------|-----------|------------|------------|
| Despesa Extra-Orçamentária | | | | | | | | |
| 44937 INSS | | | | | | | 38.949,32 | 4.763,19 |
| | | | | | | | 53.582,36 | 6.096,83 |
| Total da Despesa Extra-Orçamentária : | | | | | | | 79.806,59 | 653.307,45 |
| Total Geral da Despesa : | | | 798.600,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 573.500,86 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

| | | |
|---------------------------------|---|------------------------------------|
| IRACI PASQUALOTTO PRESIDENTE | MICHELLE SANTIN CONTADOR CRC/SC 028685/O-1 | EMERSON BOF CONTROLADOR INTERNO |
|---------------------------------|---|------------------------------------|

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - 2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Setembro
Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Balancete de Verificação - 2017

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|--------------------------------------|-------------|-----------|---|----------------|-----------|-----------|-------------|
| 1 | | | ATIVO | 59.414,92D | 66.641,34 | 73.185,59 | 52.870,67D |
| 1.1 | | | ATIVO CIRCULANTE | 31.804,74D | 66.641,34 | 73.185,59 | 25.280,49D |
| 1.1.1 | | | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 31.402,74D | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49D |
| 1.1.1.1 | | | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | 31.402,74D | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49D |
| 1.1.1.1.1 | | | BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS | 31.402,74D | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49D |
| 1.1.1.1.1.19 | | | BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS | 31.402,74D | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49D |
| 1.1.1.1.1.19.00.22 | | | BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - MOVIMENTO | 31.402,74D | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49D |
| 1.1.1.1.1.19.00.22.01 | | | Camara Mun. Vereadores 30.016-0 | 31.402,74D | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49D |
| 1.1.1.1.1.19.00.22.01.000002 (44835) | P | F | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 402,00D | 0,00 | 0,00 | 402,00D |
| 1.1.9 | | | ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR | 402,00D | 0,00 | 0,00 | 402,00D |
| 1.1.9.3.1 (40492) | P | P | ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO | 402,00D | 0,00 | 0,00 | 402,00D |
| 1.2 | | | ATIVO NÃO CIRCULANTE | 27.610,18D | 0,00 | 0,00 | 27.610,18D |
| 1.2.3 | | | IMOBILIZADO | 27.610,18D | 0,00 | 0,00 | 27.610,18D |
| 1.2.3.1 | | | BENS MÓVEIS | 45.821,60D | 0,00 | 0,00 | 45.821,60D |
| 1.2.3.1.1 | | | BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO | 45.821,60D | 0,00 | 0,00 | 45.821,60D |
| 1.2.3.1.1.01 | | | MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS | 366,00D | 0,00 | 0,00 | 366,00D |
| 1.2.3.1.1.01.02 (40942) | P | P | APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO | 366,00D | 0,00 | 0,00 | 366,00D |
| 1.2.3.1.1.02 | | | BENS DE INFORMÁTICA | 17.426,30D | 0,00 | 0,00 | 17.426,30D |
| 1.2.3.1.1.02.01 | | | EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 3.090,00D | 0,00 | 0,00 | 3.090,00D |
| 1.2.3.1.1.02.01.01 (40965) | P | P | EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 3.090,00D | 0,00 | 0,00 | 3.090,00D |
| 1.2.3.1.1.02.02 (40966) | P | P | EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 14.336,30D | 0,00 | 0,00 | 14.336,30D |
| 1.2.3.1.1.03 | | | MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 23.337,50D | 0,00 | 0,00 | 23.337,50D |
| 1.2.3.1.1.03.01 (40969) | P | P | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS | 2.676,10D | 0,00 | 0,00 | 2.676,10D |
| 1.2.3.1.1.03.02 (40970) | P | P | MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO | 408,00D | 0,00 | 0,00 | 408,00D |
| 1.2.3.1.1.03.03 (40971) | P | P | MOBILIÁRIO EM GERAL | 14.269,00D | 0,00 | 0,00 | 14.269,00D |
| 1.2.3.1.1.03.04 (40972) | P | P | UTENSÍLIOS EM GERAL | 5.984,40D | 0,00 | 0,00 | 5.984,40D |
| 1.2.3.1.1.04 | | | MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO | 4.691,80D | 0,00 | 0,00 | 4.691,80D |
| 1.2.3.1.1.04.05 (40978) | P | P | EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | 3.611,80D | 0,00 | 0,00 | 3.611,80D |
| 1.2.3.1.1.04.05 (40980) | P | P | OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO | 1.080,00D | 0,00 | 0,00 | 1.080,00D |
| 1.2.3.8 | | | (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS | 18.211,42C | 0,00 | 0,00 | 18.211,42C |
| 1.2.3.8.1 | | | (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOI | 18.211,42C | 0,00 | 0,00 | 18.211,42C |
| 1.2.3.8.1.01 | | | (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS | 18.211,42C | 0,00 | 0,00 | 18.211,42C |
| 1.2.3.8.1.01.01 (41086) | P | P | (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAME | 1.950,04C | 0,00 | 0,00 | 1.950,04C |
| 1.2.3.8.1.01.02 (41087) | P | P | (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA | 7.740,18C | 0,00 | 0,00 | 7.740,18C |
| 1.2.3.8.1.01.03 (41088) | P | P | (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 6.505,25C | 0,00 | 0,00 | 6.505,25C |
| 1.2.3.8.1.01.04 (41089) | P | P | (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACION | 2.015,96C | 0,00 | 0,00 | 2.015,96C |

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Setembro
 Página: 2/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|-----------------------------------|-------------|-----------|---|----------------|-----------|-----------|---------------|
| 2 | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 47.341,98C | 79.806,59 | 84.194,03 | 51.729,42C |
| 2.1 | | | PASSIVO CIRCULANTE | 40.516,65C | 79.806,59 | 84.194,03 | 44.904,09C |
| 2.1.1 | | | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA | 38.510,41C | 56.938,18 | 60.795,11 | 42.367,34C |
| 2.1.1.1 | | | PESSOAL A PAGAR | 38.510,41C | 47.056,35 | 50.913,28 | 42.367,34C |
| 2.1.1.1.1 | | | PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO | 38.510,41C | 47.056,35 | 50.913,28 | 42.367,34C |
| 2.1.1.1.1.01 | | | PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO | 38.510,41C | 47.056,35 | 50.913,28 | 42.367,34C |
| 2.1.1.1.1.01.01 | | | SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO | 0,00 | 47.056,35 | 47.056,35 | 0,00 |
| 2.1.1.1.1.01.02 | | | DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO | 17.623,69C | 0,00 | 1.671,49 | 19.295,18C |
| 2.1.1.1.1.01.02.00.000001 (4171) | P | P | DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO | 17.623,69C | 0,00 | 1.671,49 | 19.295,18C |
| 2.1.1.1.1.01.03 | | | FÉRIAS | 20.886,72C | 0,00 | 2.185,44 | 23.072,16C |
| 2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (4173) | P | P | FÉRIAS | 20.886,72C | 0,00 | 2.185,44 | 23.072,16C |
| 2.1.1.4 | | | FÉRIAS | 0,00 | 0,00 | 9.881,83 | 0,00 |
| 2.1.1.4.3 | | | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR | 0,00 | 9.881,83 | 9.881,83 | 0,00 |
| 2.1.1.4.3.01 | | | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO | 0,00 | 9.881,83 | 9.881,83 | 0,00 |
| 2.1.1.4.3.01.01 | | | INSS A PAGAR | 0,00 | 9.881,83 | 9.881,83 | 0,00 |
| 2.1.3 | | | INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES | 85,00C | 16.771,58 | 16.886,58 | 0,00 |
| 2.1.3.1 | | | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 85,00C | 16.771,58 | 16.886,58 | 0,00 |
| 2.1.3.1.1 | | | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO | 85,00C | 16.771,58 | 16.886,58 | 0,00 |
| 2.1.3.1.1.01 | | | FORNECEDORES NACIONAIS | 85,00C | 16.771,58 | 16.886,58 | 0,00 |
| 2.1.3.1.1.01.01 | | | FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR | 85,00C | 16.771,58 | 16.886,58 | 0,00 |
| 2.1.8 | | | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 1.921,24C | 6.096,83 | 6.712,34 | 2.536,75C |
| 2.1.8.8 | | | VALORES RESTITUIVEIS | 1.921,24C | 6.096,83 | 6.712,34 | 2.536,75C |
| 2.1.8.8.1 | | | VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO | 1.921,24C | 6.096,83 | 6.712,34 | 2.536,75C |
| 2.1.8.8.1.01 | | | CONSIGNAÇÕES | 1.572,51C | 6.096,83 | 6.621,00 | 2.096,68C |
| 2.1.8.8.1.01.02 | | | INSS | 0,00 | 4.763,19 | 4.763,19 | 0,00 |
| 2.1.8.8.1.01.02.00.000001 (44937) | P | F | INSS | 0,00 | 4.763,19 | 4.763,19 | 0,00 |
| 2.1.8.8.1.01.04 | | | IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF | 0,00 | 1.333,64 | 1.333,64 | 0,00 |
| 2.1.8.8.1.01.04.00.000001 (44938) | P | F | IRRF | 0,00 | 1.333,64 | 1.333,64 | 0,00 |
| 2.1.8.8.1.01.15 (41628) | P | F | RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 1.572,51C | 0,00 | 524,17 | 2.096,68C |
| 2.1.8.8.1.99 | | | OUTROS VALORES RESTITUIVEIS | 348,73C | 0,00 | 91,34 | 440,07C |
| 2.1.8.8.1.99.01 (41648) | P | F | RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 348,73C | 0,00 | 91,34 | 440,07C |
| 2.3 | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 6.825,33C | 0,00 | 0,00 | 6.825,33C |
| 2.3.1 | | | PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL | 28.233,90C | 0,00 | 0,00 | 28.233,90C |
| 2.3.1.1 | | | PATRIMÔNIO SOCIAL | 28.233,90C | 0,00 | 0,00 | 28.233,90C |
| 2.3.1.1.1 (42069) | P | P | PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO | 28.233,90C | 0,00 | 0,00 | 28.233,90C |
| 2.3.7 | | | RESULTADOS ACUMULADOS | 21.408,57D | 0,00 | 0,00 | 21.408,57D |
| 2.3.7.1 | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS | 21.408,57D | 0,00 | 0,00 | 21.408,57D |
| 2.3.7.1.1 | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO | 1.331.928,33D | 0,00 | 0,00 | 1.331.928,33D |
| 2.3.7.1.1.02 (42196) | P | P | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 1.331.928,33D | 0,00 | 0,00 | 1.331.928,33D |
| 2.3.7.1.2 | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS | 1.540.200,84C | 0,00 | 0,00 | 1.540.200,84C |
| 2.3.7.1.2.02 (42203) | P | P | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 1.540.200,84C | 0,00 | 0,00 | 1.540.200,84C |
| 2.3.7.1.3 | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO | 229.681,08D | 0,00 | 0,00 | 229.681,08D |
| 2.3.7.1.3.02 (42208) | P | P | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 229.681,08D | 0,00 | 0,00 | 229.681,08D |

06/10/2017 14:09:31 - admin

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Setembro
 Página: 3/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|-------------------------|-------------|-----------|---|----------------|-----------|----------|-------------|
| 3 | | | VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | 537.743,81D | 77.481,69 | 0,00 | 615.225,50D |
| 3.1 | | | PESSOAL E ENCARGOS | 475.084,02D | 60.795,11 | 0,00 | 535.879,13D |
| 3.1.1 | | | REMUNERAÇÃO A PESSOAL | 396.744,92D | 50.913,28 | 0,00 | 447.658,20D |
| 3.1.1.1 | | | REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS | 357.167,41D | 47.056,35 | 0,00 | 404.223,76D |
| 3.1.1.1.1 | | | REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC | 357.167,41D | 47.056,35 | 0,00 | 404.223,76D |
| 3.1.1.1.1.01 | | | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS | 357.167,41D | 47.056,35 | 0,00 | 404.223,76D |
| 3.1.1.1.1.01.01 (42276) | | | VENCIMENTOS E SALÁRIOS | 357.167,41D | 47.056,35 | 0,00 | 404.223,76D |
| 3.1.1.2 | P | | REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS | 39.577,51D | 3.866,93 | 0,00 | 43.434,44D |
| 3.1.1.2.1 | | | REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC | 39.577,51D | 3.866,93 | 0,00 | 43.434,44D |
| 3.1.1.2.1.01 | | | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS | 39.577,51D | 3.866,93 | 0,00 | 43.434,44D |
| 3.1.1.2.1.01.01 (42325) | | | VENCIMENTOS E SALÁRIOS | 39.577,51D | 3.866,93 | 0,00 | 43.434,44D |
| 3.1.2 | P | | ENCARGOS PATRONAIS | 78.339,10D | 9.881,83 | 0,00 | 88.220,93D |
| 3.1.2.2 | | | ENCARGOS PATRONAIS - RPPS | 78.339,10D | 9.881,83 | 0,00 | 88.220,93D |
| 3.1.2.2.3 | | | ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO | 78.339,10D | 9.881,83 | 0,00 | 88.220,93D |
| 3.1.2.2.3.01 (42429) | | | CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS | 78.339,10D | 9.881,83 | 0,00 | 88.220,93D |
| 3.3 | P | | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 62.659,79D | 16.686,58 | 0,00 | 79.346,37D |
| 3.3.1 | | | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 17.313,94D | 1.410,36 | 0,00 | 18.724,30D |
| 3.3.1.1 | | | CONSUMO DE MATERIAL | 17.120,97D | 1.410,36 | 0,00 | 18.531,33D |
| 3.3.1.1.1 | | | GÊNEROS ALIMENTAÇÃO | 4.007,85D | 330,62 | 0,00 | 4.338,47D |
| 3.3.1.1.1.06 (42581) | P | | MATERIAL DE EXPEDIENTE | 4.295,45D | 258,90 | 0,00 | 4.554,35D |
| 3.3.1.1.1.16 (42590) | P | | MATERIAL DE COPA E COZINHA | 2.216,22D | 220,84 | 0,00 | 2.437,06D |
| 3.3.1.1.1.21 (42595) | P | | MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMOVEIS/INSTALAÇÕES | 150,00D | 0,00 | 0,00 | 150,00D |
| 3.3.1.1.1.24 (42598) | P | | OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO | 6.451,45D | 600,00 | 0,00 | 7.051,45D |
| 3.3.1.1.1.99 (42633) | P | | DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO | 192,97D | 0,00 | 0,00 | 192,97D |
| 3.3.1.2 | | | DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO | 192,97D | 0,00 | 0,00 | 192,97D |
| 3.3.1.2.1 | | | MATERIAL DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL | 192,97D | 0,00 | 0,00 | 192,97D |
| 3.3.1.2.1.02 (42637) | P | | SERVIÇOS | 41.477,21D | 15.276,22 | 0,00 | 56.753,43D |
| 3.3.2 | | | DIÁRIAS | 20.402,37D | 8.375,00 | 0,00 | 28.777,37D |
| 3.3.2.1 | | | DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO | 20.402,37D | 8.375,00 | 0,00 | 28.777,37D |
| 3.3.2.1.1 | | | DIÁRIAS PESSOAL CIVIL | 20.402,37D | 8.375,00 | 0,00 | 28.777,37D |
| 3.3.2.1.1.01 | | | DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS | 20.402,37D | 8.375,00 | 0,00 | 28.777,37D |
| 3.3.2.1.1.01.01 (42649) | P | | SERVIÇOS TERCEIROS - PJ | 21.074,84D | 6.901,22 | 0,00 | 27.976,06D |
| 3.3.2.3 | | | SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO | 21.074,84D | 6.901,22 | 0,00 | 27.976,06D |
| 3.3.2.3.1 | | | SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS. | 1.358,24D | 144,98 | 0,00 | 1.503,22D |
| 3.3.2.3.1.08 (42719) | P | | LOCAÇÕES | 5.092,32D | 130,00 | 0,00 | 5.222,32D |
| 3.3.2.3.1.10 (42721) | P | | SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 2.610,00D | 870,00 | 0,00 | 3.480,00D |
| 3.3.2.3.1.11 (42722) | P | | EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS E OUTROS | 1.500,00D | 0,00 | 0,00 | 1.500,00D |
| 3.3.2.3.1.22 (42733) | P | | SERVIÇOS BANCÁRIOS | 161,07D | 0,00 | 0,00 | 161,07D |
| 3.3.2.3.1.32 (42743) | P | | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 1.139,69D | 0,00 | 0,00 | 1.139,69D |
| 3.3.2.3.1.56 (42763) | P | | OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ | 9.213,52D | 5.756,24 | 0,00 | 14.969,76D |
| 3.3.2.3.1.99 (42764) | P | | DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 3.868,64D | 0,00 | 0,00 | 3.868,64D |
| 3.3.3 | | | DEPRECIACÃO | 3.868,64D | 0,00 | 0,00 | 3.868,64D |
| 3.3.3.1 | | | DEPRECIACÃO - CONSOLIDAÇÃO | 3.868,64D | 0,00 | 0,00 | 3.868,64D |
| 3.3.3.1.1 | | | DEPRECIACÃO DE IMOBILIZADO | 3.868,64D | 0,00 | 0,00 | 3.868,64D |
| 3.3.3.1.1.01 | | | | 3.868,64D | 0,00 | 0,00 | 3.868,64D |

06/10/2017 14:09:31 - admin

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Balancete de Verificação - 2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Setembro
Página: 4/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|------------------------|-------------|-----------|---------------------------|----------------|---------|----------|-------------|
| 3.3.3.1.1.01.01 (4287) | P | | DEPRECAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 3.868,64D | 0,00 | 0,00 | 3.868,64D |

06/10/2017 14:09:31 - admin

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Setembro
 Página: 5/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|----------------------|-------------|-----------|--|----------------|---------|-----------|-------------|
| 4 | | | VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | 549.816,75C | 0,00 | 66.550,00 | 616.366,75C |
| 4.5 | | | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 549.400,00C | 0,00 | 66.550,00 | 615.950,00C |
| 4.5.1 | | | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 549.400,00C | 0,00 | 66.550,00 | 615.950,00C |
| 4.5.1.1 | | | TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 549.400,00C | 0,00 | 66.550,00 | 615.950,00C |
| 4.5.1.1.2 (43969) | P | | TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN | 549.400,00C | 0,00 | 66.550,00 | 615.950,00C |
| 4.9 | | | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 416,75C | 0,00 | 0,00 | 416,75C |
| 4.9.7 | | | REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS | 416,75C | 0,00 | 0,00 | 416,75C |
| 4.9.7.1 | | | REVERSÃO DE PROVISÕES | 416,75C | 0,00 | 0,00 | 416,75C |
| 4.9.7.1.1 | | | REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO | 416,75C | 0,00 | 0,00 | 416,75C |
| 4.9.7.1.1.99 (44210) | P | | REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES | 416,75C | 0,00 | 0,00 | 416,75C |

06/10/2017 14:09:31 - admin

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Setembro
 Página: 6/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|----------------------|-------------|-----------|--|----------------|-----------|-----------|-------------|
| 5 | | | CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO | 798.600,00D | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00D |
| 5.2 | | | ORÇAMENTO APROVADO | 798.600,00D | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00D |
| 5.2.2 | | | FIXAÇÃO DA DESPESA | 798.600,00D | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00D |
| 5.2.2.1 | | | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 798.600,00D | 0,00 | 20.000,00 | 778.600,00D |
| 5.2.2.1.1 | | | DOTAÇÃO INICIAL | 798.600,00D | 0,00 | 0,00 | 798.600,00D |
| 5.2.2.1.1.01 (44282) | O | | CREDITO INICIAL | 798.600,00D | 0,00 | 0,00 | 798.600,00D |
| 5.2.2.1.9 (44302) | O | | CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00C |
| 5.2.2.2 (44303) | O | | MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00D |

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Setembro
 Página: 7/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|----------------------|-------------|-----------|---|----------------|------------|------------|-------------|
| 6 | | | CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO | 798.600,00C | 233.873,22 | 233.873,22 | 798.600,00C |
| 6.2 | | | EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO | 798.600,00C | 233.873,22 | 233.873,22 | 798.600,00C |
| 6.2.2 | | | EXECUÇÃO DA DESPESA | 798.600,00C | 233.873,22 | 233.873,22 | 798.600,00C |
| 6.2.2.1 | | | DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO | 798.600,00C | 233.873,22 | 233.873,22 | 798.600,00C |
| 6.2.2.1.1 (44338) | O | | CRÉDITO DISPONÍVEL | 214.872,54C | 86.538,70 | 20.000,00 | 148.133,84C |
| 6.2.2.1.3 | | | CRÉDITO UTILIZADO | 583.927,46C | 147.334,52 | 213.873,22 | 650.466,16C |
| 6.2.2.1.3.01 (44344) | O | | CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | 63.923,96C | 73.624,76 | 66.538,70 | 56.837,90C |
| 6.2.2.1.3.03 (44346) | O | | CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | 85,00C | 73.624,76 | 73.624,76 | 0,00 |
| 6.2.2.1.3.04 (44347) | O | | CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO | 519.918,50C | 0,00 | 73.709,76 | 593.628,26C |

06/10/2017 14:09:31 - admin

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Setembro
 Página: 8/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|---|-------------|-----------|--|----------------|-----------|----------|-------------|
| 7 | | | CONTROLES DEVEDORES | 560.260,73D | 66.641,34 | 0,00 | 626.902,07D |
| 7.1 | | | ATOS POTENCIAIS | 10.512,00D | 0,00 | 0,00 | 10.512,00D |
| 7.1.1 | | | ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 7.992,00D | 0,00 | 0,00 | 7.992,00D |
| 7.1.1.3 | | | DIREITOS CONTRATUAIS | 7.992,00D | 0,00 | 0,00 | 7.992,00D |
| 7.1.1.3.1 | | | DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO | 7.992,00D | 0,00 | 0,00 | 7.992,00D |
| 7.1.1.3.1.03 | | | CONTRATOS DE ALUGUEIS | 7.992,00D | 0,00 | 0,00 | 7.992,00D |
| 7.1.1.3.1.03.00.00.00.00.000001 (47300) | C | | BETHA SISTEMAS LTDA | 7.992,00D | 0,00 | 0,00 | 7.992,00D |
| 7.1.2 | | | ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 2.520,00D | 0,00 | 0,00 | 2.520,00D |
| 7.1.2.3 | | | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 2.520,00D | 0,00 | 0,00 | 2.520,00D |
| 7.1.2.3.1 | | | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO | 2.520,00D | 0,00 | 0,00 | 2.520,00D |
| 7.1.2.3.1.02 | | | CONTRATOS DE SERVIÇOS | 2.520,00D | 0,00 | 0,00 | 2.520,00D |
| 7.1.2.3.1.02.00.00.00.00.000001 (48634) | C | | CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIP | 2.520,00D | 0,00 | 0,00 | 2.520,00D |
| 7.2 | | | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 549.748,73D | 66.641,34 | 0,00 | 616.390,07D |
| 7.2.1 | | | DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO | 549.748,73D | 66.641,34 | 0,00 | 616.390,07D |
| 7.2.1.1 (44489) | C | | CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS | 549.748,73D | 66.641,34 | 0,00 | 616.390,07D |

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balanço de Verificação - 2017

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Setembro
 Página: 9/9

| Máscara | Subsist. C. | Sup. Fin. | Descrição | Saldo Anterior | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|------------------------------------|-------------|-----------|---|----------------|------------|------------|-------------|
| 8 | | | CONTROLES CREDORES | 560.260,73C | 220.061,39 | 286.702,73 | 626.902,07C |
| 8.1 | | | EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS | 10.512,00C | 0,00 | 0,00 | 10.512,00C |
| 8.1.1 | | | EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 7.992,00C | 0,00 | 0,00 | 7.992,00C |
| 8.1.1.3 | | | EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS | 7.992,00C | 0,00 | 0,00 | 7.992,00C |
| 8.1.1.3.1 | | | EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO | 7.992,00C | 0,00 | 0,00 | 7.992,00C |
| 8.1.1.3.1.03 | | | CONTRATOS DE ALUGUEIS | 7.992,00C | 0,00 | 0,00 | 7.992,00C |
| 8.1.1.3.1.03.01 | | | A EXECUTAR | 7.992,00C | 0,00 | 0,00 | 7.992,00C |
| 8.1.1.3.1.03.01.00.0000001 (47301) | C | | BETHA SISTEMAS LTDA | 7.992,00C | 0,00 | 0,00 | 7.992,00C |
| 8.1.2 | | | EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 2.520,00C | 0,00 | 0,00 | 2.520,00C |
| 8.1.2.3 | | | EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 2.520,00C | 0,00 | 0,00 | 2.520,00C |
| 8.1.2.3.1 | | | EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO | 2.520,00C | 0,00 | 0,00 | 2.520,00C |
| 8.1.2.3.1.02 | | | CONTRATOS DE SERVIÇOS | 2.520,00C | 0,00 | 0,00 | 2.520,00C |
| 8.1.2.3.1.02.01 | | | A EXECUTAR | 2.520,00C | 0,00 | 0,00 | 2.520,00C |
| 8.1.2.3.1.02.01.00.0000001 (48635) | C | | CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIP | 2.520,00C | 0,00 | 0,00 | 2.520,00C |
| 8.2 | | | EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 549.748,73C | 220.061,39 | 286.702,73 | 616.390,07C |
| 8.2.1 | | | EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO | 549.748,73C | 220.061,39 | 286.702,73 | 616.390,07C |
| 8.2.1.1 | | | EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS | 549.748,73C | 220.061,39 | 286.702,73 | 616.390,07C |
| 8.2.1.1.1 | | | DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS | 34.527,46D | 66.630,04 | 66.641,34 | 34.516,16D |
| 8.2.1.1.1.01 (44808) | C | | DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL | 34.527,46D | 66.630,04 | 66.641,34 | 34.516,16D |
| 8.2.1.1.2 (44810) | C | | DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P | 63.923,96C | 73.624,76 | 66.538,70 | 56.837,90C |
| 8.2.1.1.3 | | | DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P | 2.006,24C | 79.806,59 | 80.337,10 | 2.536,75C |
| 8.2.1.1.3.01 (44812) | C | | COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO | 85,00C | 73.709,76 | 73.624,76 | 0,00 |
| 8.2.1.1.3.02 (44813) | C | | COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES | 1.921,24C | 6.096,83 | 6.712,34 | 2.536,75C |
| 8.2.1.1.4 (44815) | C | | DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA | 518.345,99C | 0,00 | 73.185,59 | 591.531,58C |
| TOTAL: | | | | 0,00 | 764.505,57 | 764.505,57 | 0,00 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

| | | |
|---------------------------------|---|------------------------------------|
| IRACI PASQUALOTTO PRESIDENTE | MICHELLE SANTIN CONTADOR CRC/SC 028885/O-1 | EMERSON BOF CONTROLADOR INTERNO |
|---------------------------------|---|------------------------------------|

06/10/2017 14:09:31 - admin

BALANCETE DO RAZÃO 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
 Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Setembro

| Contas | Saldo exercício anterior | Movimento do exercício corrente | | | Razão |
|--|--------------------------|---------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| | | Até mês anterior | Do mês | Acumulado | Saldo restantes |
| | Devedor Credor | Devedor Credor | Devedor Credor | Devedor Credor | Devedor Credor |
| ATIVO | 28.790,82 | 552.838,73 | 66.641,34 | 619.480,07 | 52.870,67 |
| | 0,00 | 522.214,63 | 73.185,59 | 595.400,22 | 0,00 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO | 0,00 | 2.232.827,07 | 79.806,59 | 2.312.633,66 | 0,00 |
| | 28.790,82 | 2.251.378,23 | 84.194,03 | 2.335.572,26 | 51.729,42 |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | 0,00 | 537.743,81 | 77.481,69 | 615.225,50 | 615.225,50 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 549.816,75 | 66.550,00 | 616.366,75 | 616.366,75 |
| CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO | 0,00 | 798.600,00 | 20.000,00 | 818.600,00 | 798.600,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 |
| CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO | 0,00 | 1.649.874,15 | 233.873,22 | 1.883.747,37 | 0,00 |
| | 0,00 | 2.448.474,15 | 233.873,22 | 2.682.347,37 | 798.600,00 |
| CONTROLES DEVEDORES | 7.992,00 | 552.268,73 | 66.641,34 | 618.910,07 | 626.902,07 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTROLES CREDORES | 0,00 | 1.677.780,55 | 220.061,39 | 1.897.841,94 | 0,00 |
| | 7.992,00 | 2.230.049,28 | 286.702,73 | 2.516.752,01 | 626.902,07 |
| Totais | 36.782,82 | 8.001.933,04 | 764.505,57 | 8.766.438,61 | 2.093.598,24 |
| | 36.782,82 | 8.001.933,04 | 764.505,57 | 8.766.438,61 | 2.093.598,24 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

 IRACI PASQUALOTTO
 PRESIDENTE

 MICHELLE SANTIN
 CONTADOR CRC/SC 028685/O-1

 EMERSON BOF
 CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 13:58:49 - admin

BALANCETE FINANCEIRO 09/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Setembro

Página: 1

| RECEITA | | DESPESA | |
|---|-------------------|--|-------------------|
| TÍTULOS | R\$ | TÍTULOS | R\$ |
| | | ORÇAMENTÁRIAS | 66.538,70 |
| | | DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 66.538,70 |
| | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 56.938,18 |
| | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 9.600,52 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 66.550,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | 66.550,00 | | |
| EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 146.875,80 | EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 153.431,35 |
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 6.712,34 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 6.096,83 |
| CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | 66.538,70 | CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | 73.624,76 |
| CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | 73.624,76 | CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | 73.709,76 |
| SALDOS ANTERIORES | 31.402,74 | SALDOS ATUAIS | 24.858,49 |
| BANCO C/ MOVIMENTO | 31.402,74 | BANCO C/ MOVIMENTO | 24.858,49 |
| TOTAL | 244.828,54 | TOTAL | 244.828,54 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

 IRACI PASQUALOTTO
 PRESIDENTE

 MICHELLE SANTIN
 CONTADOR CRC/SC 028685/O-1

 EMERSON BOF
 CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 14:00:59 - admin

COMPARATIVO COM A DESPESA EMPENHADA OU LIQUIDADE 09/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Setembro
Página 1 de 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

| Códigos | Especificações | Fonte de Recursos | Créditos | | | Despesa Empenhada | | Saldo |
|-----------------------|--|-------------------|------------|---------------|-----------|-------------------|------------|---------------|
| | | | Orcados | Suplementados | Anulados | Total | No Período | Até o Período |
| 01 | CAMARA DE VEREADORES | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.0 | CAMARA DE VEREADORES | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.01 | Legislativa | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.01.031 | Ação Legislativa | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.01.031.1000 | AÇÃO LEGISLATIVA | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.031.1000.2.001 | Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas da Câmara | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.1.90.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.1.90.11.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.1.90.13.00.00.00.00 | Obrigações Patronais | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.1.90.13.02.00.00.00 | Contribuições Previdenciárias - INSS | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.14.00.00.00.00 | Diárias - Civil | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.14.14.00.00.00 | Diárias no País - Civil | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.30.07.00.00.00 | Gêneros de Alimentação | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.30.16.00.00.00 | Material de Expediente | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.30.21.00.00.00 | Material de Copa e Cozinha | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.30.24.00.00.00 | Material para Manutenção de Bens Imóveis | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.30.95.00.00.00 | Outros Materiais de Consumo | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.32.00.00.00.00 | Material de Distribuição Gratuita | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.32.03.00.00.00 | Gêneros Alimentícios | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.33.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomoção | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.33.01.00.00.00 | Passagens Para o País | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.08.00.00.00 | Manutenção de Software | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.11.00.00.00 | Locação de Softwares | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.12.00.00.00 | Locação de Máquinas e Equipamentos | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.22.00.00.00 | Exposições, Congressos e Conferências | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.43.00.00.00 | Serviços de Energia Elétrica | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.58.00.00.00 | Serviços de Telecomunicações | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.81.00.00.00 | Serviços Bancários | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.90.39.95.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.93.00.00.00.00.00 | Aplicação Direta Decorrente de Opentre Órgãos | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.93.39.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 3.3.93.39.95.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 4.4.90.52.00.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | 0000 | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |

06/10/2017 14:01:36 - admin

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Setembro
Página 2 de 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08
Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

| Códigos | Especificações | Fonte de Recursos | Créditos | | | Despesa Empenhada | | Saldo |
|-----------------------|--|-------------------|------------|---------------|-----------|-------------------|------------|---------------|
| | | | Orcados | Suplementados | Anulados | Total | No Período | Até o Período |
| 01 | CAMARA DE VEREADORES | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.0 | CAMARA DE VEREADORES | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.01 | Legislativa | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.01.031 | Ação Legislativa | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.01.01.031.1000 | AÇÃO LEGISLATIVA | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 01.031.1000.2.001 | Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas da Câmara | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| 4.4.90.52.35.00.00.00 | Equipamentos de Processamento de Dados | 0000 | | | | | 0,00 | 3.090,00 |
| Total por Entidade : | | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| Total Geral : | | | 798.600,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 798.600,00 | 66.538,70 | 650.466,16 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTE

MICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028885/O-1

EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 14:01:36 - admin

COMPARATIVO DAS DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIA 09/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Data : 06/10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Comparativo da Despesa Extra-Orçamentária - Mês de Setembro

| Conta | Especificação | Saldo Exerc. Anterior | Retenção Acum. Mês Anterior | Pagamento Acum. Mês Anterior | Saldo Mês Anterior | Retenção no Mês | Pagamento no Mês | Saldo Atual |
|------------------------|--|----------------------------|--------------------------------|---------------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------|-------------|
| 41628 | RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 0,00 | 5.121,30 | 3.548,79 | 1.572,51 C | 524,17 | 0,00 | 2.096,68 C |
| 41648 | RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 0,00 | 348,73 | 0,00 | 348,73 C | 91,34 | 0,00 | 440,07 C |
| 44937 | INSS | 0,00 | 38.949,32 | 38.949,32 | 0,00 | 4.763,19 | 4.763,19 | 0,00 |
| 44938 | IRRF | 0,00 | 10.610,73 | 10.610,73 | 0,00 | 1.333,64 | 1.333,64 | 0,00 |
| 44939 | CONTRIBUIÇÃO SINDICAL | 0,00 | 430,02 | 430,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 46172 | SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DE EXE | 21.965,49 C | 0,00 | 21.965,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 48631 | ISS | 0,00 | 43,50 | 43,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL : | | 21.965,49 C | 55.503,60 | 75.547,85 | 1.921,24 C | 6.712,34 | 6.096,83 | 2.536,75 C |
| IRACEMINHA, 06/10/2017 | | | | | | | | |
| IRACI PASQUALOTTO | | MICHELLE SANTIN | | EMERSON BOF | | | | |
| PRESIDENTE | | CONTADOR CRC/SC 028685/O-1 | | CONTROLADOR INTERNO | | | | |

06/10/2017 14:04:40 - admin

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA 092017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Conciliação Bancária

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Mês de Setembro

1.1.1.1.1.19.00.22.01.000002 (44935) - Camara Mun. Vereadores 30.016-0

Banco: 1 - BB BESC

Agência: 5424-0 - IRACEMINHA

Conta Nº : 30.016-0

Saldo conforme extrato bancário em: 30/09/2017

R\$ 26.565,65

| Data | Documento | Valor R\$ | Motivo |
|---|-----------|-----------|--------|
| Menos (-) | | | |
| (-)Avisos de créditos não considerados pela contabilidade | | | |
| 30/09/2017 | | 74,96 | |
| 30/09/2017 | | 50,38 | |
| 30/09/2017 | | 185,62 | |
| | Total: | 310,96 | |
| Menos (-) | | | |
| (-)Cheques e borderaux não considerados pelo banco | | | |
| 26/06/2017 | 850130 | 524,17 | |
| 22/08/2017 | 850180 | 524,17 | |
| 25/09/2017 | 850251 | 258,90 | |
| 30/09/2017 | | 2,96 | |
| 30/09/2017 | 850264 | 86,00 | |
| | Total: | 1.396,20 | |

Saldo conforme nosso registro em: 30/09/2017

R\$ 24.858,49

IRACEMINHA, 06/10/2017

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTE

MICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028685/O-1

EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 13:59:28 - admin

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS REPASSES RECEBIDOS 09/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Demonstrativo Analítico dos Repasses Recebidos
Período de 01/09/2017 a 30/09/2017

| Data | Entidade Repassadora | Valor | Finalidade | Fundamento Legal |
|------------|--|-----------|---|------------------|
| 22/09/2017 | TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO O | 66.550,00 | Langamento contábil 80 ref RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS-DUODECIM | |

06/10/2017 14:05:38 - admin

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Setembro
Página 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Demonstrativo da Evolução e Execução Orçamentária
Administração Direta

[illegible]

RACEMINHA, 06/10/2017

| | | |
|-------------------|----------------------------|---------------------|
| RACI PASQUA LOTTO | MICHELLE SANTIN | EMERSON BOF |
| PRESIDENTE | CONTADOR CRC/SC 028685/O-1 | CONTROLADOR INTERNO |

06/10/2017 14:04:02 - admin

DEMONSTRATIVO DE CONTA BANCOS 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Setembro

| Número | Banco | Agência | Descrição | Saldo anterior | Débito | Crédito | Saldo |
|--|-------|---------|--|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA | | | | | | | |
| BANCOS CONTA MOVIMENTO | | | | 31.402,74 | | | 24.858,49 |
| 1 | 1 | 5424-0 | 30.016-0 - Camara Mun. Vereadores 30.016-0 | 31.402,74 | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49 |
| Total da Entidade: | | | | 31.402,74 | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49 |
| Totais: | | | | 31.402,74 | 66.641,34 | 73.185,59 | 24.858,49 |

06/10/2017 13:59:07 - admin

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSOS 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Demonstrativo do Resultado da Disponibilidade por Fonte de Recurso

Betha Sistemas
Exercício de 2017

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | Disponível (a) | Comprometido (b) | Superávit/Déficit c = (a - b) |
|--|-------------------|---------------------|----------------------------------|
| 0.1.0000.000000 - (Esp. TCE: 00) - Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor. | 24.858,49 | 59.374,65 | -34.516,16 |
| TOTAL | 24.858,49 | 59.374,65 | -34.516,16 |

06/10/2017 14:06:25 - admin

QUADRO DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL 09/2017

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Setembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Quadro Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Administração Direta

| Órgão | Descrição | Empenhado no Mês | Empenhado no Ano | Pago no Mês | Pago no Ano |
|--|----------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|
| Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA | | | | | |
| 1 | CAMARA DE VEREADORES | 56.938,18 | 560.455,80 | 56.938,18 | 515.060,53 |
| Total da Entidade: | | 56.938,18 | 560.455,80 | 56.938,18 | 515.060,53 |
| Total Geral : | | 56.938,18 | 560.455,80 | 56.938,18 | 515.060,53 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTEMICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028685/O-1EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 14:03:05 - admin

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 09/2017

Betha Sistemas
 Página: 1/1
 Exercício de 2017
 Mês: Setembro

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro

| Mês | COMPORTAMENTO ORÇAMENTARIO | | | COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS | | |
|------------------------|----------------------------|------------|----------------------------|------------------------------------|---------------------|--------------------|
| | Receita | Despesa | Déficit / Superávit | | Ativo Financeiro | Passivo Financeiro |
| | | | Valor | Acumulado | | |
| Janeiro | | 88.673,19 | 88.673,19 D | 88.673,19 D | 5.858,69 | 27.981,88 |
| Fevereiro | | 66.705,19 | 66.705,19 D | 155.378,38 D | 895,17 | 16.173,55 |
| Março | | 70.756,18 | 70.756,18 D | 226.134,56 D | 2.459,36 | 21.943,92 |
| Abril | | 62.167,03 | 62.167,03 D | 288.301,59 D | 8.172,16 | 23.273,75 |
| Maior | | 64.655,08 | 64.655,08 D | 352.956,67 D | 4.658,13 | 17.864,80 |
| Junho | | 101.124,08 | 101.124,08 D | 454.080,75 D | 13.890,59 | 61.671,34 |
| Julho | | 63.738,26 | 63.738,26 D | 517.819,01 D | 18.326,30 | 63.295,31 |
| Agosto | | 66.108,45 | 66.108,45 D | 583.927,46 D | 31.402,74 | 65.930,20 |
| Setembro | | 66.538,70 | 66.538,70 D | 650.466,16 D | 24.858,49 | 59.374,65 |
| Outubro | | | | | | |
| Novembro | | | | | | |
| Dezembro | | | | | | |
| TOTAL | 0,00 | 650.466,16 | 650.466,16 D | 650.466,16 D | 24.858,49 | 59.374,65 |
| IRACEMINHA, 06/10/2017 | | | | | | |
| | | | MICHELLE SANTIN | | EMERSON BOF | |
| | | | CONTADOR CRC/SC 028685/O-1 | | CONTROLADOR INTERNO | |

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTE

MICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028685/O-1

EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 14:04:18 - admin

QUADRO SIMPLIFICADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 09/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Quadro Simplificado da Execução Orçamentaria

Mês/Ano : Setembro/2017

Administração Direta

| Débito | | | Crédito | | |
|------------------------------------|------------|-------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita Extra-Orçamentaria | | | Despesa Orçamentária: | | |
| No Mês: | 73.262,34 | | No Mês | 73.709,76 | |
| Até o Mês: | | 678.165,94 | Até o Mês | | 593.628,26 |
| Total do Mês | 73.262,34 | | | | |
| Total: | | 678.165,94 | Despesa Extra Orçamentária: | | |
| | | | No Mês | 6.096,83 | |
| | | | Até o Mês | | 59.679,19 |
| | | | Total do Mês | 79.806,59 | |
| Créditos Adicionais - No Exercício | | | Movimento de Banco (Disponível) | | |
| Título | Aprovado | Dispendido | Título | Débito | Crédito |
| Suplementares: | 798.600,00 | 20.000,00 | Saldo do Mês Anterior : | 31.402,74 | |
| Especiais: | - | 0,00 | Retirado no Mês : | | 79.806,59 |
| Extraordinários: | - | 0,00 | Depósitos do Mês : | 73.262,34 | |
| Diferença (a - d) : | | 778.600,00 | Saldo : | | 24.858,49 |
| | | | Total: | 104.665,08 | 104.665,08 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTE

MICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028685/O-1

EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 14:04:58 - admin

RELAÇÃO DE ORDENS DE PAGAMENTO EMITIDOS - PERÍODO 01/09/2017 ATÉ 30/09/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Página: 112

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/09/2017 até 30/09/2017
Administração Direta

| Ordem | Processo | Nº AF/Proc | Data Emissão | Data Venc. | Vlr. Orden | Anulado | Saldo | Data Pago | Descontos | Liq. Pago | Recurso | Conta | Cheque/Dócto | Doc. Fiscal | Empenho | Funcional | Proj/Ativ | Dct. | Elemento | Credor/Contrato/Divida |
|---|----------|------------|----------------------|------------|---------------|-------------|---------------|-----------|-------------|---------------|---------|-------------|--------------|-------------|---------|-----------------|-----------|------|-----------------------|---|
| Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 127 | | | 04/09/17 | 28/08/2017 | 600,00 | 0,00 | 600,00 | 04/09/17 | 0,00 | 600,00 | | 0000 446935 | 850224 | 73 | | 99 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.30.99.00.00.00 | 1767 - GRAFOPESTE EDITORA GRAFOPASTE EMBALAGENS LTDA ME |
| 128 | | | 04/09/17 | 17/05/2017 | 130,00 | 0,00 | 130,00 | 04/09/17 | 0,00 | 130,00 | | 0000 446935 | 850225 | 13034 | | 63 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.39.12.00.00.00 | 1755 - HD COME SERV DE EQUIP DE INFOR LTDA |
| 129 | | | Total do Dct: | | 730,00 | 0,00 | 730,00 | | 0,00 | 730,00 | | | | | | | | | | |
| 130 | | | 11/09/17 | 06/09/2017 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 11/09/17 | 0,00 | 1.125,00 | | 0000 446935 | 850226 | 106 | | 106 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.14.14.00.00.00 | 1116 - ALDA FATIMA DE MARCO |
| 131 | | | 11/09/17 | 06/09/2017 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 11/09/17 | 0,00 | 1.125,00 | | 0000 446935 | 850227 | 105 | | 105 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.14.14.00.00.00 | 1754 - VALDECIR PITON |
| 132 | | | 11/09/17 | 06/09/2017 | 1.750,00 | 0,00 | 1.750,00 | 11/09/17 | 0,00 | 1.750,00 | | 0000 446935 | 850229 | 104 | | 104 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.14.14.00.00.00 | 1753 - IRACI PASQUALOTTO |
| 133 | | | 11/09/17 | 06/09/2017 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 11/09/17 | 0,00 | 1.125,00 | | 0000 446935 | 850240 | 103 | | 103 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.14.14.00.00.00 | 1072 - CARLINHO LORENZINI |
| 134 | | | 11/09/17 | 06/09/2017 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 11/09/17 | 0,00 | 1.125,00 | | 0000 446935 | 850228 | 102 | | 102 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.14.14.00.00.00 | 1756 - JOSEMAR SIMONATO |
| 135 | | | 11/09/17 | 06/09/2017 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 11/09/17 | 0,00 | 1.000,00 | | 0000 446935 | 850225 | 100 | | 100 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.14.14.00.00.00 | 546 - CLAUDIR DA ROSA |
| 136 | | | 18/09/17 | 02/01/2017 | 140,24 | 0,00 | 140,24 | 18/09/17 | 0,00 | 140,24 | | 0000 446935 | 850231 | 101 | | 101 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.14.14.00.00.00 | 1528 - DELSINYLAND |
| 137 | | | Total do Dct: | | 140,24 | 0,00 | 140,24 | | 0,00 | 140,24 | | | | | | | | | | |
| 138 | | | 22/09/17 | 22/09/2017 | 6.621,00 | 0,00 | 6.621,00 | 22/09/17 | 6.621,00 | 0,00 | | 0000 | | 109 | | 109 01.031-1000 | 2.001 | 1 | 3.1.90.11.01.00.00.00 | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| 139 | | | 22/09/17 | 22/09/2017 | 40.435,35 | 0,00 | 40.435,35 | 22/09/17 | 0,00 | 2.532,90 | | 0000 446935 | 850247 | 109 | | 109 01.031-1000 | 2.001 | 1 | 3.1.90.11.01.00.00.00 | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 1.332,06 | | 0000 446935 | 850246 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 3.003,09 | | 0000 446935 | 850242 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 17.443,16 | | 0000 446935 | 850249 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 2.482,45 | | 0000 446935 | 850245 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 2.482,45 | | 0000 446935 | 850259 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 3.579,72 | | 0000 446935 | 850243 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 2.482,45 | | 0000 446935 | 850248 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 2.482,45 | | 0000 446935 | 850240 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 1.307,31 | | 0000 446935 | 850244 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| | | | | | | | | | | 1.307,31 | | 0000 446935 | 850241 | | | 01.031-1000 | 2.001 | | | 1514 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| 140 | | | 22/09/17 | 22/09/2017 | 9.881,83 | 0,00 | 9.881,83 | 22/09/17 | 0,00 | 9.881,83 | | 0000 446935 | 850245 | 110 | | 110 01.031-1000 | 2.001 | 1 | 3.1.90.13.02.00.00.00 | 735 - INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEG.SOCIAL |
| 141 | | | 22/09/17 | 17/05/2017 | 870,00 | 0,00 | 870,00 | 22/09/17 | 0,00 | 870,00 | | 0000 446935 | 850194 | 174692 | | 62 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.39.08.00.00.00 | 1925 - BETHA SISTEMAS LTDA |
| 142 | | | 22/09/17 | 21/08/2017 | 85,00 | 0,00 | 85,00 | 22/09/17 | 0,00 | 85,00 | | 0000 446935 | 850294 | 5663 | | 95 01.031-1000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.39.99.00.00.00 | 1933 - INFOPOINT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA |
| | | | | | | | | | | | | 0000 446935 | 850258 | 1573 | | 61 01.031-1000 | 2.001 | 4 | 3.3.90.39.99.00.00.00 | 1796 - CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP |

09/10/2017 14:07:59 - admin

Belha Sistemas
Exercício de 2017
Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/09/2017 até 30/09/2017
Administração Direta

| Ordem | Processo | Nº AF/Ato | Data Emiss. | Data Venc. | Vlr. Ordem | Anulada | Saldo | Data Pagto | Descontos | Liq. Pago | Recurso | Conta | Cheque/Doc | Doc. Fiscais | Empenho | Funcional | Proj/Atv | Dot. | Elemento | Credor/Contrato Divida |
|---|----------|-----------|---------------------------|------------|------------------|-------------|------------------|------------|-----------------|------------------|---------|------------|------------|--------------|---------|-----------------|----------|-------------------------|--|------------------------|
| Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 143 | | | 22/09/17 | 02/10/2017 | 144,98 | 0,00 | 144,98 | 22/09/17 | 0,00 | 144,98 | | 0000 44935 | 850253 | 43665430 | | 2 01.031.1000 | 2.001 | 3 3.3.90.39.43.00.00.00 | 1890 - CELESC | |
| 144 | | | 22/09/17 | 28/09/2017 | 4.700,00 | 0,00 | 4.700,00 | 22/09/17 | 0,00 | 4.700,00 | | 0000 44935 | 850193 | 7229 | | 98 01.031.1000 | 2.001 | 3 3.3.90.39.99.00.00.00 | 434 - BRUNATUR AGENC.VAGENS E TURISMO LTDA | |
| 147 | | | 22/09/17 | 02/10/2017 | 220,84 | 0,00 | 220,84 | 22/09/17 | 0,00 | 220,84 | | 0000 44935 | 850271 | 1474 | | 4 01.031.1000 | 2.001 | 3 3.3.90.30.21.00.00.00 | 1593 - SOLAR ALIMENTOS LTDA | |
| 148 | | | 22/09/17 | 15/09/2017 | 330,62 | 0,00 | 330,62 | 22/09/17 | 0,00 | 330,62 | | 0000 44935 | 850251 | 1474 | | 108 01.031.1000 | 2.001 | 3 3.3.90.30.07.00.00.00 | 1593 - SOLAR ALIMENTOS LTDA | |
| 149 | | | 22/09/17 | 15/09/2017 | 550,00 | 0,00 | 550,00 | 22/09/17 | 0,00 | 550,00 | | 0000 44935 | 850256 | 151 | | 107 01.031.1000 | 2.001 | 3 3.3.90.39.99.00.00.00 | 1765 - EVANIO JOSÉ STRING | |
| 145 | | | Total do Dia: | | 64.119,62 | 0,00 | 64.119,62 | | 6.621,00 | 57.498,62 | | 0000 44935 | 850251 | 1657 | | 111 01.031.1000 | 2.001 | 3 3.3.90.30.16.00.00.00 | 1717 - JAHNKE & CIA LTDA | |
| | | | Total do Dia: | | 258,90 | 0,00 | 258,90 | 25/09/17 | 0,00 | 258,90 | | | | | | | | | | |
| 146 | | | 27/09/17 | 22/09/2017 | 86,00 | 0,00 | 86,00 | 27/09/17 | 0,00 | 86,00 | | 0000 44935 | 850264 | 53 | | 112 01.031.1000 | 2.001 | 3 3.3.90.39.99.00.00.00 | 1735 - CRISTIANO CORREA | |
| | | | Total do Dia: | | 86,00 | 0,00 | 86,00 | | 0,00 | 86,00 | | | | | | | | | | |
| | | | Total da Entidade: | | 73.709,76 | 0,00 | 73.709,76 | | 6.621,00 | 67.088,76 | | | | | | | | | | |
| | | | Total do Período: | | 73.709,76 | 0,00 | 73.709,76 | | 6.621,00 | 67.088,76 | | | | | | | | | | |

IRACEMINHA, 06/10/2017

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTE

MICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028885/O-1

EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 14:07:59 - admin

RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR EM 31 DE DEZEMBRO 09/2017

Betha Sistemas

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Relação de Restos a Pagar Inscritos em 31 de Dezembro - Anexo TC 18

| Número | Data | Nome do credor | Valor |
|----------|------------|--|-----------|
| EMPENHOS | | | |
| 2 | 02/01/2017 | CELESC | 296,78 |
| 3 | 02/01/2017 | BRASIL TELECOM S.A. | 526,51 |
| 4 | 02/01/2017 | SOLAR ALIMENTOS LTDA | 358,70 |
| 5 | 02/01/2017 | MERCADO LUAR | 546,33 |
| 6 | 02/01/2017 | MAQUIELA PASQUALOTTO ME | 657,91 |
| 7 | 02/01/2017 | ADEMAR JAHNKE ME | 3.000,00 |
| 14 | 27/01/2017 | BETHA SISTEMAS LTDA | 320,00 |
| 61 | 17/05/2017 | CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIP | 280,00 |
| 62 | 17/05/2017 | BETHA SISTEMAS LTDA | 3.480,00 |
| 63 | 17/05/2017 | HD COM E SERV DE EQUIP DE INFOR LTDA | 390,00 |
| 65 | 23/06/2017 | FOLHA DE PAGAMENTO | 45.395,27 |
| 93 | 21/08/2017 | BETHA SISTEMAS LTDA | 920,00 |
| 94 | 21/08/2017 | BETHA SISTEMAS LTDA | 666,40 |
| Total: | | | 56.837,90 |

06/10/2017 14:02:22 - admin

RELAÇÃO E EMPENHOS EMITIDOS 09/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Página: 1/1
Período de 01/09/2017 até 30/09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Relação de Empenhos Emitidos

| Empenho | Tipo | Processo | Nº da AF/Ano | Data | Vlr. Empenho | Anulado | Liquidado | Pago | A pagar | Conta | Funcional | Recurso | Pro/At | Dot. | Elemento | Credor/Contrato de Divida |
|--|------|----------|--------------|-------|--------------|---------|-----------|-----------|---------|-------|------------|---------|--------|------|-----------------------|--|
| Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 100 | O | | | 06/09 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 546 - CLAUDIR DA ROSA |
| 101 | O | | | 06/09 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1628 - DEL SIN/LAND |
| 102 | O | | | 06/09 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1756 - JOSEMAR SIMONATO |
| 103 | O | | | 06/09 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1072 - CARLINHO LORENZINI |
| 104 | O | | | 06/09 | 1.750,00 | 0,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1753 - IRACI PASQUALOTTO |
| 105 | O | | | 06/09 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1754 - VALDECIR PITON |
| 106 | O | | | 06/09 | 1.125,00 | 0,00 | 1.125,00 | 1.125,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1116 - ALDA FATIMA DE MARCO |
| Total do Dia: | | | | | 8.375,00 | 0,00 | 8.375,00 | 8.375,00 | 0,00 | | | | | | | |
| 107 | O | | | 15/09 | 550,00 | 0,00 | 550,00 | 550,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1765 - EVANIO JOSÉ STRING |
| 108 | O | | | 15/09 | 330,62 | 0,00 | 330,62 | 330,62 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1583 - SOLAR ALIMENTOS LTDA |
| Total do Dia: | | | | | 880,62 | 0,00 | 880,62 | 880,62 | 0,00 | | | | | | | |
| 109 | O | | | 22/09 | 47.056,35 | 0,00 | 47.056,35 | 47.056,35 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 1 | 3.1.90.00.00.00.00.00 | 1614 - FOLHA DE PAGAMENTO |
| 110 | O | | | 22/09 | 9.881,83 | 0,00 | 9.881,83 | 9.881,83 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 1 | 3.1.90.00.00.00.00.00 | 735 - INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEG.SOCI/ |
| 111 | O | | | 22/09 | 258,90 | 0,00 | 258,90 | 258,90 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1717 - JAHNKE & CIA LTDA |
| 112 | O | | | 22/09 | 86,00 | 0,00 | 86,00 | 86,00 | 0,00 | 44935 | 01.031.100 | 0000 | 2.001 | 3 | 3.3.90.00.00.00.00.00 | 1735 - CRISTIANO CORREA |
| Total do Dia: | | | | | 57.283,08 | 0,00 | 57.283,08 | 57.283,08 | 0,00 | | | | | | | |
| Total da Entidade: | | | | | 66.538,70 | 0,00 | 66.538,70 | 66.538,70 | 0,00 | | | | | | | |
| Total do Período: | | | | | 66.538,70 | 0,00 | 66.538,70 | 66.538,70 | 0,00 | | | | | | | |

IRACEMINHA, 06/10/2017

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTE

MICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028685/O-1

EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 14:07:18 - admin

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ART. 165/CF - 09/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2017

5º bimestre

| Especificação | Previsto/Fixado | Acumulado até 08/2017 | Bimestre Set/Out/2017 | Total até Out/2017 |
|--|-----------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|
| DESPESAS | | | | |
| Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA | | | | |
| CAMARA DE VEREADORES | 798.600,00 | 583.927,46 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| Total da Entidade: | 798.600,00 | 583.927,46 | 66.538,70 | 650.466,16 |
| TOTAL DA DESPESA : | 798.600,00 | 583.927,46 | 66.538,70 | 650.466,16 |

IRACEMINHA, 06/10/2017

IRACI PASQUALOTTO
PRESIDENTE

MICHELLE SANTIN
CONTADOR CRC/SC 028685/O-1

EMERSON BOF
CONTROLADOR INTERNO

06/10/2017 13:58:22 - admin

VERIFICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 09/2017

Betha Sistemas

Ano de 2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Termo Geral de Disponibilidade Financeira

Ao(s) Trinta e Um dias do mês de Dezembro de 2017, a(o) CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA procedeu a verificação das disponibilidades financeiras existentes no Caixa e nos Bancos, conforme abaixo especificado:

| Código | Conta | Título da Conta | Fonte | Agência | Banco | Saldo Ant. | Débitos | Créditos | Saldo Atual |
|----------------------|----------|------------------------|----------|---------|----------------|------------|------------|------------|-------------|
| Outros | | | | | | | | | |
| 44935 | 30.016-0 | Camara Mun. Vereadores | 30.016-0 | 0133 | 5424-0 BB BESC | 0,00 | 616.390,07 | 591.531,58 | 24.858,49 |
| Total Outros: | | | | | | 0,00 | 616.390,07 | 591.531,58 | 24.858,49 |
| TOTAL GERAL: | | | | | | 0,00 | 616.390,07 | 591.531,58 | 24.858,49 |

O montante de recursos encontrados, perfazem a quantia de R\$ 24.858,49 (vinte e quatro mil oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos), que após conferidos, fizeram constar do presente termo, que vai ser por todos assinado.

Resumo das Fontes de Recurso

| Aplicação | Valor Estimado |
|---|----------------|
| Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA | |
| 0133 Recursos Ordinarios - Orçamentos Municipais | 24.858,49 |
| Total da Entidade: | 24.858,49 |
| Total da Geral: | 24.858,49 |

09/10/2017 14:05:57 - admin

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 31/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2017

OBJETO: Contratação de empresa para realização de palestra-show para o programa Formação Continuada de Professores (meta 13) do Plano Municipal de Educação.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: MOTIVA TREINAMENTO LTDA ME

VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Irani, SC, 09 de outubro de 2017.

SÍLVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

Irati

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2017 - INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS DA LEI MUNICIPAL Nº 966/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRATI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE IRATI, Estado de Santa Catarina através do seu Prefeito Municipal Senhor NEURI MEURER, TORNA PÚBLICO que a partir do dia 10 de outubro de 2017, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo os documentos para o credenciamento de interessados no objeto do Edital de Credenciamento nº 004/2017, do Município de Irati, para interessados em receber os incentivos fiscais e econômicos de acordo com a Lei Municipal nº 966, de 03/10/2017, conforme especificado neste Edital e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Recursos Humanos do Município de IRATI, SC, Rua João Beux Sobrinho, nº 385, fone (049) 33490010 e e-mail: irati@irati.sc.gov.br, ou pessoalmente, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Irati - SC, 06 de outubro de 2017.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017, TP Nº 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que anulou a Tomada de Preços nº 005/2017, para contratação de empresa para revitalização do Belvedere Dona Roma, de acordo com os projetos e memorial descritivo. O aviso de revogação encontra-se disponível no site www.ita.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9510.

Itá SC, 06 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017, TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 25 de outubro de 2017, visando a contratação de empresa para revitalização do Belvedere Dona Roma, de acordo com os projetos e memorial descritivo anexo ao Edital. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 25 de outubro de 2017 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 09 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

DECISÃO PREFEITO ANULAÇÃO PL 52

DECISÃO

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de ITÁ-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no que diz respeito à publicidade dada ao Processo Licitatório 052/2017, Edital de Tomada de Preços nº 005/2017 que tem como objeto a contratação de empresa, em regime de empreitada global, regime de execução por preço unitário, para Revitalização do Belvedere Dona Roma, com o concomitante fornecimento de materiais e mão de obra, DECIDE:

Solicitado Parecer Jurídico o mesmo trouxe aos autos o disposto no inciso I do art. 21 da Lei de Licitações, e assim se manifestou:

"O assunto não merece maiores delongas uma vez que a Lei de

Licitações é clara a respeito, senão vejamos o disposto no inciso I do art. 21:

"Artigo 21º - Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez;

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais; (grifo acrescido).

(...)"

(...)

Em detida análise dos autos percebeu-se que a publicação do aviso de licitação no Diário Oficial da União não aconteceu, gerando nulidade a todo o procedimento.

Ante todo o exposto, considerando que o Processo Licitatório 052/2017, Edital de Tomada de Preços nº 005/2017 encontra-se eivado de vício quanto a sua publicidade, esta Assessoria se manifesta pela sua integral anulação, e, por consequência, pela anulação do Contrato Administrativo nº 087/2017 firmado com a então empresa vencedora do certame."

Ante o exposto, adoto como forma de decidir o Parecer Jurídico emitido nestes autos pelos seus próprios fundamentos e, determino a anulação do Processo Licitatório 052/2017, Tomada de Preços 005/2017 juntamente com todos os atos que dele advieram e, ainda, o imediato lançamento de novo Procedimento Licitatório em que se cumpra integralmente as regras de publicidade expostas na Lei de Licitações.

Intime-se!

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá em 05 de Outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

DECRETO N. 061/2017

DECRETO Nº 061/2017, de 01 de setembro de 2017.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.490, de 06 de dezembro de 2016 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 181.147,65 (cento e oitenta e um mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.490, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001 – Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.3424 Aplicações Diretas 39.706,09

2.006 – Manter Atividades de Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.3224 Aplicações Diretas 15.000,00

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.005 – Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

3.3.90.00.00.00.3000 Aplicações Diretas 15.000,00

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

1.012 – Construção de Espaços Esportivos e Recreativos

4.4.90.00.00.00.3089 Aplicações Diretas 18.401,85

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.3000 Aplicações Diretas 27.000,00

3.3.90.00.00.00.3000 Aplicações Diretas 11.039,71

2.052 – Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.3000 Aplicações Diretas 15.000,00

07.05 – Fundo Municipal de Direito do Idoso

2.057 – Manutenção Fundo Municipal de Direitos do Idoso

3.3.90.00.00.00.3824 Aplicações Diretas 40.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

2.007 – Manutenção Atividades do DMER

Suplementação

| | |
|--|----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 5.000,00 |
|--|----------|

Anulação

| | |
|--|----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 5.000,00 |
|--|----------|

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura

Suplementação

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 42.500,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas | 3.000,00 |

Anulação

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 42.500,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas | 3.000,00 |

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissional

Suplementação

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 30.000,00 |
|--|-----------|

Anulação

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 30.000,00 |
|--|-----------|

06.02 – Departamento de Esportes e Lazer

2.021 – Manutenção Atividades Departamento de Esportes

Suplementação

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 25.000,00 |
|--|-----------|

Anulação

| | |
|---|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 15.000,00 |
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 Transf a Instituições | 2.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 8.000,00 |

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.025 – Manutenção Atividades Departamento de Turismo

Suplementação

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 20.000,00 |
|--|-----------|

Anulação

| | |
|---|-----------|
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 Transf a Instituições | 9.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 11.000,00 |

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 – Manutenção Atividades Departamento de Urbanismo

Suplementação

| | |
|--|----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 3.000,00 |
|--|----------|

Anulação

| | |
|--|----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas | 3.000,00 |
|--|----------|

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.490 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.02 – Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

2.023 – Manutenção Atividades Fundo Infância e Adolescência

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1078 Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

Fonte de recursos - 1078– Recursos FIA – Demais Recursos

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.490, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032 – Manter Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.3064 Aplicações Diretas 80.000,00

Art. 5º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 96.700,00 (noventa e seis mil e setecentos reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção Atividades Fundo Municipal de Saúde

Suplementação

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas | 40.000,00 |
|--|-----------|

Anulação

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas | 40.000,00 |
|--|-----------|

2.032 – Manter Programa Saúde da Família Suplementação

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas | 30.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1364 Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1664 Aplicações Diretas | 6.700,00 |

Anulação

| | |
|---|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas | 29.500,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas | 500,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.1364 Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.1664 Aplicações Diretas | 6.700,00 |

Art. 6º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 220.851,80 (duzentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.490 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção Atividades Fundo Municipal de Saúde

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas | 25.000,00 |
|--|-----------|

Fonte de recursos - 1064- Transferência SUS – Atenção Básica

2.032 – Manter Programa Saúde da Família

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas | 86.000,00 |
|--|-----------|

Fonte de recursos - 1064- Transferência SUS – Atenção Básica

2.037 – Manutenção Convênio com Hospitais

| | |
|--|------------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas | 109.851,80 |
|--|------------|

Fonte de recursos - 1064- Transferência SUS – Atenção Básica

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,
01 de setembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 070/2017

DECRETO nº 070/2017, de 02 de Outubro de 2017.

“Designa comissão permanente para coordenar e conduzir Processos Seletivos e Concursos Públicos para contratação de pessoal para as Secretarias Municipais, e dá Outras Providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 69 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º Fica instituída comissão permanente para coordenar e conduzir Processos Seletivos e Concursos Públicos para contratação de pessoal para as Secretarias Municipais.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as seguintes pessoas:

I - VIVIANI VANESSA DEVALLE;

II - JULIANA MÁRCIA SALVI JUNGES;

III - NADIA ANA HENTZ HENZEL;

IV - FRANCIELE BRUNETTO;

V – ELIZABETE JOSEFINA SCALABRIN SGARBOSSA;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 083/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá–SC,
02 de Outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N. 071/2017

DECRETO 071/2017 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

ALTERA DISPOSITIVOS DO ANEXO I DO DECRETO Nº 029 DE 25 DE JUNHO DE 2003 QUE ADOTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA DE PREGÃO E APROVA O REGULAMENTO PARA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica revogado o art. 5º do Anexo I ao Decreto 029 de 25 de junho de 2003;

Art. 2º - O Art. 11 do Anexo I do Decreto 029 de 25 de junho de 2003, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e serão observadas as seguintes regras:

(...)

XIII – sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

(...)”

Art. 3º. O art. 18 do Anexo I do Decreto 029 de 25 de junho de 2003, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18. A Autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.”

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se disposições em contrário, permanecendo inalterados os demais artigos do Anexo I do Decreto 029 de 25 de junho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá,
aos 02 de Outubro de 2017.
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

anulação do Contrato Administrativo nº 087/2017 firmado com a então empresa vencedora do certame.

Salvo Melhor Juízo
Este é o PARECER

Itá/SC, 05 de Outubro de 2017.
ANA CARLA PORN LOPES DA SILVA
Assessora Jurídica
OAB/SC 33.366

PARECER JURÍDICO ANULAÇÃO PL 052

PARECER JURÍDICO

CONSULENTE: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

OBJETO DA CONSULTA: OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL DE LICITAÇÕES JUNTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO QUANDO SE TRATAR DE RECURSOS ADVINDOS DA ESFERA FEDERAL – PROCESSO LICITATÓRIO 052/2017, EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 005/2017

PARECER:

O assunto não merece maiores delongas uma vez que a Lei de Licitações é clara a respeito, senão vejamos o disposto no inciso I do art. 21:

"Artigo 21º - Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez;

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais; (grifo acrescido).

(...)"

Assim, mostra-se obrigatória a publicação do aviso no Diário Oficial da União para realização de tomada de preços, qualquer que seja o objeto, em contratações financiadas com recursos repassados pela União.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho, em seu Livro Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2008, p. 239, assim se manifestou:

"A definição do Diário Oficial em que deverá ocorrer a publicação faz-se na função da órbita política que promover a licitação. No entanto, quando a futura contratação envolver verbas federais ou garantias prestadas por instituições federais, deverá ocorrer a divulgação tanto no Diário Oficial da União quanto no órgão de imprensa oficial da "respectiva unidade federativa"-

Em detida análise dos autos percebeu-se que a publicação do aviso de licitação no Diário Oficial da União não aconteceu, gerando nulidade a todo o procedimento.

Ante todo o exposto, considerando que o Processo Licitatório 052/2017, Edital de Tomada de Preços nº 005/2017 encontra-se eivado de vício quanto a sua publicidade, esta Assessoria se manifesta pela sua integral anulação, e, por consequência, pela

Itaiópolis

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2017 - CMAS

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 769/2017 e Decisão Plenária em Reunião Ordinária realizada no dia 20 de Setembro de 2017, que instituiu a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral através da Resolução CMAS nº 008/2017, qual também aprovou o Regimento Interno, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS faz saber que estarão abertas as inscrições para a eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil, para o biênio 2017/2019. A eleição se realizará no dia 16 de Outubro de 2017, no período das 14h00min às 16h30min, na sede do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, situado à Rua Antônio Daudt Loures, s/n, Bairro Vila Nova, em Itaiópolis/SC. Poderão participar do processo candidatos e eleitores dos seguintes segmentos, conforme condições expressas no Regulamento da Eleição - Resolução CMAS n.º 009/2017, em anexo: I – Entidades com inscrições válidas no Conselho Municipal de Assistência Social de Itaiópolis - SC; II - Representantes de Usuários e Organizações de Usuários; III – Representantes de Organizações de Trabalhadores do Setor. Os representantes dos segmentos supracitados poderão ser candidatos e votantes, desde que credenciados junto à Secretaria Executiva do CMAS e habilitados pela Comissão Organizadora do Processo Eleitoral. O credenciamento de eleitores e registro de candidaturas dos segmentos da Sociedade Civil serão realizados no período de 27 de setembro a 11 de outubro de 2017, no horário das 09h às 11h e das 14h às 16h, junto à Secretaria Executiva do Conselho, situada na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, Rua Paulo Klodzinski, 580, Centro de Itaiópolis – SC. Todas as informações referentes ao processo eleitoral estarão disponíveis no sítio eletrônico: www.itaiopolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 27 de setembro de 2017. Abigail de Oliveira Presidente do CMAS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PR 26/2017

Resultado do Pregão Presencial Nº 26/2017. Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S-10) para uso dos veículos da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, quando em viagem ao Município de Florianópolis/SC, transportando pacientes encaminhados para tratamento especializado de Média e Alta Complexidade onde a capacidade normal de combustível dos mesmos não é suficiente para terminar o percurso. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis. Contratada: Posto Galo Ltda. Valor R\$ 38.790,00 (Trinta e oito mil e setecentos e noventa reais). Vigência: 04 de agosto de 2017. Itaiópolis, 06/10/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

ERRATA Nº1 PROCESSO Nº 137 / 2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.089.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE PORTAS DE FERRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

Processo nº 137 / 2017

Pregão Presencial nº. 04.089.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de portas de ferro para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital nº. 04.089.2017.

ERRATA Nº1

ONDE SE LÊ:

| ITEM | QNT | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. MÁXIMO | VALOR TOTAL. MÁXIMO |
|------|-----|------|--|--------------------|---------------------|
| 1 | 1 | und | PORTA DE FERRO (RUA 211) 193 X 218 (DIREITA PARA FORA) | R\$978,86 | R\$978,86 |

LEIA-SE:

| ITEM | QNT | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. MÁXIMO | VALOR TOTAL. MÁXIMO |
|------|-----|------|--|--------------------|---------------------|
| 1 | 1 | und | PORTA DE FERRO (RUA 211) 093 X 218 (DIREITA PARA FORA) | R\$978,86 | R\$978,86 |

A data de entrega e abertura dos envelopes permanece a mesma, às 15:00 (quinze) horas do dia 10 de outubro de 2017.

Maiores informações através do telefone (047) 3268-8009 ou email compras@itapema.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Itapema, 06 de outubro de 2017.

JOÃO LUIS EMMEL

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3.683, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITAPEMA A FILIAR-SE E CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM

Lei nº 3.683, de 06 de outubro de 2017

Autoriza o Município de Itapema a filiar-se e contribuir financeiramente com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica o Município de Itapema autorizado a filiar-se à Federação Catarinense de Municípios – FECAM, portadora do CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1546 - Estreito, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e manter em dia as contribuições financeiras mensais, aprovadas em assembleia geral da entidade.

Art. 2º Fica autorizado o Município a contribuir mensalmente para a FECAM, na forma prevista em seu estatuto social, objetivando assegurar os seus direitos e deveres de associado.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento da Administração Direta.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 06 de outubro de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.684, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

Lei nº 3.684, de 06 de outubro de 2017

Altera a Lei nº 3003, de 05 de dezembro de 2011, que institui o Imposto Sobre Serviços - ISS, no Município de Itapema – SC, revoga o inciso III do art. 6º da Lei nº 2520, de 5 de setembro de 2007 e revoga integralmente as Leis nº 2888, de 27 de agosto de 2010, Lei nº 3126, de 20 de janeiro e 2013, Lei nº 3193, de 24 de junho de 2013 Lei nº 3205, de 5 de julho de 2013 e a Lei nº 3511, de 23 de dezembro de 2015.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Ficam alterados os artigos, parágrafos, incisos e alíneas da Lei nº 3003, de 05 de dezembro de 2011 – Institui o Imposto sobre Serviços – ISS, no Município de Itapema - SC, conforme as seguintes redações:

Art. 5º ...

...

II - os serviços prestados por sociedades civis, sem fins lucrativos, de utilidade pública reconhecida, destinados ao exercício de suas atividades culturais, recreativas, desportivas e de assistência social, nos termos da lei;

...

Art. 6º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

...

X - florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quais meios, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16, da Lista de Serviços;

...

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02, da Lista de Serviços;

...

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelos subitens 16.01 e 16.02, da Lista de Serviços;

...

Art.28. ...

§1º Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.16, 17.19 e 17.20 da Lista de Serviços forem prestados por sociedades não personificada, o imposto será calculado por meio de importâncias fixas na forma do caput, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

...

Art. 29. O imposto poderá ser fixado a critério da autoridade fiscal, a partir de base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

...

§ 3º A autoridade competente levará em consideração para fixar a estimativa, conforme o caso e a seu critério:

...

Art. 30. A base de cálculo pelo regime de estimativa quando se tratar de obra de construção civil, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição, referida nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços, poderá ser efetuada por aferição indireta.

§1º Revogado

I – Revogado

II – Revogado

III – Revogado

IV - Revogado

§2º Revogado

§3º Revogado

§4º Revogado

§5º A aferição indireta será apurada antes da concessão do Alvará de Habite-se.

§6º Na hipótese do §5º, a apuração da base de cálculo será disciplinada por Instrução Normativa emitida pelo Secretário de Finanças.

§7º O contribuinte sujeito a estimativa de apuração da base de cálculo por aferição indireta, poderá formalizar a sua aceitação ao regime de forma irrevogável.

...

Art. 32. O arbitramento será fixado a critério da autoridade fiscal competente, e considerando em rol exemplificativo os seguintes elementos:

...

§4º As hipóteses de arbitramento quando se tratar de obra de construção civil, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição, referida nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços, observará o disposto no artigo 30 desta Lei.

§5º A utilização dos incisos no arbitramento não necessariamente seguirá a ordem dos incisos, se justificado.

...

Art.36. ...

...

§ 1º Terão redução de cinquenta por cento (50%) dos valores previstos na Tabela citada no caput, os profissionais autônomos com até dois (02) anos de habilitação para o exercício da profissão.

...

Art. 38. O lançamento do ISS para os contribuintes sujeitos à tributação fixa, de acordo com esta Lei, será de ofício pela autoridade fazendária, mensalmente, no início de cada mês de competência ou no início das atividades de prestação de serviços, sendo o caso.

...

Art. 42. ...

...

§2º - Revogado

...

Art.43. ...

...

§ 1º O prazo para pagamento do ISS na tributação variável dar-se-á no dia 10 do mês seguinte ao da competência.

§ 2º Nos casos de tributação fixa o ISS será pago no dia 10 do mês de competência, de acordo com a Tabela do Anexo II desta Lei.

§ 3º Quando retido na fonte ou por substituição tributária até o dia dez (10) do mês seguinte ao de referência;

§ 4º Nos demais casos sob o preço dos serviços prestados, apurados mensalmente, até o dia dez (10) do mês seguinte ao de referência.

...

Art. 45. Fica estipulado valor mínimo de seis (06) UFRM para emissão da guia de recolhimento do ISS.

...

Art. 46. Revogado

...

Art. 52. ...

Parágrafo único. A emissão da nota fiscal eletrônica obedecerá ao disposto em Decreto.

...

Art. 57. Os livros fiscais emitidos por processamento eletrônico de dados deverão ser autenticados e rubricados pela Administração Tributária até o último dia útil do mês de abril do exercício seguinte ao dos lançamentos, após a consolidação de todos os períodos do ano a que se referem os lançamentos.

§1º Após a consolidação prevista no caput deste artigo, somente poderá ocorrer correção de lançamentos, por meio de processo administrativo encaminhado à Administração Tributária e com as justificativas dadas pelo contribuinte.

§2º A Administração Tributária fará a autenticação e rubrica dos livros fiscais, a partir do mês de abril de cada ano, fazendo-o de forma eletrônica por meio de senha de acesso e podendo de ofício consolidar os livros fiscais.

§3º No caso da aplicação do parágrafo anterior, não ocorre a necessidade de o contribuinte de trazer fisicamente os livros fiscais para efetuar a autenticação pela Administração Tributária.

...

Art.58. ...

...

§4º Quando se tratar de Nota Fiscal Eletrônica, o disposto no caput deste artigo não será aplicado, sendo regulamentado os procedimentos referentes à Nota Fiscal eletrônica por Decreto.

...

Art. 64. ...

...

§3º O pagamento ou parcelamento da diferença do imposto apurado, no prazo de trinta dias (30) da data da ciência do auto de infração, implicará em um desconto de trinta por cento (30%) do valor da multa.

§4º O pagamento da diferença do imposto apurado até quinze dias (15) de ciência da decisão de primeira instância implicará em um desconto de vinte por cento (20%) do valor da multa.

...

Art.65....

...

§1º O pagamento ou parcelamento da diferença do imposto apurado, no prazo de trinta dias (30) da data da ciência do auto de infração, implicará em um desconto de trinta por cento (30%) do valor da multa.

§2º O pagamento da diferença do imposto apurado até quinze dias (15) de ciência da decisão de primeira instância implicará em um desconto de vinte por cento (20%) do valor da multa.

...

Art. 69. Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções, emendas ou rasuras, que dificultem a verificação pelo Fisco.

MULTA: 10 UFRM por infração, limitado a 250 UFRM.

Parágrafo único. Revogado.

...

Art. 69-A. Emitir documento que dificulte ou que impeça a fiscalização pelo Fisco, ou registrar operação consignando declaração falsa de forma dolosa.

MULTA: 10 UFRM por documento fiscal, limitado a 500 UFRM por mês de competência do documento fiscal.

...

Art. 72...

...

MULTA: 500 UFRM

...

Art. 74. Possuir, guardar ou utilizar documentos fiscais físicos ou eletrônicos:

...

MULTA: 20 UFRM por documento fiscal, não podendo ser superior a 500 UFRM.

...

Art. 75...

...

MULTA: 500 UFRM

...

Art. 77...

...

MULTA: 500 UFRM

...

Art. 78...

...

MULTA: 250 UFRM

...

Parágrafo único: Revogado

...

Art. 79. Deixar de apresentar no prazo estabelecido pela autoridade competente, os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias.

MULTA: 500 UFRM por Intimação não cumprida.

...

Art. 80...

...

MULTA: 500 UFRM

Art. 2º Altera o Anexo I que trata da Lista de Serviços e Alíquotas da Lei 3003, de 05 de dezembro de 2011.

Art. 3º Fica revogado o inciso III do art. 6º da Lei nº 2520, de 5 de setembro de 2007.

Art. 6º ...

III – Revogado.

Art. 4º As sociedades civis que não se enquadrarem no inciso II do artigo 5º desta Lei, terão até o dia 31 de julho de 2018 para se adequar aos critérios estabelecidos.

Art. 5º Esta Lei revoga integralmente as Leis:

I – Lei nº 2888, de 27 de agosto de 2010, e seus decretos regulamentares nº 97/2010, nº 62/2011 e nº 03/2012;

II – Lei nº 3126, de 20 de janeiro de 2013;

III – Lei nº 3193, de 24 de junho de 2013;

IV – Lei nº 3205, de 5 de julho de 2013;

V – Lei nº 3511, de 23 de dezembro de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 06 de outubro de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 188/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, DESTINADOS AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 10:00h do dia 20/10/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 06 de outubro de 2017.

Nelson Klein

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 189/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ELETRICISTAS DO MUNICÍPIO E PARA A POLÍCIA MILITAR DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:00h do dia 20/10/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 06 de outubro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ARP 282/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA

Valor : 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 06/10/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 180/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO

PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE ÁGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA AO CONSUMO HUMANO E ANÁLISES DE AMOSTRAS DE EFLUENTES DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

Itapiranga, 6 de Outubro de 2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 126/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: F P ENGENHARIA ELETRICA EIRELI - ME

Valor : 14.120,00 (quatorze mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 05/10/2017 Término: 28/02/2018

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 170/2017

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (12), 1.013.3.3.90.00.00.00.00 (116), 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (190)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA AFERIÇÃO E MENSURAÇÃO DE RESISTÊNCIA ÔHMICA DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS E PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO E PROJETO DE REGULARIZAÇÃO DE SISTEMA PREVENTIVO CONTRA.

Itapiranga, 6 de Outubro de 2017

PORTARIA Nº 136/2017

PORTARIA Nº 136/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Silvano Luis Henkes, matrícula 15258/01, para exercer a função de fiscal das Atas de Registro de Preços nº 276 a 281/2017, firmadas pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2017, para contratação de horas de serviços de máquinas pesadas, destinados a atender as necessidades das secretarias municipais.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução das respectivas atas e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 04 de outubro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Silvano Luis Henkes
Fiscalizador

PORTARIA Nº 137/2017

PORTARIA Nº 137/2017 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Samira De Freitas Bolsi, matrícula nº 14707/01, para exercer a função de fiscal do contrato nº 019/2017 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação nº 029/2017 - FMS, para contratação da Comunidade Terapêutica Monte Moriá, para internação e tratamento do paciente Renato Inacio Vogt.

Art. 2º - A Servidora supracitada compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 4 de outubro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Samira De Freitas Bolsi
Fiscalizadora

PORTARIA Nº 138/2017

PORTARIA Nº 138/2017 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Fernanda Roberta Casagrande, matrícula nº 15065/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 282/2017, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 180/2017, para contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas nas estações de tratamento de água ao consumo humano e análises de amostras de efluentes das estações de tratamento de esgoto.

Art. 2º - A Servidora supracitada compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 06 de outubro de 2017.
JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Fernanda Roberta Casagrande
Fiscalizadora

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 180/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

| Item | Material | Descrição do Material | Marca do Produto | Un.Med. | Qtde Cotada | Descto(%) | Preço Unitário | Preço Total | Situação |
|---|----------|---|---------------------------------|---------|-------------|-----------|----------------|-------------|----------|
| Nr. do Processo: 180/2017 | | | Data da Homologação: 06/10/2017 | | | | | | |
| Fornecedor: 142468 - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA | | | | | | | | | |
| 1 | 76969 | DOSAGENS PARA TRIHALOMETANOS TOTAIS (ANALISE MENSAL) | | UND | 60,000 | 0,0000 | 79,8100 | 4.788,60 | Venceu |
| 2 | 76970 | CONTAGEM DE COLIFORMES TERMOTOLERANTES E CONTAGEM DE E.COLI (ANALISE MENSAL) | | UND | 60,000 | 0,0000 | 32,1100 | 1.926,60 | Venceu |
| 3 | 76974 | ANALISE DE DENSIDADE DE CIANOBACTERIAS (ANALISE MENSAL) | | UND | 60,000 | 0,0000 | 58,3000 | 3.498,00 | Venceu |
| 4 | 76975 | ANALISE DE CIANOTOXINAS (ANALISE MENSAL) | | UND | 60,000 | 0,0000 | 167,5800 | 10.054,80 | Venceu |
| 5 | 76971 | ANALISE DE BACTERIAS HETEROTROFICAS (ANALISE MENSAL) | | UND | 60,000 | 0,0000 | 16,0600 | 963,60 | Venceu |
| 6 | 76972 | PRODUTOS SECUNDARIOS DA DESINFECÇÃO (ANALISE TRIMESTRAL) | | UND | 20,000 | 0,0000 | 268,1300 | 5.362,60 | Venceu |
| 7 | 76973 | ANALISE DE GOSTO E ODO (ANALISE TRIMESTRAL) | | UND | 20,000 | 0,0000 | 21,0400 | 420,80 | Venceu |
| 8 | 80405 | ANALISES DE ÁGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS E RELAÇÃO DE EXAMES CONTIDOS NA PORTARIA 2914/MS/2011. ESSA ANALISE DEVERÁ SER DE FORMA SEMESTRAL E DEVE ABORDAR ANALISES DE SUBSTANCIAS INORGÂNICAS, AGROTÓXICOS, RADIOATIVIDADE, DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DA DESINFECÇÃO. | | UND | 10,000 | 0,0000 | 906,0200 | 9.060,20 | Venceu |
| 9 | 80406 | ANALISES DE EFLUENTE BRUTO DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, TENDO COMO PARÂMETROS: COLIFORMES TERMOTOLERANTES; CONDUTIVIDADE; DBO5; DQO; FOSFORO TOTAL; ÓLEOS E GRAXAS TOTAIS; OVOS VIAVEIS DE HELMINTOS; PH; POTÁSSIO; SÓDIO; SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS; SÓLIDOS SUSPENSOS TOTAIS; TEMPERATURA DA AMOSTRA; TEOR DE CÁLCIO; TEOR DE MAGNÉSIO; OD; CLORETO. | | UND | 24,000 | 0,0000 | 227,6000 | 5.462,40 | Venceu |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

| Item | Material | Descrição do Material | Marca do Produto | Un.Med. | Qtde Cotada | Desccto(%) | Preço Unitário | Preço Total | Situação |
|--|----------|---|------------------|---------|-----------------------|------------|----------------|-------------|----------|
| Nr. do Processo: 180/2017 Licitação: 180/2017 - PR Data da Homologação: 06/10/2017 | | | | | | | | | |
| Fornecedor: 142468 - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA | | | | | | | | | |
| 10 | 80407 | ANÁLISES DE EFLUENTE TRATADO DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, TENDO COMO PARÂMETROS: COLIFORMES TERMOTOLERANTES; CONDUTIVIDADE; DBO5; DQO; FOSFORO TOTAL; NITROGÊNIO TOTAL; ÓLEOS E GRAXAS TOTAIS; OVOS VIAVEIS DE HELMINTOS; PH; POTÁSSIO; SÓDIO; SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS; SÓLIDOS SUSPENSOS TOTAIS TEMPERATURA DA AMOSTRA; TEOR DE CÁLCIO; TEOR DE MAGNÉSIO; OD; CLORETOS. | | UND | 24,000 | 0,0000 | 227,6000 | 5,462,40 | Vencou |
| | | | | | Total do Fornecedor → | | 398,000 | 47,000,00 | |

Itapiranga, 6 de Outubro de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 78/2017 - ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao sexto dia do mês de outubro de 2017, a partir das 15h:00 min, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, DAIANE BATISTA e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 78/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

| Participantes | |
|---|-----------------|
| Empresa | Representante |
| RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME | VALMIR TAVARES |
| TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP | MAICON BAGATOLI |
| P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI ME | NIVALDO DE LIMA |

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Com exceção a empresa TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP que apresentou uma proposta de R\$ 18.360,00 e outra igual de R\$22.616,27, enquanto a empresa RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME concorrente apresentou proposta no valor de R\$ 22.070,00, e a outra empresa concorrente P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI ME cotou apenas dois itens, porém os valores dentro dos preços apresentados pelas demais empresas. Ocorre que ao advertir a empresa o representante presente alegou ter errado que seu preço era muito baixo que não tinha condições de arcar, e o representante da empresa P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI ME alegou que a empresa TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP não apresentou declaração de conhecimento do objeto. A Pregoeira advertiu severamente ambas as empresas e solicitou que o representante da empresa declarasse que conhecia o objeto naquele ato, que o fez em sua proposta. Seguido o mesmo solicitou que o representante da empresa apresentasse justificativa plausível para duas propostas uma baixa e outra mais alta no mesmo envelope, prática esta repudiável pela Pregoeira. Em sequência a pregoeira manifestou-se em tomar medidas cabíveis contra a empresa, porém neste ato o representante presente resolveu por manter sua proposta mais baixa e declarar que entrega objeto, e que por consequência vai arcar com tudo o for necessário para entregar o Município e não

causar-lhe prejuízo. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

| Empresas Vencedoras | Itens/Lotes | Valor Total |
|---|-----------------|---------------|
| TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP | 1, 2, 7, 9 e 10 | R\$ 18.360,00 |

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 06 de outubro de 2017.

| | |
|--|--------------------------|
| FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro | |
| JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro | DAIANE BATISTA Membro |

Licitantes:

| | |
|--|--|
| RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME VALMIR TAVARES | TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP MAICON BAGATOLI |
| P H B JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI ME NIVALDO DE LIMA | |

DECRETO MUNICIPAL Nº 3348/2017, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3348/2017, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia Diretora da Creche Municipal Arco Íris.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada a Sra. Elaine Nunes Burbello no cargo de Diretora da Creche Municipal Arco Íris.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 06 de outubro de 2017.

Itapoá (SC), 05 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3353/2017, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3353/2017, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Exonera Diretor de Esportes, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. Walter Gomes de Almeida do cargo de Diretor de Esportes, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 02 de outubro de 2017.

Itapoá (SC), 04 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3354/2017, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3354/2017, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 43, inciso III da Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais) conforme segue:

Anulação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (209) FR 0101000

..... R\$ 174.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... R\$ 174.000,00

Suplementações:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2090 Manutenção de Unidades Administrativas – SME e CPAE

34490 Aplicações Diretas (200) FR 0101000

..... R\$ 114.000,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2090 Manutenção de Unidades Administrativas – SME e CPAE

33390 Aplicações Diretas (199) FR 0101000

..... R\$ 60.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES
..... R\$ 174.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 04 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3358/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3358/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Estabelece Ponto Facultativo e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 13 de outubro de 2017.

Art. 2º Os departamentos que executem serviços considerados essenciais obedecerão escala de trabalho estipulada pelas respectivas chefias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de outubro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

PORTARIA Nº 001.

Portaria nº 001

De 06 de outubro de 2017

Dispõe sobre Prorrogação de prazo de Notificações.

Rafael Vida Almeida, Secretário de Planejamento e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º Fica suspenso pelo prazo de 30 (trinta) dias todas as notificações realizadas pela Fiscalização de Obras e Posturas embasadas no Artigo 113 da Seção V da LCM nº50/2016 que institui o Código de Posturas do Município de Itapoá;

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – Sc, 06 de outubro de 2017

Rafael Vida Almeida
Secretário de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 1708/2017.

PORTARIA Nº 1708/2017.

De: 02 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Aditamento da Portaria nº 0691/2017 relativo à Lotação;

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditamento por motivo de Readaptação do (a) Servidor (a) RODRIGO HENRIQUE DE SOUZA, matrícula 1269097, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, para trabalho na mesma função adaptado às suas limitações. Mantendo sua Lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Unidade de Saúde Básica Pontal do Norte, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de outubro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 117, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 117, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

Nomeia membros do Conselho Municipal de Turismo - CONTUR.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei nº 2.698, de 11 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, instituído pelo Decreto nº 116/2017:

I - Representantes da Secretaria da Educação:

Titular: Marileusa Lacy Monteiro Borges

Suplente: Ticiane Nienkotter Costa

II - Representantes da Secretaria de Planejamento

Titular: Artur Alexandre Korb

Suplente: Luiz Carlos Hessmann

III - Representantes da Secretaria da Agricultura

Titular: André Rodrigo Klaumann

Suplente: Acássio Clasen

IV - Representantes da Fundação Promotora de Exposições, Feiras e Eventos Turísticos, Culturais e Esportivos de Ituporanga – FEX-PONACE:

Titular: Luciania Franz Eifler

Suplente: Jackson Rodrigo Cardoso dos Santos

V - Representantes da Associação Comercial e Empresarial de Ituporanga - ACEI

Titular: Ricardo Clasen

Suplente: Maria Carolina Madeira

VI - Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL:

Titular: Marcos Roberto Weber

Suplente: Juliano Pottratz

VII - Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Ariete Schutz Luckmann

Suplente: Micaele Bennert

VIII - Representantes do Sindicato Rural:

Titular: Sebastião Rosa

Suplente: Andréia Schmitz Fuck

IX - Representantes da Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga:

Titular: Zenir Schmitz Boing

Suplente: Aloísio May

§ 1º Os membros ora nomeados terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, por igual período;

§ 2º O exercício do mandato de conselheiro do CONTUR não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Ituporanga, 05 de outubro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município de Ituporanga

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

DECRETO Nº 116, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 116, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CONTUR.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei nº 2.698, de 11 de setembro de 2017:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo – CONTUR do Município de Ituporanga, como órgão de aconselhamento e assessoramento do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O Conselho será constituído por 09 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelas entidades que o compõe:

I – 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

II – 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento;

III – 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura;

IV – 01 (um) representante da Fundação Promotora de Exposições, Feiras e Eventos Turísticos de Ituporanga – FEXPONACE;

V – 01 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Ituporanga - ACEI;

VI – 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

VII – 01 (um) representante da Câmara de Vereadores;

VIII – 01 (um) representante do Sindicato Rural;

IX – 01 (um) representante da Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga;

§ 1º Os membros ora nomeados terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, por igual período;

§ 2º O exercício do mandato de conselheiro do CONTUR não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Ituporanga, 05 de outubro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município de Ituporanga

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

EDITAL PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO BRITADOR DESTE MUNICÍPIO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 54/2017

Processo: 72/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUINDO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO BRITADOR DESTE MUNICÍPIO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 24 de outubro de 2017 até as 09h00min horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 24 de outubro de 2017 às 09h30min horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Início para etapa de lances: às 10h00min horas na sala de reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 09 de outubro de 2017 - OSNI FRANCISCO DE FRAGAS - Prefeito do Município

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Contrato Administrativo nº: 153/2017.

Objeto: CONTRATO ADMINISTRATIVO, DE CEDÊNCIA ONEROSA, DE ÁREA DE IMÓVEL RURAL, PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO E MATERIAL DE ATERRAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017.

Contratada: ANTONIO CORADI, inscrita no CPF sob o nº 313.983.839-53.

Jaborá, SC, 06 de outubro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Contrato Administrativo nº: 154/2017.

Objeto: CONTRATO ADMINISTRATIVO, DE CEDÊNCIA ONEROSA, DE ÁREA DE IMÓVEL RURAL, PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO E MATERIAL DE ATERRAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 1.000,00 (mil reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017.

Contratada: AVELINO CUMERLATO, inscrita no CPF sob o nº 347.378.559-87.

Jaborá, SC, 06 de outubro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL 001-2017 - SAMAE JM

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017/SAMAE**

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) DE JACINTO MACHADO**, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo, nos termos do **Decreto SAMAE n.º 009 de 10 de Agosto de 2017**, no uso de suas atribuições legais, e a empresa **AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA** (Através de seu departamento de pesquisas: **PS Concursos**), **TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO** de pessoal para atuação no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e suas respectivas alterações, na forma deste Edital:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.
- 1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado, efetuar seu cadastro e inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.
- 1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo, os conteúdos programáticos, e as atribuições dos cargos, estarão disponibilizadas nos **Anexos I, II e IV**, partes integrantes do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam os requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

ÁREA 1 – TODOS CARGOS

| Nº | Cargo | Nº de Vagas | Carga Horária Semanal | Remuneração (R\$) | Requisitos para o cargo |
|----|-----------------|-------------|-----------------------|-------------------|---|
| 01 | Encanador (ETA) | 02 + CR | 40hs | R\$ 2.028,19 | Ensino Fundamental Completo |
| 02 | Operador de ETA | 04 + CR | 40hs* | R\$ 2.028,19 | Ensino Médio Completo |
| 03 | Contador | 01 + CR | 15hs | R\$ 2.896,65 | Ensino Superior Completo + Inscrição no CRC |

* CR = Cadastro de Reserva

Nota 01: As atribuições dos cargos são as constantes na **Lei nº 837/2017**

Nota 02: Após o preenchimento das vagas existentes no edital, o SAMAE de Jacinto Machado, poderá chamar os candidatos, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que respeitada a lista classificatória.

Nota 03: Para o cargo de “Operador de ETA”, salienta-se que o mesmo exerce jornada prorrogada de 12/36h.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

3.1 INSCRIÇÃO ONLINE

3.1.1 A inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de **09/10/2017 a 23/10/2017**. Para realizar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado
- b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para **DEPÓSITO IDENTIFICADO** também gerado após a inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes neste edital.
- c) Efetuar o **DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NÚMERO DO CPF DO CANDIDATO**, até o dia **24/10/2017 às 12:00h (Meio dia)** referente à taxa de inscrição (**ITEM 3.3**) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: **C/C: 8055-1, AG: 2549-6, Banco nº 237 (Banco Bradesco), Titular: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO/SC.**

3.1.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

3.1.3 O candidato, que possuir deficiência ou não, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita, no formulário de inscrição on-line.

3.1.4 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br, em caso de outras dúvidas o candidato poderá entrar em contato diretamente com o SAMAE no número de telefone: (48) 3535-1090.

3.1.5 As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecidos inverídicos ou falsos.

3.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer de **18 a 24/10/2017, das 08:00h às 13:00h**, na sede do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado, Rua Abílio Tomasi, N 51 - Centro, Jacinto Machado - SC, munido dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Pré-inscrição impresso;
- b) Comprovante de **DEPÓSITO IDENTIFICADO** referente ao valor da inscrição(**original**);
- c) CPF e Carteira de Identidade ou CNH(**original e cópia**);
- d) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado(**original e cópia**);
- e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (**original e cópia**).
- f) Laudo médico, para os candidatos que possuírem deficiência. (**Original**)
- g) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem validação da inscrição por correspondência.

- 3.2.2** O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.
- 3.2.3** O candidato portador de deficiência deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.
- 3.2.4** No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.
- 3.2.5** A validação presencial poderá ser efetuada somente pelo candidato, ou mediante procuração devidamente registrada em cartório.

3.3 VALORES DE INSCRIÇÃO

| CARGO / ESCOLARIDADE | VALOR |
|-----------------------------|-----------|
| Cargos de Nível Fundamental | R\$ 30,00 |
| Cargos de Nível Médio | R\$ 40,00 |
| Cargos de Nível Superior | R\$ 50,00 |

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 3.4.1** É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.
- 3.4.2** As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do endereço eletrônico para realização das inscrições: www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachadonos últimos dias de inscrição on-line.
- 3.4.3** A empresa organizadora do certame e o SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição online motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.5 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 3.5.1** As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia **24/10/2017** e definitiva (após prazo de recursos) no dia **27/10/2017** pela autoridade competente, ambas até as **23h:59min**. O ato de publicação será divulgado no site www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado, onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.
- 3.5.2** No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 4.1** Ter nacionalidade brasileira ou equivalente
- 4.2** Estar no gozo de direitos políticos;
- 4.3** Estar em dia com as obrigações eleitorais.

- 4.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- 4.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no **ITEM II** do presente Edital, na data da contratação.
- 4.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.
- 4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 4.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.
- 4.9 Apresentar Cópia do Título de Eleitor
- 4.10 Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes criminais
- 4.11 Mostrar Carteira de vacinação até 7 anos de idade dos filhos menores de 7 anos e certidão de nascimento.
- 4.12 Mostrar Atestado de Frequência escolar dos filhos maiores de 7 anos
- 4.13 Apresentar Declaração de Imposto de Renda (se houver) ou declaração de bens
- 4.14 Apresentar toda a documentação comprobatória exigida para atender aos requisitos do cargo conforme ITEM 2 deste edital e leis municipais que regulamentam o cargo no SAMAE de Jacinto Machado /SC.
- 4.15 Agendar juntamente a empresa SAMAE e efetuar os exames médicos obrigatórios para o referido cargo com antecedência

5 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de:

- a. **Prova Escrita**, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

5.1 PROVA ESCRITA

5.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

5.1.2.1 Provas todos os cargos.

- a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas, sendo 05 (cinco) questões de português, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de legislação e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos para o cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.
- b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;
- c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;
- d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.2.2 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

5.1.2.3 O peso de cada questão é de **0,5 pontos**.

5.1.2.4 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: **NPE = (NA x 0,5) onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).**

- 5.1.2.5 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.
- 5.1.2.6 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.
- 5.1.2.7 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.
- 5.1.2.8 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

6 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

- 6.1 A prova será realizada no dia **11/11/2017** na **ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JACINTO MACHADO**, situada na avenida Padre Herval Fontanella, 1063, Bairro Centro, em Jacinto Machado/SC.
- 6.2 Os horários das provas serão divulgados até as **23h:59min** do dia **30/10/2017**, no portal www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado, e no site oficial do município www.jacintomachado.sc.gov.br (na opção do menu: Transparência/Concursos).
- 6.3 A prova terá duração máxima de **01 hora e 30 minutos**.
- 6.4 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o **Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente)** e o **Comprovante de inscrição (Facultativamente)**.
- 6.5 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento
- 6.6 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.
- 6.7 As provas terão um prazo mínimo de realização de **30 (trinta) minutos**.
- 6.8 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 6.9 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.
- 6.10 A Equipe Organizadora do Processo Seletivo não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos de candidatos.
- 6.11 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 6.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.
- 6.13 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.
- 6.14 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

- 6.15** Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.
- 6.16** Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.
- 6.17** Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.
- 6.18** Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.
- 6.19** Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.
- 6.20** Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).
- 6.21** Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até **24 horas úteis** após aplicação da prova.
- 6.22** A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.
- 6.23** Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 6.24** A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.
- 6.25** A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.
- 6.26** Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- 6.27** Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 6.28** Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 6.29** Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.
- 6.30** Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas outras dependências do prédio, salvo para os casos devidamente justificados e autorizados pelos organizadores do certame.
- 6.31** Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.
- 6.32** A Comissão e equipe organizadora do certame poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no **ITEM 6** e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

7. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

- 7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no processo seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula: **PONTUAÇÃO FINAL = NOTA OBTIDA NA PROVA**
- 7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:
- a) Obter a maior idade;
 - b) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.
- 7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.
- 7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.
- 7.5 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado, no dia **22/11/2017**.
- 7.6 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado e www.jacintomachado.sc.gov.br, no dia **29/11/2017**.

8. DOS RECURSOS

- 8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:
- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
 - b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.
 - c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.
- 8.2 O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária a devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação por meio de citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.
- 8.3 Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir o formulário próprio para recursos constante no Anexo IV. Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve o item 8.2, o candidato(a) deverá protocolá-lo presencialmente perante ao Departamento Pessoal do SAMAE de Jacinto Machado/SC aos cuidados da Comissão de Processo Seletivo, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.
- 8.4 Na hipótese de impossibilidade do protocolo presencial do Recurso dentro os prazos definidos no Anexo I, é assegurado ao candidato(a) o direito de enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail recursos@processosseletivos.com.br desde que respeitado em seu protocolo os prazos fixados neste Edital
- 8.5 Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados
- 8.6 O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item 8.4 deste edital, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este

fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado no item 3.1.4 deste edital

- 8.7** Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- 8.8** Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.
- 8.9** Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.
- 8.10** No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato, caso necessário, o Cartão Resposta Digitalizado, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.
- 8.11** Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
- 8.12** Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado, conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.
- 8.13** A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

9. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1** Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.
- 9.2** São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.
- 9.3** Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
- 9.4** Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência
- 9.5** Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.
- 9.6** O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição on-line, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.
- 9.7** A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

- 9.8** O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição solicitação de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação
- 9.9** A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.
- 9.10** As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
- 9.11** O candidato que no ato da inscrição, não declarar sua condição de deficiente, não poderá interpor recurso posteriormente relativo a sua condição.
- 9.12** A pessoa com deficiência que não optar no momento da inscrição por disputar as vagas reservadas aos deficientes, não terá direito ao pleito das vagas a elas reservadas.

10. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

10.1 Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:

- a) Desenvolver edital juntamente com a comissão do Processo Seletivo;
- b) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
- c) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
- d) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de inscrições online através de sistemas automatizados e on-line;
- e) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- f) Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo.

10.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:

- a) Elaborar e responder pelo edital;
- b) Conferir, aprovar e publicar o edital;
- c) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- d) Acompanhar e fiscalizar a realização das provas;
- e) Repassar toda documentação e informações do certame à Organizadora do Certame.

11. CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 11.1** Os candidatos aprovados e convocados deverão apresentar exames médicos admissionais e o critério do médico avaliador responsável poderão requisitar exames complementares e emitir parecer de **APTO** ou **NÃO APTO** para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.
- 11.2** O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos do SAMAE de Jacinto Machado/SC, situada a Rua Abílio Tomasi, Nº 51, Bairro Centro com a documentação necessária à sua admissão, composta por:
- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
 - b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
 - c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 - d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;

- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) (uma) foto 3x 4 recente;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 12.2** Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.
- 12.3** Será excluído do certame o candidato que:
- a) Faltar a qualquer uma das fases do Processo Seletivo;
 - b) Não pontuar na prova objetiva;
 - c) Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
 - d) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
 - e) For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
 - f) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- 12.4** O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais de Jacinto Machado/SC.
- 12.5** Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.
- 12.6** A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.
- 12.7** O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.
- 12.8** O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Equipe Organizadora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

- 12.9** É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.
- 12.10** O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos do SAMAE de Jacinto Machado/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.
- 12.11** Os casos omissos serão resolvidos pela empresa organizadora do certame e pela Comissão do Processo Seletivo.
- 12.12** O presente Edital estará disponibilizado no respectivo endereço eletrônico www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado, e no site oficial do município: www.jacintomachado.sc.gov.br (Na opção do menu: Transparência/Concursos).
- 12.13** O candidato que escolher uma vaga real apresentada para concurso público terá seu contrato rescindido no momento em que o efetivo (titular ou designado) for chamado para assumir a respectiva vaga.
- 12.14** O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado.
- 12.15** Não havendo mais candidatos inscritos para as vagas, serão admitidos profissionais selecionados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE.
- 12.16** O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, através da Comissão nomeada pelo SAMAE e terá validade de um ano, prorrogável por mais um ano, a partir da data de publicação da classificação final do certame.
- 12.17** Faz parte deste edital o **Anexo I** – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.
- 12.18** Faz parte deste edital o **Anexo II** – Dos Conteúdos Programáticos.
- 12.19** Faz parte deste edital o **Anexo III** – Do formulário para recurso.
- 12.20** Faz parte deste edital o **Anexo IV** – Das Atribuições dos Cargos.
- 12.21** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
- 12.22** Revogam-se as disposições em contrário.

JACINTO MACHADO/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

ALICE APARECIDA DE JESUS
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017/SAMAE**, a data, o local e o horário da prova.

LAUDIR POSSAMAI
Diretor Geral do SAMAE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N°001/2017/SAMAE**

**ANEXO I
CRONOGRAMA DO PROCESSO**

| Cronograma | Data |
|---|--|
| Publicação do Edital 001/2017/SAMAE | 06/10/2017 |
| Período de Inscrições Online | 09a 23/10/2017 |
| Período de Validação das Inscrições | 18 a 24/10/2017 <i>Das 08:00h as 13:00h</i> |
| Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas | 24/10/2017 até as 23h:59min |
| Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições | 25 a 26/10/2017 <i>Das 08:00h as 13:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico</i> |
| Homologação Definitiva das Inscrições | 27/10/2017 até as 23h:59min |
| Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita | Até 30/10/2017 as 23h:59min |
| Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial | 11/11/2017 |
| Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita | 13 a 14/11/2017 <i>Das 08:00h as 13:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico</i> |
| Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial) | 22/11/2017 (até as 23h:59min) |
| Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas | 23 a 24/11/2017 <i>Das 08:00h as 13:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico</i> |
| Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo | 29/11/2017 (até as 23h:59min) |

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Oshorários das provas serão divulgados até o dia **30/10/2017**, no portal www.processosseletivos.com.br/samaejacintomachado, e no site www.jacintomachado.sc.gov.br.

A prova terá duração máxima de **01 hora e 30 minutos**.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do **Documento Original com Foto**.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação **do comprovante de validação de inscrição** em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de **30 (trinta) minutos**.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

JACINTO MACHADO/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

ALICE APARECIDA DE JESUS

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o **ANEXO I** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017/SAMAE**, a data, o local e o horário da prova.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor Geral do SAMAE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017/SAMAE**

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

1. CONHECIMENTOS GERAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para cargos de nível fundamental

Leitura e interpretação de textos. 2. Ortografia. 3. Fonemas e Letras; 4. Flexões e emprego de classes gramaticais; 5. Concordância nominal e verbal. 6. Acentuação gráfica; 7. Linguagem Formal e informal. 8. Separação Silábica; 9. Formação de Palavras: aglutinação, justaposição e derivação; 10. Tempos e conjugações Verbais; 11. Tipos de Discurso; 12. Grafia correta de palavras; 13. Emprego e classificação dos numerais. 14. Emprego de maiúsculas e minúsculas; 15. Pontuação.

Para Cargos de nível Médio e Superior

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; 6. Funções da linguagem, 7. Concordância nominal e verbal; 8. Ortografia oficial; 9. Acentuação gráfica; 10. Emprego do sinal indicativo de crase; 11. Pontuação; Emprego e descrição das classes de palavras; 12. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 13. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 14. Fonética e Fonologia; 15. Fonema e Letra; 16. Ortografia; 17. Recursos sonoros; 18. Vícios de linguagem; 19. Lexicologia; 20. Polissemia; 21. Sinônimos e antônimos; 22. Homônimos e parônimos; 23. Morfologia; 24. Estrutura das palavras; 25. Formação das palavras; 26. Neologismos e Estrangeirismos; 27. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 28. Vozes verbais e sua conversação; 29. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.

2. CONHECIMENTOS GERAIS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Para todos os cargos

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação oficiais impressos ou digitais.

3. CONHECIMENTOS GERAIS DE LEGISLAÇÃO

Para todos os cargos

1. Lei Municipal n. 837/2017 que institui o plano de cargos de provimento permanente do Serviços Autônomo de Água e Esgoto (SAMAEE), cria cargos de provimento em comissão, fixa os vencimentos e dá outras providências; 2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; 3. Constituição do Estado de Santa Catarina; 4. Lei nº 22/1979 lei de criação do SAMAEE; 5. Lei Nº 245, de 20 de Março de 2000 Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacinto Machado.

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (a cada Cargo).

Encanador (ETA)

1. Interpretação de desenhos básicos de redes de água e esgoto. 2. Instalação, manutenção e reparos em tubulação de ferro cobre, PVC e cerâmicas. 3. Instalação dos vários tipos de conexões, passagens e caixas de redes de água e esgoto. 4. Conhecimento de ferramentas manuais, elétricas e outras usadas na profissão. 5. Noções Básicas de metrologia; 6. Noções Básicas de Soldagem e Oxicorte. 7. Ferramentas e Acessórios-Amarração e Movimentação de Cargas. 8. Montagem e Desmontagem de Tubulação Industrial. 9. Conceito de Tubo; 10. Tabela de Espessura de Tubos. 11. Água fria - sistemas e componentes. 12. Economia de água. 13. Hidrometria - processos de medidas hidráulicas. 14. Instalações prediais de água pluvial. 15. Noções sobre normas de segurança no trabalho. 16. Uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). 17. Lei Municipal 837 de 9 de maio de 2017; 18. Atribuições inerentes a função.

Operador de ETA

1. Portaria 2.914, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade; 2. Decreto 5.440, de 4 de maio de 2005; 3. Lei Municipal 837 de 9 de maio de 2017; 4. Técnicas de laboratório; 5. Manual de Operações de Estações de Tratamento de Água – ETAs; 6. Química Geral; 7. Físico-Química; 8. Análises físico-químicas de amostra de água; 9. Portaria n.º 518 do Ministério da Saúde; 10. Produtos químicos utilizados no tratamento de água e suas concentrações; 11. Vazão de bomba dosadora de produtos químicos; 12. Volume cúbico de água de reservatórios; 13. Tratamento de Água de Abastecimento: fontes de água; 14. Noções básicas sobre saneamento: qualidade e abastecimento de água; 15. Conhecimento dos produtos utilizados para tratamento de água. 16. Tipos de mananciais e formas de captação de água para abastecimento doméstico. 17. Noções a respeito do tratamento de água para consumo humano. 18. Análises de rotina em estações de tratamento de água (ETAs) tais como: pH, turbidez, cloro residual livre, flúor e cor aparente. 19. Ensaio de coagulação/floculação/“Jar Test” e interpretação de resultados. 20. Processos de tratamento de água empregados em uma ETA: coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção, fluoretação, aeração; mistura; flotação; filtração rápida e lenta; 21. Análises da água; 22. Lavagem dos filtros; 23. Atribuições inerentes a função; 24. Noções sobre normas de segurança no trabalho. 25. Economia de água.

Contador

1. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP, 2. Resoluções CFC nº 1.128, nº 1.129, nº 1.130, nº 1.131, nº 1.132, nº 1.133, nº 1.134, nº 1.135, nº 1.136 e nº 1.137, 3. Resolução CFC nº 1.111, 4. Resolução CFC nº 366/2011. 5. DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - Portaria STN 634/2013, Portaria STN 86/2014. 6. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF): principais conceitos, integração entre o Planejamento e o Orçamento Público, transferências e destinações de recursos públicos, endividamento público, gestão patrimonial, medidas de transparência e controle da gestão pública, elaboração dos demonstrativos do Anexo de Riscos Fiscais e de Metas Fiscais, do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida, Alienação de Bens, Operações de Crédito, Limites. 7. Princípios básicos de contabilidade: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; Plano de Contas Simplificado; 8. Balancete: movimentação das contas, apuração de saldos, contas patrimoniais e de resultado; 9. Escrituração; 10. Operações com Mercadorias: Estoques e Apuração de Custos; 11. Análise e interpretação das

demonstrações contábeis e análise por meio de índices. 12. Noções básicas sobre direito tributário: Sistema Tributário Nacional; Competência Tributária da União, dos Estados e dos Municípios; 13. Tributo: conceito, espécies, impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições sociais ou para fiscais. 14. Fundamentos básicos de auditoria: Auditoria Contábil; Auditoria de Gestão e Operacional; 15. Normas Profissionais do Auditor Interno – NBC P 3; 16. Normas Técnicas da Auditoria Interna – NCB T 12; 17. Normas Relativas ao parecer; 18. Relatórios de Auditoria Interna; 19. Finalidades e objetivos da Auditoria Governamental. 19. Noções sobre princípios orçamentários e contábeis: Plano Plurianual; 20. Lei de Diretrizes Orçamentárias; 21. Lei Orçamentária Anual; 22. Lei de Responsabilidade Fiscal; 23. Lei 4.320/64 – Contabilidade Pública. 24. Elaboração e avaliação de fluxo de caixa: Receitas; Contas a Receber; Contas a Pagar; Desembolso – Custeio/Investimento; Custo Fixo; Custo Variável. 25. Lei Municipal 837 de 9 de maio de 2017; 18. Atribuições inerentes a função.

NOTA: Para as questões de legislação, em qualquer âmbito, serão consideradas apenas as publicações oficiais publicadas até 31/08/2017, das quais servirão de base para a aplicação dos conteúdos das provas escritas. Quaisquer alterações divulgadas oficialmente após este prazo não serão consideradas para compor o corpo das questões objetivas.

JACINTO MACHADO/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

ALICE APARECIDA DE JESUS

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o **ANEXO II** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2017/SAMAE**, dos conteúdos programáticos para os cargos para prova escrita.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor Geral do SAMAE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017/SAMAE**

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. Inscrição: _____ **CPF:** _____ . _____ . _____ - _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Requerente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017/SAMAE**

ANEXO IV**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****Encanador (ETA)**

1. Fazer instalação, conserto e manutenção de adutoras, redes de distribuição de água, registros, hidrantes, ventosas, válvulas e conexões em geral; 2. Executar a abertura e o fechamento de valas, com a remoção do pavimento, reaterro e apiloamento da vala; 3. Executar, nas dependências da Autarquia, consertos de válvulas, torneiras e providenciar as substituições de tubos; 4. Executar ligações e cortes domiciliares, ampliação de redes e consertos de ligações de água; 5. Efetuar mudanças de ligações, instalações e retiradas de hidrômetros das ligações domiciliares; 6. Relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado; 7. Efetuar a manutenção e a limpeza dos instrumentos e equipamentos de uso diário; 8. Relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com os critérios da Autarquia; 9. Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção de registros e pisos de cimento; 10. Participar e executar serviços de plantões em feriados, finais de semana e noturnos, cumprindo as demais atribuições do cargo; 11. Fazer coleta de amostras de água para exame de laboratório; 12. Operacionaliza projetos de instalações de tubulações, define traçados e dimensiona tubulações; 13. Especifica, quantifica e inspeciona materiais; 14. Prepara locais para instalações, realiza pré-montagem e instala tubulações. 15. Realiza testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade; 16. Protege instalações e faz manutenções em equipamentos e acessórios; 17. Assenta manilhas, tubos, peças e conexões; 18. Repara tubulações de água onde for necessário e tarefas correlatas. Atuação em todo o Município. 19. Quando necessário dirigir veículo da frota da Autarquia previamente autorizado pelos seus superiores; 20. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, observado suas habilidades e potencialidades físicas e cognitivas, dentro das especificidades das funções diversas descritas, mediante designação do local de exercício. 21. Ler e anotar o consumo registrado nos hidrômetros prediais, observando a rota diária de leitura; 22. Anotar anormalidades constatadas, tais como: alteração de cadastro, hidrômetros parados ou danificados, motivos que impossibilitem a leitura e outros considerados relevantes; 23. Organizar e atualizar os fichários ou listagens de leitura; 24. Renovar fichários ou listagens que se encontrarem com campos esgotados; 25. Orientar corretamente o usuário, sempre que por ele solicitado, no que tiver ao alcance do ocupante do cargo; 26. Encaminhar o usuário ao escritório da Autarquia, nos casos em que as dúvidas não possam ser sanadas; 27. Auxiliar nos serviços da carteira de Emissão e Controle de Contas, nos períodos de entre-leituras e em dias chuvosos; 28. Encaminhar fichários e/ou listagens preenchidas, ao arquivo desativado, tão logo encerre o exercício; 29. Orienta e fiscaliza as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; 30. Efetua leitura e registro de consumo verificados em hidrômetros, verifica se há irregularidades aparentes, auxilia na emissão e controle de contas, efetua entrega de contas e avisos em endereços predestinados; 31. Executa o corte e religação d'água;

Operador de ETA

1. Operar equipamentos e dosadores de ETAs; 2. Efetuar análises físico-químicas e bacteriológicas; 3. Controlar a pesagem de produtos químicos e preparar soluções químicas; 4. Verificar o funcionamento de equipamentos de ETAs; 5. Constatar anormalidades de funcionamento de equipamentos e comunicar a chefia imediata as falhas que não tenha condições de resolver; 6. Preencher formulários de controle inerentes as estações de Tratamento; 7. Controlar estoques, bem

18

como conferir quantidade e qualidade de produtos químicos entregues pelos fornecedores as ETAs; 8. Executar serviços de conservação e manutenção de ETAs; 9. Atividades descritas em função de componentes; 10. Verificar condições de funcionamento dos equipamentos de ETAs; 11. Verificar desempenho de acordo com efluentes e características físico-químicas de água; 12. Controlar tempo de lavagem, com base em perdas de carga de piezômetros; 13. Preencher formulário Boletim de Operação de Filtros; 14. Efetuar lavagem de filtros, escovar normalmente paredes e calhas e fazer desinfecção com produtos químicos específicos; 15. Verificar ocorrências de escapamento dos produtos químicos nos aparelhos, cilindros e canalizações, com a utilização de amônia; 16. Regulagem adequada dos equipamentos conforme a ocasião; 17. Providenciar trocas de recipientes, quando vazios ou defeituosos; 18. Preencher formulários de controle químicos; 19. Limpar, monitora e executa serviços de operação em estações de tratamento de água e de sistemas de recalque de água; 20. Realiza análise físico-química e biológica de controle operacional das estações; 21. Prepara soluções dosadoras de produtos químicos e controla as dosagens dos mesmos; 22. Realiza amostragem de resíduos e efluentes, dosa soluções químicas e opera equipamentos eletromecânicos; 23. Trabalha em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental; 24. Manter a limpeza e a ordem do ETA; 25. Organiza relatórios diários de operação das estações. 26. Observa e atende à legislação pertinente em conformidade com normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental; 27. Quando necessário dirigir veículo da frota da Autarquia previamente autorizado pelo seus superiores; 28. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, observado suas habilidades e potencialidades físicas e cognitivas, dentro das especificidades das funções diversas descritas, mediante designação do local de exercício;

Contador

1. Registrar operações contábeis, elaborar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis e apresentar resultados parciais e totais da situação patrimonial, econômica e financeira; 2. Efetuar trabalhos de análise e conciliação de contas, conferir saldos, localizar e retificar erros; 3. Classificar e avaliar despesas, através da natureza das mesmas, visando apropriar custos de bens e serviços; 4. Conferir comprovantes e outros documentos relativos a operações de pagamento, a entrada em contas bancárias e outras transações financeiras; 5. Prestar orientações teóricas e práticas sobre trabalhos de contabilidade e escrituração a empregados de padrões inferiores; 6. Emitir pareceres, laudos e elaborar estudos sobre assuntos de gênero contábil; 7. Coordenar a elaboração e controlar a execução orçamentária da Autarquia; 8. Exercer controles financeiros e acompanhar aplicações de recursos; 9. Prestar assistência a supervisão e a auditoria externas; 10. Realizar atividades inerentes à contabilidade em órgãos governamentais e outras instituições públicas e privadas. 11. Identifica documentos e informações, atende à fiscalização e procede consultoria. 12. Executa a contabilidade geral, operacionaliza a contabilidade de custos e efetua contabilidade gerencial. 13. Administra o departamento de pessoal e realiza controle patrimonial. 14. Organiza e cuida das prestações de contas, de forma digital ou convencional. 15. Quando necessário dirigir veículo da frota da Autarquia previamente autorizado pelo seus superiores para atividade inerente fora da sede; 16. Apresenta relatórios periódicos. 17. Participar na elaboração dos orçamentos anuais. 18. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, observado suas habilidades e potencialidades físicas e cognitivas, dentro das especificidades das funções diversas descritas, mediante designação do local de exercício.

JACINTO MACHADO/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

ALICE APARECIDA DE JESUS

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o **ANEXO IV** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2017/SAMAE**, das Atribuições dos Cargos.

LAUDIR POSSAMAI
Diretor Geral do SAMAE

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.577/2017

D E C R E T O Nº 11.577/2017

Prorroga o Prazo Estabelecido no Artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 8.182/2011, de 13 de Outubro de 2011, que Regulamenta os Artigos 66 a 71, da Lei Complementar Municipal Nº 97/2010, de 19 de Abril de 2010, Referentes à Renovação do Alvará Sanitário, Documento Emitido pela Vigilância Sanitária do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos IX e XX, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO a importância do "Alvará Sanitário" para o empresário do ramo de atividade de interesse da saúde pública, especialmente para a obtenção de recursos ou equipamentos voltados à atividade, bem como para firmar convênios ou contratos de prestação de serviços;

CONSIDERANDO a necessidade de dilação de prazo, por questões técnicas e/ou operacionais da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do Ofício Nº 0941/2017/Semsa, de 20/09/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA :

Art.1º Fica prorrogado até o dia 30 de novembro de 2017 o prazo estabelecido no artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 8.182/2011, de 13/10/2011, para a validade do Alvará Sanitário dos estabelecimentos e prestadores de serviço que possuem licença sanitária e que já tenham quitado a taxa de alvará sanitário anual de 2017, vencida em 30/04/2017, conforme inciso III, do artigo 68, da Lei Complementar Municipal Nº 97/2010.

Art.2º Fica prorrogado até o dia 30 de novembro de 2017 o prazo de validade do Alvará Sanitário, relativo ao vencimento de 30/04/2017.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2017.

Jaraguá do Sul, 03 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal da Fazenda Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 11.578/2017

D E C R E T O Nº 11.578/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 171.780,27 (Cento e setenta e um mil, setecentos e oitenta reais e vinte e sete centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de

Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03502.112 - Investimentos em equipamentos de informática,

mobiliários e equipamentos diversos

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.02.544 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 171.780,27

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso vinculado Salário Educação, no valor de R\$ 171.780,27 (Cento e setenta e um mil, setecentos e oitenta reais e vinte e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.579/2017

D E C R E T O Nº 11.579/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 10.520/2002, de 17/07/2002; Decreto Municipal Nº 4.698/2002, de 03/10/2002, alterado pelo Decreto Municipal Nº 10.791/2016, de 1º/04/2016; e Decreto Municipal Nº 6.737/2009, de 09/07/2009,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais CLÁUDIO FIALHO DOS SANTOS, matrícula 9307; ALESSANDRO BUOZI MARTINS, matrícula 81865; NÂNCI ANTONIO SOUZA DE MORAES, matrícula 7700; SUSI APARECIDA LEITE MIGUEL, matrícula 9896; ADEMIRO ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 9351; e SANDRO MARCOS KRACHINSKI, matrícula 9393, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a análise e julgamento das amostras e documentações técnicas exigidas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de E.P.I. (Equipamentos de Proteção Individual) e E.P.C. (Equipamentos de Proteção Coletiva) ao longo de 12 (doze) meses.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.580/2017

D E C R E T O Nº 11.580/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.04 - ESPORTE E LAZER
39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.04.523 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.04 - ESPORTE E LAZER
39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos
4.4.00 - INVESTIMENTOS
39.04.524 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.581/2017

D E C R E T O Nº 11.581/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.347.888,94 (Um milhão, trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), a saber:

17 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
17.01.08.243.09000.900 - Transferências de Recursos Financeiros a Entidades
Conforme Deliberação do CMDCA
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
17.01.13 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.347.888,94

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), proveniente do repasse legal de recursos ordinários do Município de Jaraguá do Sul ao FMDCA, no valor de R\$ 1.347.888,94 (Um milhão, trezentos e quarenta e sete mil,

oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos).
Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.582/2017

D E C R E T O Nº 11.582/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.03 - SAMAE - DIVISÃO ESGOTO
25.03.17.512.14004.412 - Manutenção Patrimonial - Divisão Esgoto
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
25.03.55 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 460.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), proveniente dos recursos vinculados Recursos Arrecadados pelo Samae, no valor de R\$ 460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.583/2017

D E C R E T O Nº 11.583/2017

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 060/2017/Controle Social, de 03/10/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Ficam designados RICARDO ZORNITTA PIMENTEL, como conselheiro titular; e MARIA LUIZA DONINI SOARES PIMENTEL, como conselheira suplente, para representarem a Pimenta Empreendimentos Esportivos Ltda., na qualidade de Representantes Não Governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o Decreto Municipal Nº 10.428/2015, de 1º/06/2015, no que se refere a designação dos representantes da Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (AADAV).

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28 de maio de 2018.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/09/2017.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 11.584/2017

D E C R E T O Nº 11.584/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 569.230,08 (Quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e trinta reais e oito centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.07512.660 - Assistência de Atenção Básica - PAB

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.165 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.558,95

15.01.162 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.209,98

15.01.161 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.279,87

15.01.163 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 51,13

15.01.10.301.07551.685 - Construção, Ampliação ou Readequação de Unidades de Saúde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

15.01.164 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 335,20

15.01.160 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.794,95

15.01.10.302.07532.705 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade -

Ambulatorial e Hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.158 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 195.000,00

15.01.159 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 350.000,00

TOTAL R\$ 569.230,08

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais); recurso PROESF Fase 2 - Capital, no valor de R\$ 51,13 (Cinquenta e um reais e treze centavos); recurso Inc. para Construção Polos Academia da Saúde - Básica (PI), no valor de R\$ 335,20 (Trezentos e trinta e cinco reais e vinte centavos); e recurso Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - PAB - FNS, no valor de R\$ 2.209,98 (Dois mil, duzentos e nove reais e noventa e oito centavos); do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente de recursos vinculados Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais); recurso PROESF Fase 2 - Capital, no valor de R\$ 1.279,87 (Um mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos); recurso Inc. para Construção Polos Academia da Saúde - Básica (PI), no valor de R\$ 7.794,95 (Sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos); e recurso Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - PAB - FNS, no valor de R\$ 12.558,95 (Doze mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de outubro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

| Item | Quant. | Unid. | Especificação dos objetos | Valor unitário R\$ |
|------|--------|--------|--|--------------------|
| 18 | 8.000 | Comp. | BACLOFENO 10MG – CÓDIGO 15788 | 0,3100 |
| 135 | 10.000 | Comp. | OXCARBAZEPINA 300MG – CÓDIGO 15784 | 0,6800 |
| 137 | 20.000 | Comp. | OXCARBAZEPINA 600MG – CÓDIGO 9635 | 1,0500 |
| 172 | 30 | Caixas | TEMOZOLAMIDA 100MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18468 | 516,0000 |
| 173 | 30 | Caixas | TEMOZOLAMIDA 140MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22048 | 719,0000 |
| 176 | 30 | Caixas | TEMOZOLAMIDA 20MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18467 | 103,0000 |
| 177 | 30 | Caixas | TEMOZOLAMIDA 250MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 14348 | 1.264,0000 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Daiane Limberger Dias

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS IMPRESSOS ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

| Item | Quant. | Unid. | Especificação dos objetos | Valor unitário por item R\$ |
|------|--------|--------|---|-----------------------------|
| 03 | 350 | Blocos | RECEITUÁRIO AZUL NOTIFICA – CÓDIGO 9304 Tamanho 27 x 11,5 – 1x0 cor, papel sulfite 75 gramas, blocos c/ 50 folhas – folhas numeradas. Obs:- acrescentar o código do impresso no Canto inferior esquerdo de cada folha. | 1,79 |
| 06 | 600 | Blocos | RECEITUÁRIO BRANCO NUMERADO – CÓDIGO 9312 Tamanho 21 x 15 – 1x0 cor, papel superbond 63 gramas - bloco com 50 folhas. Obs:- acrescentar o código do impresso no Canto inferior esquerdo de cada folha. | 0,83 |
| 09 | 150 | Blocos | BLOCO FICHA DE VISITA DOMICILIAR – CÓDIGO 32774 Preto e Branco - Frente e Verso Bloco 50 x 1 vias nas medidas 21 x 29,7 cm; Corte Inicial, Refile Final, Blocagem; CTP; 1ª Via em Offset 75g/m² com 1 x 1 cores; Capa em Capa Ag 90g/m² com 0 x 0 cores. Obs:- acrescentar o código do impresso no Canto inferior esquerdo de cada folha. | 2,29 |
| 14 | 200 | blocos | FICHA DE CTA – CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO – CÓDIGO 21713 Tamanho 29,5 x 21 – 1x1 cor – frente e verso - papel sulfite 63 gramas, blocos com 50 folhas. Obs:- acrescentar o código do impresso no Canto inferior esquerdo de cada folha. | 2,04 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símele ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 13/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Braz Albano

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: JÚLIO SILVESTRE FILHO ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS CORTANTES (dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 76/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da Contratada referem-se ao seguinte item adjudicado:

| Item | Quant. | Unid | Descrição do objeto | Valor unitário do item (R\$) |
|------|--------|------|---|------------------------------|
| 06 | 60 | UN | Suporte 20Y70-14520 p/escavadeira hidráulica PC 200 - dureza mínima 400 HB com tratamento térmico. | 80,00 |
| 08 | 27 | UN | Dente fundido E157559 (carregadeira case W20) com furo de 1" – dureza mínima 400 HB com tratamento térmico | 139,00 |
| 10 | 20 | UN | Dente de manganês 9W-2451 do escarificador do trator de esteira d-8 – dureza mínima de 400 HB com tratamento térmico. | 249,00 |
| 13 | 100 | UN | Dente 21-1200 da concha traseira de retroescavadeira case 580 super H – dureza mínima 400 HB com tratamento térmico. | 49,00 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antidio Aleixo Lunelli e Júlio Silvestre Filho

Antidio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, dentes) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 76/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da contratada referem-se ao seguinte item adjudicado:

| Item | Quant. | Unid | Descrição do objeto | Valor unitário do item (R\$) |
|------|----------------------|------|---|------------------------------|
| 02 | 12 10% do item 01 | UN | Lâmina côncava 13 furos (patrola) largura de 8" e espessura de 3/4" – furo 5/8" - dureza entre 400 a 550 HB com tratamento térmico. | 477,00 |
| 11 | 42 | UN | Dente 21-2303 furo 5/8 p/carregadeira michigan 55C – dureza mínima 400HB com tratamento térmico. | 160,00 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antidio Aleixo Lunelli e Vilmar Foryta

Antidio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 e Processo 001/2017-FROHAB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: HIBISCUS ORNAMENTAÇÕES LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de mudas de flores de época destinados para ajardinamento do calçadão, praças, jardins e trevos e atender aos Programas habitacionais na manutenção nos taludes dos loteamentos com fins habitacionais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 28/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

| Item | Quant | Unid. | Descrição do objeto | Valor unitário do item (R\$) |
|------|-------|-------|---|------------------------------|
| 01 | 3.000 | CX | Mudas de flores de época – cx c/15 mudas com altura mínima de 5 cm das seguintes espécies: viola arvensis, begonia semperflorens, antirrhinum majus, dianthus chinensis híbrido, impatiens walleriana, celósia argentea, impatiens hawkeri, gazania rigens, portulaca grandiflora, gonphrena globosa, petúnia híbrida, salvia splendens, tagete patula, torenia fournieri, zinnia elegans e cathartus roseus. | 13,50 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito a Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro.

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antidio Aleixo Lunelli, e Ademir Elias Barni

Antidio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para a aquisição de PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se ao seguinte item adjudicado:

| Item | Quant. | Unid. | Especificação dos objetos | Valor unitário por item R\$ |
|------|--------|-------|---|-----------------------------|
| 07 | 200 | Unid. | ESCOVA DE UNHA - CÓDIGO 11915 Confeccionada em plástico com cerdas em nylon super macias * Tamanho: 8,5 (c) x 2,8 (l) x 4,0 (a) cm. | 1,85 |
| 26 | 15 | Unid. | MANGUEIRA P/JARDIM COMPLETA - CÓDIGO 23395 Mangueira c/ Engates Rápidos 30m Resistentes e duráveis, produzidos com matéria prima de alta qualidade. Três camadas distintas: camada interna em PVC flexível, camada intermediária em fio de poliéster trançado e camada externa em PVC flexível. Recomenda-se pressão máxima de 6 bar. Bitola: 1/2". | 50,00 |
| 28 | 30 | Unid. | PÁ DE LIXO - CÓDIGO 12526 Caixa de polipropileno de alta resistência e cabo de madeira revestido com plástico Medidas: 29 x 29 x 14cm cabo 80cm. | 2,69 |
| 29 | 1.250 | Unid. | PANO DE CHÃO- ALVEJADO - CÓDIGO 8444 100% algodão; tipo saco alvejado; medindo (74 x 45) cm, urdume de 16 fios e trama com 12 fios, peso aproximadamente 170gr; com variação de 10% de oscilação nas medidas; sem bainha; branco; embalado em saco plástico transparente. | 2,52 |
| 36 | 350 | Unid. | SABÃO EM BARRA – CÓDIGO 12532 Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5%p/p; comum; embalado em saco plástico individual, peso 200gr, com validade 2 anos. | 1,10 |

| | | | | |
|----|-----|-------|---|------|
| 37 | 300 | Unid. | SABÃO EM BARRA – CÔCO - CÓDIGO 13072 Composição básica carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 Máximo, alcalinidade livre: Máximo 0,5%p/p; de coco; barra 200g na cor branca; embalado em saco plástico, com validade de 2 anos | 1,17 |
| 55 | 600 | Unid. | PANO DE PRATO – ALVEJADO – CÓDIGO 8366 100% algodão alvejado; medindo (50x70)cm 12 fios de trama e 12 fios de urdume - peso 75g. Medidas já com bainha; com ótima absorção de líquidos; embalado em saco plástico transparente. | 1,74 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Município, através do Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, no almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símele ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Udo Wagner, Jonas Germano Schmidt e Antônio Geraldo Klein

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

Jonas Germano Schmidt

Gestor do FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de álcool etílico 70%, para compor os Kits de distribuição gratuita no Programa Sis Pré-Natal Rede Cegonha Municipal ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado na Ata e comprometimento da contratada refere-se ao seguinte item adjudicado:

| Item | Quant. | Unid. | Especificação dos objetos | Valor unitário por item R\$ |
|------|--------|-------|--|-----------------------------|
| 01 | 1.500 | FRS | ÁLCOOL ETÍLICO 70% FRASCO DE 50ML – CÓDIGO 18008 | 1,55 |

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símele ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 13/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Diego Gili

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal em exercício

Jonas Germano Schmidt

Gestor do FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 312/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 312/2017

PROCESSO: Dispensa por valor. Inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: F e F INFORMATICA LTDA EPP.

OBJETO: O objeto do presente é a aquisição de licença de uso de software destinado ao laboratório municipal, para agendamento, recepção e formatação de laudos, biometria com emissão de impressos de laudos, listagens, faturamento, comprovante de coleta, anexos de coleta, mapas de trabalho e etiquetas de código de barras.

VALOR: O FUNDO pagará a CONTRATADA, mensalmente o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando a importância de R\$ 5.400,00 (cinco mil quatrocentos reais) pela totalidade do contrato.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, na segunda quarta-feira após a realização dos serviços e apresentação da nota no Fundo Municipal de Saúde.

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão por conta do orçamento próprio de 2017, a saber:

| Classif.Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso | Valor (R\$) |
|--------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|---------|-------------|
| 15.01.10.305.0752.2668 | Manutenção do programa de vigilância em saúde | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 118 | 336 | 1.800,00 |
| 15.01.10.305.0752.2668 | Manutenção do programa de vigilância em saúde | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 336 | 3.600,00 |

PRAZOS: O prazo de execução será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 15/09/2017 até 14/09/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Flavio Dias Agapito.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito MunicipalJonas Germano Schmidt
Gestor de Fundo Municipal de Saúde**EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2017**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SÃO BENTO ALIMENTOS E EVENTOS EIRELI ME

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto o fornecimento de refeições (café, almoço, lanche e janta), a serem servidas, diariamente, para os atletas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, durante competições municipais, regionais e estaduais, em conformidade com as descrições e valores.

DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores contemplados no item 1.1 da cláusula primeira deste contrato, correspondentes à remuneração da arbitragem por modalidade, categoria e número de jogos: PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a finalização de cada evento esportivo e fornecimento do buffet, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, e do respectivo relatório de refeições servidas no evento, bem como cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº 209, de 20/05/99; A nota fiscal a ser emitida deverá prever, quando for o caso, a retenção do INSS a que se refere à Ordem de Serviço nº 209 INSS/DAF.

DO PRAZO: O prazo de execução para a realização dos serviços será até 31 de dezembro de 2017, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes. A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acima, acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Ademir Dalmolin.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 314/2017 AO CONTRATO Nº 416/2013

EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 314/2017 AO CONTRATO Nº 416/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2013 – Processo nº 029/2013 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II c/c artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: SEGUROS SURA S.A.

OBJETO: Seguro dos veículos e máquinas da frota Municipal (PMJS e FMS).

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 386/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Décimo Segundo Termo Aditivo nº 358/2015, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Décimo Quinto Termo Aditivo nº 265/2016, fica prorrogado por mais 01 (um) mês compreendendo o período de 20/09/2017 com término em 19/10/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93, fica suprimido do Anexo II do Edital (Relação de veículos FMS) referente a apólice de seguros 2001237 o veículo Motocicleta Honda cargo, ano 2000, chassi 9C2JA0100YR02786, placas MBD7442, no valor de R\$ 49,05 (quarenta e nove reais e cinco centavos).

DA REPACTUAÇÃO DO VALOR: Com fundamento no item 5.3 da cláusula quinta do contrato original, o valor pactuado no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, ajustado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Quarto Termo Aditivo nº 386/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Décimo Segundo Termo Aditivo nº 358/2015, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Décimo Terceiro Termo Aditivo nº 358/2015, reduzido pelo item 4.1 da cláusula quarta do Décimo Quinto Termo Aditivo nº 265/2016, fica no valor de R\$ 18.606,20 (dezoito mil seiscentos e seis reais e vinte centavos) referente aos veículos do Anexo I (PMJS) e R\$ 10.325,54 (dez mil trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) referente aos veículos do Anexo II (FMS), totalizando o termo aditivo no valor de R\$ 28.931,74 (vinte e oito mil novecentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária de 2017, a saber:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso | Valor (R\$) |
|---------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|---------|-------------|
| 15.01.10.305.0752.2.668 | Manutenção do programa de vigilância em saúde | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 117 | 175 | 3.163,12 |
| 15.01.10.301.0751.2.660 | Assistência de Atenção Básica – PAB | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 028 | 90 | 2.155,76 |
| 15.01.10.302.0753.2.700 | Manutenção, fortalecimento e expansão do CAPS AD | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 079 | 93 | 393,82 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto Municipal de Média e Alta Complexidade – Ambulatorial e Hospitalar | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 100 | 02 | 3.397,40 |
| 15.01.10.122.0750.2.652 | Manutenção das atividades administrativas Saúde | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 006 | 02 | 1.215,44 |
| 05.04.04.122.0300.2.057 | Manutenção das atividades do Patrimônio | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 037 | 80 | 18.606,20 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt, Roberto Chateaubriand Filho e Thomas Kelly Batt

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 329/2016 AO CONTRATO Nº 312/2014

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 329/2016 AO CONTRATO Nº 312/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014.

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/91.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: LINC SEGURO PATRIMONIAL LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato prestação de vigilância humana armada e/ou desarmada, destinado para segurança de diversos locais do município, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, Anexo XIII – Planilha de composição de custo, nos locais como segue:

| Nº | LOCAL | POSTO | TIPO | ENDEREÇO | TURNO | DATA INÍCIO |
|----|--|---------------------------|-----------|---|--|-------------|
| 02 | Secretaria de Obras | 01 Posto 02 Vigilantes | Desarmada | Rua Ângelo Rubini, 600 – Barra do Rio Cerro | 12 Horas Diurnas (Das 06 as 18 Horas) de Domingo a Sábado inclusive Feriados e Pontos Facultativos. | 13/08/2014 |
| 03 | Centro de Resgate Social | 01 Posto 02 Vigilantes | Desarmada | Rua João Januário Ayroso, 1855 – Jaraguá Esquerdo | 12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos | 01/08/2014 |
| 07 | Arena Jaraguá – Fundação Municipal de Esportes (FME) | 01 Posto 02 Vigilantes | Desarmada | Rua Gustavo Hagedorn, 636 – Nova Brasília | 12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos | 01/08/2014 |
| 08 | Ginásio Arthur Müller | 01 Posto 02 Vigilantes | Desarmada | Rua Epitácio Pessoa, 1.033 – Centro | 12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos | 01/08/2014 |

| | | | | | | |
|----|--|----------------------------|-----------|--|---|------------|
| 09 | Abrigo Institucional – Unidade Tifa Martins (Procad) | 01 Posto 04 Vigilantes | Desarmada | Rua Arthur Breithaupt, 333 – Tifa Martins | 24 Horas ininterruptas de Segunda a Segunda, inclusive Feriados e Pontos Facultativos.. | 01/08/2014 |
| 11 | Centro Esportivo Municipal Murilo Barreto de Azevedo | 01 Posto 02 Vigilantes | Desarmada | Rua Francisco Hruschka, s/nº – São Luis | 12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos | 01/12/2014 |
| 12 | Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU) | 01 Postos 02 Vigilantes | Desarmada | Rua Adão Noroschny, s/nº Vila Lenzi | 12 Horas Noturnas de Segunda a Sexta e 24 Horas Sábados, Domingos, Feriados e Pontos Facultativos | 11/12/2015 |
| 13 | Estacionamento de veículos apreendidos | 01 Posto 04 Vigilantes | Desarmada | Rua Walter Marquardt, – Barra do Rio Molha | 24 Horas ininterruptas de Segunda a Segunda, inclusive Feriados e Pontos Facultativos.. | 10/12/2015 |

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal 8.666/93, considerando o Parecer Técnico Contábil e Financeiro n.º 104/2016 FAVORÁVEL referente Solicitação de Reequilíbrio Protocolada por Fornecedor do Município (Revisão/Reequilíbrio Econômico-Financeiro (fls. 91/95) emitido pela Controladoria Geral deste Município em data 20 de setembro de 2017 a respeito de reajuste de preço, e em razão da continuidade do fornecimento do referido serviço e conforme Decisão Administrativa exarada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito fica a partir de 01/02/2017 concedido o reequilíbrio econômico-financeiro, em um percentual de 5,34% no item nº 01 – 24 horas ininterruptas (desarmada), de 5,42% no item nº 02 – 12 horas diurnas (desarmada), de 5,34% no item nº 03 – 12 horas noturnas (armada) e de 5,33% no item nº 03 – 12 horas noturnas (desarmada), passando o preço vigorar conforme segue:

| Item | Postos | Descrição | Número de Vigilantes | Valor unitário por posto | Valor mensal do item |
|--------------------|--------|------------------------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|
| 01 | 02 | 24 horas ininterruptas (desarmada) | 08 | R\$ 19.522,74 | R\$ 39.045,48 |
| 02 | 01 | 12 horas diurnas (desarmada) | 02 | R\$ 8.638,07 | R\$ 8.638,07 |
| 03 | 05 | 12 horas noturnas (desarmada) | 10 | R\$ 12.395,99 | R\$ 61.979,95 |
| | 00 | 12 horas noturnas (armada) | 00 | R\$ 12.413,70 | R\$ 0,00 |
| Valor total mensal | | | | | R\$ 109.663,50 |

Considerando o reajuste concedido no item anterior, e considerando o faturamento dos serviços prestados e a serem realizados pela CONTRATADA no período de 01/02/2017 a 31/10/2017 com base no valor revisado do contrato, o valor devido a título de diferença entre o valor praticado anteriormente e o valor reajuste, importará em R\$ 989,35 (novecentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos) no item nº 01 – 24 horas ininterruptas (desarmada), em R\$ 173,86 (cento e setenta e três reais e oitenta e seis centavos) no item nº 02 – 12 horas diurnas (desarmada), em R\$ 628,76 (seiscentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos) o item nº 03 – 12 horas noturnas (armada), e em R\$ 628,77 (seiscentos e vinte e oito reais e setenta e sete centavos) no item nº 03 – 12 horas noturnas (desarmada), o equivalente a R\$ 5.566,41 (cinco mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos) por mês, totalizando um valor de R\$ 50.097,69 (cinquenta mil noventa e sete reais e sessenta e nove centavos) relativo a 09 (nove) meses (01/02/2017 a 31/10/2017).

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 150/2016, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 293/016, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sexto Termo Aditivo nº 014/2017, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 179/2016, fica prorrogado por mais 03 (três) meses compreendendo o período de 01/08/2017 com término em 31/10/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 5.1 do contrato original, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, acrescido e suprimido pelos itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, acrescido pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 293/2016, inalterado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Sexto Termo Aditivo nº 014/2017, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sétimo Termo Aditivo nº 179/2017, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do presente termo aditivo, o valor mensal passa a ser de R\$ 109.663,50 (cento e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|----------|
| 37.01.08.122.0900.2.802 | Manutenção das Atividades do Social | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 324 | Próprios |
| 05.04.04.122.0300.2.057 | Manutenção das Atividades do Patrimônio | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 37 | Próprios |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Willian Lopes de Aguiar.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 147/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 147/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Marina Amorim Pereira.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 148/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 148/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Marco Aurélio Millnitz.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 149/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 149/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: BRUTHAN COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Rafaela de Oliveira Antônio.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 150/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 150/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: PLANETA COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Marjory Menezes da Rocha.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 151/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 151/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: NUTRIMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELLI EPP.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Jehnifer Dorn.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 152/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 152/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CM HOSPITALAR S/A

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Bruna Dias.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 153/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 153/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SAVIMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS ME.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Fábio Paino Paim.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 154/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 154/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Gabriela Saretto.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 155/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 155/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Tarcilaine Guedes Kamers.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 156/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 156/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELLI – EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 943/2017/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.661 | Assistência a Saúde da Família | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 137 | 1094 |

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Nayara Lays Dalpiaz.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do FMS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 292/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 292/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 36/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 59/2014 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CLINICA DO PULMÃO E PROCTOCLIN SS LTDA.

OBJETO: O presente Termo tem por objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em Proctologia, da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 59/2014.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento no inciso II, do artigo 57, da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução do contrato original previsto no item 14.1 da cláusula décima quarta, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 29/08/2017 a 28/08/2018.

O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2017 e 2018, a saber:

| Classif. Funcional Programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 100 | 02 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 02 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 100 | 93 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 93 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Alexandre Lorenzini Schlabendorff

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito MunicipalJonas Germano Schmidt
Gestor do Fundo Municipal de Saúde**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 302/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 278/2017**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 302/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 278/2017

PROCESSO: Inexigibilidade 96/2017 ao CREDENCIAMENTO 46/2016.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: ANTELO LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a prestação de serviços técnicos laboratoriais para realização de exames de análises clínicas, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos à saúde relacionada à atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços das Análises Laboratoriais e Exames Clínicos), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento.

DA ALTERAÇÃO: Conforme o Mem. 062/2017/SEMA/DGP/GAS, fica alterada a planilha do item 3.1 da cláusula terceira do Termo de Credenciamento original os quantitativos de valores para 12 (doze) meses, como segue:

| Quantidade estimada | Descrição dos exames | Valor unitário R\$ | Valor total do item R\$ |
|---------------------|---|--------------------|-------------------------|
| 07 | Colinesterase – AMB-28.01.052-3 | 5,20 | 34,40 |
| 150 | Hemograma Completo – AMB-28.04.048-1 | 7,80 | 1.170,00 |
| 125 | Glicose – AMB-28.01.097-3 | 3,64 | 455,00 |
| 125 | Triglicerídeos – AMB 28.01.139-2 | 5,20 | 650,00 |
| 125 | Exame de Rotina de Urina – AMB – 28.13.036-7 | 5,20 | 650,00 |
| 125 | Bacterioscopia – AMB – 28.10.009-3 | 3,90 | 487,50 |
| 50 | Gonadotrofina Corionica (b-HCG) – AMB-28.05.034-7 | 16,90 | 845,00 |
| 125 | Colesterol Total – AMB-28.01.050-7 | 3,64 | 455,00 |
| 125 | Colesterol (HDL) – AMB-28.01.049-3 | 7,80 | 975,00 |
| 125 | Colesterol LDL – AMB-28.01.151-1 | 10,40 | 1.300,00 |
| 50 | Parasitológico – AMB-28.03.014-1 | 5,20 | 260,00 |
| 20 | Fezes – AMB-28.10.023-9 | 15,60 | 312,00 |
| 20 | Culturas em geral – AMB-28.10.058-1 | 13,00 | 260,00 |
| 01 | PSA (ANTIGENO PROSTATICO ESPECÍFICO) RIE – AMB-28.06.162-4 | 39,00 | 39,00 |
| 02 | Cultura de urina com contagem de colônias – AMB-28.10.054-9 | 13,00 | 26,00 |
| 05 | Ácido Fenilglioxílico – AMB-28.15.003-1 | 15,60 | 78,00 |

| | | | |
|----|-----------------------------------|-------|-------|
| 05 | Acido Mandelico – AMB-28.15.005-8 | 15,60 | 78,00 |
|----|-----------------------------------|-------|-------|

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Rafael Rodrigues Antelo López.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 303/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 277/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 303/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 277/2017

PROCESSO: Inexigibilidade 95/2017 ao CREDENCIAMENTO 46/2016.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: LABORATÓRIO SANTA HELENA LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a prestação de serviços técnicos laboratoriais para realização de exames de análises clínicas, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos à saúde relacionada à atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços das Análises Laboratoriais e Exames Clínicos), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento.

DA ALTERAÇÃO: Conforme o Mem. 063/2017/SEMA/DGP/GAS, fica alterada a planilha do item 3.1 da cláusula terceira do Termo de Credenciamento original os quantitativos de valores para 12 (doze) meses, como segue:

| Quantidade estimada | Descrição dos exames | Valor unitário R\$ | Valor total do item R\$ |
|---------------------|---|--------------------|-------------------------|
| 07 | Colinesterase – AMB-28.01.052-3 | 5,20 | 34,40 |
| 150 | Hemograma Completo – AMB-28.04.048-1 | 7,80 | 1.170,00 |
| 125 | Glicose – AMB-28.01.097-3 | 3,64 | 455,00 |
| 125 | Triglicérides – AMB 28.01.139-2 | 5,20 | 650,00 |
| 125 | Exame de Rotina de Urina – AMB – 28.13.036-7 | 5,20 | 650,00 |
| 125 | Bacterioscopia – AMB – 28.10.009-3 | 3,90 | 487,50 |
| 50 | Gonadotrofina Corionica (b-HCG) – AMB-28.05.034-7 | 16,90 | 845,00 |
| 125 | Colesterol Total – AMB-28.01.050-7 | 3,64 | 455,00 |
| 125 | Colesterol (HDL) – AMB-28.01.049-3 | 7,80 | 975,00 |
| 125 | Colesterol LDL – AMB-28.01.151-1 | 10,40 | 1.300,00 |
| 50 | Parasitológico – AMB-28.03.014-1 | 5,20 | 260,00 |
| 20 | Fezes – AMB-28.10.023-9 | 15,60 | 312,00 |
| 20 | Culturas em geral – AMB-28.10.058-1 | 13,00 | 260,00 |
| 01 | PSA (ANTIGENO PROSTATICO ESPECÍFICO) RIE – AMB-28.06.162-4 | 39,00 | 39,00 |
| 02 | Cultura de urina com contagem de colônias – AMB-28.10.054-9 | 13,00 | 26,00 |
| 05 | Ácido Fenilglicoxílico – AMB-28.15.003-1 | 15,60 | 78,00 |
| 05 | Acido Mandelico – AMB-28.15.005-8 | 15,60 | 78,00 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Amilchar Junkes.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 327/2017 AO CONTRATO Nº 332/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 327/2017 AO CONTRATO Nº 332/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 49/2016.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I c/c artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1020 – Dorval Marcatto no Bairro Chico de Paulo, com extensão de 738,07m (setecentos e trinta e oito vírgula zero sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso I da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1

da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 28/09/2017 com término em 26/11/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 39.964,19 (trinta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos), correspondentes a 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 39.530,90 (trinta e nove mil quinhentos e trinta reais e noventa centavos), correspondentes a 2,71% (dois inteiros e setenta e um centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 1.459.637,10 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e sete reais e dez centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2017, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 09.01.15.452.0450.1.302 | Pavimentação de vias | 4.4.90 – Aplicações Diretas | 187 | 535 |

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 2.210/2017.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 25 de janeiro de 2018, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.885/2016, servidor público Engenheiro Felipe Ememendörfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Jaime Barbosa Soares Filho.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 288/2017 AO CONTRATO Nº522/2013 – FMS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 288/2017 AO CONTRATO Nº522/2013 – FMS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 040/2013-FMS

FUNDAMENTO: Artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato prestação de serviços de Oxigenoterapia Domiciliar (locação de concentradores e fornecimento de oxigênio medicinal), destinados aos pacientes portadores de enfermidades respiratórias crônicas, reposição nos veículos ambulâncias (transporte de pacientes) e nas unidades básicas de saúde (carrinhos de emergências), em conformidade com o Anexo II do edital – Termo de Referência.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada do item 02, ficando da seguinte forma:

| Item | Quant | Unid. | Descrição do serviço/material |
|------|-------|-------|---|
| 02 | 437 | m³ | Oxigênio medicinal, para uso dos pacientes da oxigenoterapia domiciliar, reposição nos veículos ambulâncias (transporte de pacientes) e nas unidades básicas de saúde (carrinhos de emergências). |

Com o acréscimo promovido conforme acima disposto, a quantidade registrada no item 02 passa de 350 (trezentos e cinquenta) para 437 (quatrocentos e trinta e sete) metros cúbicos. Considerando o valor unitário do item 02 de R\$ 23,92 (vinte e três reais e noventa e dois centavos) por metro cúbico, o presente termo aditivo totaliza no valor de R\$ 2.081,04 (dois mil e oitenta e um reais e quatro centavos), sendo que o valor global do contrato passa a ser de R\$ 272.278,64 (duzentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.301.0751.2.660 | Assistência de Atenção Básica – PAB | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 90 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt, José Antônio Bortoleto Campos e Carlos Ferreira de Marco.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Secretário Municipal da Saúde e
Gestor de Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 290/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 352/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 290/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 352/2014

PROCESSO: Inexigibilidade 057/2014-FMS ao CREDENCIAMENTO 023/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: LABORATÓRIO SANTA HELENA LTDA EPP.

OBJETO: É objeto do presente Termo de Credenciamento, a prestação de serviços técnicos laboratoriais visando a realização de todo o rol de ambas as Tabelas de exames de análises clínicas contido no Anexo VIII, parte integrante deste Termo de Credenciamento, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 023/2014.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 13.1 da cláusula décima terceira do Termo de Credenciamento original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 319/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 257/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 25/08/2017 com término em 24/08/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e 2018, a saber:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 100 | 02 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 02 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 101 | 93 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 93 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Amilchar Junkes.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor de Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 311/2017 AO CONTRATO Nº 480/2013

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 311/2017 AO CONTRATO Nº 480/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de impressão (outsourcing de impressão) com o fornecimento de impressoras laser, multifuncionais laser e jato de tinta, aparelhos de fax e plotters, que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópia / impressão / fax / digitalização, monocromáticas e coloridas, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel, além de assistência técnica especializada e reposição de peças originais, em conformidade com o Anexo VIII – Especificações técnicas mínimas e quantitativas dos equipamentos, Anexo IX – Locais e endereços de atendimento, Anexo X - Cronograma de Implantação e demais Anexos deste edital.

DA REPACTUAÇÃO DO VALOR: Com fundamento no ofício acostado a este termo, e em concordância com a Contratada, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, inalterado pelo 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 465/2014, inalterado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 440/2015 e inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 325/2016, fica reduzido, com efeitos a partir de 01/09/2017, passando de R\$ 0,09 (nove centavos) para R\$ 0,08 (oito centavos) por página monocromática, passando de R\$ 0,48 (quarenta e oito centavos) para R\$ 0,40 (quarenta centavos) por página colorida e passando de R\$ 0,89 (oitenta e nove centavos) para R\$ 0,73 (setenta e três centavos) o metro impresso de folha A0 colorida. As cotas mensais permanecem as mesmas, sendo de 34.800 (trinta e quatro mil e oitocentas) para impressão, fax e cópias coloridas A4 e A3, de 270 (duzentos e setenta) metros de impressão colorida A0 e de 313.200 (trezentos e treze mil e duzentas) para impressão, fax e cópias monocromática A4 e A3.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL-SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Maria de Lurdes Bordin, Jonas Germano Schmidt e Robson Cardoso

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 305/2017 AO CONTRATO Nº 472/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 305/2017 AO CONTRATO Nº 472/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 123/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e II c/c artigo 65 § 1 da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização na Rua 1350 – Benildo Zamin no Bairro Centenário (acesso ao viaduto de Schroeder), com extensão total de 268,85m (duzentos e sessenta e oito vírgula oitenta e cinco metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e II da Lei Federal 8.666/93, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 144/2016, suspenso em 12/07/2016, através da Ordem de Paralisação da Obra, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, cujo término estava previsto para 14/07/2016; Considerando a Ordem de Reinício/Retomada da Obra em 31/08/2017; Considerando que o prazo de execução não havia encerrado, com prazo remanescente de obra de mais 02 (dois) dias para execução, a contar de 01/09/2017; fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 03/09/2017 com término em 01/11/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 §1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de 22.736,40 (vinte e dois mil setecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), correspondentes a 5,83% (cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original; Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de 60.219,28 (sessenta mil duzentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), correspondentes a 15,43% (quinze inteiros quarenta e três centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 427.658,62 (quatrocentos e vinte e sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2017, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|---------|
| 09.01.15.452.0450.1.302 | Pavimentação de vias | 4.4.90 – Aplicações Diretas | 185 | 477 |

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 667/2017.

DA PRORROGAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2017, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.673/2015, servidor público Engenheiro Felipe Emmendorfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 319/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 381/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 319/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 381/2015

PROCESSO: Inexigibilidade 46/2015-FMS ao CREDENCIAMENTO 59/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DENSITON JARAGUÁ SS LTDA.

DO OBJETO: O presente Termo tem por objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em: Anestesiologia, Angiologia, Cirurgia Geral de Média Complexidade, Cardiologia, Cardio Pediatría, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia, Oftalmologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia, Reumatologia, Neurologia, Urologia e Grupo 02 – Procedimento com finalidade Diagnóstica; todos da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Tabela de Preços, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 059/2014-FMS.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 14.1 da cláusula décima quarta do Termo de Credenciamento original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo aditivo nº 277/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02/10/2017 com término em 01/10/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária dos exercícios de 2017 e 2018, a saber:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|--|----------------------------------|----------------------|---------|
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 101 | 93 |
| 15.01.10.302.0753.2.705 | Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 93 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Wander Luiz Watzko.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor de Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 332/2017 AO CONTRATO Nº 301/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 332/2017 AO CONTRATO Nº 301/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 070/2016.

FUNDAMENTO: artigo 65 §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 38.000 m² (trinta e oito mil metros quadrados), em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, em conformidade com o Anexo III – Minuta de Contrato, Anexo V – Memorial Descritivo, Anexo VI - Planilha Orçamentária/Quantitativa e Anexo VII - Projeto Básico, que são partes integrantes do Edital.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 §1º da Lei nº 8.666/93 e no Memorando nº 304/2017/SEMUR/DTT (anexo), fica acrescido ao Lote 01 (mão de obra – pintura em tinta acrílica em demarcações viárias) a quantidade de 8.500 (oito mil e quinhentos) metros quadrados correspondentes a 10,08% (dez inteiros e oito centésimos por cento) de acréscimo em relação ao contrato original, totalizando o valor de R\$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais). Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 1.002.110,00 (um milhão, dois mil e cento e dez reais).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------|----------------------------|
| 33.02.15.452.0424.2.261 | Manutenção da sinalização viária | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 293 | 71-Conv. 71-SSP PMJS 12640 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Daniela Beirith Weber Pereira.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 291/2017 AO CONTRATO Nº 409/2011 – FMS

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 291/2017 AO CONTRATO Nº 409/2011 – FMS

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2011-FMS.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.245/91 e Lei Federal nº 8.666/93.

LOCADORA: A CASA IMOBILIÁRIA LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de imóvel (galpão), localizada na Rua 129 – Frederico Alberto Vasel n.º 660 – bairro Barra do Rio Molha, com área de edificação 495,36 m², matriculado sob o n.º 21.357 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul, cadastrado na PMJS/SC sob o nº 2.916, de propriedade da Sra. Iris de Lurdes Hillesheim, destinado ao funcionamento do setor de manutenções, patrimônio, marcenaria, depósito de mobiliários e de equipamentos de informática da Secretaria Municipal da Saúde. O imóvel ora locado destina-se exclusivamente ao funcionamento do setor de manutenções, patrimônio, marcenaria, depósito de mobiliários e de equipamentos de informática da Secretaria Municipal da Saúde.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Primeiro Termo Aditivo nº 430/2012, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 423/2013, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 400/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 327/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 235/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 31/08/2017 com término em 30/08/2018. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locatário, o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 430/2012, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 423/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 400/2014, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 327/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 235/2016, permanece inalterado, sendo o valor mensal da locação R\$ 4.617,79 (quatro mil seiscentos e dezessete reais e setenta e nove centavos), totalizando o termo aditivo no valor de R\$ 55.413,48 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e treze reais e quarenta e oito centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária dos exercícios de 2017 e 2018, a saber:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso | Valor (R\$) |
|---------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|----------------------|---------|-------------|
| 15.01.10.301.0751.2.660 | Assistência de atenção básica - PAB | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 90 | 18.471,16 |
| 15.01.10.301.0751.2.660 | Assistência de atenção básica - PAB | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício de 2018 | 90 | 36.942,32 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Jurassi Vitor Vecenzi.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor de Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 320/2017 AO CONTRATO Nº 436/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 320/2017 AO CONTRATO Nº 436/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2014.

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: METAVISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

OBJETO: O presente contrato consiste na prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão pública educacional da Secretaria da Educação e suas Unidades Escolares, compreendendo os módulos previstos no Anexo X – Projeto Básico, bem como serviços de conversão de base de dados, implantação e treinamento nos referidos sistemas.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 5.3 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 431/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 296/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 12/11/2017 e com término em 11/11/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA REPACTUAÇÃO DO VALOR: Com fundamento no ofício acostado a este termo, e em concordância com a Contratada, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reduzido pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 431/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 296/2016, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 9.486,000 (nove mil quatrocentos e oitenta e seis reais), totalizando o presente termo aditivo em R\$ 113.832,00 (cento e treze mil oitocentos e trinta e dois reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2017 e 2018, a saber:

| Classif. Funcional programática | Projeto/Atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso | Valor (R\$) |
|---------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|---------|-------------|
| 05.04.04.122.0300.2.057 | Manutenção das atividades do Patrimônio | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 37 | 80 | 15.810,00 |
| 05.04.04.122.0300.2.057 | Manutenção das atividades do Patrimônio | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 80 | 98.022,00 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Juarez Luiz Larini.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N.º 321/2017 AO CONTRATO DE COMODATO Nº 438/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N.º 321/2017 AO CONTRATO DE COMODATO Nº 438/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 112/2014

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: METAVISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

OBJETO: A COMODANTE dá em comodato ao MUNICÍPIO o seguinte objeto: roteadores, switches e demais equipamentos de rede.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, o prazo de vigência previsto no item 2.1 da Cláusula Segunda do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da segunda cláusula do Primeiro Termo Aditivo nº 432/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 297/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 12/11/2017 e com término em 11/11/2018, podendo ser prorrogado pelas partes, devidamente fundamentado no processo licitatório, mediante a formalização de termo aditivo ao contrato. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 21/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Fábio Luis Larini.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 306/2017 AO CONTRATO Nº 267/2016

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 306/2017 AO CONTRATO Nº 267/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 051/2016.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1053 – Arduíno Perine no Jaraguá 99, com extensão de 695,61m (seiscentos e noventa e cinco vírgula sessenta e um metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, suspenso em 27/01/2017, através da Ordem de Paralisação da Obra, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, cujo término estava previsto para 23/02/2017; Considerando a Ordem de Reinício/Retomada da Obra em 09/03/2017; prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 129/2017, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 228/2017, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 03/10/2017 com término em 31/12/2017.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2018, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.889/2016, servidor público Engenheiro Felipe Emmendorfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 12/09/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.
SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 328/2017 AO CONTRATO Nº 405/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 328/2017 AO CONTRATO Nº 405/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 096/2014.
FUNDAMENTO: artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL.
CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: O presente contrato consiste na prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão pública educacional da Secretaria da Educação e suas Unidades Escolares, compreendendo os módulos previstos no Anexo X – Projeto Básico, bem como serviços de conversão de base de dados, implantação e treinamento nos referidos sistemas.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução previsto no item 5.1 da Cláusula Quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 402/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 295/2016, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses a contar de 09/10/2017 com término em 08/04/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a contratada o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 402/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 295/2016, permanece inalterado, conforme demonstrativo dos serviços abaixo:

| Serviços | UND | Qtde | Valores Unitários | Valores para 12 meses |
|-------------------------------------|------|------|-------------------|-----------------------|
| Licença de Uso e suas atualizações | Mês | 06 | 13.500,00 | 81.000,00 |
| Serviços de Suporte Técnico in loco | Hora | 225 | 40,00 | 9.000,00 |

Em consequência, o valor total do presente Termo Aditivo fica no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do exercício de 2017 e 2018, como segue:

| Classif. Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso | Valor (R\$) |
|---------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|---------|-------------|
| 08.01.12.126.0300.2.101 | Implementação do sistema de informática | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 86 | 66 | 40.500,00 |
| 08.01.12.126.0300.2.101 | Implementação do sistema de informática | 3.3.90 – Aplicações Diretas | Exercício 2018 | 66 | 49.500,00 |

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/09/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e César Murilo Muller de Jesus.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 141/2017/COGEM

PORTARIANº 141/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 232/2017/3ªCPAD, de 28/09/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 24/09/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 025/2016, instaurado pela Portaria Nº 1187/2016, de 19/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 142/2017/COGEM

PORTARIANº 142/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 233/2017/3ªCPAD, de 28/09/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 25/09/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 019/2016, instaurado pela Portaria Nº 799/2016, de 16/09/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 143/2017/COGEM

PORTARIANº 143/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 231/2017/3ª CPAD, de 28/09/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/09/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2016, instaurado pela Portaria Nº 1118/2016, de 06/12/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 144/2017/COGEM

PORTARIANº 144/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 061/2017/2ªCPAD, de 28/09/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2017, instaurado pela Portaria nº 478/2017, de 09/05/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 145/2017/COGEM

PORTARIANº 145/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 60/2017/2ªCPAD, de 28/09/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 015/2017, instaurado pela Portaria nº 676/2017, de 03/07/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 146/2017/COGEM

PORTARIANº 146/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 059/2017/2ªCPAD, de 28/09/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/10/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2017, instaurado pela Portaria nº 559/2017, de 30/05/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

PORTARIA Nº 147/2017/COGEM

PORTARIANº 147/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 126/2017/4ªCPAD, de 02/10/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/09/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2017, instaurado pela Portaria nº 236/2017, de 23/02/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de outubro de 2017.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Controladora Geral do Município

SAMAE - RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que foi prorrogado a data de abertura do Edital do Processo Licitatório nº 136/2017, referente AQUISIÇÃO DE CONTROLADOR QUÍMICO DE ODORES

A sessão de abertura fica remarcada para o dia 23/10/2017 às 10 horas, na Sede do Samae.

O edital encontra-se disponível no site: www.samaejs.com.br
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9114

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

001/2017 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 001/2017/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana nº 216, Bairro Centro, no Município de Luzerna, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597, inscrito no CPF/MF sob o nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 001/2017/PMJ, firmado em 13/01/2017, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2017/PMJ, Inexigibilidade nº 1/2017/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2017, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 9.720,00 (nove mil setecentos e vinte reais), correspondentes a 11,342% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no II, do § 2º, do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de:

| | | | | |
|-------|----|-------------------------------------|------|----------|
| 1.600 | un | Passagens Mínimas – Vale Transporte | 3,95 | 6.320,00 |
| 800 | un | Passagens Máximas – Vale Transporte | 4,25 | 3.400,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 05 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE

DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA – EPP - CONTRATADA

EITOR HOPPEN

Testemunhas:

1. _____

2. _____

002/2017 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 002/2017/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 520, Bairro Centro, no Município de Herval d'Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356, inscrito no CPF sob o nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 002/2017/PMJ, firmado em 13/01/2017, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2017/PMJ, Inexigibilidade nº 1/2017/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2017, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), correspondentes a 5,670% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de:

| | | | | |
|-------|----|-----------------------------|------|-----------|
| 7.000 | un | Passagens - Vale Transporte | 3,50 | 24.500,00 |
|-------|----|-----------------------------|------|-----------|

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 05 de outubro de 2017.

MUNICIPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - CONTRATADA
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

LEI Nº 5.118 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

LEI Nº 5.118 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI :

Art. 1º - Fica a Câmara de Vereadores de Joaçaba autorizada a anular a dotação orçamentária do orçamento vigente conforme abaixo descrito:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

5.4.4.90.00.00.00.00.0000.0 – Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Art. 2º - O valor anulado de que trata o artigo 1º, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), servirá para suplementar o orçamento vigente do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 06 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

PORTARIA N.º 1.466

PORTARIA Nº 1.466 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

DIOCLELIO RAGNINI, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. PAULO JOSÉ PALLA, Operador de Máquinas (readaptado), lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme memorando nº 365/2017 da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de outubro de 2017, obedecido ao disposto

no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.467

PORTARIA Nº 1.467 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 1932/2017 de 27 de junho de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.468

PORTARIA Nº 1.468 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ROSEMARA AMANCIO DAMASIO DA ROSA, Psicólogo, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.469

PORTARIA Nº 1.469 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUIZ FERNANDO VACCARI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 15/2017 do Setor de Informática, referente ao período de 22 de fevereiro de 2015 a 22 de fevereiro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.470

PORTARIA Nº 1.470 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FRANCIELI FRAZÃO DA SILVA, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 22 de julho de 2015 a 21 de julho de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.471

PORTARIA Nº 1.471 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLAUBERTO SLONGO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 09 de outubro de 2017 de

acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.472

PORTARIA Nº 1.472 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUANA FRACARO, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 18 de julho de 2016 a 17 de julho de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.473

PORTARIA Nº 1.473 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.474

PORTARIA Nº 1.474 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANA CRISTINA BUSSACRO SOCCOL, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 25 de agosto de 2015 a 24 de agosto de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.475

PORTARIA Nº 1.475 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CAROLINE ZULIAN BUCCO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 406/2017 de 16 de fevereiro de 2017, referente ao período de 21 de fevereiro de 2013 a 20 de fevereiro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.476

PORTARIA Nº 1.476 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIANE NOELI SPIER VANIN, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 463/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 21 de fevereiro de 2012 a 20 de fevereiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.477

PORTARIA Nº 1.477 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JUSSARA DE OLIVEIRA ANDOLFATTO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 453/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 22 de fevereiro de 2012 a 21 de fevereiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.478

PORTARIA Nº 1.478 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DONIZETE MARIA BILIBIO ANGONESE, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.479

PORTARIA Nº 1.479 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 40/2017 do Gabinete do Prefeito, referente ao período de 24 de janeiro de 2014 a 23 de janeiro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.480

PORTARIA Nº 1.480 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

"RETIFICA PORTARIA N.º 1.157/2017".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 1.157 de 05 de junho de 2017 na qual nomeia os Servidores para compor as comissões de avaliações de estágio probatório 1º semestre 2017.

Onde lê-se:

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Derli Francisco da Silva

Marcelino Zuffo

Maristela Rosa Abatti Schuler

Sandra Regina Pacheco Pinheiro

Leia-se:

Secretaria Municipal de Ação Social:

Derli Francisco da Silva

Marcelino Zuffo

Rubia Karen Provensi

Sandra Regina Pacheco Pinheiro

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 02 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.481

PORTARIA Nº 1.481 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 31 de março de 2018, do(a) Servidor(a) RAFAELA SANTINI DE OLIVEIRA BRANDALISE, Médica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação em 1º lugar - rechamada no edital de processo seletivo n.º 013/2016/FMS, conforme memorando 592/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1.482

PORTARIA Nº 1.482 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLEUSA SONEGO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 428/2017 de 17 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.483

PORTARIA Nº 1.483 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIZETE APARECIDA SEVERGNINI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 474/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao

disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.484

PORTARIA Nº 1.484 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) GENECI MATTOS DE JESUS TERCENIO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do nº 483, de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 09 de agosto de 2016 a 08 de agosto de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.485

PORTARIA Nº 1.485 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALISBETE CRISTINA VIEIRA MARTINS DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do nº 414, de 17 de fevereiro de 2017, referente ao período de 15 de setembro de 2014 a 14 de setembro de 2015 (12 dias) e de 15 de setembro de 2015 a 14 de setembro de 2016 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 19 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.486

PORTARIA Nº 1.486 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

“AVERBA PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA PERÍODOS DE LICENÇAS-PREMIO NÃO GOZADAS A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. AVERBAR para efeitos de aposentadoria os períodos de licenças-prêmio não gozadas pelo servidor MARCOS ANTONIO MARTINAZZO, Técnico de Administração, referente ao período de 07 de março de 1990 a 06 de março de 1995 correspondente a 60 (sessenta) dias, pedido protocolado sob n.º 3648/2017 de 26 de setembro de 2017, conforme art. 145 da Lei 666 de 21.03.1972.

Art. 2º. Para os efeitos da Lei 666 de 21 de março de 1972 contar-se-á em dobro os períodos não gozados totalizando 120 (cento e vinte) dias para efeitos de aposentadoria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 26 de setembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.487

PORTARIA Nº 1.487 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

“DESIGNA RESPONSÁVEIS PELAS ASSINATURAS DIGITAIS DAS CONTAS BANCÁRIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR os senhores:

DIOCLÉSIO RAGNINI – Prefeito;

JORGE LUIZ DRESCH – Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Financeira;

BRUNO ROGERIO DA ESPADA – Técnico de Administração e

FRANCIANI ALICE RIZZI – Técnico de Administração

Para proceder à movimentação financeira e assinatura digital das contas bancárias mantidas pelo MUNICÍPIO - CNPJ 82.939.380/0001-99, junto às instituições financeiras, conforme memorando 154/2017.

Art. 2º - As assinaturas digitais só poderão ser realizadas mediante a assinatura de no mínimo dois servidores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.488

PORTARIA Nº 1.488 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

"NOMEIA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR as servidoras FRANCIANI ALICE RIZZI, LUCI TEREZINHA HEBERLE e TATIANA BEAL DARIVA COMIN para gerenciar a realização de despesas sob o regime de adiantamento correspondente a Prefeitura Municipal de Joaçaba, conforme memorando nº 153/2017 da Secretaria de Administração e Gestão Financeira.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.489

PORTARIA Nº 1.489 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLAIR DO AMARAL, Cuidador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 118/2017 da Secretaria de Assistência Social, referente ao período de 04 de julho de 2016 a 03 de julho de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de outubro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.490

PORTARIA Nº 1.490 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANA CATARINA ANTES, Psicólogo, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 29/2017 da Secretaria de Assistência Social, referente ao período de 02 de abril de 2014 a 01 de abril de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.491

PORTARIA Nº 1.491 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DERLI FRANCISCO DA SILVA, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 118/2017 da Secretaria de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de outubro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.492

PORTARIA Nº 1.492 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANDRÉIA CRISTINA SCHNEIDER durante o período de 04 de outubro de 2017 a 02 de dezembro de 2017, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 2º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro Educacional Roberto Trompowski, em substituição a servidora Paula Salete Bittencourt, afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.493

PORTARIA Nº 1.493 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DIOGO SANTOS LOPES, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 484/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 02 de abril de 2016 a 01 de abril de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de outubro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.494

PORTARIA Nº 1.494 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIANO GRANDO POLETTI, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 087/2017 do Setor de Fiscalização Tributária, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de outubro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de outubro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de outubro de 2017.

DIOCLESIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 10 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) GRAZIELE DE OLIVEIRA, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 1º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 004/2017, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga, possibilitando a chamada do próximo classificado, conforme item 12.4 do referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de outubro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PLASS

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 40/2017/PLASS

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 40/2017/PLASS

PROVENIENTE DO PL Nº 08/2017/PLASS – INEXIGIBILIDADE Nº 06/2017/PLASS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA - ME.

Data: 06/10/2017

Objeto: Prestação de serviços de Clínica Médica.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2017 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO JHL0050/2017**

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC | PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2017 - PR Processo Administrativo: 60/2017 Processo de Licitação: 60/2017 Data do Processo: 08/08/2017 |
| | Folha: 1/2 |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2017
b) Licitação Nr.: 50/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 05/10/2017
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO DE LODO DESIDRATADO E ESTABILIZADO PROVENIENTE DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO- ETE HERVAL D OESTE, CLASSIFICADO COMO RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE II-A (NÃO PERIGOSOS), CONFORME NORMA ABNT NBR 10.004/04.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

| | Unid. | Qtidade | Descto. (%) | Preço Unitário | Total do Item |
|--|-------|---------|-------------|----------------|---------------|
|--|-------|---------|-------------|----------------|---------------|

TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA (7918)

| | | | | | | |
|---|---|---|--------|--------|--------|------------|
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO DE LODO DESIDRATADO E ESTABILIZADO PROVENIENTE DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO- ETE HERVAL D OESTE, CLASSIFICADO COMO RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE II-A (NÃO PERIGOSOS), CONFORME NORMA ABNT NBR 10.004/04. - Marca: TUCANO | T | 770,00 | 0,0000 | 271,50 | 209.055,00 |
|---|---|---|--------|--------|--------|------------|

Total do Fornecedor: 209.055,00

Total Geral: 209.055,00

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 50/2017 - PR

Processo Administrativo: 60/2017
Processo de Licitação: 60/2017
Data do Processo: 08/08/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (17)

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EDITAL 01/17 FMASH- SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES

DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Município de Lages, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, torna público o Edital de Credenciamento para Organizações da Sociedade Civil, com sede ou instalações no Município de Lages, que tenham interesse em executar Serviço de Proteção Social Básica, denominado: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As propostas deverão ser encaminhadas no dia 09/11/2017, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – Praça João Ribeiro, nº 37, Bairro Centro, CEP: 88502-175, Lages/SC.

O presente Edital será disponibilizado no site www.lages.sc.gov.br. Maiores informações, pelo telefone (49) 3224-3014.

Lages, 09 de outubro de 2017.

Samuel Ramos

Secretário de Assistência Social e Habitação

EDITAL 01/17 FMASH- SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES

DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Município de Lages, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, torna público o Edital de Credenciamento para Organizações da Sociedade Civil, com sede ou instalações no Município de Lages, que tenham interesse em executar Serviço de Proteção Social Básica, denominado: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência. As propostas deverão ser encaminhadas no dia 09/11/2017, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – Praça João Ribeiro, nº 37, Bairro Centro, CEP: 88502-175, Lages/SC.

O presente Edital será disponibilizado no site www.lages.sc.gov.br. Maiores informações, pelo telefone (49) 3224-3014.

Lages, 09 de outubro de 2017.

Samuel Ramos

Secretário de Assistência Social e Habitação

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 185/2017

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ÁGUAS BRANCAS CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 21.897.703/0001-34, situada à Avenida Adolfo Konder, s/n, apto 09, bairro Centro, CEP 88650-000, Urubici/SC.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 185/2017, Conforme parecer jurídico nº 1136/2017, Processo Licitatório nº 150/2017, correlato à Tomada de Preços nº 08/2017, do tipo Menor Preço por Lote, aberta em 16/08/2017 e homologada em 16/08/2017, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de reformas nos Ginásios Ivo Silveira e Jones Minosso, bem como Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção de Barracão no Estádio Municipal Vidal Ramos Júnior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 Da Execução, fica prorrogado até 31/12/2017;

2.3.4 Do Contrato, fica prorrogado até 31/12/2017, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

11.1 fica prorrogado até 31/12/2017, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 29 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 244/2017

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO.º 244/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº .05.725.151/0001-20, estabelecida na Rua São Pedro, 1844 – Sala 8ª Bairro Areias São José/SC – CEP 88.113.250.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 191/2017, correlato à Tomada de Preços nº 15/2017, conforme parecer jurídico nº 899/2017, do tipo Menor Preço por Lote, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 28/08/2017 e homologada em 04/10/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Lote 01 - Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Piso Modular Multi Uso para Quadra Poliesportiva do Ginásio de Esportes Jones Minosso.

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 244/2017, Conforme parecer jurídico n.º 1120/2017, Processo Licitatório nº 191/2017, correlato à Tomada de Preços nº 15/2017, conforme parecer jurídico nº 899/2017, do tipo Menor Preço por Lote, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 28/08/2017 e homologada em 04/10/2017, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Lote 01 - Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Piso Modular Multi Uso para Quadra Poliesportiva do Ginásio de Esportes Jones Minosso.

Conforme solicitação de acréscimo de quantitativos, solicitado pela CCO 57º JASC ofício n.º 137/2017, com parecer jurídico n.º 1120/2017 favorável, ADITA-SE a quantia de R\$ 16.104,00 (dezesesseis mil cento e quatro reais), fazendo referência a 132m² de piso modular. Impacto de 13,1227% ao valor anteriormente contratado.

As demais cláusulas e condições, anteriormente contratadas permanecem inalteradas.

Lages, 04 e outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 26-A/2017 - ELFA - SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-A/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

PROCESSO Nº 57/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica, demandas judiciais e pronto atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 101.476,80 (cento e um mil e quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), sendo:

ELFA MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 09.053.134/0002-26 – Rua Projetada, nº 106, bairro Praia de Jacaré, CEP 58310-000, Cabedelo/PB.

Lages, 26 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 26-B/2017 - EXTRA - SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-B/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

PROCESSO Nº 57/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica, demandas judiciais e pronto atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;
- 2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 70.966,80 (setenta mil e novecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), sendo:

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – CNPJ nº 06.035.038/0001-86 – Rua Rui Barbosa, nº 69, bairro Centro, CEP 88900-007, Araranguá/SC.

Lages, 26 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 26-C/2017 NOSSA SENHORA DOS CAMPOS - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-C/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

PROCESSO Nº 57/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica, demandas judiciais e pronto atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;
- 2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 45.027,16 (quarenta e cinco mil e vinte e sete reais e dezesseis centavos), sendo:

FARMÁCIA NOSSA SRA DOS CAMPOS LTDA – EPP – CNPJ nº 81.874.380/0001-95 – Rua São Joaquim, nº 820, sala A-2, bairro Copacabana, CEP 88504-011, Lages/SC.

Lages, 26 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 26-D/2017 - INFINITY MEDICAMENTOS - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-D/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

PROCESSO Nº 57/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica, demandas judiciais e pronto atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;
- 2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 3.843,84 (três mil e oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), sendo:

INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 23.240.000/0001-64 – Rua Ottokar Doerffel, nº 1112, bloco A, galpão A 13, bairro Atiradores, CEP 89203-212, Joinville/SC.

Lages, 26 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 26-E/2017 - MERCÓ - SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26-E/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

PROCESSO Nº 57/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica, demandas judiciais e pronto atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 25/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 69.182,40 (sessenta e nove mil e cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos), sendo:

MERCÓ SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA – CNPJ nº 05.912.018/0001-83 – Rua Brescia, nº 184, barracão 02, bairro Maua, CEP 83413-575, Colombo/PR.

Lages, 26 de setembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 61-A/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 61-A/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2017

PROCESSO Nº 215/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Equipamentos de Informática para a Procuradoria Geral do Município, Setor de Execução Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: contar-se-á da data da assinatura da Presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s) e Local(is): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 300/2017.

O valor registrado é de R\$ 246.750,00 (duzentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta reais), sendo:

JOSÉ CARLOS PEIXER DA COSTA – ME – CNPJ 08.234.845/0001-53 – RUA PAPANDUVA, 08 – PETROPOLIS – LAGES/SC CEP 88.505-366.

Lages, 02 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 61-B/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 61-B/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 300/2017

PROCESSO Nº 215/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de Equipamentos de Informática para a Procuradoria Geral do Município, Setor de Execução Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: contar-se-á da data da assinatura da Presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s) e Local(is): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.5 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela

abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 300/2017.

O valor registrado é de R\$ 184.350,00 (cento e oitenta e quatro mil trezentos e cinquenta reais), sendo:

SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. – CNPJ 58.619.404/0008-14 – AV. ENGENHEIRO MARCELO MIRANDA SOARES, 1425 – VILA SANTO ANTONIO PARANAIBA/MS CEP 79.500-000.

Lages, 02 de outubro 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 09/2017 - AS CONSTRUTORA - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 09/2017 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATA: AS CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04, com endereço à Rua Otacílio Couto, nº 80, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC.

Resolvem celebrar este contrato, conforme Parecer Jurídico nº 994/2017, em decorrência do Processo Licitatório nº 11/2017, correlato a Tomada de Preços nº 02/2017, aberto em 03/10/2017 e homologado em 03/10/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa especializada para implantação de rede de esgoto do presídio masculino de Lages, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da assinatura da ordem de Serviço;

2.3 Da Entrega/Recebimento:

2.3.1 Do Recebimento Provisório, em até 15 (quinze) dias, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.1 Do Recebimento Definitivo, em até 90 (noventa) dias, pela Comissão Municipal de Recebimento de Obras, mediante termo circunstanciado, para efeito de vistoria e da comprovação da adequação do objeto às condições contratadas. Durante este período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade, todo o serviço contratado. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, sem ônus para o Município;

2.4 Do Contrato: 270 (duzentos e setenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 397.342,41 (trezentos e noventa e sete mil e trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos).

Antonio Ceron

Lages, 05 de outubro de 2017.

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 244/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO.º 244/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº .05.725.151/0001-20, estabelecida na Rua São Pedro, 1844 – Sala 8ª Bairro Areias São José/SC – CEP 88.113.250.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 191/2017, correlato à Tomada de Preços nº 15/2017, conforme parecer jurídico nº 899/2017, do tipo Menor Preço por Lote, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 28/08/2017 e homologada em 04/10/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Lote 01 - Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Piso Modular Multi Uso para Quadra Poliesportiva do Ginásio de Esportes Jones Minosso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do presente contrato, até 19/10/2017;

2.3 De Entrega(s), contar-se-á da data da assinatura do presente contrato, até 31/10/2017;

2.4 De Recebimento:

2.4.1 Provisório, em até 15 (quinze) dias, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.4.2 Definitivo, em até 90 (cinco) dias, pela Comissão Municipal de Recebimento de Obras, mediante termo circunstanciado, para efeito de vistoria e da comprovação da adequação do objeto às condições contratadas. Durante este período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade, todo o serviço contratado. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, sem ônus para o Município;

2.5 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 112.718,00 (cento e doze mil setecentos e dezoito reais).

Lages, 02 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 248/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 248/2017 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR(A): MILTON MORAIS SANTANA, inscrito no CPF nº 017.685.199-27, estabelecido e domiciliado à na Rua Jacob Weingartner, 4259 Bairro Centro, em Florianópolis/SC. CEP 88.131-400.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 227/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 91/2017, aberto em 04/10/2017 e homologado em 04/10/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Imóvel destinado à Instalação da Extensão do CEIM Assistência Nossa Senhora dos Prazeres, situado à Rua melvin Jones S/N Vila Nova Lages/SC – CEP 88.503-280.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: Da data da assinatura do presente contrato;

2.2 De Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado;

2.4 Do Contrato: A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta do(a) LOCADOR(A), é de R\$ 2.270,00 (dois mil duzentos e setenta reais) mensal, totalizando R\$ 27.240,00 (vinte e sete mil duzentos e quarenta reais).

Lages, 04 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

EXTRATOS 2017.6

CONTRATO: Nº 095/2017 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para a reforma da cobertura da Creche Pequeno Príncipe

VIGÊNCIA: A vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias corridos a contar da assinatura deste. O prazo de conclusão da obra é de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura da ordem de serviço.

VALOR TOTAL: R\$ 65.522,38 (Sessenta e cinco mil quinhentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos).

DATA: 05 de setembro de 2017

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 002/2013 - FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 002/2013 - FLC até o dia 26/06/2018.

DATA: 24 de Junho de 2017

CONTRATO: Nº 083/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA

OBJETO: aquisição de um veículo automotor

VIGÊNCIA: período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017

VALOR TOTAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

DATA: 16 de junho de 2017.

CONTRATO: Nº 086/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: AFONSO TOMCZAK - ME

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de nove abrigos de passageiros

VIGÊNCIA: período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017

VALOR TOTAL: R\$ 49.488,29 (Quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos)

DATA: 27 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 087/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC)

OBJETO: prestação de serviços de pesquisa com erro amostral de até 5% (cinco por cento) e nível de confiança de no mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) com o intuito de colher informações e dados relacionados à XXXVI Semana Cultural.

VIGÊNCIA: O período de vigência é específico para o evento, iniciando-se no dia 28 de julho de 2017, encerrando-se em 06 de agosto de 2017 no que se refere à coleta dos dados e, possuindo a CONTRATADA o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos resultados.

VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

DATA: 27 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 088/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: IMPERIAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E CAMINHÃO para a manutenção e ampliação do Sistema Viário do Município

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato a será a partir da data de assinatura, até 27 de agosto de 2017 ou término do processo licitatório com estes objetos, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

VALOR TOTAL: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

DATA: 27 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 089/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: OTTO RAMPINELLI - EPP

OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E CAMINHÃO para a manutenção e ampliação do Sistema Viário do Município

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato a será a partir da data de assinatura, até 27 de agosto de 2017 ou término do processo licitatório com estes objetos, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

VALOR TOTAL: R\$ 16.776,00 (dezesseis mil setecentos e setenta e seis reais).

DATA: 27 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 091/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

OBJETO: contratação de empresa pelo REGIME DE EMPREITADA GLOBAL –FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, do Projeto - Espaço Educativo Urbano 12 Salas de Aula.

VIGÊNCIA: O prazo para a conclusão da obra será conforme o prazo do cronograma físico financeiro de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a contar da data da Ordem de Início de Serviço a ser emitida pela Secretaria requisitante. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data de Ordem de Início.

VALOR TOTAL: R\$ 3.180.599,88 (três milhões cento e oitenta mil quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)

DATA: 04 de agosto de 2017

CONTRATO: Nº 092/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: RESTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA - EPP

OBJETO: fornecimento de materiais/serviços para que a CONTRATADA realize testes para constatar lançamento irregular de esgotos sanitários dos sistema individuais e coletivos das unidades imobiliárias e de ligações pluviais irregulares na Praia do Mar Grosso, na área de abrangência do Emissário Submarino

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

VALOR TOTAL: R\$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais)

DATA: 03 de agosto de 2017

CONTRATO: Nº 093/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: STECKERT ENGENHARIA LTDA

OBJETO: contratação da CONTRATADA para a fiscalização da obra da rede de cabeamento subterrâneo da rua Raulino Horn e entorno da igreja Matriz de Santo Antônio no centro de Laguna

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será de um ano a partir da data de sua assinatura.

VALOR TOTAL: R\$ 74.628,00 (Setenta e quatro mil seiscentos e vinte e oito reais)

DATA: 07 de agosto de 2017

CONTRATO: Nº 096/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MULTSEG SERVIÇO E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA. ME

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de serviços de implantação e assessoramento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, bem como de demais assuntos relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade física dos funcionários

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura VALOR TOTAL: R\$ 7.920,00 (Sete mil novecentos e vinte reais).

DATA: 05 de setembro de 2017.

CONTRATO: Nº 097/2017 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

OBJETO: contratação de empresa especializada em prestação de serviço de recapeamento asfáltico da Rua Luiz Severino Duarte

VIGÊNCIA: A vigência do Contrato será de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar da assinatura deste

VALOR TOTAL: R\$ 374.892,86 (trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos)

DATA: 27 de setembro de 2017.

CONTRATO: Nº 010/2017 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: GRUPO MUNICIPAL DE TEATRO - GEMT

OBJETO: prestação de serviços artísticos.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 04 de agosto de 2017

VALOR TOTAL: R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 011/2017 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: LEANDRO OLIVEIRA DA SILVEIRA

OBJETO: prestação de serviços de apresentações musicais.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 28 de julho de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 012/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: FELIPE EUFRÁSIO MARTINS
OBJETO: prestação de serviços de apresentações musicais.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 30 de julho de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 800,00 (oitocentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 013/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: RENATO DEMÉTRIO FERREIRA
OBJETO: prestação de serviços de apresentações musicais.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 31 de julho de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00 (mil reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 014/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: GRUPO OPUS 4
OBJETO: prestação de serviços de apresentações musicais.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 04 de agosto de 2017
VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00 (um mil reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 015/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: LUCIANA SEBOLT RODRIGUES DAMAZIO
OBJETO: prestação de apresentações musicais.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 04 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 016/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: RENATO DEMÉTRIO FERREIRA
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 06 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00 (mil reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 017/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: DEJAIR FLAVIO BORGES JUNIOR - MEI
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 04 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 018/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: DEJAIR FLAVIO BORGES JUNIOR - MEI
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 019/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: DEJAIR FLAVIO BORGES JUNIOR - MEI
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 02 de agosto de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 020/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: SÔNIA LAPOLLI
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
VALOR TOTAL: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 04 de agosto de 2017.
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 021/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: GEAN PIERRE DA SILVA MACHADO
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 03 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 022/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: LUIS EVERTON RODRIGUES FERNANDES
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 023/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: FELIPE GAINET VIEIRA
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 024/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: ARTUR NUNES FLORES
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 025/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: WELLINGTON JOB TEIXEIRA
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 026/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: RODRIGO LAUFFER
OBJETO: prestação de serviços artísticos.
VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.
VALOR TOTAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais).
DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 027/2017 – FLC
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA
CONTRATADA: LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA

OBJETO: prestação de serviços artísticos.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 028/2017 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: SOCIEDADE MUSICAL CARLOS GOMES

OBJETO: prestação de serviços artísticos.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de agosto de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 029/2017 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO GRUPO DE CULTURA CASA DA DINDINHA

OBJETO: prestação de serviços artísticos.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 06 de agosto de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 030/2017 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS

OBJETO: prestação de serviços artísticos.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 6 de agosto de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 031/2017 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: CORAL SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS

OBJETO: prestação de serviços artísticos.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 6 de agosto de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

DATA: 28 de julho de 2017

CONTRATO: Nº 032/2017 – FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: GRUPO MUNICIPAL DE TEATRO - GEMT

OBJETO: prestação de serviços artísticos.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 06 de agosto de 2017

VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

DATA: 28 de julho de 2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016 - FLAMA

LOCATÁRIO: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

LOCADOR: VINICIUS BARRETO BACHA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do contrato no 001/2016 – FLAMA até o dia 31/12/2017.

DATA: 14 de junho de 2017

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2013 - PML

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA

ADITIVO DE VALOR: Fica acrescido o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), totalizando ao contrato a importância anual de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

ADITIVO DE PRAZO: O presente termo aditivo tem por intuito prorrogar a vigência do Contrato nº 37/2013 - PML, até o dia 31 de dezembro de 2017.

DATA: 30 de agosto de 2017

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2014 - PML

LOCATÁRIO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS

LOCADOR: EDSON BASTOS DE ALKMIM

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 043/2014 – PML até o dia 31/12/2017.
DATA: 28 de julho de 2017

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2014 - PML

LOCATÁRIO: SECRETARIA DE TRANSPORTES e OBRAS

LOCADOR: POSTO OFICINAS LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do contrato nº 073/2014 – PML até o dia 31/12/2017

DATA: 28 de Julho de 2017

ERRATA AO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2014 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADAS: CONSÓRCIO QUANTUM – SADENCO – MAGAPAVI

ADITIVO DE CORREÇÃO: 1º - Onde se lê na CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica acrescentada a importância de R\$ 492.687,11 (quatrocentos e noventa e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e onze centavos), correspondente à diferença de um percentual total de 6,146% (seis vírgula quatorze por cento) do objeto contratado.

Leia-se na CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica acrescentada a importância de R\$ 987.882,98 (novecentos e oitenta e sete reais oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos), correspondente à diferença de um percentual total de 12,32% (doze vírgula trinta por cento) do objeto contratado.

2º - Onde se lê na CLÁUSULA TERCEIRA:

As alterações constantes das cláusulas supras são em vista da necessidade de adequação dos quantitativos constantes da planilha em ANEXO, conforme pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, mediante Processo Administrativo nº 3814/2017 - oriundo da SEPLAN, acompanhado de memorial descritivo dos itens reprogramados, medições e demais justificativas.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL

ETAPA 01: R\$ 5.982.896,08

ETAPA 02: R\$ 2.033.985,63

TOTAL: R\$ 8.016.881,71 100%

VALOR TOTAL DO ACRÉSCIMO:

ETAPA 01: R\$ ZERO

ETAPA 02: R\$ 492.687,11

TOTAL: R\$ 492.687,11 6,146%

VALOR TOTAL DA SUPRESSÃO:

ETAPA 01: R\$ ZERO

ETAPA 02: R\$ 1.000.107,43

TOTAL: R\$1.000.107,43 - 12,475%

VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS REPROGRAMAÇÃO 01:

ETAPA 01: R\$ 5.982.896,07

ETAPA 02: R\$ 1.991.668,95

TOTAL: R\$ 7.974.565,02 VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS REPROGRAMAÇÃO 02 (ATUAL):

ETAPA 01: R\$ 5.982.896,07

ETAPA 02: R\$ 1.484.248,63

TOTAL: R\$ 7.467.144,70

Leia-se na CLÁUSULA TERCEIRA:

As alterações constantes das cláusulas supras são em vista da necessidade de adequação dos quantitativos constantes da planilha em ANEXO, conforme pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, mediante Processo Administrativo nº 3814/2017 - oriundo da SEPLAN, acompanhado de memorial descritivo dos itens reprogramados, medições e demais justificativas.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL

ETAPA 01: R\$ 5.982.896,08

ETAPA 02: R\$ 2.033.985,63

TOTAL: R\$ 8.016.881,71 100%

VALOR TOTAL DO ACRÉSCIMO:

ETAPA 01: R\$ 495.195,87

ETAPA 02: R\$ 492.687,11

TOTAL: R\$ 987.882,98 12,32%

VALOR TOTAL DA SUPRESSÃO:

ETAPA 01: R\$ ZERO

ETAPA 02: R\$ 1.000.107,43

TOTAL: R\$1.000.107,43 - 12,475%

VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS REPROGRAMAÇÃO 01:

ETAPA 01: R\$ 5.982.896,07

ETAPA 02: R\$ 1.991.668,95

TOTAL: R\$ 7.974.565,02 VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS REPROGRAMAÇÃO 02 (ATUAL):

ETAPA 01: R\$ 6.478.091,94

ETAPA 02: R\$ 1.484.248,63

TOTAL: R\$ 7.962.340,57

3º - A presente errata complementa o CONTRATO Nº 082/2014 – PML e ratifica todas as cláusulas que não foram modificadas.

DATA: 28 de agosto de 2017

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2014 - FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CELK SISTEMAS LTDA EPP

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do contrato nº 016/2014 – FMS até o dia 31/12/2017.

DATA: 16 de Agosto de 2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2017 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro, passa a ser de R\$ 2,8011 para Óleo Diesel S500 e R\$ 2,8943 para Óleo Diesel S10, alterando-se, conseqüentemente, de igual modo o valor a ser praticado no CONTRATO 053/2017 - PML, oriundo desta Contrato.

DATA: 11 de Agosto de 2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2017 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro, passa a ser de R\$ 2,8011 para Óleo Diesel S500 e R\$ 2,8943 para Óleo Diesel S10, alterando-se, conseqüentemente, de igual modo o valor a ser praticado no CONTRATO 054/2017 - PML, oriundo desta Contrato. DATA: 11 de Agosto de 2017

CONVÊNIO 03/2017 – FIA

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE

OBJETO: cooperação financeira para custear as despesas com a aquisição de materiais para o projeto "SALA DE INFORMÁTICA MULTIVISUAL ADAPTADA: AMPLIAÇÃO DE UMA SALA ESTRUTURADA E ADAPTADA, FAVORECENDO O ACESSO E A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA", visando qualificar e adaptar a sala de informática já existente na escola.

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste Convênio será contado a partir da data de sua assinatura, ou seja seu início em 29/08/2017 e seu término em 29/10/2017

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

DATA: 29 de agosto de 2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2017 - FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

ADITIVO DE CANCELAMENTO: 1.1 Fica acordado entre as partes, mediante análise dos preços estabelecidos no pregão presencial n. 002/2017 - FMS, o cancelamento do item 157/Lote 105: "Agulhas para acupuntura caixa com 1000 - 0,25x30mm"

DATA: 08 de Setembro de 2017

CONTRATO DE RATEIO Nº 045/2017 – FMS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL

OBJETO: definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência desde a data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017

VALOR TOTAL: Total geral R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).

DATA: 02 de janeiro de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2017 - FMS.

COMPROMISSÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

COMPROMITENTE: L A DALLA PORTA JUNIOR – EPP

OBJETO: eventual fornecimento de materiais odontológicos

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

VALOR TOTAL: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

DATA: 20 de agosto de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2017 - PML.

COMPROMISSÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

COMPROMITENTE: LUIZ GERALDO TORQUATO ME

OBJETO: eventual aquisição de placas de sinalização viária vertical

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

VALOR TOTAL: R\$ 60.100,00 (Sessenta mil e cem reais).

DATA: 22 de setembro de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 018/2017 - PML.

COMPROMISSÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

COMPROMITENTE: GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA EPP

OBJETO: eventual aquisição de tubo industrial em aço

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

VALOR TOTAL: R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais).

DATA: 22 de setembro de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2017 - PML.
COMPROMISSÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
COMPROMITENTE: SINASC – SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA
OBJETO: eventual prestação de serviços de sinalização viária horizontal
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL: R\$ 63.670,00 (Sessenta e três mil seiscientos e setenta reais).
DATA: 22 de setembro de 2017

ORDEM DE SERVIÇO N. 008/2017
CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A. OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de recapeamento asfáltico da Rua Luiz Severino Duarte. Valor Total: R\$ 374.892,86 (trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos).

SEGUNDO CONTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 012/2016 - FMS
COMPROMISSÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COMPROMITENTE: DISTRIFARMA – FARMÁCIA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SOUZA LTDA
ADITIVO DE PRAZO: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017
DATA: 28 de julho de 2017

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 146/PMLM/2017

-ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 146/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 23/10/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição equipamentos e suprimentos de informática (impressoras e tonners) para atendimento das demandas da rede municipal de ensino do Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 06 de outubro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 145/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 145/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 20/10/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material permanente, eletrodomésticos, equipamentos e eletrônicos para atendimento das demandas da Secretaria de Educação de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital, bem como Termo PAR nº201401714 Processo nº 23400007262201400 firmado com FNDE.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível no site: www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 06 de outubro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO Nº 101/2017

DECRETO Nº 101, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

“Prorroga a jornada reduzida de trabalho para os servidores da Secretaria de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente, da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e do Paço Administrativo e dá outras providências.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de contenção da despesa e visando a economicidade do erário, sem prejuízo do atendimento à população;

Considerando o horário de verão, que terá início a partir da 00h00min do dia 15/10/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por tempo indeterminado o Decreto nº 001, de 02 de janeiro de 2017, que reduz para o período vespertino, das 13h00min até às 19h00min, a jornada de trabalho dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente e os Servidores do Paço Administrativo.

Art. 2º Durante a redução da jornada de trabalho das secretarias mencionadas no Art. 1º deste Decreto, os servidores poderão ser convocados caso haja interesse público, calamidade pública, caso fortuito ou força maior, para jornada diferente, mediante solicitação do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único: Eventualmente, e de acordo com a necessidade de atendimento dos serviços pertinentes ao município, os servidores quando convocados ao trabalho na parte da manhã, neste dia cumprirão a jornada de trabalho anteriormente estabelecida, compreendendo o horário: 7h30min às 11h30min e da 13h30min às 17h30min.

Art. 3º O serviço de coleta de lixo permanece sendo realizado nas segundas-feiras, a partir das 07h30min às 11h30min, período vespertino das 13h30min às 17h30min.

Art. 4º Permanecem inalterados os horários dos Estabelecimentos de Saúde, Casa da Cidadania, CRAS, Centro da Juventude e Estabelecimentos de Educação, compreendendo os horários convencionais específicos de cada atividade.

Art. 5º A Oficina Mecânica Municipal trabalhará em dois turnos, das 7h00min às 13h00min e das 13h00min às 19h00min, com duas equipes de trabalho, designadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura surtindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2017, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, os termos do Decreto nº 074/2011.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições contidas no Decreto nº 36, de 30 de maio de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 05 de outubro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 04/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017 FMS

Fabiano Biezu Frare – Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, sistema de Registro de Preços na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 2817/2016, para a possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica e leite especial, com recebimento das propostas até as 08:15 horas do dia 25 de outubro de 2017, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lindóia do Sul - SC, 06 de outubro de 2017.

Fabiano Biezu Frare

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social.

DECRETO Nº 2.977/2.017, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.977/2.017, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Ordinária Nº 1.372/2017, de 05 de Outubro de 2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.027 – Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 1.009 – Investimentos Gerais – FMS

4.4.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família - ESF

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.50.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 05 de Outubro de 2.017

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE TOAMDA DE PREÇOS Nº 07/2017

Genir Lori – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso de suas atribuições legais, e diante da necessidade de adequação de parte do projeto básico da obra de Revitalização do Conjunto Arquitetônico Histórico, localizado em Linha Maria Guinther, informa a ocorrência de alterações no Edital de Tomada de Preços nº 07/2017, de modo a:

1- Alterar as pranchas do projeto estrutural em madeira (Anexo "E");

2- Alterar a data de abertura do certame para o dia 25/10/2017.

Permanecem inalterados todos os demais termos do edital e anexos. A íntegra do Adendo, Edital e projeto básico atualizado, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço: www.lindoiadosul.sc.gov.br. Demais informações também poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 06 de outubro de 2017.

Genir Lori - Prefeito Municipal.

LEI Nº 1.372, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

LEI Nº 1.372, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.027 – Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 1.009 – Investimentos Gerais – FMS

4.4.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família - ESF

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.50.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lindóia do Sul, 05 de outubro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 113/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

TOMADA DE PREÇO/TÉCNICA E PREÇO

PROCESSO N.º 113/2017

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL PARA O MUNICÍPIO DE LONTRAS/SC. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 10/11/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas 10/11/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 06 de Outubro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luis Alves

PREFEITURA

LEI 1693/2017

LEI N.º 1.693/2017

Dispõe sobre a participação do Município de Luiz Alves no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, autorizando a adesão ao Protocolo de Intenções, ao Contrato de Consórcio Público e ao Estatuto e instituindo o Consórcio Público como entidade interfederativa no âmbito da Administração Indireta do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Município de Luiz Alves no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, a sua adesão ao Protocolo de Intenções de que trata o Anexo Único desta Lei, bem como ao Contrato de Consórcio Público e ao respectivo Estatuto.

§ 1º O Município de Luiz Alves passará a integrar efetivamente ao Consórcio Público a contar da vigência desta Lei, ficando ratificada a manifestação de interesse no ingresso praticada pelo Chefe do Poder Executivo e autorizando-se este a promover:

I - a assinatura dos termos aditivos ao Protocolo de Intenções, ao Contrato de Consórcio Público e ao Estatuto do CIMVI;

II - a previsão de dotações orçamentárias para cumprimento dos encargos assumidos;

III - a formalização de Contrato de Rateio para o exercício de 2018 e seguintes;

IV - a proposição de Contratos de Programa;

V - a assunção de obrigações e a participação de deliberações no âmbito do Consórcio;

VI - todos os demais atos e ações necessárias à consolidação da participação do Município no CIMVI.

§ 2º Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo participar da gestão associada de serviços públicos no modelo consorcial de que trata esta Lei.

§ 3º Será objeto de gestão associada, parcial ou totalmente, os serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções do CIMVI, bem como os serviços previstos em contrato de programa.

§ 4º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar convênio de cooperação com o Consórcio Público CIMVI para execução de ações de interesse comum.

§ 5º A aplicação do disposto nesta Lei não interfere na validade e vigência dos contratos de concessão ou de prestação de serviços para coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos mantidos pelo Município.

§ 6º Nos termos desta Lei, o Município mantém sua autonomia e titularidade sobre os serviços públicos relacionados no § 3º deste artigo, cabendo a este decidir sobre a conveniência e a necessidade de participar da gestão associada destes, sempre mediante Contrato de Programa ou Convênio de Cooperação, onde se observe os termos da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu regulamento.

Art. 2º Fica instituído no âmbito da Administração Indireta do Município de Luiz Alves, como associação pública, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, inscrito no CNPJ n.º 03.111.139/0001-09, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, na forma do Código Civil Brasileiro e da Lei Federal nº 11.107/05 e seu regulamento.

Art. 3º O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI fica isento, independentemente de requerimento, de todos os tributos municipais, sem prejuízo da imunidade tributária de que trata o artigo 150, inciso VI, alínea "a" e § 2º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A isenção e a imunidade tributária de que trata o caput deste artigo se aplica desde a vigência da Lei local que ratifica o protocolo de intenções e/ou da Lei que disciplinou a participação desta municipalidade no Consórcio Público.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luisalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário M. de Administração
ANEXO ÚNICO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:

PREÂMBULO

A possibilidade legal de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos também passaram a contemplar esta forma de organização institucional para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada expressamente pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta disciplina legal prevê a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, "a", e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 183, 496, 534/535 e 910 do CPC) próprios dos Entes Federados, além de atrair a aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Além disso, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de licitações para compras e serviços, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Por outro lado, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia e economicidade.

Desta forma, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções e/ou firmado convênio com o Consórcio Público;

II - bacia hidrográfica: região compreendida entre divisores de água, na qual toda água aí precipitada escoar por um único exutório;

III - contrato de gestão: instrumento firmado entre o Consórcio Público e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento;

IV - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de gestão associada ou cooperação institucional;

V - contrato de rateio: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

VI - convênio de cooperação: pacto firmado por Entes da Federação e o Consórcio Público, com o objetivo de promover atividades, ações e serviços de interesse público e/ou autorizar a gestão associada de serviços públicos;

VII - fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir eficiência na execução e/ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

VIII - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, administração e execução de serviços públicos por meio do Consórcio Público, conforme contrato de programa ou convênio de cooperação, acompanhadas ou não da prestação direta de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

IX - meio ambiente: conjunto de agentes físicos, químicos, biológicos e dos fatores sociais suscetíveis de exercerem um efeito direto ou mesmo indireto, imediato ou em longo prazo, sobre todos os seres vivos, inclusive ao homem;

X - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

XI - prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

XII - protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;

XIII - ratificação: aprovação pelo ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;

XIV - recursos naturais: componentes, materiais ou não, obtidos diretamente da natureza e aproveitáveis pelo homem, aos quais são atribuídos valores econômicos, sociais e culturais;

XV - regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XVI - reserva: ato pelo qual ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções;

XVII - retirada: saída de ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;

XVIII - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

XIX - serviços administrativos: serviços que o Poder Público executa para atender a suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público;

XX - serviço público: atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, que possa ser remunerado por meio de taxa ou preço público, inclusive tarifa;

XXI - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 23/03/1999; e

XXII - titular de serviço público: ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPARGUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação de pelo menos cinco dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.2 - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, de forma que o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI o sucederá de pleno direito, na forma deste Protocolo de Intenções e das Leis que o ratificarem.

1.1.3 - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

2.1 - O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

2.2 - Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersetorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

2.3 - O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

2.4 - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de

saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

2.5 – São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

- a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;
- d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;
- e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

- a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;
- b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;
- c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;
- d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos

correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

- a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;
- b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;
- c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;
- d) desenvolver atividades de educação ambiental;
- e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

- a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;
- b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;
- c) constituir ou contratar equipes:
 - c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;
 - c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;
- d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;
- e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

2.5.1 - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

- I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;
- III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;
- IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade

pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

2.5.2 – O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

2.5.3 – Mediante aprovação da Assembleia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

2.6 – Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, estando autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, CEP. 89120-000, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 - A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os entes consorciados.

CLÁUSULA QUARTA DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GASPARG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito.

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - Somente será considerado consorciado o ente da federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

4.1.3 - Será automaticamente admitido no consórcio o ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da sua assinatura.

4.1.4 - A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 (caput) desta cláusula, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

4.3 – É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 – Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes da Federação subscritores.

CLÁUSULA QUINTA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

5.1 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

CLÁUSULA SEXTA DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no “Contrato de Rateio”;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o “Contrato de Programa e o Contrato de Rateio”;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

7.1 - O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e do respectivo Contrato de Consórcio.

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II – (Revogado)

III – Diretoria;

IV - (Revogado);

V - (Revogado).

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

7.2.1 – Será instituído por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

7.2.2 – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

CLÁUSULA OITAVA

Da Assembléia Geral

8.1 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral.

8.2 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

8.3.2 – (revogado).

8.4 - Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para que a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários a apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembléia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

- c) o orçamento anual do Consórcio e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;
- f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII – (revogado);

VIII – aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

X – aprovar a celebração de convênios e/ou contratos de programa;

XI – apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembleia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembleia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembleia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembleia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura por 2/3 (dois terços) dos votos dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Protocolo de Intenções, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto básico do projeto de estatutos e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

8.9.4 - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembléia Geral;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CLÁUSULA NONA

DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

9.1 - Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio incumbe ao Presidente:

I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as Assembléias Gerais;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 – Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

CLÁUSULA DÉCIMA

Da DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Diretor Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Diretor Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 – A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Diretor Executivo serão fixadas nos estatutos.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

10.3.1 – (Revogado).

10.3.2 – As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

10.5 – Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA-A

DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – FIMAMVI

10-A.1 - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

10-A.2 - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

10-A.3.1 - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

10-A.4 - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

10-A.5 - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

10-A.6 - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

10-A.7 - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Revogado)

11.1 – (revogado).

11.1.1 - (revogado).

11.2 - (revogado).

11.2.1 - (revogado).

11.2.2 - (revogado).

11.2.3 - (revogado).

11.2.4 - (revogado).

11.2.5 - (revogado).

11.3 - (revogado).

11.3.1 - (revogado).

11.4 - (revogado).

11.4.1 - (revogado).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (revogado)

12.1 – (revogado)

12.1.1 - (revogado)

12.1.2 - (revogado)

12.1.3 - (revogado)

12.2 - (revogado)

12.3 - (revogado)

12.3.1 - (revogado)

12.4 - (revogado)

12.4.1 - (revogado)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS RECURSOS HUMANOS

13.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 deste Protocolo de Intenções, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

13.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

13.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções.

13.1.3 - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

13.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

13.2.1 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

13.2.2 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

13.2.3 - Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

13.2.4 - Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação

de cada um.

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

13.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

13.2.4.3 - Na hipótese do item 13.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.

13.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

13.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os de Diretor Executivo e de Gestor de Serviços, que serão de livre nomeação e exoneração. Os empregos públicos de livre nomeação e exoneração são regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

13.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

13.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

13.3.2.2 - A revisão geral anual de que trata o item 13.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

13.3.2.3 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 13.3.2.2, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

13.3.2.4 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 13.3.2.1.

13.3.3 – (revogado)

13.3.3-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

13.3.4 – A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificativa da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

13.3.5 – São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

13.3.6 – As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 13.2.1 deste Protocolo de Intenções.

13.3.7 – Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

13.3.7.1 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

13.3.7.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

13.3.7.3 – Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

13.3.7.4 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

13.4 - Os editais de concurso público do Consórcio Público deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

13.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

13.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

13.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

13.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

13.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

13.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e

452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

13.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

13.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

13.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

13.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

13.7.1 – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

13.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

13.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

13.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

13.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

13.7.2 - Conceder-se-á:

I – Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II – Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

13.7.2.1 – Revogado;

13.7.2.2 – Revogado;

13.7.2.3 - Revogado;

13.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.5 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

13.7.2.6 - Aplica-se o disposto nos itens 13.7.2 e 13.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

13.7.3 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

13.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados

ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

13.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – gratificação complementar, na forma estabelecida no item 13.2.4.1 deste Protocolo de Intenções;

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no item 13.7.5.2 deste Protocolo de Intenções;

III – adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII – adicional por qualificação.

13.7.5.1 – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

13.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

13.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

13.7.6.2 – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofre penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

13.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

13.8 – Os empregos públicos de que trata o item 13.3 deste Protocolo de Intenções terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo.

IV – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

V – Para o emprego de CONTADOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação

dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII – Para o emprego de MÉDICO VETERINÁRIO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Conforme Lei nº 5.517, de 23 de Outubro de 1968 – Capítulo II; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – (Revogado).

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

13.9 – São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

13.10 – Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

13.10.1 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

13.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

13.11.1 - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

13.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

13.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

13.13 – São penalidades disciplinares:

I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

13.13.1 - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

13.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

13.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

13.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

13.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

13.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

13.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

13.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

13.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

13.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

13.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

13.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

13.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

13.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

13.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

13.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

13.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de

suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

13.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

13.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

13.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

13.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

13.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

13.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

13.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

13.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

13.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

13.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

13.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

13.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

13.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

13.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinterrogar testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

13.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

13.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

13.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

13.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

13.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

13.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

13.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

13.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

13.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

13.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir

nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

13.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

13.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

13.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

13.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

13.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

13.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

13.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

13.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

13.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

13.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

13.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

13.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

13.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

13.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

13.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

13.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

13.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

13.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

13.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

13.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

13.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

13.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

13.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

13.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

13.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do

empregado.

13.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

13.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

13.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

13.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

13.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

13.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

13.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

13.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

13.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

13.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

13.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

13.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

13.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

13.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

13.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

14.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

14.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

14.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

14.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

14.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

14.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

14.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

14.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO PATRIMÔNIO

15.1 - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

15.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

15.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

16.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

16.2 – Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em “Contrato de Rateio”, de acordo com a Lei;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI – as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

16.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIMVI, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

16.2.2 - O Consórcio Público poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de Ente da Federação consorciado

16.2.3 - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

16.3 - Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II – quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato;

III – na forma do respectivo contrato de rateio.

16.3.1 - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

16.3.2 - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público para os fins do inciso III do item 16.3 deste Protocolo de Intenções será definido no Estatuto, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

16.4 - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das

despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

16.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

16.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

16.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

16.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

16.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

17.1 – Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

17.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

18.1 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

18.2 – A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

18.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembléia Geral do Consórcio.

18.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIMVI, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

18.3 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio ou deliberação da Assembléia Geral;

II – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

18.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 18.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

18.3.2 - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

18.4 - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

18.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

18.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

18.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

19.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste protocolo de intenções, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

19.1.1 – (revogado)

19.1.2 - O contrato de programa poderá autorizar o Consórcio a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados por si ou pelos entes consorciados.

19.1.3 – A Assembléia Geral aprovará o regulamento que estabeleça também os critérios de cálculo do valor das tarifas ou do preço público dos serviços na gestão associada, quando o Consórcio Público assumir a cobrança pela prestação do serviço.

19.2 - A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos Municípios que efetivamente se consorciarem.

19.2.1 - Exclui-se do item 19.2 o território do Município a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para o excluir da gestão associada de serviços públicos.

19.3 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

19.3.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

IV – o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços;

V – o apoio à prestação dos serviços, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;

b) a manutenção de maior complexidade;

c) o controle de qualidade e monitoramento;

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

19.3.2 - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

19.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

19.5 - Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DO CONTRATO DE PROGRAMA

20.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

20.1.1 - O Consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

20.1.2 - O disposto no item 20.1 desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

20.2 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabelecem:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV – revogado;

V – procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

VI – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VII – os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VIII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

IX – as penalidades e sua forma de aplicação;

X – os casos de extinção;

XI – os bens reversíveis;

XII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por tarifas ou outras receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIV – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

20.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos a sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

20.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

20.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

20.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou

financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

20.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

20.2.6 - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

20.2.7 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

20.2.8 – (revogado).

20.2.9 – (Revogado)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

21.1 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

21.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

21.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

21.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

21.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções, no estatuto e na legislação aplicável.

21.2.1 – (Revogado)

I – (Revogado)

II - (Revogado)

III – (Revogado)

21.2.2 - (Revogado)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

22.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIMVI, observando-se que:

I – O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II – A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

III – Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV – Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir da adaptação do Consórcio aos ditames da Lei nº 11.197/05;

V – A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

22.1.2 – O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade,

transparência e acesso à informação.

22.2 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

22.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio.

22.3.1 – Em razão da presente adaptação do Consórcio às regras da Lei nº 11.107/05, a contabilidade pública será adotada somente a partir do início do próximo exercício, sem prejuízo da Prestação de Contas legalmente exigível.

22.4 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

22.4.1 - A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet em que se poderá obter seu texto integral.

22.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

22.5.1 - (Revogado)

22.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DO FORO

23.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Timbó, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Benedito Novo, aos 19 de Julho de 2007.

| | |
|------------------------------|-------------------------------|
| Município de Apiúna | Município de Ascurra |
| Município de Benedito Novo | Município de Botuverá |
| Município de Doutor Pedrinho | Município de Gaspar |
| Município de Guabiruba | Município de Indaial |
| Município de Pomerode | Município de Rio dos Cedros |
| Município de Rodeio | Município de Timbó |
| Luiz Cláudio Kades | José Rafael Correa |
| OAB/SC 17.692 | CPF nº 601.985.409-49 |
| Assessor Jurídico da AMMVI | Secretário Executivo da AMMVI |

ANEXO 1
doS empregoS públicoS DE CONFIANÇA

| Nº de Empregos | Denominação do Emprego | Carga Horária Semanal | Salário/mês |
|----------------|------------------------|-----------------------|--------------|
| 1 | Diretor Executivo | 40 h | R\$ 8.675,99 |
| 6 | Gestor de Serviços | 40 h | R\$ 6.000,00 |

ANEXO 2
dos empregos públicos PERMANENTES

| Nº de Empregos | Denominação do Emprego | Carga Horária Semanal | Salário/mês |
|----------------|---------------------------------------|-----------------------|--------------|
| 02 | Advogado | 20 horas | R\$ 3.970,18 |
| 09 | Agente Administrativo | 40 horas | R\$ 2.562,71 |
| 01 | Agente Controle Interno | 20 horas | R\$ 2.188,69 |
| 01 | Biólogo | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 01 | Contador | 20 horas | R\$ 2.188,69 |
| 01 | Engenheiro Agrônomo | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 01 | Engenheiro Civil | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 01 | Engenheiro Florestal | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 01 | Engenheiro Químico | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 01 | Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 09 | Fiscal Ambiental | 40 horas | R\$ 3.000,00 |
| 01 | Geógrafo | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 01 | Geólogo | 20 horas | R\$ 3.740,18 |
| 09 | Médico Veterinário | 20 horas | R\$ 3.463,13 |

ANEXO 3
(Revogado)

ANEXO 4
(Revogado)

LEI 1694/2017

LEI N.º 1.694/2017

Altera Lei Municipal n.º 577, de 26 de abril de 1989.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a tabela II, do Anexo II, da Lei Municipal n.º 577/1989, que passa a vigorar com a seguinte redação:

| Categoria Funcional | Nível | Quantidade de vagas | Carga horária semanal | Vencimento mensal |
|---------------------|---------|---------------------|-----------------------|-------------------|
| (...) | (...) | (...) | (...) | (...) |
| Farmacêutico | 3º Grau | 02 | 40 h | R\$ 3.185,55 |
| Farmacêutico | 3º Grau | 01 | 20 h | R\$ 1.592,77 |
| (...) | (...) | (...) | (...) | (...) |

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luisalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

PORTARIA 152/2017

PORTARIA N.º 152/2017

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora AUREA CATARINA SCHVEITZER TIBOLLA, a pedido desta, do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

PORTARIA 153/2017

PORTARIA N.º 153/2017

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a justificativa apresentada para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Katlen Ianka Fritzke, para a função de atendente de educação infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de outubro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

3º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 065.17

3º TERMO DE APOSTILAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 114/2016

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 080/2016

Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, denominado CONTRATANTE, a empresa REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vigário Frei João, sala 01, 689, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0001-13, neste ato representada por seu sócio administrador JOÃO ANRAIN, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 503.570.349-53, portador da cédula de identidade nº 1.30.867-SSP/SC, denominado FORNECEDOR 1, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, §8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 001/2017, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, realizar o reajuste por reequilíbrio econômico, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 001.17, a partir de 07 de outubro de 2017, passando a vigorar o valor unitário para o item 3 (OLEO DIESEL), R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos) e para o item 1 (DIESEL S10), o valor unitário de R\$ 3,58 (três reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA

JOÃO ANRAIN

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 126.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 126/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 073/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 051/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01- COMERCIAL SOETHE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Pedro Kossmann, nº 135, sala 2, Centro, na cidade de Iporã do Oeste, CEP: 89.899-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.264.454/0001, neste ato 40, representado por sua representante legal,

KATIA SOETHE, portador da cédula de identidade nº 4.157.373 e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.184.819-60, doravante denominado FORNECEDOR 01;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 073/2017, Pregão Presencial nº 051/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PASTAS MALOTE PARA BLOCO DE PRODUTOR RURAL, A FIM DE FACILITAR, PROTEGER, ORGANIZAR, TRANSPORTAR E IDENTIFICAR OS DOCUMENTOS FISCAIS DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, constituindo-se em:

| Item | Quantidade | Unid. | Descrição | Preço Unitário R\$ | Preço Total R\$ |
|------|------------|-------|---|--------------------|-----------------|
| 1 | 500,00 | un | Pasta malote para bloco de produtor rural com alça e emblema do município de Luzerna. Confeccionada em nylon, fechamento com zíper. Medidas: Altura 0,25m x Largura 0,30m. Cor azul marinho, escrita em branco e logo colorido. | 5,20 | 2.600,00 |

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O FORNECEDOR deverá fornecer o objeto na forma e nas características dos modelos a serem disponibilizados, em quantidade e nos prazos previstos no presente Contrato e no Edital e seus anexos.

1.2.3. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.3.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.4.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Contrato e ao Edital.

1.2.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das pastas, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Cabe ao Município:
 - 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
 - 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
 - 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
 - 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;
 - 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
 - 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
 - 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.
- 4.2. Cabe à Proponente Vencedora:
 - 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
 - 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
 - 4.2.12. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Tratando-se de SRP que não exige a indicação orçamentária (Decreto nº 7892/13, art. 7º, §2), esta deverá ser solicitada ao Setor de Contabilidade em 2018.

Para fins de lançamento do processo licitatório no sistema de informática do Município, o Setor de Contabilidade indica os dados abaixo, que serão modificados em 2018, quando solicitado:

Despesa: 118
Elemento: 3.3.90.30.99.99

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Joanna Engracia Zambiazzi e Fernando Nava, nomeada como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO de Luzerna
CONTRATANTE

KATIA SOETHE
COMERCIAL SOETHE LTDA - ME
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 127.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 126/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 073/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 051/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01- COMERCIAL SOETHE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Pedro Kossmann, nº 135, sala 2, Centro, na cidade de Iporã do Oeste, CEP: 89.899-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.264.454/0001, neste ato 40, representado por sua representante legal, KATIA SOETHE, portador da cédula de identidade nº 4.157.373 e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.184.819-60, doravante denominado FORNECEDOR 01;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 073/2017, Pregão Presencial nº 051/2017,



observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PASTAS MALOTE PARA BLOCO DE PRODUTOR RURAL, A FIM DE FACILITAR, PROTEGER, ORGANIZAR, TRANSPORTAR E IDENTIFICAR OS DOCUMENTOS FISCAIS DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, constituindo-se em:

| Item | Quantidade | Unid. | Descrição | Preço Unitário R\$ | Preço Total R\$ |
|------|------------|-------|---|--------------------|-----------------|
| 1 | 500,00 | un | Pasta malote para bloco de produtor rural com alça e emblema do município de Luzerna. Confeccionada em nylon, fechamento com zíper. Medidas: Altura 0,25m x Largura 0,30m. Cor azul marinho, escrita em branco e logo colorido. | 5,20 | 2.600,00 |

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. O FORNECEDOR deverá fornecer o objeto na forma e nas características dos modelos a serem disponibilizados, em quantidade e nos prazos previstos no presente Contrato e no Edital e seus anexos.

1.2.3. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.3.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.4.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Contrato e ao Edital.

1.2.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca das pastas, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Cabe ao Município:
- 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.
- 4.2. Cabe à Proponente Vencedora:
- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.12. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja

corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Tratando-se de SRP que não exige a indicação orçamentária (Decreto nº 7892/13, art. 7º, §2), esta deverá ser solicitada ao Setor de Contabilidade em 2018.

Para fins de lançamento do processo licitatório no sistema de informática do Município, o Setor de Contabilidade indica os dados abaixo, que serão modificados em 2018, quando solicitado:

Despesa: 118

Elemento: 3.3.90.30.99.99

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Joanna Engracia Zambiazzi e Fernando Nava, nomeada como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

KATIA SOETHE

COMERCIAL SOETHE LTDA - ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----

Ass.

Nome:

CPF:

2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 128.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 128/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 - PML

Aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.554.701/0001-80 com endereço a Rua Vigário Frei João, nº 22, sala 02, Centro, no Município de Luzerna/SC CEP 89.609-000, representada por seu sócio administrador VAGNER KAEFER, brasileiro, maior e capaz, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 46005.683 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 006.874.719-58, doravante denominada FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 074/2017, Pregão Presencial nº 052/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE FERRAMENTAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DO DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR E MADEIRAS, CANTONEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, REPAROS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS, PARA A UNIDADE GESTORA – PREFEITURA MUNICIPAL E OS FUNDOS ESPECIAIS DE LUZERNA/SC, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, constituindo-se em:

| Item | Quant. | Unid. | Descrição | Preço Unit. | Preço Total |
|------|--------|-------|--|-------------|-------------|
| 18 | 150,00 | M | Grade tipo "nylofor" altura 1,53m, com malha 5x20cm, bitola dos fios 5mm, postes 40x60mm a cada 2,50m, com pintura eletrostática, cor a ser definida, incluso demais acessórios pertinentes a instalação. | 260,00 | 39.000,00 |
| 22 | 1,00 | UN | Porta vidro em temperado 10mm, de abrir com duas folhas nas dimensões de 1,57x2,30m, mais bandeira superior fixa nas dimensões de 1,57x0,34m. Incluso 01 par de puxadores retangulares em alumínio branco, comprimento 60cm. | 1.128,00 | 1.128,00 |
| 23 | 1,00 | UN | Janela em alumínio fosco com vidro liso incolor 4mm, nas dimensões de 2,00x1,50m, duas folhas de correr com bandeira superior fixa nas dimensões de 2,00x0,45, inclusive instalação. | 767,00 | 767,00 |
| 24 | 8,00 | UN | Suportes de alumínio branco com dimensões de 8x3cm e altura 20cm para apoio de divisórias em chapa de madeira compensada, incluir acessórios pertinentes à fixação no piso/divisória e instalação (conforme foto anexa). | 53,00 | 424,00 |
| 25 | 1,00 | ser | Adequações em porta de alumínio existente com dimensões de 1,90x2,20m, alteração na forma de abertura da porta, de abrir para de correr, incluso trilhos e demais acessórios necessários à instalação. | 979,00 | 979,00 |
| 26 | 10,00 | UN | Barra de cantoneira metálica aço 3/16" x2 | 70,00 | 700,00 |

1.2. O FORNECEDOR 02, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 42.998,00 (quarenta e dois mil novecentos e noventa e oito reais);

1.2.1. O objeto desta Ata encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 15 (quinze) dias da realização da solicitação de compras;

1.2.2. O FORNECEDOR deverá entregar os materiais em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.2.2.2. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.3. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.2.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá entregar as ferramentas para o Grupamento Policial Militar, localizado na Avenida Frei João, 161, Centro, Luzerna/SC, e as madeiras, cantoneiras e os materiais de construção deverão ser entregues nos locais indicados por servidor do Município de Luzerna/SC.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá entregar os itens 22 a 25, constantes do Anexo I, com instalação, nos locais indicados pela municipalidade, e prever o fornecimento de todo os materiais e mão de obra necessária para a realização dos serviços.

1.2.6.1. As instalações deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.8. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.2.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.9.1. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado

que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.11. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.12. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.13. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.13.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil,

contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

06.001.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

11.003.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

11.003.06.181.0010.2011 – Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

11.003.06.181.0010.2012 – Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar

11.003.06.181.0020.2013 – Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil

08.001.12.361.0031.1032 – Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica

Modalidade de Aplicação:

3.3.90 Outras despesas correntes - Aplicações diretas

4.4.90 Investimentos – Aplicações diretas

Fontes:

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. De Imp. E Transf. de Impostos - Educação

1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde

1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros

1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Airton Luiz Pilati, André Diesel e Juliana Corbani nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de outubro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

VAGNER KAEFER

STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI ME

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. -----
Ass.
Nome:
CPF:

2. -----
Ass.
Nome:
CPF:

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 001/2017
de 09 de outubro de 2017.

"ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no art.16 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, abre inscrições e baixa normas para alteração da carga horária dos Professores da Rede Municipal de Ensino do Município, nas condições estabelecidas neste Edital.

I - DAS VAGAS

Por necessidade e mediante a existência de vagas, no Plano de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério Público do Município, instituído pela Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, ficam abertas 04 (quatro) vagas para alteração de carga horária de professores efetivos da Rede Municipal de Ensino, como segue:

| Vagas | Carga Horária Semanal | Área | Cargos/Nível |
|-------|-----------------------|------------------------------------|---------------|
| 02 | 20 horas | Educação Infantil | Professor III |
| 02 | 20 horas | Ensino fundamental - anos iniciais | Professor III |

II - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Poderão inscrever-se unicamente professores efetivos da Rede Municipal de Ensino nomeados para atuarem na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental - anos iniciais e que não tenham solicitado redução de carga horária.

III - DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas no período de 09 a 16 de outubro de 2017, no horário das 08h00 às 11h00 horas e das 14h00 às 17h00, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, na Prefeitura Municipal de Luzerna, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Município de Luzerna(SC).

No momento da inscrição deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- * Carteira de Identidade
- * Certificado de Habilitação Profissional
- * Certidão de Tempo de serviço prestado na Rede Municipal de Ensino de Luzerna.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

Havendo mais de um interessado na alteração da carga horária, a classificação seguirá os critérios estabelecidos no do §2º do art.16 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores.

A classificação dos inscritos será publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Luzerna e no Diário Oficial dos Municípios <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, podendo o interessado interpor recurso em até 02 (dois) dias após a divulgação.

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A alteração da carga horária terá efeitos funcionais a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Ao se inscrever o candidato preencherá um formulário de inscrição ao seu dispor no local de inscrição.

O candidato que apresentar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada. Caberá à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes coordenar o Processo e resolver os casos omissos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado.

Luzerna(SC), 09 de outubro de 2017.

Regina Carin Jacoby Cureau
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Moisés Diersmann
Prefeito de Luzerna

FICHA DE INSCRIÇÃO CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA
Edital 001/2017

Nº de inscrição: _____

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Área para alteração:

() Educação Infantil () Ensino Fundamental - séries iniciais

Tempo de serviço no Magistério Público Municipal: _____ anos

_____ meses

_____ dias

Luzerna(SC),

Assinatura do Candidato

Responsável pela inscrição

EDITAL DE MATRÍCULAS 001 2017

EDITAL DE MATRÍCULA 001/2017 de 06 de outubro de 2017.

"FIXA DATAS, ESTABELECE ORIENTAÇÕES E CRITÉRIOS PARA REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE LUZERNA(SC), PARA O ANO LETIVO DE 2018."

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna(SC) no uso de suas atribuições, torna público as normas e procedimentos destinados a rematrículas e matrículas para o ano letivo de 2018 na rede Publica Municipal de Luzerna(SC).

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Com fundamento na Constituição Federal/88, nas Emendas Constitucionais nº 53/2006 e 59/2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº 9.394/1996, no Decreto Federal nº 7.492/2011 que institui o Plano Brasil Sem Miséria, na Lei Complementar nº 91 de 27 de julho de 2010 que instituiu o Sistema Municipal de Educação de Luzerna(SC), na Resolução CNE/CEB nº 01/2010, na Lei Federal nº 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CME nº 001/2015 de 27 de outubro de 2015 do Conselho Municipal de Educação e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de rematrículas e matrículas para o ano letivo de 2018.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. Toda documentação deverá ser apresentada em via original, fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada da original. Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação e desacompanhada da original não são considerados legais, devendo-se, portanto, ser apresentada a via original para confirmar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

2.2. Será nula de qualquer efeito a matrícula ou rematrícula que for realizada com apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

2.3. Os documentos mínimos para a rematrícula (renovação) devem ser:

a) Cartão de vacina atualizado ou a justificativa médica;

b) Comprovante de renda;

c) Comprovante de residência (conta de água ou luz);

d) Se o imóvel não for próprio, apresentar contrato de locação de imóvel, com firma reconhecida.

e) Se não tiver contrato de locação deverá apresentar declaração dos pais ou responsáveis de que reside no Município, com firma registrada em cartório, estando ciente de que poderá responder criminalmente por falsidade ideológica em caso de declaração falsa.

2.4. Os documentos mínimos para a nova matrícula devem ser:

a) Certidão de nascimento da criança;

b) Cartão de vacina atualizada ou a justificativa médica;

c) Comprovante de residência (conta de água ou luz);

d) Se o imóvel não for próprio, apresentar contrato de locação de imóvel, com firma reconhecida;

e) Se não tiver contrato de locação deverá apresentar declaração dos pais ou responsáveis de que reside no Município, com firma registrada em cartório, estando ciente de que poderá responder criminalmente por falsidade ideológica em caso de declaração falsa.

f) Apresentação de declaração de guarda, para crianças que convivem com responsáveis, emitida pelo Juizado da Vara da Infância e

Juventude;

g) Declaração de horário de trabalho dos pais;

h) Laudo médico atualizado em caso de necessidade de segundo professor.

i) Comprovante de renda.

2.5. Somente serão aceitas matrículas e matrículas de alunos que comprovadamente residam em Luzerna, independentemente do local de trabalho dos pais.

2.6. O aluno cujos pais fixem residência em outro Município, mesmo no decorrer do ano letivo, perderá o direito a vaga.

3. LOCAL E HORÁRIO DE REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS

3.1. As matrículas da Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) serão realizadas na Escola Municipal São Francisco, Unidade I, sito à Rua São Francisco, Bairro São Francisco, no período de 23 a 31 de outubro das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

3.2. As matrículas para alunos novos serão realizadas na Escola Municipal São Francisco, Unidade I, sito à Rua São Francisco, Bairro São Francisco, no período de 13, 14, 16 e 17 de novembro das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

3.3. A Escola garante a vaga, porém, o turno será disponibilizado conforme estrutura física da escola, sendo que a troca de turno acontecerá quando houver vaga no turno pretendido, não havendo a Escola organizará uma lista de espera.

4. DA COMISSÃO DE MATRÍCULA

4.1. A Unidade Escolar constituirá uma Comissão de Matrícula, com a finalidade de fazer cumprir o Edital promovendo ampla divulgação, acompanhamento, análise e emissão de pareceres sobre solicitações de matrículas no decorrer do ano letivo.

4.2. A Comissão de Matrícula deverá zelar pela transparência do processo e garantir o sigilo das informações.

4.3. Em caso de dúvidas quanto a localização da residência do aluno, a comissão poderá fazer visita ao local para emissão de parecer.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Os pais e /ou responsáveis legais ficam cientes que ao realizarem a matrícula/matrícula, pleiteando a vaga, implicará no pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das condições previstas em lei, inclusive quanto a exigência de residir no Município, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

5.2. O representante legal responde judicialmente pela veracidade e autenticidade das informações e documentos apresentados, sendo que os demais entes do grupo familiar responderão solidariamente pela veracidade das informações e documentos que vieram a ser apresentados no processo de concessão de matrícula/matrícula.

5.3. A partir da comprovação de fraude, falsificação, omissão, contradição de informações, adulteração de documentos ou infração de qualquer item do presente Edital, a Comissão de Matrícula suspenderá a matrícula daquela vaga, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

5.4. As condições deste Edital são universais e, portanto, são as mesmas para todos, razão pela qual são formalizadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes como os interessados, após o deferimento da matrícula.

5.5. A divulgação do Edital de matrícula será realizada pela Secretaria Municipal de Educação através de mural, site, rádios e por bilhetes enviados para as famílias.

5.6. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em caso de suspeita ou denúncia fará revisão das matrículas que não atendem aos critérios estabelecidos neste Edital, promovendo se necessário, ações administrativas e/ou judiciais.

5.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Matrícula da Escola, em primeira instância, em segunda instância pela Secretaria Municipal de Educação.

5.8. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de outubro de 2017.

Regina Carin Jacoby Cureau

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 074/2017 - PP 052/2017 - MADEIRAS, CANTONEIRAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 074/2017 - PML

Pregão Presencial nº 052/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 074/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de ferramentas destinadas à manutenção do destacamento Policial Militar e madeiras, cantoneiras e materiais de construção destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, para a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações em Anexo.

Proponente(s) Vencedora(s):

* SARA COMERCIO EIRELI – ME;

* STRAHL CONSTRUÇOES EIRELI – ME.

- Valor total: R\$75.792,40

Luzerna (SC), 06 de outubro de 2017.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

PL 014/2017 - PP 010/2017 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PASTORAL DA CRIANÇA - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 014/2017 - FMS

Pregão Presencial nº 010/2017 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, em especial a pastoral da criança, a qual visa fornecer a multimistura para crianças que se encontram em baixo peso e subnutrição, tudo em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas neste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 20 de outubro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 20 de outubro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO N° 07/2017 A ATA DE RP N° 06/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0009/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 0004/2017
REGISTO DE PREÇO N° 0003/2017

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2017 – Reajuste.

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível – tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos da Frota municipal e demais equipamentos do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 06/2017.

Contratada: BORTOLI, ARGENTA E CIA LTDA.

Valor registrado: O valor do litro de gasolina comum passa para o valor de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) sofrendo um reajuste de aproximadamente 6,4% (seis vírgula quatro por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo e requerimento do fornecedor.

Macieira – SC, 05 de outubro de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 080/2015

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 080/2015

Contrato nº: 080/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: RIOLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI

CNPJ nº 03.210.120/0001-01

Modalidade Processo Licitatório n.º 323/2015. Inexigibilidade nº 009/2015 Credenciamento nº 004/2015

Data Assinatura do termo aditivo: 06 de outubro de 2017.

Prazo: com vigência até 06 de outubro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 51/2017

PORTARIA Nº 51/2017, de 4 de outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias a servidora SIMONE EVERS DIAS, ocupante de cargo de Assistente Legislativo, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único: As férias referem-se ao período aquisitivo de 2016, que será gozada de 23 de outubro de 2017 a 01 de novembro de 2017, voltando dia 6 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 4 de outubro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

1º TA CONTRATO Nº 54/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2017.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2017, celebrando entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a Empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Arlindo Rocha, denominado CONTRATANTE e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Francisco Martinhago, nº 258, bairro Mina do Mato, Cidade de Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.665.141/0001-50, neste ato representada pelo Diretor Comercial, Sr. José Carlos de Souza, portador do CPF nº 376.562.959-68, designada CONTRATADA, vencedora do Processo de Licitação nº 29/2017 – Tomada de Preços, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2017, firmado em 19/06/2017, destinado a execução dos serviços necessários a Pavimentação Asfáltica da Rua Criciúma, trechos 01 e 02, no município de Maracajá/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente as especificações e determinações previstas no projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente termo aditivo tem como objeto a supressão de valor na execução dos serviços do contrato nº 54/2017.

Cláusula Segunda - Da Supressão

O valor previsto na Cláusula Quinta do contrato original, de R\$ 89.865,31 (oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais, trinta e um centavos), fica decrescido de R\$ 1.043,78 (um mil, quarenta e três reais, setenta e oito centavos), restando em R\$ 88.821,53 (oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais, cinquenta e três centavos).

Cláusula Terceira - Da Ratificação

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original de obras, não alteradas pelo presente instrumento.

| | |
|-----------------------|-------------------------------------|
| | Maracajá/SC, 02 de Outubro de 2017. |
| MUNICÍPIO DE MARACAJÁ | SETEP CONSTRUÇÕES LTDA |
| ARLINDO ROCHA | JOSÉ CARLOS DE SOUZA |
| Contratante | Contratada - Diretor Comercial |

Testemunhas:

Marluci Freitas Bitencourt Diomar de Souza Machado Júnior

CPF: 009.788.959-83 CPF: 004.512.069-24

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/FMS/2017

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato FMS nº 010/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: VIP CAR VEICULOS LTDA.

Objeto: Aquisição de um veículo automotor novo zero km, tipo ambulância remoção básica, cor branca.

Valor: R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais).

Vigência: Até 31/12/2017.

Data de Assinatura: 28/09/2017.

Maracajá/SC, 6 de outubro de 2017.

Diogo Copetti Silveira - Gestor FMS

Contratante

VIP CAR VEICULOS LTDA

JOSÉ OLIVAR COSTA NOLLA

Contratado

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIEMNT0 DE RECURSOS - CONVÊNIO 805507/2013**NOTIFICAÇÃO**

A Administração Municipal de Maracajá, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Entidades Empresariais com Sede no Município, que recebeu, no mês de OUTUBRO de 2016, recursos federais no valor de R\$ 73.755,00 referente a 2ª parcela de recursos do contrato de repasse nº 805507 que tem por objeto a Pavimentação de Via Urbana - Rua Antônio Machado - Trecho 1 - Maracajá/SC.

Maracajá/SC, 27 de Outubro de 2016.

Diomar de Souza Machado Júnior
Gestor de Convênios

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIEMNT0 DE RECURSOS - CONVÊNIO 805507/2013**NOTIFICAÇÃO**

A Administração Municipal de Maracajá, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Entidades Empresariais com Sede no Município, que recebeu, no mês de MARÇO de 2016, recursos federais no valor de R\$ 122.925,00 referente a 1ª parcela de recursos do contrato de repasse nº 805507 que tem por objeto a Pavimentação de Via Urbana - Rua Antônio Machado - Trecho 1 - Maracajá/SC.

Maracajá/SC, 09 de Março de 2016.

Diomar de Souza Machado Júnior
Gestor de Convênios

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIEMNT0 DE RECURSOS - CONVÊNIO 805507/2013**NOTIFICAÇÃO**

A Administração Municipal de Maracajá, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Entidades Empresariais com Sede no Município, que recebeu, no mês de AGOSTO de 2017, recursos federais no valor de R\$ 49.170,00 referente a 3ª parcela de recursos do contrato de repasse nº 805507 que tem por objeto a Pavimentação de Via Urbana - Rua Antônio Machado - Trecho 1 - Maracajá/SC.

Maracajá/SC, 15 de Agosto de 2017.

Diomar de Souza Machado Júnior
Gestor de Convênios

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 604/2017

DECRETO Nº 604, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Homologa resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2017, conforme segue:

CARGO: FARMACÊUTICO

| Classificação | Candidato |
|---------------|-------------------------|
| 1º | Jackson Michels |
| 2º | Luciane Maria Canton |
| 3º | Regiane Schmidt |
| 4º | Silvana Azambuja Baréa |
| 5º | Laura Zandoná |
| 6º | Karine Francieli Johner |

CARGO: ENFERMEIRO – SAÚDE DA FAMÍLIA

| Classificação | Candidato |
|---------------|--|
| 1º | Josiane Schneider |
| 2º | Andreia Luiza Finger |
| 3º | Joziane Pelinzon |
| 4º | Marcleanne Suzete Radin Piccinini Eickhoff |
| 5º | Simone Claudia Castanha |
| 6º | Elizangela Neu |
| 7º | Mariane Vargas Baptistas |
| 8º | Juliane Wiebling |
| 9º | Ana Paula Huppes |
| 10º | Rafaela Hermann |
| 11º | Jessica Schaurich |
| 12º | Gabriela Hahn |

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

| Classificação | Candidato |
|---------------|-------------------------------------|
| 1º | Marilani Salete Martini |
| 2º | Leonice Fabris |
| 3º | Maria Patricia de Queiroz |
| 4º | Tamara Caroline Seelig |
| 5º | Sandi Andressa Menezes |
| 6º | Adriane Cristina Kottwitz |
| 7º | Elizangela Cristina da Silva Godois |
| 8º | Sidiane Maiara Wawrzyniak |
| 9º | Maiara Dameda |

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 606/2017

DECRETO Nº 606, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

Que após a homologação do Processo Seletivo nº 004/2016 não houve candidatos aprovados para o cargo de Médico Pediatra,

Que a saúde é serviço essencial e necessário,

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

Que com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 001/2017, que dispõe sobre alteração do vencimento do cargo de médico Pediatra, está sendo elaborado concurso público para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de setembro a 10 de dezembro de 2017, do servidor MÁRIO SALDANHA DE CASTRO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 280.475.830-34, ocupante do cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de setembro de 2017.

Maravilha – SC, 5 de outubro de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução nº 9/2017

RESOLUÇÃO Nº 9, de 5 de outubro de 2017.

Ratifica aprovação pela Comissão e em Plenário do Relatório Final, conclusão, seus requerimentos e encaminhamentos da Comissão Parlamentar de Inquérito e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou:

Art. 1º Fica por esta Resolução, com fundamento no art. 46, I, "d" e art. 37, XXI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, ratificada a aprovação do Relatório Final e a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução Administrativa nº 06//2017, que ocorreu na Sessão Extraordinária do dia 05 de outubro de 2017, que também ratificou e aprovou os seguintes requerimentos e encaminhamentos:

- Requer sejam remetidos cópias do Relatório, Votação na Comissão e em Plenário, bem como dos Documentos, na integralidade, que formam os autos da CPI, ao Digníssimo Representante do Ministério Público para que seja dada a devida responsabilização aos investigados, na forma da lei;
- Requer-se seja, posteriormente, após apuração dos fatos procedida por quem de direito, a abertura do processo em desfavor da Prefeita, por ter cometido infração político-administrativas sujeito ao julgamento pela Câmara de Vereadores, por ter desrespeitado alguns ditames e demais implicações legais do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, tendo em vista de que, omitiu - se na prática de atos de sua competência, e omitiu-se ou negligenciou-se na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;
- Requer-se, ainda, seja Oficiado ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, enviando-se cópias dos autos da CPI, a fim

de que este Colendo Tribunal tome, querendo, se houver, as medidas legais cabíveis;

d) Opinamos pela extinção da ACEMA – Associação Cultural e Esportiva de Maravilha, pois as atividades desenvolvidas pela mesma são todas consideradas de atividade-fim, as quais devem ser executadas pelos quadros próprios do ente público municipal. No entendimento desta Comissão, a ACEMA – Associação Cultural e Esportiva de Maravilha deveria ser extinta e suas ações voltadas à área do esporte e cultura deveriam ser desenvolvidas por intermédio da 'Secretaria do Esporte, Juventude e Lazer' além da 'Secretaria de Educação e Cultura', pois, até prova em contrário, ela ainda existe em funcionamento para que o gestor público não seja obrigado a cumprir as normas legais vigentes, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 consolidada (institui normas para licitações e contratos da administração pública), a Lei Federal nº 10.520/2002 (institui a modalidade de pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), além da Constituição Federal, no que se refere ao concurso público e/ou teste seletivo do seu quadro de funcionários, sendo que desta forma, os atos praticados na sua grande maioria, são pensados para beneficiar diretamente ou indiretamente alguém do grupo político que administra nosso município, descumprindo assim os princípios da administração pública previstos no artigo 37 da CF/88, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Atualmente a medida se justifica ainda mais, eis que no apagar das luzes do ano de 2016, o Poder Executivo Municipal criou através da Lei Complementar nº 100, de 15 de dezembro de 2016 a 'Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, desmembrando assim a área do esporte da Secretaria de Educação e Cultura;

e) Requer também, que haja a criação do almoxarifado;

f) Requer, por fim, seja o Relatório e conclusões transformado em projeto de Resolução, a ser apreciado pelo Plenário ainda nesta data, integrando o processo, e se for o caso, para que a Mesa execute as providências recomendadas por esta Relatoria, pela Comissão e pelo Plenário.

Art. 2º O Relatório com seus requerimentos e encaminhamentos além de aprovados pelos Membros efetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito, também foram referendados pelo Plenário da Casa de Leis, que ocorreu na Sessão Extraordinária do dia 05 de outubro de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização da presente correrão por conta do orçamento do legislativo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha/SC, 05 de outubro de 2017.

Itamar Adler
Presidente

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2017

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 055/2017 - Pregão Presencial n. 036/2017, para manutenção do Rodante do Trator de esteira D 41 E – 6. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 20/10/2017, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 20/10/2017 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 05 de outubro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 69.2017 - AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA VEICULAR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017

VALIDADE: 04/10/2017 a 04/10/2018

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

| PARTICIPANTES PRESENTES | CNPJ/CPF |
|--|--------------------|
| DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP, neste ato representado por MARLON CRISTOF | 13.550.358/0001-30 |
| P & N COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS EIRELI - EPP, neste ato representado por MANOEL RODRIGO CORREA | 86.855.954/0001-00 |
| LUCIANO CARLOS FERREIRA EPP, neste ato representado por LUCIANO CARLOS FERREIRA | 08.696.865/0001-46 |
| PLA COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS EIRELI ME, neste ato representado por IVAN RAMOS | 11.288.850/0001-53 |
| A.S.CABRAL COMERCIO DE BATERIAS E SERVIÇOS DE ELETRICA - ME, neste ato representado por MAURO MAZEPA GONÇALVES | 26.644.713/0001-81 |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

| FORNECEDOR: 271918 - A.S. CABRAL COMERCIO DE BATERIAS E SERVIÇOS DE ELETRICA - ME | | | | | | |
|---|--|------|----------------|------|------------|--------------|
| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
| 2 | BATERIA 60 AH | UNID | EXCELL POINTER | 20 | R\$ 195,00 | R\$ 3.900,00 |
| TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.900,00 | | | | | | |
| FORNECEDOR: 206393 - P & N COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS EIRELI - EPP | | | | | | |
| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
| 3 | BATERIA 70 AH - BATERIAS PARA A FROTA MUNICIPAL | UNID | PIONEIRO | 10 | R\$ 248,00 | R\$ 2.480,00 |
| 55 | BATERIA 105 AH - BATERIAS PARA A FROTA MUNICIPAL | UNID | PIONEIRO | 25 | R\$ 374,00 | R\$ 9.350,00 |
| TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 11.830,00 | | | | | | |
| FORNECEDOR: 226815 - LUCIANO CARLOS FERREIRA EPP | | | | | | |
| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |

| | | | | | | |
|--------------------------------------|---|------|----------|----|------------|---------------|
| 1 | BATERIA 45 AH - BATERIAS PARA A FROTA MUNICIPAL | UNID | ENERLIFE | 10 | R\$ 165,00 | R\$ 1.650,00 |
| 44 | BATERIA 90 AH - BATERIAS PARA A FROTA MUNICIPAL | UNID | ENERLIFE | 10 | R\$ 335,00 | R\$ 3.350,00 |
| 6 | BATERIA 150 AH | UNID | ENERLIFE | 40 | R\$ 465,00 | R\$ 18.600,00 |
| 7 | BATERIA 180 AH | UNID | ENERLIFE | 30 | R\$ 591,00 | R\$ 17.730,00 |
| TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 41.330,00 | | | | | | |
| TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 57.060,00 | | | | | | |

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 57.060,00 (CINQUENTA E SETE MIL E SESENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá entregue pela licitante vencedora nas dependências da Prefeitura de Massaranduba (SC) em no MÁXIMO 04 (QUATRO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Entregar o objeto desta licitação deverá ser entregue nas dependências da Prefeitura de Massaranduba (SC) em no MÁXIMO 04 (QUATRO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017 e as propostas das

licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Matheus Kunitz Daniel, servidor pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

| | | | | | |
|--------------------|----|----|---------|----|------|
| Massaranduba – SC, | 04 | de | outubro | de | 2017 |
|--------------------|----|----|---------|----|------|

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

P & N COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS EIRELI - EPP

MANOEL RODRIGO CORREA

CONTRATADA LUCIANO CARLOS FERREIRA EPP

LUCIANO CARLOS FERREIRA

CONTRATADA A.S.CABRAL COMERCIO DE BATERIAS E SERVIÇOS DE ELETRICA - ME

MAURO MAZEPA GONÇALVES

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 70.2017 - SERVIÇO DE PLOTAGEM NA FROTA VEICULAR E CONFECÇÃO DE BANNERS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017

VALIDADE: 04/10/2017 a 04/10/2018

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes ao SERVIÇO DE PLOTAGEM NA FROTA VEICULAR E CONFECÇÃO DE BANNERS PARA O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

| PARTICIPANTES PRESENTES | CNPJ/CPF |
|--|--------------------|
| LIBELULA COMUNICACAO VISUAL LTDA ME, neste ato representado por ADILSON BORGES | 05.077.945/0001-25 |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA O SERVIÇO DE PLOTAGEM NA FROTA VEICULAR E CONFECÇÃO DE BANNERS PARA O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

| FORNECEDOR: 199079 - LIBELULA COMUNICACAO VISUAL LTDA ME | | | | | | |
|--|--|------|----------|------|-----------|---------------|
| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
| 1 | ADESIVO DE ALTA QUALIDADE COM VERNIZ, APLICADO NA FORMA DE ENVELOPAMENTO EM VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, COM ARTE DEFINIDA PELO MUNICÍPIO. | M2 | LIBÉLULA | 300 | R\$ 92,00 | R\$ 27.600,00 |
| 2 | LETREIRO PARA IDENTIFICAÇÃO E NUMERAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ARTE DEFINIDA PELO MUNICÍPIO. | M2 | LIBÉLULA | 100 | R\$ 85,00 | R\$ 8.500,00 |

| | | | | | | |
|--------------------------------------|---|------|----------|-----|-----------|--------------|
| 3 | PLOTAGEM DE ALTA QUALIDADE PARA PORTAS, JANELAS E PAINES CONFORME ARTE ESTIPULADA PELO MUNICÍPIO. | UNID | LIBÉLULA | 100 | R\$ 64,00 | R\$ 6.400,00 |
| 4 | CONFECÇÃO DE BANNERS DE ALTA QUALIDADE COM GRAMATURA MINIMA DE 250 GRAMAS. ARTE CONFORME ESTIPULADA PELO MUNICÍPIO. | UNID | LIBÉLULA | 100 | R\$ 59,00 | R\$ 5.900,00 |
| TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 48.400,00 | | | | | | |
| TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 48.400,00 | | | | | | |

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 48.400,00 (QUARENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá entregue pela licitante vencedora nas dependências da Prefeitura de Massaranduba (SC) em no MÁXIMO 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Entregar o objeto desta licitação deverá ser entregue nas dependências da Prefeitura de Massaranduba (SC) em no MÁXIMO 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Matheus Kunitz Daniel, servidor pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

| | | | | | |
|---------------------------|----|----|---------|----|------|
| Massaranduba – SC, | 04 | de | outubro | de | 2017 |
| MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA | | | | | |
| ARMINDO SESAR TASSI | | | | | |
| CONTRATANTE | | | | | |

LIBELULA COMUNICACAO VISUAL LTDA ME
ADILSON BORGES
CONTRATADA

CO 05.2017 (FASS) IVONE SALETE FACHINELLO – ME

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: IVONE SALETE FACHINELLO – ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INSTITUIÇÃO COM ESTRUTURA PARA ABRIGAR PESSOAS IDOSAS E/OU PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, DE AMBOS OS SEXOS DEPENDENTES DE CUIDADOS DE TERCEIROS, COM ATENDIMENTO INTEGRAL, ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO E ACOMPANHAMENTO MÉDICO, NUTRICIONAL E ENFERMAGEM, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC).

VALOR CONTRATADO: VALOR GLOBAL DA PROPOSTA DE R\$ 21.444,00 (VINTE E UM MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS), SENDO O VALOR MENSAL DE R\$ 1.787,00 (UM MIL SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS).

VIGÊNCIA: 02 DE OUTUBRO DE 2017 À 02 DE OUTUBRO DE 2018

MASSARANDUBA, 02 DE OUTUBRO DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 3480 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 3480 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o artigo 1º do Decreto nº 3119 de 17 de Julho de 2015

O Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 3119 de 17 de Julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 1,20 (Um real e vinte centavos) mensal, por habitante do Município de Massaranduba, para a implantação e manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde, conforme previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 1688 de 13 de Julho de 2015”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº 3454 de 14 de Julho de 2017.

Massaranduba, 06 de Outubro de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 143.2017 PP 107.2017 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O SETOR DE OBRAS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA(SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 23/10/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 23/10/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.
Massaranduba, 4 de outubro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO/2017

Pág 1 / 2

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2017



| BALANÇO FINANCEIRO | | | |
|---|------|-----------------|--------------------|
| INGRESSOS | | | |
| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Receita Orçamentária (I) | | 0,00 | 0,00 |
| Ordinária | | 0,00 | 0,00 |
| Vinculada | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Financeiras Recebidas (II) | | 1.530.000,00 | 1.950.000,00 |
| Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária | | 1.530.000,00 | 1.950.000,00 |
| Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS | | 0,00 | 0,00 |
| Recebimentos Extraorçamentários (III) | | 228.841,67 | 250.455,58 |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | | 50.452,30 | 0,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | | 1.010,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 177.379,37 | 250.455,58 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | | 0,00 | 0,00 |
| Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV) | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo | | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (V) = (I + II + III + IV) | | 1.758.841,67 | 2.200.455,58 |

| DISPÊNDIOS | | | |
|--|------|-----------------|--------------------|
| | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Despesa Orçamentária (VI) | | 1.171.166,08 | 1.384.887,38 |
| Ordinária | | 1.171.166,08 | 1.384.887,38 |
| Vinculada | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Financeiras Concedidas (VII) | | 0,00 | 565.112,62 |
| Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária | | 0,00 | 565.112,62 |
| Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS | | 0,00 | 0,00 |
| Pagamentos Extraorçamentários (VIII) | | 160.047,22 | 250.455,58 |
| Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados | | 0,00 | 0,00 |
| Pagamentos de Restos a Pagar Processados | | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 160.047,22 | 250.455,58 |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | | 0,00 | 0,00 |
| Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX) | | 427.628,37 | 0,00 |

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-003-RTGUH-244911225 - Emitido por: DIONISIO KEMCZYNSKI

05/10/2017 13:53

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Setembro / 2017



| DISPÊNDIOS | | | |
|--|------|---------------------|---------------------|
| | Nota | Exercicio Atual | Exercicio Anterior |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 427.628,37 | 0,00 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX) | | 1.758.841,67 | 2.200.455,58 |

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 05/10/2017, Hora emissão 13:53:55

Notas:

VANDERLEI SASSE
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF: 848.301.909-49

ALMIR TREVISANI
Diretor ADM
CPF: 382.262.199-49

DIONISIO KEMCZYNSKI
Contador
CPF: 683.469.309-25
CRC: 026042/O-2/SC

Matos Costa**PREFEITURA****7º ADITIVO CONTRATO 38/2014**

MUNICIPIO DE MATOS COSTA-SC

EXTRATO DO 7º ADITIVO CONTRATUAL

PROC. LIC. Nº 13/2014 PMMC

CONTRATADO: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ Nº sob o nº 03.637.604/0001-31, com sede na Rua Cabo João M. T. Palhano, 722, CENTRO, Santa Cecília-SC

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

OBJETO: O presente termo aditivo de contrato tem por objeto a prorrogação do prazo contratual, que inicia-se em 30 de setembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, conforme solicitação e justificativa do fornecedor e mediante parecer jurídico favorável.

DATA: 28/09/17 - RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

ADITIVO ATA REG. PREÇO 1/2017 3/2017 4/2017

MUNICIPIO DE MATOS COSTA-SC

EXTRATO DO 2º ADITIVO CONTRATUAL

PROC. LIC. Nº 15/17 PMMC

PROC. LIC. Nº 06/17 FMS

PROC. LIC. Nº 02/17 FMAS

CONTRATADO: MITE COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.813.151/0001-45, com sede no município de Matos Costa-SC

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto ALTERAÇÃO DE VALORES a Ata de Registro de Preços, a partir do dia 18/09/2017, conforme solicitação e justificativa do fornecedor e mediante parecer jurídico favorável.

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR ATUAL | REAJUSTE (%) | VALOR CORRIGIDO |
|------|-------------------|-------------|--------------|-----------------|
| 01 | Gasolina Comum | 3,88 | 6,1% | 4,08 |
| 02 | Óleo Diesel Comum | 3,09 | 9,5% | 3,29 |
| 03 | Óleo Diesel S-10 | 3,34 | 8,4% | 3,54 |

DATA: 15/09/17 - RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO TO 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: "Contratação de 01 (uma) agência de publicidade para prestação de serviços de estudo, planejamento, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digital e offline, elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual, planejamento e execução de pesquisas e produção", com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir idéias, princípios ou de informar o público em geral, conforme critérios, especificações e necessidades descritas nos Anexos, partes integrantes deste edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 08:00 horas do dia 08/11/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 08/11/2017.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 3572 1111, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, SC, 06 de outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

DECRETO 87/2017

DECRETO N.º 087/2017 – de 6 de outubro de 2017.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 13 de outubro de 2017, exceto os serviços considerados essenciais e por sua natureza não podem ser paralisados.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Paço do Contestado, 6 de outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

| | |
|--|---|
| O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. | O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM |
| Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I | Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09 |

EXTRATO DE CONTRATO 27/2017

MUNICIPIO DE MATOS COSTA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional e Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM.

VALOR DA DESPESA: R\$2.220,00 (dois mil, duzentos e vinte reais) pelo período de setembro a dezembro de 2017.

DATA: 01/09/17 - RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

PORTARIA 516/2017

PORTARIA Nº 516/2017 – De 05 de Outubro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SUELI DE FATIMA ALMEIDA, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º23/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Outubro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

| | |
|---|--|
| A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra. | A presente Portaria foi publicada no Mural Municipal, na data supra. |
| DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I | MARCELO CARNEIRO BLEIXUEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09 |

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0213/2017

DECRETO Nº 0213/2017 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo – SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.324/97 – Código Tributário Municipal e Lei Municipal Complementar nº 2.090/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Comissão de Avaliação para fins de Lançamento de Contribuição de Melhoria, pelo Município de Modelo/SC, de conformidade com as determinações legais específicas que regem a matéria, composta pelos seguintes membros:

- ADILSON CESAR BRAUN - Presidente
- VALENIO KOTTWITZ - Secretário
- ALSEDIR FRANCISCO DE SOUZA - Membro
- GILMAR FRIGO - Membro
- GILMAR VOGEL - Membro
- JOÃO PEZENATTO - Membro
- GILDO BATISTTI – Membro

Art. 2º - As atribuições da Comissão serão de proceder a avaliação decorrente das obras realizadas, para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria, conforme Capítulo XII, da Lei Municipal 1.324/97 – Código Tributário Municipal e Lei Municipal nº 2.090/2013.

Art. 3º - As atribuições da comissão serão consideradas de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício ou trabalhista.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 05 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE INTERESSADOS 001/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE INTERESSADOS 001/2017

CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE À ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, PARA CADASTRAMENTO E HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, DE QUE DISPÕE A LEI MUNICIPAL N. 2328/2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,
Considerando em especial a Lei Municipal 2328/2017,

Torna público o presente Edital nos termos que segue:

Art. 1º - Ficam notificados os estudantes universitários que estão abertas as inscrições para cadastramento e habilitação à concessão pelo Município de Modelo SC, de auxílio transporte, devendo ser observado as disposições deste Edital, da Lei Municipal 2328/2017 e demais requisições e eu determinações do Poder Executivo ou da Comissão Gerenciadora, objetivando o cumprimento deste objeto:

Do Período do cadastramento:

Art. 2º - O Período para cadastramento/habilitação dos estudantes será no período de 09 de outubro a 09 de novembro de 2017, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:30 às 17:00 horas, no Departamento Municipal da Educação, de Modelo SC.

Parágrafo Único – Para efetuar a entrega da documentação para fins de inscrição e habilitação, poderá ser feita diretamente pelo estudante ou por um representante legal da família (pai, mãe, irmão ou responsável legal) e se por outro representante, deverá ser apresentada procuração.

Das condições/critérios para habilitação:

Art. 3º - Poderão ser beneficiados todos os estudantes universitários que se cadastrarem, observadas as condições da Lei Municipal 2328/2017, em especial deverão cumprir os seguintes critérios:

I – Comprovar a matrícula e frequência em curso de ensino superior – Universitário;

II – Comprovar domicílio e residência, atual, de no mínimo um ano, no Município de Modelo;

III – Declaração da utilização de transporte, para deslocamento do Município de Modelo para outra cidade, para frequentar o curso universitário;

Art.4º – Para aferição das condições basilares do candidato, deverá preencher e entregar os documentos no período, local e horários mencionados no Art.2º deste Edital, sendo estes:

1. ANEXO I - Ficha de Inscrição para Auxílio Transporte;

2. ANEXO II – Declaração de aceitação e veracidade das informações;

3. ANEXO III – Relação dos Documentos a serem anexados ao requerimento:

ü Cópia do RG do Estudante;

ü Cópia do CPF do Estudante;

ü Cópia do Título de Eleitor do Estudante pertencente ao município de Modelo;

ü Declaração de matrícula e frequência fornecida pela Instituição de Ensino Superior (IES);

ü Cópia de comprovante atual de residência;

ü Comprovante bancário para depósito do auxílio da conta indicada, no nome do acadêmico. Caso não possuir conta corrente, poderá indicar conta corrente dos pais ou responsáveis, mediante autorização com firma reconhecida em cartório;

ü Cópia do recibo de pagamento do transporte;

(Poderão ser solicitados outros documentos julgados necessários e serão indicados no edital de chamamento dos interessados)

4. ANEXO IV – Declaração de Viagem;

5. ANEXO V – Requerimento da concessão do auxílio transporte universitário.

Parágrafo Único - Os documentos para serem aceitos, devem estar legíveis, em via original, e os anexos devidamente assinados pelo estudante interessado.

Art. 5º – A aprovação do requerimento e da concessão do benefício será apreciada pelo Município, através da Comissão Municipal de Gerenciamento do Auxílio Transporte Universitário, nos termos da Lei Municipal 2328/2017.

Art. 6º - Para acesso as informações e os documentos (anexos), o presente edital estará publicado com seus anexos, podendo o interessado acessar a página do município, www.modelo.sc.gov.br – link – Auxílio Estudantes Universitários 2017.

§ 1º - Não havendo disponibilidade de que trata o caput deste artigo, por inviabilidade de acesso, questões técnicas e ou operacionais, o estudante poderá requerer junto ao Departamento Municipal da Educação, com a Diretora Jussane M. T. Frandoloso ou a Servidora Cintia Quevedo, as cópias para preenchimento ou solicitar que seja enviado para seu e-mail, (do estudante) cópia deste Edital, que poderá baixar para preenchimento dos anexos e cumprimento das demais informações e documentos necessários. O Email da educação para contato: educacao@modelo.sc.gov.br.

§ 2º - Os documentos, conforme menciona este artigo, poderão ser baixados e preenchidos, devendo ser entregues em via documental no endereço, no local, nos horários e no período de que trata este Edital, e igualmente, na forma que estabelece a Lei Municipal 2328/2017 e este Edital.

Art. 7º - Quaisquer dúvidas poderão ser registradas junto ao setor de inscrições, que serão dirimidas junto ao Poder Executivo.

Art. 8º - Após o prazo de inscrições para habilitação, será nomeada a comissão municipal de gerenciamento e seguir-se-á, o procedimento na forma da Lei Municipal 2328/2017.

Art.9º - Os estudantes que não efetuarem o cadastro para habilitação, no prazo estabelecido neste Edital, não farão jus ao benefício do auxílio transportes de que trata a Lei Municipal 2328/2017

Art. 10 – Em Anexo, encontram-se cópias dos anexos de que trata o Artigo 4º deste edital e Lei Municipal 2328/2017. Os anexos da lei estão disponibilizados neste Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 06 de outubro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini

Assessora de Departamento

ANEXO I

Ficha de Inscrição para Auxílio Transporte

DADOS ACADÊMICOS:

Nome do aluno (a): _____

Nome do Curso e ano/semestre: _____

Instituição de Ensino: Registro Acadêmico: _____

Início do curso: _____ Término: _____

DADOS PESSOAIS:

Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: () M () F:

Filiação:

Documento de identidade (RG): _____ CPF: _____

Estado civil: _____ Título de Eleitor: _____

Endereço: nº _____ Bairro: _____ CEP: _____

Fone residencial: _____ Celular: _____ e-mail: _____

Profissão: _____ Empresa que trabalha: _____

Fone Comercial: _____

Há quanto tempo reside no município? _____

Deseja receber o pagamento do auxílio:

() cheque nominal () Depósito bancário(em nome do estudante - dados: Banco: Agência: Conta: ou conta bancária de seu responsável: pai, mãe ou responsável – indicar:

Tem interesse de participar como interessado em representar os estudantes na comissão municipal de gerenciamento do auxílio transporte () Sim () Não

Qual o transporte utilizado: Empresa/Nome _____

Qual a Universidade que frequenta _____ Curso _____ Período _____

Como é frequência a universidade: regular: diária: ____ ensino a distância: ____ Outro: ____

Qual a distância de Modelo a universidade que frequenta _____ Km Valor mensal do transporte _____

Outras informações julgadas relevantes _____

Modelo/SC, aos ____ de _____ de 2017.

ASSINATURA

NOME REQUERENTE

ANEXO II**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, RG _____, CPF _____, residente e domiciliado à Rua _____ nº _____, Bairro _____, no Município de Modelo SC, declaro para fins de recebimento de Auxílio Transporte estar ciente que na apresentação de informações falsas, implicará na reprovação do requerimento, sujeitando-me às penalidades previstas no Art. 299 do Decreto Lei nº 2848 de 7/12/1940. (falsidade ideológica).

Modelo SC ____ de _____ de ____.

Requerente

ANEXO III**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS – ANEXAR AO REQUERIMENTO**

ü Cópia do RG do Estudante;

ü Cópia do CPF do Estudante;

ü Cópia do Título de Eleitor do Estudante pertencente ao município de Modelo;

ü Cópia de comprovante atual de residência - Comprovar domicílio e residência, atual, de no mínimo um ano, no Município de Modelo (Deverá ser comprovado através de documento que ateste ou declaração fornecida por duas pessoas, atestando o solicitado;

ü Comprovante bancário para depósito do auxílio da conta indicada;

ü Cópia do recibo de pagamento do transporte

ü Comprovar a matrícula e frequência curso de ensino superior – Universitário; (declaração ou outro documento que comprove estar frequentando – atual); Declaração de matrícula fornecida pela Instituição de Ensino Superior (IES)(Atual);

ü Declaração da utilização de transporte, para deslocamento do Município de Modelo para outra cidade, para frequentar o curso universitário – (Esta Declaração deverá ser feita pelo próprio estudante, que assinará os seus termos, devendo constar nesta declaração:

Ø O trajeto/percurso que utiliza para acesso ao ensino superior; a IES – a Instituição que frequenta; a forma do ensino; a distância de Modelo ao estabelecimento de ensino; o tipo de transporte utilizado, o custo mensal, o número de dias por semana, ou no mês, que utiliza o transporte, outras informações julgadas necessárias);

(poderão ser solicitados outros documentos julgados necessários e serão indicados no edital de chamamento dos interessados)

ANEXO IV

Declaração de Viagem (fornecida pelo transportador)

Declaramos que o aluno _____, matriculado regularmente no curso _____, na cidade de _____, viajou () diariamente ; ou () nos dias: _____ durante o mês de _____.

Para maior clareza firmo a presente.

Modelo SC, ____/____/2017

Assinatura e Carimbo Identificador

ANEXO V Requerimento

A

Sua excelência Senhor
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL
MODELO SC

Eu _____, (nome) _____ (qualificação) _____ portador (documentos)
Estudante universitário, cursando _____ (identificar curso e unidade de ensino, período) _____
, de conformidade com o EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO DE INTERESSADOS 001/2017
CONCESSÃO AUXILIO TRANSPORTE ESTUDANTES UNIVERSITARIOS E DA LEI MUNICIPAL Nº 2328/2017, venho mui respeitosamente re-
querer o cadastramento para fins de habilitação a concessão do auxílio pra o custeio do transporte de estudantes para o exercício de 2017.
Encaminho anexo os documentos sendo:
(.....) descrever os documentos anexados.

Modelo SC, aos _____

N. Termos
P. Deferimento

Nome _____
Assinatura _____

ANEXO – LEI MUNICIPAL 2328/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2328/2017 DE 27/09/2017

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE, A ESTUDANTES DE CURSOS DE SUPERIOR (UNIVERSITÁRIO), DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo de Modelo SC, autorizado a conceder o Auxílio Transporte aos Estudantes Universitários, do Município, que se deslocam para outras cidades para frequentar Curso de Graduação de Nível Superior.

Art. 2º - Para cumprimento das disposições desta Lei, fica autorizado a realização de despesas com auxílio transporte de estudantes universitários, no valor de até R\$ 15.000,00 para o exercício de 2017, que serão distribuídos entre os estudantes habilitados, nas condições estabelecidas.

Art. 3º - Para habilitação dos estudantes, ao recebimento do Auxilio Transporte Universitário, será efetuado chamamento dos interessados, no período de até 30 dias, a contar da publicação do respectivo edital, na forma desta lei e regulamento próprio.

Parágrafo Único – Poderão ser beneficiados todos os estudantes universitários que se cadastrarem, observadas as condições desta Lei, em especial deverão cumprir os seguintes critérios:

I – Comprovar a matrícula e frequência curso de ensino superior – Universitário;

II – Comprovar domicílio e residência, atual, de no mínimo um ano, no Município de Modelo;

III – Declaração da utilização de transporte, para deslocamento do Município de Modelo para outra cidade, para frequentar o curso universitário;

Art. 4º – Para aferição das condições basilares do candidato, deverá este, cumprir com rigor absoluto na apresentação dos documentos exigidos e no preenchimento dos formulários fornecidos pelo Município (Anexo I, II, III e IV).

Art. 5º – A aprovação do requerimento e da concessão do benefício será apreciada pelo Município, através da Comissão Municipal de Gerenciamento do Auxilio Transporte Universitário, de que trata esta Lei.

Parágrafo Único: Contra o indeferimento da concessão do benefício caberá recurso hierárquico ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de até cinco dias, da ciência ou publicação da decisão proferida.

Art. 6º – Serão afixadas listagens, no Mural Público do Município no prazo de até 8 dias após o encerramento das inscrições, com os nomes dos estudantes com requerimentos deferidos, habilitados com o respectivo valor do Auxílio Transporte, e igualmente a relação dos indeferimentos que venham a ocorrer com a motivação.

§ 1º - Em caso de indeferimento o Município de Modelo, notificará o requerente, expondo os motivos do indeferimento e o estudante terá até 3 (três) dias para recurso e ou complementação dos dados e documentos necessários.

§ 2º - Após estes prazos, em caso de reapreciação de habilitação, a comissão designada, no prazo de até 5 dias, encaminhará ao Executivo, para homologação através de Decreto, a listagem dos estudantes a serem beneficiados, com o auxílio transporte com respectivo valor a ser concedido, e se houver, a relação dos indeferimentos proferidos.

§ 3º - Os documentos dos estudantes habilitados serão encaminhados à contabilidade do Município para empenhamento e após seguir-se-á os demais estágios da despesa de liquidação e pagamento.

§ 4º - O pagamento deverá ser efetuado diretamente ao estudante, através de cheque nominal, individualizado por credor, ou com transferência bancária para conta do estudante beneficiado ou de seu responsável, neste caso pai, mãe ou outro responsável legalmente reconhecido.

§ 5º - Poderá o executivo, atendido as condições legais, estabelecer uma data para pagamento de todos os estudantes na forma desta lei.

Art. 7º - Os estudantes que não providenciarem a habilitação em tempo hábil, serão sumariamente excluídos e não perceberão auxílio

Art. 8º - A Administração tomando conhecimento do não enquadramento do benefício, por denúncia ou por qualquer outro meio, constante na lista dos deferidos, averiguará e se comprovada a informação:

a) Suspenderá o benefício;

b) Instaurar-se-á processo administrativo para a aplicação das penas prevista na legislação que disciplina a matéria, cominando com ressarcimento dos valores recebidos aos cofres públicos;

c) Ao averiguado será assegurado o princípio de contraditório e da ampla defesa.

Art. 9º - O valor a ser rateado entre os alunos devidamente habilitados ao auxílio de transporte de estudante universitário, observado o limite total estabelecido no Artigo 2º desta lei, será definido pela Comissão Municipal de Gerenciamento de que trata esta lei, por aluno, devendo ser calculado, considerando o total de alunos habilitados, observando-se os critérios de:

I - Distância do transporte até a universidade;

II - Dias de frequência à universidade e valores, custo do aluno com transporte.

Parágrafo Único - A comissão estabelecerá fórmula de cálculo a fim de contribuir de forma mais próxima de uma equidade na distribuição, sendo justa e legal, no atendimento das necessidades, observados o auxílio conforme o custo do aluno, pela distância, pelos valores e dias frequentados.

Art.10 - Apurada fraude ou má fé na utilização do recurso, o auxílio será imediatamente suspenso, e o estudante será notificado e deverá reembolsar os cofres públicos dos valores percebidos.

Art. 11 - Fica Criada a Comissão Municipal de Gerenciamento da Concessão do Auxílio Transporte Estudantes Universitários do Município de Modelo SC, na forma desta Lei.

§ 1º Compete à Comissão de Gerenciamento constituída na forma do caput deste artigo a seguir:

I - Apreciar os pedidos de requerimento encaminhados pelos estudantes na forma desta Lei;

II - selecionar os estudantes (conforme universidades frequentadas, valores dos transportes, frequência e demais desta lei) a serem auxiliados com recursos públicos;

III - Encaminhar obrigatoriamente a relação nominal dos estudantes beneficiados, contendo nome, documento de identificação e dos demais do cadastramento, dos indeferimentos se houver, e dos valores atribuído a cada estudante, com a memória de cálculo, para o Gabinete do Prefeito, para emissão do respectivo Decreto de aprovação e homologação.

§ 2º - A Comissão Gerenciadora será composta pelos seguintes integrantes:

Do Governo Municipal:

I - 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação,

II - 1 (hum) representante da Assessoria Jurídica

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

De entidades:

I - 1 (um) representante da ACIMO/CDL;

Dos Estudantes

I - 5 (cinco) representante dos estudantes universitários do Município de Modelo SC, indicados entre os interessados cadastrados;

§ 1º - A comissão será presidida pelo representante indicado pelo Prefeito Municipal;

§ 2º - Para indicação dos estudantes, será considerado as manifestações de interesse constantes da ficha de inscrição e entre os interessados deverão indicar os representantes para a comissão gerenciadora.

Art. 12 - A Elaboração, emissão e publicação do Edital de chamamento dos interessados, das condições e prazo para cadastro no recebimento do auxílio transporte, do pagamento, e demais providencias julgadas necessárias, serão encaminhadas e processadas através do Gabinete do Prefeito, juntamente com a Secretaria da Administração e da Educação do Município.

Parágrafo Único - A forma de inscrição ao auxilio, será definido no edital, e poderá, atendidas as condições técnicas, disponibilizados os documentos para acesso, na página do município.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias constantes dos respectivos orçamentos, no seguinte projeto/atividade:

123640005.2.026 - Apoio Ensino Superior/Acadêmicos.

Art. 14 - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei através de Decreto, incluída, no que for necessário, o valor a ser disponibilizado pelo Município, a forma e necessidade de prestação de contas, da comprovação do auxílio, do edital de chamamento de interessados, e das demais condições julgadas necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Modelo SC, aos 27 de setembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 02/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2016

Pelo presente Termo Aditivo de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA, neste ato denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.598.648/0001-65, sito a Rua 20 de Maio, n 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AGENOR CORAL, e de outro lado o senhor CLINIMADERS CONSULTORIA & SERVICOS MEDICOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 17.759.454/0001-43, com sede a Rua Anita Garibaldi, n 190, sala 03, Centro, Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADO, resolvem de comum acordo, ALTERAR o Contrato nº. 13/2016 originário do Credenciamento nº 02/2016, constante do Processo Administrativo de Licitação nº 02/2016, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do valor inicial do Contrato nº. 13/2016, datado de 25 de Abril de 2016, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, independente de transcrição, cujo objeto é credenciamento de médico cirurgião geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se a celebração do presente aditivo, pois a demanda aumentou de tal modo que não há possibilidade de atender todos os pacientes até o término do ano sem que haja prejuízo no saldo total de consultas.

2.2 – O presente termo aditivo é celebrado com base nos termos do Art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 a alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado em 25% (vinte e cinco por cento) o valor inicial do Contrato de nº. 13/2016, no tocante ao item: 01, perfazendo o aditivo a soma de R\$ 11.137,50,00 (onze mil cento e trinta e sete reais com cinquenta centavos) passando o valor total atualizado do contrato referido para R\$ 55.687,50 (cinquenta e cinco mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a prestação dos serviços de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho, correrá a conta dos elementos orçamentários seguintes:

07.01 2.037 3.3.9.00.00.00.00.0112

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

ARMAZÉM (SC), 02 de Outubro de 2017.

| | |
|------------------------------------|---|
| AGENOR CORAL Prefeito Municipal | CLINIMADERS CONSULTORIA & SERV. MEDICOS EIRELI - ME Contratado |
|------------------------------------|---|

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 27/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2016

Pelo presente Termo Aditivo de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA, neste ato denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.598.648/0001-65, sito a Rua 20 de Maio, n 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AGENOR CORAL, e de outro lado o senhor ALEXANDER HELUANY, médico

cirurgião geral, inscrito no CPF sob o n. 918.094.526-00, com domicílio a Rua Vital Brasil, no Centro de Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADO, resolvem de comum acordo, ALTERAR o Contrato nº. 22/2016 originário do Credenciamento nº 27/2016, constante do Processo Administrativo de Licitação nº 27/2016, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do valor inicial do Contrato nº. 22/2016, datado de 14 de Junho de 2016, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, independente de transcrição, cujo objeto é credenciamento de médico cirurgião geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se a celebração do presente aditivo, pois a demanda aumentou de tal modo que não há possibilidade de atender todos os pacientes até o término do ano sem que haja prejuízo no saldo total de consultas.

2.2 – O presente termo aditivo é celebrado com base nos termos do Art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 a alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado em 25% (vinte e cinco por cento) o valor inicial do Contrato de nº. 22/2016, no tocante ao item: 01, perfazendo o aditivo a soma de R\$ 5.775,00 (cinco mil setecentos e setenta e cinco reais) passando o valor total atualizado do contrato referido para R\$ 28.875,00 (vinte e oito mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a prestação dos serviços de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho, correrá a conta dos elementos orçamentários seguintes:

07.01 2.037 3.3.9.00.00.00.00.0112

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

ARMAZÉM (SC), 02 de Outubro de 2017.

| | |
|------------------------------------|---------------------------------|
| AGENOR CORAL Prefeito Municipal | ALEXANDER HELUANY Contratado |
|------------------------------------|---------------------------------|

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 02/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2016

Pelo presente Termo Aditivo de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA, neste ato denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.598.648/0001-65, sito a Rua 20 de Maio, n 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AGENOR CORAL, e de outro lado a empresa CARDIOEXPRESS CLINICA DE CARDIOLOGIA E MEDICINA DO ESPORTE E REABILITACAO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 08.595.574/0001-61, com sede a Rua Julio Gaidzinski, 485, Centro, Morro da Fumaça/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, ALTERAR o Contrato nº. 24/2016 originário do Credenciamento nº 02/2016, constante do Processo Administrativo de Licitação nº 02/2016, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do valor inicial do Contrato nº. 24/2016, datado de 14 de Junho de 2016, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, independente de transcrição, cujo objeto é credenciamento de médico cirurgião geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se a celebração do presente aditivo, pois a demanda aumentou de tal modo que não há possibilidade de atender todos os pacientes até o término do ano sem que haja prejuízo no saldo total de consultas.

2.2 – O presente termo aditivo é celebrado com base nos termos do Art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 a alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado em 25% (vinte e cinco por cento) o valor inicial do Contrato de nº. 24/2016, no tocante ao item: 01, perfazendo o aditivo a soma de R\$ 6.875,00 (seis mil oitocentos e setenta e cinco reais) passando o valor total atualizado do contrato referido para R\$ 34.375,00 (trinta e quatro mil e trezentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a prestação dos serviços de que trata o objeto, mediante a emissão de nota de empenho, correrá a conta dos elementos orçamentários seguintes:

07.01 2.037 3.3.9.00.00.00.00.0112

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

ARMAZÉM (SC), 02 de Outubro de 2017.

| | |
|------------------------------------|--|
| AGENOR CORAL Prefeito Municipal | CARDIOEXPRESS CLINICA DE CARDIOLOGIA E MEDICINA DO ESPORTE E REABILITACAO LTDA - EPP Contratada |
|------------------------------------|--|

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2016

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2016

Pelo presente Termo Aditivo de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA, neste ato denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.598.648/0001-65, sito a Rua 20 de Maio, n 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AGENOR CORAL, e de outro lado a o senhor DIVINO DAMIAN DE PIERI, inscrito no CPF sob o n. 582.844.949-49, doravante denominada CONTRATADO, resolvem de comum acordo, ALTERAR o Contrato nº. 06/2016 originário da Dispensa de Licitação nº 14/2016, constante do Processo Administrativo de Licitação nº 14/2016, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo o reajuste do valor inicial do Contrato nº. 06/2016, datado de 27 de Janeiro de 2016, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, independente de transcrição, cujo objeto locação de um imóvel para o para funcionamento do CAPS (Centro de Atendimento Psíquico Social).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se a celebração do presente aditivo, pois é necessário mais um mês de locação para que seja feita as reformas necessárias para entregar o imóvel.

2.2 – O presente termo aditivo é celebrado com base nos termos do Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 a alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

ARMAZÉM (SC), 02 de Outubro de 2017.

| | |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| AGENOR CORAL Prefeito Municipal | DIVINO DAMIAN DE PIERI Contratado |
|------------------------------------|--------------------------------------|

DECRETO 130/2017

DECRETO Nº 130/2017, em 6 de Setembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 001748/16, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--|--|--|
| 04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura | | |
| 04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura | | |
| 04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas | | |
| Valor de R\$ 130.000,00 | | |
| 05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura e Turismo | | |
| 05.01 – Secretaria do Sistema Educação, Esporte Cultura e Turismo | | |
| 05.01.13.392.0007.2.094-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas | | |
| Valor de R\$ 30.000,00 | | |

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

| | | |
|--|--|--|
| 04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura | | |
| 04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura | | |
| 04.01.04.122.0010.2.035-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas | | |
| Valor de R\$ 130.000,00 | | |
| 05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura e Turismo | | |
| 05.01 – Secretaria do Sistema Educação, Esporte Cultura e Turismo | | |
| 05.01.13.392.0007.2.094-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas | | |
| Valor de R\$ 30.000,00 | | |

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 6 de Setembro de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema EconômicoRegistrado e publicado no site do município www.morrodafumaca.sc.gov.br**DECRETO 135/2017**

DECRETO Nº 135/2017, em 18 de Setembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 001748/16, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

| |
|--|
| 03 – Secretaria do Sistema Econômico |
| 03.01 – Secretaria do Sistema Econômico |
| 03.01.04.123.0003.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 10.000,00 |

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

| |
|--|
| 03 – Secretaria do Sistema Econômico |
| 03.01 – Secretaria do Sistema Econômico |
| 03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 10.000,00 |

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Setembro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no site do município www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO 141/2017

DECRETO Nº 141/2017, em 26 de Setembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 001748/16, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.330,00 (mil trezentos e trinta reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

| |
|--|
| 07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social |
| 07.02 – Fundo Municipal de Assistência Social |
| 07.02.08.244.0012.2.093-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 1.330,00 |

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do superávit financeiro de fonte de recursos (338) BPC na Escola.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 26 de Setembro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no site do município www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO 144/2017

DECRETO Nº 144/2017, em 03 de Outubro de 2017.

“ALTERA O DECRETO Nº 126, DE 31 DE AGOSTO DE 2017, QUE NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 252, §5º, INCISO II, ALÍNEA “A” DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 126, de 31 de Agosto de 2017 e constituída a nova Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, nos termos do Artigo 252, §5º, inciso II, alínea “a” do Código Tributário do Município, ficando designadas para sua composição as seguintes pessoas:

1. Arcangelo Sartor Vieira- CPF 558.345.669-87

Corretor de Imóveis

2. Juliano Pagnan Maragno- CPF 021.061.269-05

Corretor de Imóveis

3. Luiz Henrique Goulart Jacinto- CPF 064.882.179-09

Corretor de Imóveis

4. Antonio Ary De Lucca- CPF 653.411.639-15

Vereador

5. Miguel Zaccaron Darolt- CPF 034.251.389-36

6. Monike Guollo- CPF 046.813.659-20

Departamento de Tributos

7. Adriano Dozol Alexandre- CPF 730.167.309-44

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

8. Julia Pagnan Cechinel Coral- CPF 035.097.859-08

Secretaria do Sistema Econômico

9. Roivana da Silva Fornazza- CPF 032.891.379-02

Procuradora

Art. 4º Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogado Decreto nº 126, de 31 de Agosto de 2017.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Outubro de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 24º

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

ZELADOR DE ESCOLA

| | |
|-----------|-----------------|
| COLOCAÇÃO | NOME CANDIDATO |
| 17º | ROSALIA LUCIANO |

Morro da Fumaça, de 04 de Outubro de 2017.
 AGENOR CORAL
 Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
 Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 25º

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

ZELADOR DE ESCOLA

| | |
|-----------|---------------------------|
| COLOCAÇÃO | NOME CANDIDATO |
| 18º | Marilesia Garcia Ferreira |

Morro da Fumaça, de 06 de Outubro de 2017.
 AGENOR CORAL
 Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
 Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EXTRATO DE ANULAÇÃO – REUNIÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 91/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ANULAÇÃO – REUNIÃO DESERTA

PROCESSO 91/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 91/2017

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público a ANULAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe, tendo como objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS". Haja vista a ausência de participantes no certame. Determina desde já, abertura de Processo Licitatório nos mesmos moldes. Mais informações a disposição para consultar ou obter através do endereço Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico www.morrodafumaca.sc.gov.br.

Morro da Fumaça (SC), 06 de Outubro de 2017.
 AGENOR CORAL
 Prefeito Municipal

EXTRATO PORTARIAS SETEMBRO/2017

| Portaria | Data | Ementa |
|----------|------------|---|
| 523 | 01/09/2017 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 499/2013 DE 19/07/2013 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA O SERVIDOR, GERALDO JOSÉ FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS. |
| 524 | 01/09/2017 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 501/2017 DE 05/08/2017 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, ELISABETH MENDES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE. |
| 525 | 01/09/2017 | RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CAMILA JOAQUIM DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA. |
| 526 | 01/09/2017 | CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA APARECIDA ANTONIO DA ROSA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO. |
| 527 | 01/09/2017 | NOMEIA ALMECI ALCIDES PEREIRA PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. |
| 528 | 01/09/2017 | DESIGNA A SERVIDORA CAMILA SOUZA AMARAL, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NO ESF ANA BENFATO GOBATTO. |

| | | |
|-----|------------|--|
| 529 | 01/09/2017 | DESIGNA A SERVIDORA IONICE PEREIRA VIEIRA , OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NA UBS VILA RICA E UBS MINA FLUORITA. |
| 530 | 04/09/2017 | CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIELA CANCELLIER PARA O CARGO DE PROFESSORA. |
| 531 | 04/09/2017 | CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCAS CAMARGO PARA O CARGO DE PROFESSOR. |
| 532 | 06/09/2017 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 230/2016 DE 02/03/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, SILVANIE DE BETTIO, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA. |
| 533 | 06/09/2017 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE SILVANIE DE BETTIO, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA. |
| 534 | 11/09/2017 | CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANESSA LUCIANO DOS PASSOS PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA. |
| 535 | 12/09/2017 | NOMEIA CAMILA RUZZA GEREMIAS PARA OCUPAR O CARGO DE FARMACÊUTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. |
| 536 | 12/09/2017 | CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À FERNANDA BITTENCOURT DIAS, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO. |
| 537 | 14/09/2017 | ALTERA A PORTARIA Nº 474/2017 DE 11/07/2017 QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE 20% PARA O SERVIDOR ADRIANO DOZOL ALEXANDRE POR EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA EM CONFORMIDADE COM LEI COMPLEMENTAR Nº 038/2015. |
| 538 | 15/09/2017 | CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À ELIZANDRA MARTINS ALVES, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM. |
| 539 | 15/09/2017 | ALTERA A PORTARIA 062/2017 DE 04/01/2017 QUE NOMEOU FERNANDO RÉUS FRASSON PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III. |
| 540 | 15/09/2017 | ALTERA A PORTARIA 498/2016 DE 29/11/2017 QUE NOMEOU BARBARA DANDOLINI DE ROCHI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III. |
| 541 | 15/09/2017 | ALTERA A PORTARIA 061/2017 DE 04/01/2017 QUE NOMEOU PATRICIA CORAL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV. |
| 542 | 20/09/2017 | NOMEIA CRISTIANE RAMOS PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV NA SECRETARIA DO SISTEMA ECÔNOMICO. |
| 543 | 21/09/2017 | CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR MAURICIO THADEU FENILLI DE MENEZES, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. |
| 544 | 22/09/2017 | NOMEIA CINTYA SARTOR PELLEGRIN PARA A FUNÇÃO DE PREGOEIRA OFICIAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 017/2014. |
| 545 | 25/09/2017 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE SILVANA TEIXEIRA ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA. |
| 546 | 25/09/2017 | NOMEIA MATEUS FORTUNATO FRANCISCO PARA O CARGO DE ASSESSOR I NA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. |
| 547 | 26/09/2017 | CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A PROFESSORA MARITELMA PADOIN. |
| 548 | 26/09/2017 | CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A PROFESSORA MARIA DE FÁTIMA MENEGHEL SAVARIS. |
| 549 | 26/09/2017 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 515/2017 DE 22/08/2017 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, ARACELI FRASSON DAMASIO COIMBRA, OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA. |
| 550 | 26/09/2017 | DESIGNA A PROFESSORA KAREN BORTOLIN SALVAN PARA RESPONDER POR MAIS 05 HORAS SEMANAIS. |

PREGÃO PRESENCIAL 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 30 de Outubro de 2017, às 10:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS PARA FABRICAÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E GERIÁTRICAS PARA O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇO MÁXIMO ENCONTRAM-SE NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 30 de Outubro de 2017, às 10:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 06 de Outubro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 108/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 108/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 30 de Outubro de 2017, às 08:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE PARACHOQUE DE IMPULSÃO, CONFORME DESCRIÇÕES E VALOR MÁXIMO CONTIDOS NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 30 de Outubro de 2017, às 08:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 06 de Outubro de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal**PREGÃO PRESENCIAL 109/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 30 de Outubro de 2017, às 09:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PEDRA BRITA CORRIDA GROSSA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E VALOR MÁXIMO CONTIDO NO ANEXO I DO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 30 de Outubro de 2017, às 09:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas.

Morro da Fumaça (SC), 06 de Outubro de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal**TOMADA DE PREÇOS 103/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 103/2017.

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público, que realizará Processo Licitatório, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 26 de Outubro de 2017, às 08:30 horas, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CAUQ) NAS RUAS JOSÉ CECHINEL E 20 DE MAIO. CONFORME PROJETO, TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHAS CONSTANTES NO EDITAL. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 26 de Outubro de 2017, às 08:30 horas. O edital encontra-se a disposição para obter no Site Oficial do Município www.morrodafumaca.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação, Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas às 13:00 horas. Morro da Fumaça (SC), 06 de Outubro de 2017. AGENOR CORAL. Prefeito Municipal

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - PREGAO PRESENCIAL 28-2017 - PMMG8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Rui Barbosa, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 28/2017, cujo objetivo é a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE PASSEIO MODELO HATCH, NOVO, 0KM, PARA USO DO DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 09h00min do dia 25/10/2017, com abertura no mesmo dia às 09h30min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0015/3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

Navegantes, 06 de outubro de 2017.

Ilmo(a). Senhor (a)
LEILA REGINA PIVATTO

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no período de 24 (vinte e quatro) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL de nº 001/2013, para o cargo de Professor de Series Finais - Artes 20 horas.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Municipal. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

DEPARTAMENTO DE GESTÃO EM RH

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 18/2017

OBJETO: Locação de veículo para atender as necessidades da secretaria de saúde – Pregão Presencial – Registro de Preços nº 18/2016

REQUERENTE: Empresa Ligue Car Veículos Ltda. ME

ASSUNTO: Apurar possibilidade de pagamento das Notas Fiscais nº 0424 e 0425 da Empresa Ligue Car Veículos Ltda. ME, pela locação de dois veículos Fiat dobro placas MMH8662 e MMD 5639 a pedido do Secretário de Saúde à época.

O presente processo foi instaurado através da CI nº 331 da Secretaria Municipal de Saúde, protocolado nesta administração no dia 04 de maio de 2017, para apurar a possibilidade do pagamento de Notas Fiscais de nº 0424 e 0425 em nome de Ligue Car Veículos Ltda. ME., tendo em vista a ausência de contrato vigente quando da locação dos automóveis.

O processo foi autuado conforme segue:

1. Termo de Abertura - (fl. 01);
2. Juntada de Documentos – (fl.02)
3. Comunicação Interna nº331 da Secretaria de Saúde – (fl.03)
4. Relatório de Liberação de Empenho – (fl.04 a 06)
5. Nota Fiscal nº 0424 (fl. 07);
6. Nota Fiscal nº 0425 (fl.08);
7. Ata de Registro de Preços – Pregão Presencial nº 18/2017 e seus anexos – (fls. 09 a 29)
8. Portaria nº 1022 de 16/03/2017 (fls. 30)

1. DOS FATOS

A Secretaria de Saúde através da Comunicação Interna nº 331-2017 protocolada nesta Secretaria de Administração no dia 04 de maio de 2017, veio relatar e solicitar pagamento de duas Notas fiscais nºs: 0424 e 0425 no valor de R\$ 7.130,00 (Sete mil cento e trinta reais) totalizando um montante de R\$14.260,00(Quatorze mil duzentos e sessenta reais), referente a locação de dois veículos Fiat Doblo de placas MMH8662 e MMD5639 no período de 01/01/2017 a 09/03/2017. O Contrato teve início no dia 16 de março de 2016 e terminou em 31 de dezembro de 2016, contudo a empresa Ligue Car continuou prestando os serviços à Secretaria de saúde a pedido do Secretário de Saúde da época Sr. Arilson Luiz Moraes, cito as fls. (03 a 08).

A prestação de serviço desses dois veículos locados segundo relatório, não poderiam ser interrompidos devido à importância no traslado de pacientes. Um veículo era utilizado para o transporte de pacientes TFD (Tratamento Fora Familiar) para os municípios de Joinville, Florianópolis, Curitiba e entre outros, esses pacientes realizam seus tratamentos regularmente, não podendo ser interrompido. Outro veículo era destinado ao envio de pacientes para UNACON, pacientes que não dispõem de poder financeiro, não podendo assim custear tal deslocamento. É o relato necessário.

Assim, foi instaurado o presente processo administrativo para apuração das responsabilidades.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame se restringe a verificação acerca da possibilidade de pagamento referente as Notas Fiscais emitidas pela Empresa Ligue Car Veículos Ltda. ME, referente possível locação de veículos entre o período de 01/01/2017 a 09/03/2017. A Empresa pleiteia o pagamento dos serviços executados fora dos parâmetros contratuais, especificados pelas notas fiscais de nºs 0424 e 0425, especificando locação do veículo Doblo dos períodos de 01/01/2017 a 09/03/2017, referenciando o mesmo período e valor nas notas fiscais apresentadas, totalizando o valor de R\$ 14.260,00 (Quatorze mil duzentos e sessenta reais),cito as fls (07 e 08), conforme

comunicação interna CI nº 331/2017, fl (03), não apresentando relatório diário de bordo que comprovem que os veículos foram realmente utilizados pela secretaria de saúde, apenas há declaração faltando assim a comprovação efetiva do uso dos mencionados veículos, sendo irrelevantes para a convalidação dos atos Administrativos deste porte a simples verbalização do ato.

Sobre o assunto, não se pode deixar de observar que de acordo com o parágrafo único do art. 60 da lei 8.666/93, no que tange aos contratos públicos, em regra, devem ser formalizados com a adoção do instrumento adequado, admitindo os contratos orais somente quando os valores forem de baixa monta:

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Observa-se, portanto, que o valor pleiteado é de R\$ R\$ 14.260,00 (Quatorze mil duzentos e sessenta reais), referente aos serviços prestados, apesar do valor ser inferior, não está protegido por essa exceção.

Ademais, a formalização dos ajustes celebrados pelo poder público visa a resguardar princípio basilar do direito pátrio.

Por conseguinte, caso fosse considerado como um contrato verbal, o mesmo destoaria ao princípio da Legalidade que deve inspirar todos os Atos da Administração Pública, conforme preceitua o Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

No mesmo norte, o inciso XXI do artigo supracitado faz menção importante sobre as licitações conforme segue.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes [...]. (Grifo nosso)

É o que confirma o Acórdão do TRF-1 - APELAÇÃO CÍVEL AC 4158 DF 2002.01.00.004158-3 (TRF-1) Data de publicação: 09/04/2002

Ementa: ADMINISTRATIVO. REPAROS EM APARTAMENTOS FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO, SEM DISPENSA FORMAL. APENAS SOLICITAÇÃO VERBAL DE AUTORIDADE À EMPRESA. NULIDADE DO CONTRATO VERBAL COM A ADMINISTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. 1. "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes..." (art. 37, XXI, da Constituição). 2. A Administração não pode se responsabilizar por obras realizadas mediante simples solicitação verbal de autoridade, ou seja, sem processo de licitação ou decisão, devidamente motivada, de dispensa ou inexigibilidade de tal processo, fatos estes de pleno conhecimento da empresa. (grifo nosso)

A inexistência de verossimilhança do direito reclamado está caracterizada pela ofensa ao princípio da legalidade, já que a solenidade que rege os contratos administrativos está ausente. Aliás, a própria pretensão revela a ausência dos requisitos formais, ou seja, sem os fundamentos da obrigação contratual.

Forçoso lembrar que os serviços prestados das quais se pleiteia o pagamento, ocorreram na forma verbal e não por escrito, o que vem em desconformidade com o que estabelece o Parágrafo Único do art. 60 da Lei nº 8.666/93,

Assim, todo contrato administrativo há que ser celebrado com obediência aos ditames legais, sob pena de ser eivado de nulidade, acarretando vários transtornos tanto ao ente público quanto ao particular participante do ajuste.

Importante destacar que no entendimento de Ronny Charles, em seu livro "Leis de Licitações Públicas Comentadas (Ed. Podivm, 3ªEd., p. 323) ", A legislação cobra especial atenção à necessidade de que os atos contratuais praticados pela Administração sejam devidamente formalizados, esta é uma das formas de se impedir abusos, desvios e prejuízos ao erário, o formalismo permite que a ação praticada pelo gestor seja devidamente fiscalizada a posteriori.

Vem corroborar o embasamento de Ronny Charles a jurisprudência do Tribunal de Santa Catarina que segue:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA EM FACE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO. REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ALÉM DOS CONTRATADOS. AUTORIZAÇÃO VERBAL. AUSÊNCIA DE PROVA. ÔNUS DO AUTOR. INTELIGÊNCIA NO ART. 333, I, DO CPC. CONSTRUTORA REQUEREU E DESISTIU DA PERÍCIA. OITIVA DE TESTEMUNHAS QUE NÃO CORROBORA COM OS FATOS NARRADOS. INEXISTÊNCIA DE NOTAS DE EMPENHO. OBRIGAÇÃO DE PAGAR NÃO DEMONSTRADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Cumpre à autora provar o fato constitutivo do seu direito (art. 333, início I, do CPC), ou seja, de que realmente celebrou contrato verbal com a administração pública para o calçamento de vias públicas que circundam Colégio Estadual administrado pelo Município e que a municipalidade ficou responsável pelo pagamento da mão-de-obra, o que também não chegou a ficar bem esclarecido. Não comprovando o alegado, o não provimento do recurso para manter a improcedência do pedido é a medida que se impõe. (Apelação Cível n. 2006.017343-5, de São Miguel do Oeste, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 25.07.2006).

Além do art. 60 da Lei nº 8.666/93 tratar das formalidades legais necessárias aos contratos celebrados pela Administração e seu Parágrafo Único dispor sobre a nulidade dos contratos verbais com o Poder Público, faz-se necessário mencionar a Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro. No qual veda a realização de despesas sem o devido empenho, nos termos do seu artigo 60. "É vedada a realização de despesas sem prévio empenho", ou seja, sem a devida previsão orçamentária.

Pelo texto legal, o empenho é condição sine qua non para realização de despesas. Desta forma, a lei afirma que isso vale para todas as despesas públicas.

Cumpra-se ressaltar, que o empenho da despesa, conforme preceitua o Art. 58 da Lei nº 4.320/64, " (...) cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição", o que não se concretiza no caso analisado, considerando que não há previsão contratual e tão pouco o devido empenho, contrariando o artigo 60 da mesma lei, que veda a realização de despesas sem o prévio empenho e também a decisão do TCU que diz: " observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo a contratação, consoante artigos 58 e 70 da Lei nº 4.320/64". (TCU, Acórdão nº 1.404/2011, 1ª Câmara, el. Min. Ubiratan Aguiar, Dou de 11.03.2011). No mais, cabe a Secretaria competente efetuar adequado planejamento de suas contratações, em obediência aos princípios basilares do direito pátrio.

A eventual contratação emergencial de serviços essenciais à Administração Pública decorrente de ato de negligência do gestor, em que pese ser admitida pelo Tribunal de Contas da União, em prol do interesse público, exigirá a imediata apuração de responsabilidade.

Vencida esta questão, visando garantir, a Supremacia do interesse público, os recursos e a dotação orçamentaria do exercício, as despesas efetivadas sem os devidos contratos, sem licitação ou sem previsão legal, devem ser negadas visto a falta de responsabilidade e falta de planejamento de algumas Secretarias, passar-se-á à análise da minuta da decisão administrativa, que, a princípio, preenche os requisitos legais e formais que lhe são peculiares.

2. DA DECISÃO

Em face dos fatos e fundamentos ora aduzidos e trazidos a esta Comissão para deliberação, com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no que tange a garantir a supremacia do interesse público, tomando por base toda a legislações pátrias e jurisprudenciais aqui citadas, decide que:

2.1. Estes fatos ocorreram na gestão do Secretário Sr. Arilson Luiz Moraes, sendo atestado pelo mesmo, que o serviço foi devidamente prestado e que existem valores em aberto em nome da empresa Ligue Car (fl. 03 a 08), porém a Lei 4.320/64 em seu artigo 60, veda a realização despesas sem o prévio empenho. No tocante a suposta contratação verbal, por parte da secretaria de saúde, é desconhecida por esta administração pública, conforme versa o artigo 60, parágrafo único da lei 8.666/93, que veda expressamente o contrato de forma verbal.

2.2. A respeito da solicitação de possível pagamento das Notas Fiscais nº 0424 e 0425, pelos trabalhos realizados no período correspondente de 01/01/20017 à 09/03/2017, esta administração não reconhece qualquer execução fora da vigência contratual, pois o termo inicial do Contrato foi no dia 16/03/2016 e findou-se na data de 31/12/2016.

2.3. Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, VERIFICAMOS A IMPOSSIBILIDADE do pagamento das Notas Fiscais de número 0424 e 0425 emitidas no dia 20 de Abril de 2017, no valor de R\$ 14.260,00 (Quatorze mil duzentos e sessenta reais) cada uma, totalizando um montante de R\$7.130,00 (Sete mil cento e trinta reais), referente serviço de locação dos veículos Doblo, sendo que a licitação iniciou no dia 16 de março de 2016 e terminou em 31 de dezembro de 2016, ou seja o período pleiteado entre os meses de janeiro a março, não existia contrato vigente, impossibilitando esta Administração a liquidar as presentes Notas Fiscais emitidas pela empresa Ligue Car, para a Secretaria de Saúde, por não haver previsão legal de tal ato, tornando-o nulo.

2.4. Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela IMPOSSIBILIDADE do pagamento do valor pleiteado, relativo à prestação de serviços, julgando IMPROCEDENTE o pedido formulado pela Secretaria de Saúde do PA nº18/2017.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 22 de Setembro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio Patrícia Aparecida Gualberto

Membro da Comissão Membro da Comissão

Nelson da Cunha Maria Benedita Correa

Membro da Comissão Membro da Comissão

Anna Claudia Gaya Costa

Responsável pelos Processos Administrativos

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira

Corresponsável pelos Processos Administrativos

Donizete José da Silva

Prefeito em Exercício de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração e Logística

DECISAO: Procedimento Administrativo nº 18/2017

Empresa Ligue Car Veículos Ltda. ME

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2017 FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 030/2017.

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.

Fornecedor: WINAUDIO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS LTDA

CNPJ: 25.462.640/0001-44

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE (COM SUPORTE E MANUTENÇÃO) PARA AUDIOMETRIA, PARA ATENDER AO CENTRO DE ESPECIALIDADES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 2.000,00

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 06 de outubro de 2017.

LAUDO III DAS AMOSTRAS 131/2017 PMN

RELATÓRIO DE AMOSTRAS – PROCESSO 131/2017 – PMN

3º COLOCADOS

LAUDO DE AVALIAÇÃO/AMOSTRAS

Objeto: Registro de Preço visando a aquisição de materiais de expediente para suprir a demanda das Secretarias, Fundos e Fundações de navegantes/sc. referente aos itens fracassados no Pregão Presencial para Registro de Preço 035/2017.

Participante 10645 – INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP

Itens 02, 07, 14, 19, 20 e 45 - APROVADOS

Participante 12984 – LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Itens 03 – APROVADO

Participante 17319 – FABIO JOSÉ NORILLER

Itens 47 – REPROVADO, não apresentou amostra (item fracassado)

Participante 17031 – PERFORMACE COMERCIO &SERVIÇOS EIRELI - ME

Itens 48 – REPROVADOS - Não apresentou Amostras (item fracassado)

Navegantes-SC, 06 de outubro de 2017

Karlile Cugnier

Secretária de Administração e Logística

Nova Itaberaba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO 90/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 90/2017

MODALIDADE Nº 29/2017

As 08:00 horas do dia 15/09/17, na dependência da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pelo Decreto Nº 011/2015 do Senhor Prefeito Municipal para proceder o recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentação, da licitação que tem por objeto a abaixo mencionado:

Do Objeto: Solicitação de contratação de empresas para fornecimento de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes, conforme controle na Unidade de Saúde Municipal.

Participaram da presente licitação os seguintes interessados:

| |
|---|
| DALMED DISTRIB. DE MEDIC. LTDA |
| CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALERES LTDA |
| DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALERES LTDA |
| S & R DISTRIBUIDORA LTDA |
| PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |
| ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA |
| L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP |
| ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |
| DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA |
| INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |
| MAUROMARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |
| A. G. KIENEN & CIA LTDA |

Aberta a sessão pelo Pregoeiro, iniciou-se com a abertura dos envelopes contendo a proposta de preços, tendo sido as mesmas rubricadas por todos os membros da comissão e representantes presentes no ato da abertura, conforme lista de presenças anexada a esta ata.

Tendo como vencedor(es) o(s) seguinte(s) proponente(s) conforme quadro abaixo:

Total dos Proponentes

| NOME DO FORNECEDOR | VALORES TOTAIS |
|---|----------------|
| DALMED DISTRIB. DE MEDIC. LTDA | 4.317,00 |
| CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALERES LTDA | 55.616,50 |
| DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALERES LTDA | 36.549,00 |
| S & R DISTRIBUIDORA LTDA | 25.272,80 |
| PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | 16.054,50 |
| ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA | 130.516,12 |
| L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP | 6.684,65 |
| ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | 68.133,50 |
| DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - LTDA | 17.775,60 |
| DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA | 39.106,00 |
| INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | 19.257,30 |
| MAUROMARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA | 25.411,50 |
| A. G. KIENEN & CIA LTDA | 27.983,70 |

Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes contendo a documentação de qualificação dos interessados, tendo sido qualificados os seguintes fornecedores:

| |
|---|
| DALMED DISTRIB. DE MEDIC. LTDA |
| CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALERES LTDA |
| DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALERES LTDA |
| S & R DISTRIBUIDORA LTDA |
| PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |
| ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA |
| L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP |
| ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |
| DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - LTDA |
| DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA |

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
MAUROMARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
A. G. KIENEN & CIA LTDA

Findo os trabalhos de julgamento das propostas o Presidente da Comissão encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos representantes presentes e encaminhada ao Prefeito Municipal para os devidos fins e efeitos.

Nova Itaberaba, 15/09/17.

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| Nome | Função | Assinatura |
|-----------------------|-----------------|------------|
| GUILHERME Z. ORTIGARA | PREGOEIRO | |
| JAIMIR A. LUPATINI | EQUIPE DE APOIO | |
| CESAIR A. FILIPPINI | EQUIPE DE APOIO | |

DE ACORDO

DECRETO Nº 238/2017

DECRETO Nº. 238/2017 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) no Projeto Atividade 2.020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL, na modalidade de aplicação 3.3.90 na fonte 01.35 - Transferências do sistema Único de Assistência Social – Suas / União, conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0135 Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União R\$ 15.000,00

Detalhamento: 0005 – Transf. SUAS - SCFV - Serviço Convivência

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Fonte: 0135 Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União

Detalhamento: 0004 – Transf. SUAS PAIF

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 04 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 580/2017

PORTARIA Nº 580/2017
Dispõe Sobre Credenciamento

Virgílio José Tamanini, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e ss., Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

RESOLVE:

CREDENCIAR o Servidor Público Municipal GIOVANI GOMES DA ROSA, matrícula nº 7565, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a contar de 25 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de agosto de 2017.

Virgílio José Tamanini
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 623/2017 "A"

PORTARIA Nº 623/2017 "A"

Prorroga Portaria

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº /201, de 26/06/2015, convocada conforme Decreto nº /2017, TAYSE GAMBETA, matrícula nº 7609, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 11 de setembro de 2017 a 10 de setembro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de setembro de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº /2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, casado, brasileiro, CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 583, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora TAYSE GAMBETA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Joaquim Silveira, nº 52, Bairro Centro, Município de Major Gercino, portadora do CPF nº 078.875.969-80, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER

A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (hum mil quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 11 de setembro de 2017 a 10 de setembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de setembro de 2017.

Maxiliano de Oliveira Tayse Gambeta

Secretário Mun. Saúde e Desenvolvimento Comunitário Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de setembro de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore

Diretora Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 642/2017 "B"

PORTARIA Nº 642/2017 "B"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições

que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal FERNANDA SALUM CORREA, matrícula nº 6925, concursada no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 38 (trinta e oito dias) dias, a contar de 19 de setembro de 2017 a 26 de outubro de 2017, conforme resultado pericial datado de 25/09/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de setembro de 2017.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 644/2017

PORTARIA Nº 644/2017
Dispõe Sobre Credenciamento

Alexandre Feller, Secretário Municipal de Esporte, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de conformidade com o art. 1º e ss., Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

RESOLVE:

CREDENCIAR o Servidor Público Municipal CLODOALDO SARTORI, matrícula nº 7546, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Esportes, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Esporte, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem a serviço da municipalidade, a contar de 28 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de setembro de 2017.

Alexandre Feller
Secretário Municipal de Esporte

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 447, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO N.º 447, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"ALTERA A REDAÇÃO DO DECRETO N.º 188, DE 1º DE MARÇO DE 2017, QUE NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º – O artigo 1º, do Decreto n.º 188, de 1º de março de 2017, em substituição aos membros nomeados inicialmente, passa a vigorar com as seguintes alterações:

IV – EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Escritório Municipal de Nova Veneza:
TITULAR – Daniel Mendonça

.....

Art. 2º - Estas nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 02 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 02 de outubro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 448, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO N.º 448, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017"

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o art. 8 da Lei Municipal n.º 2.537, de 09 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica autorizado abrir crédito suplementar com a Fonte de Recursos "721" – Atenção Básica, por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2017, destinado ao empenhamento de despesas de custeio, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.024 - Manutenção da Secretaria da Rede Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 0721 (9) – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00.

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2017, creditados na Conta Corrente n.º 624002-4, Agência 4878, Caixa Econômica Federal, referente recursos vinculados ao MAC – (Laboratórios).

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 02 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 02 de outubro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.589, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

LEI N.º 2.589, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.598, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE INSTITUI NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA - SC - A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo I da Lei Municipal nº 1.598, de 27 de dezembro de 2002, que institui no Município de Nova Veneza - SC - a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ANEXO I”

A cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública relativa aos imóveis edificados efetuar-se-á mensalmente e será calculado por tipo de ligação como segue:

I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

| FAIXA DE CONSUMO/KW/h | VALOR DA CONTRIBUIÇÃO (EM R\$) |
|-----------------------|-----------------------------------|
| 0 a 30 | Isento |
| 31 a 50 | 2,53 |
| 51 a 100 | 3,61 |
| 101 a 200 | 5,06 |
| 201 a 500 | 6,87 |
| 501 a 1.000 | 7,37 |
| 1.001 a 2.500 | 19,53 |
| 2.501 a 5.000 | 28,93 |
| 5.001 a 7.500 | 43,40 |
| 7.501 a 10.000 | 57,86 |
| Maior que 10.000 | 144,66 |

II - CONSUMIDORES COMERCIAIS:

| FAIXA DE CONSUMO/KW/h | VALOR DA CONTRIBUIÇÃO (EM R\$) |
|-----------------------|-----------------------------------|
| 0 a 30 | Isento |
| 31 a 50 | 4,34 |
| 51 a 100 | 10,12 |
| 101 a 200 | 14,46 |
| 201 a 500 | 28,93 |
| 501 a 1.000 | 50,63 |
| 1.001 a 2.500 | 57,86 |
| 2.501 a 5.000 | 72,33 |
| 5.001 a 7.500 | 108,49 |
| 7.501 a 10.000 | 122,96 |
| Maior que 10.000 | 217,00 |

III – CONSUMIDORES INDUSTRIAIS:

| FAIXA DE CONSUMO/KW/h | VALOR DA CONTRIBUIÇÃO (EM R\$) |
|-----------------------|-----------------------------------|
| 0 a 30 | Isento |
| 31 a 50 | 7,23 |
| 51 a 100 | 14,46 |
| 101 a 200 | 21,70 |
| 201 a 500 | 28,93 |
| 501 a 1.000 | 65,09 |
| 1.001 a 2.500 | 79,56 |
| 2.501 a 5.000 | 108,49 |
| 5.001 a 7.500 | 159,12 |

| | |
|------------------|--------|
| 7.501 a 10.000 | 173,59 |
| Maior que 10.000 | 289,32 |

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos somente 90 (noventa) dias após sua publicação (art. 150, III, CRFB/88), revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 05 de setembro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 28 de setembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.590, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

LEI N.º 2.590, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXA NO PATRIMÔNIO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a baixa no patrimônio dos bens móveis inservíveis abaixo mencionados, em razão da exaustão total, furto ou por não apresentarem condições para os fins que se destinam:

| Cód. do Bem | Descrição do Bem | Placa do Bem | Motivo da baixa |
|-------------|--|--------------|-------------------------------------|
| 8846 | Carrinho de bebê Best | 9099 | Por não apresentar condições de uso |
| 8847 | Carrinho de bebê Best | 9100 | Por não apresentar condições de uso |
| 8848 | Carrinho de bebê Best | 9101 | Por não apresentar condições de uso |
| 8849 | Carrinho de bebê Best | 9102 | Por não apresentar condições de uso |
| 8855 | Andador de bebê StStyllbaby | 9108 | Por não apresentar condições de uso |
| 7705 | Escorregador em ferro | 7955 | Por não apresentar condições de uso |
| 7706 | Gangorra dupla em ferro | 7956 | Por não apresentar condições de uso |
| 7707 | Gangorra dupla em ferro | 7957 | Por não apresentar condições de uso |
| 4589 | Fogão industrial com 04 bocas e forno | 4608 | Por não apresentar condições de uso |
| 4591 | Bebedouro tipo garrafão 20 litros Master Frio | 4614 | Por não apresentar condições de uso |
| 4947 | Porta toalheiroGoedert branco/cinza 1196 | 5049 | Por não apresentar condições de uso |
| 4948 | Porta toalheiroGoedert branco/cinza 1196 | 5050 | Por não apresentar condições de uso |
| 181 | Cadeira estofada fixa com apoio de braço cor preta | 113 | Por não apresentar condições de uso |
| 77 | Mesa em madeira cerejeira com 02 gavetas | 115 | Por não apresentar condições de uso |
| 2049 | Cadeira escolar | 659 | Por não apresentar condições de uso |
| 2051 | Cadeira escolar | 661 | Por não apresentar condições de uso |
| 2057 | Cadeira escolar | 667 | Por não apresentar condições de uso |
| 2046 | Cadeira escolar | 656 | Por não apresentar condições de uso |
| 2050 | Cadeira escolar | 660 | Por não apresentar condições de uso |
| 2015 | Cadeira escolar em madeira infantil | 606 | Por não apresentar condições de uso |
| 2082 | Cadeira escolar em madeira infantil | 491 | Por não apresentar condições de uso |
| 2048 | Cadeira escolar | 658 | Por não apresentar condições de uso |
| 2039 | Cadeira escolar | 599 | Por não apresentar condições de uso |
| 2065 | Mesa infantil | 675 | Por não apresentar condições de uso |
| 2088 | Cadeira escolar em madeira infantil | 497 | Por não apresentar condições de uso |
| 2095 | Cadeira escolar em madeira infantil | 604 | Por não apresentar condições de uso |
| 2068 | Mesa infantil | 678 | Por não apresentar condições de uso |
| 2918 | Mesa em madeira infantil (0.50x1.00) | 1098 | Por não apresentar condições de uso |

| | | | |
|------|---|------|-------------------------------------|
| 2022 | Mesa em madeira infantil (0.60x0.60) | 613 | Por não apresentar condições de uso |
| 2017 | Cadeira escolar em madeira infantil | 608 | Por não apresentar condições de uso |
| 2047 | Cadeira escolar | 657 | Por não apresentar condições de uso |
| 2066 | Mesa infantil | 676 | Por não apresentar condições de uso |
| 2089 | Cadeira escolar em madeira infantil | 498 | Por não apresentar condições de uso |
| 2023 | Mesa em madeira infantil | 614 | Por não apresentar condições de uso |
| 2086 | Cadeira escolar em madeira infantil | 495 | Por não apresentar condições de uso |
| 2016 | Cadeira escolar em madeira infantil | 607 | Por não apresentar condições de uso |
| 2067 | Mesa infantil | 677 | Por não apresentar condições de uso |
| 2027 | Mesa em madeira infantil (0.60 x 1.00) | 618 | Por não apresentar condições de uso |
| 2024 | Mesa em madeira infantil (0.60 x 0.60) | 615 | Por não apresentar condições de uso |
| 2058 | Cadeira escolar | 668 | Por não apresentar condições de uso |
| 2059 | Cadeira escolar | 669 | Por não apresentar condições de uso |
| 2085 | Cadeira escolar em madeira infantil | 494 | Por não apresentar condições de uso |
| 2036 | Cadeira escolar | 596 | Por não apresentar condições de uso |
| 2035 | Cadeira escolar | 595 | Por não apresentar condições de uso |
| 2064 | Mesa infantil | 674 | Por não apresentar condições de uso |
| 2087 | Cadeira escolar em madeira infantil | 496 | Por não apresentar condições de uso |
| 2063 | Mesa infantil | 673 | Por não apresentar condições de uso |
| 2077 | Mesa infantil | 2077 | Por não apresentar condições de uso |
| 3153 | Balcão em fórmica c/ 08 gavetas e 04 portas cor cinza | 1625 | Por não apresentar condições de uso |
| 3179 | Mesa para impressora em fórmica cor bege | 1571 | Por não apresentar condições de uso |
| 5045 | Projektor multimedia Epson home 20 | 5155 | Por não apresentar condições de uso |
| 3149 | Mesa em fórmica com 02 gavetas | 1621 | Por não apresentar condições de uso |
| 3116 | Mesa em fórmica com 02 gavetas | 1539 | Por não apresentar condições de uso |
| 3080 | Balcão em fórmica c/01 gaveta, 01 porta e 03 prateleiras. | 1508 | Por não apresentar condições de uso |
| 3078 | Balcão em fórmica. | 1506 | Por não apresentar condições de uso |
| 3224 | Maca de metal | 1556 | Por não apresentar condições de uso |
| 2962 | Mesa em fórmica cinza com 02 gavetas | 269 | Por não apresentar condições de uso |
| 3116 | Mesa em fórmica com 02 gavetas. | 1539 | Por não apresentar condições de uso |
| 3107 | Mesa em fórmica com 02 gavetas | 1531 | Por não apresentar condições de uso |
| 2430 | Cadeira estofada giratória sem apoio cor preta | 333 | Por não apresentar condições de uso |
| 7033 | Nobreak BMI 1200VA maxxpower 2BN | 7283 | Por não apresentar condições de uso |
| 5829 | Multifuncional Officejet J3680 CB071A | 5942 | Por não apresentar condições de uso |
| 8271 | Telefone sem fio KEO | 8518 | Por não apresentar condições de uso |
| 5417 | Aparelho de fax Intelbras Linea | 5528 | Por não apresentar condições de uso |
| 7394 | Telefone Pleno GF | 7644 | Por não apresentar condições de uso |
| 3174 | Estabilizador Porceline | 1647 | Por não apresentar condições de uso |
| 2975 | Estabilizador AVR 1000 | 282 | Por não apresentar condições de uso |
| 458 | Cadeira escolar cor bege | 702 | Por não apresentar condições de uso |
| 6315 | Cadeira escolar adulto | 6428 | Por não apresentar condições de uso |
| 6331 | Carteira escolar adulto | 6444 | Por não apresentar condições de uso |
| 672 | Cadeira escolar em fórmica | 2530 | Por não apresentar condições de uso |
| 713 | Cadeira escolar em madeira | 2457 | Por não apresentar condições de uso |
| 6327 | Carteira escolar adulto | 6440 | Por não apresentar condições de uso |
| 7633 | Cadeira escolar | 7883 | Por não apresentar condições de uso |
| 483 | Cadeira estofada em couro s/ braço | 727 | Por não apresentar condições de uso |
| 480 | Cadeira escolar cor bege | 724 | Por não apresentar condições de uso |
| 431 | Carteira escolar cor bege | 767 | Por não apresentar condições de uso |
| 509 | Carteira escolar cor bege | 803 | Por não apresentar condições de uso |

| | | | |
|------|------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 5706 | Cadeira escolar | 5819 | Por não apresentar condições de uso |
| 6312 | Cadeira escolar adulto | 6425 | Por não apresentar condições de uso |
| 5184 | Cadeira escolar adulto | 5294 | Por não apresentar condições de uso |
| 420 | Carteira escolar cor bege | 756 | Por não apresentar condições de uso |
| 482 | Carteira escolar cor bege | 726 | Por não apresentar condições de uso |
| 421 | Carteira escolar cor bege | 757 | Por não apresentar condições de uso |
| 477 | Cadeira escolar cor bege | 721 | Por não apresentar condições de uso |
| 467 | Cadeira escolar cor bege | 711 | Por não apresentar condições de uso |
| 6324 | Cadeira escolar adulto | 6437 | Por não apresentar condições de uso |
| 419 | Cadeira escolar cor bege | 755 | Por não apresentar condições de uso |
| 427 | Cadeira escolar cor bege | 763 | Por não apresentar condições de uso |
| 670 | Carteira escolar em fórmica | 2528 | Por não apresentar condições de uso |
| 433 | Carteira escolar cor bege | 769 | Por não apresentar condições de uso |
| 529 | Mesa em madeira infantil 0823 | 823 | Por não apresentar condições de uso |
| 429 | Carteira escolar cor bege | 765 | Por não apresentar condições de uso |
| 448 | Carteira escolar cor bege | 692 | Por não apresentar condições de uso |
| 6337 | Carteira escolar adulto | 6450 | Por não apresentar condições de uso |
| 6325 | Carteira escolar adulto | 6438 | Por não apresentar condições de uso |
| 95 | Microcomputador 48x max | 133 | Por não apresentar condições de uso |
| 6344 | Carteira escolar adulto | 6457 | Por não apresentar condições de uso |
| 5674 | Cadeira escolar | 5787 | Por não apresentar condições de uso |
| 6320 | Cadeira escolar adulto | 6433 | Por não apresentar condições de uso |
| 481 | Cadeira escolar cor bege | 725 | Por não apresentar condições de uso |
| 7641 | Cadeira escolar | 7891 | Por não apresentar condições de uso |
| 531 | Mesa em madeira infantil | 825 | Por não apresentar condições de uso |
| 515 | Cadeira infantil cor bege | 809 | Por não apresentar condições de uso |
| 572 | Cadeira escolar | 916 | Por não apresentar condições de uso |
| 5185 | Carteira escolar adulto | 5295 | Por não apresentar condições de uso |
| 466 | Cadeira escolar cor bege | 710 | Por não apresentar condições de uso |
| 793 | Cadeira escolar cor bege | 2322 | Por não apresentar condições de uso |
| 442 | Carteira escolar cor bege | 778 | Por não apresentar condições de uso |
| 471 | Cadeira escolar cor bege | 715 | Por não apresentar condições de uso |
| 7811 | Cadeira giratória secretária | 8061 | Por não apresentar condições de uso |
| 679 | Carteira escolar em fórmica | 2537 | Por não apresentar condições de uso |
| 520 | Carteira escolar infantil | 814 | Por não apresentar condições de uso |
| 438 | Carteira escolar cor bege | 774 | Por não apresentar condições de uso |
| 406 | Carteira escolar cor bege | 642 | Por não apresentar condições de uso |
| 413 | Carteira escolar cor bege | 649 | Por não apresentar condições de uso |
| 5182 | Cadeira escolar adulto | 5292 | Por não apresentar condições de uso |
| 5186 | Carteira escolar adulto | 5296 | Por não apresentar condições de uso |
| 733 | Carteira escolar em madeira | 2477 | Por não apresentar condições de uso |
| 435 | Carteira escolar cor bege | 771 | Por não apresentar condições de uso |
| 416 | Carteira escolar cor bege | 752 | Por não apresentar condições de uso |
| 738 | Carteira escolar em madeira | 2482 | Por não apresentar condições de uso |
| 8348 | Bebedouro IBBL pressão Bag 40 inox | 8600 | Por não apresentar condições de uso |
| 8349 | Bebedouro IBBL pressão Bag 40 inox | 8601 | Por não apresentar condições de uso |
| 9288 | Bebedouro Master frio | 9541 | Por não apresentar condições de uso |
| 9198 | Quadro escolar de vidro temperado | 9451 | Por não apresentar condições de uso |
| 544 | Carteira escolar cor bege | 838 | Por não apresentar condições de uso |
| 491 | Cadeira escolar cor bege | 735 | Por não apresentar condições de uso |

| | | | |
|------|---|------|-------------------------------------|
| 7625 | Carteira escolar | 7875 | Por não apresentar condições de uso |
| 641 | Cadeira escolar | 2449 | Por não apresentar condições de uso |
| 404 | Carteira escolar cor bege | 640 | Por não apresentar condições de uso |
| 412 | Carteira escolar cor bege | 648 | Por não apresentar condições de uso |
| 440 | Carteira escolar cor bege | 776 | Por não apresentar condições de uso |
| 540 | Carteira escolar cor bege | 834 | Por não apresentar condições de uso |
| 5201 | Carteira escolar adulto | 5311 | Por não apresentar condições de uso |
| 436 | Carteira escolar cor bege | 772 | Por não apresentar condições de uso |
| 415 | Carteira escolar cor bege | 751 | Por não apresentar condições de uso |
| 3871 | Mesa escolar adulto | 3886 | Por não apresentar condições de uso |
| 505 | Carteira escolar cor bege | 749 | Por não apresentar condições de uso |
| 797 | Cadeira escolar | 2326 | Por não apresentar condições de uso |
| 398 | Carteira escolar cor bege | 634 | Por não apresentar condições de uso |
| 5190 | Carteira escolar adulto | 5300 | Por não apresentar condições de uso |
| 5722 | Cadeira escolar | 5835 | Por não apresentar condições de uso |
| 570 | Cadeira escolar | 914 | Por não apresentar condições de uso |
| 493 | Cadeira escolar cor bege | 737 | Por não apresentar condições de uso |
| 5178 | Cadeira escolar adulto | 5287 | Por não apresentar condições de uso |
| 5670 | Cadeirsa escolar | 5783 | Por não apresentar condições de uso |
| 476 | Cadeira escolar cor bege | 720 | Por não apresentar condições de uso |
| 791 | Cadeira escolar | 2320 | Por não apresentar condições de uso |
| 468 | Cadeira escolar cor bege | 712 | Por não apresentar condições de uso |
| 7748 | Cadeira alta de alimentação | 7998 | Por não apresentar condições de uso |
| 430 | Carteira escolar cor bege | 766 | Por não apresentar condições de uso |
| 432 | Carteira escolar cor bege | 768 | Por não apresentar condições de uso |
| 812 | Carteira escolar cor branca | 2121 | Por não apresentar condições de uso |
| 2069 | Armário c/04 portas, 05 gavetas e 02 prateleiras | 679 | Por não apresentar condições de uso |
| 3535 | Preteleira em madeira c/03 repartições | 3522 | Por não apresentar condições de uso |
| 967 | Armário em madeira c/02 portas cor branca | 486 | Por não apresentar condições de uso |
| 3837 | Aparelho de DVD Vicini | 9090 | Por não apresentar condições de uso |
| 4055 | Mesa para escritório | 4070 | Por não apresentar condições de uso |
| 8728 | DVD Lenox | 8981 | Por não apresentar condições de uso |
| 944 | Mesa infantil cor verde | 427 | Por não apresentar condições de uso |
| 3152 | Refrigerador CCE Free 310 litros | 1624 | Por não apresentar condições de uso |
| 132 | Máquina de escrever elétrica Olivetti ET 1250 MD SP | 196 | Por não apresentar condições de uso |
| 9494 | Soprador/aspirador gasolina sat 26g | 9747 | Furto. B.O 00136-2017-0000050 |
| 193 | Bebedouro | 161 | Por não apresentar condições de uso |
| 5278 | Cadeira escolar infantil em mdf | 5388 | Por não apresentar condições de uso |
| 5279 | Cadeira escolar infantil em mdf | 5389 | Por não apresentar condições de uso |
| 5261 | Mesa infantil em mdf | 5371 | Por não apresentar condições de uso |
| 9348 | Purificador de água | 9601 | Por não apresentar condições de uso |
| 7717 | Televisor 32" LCD FHD com conversor Philips | 7967 | Furto. B.O 2448759 |
| 7909 | Ar condicionado split 18000 BTUS | 8159 | Furto. B.O 2448759 |
| 7910 | Ar condicionado split 18000 BTUS | 8160 | Furto. B.O 2448759 |
| 7911 | Ar condicionado split 18000 BTUS | 8161 | Furto. B.O 2448759 |
| 8879 | Ar condicionado split 18000 BTUS | 9132 | Furto. B.O 2448759 |
| 8513 | Computador INTEL, mouse, teclado e gabinete | 8765 | Por não apresentar condições de uso |
| 6452 | Impressora HP K8600 p/ A3 | 6533 | Por não apresentar condições de uso |
| 7469 | Impressora HP Multifuncional Pro K8600 | 7719 | Por não apresentar condições de uso |
| 6453 | Multifuncional Laser colorida samsung | 6537 | Por não apresentar condições de uso |

| | | | |
|------|---|------|-------------------------------------|
| 5405 | Impressora multifuncional HP laser 1015 | 5516 | Por não apresentar condições de uso |
| 6739 | Impressora laser samsung M1665 | 6841 | Por não apresentar condições de uso |
| 8687 | Computador TOSHIBA, estabilizador e gabinete | 8940 | Por não apresentar condições de uso |
| 6242 | Placa mãe Biostar, Proces., HD samsung, DVD e gabinete | 6355 | Por não apresentar condições de uso |
| 5662 | Impressora de cheque BematechDP-20 | 5775 | Por não apresentar condições de uso |
| 6745 | Notebook Compaq 510 core 2 duo e mouse hp | 6847 | Por não apresentar condições de uso |
| 7484 | Balcão 0,79 x 0,35 x 0,73 2 portas usa mod 20 | 7734 | Por não apresentar condições de uso |
| 4689 | Câmera digital Sony P200 Stick Pro | 4722 | Por não apresentar condições de uso |
| 8366 | Nootebook LG P430-G BC45PI | 8618 | Por não apresentar condições de uso |
| 8369 | NOTEBOOK GATEWAY NE56RO8B. | 8621 | Por não apresentar condições de uso |
| 2974 | Microcomputador 52x max | 281 | Por não apresentar condições de uso |
| 9738 | Numerador automático 6 DG kw-trio Carbrink | 9993 | Por não apresentar condições de uso |
| 445 | Carteira escolar cor bege | 689 | Por não apresentar condições de uso |
| 437 | Carteira escolar cor bege | 773 | Por não apresentar condições de uso |
| 460 | Carteira escolar cor bege | 704 | Por não apresentar condições de uso |
| 439 | Carteira escolar cor bege | 775 | Por não apresentar condições de uso |
| 756 | Carteira escolar | 2103 | Por não apresentar condições de uso |
| 5187 | Carteira escolar adulto | 5297 | Por não apresentar condições de uso |
| 5723 | Carteira escolar | 5836 | Por não apresentar condições de uso |
| 428 | Carteira escolar cor bege | 764 | Por não apresentar condições de uso |
| 7640 | Carteira escolar | 7890 | Por não apresentar condições de uso |
| 1329 | Carteira escolar | 2900 | Por não apresentar condições de uso |
| 5704 | Carteira escolar | 5817 | Por não apresentar condições de uso |
| 4111 | Gaveteiro c/ 5 gavetas | 4127 | Por não apresentar condições de uso |
| 3483 | Balcão em cerejeira p/ pia c/ inox c/02 portas e 03 gavetas | 1943 | Por não apresentar condições de uso |
| 7028 | NOBREAK BMI 1200VA MAXXI POWER 2 BIV | 7278 | Por não apresentar condições de uso |
| 7029 | NOBREAK BMI 1200VA MAXXI POWER 2 BIV | 7279 | Por não apresentar condições de uso |
| 8247 | VENTILADOR DE COLUNA 03 VELOCIDADES BRITÂNIA. | 8520 | Por não apresentar condições de uso |
| 1306 | Cadeira infantil em fórmica | 2877 | Por não apresentar condições de uso |
| 1088 | Cadeira escolar cor verde | 1168 | Por não apresentar condições de uso |
| 550 | Carteira escolar cor bege | 844 | Por não apresentar condições de uso |
| 1649 | Cadeira escolar cor verde | 3016 | Por não apresentar condições de uso |
| 5323 | Carteira escolar adulto | 5433 | Por não apresentar condições de uso |
| 2540 | Cadeira escolar infantil cor branca | 865 | Por não apresentar condições de uso |
| 6885 | Carteira escolar | 7135 | Por não apresentar condições de uso |
| 1454 | Cadeira infantil em fórmica | 3125 | Por não apresentar condições de uso |
| 1465 | Cadeira infantil em fórmica | 3136 | Por não apresentar condições de uso |
| 1413 | Carteira escolar em fórmica | 2984 | Por não apresentar condições de uso |
| 1468 | Carteira infantil em fórmica | 3139 | Por não apresentar condições de uso |
| 1516 | Carteira infantil em fórmica | 3187 | Por não apresentar condições de uso |
| 5078 | Cadeira fixa em espuma injetada | 5188 | Por não apresentar condições de uso |
| 1304 | Cadeira infantil em fórmica | 2875 | Por não apresentar condições de uso |
| 5306 | Carteira escolar adulto | 5416 | Por não apresentar condições de uso |
| 1087 | Cadeira escolar cor verde | 1167 | Por não apresentar condições de uso |
| 2574 | Carteira em fórmica infantil | 2656 | Por não apresentar condições de uso |
| 5198 | Cadeira escolar adulto | 5308 | Por não apresentar condições de uso |
| 5333 | Cadeira escolar adulto | 5443 | Por não apresentar condições de uso |
| 5067 | Estante em aço na cor cinza | 5177 | Por não apresentar condições de uso |
| 1460 | Carteira infantil em fórmica | 3131 | Por não apresentar condições de uso |
| 6243 | Impressora HP J3600 Officejet/Fax | 6356 | Por não apresentar condições de uso |

Art. 2º – Os bens de propriedade do Município estão devidamente cadastrados junto ao patrimônio público.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 05 de outubro de 2017.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 05 de outubro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 – FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 – FMAS

Objetivo: Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática destinados ao uso do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 9:30 horas do dia 20/10/2017

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1781.

Nova Veneza (SC), 06 de outubro de 2017.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 047/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 047/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 - Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE - Objeto: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) BANHEIROS DE 2,64 M2 CADA E 01 CASA EM MADEIRA DE 22,50 M2, PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DESTE MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes do edital e seus anexos. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 23/10/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 09 de Outubro de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 048/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 048/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017 - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL – REPETIÇÃO Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX, ANO 2010, FROTA Nº 62, PATRIMÔNIO Nº 4548, DE USO DO DPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min do dia 23/10/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 09 de Outubro de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

DECRETO 2.362

DECRETO Nº 2.362 de 06 de outubro de 2017.

Determina ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal;

Considerando que no dia 12 de Outubro de 2017 (quinta-feira), é Feriado Nacional – Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil;
Considerando não haver prejuízos para a Administração Pública Municipal;
Considerando que dia 13 de outubro (sexta-feira) é de interesse da administração, devido a economicidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 13 de outubro de 2017 (sexta-feira).

Art. 2º - As atividades de inseminação manterão suas atividades através do técnico plantonista;

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte, SC.

Em 06 de outubro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se e Silvani Zilio Moschen

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 020/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/10/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme

especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: R.M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 912,00 (novecentos e doze reais).

DATA: 05/10/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

Orleans

PREFEITURA

COMUNICADO

COMUNICADO

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designado por meio da portaria nº 738, de 22 de agosto de 2017, publicada no DOM/SC nº 2334 de 05/09/2017 de setembro de 2017, objeto do Processo Administrativo Disciplinar, dou ciência ao Servidor Sr. VANDERLEI RIBEIRO VELHO, ocupante do cargo de Coletor de Resíduo Sólidos, estando sob registro/matricula Nº 4029, que por decisão administrativa do Gestor Municipal Sr. Prefeito Jorge Luiz Koch, a demissão ocorrida por infringência do disposto no artigo 122 da Lei 1229 de 20/12/2005, constitui motivo impeditivo do servidor demitido de participar de concurso público ou exercer cargo, emprego ou função na Administração Pública Municipal, pelo prazo de 10 (dez) anos, e, nos demais casos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do respectivo desligamento.

Orleans, 06 de outubro de 2017

ELIETE BRIGHENTE HOFFMANN

Presidente da Comissão Do Processo Disciplinar e Administrativo

ERRATA 1 PROCESSO Nº 120/2017 PREFEITURA

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 120/2017

MOTIVO: Adequação do objeto às especificações do edital, e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 120/2017

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 55/2017

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE SETORES DA PREFEITURA DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 23/10/2017 às 09h00min. Abertura das Propostas: dia 23/10/2017, às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 06 de Outubro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PP-21/2017 SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.21/2017

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n. 21/2017 cujo objeto é aquisição de bobinas para impressão de faturas de Água e Esgoto . Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 23 de Outubro de 2017. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 na pagina do SAMAE no endereço www.samaeorleans.sc.gov.br e por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

PROCESSO Nº 139/2017 PREFEITURA

PROCESSO Nº 139/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: SEGUNDA ETAPA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL DO LABORATÓRIO DE REFERÊNCIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL CONFORME TC/PAC Nº 329/2007 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA E O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 31/10/2017 às 09h:00min.

Abertura das Propostas: dia 31/10/2017, às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 06 de Outubro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Otacílio Costa

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 125/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito Municipal de Otacílio Costa, Sr. Luiz Carlos Xavier, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DA CONTRATAÇÃO, com EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, de acordo com o Contrato nº 125/2017, que tem por finalidade/objeto: Contratação de empresa especializada visando a execução de pavimentação em lajota sextavada, na Rua Fermino Amaral de Souza – Bairro Igaras conforme memorial/projeto. A autorização para a lavratura do contrato decorre do Processo Administrativo de Licitação nº 076/2017, Tomada de Preço nº 001/2017; em conformidade com a Lei 8.666/93. O Valor total da contratação é de R\$ 181.582,29. E a vigência do contrato é de 29/09/2017 até 31/12/2017.

O contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa – SC 03/10/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO E LICITATÓRIO 56-2017- PREGÃO PRESENCIAL 032-2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paial
Departamento de LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 56/2017
PREGÃO PRESENCIAL 32/2017
PROCESSO MULTIENTIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL E FUNDO DE SAUDE DE PAIAL

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, DESTINADO A COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO

Tipo: MENOR POR LOTE

DATA de ABERTURA DA SESSÃO: 24/10/2017 às 08h30 min

Entrega de envelopes até: 24/10/2017 até 08 h15 min.

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal- PRÉDIO ADMINISTRATIVO

Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 3451-0045/3451-0046 OU 3451-0025 ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br.

Paial, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

Ordenador de Despesas.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3832/2017.

PORTARIA Nº. 3832/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALDALUCIA CUNHA FELISBINO, matrícula nº. 802022-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/09/2017 à 11/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3880/2017.

PORTARIA Nº. 3880/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAUL CHEREN NETO, matrícula nº. 400057-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/10/1997 a 11/10/2002, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 15/11/2017 à 15/01/2018.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3900/2017.

PORTARIA Nº. 3900/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

| Matricula | Nome | Cargo | Nível | | A partir de: |
|-----------|------------------------------|---------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | | De: | Para | |
| 300019-1 | Eliete Avani da Silva Lisboa | Assistente Administrativo | 1-17-3-H ANM | 1-17-4-H ANM | 22/08/2017 |
| 802057-1 | Fabio Henrique | Assistente Administrativo | 1-17-1-B ANM | 1-17-2-B ANM | 09/12/2016 |
| 300197-2 | Rita de Cássia Espindola | Assistente Administrativo | 1-17-1-F ANM | 1-17-2-F ANM | 14/04/2017 |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ERRATA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2017 A

Na publicação no Diário Oficial dos Municípios do dia 04/10/2017, edição n.º 2355, pág. 691, onde se lê: "ATA N.º 012/2017 DO PREGÃO 88/2017173/2016". Leia-se: "ATA N.º 012/2017 do PREGÃO N.º 062/2017."

PORTARIA Nº. 3831/2017.

PORTARIA Nº. 3831/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BIANCA GUCKERT, matrícula nº. 801520-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 02 (dois) meses, a contar de 04/10/2017 à 04/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3833/2017.

PORTARIA Nº. 3833/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HELENA MARCIA SEBOLD, matrícula nº. 801082-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/06/2004 a 01/06/2009, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 12/09/2017 à 12/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3834/2017.

PORTARIA Nº. 3834/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GRAZIELA CARDOSO, matrícula nº. 210994-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 28/04/1998

a 28/04/2003, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 28/04/2003 a 28/04/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/09/2017 à 11/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3835/2017.

PORTARIA Nº. 3835/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GUSTAVO BITENCOURT WERNER, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 370158-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3836/2017.

PORTARIA Nº. 3836/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCELO COLTRO, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3761000-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/09/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3837/2017

PORTARIA Nº. 3837/2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

| | |
|-------------------------|-----------|
| SERVIDOR | CNH |
| Laudelino Nairdo Soares | 860394518 |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3838/2017.

PORTARIA Nº. 3838/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CRISTIANE ZONTA MILÃO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/09/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3839/2017.

PORTARIA Nº. 3839/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3200 de 03 julho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora GISLAINE RODRIGUES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Mara Rubia Varela, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3840/2017.

PORTARIA Nº. 3840/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

| Nome | De | Para | A partir de |
|------------------------------------|----|------|-------------------------|
| Claudia Regina de Abreu Cavalcanti | 25 | 35 | 28/08/2017 a 14/12/2017 |
| Grasiele Leal | 20 | 40 | 09/10/2017 a 14/12/2017 |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3841/2017.

PORTARIA Nº. 3841/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIANE DE MELO MARCOS, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3842/2017.

PORTARIA Nº. 3842/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a “Subcomissão de Avaliação do Estágio Probatório” da Secretaria de Fazenda e Fundação Cambirela do Meio Ambiente, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

| NOME | SECRETARIA | FUNÇÃO |
|--------------------|-----------------------------|-----------------|
| Mirelle Bechtold | Secretaria de Fazenda | Presidente |
| Chefe da Unidade | Secretaria de Fazenda | Membro |
| Colega de Trabalho | Secretaria de Fazenda | Membro |
| Solange da Rosa | Secretaria de Administração | Vice-Presidente |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3843/2017.

PORTARIA Nº. 3843/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:**DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – CAEP:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação de Desempenho" da Secretaria de Fazenda e Fundação Cambirela do Meio Ambiente, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2017.

| NOME | SECRETARIA | FUNÇÃO |
|--------------------|-----------------------------|-----------------|
| Mirelle Bechtold | Secretaria de Fazenda | Presidente |
| Chefe da Unidade | Secretaria de Fazenda | Membro |
| Colega de Trabalho | Secretaria de Fazenda | Membro |
| Solange da Rosa | Secretaria de Administração | Vice-Presidente |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3844/2017.

PORTARIA Nº. 3844/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0563 de 07 fevereiro de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora KAROLINE STEFANI DE SOUZA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/09/2017 a 01/12/2017, face ao impedimento da titular Irene de Fátima Novak Galvan, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3845/2017.

PORTARIA Nº. 3845/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2017.

ANEXO I

| MATRICULA | SERVIDOR | VALOR |
|-----------|--------------------------|------------|
| 3761766-1 | Alexssandro Toledo Fritz | R\$ 200,00 |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3846/2017.

PORTARIA Nº. 3846/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2017.

ANEXO I

| MATRICULA | SERVIDOR | DE |
|-----------|------------------------|-------------|
| 400972-1 | Volnei Felicio Pereira | R\$ 1000,00 |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3847/2017.

PORTARIA Nº. 3847/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação o servidor EDSON LUIZ BARBIERI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/09/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3848/2017.

PORTARIA Nº. 3848/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCOS TADEU REGIS JORDÃO, matrícula nº. 100398-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de

16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 20/09/2017 à 20/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3849/2017

PORTARIA Nº. 3849/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PRISCILA NETTO DE CAMPOS DA SILVA, matrícula nº. 100351-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2011 a 01/06/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 19/09/2017 à 19/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3850/2017.

PORTARIA Nº. 3850/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação a servidora REGINA DUARTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/09/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3851/2017.

PORTARIA Nº. 3851/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para SUSI NILZA GOULART, matrícula nº. 121857-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 04/09/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3852/2017.

PORTARIA Nº. 3852/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Junta Militar do Município o servidor CARLOS FELIPE DALL OLIVA DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/09/2017 a 31/12/2018.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3853/2017.

PORTARIA Nº. 3853/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SIRLENE SILVA DA ROCHA DOS SANTOS, matrícula nº. 122441-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 12/09/2017, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3854/2017.

PORTARIA Nº. 3854/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAMILE CARDOSO FABRE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/09/2017 a 12/09/2018.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3855/2017.

PORTARIA Nº. 3855/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO THAINNA BEZ BATI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Almojarifado de Materiais da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 29/08/2017 a 29/08/2018.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3856/2017

PORTARIA Nº. 3856/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL da servidora LIZINETE CARPIN NIEDZIELUK, matrícula nº. 801279-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 190 e 191 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de março de 2017 a fevereiro de 2018, com efeitos a contar de 01/09/2017 a 31/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3857/2017.

PORTARIA Nº. 3857/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 04 de setembro de 2017.

ANEXO I

| MATRICULA | SERVIDOR | DE |
|-----------|--------------------|------------|
| 121857-1 | Susi Nilza Goulart | R\$ 866,65 |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3858/2017.

PORTARIA Nº. 3858/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA FABRIN GIACOMINI, matrícula nº. 121582-1, titular do cargo de Técnico em Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 18/09/2017 à 18/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3859/2017

PORTARIA Nº. 3859/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSELI DE OLIVEIRA NERI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/08/2017 a 21/09/2017, face ao impedimento da titular Tatiana Rosemar de Abreu da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3860/2017.

PORTARIA Nº. 3860/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VANESSA MARIANA NASCIMENTO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMAS/2017, para ocupar o cargo de Psicólogo com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do NAEF, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2017 a 01/09/2018.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3861/2017.

PORTARIA Nº. 3861/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA MARAFIGO DE LIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/09/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3862/2017.

PORTARIA Nº. 3862/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR GILSEMARA SILVA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI São Tome, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3863/2017.

PORTARIA Nº. 3863/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELO DIONISSA ZEFERINIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3864/2017.

PORTARIA Nº. 3864/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR VALERIA ROMANCINI PACHECO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3865/2017

PORTARIA Nº. 3865/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSA MARIA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Realizar, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/08/2017 a 14/11/2017, face ao impedimento da titular Deise Aparecida Hammes de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3866/2017.

PORTARIA Nº. 3866/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCOS HENRIQUE DE SOUSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 05 (cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3867/2017.

PORTARIA Nº. 3867/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIA MARIA DUTRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/08/2017 a 08/10/2017, face ao impedimento da titular Ezilda Geraldina Coelho, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3868/2017.

PORTARIA Nº. 3868/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FELIPE SARVACINSKI, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3760951-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/09/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3869/2017.

PORTARIA Nº. 3869/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 9455 de 08 de maio de 2008, que Averbou Tempo de Serviço do servidor JANIO LUIZ DESCHAMPS e , do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3870/2017.

PORTARIA Nº. 3870/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAN TERRA BARRETO PRIM, matrícula nº. 802026-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/09/2017 à 18/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3871/2017.

PORTARIA Nº. 3871/2017.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 1665 de 15 de maio de 2012, que Averbou Tempo de Serviço da servidora GLADET MARIA PARISOTO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3872/2017.

PORTARIA Nº. 3872/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA MARIA FRUTUOZO, matrícula nº. 401690-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/2012 a 02/04/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/09/2017 à 20/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3873/2017.

PORTARIA Nº. 3873/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAUL CHEREN NETO, matrícula nº. 400057-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/10/1997 a 11/10/2002, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/09/2017 à 15/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3874/2017.

PORTARIA Nº. 3874/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PERSON ANTUNES DE SOUZA, matrícula nº. 401608-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/08/2017 à 03/09/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3875/2017

PORTARIA Nº. 3875/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZ CARLOS ANTONIO JEREMIAS, matrícula nº. 400005-1, titular do cargo de ASP, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 26/03/2000 a 26/03/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/11/2017 à 15/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3876/2017.

PORTARIA Nº. 3876/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE KLAUBERG DE SOUZA, matrícula nº. 401398-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2011 a 01/08/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/10/2017 à 02/11/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3877/2017.

PORTARIA Nº. 3877/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FLAVIA FERREIRA DE SOUZA MADEIRA, matrícula nº. 401609-1, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/09/2017 à 25/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3878/2017.

PORTARIA Nº. 3878/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDITE DE CASSIA LOPES DA SILVA, matrícula nº. 400901-2, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/06/2010 a 02/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/10/2017 à 16/11/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3879/2017

PORTARIA Nº. 3879/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLESIO ARI LEONEL, matrícula nº. 400122-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/01/2011 a 16/01/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/09/2017 à 11/10/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3881/2017.

PORTARIA Nº. 3881/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDE MARIA LEONEL, matrícula nº. 400020-1, titular do cargo de ASP, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2001 a 01/08/2006, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 01/08/2006 a 01/08/2011, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 02/10/2017 à 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3882/2017.

PORTARIA Nº. 3882/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FELIPE SARVACINSKI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Alto Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/09/2017 a 14/09/2018.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3883/2017

PORTARIA Nº. 3883/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

| Nome | De | Para | A partir de |
|--------------------------|----|------|-------------------------|
| Marcos Henrique de Souza | 05 | 20 | 17/08/2017 a 14/12/2017 |
| Verusca Feitoza dos Reis | 20 | 40 | 01/09/2017 a 14/12/2017 |

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3884/2017.

PORTARIA Nº. 3884/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIMARA MARIA DA ROSA TASIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/08/2017 a 13/09/2017, face ao impedimento da titular Flavia Cristina Grah, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3885/2017.

PORTARIA Nº. 3885/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR PEDRO JORGE DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015 e Convênio 043/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3886/2017.

PORTARIA Nº. 3886/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR RAFAEL SILVA GONÇALVES de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Projeto Esporte e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/07/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3887/2017.

PORTARIA Nº. 3887/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR EDUARDO PASSOS SCHIAVI de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esporte e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3888/2017.

PORTARIA Nº. 3888/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR THIAGO DE PASCOA OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/09/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Renato de Lima Lourenço, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3889/2017.

PORTARIA Nº. 3889/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LOURDES ESPINDOLA CORREA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/08/2017 a 01/10/2017, face ao impedimento da titular Renata Marcantonio Scaim, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3890/2017.

PORTARIA Nº. 3890/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELENIR LUCIANE PERES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3891/2017.

PORTARIA Nº. 3891/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO GISELE DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/08/2017 a 21/10/2017, face ao impedimento da titular Daiane Sucupira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3892/2017.

PORTARIA Nº. 3892/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO CIMARIA SOUZA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Evanda Sueli Juttel Pereira da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/08/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Kátia Regina da Costa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3893/2017.

PORTARIA Nº. 3893/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO MARLI HORNUNG, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Profª. Antonieta Silveira de Souza da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 31/08/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Claudia Scharf Prim, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3894/2017.

PORTARIA Nº. 3894/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO JULIANA WEINGARTNER VELHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/08/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Tânia Rosa Alexandre, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3895/2017.

PORTARIA Nº. 3895/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KARINE DO NASCIMENTO VANINI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/08/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3896/2017

PORTARIA Nº. 3896/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANDREA EWERS, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2016.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3897/2017.

PORTARIA Nº. 3897/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR IVETE PAULA LISBOA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/09/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3898/2017

PORTARIA Nº. 3898/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR EWERTON PAZINI SEBEM, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/09/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3899/2017.

PORTARIA Nº. 3899/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLAUDIENE LIMA DE MENEZES, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/09/2017.

Palhoça, SC, em 04 de setembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 117/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº117/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 117/2017, no dia 25 de outubro de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 117/2017 tem como objeto a aquisição de manutenção preventiva e corretiva nos pontos de vídeo monitoramento urbano (10 pontos atualmente, mais 30 a serem adquiridos) bem como na central deste Município, sendo este uma contrapartida do Município pela aquisição das câmeras pelo Estado de Santa Catarina, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 06 de outubro de 2017. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 067/2017

PORTARIA Nº 067/2017

Revoga Portaria 061/2017 e reestabelece os efeitos da Portaria 016/2017.

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 061/2017.

Art 2º - Ficam reestabelecidos os efeitos da Portaria nº 016/2017.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 06 de outubro de 2017.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

PORTARIA Nº 068/2017

PORTARIA Nº 068/2017

Estabelece prazos para folha de pessoal do IPPA.

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - A Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Palhoça, bem como a Caixa Econômica Federal ou outras instituições bancárias, deverão encaminhar a esta Autarquia até o dia 10 de cada mês os dados para averbação na folha de pessoal.

Art 2º - O Setor de Recursos Humanos do IPPA deverá encaminhar a folha de pessoal ao Setor de Contabilidade do IPPA até o dia 20 de cada mês para as devidas providências.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 06 de outubro de 2017.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

PORTARIA Nº 069/2017

PORTARIA Nº 069/2017

Estabelece prazos para entrega de relatório do Ponto dos servidores do IPPA.

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - O Setor de Recursos Humanos do IPPA deverá encaminhar o relatório do Ponto dos servidores do IPPA até o dia 20 de cada mês para o Presidente desta Autarquia.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 06 de outubro de 2017.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Palma Sola

PREFEITURA

LEI 1986/2017

LEI 1986/2017 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI 1864, DE 06 DE MAIO DE 2014, QUE AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE PALMA SOLA NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º A ementa da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Palma Sola no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Palma Sola, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Art. 4º O artigo 3º, da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º O artigo 4º, da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção,

tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.
Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1864, de 06 de maio de 2014, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, da unidade regional ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
26 de setembro de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

LEI 1987/2017

LEI 1987/2017, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

DISPÕES SOBRE O PARCELAMENTO DE SOLO URBANO SOB FORMA DE LOTEAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRAS DE 51.773,00 m2, SITUADA NO DISTRITO RENE DAMO, NESTE MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, DE PROPRIEDADE DE BURATTO E DUARTE LTDA ME DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado, o Parcelamento do Solo em forma de Loteamento de uma área de terras de 51.773 m2, situada no Distrito Rene Damo, do Município de Palma Sola, denominado Lote Urbano nº 50 da Gleba 11, do Imóvel Tracutinga, com matrícula no CRI de Dionísio Cerqueira/SC., sob o nº 15.633, fls. 02 de acordo com os mapas, plantas, memoriais descritivos e licenças ambientais, que acompanham o presente e ele anexados, de propriedade de BURATTO E DUARTE LTDA ME, portador do CNPJ nº. 22.745.237/0001-34.

Art. 2º. O Parcelamento de Solo Urbano, sob forma de Loteamento, de que trata o artigo anterior, passará a denominar-se de 'LOTEAMENTO POR DO SOL'.

Art. 3º. O Loteamento Por do Sol terá as seguintes confrontações:

NORTE: Confrontando-se ao noroeste com o lote 50-A.

OESTE: Confrontando-se ao oeste com o lote 36.

SUL: Confrontando-se ao sul com o lote 57.

LESTE: Confrontando-se ao leste com os lotes 63 e 64.

Art. 4º. O Loteamento é constituído pelas quadras nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7, conforme abaixo:

Quadra 01 com área de 3.577,06 m², contendo os lotes nº 01 até nº 12.

Quadra 02 com área de 3.073,71 m², contendo os lotes nº 01 até nº 10.

Quadra 03 com área de 9.977,05 m², contendo os lotes nº 01 até nº 20 sendo o lote 10 Institucional, 21 (Área Verde) 23 (APP).

Quadra 04 com área de 6.691,96 m², contendo os lotes nº 01 até nº 22.

Quadra 05 com área de 6.459,25 m², contendo os lotes nº 1 até nº 21 sendo o lote 12 Institucional.

Quadra 06 com área de 6.691,96 m², contendo os lotes nº 01 até nº 22.

Quadra 07 com área de 4.116,74 m², contendo os lotes 01, 02 e 03 (sendo Área Verde, APP e Institucional).

Art. 5º. Da área total do Imóvel de 51.773,00 m², possui uma Área de Preservação permanente de 2.575,76 M² sendo a área total urbanizável de 49.197,24 m², desta 31.959,59 m² (64,96%), destinam-se a lotes urbanos; 17237,65m² (35,04%) destinam-se ao Domínio Público (Área Verde, Lotes públicos e Ruas; O loteamento terá uma área verde total de 4.759,79 m² cujas confrontações estão descritas abaixo, que será reflorestada com árvores nativas e onde não poderá haver nenhuma edificação.

Art. 6º. A área das vias de circulação (ruas) e a área verde passarão ao domínio do município, quando do registro do loteamento.

Art. 7º. O Loteamento Por do Sol terá os seguintes lotes:

LOTES – QUADRA 01

LOTE 01 DA QUADRA 01

Lote 01 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 375,61 m² (trezentos e setenta e cinco metros e sessenta e um centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 11,68 metros, ao Sudeste com parte do Lote 05 em 11,72 metros, Nordeste com Rua "A" em 34,15 metros e a Sudoeste com o Lote 02 em 30,75 metros.

LOTE 02 DA QUADRA 01

Lote 02 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 347,87 m² (trezentos e quarenta e sete metros e oitenta e sete centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" com 12,18 metros, ao Sudeste com parte do Lote 05 em 12,10 metros, Nordeste com o Lote 01 em 30,75 metros e a Sudoeste com o Lote 03 em 27,22 metros.

LOTE 03 DA QUADRA 01

Lote 03 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 305,55 m² (trezentos e cinco metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,16 metros, ao Sudeste com parte do Lote 09 em 12,10 metros, Nordeste com o Lote 02 em 27,22 metros e a Sudoeste com o 04 em 20,29 metros.

LOTE 04 DA QUADRA 01

Lote 04 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 254,99 m² (Duzentos e cinquenta e quatro metros e noventa e nove centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 11,72 metros, ao Sudeste com parte do Lote 09 em 11,75 metros, Nordeste com o Lote 03 em 23,70 metros e a Sudoeste com a Rua "B" em 20,29 metros.

LOTE 05 DA QUADRA 01

Lote 05 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 286,02 m² (Duzentos e oitenta e seis metros e dois centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com os Lotes 01 e 02 em 23,82 metros, ao Sudeste com o Lote 06 em 23,85 metros, Nordeste com a Rua "A" em 12,10 metros e a Sudoeste com o Lote 09 em 12,10 metros.

LOTE 06 DA QUADRA 01

Lote 06 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 286,43 m² (Duzentos e oitenta e seis metros e quarenta e três centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 05 em 23,85 metros, ao Sudeste com o lote 07 em 23,89 metros, Nordeste com a Rua "A" em 12,10 metros e a Sudoeste com o Lote 10 em 12,10 metros.

LOTE 07 DA QUADRA 01

Lote 07 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 286,83 m² (duzentos e oitenta e seis metros e oitenta e três centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 06 em 23,89 metros, ao Sudeste com o Lote 08 em 23,92 metros, Nordeste com a Rua "A" em 12,10 metros e a Sudoeste com o Lote 11 em 12,10 metros.

LOTE 08 DA QUADRA 01

Lote 08 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 287,24 m² (duzentos e oitenta e sete metros e vinte e quatro centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 07 em 23,92 metros, ao Sudeste com o Lote 64 em 23,95 metros, Nordeste com a Rua "A" e a Sudoeste com o Lote 12 em 12,10 metros.

LOTE 09 DA QUADRA 01

Lote 09 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 286,02 m² (Duzentos e oitenta e seis metros e dois centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com os Lotes 03 e 04 em 23,82 metros, ao Sudeste com o Lote 10 em 23,85 metros, Nordeste com o Lote 05 em 12,10 metros e a Sudoeste com a Rua "B" em 12,10 metros.

LOTE 10 DA QUADRA 01

Lote 10 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 286,43 m² (duzentos e oitenta e seis metros e quarenta e três centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 09 em 23,85 metros, ao Sudeste com o Lote 11 em 23,89 metros, Nordeste com o Lote 06 em 12,10 metros e a Sudoeste com a Rua "B" em 12,10 metros.

LOTE 11 DA QUADRA 01

Lote 11 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 286,83 m² (duzentos e oitenta e seis metros e oitenta e três centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 10 em 23,89 metros, ao Sudeste com o Lote 12 em 23,92 metros, Nordeste com o Lote 07 em 12,10 metros e a Sudoeste com a Rua "B" em 12,10 metros.

LOTE 12 DA QUADRA 01

Lote 12 da Quadra 01 sem benfeitorias, com área de 287,24 m² (duzentos e oitenta e sete metros e vinte e quadra centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 11 em 23,92 metros, ao Sudeste com o Lote 64 em 23,95 metros, Nordeste com o Lote 08 em 12,10 metros e a Sudoeste com a Rua "B" em 12,10 metros.

LOTES – QUADRA 02**LOTE 01 DA QUADRA 02**

Lote 01 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 341,32 m² (trezentos e quarenta e um metros e trinta e dois centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 11,01 metros, ao Sudeste com os Lotes 06 e 07 em 16,30 metros, ao Nordeste com o Lote 50A em 25,10 metros e a Sudoeste com o Lote 02 em 26,12 metros, com área não edificável de 75,30 m² sendo uma faixa transversal de 3,00 metros.

LOTE 02 DA QUADRA 02

Lote 02 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 259,29 m² (duzentos e oitenta e dois metros e doze centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,07 metros, ao Sudeste com o Lote 07 em 8,68 metros, Nordeste com o Lote 01 em 26,12 metros e a Sudoeste com o Lote 03 em 23,35 metros.

LOTE 03 DA QUADRA 02

Lote 03 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 07 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 02 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 04 em 25,27 metros.

LOTE 04 DA QUADRA 02

Lote 04 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 09 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 03 em 25,27 metros e a Sudoeste com o Lote 05 em 25,27 metros.

LOTE 05 DA QUADRA 02

Lote 04 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 10 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 04 em 25,27 metros e a Sudoeste com a Rua "B" em 25,27 metros.

LOTE 06 DA QUADRA 02

Lote 06 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 343,84 m² (trezentos e quarenta e três metros e oitenta e quatro centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 01 em 12,81 metros, ao Sudeste com a Rua "D" e Área verde em 14,70 metros, Nordeste com o Lote 50A e Área verde em 25,10 metros e a Sudoeste com o Lote 07 em 25,35 metros, com uma área não edificável com área de 57,72 m² sendo uma faixa transversal de 3,00 metros.

LOTE 07 DA QUADRA 02

Lote 07 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com os Lotes 01 e 02 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 06 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 08 em 25,35 metros.

LOTE 08 DA QUADRA 02

Lote 08 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 03 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 07 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 09 em 25,35 metros.

LOTE 09 DA QUADRA 02

Lote 09 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 04 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 08 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 10 em 25,35 metros.

LOTE 10 DA QUADRA 02

Lote 10 da Quadra 02 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 05 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 09 em 25,35 metros e a Sudoeste com a Rua "B" em 25,35 metros.

LOTES – QUADRA 03**LOTE 01 DA QUADRA 03**

Lote 01 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 298,60 m² (duzentos e noventa e oito metros e sessenta centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 50A em 24,88 metros e a Sudoeste com o Lote 02 em 24,88 metros.

LOTE 02 DA QUADRA 03

Lote 02 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 298,72 m² (duzentos e noventa e oito metros e setenta e dois centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 01 em 24,88 metros e a Sudoeste com o Lote 02 em 24,90 metros.

LOTE 03 DA QUADRA 03

Lote 03 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 298,83 m² (duzentos e noventa e oito metros e oitenta e três centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 02 em 24,90 metros e a Sudoeste com o Lote 04 em 24,91 metros.

LOTE 04 DA QUADRA 03

Lote 04 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 298,95 m² (duzentos e noventa e oito metros e noventa e cinco centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 03 em 24,91 metros e a Sudoeste com o Lote 05 em 24,89 metros.

LOTE 05 DA QUADRA 03

Lote 05 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 299,07 m² (duzentos e noventa e nove metros e sete centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 04 em 24,89 metros e a Sudoeste com o Lote 06 em 24,89 metros.

LOTE 06 DA QUADRA 03

Lote 06 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 299,19 m² (duzentos e noventa e nove metros e dezenove centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 05 em 24,89 metros e a Sudoeste com o Lote 07 em 24,95 metros.

LOTE 07 DA QUADRA 03

Lote 07 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 299,30 m² (duzentos e noventa e nove metros e trinta centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 06 em 24,95 metros e a Sudoeste com o Lote 08 em 24,94 metros.

LOTE 08 DA QUADRA 03

Lote 08 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 299,42 m² (duzentos e noventa e nove metros e quarenta e dois centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 07 em 24,94 metros e a Sudoeste com o Lote 09 em 24,92 metros.

LOTE 09 DA QUADRA 03

Lote 09 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 299,54 m² (duzentos e noventa e nove metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 08 em 24,92 metros e a Sudoeste com o Lote 10 em 24,97 metros.

LOTE 10 DA QUADRA 03

Lote 10 da Quadra 03 denominado Lote Institucional sem benfeitorias, com área de 299,65 m² (duzentos e noventa e nove metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 09 em 24,97 metros e a Sudoeste com o Lote 11 em 24,98 metros.

LOTE 11 DA QUADRA 03

Lote 11 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 299,77 m² (duzentos e noventa e nove metros e sessenta e sete centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 10 em 24,98 metros e a Sudoeste com o Lote 12 em 24,89 metros.

LOTE 12 DA QUADRA 03

Lote 12 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 299,89 m² (duzentos e noventa e nove metros e oitenta e nove centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 11 em 24,89 metros e a Sudoeste com o Lote 13 em 25,00 metros.

LOTE 13 DA QUADRA 03

Lote 13 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 300,01 m² (trezentos metros e um centímetro quadrado), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 12 em 25,00 metros e a Sudoeste com o Lote 14 em 25,01 metros.

LOTE 14 DA QUADRA 03

Lote 14 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 300,12 m² (trezentos metros e doze centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 13 em 25,01 metros e a Sudoeste com o Lote 15 em 25,02 metros.

LOTE 15 DA QUADRA 03

Lote 15 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 300,24 m² (trezentos metros e vinte e quatro centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 14 em 25,02 metros e a Sudoeste com o Lote 16 em 25,03 metros.

LOTE 16 DA QUADRA 03

Lote 16 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 300,36 m² (trezentos metros e trinta e seis centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 15 em 25,03 metros e a Sudoeste com o Lote 17 em 25,04 metros.

LOTE 17 DA QUADRA 03

Lote 17 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 300,47 m² (trezentos metros e quarenta e sete centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 16 em 25,04 metros e a Sudoeste com o Lote 18 em 25,04 metros.

LOTE 18 DA QUADRA 03

Lote 18 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 300,59 m² (trezentos metros e cinquenta e nove centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 17 em 25,04 metros e a Sudoeste com o Lote 19 em 25,05 metros.

LOTE 19 DA QUADRA 03

Lote 19 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 300,71 m² (trezentos metros e setenta e um centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 12,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 12,00 metros, Nordeste com o Lote 18 em 25,05 metros e a Sudoeste com o Lote 20 em 25,06 metros.

LOTE 20 DA QUADRA 03

Lote 20 da Quadra 03 sem benfeitorias, com área de 376,05 m² (trezentos e setenta e seis metros e cinco centímetros quadrados),

confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 15,00 metros, ao Sudeste com a Rua "C" em 15,00 metros, Nordeste com o Lote 19 em 25,06 metros e a Sudoeste com o lote 21 da Quadra 03 (Denominada com Área Verde) em 25,07 metros.

LOTES – QUADRA 04

LOTE 01 DA QUADRA 04

Lote 01 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 12 em 12,17 metros, Nordeste com a Rua "E" em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 02 em 25,35 metros.

LOTE 02 DA QUADRA 04

Lote 02 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 13 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 01 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 03 em 25,35 metros.

LOTE 03 DA QUADRA 04

Lote 03 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 14 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 02 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 04 em 25,35 metros.

LOTE 04 DA QUADRA 04

Lote 04 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 15 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 03 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 05 em 25,35 metros.

LOTE 05 DA QUADRA 04

Lote 05 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 16 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 04 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 06 em 25,35 metros.

LOTE 06 DA QUADRA 04

Lote 06 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 17 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 05 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 07 em 25,35 metros.

LOTE 07 DA QUADRA 04

Lote 07 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 18 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 06 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 08 em 25,35 metros.

LOTE 08 DA QUADRA 04

Lote 08 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 19 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 07 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 09 em 25,35 metros.

LOTE 09 DA QUADRA 04

Lote 09 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 20 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 08 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 10 em 25,35 metros.

LOTE 10 DA QUADRA 04

Lote 10 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 21 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 09 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 11 em 25,35 metros.

LOTE 11 DA QUADRA 04

Lote 11 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 307,10 m² (trezentos e sete metros e dez centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 14,64 metros, ao Sudeste com o Lote 22 em 12,42 metros, Nordeste com o Lote 10 em 25,35 metros e a

Sudoeste com o Lote 21 da quadra 03, denominado Área Verde em 29,48 metros.

LOTE 12 DA QUADRA 04

Lote 12 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 01 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, Nordeste com a Rua "E" em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 13 em 25,35 metros.

LOTE 13 DA QUADRA 04

Lote 13 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 02 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 12 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 14 em 25,35 metros.

LOTE 14 DA QUADRA 04

Lote 14 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 03 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 13 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 15 em 25,35 metros.

LOTE 15 DA QUADRA 04

Lote 15 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 04 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 14 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 16 em 25,35 metros.

LOTE 16 DA QUADRA 04

Lote 16 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 05 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 15 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 17 em 25,35 metros.

LOTE 17 DA QUADRA 04

Lote 17 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 06 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 16 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 18 em 25,35 metros.

LOTE 18 DA QUADRA 04

Lote 18 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 07 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 17 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 19 em 25,35 metros.

LOTE 19 DA QUADRA 04

Lote 19 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 08 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 18 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 20 em 25,35 metros.

LOTE 20 DA QUADRA 04

Lote 20 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 09 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 19 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 21 em 25,35 metros.

LOTE 21 DA QUADRA 04

Lote 21 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 10 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 20 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 22 em 25,35 metros.

LOTE 22 DA QUADRA 04

Lote 22 da Quadra 04 sem benfeitorias, com área de 301,26 m² (trezentos e um metros e vinte e seis centímetros), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 11 em 12,42 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 13,08 metros, Nordeste com o Lote 21 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 21 da quadra 03, denominado Área Verde em 25,35 metros.

LOTES – QUADRA 05

LOTE 01 DA QUADRA 05

Lote 01 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com a Rua "B" em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 02 em 25,35 metros.

LOTE 02 DA QUADRA 05

Lote 02 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 01 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 03 em 25,35 metros.

LOTE 03 DA QUADRA 05

Lote 03 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 02 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 04 em 25,35 metros.

LOTE 04 DA QUADRA 05

Lote 04 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 03 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 05 em 25,35 metros.

LOTE 05 DA QUADRA 05

Lote 05 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 04 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 06 em 25,35 metros.

LOTE 06 DA QUADRA 05

Lote 06 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 05 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 07 em 25,35 metros.

LOTE 07 DA QUADRA 05

Lote 07 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 06 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 08 em 25,35 metros.

LOTE 08 DA QUADRA 05

Lote 08 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 07 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 09 em 25,35 metros.

LOTE 09 DA QUADRA 05

Lote 09 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 08 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 10 em 25,35 metros.

LOTE 10 DA QUADRA 05

Lote 10 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 09 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 11 em 25,35 metros.

LOTE 11 DA QUADRA 05

Lote 11 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 10 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 12 em 25,35 metros.

LOTE 12 DA QUADRA 05

Lote 12 da Quadra 05 denominado Lote Institucional sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito

centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 11 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 13 em 25,35 metros.

LOTE 13 DA QUADRA 05

Lote 13 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 12 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 14 em 25,35 metros.

LOTE 14 DA QUADRA 05

Lote 14 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 13 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 15 em 25,35 metros.

LOTE 15 DA QUADRA 05

Lote 15 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 14 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 16 em 25,35 metros.

LOTE 16 DA QUADRA 05

Lote 16 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 15 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 17 em 25,35 metros.

LOTE 17 DA QUADRA 05

Lote 17 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 16 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 18 em 25,35 metros.

LOTE 18 DA QUADRA 05

Lote 18 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 17 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 19 em 25,35 metros.

LOTE 19 DA QUADRA 05

Lote 19 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 18 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 20 em 25,35 metros.

LOTE 20 DA QUADRA 05

Lote 20 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 12,17 metros, Nordeste com o lote 19 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 21 em 25,35 metros.

LOTE 21 DA QUADRA 05

Lote 21 da Quadra 05 sem benfeitorias, com área de 375,65 m² (trezentos e setenta e cinco metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "D" em 15,03 metros, ao Sudeste com o Lote 63 em 15,03 metros, Nordeste com o lote 20 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 21 da quadra 03 (Denominado Área Verde) em 25,35 metros.

LOTES – QUADRA 06

LOTE 01 DA QUADRA 06

Lote 01 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 17 em 12,17 metros, Nordeste com a Rua "B" em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 02 em 25,35 metros.

LOTE 02 DA QUADRA 06

Lote 02 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 18 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 01 em 25,35 metros e

a Sudoeste com o Lote 03 em 25,35 metros.

LOTE 03 DA QUADRA 06

Lote 03 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 19 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 02 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 04 em 25,35 metros.

LOTE 04 DA QUADRA 06

Lote 04 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 20 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 03 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 05 em 25,35 metros.

LOTE 05 DA QUADRA 06

Lote 05 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 21 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 04 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 06 em 25,35 metros.

LOTE 06 DA QUADRA 06

Lote 06 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 22 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 05 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 07 em 25,35 metros.

LOTE 07 DA QUADRA 06

Lote 07 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 23 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 06 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 08 em 25,35 metros.

LOTE 08 DA QUADRA 06

Lote 08 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 24 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 07 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 09 em 25,35 metros.

LOTE 09 DA QUADRA 06

Lote 09 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 25 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 08 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 10 em 25,35 metros.

LOTE 10 DA QUADRA 06

Lote 10 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 26 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 09 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 11 em 25,35 metros.

LOTE 11 DA QUADRA 06

Lote 11 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com a Rua "C" em 12,17 metros, ao Sudeste com o Lote 27 em 12,17 metros, Nordeste com o Lote 10 em 25,35 metros e a Sudoeste com a Rua "E" em 25,35 metros.

LOTE 12 DA QUADRA 06

Lote 12 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 01 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, Nordeste com a Rua "B" em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 13 em 25,35 metros.

LOTE 13 DA QUADRA 06

Lote 13 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 02 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 17 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 14 em 25,35 metros.

LOTE 14 DA QUADRA 06

Lote 14 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 03 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 18 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 15 em 25,35 metros.

LOTE 15 DA QUADRA 06

Lote 15 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 04 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 19 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 16 em 25,35 metros.

LOTE 16 DA QUADRA 06

Lote 16 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 05 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 20 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 17 em 25,35 metros.

LOTE 17 DA QUADRA 06

Lote 17 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 06 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 21 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 18 em 25,35 metros.

LOTE 18 DA QUADRA 06

Lote 23 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 07 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 22 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 19 em 25,35 metros.

LOTE 19 DA QUADRA 06

Lote 19 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 08 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 23 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 20 em 25,35 metros.

LOTE 20 DA QUADRA 06

Lote 20 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 09 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 24 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 21 em 25,35 metros.

LOTE 21 DA QUADRA 06

Lote 21 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 10 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 25 em 25,35 metros e a Sudoeste com o Lote 22 em 25,35 metros.

LOTE 22 DA QUADRA 06

Lote 22 da Quadra 06 sem benfeitorias, com área de 304,18 m² (trezentos e quatro metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 11 em 12,17 metros, ao Sudeste com a Rua "D" em 12,17 metros, ao Nordeste com o Lote 26 em 25,35 metros e a Sudoeste com a Rua "E" em 25,35 metros.

LOTES – QUADRA 07

LOTE 01 DA QUADRA 07

Lote 01 da Quadra 07 sem benfeitorias, Denominado Área Verde, com área de 1.942,21 m² (um mil novecentos e quarenta e dois metros e vinte e um centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 06 da Quadra 02 em 4,57 metros e Lote 50A em 16,96 metros, ao Sudeste com o Lote 03 em 31,16 metros, Nordeste com o Lote 50A em 18,99 metros, Lote 02 (Denominado APP) em 85,62 metros, e a Sudoeste com o Lote 06 da Quadra 02 em 8,75 metros e com as Ruas "A" e "D" em 81,21 metros.

LOTE 02 DA QUADRA 07

Lote 02 da Quadra 07 sem benfeitorias, Denominado APP, com área de 1685,77 m² (um mil seiscentos e oitenta e cinco metros e setenta e sete centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 50A em 18,52 metros, Nordeste com o Lote 50A em 56,28 e 25,88 metros, e a Sudoeste com o Lote 01 denominado Área Verde em 85,62 metros.

LOTE 03 DA QUADRA 07

Lote 03 da Quadra 07 sem benfeitorias, Denominado Lote Institucional, com área de 493,29 m² (quatrocentos e noventa e três metros e vinte e nove centímetros quadrados), confrontando-se ao Noroeste com o Lote 01 em 31,16 metros, Sudeste com o Lote 50A em 28,24 metros Nordeste com o Lote 50A em 16,62 metros, e a Sudoeste com a RUA A com 16,74 metros.

Art. 8º. O Sistema viário é formado pela Rua A, Rua B, Rua C, Rua D e Rua E, descritas a seguir:

RUA A – Com dimensão de 8,00 metros de largura e 85,69 metros de comprimento, área de 685,64 m² (seiscentos e oitenta e cinco metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), confrontando - se ao Noroeste com a Rua "D", ao Sudeste com o Lote 64, ao Nordeste com a Quadra 07 e a Sudoeste com a Quadra 01.

RUA B – Trecho 01: Com dimensão de 9,00 metros de largura e 53,74 metros de comprimento, área de 483,64 m² (quatrocentos e oitenta e três metros e sessenta e quatro centímetros quadrados). Trecho 02: Com dimensão de 9,00 metros de largura e 68,49 de comprimento, área de 616,17 m² (seiscentos e dezesseis metros e dezessete centímetros quadrados), confrontando - se ao Noroeste com a Rua "C" e "D", ao Sudeste com o Lote 64, ao Nordeste com as Quadras 01 e 02 e a Sudoeste com as Quadras 05 e 06, Totalizando Rua B: 1.099,81 m² (um mil e noventa e nove metros e oitenta e um centímetros quadrados).

RUA C – Com dimensão de 9,00 metros de largura e 357,52 metros de comprimento, área de 3.162,18 m² (três mil cento e sessenta e dois metros e dezoito centímetros quadrados), confrontando - se ao Noroeste com a Quadra 03 e o Lote 50A, ao Sudeste com as Quadras 2, 4 e 6, com as Ruas "B" e "E", e com parte do Lote 22 da Quadra 03 (Denominado Área Verde), ao Nordeste com o Lote 50A e a Sudoeste com o 22 da Quadra 03 (Denominado Área verde).

RUA D – Com dimensão de 9,00 metros de largura e 360,73 metros de comprimento, área de 3.127,95 m² (três mil cento e vinte e sete metros e noventa e cinco centímetros quadrados), confrontando - se ao Noroeste com as Quadra 02, 04 e 06 e com as Ruas "B" e "E", ao Sudeste com as Quadras 01 e 02, com as Ruas "A" e "B", e com o Lote 22 da Quadra 03 (Denominado Área Verde) ao Nordeste com a Quadra 07 e a Sudoeste com o Lote 22 da Quadra 03 (Denominado Área Verde).

RUA E – Com dimensão de 9,00 metros de largura e 53,74 metros de comprimento, área de 483,64 m² (quatrocentos e oitenta e três metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), confrontando - se ao Noroeste com a Rua "C" ao Sudeste com a Rua "D", ao Nordeste com a Quadra 06 e a Sudoeste com a Quadra 04.

Art. 9º. As calçadas terão área total de 2.821,51 m² (dois mil, oitocentos e vinte e um metros e cinquenta e um centímetros quadrados a seguir descrita:

Calçadas com área total de 2.821,51 m² (dois mil oitocentos e vinte um metros e cinquenta e um centímetros quadrados).

Equipamentos Públicos Rua "A"

Calçada localizada na quadra 01 confrontando-se com a Rua "A". Com 82,67 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 124,18 m² (cento e vinte e quatro metros e dezoito centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 07 confrontando-se com a Rua "A". Com 85,69 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 144,32 m² (cento e quarenta e quatro metros e trinta e dois centímetros quadrados).

Totalizando os equipamentos públicos para Rua "A" em 268,50 m² (duzentos e sessenta e oito metros e cinquenta centímetros quadrados).

Equipamentos Públicos Rua "B"

Calçada localizada na quadra 01 confrontando-se com a Rua "B". Com 68,61 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 102,68 m² (cento e dois metros sessenta e oito centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 05 confrontando-se com a Rua "B". Com 65,46 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 98,15 m² (noventa e oito metros e quinze centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 02 confrontando-se com a Rua "B". Com 50,57 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 76,04 m² (setenta e seis metros e quatro centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 06 confrontando-se com a Rua "B". Com 50,57 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 76,04 m² (setenta e seis metros e quatro centímetros quadrados).

Totalizando os equipamentos públicos para Rua "B" em 352,91 m² (trezentos e cinquenta e dois metros e noventa e um centímetros quadrados).

Equipamentos Públicos Rua "C"

Calçada localizada na quadra 03 e Lote 50A confrontando-se com a Rua "C". Com 351,97 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 535,08 m² (quinhentos e trinta e cinco metros e oito centímetros quadrados).

Calçada localizada nas quadras 03 e 04, confrontando-se com a Rua "C". Com 136,34 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 209,48 m² (duzentos e nove metros e quarenta e oito centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 06 confrontando-se com a Rua "C". Com 136,88 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 205,32 m² (Duzentos e cinquenta e três metros e dois centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 02 confrontando-se com a Rua "C". Com 61,04 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 91,56 m² (noventa e um metros e cinquenta e seis centímetros quadrados).

Totalizando os equipamentos públicos para Rua "C" em 1.041,44 m² (um mil e quarenta e um metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

Equipamentos Públicos Rua "D"

Calçada localizada nas quadras 03 e 05 confrontando-se com a Rua "D". Com 280,20 metros de comprimento e 1,50 metros de largura,

totalizando 425,51 m² (quatrocentos e vinte e cinco metros e cinquenta e um centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 01 confrontando-se com a Rua "D". Com 50,75 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 76,14 m² (Setenta e seis metros e quatorze centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 07 e quadra 02 confrontando-se com a Rua "D". Com 70,71 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 90,48 m² (Noventa metros e quarenta e oito centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 06 confrontando-se com a Rua "D". Com 136,88 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 205,32 m² (Duzentos e cinco metros e trinta e dois centímetros quadrados).

Calçada localizada nas quadras 03 e 04 confrontando-se com a Rua "D". Com 134,35 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 209,13 m² (duzentos e nove metros e treze centímetros quadrados)

Totalizando os equipamentos públicos para Rua "D" em 1.006,58 m² (um mil e seis metros e cinquenta e oito centímetros quadrados).

Equipamentos Públicos Rua "E"

Calçada localizada na quadra 04 confrontando-se com a Rua "D". Com 50,57 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 76,04 m² (Setenta e seis metros e quatro centímetros quadrados).

Calçada localizada na quadra 06 confrontando-se com a Rua "D". Com 50,57 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, totalizando 76,04 m² (Setenta e seis metros e quatro centímetros quadrados).

Totalizando os equipamentos públicos para Rua "E" em 152,08 m² (cento e cinquenta e dois metros e oito centímetros quadrados).

Art. 10º. Fica obrigado o instituidor do Loteamento, Buratto e Duarte Ltda MR ou aquele que sub-rogar-se nos direitos e obrigações inerentes a propriedade, a executar as obras necessárias à implantação do loteamento, no prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme Projeto de Engenharia apresentado anexo a esta Lei e desde que atendidos os requisitos, que são:

I - terraplanagem e pavimentação de todas as ruas do loteamento;

II - execução das obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das ruas, bueiros e pontilhões necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis, a vista das condições viárias e sanitárias do terreno a arruar;

III - execução do sistema de drenagem de águas pluviais;

IV - execução das redes de energia elétrica e de iluminação pública;

V - execução da rede de abastecimento de água;

VI - demarcação das quadras e lotes.

§ 1º - Considera-se pavimentação, para efeito do item I deste artigo, asfáltica, poliédrica, paralelepípedo ou blocos de concreto articulados, com a construção de meio-fio.

Art. 11. Para a execução das obras mencionadas nos incisos art. 11, o loteador dará em garantia, por meio de hipoteca legal, os Lotes 12, 13, 14, 15, 16 e 17, todos da Quadra 06, em favor do Município de Palma Sola, que deverão ser averbados no Registro de Imóveis.

§ 1º No ato da escritura de hipoteca legal, deverá constar especificamente as obras e serviços que o loteador fica obrigado a executar no prazo fixado no caput no art. 11, findo o qual perderá, em favor do Município, os lotes caucionados, se não tiver cumprido aquelas exigências.

§ 2º Findo o prazo estabelecido, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos, a Prefeitura promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio as áreas discriminadas no caput deste artigo, que constituirão bens dominiais do Município.

Art. 12º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
26 de setembro de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

LEI 1988/2017

LEI 1988/2017, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO QUE NECESSITAM SER AFASTADAS DO MEIO EM QUE VIVEM, CONFORME DISPOSTO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º – Fica o Município de Palma Sola, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com o Município de Dionísio Cerqueira – SC, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) mensais, objetivando à manutenção dos serviços de acolhimento institucional de criança e adolescente a serem prestados pela casa lar do município de Dionísio Cerqueira/SC, bem como a reserva de uma vaga para acolhimento institucional de crianças e adolescentes na referida casa.

§ 1º Nos casos de o Município de Palma Sola encaminhar criança ou adolescente para acolhimento, repassará, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por cada criança/adolescente acolhido, sem necessidade de pagar o valor previsto no caput deste artigo.

§ 2º Os valores deverão ser depositados na conta corrente 25.417, agência 1055, Banco do Brasil, do Município de Dionísio Cerqueira, até

o dia 10 de cada mês, iniciando-se no mês subsequente a aprovação da presente lei.

Art. 2º Faz parte integrante da presente lei anexo contendo a minuta do convênio.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão de dotações já previstas ou suplementadas no orçamento do Município.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
26 de setembro de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA/ SC E O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC, VIVENDO O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO QUE NECESSITAM SER AFASTADAS DO MEIO EM QUE VIVEM

O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Francisco Zanotto, 600, Centro, Palma Sola/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado pelo Senhor CLEOMAR JOSÉ MANTELLI, Prefeito Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, tem como meta firmar convênio com o MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Santos Dumont, 413, Centro, na cidade de Dionísio Cerqueira/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.026.773/0001-74, neste ato representado pelo Senhor THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal; com o objetivo de fazer com que os dois municípios da Comarca de Dionísio Cerqueira, efetivamente cumpram com suas responsabilidades quanto ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes;

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a cooperação financeira, através do Município de Palma Sola/SC para o atendimento de crianças em regime de acolhimento, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Município de Dionísio Cerqueira/SC, conveniado, através de recursos próprios do Município de Palma Sola.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES

Os convenientes se obrigam:

1) Do Município de Palma Sola:

- a) Repasse financeiro de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) mensais para auxiliar na manutenção dos serviços prestados pela Casa Lar, sendo-lhe garantido uma vaga no referida Casa.
- b) Em caso de acolhimento institucional de crianças/adolescentes pagará a quantia mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por criança/adolescente, sem necessidade de pagar o valor mensal referido na alínea "a" do item 1, da cláusula segunda.
- c) Exigir do Município de Dionísio Cerqueira a prestação de contas do valor recebido e relatórios quantitativos de atendimentos com identificação da quantidade, objeto e beneficiário.
- d) Todos os encaminhamentos de crianças deverão ser realizados através do Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, e sempre acompanhado por relatório dos fatos que geraram a medida de Acolhimento, contendo dados de identificação da criança (documentos), e dos familiares.
- e) Caberá ao Conselho Tutelar juntamente com o Serviço Social da prefeitura deste município, promover o acompanhamento e intervenções às famílias das crianças e abrigadas enquanto perdurar a medida na busca pela reintegração familiar o mais breve possível.
- f) Viabilizar meio de transporte para que as famílias possam realizar visitas aos seus filhos acolhidos em Dionísio Cerqueira, por, no mínimo, quatro vezes ao mês.
- g) Sempre que houver necessidade de tratamento especializado fora do domicílio da Casa Lar de Dionísio Cerqueira, todas as despesas, inclusive de transporte ocorrerão por conta do Município de Palma Sola.
- h) Manter intercâmbio de informações permanentes com a equipe técnica da Casa Lar de Dionísio Cerqueira, visando certificar o técnico sobre o andamento do caso bem como os procedimentos que estão sendo adotados.
- i) Garantir o atendimento médico e odontológico, quando este for prestado fora do município de Dionísio Cerqueira, bem como será responsável pelas cirurgias eletivas de todas as crianças, encaminhadas pelo município de Palma Sola, durante o período que se encontrem em regime de acolhimento.
- j) Arcar com as despesas de roupas, calçados e material escolar das crianças/adolescentes abrigados, repasse será feito mediante comprovação dos gastos efetuados.

1) Do Município de Dionísio Cerqueira:

- a) O Município de Dionísio Cerqueira compromete-se a gerir e manter o serviço de acolhimento institucional oferecido pela Casa lar.
- b) Enviar relatórios mensais quantitativos de atendimento indicando a quantidade, objeto e beneficiários;
- c) Receber a qualquer horário, conforme termos do presente convênio, a criança/adolescente encaminhado até o número de 1 (um) atendido. Disponibilizará mais vagas caso houver necessidade;

- d) Promover intercâmbio com a equipe técnica da Prefeitura e Conselho Tutelar e outros órgãos como forma de contribuir para a definição de encaminhamentos mais adequados e duradouros, o mais breve possível;
- e) Promover estudo social e emitir relatórios e informes de crianças e sua família, ao Conselho Tutelar e ao Juizado da comarca de Dionísio Cerqueira;
- f) Garantir o atendimento médico (para patologia de natureza de pequena gravidade) psicológico, odontológico e social de todas as crianças durante o período que se encontrem em regime de acolhimento;
- g) Encaminhar as crianças durante o período de permanência no abrigo para os atendimentos acima expressados;
- h) Manter em arquivo próprio toda a documentação das crianças onde constam dados de identificação, circunstância do atendimento, visitas de familiares, endereços e acompanhamento de sua formação durante o período de permanência no abrigo;
- i) Garantir acesso a demais atividades desenvolvidas pela Casa Lar, promovendo a integração comunitária enquanto perdurar a medida de acolhimento;
- j) Propiciar assistência religiosa aqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- k) Promover a manutenção do vínculo familiar incentivando a visita dos pais ou responsáveis e familiares das crianças acolhidas, fornecendo alimentação aos familiares, durante o momento das visitas;
- l) Não receber crianças caso o Município de Palma Sola não esteja cumprindo os termos do presente convênio exceto quando forem encaminhadas através de medida judicial;
- m) Cumprir com as atribuições previstas nos artigos 92 e 94 do ECA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS VALORES

Os valores acima referidos deverão ser depositados na conta corrente 25.417, agência 1055, Banco DO BRASIL, do Município de Dionísio Cerqueira, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando-se no mês subsequente a assinatura do presente.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta de dotações já previstas ou suplementadas no orçamento municipal.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, produzindo efeitos a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, enquanto subsistir a demanda prevista no objeto deste Convênio, sendo os valores atualizados anualmente, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

O presente convênio será publicado no diário oficial do município de Palma Sola (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

As partes poderão propor a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou ainda por mútuo acordo entre as partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

É eleito o foro da Comarca de Dionísio Cerqueira/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na presença de duas testemunhas.

Palma Sola, 29 de agosto de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal de Palma Sola

Thyago W. Gnoatto Gonçalves

Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira

TESTEMUNHAS:

Ivanor de Moura

Secretário de Assistência Social

Gerson de Souza

Secretário de Assistência Social

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 18/2017 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 18/2017. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 06/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MESA PARA IMPRESSORA, COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO), COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK), IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL, PROJETER MULTIMÍDIA (DATASHOW) e VEÍCULO DE PASSEIO. Data limite para cadastramento da proposta: 23/10/2017 até as 08:00 horas. Data para o início da disputa: 23/10/2017 às 08:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 06 de Outubro de 2017. Adriane Terezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

Papanduva

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 06-2017 - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

RESOLUÇÃO Nº 06/2017

Dispõe sobre a prestação de contas recursos recebidos do Governo Federal ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em reunião ordinária realizada dia 04/10/2017, Ata Nº 09/2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Municipal nº 1411 de 17/04/1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Papanduva – CMAS.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas Demonstrativo Serviços e Programas do Governo Federal repassados aos municípios ao Sistema Único de Assistência Social;

Art. 2º - Aprovar a prestação de contas do Demonstrativo para Co financiamento do Sistema Único Assistência Social – Índice Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família;

Art. 3º - Aprovar a prestação de contas do Demonstrativo Gestão do Sistema Único Assistência Social – Índice Gestão Descentralizada do SUAS.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 04 de outubro de 2017.

Dagmar Alves Matioski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 023/2017 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Portaria Nº 023/2017 de 29 de setembro de 2017

“CONCEDE À SERVIDORA ROSINHA SAVITSKI IAROCHEVSKI, MATRICULADA SOB O Nº. 120, 10 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2011 À 21 DE MAIO DE 2016.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à servidora com matrícula sob nº. 120, a senhora Rosinha Savitski Iarochovski, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, 10 dias de licença prêmio no período de 09 à 18 de outubro de 2017, correspondente ao período aquisitivo de 22 de maio de 2011 à 21 de maio de 2016, ficando um saldo de 40 dias ser gozado posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de setembro de 2017.

ALTAMIR GLONEK

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JAMES MICHEL CERNAK

1º Secretário

TAFAREL SCHONS

2º Secretário

PORTARIA Nº 024/2017 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Portaria Nº 024/2017 de 29 de setembro de 2017

“CONCEDE AO SERVIDOR JAMES MICHEL CERNIAK, MATRICULADO SOB O Nº. 118, 05 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2006 À 21 DE MAIO DE 2011.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor com matrícula sob nº. 118, ao senhor James Michel Cerniak, portador do CPF nº. 041.576.899-33, 05 dias de licença prêmio no período de 02 à 06 de outubro de 2017, correspondente ao período aquisitivo de 22 de maio de 2006 à 21 de maio de 2011, ficando um saldo de 35 dias do período aquisitivo correspondente, mais um saldo de 60 dias do período aquisitivo de 22 de maio de 2011 à 21 de maio de 2016 para ser gozado posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de setembro de 2017.

ALTAMIR GLONEK

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JAMES MICHEL CERNIAK

1º Secretário

TAFAREL SCHONS

2º Secretário

Paraíso

PREFEITURA

1461/2017

LEI MUNICIPAL Nº1461/2017

“INSTITUI PROGRAMA DE TRABALHO SOCIAL ESPECIAL COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS”

Valdecir Antonio Casagrande, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no município de Paraíso, SC o Programa de Trabalho Social Especial com as famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, dia dedicado a realização de ações de desenvolvimento e fortalecimento de vínculos, acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias. Atuações que serão pautadas em vivenciar experiências que contribuam para construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade.

§1º- Os recursos destinados a fazer face às despesas do Programa serão recursos federais Vinculados oriundos do Bloco de proteção social básica, Recursos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV e do Programa de atendimentos integral a família-PAIF.

Art. 2º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogan-se as disposições em contrário.

Paraíso - SC, 05 de Outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso 05 de Outubro de 2017

Servidor Responsável

PR 57/2017

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h30min do dia 24 de Outubro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS PARA CORTES DE CABELO, MAQUIAGEM FACIAL, DEPILAÇÃO FACIAL E DESIGN DE SOBRANCELHAS, PARA REALIZAÇÃO DO DIA DA BELEZA, PROJETO DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1461/2017. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 3627-0077, de segunda a sexta feira, no horário de expediente. Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 06 de Outubro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

PR 58/2017

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 24 de OUTUBRO de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE PESSOAL, A SER DISTRIBUIDO AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1461/2017".

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC,

www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 06 de Outubro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA 212/2017

PORTARIA Nº 212, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias ao servidor público municipal, abaixo relacionado, no período de: 02/10/2017 à 31/10/2017.

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Marcos Andre Pereira – Período Aquisitivo: 15/12/2014 à 14/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de outubro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de outubro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 213/2017

PORTARIA Nº 213, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOSE PORTO DE BITTENCOURT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, José Porto de Bittencourt, referente ao período aquisitivo de 01/07/2011 à 30/06/2016.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 02/10/2017 com término em 30/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de outubro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de outubro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 263, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 263, de 02 de outubro de 2017.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO EM RAZÃO DE APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS/INSS – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que chegou ao nosso conhecimento pela própria servidora a obtenção do benefício de aposentadoria pela mesma junto ao Instituto Nacional do Seguro Social;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal ROSANI DE FATIMA NERVIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional Administrativo, símbolo AD-3, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 02 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 044, de 31 de janeiro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, em 02 de outubro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

RECURSO VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC
RECURSO VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA
Valor: R\$ 1..265,22
Data:28/09/2017

Passos Maia, SC, 06 de outubro de 2017.

Leomar Roberto Listoni
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

ERRATA - LEI Nº 1721/2017 - PPA 2018/2021



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

ERRATA - Em razão de erro de não inclusão dos anexos contidos na LEI Nº 1721/2017, de 31 de agosto de 2017, publicada em 29 de setembro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se retificação da referida LEI agora com os devidos anexos, de acordo com o que segue:

LEI Nº1721/2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual do município para o quadriênio 2018/2021 e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Plano Plurianual de Administração Pública Municipal de Paulo Lopes, para o quadriênio 2018/2021, contemplará as receitas, e despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nos Anexo I e II desta Lei.

Art. 2º - As planilhas das despesas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos anexos referidos no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Programas, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ Único – Para fins desta Lei considera-se:

I – PROGRAMA – o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – DIAGNÓSTICO – a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III – DIRETRIZES – conjunto de critérios de ação, e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – OBJETIVOS – os resultados que se pretende alcançar com a realização da ação governamental;

V – AÇÕES – o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI – PRODUTO – os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – METAS – os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Art. 3º - Os valores constantes das planilhas estão orçados a preços de junho de 2017, e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de fevereiro, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do INPC de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

Art. 4º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara Municipal.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 7º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize a sua inclusão.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 31 de agosto de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 29 de setembro de 2017.

JOSÉ ANTONIO ROGÉRIO
Secretário Municipal de Administração



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PLANO PLURIANUAL 2018/2021
ANEXO I - DAS RECEITAS

| Código | DR | ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO |
|----------------------|---------------|---|----------------------|
| | | UNIDADE GESTORA PREFEITURA | 89.204.600,00 |
| 1000.00.00.00 | | RECEITAS CORRENTES | 75.716.700,00 |
| | | | |
| 1100.00.00.00 | | Receita Tributária | 13.195.000,00 |
| 1110.00.00 | | Impostos | 10.573.000,00 |
| 1112.00.00 | | Imposto sobre o Patrimônio e a Renda | 2.700.000,00 |
| 1112.02.00 | 0.1.00.000000 | Imposto Predial e Territorial Urbano | 1.620.000,00 |
| | 0.1.01.000000 | Imposto Predial e Territorial Urbano | 675.000,00 |
| | 0.1.02.000000 | Imposto Predial e Territorial Urbano | 405.000,00 |
| 1112.04.00 | | Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza | 1.150.000,00 |
| | | IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho | 1.150.000,00 |
| 1112.04.31 | 0.1.00.000000 | IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho | 690.000,00 |
| | 0.1.01.000000 | IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho | 287.500,00 |
| | 0.1.02.000000 | IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho | 172.500,00 |
| 1112.00.00.00 | | Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv. | 360.000,00 |
| 1112.08.00 | 0.1.00.000000 | Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv. | 216.000,00 |
| | 0.1.01.000000 | Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv. | 90.000,00 |
| | 0.1.02.000000 | Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv. | 54.000,00 |
| 1113.00.00.00 | | Imposto sobre a Produção e Circulação | 3.100.000,00 |
| 1113.05.01 | 0.1.00.000000 | Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza | 1.860.000,00 |
| | 0.1.01.000000 | Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza | 775.000,00 |
| | 0.1.02.000000 | Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza | 465.000,00 |
| 1120.00.00.00 | | Taxas | 2.622.000,00 |
| 1121.00.00 | | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 1.727.000,00 |
| 1121.17.00 | 0.1.00.000000 | Taxas de Fiscalização Sanitária | 265.000,00 |
| 1121.25.00 | 0.1.00.000000 | Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços | 1.450.000,00 |
| 1121.29.00 | 0.1.00.000000 | Tx. de Licença para Execução de Obras | 12.000,00 |
| 1122.00.00 | | Taxa pela Prestação de Serviços | 895.000,00 |
| 1122.05.00 | 0.1.00.000000 | Taxa de Expediente | 100.000,00 |
| 1122.28.00 | 0.1.00.000000 | Taxa de Cemitérios | 18.000,00 |
| 1122.90.00 | 0.1.00.000000 | Taxa de Limpeza Pública | 617.000,00 |
| 1122.99.00 | 0.1.13.000000 | Taxa de Vistoria/Projeto de Segurança/Bombeiro | 160.000,00 |
| 1200.00.00 | | Receita de Contribuições | 3.200.000,00 |
| 1220.00.00 | | Contribuições Econômicas | 3.200.000,00 |
| 1220.29.00 | 0.1.17.000000 | Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 3.200.000,00 |
| | | | |
| 1600.00.00.00 | | Receita de Serviços | 63.000,00 |
| 1600.41.00 | 0.1.00.000000 | Serviços de Capt/Adução/Trat/Res e Dist de Agua | 0,00 |
| 1600.45.00 | 0.1.00.000000 | Serviços Preparação Terra Propriedades Particulares | 63.000,00 |
| | | | |
| 1700.00.00.00 | | Transferências Correntes | 70.933.000,00 |
| 1720.00.00 | | Transferências Intergovernamentais | 70.933.000,00 |
| 1721.00.00 | | Transferências da União | 31.423.000,00 |
| 1721.01.00 | | Participação na Receita da União | 29.000.000,00 |
| | | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios | 29.000.000,00 |
| 1721.01.02 | 0.1.00.000000 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios | 17.400.000,00 |
| 1721.01.02 | 0.1.01.000000 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios | 7.250.000,00 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| | | | |
|-------------|---------------|--|---------------|
| 1721.01.02 | 0.1.02.000000 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios | 4.350.000,00 |
| 1721.01.03 | 0.100.000000 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% | 2.400.000,00 |
| | | Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural | 23.000,00 |
| 1721.01.05 | 0.1.00.000000 | Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural | 13.800,00 |
| 1721.01.05 | 0.1.01.000000 | Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural | 5.750,00 |
| 1721.01.05 | 0.1.02.000000 | Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural | 3.450,00 |
| | | | |
| 1721.09.00 | | Outras Transferencia da União | 0,00 |
| 1721.22.00 | | Transferência da Compensação Financeira | 550.000,00 |
| 1721.22.20 | 0.1.00.000000 | Cota-Parte da Com. Finac. de Extração Mineral - CFEM | 150.000,00 |
| 1721.22.70 | 0.1.00.000000 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira p/Prod. Petróleo | 400.000,00 |
| 1721.34.00 | | Transf. de Recursos do FNAS - FMAS | 498.000,00 |
| 1721.34.01 | 0.1.29.000205 | Transf. FNAS PAIF/SUAS | 310.000,00 |
| 1721.34.02 | 0.1.29.000206 | Transf. FNAS IGD/SUAS | 100.000,00 |
| 1721.34.03 | 0.1.29.000207 | Transf. FNAS IGD/Bolsa Família | 73.000,00 |
| 1721.34.04 | 0.1.29.000204 | Transf. FNAS – PSE/SUAS | 15.000,00 |
| | | | |
| 1721.35.00 | | Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação | 1.982.000,00 |
| 1721.35.01 | 0.1.15.000049 | Transferências do Salário Educação* | 1.550.000,00 |
| 1721.35.02 | 0.1.15.000050 | Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE* | 62.000,00 |
| 1721.35.03 | 0.1.15.000051 | Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE | 300.000,00 |
| 1721.35.04 | 0.1.15.000052 | Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE | 70.000,00 |
| | | Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 | 90.000,00 |
| 1721.36.00 | 0.1.00.000000 | Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 | 54.000,00 |
| 1721.36.00 | 0.1.01.000000 | Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 | 22.500,00 |
| 1721.36.00 | 0.1.02.000000 | Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 | 12.500,00 |
| 1721.99.00 | 0.1.00.000000 | Outras Transferências da União | 100.000,00 |
| | | | |
| 1722.00.00 | | Transferências dos Estados | 22.590.000,00 |
| 1722.01.00 | | Participação na Receita dos Estados | 21.140.000,00 |
| | | Cota-Parte do ICMS | 17.500.000,00 |
| 1722.01.01 | 0.1.00.000000 | Cota-Parte do ICMS | 10.500.000,00 |
| 1722.01.01 | 0.1.01.000000 | Cota-Parte do ICMS | 4.375.000,00 |
| 1722.01.01 | 0.1.02.000000 | Cota-Parte do ICMS | 2.625.000,00 |
| | | Cota-Parte do IPVA | 3.400.000,00 |
| 1722.01.02 | 0.1.00.000000 | Cota-Parte do IPVA | 2.040.000,00 |
| 1722.01.02 | 0.1.01.000000 | Cota-Parte do IPVA | 850.000,00 |
| 1722.01.02 | 0.1.02.000000 | Cota-Parte do IPVA | 510.000,00 |
| | | Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 240.000,00 |
| 1722.01.04 | 0.1.00.000000 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 144.400,00 |
| 1722.01.04 | 0.1.01.000000 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 60.250,00 |
| 1722.01.04 | 0.1.02.000000 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 35.950,00 |
| | | | |
| 1722.01.13 | 0.1.16.000000 | Cota-Parte da CIDE | 130.000,00 |
| 1722.34.00 | 0.1.29.000209 | Transf. FEAS/PSB | 220.000,00 |
| 1722.99.00 | | Outras Transferencia dos Estados | 1.100.000,00 |
| 1722.99.01. | 0.1.22.001001 | Transf. Transp. Escolar Estadual | 1.100.000,00 |
| 1724.00.00 | | Transferências Multigovernamentais | 13.700.000,00 |
| 1724.01.00 | | Transferências de Recursos do FUNDEB | 13.700.000,00 |
| 1724.01.01 | 0.1.18.000000 | Transferências de Recursos do FUNDEB - 60% | 8.220.000,00 |
| 1724.01.02 | 0.1.19.000000 | Transferências de Recursos do FUNDEB - 40% | 5.480.000,00 |
| 1730.00.00 | | Transferência de Instituições Privadas | 40.000,00 |
| 1730.01.00 | 0.1.99.001003 | Transf. de Instituições Privadas | 40.000,00 |
| | | | |
| 1750.00.00 | | Transferências de Pessoas | 20.000,00 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| | | | |
|----------------------|---------------|---|---------------------|
| 1750.01.00 | 0.1.99.001002 | Transf. de Pessoas | 20.000,00 |
| | | | |
| 1900.00.00.00 | | Outras Receitas Correntes | 2.394.600,00 |
| 1910.00.00 | | Multas e Juros de Mora | 249.600,00 |
| 1911.00.00 | | Multas e Juros de Mora dos Tributos | 20.600,00 |
| | | Multas e Juros de Mora sobre o IPTU | 6.000,00 |
| 1911.38.00 | 0.1.00.000000 | Multas e Juros de Mora sobre o IPTU | 3.600,00 |
| 1911.38.00 | 0.1.01.000000 | Multas e Juros de Mora sobre o IPTU | 1.500,00 |
| 1911.38.00 | 0.1.02.000000 | Multas e Juros de Mora sobre o IPTU | 900,00 |
| | | | |
| | | Multas e Juros de Mora sobre o ISS | 4.600,00 |
| 1911.40.00 | 0.1.00.000000 | Multas e Juros de Mora sobre o ISS | 2.760,00 |
| 1911.40.00 | 0.1.01.000000 | Multas e Juros de Mora sobre o ISS | 1.150,00 |
| 1911.40.00 | 0.1.02.000000 | Multas e Juros de Mora sobre o ISS | 690,00 |
| | | | |
| 1911.99.00 | 0.1.00.000000 | Multas e Juros de Mora de Outros Tributos | 10.000,00 |
| | | | |
| 1913.00.00 | | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos | 229.000,00 |
| | | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU | 140.000,00 |
| 1913.11.00 | 0.1.00.000000 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU | 84.000,00 |
| 1913.11.00 | 0.1.01.000000 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU | 35.000,00 |
| 1913.11.00 | 0.1.02.000000 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU | 21.000,00 |
| | | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS | 34.000,00 |
| 1913.13.00 | 0.1.00.000000 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS | 20.400,00 |
| 1913.13.00 | 0.1.01.000000 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS | 8.500,00 |
| 1913.13.00 | 0.1.02.000000 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS | 5.100,00 |
| | | | |
| 1913.99.00 | 0.1.00.000000 | Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos | 55.000,00 |
| | | | |
| 1919.00.00 | | Multas de Outras Origens | 80.000,00 |
| 1919.15.00 | 0.1.24.000019 | Multas por Infração da Legislação de Trânsito | 80.000,00 |
| 1920.00.00 | | Indenizações e Restituições | 100.000,00 |
| 1921.00.00 | | Indenizações | 0,00 |
| 1921.99.00 | 0.1.00.000000 | Outras Indenizações | 0,00 |
| 1922.99.00 | 0.1.00.000000 | Outras Restituições | 100.000,00 |
| 1930.00.00 | | Receita da Dívida Ativa | 1.040.000,00 |
| 1931.00.00 | | Receita da Dívida Ativa Tributária | 1.040.000,00 |
| | | Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU | 800.000,00 |
| 1931.11.00 | 0.1.00.000000 | Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU | 480.000,00 |
| 1931.11.00 | 0.1.01.000000 | Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU | 200.000,00 |
| 1931.11.00 | 0.1.02.000000 | Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU | 120.000,00 |
| | | Receita de Dívida Ativa sobre o ISS | 240.000,00 |
| 1931.13.00 | 0.1.00.000000 | Receita de Dívida Ativa sobre o ISS | 144.000,00 |
| 1931.13.00 | 0.1.01.000000 | Receita de Dívida Ativa sobre o ISS | 60.000,00 |
| 1931.13.00 | 0.1.02.000000 | Receita de Dívida Ativa sobre o ISS | 36.000,00 |
| | | | |
| 1931.99.00 | 0.1.00.000000 | Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos | 270.000,00 |
| | | | |
| 1990.00.00 | | Receitas Diversas | 600.000,00 |
| 1990.99.00 | 0.1.00.000000 | Outras Receitas | 600.000,00 |
| | | | |
| 2000.00.00.00 | | RECEITAS DE CAPITAL | 8.500.000,00 |
| | | | |
| 2100.00.00.00 | | Operações de Crédito | 3.000.000,00 |
| 2110.00.00 | | Operações de Crédito Internas | 3.000.000,00 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| | | | |
|-------------------|---------------|---|----------------------|
| 2114.00.00 | 0.1.90.000024 | Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo | 3.000.000,00 |
| | | | |
| 2200.00.00.00 | | Alienação de Bens | 200.000,00 |
| 2210.00.00 | | Alienação de Bens Móveis | 0,00 |
| 2217.00.00 | | Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados | 0,00 |
| 2217.01.00 | 0.1.92.000029 | Alienação de Bens Móveis Aquiridos com Recursos Não Vinculados | 200.000,00 |
| | | | |
| 2400.00.00.00 | | Transferências de Capital | 5.300.000,00 |
| 2470.00.00 | | Transferências de Convênio | 5.300.000,00 |
| 2471.00.00 | | Transferência de Convênios da União e suas Entidades | 2.900.000,00 |
| 2471.05.00 | 01.24.001136 | Convênio FUNASA | 400.000,00 |
| 2471.08.00 | 0.1.15.000053 | Transf. FNDE - PAR | 500.000,00 |
| 2471.10.00 | 0.1.24.001108 | Convênio Ministério do Planejamento | 1.000.000,00 |
| 2471.13.00 | 0.1.24.001102 | Convênio Ministério das Cidades | 1.000.000,00 |
| | | | |
| 2472.00.00 | | Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades | 2.400.000,00 |
| 2472.06.00 | 0.1.24.001113 | Convênio STO | 200.000,00 |
| 2472.07.00 | 0.1.24.001111 | Convênio SOL | 1.000.000,00 |
| 2472.08.00 | 0.1.24.001110 | Convênio SDR | 1.000.000,00 |
| 2472.09.00 | 0.1.24.001114 | Convênio SSP | 200.000,00 |
| | | | |
| | | | |
| 9000.00.00 | | DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE | -10.050.600,00 |
| | | | |
| 9721.01.00 | | Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União | -5.822.600,00 |
| 9721.01.02.02 | 0.1.01.000000 | Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM | -5.800.000,00 |
| 9721.01.05.02 | 0.1.01.000000 | Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR | -4.600,00 |
| 9721.36.02.00 | 0.1.01.000000 | Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS Desoner. | -18.000,00 |
| | | | |
| 9722.01.00 | | Dedução Receita p/Formação FUNDEB - Transf. Estados | -4.228.000,00 |
| 9722.01.01.02 | 0.1.01.000000 | Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS | -3.500.000,00 |
| 9722.01.02.02 | 0.1.01.000000 | Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA | -680.000,00 |
| 9722.01.04.02 | 0.1.01.000000 | Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPI Exp. | -48.000,00 |
| | | | |
| | | SOMA | 89.204.600,00 |
| | | | |
| | | UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | |
| 1000.00.00 | | RECEITAS CORRENTES | 5.484.000,00 |
| | | | |
| 1700.00.00 | | Transferências Correntes | 5.484.000,00 |
| 1721.33.00 | | Transf. De Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | 5.064.000,00 |
| 1721.33.01 | 0.2.14.002000 | Transferência PAB | 834.000,00 |
| 1721.33.02 | 0.2.14.002001 | Transferência ESF | 700.000,00 |
| 1721.33.03 | 0.2.14.002003 | Transferência Saúde Bucal | 250.000,00 |
| 1721.33.04 | 0.2.14.002002 | Transferência ACS | 700.000,00 |
| 1721.33.05 | 0.2.14.002004 | Transferência MAC | 1.200.000,00 |
| 1721.33.08 | 0.2.14.002006 | Transferência Vig. Sanitária | 40.000,00 |
| 1721.33.09 | 0.2.14.002011 | Transferência Vigilância em Saúde | 110.000,00 |
| 1721.33.10 | 0.2.14.002008 | Transferência Farmácia Básica | 160.000,00 |
| 17.21.33.11 | 0.2.14.002009 | Transferência PMAQ | 800.000,00 |
| 17.21.33.12 | 0.2.14.002010 | Transferência Saúde na Escola | 10.000,00 |
| 17.21.33.13 | 0.2.14.002012 | Transferência NASF | 180.000,00 |
| 1721.33.14 | 0.2.14.002013 | Teste Rápido de Gravidez | 10.000,00 |
| 1721.33.15 | 0.2.14.002502 | Transferência SISVAN | 30.000,00 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| | | | |
|---------------|---------------|---|----------------------|
| 1721.33.16 | 0.2.14.002015 | Transferência Gestão do SUS | 20.000,00 |
| 1721.33.17 | 0.2.14.002016 | Transferência Rede de Serviços de Saúde | 20.000,00 |
| | | | |
| 1722.33.00.00 | | Transf. De Recursos do Estado p/Programa de Saúde | 420.000,00 |
| 1722.33.01 | 0.2.14.002001 | Transferência ESF – Estadual | 300.000,00 |
| 1722.33.02 | 0.2.14.002008 | Transferência Farmácia Básica - Estadual | 120.000,00 |
| | | | |
| | | SOMA | 5.484.000,00 |
| | | | |
| 20.000.000.00 | | RECEITAS DE CAPITAL | 1.200.000,00 |
| | | | |
| 2400.00.00.00 | | Transferência de Capital | 1.200.000,00 |
| 2471.00.00 | | Transferência de Convênios da União e suas Entidades | 800.000,00 |
| 24.71.01.00 | 0.2.23.001101 | Convenio Ministério da Saúde | 800.000,00 |
| 2472.00.00 | | Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades | 400.000,00 |
| 2472.01.00 | 0.2.23.001115 | Convenio SDR - Saúde | 400.000,00 |
| | | | |
| | | TOTAL | 6.684.000,00 |
| | | | |
| | | TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.00 | 320.000,00 |
| | | TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.02 | 13.640.000,00 |
| | | | |
| | | TOTAL | 13.960.000,00 |
| | | | |
| | | TOTAL GERAL DA RECEITA CONSOLIDADA (SAÚDE) | 20.644.000,00 |
| | | | |
| | | RECEITA DO MUNICIPIO DE PAULO LOPES CONSOLIDADA | 99.164.000,00 |

| ESPEC. | FONTES DE RECURSOS (PREFEITURA) : | VALOR |
|---------------|---|---------------|
| 0.1.00.000000 | - Recursos Ordinários | 37.960.000,00 |
| 0.1.01.000000 | - 25 % Educação | 11.250.000,00 |
| 0.1.02.000000 | - 15 % Saúde | 13.640.000,00 |
| 0.1.17.000000 | - COSIP | 3.200.000,00 |
| 0.1.13.000000 | - Bombeiros | 160.000,00 |
| 0.1.29.000205 | - Transferências FNAS – PAIF/SUAS | 310.000,00 |
| 0.1.29.000206 | - Transferências FNAS – IGD/SUAS | 100.000,00 |
| 0.1.29.000207 | - Transferências FNAS – IGD/Bolsa Família | 73.000,00 |
| 0.1.29.000204 | - Transferências FNAS – PSE/SUAS | 15.000,00 |
| 0.1.29.000209 | - Transferência FNAS – FEAS/PSB | 220.000,00 |
| 0.1.15.000049 | - Transferências do Salário Educação | 1.550.000,00 |
| 0.1.15.000050 | - Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE | 62.000,00 |
| 0.1.15.000051 | - Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE | 300.000,00 |
| 0.1.15.000052 | - Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE | 70.000,00 |
| 0.1.15.000053 | - Transf. FNDE - PAR | 500.000,00 |
| 0.1.16.000000 | - Cota-Parte da CIDE | 130.000,00 |
| 0.1.22.001001 | - Transf. Transp. Escolar Estadual | 1.100.000,00 |
| 0.1.18.000000 | - Transferências de Recursos do FUNDEB - 60% | 8.220.000,00 |
| 0.1.19.000000 | - Transferências de Recursos do FUNDEB - 40% | 5.480.000,00 |
| 0.1.99.001003 | - Transf. de Instituições Privadas | 40.000,00 |
| 0.1.99.001002 | - Transf. de Pessoas/FIA | 20.000,00 |
| 0.1.24.000019 | - Multas por Infração da Legislação de Trânsito | 80.000,00 |
| 0.1.90.000024 | - Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo | 3.000.000,00 |
| 0.1.92.000029 | - Alienação de Móveis | 200.000,00 |
| 0.1.24.001136 | - Convênio FUNASA | 400.000,00 |
| 0.1.24.001108 | - Convênio Ministério do Planejamento | 1.000.000,00 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| | | |
|---------------|-----------------------------------|----------------------|
| 0.1.24.001102 | - Convênio Ministério das Cidades | 1.000.000,00 |
| 0.1.24.001113 | - Convênio STO | 200.000,00 |
| 0.1.24.001111 | - Convênio SOL | 1.000.000,00 |
| 0.1.24.001110 | - Convênio SDR | 1.000.000,00 |
| 0.1.24.001114 | - Convênio SSP | 200.000,00 |
| | TOTAL | 92.480.000,00 |

| ESPEC. | FONTES DE RECURSOS (FUNDO DE SAÚDE): | VALOR |
|---------------|--|---------------------|
| 0.2.14.002000 | - Transf. SUS - PAB Fixo | 834.000,00 |
| 0.2.14.002001 | - Transf. SUS – ESF | 700.000,00 |
| 0.2.14.002003 | - Transf. SUS – Saúde Bucal | 250.000,00 |
| 0.2.14.002002 | - Transf. SUS – ACS | 700.000,00 |
| 0.2.14.002004 | - Transf. SUS - MAC | 1.200.000,00 |
| 0.2.14.002011 | - Transf. SUS – Vigilância em Saúde | 110.000,00 |
| 0.2.14.002006 | - Transf. SUS - Vigilância Sanitária | 40.000,00 |
| 0.2.14.002008 | - Transf. SUS – Farmácia Básica | 280.000,00 |
| 0.2.14.002009 | - Transf. PMAQ | 800.000,00 |
| 0.2.14.002010 | - Transf. Saúde na Escola | 10.000,00 |
| 0.2.14.002012 | - Transf. NASF | 180.000,00 |
| 0.2.14.002013 | - Transf. SUS – Teste Rápido de Gravidez | 10.000,00 |
| 0.2.14.002502 | - Transf. SISVAN | 30.000,00 |
| 0.2.14.002015 | - Transf. Gestão do SUS | 20.000,00 |
| 0.2.14.002016 | - Transf. Rede de Serviços de Saúde | 20.000,00 |
| 0.2.23.001101 | - Convênio Ministério da Saúde | 800.000,00 |
| 0.2.23.001115 | - Convênio SDR - Saúde | 400.000,00 |
| 0.2.23.001011 | - Transf. Estado - Incentivo ESF | 300.000,00 |
| | | |
| | TOTAL | 6.684.000,00 |

| | | |
|--|--------------------|----------------------|
| | TOTAL GERAL | 99.164.000,00 |
|--|--------------------|----------------------|



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | | |
|---|------------|----------------|------|--------------|----------------|--|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | | |
| 0001 – PROCESSO LEGISLATIVO | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | | |
| O legislativo municipal, composto de nove vereadores, funciona atualmente em imóvel alugado, em andamento para construção de imóvel próprio, com autonomia financeira e apoio de 06 servidores. | | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | | |
| Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de projetos de leis, projetos de resoluções e indicações, discussões, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do legislativo municipal. | | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | | |
| Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar. | | | | | | |
| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE | |
| 01 – Manutenção do Poder Legislativo | Manutenção | Manutenção | 01 | 4.500.000,00 | 0.1.00.0000000 | |
| 02 – Construção da Sede da Câmara | Construção | M² | 1000 | 750.000,00 | 0.1.00.0000000 | |
| TOTAL | | | | 5.250.000,00 | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | | |
|---|------------|----------------|------|---------------------|---------------|--|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | | |
| 0002 – ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | | |
| O programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito e a Secretaria Municipal de Administração com o apoio do Controle Interno, contando com o Departamento de Licitações, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Patrimônio Público Municipal, bem como, a manutenção do prédio do Centro Administrativo Municipal, realizado pelos agentes de serviços gerais. Garantir a transparência dos atos públicos e a participação popular nos instrumentos de planejamento do Município. | | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | | |
| Coordenação e controle de audiências públicas realizadas, bem como as políticas públicas em defesa dos interesses do município; planejamento das ações da administração pública municipal para acompanhamento e avaliação das ações de governo. Realizar processos licitatórios de forma a garantir maior economicidade a administração pública municipal. Gerenciar a frequência, movimentação, remuneração dos servidores municipais; controle de cargos, cálculo das remunerações e obrigações patronais mensais. Cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais, juntamente com inventários periódicos dos bens considerando seus valores; controle de frota e conservação do patrimônio. Garantia de transparência nos atos públicos realizados pela administração. | | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | | |
| Melhorar, modernizar e ampliar, na medida do possível, os serviços públicos municipais oferecidos; praticar o princípio de transparência melhorando as ações planejadas e o controle das mesmas. Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços oferecidos pela administração, produzindo informações fidedignas e relevantes para a tomada de decisões. | | | | | | |
| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE | |
| 03 – Manutenção do Gabinete do Prefeito | Manutenção | Manutenção | 01 | 2.600.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 04 – Aquisição de Veículo – Gabinete | Veículo | Unidade | 01 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 05 – Manutenção da Secretaria de Administração | Manutenção | Manutenção | 01 | 6.400.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| | | | | 26.000,00 | 0.1.54.000000 | |
| | | | | 26.000,00 | 0.1.55.000000 | |
| | | | | 28.000,00 | 0.1.56.000000 | |
| | | | | 160.000,00 | 1.1.13.001138 | |
| 06 – Aquisição de Veículo – Secretaria | Veículo | Unidade | 01 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| TOTAL | | | | 9.440.000,00 | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | |
|---|----------------|-----------------------|-------------|---------------------|---------------|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | |
| 0003 -ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | |
| O programa descrito será executado pela estrutura da Secretaria Municipal de Finanças, incluindo o setor contábil e financeiro, cadastro imobiliário e tributação, arrecadação, pagamentos e registros patrimoniais. | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | |
| Atualização dos cadastros imobiliários e econômicos, lançamento e baixa dos tributos municipais, controle da dívida ativa, bem como sua cobrança, fiscalização tributária, de obras e arrecadação de tributos municipais. Pagamento de fornecedores, controle de saldos de caixa e bancos, registros contábeis dos atos e fatos que alteram o patrimônio público municipal; controle da aplicação dos recursos vinculados às suas diversas fontes, emissão de relatórios gerencias e apresentação de prestações de contas, conforme legislação vigente. | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | |
| Arrecadar os tributos de competência do Município; controlar os limites de gastos com pessoal, saúde e educação conforme legislação vigente; gerenciar os gastos públicos para melhorar o controle das despesas e realizar prestações de contas para os órgãos governamentais de fiscalização. | | | | | |
| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
| 07 – Manutenção da Secretaria de Finanças | Manutenção | Manutenção | 01 | 2.800.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 08 – Aquisição de Veículo - Secretaria | Veículo | Unidade | 01 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 2.900.000,00 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | | |
|--|---------------------------------|----------------|------|--|--|--|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | | |
| 0004 – EDUCAÇÃO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | | |
| <p>A Rede Municipal de Ensino atende atualmente 913 alunos matriculados na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A estrutura física é composta por 09 Unidades Escolares, 04 destas atendem as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental e 05 são de atendimento exclusivo da Educação Infantil. A Equipe de gestores é formada de 04 diretoras, 04 Secretárias de Unidade Escolar, 01 responsável por Escola. Professores são 27 da Educação Infantil, 24 de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 29 de Disciplinas Específicas, 13 Professores em atendimento da Inclusão, 02 Professores Readaptados, 04 estagiários, 01 Nutricionista, 02 professoras a Serviço da Coordenação Pedagógica, 02 professoras assessoras educacionais, 21 Agentes de Serviços Gerais e 13 Motoristas. O Transporte Escolar atende toda a demanda de estudantes da Rede Municipal e Estadual nas áreas urbanas e rurais. Além de atender com o Transporte Escolar Rodoviário alunos do Ensino Médio Técnico e Superior da Região da Grande Florianópolis. É importante ressaltar que a demanda de novas matrículas é crescente e ampliar a frota é uma necessidade. Possuímos atualmente na frota da Secretaria de Educação 03 vans, 02 micro-ônibus, 07 ônibus, 02 carros. Com a demanda crescente de matrículas é fulcral ressaltar que a manutenção do ensino passará por modificações constantes em todos os aspectos, entre eles, a capacitação e valorização dos profissionais, a ampliação e manutenção das estruturas físicas existentes. A Alimentação Escolar é garantida na sua diversidade e riqueza nutricional pelos profissionais responsáveis e acompanhada pela Nutricionista.</p> | | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | | |
| Ofertar vagas na Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino, planejando ações que atendam as metas do Plano Municipal de Educação proporcionando formação e valorização dos docentes e profissionais da educação. Investindo também nas estruturas físicas e no transporte escolar garantindo o atendimento dos alunos | | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | | |
| Garantir a oferta e o atendimento gratuito na Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino. Definir as estratégias que garantam as metas do Plano Municipal de Educação de forma gradativa e responsável. Investir na capacitação e valorização dos docentes para ofertar ensino de qualidade. Buscar recursos para melhorar e ampliar a estrutura e adequar com as normas de acessibilidade Escolas e Centros de Educação Infantil. Renovar a frota do transporte Escolar para proporcionar segurança e qualidade nos serviços prestados. | | | | | | |
| ACÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE | |
| 09 – Aquisição de veículos escolares – Ensino Fundamental | Veículo escolar | Unidade | 03 | 250.000,00 400.000,00 100.000,00 600.000,00 | 0.1.15.000053 0.1.19.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 | |
| 10- Aquisição de veículos escolares – Educação Infantil | Veículo escolar | Unidade | 03 | 100.000,00 200.000,00 200.000,00 | 0.1.19.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000015 | |
| 11 – Aquisição de terrenos | Terreno | M² | 2000 | 100.000,00 | 0.1.01.000000 | |
| | Construção, reforma e ampliação | M² | 500 | 250.000,00 500.000,00 | 0.1.15.000053 0.1.19.000000 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| | | | | | |
|---|---------------------------------|-------|-----|--------------|---------------|
| 12 – Construção, reforma e ampliação de Unidades Escolares – Ensino Fundamental | Construção, reforma e ampliação | M² | | 200.000,00 | 0.1.01.000000 |
| 13 - Construção, reforma e ampliação de Centros de Educação Infantil | Aluno atendido | Aluno | 500 | 480.000,00 | 0.1.19.000000 |
| 14 – Manutenção do Ensino Fundamental | | | 630 | 100.000,00 | 0.1.01.000000 |
| | | | | 6.165.000,00 | 0.1.18.000000 |
| | | | | 2.600.000,00 | 0.1.19.000000 |
| | | | | 200.000,00 | 0.1.15.000049 |
| | | | | 400.000,00 | 0.1.00.000000 |
| | | | | 7.600.000,00 | 0.1.01.000000 |
| | | | | 62.000,00 | 0.1.15.000050 |
| 15 – Manutenção da Educação Infantil | Aluno atendido | Aluno | 450 | 2.055.000,00 | 0.1.18.000000 |
| | | | | 800.000,00 | 0.1.19.000000 |
| | | | | 100.000,00 | 0.1.15.000049 |
| | | | | 1.600.000,00 | 0.1.01.000000 |
| | | | | 100.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 16 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos | Aluno atendido | Aluno | 100 | 100.000,00 | 0.1.01.000000 |
| 17 - Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental | Aluno atendido | Aluno | 630 | 164.600,00 | 0.1.15.000051 |
| | | | | 320.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 18 – Manutenção da Merenda Escolar – Educação Infantil | Aluno atendido | Aluno | 450 | 100.000,00 | 0.1.15.000051 |
| | | | | 200.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 19 – Manutenção da Merenda Escolar – Educação de Jovens e Adultos | Aluno atendido | Aluno | 100 | 50.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 20 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental | Aluno atendido | Aluno | 630 | 800.000,00 | 0.1.01.000000 |
| | | | | 400.000,00 | 0.1.19.000000 |
| | | | | 300.000,00 | 0.1.15.000049 |
| | | | | 50.000,00 | 0.1.15.000052 |
| | | | | 800.000,00 | 0.1.22.000000 |
| 21 – Manutenção do Transporte Escolar – Educação Infantil | Aluno atendido | Aluno | 450 | 400.000,00 | 0.1.01.000000 |
| | | | | 200.000,00 | 0.1.19.000000 |
| | | | | 150.000,00 | 0.1.15.000049 |
| | | | | 20.000,00 | 0.1.15.000052 |
| | | | | 300.000,00 | 0.1.22.000000 |



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

| | | | | | |
|--|----------------|-------|-----|----------------------|---------------|
| 22 - Manutenção do Transporte Escolar – Educação de Jovens e Adultos | Aluno atendido | Aluno | 100 | 50.000,00 | 0.1.01.000000 |
| 23 – Apoio ao Deficiente | Aluno atendido | Aluno | 70 | 200.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 24 – Manutenção da Merenda Escolar – Apoio ao deficiente | Aluno Atendido | Aluno | 70 | 60.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 29.626.000,00 | |

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0005 – ESPORTE É SAÚDE – CULTURA É LAZER

DIAGNÓSTICO

Por possuir apenas um ginásio de esportes há a necessidade de construção de mais aparatos esportivos nos bairros onde é crescente o número de jovens. Também é necessário criar condições para apoio ao esporte amador, modernização do campo de futebol suíço do município e incentivo a prática de outras modalidades esportivas.

DIRETRIZES

Desenvolver condições para a promoção de eventos esportivos no município; construção de novos espaços para a prática de esportes e incentivar os desportistas do município na propagação desta prática, desenvolvendo hábitos saudáveis, aliando cultura e lazer.

OBJETIVOS

Estimular a prática esportiva como inclusão social; fomentar o esporte de rendimento para a descoberta de novos talentos; promover competições de modo a integrar os bairros, afastando os jovens da possibilidade das drogas; estimular idosos à prática esportiva como forma de manutenção da saúde, realizando ações antiesedentarismo.

| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
|--|------------------|-----------------------|-------------|----------------------------|--------------------------------|
| 25 – Construção e reforma de Ginásio de Esportes – (Construção no Bairro Penha e reforma do Ginásio Osníção) | Equipamentos | M² | 02 | 1.000.000,00 100.000,00 | 0.1.24.001111 0.1.00.000000 |
| 26 – Construção de praça de lazer (incluindo pista de skate e quadra de futsal) | Equipamentos | M² | 01 | 500.000,00 100.000,00 | 0.1.24.001110 0.1.00.000000 |
| 27 – Construção de Centro Esportivo Municipal Multiuso | Centro Esportivo | M² | 01 | 500.000,00 100.000,00 | 0.1.24.001110 0.1.00.000000 |
| 28 – Apoio ao esporte amador | Atleta | Unidade | 600 | 600.000,00 | 0.1.00.000000 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| | | | | |
|--|------------|----|---------------------|---------------|
| 29 – Manutenção da Secretaria de Cultura e Lazer | Manutenção | 01 | 240.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | 3.140.000,00 | |

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PLANO PLURIANUAL 2018/2011

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0006 – PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

DIAGNÓSTICO

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei. Em nosso Município há o Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública municipal, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população para mandato de 4 (quatro) anos. Há necessidade de desenvolver ações para melhorar a política de proteção às crianças e adolescentes do município, promovendo a intersectorialidade nos diversos setores do Município, envolvendo o Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e as famílias em risco social. Dentre as medidas de proteção que o conselho pode aplicar uma delas é o acolhimento institucional, fato que requer comunicado *incontinenti* ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

DIRETRIZES

Requisição de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Prevenção de situações de risco e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

OBJETIVOS

Atender as crianças, adolescentes e suas famílias nos casos de violação de direitos. Realizar ações de prevenção de risco social. Assegurar a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes em conformidade com as medidas de proteção.

| ACÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------|-------------------|---------------|
| 30 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; | Criança e Adolescente | Família atendida | 150 | 200.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 31 – Pagamento de Conselheiros Tutelares. | Conselheiro Tutelar | Conselheiro | 05 | 480.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 680.000,00 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | | |
|---|------------|------------------|------|--------------|---------------|--|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | | |
| 0007 – ASSISTÊNCIA SOCIAL – BEM QUERER SOCIAL | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | | |
| No que se refere a política da Assistência Social o município de Paulo Lopes apresenta situações de vulnerabilidade e risco social em diversos bairros, alguns casos pulverizados (pobreza, baixa escolaridade, trabalhos informais, desemprego, problemas habitacionais e de saneamento básico). Há uma comunidade quilombola no município que requer atenção devido ao contexto social e histórico. Evidencia-se baixo índice de - IDH 0,716. Existem 444 famílias que possuem cadastro único, e destas, 34 % em situação de extrema pobreza sendo, 194 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A Secretaria disponibiliza a população em risco e vulnerabilidade social atendimentos da Proteção Social Básica no CRAS (PAIF e SCFV), Proteção Social Especial, atendimentos relativos a gestão de Cadastro Único e Programa Bolsa Família e Gestão da Assistência Social. | | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | | |
| Atendimento individualizado e coletivo às famílias através de visitas domiciliares, grupos e atendimento psicossocial. Prevenção de risco social por meio de campanhas e ações coletivas de sensibilização da comunidade. Convivência social e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por meio de grupos de diferentes faixas etárias. Articulação Intersetorial com as políticas públicas e com a sociedade civil organizada. | | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | | |
| Aprimorar e fortalecer as ações do SUAS no município; proporcionar atendimentos qualificados às famílias; prevenir e reduzir as situações de risco social; contribuir na melhoria da qualidade de vida das famílias em vulnerabilidade social e fortalecer sua função protetiva. Fortalecer ações intersetoriais atuando de forma articulada com outras políticas públicas; apoiar os clubes de mães e Conselhos Comunitários. | | | | | | |
| ACÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE | |
| 32 – Aquisição de veículo | Veículo | Unidade | 01 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 33 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social | Manutenção | Manutenção | 01 | 1.400.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 34 – Manutenção do Bloco de Proteção Social Básica - Serviço de proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Serviço de Proteção Social Básica para pessoas com deficiência e idosos | Manutenção | Família atendida | 500 | 310.000,00 | 0.1.29.000205 | |
| | | | | 220.000,00 | 0.1.29.000209 | |
| 35 – Manutenção do Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade | Manutenção | Família atendida | 200 | 15.000,00 | 0.1.29.000208 | |



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

| | | | | | |
|---|-----------------|--------------------------------|-----|---------------------|---------------|
| - Serviço de Proteção Especial para Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias | Manutenção | Família atendida | 30 | 10.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 36 – Manutenção da Proteção Especial de Alta Complexidade | Manutenção | Capacitação | 40 | 100.000,00 | 0.1.29.000206 |
| - Serviço de acolhimento institucional | | | | | |
| 37 – Manutenção da Gestão do SUAS | Manutenção | Capacitação | 01 | 73.000,00 | 0.1.29.000207 |
| - Capacitação dos Profissionais do SUAS | | | | | |
| - Apoio a organização e gestão do SUAS | | | | | |
| - Fortalecimento do controle social | | | | | |
| - Apoio aos Clubes de Mães e Conselhos Comunitários | | | | | |
| 38 – Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único | Manutenção | | | | |
| - Apoio a Organização e Gestão do Programa Bolsa família e do Cadastro Único | | | | | |
| - Fortalecimento do Controle Social | | | | | |
| 39 – Manutenção do Benefício Eventual | Manutenção | Manutenção | 300 | 320.000,00 | 0.1.00.000000 |
| - Auxílio Natalidade; | | | | | |
| - Auxílio Funeral; | | | | | |
| - Cestas Básicas | | | | | |
| 40 – Programa de Atenção ao Idoso | Idoso integrado | Idoso | 300 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 41 – Manutenção do Programa BPC da Escola | Manutenção | Criança e adolescente atendido | 100 | 10.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 2.658.000,00 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | |
|--|------------|------------------|------|-------------------|---------------|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | |
| 0008 – HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL: COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | |
| A política de habitação deve trabalhar de forma articulada com as demais políticas e/ou instituições voltadas ao desenvolvimento das áreas urbanas e rurais, com o objetivo de promover a universalização do acesso a moradia. O déficit de habitação no município, conforme dados do IBGE/2010 chega a aproximadamente 27 moradias, localizadas na área urbana e 35 na área rural e comunidades tradicionais. A manutenção do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social é importante na medida em que os recursos serão destinados exclusivamente à população de baixa renda, e também porque abrange questões relevantes como a saúde pública dessa camada da população. | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | |
| Construção de casas populares em terreno do próprio beneficiário; construção de casas populares em terrenos doados pela prefeitura, partindo de convênios do estado e união; construção de casas populares em áreas demarcadas pelo INCRA; aluguel social; saneamento básico; melhoria e reforma de unidades habitacionais. | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | |
| Promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda e eliminar o déficit habitacional municipal. Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios na área de saneamento básico e de melhoria e reforma de unidades habitacionais. | | | | | |
| ACÕES | PRODUTO | UNIDADE/MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
| 42 – Construção de Casas populares | Casa | Unidade | 50 | 300.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 43 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - Regularização fundiária - Aluguel social - Melhoria e reformas de habitações - Saneamento básico | Manutenção | Família atendida | 300 | 200.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 500.000,00 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | | |
|--|---------------|----------------|--------|--------------|---------------|--|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | | |
| 0009 – INFRAESTRUTURA PARA TODOS | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | | |
| O município de Paulo Lopes possui 449,67 km² de extensão e com 7.282 habitantes - segundo o IBGE/2016. Também possui, aproximadamente, 2.000 construções, vias urbanas pavimentadas e vias rurais não pavimentadas. A coleta de lixo é realizada pelo município, mas o destino final é realizado no Município de Biguaçu. Há necessidade de manter e melhorar a iluminação pública existente, ampliar e melhorar os serviços de limpeza pública, pavimentação de mais ruas e sinalização das mesmas, bem como, a manutenção das existentes. Há necessidade da instalação do serviço de saneamento básico no município. | | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | | |
| Realização de coleta de lixo; ampliação dos serviços de manutenção e limpeza pública; manutenção dos serviços de iluminação pública em parceria com a CERPALO; manutenção e conservação de ruas pavimentadas e não pavimentadas; manutenção da rede d'água dos bairros não atendidos pela CASAN e busca de convênios para a instalação do saneamento básico no município. | | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | | |
| Realizar coleta de lixo; ampliar os serviços manutenção de limpeza pública; manter e ampliar os serviços de iluminação pública, pavimentar ruas, manter a rede d'água do município, criar condições para instalação dos serviços de saneamento básico. | | | | | | |
| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE | |
| 44 – Manutenção e melhoria da iluminação pública | Ponto de luz | Unidade | 2000 | 3.200.000,00 | 0.1.17.000000 | |
| 45 – Manutenção da Limpeza Pública | Lixo coletado | Tonelada | 1000 | 200.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 46 – Pavimentação de Ruas | Ruas | M² | 10.000 | 2.200.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| | | | | 1.000.000,00 | 0.1.24.001102 | |
| | | | | 200.000,00 | 0.1.24.001113 | |
| | | | | 400.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| | | | | 3.000.000,00 | 0.1.90.000000 | |
| 47 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários | Equipamentos | Unidade | 05 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| | | | | 200.000,00 | 0.1.92.000000 | |
| 48 – Construção de Pontes | Ponte | M² | 500 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 49 – Sinalização de Vias Públicas | Sinalização | Sinalização | 100 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 50- Saneamento Básico | Saneamento | M² | 1000 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| 51- Manutenção da Secretaria de Obras | Manutenção | Manutenção | 01 | 5.400.000,00 | 0.1.00.000000 | |
| | | | | 130.000,00 | 0.1.16.000000 | |
| 52 – Manutenção da Rede D'água | Manutenção | Manutenção | 10 | 420.000,00 | 0.1.00.000000 | |



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

| | | | | | |
|--|------------|------------|------|----------------------|---------------|
| 53 – Manutenção do Saneamento Básico | Manutenção | Manutenção | 1000 | 100.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 54 – Instalação de Câmeras de Segurança | Câmera | Unidade | 10 | 40.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 55 – Construção de Centro de Triagem de Resíduos Sólidos | Construção | M² | 500 | 200.000,00 | 0.1.24.001114 |
| TOTAL | | | | 17.190.000,00 | |

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0010 – AGRICULTURA FORTE – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIAGNÓSTICO

O município de Paulo Lopes possui 59% de sua extensão territorial dentro da Unidade de Proteção Integral Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Beleza cênica ímpar, com morros, encostas, planícies, rios, praia. Possuidor das principais nascentes responsáveis pelo abastecimento públicos das duas metrópoles do entorno: Florianópolis e Tubarão. À 50 km do Porto de Imbituba. Cortada pela BR101, principal via de ligação rodoviária do Mercosul. A principal fonte de renda do município vem de origem agropecuária, sendo destaque a rizicultura, pecuária de corte e pluriatividades agrícolas nas pequenas propriedades rurais.

DIRETRIZES

Atender através de assistência técnica e políticas públicas, o produtor rural do município, tendo como público prioritário o pequeno agricultor familiar, com o foco em ações socioambientais: respeito à aptidão local para geração de renda, e estímulo à uma produção ambientalmente menos impactante.

OBJETIVOS

Desenvolver a atividade agropecuária com foco nas principais atividades agrícolas já praticadas no município (mandioca/aipim, cana, milho, gado de corte e leite, hortaliças) e/ou com mercado estabelecido no local, porém abastecido por outros municípios. Recuperar vegetação ciliar de forma a minimizar problemas de assoreamento dos rios e lagoa do Ribeirão, diminuir a limpeza de braquiária do rio, melhorar a qualidade da água e facilitar o escoamento de água em época de enchentes.

| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
|--|----------------|-----------------------|-------------|---------------------|----------------------|
| 56 – Aquisição de Equipamentos Agropecuários | Equipamento | Unidade | 04 | 200.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 57 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio | Manutenção | Manutenção | 01 | 400.000,00 | 0.1.24.001103 |
| TOTAL | | | | 1.800.000,00 | 0.1.00.000000 |
| | | | | 2.400.000,00 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | |
|--|------------|----------------|------|-------------------|---------------|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | |
| 0011 – TURISMO SUSTENTÁVEL – MEIO AMBIENTE PROTEGIDO | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | |
| O município de Paulo Lopes possui um potencial turística a ser explorado. Com natureza exuberante e mata atlântica protegida, poderá desenvolver o ecoturismo e o turismo rural como formas de preservar o meio ambiente, gerando dividendos aos moradores das propriedades com potencial que poderá ser explorado. | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | |
| Desenvolver ações socioambientais e políticas de preservação dos mananciais de água do município, assim como, estimular a produção ambientalmente menos impactante para que gerações futuras possam disfrutar de um meio ambiente preservado; atender com políticas públicas os pretensos investidores do ecoturismo e do turismo rural. | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | |
| Organizar o turismo de base comunitária; aproveitar o potencial natural da região; atender a legislação ambiental vigente. | | | | | |
| ACÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
| 58 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente - Promoção de Infraestrutura - Implantação de mata ciliar | Manutenção | Manutenção | 01 | 300.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 300.000,00 | |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES | | | | | |
|---|----------------------|----------------|------|------------|---------------|
| PLANO PLURIANUAL 2014/2017 | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | |
| 0000 – OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | |
| Neste programa encontram-se globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas, pagamentos de inativos pelo tesouro municipal e contribuição ao PASEP. | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | |
| Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e financiamentos, com inativos e pensionistas e contribuição às entidades municipalistas. | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | |
| Dispor de assessoria técnica e fortalecer o movimento municipalista nacional, estadual e regional. | | | | | |
| ACÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
| 59 – Contribuição a Entidades Municipalistas | Entidade Beneficiada | Unidade | 03 | 600.000,00 | 0.1.00.000000 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| | | | | | |
|--|---------|---------|----|---------------------|---------------|
| 60 – Amortização de Encargos da Dívida | Dívidas | Dívidas | 01 | 1.800.000,00 | 0.1.00.000000 |
| 61- Contribuição ao PASEP | PASEP | PASEP | 01 | 700.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 3.100.000,00 | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.

PROGRAMA

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNÓSTICO

DIRETRIZES

OBJETIVOS

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE |
|------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------|------------------|---------------|
| 99 – Reserva de Contingência | Reserva de Contingência | Reserva de Contingência | 01 | 40.000,00 | 0.1.00.000000 |
| TOTAL | | | | 40.000,00 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| MUNICÍPIO DE PAULO LOPES | | | | | | |
|---|----------------|-----------------------|-------------|---|---|--|
| PLANO PLURIANUAL 2018/2021 | | | | | | |
| ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO. | | | | | | |
| PROGRAMA | | | | | | |
| 0012 - SAÚDE PREVENTIVA – COMPROMISSO COM O FUTURO | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | | |
| A rede de atenção à saúde do município de Paulo Lopes conta com 03 Unidades Básicas de Saúde, 03 Equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), 03 Equipes de Saúde Bucal (ESB), 17 Agentes Comunitários de Saúde, que desenvolvem a atenção básica no município. A atenção primária é realizada por equipe de urgência e emergência, contando com 01 médico Clínico Geral, 02 enfermeiras, 04 técnicos de enfermagem. O serviço de imunização municipal é oferecido nas Unidades Central e Penha. Os serviços de especialidades oferecidos no município são: Ginecologia, Pediatria, Fisioterapia e Psicologia. Contamos com o atendimento de farmácia básica. Ofertamos atendimento de média complexidade como: exames de eletrocardiograma, laboratoriais e procedimentos de pequenas cirurgias. O atendimento de psiquiatria é desenvolvido através do Programa Saúde Mental. O tratamento fora do domicílio (TFD) é realizado diariamente contando com: 02 ambulâncias, 02 Vans e 04 veículos leves. | | | | | | |
| DIRETRIZES | | | | | | |
| Organização da Atenção Básica com garantia de acesso e qualidade do SUS, garantindo a população serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado, aprimorando a atenção à saúde local. | | | | | | |
| OBJETIVOS | | | | | | |
| Possibilitar acesso da população aos serviços públicos de saúde, assegurando a execução das políticas de saúde, por meio de gestão descentralizada com o desenvolvimento de estratégias voltadas para o trabalho de promoção e prevenção da saúde. Buscando assegurar transparência na aplicação dos recursos públicos. | | | | | | |
| AÇÕES | PRODUTO | UNIDADE MEDIDA | META | VALOR | FONTE | |
| 62 - Construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) | UBS | M² | 01 | 200.000,00 800.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.23.001101 | |
| 63 – Ampliação e reforma das Unidades Básicas de Saúde (UBS) | UBS | M² | 03 | 200.000,00 400.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.23.001115 | |
| 64 – Aquisição de Equipamentos | Equipamento | Unidade | 05 | 200.000,00 | 0.1.02.000000 | |
| 65 – Aquisição de veículos | Veículos | Unidade | 04 | 200.000,00 | 0.1.02.000000 | |
| 66 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | Manutenção | Manutenção | 01 | 9.500.000,00 834.000,00 10.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.14.002000 0.2.14.002010 | |
| | | | | 320.000,00 10.000,00 | 0.1.00.000000 0.2.14.002013 | |
| 67 – Manutenção do Programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF) | Manutenção | Manutenção | 03 | 2.000.000,00 1.000.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.14.002001 | |
| | Manutenção | Manutenção | 03 | 800.000,00 | 0.2.14.002009 | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES



| | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|--|------------|----|--------------------------------------|---|
| 68 - Manutenção do Programa da Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 03 | 200.000,00 250.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.14.002003 |
| 69 - Manutenção do Programa Saúde Bucal (ESB) | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 03 | 800.000,00 700.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.14.002002 |
| 70 - Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde (PACS) | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 01 | 40.000,00 1.200.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.14.002004 |
| 71- Manutenção do Bloco Média e Alta Complexidade (MAC) - Atendimento ao Deficiente - Exames e consultas de Média e Alta Complexidade | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 02 | 60.000,00 40.000,00 110.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.14.002006 0.2.14.002011 |
| 72 - Manutenção da Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica - Vigilância Sanitária | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 01 | 240.000,00 280.000,00 | 0.1.02.000000 0.2.14.002008 |
| 73 - Manutenção da Assistência Farmacêutica | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 02 | 180.000,00 | 0.2.14.002012 |
| 74 – Manutenção do NASF | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 01 | 20.000,00 | 0.2.14.002015 |
| 75 – Manutenção da Gestão do SUS | Equipamentos | Equipamentos | | Unidade | 05 | 20.000,00 | 0.2.14.002016 |
| 76 – Rede de Serviços de Saúde | Manutenção | Manutenção | | Manutenção | 01 | 30.000,00 | 0.2.14.002502 |
| 77 – Manutenção do SISVAN | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | 20.644.000,00 | |

Penha

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DATA DE ABERTURA PP Nº 048/2017 - PMP

| |
|---|
| MUNICÍPIO DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO |
|---|

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2017 – MULTIENTIDADE - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017 - PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos de processamento de dados (microcomputadores, notebooks, monitores, nobreaks, storage, switch e roteador) e materiais de processamento de dados (cabo de rede e conectores) e racks, para atender necessidades das Secretarias, Procuradoria Geral, Controladoria Interna, Fundação, Fundos Municipais e Polícia Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Em decorrência de feriado nacional na data de 12/10/2017 e ponto facultativo na Prefeitura na data de 13/10/2017 conforme Decreto Municipal 3.126/2017, a data de entrega dos envelopes e abertura da sessão pública fica prevista para o dia 19/10/2017 às 9:30 horas. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, localizado na Secretaria de Administração de Penha, sita à Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina, das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30 horas, telefone: (047) 3345-0200 ou através do site penha.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios - DOM - diariomunicipal.sc.gov.br.

Penha, 06 de outubro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO
Secretário de Administração

LEANDRO DE LIMA DE BORBA
Pregoeiro Oficial

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Objeto: O objeto da presente chamada pública consiste no credenciamento, nas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, de leiloeiros públicos devidamente credenciados pela Junta Comercial, para realização, mediante contratos específicos, de leilões públicos, presenciais ou eletrônicos, para venda de bens móveis inservíveis ao município de Penha/SC, incluindo nesta contratação o levantamento dos bens, avaliação, a elaboração e publicação do edital, a divulgação (propaganda e marketing) do leilão, a realização do leilão, bem como, todos os procedimentos decorrentes do mesmo, tais como: atas, relatórios e recibos de arrematação e conclusão.

A data e horário da Reunião de Credenciamento e entrega dos envelopes com a documentação para credenciamento dos leiloeiros interessados será no dia 01/11/2017 às 14 horas.

Local: Paço da Prefeitura Municipal de Penha (antessala do Gabinete do Prefeito) situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite – Presidente da CPL.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 06 de outubro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº3215/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40,41,42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 11 DA LEI MUNICIPAL 2847 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº3215/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40,41,42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 11 DA LEI MUNICIPAL 2847 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), conforme art.11 da Lei Municipal nº 2847/16 de 20 de dezembro de 2016, como segue:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 07 – Departamento de Trânsito

Programa de Trabalho: 06.181.0016

Atividade: 2.050 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Trânsito

Fonte de Recursos: 0056 – Recursos Vinculados – Convênio Trânsito Prefeitura

3.3.90.00.00.00.00.00/155 – Aplicações Diretas R\$- 55.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrão à conta do provável excesso de arrecadação do exercício presente, conforme Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, referente à fonte de recurso, 0056 – Recursos Vinculados – Convênio Trânsito Prefeitura, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 05 de outubro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017 - PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017-PMP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para futura prestação de serviços gráficos para confecção e impressão de CARNÊS DE IPTU, TFFE/TFLE, ISS FIXO E ALVARÁ SANITÁRIO (TVS) do Município de Penha/SC, referente ao exercício de 2018, atendendo solicitação do Departamento de Tributação e Cadastro, conforme solicitação nº 1138/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Entrega dos Envelopes: 24/10/2017 até as 14:30h, no Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração, situado a Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 24/10/2017 às 14:30h, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 06 de outubro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de recarga de gás P13 e P45 e casco de botijão de gás P13 e P45 para atender necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município, conforme solicitação nº 637/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Data de Entrega dos Envelopes: 24/10/2017 às 9:30 horas

Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.

Abertura do Processo: 24/10/2017 às 9:30 horas

Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 06 de outubro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL 85/2017 PREGÃO PRESENCIAL 35/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Processo de Licitação 85/2017 – Pregão Presencial 35/2017.

Fica alterado a tabela do Anexo II do Edital: Licenciamento de uso dos aplicativos bem como fica alterada a data de abertura do processo.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 09h do dia 24/10/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h45min do dia 24/10/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 06 de Outubro de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2017

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27/10/2017 licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 021/2017, visando a contratação de empresa para execução de obra de engenharia, consistente na construção de estrutura em madeira, na forma dos Projetos Técnicos aprovados através da Portaria nº 369/2017. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 27/10/2017 até as 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 08:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC 03 DE OUTUBRO DE 2017

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO 4681

DECRETO Nº 4.681, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA A UNIFICAÇÃO DE ÁREAS DE TERRAS URBANAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pedro Rabuske, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, e art. 1º da Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a Unificação das matrículas nºs 7.519, 7.542, 7.543, 7.544, 7.545, 7.546, 7.547, 7.548, 7.549, 7.550, 7.551, 7.655 e 7.659, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Antonio Denardi, Bairro Tranquilo Guzzi, Município de Pinheiro Preto-SC, de propriedade do Município de Pinheiro Preto, inscrito no CNPJ sob nº 82.827.148/0001-69, conforme Processo Administrativo nº 09/2017, registrado à fl. 10, do livro 14.

Art. 2º Relação das Áreas da presente unificação.

Matrícula 7.519 Área Institucional Quadra-03= Área 6.493,06m²

Matrícula 7.542 Lote 01 Q-06= Área 290,00m²

Matrícula 7.543 Lote 02 Q-06= Área 290,00m²

Matrícula 7.544 Lote 03 Q-06= Área 240,00m²

Matrícula 7.545 Lote 04 Q-06= Área 240,00m²

Matrícula 7.546 Lote 05 Q-06= Área 240,00m²

Matrícula 7.547 Lote 06 Q-06= Área 290,00m²

Matrícula 7.548 Lote 07 Q-06= Área 290,00m²

Matrícula 7.549 Lote 08 Q-06= Área 240,00m²

Matrícula 7.550 Lote 09 Q-06= Área 240,00m²

Matrícula 7.551 Lote 10 Q-06= Área 240,00m²

Parte Da Matrícula 7.655 Rua "B" = Área 624,00m²

Parte Da Matrícula 7.659 Rua "F" = Área 780,00m²

Área Total Unificada = 10.497,06m²

Art. 3º A presente unificação fica aprovado com os seguintes limites, características e confrontações, como segue:

I - Área Total Unificada (Matrículas supracitadas) = 10.497,06m²

Ao Nordeste: Confronta-se com a Rua "G", com Distância de 77,00m e azimuth 128°19'38";

Ao Sudoeste: Confronta-se com a Rua "D", com distância de 70,70m e azimuth 308°19'38";

Ao Noroeste: Confronta-se com a Rua "C", com distância de 92,00 e azimuth 38°19'38",

Ao Sudeste: Confronta-se com Área de preservação permanente "01" (Matrícula 7.612) com distância de 52,00m e azimuth 218°19'38", e com Área de preservação permanente 02(Matricula 7.520) em dois planos, um com distância de 5,00m e azimuth 308°19'38 e outro por linha sinuosa com distância de 93,62m e azimuth Variável de 219°09'32;

II - Área da Rua "B" (mat. 7.655) menos área Unificada = 2.256,00m2

Ao Nordeste: Confronta-se com Lenir Tomazzi Varela (mat.4.360) com Distância de 12,00m e azimuth 128°19'38";

Ao Sudoeste: Confronta-se com a Área Institucional 01(Unificada), com distância de 12,00m e azimuth 308°19'38";

Ao Noroeste: Confronta-se com a Rua "G", com distância de 12,00 e azimuth 38°19'38", com os lotes 07 e 06 da Quadra 08 com distância de 20,00m cada e azimuth 38°19'38", com a Rua "H" com 12,00m e azimuth 38°19'38", com os lotes 07 e 06 da Quadra 10 com distância de 20,00m cada e azimuth 38°19'38", com a Rua "I" com 12,00m e azimuth 38°19'38", com os lotes 07 e 06 da Quadra 13 com distância de 20,00m cada e azimuth 38°19'38", com a Rua "J" com 12,00m e azimuth 38°19'38" e com o lote 05 da Quadra 15 com distância de 20,00m a e azimuth 38°19'38";

Ao Sudeste: Confronta-se com o lote 01 da Quadra 12 com distância de 25,10m e azimuth 218°19'38", com lote 02 com distância de 42,90m e azimuth 218°19'38 com os lotes 03,04,05,06,07,08,09,10,11 com distância de 12,00m cada e azimuth 218°19'38";

III - Área da Rua "F" (mat. 7.655) menos área Unificada = 1.061,63m²

Ao Nordeste: Confronta-se com o lote 01 da Quadra 07 com distância de 13,84m azimuth 128°19'38 e com os Lotes 14,13,12,11,10 com distância de 12,00m cada e azimuth 128°19'38", com Lote 09 com distância de 14,50m azimuth 128°19'38 e com a Rua "C" com 15,00m e azimuth 128°19'38";

Ao Sudoeste: Confronta-se com o lote 02 da Quadra 05 com distância de 24,44m azimuth 308°19'38 e com os Lotes 03,04,05e06 com distância de 12,00m cada e azimuth 308°19'38", com Lote 07 com distância de 14,50m azimuth 308°19'38 e com a Rua "C" com 15,00m e azimuth 308°19'38";

Ao Noroeste: Confronta-se com a Faixa de Dominio da Rodovia SC-135 com 12,00m;

Ao Sudeste: Confronta-se com a Área Institucional 01(Unificada), com distância de 12,00m e azimuth 38°19'38;

Art. 4º Fazem parte deste Decreto os seguintes anexos:

I - Anexo I contendo o memorial descritivo; e

II - Anexo II contende a planta.

Art. 5º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará autorizado a efetuar o registro da unificação das áreas.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 04 de outubro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.681, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

ANEXO I

Memorial Descritivo

DECRETO Nº 4.681, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

ANEXO II

Planta

PORTARIA 378

PORTARIA N. 378 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA EXERCER FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE "MOTORISTA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o operador do Caminhão distribuidor de adubo liquido encontra-se em licença para tratamento de saúde;

Considerando o ofício 025/2017 do Secretário de agricultura;

Considerando ser imprescindível a continuidade destes serviços, que beneficiam diretamente os produtores rurais do município;

Considerando que o servidor DIRCEU RABUSKE possui conhecimento e condições técnicas para operar o caminhão,

RESOLVE:

Art. 1º Designar DIRCEU RABUSKE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator Agrícola, para acumular em caráter temporário a função de "Motorista".

Art. 2º - Apresente designação se inicia nesta data e seu término se dará com o retorno do servidor afastado.

Art. 3º - A acumulação restringe-se unicamente as funções dos cargos mencionados, sendo que o vencimento a ser pago será apenas o do cargo de Motorista, por ser o de maior valor, respeitando assim a vedação constitucional de acumulação de cargos vencimentos e proventos

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de outubro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 369, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 369, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

APROVA PROJETO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA PARA O PAIOL DO NONO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o projeto básico de Obra em estrutura em madeira para o Paiol do Nono na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Planta baixa/ cortes/ cobertura/ cobertura – Prancha 01;

II – ANEXO II: Memorial Descritivo,

III – ANEXO III: Planilha de Orçamento Global;

IV – ANEXO IV: Cronograma físico- financeiro;

V – ANEXO V: QCI – Quadro de Composição do Investimento;

VI – ANEXO VI: Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

Art. 2º Fica determinado à comissão de licitação, providências para lançar o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 29 de setembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 370, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 370, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o projeto básico de obra de engenharia – construção de ponto de ônibus (pipa de vinho), na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Projeto Estrutural – Base de concreto – Prancha 01;

II – ANEXO II: Memorial Descritivo;

III – ANEXO III: Planilha de Orçamento Global;

IV – ANEXO IV: Cronograma físico- financeiro;

V – ANEXO V: Quadro de Composição do Investimento - QCI;

VI – ANEXO VI: Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;

Art. 2º Fica determinado à comissão de licitação, providências para lançar o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 29 de setembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 371, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 371, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

APROVA PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA REFERENTE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o projeto básico de engenharia para construção de passeios com acessibilidade, na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Planta – situação/seção transversal/ detalhe meio fio/ detalhe rampa/ localização/legenda – Prancha 01;

II – ANEXO II: Planta - detalhamento calçadas – Prancha 02;

III – ANEXO III: Memorial Descritivo;

IV – ANEXO IV: Planilha de Orçamento Global;

V – ANEXO V: Cronograma físico-financeiro;

VI – ANEXO VI: Quadro de Composição do Investimento - QCI;

VII – ANEXO VII: Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

Art. 2º Fica determinado à comissão de licitação, providências para lançar o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 02 de outubro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE ANULAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 008/2017

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 006/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 49 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, DECIDE ANULAR DE OFICIO todos os atos que constam no Processo Administrativo Nº 008/2017 que culminou com o Processo Licitatório Nº 006/2017 na modalidade de Dispensa de Licitação, para Aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS para a Secretaria Adm. da Câmara de Vereadores, Item 01 - 01 UND - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA / Item 02 - 03 UND - CARTUCHOS EXTRA RENDIMENTO 12.000 FOLHAS / Item 03 - 01 UND - TRANSFORMADOR COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DA IMPRESSORA. Tendo em vista o Parecer Jurídico, que após análise dos autos, entendeu-se que a insuficiência de informações no que tange as especificações dos itens 02 e 03, poderia distorcer os valores orçados, obstando a comparação pelo menor preço, na qual traria prejuízo para a Administração. Diante do exposto, arquivou-se Processo Licitatório Nº 06/2017 na modalidade de Dispensa de Licitação e determina a devida publicação do termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Pinheiro Preto - SC, 18 de setembro de 2017.

Kelvin Brocardo

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA N. 450/2017

PORTARIA Nº 450/2017

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

SANDRA APARECIDA BUHL, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua Guilhermina Ko Freitag, nº47, na cidade de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R-1.882.425, e do CPF nº 573.415.919-00, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Tributos, ADICIONAL DE 5% POR TEMPO DE SERVIÇO, conforme disposto no artigo 90 da Lei Complementar 65/15, a partir do mês de outubro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 02 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 453/2017

PORTARIA Nº453/2017

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017 e conforme solicitação da Secretaria de Educação e Esportes através do ofício nº 362/0017, de 27 de setembro de 2017.

CONTRATA

MARISTELA BEAL DA ROSA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Erich Schwltz, cidade e município de Marcelino Ramos-RS, portadora da carteira de identidade nº3082846894 e CPF sob o nº007.086.810-77, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS -20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial em substituição a titular Cassiane Knebel Macagnan (matrícula 2966), em seu período de licença maternidade.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 15 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 02 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 454/2017

PORTARIA Nº454/2017

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017 e considerando conforme justificativa da Secretaria Municipal de Educação e Esportes através do ofício nº364/2017, de 27 de setembro de 2017. CONTRATA

LUAN SCHNEIDER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Linha Divisa, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº5.182.476 e CPF sob o nº090.610.149-21, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível NT-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, junto ao Departamento Municipal de Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 15 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 02 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 455/2017

PORTARIA Nº 455/2017

NOMEIA SERVIDORA COMO RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

JULIANE WENTZ, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 3.847.100 e CPF sob o nº 057.482.589-43, ocupante do cargo comissionado de Auxiliar de Secretaria, como RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, do município de Piratuba-SC, em substituição a servidora Alciane Borges da Silva em seu período de férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 21 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 02 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 02 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N. 456/2017

PORTARIA Nº 456/2017

EXONERA SERVIDOR

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

LEANDRO JOEL BORGES DA SILVA, brasileiro, união estável, residente e domiciliada na Rua das Flores nº1079, cidade e município de

Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4.954.064, inscrita no CPF sob o nº054.097.319-05, servidor desta municipalidade no cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, conforme Portaria nº005/2017 de 02 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de outubro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 02 de outubro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 4781/2017

DECRETO Nº 4781/2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo, em todo o território do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no dia 13 de outubro de 2017 (sexta-feira), dia após o feriado de Nossa Senhora Aparecida de 12 de outubro de 2017 (quinta-feira), (dia também alusivo ao dia da criança). Retornando as atividades normalmente no dia 16 de outubro de 2017 (segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 06 de outubro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL N° 008/2017 - RETIFICAÇÃO DOS CARGOS E INSCRIÇÕES ABAIXO RELACIONADAS DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2017

EDITAL N° 008/2017- RETIFICAÇÃO DOS CARGOS E INSCRIÇÕES ABAIXO RELACIONADOS DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2017

Èrcio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação dos cargos e inscrições, conforme lista abaixo relacionada, de acordo com o Edital do Processo Seletivo N.º 001/2017:

Onde se lê:

| Auxiliar de Serviços Gerais – Nível I | | | |
|---------------------------------------|-----------|----------------------------|----------------|
| 1 | 7252/2017 | Clair Maria Drews | 017.281.779-01 |
| 2 | 6764/2017 | Elizabeth Wutke | 789.931.729-00 |
| 3 | 6993/2017 | Elizete Ribeiro dos Santos | 035.311.499-54 |
| 4 | 7476/2017 | Esmael Alves | 725.686.669-00 |
| 5 | 6316/2017 | Josiane Barroso da Silva | 051.865.963-10 |
| 6 | 6815/2017 | Margit Schmidt Assini | 658.965.809-91 |

Leia-se:

| Auxiliar de Serviços Gerais Escolar – Nível I | | | |
|---|-----------|----------------------------|----------------|
| 1 | 7252/2017 | Clair Maria Drews | 017.281.779-01 |
| 2 | 6764/2017 | Elizabeth Wutke | 789.931.729-00 |
| 3 | 6993/2017 | Elizete Ribeiro dos Santos | 035.311.499-54 |
| 4 | 7476/2017 | Esmael Alves | 725.686.669-00 |
| 5 | 6316/2017 | Josiane Barroso da Silva | 051.865.963-10 |
| 6 | 6815/2017 | Margit Schmidt Assini | 658.965.809-91 |

Onde se lê:

| Auxiliar de Serviços Gerais – Nível I | | | |
|---------------------------------------|-----------|---------------------|----------------|
| 1. | 6980/2017 | Daniel Mampian Paes | 322.070.128-08 |

Leia-se:

| Zelador de Escola – Nível I | | | |
|-----------------------------|-----------|---------------------|----------------|
| Ordem | Protocolo | Nome | CPF |
| 1 | 6980/2017 | Daniel Mampian Paes | 322.070.128-08 |

Pomerode (SC), em 06 de outubro de 2017.

Èrcio Kriek

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N.º 044 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 044 / 2017

Processo Administrativo n.º 080 / 2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CARROCERIA DE MADEIRA E SERVIÇOS DE



ESTOFAMENTO DO VEÍCULO CAMINHÃO FORD F-8, PLACA LZG-0934, ANO 1952, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 23/10/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 23/10/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 06 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PREGÃO PRESENCIAL N.º 045 / 2017 - REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 045 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 081 / 2017.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES DA ESTAÇÃO, PALMEIRAS, GRAMA, FORRAÇÕES, VASOS, ESTERCO, TERRA ADUBADA E FLORES DIVERSAS PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 23/10/2017.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14h00min. do dia 23/10/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 06 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 019-2017

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 022/2017 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2017.

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTOS DE PNEUS.

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 20/10/2017

Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 horas do dia 20/10/2017

Local Sede do SAMAE POMERODE Avenida 21 de Janeiro Nº 2233 Centro Pomerode SC.

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 - email: samae@samae-pomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 05 de outubro de 2017.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 120/2017 MERENDA POLETTTO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº71/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

CONTRATO Nº 120/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: SUPERMERCADO POLETTTO LTDA - EPP

CNPJ: 83.691.204/001-43

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PERTINENTE, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 298.648,00 (Duzentos e Noventa e Oito Mil Seiscentos e Quarenta e Oito Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 06 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 121/2017 MERENDA LEORATTO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº71/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

CONTRATO Nº 121/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: HORTIFRUTIGRANJEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME

CNPJ: 08.884.877/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PERTINENTE, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 28.210,00 (Vinte e Oito Mil Duzentos e Dez Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 06 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 122/2017 MERENDA CATARINENSE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº71/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

CONTRATO Nº 122/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME,

CNPJ: 26.556.616/0001-37

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PERTINENTE, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 29.880,00 (Vinte e Nove Mil Oitocentos e Oitenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 06 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO N° 132/2017 ABSOLUTO**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N°71/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 38/2017

CONTRATO N° 123/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

CNPJ: 16.738.785/0001-34

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PERTINENTE, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 720,00 (Setecentos e Vinte Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 03 de outubro de 2017 até 03 de outubro de 2018. Ponte Serrada, 06 de Outubro de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2552, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2552, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Oficializa o nome do Estádio Municipal de Futebol, conforme menciona. Autores: Vereadores Jonas Amadeu Raulino, Diogo dos Santos, Célio Roberto Ramos, Joel Orlando Lucinda, Altino Torquato dos Santos Junior, Bento Sebastião Voltolini, Francisco Scottini e Silva Nunes Stadler.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominado "Aduce Garcia", o Estádio Municipal de Futebol localizado na Rua Aduce Garcia, Bairro Sertão de Santa Luzia, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2553, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2553, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Dá denominação à Praça, conforme menciona. Autores: Vereadores Altino Torquato dos Santos Junior, Jonas Amadeu Raulino, Diogo dos Santos, Bento Sebastião Voltolini, Joel Orlando Lucinda e Vereadora Silva Nunes Stadler.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "Praça do Pescador", a Praça localizada ao lado da Ponte do Rio da Vina, no Bairro Centro, Município de Porto Belo, "esta é uma justa homenagem aos homens que dedicaram e dedicam suas vidas para construção e engrandecimento de nossa cidade".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2554, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2554, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Oficializa o nome da Ponto do Rio da Vina, conforme menciona. Autores: Vereadores Altino Torquato dos Santos Junior, Joel Orlando Lucinda, Diogo dos Santos e Vereadora Silva Nunes Stadler.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominado "Ponto do Rio da Vina", a ponte localizada na Avenida Governador Celso Ramos, Centro, Município de Porto Belo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de outubro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 320/2017

DECRETO Nº 320, de 04 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Moradores de Nova Galícia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Moradores de Nova Galícia, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.332/0001-44, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.684, de 11 de outubro de 2001, com sede na localidade de Nova Galícia –Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- (01) uma roçadeira para trator marca JAN, usada, largura de corte 1,70 m, altura de corte de 4 a 20 centímetros, peso aproximado 400 Kg.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 04 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Moradores de Nova Galícia, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.332/0001-44, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.684, de 11 de outubro de 2001, com sede na localidade de Nova Galícia – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- (01) uma roçadeira para trator marca JAN, usada, largura de corte 1,70 m, altura de corte de 4 a 20 centímetros, peso aproximado 400 Kg.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 04 de outubro de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: DOUGLAS SPADOTTO

RG nº 5.036.575

CPF nº 067.172.369-30

DECRETO Nº 321/2017

DECRETO Nº 321, de 06 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso da Escola Isolada Municipal da Localidade de Xaxim Jangada, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.731.368/0001-83, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.788, de 20 de julho de 2010, com sede na Localidade de Xaxim Jangada – Porto União - SC, o uso do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada Municipal da Localidade de Xaxim Jangada, edificada no terreno rural com área de 1.050 m2 (um mil e cinquenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: frente com 35,00 metros confrontando com uma Estrada Municipal; fundos com 38,72 metros confrontando com o Rio Xaxim; lado direito com 40,50 metros confrontando com terras de Olcir Benazzi; e lado esquerdo com 39,20 metros confrontando com terras de Olcir Benazzi, com Matrícula no Registro Geral de Imóveis sob o nº 4.755.

Art. 2º O espaço físico objeto da presente permissão, será usado exclusivamente para atividades da Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada, conforme seu estatuto.

Art. 3º Todas as benfeitorias que o usuário executar, serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 4º As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos de 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Termo de Compromisso nº 010/17 que a Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada, assina perante a Prefeitura Municipal de Porto União – SC.

A Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.731.368/0001-83, com sede na Localidade de Xaxim Jangada – Porto União - SC, através de seu representante legal, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga nº 010/17, referente à Permissão de Uso, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada Municipal da Localidade de Xaxim Jangada, edificada no terreno rural com área de 1.050 m2 (um mil e cinquenta metros quadrados), com Matrícula no Registro Geral de Imóveis sob o nº 4.755, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 35,00 metros confrontando com uma Estrada Municipal; fundos com 38,72 metros confrontando com o Rio Xaxim; lado direito com 40,50 metros confrontando com terras de Olcir Benazzi; e lado esquerdo com 39,20 metros confrontando com terras de Olcir Benazzi, ciente do seu texto e efeitos correlatos, bem como as obrigações a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos ao objeto desta Permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSIONÁRIO.

§ 1º Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão, deverão ser executadas imediatamente pelo PERMISSIONÁRIO, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

§ 2º Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo PERMISSONÁRIO dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Toda e qualquer benfeitoria realizada no imóvel fica, desde já, incorporada ao bem, renunciando o PERMISSONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 010/17.

CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSONÁRIO:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos tributos, despesas com luz, água, telefone, etc., e demais ônus que recaírem sobre o imóvel;
- b) manter o objeto de Permissão de Uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- c) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na área permissionada;
- d) sujeitar-se às exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- e) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela PERMITENTE;
- f) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade e não permitir algazarras no local;
- g) afastar do serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência for julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- h) executar as instalações internas e a comunicação visual, de acordo com a prévia aprovação da PERMITENTE;
- i) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSONÁRIO declara estar de acordo;
- j) exercer as suas atividades diariamente, cumprindo o horário determinado;
- k) não traspassar, ceder ou transferir o objeto da permissão a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Permissão de Uso.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do Termo de Outorga de Permissão de Uso e do Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2017.

Associação de Moradores da Colônia de Xaxim Jangada

Presidente JOSÉ RENATO KINAL

RG 1.790.469/SSP/SC CPF 924.230.869-20

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Miguel Chokailo Neto 2.Nome: Vanderlei Werle

CPF nº 509.250.249-53 CPF nº 501.090.659-72

Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 010/17.

A Prefeitura Municipal de Porto União - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.541/0001-58, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, com base no Decreto n.º 321, de 06 de outubro de 2017, e através deste instrumento, Termo de Outorga de Permissão de Uso, permite a título precário e gratuito, o uso do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada Municipal da Localidade de Xaxim Jangada, edificada no terreno rural com área de 1.050 m2 (um mil e cinqüenta metros quadrados), com Matrícula no Registro Geral de Imóveis sob o nº 4.755, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 35,00 metros confrontando com uma Estrada Municipal; fundos com 38,72 metros confrontando com o Rio Xaxim; lado direito com 40,50 metros confrontando com terras de Olcir Benazzi; e lado esquerdo com 39,20 metros confrontando com terras de Olcir Benazzi, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O espaço físico objeto da presente permissão, será destinado exclusivamente para atividades da Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada, conforme seu estatuto, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer às condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 010/17 assinado pelo PERMISSONÁRIO.

§ 1º Não será permitida a transferência da Permissão de Uso a terceiros.

§ 2º A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no Termo de Outorga ou de Compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira, ou na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo Termo de Outorga ou de Compromisso, em substituição ao anterior.

CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes ao presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar o presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único. Ficará o Termo de Outorga de Permissão de Uso rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal do PERMISSIONÁRIO;
- c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pelo PERMISSIONÁRIO;
- d) transferência do Termo de Outorga de Permissão de Uso a terceiros;
- e) reinício das atividades letivas na Escola;
- f) má utilização ou não utilização do imóvel por um período de no mínimo 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, ficam incorporadas ao bem, objeto deste Termo de Outorga de Permissão de Uso, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

Permitente

DECRETO Nº 322/2017

DECRETO Nº 322, de 06 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Moradores da Colônia Xaxim Jangada, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.731.368/0001-83, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.788, de 20 de julho de 2010, com sede na Localidade de Xaxim Jangada – Porto União – SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) plantadeira usada, tratorizada, hidráulica, com 03 (três) linhas para milho e 04 (quatro) linhas para soja, com pneus usados;
- 01 (um) trator Ford 4600 usado, Ano 1977, motor D-5NN6015G, reformado, cor azul.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Moradores Colônia Xaxim Jangada, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.731.368/0001-83, com sede na Localidade de Xaxim Jangada – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) plantadeira usada, tratorizada, hidráulica, com 03 (três) linhas para milho e 04 (quatro) linhas para soja, com pneus usados;
- 01 (um) trator Ford 4600 usado, Ano 1977, motor D-5NN6015G, reformado, cor azul.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 06 de outubro de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: JOSÉ RENATO KINAL
RG nº 1.790.469 – SC
CPF nº 924.230.869-20

EDITAL 001 - PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

EDITAL 001/2017, de 04 de outubro de 2017.

O Prefeito do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, ABRE AS INSCRIÇÕES e dispõe sobre normas para o PROCESSO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO aos servidores Municipais efetivos, exceto os servidores do Magistério (professores).

I – DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

As inscrições deverão ser feitas no período compreendido entre 04 de outubro a 15 de dezembro de 2017, no horário de expediente da Sede da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira, na Chefia de Recursos Humanos.

II – DOS PROFISSIONAIS A POSTULAR A PROMOÇÃO FUNCIONAL

Todos os servidores efetivos, que já concluíram o seu estágio probatório (exceto os servidores do magistério - professores) poderão postular o acesso para a próxima classe na tabela de vencimentos, mediante requerimento, conforme modelo do presente Edital, Anexo I.

III – DOS TÍTULOS

A- Os servidores pertencentes aos grupos ocupacional GA, GO, GAD, GTA e GIE, que irão postular promoção por titulação, deverão apresentar original do Diploma ou Histórico Escolar ou Certificado de Conclusão de Curso, acompanhadas de cópias que serão autenticadas e protocoladas pela Comissão Especial.

B- Os servidores pertencentes ao grupo ocupacional GP e os cargos do Grupo Ocupacional GTA, que exigem formação técnica, que irão postular promoção por titulação, deverão apresentar o original do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso, que deverá ter correlação com o cargo ocupado pelo candidato, acompanhados de cópias que serão autenticadas e protocoladas pela comissão especial.

C- Serão considerados certificados de escolaridade:

- Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental;
- Certificado de conclusão do Ensino Fundamental;
- Certificado de conclusão do Ensino Médio completo e/ou Técnico;
- Certificado de conclusão do Ensino Superior;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação – Especialização;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação – Mestrado;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação – Doutorado;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação- Pos-Doutorado

IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A - O profissional só poderá postular acesso para a próxima classe, após permanecer, no mínimo, por 01 (um) ano em cada uma delas.

B - O processo de promoção por titulação terá seus efeitos pecuniários a partir de janeiro do ano seguinte, e só será concedido após observar a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, em conformidade com o Art. 10, § 1º da Lei Municipal nº 3.934, de 21/11/2011.

C - Somente serão aceitos certificados fornecidos por instituições públicas ou privadas, devidamente credenciadas pelo MEC e Conselho Estadual de Educação e documentos fornecidos pelos Conselhos de Classe.

D – Em conformidade com o Art. 17 da Lei Municipal 3.934, de 21/11/2011, interrompe a contagem do tempo de promoção por titulação, para o servidor que no interstício:

I- tiver 05 (cinco) ou mais faltas injustificadas, sequenciais ou não, sendo que para cada falta citada, como penalidade, o servidor deixará de contar no interstício o período de 30 (trinta) dias;

II- responder processo administrativo disciplinar, se declarado culpado, pelo tempo de duração do respectivo processo administrativo e dos efeitos da condenação administrativa;

III- responder processo judicial, se declarado culpado por sentença transitada em julgado, pelo tempo de duração do respectivo processo e dos efeitos da condenação;

IV- sofrer advertências e suspensões, nos seguintes termos:

a) para cada advertência o servidor deixará de contar no interstício, o período de 30 (trinta) dias;

b) para cada suspensão o servidor deixará de contar no interstício, o período de 180 (cento e oitenta) dias;

V- estiver afastado sob Licença sem Vencimentos, pelo tempo de duração da respectiva Licença.

E - Após o encerramento das inscrições, a Comissão terá até 31 de janeiro de 2018, para analisar os certificados, e divulgar a classificação final, que será Publicada no Diário Oficial do Município e afixado no Mural da Prefeitura e das Secretarias Municipais.

F- O servidor que sentir-se prejudicado com o resultado, desde que haja argumentos cabíveis, deverá manifestar-se por escrito, no prazo de 03 (três) dias, contados da data de divulgação do resultado, que deverá apresentar resposta em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

G - Esgotado o prazo, serão homologadas o resultado da Promoção Funcional por titulação, que terá seus efeitos a partir de janeiro do ano seguinte.

H- A Comissão enviará o resultado para o Sr. Prefeito Municipal, que homologará o resultado final do processo de Promoção Funcional por Titulação.

I - Todas e quaisquer dúvidas em relação aos comprovantes de Escolaridade ou enquadramento funcional, poderão ser esclarecidos pela Comissão responsável pela Promoção por Titulação ou pelo Setor de Recursos Humanos.

Porto União (SC), em 04 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO

Eu _____, servidor(a) público(a) municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de _____, venho através deste REQUERER PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO, conforme Título apresentado em anexo e legislação Municipal.

Nestes Termos

Pede Deferimento,

Porto União (SC), em _____ de _____ 2017.

Para uso da comissão:

CLASSE ATUAL: _____

DEFERIDO PARA A CLASSE: _____

INDEFERIDO: _____ MOTIVO _____

Porto União, SC _____ de _____ de 2018.

Membros da comissão:

Miguel Chokailo Neto _____
 Sofia Sydol _____
 Dinarte Ribeiro Guedes Neto _____
 Antônio Carlos Colaço _____
 Vanessa Nalon dos Santos _____
 Marcio Roberto Marczynski _____
 Daniel Rodrigues Peixoto _____
 Adriana Weber _____
 Lubina Oleinik _____
 Silmara Talamini _____
 Afonso Wasmann Neto _____
 Vinícius André Makiak _____
 Daniel Benoni _____
 Cleomar Bodech _____

EDITAL 009/2017 - RH

EDITAL 009/2017

O Prefeito do Município de Porto União, em conformidade com o Art. 6º, §2º do Decreto 668, de 19 de outubro de 2011, DIVULGA a lista dos servidores que protocolaram de 01 a 29 de setembro de 2017, requerimento solicitando a conversão Pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio, após a Chefia de Recursos Humanos observar os critérios previstos no Art. 2º, inciso III, letra "a" e "b", e Art. 3º do Decreto.

Administração Geral

| | NOME | PERIODO AQUISITIVO | ADMISSÃO |
|----|----------------------------|--------------------|------------|
| 01 | RENILDA APARECIDA DE MELLO | 10/2003 A 10/2008 | 20/10/1998 |
| 02 | JOAO VILSON ALVES | 09/2007 A 09/2012 | 19/09/2007 |
| 03 | RENILDA APARECIDA DE MELLO | 10/2008 A 10/2013 | 20/10/1998 |
| 04 | DANIEL DE JESUS JUNIOR | 08/2011 A 08/2016 | 01/08/2016 |
| 05 | LORENI DE FÁTIMA ALVES | 08/2012 A 08/2017 | 28/08/2012 |
| 06 | JOAO VILSON ALVES | 09/2012 A 09/2017 | 19/09/2007 |

Secretaria de Saúde

| | NOME | PERIODO AQUISITIVO | ADMISSÃO |
|----|---------------------------------|--------------------|------------|
| 01 | ILSE APARECIDA SIMIONI | 07/2007 A 07/2012 | 05/07/2002 |
| 02 | DULCEMAR VIVIAN DULZ SCHNEIDER | 10/2009 A 10/2014 | 01/10/1999 |
| 03 | MONICA DA SILVA ARAUJO ALVES | 03/2010 A 03/2015 | 09/03/2000 |
| 04 | RICARDO DE FRANCESCHI DA SILVA | 10/2011 A 10/2016 | 22/10/2001 |
| 05 | SANDRA ANGELINA MARTINI DE LIMA | 05/2012 A 05/2017 | 20/05/2002 |
| 06 | ILSE APARECIDA SIMIONI | 07/2012 A 07/2017 | 05/07/2002 |

Secretaria de Educação

| | NOME | PERIODO AQUISITIVO | ADMISSÃO |
|----|--|--------------------|------------|
| 01 | SILVIA APARECIDA ROIEK CORREA | 04/2006 A 04/2011 | 17/04/2001 |
| 02 | AGUEDA KREBS HEIMANN | 08/2009 A 08/2014 | 05/08/1991 |
| 03 | DIONE DOS SANTOS REISDORFER | 02/2010 A 02/2015 | 01/02/2010 |
| 04 | ROSELI DE FATIMA DRAPALSKI | 02/2010 A 02/2015 | 05/02/2010 |
| 05 | AGNES MARGARETE MULLER | 05/2010 A 05/2015 | 01/05/2010 |
| 06 | CAROLINE MOYSES DE SOUZA | 05/2010 A 05/2015 | 03/05/2010 |
| 07 | MARCELO AMARO | 03/2011 A 03/2016 | 01/03/2011 |
| 08 | JANEMAR APARECIDA DALFOVO MISKIEVICZ | 04/2011 A 04/2016 | 17/04/2001 |
| 09 | CAROLINE MOYSES DE SOUZA | 01/2012 A 01/2017 | 31/01/2012 |
| 10 | ROSANGELA BUENO DA SILVA | 03/2012 A 03/2017 | 12/03/2012 |
| 11 | PATRICIA DE FATIMA REISDORFER D.N. 18/01/1982 | 05/2012 a 05/2017 | 21/05/2012 |
| 12 | FERNANDA REGINA CALDAS D.N. 05/09/1982 | 05/2012 a 05/2017 | 21/05/2012 |
| 13 | FERNANDA CONCEIÇÃO MARTINS D.N. 05/07/1986 | 05/2012 a 05/2017 | 21/05/2012 |

Porto União (SC), 29 de setembro de 2017.
ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4.489/2017

LEI Nº 4.489, de 04 de outubro de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal criar a "Cápsula do Tempo", junto à Praça do Centenário Prefeito Victor Buch Filho, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar um dispositivo denominado "Cápsula do Tempo", que será instalada junto à Praça do Centenário Prefeito Victor Buch Filho, objetivando selecionar e preservar a memória das comemorações do Centenário de Porto União (SC).

Art. 2º A "Cápsula do Tempo" de que trata o caput será cerrada em câmara de concreto, nas seguintes coordenadas: Latitude: 26º 15' 49.699137" / Longitude: 51º 31' 43.892489" / Altitude: 755 – m.a.s.l., cuja marcação será gravada em uma medalha de bronze e instalada em frente ao obelisco construído na Praça do Centenário Prefeito Victor Buch Filho.

Art. 3º Fica estabelecido que a câmara contendo a "Cápsula do Tempo" só poderá ser aberta no Sesquicentenário do Município de Porto União (SC), que dar-se-á no dia 05 de setembro de 2.067, pelo Prefeito Municipal da ocasião.

Art. 4º Será designada uma Comissão Especial, nomeada através de Decreto do Poder Executivo Municipal, que terá a incumbência de selecionar e acondicionar fotografias, documentos, objetos, narrativas de fatos e expectativas de futuridade, junto à "Cápsula do Tempo".

§ 1º Fica estabelecido que na "Cápsula do Tempo" não serão acondicionados documentos e objetos que possuam valor monetário, mas somente de importância histórica.

§ 2º A participação dos membros na Comissão Especial não implicará em remuneração dos seus componentes, sendo considerado trabalho de relevância histórica e cultural.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de outubro de 2017.
ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 055/2017

PORTARIA Nº 055, de 04 de outubro de 2017.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo, constituída pela Portaria nº 039, de 15 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 15 (quinze) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo, nomeada pela Portaria nº 039, de 15 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de outubro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de outubro de 2017.
ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 056/2017

PORTARIA Nº 056, de 04 de outubro de 2017.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída pela Portaria nº 036, de 09 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 15 (quinze) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, nomeada pela Portaria nº 036, de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de outubro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1000/2017 - RH

PORTARIA Nº 1000, de 29 de setembro de 2017.

Suspender, o Contrato de Trabalho PSF nº 007/2016 de 26 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o término do Termo Aditivo 001/2016 em 25 de setembro de 2017, do Contrato de Trabalho nº 007/2016 da servidora Mariane Trevisan Dissenha;

CONSIDERANDO o afastamento por Auxílio Maternidade da mesma, pelo nascimento de seu filho Gabriel Trevisan Dissenha, em 20 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 26 de setembro de 2017, o Contrato de Trabalho PSF nº 007/2016 de 26 de setembro de 2016, de Mariane Trevisan Dissenha, que exerce as funções do emprego público de Cirurgião Dentista do PSF, enquanto perdurar a estabilidade puerperal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de setembro de 2017.

Porto União - SC, em 29 de setembro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1001/2017 - RH

PORTARIA Nº 1001, de 02 de outubro de 2017.

Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 a 20 de outubro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Susamar Mazeika, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Wally Buchholz que encontra-se afastada em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1002/2017 - RH

PORTARIA Nº 1002, de 02 de outubro de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 02 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de outubro/2004 a outubro/2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora MARIANA BONA GRIM KRELING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1003/2017 - RH

PORTARIA Nº 1003, de 02 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de outubro de 2017 a 01 de outubro de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Valmor Tomczyk, para exercer as funções do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1004/2017 - RH

PORTARIA Nº 1004, de 02 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 02 de outubro a 30 de novembro de 2017, a carga horária da professora contratada Lucia Aparecida Xavier, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, e suas alterações, em substituição à servidora Mariana Bona Grim Kreling que encontra-se em Licença Prêmio

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1005/2017 - RH

PORTARIA Nº 1005, de 02 de outubro de 2017.

Deferir a Averbação de Tempo de Serviço junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 14702003.1.00052/00-2, da servidora JUCIMARA APARECIDA MARQUES ANJOS IENTZ.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 4.019 dias, ou seja, 11 (onze) anos, 00 (zero) meses e 04 (quatro) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento

- 16/01/1984 a 19/01/1995 – Município de Porto União – SC 11a 00m 04d Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 939/2017 - RH

PORTARIA Nº 939, de 19 de setembro de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 160/2017, no período 19 de setembro a 18 de outubro de 2017, de Aline Cristina Garcia Ribeiro, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Cirlei Maria Pacheco que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de setembro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 962/2017 - RH

PORTARIA Nº 962, de 26 de setembro de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 22 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de março/2009 a março/2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora WALLY BUCHHOLZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2017.

Porto União - SC, em 26 de setembro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 318/2017

DECRETO Nº 318, de 03 de outubro de 2017.

Dispõe sobre Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e o disposto no Artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e no Artigo 32 da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. CECÍLIA CLARETE KOPKO TIDRE, portadora do RG nº 18ª R 1.791.007 SSP/PR e CPF nº 586.205.329-87, no Cargo de Professora Docente Educação Infantil – Nível “C” – Referência “012”, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito MunicipalMIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e EsporteMARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Modalidade de Pregão Presencial nº 006/2017 - Processo Licitatório nº 047/2017

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Nuvemprime Informática Ltda. - ME (CNPJ nº 17.975.908/0001-13).

Objeto: Contratada empresa para a aquisição de equipamentos de processamento de dados para a Câmara de Vereadores de Porto União.

Valores: R\$ 14.259,00 (Quatorze mil, duzentos e cinquenta e nove reais).

Vigência: de julho a dezembro 2017.

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 1.030 – Aquisição de Equipamentos para as Atividades Legislativas.

Modalidade- 4.4.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 4.4.90.52.35.00.00.00 – Equipamento de Processamento de Dados.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002, Lei complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Luiz Alberto Pasqualin
Presidente

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos: domiciliares, comerciais e públicos da área urbana do Município de Presidente Castello Branco/SC, a ser realizada no período matutino, duas vezes por semana, nas terças e sextas-feiras, conforme quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Ademir Domingos Mioto

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 246, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº. 246, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

ESTABELECE CRONOGRAMA COM OS PRAZOS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e buscando atender à legislação nacional no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável.

DECRETA

Art. 1º Estabelece, no âmbito dos órgãos da Administração Direta do Município de Princesa, cronograma de prazos para os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil, relativos ao encerramento do exercício de 2017:

| Prazo | Procedimento |
|------------|--|
| 20/11/2017 | Data final para a entrega de solicitações– pedido de abertura de procedimentos de licitações, que se destinem à execução de despesas no exercício corrente. |
| 08/12/2017 | Data final para o encaminhamento de requisições de compras diretas e solicitações de adjudicações de processos licitatórios, que se destinem à execução de despesas no exercício corrente. |
| 14/12/2017 | Data final para envio à Tesouraria, de notas fiscais, devidamente visadas, para liquidação das despesas ainda no exercício corrente. |

Art. 2º Os secretários municipais devem comparecer ao Departamento de Tesouraria ou Contabilidade do Município para retirarem o relatório de empenhos a pagar, para que na data definida acima ocorra o pagamento das despesas.

Parágrafo único. É de responsabilidade dos secretários municipais a solicitação de anulação de empenhos, mediante requerimento justificado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 06 de Outubro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017**(*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017**

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que o Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 sofre alteração no que pertine ao Cronograma, a saber:

ONDE SE LIA:

ANEXO I
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017
CRONOGRAMA

| CRONOGRAMA | DATA | OBSERVAÇÕES |
|---|-----------------|--|
| Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas | 27/09/2017 | Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.princesa.sc.gov.br A partir das 17h. |
| Prazo de recursos das inscrições Indeferidas | 28 e 29/09/2017 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições. | 05/10/2017 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br a partir das 17h. |

PASSA-SE A LER:

ANEXO I
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017
CRONOGRAMA

| CRONOGRAMA | DATA | OBSERVAÇÕES |
|---|------------------|--|
| Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas | *06/10/2017 | Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.princesa.sc.gov.br A partir das 17h. |
| Prazo de recursos das inscrições Indeferidas | *07 a 10/10/2017 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições. | *11/10/2017 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17h. |

As demais informações contidas no referido edital permanecem inalteradas.

Princesa – SC, 06 de outubro de 2017.
EDILSON MIGUEL WOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 247 DE 06.10.2017

DECRETO N. 247, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA EQUIPE TÉCNICA INTERDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA PARA EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente àquelas contidas nos incisos VI, IX, XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinada com o Decreto Municipal nº. 40, 06 de Fevereiro de 2014;

DECRETA

Art. 1º. FICA NOMEADA EQUIPE TÉCNICA INTERDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA PARA EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E DO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, CONFORME SEGUE:

I- PROFISSIONAL DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, RAQUEL LILIAN TUMELERO, ASSISTENTE SOCIAL;

II- PROFISSIONAL DA ÁREA DE SAÚDE, MARISTELA BARP, PSICÓLOGA;

III- PROFISSIONAL DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, MAIRA CRISTINA K. GHELLER, PEDAGOGA.

Art. 2º. PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADORA FICA DESIGNADA A FUNCIONÁRIA RAQUEL LILIAN TUMELERO, ASSISTENTE SOCIAL.

PARÁGRAFO ÚNICO: O ATENDIMENTO PELOS PROFISSIONAIS ACONTECERÁ DE QUINZE EM QUINZE DIAS, NAS QUARTAS FEIRAS, NA SALA LOCALIZADA EM ANEXO AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA AVENIDA SANTO CRISTO, Nº 683, TOTALIZANDO 08 (OITO) HORAS MENSAIS.

Art. 3º. COMPETEM AOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO- SIMASE.

Art. 4º. ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

Art. 5º. REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO, EM ESPECIAL AS CONTIDAS NO DECRETO Nº. 174 DE 12 DE JUNHO DE 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa/SC, em,
06 de Novembro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 248, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº 248, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e o indeferimento das inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo

Edital nº 003/2017, da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

AGENTE ADMINISTRATIVO

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|------------------------------|--------------------|
| 1 | 31 | Andressa Pancotte | Deferida |
| 2 | 42 | Angela Camila Giongo | Deferida |
| 3 | 34 | Antoniely Marlice Jaguezeski | Deferida |
| 4 | 84 | Cristiane Barbosa | Deferida |
| 5 | 82 | Eduardo Severgnini | Deferida |
| 6 | 3 | Evelyn Gnoatto Machado | Deferida |
| 7 | 70 | Fagner Vinicius Salvi | Deferida |
| 8 | 46 | Juciane Agostini | Deferida |
| 9 | 73 | Kelyn Flávia Coronetti | Deferida |
| 10 | 93 | Liziane Fátima Pellenz | Deferida |
| 11 | 43 | Lucas Zanatta | Deferida |
| 12 | 94 | Mateus Vendruscolo | Deferida |
| 13 | 98 | Natalia Andresa Klaus | Deferida |
| 14 | 106 | Sabrina Bonfante | Deferida |
| 15 | 7 | Susana De Moura | Deferida |
| | | | |

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 02) Comunidade de Vista Alegre, parte da comunidade de Marmeleiro e do centro da cidade.

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|---------------------------------|--------------------|
| 1 | 56 | Claudete Dall Agnol Da Silveira | Deferida |
| | | | |

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 03) Comunidade de Moqué, parte da comunidade de Pinheirinho e a parte da cidade comumente chamada de "Bairro Boa Vista" ou "Cidade Alta".

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|--------------------------|--------------------|
| 1 | 99 | Aline Andreia Spironello | Deferida |
| 2 | 107 | Edemilson Luiz Tonetti | Deferida |
| 3 | 101 | Lisane Lucia Warken | Deferida |
| | | | |

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|----------------------------|--------------------|
| 1 | 67 | Claudete Nogueira Da Silva | Deferida |
| 2 | 110 | Daniela Ines Sasso | Deferida |
| 3 | 49 | Henrique Cleiton Horn | Deferida |
| 4 | 112 | Jocelia Aozani | Deferida |
| | | | |

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, CNH, CAT. "D"

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|----------------------|--------------------|
| 1 | 104 | Carlinhos Testolin | Deferida |
| 2 | 66 | Darci José Wagner | Deferida |
| 3 | 63 | Felipe Alécio Webler | Deferida |
| 4 | 65 | Jeferson Wagner | Deferida |
| 5 | 33 | Pedro Lemes Pereira | Deferida |
| | | | |

ODONTÓLOGO

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|----------------|--------------------|
| 1 | 79 | Andressa Secco | Deferida |

| | | | |
|----|----|-------------------------------|----------|
| 2 | 62 | Camila Dalla Costa Da Silva | Deferida |
| 3 | 77 | Gabriela Guth Floss | Deferida |
| 4 | 44 | Joana Salvi | Deferida |
| 5 | 8 | Larissa Ketlin Boscato Canani | Deferida |
| 6 | 90 | Leonardo Mantelli Reis | Deferida |
| 7 | 40 | Letícia Sartor | Deferida |
| 8 | 23 | Michele Cristina Rama | Deferida |
| 9 | 2 | Natalia Ariéli Fontana | Deferida |
| 10 | 72 | Raquel Rubin | Deferida |
| 11 | 81 | Tarlei Renk | Deferida |
| | | | |

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS CNH – CAT. "D"

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|------------------------|--------------------|
| 1 | 17 | Edson Antônio Forster | Deferida |
| 2 | 74 | Felipe Silva | Deferida |
| 3 | 103 | Jair Fumagali De Borba | Deferida |
| 4 | 109 | Laercio Roberto Markus | Deferida |
| | | | |

PSICÓLOGA

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|-----------------------------------|--------------------|
| 1 | 61 | Andressa Sauzem Mayer | Deferida |
| 2 | 88 | Barbara Alice Lilly Lohmann Silva | Deferida |
| 3 | 71 | Carolina Kist | Deferida |
| 4 | 4 | Gustavo Pivatto Dos Santos | Deferida |
| 5 | 58 | Indiane Camila Ghisleri | Deferida |
| 6 | 114 | Jussara Consoladora Colle | Deferida |
| 7 | 41 | Marcelo Schmitz Dos Santos | Deferida |
| 8 | 53 | Rafaela Lais Klaus | Deferida |

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 do Município de Princesa – SC, as seguintes inscrições:

AGENTE ADMINISTRATIVO

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|--------------------------------|--|
| 1 | 108 | Alessandra Carol Markus | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 2 | 38 | Ana Deisi Rubin | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 3 | 89 | Caroline Mortari | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 4 | 37 | Cassiane Mara Dos Santos Miola | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 5 | 105 | Dayane Maria Endrigo | Cancelada pelo candidato |
| 6 | 57 | Denison Pandolfo | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 7 | 12 | Diogo De Oliveira Brod | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 8 | 45 | Djonatan Kober | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 9 | 22 | Eduardo Severgnini | Cancelada pelo candidato |
| 10 | 85 | Eduardo Vinicius Vargas | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 11 | 9 | Elivelton Dos Santos Barros | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |

| | | | |
|----|----|-------------------------------------|--|
| 12 | 24 | Enrique De Moura | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 13 | 69 | Géssica Camila Ortega De Lara | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 14 | 30 | Gilson Loga Lisboa | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 15 | 68 | Gustavo Henrique Meurer Schaefer | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 16 | 10 | Idiamara Ely | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 17 | 78 | Jaíne Devicari | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 18 | 13 | Jaqueline Leticia Stalter | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 19 | 64 | Jéssica Carina Gonçalves Ott | Cancelada pelo candidato |
| 20 | 91 | Lauren Pahaella Wurzius | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 21 | 96 | Luís Gustavo Bressan | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 22 | 48 | Maira Aline Dassoler | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 23 | 5 | Nelson Aveline Rodrigues Dos Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 24 | 52 | Rafael Mateus Bonatto | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| | | | |

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 03) Comunidade de Moquéim, parte da comunidade de Pinheirinho e a parte da cidade comumente chamada de "Bairro Boa Vista" ou "Cidade Alta".

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|-----------------------|--|
| 1 | 87 | Rita de Fátima Rasche | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| | | | |

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 07) Parte do centro da cidade e parte da cidade comumente denominada de "Bairro Floresta".

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|------------------------|--|
| 1 | 92 | Mateus Vendruscolo | Cancelada pelo candidato |
| 2 | 15 | Tainara Da Costa Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| | | | |

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|-------------------------|--|
| 1 | 21 | Angela Faller Vaes | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 2 | 32 | Júlia Cristina Trevisol | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 3 | 97 | Juliana Paula Franzosi | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 4 | 47 | Maria Eduarda Webber | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| | | | |

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, CNH, CAT. "D"

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|--------------------------------|--|
| 1 | 16 | Helio Jose Da Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 2 | 18 | Luis Fernando Rodrigues Carpes | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 3 | 54 | Odair José Wolfart | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| | | | |

ODONTÓLOGO

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|-----------|--------------------|
|----|-------|-----------|--------------------|

| | | | |
|----|-----|-----------------------------------|--|
| 1 | 100 | Ana Luiza Tura | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 2 | 95 | Ana Paula Rodrigues Da Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 3 | 27 | Andra Eduarda Sassett Donati | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 4 | 1 | Andreia Sutil Da Trindade | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 5 | 19 | Angela Aiolfi | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 6 | 83 | Djuli Kulkamp Gil | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 7 | 59 | Elizangela Berres | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 8 | 20 | Emmanuelle Cristine Zanella Capra | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 9 | 28 | Fabricio Balbinot | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 10 | 60 | Giulia Cristina Antonello Giese | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 11 | 25 | Glorialine Gomes Griebeler | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 12 | 35 | Helena Roth | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 13 | 55 | Jéssica Floriani Macedo | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 14 | 36 | Karem Salete Girelli | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 15 | 11 | Karoline Markoski | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 16 | 86 | Maria Paula Santini Lopes | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 17 | 51 | Marina Thais Tosin | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 18 | 102 | Nicolas Franklin Mello Da Luz | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| | | | |

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS CNH – CAT. "D"

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|-------------------|--|
| 1 | 39 | Celso José Diemer | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| | | | |

PSICÓLOGA

| Nº | Insc. | Candidato | Situação Inscrição |
|----|-------|---------------------------|--|
| 1 | 80 | Bruna Antunes | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 2 | 14 | Eduarda Caroline Cerioli | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 3 | 111 | Francisleine Kaminski | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 4 | 76 | Juliane Picinini | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 5 | 113 | Jussara Consoladora Colle | Cancelada pelo candidato |
| 6 | 26 | Leandro Zanon | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 7 | 50 | Loridane Meotti | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 8 | 29 | Mariane Dallastra Godarth | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 9 | 75 | Natalí Cristine Simonetti | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |
| 10 | 6 | Tatiane Leida | INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital. |

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão do dia 07 a 10 de outubro de 2017 para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/> .

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa - SC, 06 de Outubro de 2017.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 25/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 09 de Outubro de 2017, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado do interessado ou de seu procurador, o candidato aprovado no Processo Seletivo, Edital nº 002/2016, de 04 de Fevereiro de 2016, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto nº 106, de 08 de Junho de 2016, Processo Seletivo prorrogado pelo Decreto nº. 170 de 07 de Junho de 2017, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

ALCIONE JOSÉ BALD

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,
em 06 de Outubro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 47.2017 - VANDRO CARDOSO

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: VANDRO CARDOSO EIRELI - ME

Contrato: 47/2017-PM

Processo Licitatório: 72/2017-PM

Tomada de Preços: 07/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar REFORMA com área de 64,00 m², na edificação localizada na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Paraná, onde será a nova sede do CONSELHO TUTELAR".

Data da Assinatura: 06/10/2017

Data da Publicação: 09/10/2017

Vigência: 1 mês

Valor Total: R\$ 17.109,27 (dezessete mil, cento e nove reais e vinte e sete centavos).

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço

Rancho Queimado

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO IX

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

ATO CONVOCATÓRIO IX

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- EDSON PASSIG JUNIOR

Rancho Queimado, em 06 de outubro de 2017.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

ATO CONVOCATÓRIO VIII

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

ATO CONVOCATÓRIO VIII

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- FERNANDO JOSÉ JOCHEM

Rancho Queimado, em 22 de setembro de 2017.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 353-2017 CONCEDE LIC MATERNIDADE ELISANDRA SCHEIDT

PORTARIANº 353/2017
CONCEDE LICENÇA E
AUXÍLIO MATERNIDADE

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença e Auxílio Maternidade a ELISANDRA SCHEIDT, 04 de outubro de 2017 a 01 de abril de 2018, conforme atestado médico.

Rancho Queimado, em 05 de outubro de 2017.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 276/2017

PORTARIA Nº 276/2017, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

CEDE A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, SERVIDORA MUNICIPAL DO CARGO CCT DE MÉDICA VETERINÁRIA, COM ÔNUS PARA O CEDENTE.

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei nº 1.968, de 18/07/2017, e para a os fins de execução de convênio com a CIDASC;

RESOLVE:

1 – CEDER a COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, a servidora NEIVA TANIA CARNEIRO, ocupante do cargo CCT de MÉDICA VETERINÁRIA, do Quadro de Servidores CCTs do Município, designada pela Portaria nº 176/2017, de 15/05/2017, cuja cessão é por carga horária semanal de 20(vinte) horas, para execução do pactuado em convênio.

2 - O ônus da cessão da servidora citada no item 1 desta é do Município Cedente, ficando a coordenação da atuação da mesma sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SMAMA, com interação plena com a CIDASC, conforme o pactuado no convênio.

3 – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos condicionados a efetiva assinatura do convênio entre a CIDASC e o MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, em conformidade com a legislação municipal, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 04 DE OUTUBRO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Munic. de Admin. e Finanças

PORTARIA Nº 280/2017

PORTARIA Nº 280/2017 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO DO TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL Nº 008/2017 DE 22/08/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1.773, de 16/12/2013 e alterações posteriores tendo em vista o Edital nº 008/2017 DE 22/08/2017, HOMOLOGA o resultado final do Teste Seletivo para Contratação de Estagiários, conforme abaixo:

FUNÇÃO: ESTAGIÁRIOS

DIREITO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA PROVA TEÓRICA | NOTA DA ENTREVISTA | NOTA FINAL |
|---------------|---------------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 01 | MARILÉIA FÁTIMA DE VARGAS | 7,0 | 6,0 | 6,5 |
| 02 | SIRLENE TODT WEINHEIMER | REPROVADA | REPROVADA | REPROVADA |
| 03 | PRICILA COPPINI | AUSENTE | AUSENTE | AUSENTE |

PEDAGOGIA

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|-------------------------|---------------|
| 01 | VANESSA CAROLINA PRIGOL | REPROVADA |

LICENCIATURAS

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|-----------------|---------------|
| 01 | WAGNER KONFLANZ | 7,5 |

| | | |
|----|------------------|-----|
| 02 | JULIANO CAMUZATO | 7,0 |
|----|------------------|-----|

PSICOLOGIA

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|---------------------------|---------------|
| 01 | SHANNINA M. MADSEN SEIDEL | 7,0 |
| 02 | DAIANA FOSCHIERA | 6,0 |

ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|-----------------------|---------------|
| 01 | LAIS BRUNA VERONA | 7,5 |
| 02 | CIBELE ALICE DE COSTA | 7,0 |

ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|---------------------|---------------|
| 01 | JULIO CÉSAR BONOTTO | 5,5 |

ENGENHARIA DE AGRONOMIA

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|-------------------------|---------------|
| 01 | LEDIANE ALMEIDA MOREIRA | REPROVADA |

RIO DAS ANTAS, 05 DE OUTUBRO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 281/2017

PORTARIA Nº 281/2017 DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO DO TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARATER TEMPORARIO EDITAL Nº 010/2017 DE 22/08/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1.773, de 16/12/2013 e alterações posteriores tendo em vista o Edital nº 010/2017 DE 22/08/2017, HOMOLOGA o resultado final do Teste Seletivo para Contratação de Servidores em Caráter Temporário, conforme abaixo:

FUNÇÃO:SERVIDOR BRAÇAL

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|-----------------------------------|---------------|
| 01 | LEOCLIDES LIMA | 10 |
| 02 | JOSÉ FRACANABIA | 9,5 |
| 03 | SELVINO ANTONIO ROSA | 9,5 |
| 04 | LAUDELINO CORREA DOS SANTOS | 9,0 |
| 05 | LUIZ CARLOS GOMES | 9,0 |
| 06 | SAMUEL RODRIGUES DE ARAUJO | 9,0 |
| 07 | MARRONE CRISTÓVÃO BATISTA | 9,0 |
| 08 | LEONARDO DE OLIVEIRA | 8,5 |
| 09 | ANTONIO ADEMIR DE PAULA | 8,0 |
| 10 | VALMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA | 8,0 |
| 11 | JORGE NETO PEREIRA | 8,0 |
| 12 | LUIZ RODRIGUES DA SILVA | 7,5 |
| 13 | NILTO ELIAS | 7,0 |
| 14 | ALEXANDRO DE PAULA | 7,0 |
| 15 | MÁRCIO JULIANO NOVAIS DOS SANTOS | 6,0 |
| 16 | CLEITON DA ROSA VARELA | 6,0 |
| 17 | MAQUES FELIPE CORREA BUENO | 5,0 |
| 18 | DEIVI EDENILSON DE CAMARGO ARRUDA | 5,0 |
| 19 | SILVAIR DE ARRUDA | 4,5 |
| 20 | MAURI ALVES DE SOUZA | 4,0 |

| | | |
|----|---------------------------------|---------|
| 21 | JONAS ANTONIO DA ROSA | 3,0 |
| 22 | SANTA MARAGARIDA DOS SANTOS | 1,0 |
| 23 | JANAINA RAMOS DA CUNHA | 1,0 |
| 24 | FERNANDA PAULO BATISTA | 1,0 |
| 25 | SUELI DE MELLO CÉSAR | 0 |
| 26 | RUAN FAGANELLO LOPES | 0 |
| 27 | ANA CAROLINA GOES | 0 |
| 28 | ANA PAULA GOES | AUSENTE |
| 29 | JOSÉ FERREIRA DE JESUS | AUSENTE |
| 30 | NELSON DE OLIVEIRA ALVES | AUSENTE |
| 31 | ROSENILDA DE LIMA | AUSENTE |
| 32 | SEBASTIÃO MARCELINO DE OLIVEIRA | AUSENTE |

FUNÇÃO:MECÂNICO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|---------------|---------------|
| 01 | ADRIANO SOLLE | 8,0 |

FUNÇÃO:AUXILIAR DE MECÂNICO

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|------------------------|----------------|
| 01 | JOSÉ LUCAS NUNES | 6,0 |
| 02 | RODRIGO BOGANIKA | 6,0 |
| 03 | JACSON ANDRÉ BUSCH | 5,7 |
| 04 | JOSÉ FERREIRA DE JESUS | DECLASSIFICADO |

FUNÇÃO:OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS | NOTA DA PROVA |
|---------------|------------------------------------|---------------|
| 01 | JACIR MIGUEL SCHWARTZ | 9,5 |
| 02 | ALEXANDRO BERTOTTI | 9,0 |
| 03 | JULIANO DE JESUS FERREIRA DA SILVA | 8,5 |
| 04 | SADI ELOI CLOSS JÚNIOR | 6,5 |
| 05 | RONALDO ADRIANO FERREIRA | 2,5 |
| 06 | ADRIANO CARLOS DREHER | AUSENTE |
| 07 | LUIZ GUSTAVO RODRIGUES | AUSENTE |

RIO DAS ANTAS, 05 DE OUTUBRO DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Rio do Campo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 442 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA ZILMA BACK

Portaria nº. 442, de 06 de outubro de 2017.

"Concede licença para tratamento de saúde a servidora ZILMA BACK".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora ZILMA BACK, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Henrique José Landgraf Heidtmann – CRM 3779, em anexo, a contar de 30/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 30/09/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 06 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 3.865 - ANTECIPA FERIADO DO DIA 29 DE DEZEMBRO

DECRETO Nº. 3.865, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

"Antecipado o feriado do dia 29 de dezembro e dá outras providências".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, usando de suas atribuições legais, com fulcro no inciso VII, artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Rio do Campo,

Atendendo a Solicitação da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL de Rio do Campo,

DECRETA:

Art. 1º. Para o ano de 2017, fica antecipado o feriado do dia 29 de dezembro (Dia do Município), para o dia 26 de dezembro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 06 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 435 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA FLAVIANA GRANZA

Portaria nº. 435, de 03 de outubro de 2017.

"Dispõe sobre a exoneração da Servidora Flaviana Granza".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 03 de outubro de 2017, a servidora FLAVIANA GRANZA, nomeada no cargo efetivo de Fiscal de Tributos, através da portaria nº 285 de 01 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 03/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 03 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 431 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR LOURIVAL ROCHA

Portaria nº. 431, de 02 de outubro de 2017.

“Concede Férias ao Servidor LOURIVAL ROCHA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor LOURIVAL ROCHA Matrícula 33457, 10 (dez) dias de férias referente ao período aquisitivo de 11/02/2016 a 10/02/2017, tendo como período de gozo: 02 a 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 02/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 02 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 432 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ALICE ALVES

Portaria nº. 432, de 02 de outubro de 2017.

“Dispõe sobre a contratação de ALICE ALVES, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 001/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar ALICE ALVES, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Ensino infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 02/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 02 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 433 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR SIDNEI NAZARIO

Portaria nº. 433, de 02 de outubro de 2017.

“Concede Férias ao Servidor SIDNEI NAZARIO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** ao servidor **SIDNEI NAZARIO** Matrícula 34156, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 05/08/2015 a 04/08/2016, tendo como período de gozo: 02 a 21 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 02/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 02 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 434 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SHIRLEY WORM MARQUES

Portaria nº. 434, de 02 de outubro de 2017.

"Dispõe sobre a contratação de SHIRLEY WORM MARQUES, Admissão em Caráter Temporário".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo de Chamamento Público aberto pelo edital 01/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar **SHIRLEY WORM MARQUES**, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Assistente Social, carga horária de 30 horas semanais, grupo I, nível XX, do quadro geral de cargos e salários, anexo III, da lei 1570, de 02 de janeiro de 2007 para desempenhar suas funções na Secretária do Bem Estar Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 03/02/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 02 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 436 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR CLAUDENIR IRINEU DA SILVA

Portaria nº. 436, de 04 de outubro de 2017.

"Concede Férias ao Servidor **CLAUDENIR IRINEU DA SILVA**".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** ao servidor **CLAUDENIR IRINEU DA SILVA** Matrícula 33626, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 31/12/2015, tendo como período de gozo: 04 de outubro a 02 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 04/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 437 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR CARLOS EDUARDO BELETTI

Portaria nº. 437, de 04 de outubro de 2017.

“Concede Férias ao Servidor CARLOS EDUARDO BELETTI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor CARLOS EDUARDO BELETTI Matrícula 33952, sendo, 15 (quinze) dias de férias referente ao período aquisitivo de 07/06/2014 a 06/06/2015, e 15 (quinze) dias de férias referente ao período aquisitivo de 07/06/2015 a 06/06/2016, tendo como período de gozo: 04 de outubro a 02 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 04/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 438 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SABRINA ROCHA

Portaria nº. 438, de 04 de outubro de 2017.

“Dispõe sobre a contratação de Sabrina Rocha, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro na Lei Municipal Complementar nº 22/2015, de 05 de maio de 2015, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 002/2017, de 14 de julho de 2017, homologado pelo Decreto nº 3.855, de 01 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 04 de outubro de 2017, SABRINA ROCHA, CPF Nº 085.654.559-71, para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde, EMPREGO PÚBLICO, tempo indeterminado – Micro área 10, Taiózinho, Parte Tamanduá e Tifa Varela, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 04/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 439 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ROSELI GRANKOW MEYER

Portaria nº. 439, de 05 de outubro de 2017.

“Dispõe sobre a contratação de ROSELI GRANKOW MEYER, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro na Lei Municipal Complementar nº 22/2015, de 05 de maio de 2015, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 002/2017, de 14 de julho de 2017, homologado pelo Decreto nº 3.855, de 01 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 05 de outubro de 2017, ROSELI GRANKOW MEYER, CPF Nº 003.414.079-41, para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde, EMPREGO PÚBLICO, tempo indeterminado – Micro área 05, Rio Waldrich e Tamanduá, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 05/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 440 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CARLOS ARNOLDO SEMIANO

Portaria nº. 440, de 05 de outubro de 2017.

“Dispõe sobre a contratação de CARLOS ARNOLDO SEMIANO, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro na Lei Municipal Complementar nº 22/2015, de 05 de maio de 2015, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 002/2017, de 14 de julho de 2017, homologado pelo Decreto nº 3.855, de 01 de setembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 05 de outubro de 2017, CARLOS ARNOLDO SEMIANO, CPF Nº 104.453.699-30, para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde, EMPREGO PÚBLICO, tempo indeterminado – Micro área 16, Rio Verde, Ribeirão Carneiro e parte Rio Azul, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 05/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 441 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CELIA DROZDEK

Portaria nº. 441, de 05 de setembro de 2017.

“Concede licença prêmio a servidora Celia Drozdek, e dá outras providências.”

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro nos artigos 116 e 120, da Lei nº. 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio, sendo 30 dias em pecúnia e 60 dias em gozo, conforme previsto no Art. 120 da lei nº 960/1994, a servidora Célia Drozdek, matrícula nº. 33353, CPF nº 014.389.119-71, referente ao 2º quinquênio, período aquisitivo: 04/06/2012 à 03/06/2017. Período de licença: 01 de novembro de 2017 a 30 de dezembro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 05/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 443 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EUGÊNIO CHEPERS

Portaria nº. 443, de 06 de outubro de 2017.

“Concede Férias ao Servidor EUGENIO CHEPERS”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor EUGENIO CHEPERS Matrícula 33667, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 02/03/2017 à 01/03/2017, tendo como período de gozo: 04 de outubro a 02 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 04/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 06 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

DANIEL STREY - 23º TERMO ADITIVO

23º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, firmado em 01/02/2011, com término previsto para 04/09/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) DANIEL STREY, portador(a) do CPF nº 062.941.539-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 23º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90 / 2011, iniciando-se a prorrogação em 05/09/2017 e encerrando-se em 11/09/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/09/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DANIEL STREY
Contratado(a)

PAUTA DE SORTEIO Nº 009/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio Nº 009/2017

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 09 de Outubro de 2017, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores, sito 2º andar do prédio Central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 139690/2013

Nome do Recorrente: Valdir Coriolano de Faria

Nº do Recurso: 010/2017

Rio do Sul, 06 de Outubro de 2017.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

RESUMO DO CONTRATO Nº 001/2017/FMD

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 001/2017/FMD

Pregão Presencial nº 010/2017/FMD

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Casa Moreira Eventos Ltda EPP;

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento:

LOTE 01

| Item | Qtd | Unid | Produto |
|------|-----|------|--|
| 1 | 02 | UN | Locação de arquibancada nas medidas 20mX4 degraus - 40 cm - para ser colocada na modalidade de Handebol Masculino e Feminino, no Lions Clube e, na modalidade de tênis de mesa Masculino e Feminino, na Associação Metalúrgica Riosulense. |
| 2 | 01 | UN | Locação de arquibancada nas medidas 20mX8 degraus - 40 cm - para ser colocada na modalidade de Judô Masculino e Feminino, no Ginásio do Colégio Ruy Barbosa, município de Rio do Sul/SC. |

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);



Prazo de Execução: até entrega e garantia dos serviços;

Condições de Pagamento: 30 dias após emissão da nota fiscal;

Recurso: Estadual;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 12 de setembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 004/2017/FMD

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 004/2017/FMD

Pregão Presencial nº 007/2017/FMD

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Primus Import Comércio de Importados Ltda ME;

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento:

| Item | Qtd | Unid | Produto |
|------|-----|------|--|
| 1 | 01 | Un | Placar eletrônico poliesportivo medidas 0,65X1,20, 5 cm de espessura dígitos do cronometro/hora 14cm, dígitos período 14cm, marca até 9, dígitos faltas/set. 14 cm, marca até 19, dígitos escores 14cm., marca até 199, dígitos formados por leds na cor vermelha ultrabrights, comando - teclado PC com LCD de fácil operação, proteção: acrílico anti-reflexivo e resistente, alimentação bi-volt consumo aproximado 50W, estrutura alumínio e acrílico, cronometro/hora digital progr/regr de 0 a 99 no formato MM:SS, escore 02 no formato LOCAL/VISIT até 199 pontos sustentação possui 2 bases giratórias pé Peso aprox. 5Kg ultraleve Campainha automática e manual Comunicação via frequência de rádio sem fio. |
| 2 | 01 | Un | Placar eletrônico poliesportivo medidas 1,95X3,50, 15,5 cm de espessura Consumo máximo 500W Placar polivalente e moderno, desenvolvido dentro das normas internacionais. Indicadores em leds ultrabrights de alta visibilidade. Comando universal, via cabo com interface amigável de fácil operação. Cronômetro digital progressivo e regressivo com minutos, segundos e décimos de segundos, de 0 à 99 minutos, de altíssima precisão em display de 360mm, com perfeita visualização de qualquer ângulo. Escores de pontuação com capacidade para até 199 pontos e tecla de correção. Indicador de período ou set em disputa. Marcador de folhas coletivas com acúmulo das mesmas para cada período e indicação do limite de faltas até 19. Marcador de pedido de tempo por setas, indicando o solicitante e o número de tempos já solicitados. Campainha manual ou automática. Tempos ajustáveis. O jornal eletrônico pode informar: Nome das equipes; nome dos jogadores e respectivos números; O autor do gol; Número de faltas individuais; Nome do autor da falta; Substituições, expulsões; etc; Transmitir informações publicitárias; Informações de utilidade pública antes, durante, no intervalo ou após os jogos. |

Valor: R\$ 18.140,00 (dezoito mil cento e quarenta reais);

Prazo de Execução: até entrega e garantia dos serviços;

Condições de Pagamento: 30 dias após emissão da nota fiscal;

Recurso: Estadual;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 12 de setembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO CASSIA ESTHER MALISSESKI DE SOUZA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CASSIA ESTHER MALISSESKI DE SOUZA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – PROCESSO SELETIVO N. 002/2017. Salientamos que a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e, conforme disposto no edital, o candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 06 de outubro de 2017

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO SANDRA MARIA BORSATTI**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SANDRA MARIA BORSATTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de TERAPEUTA OCUPACIONAL – 30 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 002/2017. Salientamos que a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e, conforme disposto no edital, o candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 06 de outubro de 2017

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.903/2017

DECRETO Nº 3.903/2017

NOMEIA O TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Senhor JOSENEI SASSETT, ocupante do cargo de auxiliar de contabilidade, para desempenhar as atribuições de TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA – SC E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROMELÂNDIA -SC no período de 09 de outubro de 2017 à 13 de outubro de 2017, em que a titular, senhora NEIDE MARTA GIOTTO KUHN, encontra-se em gozo de férias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 06 de outubro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária de Administração e fazenda

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 108/2017

DECRETO Nº 108, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA UNIFICAÇÃO DE VÍNCULO E NOVO ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com o artigo 88, incisos VII e IX da Lei Orgânica Municipal, artigos 14 e 43 da Lei Complementar nº. 003/2005 e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, a proceder a unificação do vínculo laboral e novo enquadramento dos servidores públicos/professores lotados na Secretaria de Educação que possuem 2 (dois) vínculos de 20 (vinte) horas em vigência.

Art. 2º. A edição deste Decreto se justifica em razão do interesse público local na regulamentação dessa situação que provém de longa data e outras Administrações, bem como, na necessidade administrativa de unificação do vínculo de trabalho e adequação do enquadramento dos servidores públicos/professores lotados na Secretaria de Educação.

Art. 3º. Para fins de progressão funcional que trata a Lei Complementar nº. 003/2005, considerado o disposto no quadro do anexo VI, deverá o setor de Recursos Humanos realizar o enquadramento dos servidores públicos/professores utilizando-se como parâmetro o vínculo mais antigo celebrado com a municipalidade.

Art. 4º. Da mesma forma estabelecida no artigo 3º, as férias e os demais benefícios decorrentes do vínculo laboral anterior com a municipalidade, deverão ter como parâmetro o vínculo mais antigo celebrado.

Art. 5º. Em hipótese alguma haverá alteração da carga horária dos servidores públicos/professores lotados na Secretaria de Educação em decorrência deste Decreto, uma vez que, eles já laboram a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas em cada vínculo laboral.

Art. 6º. Com a unificação dos vínculos e o enquadramento na forma deste Decreto, cessam os efeitos jurídicos dos vínculos de 20 (vinte) horas celebrados.

Art. 7º. Este Decreto tem a finalidade específica mencionada no artigo 2º, não se aplicando em nenhuma hipótese aos docentes que possuem vínculo ACT – Admitido em Caráter Temporário (art. 35, Lei Complementar nº. 003/2005).

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 05 de outubro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra PRORROGADO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 022/2017, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA, PELO PERÍODO DE ATÉ 12 MESES, DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 16/10/2017 até as 14h00min.

Abertura: 16/10/2017, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 06 de OUTUBRO 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecilia

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

PROPONENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

OBJETO: Repasse de recursos financeiros pelo Concedente ao Proponente, para auxiliar a entidade no custeio de despesas com a elaboração de Laudo Técnico das Condições de Trabalho 2017 – LTCAT em benefício de seus associados, conforme Plano de Trabalho apresentado ao Município.

VALOR DO REPASSE: R\$ 3.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/10/2017 A 31/12/2017

SAMUEL ARBEGAUS

GESTOR DE PARCERIAS VOLUNTÁRIAS

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

EXTRADO DO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº02/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALAR LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: O Valor Total do presente Aditivo é de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), O valor do contrato após acréscimo nos itens, é de R\$ 23.115,50 (vinte e três mil cento e quinze reais e cinquenta centavos) de acordo com o inciso IV do art. 57 da Lei de Licitações.

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 02/2017, de 20 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 03 de outubro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRADO DO ADITIVO AO CONTRATO 04/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP.

OBJETO DO ADITIVO: O Valor Total do presente Aditivo é de R\$ 2.038,65 (dois mil e trinta e oito reais sessenta e cinco centavos), O valor do contrato após acréscimo nos itens, é de R\$ 44.853,95 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos). de acordo com o inciso IV do art. 57 da Lei de Licitações.

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 04/2017, de 20 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 03 de outubro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRADO DO ADITIVO AO CONTRATO 05/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº05/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: O Valor Total do presente Aditivo é de R\$ 2.322,00 (dois mil trezentos e vinte e dois reais), O valor do contrato após acréscimo nos itens, é de R\$ 25.437,50 (vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). de acordo com o inciso IV do art. 57 da Lei de Licitações.

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 05/2017, de 20 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 03 de outubro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRADO DO ADITIVO AO CONTRATO 06/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº06/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: O Valor Total do presente Aditivo é de R\$ 2.434,50 (dois mil quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), O valor do contrato após acréscimo nos itens, é de R\$ 55.033,42 (cinquenta e cinco mil e trinta e três reais e quarenta e dois centavos). de acordo com o inciso IV do art. 57 da Lei de Licitações.

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 06/2017, de 20 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 03 de outubro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRADO DO ADITIVO AO CONTRATO 07/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº07/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO DO ADITIVO: O Valor Total do presente Aditivo é de R\$ 3.220,00 (três mil duzentos e vinte reais), O valor do contrato após acréscimo nos itens, é de R\$ 64.595,50 (sessenta e quatro mil quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos). de acordo com o inciso IV do art. 57 da Lei de Licitações.

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 07/2017, de 20 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 03 de outubro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRADO DO ADITIVO AO CONTRATO 19/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº19/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: GERALDO LINO DUTRA ME

OBJETO DO ADITIVO: O Valor Total do presente Aditivo é de R\$ 3.610,00 (três mil e seiscentos e dez reais), O valor do contrato após acréscimo nos itens, é de R\$ 19.490,00 (dezenove mil e quatrocentos e noventa reais). de acordo com o inciso IV do art. 57 da Lei de Licitações.

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 19/2017, de 21 de março de 2017, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 03 de outubro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

EMPRESA VENCEDORA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, ILMAR SANI – ME, MARIA CIRLEI DA VEIGA – ME, ARTEDANIO SILVA VIEIRA – EPP, CMED SERV. TÉC. E DIST. LTDA – ME E LLO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 40.032,35

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de setembro 2017.

Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

CPF/MF: 00.802.002/0001-02.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.744,45

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CPF/MF: 83.157.032/0001-22.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.431,90

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: GILMAR SANI – ME.

CPF/MF: 14.588.459/0001-62.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.061,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: MARIA CIRLEI DA VEIGA – ME.

CPF/MF: 20.132.097/0001-01.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.250,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: ARTEDANIO SILVA VIEIRA – EPP.

CPF/MF: 28.358.842/0001-39.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.895,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.
CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.
EMPRESA CONTRATADA: CMED SERV. TÊC. E DIST. LTDA – ME.
CPF/MF: 20.444.829/0001-90
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.150,00
VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.
ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

XTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.
CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.
EMPRESA CONTRATADA: LLO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CPF/MF: 04.948.334/0001-42
VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.500,00
VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.
ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 25 de setembro de 2017.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 14/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2017
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.
EMPRESA VENCEDORA: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME.
VALOR HOMOLOGADO: R\$ 19.634,02
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 02 de outubro 2017.
Santa Rosa de Lima, em 02 de outubro de 2017.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2017
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.
CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.
EMPRESA CONTRATADA: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME.
CPF/MF: 05.948.061/0001-07 .
VALOR DO CONTRATO: R\$ 19.634,02
VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, até 31 de dezembro de 2017.
ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.
Santa Rosa de Lima, em 02 de outubro de 2017.
SALESIO WIEMES
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL Nº 096/2017 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA DE EDITAL

Edital nº 096/2017-PR

PUBLICADO NO DOM EM 29/09/2017 - EDIÇÃO Nº 2351 PG 1389

Onde lê-se:

2.2. "Os envelopes contendo "Proposta de Preço" e "Documentação", deverão ser protocolados até as 17h00min do dia 10/09/2017, no setor de licitações da Prefeitura do Município de Santa Rosa do Sul/SC."

Leia-se:

2.2. "Os envelopes contendo "Proposta de Preço" e "Documentação", deverão ser protocolados até as 17h00min do dia 10/10/2017, no setor de licitações da Prefeitura do Município de Santa Rosa do Sul/SC."

E no termo de referência, Onde lê-se:

ITEM 11

SERVIÇOS DE FILMAGEM EM FULL HD DO EVENTO, COM 02 (DUAS) CAMERAS CANON ADSLR, LENTE CANON 70-200 MM 2.8, LENTE CANON 16-35MM 2.8 E 02(DUAS) FILMADORAS PANASONIC OMBRO ALTA DEFINIÇÃO AVCHD, COM NO MINIMO 4HS DE FILMAGEM POR DIA, COM TRANSMISSÃO AO VIVO DE ESTUDIO CENOGRAFICO INTERNO E EXTERNO EM SISTEMA FULL HD INTEGRADO E SIMULTANEO PARA 10 (DEZ) MONITORES DE TVS DE LED 42 POLEGADAS, 02 (DUAS) TVS 60 POLEGADAS E 02 (DOIS) TELOES RETOR-PROJETORES COM 3.000 LUMENS MEDINDO 5X2.8METROS DE PAINEL CADA, EM PONTOS ESTRATEGICOS DO EVENTO E PROGRAMAÇÃO AO VIVO PELO FACEBOOK NO PERFIL E NA PAGINA POLVILHANA COM MATERIAL DOS MELHORES MOMENTOS EDITADOS E ENTREGUES EM MIDIA SÓLIDA (PEN DRIVE). DIA 14/11/2017 A 19/11/2017. ITEM 12

FOTOGRAFIA COM 02(DUAS CAMERAS CANON ADSLR, LENTES CANON 70-200MM 2.8 E 16-35MM 2.8 EM ALTA DEFINIÇÃO COM COBERTURA DA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO POLVILHANA COM NO MINIMO 600 SEISCENTAS) FOTOS POR DIA, ENTREGUES EM MIDIA SÓLIDA (PEN DRIVE) DIA 14/11/2017 A 19/11/2017. E no termo de referência, Leia-se:

ITEM 11

SERVIÇOS DE FILMAGEM EM FULL HD DO EVENTO, COM 02 (DUAS) CAMERAS, LENTE 70-200MM 2.8, LENTE 16-35MM 2.8 E 02(DUAS) FILMADORAS OMBRO ALTA DEFINIÇÃO AVCHD, COM NO MINIMO 4HS DE FILMAGEM POR DIA, COM TRANSMISSÃO AO VIVO DE ESTUDIO CENOGRAFICO INTERNO E EXTERNO EM SISTEMA FULL HD INTEGRADO E SIMULTANEO PARA 10 (DEZ) MONITORES DE TVS DE LED 42 POLEGADAS, 02 (DUAS) TVS 60 POLEGADAS E 02 (DOIS) TELOES RETOR-PROJETORES COM 3.000 LUMENS MEDINDO 5X2.8METROS DE PAINEL CADA, EM PONTOS ESTRATEGICOS DO EVENTO E PROGRAMAÇÃO AO VIVO PELO FACEBOOK NO PERFIL E NA PAGINA POLVILHANA COM MATERIAL DOS MELHORES MOMENTOS EDITADOS E ENTREGUES EM MIDIA SÓLIDA (PEN DRIVE). DIA 14/11/2017 A 19/11/2017. ITEM 12

FOTOGRAFIA COM 02(DUAS CAMERAS, LENTES 70-200MM 2.8 E 16-35MM 2.8 EM ALTA DEFINIÇÃO COM COBERTURA DA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO POLVILHANA COM NO MINIMO 600 SEISCENTAS) FOTOS POR DIA, ENTREGUES EM MIDIA SÓLIDA (PEN DRIVE) DIA 14/11/2017 A 19/11/2017. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 3534-1113 e e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

Luana Pereira.

Pregoeira

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 14/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 82/2017

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 14/2017

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolares; matriz curricular; formulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta estatístico e gerencial (web); e portal de aluno (web), bem como serviços de implantações e treinamento nos referidos sistemas, conforme características técnicas, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: INTELLIBR SISTEMAS LTDA - ME

CNPJ: 08.982.125/0001-76

ENDEREÇO: R Juvenal Pereira, 53, São José/SC

VALOR: R\$ 2.625,00 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais)

Santa Terezinha do Progresso, 09/10/2017

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº.15/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 83/2017

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 15/2017

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é Aquisição de cabos de aço e madeira para construção de pinguela sobre o Rio Cafundó nas divisas entre a linha São José do Laranjal e Linha Fantini, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: DIRCEU DEMARTINI ME

CNPJ:03.333.354/0001-46

ENDEREÇO: Linha São Luiz, s/n

Santa Terezinha do Progresso/SC

VALOR: R\$ 904,75 (novecentos e quatro reais e setenta e cinco centavos)

NOME DO CREDOR: BOCK & CIA LTDA

CNPJ: 85215.382/0001-23

ENDEREÇO: Rua 7 de Setembro, 2671

São Miguel do Oeste/SC

VALOR: R\$ 1.716,00 (um mil setecentos e dezesseis reais)

Santa Terezinha do Progresso, 05/10/2017

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2017

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC

ERRATA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2017

O Município de Santa Terezinha do Progresso vem a público retificar o Edital Pregão Presencial – Sistema Registro de Preço Nº. 53/2017, para Aquisição de artigos e enfeites natalinos destinados as festividades de natal e ano novo do município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

Alterar a descrição dos itens do objeto do Pregão, Item 2 do edital

O Novo prazo de julgamento da Proposta e habilitação passa para o dia 23 de outubro de 2017 as 13:30 horas.

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Santa Terezinha do Progresso, 09 de outubro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 131/2017

PORTARIA Nº 132/2017

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias regulamentares, a servidora pública municipal, KELI JOHNER, matrícula 13024/01 lotada na Secretaria de Municipal de Saúde, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica. Período aquisitivo de 18/06/2015 a 17/06/2016, período de gozo de férias de 09/10/2017 a 23/10/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Outubro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 24 de outubro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preço, tendo como objeto a Eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br ou também pelo e-mail: compras@staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 09 de outubro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 261/2017 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 261/2017 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Decreta Ponto Facultativo em todo o território municipal e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

Considerando, o Feriado Nacional no dia 12 de outubro de 2017, quinta-feira.

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO em todo território Municipal no dia 13 de outubro de 2017, sexta-feira, durante todo o dia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº260/2017 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº260/2017 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07.00 – Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 07.01 – Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0024 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Ação: 2.056 – Manut. das Atividades da Agricultura

Atividade: 2.056 – Manut. das Atividades da Agricultura

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº262/2017 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº262/2017 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.3.02 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL N. 873/2017 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera o caput do Art. 3º da Lei Municipal nº047/1997, de 27 de junho de 1997 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do Art. 3º da Lei Municipal nº047/1997, de 27 de junho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - O FMS será gerido pela Secretaria Municipal de Saúde, e seu gestor será o Secretário ou, na ausência deste, outro servidor designado pelo Prefeito Municipal, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL N. 874/2017 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Institui os meios de Publicações oficiais do Município e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídos o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e o sitio Oficial do Município de Santiago do Sul na internet (www.santiagodosul.sc.gov.br), como órgãos oficiais de publicações legais e divulgações dos atos administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios e o sitio Oficial do Município de Santiago do Sul de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado nos endereços eletrônicos www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.santiagodosul.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos na data de sua primeira publicação, condicionados à publicação no Diário Oficial dos Municípios e no Sitio Eletrônico Municipal até o quinto dia útil subsequente à sua assinatura.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios e no sitio eletrônico do Município até o último dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº732/2014, de 06 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

LEI MUNICIPAL N. 875/2017 – DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de despesas com a realização de campeonato regional de futebol suíço e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de despesas no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com a realização de campeonato regional de futebol, suíço.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente na Ação / Atividade 2.025 Promoção e Incentivo ao Esporte Amador.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 513/2017

DECRETO Nº 0513, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desporte

Atividade: 2.058 – Desporto de Iniciação e Rendimento

(20)3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Crédito Adicional abertos, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desporte

Atividade: 2.058 – Desporto de Iniciação e Rendimento

(23)3.3.90.48.00.00.00 100 – Outros Aux. Financeiros - PF R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 514/2017

DECRETO Nº 0514, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.034 – Rádio Patrulha

(397) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.034 – Rádio Patrulha

(399) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ERRATA PORTARIA Nº 2411/2017

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 2411/2017, no DOM nº 2351, de 29 de setembro de 2017, pág. 1393, no local que se lê "JOELMA DA SILVA DMETERKO" leia-se "JOELMA DA SILVEIRA DMETERKO".

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2017**EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2017**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: Fornecimento de passes (vale transporte) para profissionais da Rede Municipal de Ensino - Educação Infantil, pelo período de julho à dezembro de 2017 de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 119/2017 de 21 de junho de 2017.

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------|-------|---|----------------|---------------|
| 1 | 240 | Unid. | Passagem Mafra x São Bento do Sul (Bela Aliança). | R\$ 20,48 | R\$ 4.915,20 |
| 2 | 2.160 | Unid. | Passagem Mafra x São Bento do Sul. | R\$ 17,67 | R\$ 38.167,20 |
| 3 | 480 | Unid. | Passagem Rio Negrinho x São Bento do Sul. | R\$ 5,05 | R\$ 2.424,00 |
| 4 | 1.200 | Unid. | Passagem de Campo Alegre x São Bento do Sul. | R\$ 5,33 | R\$ 6.396,00 |
| 5 | 80 | Unid. | Passagem Joinville x São Bento do Sul. | R\$ 25,22 | R\$ 2.017,60 |
| 6 | 80 | Unid. | Passagem São Bento do Sul x Joinville. | R\$ 22,72 | R\$ 1.817,60 |

DO VALOR: R\$ 55.737,60 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar de 01.07.2017.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2017.

ASS: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.
REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2017**EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2017**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Cessão de Licenciamento de Uso de Sistemas para Gestão Escolar que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SETTI SISTEMAS LTDA - EPP.

DO OBJETO: Contratação de serviços para manutenção e suporte de sistemas informatizados para Gestão Escolar na Rede Municipal de Ensino, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conversão, implantação, treinamento, locação mensal para 56 usuários, pelo período de outubro a dezembro de 2017, conforme Dispensa de Licitação nº 184/2017 de 21 de setembro de 2017.

DO VALOR: R\$ 10.190,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses a contar de 01.10.2017.

São Bento do Sul, 21 de setembro de 2017.

ASS: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.
SETTI SISTEMAS LTDA - EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 168/2017**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 168/2017**

DA ESPÉCIE: Vigésimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de outubro de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 – Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental – FATMA – Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 20 de setembro de 2017 e com término em 18 de dezembro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 020/2013 de 11 de janeiro de 2013, Termo Aditivo nº 116/2013 de 12 de abril de 2013, Termo Aditivo nº 221/2013 de 11 de julho de 2013, Termo Aditivo nº 331/2013 de 09 de outubro de 2013 e Termo Aditivo nº 020/2014 de 06 de janeiro de 2014, Termo Aditivo nº 107/2014 de 07 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 226/2014 de 07 de julho de 2014, Termo Aditivo nº 298/2014 de 26 de setembro de 2014, Termo Aditivo nº 369/2014 de 29 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 104/2015 de 30 de março de 2015, Termo Aditivo nº 199/2015 de 30 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 264/2015 de 28 de setembro de 2015, Termo Aditivo nº 332/2015 de 10 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 057/2016 de 16 de março de 2016, Termo Aditivo nº 129/2016 de 21 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 213/2016 de 14 de setembro de 2016, Termo Aditivo nº 246/2016 de 16 de novembro de 2016, Termo Aditivo nº 058/2017 de 07 de março de 2017 e Termo Aditivo nº 107/2017 de 07 de junho de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 173/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 173/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Direito de Uso de Bem Público de nº 338/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES HORTIGRANJEIROS DA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO, em 19 de setembro de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 280/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 280/2012 que consiste na Concessão de direito de uso à instituição gestora para explorar o Entrepósito do Mel, pelo período de 05 (cinco) anos, prorrogável por até igual período no município de São Bento do Sul – SC, conforme Termo de Referência em anexo;

Considerando a Cláusula Quarta do contrato supracitado: "O prazo da presente Concessão de Uso será de 05 (cinco) anos, a contar de 19 de setembro de 2012 e com término em 18 de setembro de 2017, podendo ser prorrogado por até igual período a critério do CONCEDENTE, findo o qual a CONCESSIONÁRIA deverá desocupar a referida área, independente de prévia notificação, e sem direito a qualquer tipo de indenização. (grifo nosso);

Considerando a possibilidade de prorrogação contratual das concessões, de acordo com o Art. 23, inc. XII, da Lei 8987 de 13 de fevereiro de 1995:

"Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

inc. XII: às condições para prorrogação do contrato";

Considerando que a atual CONCESSIONÁRIA até o presente momento cumpriu pontualmente com as obrigações assumidas e descritas no Edital de Concorrência Pública, no Termo de Referência anexo ao Edital e no Contrato 338/2012;

Considerando que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente busca continuamente melhorias para a gestão do Entrepósito do Mel, avaliando o desempenho da CONCESSIONÁRIA, além de participar de diálogos e reuniões com a Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina - FAASC, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, dentre outros órgãos, visando o aperfeiçoamento contínuo das atividades desenvolvidas no Entrepósito do Mel;

Ante ao exposto, justifica-se a prorrogação do contrato de concessão de direito de uso nº 338/2012, a contar de 19 de setembro de 2017 pelo período de 6 (seis) meses, de acordo com o art. 23, inc. XII da Lei 8987 de 13 de fevereiro de 1995 e da Cláusula Quarta do contrato supracitado, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato, pelo prazo de 06 (seis) meses a contar de 19 de setembro de 2017 e com término em 18 de março de 2018.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 19 de setembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2017.

Ass: MARCIO DREVECK, pela Secretaria Interino de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES HORTIGRANJEIROS DA REGIÃO DO ALTO RIO NEGRO, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 175/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 175/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passes Estudante de nº 146/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, em 03 de agosto de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 154/2017. Considerando o objeto do Contrato de nº 146/2017 que consiste no fornecimento de passes escolares para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Rede Estadual do Ensino Médio, para transporte dos alunos da Rede Municipal de Ensino, pelo período de agosto/2017 a setembro/2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 154/2017 de 03 de agosto de 2017;

Considerando que a quantidade estimada de vale transporte para utilização dos alunos da rede municipal e rede estadual de ensino quando da elaboração do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 154/2017 que deu origem ao Contrato nº 146/2017 se tornou insuficiente até o término do mesmo em 30 de setembro de 2017, faz-se necessário aditar o referido contrato para continuidade do serviço conforme Cláusula Oitava - Das Alterações e o Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no contrato o valor total de R\$ 100.422,40 (cem mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos) conforme itens e quantidades abaixo:

| Item | Qtde a ser aditivada | Especificação | Preço Unitário | Preço Total |
|------|----------------------|---|----------------|---------------|
| 1 | 4375 | Passes Estudante para alunos da Educação Infantil. | R\$ 3,20 | R\$ 14.000,00 |
| 1 | 20 | Passes Estudante para alunos da Educação Infantil. | R\$ 3,20 | R\$ 64,00 |
| 1 | 60 | Passes Estudante para alunos da Educação Infantil. | R\$ 3,20 | R\$ 192,00 |
| 1 | 2647 | Passes Estudante para alunos do Ensino Fundamental. | R\$ 3,20 | R\$ 8.470,40 |
| 1 | 15625 | Passes Estudante para alunos do Ensino Fundamental. | R\$ 3,20 | R\$ 50.000,00 |
| 1 | 8655 | Passe Estudante para alunos do Ensino Médio. | R\$ 3,20 | R\$ 27.696,00 |

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 03 de agosto de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de setembro de 2017.

Ass: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA, como Contratada.

PORTARIA Nº 2441/2017

PORTARIA Nº 2441, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal, INGELORE GIESE VALERIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00143/14-4, de 13 anos, 09 meses e 18 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7735, de 2 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2442/2017

PORTARIA Nº 2442, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora IVETE KOBUS VIESNIEWSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2014/2017.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 16/10/2017 a 14/11/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2443/2017

PORTARIA Nº 2443, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 2424/2017

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que no Memorando Interno nº 297/2017/RH, consta que a servidora ANDREA BLASKOVSKI solicitou o cancelamento da licença prêmio concedida através da Portaria nº 2424/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 2424, de 28 de setembro de 2017, que concedeu licença prêmio à servidora ANDREA BLASKOVSKI, ocupante do cargo de Bibliotecária, na Fundação Cultural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2445/2017

PORTARIA Nº 2445, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, FABIO ROBERTO BERNARDES, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe de Divisão de Emprego e Renda, a partir de 5 de outubro de 2017.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2446/2017

PORTARIA Nº 2446, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar JARI PEREIRA, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Defesa Civil, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FORD/Courier, MCY 8903.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2447/2017

PORTARIA Nº 2447, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera Portaria nº 11953/2016 que Nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul - CONCIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680 de 10 de outubro de 2006 e do Decreto nº 304/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 11953, de 10 de junho de 2016, que nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Titular: Édina Claucia Weber

Suplente: Adelino Denk

(...)

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

(...)

g) 02 (dois) representantes de associações de moradores

Do Bairro Schramm

Titular: José Tadeu de Santana Júnior

Suplente: João Francisco Kandaten

Da União São Bentense das associações de moradores

Titular: Almir Dias

Suplente: Dalciano Fragoso

h) 02 (dois) representantes de organizações não-governamentais

Instituto de Desenvolvimento Integral

Titular: Raul da Silva Azedo

Suplente: Siegfried Walter Guenter

Associação São Bentense de Ciclismo

Titular: Claudio Cezar de Mello

Suplente: Werner Wind

i) 01 (um) representante da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Titular: Gean Cardoso de Medeiros

Suplente: Eliziane Meurer Boing

(...)

l) 01 (um) representante de escolas particulares

Titular: Mariane Rank Muchalski

Suplente: Valquíria Galecki Pinheiro

m) 01 (um) representante do Serviço de Aprendizagem Industrial – SENAI

Titular: sem representação

Suplente: sem representação

(...)”

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2448/2017

PORTARIA Nº 2448, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 0677/2013

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 9 de outubro de 2017, a Portaria nº 0677, de 14 de fevereiro de 2013, que concedeu afastamento do exercício à servidora SANDRA JELINSKY, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2449/2017

PORTARIA Nº 2449, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia Assessora Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1718/2006,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 9 de outubro de 2017, SANDRA JELINSKY, no cargo de Assessora Jurídica, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS.

São Bento do Sul, 9 de outubro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 165/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, RETIFICAR O EDITAL Nº 165/2017, no Anexo I – Termo de Referência a inclusão de itens:

INCLUI-SE:

| | | | | | |
|----------|--|-------|---|--------|---------|
| | NO LOTE 82 | | | | |
| Item 121 | MÃO DE OBRA PARA TROCA DE ÓLEO E FILTROS POR VIATU- RA(SAVEIRO 1.6 – 2011 – MIG 0601 E DOBLO ESSENCE 1.8 – 2014/2015 – OKH 6498) | UNID. | 6 | 315,00 | 1890,00 |

VALOR TOTAL DO LOTE 82: R\$ 3.642,28

NO LOTE 83

| | | | | | |
|----------|--|-------|---|--------|----------|
| Item 122 | MÃO DE OBRA PARA TROCA DE ÓLEO E FILTROS POR VIATU- RA(MB SPTRINTER 415 CDI 2014 – MMJ 2897, MB SPRINTER 415 CDI 2015/2016 – QHK 0117 E FORD RANGER XLT 3.0 2013/2014 – MKU 3673) | UNID. | 9 | 855,00 | 7.695,00 |
|----------|--|-------|---|--------|----------|

| | | | | | |
|----------|---|--|---|--------|----------|
| Item 123 | MÃO DE OBRA PARA TROCA DE ÓLEO E FILTROS POR VIATURA (FORD CARGO 1722 2007 – MHJ 4934, FORD RANGER XLT 3.0 2011 – MIV 5412 E FORD TRANSIT 350 L TA 2010 – MGY 5358) | | 9 | 720,00 | 6.480,00 |
|----------|---|--|---|--------|----------|

VALOR TOTAL DO LOTE 83: R\$ 25.464,90

NO LOTE 84

| | | | | | |
|----------|--|-------|---|--------|--------|
| Item 124 | MÃO DE OBRA PARA TROCA DE ÓLEO E FILTROS PARA FORD CARGO 3132 6X4 2011/2012 MKS 6855 | UNID. | 3 | 240,00 | 720,00 |
|----------|--|-------|---|--------|--------|

VALOR TOTAL DO LOTE 84: R\$ 3.747,00

ONDE SE LE

- A contratada deverá realizar a troca de óleo e filtros em local de sua responsabilidade, sendo que o serviço de troca do óleo e dos filtros deverá ser efetuado gratuitamente sem nenhum tipo de despesa para a secretaria requisitante.

LEIA-SE

- A contratada deverá realizar a troca de óleo e filtros em local de sua responsabilidade, sendo que o serviço de troca do óleo e dos filtros, PARA OS LOTES DE 1 À 81, deverá ser efetuado gratuitamente sem nenhum tipo de despesa para a secretaria requisitante.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto no edital e, para que essa produza seus efeitos conforme Lei fica marcada a ABERTURA do Edital de Pregão Presencial nº 165/2017 para o dia 27 de Outubro de 2017, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e proposta serão até as 08:30 horas e abertura as 09:00 horas.

São Bento do Sul, 05 de Outubro de 2017.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTENCIA SOCIAL

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES
SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
PREGOEIRO MUNICIPAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2017

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 83/2014
Contrato Nº: 55/2017 – 4º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: SANEBRAS SANEAMENTO LTDA - ME
Vigência: Início: 18/09/2017 - Término: 18/03/2018

Recursos: Dotação: (36) – 3.3.90.39.00 Setor de Abastecimento de Água - Exercício vigente
Objeto: Locação de veículo retroescavadeira com operador e gastos com combustível, tudo em conformidade com as descrições e especificações contidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, bem como às demais disposições do respectivo Edital e da Proposta Comercial que, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste instrumento contratual, e a ele estão totalmente vinculados.

Valores: Valor mensal de R\$ 8.429,82 (Oito Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Dois Centavos)

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2017.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2017

Contrato Nº: 56/2017 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA – ME

Vigência: Início: 07/08/2017 - Término: 07/08/2018

Recursos: Dotação: (74) 3.3.90.39.00.00.00 – Saneamento geral - 2017

Objeto: Contratação de prestação de serviço de locação de equipamentos de coleta dos dados de utilização e condução do veículo por meio de um sistema de telemetria, envio destes dados via GPRS ou 3G, rastreamento dos veículos via sistema GPS, geração de relatórios gerenciais eletrônicos e manutenção dos equipamentos, conforme especificação técnica detalhada, constante no Termo de Referência.

Valores: Fica suprimido o valor de R\$ 410,96 (Quatrocentos e dez reais e noventa e seis centavos) do valor mensal do presente contrato, referente à supressão de 23,26% do total contratado, pelo fato de 10 (dez) equipamentos de coleta de dados não terem sido instalados nas motocicletas utilizadas para a leitura dos medidores de consumo de água.

Assim, considerando a supressão de 23,26% do valor inicial contratado, o valor mensal informado na Cláusula Quinta do contrato aditado fica reduzido de R\$ 1.767,14, pela locação de 43 equipamentos, para R\$ 1.356,18 (Hum mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos), pela locação de 33 equipamentos.

São Bento do Sul, 06 de Outubro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2017

Contrato Nº: 56/2017 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA – ME

Vigência: Início: 07/08/2017 - Término: 07/08/2018

Recursos: Dotação: (74) 3.3.90.39.00.00.00 – Saneamento geral - 2017

Objeto: Contratação de prestação de serviço de locação de equipamentos de coleta dos dados de utilização e condução do veículo por meio de um sistema de telemetria, envio destes dados via GPRS ou 3G, rastreamento dos veículos via sistema GPS, geração de relatórios gerenciais eletrônicos e manutenção dos equipamentos, conforme especificação técnica detalhada, constante no Termo de Referência.

Valores: Fica suprimido o valor de R\$ 410,96 (Quatrocentos e dez reais e noventa e seis centavos) do valor mensal do presente contrato, referente à supressão de 23,26% do total contratado, pelo fato de 10 (dez) equipamentos de coleta de dados não terem sido instalados nas motocicletas utilizadas para a leitura dos medidores de consumo de água.

Assim, considerando a supressão de 23,26% do valor inicial contratado, o valor mensal informado na Cláusula Quinta do contrato aditado fica reduzido de R\$ 1.767,14, pela locação de 43 equipamentos, para R\$ 1.356,18 (Hum mil trezentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos), pela locação de 33 equipamentos.

São Bento do Sul, 06 de Outubro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo de Dispensa de Licitação nº 43/2013

Contrato Nº: 58/2017 - 4º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: PRIME TREINAMENTOS ESPECIAIS LTDA

Vigência: Início: 30/09/2017 - Término: 30/09/2018

Recursos: Dotação:

36 –3.3.90.39.00.00.00.0200 – Setor de Abastecimento de Água

116 –3.3.90.39.00.00.00.0600 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário

Objeto: Prestação dos SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, MONITORAMENTO E ATENDIMENTO COM VIATURAS E VIGILANTES ESPECIALIZADOS, PELA CONTRATADA, EM 04 (QUATRO) IMÓVEIS DA CONTRATANTE.

Valores: O valor pago à Contratada continua sendo R\$ 470,48 (Quatrocentos e Setenta Reais e Quarenta e Oito Centavos) por mês, valor este correspondente ao último reajuste feito no terceiro termo aditivo ao contrato.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 182, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 182, de 6 de outubro de 2017.

“CONCEDE INCORPORAÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996, tendo em vista o contido no processo 251/2017 e o parecer da consultoria jurídica, DETERMINA:

Art.1º – Que o valor correspondente à incorporação no vencimento do servidor Sandro Mateo Beier, quando de seu falecimento, em razão do exercício de cargo comissionado no SAMAE, seja de R\$ 235,33 (duzentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos);

Art.2º – Que diante da boa fé do servidor Sandro Mateo Beier, na percepção de valores indevidos, deve ser afastada qualquer providência solicitando a devolução de valores aos seus dependentes.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 101-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 101/2017 ADM

Processo ADM. nº 101/2017 - ADM
Pregão Presencial nº 101/2017
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDAÇÃO CULTURAL E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 08:00 horas – dia 19 de Outubro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas – dia 19 de Outubro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 06 de outubro de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO 102-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 102/2017 ADM

Processo ADM. nº 102/2017 - ADM
Pregão Presencial nº 102/2017
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES – PROGRAMA UNIÃO FAZ A VIDA.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:00 horas – dia 19 de Outubro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 14:30 horas – dia 19 de Outubro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 06 de outubro de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO 33/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017 - FMS

Processo Adm. Nº. 33/2017 - FMS

Tipo: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL MÉDICO PSIQUIATRA PARA ATENDIMENTO JUNTO AO CAPS, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS.

Contratado: CLINICA CATARINENSE DE DERMATOLOGIA S/S LTDA.

Valor: R\$ 84.000,00

Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso IV da Lei n.8.666/93

Vigência: 31/12/2017

SAO CARLOS, 06 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO

Decreto 116/2017

DECRETO Nº 116/2017 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

FIXA OS PREÇOS DOS EXAMES DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE EM BOVINOS DE LEITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam fixados os preços para a realização dos exames de brucelose e tuberculose em bovinos de leite, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 06/2017, conforme tabela abaixo:

| QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO |
|--------------------|----------------|
| 1 a 5 exames | R\$ 20,00 |
| 6 a 10 exames | R\$ 19,00 |
| 11 a 20 exames | R\$ 18,00 |
| 21 a 50 exames | R\$ 17,00 |
| Acima de 51 exames | R\$ 16,00 |

Art. 2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 087/2017 de 18 de julho de 2017.

São Carlos, SC, 06 de Outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se, e Publique-se.

Decreto 117/2017

DECRETO Nº 117/2017 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE GECI ENDRES E HONÓRIO ENDRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 843, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano ou com destinação urbana no Município de São Carlos, e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.546, de 19 de dezembro de 2008 e alterações, que Cria o Plano Diretor Participativo de São Carlos, e dá outras Providências;

DECRETA

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO dos imóveis descritos como Parte das Chácaras Urbanas nºs 05 e 06, de propriedade de GECI ENDRES e HONÓRIO ENDRES, conforme escritura, Matriculada sob n.º 13.283 no Cartório e Comarca de São Carlos SC

DA ÁREA

O lote de matrícula n.º 13.283 possui área de 786,89 m2 sendo parte de chácaras n.º 05 e 06 e deste será desmembrada área de 240,56 m2, permanecendo com área de 546,33 m2.

O lote de matrícula n.º 4.578 possui área de 1.009,97 m2 sendo parte de chácaras n.º 05 e 06 e deste será desmembrada área de 120,03 m2 permanecendo com área de 889,94 m2.

O Remanescente de Matrícula 13 283 unificará área de 120,03 m² vindo a constituir novo lote urbano de n.º 51 com 666,36 m2 em Quadra n.º 01. O remanescente de matrícula n.º 4.578 unificará área de 240, 56 m2 vindo a constituir novo lote urbano n.º 52 com 1.130,50 m2 em Quadra n.º 01. Tudo de acordo com mapa elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO ATUAL CONFORME MATRÍCULA Nº 13.283 DO IMÓVEL 1

Imóvel Original 1 :Parte da chácara n.º 05 com área de 121,00 m2 e parte da chácara n.º 06 com área de 665,89 m2, totalizando 786,89 m2sem benfeitorias, situado na Rua do Comercio e na Rua Gustavo Johann, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte de chácara n.º 05 onde mede 91,10 m ;

Sul: com parte de chácaras n.º 05 e 06 onde mede 58,75 m e 21,55 m;

Leste: com parte de chácaras n.º 05 e 06 onde mede 18,30 m e com a Rua do Comercio, onde mede 5,00 m;

Oeste: com a Rua Gustavo Johann, onde mede 21,50 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO IMÓVEL 1

Imóvel Desmembrado 1 :Parte da chácara n.º 05 com área de 240,56 m2 sem benfeitorias, situado nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte de chácara n.º 05 onde mede 58,60 m ;

Sul: com parte de mesma chácara n.º 05 onde mede 54,67 m ;

Leste: com a Rua do Comercio, onde mede 5,00 m;

Oeste: com parte de mesma chácara n.º 05, onde mede 4,54 m;

Imóvel Remanescente 1 :Parte das chácaras n.º 05 e 06 com área de 546,33 m2 sem benfeitorias, situado na Rua Gustavo Johann, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte de chácara n.º 05 onde mede 32,50 m ;

Sul: com parte de chácara n.º 05 onde mede 4,08 m e parte de chácara n.º 06 onde mede 21,55 m;

Leste: com parte de chácaras n.º 05 e 06 onde mede 18,30 m e com outra parte de chácara n.º 05, onde mede 4,54 m;

Oeste: com a Rua Gustavo Johann, onde mede 21,50 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO ATUAL CONFORME MATRÍCULA Nº 13.283 DO IMÓVEL 2

Imóvel Original 2 : Parte das chácaras rurais n.º 06 com 322,95 m2 e n.º 05 com 687,02 m2, perfazendo a área total de 1.009,97m2 com um prédio em alvenaria com 232,40 m2, situado nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte da chácara n.º 05 de propriedade de Darcisio Knorst , onde mede 58,75 m;

Sul: com parte da mesma chácara n.º 06 de propriedade de Orelia Boniatti, onde mede 58,75 m;

Leste: com Rua do Comércio, onde mede 18,30 m;

Oeste: com parte das mesmas chácaras n.º 05 e 06 , onde mede 18,30 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA 2

Imóvel desmembrado 2 : Parte das chácaras rurais n.º 05 e 06 com 120,03 m2 , sem benfeitorias, situado nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte da mesma chacara n.º 05 onde mede 4,08 m ;

Sul: com parte da mesma chacara n.º 06 , onde mede 9,95 m;

Leste: com parte de mesmas chácaras n.º 05 e 06, onde mede 16,96 m;

Oeste: com parte das mesmas chácaras n.º 05 e 06 , onde mede 18,30 m;

Imóvel Remanescente 2: Parte das chácaras rurais n.º 05 e 06 com área de 889,94 m2 com um prédio em alvenaria com 232,40 m2, situado nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte da mesma chacara n.º 05 onde mede 54,67 m ;

Sul: com parte da mesma chacara n.º 06 , onde mede 48,80 m;

Leste: com Rua do Comércio, onde mede 18,30 m;

Oeste: com parte das mesmas chácaras n.º 05 e 06 , onde mede 16,96 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

IMÓVEL NOVO - Unificação de Remanescente 1 com Desmembrado 2 : Parte das chácaras n.º 05 e 06 com área de 666,36 m2, agora denominado de Lote Urbano n.º 51 de Quadra n.º 01, sem benfeitorias, situado na Rua Gustavo Johann, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte de chacara n.º 05 onde mede 32,50 m ;

Sul: com parte de chacara n.º 06 onde mede 31,50 m;

Leste: com lote urbano n.º 52 onde mede 21,50 m ;

Oeste: com a Rua Gustavo Johann, onde mede 21,50 m;

IMÓVEL NOVO - Unificação de Remanescente 2 com Desmembrado 1: Parte das chácaras rurais n.º 05 e 06 com área de 1.130,50 m2, agora denominado de Lote Urbano n.º 52 de Quadra n.º 01, com um prédio em alvenaria com 232,40 m2, situado na Rua do Comércio, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confronta;

Norte: com parte da chacara n.º 05 onde mede 58,60 m;

Sul: com parte da chacara n.º 06 , onde mede 48,80 m;

Leste: com Rua do Comércio, onde mede 23,30 m;

Oeste: com lote urbano n.º 51, onde mede 21,50 m;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 033/2014 de 1 de abril de 2014, .

São Carlos/SC, 04 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Decreto 118/2017

DECRETO Nº 118/2017 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE GILMAR ROQUE CASAGRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 843, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano ou com destinação urbana no Município de São Carlos, e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.546, de 19 de dezembro de 2008 e alterações, que Cria o Plano Diretor Participativo de São Carlos, e dá outras Providências;

DECRETA

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO de imóvel urbano descrito como lote urbano nº 14 da quadra 3-A, com área de 1.489,00 m² (um mil, quatrocentos e oitenta e nove metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio esquina com Rua Írio Klaus, nesta cidade e Comarca de São Carlos Estado de Santa Catarina, de propriedade de Gilmar Roque Casagrande, constante na matrícula nº. 10.418, do registro de imóveis da comarca de SÃO CARLOS - SC.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA Nº. 10.418.

Situação Original: Lote urbano nº 14 da quadra 3-A, com área de 1.489,00 m² (um mil, quatrocentos e oitenta e nove metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua do Comércio, nesta cidade e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando:

Norte: Com partes da Chácara nº 5, onde mede 77,00 m;

Sul: Com uma Rua Írio Klaus, cuja linha mede 71,00 m;

Leste: Com a Rua do Comércio, onde mede 22,00m;

Oeste: Com o lote urbano nº 13, onde mede 20, 30m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Situação Proposta: Lote urbano nº 14 A, com área de 309,19 m², localizado na Rua Írio Klaus junto á quadra nº 3 A pertencente a Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária 2 (ZODUP 2), confronta:

Norte: Com parte da Chácara nº 5, onde mede 13,50 m;

Sul: Com uma Rua Írio Klaus, cuja linha mede 17,04 m;

Leste: Com o lote urbano nº 14, onde mede 19,84 m;

Oeste: Com o lote urbano nº 13, onde mede 20,30m;

Situação Remanescente: Lote urbano nº 14, com área de 1.179,81 m², localizado na Rua Írio Klaus esquina com Rua do Comércio junto á quadra nº 3 A pertencente ao Eixo de Densificação Urbana (EDU) confronta:

Norte: Com partes da Chácara nº 5, onde mede 63,50 m;

Sul: Com uma Rua Írio Klaus, cuja linha mede 53,96 m;

Leste: Com a Rua do Comércio, onde mede 22,00 m;

Oeste: Com o lote urbano nº 14 A, onde mede 19,84m;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os decretos nº 053/2016 de 26 de julho de 2016, e 022/2017 de 10 de março de 2017.

São Carlos/SC, 06 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Decreto 119/2017

DECRETO Nº 119/2017 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE LUDIVIA DE MATTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 843, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano ou com destinação urbana no Município de São Carlos, e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.546, de 19 de dezembro de 2008 e alterações, que Cria o Plano Diretor Participativo de São Carlos, e dá outras Providências;

DECRETA

Art. 1- Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO, identificado como lote urbano nº (1), da quadra nº 544, de propriedade de LUDIVIA DE MATTOS.

ÁREA

O presente memorial refere-se a um desmembramento do lote urbano identificado como lote urbano nº (1), da quadra nº 544, de propriedade de Ludivia De Mattos. O lote está situado no perímetro urbano, do Loteamento Águas Minerais de Pratas, nesta cidade, Município e Comarca de São Carlos, estado de Santa Catarina. Tudo de acordo com mapa elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Lote Urbano nº (1), da quadra nº 544, com a área de "SEISCENTOS METROS QUADRADOS"(600,00 m²), sem benfeitorias, situado no Loteamento Águas Minerais de Pratas, a Rua Guanabara, neste primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 8.994, confrontando:

Norte - Com a Avenida dos Estados, onde mede 20,00 metros;

Sul - Com o lote urbano nº 2, de propriedade de Ronei Schisleno Chaves, onde mede 20,00 metros;

Leste - Com a Rua Guanabara, onde mede 30,00 metros;

Oeste - Com o lote urbano nº 12, de propriedade de Lautério José Henrich, onde mede 30,00 metros;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Lote Urbano nº 1 "A", da quadra nº 544, com a área de "TREZENTOS E SESENTA METROS QUADRADOS"(360,00 m²), sem benfeitorias, situado na esquina da Rua Guanabara com a Avenida dos Estados, no Município e comarca de São Carlos, SC, confrontando:

Norte - Com a Avenida dos Estados, cuja linha mede 20,00 metros;

Sul - Com o lote urbano nº 1 "B", de propriedade de Ludivia de Mattos, cuja linha mede 20,00 metros;

Leste - Com a Rua Guanabara, cuja linha mede 18,00 metros;

Oeste - Com parte do lote urbano nº 12, de propriedade de Lautério José Henrich - M. 3.830, cuja linha mede 18,00 metros;

Lote urbano nº 1 "B", da quadra nº 544, com a área de "DUZENTOS E QUARENTA METROS QUADRADOS"(240,00 m²), sem benfeitorias, distando 18,00 metros da esquina formada pela Rua Guanabara com a Avenida dos Estados, no Município e comarca de São Carlos, SC, confrontando:

Norte - Com o lote urbano nº 1 "A", de propriedade de Ludivia de Mattos, cuja linha mede 20,00 metros;

Sul - Com o lote urbano nº 2, de propriedade de Terezinha Corrora - M. 8.993, cuja linha mede 20,00 metros;

Leste - Com a Rua Guanabara, cuja linha mede 12,00 metros;

Oeste - Com parte do lote urbano nº 12, de propriedade de Lautério José Henrich - M. 3.830, cuja linha mede 12,00 metros;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 062/2015 de 30 de outubro de 2015, e 086/2016 de 30 de novembro de 2016.

São Carlos/SC, 06 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Decreto 120/2017

DECRETO Nº 120/2017 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE ANICIO ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 843, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano ou com destinação urbana no Município de São Carlos, e dá outras Providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.546, de 19 de dezembro de 2008 e alterações, que Cria o Plano Diretor Participativo de São Carlos, e dá outras Providências;

DECRETA

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO de imóvel urbano descrito como LOTE URBANO NÚMERO 222 (duzentos e vinte e dois), da quadra nº 35 (trinta e cinco), com área de 2.206,48m² (dois mil, duzentos e seis metros quadrados e quarenta e oito centímetros quadrados), situada na Rua Sete de Setembro, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, de propriedade de ANICIO ALVES, constante na matrícula nº. 13.853 de 18 de dezembro de 2015, do registro de imóveis da comarca de SÃO CARLOS – SC.

ÁREA

O LOTE URBANO NÚMERO 222 (duzentos e vinte e dois), da quadra nº 35 (trinta e cinco), possui área de 2.206,48m². Será subdividido e formará 2 (dois) lotes, que obedecerá às descrições a seguir apresentadas.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO EXISTENTE DA MATRÍCULA Nº. 13.853.

IMÓVEL ORIGINAL: LOTE URBANO NÚMERO 222 (duzentos e vinte e dois), da quadra nº 35 (trinta e cinco), com área de 2.206,48m² (dois mil, duzentos e seis metros quadrados e quarenta e oito centímetros quadrados), situada na Rua Sete de Setembro, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao NORTE, com o lote urbano nº 221, onde mede 67,40 metros;

ao SUL, com o lote urbano nº 223, onde mede 56,50 metros;

ao LESTE, com a Rua Sete de Setembro onde mede 31,15 metros e 23,00 metros;

ao OESTE, com o lote urbano nº 198, onde mede 18,46 metros.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

IMÓVEL DESMEMBRADO: LOTE URBANO, sob o nº 222A, da quadra 35, em formato triangular, situado na Rua 07 de Setembro, nesta cidade de São Carlos - SC, com área de 775,93m², (Setecentos e setenta e cinco metros quadrados e noventa e três centímetros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes confrontações e dimensões gerais:

ao NORTE, onde mede 67,40 metros, com o lote urbano nº 221;

ao SUL, onde mede 70,62 metros, com o lote urbano nº 222;

ao LESTE, onde mede 23,00 metros, com a Rua Sete de Setembro.

IMÓVEL REMANESCENTE: LOTE URBANO, sob o nº 222, da quadra 35, nesta cidade de São Carlos - SC, com área de 1430,55m², (Hum mil, quatrocentos e trinta metros quadrados e cinquenta e cinco centímetros quadrados), sem benfeitorias, com as seguintes confrontações e dimensões gerais:

ao NORTE, onde mede 70,62 metros, com o lote urbano nº 222A;

ao SUL, onde mede 56,50 metros, com o lote urbano nº 223;

ao OESTE, onde mede 18,46 metros, com o lote urbano nº 198;

e ao LESTE, onde mede 31,15 metros, com a Rua Sete de Setembro.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 034/2017 de 07 de abril de 2017.

São Carlos/SC, 06 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Decreto 121/2017

DECRETO Nº. 121/2017 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO DESCONTO DE PAGAMENTO DO IPTU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 08/2017 de 06 de setembro de 2017, que acresceu ao parágrafo 2º do art. 49 da Lei Complementar nº 005/2010, o seguinte inciso:

I - quando o fato gerador do imposto for um bem imóvel, o desconto de 20% (vinte por cento) será concedido somente àqueles que possuem calçada que atenda as normas de acessibilidade.

DECRETA:

Art. 1º Para ter direito ao desconto de que trata o parágrafo 2º do art. 49 da Lei Complementar nº 005/2010, deverá o proprietário comprovar que o imóvel possui calçada que atenda as normas de acessibilidade.

Art. 2º A comprovação será realizada mediante declaração expressa do proprietário junto ao setor de Tributação Do Município.

Art. 3º No ato da comprovação, o contribuinte deverá apresentar a matrícula atualizada do imóvel e portar documentos pessoais (CPF e RG).

Art. 4º A comprovação deverá ser realizada entre os dias 09 de outubro de 2017 e 10 de dezembro de 2017.

Art. 5º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. – Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 06 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique

PORTARIA 124/2017

PORTARIA nº. 124/2017

"DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA COMPOR COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

“RESOLVE”

Art. 1º - Ficam designados os Senhores Volnei Mumber, Maria Dolores Feil, Raiana Kerbes, Douglas Junior Pilz e João Carlos Hupples, todos servidores efetivos do município de São Carlos, SC, para, sob a Presidência do primeiro, compor a Comissão do Concurso Público 002/2017 e do Processo Seletivo 002/2017, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para: organizar, coordenar, fiscalizar os atos do Concurso Público.

Art. 2º Compete a Comissão: verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º Fica vedada à inscrição de parentes no referido Concurso Público, das pessoas acima nomeadas para a presente Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 06 de outubro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

São Cristóvão do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL-SC, através de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Nº 015/2017 de 12 de Setembro de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 25/10/2017, às 14:30 horas, nas dependências da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul, situada na Rua Maximino Antônio de Moraes, 159, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e equipamentos de telefonia para manutenção das atividades do legislativo municipal, conforme descrito no Anexo I.

Local de obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua. Maximino Antônio de Moraes, 159, das 13h00min às 19h00min.

São Cristóvão do Sul - SC, 04/10/2017.

MICHEL PAIM

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Cristóvão do Sul

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ERRATA PP 082-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de rações para alimentação dos cães abrigados e internados provisoriamente no Centro de Bem Estar Animal.

ERRATA

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, torna público para conhecimento dos interessados que o edital em epígrafe, sofreu alterações em sua data de entrega e abertura de envelopes. Logo, a data correta está discriminada abaixo:

DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: 09/10/2017, às 08h30.

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 06 de outubro de 2017.

Julio Eloi da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 14.532/2017

PORTARIA nº 14.532, de 5 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de analisar e julgar os documentos referentes ao Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 015/2017 – Educador Social:

I – Titulares:

- a) ARISTEU MIGUEL PARTICA – Agente de Obras e Serviços;
- b) FÁBIO DA COSTA – Educador Social;
- c) MERY ELISA SIQUEIRA JACINTHO FERREIRA – Auxiliar Executivo.

II – Suplentes:

- a) MARIA THELMA BARCZYSZYN – Assistente Executivo;
- b) CIBELY KÜHL – Assistente Executivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 5 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.533/2017

PORTARIA nº 14.533, de 5 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a partir de 27 de setembro de 2017, a PORTARIA nº 14.463, de 4 de setembro de 2017, que designou a servidora FA-BRÍCIA ROSA DE SOUZA SILVA, matrícula nº 558842, para exercer INTERINAMENTE a função de confiança de Auxiliar de Direção na E.M. Antônio Canuto, em substituição da Auxiliar de Direção Lucilene Cabral de Souza Vieira, que está exercendo a interinidade na função de Direção, em substituição da Diretora Titular Alessandra Santos Souza, que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 27 de setembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 5 de outubro de 2017.

MARCOS JERONIMO DE ARAUJO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.534/2017

PORTARIA nº 14.534, de 5 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR à Comissão Permanente de Sindicância a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis atos irregulares praticados pela servidora J.A.P.G., matrícula nº 424609, em decorrência de falta de serviço justificada por meio de atestado médico, no entanto, posteriormente foi constatado por intermédio de publicações em rede social que a servidora na mesma data se encontrava, em tese, em viagem de cunho particular.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 5 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.535/2017

PORTARIA nº 14.535, de 5 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE a servidora ARIANE CRISTINA SOARES, inscrita no CPF sob o nº 054.509.219-18, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Médico Plantonista, nível 20, com carga horária de 48 (quarenta e oito) horas mensais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul - SC, a partir de 3 de setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de setembro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 5 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 086/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
LICITAÇÃO Nº 086/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.268 de 02 de junho de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 do dia 23 de outubro de 2017, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual de combate a incêndio, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 23 de outubro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08h30 do dia 23 de outubro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Entrega parcial conforme solicitação do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, no prazo de até 30 dias após o recebimento do pedido.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em São Francisco do Sul, Av. Atlântica, nº 1968, Enseada, São Francisco do Sul – SC.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|----------------------|---|
| Unidade Orçamentária | 1803 – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração Gerência de Fiscalização |
| Projeto Atividade | 2040 – Manutenção do Convênio Com o Corpo de Bombeiros |
| Elemento de Despesa | 33903028 – Material de Proteção e Segurança |
| Vínculo do Recurso | 38001 – Outras Espec. Convênio Bombeiros Militar |

| | |
|----------------------|---|
| Unidade Orçamentária | 1803 – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração Gerência de Fiscalização |
| Projeto Atividade | 2040 – Manutenção do Convênio Com o Corpo de Bombeiros |
| Elemento de Despesa | 44905224 – Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro |
| Vínculo do Recurso | 1800100 – Outras Espec. Convênio Bombeiros Militar |

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital.

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 086/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 086/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA ENTREGA

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será o vencedor convocado proceder a entrega dos itens licitados.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I – Entregar os itens licitados conforme sua proposta ofertada no dia do certame e Termo de Referência (Anexo I) do edital;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á, em até 08 (oito) dias após a emissão da nota fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à empresa licitante, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a licitante praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total da entrega ou por infração de qualquer outro item do edital não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa em entregar o objeto, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Licitante.

22.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em

virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.6. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 05 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de equipamentos de proteção individual de combate a incêndio.

2. FINALIDADE

Os conjuntos de proteção para combate a incêndio urbano são parte integrante do equipamento de proteção individual, sendo estes responsáveis por garantir a integridade física dos bombeiros militares. Os conjuntos de proteção para combate a incêndio são determinantes para a segurança dos bombeiros militares que tem de enfrentar diretamente e ofensivamente as chamadas provenientes de um incêndio, com o intuito de salvar vidas ou de preservar bens.

3. JUSTIFICATIVA

Entre as competências legalmente atribuídas aos bombeiros militares, figuram atividades de alto grau de risco como serviços de combate a incêndio, tendo em vista o dever dos órgãos públicos é buscar garantir a incolumidade física dos bombeiros militares por meio da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI - e Equipamento de Proteção Respiratória - EPR - tecnicamente adequados e em número suficiente.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Lote 01

| Itens | Especificações | Qtde. | Unidade medida | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|-------|---|-------|----------------|--------------------|-----------------|
| 1 | Blusão Combate a Incêndio, Conforme descritivo 4.1 e 4.2, lista tamanhos Anexo A, Etiqueta Anexo C. | 2 | unidade | R\$3.416,67 | R\$ 6.833,33 |
| 2 | Calça Combate a Incêndio, Conforme descritivo 4.1 e 4.3, lista tamanhos Anexo B, Etiqueta Anexo C. | 11 | unidade | R\$2.772,40 | R\$ 30.496,40 |
| 3 | Bota Combate a Incêndio, conforme descritivo 4.4. | 11 | unidade | R\$691,71 | R\$ 7.608,81 |
| 4 | Capuz Balaclava, conforme descritivo 4.5. | 11 | unidade | R\$81,73 | R\$ 898,99 |
| 5 | Luva combate a Incêndio, conforme descritivo 4.6. | 11 | unidade | R\$353,94 | R\$ 3.893,38 |
| TOTAL | | | | | R\$ 49.730,91 |

Lote 02

| Itens | Especificações | Qtde. | Unidade medida | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|-------|--|-------|----------------|--------------------|-----------------|
| 1 | Capacete Combate a Incêndio, conforme descritivo 4.6. | 2 | unidade | R\$2.533,33 | R\$ 5.066,67 |
| 2 | Equipamento de Proteção Respiratória, conforme descritivo 4.7. | 1 | unidade | R\$14.563,33 | R\$ 14.563,33 |
| TOTAL | | | | | R\$ 19.630,00 |

4.1 Materiais da Roupa de Proteção

4.1.1 1ª camada A estrutura externa deverá ser construída de 40% a 50% de fibra meta-aramida, 50% a 60% de fibra para-aramida, construída no sistema pára-rasgo (RIP STOP), com gramatura não inferior a 237 g/m², com tratamento de hidro-repelente incolor. A cor do tecido deverá ser preta. 2.2. 2ª camada A Barreira de Umidade será composta por filme (membrana) de PTFE (politetrafluoretileno) ignífugo, que mantém a impermeabilidade e estanqueidade de fora para dentro da roupa, não permitindo a passagem de vapores ou líquidos perigosos, mas permitindo a respiração de dentro para fora da roupa, fixado a um tecido de fibras de meta-aramida, propiciando resistência térmica e mecânica. Essa 2ª camada terá peso máximo de 213,6 g/m² e atuará como barreira de umidade (vapor e líquidos).

4.1.2 1ª camada A Barreira Térmica é formada por 01 ou 02 camadas de feltro de manta agulhada de fibras em 50% meta-aramida e 50% para-aramida (se for em 02 camadas poderá ser em 100% meta-aramida). Deverá ser unida a um tecido calandrado (calendered) de forro para contato com o corpo do bombeiro, sendo que este forro deverá ser plano e composto de 100% fibras meta-aramida. As costuras da Barreira Térmica deverão ser na forma senoidal ou trapezoidal. O peso total da Barreira Térmica deverá ser entre 7.0 e 7.6oz/yd² (237g/m² a 257g/m²).

4.1.3 4ª Camada Esta camada formará o forro interno do conjunto, em tecido antichama composta de 43% fibra meta-aramida e 57% em viscose +- 5% na cor azul conforme norma ASTM D 629, com gramatura mínima de 150 g/m² unida a 3ª Camada por meio de matelasse trapezoidal. O conjunto de proteção deve ser confeccionado de acordo com os itens 6.2, 6.3, 6.10, 6.11 e 6.12 da EN 469:2005+A1 2006 sendo classificado no todo como de nível 2 na referida Norma, mas em determinados índices, com melhor desempenho do que o mínimo exigido nas normas, conforme descrito a seguir.

4.1.4 O tecido externo quando submetido ao teste previsto na EN ISO 13.506:2008 não poderá perder a integridade física. É admissível tecido externo com composição diferente ao descrito neste edital, desde que comprove possuir tecnologia agregada e comprove índices de desempenho igual ou superior ao exigido neste edital, em especial, ao descrito na EN ISO 13.506:2008, garantido ainda o mesmo nível ou superior de proteção química e antiestática exigidos pela EN 469:2005+A1 2006 e EN 1146-5 respectivamente.

4.1.5 Proteção elétrica: Todo o conjunto deverá ser certificado pela norma EN 1149-5:2008.

4.2 Construção da Jaqueta de Proteção

4.2.1 Gola alta com 510 mm de comprimento total X 100 mm em de altura em todo seu diâmetro para proteção de pescoço com velcro fême medindo 50 X 50 mm fixo nas costas da mesma em ângulo de 30º, com lapela composta pelas mesmas multicamadas de 170 mm X 170 mm, fixada no lado esquerdo da gola, com velcro macho de 50 mm X 50 mm de ambos os lados para fechamento sobre a gola e fixado na posição aberta;

4.2.2 Fechamento duplo através de zíper de vislon na cor preta número oito, o qual deverá ser resistente a produtos químicos, não podendo este ser niquelado ou esmaltado, e por velcro de 50 mm na cor preta fixado verticalmente no interior da lapela que deverá ter no mínimo as seguintes medidas: 115 mm de largura e 800 mm de altura;

4.2.3 Bolso para rádio comunicador com 160 mm de altura 70 mm de largura e 60 mm de profundidade, com lapela de no mínimo 60 mm de largura e 100 mm de comprimento, fechada por velcro de 50 mm X 60 mm e com base do tipo X de 20 mm na mesma fibra;

4.2.4 Bolsos inferiores da mesma fibra externa medindo 250 mm de altura e 210 mm de largura postado no lado esquerdo inferior da blusa, sanfonado com abertura não inferior a 50 mm, com dois drenos de latão na parte inferior de cada bolso, com lapela protetora medindo no mínimo 220 mm X 70 mm de altura, com dois fechamentos de velcro com 50 mm X 50 mm nas extremidades;

4.2.5 Barramento interno com 40 mm de altura em toda a extensão da blusa, fixada na estrutura da fibra interna sem manta, para que possa fluir o líquido retido pela barreira de vapor; 3.6. Cada capa deverá ter uma quantidade adequada de atavios costurados com pesponto duplo com fio de meta-aramida ao lado de fora da estrutura externa para atender às exigências da NFPA 1971, edição atual. O padrão de ataviamento deverá ser o de 75 mm (3 pol.) padrão NFPA e deverá ser posicionado como se segue: Uma tira de 75 mm (3 pol.) ao redor da área do tórax, uma tira de 75 mm (3 pol.) ao redor da bainha da capa e uma tira de 75 mm (3 pol.) ao redor de cada extremidade de manga. O atavio retrorrefletivo a ser utilizado deverá ser na cor amarelo-limão, com índice de retrorreflexão de no mínimo 130 candelas por lux por metro quadrado; 3.7. Gancho para pendurar em posição de descanso, fixado na parte superior das costas, com a mesma fibra externa; 3.8. Todas as costuras deverão ser em fibra aramida não podendo ter resistência inferior a ruptura de 39 kgf conforme norma ASTM D 4034; 3.9. No painel traseiro da jaqueta, tangenciando a abertura de acesso ao DSA, deverão ser aplicados letras retrorrefletivas (dimensões de 50 mm por 35 mm - altura x largura) em cor prata, índice de retrorreflexão mínimo de 500 candelas por lux por metro quadrado, formando as palavras BOMBEIRO MILITAR, em padrão reto e horizontal. As letras deverão possuir ótima simetria. 3.10. Construção do Dispositivo de Salvamento por Arrasto O dispositivo de salvamento por arrasto deve ser localizado entre o forro e a estrutura externa de cada jaqueta. O DSA deve ser feito com uma tira construída com fio inerentemente anti-chama, sendo construída conforme a NFPA 1971/2007. Uma ou duas fendas de aproximadamente uma polegada devem ser cortadas horizontalmente no painel traseiro superior da estrutura externa da jaqueta à aproximadamente 03 polegadas da gola. A área ao redor da(s) fenda(s) deve(m) ser reforçada(s) com uma camada de material da estrutura externa ou com tecido de para-aramida com revestimento de polímero (Ex: arashield, stedshield, etc). A tira (trama) de para-aramida deve então ser enfiada através das fendas e costurada com fio de para-aramida de alta resistência, criando uma grande alça. Uma aba de material da estrutura externa e atavio refletivo devem ser costurados sobre a parte externa da alça e sobre as aberturas das fendas. A estrutura externa e a aba terão fechamentos com fita de ganchos e argolas correspondentes para prender a aba. A aba deve também apresentar uma lingüeta para facilmente acessar o dispositivo de salvamento por arrasto com uma mão enluvada.

4.3 Construção da Calça de Proteção

4.3.1 Deverá ser confeccionada com as mesmas camadas de proteção do blusão $\frac{3}{4}$; - Com cóis duplo com 50 mm de largura e elástico da mesma largura na parte traseira, sem braguilha;

4.3.2 Com suspensório na cor vermelha em elastano de alta resistência com dispositivo de fácil ajuste, engate não metálicos fixados em tiras do mesmo tecido da camada externa, fixadas na altura do cóis, com desenho em paralelo na frente e em "X" nas costas;

4.3.3 Proteção especial no joelhos através de reforços do mesmo material da camada externa com 200 mm de largura e 280 mm de comprimento, permitindo os movimentos normais de flexão e extensão dos joelhos;

4.3.4 Cada calça deverá ter uma quantidade adequada de atavios costurados ao lado de fora da estrutura externa para atender às exigências da NFPA 1971, edição corrente. O padrão de ataviamento deverá ser o de 75 mm (3 pol.) padrão NFPA ao redor das bainhas. O atavio retrorefletivo a ser utilizado deverá ser na cor amarelo-limão, com índice de retroreflexão de no mínimo 130 candelas por lux por metro quadrado.

4.3.5 TAMANHOS Para a definição dos tamanhos das roupas de proteção, será apresentada uma planilha com as medidas necessárias para confecção da jaqueta e calça do efetivo que receberá o conjunto.

4.3.6 MANUAL DE INSTRUÇÕES Em português, contendo informações de uso, considerações de segurança, limitações de uso, recomendações e restrições, desempenho das fibras, garantias, práticas de armazenamento, frequências de inspeções e manutenção e limpeza.

4.3.7 EXIGÊNCIAS Os Laudos e Certificados de desempenho originais ou autenticadas e no caso de material importado traduzido para a língua portuguesa e juramentado, que possibilitarão avaliar a qualidade e a segurança da matéria prima empregada na vestimenta:

4.3.8 Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho;

4.3.9 Laudos e certificados que atestem as conformidades com a norma NFPA 1971/2007 para todos os materiais componentes da roupa de proteção. Imagem: Meramente ilustrativa, servindo de orientação e parâmetro, não representando qualquer exigência de marca ou modelo específico. Para construção do objeto, deverão ser seguidos os detalhes contidos na especificação técnica.

4.4 Construção da Bota de Proteção

Deverá ser construída em borracha natural vulcanizada, na cor preta com uma faixa amarela ou verde limão também em borracha natural de aproximadamente 15 mm envolvendo toda a borda da bota com o solado, essa borda promoverá suporte lateral não permitindo deformações, deverá haver outra faixa amarela de 15mm a 30 mm envolvendo toda a borda do cano da bota na sua parte superior promovendo assim maior integridade a boca do cano.

Deverá ter na parte frontal do cano uma proteção de tibia com dimensões aproximadas de 80 mm de comprimento X 60 mm de largura e espessura entre 2 e 4 mm na cor amarela ou preta, essa proteção deverá ser de borracha natural com textura.

Deverá possuir proteção para o metatarso.

Deverá obrigatoriamente trazer gravada no cano de forma indelével a norma que atende e os institutos que a testaram.

Deverá ser construída de tal forma que seja totalmente estanque até a cota de 350 mm, essa altura deverá ser medida a partir do piso.

Deverá seguir a recomendações a seguir: Revestimento do cano: o cano deverá ser revestido internamente em tecido ou feltro reforçado com espessura mínima de 0,5 mm. Essa construção promoverá conforto e resistência a cortes. Biqueira de aço: a biqueira deverá ser em aço tratado de forma que não oxide comprometendo a segurança e durabilidade do calçado, deverá estar em conformidade com a norma do final desta especificação.

Palmilha interna em aço: deverá ser em aço tratado de forma que não oxide comprometendo a segurança e durabilidade do calçado, promoverá resistência a perfuração em conformidade com a norma do final desta especificação.

Sola Externa: deverá ser em peça única de borracha moldada sobre pressão, com desenho antiderrapante, em conformidade com a norma do final desta especificação.

Desenho: Deverá obedecer a um padrão de conforto, seguindo o contorno anatômico da perna. A parte frontal da bota deverá ter largura suficiente para o pé entrar facilmente.

Isolação Elétrica: Deverá ser certificada contra riscos de choque elétrico por laboratório independente.

Deverá trazer gravada na própria bota o nome ou símbolo do instituto certificador do teste. Certificação: A bota deverá ser certificada de acordo com a NFPA 1971 - Edição de 2007; deverá constar o número do CNPJ da empresa fornecedora, número do Certificado de Aprovação - CA expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE do importador. Para construção do objeto, deverão ser seguidos os detalhes contidos na especificação técnica.

4.5 Capuz Balaclava

Capuz confeccionado em malha simples 100% meta-aramida, com gramatura mínima de 290gr/m², deverá ter o desenho tipo balaclava, para proteção total da cabeça, pescoço e ombros contra produtos químicos, chama direta e calor irradiado;

Cor bege natural;

Tamanho único;

Deverá possuir abertura frontal desde acima dos olhos até o início do queixo, para melhor ajuste da máscara do equipamento de proteção respiratória;

Deverá possuir etiqueta na parte interna do capuz, com o nome do fabricante, CNPJ, número do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Documentos que deverão ser apresentados: a) laudo de resistência a estouro de no mínimo 250lbf/pol² conforme norma ASTM D3786; b) certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. c) flamabilidade - conforme norma ASTM D 6413 ou, por substituição, ASTM D 1230, cujo resultado deverá ser "não propaga a chama"; Figura ilustrativa:

4.6 Luva de Proteção

Luva em vaqueta hidrofugada preta na palma e dedos, reforço externo na palma e polegar, dorso dos dedos com extensores em vaqueta hidrofugada para melhor anatomia. Expansores para tornar a luva mais anatômica, e com menor esforço físico, gerando conforto ao usuário. Forrada internamente com barreira de vapor em PTFE e barreira térmica em manta de fibras aramidadas e malha de fibra aramida.

Dorso com ajuste de elastômero interno, em forma de zig zag, antes da junção do punho de malha para aramida.

Punho de malha de para aramida em malha dupla, medindo 100 mm de comprimento.

4.7 Capacete de Proteção

4.7.1 Casco Externo:

O casco externo deve ser injetado em Polímero termoplástico (poliamida) auto extingüível, não podendo conter em sua composição, fibras naturais ou sintéticas aglomeradas por meio de resinas, nem constituição 100% de fibra de vidro, (visando flexibilidade mínima desejável) constituição esta comprovada por meio hábil a este fim (catálogo oficial, ficha técnica do produto, etc);

Deverá ter interfaces de policarbonato/poliamida para fixação de acessórios, em especial lanterna e máscara facial;

Acabamento externo com pintura em poliuretano, resistente às altas temperaturas, brilhante e de fácil limpeza e resistente a arranhões;

Não deverá possuir nenhuma borda afiada, aspereza ou projeção em nenhuma parte do capacete, as quais podem causar desconforto ou ferimentos no usuário durante a colocação, uso ou manutenção (atendendo o que preconiza o item 4.1.1. da EN 443/2008);

O casco deverá possuir uma crista longitudinal na parte externa superior, para melhor dissipação de energia nos casos de impactos, queda de materiais além de fornecer segurança integral (B3b), contra choques mecânicos, resistência à penetração, esmagamento lateral.

O casco deverá garantir proteção ao contato com agentes químicos líquidos (classe C) além de garantir proteção contra calor radiante, proteção contra sólidos quentes, proteção contra metais derretidos, resistência ao calor e resistência a chamas, certificado com os parâmetros previstos na EN 443/2008;

O casco deverá ser classificado "E2" (Teste de isolamento do capacete molhado) para a indicação de isolamento elétrico com certificado com os parâmetros previstos na EN 443/2008.

4.7.2 Casco Interno:

Deverá ser construído em placa de espuma moldada em poliuretano (PU) de alta densidade, para absorção de impactos, ou outro material (não gotejante em situação de exposição em altas temperaturas) que atenda às exigências dos itens 4.7. e 4.10. da EN 443/2008;

O casco interno deverá ser apensado ao casco externo de forma que seja possível sua substituição e fácil manutenção.

4.7.3 Carneira:

Sistema composto por trama tipo rede em tecido ignífugo, que deverá permitir ajuste do perímetro da cabeça do usuário de modo a evitar contato com o casco interno, suporte de apoio e fixação do equipamento à cabeça;

A carneira deverá ser construída de forma que sua parte anterior fique em contato com a testa do usuário e que sua parte posterior fique em contato com a nuca, com as áreas de contato em couro natural, tratado, anti alérgico e almofadado para melhor conforto ao usuário.

Ajuste do tamanho na circunferência do crânio deve ser através de sistema de catraca, localizado próximo à porção posterior da cabeça (nuca), de fácil acesso e fácil manejo;

Ajustes da carneira: Correspondentes aos tamanhos de circunferência da cabeça, no mínimo ≤ 53 e no máximo ≥ 62 ;

4.7.4 Sistema de Retenção (tirante jugular de fixação e travamento):

Deverá atender aos itens 4.5. e 4.6. da EN 443/2008, construído em material ignífugo e de alta resistência mecânica de tração, com largura não inferior a 15 mm;

Deverá possuir tirante jugular ajustável, com queixeira em couro natural tratado, dotado de sistema para fixação rápida (click-release), com ajustes e fixação que não deixe sobra solta do tirante.

4.7.5 Protetor de Pescoço:

Original do fabricante do capacete, para proteção da parte posterior do pescoço;

Deve ser confeccionado em material resistente ao fogo (mescla de aramida com fibras antiestáticas) com acabamento externo aluminizado, impermeável com as dimensões de 140 mm de altura e 370 mm de largura, sendo tolerado variação deste tamanho 5%, para mais ou para menos, desde que proporcional;

O protetor de pescoço deve ser submetido ao padrão de teste estabelecido nos termos da ISO 13493, não devendo queimar nem derreter ou encolher mais de 5% nos dois sentidos perpendiculares.

Deve ser fixado por meio de botões de pressão ou pinos de travamento, (mínimo de três botões ou pinos) removíveis para possibilitar limpeza ou substituição quando danificado, mas que não permita desprendimento involuntário.

Foto 1. Imagem ilustrativa de protetor de nuca

4.7.5 Viseiras (interna e externa):

As viseiras (interna e externa) deverão ter parâmetros de desempenho, referenciados pelas EN 166/2001, 170/2002 e 171/2002 e/ou EN 14.458/2004.

4.7.6 Viseira Interna:

Deve ser constituído de policarbonato com alta resistência para proteção ocular (área 2), basculante, espessura mínima de 1 mm, transparente e que permita visão panorâmica;

Classe ótica "1" ou "2", conforme Tabela 2, item 7.1.2.1.1. da EN 166/2001;

Proteção contra Raios Ultravioletas com escala 2-1,2 de acordo com o "Quadro 1 - Exigências relativas ao fator de transmissão", item 5.2 da EN 170/2002.

Deve possuir formato de óculos, que se ajuste ao contorno do rosto par proteção dos olhos contra partículas volantes.

Deve possuir correção óptica de tal forma que evite distorções.

Deve permitir uso simultâneo com a viseira externa e ser movida por dispositivo externo.

Na lente deverão ser marcados: A marca do fabricante, a letra que indica o nível de proteção para partículas metálicas com velocidade de 190 m/s. O nível de proteção exigido para o componente será "A", de acordo com a Tabela 12, item 7.2.2. da EN 166/2001, ou "AT", de acordo com o item 7.2. da EN 14.458/2004.

4.7.7 A viseira externa:

Deve ter seus parâmetros estabelecidos no mínimo pela norma EN 171:2002.

Deve ser constituído de polímero termoplástico (polisulfona) com tratamento metalizado por aplicação de fina camada de ouro, capaz de refletir raios infravermelhos, para total proteção da face contra calor irradiante (área 3b), sem prejudicar, nem ofuscar a visão do usuário.

A Proteção contra Raios Infravermelhos deve ser com escala 4-4, de acordo com a "Tabela 1 - Exigências relativas ao fator de transmissão", item 5.2. da EN 171/2002 ou tabela 3 do item 5.5.2. da EN 14458/2004;

Para proteção contra impactos, deve estar de acordo com a Tabela 7, item 7.2.2 da EN 166/2001, sendo aprovada para partículas metálicas com velocidade de 190m/s, com nível de proteção "A" ou "B". Sendo a referência pela EN 14.458/2004 esta classificação pode ser "AT" ou "T", conforme item 7.2 dessa norma;

Deverá ser resistente a respingos de líquidos, ser anti embaçante e ter tratamento anti riscos devendo proteger totalmente a face do usuário; Deverá ser fixada no interior do capacete na parte frontal, devendo se mover por dois pontos de fixação no casco na parte interna na posição dos ossos temporais com freio para que ela não desloque e atrapalhe o usuário;

A lente deve ter a correção óptica de tal forma que evite distorções.

4.7.7 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O peso máximo do capacete não deverá ser superior a 1.600 (mil e seiscentos) gramas;

Resistência ao calor irradiante de no mínimo 14 kW/m².

Deverá ser compatível com uso simultâneo de máscara autônoma de proteção respiratória e possuir campo de visão, conforme item 4.14. da EN 443/2008;

Cor: Amarelo.

4.7.8 Certificação exigida

Todo o capacete deverá atender o exigido de acordo com os parâmetros de padrão de desempenho certificados em conformidade, com as seguintes normas:

- Norma EN 443/2008 - Capacetes para Combate a Incêndios em Edifícios e outras Estruturas;
- Norma EN 166/2001 - Proteção Individual para os Olhos - Especificações;
- Norma EN 170/2002 - Proteção Individual para os Olhos - Filtros para Ultravioleta;
- Norma EN 171/2002 - Proteção Individual para os Olhos - Filtros para Infravermelho
- Norma - EN 14.458/2004 - Equipamento Pessoal para os Olhos - Protetores faciais e visores para uso com bombeiros e capacetes industriais de alto desempenho usados pelos bombeiros, serviços de ambulância e de emergência (que consolida dispositivos das Normas EN 166/2001 e EN 170/2002 e EN 171/2002).

4.8 Equipamento Proteção Respiratória

Peça Facial

Apresentar 5 pontos para ajuste na cabeça;

Possuir amplo campo de visão: sem interferência do regulador;

Possuir presilhas resistentes em aço inox;

Permitir rápida conexão do regulador;

Produzida em borracha natural, com NOSECUP (Mascarilha Interna): que evita o embaçamento da lente;

Possuir lente única em policarbonato;

Permitir adaptador para lente corretiva;

Possuir controle de ar inalado e exalado (através de válvulas individuais);

Possuir borda interna de acomodação para o queixo.

Regulador de 1º Estágio:

Possuir o corpo confeccionado em liga leve especial de alumínio anodizado;

Possuir trava e válvula de segurança;

Projetado para regular a pressão do cilindro de 300 BAR para 6 BAR;

Regulador de 2º Estágio:

Regulador de demanda (pressão positiva) é conectado à peça facial por meio de engate rápido;

Possuir acionamento automático e bloqueamento semi-automático;

Possuir Interruptor de fluxo do regulador sem perda de ar (Shut-off);

Apresentar conexão rápida e segura à peça facial;

Proporcionar até 360º de rotação. O Shut-off e a Mangueira podem ser direcionadas para direita ou esquerda;

Não permite a entrada de contaminantes externos;

O ar exalado não poderá entrar no regulador;

Manômetros

Manômetro da Máscara: Indicar a pressão de ar restante no cilindro. Trata-se de um Manômetro do tipo disco com escala de 350 BAR.

Possuir visor fosforescente, proteção de borracha e fica posicionado na alça esquerda do conjunto de suporte do cilindro.

Manômetro do Cilindro: Possuir faixas coloridas que indicam: cilindro com carga normal para uso ou carga baixa. É um Manômetro tipo disco com proteção metálica contra impacto.

Cilindro em fibra de carbono de 6,8 litros - 300 BAR, confeccionado em fibra de carbono, com pressão de trabalho de 300 BAR e volume interno de 6,8 litros, com fornecimento de reserva de ar entre 1800 a 2700 litros, com manômetro na válvula do cilindro, deverá possuir braçadeiras ajustáveis para conexão no suporte básico, com manômetro na válvula do cilindro.

Áudio-alarme

Quando do acionamento inicial, um breve apito confirma que o sistema está recebendo ar, sem problemas.

Outra finalidade é alertar o usuário quando o ar do cilindro estiver no limite de autonomia.

Apresenta sistema de conexão com o cilindro em rosca, com vedação prática e segura.

Estar de acordo com NBR 13716/96 e NBR13695/13.

5. FORMA DE PAGAMENTO

EM ATÉ 28 DIAS DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.

6. PRAZO/FORMA DE ENTREGA

Entrega parcial conforme solicitação do Corpo Bombeiro Militar de São Francisco do Sul, no prazo de até 30 dias após o recebimento do pedido.

7. LOCAL DA ENTREGA

Corpo Bombeiro Militar de Santa Catarina em São Francisco do Sul, Av. Atlantic nº 1968, Bairro Enseada, CEP 89240-000, Santa Catarina.

Secretário Municipal de Infraestrutura,
Urbanismo e Integração

ANEXO A

Tabela de tamanhos dos Casacos Masculino

| Tamanho: | Pequeno 0 | Médio 0 | Grande 0 | 1 ° Extra Grande 0 | 2º Extra Grande 0 | 3º Extra Grande 0 |
|--|-----------|---------|----------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | S-0 | M-0 | L-0 | XL-0 | XXL-0 | XXXL-0 |
| Estatura | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 |
| Medição de peito | 86-94 | 94-102 | 102-110 | 110-118 | 118-129 | 129-141 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 116 | 124 | 132 | 140 | 148 | 156 |
| Comprimento da manga a partir da gola, medido a partir do pescoço incluindo 3 cm alongamento | 78 | 80 | 82 | 84 | 86 | 88 |
| Comprimento total, medido nas costas incluindo 3 cm de alongamento na área das costas | 77 | 77 | 77 | 77 | 77 | 77 |

| Tamanho: | Pequeno 1 | Médio 1 | Grande 1 | 1 ° Extra Grande 1 | 2 ° Extra Grande 1 | 3 ° Extra Grande 1 |
|--|-----------|---------|----------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | S-1 | M-1 | L-1 | XL-1 | XXL-1 | XXXL-1 |
| Estatura | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 |
| Medição de peito | 86-94 | 94-102 | 102-110 | 110-118 | 118-129 | 129-141 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 116 | 124 | 132 | 140 | 148 | 156 |
| Comprimento da manga a partir da gola, medido a partir do pescoço incluindo 3 cm alongamento | 80 | 82 | 84 | 86 | 88 | 90 |
| Comprimento total, medido nas costas incluindo 3 cm de alongamento na área das costas | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 |

| Tamanho: | Pequeno 2 | Médio 2 | Grande 2 | 1 ° Extra Grande 2 | 2 ° Extra Grande 2 | 3 ° Extra Grande 2 |
|--|-----------|---------|----------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | S-2 | M-2 | L-2 | XL-2 | XXL-2 | XXXL-2 |
| Estatura | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 |
| Medição de peito | 86-94 | 94-102 | 102-110 | 110-118 | 118-129 | 129-141 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 116 | 124 | 132 | 140 | 148 | 156 |
| Comprimento da manga a partir da gola, medido a partir do pescoço incluindo 3 cm alongamento | 82 | 84 | 86 | 88 | 90 | 92 |
| Comprimento total, medido nas costas incluindo 3 cm de alongamento na área das costas | 83 | 83 | 83 | 83 | 83 | 83 |

| Tamanho: | Pequeno 3 | Médio 3 | Grande 3 | 1 ° Extra Grande 3 | 2 ° Extra Grande 3 | 3 ° Extra Grande 3 |
|--|-----------|---------|----------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | S-3 | M-3 | L-3 | XL-3 | XXL-3 | XXXL-3 |
| Estatura | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 |
| Medição de peito | 86-94 | 94-102 | 102-110 | 110-118 | 118-129 | 129-141 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 116 | 124 | 132 | 140 | 148 | 156 |
| Comprimento da manga a partir da gola, medido a partir do pescoço incluindo 3 cm alongamento | 84 | 86 | 88 | 90 | 92 | 94 |
| Comprimento total, medido nas costas incluindo 3 cm de alongamento na área das costas | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 | 86 |

| Tamanho: | Pequeno 4 | Médio 4 | Grande 4 | 1 ° Extra Grande 4 | 2 ° Extra Grande 4 | 3 ° Extra Grande 4 |
|----------|-----------|---------|----------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | S-4 | M-4 | L-4 | XL-4 | XXL-4 | XXXL-4 |
| Estatura | 188-196 | 188-196 | 188-196 | 188-196 | 188-196 | 188-196 |

| Medição de peito | 86-94 | 94-102 | 102-110 | 110-118 | 118-129 | 129-141 |
|--|-------|--------|---------|---------|---------|---------|
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 116 | 124 | 132 | 140 | 148 | 156 |
| Comprimento da manga a partir da gola, medido a partir do pescoço incluindo 3 cm alongamento | 86 | 88 | 90 | 92 | 94 | 96 |
| Comprimento total, medido nas costas incluindo 3 cm de alongamento na área das costas | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 |

Tolerância: 2%, pelo menos 2 cm

Tabela de medidas para casacos tamanho feminino

| Tamanhos: | Pequeno 0 | Médio 0 | Grande 0 | 1º Extra Grande 0 | 2º Extra Grande 0 | 3º Extra Grande 0 |
|--|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S-0 | M - 0 | L - 0 | XL - 0 | XXL-0 | XXXL-0 |
| Estatura | 148-156 | 148-156 | 148-156 | 148-156 | 148-156 | 148-156 |
| Medição de peito | 82-90 | 90-98 | 98-110 | 110-122 | 122-134 | 134-146 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 110 | 118 | 126 | 138 | 150 | 162 |
| Comprimento de manga a partir da gola | 68 | 70 | 71,5 | 73,5 | 75 | 77 |
| Comprimento total | 69 | 69 | 69 | 69 | 69 | 69 |

| Tamanhos: | Pequeno 1 | Médio 1 | Grande 1 | 1º Extra Grande 1 | 2º Extra Grande 1 | 3º Extra Grande 1 |
|--|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S - 1 | M-1 | L-1 | XL - 1 | XXL - 1 | XXXL-1 |
| Estatura | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 |
| Medição de peito | 82-90 | 90-98 | 98-110 | 110-122 | 122 - 134 | 134-146 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 110 | 118 | 126 | 138 | 150 | 162 |
| Comprimento de manga a partir da gola | 70 | 72,5 | 74 | 76 | 77,5 | 79,5 |
| Comprimento total | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 |

| Tamanhos: | Pequeno 2 | Médio 2 | Grande 2 | 1º Extra Grande 2 | 2º Extra Grande 2 | 3º Extra Grande 2 |
|--|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S - 2 | M - 2 | L-2 | XL-2 | XXL-2 | XXXL-2 |
| Estatura | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 |
| Medição de peito | 82-90 | 90-98 | 98-110 | 110-122 | 122 - 134 | 134-146 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 110 | 118 | 126 | 138 | 150 | 162 |
| Comprimento de manga a partir da gola | 73 | 75 | 76,5 | 78,5 | 80 | 82 |
| Comprimento total | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 | 75 |

| Tamanhos: | Pequeno 3 | Médio 3 | Grande 3 | 1º Extra Grande 3 | 2º Extra Grande 3 | 3º Extra Grande 3 |
|--|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S - 3 | M - 3 | L - 3 | XL - 3 | XXL - 3 | XXXL-3 |
| Estatura | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 |
| Medição de peito | 82-90 | 90-98 | 98-110 | 110-122 | 122 - 134 | 134-146 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 110 | 118 | 126 | 138 | 150 | 162 |
| Comprimento de manga a partir da gola | 75,5 | 77,5 | 79 | 81 | 82,5 | 84,5 |
| Comprimento total | 78 | 78 | 78 | 78 | 78 | 78 |

| Tamanhos: | Pequeno 4 | Médio 4 | Grande 4 | 1º Extra Grande 4 | 2º Extra Grande 4 | 3º Extra Grande 4 |
|--|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S - 4 | M - 4 | L - 4 | XL - 4 | XXL - 4 | XXXL-4 |
| Estatura | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 |
| Medição de peito | 82-90 | 90-98 | 98-110 | 110-122 | 122 - 134 | 134-146 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Perímetro do casaco, medido 5 cm sob a abertura da manga | 110 | 118 | 126 | 138 | 150 | 162 |
| Comprimento de manga a partir da gola | 78 | 80 | 81,5 | 83,5 | 85 | 87 |

| | | | | | | |
|-------------------|----|----|----|----|----|----|
| Comprimento total | 81 | 81 | 81 | 81 | 81 | 81 |
|-------------------|----|----|----|----|----|----|

Tolerância: 2%, pelo menos 2 cm

ANEXO B

Tabela de tamanhos para Calças masculinas

| Tamanhos: | Pequeno 0 | Médio 0 | Grande 0 | 1º Extra Grande 0 | 2º Extra Grande 0 | 3º Extra Grande 0 |
|---|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S-0 | M-0 | L -0 | XL-0 | XXL-0 | XXXL-0 |
| Estatura | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 |
| Quadril | 78-86 | 86-94 | 94-102 | 102-111 | 111-123 | 123-135 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cintura das calças medida plana | 94 | 102 | 110 | 118 | 126 | 134 |
| Assento | 106 | 114 | 122 | 130 | 138 | 146 |
| Comprimento dos lados, medido com cintura | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 |
| Comprimento do passo | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 |
| Abertura da bainha | 50 | 52 | 54 | 56 | 58 | 60 |

| Tamanhos: | Pequeno 1 | Médio 1 | Grande 1 | 1º Extra Grande 1 | 2º Extra Grande 1 | 3º Extra Grande 1 |
|---|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S-1 | M-1 | L -1 | XL-1 | XXL-1 | XXXL-1 |
| Estatura | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 |
| Quadril | 78-86 | 86-94 | 94-102 | 102-111 | 111-123 | 123-135 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cintura das calças medida plana | 94 | 102 | 110 | 118 | 126 | 134 |
| Assento | 106 | 114 | 122 | 130 | 138 | 146 |
| Comprimento dos lados, medido com cintura | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 |
| Comprimento do passo | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 |
| Abertura da bainha | 50 | 52 | 54 | 56 | 58 | 60 |

| Tamanhos: | Pequeno 2 | Médio 2 | Grande 2 | 1º Extra Grande 2 | 2º Extra Grande 2 | 3º Extra Grande 2 |
|---|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S-2 | M-2 | L -2 | XL-2 | XXL-2 | XXXL-2 |
| Estatura | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 |
| Quadril | 78-86 | 86-94 | 94-102 | 102-111 | 111-123 | 123-135 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cintura das calças medida plana | 94 | 102 | 110 | 118 | 126 | 134 |
| Assento | 106 | 114 | 122 | 130 | 138 | 146 |
| Comprimento dos lados, medido com cintura | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 |
| Comprimento do passo | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 |
| Abertura da bainha | 50 | 52 | 54 | 56 | 58 | 60 |

| Tamanhos: | Pequeno 3 | Médio 3 | Grande 3 | 1º Extra Grande 3 | 2º Extra Grande 3 | 3º Extra Grande 3 |
|---|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S-3 | M-3 | L -3 | XL-3 | XXL-3 | XXXL-3 |
| Estatura | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 |
| Quadril | 78-86 | 86-94 | 94-102 | 102-111 | 111-123 | 123-135 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cintura das calças medida plana | 94 | 102 | 110 | 118 | 126 | 134 |
| Assento | 106 | 114 | 122 | 130 | 138 | 146 |
| Comprimento dos lados, medido com cintura | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 |
| Comprimento do passo | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 |
| Abertura da bainha | 50 | 52 | 54 | 56 | 58 | 60 |

| Tamanhos: | Pequeno 4 | Médio 4 | Grande 4 | 1º Extra Grande 4 | 2º Extra Grande 4 | 3º Extra Grande 4 |
|---------------------------------|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S-4 | M-4 | L -4 | XL-4 | XXL-4 | XXXL-4 |
| Estatura | 188-196 | 188-196 | 188-196 | 188-196 | 188-196 | 188-196 |
| Quadril | 78-86 | 86-94 | 94-102 | 102-111 | 111-123 | 123-135 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cintura das calças medida plana | 94 | 102 | 110 | 118 | 126 | 134 |
| Assento | 106 | 114 | 122 | 130 | 138 | 146 |

| | | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Comprimento dos lados, medido com cintura | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 |
| Comprimento do passo | 84 | 84 | 84 | 84 | 84 | 84 |
| Abertura da bainha | 50 | 52 | 54 | 56 | 58 | 60 |

Tolerância: 2%, pelo menos 2 cm

Tabela de medidas e tamanhos para Calças femininas.

| Tamanhos: | Pequeno 0 | Médio 0 | Grande 0 | 1º Extra Grande 0 | 2º Extra Grande 0 | 3º Extra Grande 0 |
|----------------------|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S-0 | M – 0 | L - 0 | XL – 0 | XXL-0 | XXXL-0 |
| Estatura | 148-156 | 148-156 | 148-156 | 148-156 | 148-156 | 148-156 |
| Quadril | 66-74 | 74-82 | 82-94 | 94-106 | 106-118 | 118-130 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cós | 85 | 93 | 101 | 113 | 125 | 137 |
| Quadril | 106,5 | 114,5 | 122,5 | 132,5 | 142,5 | 152 |
| Comprimento lateral | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 |
| Comprimento do passo | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 |
| Abertura da bainha | 48,5 | 50,5 | 52,5 | 54,5 | 56,5 | 57 |

| Tamanhos: | Pequeno 1 | Médio 1 | Grande 1 | 1º Extra Grande 1 | 2º Extra Grande 1 | 3º Extra Grande 1 |
|----------------------|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S - 1 | M-1 | L-1 | XL – 1 | XXL – 1 | XXXL-1 |
| Estatura | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 | 156-164 |
| Quadril | 66-74 | 74-82 | 82-94 | 94-106 | 106-118 | 118-130 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cós | 85 | 93 | 101 | 113 | 125 | 137 |
| Quadril | 107 | 115 | 123 | 133 | 143 | 152,5 |
| Comprimento lateral | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 |
| Comprimento do passo | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 |
| Abertura da bainha | 48,5 | 50,5 | 52,5 | 54,5 | 56,5 | 57 |

| Tamanhos: | Pequeno 2 | Médio 2 | Grande 2 | 1º Extra Grande 2 | 2º Extra Grande 2 | 3º Extra Grande 2 |
|----------------------|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S – 2 | M – 2 | L-2 | XL-2 | XXL-2 | XXXL-2 |
| Estatura | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 | 164-172 |
| Quadril | 66-74 | 74-82 | 82-94 | 94-106 | 106-118 | 118-130 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cós | 85 | 93 | 101 | 113 | 125 | 137 |
| Quadril | 107 | 115 | 123 | 133 | 143 | 152,5 |
| Comprimento lateral | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 |
| Comprimento do passo | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 |
| Abertura da bainha | 48,5 | 50,5 | 52,5 | 54,5 | 56,5 | 57 |

| Tamanhos: | Pequeno 3 | Médio 3 | Grande 3 | 1º Extra Grande 3 | 2º Extra Grande 3 | 3º Extra Grande 3 |
|----------------------|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S – 3 | M – 3 | L – 3 | XL – 3 | XXL - 3 | XXXL 3 |
| Estatura | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 | 172-180 |
| Quadril | 66-74 | 74-82 | 82-94 | 94-106 | 106-118 | 118-130 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cós | 85 | 93 | 101 | 113 | 125 | 137 |
| Quadril | 107 | 115 | 123 | 133 | 143 | 152,5 |
| Comprimento lateral | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 |
| Comprimento do passo | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 |
| Abertura da bainha | 48,5 | 50,5 | 52,5 | 54,5 | 56,5 | 57 |

| Tamanhos: | Pequeno 4 | Médio 4 | Grande 4 | 1º Extra Grande 4 | 2º Extra Grande 4 | 3º Extra Grande 4 |
|---------------------|-----------|---------|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | S – 4 | M – 4 | L - 4 | XL – 4 | XXL - 4 | XXXL-4 |
| Estatura | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 | 180-188 |
| Quadril | 66-74 | 74-82 | 82-94 | 94-106 | 106-118 | 118-130 |
| Medidas prontas: | | | | | | |
| Cós | 85 | 83 | 101 | 113 | 125 | 137 |
| Quadril | 107 | 115 | 123 | 133 | 143 | 152,5 |
| Comprimento lateral | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 |

| | | | | | | |
|----------------------|------|------|------|------|------|----|
| Comprimento do passo | 84 | 84 | 84 | 84 | 84 | 84 |
| Abertura da bainha | 48,5 | 50,5 | 52,5 | 54,5 | 56,5 | 57 |

Tolerância: 2%, pelo menos 2 cm

ANEXO C

Etiqueta das Roupas de Proteção

1. A etiqueta deverá estar fixada através de costura no interior da jaqueta, com as seguintes informações:

- 1.1. Nome da empresa fabricante
- 1.2. Indicação da composição das camadas do conjunto
- 1.3. Instrução universal de lavagem e higienização
- 1.4. Ano de fabricação
- 1.5. Indicação das Normas, ano da última atualização e níveis de desempenho que o conjunto foi Certificado, ao lado do pictograma abaixo.

Certificação exigida:

1. Todo o conjunto de roupa de proteção de combate a incêndio urbano, composto de casaco (japona) e calça, deverá ser certificado nas normas EN 469:2005+A1: 2006, com classificação de desempenho Xf2, Xr2, Y2 e Z2, assim como as propriedades eletrostáticas, devendo ser certificado pela norma EN 1149-5:2008.
2. Os laudos com os resultados dos índices de desempenho exigidos no item 1.3.1 deverão comprovar que os resultados da roupa da proponente ultrapassam os índices mínimos das Normas, conforme exigido neste termo, portanto o item 1.11.1. não anula as exigências do 1.3.1.

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 086/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017, cujo objeto é a Aquisição de equipamentos de proteção individual de combate a incêndio, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 086/2017

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 086/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 086/2017 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

PREGÃO PRESENCIAL 087/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº 087/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.118 de 30 de março de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 dia 24 de outubro de 2017, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO**1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. Aquisição de materiais diversos para manutenção do Viveiro de Mudanças do Município de São Francisco do Sul, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até 08h30 do dia 24 de outubro de 2017

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08h30 do dia 24 de outubro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Entrega única, conforme solicitação da Gerência de Agricultura.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Gerência de Agricultura, à Rua Barão do Rio Branco, nº 217, Centro, São Francisco do Sul – SC.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|----------------------|---|
| Unidade Orçamentária | 1105 – Secretaria de Desenvol. Econômico Sustentável Gerência de Agricultura |
| Projeto Atividade | 2019 – Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Agricultura |
| Elemento de Despesa | 33903024 – Material para Manutenção Bens Móveis |
| Vínculo do Recurso | 1000000 – Recursos Ordinários |

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Idoneidade e de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital.

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessado poderá:

- a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;
- b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 087/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 087/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

14. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para

negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA ENTREGA

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será o vencedor convocado proceder a entrega dos itens licitados.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I – Entregar os itens licitados conforme sua proposta ofertada no dia do certame e Termo de Referência (Anexo I) do edital;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal no Setor de Contabilidade.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à empresa licitante, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a licitante praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da licitação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) pela inadequabilidade do (s) objeto (s) ou produto (s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) pela inexecução total da entrega ou por infração de qualquer outro item do edital não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) pela recusa em entregar o objeto, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) as penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) as multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Licitante.

22.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.6. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE para o pagamento da multa, fica este ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 05 de outubro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de materiais diversos para manutenção do Viveiro de Mudas do Município de São Francisco do Sul.

2. OBJETIVO / FINALIDADE

Adquirir materiais necessários para manutenção do Viveiro de Mudas desta Secretaria localizado anexo à Casa Familiar do Mar.

3. JUSTIFICATIVA

Contratação de Empresa para aquisição de materiais necessários para a manutenção do Viveiro de Mudas, sendo este necessário para a produção de mudas para silvicultura e hortaliças com o objetivo de subsidiar nossos produtores primários, fomentando as propriedades com potencial na produção da silvicultura e horticultura. Sendo necessária a produção de mudas de hortaliças para atender o Projeto de Hortas Escolares nas escolas do Município. O Viveiro de Mudas também serve para visita dos alunos como unidade didática quando necessária conforme trabalho pedagógico, tema transversal relacionado.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE ÚNICO

| Materiais para manutenção de bem imóvel - Viveiro de Mudas Municipal | | | | | |
|--|---|------------|---------|----------------|-------------|
| ITENS | ESPECIFICAÇÕES | QUANTIDADE | UNIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | telha ondulada 2,13 x 1,10m | 35 | unidade | 51,16 | 1.790,60 |
| 2 | cumeeira espigão 1,10 x 6mm | 20 | unidade | 23,32 | 466,47 |
| 3 | caibro cambara 4m | 12 | unidade | 34,56 | 414,72 |
| 4 | caibro cambara 5m | 28 | unidade | 40,30 | 1.128,31 |
| 5 | sarafo telha cambará 4m | 40 | metro | 4,35 | 174,00 |
| 6 | parafuso telheiro completo 110mm | 100 | unidade | 0,46 | 46,00 |
| 7 | chave combinada 14mm | 1 | unidade | 6,54 | 6,54 |
| 8 | prego galvanizado c/ cab 17x27 | 4 | kg | 9,25 | 37,01 |
| 9 | prego galvanizado c/ cab 19x36 | 4 | kg | 10,14 | 40,55 |
| 10 | tabua pinus 2cm x 20cm de largura | 14 | unidade | 10,03 | 140,47 |
| 11 | sarrafo telha pinus 2,5cmx5cmx3m | 102 | metro | 1,48 | 150,96 |
| 12 | coluna ferro 5/16" (07x14cm) | 12 | unidade | 70,93 | 851,20 |
| 13 | ferro tg8 h8 (6,0mm x 4,2mm x 4,2mm) 6m | 4 | unidade | 22,68 | 90,73 |
| 14 | tela laje painel 3x2m 3,4mm 20x20 | 12 | unidade | 23,99 | 287,88 |
| 15 | arame recozido Nº18 | 5 | kg | 8,32 | 41,58 |
| 16 | ferro construção CA/50 8.00mm 5/16 (4.74kg) | 4 | barra | 18,10 | 72,39 |
| 17 | ferro construção CA/60 4.20mm (1.31kg) | 4 | barra | 6,15 | 24,59 |
| 18 | areia construção média | 4 | m³ | 64,30 | 257,20 |
| 19 | areia construção fina | 2 | m³ | 72,44 | 144,88 |
| 20 | brita escura nº01 | 2 | m³ | 80,95 | 161,89 |
| 21 | brita escura nº02 | 2 | m³ | 75,95 | 151,90 |
| 22 | cal hidratada (20kg) | 20 | saca | 7,38 | 147,67 |
| 23 | tijolo 8 furos 9x19x-19cm | 1000 | unidade | 0,47 | 466,67 |
| 24 | tinta acrílica 18l branca | 1 | lata | 276,24 | 276,24 |
| 25 | verniz marítimo base água 3,6l | 2 | unidade | 81,39 | 162,77 |
| 26 | broxa grande 165x58mm | 2 | unidade | 5,51 | 11,02 |
| 27 | rolo para pintura anti-respingo grande | 1 | unidade | 15,02 | 15,02 |
| 28 | solvente 1l | 1 | litro | 11,75 | 11,75 |
| 29 | tela soldada 15x5 2,3mm 1,52m | 35 | metro | 24,65 | 862,63 |
| 30 | dobradiça c/ 3 furos 16cm | 12 | unidade | 17,43 | 209,16 |
| 31 | porta cadeado galvanizado 4.1/2" | 2 | unidade | 9,76 | 19,51 |
| 32 | cimento 50kg | 25 | saca | 24,87 | 621,75 |
| TOTAL | | | | | 9.284,06 |

5. FORMA DE PAGAMENTO

Em até 30 dias, após o recebimento dos materiais com apresentação da nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

6. FORMA DE ENTREGA

Conforme solicitação da Gerência de Agricultura.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

Imediato.

8. LOCAL DE ENTREGA

Gerência de Agricultura - Rua Barão do Rio Branco, 217, Centro, São Francisco do Sul – SC, CEP 89240-000.

Rogério Lourenço Strege
Gerente de Agricultura

ANEXO II**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(es) do(s) outorgante(s) Sr(a) , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr (a) , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 087/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2017, cujo objeto é a Aquisição de materiais diversos para manutenção do Viveiro de Mudas do Município de São Francisco do Sul, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA**

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 087/2017

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 087/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 087/2017 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL 087/2017

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

PREGÃO PRESENCIAL 088/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº088/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.448 de 30 de agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30 do dia 25 de outubro de 2017, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO**1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. Aquisição de ferramentas e utensílios (oficinas) para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 25 de outubro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08h30 do dia 25 de outubro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

| |
|---|
| 1503 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos |
| Gerência de Administração Regional |
| 2075 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos |
| 33903024 – Material para manutenção bens imóveis |
| 1000000 – Recursos Ordinários |

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de

24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessado poderá:

- a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;
 - b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;
- Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº ____/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº ____/2017
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme o Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES

aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope N° 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

b.5. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a

documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal, durante o período de vigência do contrato, conforme a entrega dos produtos.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme

prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, ____ de _____ de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ANEXO I

Pregão Presencial nº ____/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de ferramentas e utensílios (oficinas) para a Secretaria Municipal de Obras, para o período de 04(Quatro) meses.

2. FINALIDADE

Manutenção e Prevenção do Patrimônio Público Municipal sendo, ruas e praças públicas do Município de São Francisco do Sul.

3. JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário a aquisição destas ferramentas e utensílios para a manutenção e prevenção do patrimônio público municipal, de São Francisco do Sul. Para a central da Secretaria Municipal de Obras, Secretaria dos Balneários, Praia do Ervino, Tendência do Distrito do Sai-Vila da Glória.

4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Os valores unitários do lote estimados para a aquisição pretendida deverão obedecer a planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência – Item 5 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, tendo como base a média obtido em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

LOTE Único- Ferramentas e Utensílios

| Item | Especificações | Unid. | Quant. | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|--------|--------|----------------|--------------|
| 1 | Facão nº16 | Unid. | 5 | R\$ 25,27 | R\$ 126,35 |
| 2 | Serrote | Unid. | 3 | R\$ 46,82 | R\$ 140,46 |
| 3 | Arco de Serra | Unid. | 4 | R\$ 31,15 | R\$ 124,60 |
| 4 | Lâmina serra para arco de serra | Unid. | 10 | R\$ 6,91 | R\$ 69,10 |
| 5 | Discos de corte diamantado e intercalado | Unid. | 15 | R\$ 32,04 | R\$ 480,60 |
| 6 | Peneiras finas | Unid. | 4 | R\$ 27,11 | R\$ 108,44 |
| 7 | Extensor de cabo de rolo | Unid. | 10 | R\$ 42,11 | R\$ 421,10 |
| 8 | Caixa de eletrodo de 2,05 de 5 quilos | Unid. | 3 | R\$ 103,07 | R\$ 309,21 |
| 9 | Caixa de eletrodo de 3,25 de 5 quilos | Unid. | 3 | R\$ 122,23 | R\$ 366,69 |
| 10 | Alicate de Pressão | Unid. | 2 | R\$ 44,79 | R\$ 89,58 |
| 11 | Mangueira Maçarico | Metros | 20 | R\$ 6,55 | R\$ 131,00 |
| 12 | Inversora de solda de 250 ou 130 amperes | Unid. | 1 | R\$ 1.104,00 | R\$ 1.104,00 |
| 13 | Manômetro para maçarico | Unid. | 2 | R\$ 235,95 | R\$ 471,90 |
| 14 | Disco de corte para lixadeira desbaste 4 polegadas | Unid. | 10 | R\$ 11,13 | R\$ 111,30 |
| 15 | Válvula do Oxigênio e manômetro | Unid. | 2 | R\$ 245,34 | R\$ 490,68 |

| | | | | | |
|----|--|--------|----|--------------|---------------|
| 16 | Caneta do oxigênio para soldar oxigênio | Unid. | 2 | R\$ 38,15 | R\$ 76,30 |
| 17 | Engraxadeira para engraxar veículos de grande porte e maquinas, peça metálica de ferro | Unid. | 1 | R\$ 3.369,00 | R\$ 3.369,00 |
| 18 | Lixadeira desbaste pequena | Unid. | 1 | R\$ 243,02 | R\$ 476,89 |
| 19 | Lixadeira grande para corte | Unid. | 1 | R\$ 226,92 | R\$ 332,90 |
| 20 | Serra de longo makita | Unid. | 1 | R\$ 823,72 | R\$ 823,72 |
| 21 | Serra de mão makita | Unid. | 1 | R\$ 465,81 | R\$ 465,81 |
| 22 | Broca 3mm de aço | Unid. | 15 | R\$ 5,64 | R\$ 84,60 |
| 23 | Broca 16mm de aço | Unid. | 15 | R\$ 57,99 | R\$ 869,80 |
| 24 | Mangueira para pulverização do compressor. | Metros | 20 | R\$ 5,15 | R\$ 103,00 |
| | | | | | R\$ 11.147,03 |

R\$ 11.147,03 (Onze mil, cento e quarenta reais e três centavos)

· OBSERVAÇÃO: Os itens do lote deverão conter indicação individualizada da marca e das características do material que esteja sendo cotado, que deverá estar de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

6. LOCAIS PARA ENTREGA

- Secretaria Municipal de Obras, localizada na Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 - Bairro Acaraí, São Francisco do Sul;

7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa n. 080/2017 da Secretaria Municipal de Obras.

8. FISCALIZAÇÃO

Fica o servidor Jorge Macedo, Assessor Executivo, designado pela Secretaria Municipal de Obras, para fiscalizar o contrato.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

11. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

12. AMOSTRAS

A empresa vencedora, deverá apresentar na Secretaria Municipal de Obras, sito a Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 - Bairro Acaraí, São Francisco do Sul, amostras de todos os itens, num prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o certame, sendo 1 (uma) amostra de cada item, com a devida identificação numérica, para análise e aprovação da Secretaria de Obras. A empresa vencedora, cujas amostras foram aprovadas, poderá deduzir da quantidade total dos produtos a serem entregues, as amostras entregues e aprovadas na Secretaria de Obras.

13. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

Lote único deverá ser feita em uma única vez, na sede da Secretaria de Obras, localizada na Rua Dom Fernando & Trejo, nº 635, Acaraí, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação da Assessoria Administrativa da Secretaria de Obras, após assinatura do contrato.

14. PAGAMENTO

Os pagamentos dos produtos dos lotes serão realizados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, durante o período de vigência do contrato, conforme a entrega dos produtos.

15. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Até 31 de dezembro de 2017.

Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira
Secretário Municipal de Obras

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº , e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº ____/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2017, cujo objeto é a Aquisição de ferramentas e utensílios (oficinas) para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº ____/2017

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições

estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº ____/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº ____/2017 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº, com sede na cidade de Estado, na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº ____/2017

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº ____/2017

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA _____.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº _____, estabelecida na _____, N° _____, bairro _____, neste ato representada por _____, inscrita no CPF. sob nº _____, residente e domiciliada na _____, N° _____, bairro _____, na cidade _____, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2017 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em ____/____/2017, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1 Aquisição de ferramentas e utensílios (oficinas) para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações constantes nos termos da Proposta da Vencedora, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Perfaz o presente contrato o valor de R\$ _____, cujo pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal, durante o período de vigência do contrato, conforme a entrega dos produtos.

CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| |
|---|
| 1503 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos |
| Gerência de Administração Regional |
| 2075 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos |
| 33903024 – Material para manutenção bens imóveis |
| 1000000 – Recursos Ordinários |

CLÁUSULA 4ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1 Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;

b) multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;

c) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

4.3. A sanção prevista no item 4.1 alínea "d", poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

4.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

4.5. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA 5ª - RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

CLÁUSULA 6ª - ENCARGOS

6.1 A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

CLÁUSULA 7ª – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A entrega do objeto deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação da Assessoria Administrativa da Secretaria de Obras, na própria Secretaria, sito à Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 – bairro Acaraí, São Francisco do Sul – S/C.

CLÁUSULA 8ª – VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato passará a vigorar na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

8.2 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

8.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

8.4 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

8.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a

substituí-lo.

8.7 Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

CLÁUSULA 10ª – FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para tanto fica designado o servidor Jorge Macedo, Assessor Executivo.

10.2 A fiscalização se reserva o direito de recusar e/ou devolver os produtos que estiverem em desacordo ou que não atenderem as especificações estabelecidas no Termo de Referência e Termo de Proposta da Contratada.

10.3 A entrega dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:

- a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
- b) certificar a entrega dos produtos, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
- c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade.
- d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
- f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro

A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

CLÁUSULA 11ª - BASE LEGAL

11.1 Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

CLÁUSULA 12ª - FORO

12.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

| | |
|---|-----------------------|
| RENATO GAMA LOBO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE | |
| TESTEMUNHAS: | EMPRESA CONTRATADA |
| CPF: | |
| CPF: | |

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Francisco do Sul, __ de _____ de 2017.

São João Batista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2017 PREGÃO PRESENCIAL 089/PMSJB/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2017 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2017

No dia 05 do mês de outubro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/10/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS E FUNDAÇÕES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC., conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço global.

As licitantes registradas para o fornecimento de gêneros alimentícios são:

| |
|---|
| JMM ELÉTRICA LTDA EPP |
| CNPJ nº 13.226.152/0001-59 |
| Itens: 1. |
| Valor total homologado ao licitante: R\$ 337.900,00 (trezentos e trinta e sete mil e novecentos reais). |

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão ser executados em no máximo 01 (um) dia corrido, a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 06 de outubro de 2017 – Rosane Sartori Rosa – Secretária de Administração designada pelo decreto funcional 580/2017

DECRETO 3216/2017

DECRETO 3216/2017

“Altera o Decreto Municipal 3158 de 03 de julho de 2017.”

O Prefeito Municipal de São João Batista, amparado pelo artigo 67, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município, bem como diante do requerimento da Comissão Disciplinar constituída pelo Decreto 3158/2017, decreta:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto Municipal nº 3158 de 03 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Fica constituída Comissão Disciplinar para conduzir processo disciplinar com o fim de apurar a responsabilidade da servidora ELIANE TERESINHA APOLLO, lotada na Secretaria de Educação na função de Auxiliar de Serviços Gerais, sob a matrícula n.º 5438, em suma, pelo fato de, em tese, ter praticado condutas incompatíveis com a moralidade administrativa quando do exercício de seu cargo/função, fato esse que constitui infração disciplinar por força do art. 80, I, da LC 01/2003.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 05 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO 3217/2017

DECRETO 3217/2017

Regula o expediente nas repartições públicas municipais no dia 13 de outubro de 2017.

O Prefeito do Município de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município e considerando o feriado nacional do Dia da Nossa Senhora Aparecida, celebrado na data de 12 de outubro de 2017, DECRETA:

Art. 1st Será considerado ponto facultativo o dia 13 de outubro de 2017, não havendo expediente nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, exceto nas creches municipais, que terão seu funcionamento em regime de plantão, e no Hospital Municipal Monsenhor José Locks, que terá atendimento de urgência e emergência.

Art. 2nd Os serviços essenciais não serão paralisados em função deste Decreto, devendo funcionar normalmente ou em regime de plantão, a critério de cada órgão, conforme a necessidade e a conveniência, não se aplicando o disposto no artigo 1º deste decreto.

Art. 3rd Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 05 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 606/2017

DECRETO FUNCIONAL Nº 606/2017

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso das atribuições previstas no art. 81, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal 1/2003, com fundamento nos artigos 81, I e 82 da LCM 1/2003, em conformidade com as razões expostas no Parecer Jurídico e considerando o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 1074/2017, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA ESCRITA ao servidor ADEMIR SCHWEITZER, condutor de veículo leve, matrícula funcional nº 4263, lotado na Secretaria Municipal de Administração à disposição do Conselho Tutelar, em razão de ter cometido a infração de "faltar ao serviço, assim agindo aquele que se atrasar para o início do expediente, antecipar-se ao sair, ausentar-se durante ou deixar de comparecer ao local de trabalho, injustificadamente ou sem prévia autorização do chefe imediato ou superior competente", prevista no art. 80, III, da Lei Complementar Municipal 1/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 05 de outubro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA 001 À LEI Nº 3.718/2017.

ERRATA 001 À LEI Nº 3.718/2017.

A Procuradoria Municipal informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 3.718/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios na data de 21 de junho do ano em curso.

Destarte, com a presente retificação, a Lei Municipal nº 3.718/2017, de 13 de junho de 2017, passa a ter a seguinte redação:

"ONDE SE LÊ:

3.3.50.00/0.1.00.000000

LEIA-SE:

3.3.50.00/0.3.00.000000"

São João Batista, 29 de setembro de 2017.

PROCURADORIA MUNICIPAL

ERRATA 001 À LEI Nº 3.729/2017.

ERRATA 001 À LEI Nº 3.729/2017.

A Procuradoria Municipal informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 3.729/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios na data de 25 de agosto do ano em curso.

Destarte, com a presente retificação, a Lei Municipal nº 3.729/2017, de 25 de agosto de 2017, passa a ter a seguinte redação:

"(...)

Art. 49 Ficam criados na estrutura funcional da administração direta os cargos de provimento efetivo de jornalista (código 420), técnico de informática (código 421) e Advogado (código 422).

(...)

Art. 51 Os cargos, o número de vagas, o vencimento, as atribuições, a qualificação técnica, a carga horária e lotação dos cargos de provimento efetivo da administração direta atualmente existentes e aqueles criados ou alterados pela presente Lei estão especificados nos seus Anexos V e VI.

(...)

ANEXO V

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

(...)

Assistente Social (311)

(...)

Jornalista (420)

(...)

Advogado (422)

(…)

Técnico em Informática (421)

(…)

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

(…)

| | | |
|----------------------|--|--|
| 01 Identificação | 01.01 – Título | ADVOGADO |
| | 01.02 – Código | 422 |
| | 01.03 – Carga horária | 30 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Procuradoria Geral |
| 02 Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Superior Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Graduação em Direito com registro na OAB |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03 Atribuições | O Advogado Municipal desempenha sua função junto a Procuradoria do Município, oficiando obrigatoriamente, no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo, responsável, direta ou indiretamente, pela advocacia do Município e pela assessoria e consultoria jurídica do Poder Executivo, órgão com autonomia funcional e administrativa, órgão central de supervisão e chefia dos serviços jurídicos da administração direta e indireta no âmbito do Poder Executivo ou a este vinculado, sendo orientada pelo disposto no artigo 37 da Constituição Federal e da indisponibilidade do interesse público. | |

(…)

São João Batista, 26 de setembro de 2017.

.

PROCURADORIA MUNICIPAL

ERRATA 001 À LEI Nº 53/2017.

ERRATA 001 À LEI Nº 53/2017.

A Procuradoria Municipal informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Complementar Municipal nº 53/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios na data de 25 de agosto do ano em curso.

Isso porque houve equívoco quanto ao vencimento do cargo de Agente Administrativo.

Destarte, com a presente retificação, a Lei Complementar Municipal nº 53/2017, de 25 de agosto de 2017, passa a ter a seguinte redação:

“(…)

ANEXO III

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| CARGO | Vagas | Vencimento |
|-------------------------------|-------|--------------|
| Agente Administrativo | 4 | R\$ 1.663,51 |
| Agente Operacional | 10 | R\$ 1.478,66 |
| Auxiliar Geral | 10 | R\$ 937,00 |
| Calceteiro | 2 | R\$ 1.478,66 |
| Condutor de Veículo Pesado II | 4 | R\$ 1.258,51 |
| Contador | 1 | R\$ 3.021,24 |
| Leiturista | 3 | R\$ 1.293,83 |
| Operador de ETA | 6 | R\$ 1.478,66 |
| Tele-recepcionista | 2 | R\$ 937,00 |

(…)

São João Batista, 26 de setembro de 2017.

PROCURADORIA MUNICIPAL

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/PMSJB/2012

Extrato do oitavo termo aditivo ao Contrato nº 101/PMSJB/2012

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: CR Artefatos de Cimento LTDA – CNPJ nº 01.650.173/0001-40; Processo Licitatório 022/PMSJB/2012 – Concorrência nº 022/PMSJB/2012; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.1, do Contrato nº 101/PMSJB/2016, que passa a ter a seguinte redação: "6.1 O prazo de execução do contrato fica prorrogado até 31/12/2018"; Data da assinatura: 29/09/2017

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/PMSJB/2016

Extrato do quarto termo aditivo ao Contrato nº 101/PMSJB/2016

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 036/PMSJB/2016 – Concorrência nº 002/PMSJB/2016; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.1, do Contrato nº 101/PMSJB/2016, que passa a ter a seguinte redação: "6.1 O prazo de execução do contrato fica prorrogado por mais 12 meses, contados a partir de 22/09/2017 a 22/09/2018"; Data da assinatura: 22/09/2017

LEI 3.745 - AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 1.475.841,37

Lei Municipal 3.745, de 05 de outubro de 2017.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária para 2017.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, até o valor de R\$ 1.475.841,37 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos), com a seguinte classificação orçamentária:

SUPLEMENTAÇÃO

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|-------------------------|--|--------------|
| 0801 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 1.475.841,37 |
| 0801.10.302.0004.2239 | Manutenção do Hospital | 1.475.841,37 |
| 3.1.90.00/0.1.02.000000 | Pessoal e Encargos Sociais | 44.230,07 |
| 3.1.91.00/0.1.02.000000 | Pessoal e Encargos Sociais – Intra | 38.953,51 |
| 3.3.50.00/0.1.02.000000 | Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos | 525.120,00 |
| 3.3.90.00/0.2.09.000033 | Outras Despesas Correntes | 583.515,54 |
| 3.3.90.00/0.2.15.000000 | Outras Despesas Correntes | 11.000,00 |
| 3.3.90.00/0.1.02.000000 | Outras Despesas Correntes | 228.776,11 |
| 3.3.90.00/0.2.83.000032 | Outras Despesas Correntes | 21.379,43 |
| 3.3.90.00/0.6.83.000032 | Outras Despesas Correntes | 4.342,88 |
| 3.3.90.00/0.6.09.000033 | Outras Despesas Correntes | 7.276,22 |
| 3.3.91.00/0.1.02.000000 | Outras Despesas Correntes – Intra | 1.557,80 |
| 4.4.90.00/0.1.02.000000 | Investimentos | 9.689,81 |

ANULAÇÃO

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|-------------------------|--|--------------|
| 1201 | HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR JOSE LOCKS | 1.475.841,37 |
| 1201.10.302.0004.2039 | Manutenção do Hospital | 1.475.841,37 |
| 3.1.90.00/0.1.02.000000 | Pessoal e Encargos Sociais | 44.230,07 |
| 3.1.91.00/0.1.02.000000 | Pessoal e Encargos Sociais – Intra | 38.953,51 |
| 3.3.50.00/0.1.02.000000 | Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos | 525.120,00 |
| 3.3.90.00/0.2.09.000033 | Outras Despesas Correntes | 583.515,54 |
| 3.3.90.00/0.2.15.000000 | Outras Despesas Correntes | 11.000,00 |
| 3.3.90.00/0.1.02.000000 | Outras Despesas Correntes | 228.776,11 |
| 3.3.90.00/0.2.83.000032 | Outras Despesas Correntes | 21.379,43 |
| 3.3.90.00/0.6.83.000032 | Outras Despesas Correntes | 4.342,88 |
| 3.3.90.00/0.6.09.000033 | Outras Despesas Correntes | 7.276,22 |
| 3.3.91.00/0.1.02.000000 | Outras Despesas Correntes – Intra | 1.557,80 |
| 4.4.90.00/0.1.02.000000 | Investimentos | 9.689,81 |

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 05 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.748, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017

Lei Municipal 3.748, de 05 de outubro de 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a outorgar Cessão de Uso de bens móveis de propriedade do Município de São João Batista, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar, mediante Termo de Cessão de Uso, patrimônios públicos de propriedade do Município de São João Batista, os seguintes bens móveis:

I – em favor do Município de Porto Belo, pelo prazo de vinte dias:

a) 01 (um) Panela, patrimônio cadastrado sob o nº 28181 e;

b) 01 (um) fogareiro, patrimônio cadastrado sob o nº 28180.

II – em favor da Delegacia de Polícia Civil da Comarca de São João Batista, pelo prazo de quarenta meses:

a) 01 (um) cofre verde de aço, patrimônio cadastrado sob o n. 16730.

Art. 2º As cessões de uso gratuito de que trata o artigo 1º desta Lei poderão ser prorrogados por vontade das partes e desde que persista o interesse público.

Art. 3º A manutenção dos bens será de responsabilidade das respectivas Cessionárias.

Art. 4º Ao término do prazo, ou rescindido o contrato de Cessão de Uso, as Cessionárias restituirão os bens ao Município.

Art. 5º A presente Cessão de Uso poderá ser revogada por ato do Poder Executivo, com anuência do Poder Legislativo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 05 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO 047/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 038/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 047/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 038/FMS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 08h45min do dia 09/11/2017. Abertura dos envelopes: 09h do dia 09/11/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 06 de outubro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 110.17 AQUISIÇÃO DE CAMISETAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0161/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2017 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de camisetas, para uniforme do Grupo de Flautas Goldflöte do município do município e de camisetas para o prêmio disciplina do campeonato municipal de futebol de campo.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 24 de outubro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 24 de outubro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 09 de outubro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 111.17 PEÇAS E SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DE VEICULO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0162/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111/2017 – exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças para manutenção e conservação do veículo Fiat Uno de placa MKS-2883 de propriedade do município de São João do Oeste-SC.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 24 de outubro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 24 de outubro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 09 de outubro de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017**

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL**, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo nomeada pelo **Decreto Municipal nº 100, de 12 de Dezembro de 2016**, no uso de suas atribuições legais, e a empresa **AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA** (Através de seu departamento de pesquisas **PS Concursos**) **TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO** de pessoal para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 c/c Lei Municipal n.º 1.063, de 01 de novembro de 2002, na Lei Municipal n.º 1.616, de 28 de dezembro de 2011 e Lei Complementar Municipal n.º 006/2009 e, suas respectivas alterações, na forma deste **Edital**:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 OMUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL se reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.
- 1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, efetuar seu cadastro e inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.
- 1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizadas nos **Anexos I, II e IV**, partes integrantes do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

ÁREA 1 – TODOS OS CARGOS

| Nº | Cargo | Total de Vagas | Carga Horária Semanal | Requisitos Mínimos para o Cargo |
|----|---|----------------|-----------------------|---|
| 1 | Agente Comunitário de Saúde ESF Centro (Microárea 04 - Glorinha) | 01+CR* | 40h | Diploma de conclusão de ensino fundamental, residir na comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital de Processo Seletivo e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada Remuneração: R\$ 1.216,55 |
| 2 | Agente Comunitário de Saúde ESF Vila Santa Catarina (Microárea 06 - Passo Magnus) | 01+CR* | 40h | Diploma de conclusão de ensino fundamental, residir na comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital de Processo Seletivo e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada Remuneração: R\$ 1.216,55 |

| | | | | |
|---|----------------------|--------|-----|--|
| 3 | Médico Clínico Geral | 01+CR* | 40h | Diploma de nível superior, com habilitação em Medicina, com registro no órgão competente Remuneração: <u>R\$ 10.660,86</u> |
| 4 | Médico Ginecologista | 01+CR* | 10h | Diploma de nível superior, com habilitação em Medicina, com registro no órgão competente Remuneração: <u>R\$ 2.665,21</u> |
| 5 | Médico Pediatra | 01+CR* | 40h | Diploma de nível superior, com habilitação em Medicina, com registro no órgão competente Remuneração: <u>R\$ 10.660,86</u> |

* CR = Cadastro de Reserva

NOTA 01: As atribuições dos cargos são as previstas no Anexo IV da Lei Complementar n.º 006/2012 e suas alterações e no Anexo IV do presente Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

3.1 INSCRIÇÃO ONLINE

3.1.1 A inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de **10/10/2017 a 09/11/2017**.

3.2 Para realizar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul;
- Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para **DEPÓSITO IDENTIFICADO** também gerado após a inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes neste edital.
- Efetuar o **DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NÚMERO DO CPF DO CANDIDATO**, até o dia **10/11/2017** referente à taxa de inscrição (**ÍTEM 3.3**) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: **C/C: C/C: 489-8, AG: 5369-4, Banco do Brasil, Titular: Município de São João do Sul/SC CNPJ: 82.547.274/0001-60**.

3.2.1 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de inscrição. O mesmo deverá informar no ato da inscrição, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.

3.2.2 O candidato, que possuir deficiência ou não, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita, no formulário de inscrição on-line.

- 3.2.3** O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.
- 3.2.4** As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como, fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.3 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

- 3.3.1** O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de inscrição on-line e ter efetuado o Depósito referente a taxa de inscrição, deverá enviar cópia digitalizada do comprovante de **DEPÓSITO IDENTIFICADO** para o e-mail comprovantes@processosseletivos.com.br, no período de **11/10/2017 a 10/11/2017**.
- 3.3.1.1** O Candidato que não enviar o comprovante, para o e-mail mencionado acima, nos prazos estabelecidos no item 3.3.1, terá sua inscrição indeferida automaticamente, não podendo, em hipótese alguma, solicitar deferimento através de outra forma.

3.4 VALORES DE INSCRIÇÃO

| CARGO / ESCOLARIDADE | VALOR |
|-----------------------------|--------------|
| Cargos de Nível Fundamental | R\$ 40,00 |
| Cargos de Nível Superior | R\$ 100,00 |

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 3.5.1** É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.
- 3.5.2** As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul nos últimos dias de inscrição on-line.
- 3.5.3** A empresa organizadora do certame e o Município de São João do Sul/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.6 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 3.6.1** As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas parcialmente (preliminar) no dia **14/11/2017** e definitiva (após prazo de recursos) no dia **21/11/2017** pela autoridade competente, ambas até as **23h:59min**. O ato de publicação será divulgado no site www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, onde estarão indicados o nome, o do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.
- 3.6.2** No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 4.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 4.2 Estar no gozo de direitos políticos;
- 4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 4.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- 4.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no **ITEM II** do presente Edital, na data da contratação.
- 4.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.
- 4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 4.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 01 (uma) etapa consistente de:

- a) **Prova Escrita**, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

5.1 PROVA ESCRITA

- 5.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

- 5.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

5.1.1.1 Provas para Todos os Cargos

- a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e dados históricos, 05 (cinco) questões de conhecimentos da área da Saúde e 05 (cinco) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.
 - b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 05 (cinco) questões específicas para cada cargo pretendido;
 - c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;
 - d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.
- 5.1.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.
 - 5.1.4 O peso de cada questão é de **0,5 pontos**.
 - 5.1.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: **NPE = (NA x 0,5) onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos)**.
 - 5.1.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.
 - 5.1.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.
 - 5.1.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.
 - 5.1.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA

- 6.1** A prova escrita será realizada no dia **02/12/2017**, na **ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PREFEITO QUINTILIANO JOÃO PACHECO**, situada na Rua Jaime Grundler, S/Nº, centro, em São João do Sul/SC.
- 6.2** Os horários das provas serão divulgados até as **23h:59min** do dia **25/11/2017**, no portal www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, no site www.saojoaodosul.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.
- 6.3** A prova terá duração máxima de **01 hora e 30 minutos**.
- 6.4** Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o **Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente)** e o **Comprovante de inscrição (Facultativamente)**.
- 6.5** Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento
- 6.6** Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.
- 6.7** As provas terão um prazo mínimo de realização de **30 (trinta) minutos**.
- 6.8** O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 6.9** Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.
- 6.10** A Equipe Organizadora do Processo Seletivo não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos de candidatos.
- 6.11** A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 6.12** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.
- 6.13** A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.
- 6.14** Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.
- 6.15** Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.
- 6.16** Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.
- 6.17** Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.
- 6.18** Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

- 6.19** Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.
- 6.20** Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).
- 6.21** Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até **24 horas úteis** após aplicação da prova.
- 6.22** A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.
- 6.23** Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 6.24** A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.
- 6.25** A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.
- 6.26** Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- 6.27** Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 6.28** Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 6.29** Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.
- 6.30** Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas outras dependências do prédio, salvo para os casos devidamente justificados e autorizados pelos organizadores do certame.
- 6.31** Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.
- 6.32** A Comissão e equipe organizadora do certame poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no **ITEM 6** e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

- 7.1** Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO FINAL = NOTA DA PROVA ESCRITA

- 7.2** No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:
- a)** Obter a maior idade;
 - b)** Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.
- 7.3** As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

- 7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.
- 7.5 A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, no dia **13/12/2017**.
- 7.6 A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul e www.saojoaodosul.sc.gov.br, no dia **19/12/2017**.

8. DOS RECURSOS

- 8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:
- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
 - b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.
 - c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.
- 8.2 O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária a devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação por meio de citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.
- 8.3 Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir o formulário próprio para recursos constante no Anexo III. Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve o item 8.2, o candidato(a) deverá protocolá-lo presencialmente **na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC**, aos cuidados da Comissão de Processo Seletivo, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.
- 8.4 Na hipótese de impossibilidade do protocolo presencial do Recurso dentro os prazos definidos no Anexo I, é assegurado ao candidato(a) o direito de enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail recursos@processosseletivos.com.br desde que respeitado em seu protocolo os prazos fixados neste Edital
- 8.5 Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados
- 8.6 O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item 8.4 deste edital, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado no item 3.1.4 deste edital
- 8.7 Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- 8.8 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.
- 8.9 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

- 8.10** No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato, caso necessário, o Cartão Resposta Digitalizado, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.
- 8.11** Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
- 8.12** Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.
- 8.13** A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

9. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1** Em virtude do que prevê o Decreto 3.298/1999, para este Processo Seletivo, em face do número de vagas oferecido para cada cargo, não haverá reserva de vagas para os candidatos com deficiência.
- 9.2** Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
- 9.3** Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.
- 9.4** O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.
- 9.5** A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.2.2, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.
- 9.6** A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

10. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

- 10.1** Fica delegada competência à empresa organizadora do certame para:
- a)** Elaborar e responder pelo edital, juntamente com a Comissão do Processo Seletivo a qual fornecerá os dados técnicos de vagas e regimes jurídicos de contratação e afins.
 - b)** Organizar programas e inscrições no portal da internet;
 - c)** Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
 - d)** Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de inscrição através de sistemas automatizados e on-line;
 - e)** Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
 - f)** Apurar e responder os recursos das inscrições, da prova escrita e resultados publicados, com auxílio e suporte da Comissão do Processo Seletivo nº 002/2017.
- 10.2** Fica atribuída à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através de Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:
- a)** Auxiliar na elaboração do edital fornecendo dados técnicos reais e legais;
 - b)** Conferir, aprovar e publicar o edital;
 - c)** Prestar informações sobre o Processo Seletivo;

- d) Acompanhar a realização das provas;
- e) Entregar toda a documentação referente aos recursos protocolados presencialmente a PS Concursos após o término de cada fase.

11. DO PROVIMENTO DO CARGO

- 11.1 O provimento do Cargo obedecerá à ordem de classificação dos candidatos aprovados desde que considerados aptos em inspeção de saúde, de caráter eliminatório.
- 11.2 O candidato que vier a ser habilitado no Processo Seletivo de que trata este Edital poderá ser contratado se atendidas, à época, todas as exigências, obedecido ao limite de vagas existentes, bem como a disponibilidade financeira. Os candidatos habilitados (aprovados) serão nomeados, de acordo com a necessidade do Município de São João do Sul.
- 11.3 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado no formulário de inscrição on-line deste **PROCESSO SELETIVO**;
- 11.4 O Município de São João do Sul - SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).
- 11.5 O candidato terá o **prazo máximo de 2 (dois) dias** para apresentação após a última forma de convocação;
- 11.6 O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados;
- 11.7 O candidato será convocado quantas vezes for necessário, durante a validade deste processo seletivo, segundo a ordem de classificação, até o limite das vagas autorizadas.
- 11.8 O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, situada na Avenida Nereu Ramos, 50, Centro em São João do Sul/SC, a documentação necessária à sua admissão, composta por:
- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
 - b) Prova de quitação das obrigações eleitorais e cópia do título de eleitor.
 - c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 - d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
 - e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
 - f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
 - g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
 - h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
 - i) Não receber proventos de aposentadoria oriundos de cargo público ou função exercida perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, § 10º da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos em comissão.
 - j) Comprovante de conclusão com aproveitamento no curso introdutório de formação inicial e continuada, que será ministrado pela Secretária Municipal de Saúde de São João do Sul/SC (para os cargos de Agente Comunitário de Saúde);
 - k) Carteira de Identidade;
 - l) CPF;
 - m) PIS/PASEP;
 - n) Certidão de Casamento;
 - o) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, Xerox da Carteira de Saúde e comprovante de vacinação dos filhos.
 - p) (Uma) foto 3x4 recente;
 - q) Carteira Profissional Original e Xerox da mesma na foto e no verso;

- r) Tipo Sanguíneo.
- s) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;
- s.1) Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, deverá apresentar ainda, a cópia da Ficha de Cadastro Individual e/ou Ficha de Cadastro Domiciliar do Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica (SISAB) da Unidade de Saúde que contém o cadastro do candidato, conferida sua autenticidade com carimbo e assinatura do enfermeiro responsável pelo respectivo ESF, como comprovação de residência na microárea em que pretende atuar;
- t) A conta corrente deverá ser no Banco do Brasil S/A.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 12.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.
- 12.3 Será excluído do certame o candidato que:
 - a) Faltar a qualquer uma das fases do certame;
 - b) Não pontuar na prova objetiva;
 - c) Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
 - d) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
 - e) For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
 - f) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- 12.4 O regime jurídico é o estatutário, sob as regras do Direito Administrativo e sob o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. O Servidor Admitido em Caráter Temporário fará jus às especificações previstas no Art. 11 da Lei Municipal nº. 1.616, de 2011.
- 12.5 A manutenção dos Contratos de Trabalho firmados com os aprovados para ocupar os Cargos deste edital, **fica condicionado a continuidade do repasse de verbas federais e/ou estaduais para execução dos respectivos programas**, da manutenção de equipe e da manutenção dos programas.
- 12.6 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação. Neste caso, o candidato será reclassificado para o final da lista classificatória.
- 12.7 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério do Município de São João do Sul, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.
- 12.8 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.
- 12.9 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

- 12.10** O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.
- 12.11** Os casos omissos serão resolvidos pela empresa Organizadora do Certame e pela Comissão do Processo Seletivo.
- 12.12** O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, se houver candidatos aprovados e ainda não contratados.
- 12.13** O presente Edital estará disponibilizado no site www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, no site www.saojoaodosul.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de São João do Sul.
- 12.14** Faz parte deste edital o **Anexo I** – Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.
- 12.15** Faz parte deste edital o **Anexo II** – Dos Conteúdos Programáticos.
- 12.16** Faz parte deste edital o **Anexo III** – Do formulário para recurso.
- 12.17** Faz parte deste edital o **Anexo IV** – Das Atribuições dos Cargos.
- 12.18** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
- 12.19** Revogam-se as disposições em contrário.

SÃO JOÃO DO SUL/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

CARINA DE MATOS MAGNUS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado o presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2017**, a data e o local da prova objetiva.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2017**

**ANEXO I
CRONOGRAMA DO PROCESSO**

| Cronograma | Data |
|--|--|
| Publicação do Edital de Abertura | 06/10/2017 |
| Período de Inscrições Online | 10/10/2017 a 09/11/2017 |
| Período para envio (por e-mail) do Comprovante de Depósito Identificado referente a inscrição OBS: Para os portadores de necessidades especiais, é preciso enviar o laudo médico original digitalizado, juntamente com o comprovante de Depósito Identificado | 11/10/2017 a 10/11/2017 |
| Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas | 14/11/2017 (até as 23h:59min) |
| Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições | 16 a 17/11/2017 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico |
| Divulgação Definitiva e Homologação das Inscrições | 21/11/2017 (até as 23h:59min) |
| Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita | Até 25/11/2017 (as 23h:59min) |
| Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial | 02/12/2017 |
| Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita | 04 a 05/12/2017 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico |
| Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial) | 13/12/2017 (até as 23h:59min) |
| Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas | 14 a 15/12/2017 Das 08:00h as 12:00h presencialmente ou até as 23h:59min via correio eletrônico |
| Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo | 19/12/2017 (até as 23h:59min) |

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Os horários das provas serão divulgados até as **23h:59min** do dia **25/11/2017**, no portal www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul, no site www.saojoaodosul.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.

A prova terá duração máxima de **01 hora e 30 minutos**.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do **Documento Original com Foto**.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do **comprovante de validação de inscrição** em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de **30 (trinta) minutos**.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

SÃO JOÃO DO SUL/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

CARINA DE MATOS MAGNUS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado o **ANEXO I** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017**, Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

1. CONHECIMENTOS GERAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para os cargos de Nível Superior

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; Funções da linguagem; 6. Concordância nominal e verbal; 7. Ortografia oficial; 8. Acentuação gráfica; 9. Emprego do sinal indicativo de crase; 10. Pontuação; 11. Emprego e descrição das classes de palavras; 12. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 13. Fonética e Fonologia; 14. Fonema e Letra; 15. Ortografia; 16. Recursos sonoros; 17. Vícios de linguagem; 18. Lexicologia; 19. Polissemia; 20. Sinônimos e antônimos; 21. Homônimos e parônimos; 22. Morfologia; 23. Estrutura das palavras; 24. Formação das palavras; 25. Neologismos e Estrangeirismos; 26. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 27. Vozes verbais e sua conversação; 28. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos

Para os cargos de Nível Fundamental

1. Leitura e interpretação de textos. 2. Ortografia. 3. Fonemas e Letras; 4. Flexões e emprego de classes gramaticais; 5. Concordância nominal e verbal. 6. Acentuação gráfica; 7. Linguagem Formal e informal. 8. Separação Silábica; 9. Formação de Palavras: aglutinação, justaposição e derivação; 10. Tempos e conjugações Verbais; 11. Tipos de Discurso; 12. Grafia correta de palavras; 13. Emprego e classificação dos numerais. 14. Emprego de maiúsculas e minúsculas; 15. Pontuação.

2. CONHECIMENTOS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Todos os Cargos

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação oficiais impressos ou digitais.

3. CONHECIMENTOS DA ÁREA DA SAÚDE

Todos os Cargos

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS (e suas alterações): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 2. Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (e suas alterações): Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Médico Clínico Geral

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente, transferência de paciente, atestado médico (legislação), sigilo médico e segredo profissional, remoção do paciente, responsabilidade do médico,

indicadores de saúde pública; 04. Programa de Saúde da Família; 05. Internação domiciliar 6. Noções de medicina comunitária; 7. PSE – programa saúde na escola 8. Noções de trabalho em equipe; 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral; 11. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 12. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFM), DOENÇAS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO; 13. Portaria GM/MS n.º 3916, de 30 de outubro de 1998 - Define a Política Nacional de Medicamentos; 14. Exames diagnósticos, seleção e interpretação de exames laboratoriais; 15. Problemas comuns de saúde na adolescência; 16. Acompanhamento da saúde da mulher na atenção primária; 17. Atenção à gestante com problema crônico de saúde; 18. Saúde do Trabalhador; 19. Doenças infecciosas; 20. Urgências e emergências clínicas: abordagem do paciente grave. 21. Sinais e sintomas em emergência; 22. Urgências por causas externas; 23. Problemas de saúde da população brasileira e seus determinantes. 24. Prevenção, atenção e controle em saúde mental. 25. Prevenção, atenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis.

Médico Pediatra

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente, transferência de paciente, atestado médico (legislação), sigilo médico e segredo profissional, remoção do paciente, responsabilidade do médico, indicadores de saúde pública; 4. Programa de Saúde da Família; 5. Internação domiciliar; 6. Noções de medicina comunitária; 7. PSE – programa saúde na escola; 8. Noções de trabalho em equipe 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral; 11. Alimentação da criança. 12. Imunizações. 13. Crescimento e desenvolvimento. 14. Distúrbios da nutrição e metabolismo. 15. Aspectos da gestação, parto e cuidados com o recém-nascido. 16. Patologias do aparelho digestivo. 17. Doenças infecciosas e parasitárias em pediatria. 18. Doenças respiratórias agudas e crônicas. 19. Anemias. 20. Problemas dermatológicos na infância. 21. Medicina do adolescente. 22. Urgências e emergências em pediatria. 23. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 24. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFM); 25. DOENÇAS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO. 26. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 27. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.666/2003 Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina - CFM, a Associação Médica Brasileira - AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM. 28. Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (e suas alterações): Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Médico Ginecologista

1. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 2. Código de ética médica; 3. Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente, transferência de paciente, atestado médico (legislação), sigilo médico e segredo profissional, remoção do paciente, responsabilidade do médico, indicadores de saúde pública; 4. Programa de Saúde da Família; 5. Internação domiciliar; 6. Noções de medicina comunitária; 7. PSE – programa saúde na escola; 8. Noções de trabalho em equipe; 9. Visitas médicas domiciliares; 10. Clínica Médica Geral. 11. Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011 regulamenta notificações compulsórias na saúde; 12. Legislações pertinentes ao conselho de Classe (CFM); 13. Legislações pertinentes a saúde da mulher, sexualidade e planejamento familiar; 14. LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995; 15. LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000; 16. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004; 17. LEI Nº 10.516, DE 11 DE JULHO DE 2002; 18. PORTARIA Nº 2.418, de 02 DE DEZEMBRO DE 2005; 19. LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996; 20. Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (e suas alterações): Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 21. RESOLUÇÃO CFM Nº 1.666/2003 Dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina - CFM, a Associação Médica Brasileira - AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM. 22. Consulta ginecológica. Desenvolvimento puberal normal e anormal. 23. Dismenorréia e tensão pré-menstrual. 24. Sangramento uterino anormal. 25. Anovulação crônica. 26. Infertilidade. 27. Endometriose. 28. Vulvovaginites. 29. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 30. Dor pélvica crônica. 31. Incontinência urinária. 32. Planejamento familiar. 33. Urgências em ginecologia. 34. Neoplasias da vulva e vagina. 35. Neoplasias de colo uterino. 36. Neoplasias de ovário. 37. Neoplasias de corpo uterino. 38. Patologia mamária benigna e maligna (diagnóstico e tratamento). 39. Saúde da mulher. 40. Violência sexual contra a mulher. 41. Imunização – Vacinas, acondicionamento, dosagens, aplicação, Calendário de vacinação; 42. Atualidades relativas à profissão.

Agente Comunitário de Saúde

1. Noções básicas do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, e da Estratégia Saúde da Família – ESF; 2. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS; 3. Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, e alterações – Regula as atividades do Agente Comunitário de Saúde; 4. Formas da abordagem nas visitas domiciliares e no relacionamento com as pessoas, as famílias e as comunidades da Micro Área de atuação; 5. Política Nacional de Imunizações. 6. Política para atenção integral para usuários de álcool e outras drogas. 7. Atenção à população em situação de rua. 8. LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990 lei dos conselhos de saúde; 9. LEI Nº 12.994, DE 17 JUNHO DE 2014 piso nacional do ACS. 10. História do PACS/ESF; 11. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde: (Cadastramento as famílias e formulários); 12. Legislações pertinentes ao Agente Comunitário de Saúde. 13. O diagnóstico comunitário; 14. Planejamento; 15. Meio Ambiente: (Água, solo e poluição); 16. Doenças mais comuns na comunidade: 17. Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental); 18. Saúde Bucal; 19. Alimentação e Nutrição; 20. A saúde nas diversas fases da vida: (Transformações do Corpo Humano, Planejamento Familiar, Gestação, Pré-Natal e o ACS, Riscos na Gravidez, Direito da Gestante, cuidados básicos ao recém-nascido, imunização, Puerpério: Um tempo para o Resguardo, Direitos da Criança, Amamentação, Critérios de Risco Infantil, Crescimento e Desenvolvimento, Doenças mais Comuns na Infância, Acidentes e Violência à Criança, Puberdade e Adolescência, Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); 21. Educação em saúde, Dengue; 22. Atualidades relativas à profissão.

SÃO JOÃO DO SUL/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

CARINA DE MATOS MAGNUS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado o **ANEXO II** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017**, conteúdos programáticos.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2017

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. Inscrição: _____ CPF: _____ . _____ . _____ - _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Requerente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2017**

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Agente Comunitário de Saúde (ACS)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: *Se comunicar com as pessoas, fazendo contato permanente com as famílias, facilitando o trabalho de vigilância e promoção da saúde, realizado por toda a equipe do ESF.*

DESCRIÇÃO DETALHADA:

1. Realizar mapeamento de sua área;
2. Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
3. Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
4. Identificar área de risco;
5. Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
6. Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas;
7. Realizar, por meio de visita domiciliar, o acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
8. Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
9. Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
10. Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
11. Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
12. Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe;
13. Executar outras atividades compatíveis com o cargo e previstas no sistema, a critério da chefia imediata.

Médico (Clínico Geral – Ginecologista – Pediatra)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: *Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidade.*

DESCRIÇÃO DETALHADA:

1. Realizar atendimento ambulatorial ou familiar;
2. Examinar o paciente para determinar o diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-los ao especialista;
3. Analisar e interpretar resultados de exames de raios-X, bioquímicos, hematológicos e outros para confirmar e informar o diagnóstico;
4. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de medicação;
5. Manter registro do paciente examinando, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada;
6. Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender as determinações legais;
7. Participar de programas de atendimento à população atingida por calamidade pública;
8. Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
9. Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
10. Participar das atividades de apoio-médico-sanitário das Unidades Sanitárias do Órgão;

11. *Proceder à notificação das doenças compulsórias á autoridade local;*
12. *Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde da comunidade e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;*
13. *Fazer anestesia para cirurgias e exames especializados;*
14. *Fazer exame pré-admissionais e periódicos dos servidores, participando das atividades de prevenção de acidente de trabalho;*
15. *Executar perícias médico-legais em pessoas vivas e em cadáveres, fazendo exames anatopatológicos e macro e microscopia;*
16. *Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;*
17. *Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e*
18. *Executar outras atividades compatíveis com o cargo.*

SÃO JOÃO DO SUL/SC, em 06 de OUTUBRO de 2017.

CARINA DE MATOS MAGNUS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado o **ANEXO IV** do presente **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N°. 002/2017**, das Atribuições dos Cargos.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 8759/2017

DECRETO Nº 8759/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada CAROLINA ALVES DE CARVALHO para exercer o cargo de Supervisor de Comunicação – CCM 6, com lotação na Secretaria Executiva de Comunicação Social, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de outubro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2017 – Processo nº 369/2017 – Proc. Adm. 5419/2017. Fornecedores: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS e GENTE SEGURADORA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO E SEGURO RCF (RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA), PARA A FROTA DE VIATURAS OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 46.641,77 – quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO ANULAÇÃO PR-122

Anulação de Processo Licitatório
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº122/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, torna publico que fica anulado o Processo Licitatório nº 122/2017, Edital de Pregão Nº 122/2017, que tem como objeto: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO/GALPÃO, PARA USO DA "ACACER" Associação dos Catadores do Município de São José do Cedro, QUE REALIZA A COLETA DE MATERIAIS NO MUNICÍPIO PARA RECLICLAGEM COM A MÁQUINA PRENSA, CONFORME LEI AUTORIZATIVA N.4.638/2017. A comissão de licitações decide anular o presente processo licitatório, por não haver interessados a participar do presente Processo Licitatório, desta forma considera-se a presente Licitação Deserta. Maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.131/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº131/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº131/2017, Edital de Pregão Nº131/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER CONserto/REFORMA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, NO MOTOR DO ONIBUS PLACA MKJ-0467 UTILIZADO NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 23/10/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 020/2017/CMS

RESOLUÇÃO Nº. 020/CMS/2017

“APROVA O DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – SIOPS, 4º BIMESTRE DE 2017”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 009/2017, realizada no dia 06 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR o demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, orçamentos fiscal e da seguridade social – SIOPS, referente ao 4º bimestre de 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de Outubro de 2017.

FRANCYELY CASAGRANDA,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 021/2017/CMS

RESOLUÇÃO Nº. 021/CMS/2017

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO 2018-2021”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 009/2017, realizada no dia 06 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR o Plano Municipal de Saúde de São José do Cedro, para os anos de 2018 a 2021, em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde nº. 2.135, de 25 de setembro de 2013.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de Outubro de 2017.

FRANCYELY CASAGRANDA,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. RAFAEL CALEFFI, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18 e a Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. ADRIANE GORETE DE JESUS, brasileira, portadora do RG nº 5.869.902 e inscrita no CPF nº 092.375.209-99, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa COMERCIAL ALVORADA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Brasil nº1508, centro, no município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.831.025/0001-00, neste ato representado por seu representante legal, Sr. ROSIMAR ANTÔNIO VERONA, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 808.190.449-20 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1.783.418 SSP/SC, residente e domiciliado no município de São Lourenço d'Oeste - SC, doravante denominado CONTRATADO, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 039/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 034/2017, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para que se faça o acréscimo 25% (vinte e cinco por cento) ao item nº 30, referentes ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente contratadas não foram suficientes para os trabalhos realizados no CREAS.

CONSIDERANDO que o aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) nos item 30 corresponde o valor de R\$ 353,85 (trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM CONSUMIDOS NO ANO DE 2017 PELOS CLUBES DE IDOSOS, CRAS, CREAS, NACA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, E EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC., os seguintes itens:

Contratada: COMERCIAL ALVORADA ME;

| ITEM | DESCRIÇÃO | Marca | QTDE | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-------|--|---------|------|-------------|-------------|
| 30 | CAFÉ TORRADO E MOÍDO- EXTRA FORTE/MOÍDO ESCURO. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO A VÁCUO PURO EM ENVOLTÓRIO METALIZADO COMPOSTO DE POLIETILENO E POLIÉSTER, FECHADO HERMÉTICO E ACONDICIONADO EM CAIXAS DE PAPELÃO BEM VEDADA, COM PESO LIQUIDO DE 500G ONDE DEVERA CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE OU DATA FINAL DE VALIDADE, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. O PRODUTO DEVERA TER PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 9 (NOVE) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. REFERENCIA MELITTA, PELÉ. | CABOCLO | 35 | R\$ 10,11 | R\$353,85 |
| TOTAL | | | | | R\$ 353,85 |

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 353,85 (trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de outubro de 2017.

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| ADRIANE GORETE DE JESUS Secretária Municipal de Assistência Social | RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal | Rosimar Antônio Verona Comercial Alvorada-ME |
|--|--------------------------------------|--|

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2017 - PR Nº 119/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/10/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PARA REALIZAÇÃO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de Outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2017 - SRP - PR Nº 120/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/10/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE BOMBONS DE CHOCOLATE A SEREM DISTRIBUÍDAS NOS EVENTOS COMEMORATIVOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV NO NÚCLEO DE ATENÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE – NACA VINCULADO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de Outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.752, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.752, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

| | | |
|--|---------------------|---------------|
| 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 | 06 Aplicação Direta | R\$ 50.000,00 |
|--|---------------------|---------------|

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

| | | |
|--|---------------------|---------------|
| 13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.01.0002 | 03 Aplicação Direta | R\$ 50.000,00 |
|--|---------------------|---------------|

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cessionária: Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, representado pela 2ª Companhia de Bombeiros Militar, do 14º BBM, da 3ª RBM.

Objeto: Ceder o uso, ao CESSIONÁRIO, de 6 (seis) mesas e 12 (doze) cadeiras, pertencentes ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, a serem utilizadas por alunos em virtude do Curso de Análise de Projetos Preventivos Contra Incêndio, o qual acontecerá na Companhia de Bombeiros Militar deste Município, com as seguintes características e números de patrimônio: a) Duas mesas redondas: Patrimônio nºs 012181 e 012247; b) Três mesas retangulares: Patrimônio nºs 012262; 012263 e 012264; c) Doze cadeiras: Patrimônio nºs 011365; 011212; 011450; 011523; 011499; 011643; 011888; 011542; 011442; 011198; 011380 e 011658.

Data da Assinatura: 22 de setembro de 2017.

Vigência: de 22/09/2017 a 10/11/2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e 1º Tenente BM Glaycon Jean Reitz - Comandante Interino da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 14º BBM - pela Cessionário.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 013/2017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 013/2017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015, nos termos do Decreto nº 5.677, de 31 maio de 2017, e Decreto 5.736, de 22 de setembro de 2017.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Simone Dall' Agnol Mezzomo, CPF nº 082.461.319-82.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/nº, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com relação ao(s) seguinte(s) espaço(s): Teatro Professor Arno Ignácio Etges, Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, copa, cozinha, churrasqueira e praça de alimentação, em virtude da realização de formatura da Universidade Comunitária da região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, a ser promovida na data de 30 de setembro de 2017.

Valor: Permissão de Uso Gratuita, conforme Decreto 5.736, de 22 de setembro de 2017.

Data da Assinatura: 25/09/2017.

Vigência: de 28 de setembro a 02 de outubro de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e Simone Dall' Agnol Mezzomo - pela permissionária.

PORTARIA Nº 1.037, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1.037, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal MICHELE LUZZATTO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE PORTUGUÊS, matrícula nº 1836/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 16 de outubro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito MunicipalPublicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.**PORTARIA Nº 1.038, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017**

PORTARIA Nº 1.038, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JUELI PRIMON BORGES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS, matrícula nº 1988/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

PORTARIA Nº 1.039, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1.039, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ZENAIDE DA SILVA DAL ZOT, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3000/09, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 13 de novembro a 12 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

PORTARIA Nº 1.040, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1.040, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal EDIZIANE PAGLIOSA RIZZARDI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS, matrícula nº 3027/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 de novembro a 15 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

PORTARIA Nº 1.041, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1.041, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora TISSIANA MARIA FALCÃO MULLER POSSER, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de MÉDICO ESPECIALISTA – SAÚDE MENTAL OU PSIQUIATRIA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 16 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

PORTARIA Nº 1.042, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

PORTARIA Nº 1.042, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora LETICIA DE CEZARO, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - ENDODONTIA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 12 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de outubro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

ATA N. 06 - PROCESSO LICITATÓRIO N. 066/2017

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE CNPJ: 83.021.873/0001-08 RUA DUQUE DE CAXIAS, N.789 C.E.P.: 89990-000 - São Lourenço do Oeste - SC | TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2017 - TP |
| | Processo Administrativo: 66/2017 Processo de Licitação: 66/2017 Data do Processo: 24/04/2017 |
| Folha: 1/1 | |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 67/2017 (Sequência: 6)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE INTERESSE DO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE- SC.

A Comissão Permanente de Julgamento de Licitações designada nº 675/2017 reuniu-se em sessão e, tendo em vista o disposto no item 14.9 do edital de abertura, convoca as licitantes para a sessão pública de abertura das propostas de preços (envelopes nº 04), a ocorrer no dia 16 de outubro de 2017, às 8hs30min, observando o disposto no §2º do art. 46, da Lei nº 8.666/1993.

São Lourenço do Oeste, 6 de Outubro de 2017

COMISSÃO:

ANI CAROLINI PEREIRA - - Presidente da Comissão de Licitação
LENIR FÁTIMA CRUZETTA - - SECRETÁRIA
MARCIO ALVES RODRIGUES - - AUXILIAR DIRETO

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO Nº 01/2017 - FMCD

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Presidente do CMDCA o Sr. Jailson Aurélio Franzen, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto:

Contratação de Profissional para realizar a Capacitação das Equipes que atuarão no Projeto " Família Acolhedora" no Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: ISABEL LUZIA FUCK BITTENCOURT. Valor Total de R\$ 8.700,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de outubro de 2017.

JAILSON AURÉLIO FRANZEN
PRESIDENTE DO CMDCA

PROCESSO Nº 47/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene, destinados para Atendimento as Famílias em situação de vulnerabilidade temporária, conforme Lei Municipal nº 6.948/2014, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 20 de outubro de 2017.

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 06 de outubro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

ATA 69.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017

MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2017 | | | | |
|--|------------------------------|------------------------------|--|----------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório | | Estim. | Ref. | Preço Unitário |
| Pregão Presencial n.º 42.2017 | | de Consumo | | (R\$) |
| 02 | Bateria de nobreak 7ah – 12V | 10 | Und | 68,80 |
| 03 | Cabo par traçado (metros) | 305 | Metros | 0,74 |
| 04 | Cabo USB de no mínimo 1,8M | 10 | Und | 7,14 |
| 05 | Conectores RJ45 | 30 | Und | 0,22 |
| 12 | Memória DDR2 2GB | 05 | Und | 71,50 |
| 13 | Modem ADSL | 05 | Und | 62,00 |
| Valor Total R\$ 1.659,20 (um mil seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) | | | | |
| ALCANTARENSE INFORMÁTICA EIRELI ME | | | | |
| 22.237.299/0001-35 | | | Fone/Fax: 48 3277-0178 | |
| Rua Vidal João Vieira, 617 Centro São Pedro de Alcântara/SC CEP: 88.125-000 | | | E-mail: contato@alcantaresenseinformatica.com.br | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos

do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante

e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara

Ernei José Stahelin

Prefeito

ALCANTARENSE INFORMÁTICA EIRELI ME

22.237.299/0001-35

ATA 70.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 70/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017

MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 70/2017 | | | | |
|--|-------------------------|------------------------------|------|-------------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 42.2017 | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| 07 | Estabilizador 300VA | 10 | Und | 70,00 |
| 23 | SWITCH 24 portas 10/100 | 02 | Und | 179,00 |
| Valor Total R\$ 1.058,00 (um mil cento e cinquenta e oito reais) | | | | |
| BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME | | | | |
| 14.534.916/0001-36 | | Fone/Fax: 47 3237-7167 | | |
| Rua Dr. Paulo Aldinger, 71 Sala 01 – Escola Agrícola Blumenau/SC CEP: 89037-690 | | E-mail: blunac@blunac.com.br | | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º

42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara

Ernei José Stahelin

Prefeito

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

14.534.916/0001-36

ATA 71.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 71/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017

MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 71/2017 | | | | |
|---------------------------------------|--|------------------------------|------|----------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| Pregão Presencial n.º 42.2017 | | | | |

| | | | | |
|--|---|---|-----|--------|
| 01 | Impressora Multifuncional a laser Monocromática com as seguintes especificações Mínimas: <ul style="list-style-type: none"> • Função Impressora, copiadora e digitalizadora; • Porta USB 2.0 de alta velocidade; • Capacidade de entrada 150 folhas; • Cor preta ou branca; • Formato de papel A4; • Memória de no mínimo 8MB; • Velocidade mínima de impressão 20ppm; • Resolução mínima de impressão 1200dpi; Porta USB 2.0 de alta velocidade, porta de Rede Fast Ethernet 10/100 Base – TX incorporada. • Voltagem 110v; • A contratada deverá apresentar garantia mínima de 12 (doze) meses, á partir da data da entrega a Contratante. • A Impressora deverá vir embalada perfeitamente com Manual de instrução, CD de instalação e Cabo USB | 09 | Und | 850,00 |
| Valor Total R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais) | | | | |
| COMP1 INFORMÁTICA LTDA | | | | |
| 17.299.299/0001-20 | | Fone/Fax: 48 3223-6267 48 98411-9963 | | |
| Rua Felipe Schmidt, nº 649 Sala 1006 Florianópolis/SC CEP: 88.010-001 | | E-mail: com1@hotmail.com | | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos

seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos

do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante

e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento,

considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara

Ernei José Stahelin

Prefeito

COMP1 INFORMÁTICA LTDA

17.299.299/0001-20

ATA 72.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 72/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017

MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 72/2017 | | | | |
|---|---------------------------|------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 42.2017 | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| 25 | Fotocondutor Lexmark E250 | 03 | Und | 90,00 |
| 27 | Pen drive 32Gb | 15 | Und | 47,90 |
| Valor Total R\$ 988,50 (novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) | | | | |
| EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME | | | | |
| 05.937.672/0001-41 | | | Fone/Fax: 48 99902-7409 | |
| Rua João Adalgisio Philippi, nº570 Fazenda Santo Antonio São José/SC CEP: 88.104-630 | | | E-mail: | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica

da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.
- 9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.
- 9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.
- 9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.
- 9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
- 9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.
- 9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
- 9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
- 9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
- 9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.
- São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara
Ernei José Stahelin
Prefeito

EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME
05.937.672/0001-41

ATA 73.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 73/2017
PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017
MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 73/2017 | | | | |
|--|----------------------------|------------------------------|--|-------------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 42.2017 | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| 11 | Memória DDR3 4GB | 05 | Und | 159,00 |
| 16 | Placa Mãe Socket 1155 DDR3 | 05 | Und | 277,00 |
| 26 | HD Extremo 1Tb | 05 | Und | 274,00 |
| Valor Total R\$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais) | | | | |
| FT PETTIRINI LTDA ME | | | | |
| 08.283.314/0001-50 | | | Fone/Fax: 48 3263-0211 | |
| Rua Florianópolis, nº70 Centro Tijucas/SC CEP: 88.200-000 | | | E-mail: tiago@adrenainformatica.com.br | |

1- OBJETO E PREÇOS:

- 1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.
- 1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

- 2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.
- 3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar

a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante

e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara

Ernei José Stahelin

Prefeito

FT PETTIRINI LTDA ME

08.283.314/0001-50

ATA 74.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 74/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017

MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 74/2017 | | | | |
|---|----------------|------------------------------|------|-------------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 42.2017 | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| 09 | HD 500GB Sata | 10 | Und | 180,00 |
| 18 | Processador I5 | 05 | Und | 540,00 |
| 21 | Nobreak 1200 | 05 | Und | 360,00 |

| | | | | |
|--|---|----|---------------------------------------|----------|
| 28 | <p>Notbook com as seguintes características mínimas: Processador Core I5 ou superior; Memória RAM 4GB; Velocidade do processador 2,3GHz; Monitor HD de no mínimo 14 POL; Memória de Cache 3M; HD 500GB; DVD-RW, Bluetooth, Wi-Fi; Webcam integrada, Windows 10, Entradas e Saida VGA, HDMI, USB2.0, USB 3.0; entrada para cartão de memória.</p> <p>• A contratada deverá apresentar garantia mínima de 12 (doze) meses, á partir da data da entrega a Contratante.</p> | 06 | Und | 2.390,00 |
| Valor Total R\$ 20.640,00 (vinte mil seiscentos e quarenta reais) | | | | |
| MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP | | | | |
| 15.275.465/0001-22 | | | Fone/Fax: 47 3209-8789 47 99191- 0234 | |
| Rua Professor Max Humpl, nº 1139 Salto do Norte Blumenau/SC CEP: 89.065-500 | | | E-mail: macarinicomercial@gmail.com | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura

pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos

do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante

e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara
Ernei José Stahelin
Prefeito

MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP
15.275.465/0001-22

ATA 75.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 75/2017
PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017
MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 75/2017 | | | | |
|---|--|------------------------------|--|-------------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 42.2017 | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| 06 | Autotransformador 1500va | 05 | Und | 98,95 |
| 08 | Fonte ATX200W | 10 | Und | 37,00 |
| 22 | Roteador Wirelles 300MBPS – 3 antenas removíveis | 05 | Und | 84,00 |
| Valor Total R\$ 1.284,75 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) | | | | |
| PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP | | | | |
| 21.873.370/0001-03 | | | Fone/Fax: 48 3283-0048/ 48 99146-2171 | |
| Rua da Praça nº 241 Sala 906 Pedra Branca Palhoça/SC CEP: 88.137-086 | | | E-mail: contato@performtecnologia.com.br | |

1- OBJETO E PREÇOS:

- 1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.
- 1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

- 2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.
- 3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:
- 3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.
- 3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

- 4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.
- 4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.
- 4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.
- 4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.
- 4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.
- 4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a

detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos

do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da

unidade requisitante

e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara

Ernei José Stahelin

Prefeito

PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP

21.873.370/0001-03

ATA 76.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 76/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017

MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 76/2017 | | | | |
|---|---|------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 42.2017 | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| 14 | Monitor Led de no mínimo 19.5 POL | 07 | Und | 379,00 |
| 19 | Microcomputador Core I5, Mínimo de 4GB de Memória, Mínimo de HD500GB, Gravador de DVD, Mouse Óptico, Teclado, Cx de Som, Monitor Led de no mínimo 19.5 POL, Estabilizador 300VA. • A contratada deverá apresentar garantia mínima de 12 (doze) meses, á partir da data da entrega a Contratante. | 20 | Und | 1.844,00 |
| 20 | Microcomputador Core I5, Mínimo de 4GB de Memória, Mínimo de HD500GB, Gravador de DVD, Mouse Óptico, Teclado. • A contratada deverá apresentar garantia mínima de 12 (doze) meses, á partir da data da entrega a Contratante. | 15 | Und | 1.344,00 |
| Valor Total R\$ 59.693,00 (cinquenta e nove mil seiscentos e noventa e três reais) | | | | |
| RD NEGÓCIOS DE INFORMATICA LTDA EPP | | | | |
| 21.972.444/0001-69 | | | Fone/Fax: 49 32770767 | |
| Rua João Teófilo Deucher, nº 29 Sala II Centro Bom Retiro/SC CEP: 88680-000 | | | E-mail: rdinformaticabr@gmail.com | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara

Ernei José Stahelin

Prefeito

RD NEGÓCIOS DE INFORMATICA LTDA EPP

21.972.444/0001-69

ATA 77.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 77/2017

PREGÃO PRESENCIAL n.º 42/2017

MATERIAL DE INFORMÁTICA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 77/2017 | | | | |
|--|---|------------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| Início: 30/08/2017 | | Validade/Término: 29/08/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 42.2017 | | Estim. de Consumo | Ref. | Preço Unitário (R\$) |
| 10 | Impressora Multifuncional Jato de tinta com cópias de no mínimo 20ppm em preto e 14ppm em cores | 03 | Und | 292,50 |
| 15 | Mouse Óptico USB | 23 | Und | 6,50 |
| 17 | SWITCH 8 portas 10/100 | 04 | Und | 40,00 |
| 24 | Teclado | 19 | Und | 15,75 |
| Valor Total R\$ 1.486,25 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) | | | | |
| SCHEYLLA DE MENDONÇA ME | | | | |
| 15.049.999/0001-30 | | | Fone/Fax: 48 3039-2525 | |
| Rua José Antonio Thomaz nº229 Sala 108 Bela Vista São José/SC CEP: 88.110-470 | | | E-mail: nxcomercial@hotmail.com | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos seguintes itens (tabela acima):

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto é aquela constante no Edital n.º 42/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de publicação de convocação no site da Prefeitura, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 42/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O prazo de entrega dos Medicamentos será de NO MÁXIMO 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.

4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e o Município de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura

pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos

do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de fac-símile ou através de endereço eletrônico, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante

e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC) 30 de agosto de 2017.

Município de São Pedro de Alcântara
Ernei José Stahelin
Prefeito

SCHEYLLA DE MENDONÇA ME
15.049.999/0001-30

ATA 78.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R. 203
www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 78/2017
PREGÃO PRESENCIAL n.º 41/2017
SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 78/2017 | | | | |
|--|--|--|-----------------------|--------------------|
| Início: 04/09/2017 | | Validade/Término: 03/09/2018 | | |
| Processo Licitatório – PREGÃO PRESENCIAL n.º 41/2017 | | Ref | Estimativa de Consumo | Valor Unitário R\$ |
| 01 | LAVAGEM COM ENGRAXAMENTO DOS VEICULOS PEQUENOS: Entende-se por veículos pequenos os veículos Palio, Pampa, Fiesta Sedan, Uno, Celler, Classic, Logan, e afins. | Lavação | 510 | 46,00 |
| 02 | LAVAGEM COM ENGRAXAMENTO DOS VEICULOS MÉDIOS: Entende-se por veículos Médios os veículos Sprinter, H100, Ranger, Ambulância, Kombi, S10, Caminhonetes, Vans e afins. | Lavação | 300 | 87,00 |
| 03 | VEICULOS GRANDES: Entende-se por veículos Grandes os veículos Retroescavadeira, Caminhão, Caçamba, Micro ônibus, Motoniveladora, Escavadeiras, Trator e afins. | Lavação | 330 | 210,00 |
| 04 | MOTO | Lavação | 80 | 25,00 |
| 05 | SERVIÇO DE ENGRAXAMENTO DOS VEICULOS GRANDES | Engraxamento | 330 | 20,00 |
| Preço Total | | R\$ 127.460,00 (cento e vinte e sete mil quatrocentos e sessenta reais) | | |
| Razão Social | | JEONICIO JOSEMAR VERLICH TRANSPORTES – ME | | |
| CNPJ | | 13.715.125/0001-40 Fone/Fax: (48) 3378-0375 | | |
| Endereço | | Rodovia SC 281, S/N – Bairro Santa Tereza – São Pedro de Alcântara/SC – CEP 88.125-000 E-mail: lettespa_@hotmail.com | | |

1- OBJETO E PREÇOS:

- 1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.
- 1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos itens da tabela acima.

2- RECEBIMENTO:

- 2.1- A forma de recebimento do objeto será a estabelecida no item 1.0 do Anexo I do Edital n.º 41/2017

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados da data de convocação, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.
- 3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:
- 3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 3.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.
- 3.3- Fica dispensada a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 41/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

- 4.1- O Objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser fornecido nas dependências da contratada.
- 4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.
- 4.4- Se a qualidade dos serviços prestados e/ou produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para serem refeitos, aplicando-se as penalidades cabíveis.
- 4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos ou serviços apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pelo Município de São Pedro de Alcântara, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Prefeitura Municipal, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Município de São Pedro de Alcântara.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Administração Municipal.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de "fac-símile", deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante; e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

- 9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
- 9.5- O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.
- 9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
- 9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
- 9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
- 9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara/SC 04 de Setembro de 2017

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito

JEONICIO JOSEMAR VERLICH TRANSPORTES – ME
CNPJ: 13.715.125/0001-40

ATA 79.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 79/2017
PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2017
BICA CORRIDA

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 79/2017 | | | | |
|--|--|------------------------------|---|----------------------|
| Início: 05/09/2017 | | Validade/Término: 04/09/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial nº 32/2017 | | Referência | Estimativa de Consumo | Preço Unitário (R\$) |
| Item 01 | Bica Corrida | Tonelada | 5.000 | 19,00 |
| Preço Total | R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) | | | |
| Razão Social | VOLGELSANGER ENGENHARIA LTDA ME | | | |
| CNPJ | 18.669.032/0001-40 | Contato: (48) 3344-3634 | | |
| Endereço | Rua Vereador Rogério da Silva, nº1. 329 Sala 01 Bairro: Aririú CEP: 88135-730 Palhoça – Santa Catarina | | E-mail: volgelsangerengenharia@terra.com.br | |

1- OBJETO E PREÇOS:

- 1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.
- 1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos itens da tabela acima.

2- RECEBIMENTO:

- 2.1- A forma de recebimento do objeto será a estabelecida no item 1.1.2 do Edital nº 32/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados do comunicado específico encaminhado à detentora.
- 3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:
- 3.2.1- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.
- 3.2.2- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 3.2.3- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 3.2.4- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do Processo de Licitação n.º 32/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O Objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser fornecido nas dependências da contratada.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pelo Município de São Pedro de Alcântara, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (dé-cimo) dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual se configura a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento do presente contrato será efetivado em até 10 (dez) dias depois de entregue e conferido pelo Setor de Contabilidade do Município, e somente será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da autorização de fornecimento e/ou a Ata de Registro de Preços.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuado pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação do Município de São Pedro de Alcântara, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Município de São Pedro de Alcântara.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Administração Municipal.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de e-mails, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante; e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José (SC), com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC), 05 de Setembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

VOLGELSANGER ENGENHARIA LTDA ME CNPJ: 18.669.032/0001-40

ATA 81.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 81/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 30/2017

TUBOS DE CIMENTO

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 81/2017 | | | | |
|--|--|------------------------------|--|----------------------|
| Início: 25/09/2017 | | Validade/Término: 24/09/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial nº 30/2017 | | Referência | Estimativa de Consumo | Preço Unitário (R\$) |
| Item 02 | TUBO DE CIMENTO 40cm | Unidade | 400 | 18,50 |
| Preço Total | R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) | | | |
| Razão Social | AUGUSTINHO SCHMITZ CONSTRUÇÕES EPP | | | |
| CNPJ | 02.786.122/0001-80 | | Contato: (48) 32770056 | |
| Endereço | Rua Vidal João Vieira, 271 – Piso Térreo Centro São Pedro de Alcântara/SC CEP: 88.125-000 | | E-mail: verdevale.augustinho@hotmail.com | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos itens da tabela acima.

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto será a estabelecida no Edital nº 30/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

- 3.2.1- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal(RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.
- 3.2.2- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 3.2.3- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 3.2.4- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.
- 3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do Processo de Licitação n.º 30/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

- 4.1- O Objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser fornecido nas dependências da contratada.
- 4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.
- 4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.
- 4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

- 5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pelo Município de São Pedro de Alcântara, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.
- 5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual se configura a inexecução parcial da obrigação.
- 5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:
- a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.
- b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.
- 5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.
- 5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.
- 5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.
- 5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.
- 5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.
- 5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.
- 5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 6.1- O pagamento do presente contrato será efetivado em até 10 (dez) dias depois de a nota fiscal ser entregue e conferida pelo Setor de Contabilidade do Município, e somente será efetivado se emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da autorização de fornecimento e/ou a Ata de Registro de Preços.
- 6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

- 7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.
- 7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuado pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.
- 7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação do Município de São Pedro de Alcântara, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.
- 7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Município de São Pedro de Alcântara.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Administração Municipal.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de e-mails, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante; e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José (SC), com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC), 25 de Setembro de 2017.

| | |
|---|---|
| ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal | AUGUSTINHO SCHMITZ CONSTRUÇÕES EPP CNPJ: 02.786.122/0001-80 |
|---|---|

ATA 82.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 82/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 30/2017

TUBOS DE CIMENTO

| ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 82/2017 | | | | |
|--|--|---|-------------------------|----------------------|
| Início: 25/09/2017 | | Validade/Término: 24/09/2018 | | |
| Processo Licitatório Pregão Presencial nº 30/2017 | | Referência | Estimativa de Consumo | Preço Unitário (R\$) |
| Item 01 | TUBO DE CIMENTO 30cm | Unidade | 400 | 15,00 |
| Item 03 | TUBO DE CIMENTO 60cm sem Ferro | Unidade | 150 | 39,00 |
| Item 04 | TUBO DE CIMENTO 60cm com Ferro | Unidade | 150 | 85,00 |
| Item 05 | TUBO DE CIMENTO 80cm sem Ferro | Unidade | 100 | 95,00 |
| Item 06 | TUBO DE CIMENTO 80cm com Ferro | Unidade | 100 | 130,00 |
| Item 07 | TUBO DE CIMENTO 1 metro sem ferro 10cm | Unidade | 100 | 155,00 |
| Item 08 | TUBO DE CIMENTO 1 metro com ferro 10cm | Unidade | 100 | 170,00 |
| Preço Total | | R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais) | | |
| Razão Social | | SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI ME | | |
| CNPJ | | 18.245.956/0001-19 | Contato: (48) 3374-1605 | |
| Endereço | | SRV Tipuna, nº251 Rio Tavares Florianópolis/SC CEP: 88.048-371 | E-mail: | |

1- OBJETO E PREÇOS:

1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.

1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos itens da tabela acima.

2- RECEBIMENTO:

2.1- A forma de recebimento do objeto será a estabelecida no Edital nº 30/2017.

3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, contados do comunicado específico encaminhado à detentora.

3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal(RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

3.2.2- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

3.2.3- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2.4- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.

3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do Processo de Licitação n.º 30/2017 ainda estiverem dentro da validade.

4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

4.1- O Objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser fornecido nas dependências da contratada.

4.2- O objeto da ata será recebido pelo Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.

4.4- Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos para nova entrega, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pelo Município de São Pedro de Alcântara, na condição de órgão gestor da ata, e sós serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual se configura a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento do presente contrato será efetivado em até 10 (dez) dias depois de a nota fiscal ser entregue e conferida pelo Setor de Contabilidade do Município, e somente será efetivado se emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da autorização de fornecimento e/ou a Ata de Registro de Preços.

6.2- Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuado pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação do Município de São Pedro de Alcântara, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Município de São Pedro de Alcântara.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Administração Municipal.

9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de e-mails, deles constando: 1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante; e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José (SC), com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara (SC), 25 de Setembro de 2017.

| | |
|---|---|
| ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal | SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI ME EPP CNPJ: 18.245.956/0001-19 |
|---|---|

DECRETO Nº109/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº109/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 – Funcionamento e Manut. da Agricultura R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 06 de outubro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 363/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 363/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA ANGELITA ZIMERMANN LUTZ, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 02/10/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/10/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de outubro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 364/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 364/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora DIONE TEREZINHA LOHN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora DIONE TEREZINHA LOHN, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar da data de 03/10/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/10/2017.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de outubro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2017-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2017-FMS

PROCESSO Nº. 54/2017-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de outubro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de outubro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.265/2017, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

DECRETO Nº 4.265/2017, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil novecentos e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.35.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Serviços de Consultoria R\$ 16.950,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 16.950,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de Outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

II ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

II ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2016-FMS
PROCESSO Nº. 19/2016-FMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Chamada Pública Nº. 01/2016-FMS, visando a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, em procedimentos com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico (exames laboratoriais) do referido grupo da Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde e exames não constantes na referida tabela, afim de disponibilizar o serviço/exames aos usuários do Sistema Único de Saúde, possibilitando para o profissional médico a confirmação (ou não) de uma patologia diagnosticada numa avaliação clínica/física, ficando assim determinado:

Leia-se:

I – DO PREÂMBULO:

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA para entidades Privadas, Filantrópicas ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Município de Schroeder/SC.

1.2. Os envelopes de HABILITAÇÃO deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 1º. de fevereiro de 2018.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Entrega do envelope até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

II – DO OBJETO:

(...)

2.1.3 O valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago mensalmente será R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) entre todos os credenciados, totalizando o valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) até 31/12/2018.

III - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE:

(...)

3.4 - O recebimento do envelope da HABILITAÇÃO acontecerá no dia 1º. de fevereiro de 2018 às 08h45min, devendo o mesmo ser protocolado, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2.

VI – DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS

(...)

6.9 O valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago mensalmente será R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) entre todos os credenciados, totalizando o valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) até 31/12/2018.

Schroeder, 05 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.228/2017, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 7.228/2017, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Licença Maternidade da servidora, Sra. Franciele Maria Schilipacke em 12 de setembro de 2017;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.993/2016, de 20/12/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Luciane Rosa de França, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2016/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 5 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.229/2017, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017.

PORTARIA Nº. 7.229/2017, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Glauce Mery Pajenkamp, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 5 de outubro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A5/2017 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A5/2017 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 16/2016- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck; e,

CONTRATADA: LM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.731.383/0001-29, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3409, centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pela Senhora Melisse dos Santos Marcon, inscrita no CPF sob o nº. 016.322.189-84, portadora da Carteira de Identidade nº. 2.893.967-0- expedida pela SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 16/2016-FMS, celebrado em 26 de abril de 2016, decorrente da Chamada Pública nº. 01/2016-FMS, Processo nº. 19/2016-FMS, para contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, em procedimentos com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico (exames laboratoriais) do referido grupo da Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde e exames não constantes na referida tabela, afim de disponibilizar o serviço/exames aos usuários do Sistema Único de Saúde, possibilitando para o profissional médico a confirmação (ou não) de uma patologia diagnosticada numa avaliação clínica/física, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA.

E permissivo legal, inserto no artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde para prorrogação da vigência do contrato de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, pela necessidade da continuidade de prestação de serviço com finalidade diagnóstica em laboratório clínico para o ano de 2018.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda "da Vigência", no item 2.1, a vigência de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 2ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Quarta "Do Valor do Contrato" no item 4.1 o valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago mensalmente será R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) entre todos os credenciados, totalizando o valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) até 31/12/2018.

Cláusula 3ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Décima "Das Obrigações da Empresa" no item 10.1.9 o valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago mensalmente será R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) entre todos os credenciados, totalizando o valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) até 31/12/2018.

Cláusula 4ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 16/2016-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2017.

CONTRATADA:

LM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME

Melisse dos Santos Marcon

CPF nº 016.322.189-84

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A6/2017 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A6/2017 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2016- FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck; e,

CONTRATADA: LABORSAD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.372.641/0002-50, estabelecida na Rua Guilherme Zerbin, nº 12, sala 01, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Senhor Cleber Ivan Saade, inscrito no CPF sob o nº 589.627.279-00, portador da Carteira de Identidade no 19/R646.482-SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 15/2016-FMS, celebrado em 26 de abril de 2016, decorrente da Chamada Pública nº. 01/2016-FMS, Processo nº. 19/2016-FMS, para contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, em procedimentos com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico (exames laboratoriais) do referido grupo da Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde e exames não constantes na referida tabela, afim de disponibilizar o serviço/exames aos usuários do Sistema Único de Saúde, possibilitando para o profissional médico a confirmação (ou não) de uma patologia diagnosticada numa avaliação clínica/física, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, inserto no artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde para prorrogação da vigência do contrato de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, pela necessidade da continuidade de prestação de serviço com finalidade diagnóstica em laboratório clínico para o ano de 2018.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda "da Vigência", no item 2.1, a vigência de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 2ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Quarta "Do Valor do Contrato" no item 4.1 o valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago mensalmente será R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) entre todos os credenciados, totalizando o valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) até 31/12/2018.

Cláusula 3ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Décima "Das Obrigações da Empresa" no item 10.1.9 o valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago mensalmente será R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) entre todos os credenciados, totalizando o valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) até 31/12/2017.

Cláusula 4ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 15/2016-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2017.

CONTRATADA:

LABORSAD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Cleber Ivan Saade

CPF nº 589.627.279-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1311

DECRETO Nº 1311, de 06 de outubro de 2017.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 013/2017-FMS para Consultas Ginecológicas e Obstétricas

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da alínea "j" da cláusula décima segunda, do Termo de Credenciamento nº 013/2017, de 06 de setembro de 2017, Processo de Licitação nº 038/2017-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 014/2017-FMS, de 06 de setembro de 2017,
DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 06 de setembro de 2017, fica CREDENCIADA a empresa Joel Boeira da Silva - ME, para atendimento aos habitantes do município de Seara, com consultas ginecológicas e obstétricas, conforme especificados no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público nº 002/2017-FMS, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº. 038/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação de nº 013/2017-FMS, datado em 06 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 06 de outubro de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de outubro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1312

DECRETO Nº 1312, de 06 de outubro de 2017.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 018/2017-FMS para Realização de Serviços Odontológicos

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da alínea "j" da cláusula décima segunda, do Termo de Credenciamento nº 018/2017, de 02 de outubro de 2017, Processo de Licitação nº 043/2017-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 019/2017-FMS, de 02 de outubro de 2017,
DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 06 de setembro de 2017, fica CREDENCIADA a empresa Adriana Estela Longhi Lazzari - ME, para atendimento aos habitantes do município de Seara, para realização de serviços odontológicos, conforme especificados no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público nº 002/2017-FMS, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº. 043/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação de nº 019/2017-FMS, datado em 02 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 06 de outubro de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de outubro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1313

DECRETO Nº 1313, de 06 de outubro de 2017.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 019/2017-FMS para fornecimento de Órteses Oculares

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da alínea "j" da cláusula décima segunda, do Termo de Credenciamento nº 019/2017, de 02 de outubro de 2017, Processo de Licitação nº 044/2017-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 020/2017-FMS, de 02 de outubro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 06 de setembro de 2017, fica CREDENCIADA a empresa Gheno Joias Ltda - ME, para atendimento aos habitantes do município de Seara, com fornecimento de órteses oculares, conforme especificados no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público nº 002/2017-FMS, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº. 044/2017, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação de nº 020/2017-FMS, datado em 02 de outubro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 06 de outubro de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de outubro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 031/2017

Pregão Presencial nº 053/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Tottal Print Indústria Gráfica Ltda - ME, CNPJ nº 08.606.190/0001-05 estabelecida na av. Anita Garibaldi, nº. 246, sala 05, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Agacir Tonello, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº. 4.009.128-7, CPF nº. 048.361.719-97, residente e domiciliado na av. Anita Garibaldi, nº. 246, apto. 101, centro, Seara, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria da Administração, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada dos itens abaixo:

- Item 04 – "folha ofícios timbradas".

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 100,00 (cem reais), conforme tabela abaixo:

| Item | Material | Descrição do Material | UN | Qtde. Cotada | Qtde. Aditivada | Preço Unitário | Preço Total Aditivado |
|-----------|-----------|---|----|--------------|-----------------|----------------|-----------------------|
| 04 | 333399060 | FOLHAS OFÍCIO TIMBRADAS, OFFSET 90 G 21 X 29CM COLORIDO, COR – MARCA TOTTLA PRINT | UN | 5000 | 1.250 | 0,08 | 100,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | | | 100,00 |

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 05/10/2017.

Edemilson Canale

Município de Seara

Contratante

Agacir Tonello
Tottal Print Indústria Gráfica Ltda - ME
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 16/2017

PORTARIA Nº 16/2017, de 05 de setembro de 2017.

Designa servidora como pregoeira, compõe equipe de apoio e dá outras providências

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a servidora Adriana de Camargo, como Pregoeira da Câmara Municipal de Seara, em obediência ao estabelecido no inciso IV, do artigo 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Para compor a Equipe de Apoio à pregoeira ficam nomeados os servidores: Lésio Luvisa, Marinês Miranda e Marisa Scussel.

Art. 3º Em seus impedimentos a Pregoeira poderá ser substituída por um dos membros da Equipe de Apoio.

Art. 4º A Pregoeira e sua Equipe de Apoio terão como atribuições, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 9/2015.

| |
|---------------------------|
| GILBERTO GONÇALVES (Beto) |
|---------------------------|

| |
|--------------------|
| Presidente da Mesa |
|--------------------|

PORTARIA Nº 17/2017

PORTARIA Nº 17/2017, de 04 de outubro de 2017.

Nomeia membros para compor a Comissão de Avaliação trienal para Progressão por Desempenho

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 21 da Resolução nº 04/2006, dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências, e alterações posteriores,

Resolve:

Art. 1º Nomear os servidores: ADRIANA DE CAMARGO, Administrador Legislativo; MARINÊS MIRANDA, Agente Administrativo e LÉCIO LUVISA, Contador, para comporem a Comissão da Avaliação Trienal da Progressão Funcional por Desempenho, conforme artigo 17 da Resolução nº 04/2006, da servidora efetiva MARISA SCUSSEL, referente ao triênio 2015/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

| |
|---------------------------|
| GILBERTO GONÇALVES (Beto) |
|---------------------------|

| |
|--------------------|
| Presidente da Mesa |
|--------------------|

| | |
|----------------------|---------------------|
| ELISEU AREND (FONSO) | JERSON BRUSAMARELLO |
|----------------------|---------------------|

| | |
|-----------------|---------------|
| Vice-Presidente | 1º Secretário |
|-----------------|---------------|

| | |
|--------------------------|--|
| ADÃO KRONBAUER (DESENHO) | |
|--------------------------|--|

| | |
|---------------|--|
| 2º Secretário | |
|---------------|--|

RESUMO CONTRATO Nº 7/2017

Contrato nº 7, 6 de outubro de 2017 – termo de Aditamento nº 1, ao Contrato nº 3/2017. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SEARA - Contratante e a Cooperativa de Trabalho de Profissionais e Serviços Tecnológicos – UNITECNO (Gestora Técnica: Arquiteta e Urbanista BIANCA DE MILANO TUMELERO – Cau A 110088-2) – Contratada, CNPJ nº 02.696.637/0001-90. Objeto: prorroga prazo de vigência por 60(sessenta) dias a contar do dia 8 de outubro até o dia 6 de dezembro.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 234/17

DECRETO Nº 234, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.0070(19) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 02 de outubro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 242/2017

PORTARIA Nº 242 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr. ERIVAL LUIZ NICHELE, Operador de Equipamento, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

2562 2002 à 2007 02/10/2017 a 30/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de outubro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças e Administração

PROCESSO 48-2017_COMBUSTÍVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2017

O MUNICIPIO DE SOMBRIO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Av. Nereu Ramos, 186 – Centro, no município de Sombrio - SC,

inscrito no CNPJ sob nº 82.963.216/0001-17, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro Municipal e sua equipe de apoio, designados pelos Decretos nº. 308/2016 de 01/02/2016, alterado pelo decreto 001/2017 de 02/01/2017, que realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto está abaixo definido, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), do Decreto Municipal nº 011, de 02 de fevereiro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum filtrada, óleo diesel, óleo diesel s10 e agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio-arla), para os veículos, máquinas e equipamentos do município de Sombrio, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

1.1.1. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência – Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

1.1.2. Nos valores unitários de todos os itens já devem estar inclusos todos os custos relacionados para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

2. DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 25/10/2017.

HORA: 08h45min.

LOCAL: Na sede do Centro Administrativo Arlindo Cunha, sito a Av. Nereu Ramos, nº 186, Centro, Sombrio/SC.

2.2. Os envelopes contendo "Proposta de Preços", "Documentos de habilitação" e "Declarações" se for o caso, deverão ser protocolados até as 08h30min do dia 25/10/2017, no protocolo geral da Prefeitura do Município de Sombrio/SC, sob pena de preclusão ao direito de participar no presente certame.

2.3. A sessão de pregão poderá ser suspensa, caso o Pregoeiro constate tal necessidade, sendo os participantes credenciados, comunicados da data e horário da reabertura da sessão.

2.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e horário supramencionado, independentemente de nova comunicação.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Sombrio, através do setor responsável da Secretaria Municipal de Finanças, a qual será responsável pela regulamentação e acompanhamento na prestação dos serviços a serem executados em decorrência deste Pregão Presencial para o Registro de Preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 011, de 2015.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo dos quantitativos de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1. Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar para credenciamento junto ao(a) Pregoeiro(a), devidamente munidos de documentos que os habilitem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso.

5.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

5.3. Para comprovar a condição de representante da licitante, o credenciado entregará a comissão permanente de licitações:

5.3.1. Cópia do documento de identidade de fé pública (será aceito o RG – Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

5.3.2. Se procurador: procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases e todos os demais atos, em nome da licitante;

5.3.3. Se dirigente/proprietário: cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante e em caso de dirigente eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.

5.4. O credenciamento deverá ser entregue e comprovado ao(a) Pregoeiro(a) na sessão de abertura, por meio de documentos, separadamente

dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documento de Habilitação".

5.5. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo(a) Pregoeiro(a), à vista do original.

5.6. A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve, sem prejuízo da proposta apresentada por escrito.

5.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado, desde que previamente autorizado pelo(a) Pregoeiro(a), cuja negativa deverá ser devidamente fundamentada.

5.8. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

5.9. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.

5.10. A fase de credenciamento será encerrada, pelo pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos e que atenderem a todas as exigências, constantes neste Edital e seus Anexos.

6.2. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos que passamos a chamar de ENVELOPE Nº 1, ou envelope da "PROPOSTA DE PREÇOS" e o ENVELOPE Nº 2, ou envelope da "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", no local, data e horário indicados neste Edital.

6.3. No caso de das microempresas e empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, para fins de obtenção dos benefícios dispensados as mesmas pela Lei Complementar nº 123/06 e Lei 8.666/93, deverão apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal, juntamente com declaração de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar 123/06 (Anexo IV), no ato do credenciamento ou no envelope de nº 03 "DECLARAÇÃO(ÕES)", caso não se faça representar.

6.3.1. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

a) A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

b) A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

6.4. Nos itens cujo valor for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na forma do art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/06 a participação é exclusiva as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho 2007, salvo se não houver no mínimo três propostas válidas de fornecedores enquadrados microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas.

6.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.5.2. Localizados a uma distância superior a 05 (cinco) quilômetros da sede do passo municipal;

6.5.3. Em regime de falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

6.5.4. Em dissolução ou em liquidação;

6.5.5. Em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

6.5.6. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

6.5.7. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, e decretos regulamentadores;

6.5.8. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

6.5.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

6.5.10. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.11. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

6.6. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE 01) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02)

7.1. Não serão aceitas propostas de preços e documentos de habilitação remetidos via fac-símile (fax), e-mail ou via postal (correios).

7.2. Os envelopes de proposta de preço e documentos de habilitação deverão estar devidamente lacrados e rubricados e seu fecho, identificados em sua parte externa os seguintes dizeres:

AO MUNICIPIO DE SOMBRIO
ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2017
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AO MUNICIPIO DE SOMBRIO
ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2017
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

7.3.

O licitante deverá entregar declaração com ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme formulário modelo constante do Anexo II do presente edital, separadamente dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação.

7.4. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas participantes deverão apresentar, também, separadamente dos envelopes, declaração que não incidem em nenhuma das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da LC 123/06, conforme formulário modelo constante do Anexo III do presente edital.

7.5. Caso a licitante não enviar representante, à entrega da(s) declaração(ões) constante(s) do(s) item(ns) 7.4, 7.5, se dará pela entrega do envelope Nº 03 – DECLARAÇÃO(ÕES).

7.6. A não entrega das declarações, a entrega das declarações com conteúdo diverso do apresentado nos formulários anexos ao presente edital ou sem assinatura, obstará o acesso ao certame, impossibilitando a abertura dos envelopes.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 01

8.1. Aberta a sessão, conferidas as declarações de que tratam o(s) item(ns) 7.3, 7.4, recebidos os envelopes e efetuado o credenciamento dos representantes das licitantes, prosseguir-se-á com a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e análise dos requisitos exigidos neste edital.

8.2. A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I – Termo de Referência, deste edital, devendo obrigatoriamente, serem datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, em uma via, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço completo, telefone, fac-símile (fax) e endereço eletrônico (e-mail), se houver, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, com numeração e rubrica em suas folhas, devendo a última folha conter a data e assinatura, devidamente identificada, por quem tenha poderes para essa finalidade, contendo:

8.2.1. A especificação de cada item, sempre observadas às especificações constantes do Anexo I do presente edital, devendo conter ainda os preços unitários de cada item em Real (R\$), em algarismos e o valor total da proposta, em Real (R\$), em algarismos e por extenso;

8.2.2. O prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

a) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura, nº CPF, nº do RG, função e/ou cargo, tudo de modo legível;

b) Local e data;

c) Dados bancários, da empresa proponente:

· Nome e número do banco;

· Número da agência bancária;

· Número da conta corrente.

8.2.3. Especificações do objeto cotado, com marca/modelo e/ou fabricante dos produtos;

8.2.4. Apresentar junto a propostas a distância em km entre a Prefeitura Municipal de Sombrio, sito a Av. Nereu Ramos, 186, Centro no município.

8.2.5. Apresentar, anexo a proposta impressa, CD ou PENDRIVE, extraído do Sistema Betha Compras/pregão do Município de Sombrio/SC, conforme arquivo fornecido pelo setor de Licitações do Município de Sombrio/SC.

8.3. Ocorrendo discrepância entre os valores unitários e os respectivos totais, prevalecerá valor unitário, para efeito de cálculo do valor total.

8.4. Nos preços propostos devem estar inclusos todos os custos relacionados para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta, não sendo aceito proposta com valores acima do valor máximo estipulado pela administração municipal conforme previsto neste edital e seus anexos.

8.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da(s) licitante(s), não lhe(s) assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

8.7. Na hipótese prevista no subitem 8.6, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, à falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

8.8. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

8.9. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

8.10. É facultado a indicação, na proposta, do banco, agência e número da conta corrente, para efeito de pagamento, podendo ser apresentados até a data de assinatura do termo de contrato ou aceite ou instrumento equivalente.

9. DA CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Aberta a sessão pública do Pregão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

9.3. O Pregoeiro, fazendo uso do sistema informatizado, classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

9.3.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro

classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.4. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o "menor preço por item".

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

10.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.4. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

10.4.1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

10.4.2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

10.4.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

10.4.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

10.4.5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

10.4.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

10.5. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

10.5.1. Produzidos no País;

10.5.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.5.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.6. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

10.7. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.8. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento favorecido e diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar provedores diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

11.1.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate ou item exclusivo, sem prejuízo das penalidades incidentes.

11.2. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

11.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro poderá determinar diligências nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/93.

11.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.6.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.7. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11.8. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO – Envelope nº. 02

12.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá a análise dos requisitos de habilitação do(s) licitante(s),

que apresentou(aram) a menor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.

12.2. Para efeitos de habilitação no presente certame o(s) licitante(s), deverão apresentar a documentação a seguir descrita, em original, fotocópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), todos da sede (matriz) da proponente, em única via:

12.2.1. Declaração da proponente da inexistência de superveniência de fato impeditivo de habilitação, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, da Lei Nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, de que não foi declarada inidônea pela administração direta ou indireta, Municipal, Estadual ou Federal e nem está suspensa de participar de licitação no Município de Sombrio-SC, conforme modelo (Anexo IV).

12.2.2. Declaração de que a proponente está cumprindo com o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, conforme Art. 27, V, da Lei 8.666/93, conforme modelo (Anexo V).

12.2.3. Declaração de atendimento ao art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo (Anexo VI deste Edital).

12.2.4. Para fins da obtenção do tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal e declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º.

12.2.5. Relativos à habilitação jurídica:

12.2.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.5.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.2.5.3. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.2.5.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

12.2.5.6. No caso de cooperativa:

12.2.5.6.1. A ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

12.2.5.6.2. O registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.2.5.6.3. O regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembleia que os aprovou;

12.2.5.6.4. Os editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

12.2.5.6.5. A ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

12.2.5.7. No caso de Sociedade estrangeira: decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

12.2.6. Relativos à qualificação técnica:

12.2.6.1. Licença Ambiental de Operação – LAO.

12.2.7. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.2.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Atualizado);

12.2.7.2. Prova de regularidade perante a Seguridade Social – INSS, Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, mediante certidão emitida expedida pela RFB – Receita Federal do Brasil do Estado onde for sediada a empresa;

12.2.7.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;

12.2.7.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;

12.2.7.5. Prova de regularidade relativa ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.2.7.6. Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

12.2.8. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.2.8.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, passada pelo Distribuidor Judicial da sede da proponente.

12.3. Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

12.4. Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

12.5. Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is).

12.6. Será(ão) aceito(s) comprovante(s) de regularidade fiscal obtido(s) na rede Internet, condicionado que o(s) mesmo(s) tenha(m) sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.

12.7. Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o item 12 e subitens deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

1.1. 1.2. 1.3. 1.4. 1.5. 1.5.1. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

1.5.2. Se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

12.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.8.2. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação,

seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.9. Caso a licitante já tenha apresentado algum dos documentos exigidos nos itens 5 e 7 e subitens, em conformidade, no ato do credenciamento, não se faz necessário a sua apresentação no envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recursos, ou apreciados e decididos os que eventualmente forem formulados, o relatório de julgamento será encaminhado à apreciação da autoridade competente para proceder à homologação o procedimento licitatório, podendo a autoridade competente converter o julgamento em diligência, para que a Comissão supra omissões ou esclareça aspectos do resultado apresentado.

13.3. Mediante despacho fundamentado, poderá a autoridade competente:

13.3.1. Revogar a licitação, para atender razões de interesse público ou conveniência administrativa, decorrente de fato superveniente, devendo anulá-la se verificar irregularidade insanável ou ilegalidade em seu processamento, assegurados o contraditório e ampla defesa;

13.3.2. Cancelar a adjudicação, se tiver conhecimento de fato, anterior ou posterior à abertura da licitação, que demonstre má-fé, ou comprometa a capacidade ou idoneidade administrativa, técnica ou financeira do licitante declarado vencedor, disso não resultando para o mesmo, direito a qualquer ressarcimento ou indenização, ressalvado o direito a ampla defesa;

13.4. Em qualquer das hipóteses dos subitens anteriores, serão assegurados o contraditório e ampla defesa;

13.5. Adjudicado e homologado o objeto ao licitante vencedor, e, depois de transcorrido todos os prazos recursais.

13.6. O despacho de homologação e a decisão a que se refere o subitem 13.1 serão publicados na imprensa oficial do Município ou afixados no mural público desta municipalidade.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, será formalizada ata de registro de preços, que obedecerá integralmente os termos do Anexo VII, tendo o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.2.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

14.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Dentro da validade e assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato (Anexo VIII) ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente.

15.2. O prazo de vigência do contrato tem início na sua assinatura e término em 31/12/2017 ou 31/12/2018, dependendo do exercício financeiro no qual vir a ser assinado, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

15.3. Previamente à contratação, será realizada consultas, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

15.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

15.5.1. Na hipótese de quaisquer irregularidades no cadastro municipal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a entrega da e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 19.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 19.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 19.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 19.10. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 20.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. Não manter a proposta;
- 20.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 20.1 e subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20.3.1. Advertência.
- 20.3.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 9.1. 9.2. 9.3. 9.3.1. 9.3.2. 20.3.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
- 20.3.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 20.3.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
- 20.3.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- 20.3.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada;
- 20.3.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 20.3.4. Declaração de inidoneidade.
- 20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 21.1. Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do pregão.
- 21.1.1. Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de petição escrita dirigida à autoridade competente.
- 21.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 21.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, desde que, a decisão altere as condições

de apresentação de propostas, e, ou passe a exigir documento de habilitação na exigido inicialmente.

21.4. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

21.4.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

21.4.2. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

21.4.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente no protocolo desta municipalidade, no endereço indicado no Edital.

21.6. Não serão conhecidas as impugnações, os recursos apresentados e os pedidos de esclarecimentos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.8. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

21.11. As impugnações, recursos e contra-razões deverão ser entregues no Protocolo Central do Município de Sombrio – SC.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. Cópia do edital, informações e/ou quaisquer esclarecimentos acerca da TOMADA DE PREÇOS poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de SOMBRIO/SC, de Segunda a Sexta - feira das 08h00min as 11h00 e das 13h30min as 17h00min.

22.11. Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, no Departamento de Compras e Licitações do Município de Sombrio – SC, no endereço e horários mencionados no subitem anterior.

22.12. A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

22.13. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.

22.14. Fica eleito o foro da Comarca de Sombrio – SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

22.15. Fazem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Atendimento as condições de habilitação estabelecidas neste Edital;

Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º;

Anexo IV – Declaração de inexistência de fato impeditivo;

Anexo V – Declaração de cumprimento do inciso XXXIII, Art. 7º, CF/88;

Anexo VI – Modelo de declaração de atendimento ao art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;

Anexo VII – Ata de Registro de preços Locais de entrega;

Anexo VIII – Minuta contratual;

Sombrio/SC, 06 de outubro de 2017.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum filtrada, óleo diesel, óleo diesel s10 e agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio-arla), para os veículos, máquinas e equipamentos do município de Sombrio, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes neste Edital, Termo de Referência e demais anexos, obedecendo integralmente o constante na tabela a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | V. UNIT. MÁXIMO | V. TOTAL MÁXIMO |
|--------------|---|-----|---------|-----------------|-----------------|
| 1 | ÓLEO DIESEL COMUM | LT | 236.513 | R\$ 3,29 | R\$ 778.126 |
| 2 | GASOLINA COMUM | LT | 92.225 | R\$ 3,99 | R\$ 367.978 |
| 3 | ÓLEO DIESEL S10 | LT | 92.225 | R\$ 3,39 | R\$ 312.643 |
| 4 | AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO - ARLA 20LTS | BD | 238 | R\$ 59,90 | R\$ 14.278 |
| TOTAL MÁXIMO | | | | | R\$ 1.473.024 |

1.2.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DO OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos combustíveis automotivos e o agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio – ARLA, tem por objetivo o abastecimento dos veículos da frota Municipal de Sombrio/SC e redução na emissão de resíduos pelos veículos respectivamente.

2.2. O Município de Sombrio/SC, Fundos e autarquias desenvolvem atividades imprescindíveis ao bom andamento dos serviços públicos como um todo, visando sempre alcançar seus objetivos finalísticos. Desta feita o objetivo da presente aquisição é garantir continuidade dos serviços prestados pela Municipalidade e ampliação dos serviços públicos.

2.3. As quantidades médias estimadas foram fixadas tendo por base o consumo médio verificado no ano de 2014, sendo considerada a frota de veículos ativos e em condições de uso atual, bem como o histórico do consumo.

2.4. Desta forma, visando garantir o princípio da continuidade dos serviços prestados pela Municipalidade, e possibilitando condições logísticas adequadas para o desenvolvimento de suas atividades com maior eficiência e alcance, as quais dependem do uso de veículos e máquinas oficiais, faz-se necessária a contratação de empresas para fornecimento de combustíveis, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência, que serão exclusivamente utilizados nos veículos e máquinas para atender a demanda dessas atividades citadas.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os produtos objeto do presente certame licitatório estão em perfeita consonância às exigências do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, pois a escolha dos mesmos pode perfeitamente ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, sendo inclusive encontrados facilmente no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os combustíveis e o agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio – ARLA, deverão ser entregues de forma parcelada em horário comercial de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço, nos veículos oficiais relacionados pela administração;

4.2. Os combustíveis e o agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio – ARLA serão recebidos definitivamente, de forma parcelada, toda vez que ocorrer o abastecimento dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC e órgãos participantes da presente licitação.

4.3. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos combustíveis e o agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio – ARLA quando os mesmos estiverem em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, Edital, proposta e demais normativas que regulem a matéria, devendo os mesmos ser substituídos imediatamente à notificação da contratante, sendo que as custas desta substituição deverão correr exclusivamente às suas custas da contratada, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e anexos e das demais cominações legais.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**5.1. São obrigações da Contratante:**

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.1.2. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional de Petróleo - ANP e demais legislações correlatas;

- 6.1.3. Controlar para que veículos cadastrados sejam abastecidos com o combustível para o qual estão autorizadas;
- 6.1.4. Substituir os combustíveis e o agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio – ARLA recusados pela CONTRATANTE, no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos na sua composição e presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos na sua composição;
- 6.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade de combustíveis, bem como providenciar a sua comprovação, devendo arcar com as despesas resultantes;
- 6.1.6. Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos combustíveis e o agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio – ARLA;
- 6.1.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas obrigações obrigam-se a atender prontamente;
- 6.1.8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas nas legislações específicas de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento de combustíveis, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;
- 6.1.9. Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, bem como cumprir todas as normas sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- 6.1.10. Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção de incêndios, recomendadas pela legislação vigente;
- 6.1.11. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução do fornecimento contratado;
- 6.1.12. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do fornecimento contratado;
- 6.1.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.14. Em nenhum momento, deverá fornecer seus produtos com preços superiores ao praticado na bomba do seu estabelecimento.
- 6.1.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.16. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto em desacordo com este Termo de Referência, Edital e contrato;
- 6.1.17. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 6.1.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 6.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.1.20. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 6.1.21. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do ocorrido, os motivos que impossibilitem a execução do objeto da forma prevista, com a devida comprovação.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. Não manter a proposta.

- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1. Advertência.

- 10.2.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 19.1. 19.2. 19.2.1. 10.2.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10%

do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;

10.2.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 10.2.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

10.2.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

10.2.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada;

10.2.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade.

10.2.4.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.3.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

10.3.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.3.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.3.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

10.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

Sombrio/SC, 06 de outubro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores,

A empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____, por intermédio de seu representante legal:
Sr(a): _____, portador(a) da Carteira de Identidade
nº _____,
e do CPF nº _____;

DECLARA, para fins do disposto no ITEM 7.3 do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 48/2017 – PMS, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2017.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº _____. _____ SSP/____ e CPF nº _____. _____ - _____

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COM O ART. 3º

DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

Ref.: Processo Licitatório nº 48/2017

Edital de Pregão Presencial nº 48/2017

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ com sede à _____, se enquadra no disposto do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º, da mesma Lei, que segue:

I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo e as de crédito;

VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica, exceto cooperativa de crédito;

VIII. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Local e Data.

(NOME DA EMPRESA)

Nome do Representante legal

Nº CPF ou RG

Cargo/Função

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa _____,

inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____, por intermédio de seu representante legal:

Sr(a): _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____,

e do CPF nº _____,

Para fins de participação, no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 48/2017- PMS.

DECLARA para todos os fins de direito, que a empresa não foi declarada inidônea em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nem está suspensa de participar de licitação no MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ/SC, nos termos do Artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e se compromete a informar, a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2017.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº _____. _____ SSP/____ e CPF nº _____. _____.

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

DECLARAÇÃO DECUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A empresa _____,

inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____, por intermédio de seu representante legal:

Sr(a): _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____,

e do CPF nº _____;

Para fins de participação, no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 48/2017, em cumprimento com o que determina o Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93.

DECLARA, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal c/c art. 27, V, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, sob a nova redação da Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos.

RESSALVA

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto neste Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2017.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº _____. _____ SSP/____ e CPF nº _____. _____ - _____

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 9º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

DECLARAÇÃO

A empresa _____,

inscrita no CNPJ sob o nº _____. _____ / _____ - _____, por intermédio de seu representante legal:

Sr(a): _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____,

e do CPF nº _____. _____ - _____;

DECLARA, sob as penas da Lei, para fins da habilitação na Pregão Presencial p/ Registro de Preços nº 48/2017, que cumprimos rigorosamente os preceitos legais estipulados no Art. 9 da lei 8666/93, não possuindo em nosso quadro societário, servidor publico da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2017.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº _____. _____ SSP/____ e CPF nº _____. _____ - _____

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2017

O MUNICIPIO DE SOMBRIO, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 82.963.216/0001-17, com sede a Av. Nereu Ramos, 186, Centro, Sombrio - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Zênio Cardoso, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.387.259-20, residente e domiciliado na Rua Joao Jose Guimaraes, 954, Centro, Sombrio - SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 48/2017, publicada na forma da legislação vigente, processo administrativo n.º 48/2017, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando às partes as disposições da Lei nº 10.520, de 17 Julho de 2002, publicada no DOU, de 18 de Julho de 2002, do Decreto Municipal nº 011, de 02 de Fevereiro de 2015, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e respectivas alterações, Lei nº. 8.078, de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar 126, de 14 de Dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente ata tem por objetivo registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum filtrada, óleo diesel, óleo diesel s10 e agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio-arla), para os veículos, máquinas e equipamentos do município de Sombrio, obedecidos as condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 48/2017, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|-------|--------|-------|----------|----------|
| Razão Social Fornecedor Registrado: | | | | | | |
| CNPJ: | | | | | | |
| End.: | | | | | | |
| Fone: Fax: | | | | | | |
| E-mail: | | | | | | |
| Representante: | | | RG: | | CPF: | |
| Cargo/Função: | | | | | | |
| Item | Descrição do Material | Unid. | Quant. | Marca | V. Unit. | V. Total |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|-------------|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Valor Total | | | | | | |

4.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de preços é destinada a PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO.

4.1.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal, mediante adesão, mediante autorização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 48/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.3. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 48/2017, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

5. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. O(s) fornecedor(es) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser (em) convidado(s) a firmar(em) contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no edital e seus anexos.

5.2. A(s) contratação(ões) do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) registrado(s) neste instrumento será(ão) efetuada(s) através de contrato administrativo e nota de empenho.

5.2.1. Caso a entrega for imediata fica dispensado o termo de contrato, na forma do § 4º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo, neste caso a contratação firmada por intermédio da nota de empenho.

5.3. O contrato administrativo juntamente com a nota de empenho será encaminhado ao fornecedor, podendo ser via e-mail ou correspondência com aviso de recebimento, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento.

5.3.1. Nos casos de entrega imediata a nota de empenho será encaminhada ao fornecedor, podendo ser via e-mail, ou por correspondência com aviso de recebimento nos casos em que não houver possibilidade de envio por e-mail, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 02 (dois) dias a contar da data de recebimento.

5.4. O prazo de entrega dos(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do(a) pedido, para os itens 01, 02, 03 e 04 da tabela constante no item 01 do presente termo de referência e de 48 (quarenta e oito) horas para os itens 05 e 05 da tabela constante no item 01 do presente termo de referência e demais condições do edital e demais anexos, no(s) local(is) indicados pelo órgão competente desta municipalidade e nas quantidades fixadas na autorização de fornecimento.

5.5. Entregues o(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), serão recebidos provisoriamente, pelo(s) responsável(is) pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as suas especificações constantes no termo de referência, no prazo de até 02(dois) dias.

5.6. O(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) poderá(ão) ser(em) rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser(em) substituído(s) no prazo de até 02(dois) dias, contados a partir da devolução, às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e anexos.

5.7. O(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) será(ão) recebidos definitivamente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação de qualidade e quantidade do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.

5.8. Nos termos do art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, será(ão) designado(s) representante(s)/comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. São obrigações do fornecedor:

6.1.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital e seus anexos;

6.1.2. Cumprir os prazos estipulados para entrega dos serviços, substituindo-os, às suas expensas, no prazo fixado no edital, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;

6.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.1.4. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos ou demais condições estabelecidas;

6.1.5. Indicar um preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

6.1.6. Comunicar imediatamente ao Departamento de Licitações do Município de Sombrio/SC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros essenciais para o recebimento de correspondência;

6.1.7. Manter seus empregados, quando nas dependências de quaisquer dos órgãos desta municipalidade, se for o caso, devidamente identificados;

6.1.8. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;

6.1.9. Comunicar imediatamente, ao Departamento de Licitações do Município de Sombrio/SC, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;

6.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta

Ata de Registro de Preços;

6.1.11. Manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA GERENCIADORA**7.1. São obrigações do Município de Sombrio/SC:**

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital e da proposta;
- 7.1.2. Pagar o fornecedor o valor resultante do fornecimento dos serviços, na forma estabelecida no Edital e nesta Ata;
- 7.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços, para que sejam substituídos;
- 7.1.4. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- 7.1.5. Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local de entrega, observadas as normas de segurança;
- 7.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 7.1.7. Respeitar a ordem de classificação dos fornecedores registrados quando se realizarem as contratações;
- 7.1.8. Indicar aos órgãos não participantes os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 7.1.9. Promover a revisão e o cancelamento, quando:
- 7.1.10. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 7.1.11. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 7.1.12. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 8. 8.1. 8.2. 8.3. 7.1.12.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 7.1.12.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 7.1.12.3. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 7.1.12.4. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.1.12.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.1.12.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 7.1.12.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 7.1.12.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 7.1.12.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 7.1.12.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 7.1.12.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.3.1.6.1, 7.3.1.6.2 e 7.3.1.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.1.12.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 7.1.12.8.1. Por razão de interesse público; ou
- 7.1.12.8.2. A pedido do fornecedor

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) e apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), atestadas pelo Setor Responsável.
- 8.2. Antes do pagamento será verificada a regularidade fiscal do contratado junto ao INSS, FGTS e FAZENDA MUNICIPAL.
- 8.3. O pagamento será efetuado por intermédio de depósito efetuado pela CONTRATANTE em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pelo CONTRATADO em sua proposta de preço.
- 8.4. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou decorrente de inadimplência.
- 8.5. A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 8.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
- 8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 8.9.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 9.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10. 11. 12. 13. 14. 15. 15.1. 9.1.1. Advertência.

- 9.1.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos

1.2 Discriminação do objeto:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND. | QTD | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|------|-----------|------|-----|-------|----------|----------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

2.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, contados do, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3.1.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.1.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 11.1. 11.2. 11.3. 11.4. 11.5. 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o Foro da Comarca de Sombrio/SC. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Sombrio/SC, de de 2017.

| | |
|--|-------------------------------------|
| xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Prefeito Municipal CONTRATANTE | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CONTRATADA |
| Assessor Jurídico - OAB/SC xxxxxxxxxxxx | |
| Testemunhas: | |
| Nome: RG/CPF: | Nome: RG/CPF: |

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 0201/2017

DECRETO Nº. 0201 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs.385/2001 de 01/06/2001, 384 de 01/06/2001 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Servidora Pública Municipal FERNANDA ORSO MENEGHETTI, portadora do CPF sob nº.024.501.119-64, a partir desta data, para exercer as funções de Gestora do FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 1002 de 07 de novembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 06 de outubro de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA N. 507 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017. NOMEIA LEILOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N. 507 DE 19 DE SETEMBRO DE 2017.
NOMEIA LEILOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere com o disposto no art. 53, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomeia a servidora PAULA ALINE TAFFAREL MOTTER, como Leiloeira para presidir o Processo Licitatório nº 137/2017 – Leilão nº 002/2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 19 DE SETEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO SETEMBRO 2017

SETEMBRO DE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

| | |
|--|--|
| Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 213/2017 Processo Licitatório: 127/2017 Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE PREMIAÇÃO PARA O CAMPEONATO DE FUTBOLS DE CAMPO E DE SALÃO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: SCHNEIDER & CIA LTDA – ME Valor: 2.919,00 (dois mil novecentos e dezenove reais). Centro Administrativo, 11 de Setembro de 2017. | Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 214/2017 Processo Licitatório: 126/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS, PARA ILUMINAÇÃO pública, REESTAURO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA PRAÇA, REFORMA DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA O HOSPITAL E ADEQUAÇÃO DO PROJETO DO FNDE PARA SUBSTÂNCIA DA ESCOLA. Contratante: Município de Tangará. Contratado: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. Valor: 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais). Centro Administrativo, 14 de Setembro de 2017. |
| Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 217/2017 Processo Licitatório: 101/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA PERTENCENTE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS LTDA. Valor: 5.770,00 (cinco mil setecentos e setenta reais). Centro Administrativo, 15 de Setembro de 2017. | Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 218/2017 Processo Licitatório: 101/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA PERTENCENTE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: GENTE SEGURO S/A. Valor: 35.410,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e dez reais). Centro Administrativo, 15 de Setembro de 2017. |

| | |
|---|---|
| <p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 219/2017 Processo Licitatório: 101/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA PERTENCENTE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS. Valor: 18.620,00 (dezoito mil seiscentos e vinte reais). Centro Administrativo, 15 de Setembro de 2017.</p> | <p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - DISPENSA Contrato: nº 220/2017 Processo Licitatório: 131/2017 Dispensa: 056/2017 Objeto: REALIZAÇÃO DO PROJETO ALIMENTOS E BEBIDAS CADEIA PRODUTIVA DA VITIVINICULTURA E NO TURISMO-TRADE TURÍSTICO DA ROTA DA AMIZADE. SEBRAE-SC. Contratante: Município de Tangará. Contratado: SEBRAE-SC. Valor: 18.990,00 (dezoito mil novecentos e noventa reais). Centro Administrativo, 15 de Setembro de 2017.</p> |
| <p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - DISPENSA Contrato: nº 221/2017 Processo Licitatório: 144/2017 Dispensa: 059/2017 Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: LIZ SERVIÇOS ON-LINE LTDA – EPP. Valor: 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Centro Administrativo, 29 de Setembro de 2017.</p> | |

SECRETARIA DE SAÚDE

| | |
|---|--|
| <p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 215/2017 Processo Licitatório: 032/2017 TOMADA DE PREÇOS: 003/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MAO-DE OBRA (HORA/HOMEM) PARA EXECUÇÃO DA CONCLUSÃO DA UNIDADE BELA VISTA E READEQUAÇÃO DOS PADRÕES SAMU. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MITRA CONSTRUTORA LTDA – ME. Valor: 34.124,38 (trinta e quatro mil cento e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos). Centro Administrativo, 15 de Setembro de 2017.</p> | <p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 216/2017 Processo Licitatório: 035/2017 TOMADA DE PREÇOS: 004/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MAO-DE OBRA (HORA/HOMEM) PARA A REFORMA/AMPLIAÇÃO FÍSICA DE PADRÃO ELÉTRICO USB CENTRAL E DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: FABRICIO REZENDE DE MORAES LTDA – ME. Valor: 24.017,02 (vinte e quatro mil e dezessete reais e dois centavos). Centro Administrativo, 15 de Setembro de 2017.</p> |
|---|--|

ADITAMENTOS

| | |
|---|---|
| <p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - ADITAMENTO Contrato: nº 210/2017 Processo Licitatório: 122/2017 Objeto: PINTURA DE QUADRA ESPORTIVA EM MATERIAL EPÓXI INDUSTRIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MARCELO PINTURAS MEI. Acréscita-se o valor de R\$ 2.625,00 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais) ao valor do contrato. Centro Administrativo, 20 de Setembro de 2017.</p> | <p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - ADITAMENTO Contrato: nº 027/2017 TOMADA DE PREÇOS: 141/2016 Processo Licitatório: 216/2016 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MAO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, MODELO FNDE NO BAIRRO BELO VISTA NESTE MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA ME. Aditado o prazo de vigência do contrato original de 10/09/2017 até 09/03/2018. Centro Administrativo, 06 de Setembro de 2017.</p> |
|---|---|

| | |
|--|--|
| Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - ADITAMENTO Contrato: nº 044/2017 Processo Licitatório: 021/2017 Objeto: AQUISIÇÃO COM ENTREGAS PARCELADAS DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, SAÚDE, ABRIGO INSTITUCIONAL, CRAAS, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E POLICIA MILITAR DE TANGARÁ. Contratante: Município de Tangará. Contratado: TANGARÁ GÁS EIRELI ME. O valor unitário passa a ser de R\$ 60,95 (sessenta reais e noventa e cinco centavos). Centro Administrativo, 21 de Setembro de 2017. | Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - ADITAMENTO Contrato: nº 169/2017 Processo Licitatório: 089/2017 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO E ENTREGA DE 100 (CEM) LIXEIRAS COLETIVAS PARA SEREM INSTALADAS EM DIVERSOS PONTOS DA CIDADE. Contratante: Município de Tangará. Contratado: EDER LUIZ SLONGO SPOLTI 04175089993. O valor total passa a ser de R\$ 54.450,00 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais). Centro Administrativo, 18 de Setembro de 2017. |
| SECRETARIA DE SAÚDE Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato – ADITAMENTO Contrato: nº 257/2015 Processo Licitatório: 021/2015 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE PERTENCENTE AOS GRUPOS A1 E A4. Contratante: Município de Tangará. Contratado: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. Data aditada de 11/09/2017 até a data de 11/09/2018 e valor fica reajustado para R\$712,00 (setecentos e doze reais) mensal. Centro Administrativo, 08 de Setembro de 2017. | |

PORTARIA N.º 528, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017. NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N.º 005/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N.º 528, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N.º 005/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município e:

Considerando a necessidade de ter uma comissão especial para acompanhamento e tomada de decisões em relação ao Processo Seletivo n.º 005/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial do Processo Seletivo n.º 005/2017:

I – MARLENE VALESAN, Secretária Municipal de Educação;

II – CAMILA BRUNS, Fiscal de Tributos;

III – MARLUCI PERAZZOLI KAFFER, Analista de Recursos Humanos;

Art. 2º. Competirá a Comissão:

a) Acompanhar a aplicação e execução do Processo Seletivo n.º 005/2017;

b) Julgar todos os recursos e reclamações dos candidatos, nos casos em que a Comissão tiver a incumbência determinada no edital do Processo Seletivo n.º 005/2017;

c) Manifestar-se em conjunto ou isoladamente, sobre os casos omissos que houver no Processo Seletivo n.º 005/2017.

Art. 3º. A presidência da Comissão ficará ao encargo de MARLENE VALESAN.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 04 DE OUTUBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 009-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 009/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos (SC) torna público para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas para o exercício de 2017, as inscrições para o Processo de Credenciamento de Prestadores de Serviços Especializados na Área da Saúde – Pessoa Jurídica para Serviços de Consultas, Exames e Procedimentos de FACECTOMIA (Cirurgia de Catarata), para Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde, nos termos e condições constantes no Edital na forma do disposto no artigo 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93. Os interessados deverão se dirigir ao Setor de Licitações do Município de Tigrinhos, sito a Avenida Felipe Baczinski, nº. 479, Centro, Município de Tigrinhos, ou pelo Telefone: 49-36580064 no horário das 07h00min às 13h00min. Tigrinhos (SC), 09 de Outubro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 02/17 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/17

Procedimento Licitatório nº 02/2017 - Dispensa de Licitação nº 01/2017.

Objeto: Aquisição de uma máquina de café em grãos hiperautomática para a sala de reuniões da Câmara Municipal.

Justificativa: Aquisição faz-se necessária em razão da praticidade, bem como a economia que proporcionará, vez que dispensará os serviços de uma pessoa específica para a preparação do produto e para servi-lo, além de evitar o desperdício com o produto o qual será utilizado na exata proporção em que será consumido, evitando desta forma desperdícios ao erário.

Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93.

Fornecedor: Brasília Comércio de Máquinas de Equipamentos e Produtos.

Valor: R\$ 7.700,00

Tigrinhos/SC, aos 06 dias de outubro de 2017.

Silvênio João Schneider

Presidente da Câmara de Vereadores

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1273/2017

DECRETO Nº 1273, 06 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31^a, todos da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 18, da Lei Municipal 2669, 19 de dezembro de 2016, em atendimento a recomendação contábil e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a dotação orçamentária que segue:

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

04.03 Divisão de Transporte e Serviços Públicos

154520042-2009- Manutenção e conservação de ruas, praças e jardins

3.3.90.00 (61) Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 2º As Suplementações referidas no artigo anterior correrá por conta da anulação das dotações conforme segue:

04 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

04.03 - Divisão de Transporte e Serviços Públicos

154520042-2009- Manutenção e conservação de ruas, praças e jardins

4.4.90.00 (62) Aplicação DiretaR\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 06 de Outubro de 2017.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

8/2017

CONTRATO Nº. 8/2017

PROCESSO N. 4/2017

Pelo presente contrato administrativo, de um lado o SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO inscrita no CNPJ sob o nº 83.820.076/0001-90, com sua sede localizada na Rua Carlos Savi nº 365 no centro da Cidade de Timbé do Sul - SC, neste ato representado por Amarildo Scursel Alexandre, portador do RG nº 1.326.804-0 e inscrito no CPF sob o nº 501.858.109-34, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa QUIMITEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privada inscrita no CNPJ sob o nº 17.571.591/0001-50, com sede na Rodovia Giacomo Destro, 530 - Picadão, no Município de Nova Veneza, Estado de SC, CEP 88.865-000, neste ato representada pelo sócio TIAGO FOLCHINI MASIERO, portador do RG nº 4.940.838-0, inscrito no CPF sob o nº 066.075.029-54, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, em razão da licitação pela modalidade CONVITE, autuada sob o nº 2/2017, as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRODUTO CONTRATUAL Constitui objeto deste contrato o fornecimento de PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, com base na ata do certame do CONVITE nº 2./2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL Pela aquisição constante na Cláusula Primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ 5.796,00 (Cinco mil, setecentos e noventa e seis reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VERIFICAÇÃO DA ENTREGA DO PRODUTO CONTRATADO A verificação da entrega do produto, ficará a cargo do setor de (COMPRA). § 1º - A contratada será a única responsável pela qualidade do produto fornecido.

§ 2º - A entrega dos materiais/produtos não significará a respectiva aceitação, a qual será efetivada após a devida fiscalização pelo contratante.

§ 3º - Ocorrendo a entrega deficiente dos produtos, a contratada será notificada pelo contratante para as correções cabíveis, as quais deverão ser realizadas no prazo máximo de até cinco dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO O pagamento será feito em até 07 (sete) dias, contados do recebimento e aceite do produto e certificação da nota fiscal.

O pagamento onerará o orçamento do contratante na seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 17 Sistema de Água e Esgoto

Projeto/Atividade: 2.030 – Manutenção Administrativa e Funcional do Samae

Elemento: 3.3.90.30.11.00.00 Material Químico

Vigorará, o presente contrato, até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES Os valores estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações: 1) por parte da contratada:

- responsabilizar-se por seus funcionários, inclusive com relação a encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais (municipais, estaduais ou federais), devendo apresentar, de imediato, quando solicitada, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;
- responder integralmente pelas obrigações contratuais no caso de empregados seus intentarem ações trabalhistas em face do contratante;
- entregar os produtos em sua totalidade ou parcelados nos endereços indicados pelas autarquias dos entes consorciados, conforme anexo, com frete CIF inclusive descarga,
- responsabilizar-se por todos os seus encargos sociais e trabalhistas;
- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2) por parte do contratante:

- promover o pagamento dos valores estabelecidos neste contrato;
- fiscalizar a entrega dos materiais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO A fiscalização contratual será exercida pelo setor de compras do SAMAE, o qual poderá, junto ao representante legal da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, darão início a procedimento formal de rescisão unilateral e aplicação de penalidades contratuais. Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do produto deste contrato serão registradas pelo contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL Constituem motivo para a rescisão contratual:

1) de forma unilateral:

- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

- c) a lentidão do seu cumprimento, levando o contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no fornecimento;
- e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao contratante;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu produto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;
- i) a decretação de falência;
- j) a dissolução da sociedade;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada que prejudique a execução do contrato;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

2) de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração. § 1º - Constituem ainda motivos para a rescisão contratual:

- a) a supressão do fornecimento, por parte do contratante, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita do contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- c) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo contratante decorrentes da entrega do produto, já recebidos salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- d) a não liberação, por parte do contratante, de local ou condições técnicas para o adequado fornecimento, nos prazos contratuais;
- e) o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. § 2º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. § 3º - A contratada reconhece os direitos do contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a contratada, se apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, ensejar o retardamento da execução do produto contratual, falhar ou fraudar a prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o contratante, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações legais. § 1º - Fica facultado ao contratante, na hipótese de descumprimento parcial do contrato por parte da contratada, tal como a prestação deficiente do fornecimento, aplicar a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos produtos solicitados e em relação aos quais houve o descumprimento, sendo que a multa poderá ser aplicada a cada novo período de 30 (trinta) dias, sem prejuízos das demais providências cabíveis. § 2º - As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO Fica eleito o foro da Comarca de TURVO SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE Fica definido que será dada publicidade do presente contrato em cumprimento ao disposto no artigo 61, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos. E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Timbé do Sul-SC, 15 de setembro de 2017.

CONTRATANTE:

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

CONTRATADA:

THIAGO FOLCHINI MASIERO
Sócio Gerente

TESTEMUNHAS:

Nome: Juciana Carlessi Burin

CPF: 669.450.709-72

Nome: Ricardo Stecanella

CPF: 733.001.369-20

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 120.2017 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2017 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº. 14.770.128/0001-49, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 18/10/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 06 de outubro de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 121.2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº. 14.770.128/0001-49, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 18/10/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 06 de outubro de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECISÃO IMPUGNAÇÃO EDITAL 16 2017 SAMAE - MACROMAQ

DECISÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 16/2017 SAMAE.

I. Dos Fatos:

1. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, representado pelo Diretor Presidente, o Sr. Jaime Joel Avendano Jara, informa que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a fornecimento, garantia e assistência técnica de MINI CARREGADEIRA nova o KM/O horas de trabalho, fabricada no ano de 2017, equipada com vassoura recolhadora e sistema de água anti poeira para realizar o transporte dos volumes materiais de resíduos sólidos recebidos pela central de triagem do Município De Timbó, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I (Termo de Referência) que acompanha o Edital de Pregão Presencial 16/2017 SAMAE.

2. O edital foi publicado em 27/09/2017, tendo por data de abertura 10/10/2017 – 08:30h.

3. Em 05 de outubro do corrente, a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, apresentou impugnação ao Edital supramencionado, alegando, em apertada síntese, que o instrumento convocatório é restritivo à competitividade tendo em vista a exigência de:

Sistemas de controle operacional de direção e de tração devem ser através de alavancas; controle do(s) braço(s) e da concha por pedais.

4. Enquanto a carregadeira ofertada pela Impugnante, nesta toada, apresenta a seguinte configuração:

Sistemas de controle operacional de direção, tração, braço e da concha por joystick.

5. Ante a argumentação contida, solicita o ora Impugnante, que seja retificado e tornado sem efeito o instrumento convocatório no ponto

afastando-se as referidas exigências.

6. Segundo refere, tem por objetivo assegurar a todos os proponentes a oportunidade de competir em iguais condições, observando-se, dessa forma, princípios basilares do direito constitucional e administrativo.

7. É o breve relato dos fatos.

II. Da tempestividade:

8. Verifica-se a tempestividade e a regularidade da presente impugnação, atendendo ao preconizado no item 4.1 do presente edital que determina que em até 02 (dois) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar por escrito esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório. Isto porque a sessão resta agendada para 10/10/2017 às 08:30h, sendo que o protocolo eletrônico da presente ocorreu em 05/10/2017, sendo ratificado pelo protocolo físico em 06/10/2017.

III. Do Mérito:

9. Analisando os termos da impugnação interposta pela r. Impugnante, no que diz respeito ao equívoco presente no ato convocatório, ao exigir-se as referidas obrigatoriedades, tem-se por deferir o requerimento apresentado.

10. Vejamos.

11. O Edital, estabelece que o sistemas de controle operacional de direção e de tração devem ser através de alavancas; controle do(s) braço(s) e da concha por pedais, enquanto a carregadeira ofertada pela Impugnante, nesta toada, apresenta sistemas de controle operacional de direção, tração, braço e da concha por joystick.

12. Conforme Parecer Técnico 09/2017, de lavra do Técnico de Saneamento Rodrigo Catafesta Francisco, diante dos apontamentos de ordem tecnológica trazidos pela ora Impugnante, especialmente no que tange a superioridade do equipamento de braço e concha por joystick, é pertinente a alteração do edital para contemplar também o produto.

13. Inobstante a necessidade da Administração (calcada na pesquisa com operadores e mercado que atua no seguimento objeto do certame), a exigência exclusiva para equipamentos com Sistemas de controle operacional de direção e de tração devem ser através de alavancas; controle do(s) braço(s) e da concha por pedais afastaria diversas empresas, que, muito embora consigam fornecer os produtos a preço bastante competitivo e com a exata qualidade pretendida pela Administração como o sistema de sistemas de controle operacional de direção, tração, braço e da concha por joystick, restariam impossibilitadas diante da restrição.

14. Portanto, absolutamente inviável a exigência.

15. De mesmo modo, no que se refere a necessidade de que a MINI CARREGADEIRA objeto do edital sejam aprovacionados com Sistemas de controle operacional de direção e de tração devem ser através de alavancas; controle do(s) braço(s) e da concha por pedais defere-se a presente impugnação para considerar também o sistema de sistemas de controle operacional de direção, tração, braço e da concha por joystick.

16. Exaurido o esclarecimento acima, é pertinente a alteração do edital e termo de referência para prever sistema de sistemas de controle operacional de direção, tração, braço e da concha por joystick.

IV. Da Conclusão:

17. Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se pelo ACOLHIMENTO da presente Impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 16/2017 SAMAE, apresentada por MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, para alterar o edital no e termo de referência para prever sistema de sistemas de controle operacional de direção, tração, braço e da concha por joystick.

18. Considerando a necessidade de alteração do ato convocatório e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 10/10/2017 às 08:30h.

19. Dê ciência à Impugnante e publicidade a presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Timbó, 06 de outubro de 2017.

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE
Jaime Joel Avendano Jara

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 48 2017 PMT - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DIVERSOS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais gráficos diversos para atender as necessidades da Fundação Cultural de Timbó e do Fundo Municipal de Turismo (na divulgação dos eventos e demais ações a serem realizadas), e da Assessoria Institucional de Comunicação Social (nas atividades de comunicação com a comunidade e com os servidores públicos municipais).

EMPRESA FORNECEDORA: SR Artes Graficas Eireli - Me; Daniel Rogerio da Rocha – Me e Arte Visual Comunicacao Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 133.022,09 (cento e trinta e três mil, vinte e dois reais e nove centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/10/2018

Timbó, 06/10/2017

MARCOS RAMOS DO NASCIMENTO

Assessor Institucional de Comunicação Social

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

FLÁVIA ELISE CIPRIANI

Diretora de Turismo do Fundo Municipal de Turismo de Timbó

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 54 2017 PMT - SERVIÇOS DE JARDINAGEM, LIMPEZA DE PÁTIO, CALÇADAS, CORTE DE GRAMA E ROÇADA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, limpeza de pátio e calçadas, corte de grama e roçada (conforme descrição constante no anexo I) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: J Pontes Construções e Reformas Ltda – Me e R.C.A Limpeza e Jardinagem Ltda - Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 135.863,50 (cento e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/10/2018

Timbó, 06/10/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da FCT Timbó

MÁRCIO ELÍSIO

Diretor Presidente da FME Timbó

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

WIEGOLD STARKE

Coordenador da Defesa Civil

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE Timbó

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 16 2017 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2017 SAMAE

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 16/2017, objetivando o FORNECIMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MINI CARREGADEIRA NOVA O KM/O HORAS DE TRABALHO, FABRICADA NO ANO DE 2017, EQUIPADA COM VASSOURA RECOLHEDORA E SISTEMA DE ÁGUA ANTI POEIRA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DOS VOLUMES MATERIAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECEBIDOS PELA CENTRAL DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, houve alteração na redação das especificações técnicas do objeto, considerando o recebimento e deferimento de impugnação.

Dessa forma, fica alterada a descrição do objeto discriminado na tabela informada no subitem 3.1 do Termo de Referência constante do Anexo I do edital,

| ITEM | QTD | UND | DESCRIÇÃO DO OBJETO | PREÇO ESTIMADO R\$ |
|------|-----|-----|--|--------------------|
| 01 | 01 | Und | <p>1. Mini carregadeira nova (0 km / 0 horas de trabalho) com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Fabricada no ano de 2017; · Motor a diesel com potência mínima de 50 HP, e ainda, que atende as normas para controle de emissões estabelecidas pelo CONAMA. · Sistemas de controle operacional de direção e de tração devem ser através alavancas e/ou joystick; · Controle do (s) braço (s) e da concha por pedais e/ou joystick; · Freio de estacionamento nas quatro rodas, e também, ser equipado com parada de emergência. · Braço (s) fixado (s) no chassi; · Elevação da concha com trajetória vertical; · Altura de descarga, medida do solo até a articulação da concha, superior a 2,8 metros; · Sistema de engate rápido mecânico e hidráulico para instalação de acessórios. · Caçamba frontal deve apresentar largura maior que 1,7 m; · A capacidade de operação do conjunto deve ser superior a 850 kg; · Cabine fechada, equipada com ar condicionado, e certificada nos parâmetros ROPS e FOPS; · Luzes de advertência; · Alarme de ré; · Espelho retrovisor; e, · Extintor de incêndio. <p>2. Conjunto novo de vassoura recolhedora e sistema de água anti poeira com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Compatível com o engate rápido mecânico e hidráulico para a instalação de acessórios da mini carregadeira; · Largura total do equipamento entre 1,5 e 1,7 metros; · Motor de tração interno com acionamento hidráulico; · Coletor de cerdas mistas de aço e polipropileno; e, · Lâmina de desgaste de aço substituível parafusada. <p>3. Condições gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Prazo de Entrega: A entrega deve ser em até 90 dias após a emissão da ordem de compra, e acompanhada de um manual de operação com segurança e manutenção do equipamento em Português. · Local de entrega: SAMAE Timbó - Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó - SC, CEP 89120-000. De segunda a sexta em horário comercial. <p>4. Garantias dos equipamentos: Garantia mínima de 01 (um) ano de uso sem limite de quilometragem ou horas trabalhadas conforme plano de manutenção e especificações de fábrica.</p> <p>Deverão ser fornecidos treinamentos de operação, de diagnóstico dos principais problemas, e de manutenção preventiva e corretiva, a pelo menos 2 (dois) funcionários do SAMAE Timbó sem ônus para a instituição.</p> <p>O equipamento fornecido deverá ter assistência técnica, com autorização do fabricante para manutenção, numa distância rodoviária máxima de 175 km do endereço de entrega.</p> <p>O custo referente ao transporte do equipamento até a central de assistência técnica autorizada durante todo o prazo de garantia deverá ser coberto pelo fornecedor, sem ônus para o SAMAE Timbó.</p> | R\$ 186.133,33 |

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 23/10/2017 as 08h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h35min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 06/10/2017
JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente SAMAE

SEGUNDA RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 53 2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2017 PMT

AVISO DE SEGUNDA RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Fazenda e Administração, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 53/2017, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR, ABRANGENDO MONITORAMENTO VIA INTERNET, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, LOCALIZAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE VEÍCULOS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE POSICIONAMENTO POR SATÉLITE (GPS), EM TEMPO REALEININTERRUPTO, PARA CONTROLE DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS (REGIME DE COMO-DATO), COMPONENTES E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE, E OS RESPECTIVOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, considerando procedência ao pedido de esclarecimento recebido, altera-se a redação do subitem 13.2, alínea "b", para constar:

- o equipamento e software devem constar com homologação/certificado exarado pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). A licitante, juntamente com a proposta, sob pena de desclassificação, deve apresentar certificado de homologação emitido pela ANATEL, de equipamento e software ofertado.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 23/10/2017 as 10h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 10h35min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 06/10/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 119/17

DECRETO 119/17 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ABERTOS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL DO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 1970 de 11 de setembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Trombudo Central, especial no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.02 – Departamento de Proteção Social Básica

08.02.08.244.0012.1.016-4.4.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 36.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.04 – Departamento de Gestão

08.04.08.244.0012.1.045-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 11.974,42

Superávit Financeiro R\$ 24.025,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 414/17

PORTARIA 414/17 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

EXONERA SERVIDOR

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: A certidão de óbito com registro no Serviço Registral Cível das Pessoas Naturais e Jurídicas de Títulos e Documentos do Município e Comarca de Trombudo Central, Matrícula 108910 01 55 2017 4 00007 169 0002107 18, atestando o falecimento do Sr. EDENIR ZICK;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal Sr. EDENIR ZICK, em virtude de seu falecimento, a partir de 02 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 415/17

PORTARIA 415/17 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o § 5º do art. 94 da Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1704 de 20 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a Portaria 414/17 de 02 de outubro de 2017, que exonera por falecimento o servidor público municipal Sr. EDENIR ZICK.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. EDENIR ZXICK, 04 (quatro) meses de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, sendo 01 (um) mês referente ao período aquisitivo compreendido entre 03/08/2005 a 02/08/2010 e 03 (três) meses referente ao período aquisitivo compreendido entre 03/08/2010 a 02/08/2015, para o mês de Outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 416/17

PORTARIA 416/17 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. JOÃO VASCO BANDEIRA DUTRA JUNIOR, para exercer o Cargo de Médico Veterinário do grupo ocupacional I – Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 27, do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Agricultura e Meio Ambiente, a partir da data de 06 de outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de outubro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PREGÃO PRESENCIAL 61/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 61/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 61/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ZERO KM, HATCH, ANO DE FABRICAÇÃO 2017 E MODELO 2018, COR BRANCA, 4 PORTAS, MOTOR 1.0 PARA USO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONF. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h, do dia 23 de outubro de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudo-central.sc.gov.br.

Trombudo Central, 09 de outubro de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4643/2017

PORTARIA Nº. 4.643/2017

Em 04 de Outubro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 025/2010 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o servidor efetivo JAIR SCHERER, do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRAULICA, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo - setor de água, neste município, concedendo-lhe direitos proporcionais conforme legislação vigente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 04 de Outubro de 2.017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Outubro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4644/2017

PORTARIA Nº. 4.644/2017

Em 05 de Outubro de 2017

O Prefeito do Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Jackson Scherer, Vilson Geremia e Ailson Wink, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE BEM ADQUIRIDO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017, PREGÃO Nº 025/2017 (FMS), UM VEICULO NO VALOR DE R\$ 87.200,00, que terá por objetivo e finalidade a elaboração de Termo de Conferência do veículo entregue, conferindo itens constantes no processo licitatório.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 05 de Outubro de 2.017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4645/2017

PORTARIA Nº. 4.645/2017

Em 05 de Outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor efetivo SEDI TREVISAN, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos em 11 de Outubro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 05 de Outubro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 14.2017

RESOLUÇÃO Nº 014/2017

DESIGNA MEMBRO SUBSTITUTO EM COMISSÃO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art.1º Fica designado o Vereador Suplente empossado, Sr. Adilson Prasido Borba, para integrar a Comissão de Justiça e Redação de Leis a partir desta data até o dia 31 de outubro do corrente ano, em substituição ao Vereador Gustavo Lawisch.

Parágrafo único - Com retorno aos trabalhos do Vereador Gustavo, o mesmo voltará ao seu cargo nas referidas comissões permanentes.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos até o dia 31 outubro do corrente ano.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis-SC.-

Em 05 de outubro de 2017

ARNO MÜLLER

Presidente

DONATO LAUSCHNER

1º Secretário

LEONARDO ANTÔNIO VOGT

2º Secretário

Turvo

PREFEITURA

LEI 2325/2017

LEI Nº. 2.325/17, de 06 de Outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE SERVIDÃO NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "SERVIDÃO IRMÃ AMÉLIA MARCON", a Servidão nº. 50, localizada no centro da cidade de Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 06 de Outubro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL N. 41/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 41/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Contratada...: EMERSON GUIMARÃES ME.

Objeto: EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA DE PEDRA, SITO NA DIVISA DO LOTE URBANO Nº 13, QUADRA 27 COM AV. SANTO ANTONIO, COM 97M². COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Valor: R\$ 17.127,29 (dezessete mil, cento e vinte e sete reais e vinte e nove centavos)

Vigência : Início: 06/10/2017 Término: 31/12/2017.

Licitação :Tomada de preços para obras e serv. n.º 64/2017

União do Oeste, 06 de outubro de 2017.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N 15/2017

RESOLUÇÃO Nº. 15 de 06 de outubro de 2017.

DISPÕE SO PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 36., Inciso IV do Regimento Interno e,

Considerando que dia 12 de outubro de 2017 é feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida;

Considerando que dia 02 de novembro de 2017 é feriado nacional de Finados;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo no dia 13 de outubro de 2017 e no dia 03 de novembro de 2017.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões do Legislativo de União do Oeste SC, em 06 de outubro de 2017.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente

Registrada e publicada em data supra.

Urussanga

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 01/FMS/2017 - PR 13/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2017

Referente Pregão Presencial nº. 13/2017/FMS

1. Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA, com sede na Praça da Bandeira, nº 12, Centro, Urussanga/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 82.930.181/0001-10, neste ato representado pelo Senhor Luis Gustavo Cancellier, Prefeito Municipal, brasileiro, CPF n.º 717.386.069-53 e Cédula de Identidade n. 1.528.502.

2. Contratada: INDREL IND. DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, CNPJ/MF n.º 78.589.504/0001-86, estabelecida em Avenida Tiradentes, nº 4455, Bairro Setor Industrial, Londrina/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabio Genaro Pino Yevenes, brasileiro, CPF 042.749.319-60.

3. Fundamento Legal:

Lei 10.520/02, LC 123/2006, subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Processo Licitatório de PREGÃO Nº 13/2017/FMS pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Cláusula primeira

Do objeto

1.1. A presente ATA tem por objetivo o Registro de Preços para aquisições futuras, de forma PARCELADA, de câmara para guarda de imunobiológicos, novos, de boa qualidade, para o exercício de 2017, de acordo com as especificações e quantitativos estimados, para o período de 12 meses, através de empresa do ramo pertinente, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nos termos do edital com especificações técnicas dos equipamentos e serviços e demais anexos que fazem parte integrante deste edital.

1.1.1. Todo o custo necessário à entrega do objeto pela licitante vencedora, no local determinado neste edital, correrá por conta e risco da mesma.

LOTE 2 - REGRA GERAL DE LICITAÇÃO (75%)

| Item | DESCRIÇÃO | UN | QTDE | MARCA | VALOR UNITÁRIO |
|------|---|----|------|--------|----------------|
| 01 | CÂMARA PARA GUARDA DE IMUNOBIOLOGICOS - Equipamento vertical, de formato externo e interno retangular, Capacidade para armazenamento mínimo de 120 litros úteis. Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno, garantindo uma maior homogeneidade na temperatura interna. Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional. Câmara interna construída em aço inoxidável com 02 prateleiras e/ou gavetas deslizantes fabricadas em aço inoxidável com contra portas em acrílico. Porta de vidro triplo tipo "no fog" ou "cega". Isolamento térmico mínimo de 70 mm nas paredes em poliuretano injetado expandido livre de CFC. Equipado com 04 rodízios especiais com freio na parte frontal para fácil travamento. Pannel de comandos e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema micro processado pelo display em LCD ou LED, programável de 2°C a 8°C com temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução diatérmica. Iluminação interna em LED de alta capacidade e vida útil, com acionamento na abertura da porta ou externamente no pannel frontal. Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável. Silenciador do alarme sonoro de apenas um toque. Sistema de redundância elétrico/eletrônico, garantindo perfeito funcionamento do equipamento. Sistema de bateria para acionamento dos alarmes na falta de energia. Tampa frontal basculante para limpeza do sistema mecânico e filtros. Chave geral de energia – liga/desliga. Equipamento disponível em 110 ou 220 volts, 50/60 Hz. Registro na ANVISA, Manual do proprietário em Português. Com Sistema de emergência para autonomia de até 48 horas na falta de energia; Discadora de telefone para até 09 números pré-programados em caso de variação da temperatura ou falta de energia elétrica; Estabilizador de voltagem; Chave na porta. | UN | 06 | INDREL | 11.300,00 |

Cláusula Segunda

Dos preços Registrados e da obrigatoriedade da contratação

2.1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estarão disponíveis no site www.urussanga.sc.gov.br, acessando o ícone LICITAÇÕES.

2.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir todos produtos.

Cláusula Terceira

Do Prazo, Condições e Local de Entrega

3.1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:



3.1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com a/s necessidades do Município de Urussanga, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

3.1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Urussanga.

3.1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições, o qual que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas nesta ata.

3.1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 30 dias a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento.

3.2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, na Secretaria de Saúde situada na Rua Barão do Rio Branco nº 140 bairro Centro, neste município.

Cláusula Quarta

Da Aceitação, do Controle de Qualidade e do Fiscal

4.1. O equipamento somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado, com base nas exigências previstas no Edital e seus anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo Contratual.

4.2. Caso o equipamento venha a ser rejeitado, o mesmo deverá ser pronta e imediatamente ser substituído pela CONTRATADA, dentro do prazo determinado na cláusula terceira deste, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4.3. A execução da ata será acompanhada e fiscalizada pela servidora Lilyan Vieira Barzam Pluceno da Silva.

4.4. A fiscalização será exercida no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

4.5. Estando os equipamentos e serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização da ata e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido empenho e posterior pagamento.

Cláusula Quinta

Da garantia e das obrigações durante o transcorrer da mesma

5.1. O produto após a entrega deverá ter garantia de 12 meses, sendo que durante este período a fornecedora deverá ter todas as peças de reposição caso seja necessário e deverá ainda manter assistência técnica autorizada dentro do estado de Santa Catarina.

5.2. Todos os custos com as manutenções que se fizerem necessárias durante o período de garantia e que forem referentes a vícios de qualidade (defeito) no mesmo, correrão por conta e risco do fornecedor.

5.3. O fornecedor, a partir da notificação da Secretaria de Saúde acionando assistência técnica para o produto, deverá providenciar em até 03 dias úteis a contar do dia posterior à data da referida notificação, a visita do técnico especializado para manutenção do produto.

5.4. Caso o tempo necessário para manutenção a ser feita pelo fornecedor referente a vícios de qualidade (defeito) no produto durante sua garantia exceder a dez dias corridos, deverá o fornecedor disponibilizar para esta municipalidade, produto com as mesmas características do adquirido, sem ônus adicional ao contrato firmado.

5.5. Até o quinto dia da verificação do produto com defeito pelo técnico autorizado, o fornecedor deverá informar formalmente à Secretaria de Saúde se o prazo de dez dias corridos será suficiente para a referida manutenção. Caso não seja suficiente, deverá providenciar o que trata a letra "d" acima, até o final dos dez dias dado como limite para a manutenção do produto.

5.6. Nos casos não elencados neste item referente à direitos do CONTRATANTE, aplica-se a lei vigente em relação a garantia do consumidor.

Cláusula Sexta

Do Preço

6.1. O preço especificado deverá ser absolutamente líquido, já com todas as despesas com impostos, taxas, frete/transporte, seguro, carga/descarga, etc.

6.2. É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser contratadas em sua proposta ou, ainda decorrentes das variações das quantidades previstas no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima

Do Valor a ser pago

7.1. O valor global desta ata, pela entrega efetiva do produto é de: R\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil, oitocentos reais).

Cláusula Oitava

Da Execução

8.1. Esta ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Cláusula Nona

Da Alteração Contratual

9.1. Esta ata poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos moldes do artigo 65 da lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima

Da Dotação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente nos exercícios correspondentes.

| Dotação | Descrição da atividade |
|--------------------------------|--|
| 09.01.4.042.4.4.90.00.00.00.00 | Manutenção do Bloco de Atenção Básica - PMAQ |

Cláusula Décima Primeira

Da Vigência e Revisão de Preços

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

10.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o

custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

10.3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Décima Segunda

Da Forma e Condições de Pagamento

12.1. O pagamento será efetuado em até 45 dias após recebimento e aceite da nota fiscal, obedecendo-se a ordem cronológica por fonte de recurso.

12.1.2. A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável pela fiscalização, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.

12.1.3. O prazo de pagamento previsto no item 1, só vencerá em dia de limpeza normal, na cidade de Urussanga/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

12.2. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

12.3. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes desta ata.

12.4. Mediante o pagamento do valor total dos serviços, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação ao CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

12.5. O contratante somente fará o pagamento por transferência bancária on-line, em nome do fornecedor pessoa jurídica ou física, de acordo com o documento fiscal apresentado. Para isso, o mesmo deverá apresentar os dados conta bancária no momento da contratação e manter o seu cadastro em dia junto ao setor de compras.

12.6. Fica vedada a negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras, não sendo aceitos boletos bancários ou duplicatas.

12.7. É obrigatória a apresentação da conta bancária em nome do fornecedor, quando da assinatura da ata.

Cláusula Décima Terceira

Da Autorização para Aquisição

13.1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

Cláusula Décima Quarta

Das obrigações

DA CONTRATADA

14.1 Além das obrigações constantes do edital e do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei n.º 10.520/2002 são ainda obrigações da CONTRATADA:

a) Observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho;

b) A CONTRATADA está obrigada a executar o objeto desta ata através de pessoas idôneas com capacidade profissional comprovado e qualificado, assumindo a total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem à CONTRATANTE, podendo a mesma solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente, ou cuja capacidade técnica seja insuficiente;

c) A CONTRATADA está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie forem vítimas, seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependência do CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA está obrigada a assumir e arcar com os encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, bem como, os tributos resultantes do cumprimento desse termo respectivo;

e) A CONTRATADA está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou convenientes; as leis, regulamentos e posturas, bem como, qualquer determinação emanada das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desse termo, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;

f) A CONTRATADA está obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto desta ata;

g) A CONTRATADA está obrigada a manter um representante para tratar com a CONTRATANTE;

h) A CONTRATADA está obrigada a se responsabilizar com despesas como, profissional técnico, transporte, combustível, mão de obra para carga, descarga, seguros, diárias de alimentação, dentre outras despesas advindas da execução deste termo respectivo;

i) Providenciar a imediata reparação, correção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, diante de qualquer defeito nas peças ou serviços entregues, conforme determinado em cláusula segunda deste termo.

j) Entregar o material em prazo não superior ao previsto na cláusula segunda desta ata.

k) Cumprir o disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93.

l) São Expressamente vedadas à CONTRATADA:

1) A veiculação de publicidade acerca desta ata, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

2) A subcontratação para a execução do objeto desta ata, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

3) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência desta ata.

m) Fornecer a mão-de-obra, equipamentos e combustível e outros necessários à execução de objeto desta ata.

DA CONTRATANTE

14.2 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei n.º 10.520/2002 são obrigações da CONTRATANTE:

a) A CONTRATANTE está obrigada a efetuar os pagamentos devidos conforme disposto no edital e seus anexos e aceito pela CONTRATADA;

b) A CONTRATANTE está obrigada a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos;

c) A CONTRATANTE exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com a presente ata;

d) A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento, execução e a fiscalização da ata, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando o dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- e) A CONTRATANTE está obrigada a notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do uso do objeto no período da garantia fixando prazo para providências cabíveis;
- f) A CONTRATANTE está obrigada a rejeitar, no todo ou em parte, o equipamento em desacordo com a ata;
- g) Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto na autorização de fornecimento recebida, de acordo com esta ata.
- h) Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da empresa contratada ao local de entrega do equipamento.
- i) Prestar as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela empresa contratada, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo.
- j) Notificar o licitante vencedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo, se necessário, para a sua correção.
- k) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- l) Proceder à conferência da Nota fiscal/fatura, atestando no corpo da mesma, pelo fornecimento dos equipamentos e serviços.

Cláusula Décima Quinta

Das penalidades e Sanções

15.1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na ata e das demais cominações legais.

15.2. Em caso de inexecução da ata, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global da ata, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da ata, por infração a qualquer cláusula ou condição da ata, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor da ata, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar a ata, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

15.3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

15.4. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas edital, na ata e das demais cominações legais.

15.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

15.6. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Décima Sexta

Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

16.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

16.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

16.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

16.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

16.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

16.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

16.5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima Sétima

Partes Integrantes

17.1. Fazem parte integrante da presente ata, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Pregão Presencial Nº 13/2017/FMS, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

17.1.1. Ficam também fazendo parte desta ata, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

Cláusula Décima Oitava

Do foro

18.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente na respectiva ata e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

18.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Urussanga, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas desta ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Urussanga/SC, 05 de outubro de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

PREFEITO MUNICIPAL

INDREL IND. DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA
DETENTORA DA ATA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 145/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE TERMO ADITIVO

Fica revogada o Quarto Termo Aditivo/ Supressão ao Contrato nº 145/2015

Processo de Licitação: 20/2015

Pregão Presencial: 18/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JCRAMOS TRANSPORTE LTDA ME

CNPJ/CPF: 11.438.430/0001-06

Objeto: Transporte Escolar Municipal.

Revoga-se a supressão ao Item 01, passando o veículo a fazer a rota de segunda-feira até sexta-feira.

EDITAL PL 60 2017 PMU PR 49 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017/PMU

Objeto: aquisição parcelada de suprimentos de informática, novos e de boa qualidade. Entrega dos envelopes: até as 14h dia 24/10/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 14h dia 24/10/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3465-1188.

LEI Nº 2.280, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE FEIRAS ITINERANTES

LEI Nº 2.820, de 29 de setembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da REALIZAÇÃO DE feiras itinerantes de venda de produtos e mercadorias a varejo, estabelecendo normas e condições para a instalação, LOCALIZAÇÃO E funcionamento.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Pela presente Lei, restam regulamentadas as realizações de feiras itinerantes e temporárias de vendas de produtos e mercadorias a varejo e atacado, no Município de Urussanga.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se feiras itinerantes todos os eventos temporários que se instalam de maneira transitória em diferentes municípios, percorrendo um roteiro ou itinerário, cuja atividade principal seja a venda, diretamente ao consumidor final, de produtos industrializados ou manufaturados.

§ 2º Ficam excluídas da presente Lei as feiras e mostras de caráter científico, tecnológico e cultural, que não efetuam a venda dos produtos no espaço de realização da feira, bem como eventos similares realizados por Entidades sem fins lucrativos e comerciantes estabelecidos no Município, e eventos em prol da Festa do Vinho e Retorno Alle Origni ou qualquer outra promoção cultural da Administração Pública.

§ 3º Excetuam-se desta lei produtos de gênero alimentício e feirão de veículos novos e usados.

Art. 2º A realização das feiras itinerantes ficará condicionada ao atendimento dos requisitos da presente Lei, bem como à concessão de licença emitida pelo Município.

Art. 3º No exame do pedido de licença observar-se-á, os princípios que regem a atividade econômica, indutora do desenvolvimento no âmbito municipal, devendo ser assegurada principalmente:

- I - a garantia das normas de proteção e defesa do consumidor, atendendo-se a ordem pública e o interesse social;
- II - a garantia dos interesses econômicos e financeiros do Município;
- III - o respeito às ações municipais de promoção e desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;
- IV - observância das responsabilidades fiscais e recolhimento dos tributos;
- V- o enquadramento nas convenções coletivas de trabalho entre as entidades sindicais das respectivas categorias.

Art. 4º A concessão de licença para a realização das feiras itinerantes dar-se-á mediante a apresentação, pela parte promotora do evento, de requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - referente à pessoa jurídica ou natural, promotora do evento:

- a) comprovação de inscrição junto à Prefeitura do Município de origem (Alvará de Localização), Junta Comercial do Estado de origem e Secretaria da Receita Federal, cuja data de abertura da empresa seja de período equivalente a 12 (doze) meses anteriores à data da realização do evento;
- b) certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais, sendo estas expedidas pelos órgãos competentes, ou seja, União, Estado de Origem e Prefeitura Municipal de origem, tanto da empresa quanto de seus representantes legais, comprovando sua regularidade fiscal;
- c) documento comprobatório de reserva de espaço/local para realização da feira em questão no período pretendido;
- d) relação das pessoas jurídicas que participarão da feira como comerciantes;
- e) cópia autenticada do cartão de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- f) cópia autenticada do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) da(s) pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela empresa promotora do evento;
- g) comprovante de comunicação aos órgãos locais da Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades representativas de classes econômicas, patronais e de empregados envolvidas, quanto à realização da feira itinerante;
- h) comprovante de solicitação de apoio da Polícia Militar/Guarda Municipal ou contrato com empresa de segurança privada;
- i) comprovante de plano de destinação de resíduos, aprovado pelo órgão municipal competente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização, quando aplicável.

II - referente ao local de realização do evento:

- a) atestado, fornecido por um engenheiro civil, inscrito no município de Urussanga ou adjacências, de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do local de realização da feira atendem às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- b) alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios, expedido pelo Corpo de Bombeiros para o prédio/espaço/local onde será realizada a feira e projeto de prevenção especial para o evento, devidamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros;
- c) certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura de Urussanga;
- d) alvará de Localização compatível com a atividade a ser desenvolvida (prevendo a realização de eventos ou feiras);
- e) comprovante de vistoria das instalações das feiras, expedidos pelos Bombeiros;
- f) alvará de Saúde expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- g) croqui do local com a denominação da localização e disposição dos estandes com a reserva de espaço gratuito ao Programa de Defesa do Consumidor (PROCON) e ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

III - referente às empresas expositoras:

- a) comprovante de inscrição junto ao Município de origem (Alvará de Localização);
- b) comprovante de inscrição junto à Junta Comercial do Estado de Origem, afim de comprovar a data de abertura da empresa expositora ou promotora do evento, que deverá ser anterior aos 12 meses que antecedem a data da realização do evento;
- c) comprovante de inscrição junto à Receita Federal/Ministério da Fazenda;
- d) cópia autenticada do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) de cada expositor;
- e) cópia autenticada do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) da(s) pessoa(s) física(s) responsáveis pelas empresas Expositoras.

Parágrafo único. O comprovante de que trata o item II, letra "e", poderá ser apresentado até 48h (quarenta e oito horas) antes do início do evento, sendo que a não apresentação acarretará a imediata revogação da Licença concedida e interdição do local.

Art. 5º O pedido de realização da feira deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Urussanga até 60 (sessenta) dias antes da realização do evento, acompanhado de todos os documentos acima elencados.

Art. 6º Fica assegurado às empresas estabelecidas no município de Urussanga o direito de preferência na utilização como feirante/expositor de, no mínimo 30% (trinta por cento) dos espaços colocados à disposição para realização da feira.

Parágrafo único. A empresa promotora da feira deverá ainda comprovar que ofertou junto aos órgãos representativos do comércio, serviço e indústria local, com um prazo de antecedência de sessenta (60) dias em relação à data do pedido de licença municipal, os espaços de que se trata este artigo.

Art. 7º A empresa promotora da feira destinará no mínimo de 10% (dez por cento) dos estandes ou espaços às entidades ligadas às artes, entidades beneficentes, artistas independentes, artesãos e afins, sediados em Urussanga.

Parágrafo único. O não cumprimento do presente artigo implicará em imediata interdição do local do evento.

Art. 8º A empresa promotora do evento fica equiparada a fornecedor para efeitos da Lei 8.078, de 11 de novembro de 1990, respondendo solidariamente por qualquer violação dos direitos do consumidor.

Art. 9º O pagamento das mercadorias comercializadas em feiras eventuais ocorrerá no próprio estande da pessoa jurídica expositora, com emissão de cupom fiscal (ECF) homologada na Fazenda Estadual ou mediante a emissão da respectiva nota fiscal, salvo os que estejam legalmente dispensados da ECF.

Art. 10. Havendo cobrança de ingressos, 10% (dez por cento) da arrecadação será destinada a entidade beneficente a ser indicada pela promotora do evento, que poderá controlar a arrecadação.

Art. 11. Para fins de incentivar o desenvolvimento local e a atividade econômica do município, os eventuais postos de trabalho a serem

contratados, ou serviços terceirizados para a montagem e desmontagem do empreendimento, segurança etc, deverão ser preferencialmente preenchidos por pessoas e empresas fixadas no Município de Urussanga.

Art. 12. Ficam condicionadas as empresas participantes a informar a Entidade Sindical representante dos Comerciantes de Criciúma a escala de trabalho das respectivas feiras, onde deverá constar o nome dos funcionários, local, dias e horários que prestarão serviço, bem como o comprovante da contratação formal do trabalhador.

Parágrafo único. O prazo para entrega da escala de trabalho dos funcionários contratados é de 15 (quinze) dias antecedente a realização da feira.

Art. 13. A empresa promotora, juntamente com as empresas expositoras, devem manter pelo prazo de 30 (trinta) dias, estabelecimento físico localizado no Município de Urussanga, objetivando resguardar o direito das trocas das mercadorias, bem como observar as garantias dos produtos comercializados durante o evento.

Art. 14. O funcionamento das feiras de que trata a presente lei, somente será permitido nos períodos distantes de, no mínimo, 30 (trinta) dias de grandes datas festivas como ano novo, páscoa, dia das mães, dia dos namorados, dia dos pais, dias das crianças, natal ou outros, a critério da Administração Municipal.

Art. 15. O Alvará de licença de localização e funcionamento para a realização do evento não poderá ser concedido para desenvolvimento das atividades pretendidas por período superior a 3 (três) dias, ou ainda, para mais de um evento ao ano da mesma atividade e grupo de mercadoria.

Art. 16. O horário de funcionamento da feira ou eventos comerciais deverá ser igual ao do comércio do município, salvo acordo prévio firmado entre os promotores da feira com a Câmara de Dirigentes Lojistas e Associação Comercial e Industrial de Urussanga.

Art. 17. O alvará de licença deverá conter, entre outras exigências, o local, período e horário de funcionamento, além da relação dos bens, serviços e produtos a serem comercializados.

Art. 18. Aos agentes do Poder Público Municipal fica incumbido o dever de fiscalização do evento, fazendo uso de seu Poder de Polícia e podendo requisitar força policial, caso julgue necessário, fazendo cessar as atividades desenvolvidas em desacordo com a presente Lei.

Art. 19. O Poder Executivo Municipal deverá deferir ou indeferir o pedido para realização da feira eventual, justificando a decisão, até 30 (trinta) dias antes da realização do evento.

Parágrafo único. Os participantes do evento comprovadamente sediados neste Município há no mínimo 12 (doze) meses ficam isentos do pagamento da taxa anteriormente referida.

Art. 20. Os feirantes deverão portar sempre os seguintes documentos:

I - crachá de identificação;

II - nota fiscal de aquisição da mercadoria à venda, exceto produtos alimentícios artesanais de fabricação caseira.

Art. 21. Para a efetiva instalação das feiras eventuais deverão os feirantes expositores recolher as taxas exigidas pelo Código Tributário do Município.

§ 1º No caso de feiras realizadas por empresas especializadas exigir-se-á a comprovação do recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços, relativo aos serviços prestados conforme item 34 do anexo I da Lei Municipal 777 de 30 de dezembro de 1980.

§ 2º Nos casos em que a feira seja realizada fora do horário comercial local, deverá ser emitido guia de recolhimento conforme anexo III da Lei Municipal 777 de 30 de dezembro de 1980.

§ 3º A Taxa de Licença para Localização e Funcionamento será cobrada proporcionalmente aos meses do ano fiscal, nunca inferior a fração (12/12), e valores conforme item 19.6 do anexo II da Lei Municipal 777 de 30 de dezembro de 1980.

§ 4º A Taxa de Licença para Publicidade deverá ser emitida individualmente por expositor se o evento dispuser de qualquer meio de publicidade conforme item 7 do anexo IV da Lei Municipal 777 de 30 de dezembro de 1980.

Art. 22. Caso não sejam cumpridas as exigências da presente Lei, o pedido de licença será indeferido pelo Poder Executivo Municipal, bem como será cassada a licença a qualquer tempo em caso do descumprimento de qualquer das normas constantes desta Lei ou da Legislação vigente.

Parágrafo único. A título de penalidade, em caso de descumprimento de qualquer das exigências legais especificadas neste diploma legal, fica atribuída ao promotor do evento, multa equivalente ao valor de 50 UR (Unidade de Referência do Município), e cada empresário, por estande, multa equivalente ao valor de 20 UR (Unidade de Referência do Município) vigente à época do evento no Município de Urussanga.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 29 de setembro de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2017.

MARIANA BONETTI

Assistente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO Nº 11/2017****MOÇÃO**

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita pelo Vereador Jair Nandi, consignou em seus anais o envio à aluna Natália Mandelli Bortolotto e à Professora Elaine Orben Rinaldi, da APAE de Urussanga, de MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS, com o seguinte teor:

“A CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, APROVANDO PROPOSIÇÃO SUBSCRITA PELO VEREADOR JAIR NANDI, MANIFESTA CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS À ALUNA NATÁLIA MANDELLI BORTOLOTTI E À PROFESSORA ELAINE ORBEN RINALDI, DA APAE DE URUSSANGA, EM RAZÃO DE IMPORTANTE CONQUISTA DO SEGUNDO LUGAR NO CONCURSO NACIONAL DE CARTÕES DE NATAL, REALIZADO NO ESTADO DO PARANÁ, EM SETEMBRO DE 2017, ELEVANDO O NOME DE URUSSANGA E DESTA JOVEM TALENTO NO CENÁRIO ARTÍSTICO NACIONAL.”

Urussanga, 3 de outubro de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Vereador Jair Nandi

Vereador José Carlos José

Vereador Odivaldo Bonetti

Vereador Vanderlei Marcílio

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o artigo 35, inciso IX, do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017.

INSTITUI E CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL EM PROL DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É instituída, nos termos do art. 98, do Regimento Interno, Comissão Especial para atuar politicamente no intuito de assegurar recursos junto aos parlamentares e órgãos estaduais e federais, em especial para construção da maternidade de acordo com as normas legais exigidas pelo ministério da saúde, ampliação do centro cirúrgico, viabilidade de leitos de UTI e demais demandas de interesse do Hospital.

Art. 2º A Comissão instituída por esta Resolução será constituída por 4 (quatro) membros representantes das Bancadas Partidárias com representação nesta Casa Legislativa.

Art. 3º A Comissão Especial, ficará automaticamente extinta ao final da Legislatura ou após a apresentação de relatório de conclusão dos seus trabalhos, que será protocolizado na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, para leitura em plenário na primeira Reunião Ordinária subsequente.

Art. 4º Para o pleno funcionamento e execução dos trabalhos, serão convocados servidores da Câmara Municipal para prestarem serviços durante sua realização, além da disponibilização de material, estrutura, transportes, equipamentos e todas as condições legais e necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Urussanga, 3 de outubro de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira
Presidente

Vereador Gilson Casagrande
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom
Segundo Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraaurussanga.sc.gov.br, no dia 3 de outubro de 2017.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017 LEILÃO Nº 01/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017
LEILÃO Nº 01/2017

Volmir Felipe, Prefeito Municipal de Vargeão – SC, nos termos do Art. 49 da Lei 8.666/93, resolve REVOGAR o Processo Licitatório Nº 85/2017 – Leilão Nº 01/2017, o qual tem como objeto “alienação, no estado em que se encontram, em leilão público, dos bens imóveis de propriedade do Município de Vargeão, localizados no Loteamento Esplanada, sendo os imóveis localizados na Quadra – 109, Lotes nº 03, 07, 09 e 11 e Quadra - 112, Lote nº 01”, por motivo de interesse público em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e anexado ao processo licitatório, até que seja definida nova data pela administração municipal.

Vargeão, SC, 06 de outubro de 2017.
VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS DE Nº 286/2017 A Nº 303/2017

EXTRATO DE CONTRATOS de nº 286/2017 a nº 303/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: A.G KIENEN & CIA LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 29.617,20 (VINTE E NOVE MIL SEICENTOS E DEZESSETE REAIS E VINTE CENTAVOS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 286/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 17.297,00 (DEZESSETE MIL DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 287/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 44.186,64 (QUARENTA E QUATRO MIL CENTO E OITENTA E SEIS REAIS E SESENTA E QUARO CENTAVOS CENTAVOS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 288/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 13.682,00 (TREZE MIL SEISCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 289/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO E HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 5.840,55 (CINCO MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 290/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 10.635,60 (DEZ MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E SESENTA CENTAVOS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 291/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 16.880,50 (DEZESSEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 292/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 5.960,00 (CINCO MIL NOVECENTOS E SESENTA REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 293/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CIRURGICA STA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 5.224,00 (CINCO MIL DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 294/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DAMEDI DAMBROS COMERCIOS DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 3.236,45 (TRES MIL DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 295/2017.
Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.
VALOR: R\$ 5.774,00 (CINCO MIL SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 296/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DIMEVA DISTRIBIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 13.493,56 (TREZE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 297/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 2.378,95 (DOIS MIL TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 298/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 3.021,00 (TRES MIL E VINTE E UM REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 299/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 14.315,00 (QUATORZE MIL TREZENTOS E QUINZE REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 300/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 4.380,48 (QUATRO MIL TREZENTOS E OITENTA REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 301/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 20.390,75 (VINTE MIL TREZETNOS E NOVENTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 302/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 6.936,40 (SEIS MIL NOVECIENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 79/2017, processo Licitatório 88/2017 e Contrato nº 303/2017.

Vargeão, SC, 05 de OUTUBRO de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 001/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

A Secretaria Municipal de Educação de Vargem Bonita/SC, juntamente com o Conselho Municipal de Educação e do FUNDEB, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela legislação vigente, e considerando e necessidades de organizar a prestação de serviços do Transporte Escolar Municipal e Intermunicipal:

“CRIA O REGULAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. As disposições constantes desse Regulamento devem ser observadas na prestação do serviço de transporte escolar realizado diretamente pelo Município, com veículos e servidores próprios e pelos prestadores de serviços contratados.

§ 1.º O conteúdo desse Regulamento deve ser anexado aos editais de licitação para a contratação de transporte escolar, através de cópia integral ou transcrição das disposições.

§ 2.º Também deve ser dado conhecimento do teor deste Regulamento a todos os servidores envolvidos com a execução ou controle do transporte escolar.

Art. 2º. A SME - Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o CME - Conselho Municipal de Educação, ficam responsáveis pela execução e fiscalização do transporte escolar, devendo, para tanto, coordenar os trabalhos a serem realizados pelos diferentes servidores envolvidos na execução ou fiscalização dos serviços, independentemente de lotação dos mesmos.

Art. 3º. Igualmente compete à Secretaria Municipal de Educação propor a atualização ou alteração do conteúdo desse Regulamento, em decorrência de legislação ou atos normativos a serem observados, ou mediante outras razões de interesse público.

DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Art. 4º. O serviço de transporte escolar deve ser adequado, atendendo plenamente aos usuários, nos termos desse regulamento e sem prejuízo de outras exigências expressas no processo licitatório e nas normas pertinentes.

Art. 5º. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de continuidade, regularidade, atualidade, segurança, higiene, cortesia e eficiência na sua prestação.

§ 1.º Para o fim do disposto nesse artigo, considera-se:

I – continuidade, a prestação dos serviços com a observância rigorosa do calendário letivo, das datas, dos turnos e dos trajetos dispostos para o transporte escolar, sem interrupção ou suspensão;

II – regularidade, a observância dos horários dispostos para cada trajeto do transporte escolar;

III – atualidade, a modernidade das técnicas, dos veículos, dos equipamentos e das instalações, conforme os padrões mínimos exigidos em edital e regulamento;

IV – segurança, a prestação do serviço com a adoção de todas as medidas preventivas para o adequado funcionamento dos veículos, com manutenção e equipamentos de segurança adequados, a condução dos veículos com a observância das normas de trânsito, com toda a prudência e perícia requeridas para as condições peculiares dos trajetos e dos usuários transportados e a orientação e acompanhamento dos usuários no embarque, na viagem e no desembarque;

V – higiene, a limpeza permanente dos veículos e o asseio dos condutores e acompanhantes, bem como a manutenção dos equipamentos em condições de higienização;

VI – cortesia, o atendimento e acompanhamento dos usuários e demais agentes públicos envolvidos com o transporte escolar de forma atenciosa, solícita, educada e prestativa, com especial atenção aos aspectos de segurança;

VII – eficiência, o atendimento de todas as obrigações dispostas em editais, em contratos, no regulamento e nas demais normas jurídicas aplicáveis, assim como as ordens dos agentes públicos responsáveis, com observância dos prazos, dos quantitativos e dos qualitativos exigidos.

§ 2.º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança dos veículos;

II – por outras razões de relevante interesse público;

Parágrafo Único: A Prefeitura de Vargem Bonita só disponibilizará ou contratará um novo itinerário para transporte escolar, seja municipal ou intermunicipal, se houver um número igual ou superior a 15 (quinze) usuários.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 6º São DIREITOS dos usuários, sem prejuízo de outras exigências expressas em licitação, nos regulamentos ou decorrentes de legislação superior:

I - receber serviço adequado;

II - receber do Município e dos prestadores contratados informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III – protocolar, por escrito, às autoridades competentes, os atos ilícitos ou irregularidades de que tenham conhecimento, decorrentes do serviço prestado pelo Município ou por terceiros contratados;

IV – obter informações sobre os veículos, condutores e acompanhantes, com o objetivo de acompanhar a adequação às normas legais e regulamentares exigidas para o transporte escolar, bem como sobre os trajetos, horários e outras exigências a serem garantidas aos usuários.

V - oferecer sugestões de melhoria dos serviços, por escrito e mediante protocolo.

Art. 7º. O benefício do transporte escolar é garantido aos usuários de área urbana residentes em moradias localizadas a uma distância mínima de 1,5 (um quilômetro e meio) das respectivas escolas e aos usuários da área rural, residentes em moradias localizadas a uma distância mínima de 1,5 (um quilômetro e meio) da estrada geral.

§ 1.º Excepcionalmente, o Município pode determinar que o transporte escolar seja disponibilizado até a residência dos usuários nas seguintes situações:

I – por motivo de doença, quando a necessidade implicar em dificuldades de locomoção, comprovada mediante atestado médico por profissional especializado;

II – para portadores de necessidades especiais, quando a necessidade implicar em dificuldades de locomoção;

III – para alunos em que o percurso entre a residência e o local de embarque e desembarque representa um acentuado risco à segurança pessoal, como a necessidade de travessia de vias de alta periculosidade, com inexistência de passarelas ou vias exclusivas para pedestres;

§ 2.º O direito ao serviço é garantido exclusivamente no transporte destinado ao ensino regular obrigatório, nos turnos e escolas em que os usuários estejam matriculados e, excepcionalmente, em turno diverso, quando solicitado pela escola, para atividades de reforço pedagógico e atividades afins, quando houver disponibilidade de transporte e vaga nos veículos, sendo vedada a sua utilização para outros objetivos de natureza pessoal;

§ 3.º Na hipótese do usuário optar por matrícula em Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio fora do município, este perderá o direito à utilização do transporte escolar municipal e intermunicipal gratuito.

§ 4.º Os pais ou responsáveis devem acompanhar e aguardar os usuários nos locais de embarque e desembarque do transporte escolar, sob pena de responsabilização por omissão.

Art. 8º. Crianças menores de 04 (quatro) anos de idade, não serão transportadas pelos veículos do transporte escolar, ficando este transporte sob a responsabilidade dos pais ou responsáveis. Também não será permitido o transporte de passageiros, juntamente com os escolares, salvo autorização prévia e expressa da Secretaria M. de Educação, fundamentada no interesse público.

Art. 9º. Sempre que o Poder Público entender necessário, poderá determinar a fixação de material impresso, nos veículos de transporte próprios ou contratados, com o objetivo de divulgar os direitos e obrigações dos usuários.

Art. 10º. São OBRIGAÇÕES dos usuários, sem prejuízo de outras exigências expressas em regulamento, nas licitações ou decorrentes de legislação superior:

I – frequentar as escolas municipais e estaduais de ensino regular e utilizar o transporte indicado pela Secretaria de Educação;

II - contribuir para a conservação dos bens públicos ou privados utilizados na prestação dos serviços;

III- cooperar com a limpeza dos veículos;

IV- comparecer aos locais e horários indicados pelo Município, para o embarque e desembarque;

V - cooperar com a fiscalização do Município;

VI – ressarcir os danos causados aos veículos;

VII – acatar todas as orientações emanadas da fiscalização, dos condutores, dos acompanhantes designados pelo Município e dos demais agentes públicos responsáveis.

§ 1.º Os atos dos usuários que importarem no descumprimento de suas obrigações serão comunicados aos pais ou responsáveis para as devidas providências.

§ 2.º Quando a natureza dos atos impuser, além da comunicação aos pais ou responsáveis, a Administração dará ciência dos fatos ao Conselho Tutelar ou ao Conselho Municipal de Educação, para as devidas providências cabíveis.

§ 3.º Quando os atos importarem em prejuízos ao patrimônio público, a Administração notificará os pais ou responsáveis sobre o ocorrido e procederá a cobrança administrativa ou judicial do montante devido, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, conduzido pela Secretaria Municipal de Educação.

DOS DIREITOS, DEVERES E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

Art. 11. Tanto o transporte escolar intermunicipal próprio, quanto o terceirizado serão gratuitos;

Art. 12. A emissão da Carteira de Transporte será feita gratuitamente através do cadastro feito na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13. Somente serão abertas vagas no referido transporte para estudantes não prioritários, quais sejam: do ensino médio não profissionalizante, de cursinhos pré-vestibular ou preparatórios para concursos públicos, de curso pós-médio, cursos de idioma, cursos profissionalizantes particulares ou cursos que sejam ofertados no município, quando atendida toda a demanda prioritária.

Parágrafo Único: após a emissão e oficialização da lista de passageiros junto ao DETER, alunos que entrarem com pedido tardio serão enquadrados como “outros casos” na escala de prioridade da referida Resolução, naquele período.

Art. 14. A Prefeitura não se compromete na oferta de transporte nas seguintes condições: realização de EXAMES; disciplinas INTENSIVAS; quando EXTRAPOLAR a data oficial do Calendário Municipal; quando dos feriados municipais aos quais os Motoristas da Secretaria Municipal de Educação também tenham direito; cursos, palestras, reuniões, seminários, jogos, estágios entre outros; outro turno ou cidade àquele oficialmente solicitado; para colegas de curso, amigos, namorado(a), parentes e outros que não estejam devidamente autorizados.

Art. 15. Ao condutor é outorgada autoridade total durante o transporte, a fim de que o mesmo possa tomar as medidas cabíveis para garantir a boa execução/utilização dos serviços. Em caso de ter havido algum problema em relação às condições acima estabelecidas, especialmente as contidas no art. 20 deste regulamento, o condutor deverá obrigatória e imediatamente relatar o fato à Secretaria Municipal de Educação, que levará o mesmo ao conhecimento e julgamento do Conselho Municipal de Educação;

Art.16. Reclamações e sugestões somente serão aceitas pela Secretaria Municipal de Educação, desde que por escrito, assinadas e protocoladas.

Art. 17. Ao transporte terceirizado caberão as mesmas prerrogativas do transporte próprio da Prefeitura;

Art. 18. Toda e qualquer normativa relativa a este serviço, que ainda não seja do conhecimento coletivo, terá que ser negociada entre as partes e só terá efeito após análise e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Relativo ao Transporte Escolar, a ninguém é concedido o direito de falar em nome da Secretaria Municipal de Educação, sem que o assunto em questão tenha sido informado publicamente.

Art. 19. São DIREITOS e DEVERES dos usuários, sem prejuízo de outras exigências expressas em licitação, nos regulamentos ou decorrentes de legislação superior:

I - O estudante terá direito ao uso do transporte intermunicipal somente no período oficial do curso em que estiver matriculado (matutino,

vespertino ou noturno), porém não será concedido transporte nos períodos de recesso que compreendem os meses de Julho, Dezembro e Janeiro, conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 20. Durante o transporte fica terminantemente proibido aos usuários, sob pena de perder o direito de uso do referido benefício:

I - Permanecer na Cabine do ônibus quando em movimento;

II - Perturbar ou desacatar os demais usuários e o condutor;

III - Deslocar-se desnecessariamente dentro do veículo em movimento;

IV - Recusar-se a usar o cinto de segurança;

V - Promover festas, jogos ou fazer uso inadequado de aparelhos eletrônicos no interior do veículo;

VI - Ingerir, utilizar ou portar bebida alcoólica, cigarro ou substâncias ilícitas no veículo;

VII - Portar qualquer tipo de arma ou objetos que possam por em risco a vida dos passageiros;

VIII - Manifestar-se com deslealdade para com os transeuntes e ou que possa causar má impressão por onde passam.

Art. 21. É obrigatório o porte da Carteirinha do Transporte Escolar, podendo o aluno, excepcionalmente, em caso de extravio, apresentar um documento de identificação pessoal com foto sendo que, neste caso, o aluno terá prazo de 48 horas para obter uma nova carteirinha.

Art. 22. O usuário será aguardado até o horário oficial brasileiro estabelecido em contrato oficial, para saída e retorno. Atrasos não serão tolerados em função dos direitos dos demais usuários;

Parágrafo Único: é obrigação do usuário estar no ponto com, no mínimo, 5(cinco) minutos de antecedência do horário oficial de saída para agilizar e organizar o embarque.

Art. 23. Serão automaticamente excluídos do benefício os estudantes que não cumprirem com as exigências deste Regulamento, que se desligarem do curso frequentado ou que omitirem informações reais ou prestarem informações inverídicas à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 24. É obrigação do usuário zelar pelo patrimônio público colocado a sua disposição. Casos de depredação incorrerão na abertura de processo administrativo para apuração dos fatos, ressarcimentos e penalizações;

DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 25. Os veículos utilizados no transporte escolar deverão apresentar todas as condições exigidas pela legislação e atos regulamentares de trânsito, especialmente as exigidas para o transporte de escolares.

§ 1.º São exigências para o transporte escolar, sem prejuízo de outras obrigações regulamentares e normativas:

I – registro como veículo de passageiros, emitido pelo órgão estadual, constante no CRLV;

II – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - autorização do órgão estadual para o transporte de escolares, fixada em local visível na parte interna do veículo, com inscrição da lotação permitida;

IV - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

V – equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

VI – lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VII – cintos de segurança em número igual à lotação;

§ 2.º Os veículos de trajetos com usuários portadores de necessidades especiais, terão exigências específicas fixadas em edital de licitação para contratação da prestação do serviço;

§ 3.º O Município poderá determinar a padronização visual dos veículos utilizados no transporte escolar, bem como ordenar a fixação de informações relativas ao itinerário e horários a serem percorridos pelos veículos.

§ 4.º A Administração poderá proceder a novas exigências relativas às condições de segurança, higiene e comodidade dos usuários ou para atender a outras razões de interesse público.

Art. 26. O Município fixará em edital, quando conveniente, idade máxima dos veículos empregados na prestação do transporte escolar.

Parágrafo Único: Independentemente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou pelo Município.

28. Os veículos de transporte escolar, antes de entrarem em serviço, podem ser submetidos à inspeção semestral, pelo Conselho Municipal de Educação ou por funcionários da Prefeitura Municipal, para a verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, nos termos da legislação.

§ 1.º O Município poderá adotar sistema de credenciamento para os estabelecimentos que atendam as exigências técnicas para a inspeção semestral, com o acompanhamento e responsabilidade técnica obrigatória de engenheiro mecânico.

§ 2.º Adicionalmente à exigência da inspeção semestral, os veículos serão inspecionados pelo Município para a verificação do cumprimento das demais exigências dispostas nesse regulamento, no edital de licitação e nos contratos e, em especial, quanto aos aspectos de segurança, higiene, conservação, comodidade aos usuários

§ 3.º A avaliação das condições de higiene considerará o estado de conservação dos equipamentos e a possibilidade de higienização satisfatória, com a emissão de laudo circunstanciado;

Art. 28. Além da inspeção veicular semestral, para atendimento do art. 136, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, todos os veículos de transporte escolar poderão ser vistoriados pelo Município, para a verificação dos itens obrigatórios e de segurança e das demais exigências desse regulamento e do edital de licitação.

Parágrafo único. A frequência das inspeções veiculares poderá ser feita, por ordem da Administração, sempre que houver necessidade, visando atender à necessária segurança, correndo a despesa correspondente por conta do contratado.

Art. 29. A contratada, ao substituir o veículo, deverá consultar a Secretaria Municipal de Educação, indicando o veículo a ser substituído e as características do veículo substituto, cabendo ao referido órgão a aprovação ou rejeição da proposta, avaliada a documentação e após inspeção veicular.

Art. 30. veda-se integralmente a veiculação de publicidade de natureza político partidária ou que interfira negativamente na educação dos usuários, tanto no interior, quanto no exterior do veículo de transporte escolar.

Art. 31. Os veículos de um contratado não poderão transitar em outros itinerários do Município, conduzindo passageiros, salvo com

autorização escrita da Administração para atender a razões de interesse público.

§ Único: Constitui exceção o trânsito em linhas diferentes das delegadas quando em situações de emergência, para substituição temporária de veículo acidentado, que tenha apresentado falha mecânica no percurso ou que não for disponibilizado para o transporte por razões de segurança, caso em que será dispensada a prévia autorização expressa neste artigo.

Art. 32. Para a execução dos serviços a empresa contratada deverá utilizar, durante a vigência do contrato, veículos devidamente autorizados para o transporte de escolares, de acordo com o art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 33. Qualquer itinerário poderá, a qualquer tempo, ser extinto por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito;

Art. 34. Qualquer itinerário poderá, a qualquer tempo e a juízo da SME, ser aumentado ou diminuído na sua extensão, desde que tais alterações não impliquem na modificação da categoria do veículo utilizado e não ultrapassem o limite legal de 25% do valor do contrato.

Art. 35. Qualquer alteração somente poderá ocorrer depois de comprovada a necessidade e realizada a medição do trajeto, mediante autorização formal da SME;

Art. 36. Havendo necessidade de transporte de alunos para atividades extras, caberá à Contratada cumpri-lo mediante autorização prévia da SME, sendo que o valor para este transporte será o mesmo praticado no contrato da linha.

Art. 37. A Contratada deverá transportar somente os alunos devidamente cadastrados e autorizados pela Secretaria Municipal de Educação. É expressamente proibido o transporte de pessoas não autorizadas e a cobrança de qualquer valor ou benefício;

Art. 38. A Contratada obriga-se a aceitar qualquer meio de inspeção do município, inclusive a colocação de rastreadores ou equipamentos semelhantes;

Art. 39. A Contratada deverá fornecer os dados dos motoristas que conduzirão os veículos durante a execução do contrato. Havendo alteração de motorista a empresa deverá comunicar e encaminhar os documentos, imediatamente, ao setor de transporte escolar da SME.

Art. 40. Os veículos da Contratada, no momento que estiverem prestando os serviços ao Município, não poderão transitar em outros trajetos conduzindo alunos, salvo com autorização expressa da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 41. A Contratada poderá, em caso de problemas, substituir temporariamente o veículo previamente destinado ao serviço, por outro, em condições melhores ou iguais aos do primeiro, devendo comunicar a ocorrência à SME no prazo de até 48 horas. Caso a substituição seja por prazo superior a dez dias, deverá ser encaminhada, à SME, a documentação prevista no Edital de Licitação.

DOS CONDUTORES DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 42. Os condutores do transporte escolar deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.

§ 1.º Somente poderão conduzir veículos escolares os condutores previamente aprovados pelo Município, mediante autorização específica, precedida da comprovação das seguintes condições:

I – ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

II – ser portador da Carteira Nacional de Habilitação na categoria “D” ou “E”;

III – ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

IV – comprovar a aprovação em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

V – outras exigências da legislação de trânsito.

VI – não fazer uso de qualquer tipo de entorpecente, drogas lícitas ou ilícitas no interior do veículo ou nos arredores das instituições escolares.

§ 2.º Comprovados os documentos e condições especificados nesse artigo, a Administração poderá emitir autorização específica para cada condutor, que deverá utilizá-la na forma de crachá.

Art. 43. Sempre que houver ingresso de novos condutores, estes deverão submeter-se aos mesmos procedimentos especificados no artigo anterior.

Art. 44. A condução de veículos escolares por servidores municipais sem a devida autorização do Município será punida na forma da legislação municipal aplicável aos servidores estatutários, ou na forma da Consolidação das Leis do Trabalho, no caso de contratados.

DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES CONTRATADOS

Art. 45. Incumbe aos prestadores de serviços contratados:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista neste regulamento, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o licenciamento dos veículos do transporte escolar;

III – entregar semanalmente ou na frequência indicada, cópia reprográfica dos discos do tacógrafo e as demais informações sobre os usuários do transporte escolar;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;

V - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer dia e horário, aos veículos do transporte, bem como aos registros e documentos de natureza contábil, trabalhista, social e tributária e às instalações utilizadas como apoio aos serviços prestados;

VI - zelar pelas condições plenas de segurança e higiene dos veículos, bem como segurá-los adequadamente, na forma prescrita pelo Município;

VII – observar os roteiros e horários determinados pelo Município, inclusive quando houver alteração dos mesmos, durante a vigência do contrato;

VIII – participar de reuniões de trabalho, bem como submeter os condutores a cursos e treinamentos determinados pelo Município;

IX – prestar informações e apresentar documentos na forma e na frequência determinadas pelo Município;

X - cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do CONTRAN e as demais normas aplicáveis ao transporte escolar;

XI – manter relação respectiva a cada turno e itinerário, com informações do nome dos usuários autorizados, telefone para contato, nome dos pais ou responsáveis, endereço residencial e outras informações determinadas pelo Município;

XII - indicar preposto, aceito pela Administração, com endereço na sede do Município, para representá-los na execução dos serviços, nos termos do artigo 68 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 2003;

XIII - responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados à União, Estado e Município, ou a terceiros, comprometendo-se a acatar as leis e regulamentos, quer existentes, quer futuros.

§ Único: As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pelos prestadores de serviços serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista executados diretamente ou através de delegação,, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados e o Município.

DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS INFRAÇÕES AO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 46. Sempre que forem verificados, pelo Conselho Municipal de Educação, atos ilícitos ou irregulares na prestação dos serviços, os mesmos devem ser comunicados por escrito à Secretaria Municipal de Educação, para que esta tome as providências legais e administrativas cabíveis.

Art. 47. As infrações administrativas e as respectivas penas devem ser transcritas no edital de licitação e nos contratos administrativos firmados, facultando-se à Administração a instituição de outras infrações administrativas e penalidades inerentes, além das previstas nesse Regulamento.

Art. 48. Consideram-se infrações, imputadas ao contratado ou condutor do transporte escolar, puníveis com advertência escrita:

I – utilizar veículo fora da padronização;

II – fumar ou conduzir acesos cigarros ou outros entorpecentes;

III – conduzir o veículo trajado inadequadamente;

IV – omitir informações solicitadas pela Administração;

V – deixar de fixar a autorização para o transporte escolar, na parte interna do veículo, em lugar visível aos usuários, contendo a capacidade máxima do veículo; a autorização municipal para o transporte escolar e outras informações determinadas pela Administração;

VI – desobedecer as orientações da Secretaria Municipal de Educação ou do Conselho Municipal de Educação;

VII – conduzir o veículo sem o prefixo fornecido pela Administração;

VIII – faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;

IX – abastecer o veículo, quando estiver transportando passageiros;

X – deixar de realizar a vistoria no prazo estabelecido;

XI – manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;

XII – deixar de comunicar à Administração as alterações de endereço e telefone do contratado;

XIII – realizar o transporte de passageiros sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação;

IXX – embarcar ou desembarcar alunos em escolas não autorizadas pela Administração;

XX – desobedecer as normas e regulamentos da Administração;

XXI – não cumprir os horários determinados pela Administração.

XXII – operar sem o selo de vistoria, ou com selo de vistoria vencido;

XXIII – alterar ou rasurar o selo de vistoria;

XXIV – confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente autorizados pela Administração;

XXV – negar a apresentação dos documentos à fiscalização;

XXVI – não providenciar as vistorias veiculares determinadas pela Administração;

XXVII – transportar passageiros não autorizados pela Administração;

XXVIII – trafegar com portas abertas;

XXIX – trafegar com veículos em condições mecânicas que comprometam a segurança;

XXX – conduzir veículos com imprudência ou negligência;

XXXI – parar os veículos para embarque e desembarque em locais diferentes dos ordenados pela Administração;

XXXII – deixar de operar os trajetos sem motivo justificado pelo período de 02 (dois) dias letivos;

XXXIII – colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo justificado;

XXXIV – conduzir veículos sob efeito de bebida alcoólica, independentemente do nível de alcoolemia, ou sob efeito de drogas ilícitas ou sob qualquer condição que comprometa a plena saúde física e mental, inclusive quando em decorrência de medicamentos;

XXXV – a perda das condições técnicas ou operacionais para manter o serviço com as condições de segurança;

XXXVI – operar com veículos que não contém os requisitos legais para o transporte de escolares;

XXXVII – conduzir veículos sem a habilitação e os demais requisitos exigidos para o transporte de escolares;

XXXVIII – assediar sexual ou moralmente os usuários do transporte escolar;

XXXIX – conduzir veículos com operações de alto risco para os usuários;

XXXX – a prática de qualquer ato não condizente com os princípios que regem a Administração Pública ou a prestação dos serviços públicos.

§ Único: Para a aplicação da pena de rescisão contratual, a Administração considerará a presteza dos contratados na solução dos problemas apontados, o histórico de infrações, independentemente do grau de gravidade e, principalmente, o grau de risco a que os usuários foram expostos nas práticas infracionais elencadas.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DEFESA

Art. 49. As irregularidades ou ilegalidades detectadas na prestação dos serviços serão processadas mediante abertura de processo administrativo, oportunizando a defesa e demais recursos de acordo com a Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais disposições aplicáveis.

Art. 50. Em qualquer situação ou fase de defesa ou recurso administrativo, o Município oportunizará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, decidindo, em qualquer circunstância, com a observância do princípio da motivação, com detalhada exposição das razões de fato e de direito.

Art. 51. Quando as infrações são provocadas por agentes públicos, a apuração de responsabilidade dar-se-á com a observância das disposições especiais da legislação municipal.

Art. 52. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita/SC, 02/10/2017.

GELSON DE ZORZI
Secretário de Educação

DILMAR ANTONIO MOZZER
Presidente do CME

VERONICA SPADER DO ROZÁRIO
Presidente Conselho do FUNDEB

ANEXO(S)

LEI N.º 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1977
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Art. 104. Os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruído avaliadas mediante inspeção, que será obrigatória, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN para os itens de segurança e pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN:

I - cinto de segurança, conforme regulamentação específica do CONTRAN, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

II - para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

Art. 107. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.

CAPÍTULO XIII DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I - ter idade superior a vinte e um anos;

II - ser habilitado na categoria D;

III - (VETADO)

IV - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

Art. 145. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser maior de vinte e um anos;

II - estar habilitado:

a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e

b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E;

III - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;

IV - ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.

CAPÍTULO XV DAS INFRAÇÕES

Art. 230. Conduzir o veículo:

XX - sem portar a autorização para condução de escolares, na forma estabelecida no art. 136:

Infração - grave;

Art. 317. Os órgãos e entidades de trânsito concederão prazo de até um ano para a adaptação dos veículos de condução de escolares e de aprendizagem às normas do inciso III do art. 136 e art. 154, respectivamente.

CAPÍTULO XX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 329. Os condutores dos veículos de que tratam os arts. 135 e 136, para exercerem suas atividades, deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

PORTARIA DETRAN Nº 503, DE 16 DE MARÇO DE 2009
(PUBLICADA EM 17/03/2009)

Dispõe sobre a expedição de autorização destinada aos veículos de transporte escolar, nos termos do artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro.

O Delegado de Polícia Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a competência conferida ao órgão executivo estadual de trânsito, nos termos do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a disposição cogente do artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro, impondo o atendimento de requisitos mínimos para a circulação de veículos destinados ao transporte escolar;

Considerando as regras complementares contidas nos artigos 137 a 139 e 329, todos do Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando que a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008, tratam da promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção;

Considerando a necessidade de regular as modificações nos veículos especialmente destinados ao transporte de escolares com necessidades especiais, conceituado nesta Portaria como "Transporte Escolar Especial - Tesp";

Considerando o disposto no Processo DETRAN nº 14.399-5/2009, contemplando proposta da Divisão de Controle e Fiscalização de Veículos e Condutores deste Departamento quanto à vedação de modificações das características originais do veículo com o objetivo de ampliar a capacidade nominal de lotação para o transporte de escolares, bem como disciplinar as adaptações necessárias ao transporte escolar especial; Considerando, finalmente, que cabe a este órgão executivo estadual de trânsito promover ações necessárias para a diminuição do número de acidentes de trânsito, proporcionando conforto aos usuários dos veículos destinados ao transporte de escolares, resolve:

Capítulo I

Do Transporte Escolar

Art. 1º - O transporte coletivo de escolares será regido pelas normas estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º - O condutor de veículo destinado ao transporte de escolares deverá cumprir com os seguintes requisitos:

I – idade superior a vinte e um anos;

II – habilitação na categoria "D";

III – aprovação em curso especializado, nos termos da normatização determinada pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

IV – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

V – apresentação de certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, conforme exigência prevista no artigo 329 do CTB.

Art. 3º O veículo destinado à condução coletiva de escolares, para fins de circulação nas vias abertas à circulação, deverá atender aos seguintes requisitos:

I – registro como veículo de passageiros, classificado na categoria aluguel;

II – pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, padrão Helvética Bold, em preto, com altura de vinte a trinta centímetros, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

III – equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (tacógrafo);

IV – lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

V – cintos de segurança em número igual à lotação, atendidas as exigências das Resoluções CONTRAN nºs 48/98 e 278/08, especialmente:

a) para o condutor deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator;

b) para os passageiros poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal;

VI – extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico de quatro quilos, fixado na parte dianteira do compartimento destinado a passageiros;

VII – limitadores de abertura dos vidros corrediços, de no máximo dez centímetros;

VIII – dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;

IX – todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

§ 1º Para atendimento do inciso II deste artigo será admitida a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas todas as demais especificações, vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou qualquer outro dispositivo que possa retirá-la, de forma temporária ou definitiva.

§ 2º O veículo da marca Volkswagen, modelo Kombi, deverá estar equipado com grade tubular afixada em seu interior, de forma a separar o compartimento traseiro sobre o motor do espaço destinado aos bancos.

Art. 4º O veículo destinado ao transporte de escolares deverá ser submetido à inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios, de segurança e demais requisitos previstos nesta Portaria, de acordo com o final de placa, obedecido o seguinte calendário:

| | |
|--------------|--------------------|
| Finais 1 e 2 | fevereiro e agosto |
| Finais 3 e 4 | março e setembro |
| Finais 5 e 6 | abril e outubro |
| Finais 7 e 8 | maio e novembro |
| Finais 9 e 0 | junho e dezembro |

§ 1º A inspeção semestral será realizada pelas Divisão de Controle e Fiscalização de Veículo e Condutores ou Circunscrições Regionais de Trânsito, em face do local de registro do veículo, competindo aos seus dirigentes estabelecerem cronograma próprio, em face das peculiaridades e capacidade funcional de cada unidade.

§ 2º Para a realização da inspeção será exigido o pagamento de taxa de vistoria, fixada no valor de 5,500 UFESP, prevista no item 21 da Tabela "C" – Serviços de Trânsito da Lei Estadual nº 7.645/91, com suas posteriores alterações.

§ 3º O veículo não submetido à inspeção semestral ou reprovado pela unidade de trânsito terá o seu registro bloqueado.

§ 4º Aprovado na inspeção semestral, será expedida "AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE DE ESCOLARES", conforme modelo estabelecido no Anexo desta Portaria.

Capítulo II

Das Modificações das Características

Art. 5º A realização de modificações das características originais do veículo, possuidor ou não de autorização para transporte de escolares, tendo por objetivo ampliar a capacidade nominal de lotação para o transporte escolar, dependerá:

I – veículo novo, modificado pelo fabricante ou montadora: comprovação de código de marca/modelo/versão, com a indicação da capacidade nominal de lotação, atendidas as exigências previstas na Resolução CONTRAN nº 291/08;

II – tratando-se de transformação de veículo novo ou já registrado: comprovação prévia da obtenção de código de marca/modelo/versão pela pessoa jurídica que irá realizar a transformação/modificação, respeitando o disposto nas resoluções CONTRAN nº 291/08 e 292/08, observados os seguintes requisitos:

a) prévia autorização da autoridade responsável pelo registro e licenciamento;

b) realizada a transformação/modificação, para emissão do CRV, apresentação de cópia autenticada do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT, nota fiscal da transformação/modificação, certificado de Segurança Veicular – CSV emitido por Instituição Técnica licenciada pelo DENATRAN e demais exigências estabelecidas pelo órgão executivo estadual de trânsito.

Parágrafo único. Quando a modificação de característica envolver aumento da capacidade nominal de lotação, para fins de autorização para o transporte de escolares, deverão ser observadas as restrições estabelecidas na Tabela de Modificações Permitidas, conforme disposto nas resoluções CONTRAN nº 291/08 e 292/08, na seguinte ordem:

I – tipo camioneta/carga transformado em microônibus/passageiro: aumento da lotação com quantidade final menor de 21 lugares;

II – microônibus, espécie passageiro, mantido o mesmo tipo/espécie: aumento da lotação com quantidade final maior que 10 e menor que 21 lugares;

III – ônibus, espécie passageiro, mantido o mesmo tipo/espécie: aumento da lotação com quantidade final maior que 21 lugares.

Art. 6º A realização de modificações das características originais do veículo com vista ao transporte escolar especial dependerá, além do atendimento dos requisitos estabelecidos na legislação de trânsito, de prévia e específica autorização do Diretor do Departamento Estadual de Trânsito.

§ 1º Considera-se transporte escolar especial aquele destinado ao atendimento aos escolares portadores de necessidades especiais ou com dificuldade de locomoção, cuja lotação máxima será estipulada após autorização do órgão executivo estadual de trânsito.

§ 2º O pedido deverá ser formulado pelo fabricante, montadora ou empresa capacitada, previamente credenciada pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualificação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - licença para uso da configuração de veículo ou motor, emitida pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente;

II - laudo de capacitação técnica, emitido pelo INMETRO;

III - projeto de engenharia e memorial descritivo contendo todas as especificações técnicas concernentes à modificação das características do veículo;

IV - certificado de segurança veicular - CSV;

V - fotografias externas e internas do veículo ou protótipo;

VI - comprovante de pagamento de taxa de vistoria de veículo, prevista no item 21 da Tabela "C" - Serviços de Trânsito - Lei Estadual nº 7.645/91, com suas posteriores alterações; e

VII - laudo de inspeção realizado pelas Divisão de Controle e Fiscalização de Veículos e Condutores do DETRAN ou Circunscrições Regionais de Trânsito, em face do local de registro do veículo.

Capítulo III

Das Disposições Gerais

Art. 7º - O condutor deverá portar relação atualizada de cada escolar transportado, contendo nome, data de nascimento e telefone.

Art. 8º - Aquele que deixar de operar no transporte escolar deverá requerer a alteração da categoria do veículo para particular, providenciando sua total descaracterização, impondo a devolução da "AUTORIZAÇÃO" a que se refere esta Portaria.

Art. 9º - A autoridade de trânsito responsável pela expedição da autorização, nos casos de impossibilidade temporária de utilização do veículo autorizado, em decorrência de roubo, furto, avaria ou situação previamente comprovada, poderá conceder autorização temporária, com validade máxima de até trinta dias, permitindo que o condutor possa transportar os escolares em outro veículo.

Parágrafo único. A expedição da autorização temporária dependerá do atendimento de todos os requisitos de segurança estabelecidos nesta Portaria, após aprovação em vistoria realizada pela unidade de trânsito.

Art. 10 - A inobservância do disposto nesta Portaria sujeitará o infrator às penalidades e medidas administrativas previstas nos artigos 167, 168, 230, VIII e XX, 231, VII e 237, todas do Código de Trânsito Brasileiro, dentre outras, conforme o caso.

Art. 11 - Fica vedado a aposição de inscrições, anúncios, painéis decorativos e pinturas nas áreas envidraçadas do veículo.

Art. 12 - O disposto nesta Portaria não exclui a competência municipal para o estabelecimento de outros requisitos ou exigências para o transporte de escolares.

Art. 13 - Fica garantido o direito de circulação, até o sucateamento ou saída do sistema escolar, ao veículo modificado antes da data estabelecida para a produção dos efeitos desta Portaria, desde que o proprietário tenha cumprido todos os requisitos exigidos para a sua regularização, mediante comprovação no Certificado de Registro de Veículo – CRV e no Certificado de Licenciamento Anual – CRLV.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11 de maio de 2009, quando revogará a Portaria DETRAN nº 1.153, de 26 de agosto de 2002, e demais Portarias que aprovaram as transformações de veículos realizadas por empresas autorizadas pelo Departamento Estadual de Trânsito.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 14.317/17

DECRETO Nº 14.317/17, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO RECANTO DO VANZ e dá outras providências.

DORIVAL CARLOS BORGA, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais e,

Considerando o que consta do processo administrativo nº 15675/15, protocolado em 11/09/15, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Loteamento Recanto do Vanz, formulado por Notus Construtora e Incorporadora LTDA;

Considerando que o loteador, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado, dentro de uma área total de 18.553,77 m² (dezoito mil quinhentos e três metros e setenta e sete decímetros quadrados) conforme matrícula RG 35.850, o projeto de loteamento de propriedade de Melsi Vanz e outros, denominado Loteamento Recanto do Vanz, com área total loteada de 18.553,77 m² (dezoito mil quinhentos e três metros e setenta e sete decímetros quadrados), área em lotes de 9.684,43 m² (nove mil seiscentos e oitenta e quatro metros e quarenta e três decímetros quadrados), área total em ruas de 4.561,53 m² (quatro mil, quinhentos e sessenta e um metros e cinquenta e três decímetros quadrados), área institucional de 1.127,21 m² (um mil cento e vinte e sete metros e vinte e um decímetros quadrados), área verde de 2.612,96 m² (dois mil seiscentos e doze metros e noventa e seis decímetros quadrados), área sanitária 337,70 (trezentos e trinta e sete metros e setenta decímetros quadrados); área de escadarias 229,94 (duzentos e vinte e nove metros e noventa e quatro decímetros quadrados, conforme processo administrativo nº 15675/15.

Art. 2º A distribuição das áreas do loteamento atende às Leis Federais nº 6.766/79 e 12.951/12, bem como, a Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar Municipal nº 62/2008, destinando 10 % da área dos lotes como Área Institucional.

Art. 3º A aprovação do loteamento não exime o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 15675/15, os respectivos Termos de Cauçionamento e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.319/17

DECRETO Nº 14. 319/17, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 14110/17, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Wilmar Carelli e outros;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico da Secretaria de Planejamento.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 2 (duas) áreas distintas do lote nº 05, quadra "I", constante da matrícula nº 15.940, de propriedade de Wilmar Carelli e outros, do loteamento Jardim Cesar Carelli, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 14.110/17.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 118,33 m² (cento e dezoito metros e trinta e três decímetros quadrados), no lote nº 03, quadra "I", matrícula nº 15.938, sendo a área total a unificar de 447,33 m² (quatrocentos e quarenta e sete metros e trinta e três decímetros quadrados)

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 194,67 (trezentos e setenta e três metros), no lote nº 07, quadra "I", matrícula nº 15.942, sendo a área total a unificar de 567,67 m² (quinhentos e sessenta e sete metros e sessenta e sete decímetros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Videira, 4 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.320/17

DECRETO Nº 14.320/17, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017.

Nomeia Gestor para acompanhamento e fiscalização do Contrato de Fomento n. 03/2017 mantido com a CDL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, inciso XII e § único, da Lei Orgânica do Município de Videira, a legislação em vigor;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 61, da Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, que determina a nomeação de Gestor para acompanhamento e fiscalizado da execução da parceria realizada no âmbito de incidência da legislação supra referida;

CONSIDERANDO que o artigo 40 do Decreto 13.810/2017, que regulamentou a Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2017, repete a previsão de nomeação de gestor para os fins constantes do artigo 61, da lei supra referida;

DECRETA

Art. 1.º Nomeia Gestor para acompanhamento e fiscalização do Contrato de Fomento n. 03/2017 firmado com a CDL, para os fins constantes do mencionado instrumento, o Sr. Felipe Schuller com a obrigação de informação ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados, emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei n. 13.019/2014 e por fim disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 2º Deixando de ser o gestor ora nomeado agente político, deverá ser designado novo gestor, conforme determina o artigo 40, do Decreto n. 13.810/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 4 de outubro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.321/17

DECRETO Nº 14.321/17, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 14.975/17, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Leomar Carlos Loof;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 300,00 m² (trezentos metros quadrados), de propriedade de Leomar Carlos Loof, constante da matrícula nº 33.787, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 328,08 m² (trezentos e vinte e oito metros e oito décimos quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 14.975/17.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 – PMV

PROCESSO Nº 187/2017

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JM EQUIPAMENTOS LTDA, PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO TRATOR DE ESTEIRAS, MODELO CASE 1150L, PATRIMÔNIO Nº 39708, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

FORNECEDOR: JM EQUIPAMENTOS LTDA.

VIGÊNCIA: 06 de Outubro de 2017 até 05 de dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 1.037,52 (Hum mil e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 06 de Outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 – PMV

PROCESSO Nº 188/2017

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO VEÍCULO MICRO ONIBUS, MODELO WAYCLASS, PATRIMONIO Nº 39169, PLACAS QIC 8027 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VIGÊNCIA: 06 de Outubro de 2017 até 06 de dezembro de 2017.

VALOR: R\$ 1.283,82 (Hum mil duzentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 06 de Outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED-SFI 30/2017

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED-SFI 30/2017

Com fundamento nos artigos 28 a 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e no artigo 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, ficam excluídas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) as pessoas jurídicas abaixo identificadas, em virtude de possuírem débitos com a Fazenda Pública Municipal com exigibilidade não suspensa, nos termos do disposto no inciso V do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na alínea "d" do inciso II do art. 73, combinada com o inciso VI do art. 76, ambos da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

A ciência do Termo de Exclusão do Simples Nacional dar-se-á pelo aplicativo Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), disponível na área restrita do portal do Simples Nacional com previsão legal na Lei Complementar nº 123/2006, em seu artigo 16, §§ 1º-A a D.

CNPJ RAZAO SOCIAL

| | |
|----------------|---------------------------------------|
| 20258946000160 | RESTAURANTE E LANCHONETE SANTA LUCI |
| 08777292000185 | RETIFICA VIDEIRA EIRELI ME |
| 06941633000180 | RICARDO ANTONIO PINTO ME |
| 25129397000147 | RICARDO LOCATELLI SOCIEDADE INDIVIDUA |
| 04326653000116 | RP ASSESSORIA PLANEJAMENTO SC |
| 19680952000121 | RS SERVICOS EM TECNOLOGIA EIRELI ME |
| 00642987000148 | SAN MARINO CARGAS LTDA EPP |
| 02368302000142 | SANTA TEREZA COMERCIO DE MARMORES E |
| 22743533000104 | SAVANNAH EVENTOS E ENTERTAINMENT LT |
| 22910227000107 | SCHAFER TRANSPORTES LTDA ME |
| 09362169000166 | SEGURSAT SEGURANCA EIRELI ME |
| 18979276000129 | SGUERRA LABORATORIO ODONTOLOGICO L |
| 86966355000155 | SILVIA SCUSSIATOME |
| 22733577000145 | SILVIO CHAVES ME |
| 83604322000177 | SIRIUS ARTEFATOS DE FERRO EIRELI EPP |
| 20491984000168 | SONIA TUSKI DE JESUS ME |
| 05428194000144 | SONO LEVE COLCHOES LTDA |
| 10461343000107 | SOUTTA EDITORA E PUBLICIDADE LTDA ME |
| 13434974000125 | SPAZIO DI CANI VETERINARIA EIRELI ME |
| 22748119000180 | SPLASH STORE PRESENTES LTDA ME |
| 06922150000139 | STUDIO C FOTOGRAFIA LTDA |
| 23857358000130 | SULBEC AUTOMACAO E SERVICOS ELETRIC |
| 17091423000167 | SULIS INDUSTRIA FARMACEUTICA E NUTRIC |
| 79305223000117 | SUPERCENTER ZARPELLON ALIMENTOS LTD |
| 82971144000150 | SUPERMERCADO ZACAR LTDAME |
| 17383509000163 | TASCHECK PORTAS LTDA ME |
| 03827450000140 | TEREZA PIVETTA ME |

| | |
|----------------|--|
| 02431079000130 | TEREZINHA PASQUAL ME |
| 23569344000111 | TERMAS OASIS PARQUE DAS AGUAS LTDA |
| 17903355000193 | TIO TONI TRANSPORTES LTDA ME |
| 09658742000183 | TIYAIA PRESENTES E CONFECÇÕES LTDA M |
| 10486232000155 | TRANSPORTADORA TRANS MATRIZES LTDA |
| 05060558000186 | TRANSPORTES ALTO VALE LTDA |
| 12365479000149 | KACIANE COMRCIO DE BRINQUEDOS UTILI |
| 20856552000103 | LUX SISTEMAS LTDA ME |
| 24158022000142 | LVI REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA |
| 15351824000183 | M.M. ENGENHARIA LTDA ME |
| 09646617000153 | MAGGIO TRANSPORTES E EVENTOS LTDA M |
| 27222463000154 | MAIARA CAROLINA PEREIRA ME |
| 26005000000178 | MAIKON LASCOSKI EIRELI ME |
| 25229795000135 | MARCELO REDECKER EIRELI ME |
| 24795879000173 | MARCELO WEIGERT REPRESENTAÇÕES LT |
| 83522953000147 | MARCENARIA E MARMORARIA DENARDI LTDA |
| 19114576000108 | MARCIO WILLIAN GONCALVES ME |
| 23540227000125 | MARCONDES FURLAN ME |
| 10279663000140 | MARIA TEREZA NERES CANEI ME |
| 03028035000127 | MATERFRAI MERCEARIA E MATERIAIS DE CO |
| 10573552000142 | MATHEUS RODRIGUES LAVACAO AUTOMOT |
| 24639911000121 | MARCIO DIAS ME |
| 14165178000105 | JEFERSON GOTTSSELIG |
| 18111687000106 | JI PINTURAS LTDA ME |
| 22017253000100 | JIOVANI TONET ME |
| 17376749000130 | JOILSON COMUNELLO ME |
| 20686972000199 | JOSIMAR ANTONIO ZANOL ME |
| 20267040000101 | JP ESTOFADOS E COLCHOES EIRELI ME |
| 23364194000100 | JULIANA FURTADO ME |
| 11203575000128 | JULIANO DARIO BORDIGNON ME |
| 11625189000124 | JUVENIL OSCAR MASCARELLO |
| 15092235000128 | SIDNEI ANTONIO COMUNEL ME |
| 10812192000194 | KF COMERCIO DE AQUECEDORES LTDA ME |
| 03265977000129 | KLETTKE MELO LTDA |
| 23706552000115 | LL SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME |
| 15149421000156 | LANCHONETE MAZU LTDA ME |
| 19209657000191 | LARISSA RIBEIRO |
| 07834363000171 | LAURIANO SIQUEIRA |
| 23530428000141 | LELIANA PERBONI BIANCHI ME |
| 19097652000114 | LEONARDO MARCELO BORTOLI ME |
| 04394871000198 | LGM MOVEIS |
| 17989560000113 | LIDER MECANICA INDUSTRIAL LTDA ME |
| 82129024000452 | LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA |
| 17070664000120 | LIDI HIKE TRANSPORTES LTDA ME |
| 08692376000116 | LINK TELEINFORMATICA LTDA ME |
| 09720748000214 | LJ COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA ME |
| 21642767000194 | LJ TRANSPORTES EIRELI ME |
| 19383871000160 | LOPES COMUNICACAO E EVENTOS LTDA ME |
| 20894487000100 | LS ELETRODIESEL SERVICOS E PECAS LTDA |
| 27514847000140 | LUCIA APARECIDA FRANCA ME |
| 80116288000101 | LUIZ ANTONIO BOCCA ME |
| 10884761000107 | SAPATARIA CRIATIVA LTDA ME |
| 11515705000168 | SEGURO PARKING LTDA |
| 25210491000126 | SANTA FE POCOS ARTESIANOS EIRELI ME |
| 21419391000153 | REGIANE MUNZLINGER TOLDO ME |
| 24447554000108 | RESTAURANTE DE LIVERY LTDA ME |
| 83696856000170 | RESTAURANTE E PIZZARIA ANGELA E FILHOS |
| 07851952000168 | RESTAURANTE VOLPATO LTDA ME |
| 13895430000160 | RILTON PAULO PETRY ME |

| | |
|----------------|--|
| 20866155000112 | RISSARDI E SCUSSIATO TERRAPLANAGEM |
| 24811517000129 | RIVIERA GASTROBAR LTDA ME |
| 19330706000140 | ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI |
| 24512491000118 | ROCK N BURGUEIR HAMBURGUERIA LTDA M |
| 81000986000100 | RODOSUPER TRANSPORTES LTDA |
| 08041775000117 | ROSA MARIA PASCOALI ME |
| 25203976000192 | VALDINIR BATISTA ME |
| 19353872000161 | TRANSPORTES PM LTDA ME |
| 10454605000106 | TRANSPORTES SAMUCA LTDA |
| 07136844000103 | VALENT DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS L |
| 21122867000190 | VANDERLEI MENGATTO ME |
| 21873114000116 | VANDERLEI MORESCO |
| 17394940000105 | VANESSA PICCININ EIRELI ME |
| 18112021000164 | VENETO INDUSTRIA DE TIJOLOS ECOLOGICO |
| 82919911000181 | VESA INDUSTRIA E COMERCIO DE CARROCE |
| 23013703000150 | VGM ARTIGOS PARA O LAR LTDA ME |
| 06174022000154 | VIAGENS E TURISMO AJS LTDA ME |
| 06040664000160 | VIDE SKY INSTALACAO E COMERCIO DE EQUI |
| 03215101000178 | VIDEIRA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA |
| 24848170000199 | VIDEIRA RECUPERADORA DE IMPLEMENTOS |
| 22115289000127 | VIDEMEC MECANICA E MANUTENCAO INDU |
| 17279401000125 | VIDENOX MECANICA INDUSTRIAL LTDA ME |
| 05882209000140 | VIDEO LASER SOM E ALARMES LTDA ME |
| 11345066000130 | VIEIRA SISTEMAS E SERVICOS DE INFORMAT |
| 07658314000125 | VILMANIR COLDEBELLA ME |
| 12904992000160 | VINAGRE NONO MORO LTDA ME |
| 08203904000126 | VIP S AUTOMOVEIS LTDA ME |
| 14440578000173 | VIRTUAL WORLD INFORMATICA LTDA ME |
| 07166774000136 | VISUAL PECAS E ACESSORIOS LTDA ME |
| 22154849000152 | VOCE IMPRIME LTDA |
| 13307158000150 | VOLPATO CONSTRUTORA LTDA ME |
| 22048017000151 | WN LAVAÇÃO LTDA ME |
| 10796841000100 | ZAPIM MATERIAIS E INSTALACOES ELETRICA |
| 04759461000101 | ZUCA TRANSPORTES LTDA |
| 17224749000115 | V8 HOTEL EIRELI ME |
| 18497926000108 | TRANSPORTES E PRESTACAO DE SERVICOS A |
| 02978439000119 | TRANSPORTES ELOSER LTDA ME |
| 18590884000147 | TRANSPORTES FRANCISCA LTDA ME |
| 06139507000107 | TRANSPORTES FRANOLO LTDA |

Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2018, conforme disposto no inciso IV do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Tornar-se-á sem efeito a exclusão, caso a totalidade dos débitos da pessoa jurídica sejam pagos ou parcelados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência do Termo de Exclusão do Simples Nacional.

As empresas poderão impugnar o Termo de Exclusão do Simples Nacional no prazo de trinta dias contados da data em que foi recebido o Termo de Exclusão do Simples Nacional através do Domicílio Tributário Eletrônico. A impugnação deve ser dirigida ao Secretário de Finanças, com a comprovação da regularização. Não havendo regularização da pendência apontada a exclusão tornar-se-á definitiva.

Para que produza seus efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente edital.

Videira, 05 de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 031/2017 **SECRETARIA DE FINANÇAS**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 031/2017

GENTIL GAEDKE, Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100, da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 5º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e no item "c", do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

| CONTRIBUINTE | CPF/CNPJ | PROCESSO ADMINISTRATIVO | DATA CANCELAMENTO |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------------|-------------------|
| AMARILDO JOÃO MOREIRA | 024.181.539-83 | 8634/2017 | 05/10/2017 |
| ANTONIA CORDEIRO DE AVILA – ESPÓLIO | 296.673.809-04 | 9145/2016 | 05/10/2017 |
| BRUNO OSVALDO HOFFMANN – ESPÓLIO | 168.186.289-15 | 9898/2016 | 05/10/2017 |
| CRISTINA SABADIN ME | 05.664.506/0002-08 | 797/2017 | 05/10/2017 |
| EDGAR ALVES PEREIRA | 317.244.859-20 | 14494/2016 | 05/10/2017 |
| EDSON HEBERLE | 828.407.099-53 | 9327/2016 | 05/10/2017 |
| ELIAS DE LIMA | 020.119.429-50 | 7834/2017 | 05/10/2017 |
| ERNESTO CARLOS ZIERATZKI | 129.776.409-91 | 439/2017 | 05/10/2017 |
| EVA DOS SANTOS KOJO | 14.784.844/0001-85 | 10/2017 | 05/10/2017 |
| FERDINANDO GAIO | 250.052.519-87 | 22039/2016 | 05/10/2017 |
| FORMIGÃO LANCHES LTDA | 04.920.486/0001-37 | 19541/2016 | 05/10/2017 |
| GETÚLIO ANTONIO DA SILVA – ESPÓLIO | 606.875.259-34 | 21714/2015 | 05/10/2017 |
| GIDION FLORES DA SILVA | 601.902.999-91 | 8822/2017 | 05/10/2017 |
| ILARIO LUIZ BALDISSERA | 304.852.319-72 | 9442/2017 | 05/10/2017 |
| IRACEMA TELES DE OLIVEIRA | 516.333.969-91 | 7781/2017 | 05/10/2017 |
| IRACI MARIA DUTRA | 469.942.039-72 | 8139/2017 | 05/10/2017 |
| JOSE FERNANDES CANALLI | 463.553.409-04 | 14082/2014 | 05/10/2017 |
| JUVENIL CORREA DA SILVA | 665.664.609-34 | 7925/2017 | 05/10/2017 |
| LEOBERTO JOÃO RODAEM | 016.515.259-19 | 10475/2016 | 05/10/2017 |
| MARISTELA AGUIAR | 560.617.909-10 | 21458/2016 | 05/10/2017 |
| MILTO ZANCANELLI | 423.225.709-82 | 8754/2017 | 05/10/2017 |
| MOINHO CACHOEIRINHA LTDA – ME | 01.874.804/0001-82 | 8683/2017 | 05/10/2017 |
| PATRICIA BRUSCHI BARBOSA LIMA | 837.757.909-00 | 5771/2016 | 05/10/2017 |
| RENATO TABORDA | 033.123.189-12 | 8124/2017 | 05/10/2017 |
| SIDNEI DO NASCIMENTO TROST | 243.694.380-04 | 21144/2016 | 05/10/2017 |
| VANDELINO CARDOSO | 186.187.400-63 | 9084/2017 | 05/10/2017 |
| VILMAR DA SILVA MELLO | 966.613.439-72 | 5162/2017 | 05/10/2017 |
| WN LAVAÇÃO LTDA – ME | 22.048.017/0001-51 | 1095/2017 | 05/10/2017 |

Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira/SC, 05 de dezembro de 2017.

Gentil Gaedke
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017-PMV

ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 104/2017-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER OS EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, foi encerrada devido a não apresentação da nova documentação escoimada das causas que ensejaram a inabilitação da única empresa participante no prazo em que lhe foi concedido. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9026.

Videira, 04 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.483/17

LEI Nº 3.483/17, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.300.000,00 (Dois milhões e trezentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--|---------------------|--|
| 07 – Secretaria Municipal de Educação | | |
| 02 – Departamento de Ensino Fundamental | | |
| 2.035 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas | 400.000,00 | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 – Aplicações Diretas | 180.000,00 | |
| 07 – Secretaria Municipal de Educação | | |
| 03 – Departamento de Ensino Infantil | | |
| 2.039 – Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas | 1.720.000,00 | |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | 2.300.000,00 | |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação dos recursos vinculados do FUNDEB no exercício de 2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 5 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0983/17

PORTARIA nº 0983/17

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos nos Processos Administrativo nº 13717/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO, PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO e RICARDO GAEDKE, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13717/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0667/17.

Videira, 5 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2017 – FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 19/2017 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS DE FILMES PARA EXAMES DE MAMOGRAFIA REALIZADOS NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO FLORESTA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 24/10/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 06 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2017 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 20/2017 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REALIZAR O CONserto DO COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO DA MARCA FIAC, MODELO ODONTOMED 350 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00:00h do dia 24/10/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 06 de outubro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 068/2017

DECRETO DE N.º 068/2017

FIXA PONTO FACULTATIVO

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas municipais no dia 13 de outubro de 2017.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo é decorrente do Feriado Nacional de Nossa Senhora Aparecida.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 06 de outubro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2017

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº 01/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009, e Lei Complementar 096 de 28 de setembro de 2017; faz saber a quem interessar possa que o Município lança o presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, inerente as seguintes vias públicas da cidade:

1. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada na Rua Afonso Rinaldi.

2. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota, será realizado no trecho compreendido entre o entroncamento da rua Dona Romana Fistarol com a rua João Francisco Coser (antiga Rio Preso) em 118,30 metros .

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Afonso Rinaldi que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

| Cadastro | Inscrição Imobiliária | Nome proprietário | Testada | Área imóvel | Valor imóvel antes da obra |
|----------|-----------------------|--------------------------|---------|-------------|----------------------------|
| 43494 | 01.02.004.0332 | AIDE KRUEGER | 15 | 450 | 79.978,33 |
| 52914 | 01.02.004.0303 | JOEL ANCINI | 17 | 510 | 89.134,23 |
| 52841 | 01.02.004.0015 | LUCIANE BACK CAPISTRANO | 15 | 450 | 69.309,26 |
| 43389 | 01.02.003.0157 | WILLIAN ANCINI | 22,89 | 932,53 | 65.000,00 |
| 43370 | 01.02.003.0115 | JORGE G.M. NETO | 15,07 | 528,75 | 50.000,00 |
| 52760 | 01.02.003.0100 | CHARLES MAIBERG | 15,07 | 507,97 | 77.347,92 |
| 52949 | 01.02.004.0362 | MORGANA DE SENA ANDRÉ | 30,00 | 450,00 | 77.228,19 |
| 52779 | 01.02.003.0197 | JOÃO BATISTA MASOTE | 22,84 | 469,74 | 106.809,06 |
| 52906 | 01.02.004.0286 | CLAUDIA TORQUATO RINALDI | 45 | 1.350,00 | 169.952,26 |
| 58809 | 01.02.003.0326 | JOSE ANCINI | 19,47 | 1.303,75 | 205.204,23 |
| | | | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
| | | | | | |

3. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Afonso Rinaldi. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto. O respectivo memorial é parte integrante deste Edital.

4. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº20/2017- tomada de preço 2/2017 e o contrato de execução nº42/2017.

| NOME DA RUA | LARG. PISTA | EXTENSÃO | ÁREA PAV.LAJOTAS | ÁREA PASSEIO PAVES | TOTAL | VALOR/M² | 50% |
|--------------------|-------------|----------|------------------|--------------------|---------------|-----------|------------|
| Rua Afonso Rinaldi | 12,00m | 118,30m | 951,78m² | 467,68M² | R\$ 82.685,27 | R\$ 58,25 | 29,13 p/m² |

5. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, ou seja, a parcela do custo da obra pública que será arcada pelos contribuintes beneficiados por ela, será o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, e a municipalidade participa com o percentual de 50% restantes, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

6. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

7. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

8. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTES EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

9. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 05 de outubro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

JOICE B. S. WATRAS
Fiscal de Tributos

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2017**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Nº 02/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 096 de 28 de setembro de 2017; faz saber a quem interessar possa que o Município lança o presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, inerente as seguintes vias públicas da cidade:

1. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada em parte da Rua Itália.

2. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota, será realizado no trecho compreendido entre os lotes de Francisco Decarli até o lote de Luis de Oliveira em 44,99 metros.

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Itália que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

| Cadastro | Inscrição Imobiliária | Nome proprietário | Testada | Área imóvel | Valor imóvel antes da obra |
|----------|-----------------------|-------------------|---------|-------------|----------------------------|
| 45560 | 01.02.002.0358 | LUIS OLIVEIRA | 18 | 481,77 | 50.000,00 |
| 45578 | 01.02.002.0344 | LUIS OLIVEIRA | 7 | 400,58 | 40.000,00 |
| 45543 | 01.02.002.0412 | VALDENIR SEHEN | 14,81 | 432,79 | 45.000,00 |
| 45551 | 01.02.002.0382 | FRANCISCO DECARLI | 26,40 | 1.440,48 | 85.000,00 |

3. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Itália. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto. O respectivo memorial é parte integrante deste Edital.

4. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº20/2017- tomada de preço 2/2017 e o contrato de execução nº42/2017.

| NOME DA RUA | LARG. PISTA | EXTENSÃO | ÁREA PAV.LAJOTAS | ÁREA PAS-SEIO PAVER | TOTAL | VALOR/M² | 50% |
|-------------|-------------|----------|------------------|---------------------|--------------|----------|------------|
| Rua Italia | 12,00m | 44,99m | 498,29m² | 190,90m² | R\$33.960,20 | R\$49,28 | 24,64 p/m² |

5.**DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:**

A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, ou seja, a parcela do custo da obra pública que será arcada pelos contribuintes beneficiados por ela, será o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, e a municipalidade participa com o percentual de 50% restantes, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

6. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

7. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva

valorização ocorrida no imóvel.

8. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTA EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

9. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 05 de outubro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

JOICE B. S. WATRAS

Prefeito Municipal

Fiscal de Tributos

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 03/2017

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº 03/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 096 de 28 de setembro de 2017; faz saber a quem interessar possa que o Município lança o presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, inerente as seguintes vias públicas da cidade:

1. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada na Rua Pascoale Comper.

2. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota da rua Pascoale Comper, será realizado no trecho compreendido entre o entroncamento da rua Dona Romana Fistarol com a rua João Francisco Coser (antiga Rio Preso) em 116,73 metros.

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Pascoale Comper, que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

| Cadastro | Inscrição Imobiliária | Nome proprietário | Testada | Área imóvel | Valor imóvel antes da obra |
|----------|-----------------------|-----------------------|---------|-------------|----------------------------|
| 52850 | 01020040105 | ANDRIEL S. GONÇALVES | 7,5 | 225 | 84.263,28 |
| 52868 | 01020040106 | OSNILDO J.DE OLIVEIRA | 7,5 | 225 | 84.263,28 |
| 52876 | 01020040120 | JOSIMAR DE ANDRADE | 15 | 450 | 84.974,23 |
| 52884 | 01020040137 | VALDEMAR PINHEIRO | 17 | 510 | 103.884,16 |
| 43532 | 01020050060 | FRANCISCO CAETANO | 15 | 450 | 45.000,00 |
| 52981 | 01020050222 | CLAUDIR ALVES | 15 | 510 | 88.489,66 |
| 52892 | 01020040211 | VOLNEI SCHOTTEN | 45 | 1.350,00 | 140.897,44 |
| 52973 | 01020050207 | JORGE G.M. NETO | 30 | 450 | 89.116,81 |
| 43613 | 01020050224 | ANILDO FRANCISCO | 15 | 450 | 82.814,41 |
| 53007 | 01020050269 | ANILDO FRANCISCO | 15 | 450 | 45.000,00 |
| | | | | | |

3. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Pascoale Comper. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto. O respectivo memorial é parte integrante deste Edital.

4. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº20/2017- tomada de preço 2/2017 e o contrato de execução nº42/2017.

| NOME DA RUA | LARG. PISTA | EXTENSÃO | ÁREA PAV.LAJOTAS | ÁREA PASSEIO PAVER | TOTAL | VALOR/M² | 50% |
|---------------------|-------------|----------|------------------|--------------------|--------------|----------|------------|
| Rua Pascoale Comper | 12,00m | 116,73m | 934,74m² | 459,70m² | R\$78.288,46 | R\$56,14 | 28,07 p/m² |
| | | | | | | | |

5. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, ou seja, a parcela do custo da obra pública que será arcada pelos contribuintes beneficiados por ela, será o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, e a municipalidade participa com o percentual de 50% restantes, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

6. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

7. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

8. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTE EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

9. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a pratica dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 13 de setembro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

JOICE B. S. WATRAS

Fiscal de Tributos

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0088/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0088/17

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0088/2017, do Tipo Menor Preço Unitário, tendo como objeto a Aquisição de 01 (um) Veículo automotor Novo, zero quilômetro, Modelo Sedan, Motor Mínimo 1.4, ano/modelo mínimo 2017/2017 para fortalecimento da Estrutura do PROCON, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 24/10/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 06 de Outubro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067/2017

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0110/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está REABRINDO o prazo de abertura do Pregão Presencial nº 0067/2017, tendo como objeto a Contratação de Empresa Especializada em Telecomunicações para Aquisição, Implantação de solução e Gerenciamento do sistema de telefonia digital IP (IP PABX) baseado em servidor/central IP, contendo software para gerenciamento da plataforma IP, comunicação e gateways de voz sobre IP para compor a solução. Melhora e viabilização da integração do sistema de telefonia de órgãos e entidades da Administração Pública. Compreendendo: fornecimento, instalação, manutenção periódica, atualização de tecnologia, solução eficaz e garantia de funcionamento dos equipamentos em comodato para 280 ramais, 280 ligações simultâneas, SIP fixo e móvel geral com 100.000 (cem mil) minutos para FIXO/MOVEL Brasil, em virtude de alteração no Edital. O recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 23/10/2017 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações através do email licita@xanxere.sc.gov.br, ou tel 49-3441-8542. Xanxerê, SC, 06 de outubro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 009/2017 FMSXV

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 009/2017 FMS – Pregão Presencial nº 007/2017 FMS

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações do anexo "C" deste edital

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/103544>

Xavantina, 06 de outubro de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR E. KEMMRICH

Equipe de Apoio: - VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

PP 008/2017 FMSXV RETIFICADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017 FMSXV - RETIFICADO

O Município de Xavantina - SC informa a todos, que foi RETIFICADO o Formulário Proposta do Pregão Presencial em epígrafe para "A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações do anexo "C" deste edital".

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 24/10/2017(RETIFICADO).

Abertura: dia 24/10/2017, às 13h45. (RETIFICADO).

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 06 de outubro de 2017.

JÉSSICA PAULA PINSETTA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

PP 048/2017 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de materiais elétricos para a iluminação natalina do município de Xavantina-SC, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 25/10/2017.

Abertura: dia 25/10/2017, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 06 de outubro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. ADM. 099/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 099/2017

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 057/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição parcelada de ASFALTO CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) e Pintura de Ligação com aplicação pelo Caminhão Espargidor, no Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 23 de Outubro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 23 de Outubro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 05 de Outubro de 2017. Adriano Ivo Bortolanza. Prefeito Municipal em Exercício.

Decreto 383

DECRETO Nº. 383/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; Lei Complementar Nº. 81/2011, de 20 de julho de 2011 e posteriores alterações; e Lei Complementar Nº. 082/2011, de 29 de julho de 2011 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 04 de outubro de 2017, a Sra. CARMEN THOME, CPF: 032.430.269-03, no cargo comissionado de GERENTE DE PROJETOS EDUCACIONAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos proporcionais constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de outubro de 2017.

Adriano Ivo Bortolanza

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Decreto 385

DECRETO Nº. 385/2017.

Nomeia servidora municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 05 de outubro de 2017, a Sra. VANESSA ROVANI PAVAN, CPF: 079.593.949-38, no cargo comissionado de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de outubro de 2017.

Adriano Ivo Bortolanza

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Decreto 386

DECRETO Nº. 386/2017.

Nomeia servidora municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 05 de outubro de 2017, a Sra. ARLETE MARIA BATISTELLA TURCATEL, CPF: 036.169.049-51, no cargo comissionado de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de outubro de 2017.

Adriano Ivo Bortolanza

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

DECRETO 387 - DECRETA REVERSÃO DE IMÓVEL_SAMARA TECCHIO

DECRETO Nº. 387/2017.

Determina a aplicação de penalidades administrativas à empresa Samara Tecchio ME, referente ao Contrato nº 0009, de 27 de janeiro de 2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, artigo 78, I; artigo 87, I, II e III; artigo 88, II e III da Lei nº 8.666/93,

CONSIDERANDO o julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo instaurado sob a Portaria nº 1055/2017, para Apuração de Descumprimento Contratual e Aplicação de Penalidades, o qual constatou que a empresa Samara Tecchio ME, não levou a efeito os encargos assumidos, descumprindo o contrato firmado entre partes;

CONSIDERANDO que foram asseguradas todas as garantias constitucionais e processuais relacionadas ao devido processo legal à empresa Samara Tecchio ME, especialmente os procedimentos que asseguram o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como da proporcionalidade e da legalidade, mediante a aplicação de penalidades proporcionais às infrações cometidas e expressamente previstas em lei especializada;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada à empresa Samara Tecchio ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.422.276/0001-51, a aplicação das seguintes sanções

administrativas, em razão do descumprimento do Contrato nº 0009, de 27 de janeiro de 2015, decorrente do Processo Licitatório nº 194/2014, Modalidade Concorrência nº 007/2014:

I - reversão de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus ou indenização, da doação do imóvel: lote urbano F, com área total de 312,00m² - Matrícula nº 17.680, do CRI desta Comarca.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de outubro de 2017.

Adriano Ivo Bortolanza

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 388/2017 - DETERMINA A APLICAÇÃO DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS À EMPRESA CIELO MÓVEIS LTDA EPP

DECRETO Nº. 388/2017.

Determina a aplicação de penalidades administrativas à empresa Cielo Móveis LTDA EPP, referente ao Contrato nº 0010, de 27 de janeiro de 2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, artigo 78, I; artigo 87, I, II e II; artigo 88, II e III da Lei nº 8.666/93,

CONSIDERANDO o julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo instaurado sob a Portaria nº 1056/2017, para Apuração de Descumprimento Contratual e Aplicação de Penalidades, o qual constatou que a empresa Cielo Móveis LTDA EPP, não levou a efeito os encargos assumidos, descumprindo o contrato firmado entre partes;

CONSIDERANDO que foram asseguradas todas as garantias constitucionais e processuais relacionadas ao devido processo legal à empresa Cielo Móveis LTDA EPP, especialmente os procedimentos que asseguram o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como da proporcionalidade e da legalidade, mediante a aplicação de penalidades proporcionais às infrações cometidas e expressamente previstas em lei especializada;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada à empresa Cielo Móveis LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.381.499/0001-40, a aplicação das seguintes sanções administrativas, em razão do descumprimento do Contrato nº 0010, de 27 de janeiro de 2015, decorrente do Processo Licitatório nº 194/2014, Modalidade Concorrência nº 007/2014:

I - reversão de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus ou indenização, da doação do imóvel: lote urbano nº 02-B, da quadra nº 411, com área total de 1.054,53m² - Matrícula nº 23.483, do CRI desta Comarca.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de outubro de 2017.

Adriano Ivo Bortolanza

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0079/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0079/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

Fundo Municipal de Saúde de Xaxim

CONTRATADO: DE MARCO

OBJETO: Aquisição de VEICULO AUTOMOTOR TIPO FURGÃO AMBULANCIA ZERO QUILOMETRO, visando à estruturação das atividades desenvolvidas junto a Secretaria de Saúde do Município de Xaxim, conforme Convênio nº 2017TR000701 firmados entre o Fundo Municipal de Saúde de Xaxim e ADR - Agencia de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Valor: R\$ 148.800,00 (Cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais).

Vigência: 05 de Outubro de 2017 até 05 de Dezembro de 2017

Licitação: Processo de Licitação Nº 091/2013 – Modalidade Pregão Presencial Nº. 051/2017

Xaxim/SC, 05 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA. Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0080/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO N° 0080/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: EMPRESA VIVER DESENVOLVIMENTO

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de ações previstas no Programa de Trabalho Técnico Social, a fim de promover a consciência social e comunitária junto às famílias beneficiadas, através de contrato de repasse n° 1.026.090-50/2016, Ministério das Cidades / Caixa.

Valor: R\$ 17.700,00 (Dezessete mil e setecentos reais).

Vigência: 06 de Outubro de 2017 até 06 de Abril de 2018

Licitação: Processo de Licitação n° 085/2017, modalidade Pregão Presencial N°. 046/2017

Xaxim/SC, 06 de Outubro de 2017. ADRIANO IVO BORTOLANZA. Prefeito Municipal

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - MPSC E PMX

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DE ASSINATURA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 052/2017/MP

Partes: Ministério Público de Santa Catarina e Município de Xaxim.

Síntese do Objeto: Tem como objeto o presente Termo de Cooperação fixar normas de cooperação técnica para uma maior integração entre o Ministério Público e a Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Xaxim para o intercâmbio e a prestação de informações relativas às condutas tipificadas na Lei n° 8.137/90, de 27 de dezembro de 1990.

Xanxerê, 20 de setembro de 2017. Lirio Dagort – Prefeito Municipal. Giovanni Andrei Franzoni Gil - Promotor de Justiça.

Associações

AMEOSC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2017 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER CONVOCAÇÃO

GENESIO BRESSIANI, Prefeito Municipal de Belmonte, Presidente do CONDER- Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Regional, usando das atribuições previstas no Estatuto da Entidade, convoca os Senhores Prefeitos Municipais Consorciados, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Sala do SENAI, no Pavilhão "D", junto ao Complexo da Oktober, Município de Itapiranga, no dia 13 de outubro de 2017, com início às 17h00min, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1º - 17h00min- Abertura da assembleia e leitura da ata da reunião anterior;
- 2º - 17h10min – Apresentação do Secretário Executivo do Consórcio;
- 3º - 17h20min – Encaminhamentos dos projetos de lei e Contratos do Programa de Perfuração de Poços Artesianos;
- 4º - 17h30min – Assuntos Gerais;

São Miguel do Oeste/SC, 27 de setembro de 2017.

GENESIO BRESSIANI
Presidente da CONDER
Prefeito Municipal de Belmonte

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08/2017 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS PREFEITOS DA REGIÃO DA AMEOSC CONVOCAÇÃO

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Presidente da AMEOSC, usando das atribuições previstas no Estatuto da Entidade, convoca os Senhores Prefeitos Municipais Associados, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Sala do SENAI, no Pavilhão "D", junto ao Complexo da Oktober, Município de Itapiranga, no dia 13 de outubro de 2017, com início às 17h00min, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1º - 17h00min- Apresentação da Experiência de Educação do Município de Luzerna/Sesi/Fiesc- Projeto Educação Municipal para o Mundo do Trabalho- Prefeito Moises Diersmann, Município de Luzerna;
- 2º- 17h50min – Encaminhamentos do CONDER- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional;
- 3º- 18h20min- Apresentação de experiências de compra de peças e serviços de máquinas e veículos, através de registro de preços- Coordenação do Colegiado de Compras e licitações da Ameosc;
- 4º- 18h40min- Proposição de compras coletivas de pneus;
- 5º-18h50min- Crise da cadeia produtiva do Leite e proposta de encaminhamento de Moção ao Ministério da Agricultura;
- 6º- 19h10min- Assuntos gerais;
- 7º- 19h20min- Encerramento da Assembleia;

O Prefeito Jorge Welter, convida todos os Prefeitos, Primeiras Damas, Secretários Municipais e demais presentes, a participar e prestigiar a abertura da 39ª OKTOBERFEST de Itapiranga, que acontece as 20h00min no Complexo da Oktober.

Obs: O convite também é extensivo aos Secretários (as) Municipais de Educação, da Agricultura e as Primeiras Damas Municipais. Para as Primeiras Damas, vai acontecer uma reunião/atividade paralela a assembleia dos Prefeitos.

São Miguel do Oeste/SC, 02 de outubro de 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,
Presidente da AMEOSC
Prefeito Municipal de Guarujá do Sul

Consórcios

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0023/2017 - MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0023/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0022/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0029/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de novembro de 2017 à 30 de abril de 2018. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 09/10/2017 até às 09:00 horas do dia 23/10/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 23/10/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 23/10/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 06 de outubro de 2017.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA PROLICITA_CIMCATARINA_2017_199 PIRATUBA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2017/199

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA OBJETO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – PROLICITA, ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO DA QUAL, NOS TERMOS DO EDITAL, DECORRAM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES DOS ENTES DA FEDERAÇÃO CONSORCIADOS. DATA: 30/08/2017. VIGÊNCIA: DA DATA DE ASSINATURA E POR PRAZO INDETERMINADO.

FLORIANÓPOLIS (SC), 06/10/2017

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA PROLICITA_CIMCATARINA_2017_87 HERVAL VELHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2017/87

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL VELHO CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA OBJETO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – PROLICITA, ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO DA QUAL, NOS TERMOS DO EDITAL, DECORRAM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES DOS ENTES DA FEDERAÇÃO CONSORCIADOS. DATA: 19/09/2017. VIGÊNCIA: DA DATA DE ASSINATURA E POR PRAZO INDETERMINADO.

FLORIANÓPOLIS (SC), 06/10/2017

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS CIMCATARINA 2017_3T

PRESTAÇÃO DE CONTAS 3º TRIMESTRE 2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE– CIMCATARINA

1- INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, e com sede na Rua General Liberato, nº 1885, 12º Andar, Sala 1205, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

O CIMCATARINA tem como finalidade a união dos municípios do Estado de Santa Catarina para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento

de ações compartilhadas nos municípios catarinenses, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Até o encerramento do trimestre estavam consorciados 40 Municípios sendo estes: Município de ABDON BATISTA, ÁGUA DOCE, ARROIO TRINTA, BRUNÓPOLIS, CAÇADOR, CALMON, CURITIBANOS, ERVAL VELHO, FRAIBURGO, FREI ROGÉRIO, IBIAM, IBICARÉ, IOMERÊ, IRANI, ITÁ, JABORÁ, LEBON RÉGIS, LUZERNA, MACIEIRA, MATOS COSTA, MONTE CARLO, PINHEIRO PRETO, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, SÃO FRANCISCO DO SUL, SIDERÓPOLIS, TANGARÁ, TIMBÓ GRANDE, VARGEM, VARGEM BONITA E VIDEIRA, que ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções, que autorizou o ingresso no Consórcio.

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira até o terceiro trimestre de 2017.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por ser custeado com recursos oriundos de repasses municipais, adotam-se as normas de contabilidade pública para a elaboração dos demonstrativos contábeis.

3 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas são registradas em obediência às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

As Disponibilidades compreendem os valores dos numerários depositados em conta corrente junto às instituições financeiras.

O Imobilizado está demonstrado pelo valor original de aquisição dos bens do consórcio.

As Despesas da instituição são apuradas através de documentos fiscais e contábeis, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

4 - APLICAÇÃO DE RECURSOS

O CIMCATARINA, conforme os objetivos estabelecidos no protocolo de intenções, aplica os recursos da seguinte forma:

- Custeio das Atividades - Pessoal, encargos, material de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica;
- Investimentos - Quando há necessidade de fazer investimentos em equipamentos, veículos, e outros, utilizam-se os recursos disponíveis para despesas com capital.

Para uma melhor transparência quanto à aplicação dos recursos dividimos os mesmos em Fontes de Recursos conforme demonstrado abaixo:

- 0.1.00.0200 Recursos Ordinários – São lançadas nesta fonte as arrecadações próprias feitas pelo CIMCATARINA;
- 0.1.00.03[...]. Transferências a Consórcios Públicos – São lançadas nesta fonte as transferências municipais estabelecidas pelos contratos de rateio e contratações diretas.

5 - SALDO BANCÁRIO

Em 30 de setembro de 2017 os saldos das contas bancárias apresentavam os seguintes valores:

| Especificação | Fonte de Recurso | Saldo |
|---|------------------|------------|
| B. BRASIL CIMCATARINA MOVIMENTO 18.520-5 | 0.100.0200 | 5.413,90 |
| B. BRASIL CIMCATARINA - CTP01/CTR1 - 20.412-9 | 0.100.0300 | 2.959,95 |
| B. BRASIL CIMCATARINA - CPS/MAQ. - 20.414-5 | 0.100.0200 | 2.264,57 |
| B. BRASIL CIMCATARINA - CTP1/CTR3 - 20.413-7 | 0.100.0312 | 139.955,57 |
| B. BRASIL CIMCATARINA - CTP2 PROAMA - 21.525-2 | 0.100.0302 | 44.731,03 |
| B. BRASIL CIMCATARINA - PROLICITA - 22.436-7 | 0.100.0301 | 72.660,33 |
| B. BRASIL CIMCATARINA - PROLICITA TELEFONIA - 22.864-8 | 0.100.0311 | 35.737,94 |
| B. BRASIL CIMCATARINA – DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – 24.625-5 | 0.100.0200 | 344,33 |
| Total (R\$) | | 304.067,62 |

6 – RECEITAS REALIZADAS

As Receitas da Instituição, para Custeio e Investimentos, são auferidas pelos repasses dos municípios estabelecidos no contrato de programa, contrato de rateio, contratos de prestação de serviços ou aquisição de materiais.

Receitas Arrecadadas até 30 de setembro de 2017

| Receitas | Valor (R\$) |
|---|-------------|
| 0.1.00.0200 Recursos Ordinários | 199.815,50 |
| Remuneração Dep. Bancários (não Vinculados) | 821,35 |

| | |
|---|--------------|
| Receita de Serviços | 198.994,15 |
| Multas e juros Previstos em Contratos | 5.961,00 |
| 0.1.00.03[...] Transferências a Consórcios Públicos | 1.898.049,60 |
| Remuneração Dep. Bancários (vinculados) | 14.332,31 |
| Restituições | 2.594,24 |
| Transferências a Consórcios Públicos (Transf. correntes) | 1.861.958,56 |
| Transferências a Consórcios Públicos (Transf. de capital) | 33.496,80 |
| Total (R\$) | 2.118.158,41 |

7 – DESPESAS

7.1 – Despesas realizadas

As despesas realizadas obedecem as rubricas estabelecidas no orçamento.

Despesas pagas até 30 de setembro de 2017

| Despesas | Valor (R\$) |
|---|--------------|
| 2001 – Manutenção do CIMCATARINA | 19.792,40 |
| 0.1.00.0200 e Recursos Ordinários | 19.792,40 |
| Outras Despesas Correntes | 19.792,40 |
| 2002 - Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas | 705.490,98 |
| 0.1.00.0301 e 0.3.00.0301 TCP – Prolicita | 705.490,98 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 535.882,39 |
| Outras Despesas Correntes | 156.670,53 |
| Investimentos | 12.938,06 |
| 2003 - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Telefonia | 119.664,62 |
| 0.1.00.0311 e 0.3.00.0311 TCP – Telefonia | 119.664,62 |
| Outras Despesas Correntes | 119.664,62 |
| 2004 - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Iluminação Pública | 990.444,33 |
| 0.1.00.0312 e 0.3.00.0312 TCP – Manutenção da Iluminação Pública | 990.444,33 |
| Outras Despesas Correntes | 990.444,33 |
| 2005 - Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental | 373.009,83 |
| 0.1.00.0302 e 0.3.00.0302 TCP – Proama | 262.091,31 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 245.511,36 |
| Outras Despesas Correntes | 16.579,95 |
| 0.1.00.0200 Recursos Ordinários | 110.918,52 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 87.277,92 |
| Outras Despesas Correntes | 10.308,60 |
| Investimentos | 13.332,00 |
| 0300 - Contribuição ao Pasep | 2.471,72 |
| 0.1.0.00.0200 Recursos Ordinários | 2.471,72 |
| Outras Despesas Correntes | 2.471,72 |
| Total (R\$) | 2.210.873,88 |

8 – DIREITOS A RECEBER DOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS

Referente ao fechamento do exercício de 2012 ficou registrado no ativo do balanço patrimonial créditos a receber, destes em 30 de setembro de 2017 permanece conforme quadro abaixo:

| Município | Objeto | Valor |
|--------------|--|----------|
| Timbó Grande | Rateio Fixo – Despesas Administrativas | 6.111,11 |
| Total (R\$) | | 6,111,11 |

Referente ao fechamento do exercício de 2016 ficou registrado no ativo do balanço patrimonial créditos a receber destes em 30 de setembro de 2017 permanece conforme quadro abaixo:

| Município | Objeto | Valor |
|----------------|----------------------------|-----------|
| Calmon | Rateio Fixo - Prolicita | 21.460,02 |
| Subtotal (R\$) | | 21.460,02 |
| Erval Velho | Diagnóstico Socioambiental | 12.350,00 |
| Luzerna | Diagnóstico Socioambiental | 12.350,00 |
| Macieira | Diagnóstico Socioambiental | 9.100,00 |
| Tangará | Diagnóstico Socioambiental | 14.250,00 |
| Videira | Diagnóstico Socioambiental | 19.600,00 |
| Subtotal (R\$) | | 67.650,00 |
| Total (R\$) | | 86.110,02 |

O valor de R\$ 21.460,02 (vinte e um mil quatrocentos e sessenta reais e dois centavos) refere-se a rateio fixo ainda não transferidos pelo município ao consórcio e o valor de R\$ 67.650,00 (sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta reais) refere-se a contratos de prestação de serviços referente à elaboração de Diagnóstico Socioambiental dos quais estão em execução pelo CIMCATARINA.

Os direitos a receber permanecem registrados nas contas Créditos de Consórcios Públicos decorrentes de contrato de rateio e Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais, o qual serão compensados na data da ocorrência dos créditos transferidos pelos Municípios.

9 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 30 de setembro de 2017, consta a obrigação a pagar no valor de R\$163.426,69 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), referente fornecedores a pagar, encargos sobre folha e retenções a pagar.

10 – RELAÇÃO PATRIMONIAL

Em 30 de setembro de 2017 possui registrado no balanço Patrimonial do CIMCATARINA na conta Imobilizado, Bens Móveis o valor de R\$ 200.622,59 (duzentos mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos). Esse valor está distribuído para os Municípios Consorciados conforme relação abaixo:

| MUNICÍPIO | VALOR (R\$) |
|----------------|-------------|
| Abdon Batista | 1830,42 |
| Agua doce | 978,87 |
| Arroio Trinta | 9.071,45 |
| Brunopolis | 2.528,13 |
| Caçador | 27.578,34 |
| Calmon | 7.090,08 |
| Curitibanos | 3.892,21 |
| Fraiburgo | 24.710,32 |
| Frei Rogério | 2.380,35 |
| Ibiam | 7.709,07 |
| Ibicaré | 154,70 |
| Iomerê | 9.083,51 |
| Irani | 2.144,22 |
| Itá | 1.758,49 |
| Lebon Régis | 10.613,98 |
| Luzerna | 646,73 |
| Macieira | 9.071,47 |
| Matos Costa | 9.077,47 |
| Monte Carlo | 3.193,49 |
| Pinheiro Preto | 9.077,47 |
| Ponte Serrada | 153,84 |
| Rio das Antas | 9.181,65 |
| Salto Veloso | 7.715,08 |

| | |
|--------------|------------|
| Tangará | 7.990,67 |
| Timbó Grande | 8.056,72 |
| Vargem | 234,75 |
| Videira | 23.186,49 |
| Total | 200.622,59 |

11 – CERTIDÕES NEGATIVAS

O CIMCATARINA encontra-se regular com os órgãos da União, do Estado e do Município. Todas as certidões negativas estão atualizadas/vigentes.

12 – CONTROLE DE RECEBIMENTOS E APLICAÇÃO

Em atendimento a Portaria 274 de 13 de maio de 2016 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal, mensalmente estão sendo repassadas informações aos Municípios Consorciados referente aos valores repassados através dos contratos de rateio e delegações, bem como sendo publicados os Demonstrativos Fiscais.

13 – SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO

Bimestralmente estão sendo encaminhadas as informações ao Tribunal de contas do Estado de SC, através do sistema de fiscalização integrada de gestão (e-Sfinge).

Florianópolis, 06 de outubro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Presidente do CIMCATARINA

Prefeito de Iomerê

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

NÁDIA DE LORENZI

Contadora CRC 39499/O-4

CIMVI

AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 015/2017 - PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - HORA MÁQUINA, EQUIPAMENTO E CAMINHÃO COM OPERADOR/MOTORISTA, BEM COMO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM ALVENARIA (PEDREIRO E AUXILIAR)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços para seleção de propostas para contratação de empresa prestadora de serviços especializados de hora máquina, equipamento e caminhão com operador/motorista, bem como fornecimento de mão de obra especializada em alvenaria (pedreiro e auxiliar). Todos os serviços a serem registrados por esta Licitação deverão possuir orientação técnica e destinam-se à realização de todas as obras e/ou serviços necessários ao Aterro Sanitário do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, do tipo Menor Preço Global por LOTE.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 23 de Outubro de 2017, às 09h00min na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 06/10/2017

Paulo Roberto Weiss

Presidente

CIS/AMMVI**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2017 - BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E A EMPRESA BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 2 de Setembro, 2958 – Itoupava Norte – 89.052-504, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ nº. 79.371.688/0001-76, neste ato representado por seu sócio administrador Fernando Fonseca Botelho, inscrito no CPF nº. 255.459.306-04 e portador da Carteira de Identidade RG nº. 6.184.000 SSP/SC, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 11/2017, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade ambulatorial para realização de procedimentos, conforme descrito no Anexo III – Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº. 11/2017.

| Código | Procedimento - Especialidade | Quantidade Mensal de Atendimentos (estimado) | R\$ |
|----------------|--|--|--------|
| 004.13.01.01-3 | ANGIOFLUERESCEINOGRRAFIA RETINIANA (Binocular) | 30 | 220,00 |
| 02.11.06.001-1 | BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR) | 70 | 80,00 |
| 04.05.05.002-0 | CAPSULOTOMIA A YAG LASER (MONOCULAR) | 40 | 105,60 |
| 02.11.06.014-3 | MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA | 70 | 182,00 |
| 004.15.01.14-4 | TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA – BINOCULAR | 70 | 300,00 |

1.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na seguinte instalação: Rua 2 de Setembro, 2958 – Itoupava Norte – 89.052-504, na cidade de Blumenau, com capacidade de atendimento de 280 procedimentos por mês.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 - Os contratos decorrentes deste credenciamento terão sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses), nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no “Termo de Referência - Anexo I” do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 11/2017, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos munícipes pelas especialidades oferecidas.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante:

4.1.1 Apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, conforme quantidade de procedimentos

realizados. Apresentado em formulário padrão, seguindo o modelo do anexo VI do Edital, aprovado pelo CISAMVI.

4.1.2 Respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota fiscal) de cobrança do valor aprovado, apresentado ao CISAMVI.

4.2 A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 Relatório do Credenciado, disponibilizado pelo CISAMVI conforme modelo Anexo VI disponível também no endereço eletrônico www.cisamvi.sc.gov.br, completamente preenchido com assinatura do paciente ou responsável (identificado);

4.2.2 Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado.

4.2.3 Relatório Padronizado pelo CISAMVI para informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I.

4.2.3.1 Todos os contratados deverão utilizar o formulário indicado pelo CISAMVI, com as informações necessárias para o preenchimento do Boletim de Produção Ambulatorial – BPA do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS, ou BPA-I Sistema de Informações Ambulatoriais Individualizado do SIA/SUS, conforme o caso, para realização do fechamento de sua produção mensal. O modelo do formulário será indicado pelo CISAMVI.

4.3 Após receber a aprovação do relatório encaminhado (item 4.2.1), o Contratado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes na tabela SIGTAP;
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "Guia de Referência e Contra referência, autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior.
- e) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- f) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- g) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- h) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- i) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.
- j) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- k) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Quando a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

8.1.1 Advertência.

8.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

8.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referida no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº 11/2017 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 11/2017 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau (SC), 06 de Outubro de 2017.

CISAMVI
Cleones Hostins
Diretor Executivo

BOTELHO OFTALMOCLINICA LTDA
Fernando Fonseca Botelho
CPF nº 255.459.306-04

CODEPLAN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

O Presidente do CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, Gilberto dos Passos, de acordo com o Estatuto Social,

CONVOCA:

Os Senhores Prefeitos Municipais a participarem da 4ª Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte programação:

DATA: 16/10/2017

Local: Prefeitura Municipal de Canoinhas

HORA: 10:00

ORDEM DO DIA

- ENTREGA DOS BENS ADQUIRIDOS VIA PROCESSO LICITATÓRIO 001/2017 - ESTRUTURAÇÃO DO SUASA/MDA/CODEPLAN
- PLANO DE TRABALHO
- Assuntos Gerais.

Att.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito Municipal de Canoinhas
Presidente - CODEPLAN